Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA · VII

África sob dominação colonial, 1880-1935

EDITOR ALBERT ADU BOAHEN

UNESCO Representação no BRASIL
Ministério da Educação do BRASIL
Universidade Federal de São Carlos

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VII

África sob dominação colonial, 1880-1935

Coleção História Geral da África da UNESCO

Volume I Metodologia e pré-história da África
(Editor J. Ki-Zerbo)

Volume II África antiga
(Editor G. Mokhtar)

Volume III África do século VII ao XI
(Editor M. El Fasi)
(Editor Assistente I. Hrbek)

Volume IV África do século XII ao XVI
(Editor D. T. Niane)

Volume V África do século XVI ao XVIII
(Editor B. A. Ogot)

Volume VI África do século XIX à década de 1880
(Editor J. F. A. Ajayi)

Volume VII África sob dominação colonial, 1880-1935
(Editor A. A. Boahen)

Volume VIII África desde 1935
(Editor A. A. Mazrui)
(Editor Assistente C. Wondji)

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VII

África sob dominação colonial, 1880-1935

EDITOR ALBERT ADU BOAHEN

Esta versão em português é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Título original: *General History of Africa, VII*: Africa under colonial domination, 1880-1935. Paris: UNESCO; Berkley, CA: University of California Press; London: Heinemann Educational Publishers Ltd., 1985. (Primeira edição publicada em inglês).

Coordenação geral da edição e atualização: Valter Roberto Silvério
Revisão técnica: Kabengele Munanga
Preparação de texto: Eduardo Roque dos Reis Falcão
Revisão e atualização ortográfica: M. Corina Rocha
Projeto gráfico e diagramação: Marcia Marques / Casa de Ideias; Edson Fogaça e Paulo Selveira / UNESCO no Brasil

História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.
1040 p.

ISBN: 978-85-7652-129-7

1. História 2. História contemporânea 3. História africana 4. Culturas africanas 5. Colonialismo 6. Resistência à opressão 7. Nacionalismo 8. África I. Adu Boahen, Albert II. UNESCO III. Brasil. Ministério da Educação IV. Universidade Federal de São Carlos

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Representação no Brasil
SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org/brasilia
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Ministério da Educação (MEC)
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)
Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 2º andar
70047-900 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2022-9217
Fax: (55 61) 2022-9020
Site: http://portal.mec.gov.br/index.html

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Rodovia Washington Luis, Km 233 – SP 310
Bairro Monjolinho
13565-905 – São Carlos – SP – Brasil
Tel.: (55 16) 3351-8111 (PABX)
Fax: (55 16) 3361-2081
Site: http://www2.ufscar.br/home/index.php

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

> "Outra exigência imperativa é de que a história (e a cultura) da África devem pelo menos ser vistas de dentro, não sendo medidas por réguas de valores estranhos... Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas, e influências multilaterais em que algo seja ouvido da contribuição africana para o desenvolvimento da espécie humana". J. Ki-Zerbo, História Geral da África, vol. I, p. LII.

A Representação da UNESCO no Brasil e o Ministério da Educação têm a satisfação de disponibilizar em português a Coleção da História Geral da África. Em seus oito volumes, que cobrem desde a pré-história do continente africano até sua história recente, a Coleção apresenta um amplo panorama das civilizações africanas. Com sua publicação em língua portuguesa, cumpre-se o objetivo inicial da obra de colaborar para uma nova leitura e melhor compreensão das sociedades e culturas africanas, e demonstrar a importância das contribuições da África para a história do mundo. Cumpre-se, também, o intuito de contribuir para uma disseminação, de forma ampla, e para uma visão equilibrada e objetiva do importante e valioso papel da África para a humanidade, assim como para o estreitamento dos laços históricos existentes entre o Brasil e a África.

O acesso aos registros sobre a história e cultura africanas contidos nesta Coleção se reveste de significativa importância. Apesar de passados mais de 26 anos após o lançamento do seu primeiro volume, ainda hoje sua relevância e singularidade são mundialmente reconhecidas, especialmente por ser uma história escrita ao longo de trinta anos por mais de 350 especialistas, sob a coordenação de um comitê científico internacional constituído por 39 intelectuais, dos quais dois terços africanos.

A imensa riqueza cultural, simbólica e tecnológica subtraída da África para o continente americano criou condições para o desenvolvimento de sociedades onde elementos europeus, africanos, das populações originárias e, posteriormente, de outras regiões do mundo se combinassem de formas distintas e complexas. Apenas recentemente, tem-se considerado o papel civilizatório que os negros vindos da África desempenharam na formação da sociedade brasileira. Essa compreensão, no entanto, ainda está restrita aos altos estudos acadêmicos e são poucas as fontes de acesso público para avaliar este complexo processo, considerando inclusive o ponto de vista do continente africano.

A publicação da Coleção da História Geral da África em português é também resultado do compromisso de ambas as instituições em combater todas as formas de desigualdades, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), especialmente no sentido de contribuir para a prevenção e eliminação de todas as formas de manifestação de discriminação étnica e racial, conforme estabelecido na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1965.

Para o Brasil, que vem fortalecendo as relações diplomáticas, a cooperação econômica e o intercâmbio cultural com aquele continente, essa iniciativa é mais um passo importante para a consolidação da nova agenda política. A crescente aproximação com os países da África se reflete internamente na crescente valorização do papel do negro na sociedade brasileira e na denúncia das diversas formas de racismo. O enfrentamento da desigualdade entre brancos e negros no país e a educação para as relações étnicas e raciais ganhou maior relevância com a Constituição de 1988. O reconhecimento da prática do racismo como crime é uma das expressões da decisão da sociedade brasileira de superar a herança persistente da escravidão. Recentemente, o sistema educacional recebeu a responsabilidade de promover a valorização da contribuição africana quando, por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a aprovação da Lei 10.639 de 2003, tornou-se obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica.

Essa Lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por criar, via currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. Colabora, nessa direção, para dar acesso a negros e não negros a novas possibilidades educacionais pautadas nas diferenças socioculturais presentes na formação do país. Mais ainda, contribui para o processo de conhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade étnica e racial brasileira.

Nessa perspectiva, a UNESCO e o Ministério da Educação acreditam que esta publicação estimulará o necessário avanço e aprofundamento de estudos, debates e pesquisas sobre a temática, bem como a elaboração de materiais pedagógicos que subsidiem a formação inicial e continuada de professores e o seu trabalho junto aos alunos. Objetivam assim com esta edição em português da História Geral da África contribuir para uma efetiva educação das relações étnicas e raciais no país, conforme orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação.

Boa leitura e sejam bem-vindos ao Continente Africano.

Vincent Defourny	*Fernando Haddad*
Representante da UNESCO no Brasil	Ministro de Estado da Educação do Brasil

NOTA DOS TRADUTORES

A Conferência de Durban ocorreu em 2001 em um contexto mundial diferente daquele que motivou as duas primeiras conferências organizadas pela ONU sobre o tema da discriminação racial e do racismo: em 1978 e 1983 em Genebra, na Suíça, o alvo da condenação era o ***apartheid.***

A conferência de Durban em 2001 tratou de um amplo leque de temas, entre os quais vale destacar a avaliação dos avanços na luta contra o racismo, na luta contra a discriminação racial e as formas correlatas de discriminação; a avaliação dos obstáculos que impedem esse avanço em seus diversos contextos; bem como a sugestão de medidas de combate às expressões de racismo e intolerâncias.

Após Durban, no caso brasileiro, um dos aspectos para o equacionamento da questão social na agenda do governo federal é a implementação de políticas públicas para a eliminação das desvantagens raciais, de que o grupo afrodescendente padece, e, ao mesmo tempo, a possibilidade de cumprir parte importante das recomendações da conferência para os Estados Nacionais e organismos internacionais.

No que se refere à educação, o diagnóstico realizado em novembro de 2007, a partir de uma parceria entre a UNESCO do Brasil e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), constatou que existia um amplo consenso entre os diferentes participantes, que concordavam, no tocante a Lei 10.639-2003, em relação ao seu baixo grau de institucionalização e sua desigual aplicação no território nacional. Entre

os fatores assinalados para a explicação da pouca institucionalização da lei estava a falta de materiais de referência e didáticos voltados à História de África.

Por outra parte, no que diz respeito aos manuais e estudos disponíveis sobre a História da África, havia um certo consenso em afirmar que durante muito tempo, e ainda hoje, a maior parte deles apresenta uma imagem racializada e eurocêntrica do continente africano, desfigurando e desumanizando especialmente sua história, uma história quase inexistente para muitos até a chegada dos europeus e do colonialismo no século XIX.

Rompendo com essa visão, a *História Geral da África* publicada pela UNESCO é uma obra coletiva cujo objetivo é a melhor compreensão das sociedades e culturas africanas e demonstrar a importância das contribuições da África para a história do mundo. Ela nasceu da demanda feita à UNESCO pelas novas nações africanas recém-independentes, que viam a importância de contar com uma história da África que oferecesse uma visão abrangente e completa do continente, para além das leituras e compreensões convencionais. Em 1964, a UNESCO assumiu o compromisso da preparação e publicação da *História Geral da África*. Uma das suas características mais relevantes é que ela permite compreender a evolução histórica dos povos africanos em sua relação com os outros povos. Contudo, até os dias de hoje, o uso da *História Geral da África* tem se limitado sobretudo a um grupo restrito de historiadores e especialistas e tem sido menos usada pelos professores/as e estudantes. No caso brasileiro, um dos motivos desta limitação era a ausência de uma tradução do conjunto dos volumes que compõem a obra em língua portuguesa.

A Universidade Federal de São Carlos, por meio do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB/UFSCar) e seus parceiros, ao concluir o trabalho de tradução e atualização ortográfica do conjunto dos volumes, agradece o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC) e da UNESCO por terem propiciado as condições para que um conjunto cada vez maior de brasileiros possa conhecer e ter orgulho de compartilhar com outros povos do continente americano o legado do continente africano para nossa formação social e cultural.

CRONOLOGIA

Na apresentação das datas da pré-história convencionou-se adotar dois tipos de notação, com base nos seguintes critérios:

- Tomando como ponto de partida a época atual, isto é, datas B.P. (*before present*), tendo como referência o ano de + 1950; nesse caso, as datas são todas negativas em relação a + 1950.
- Usando como referencial o início da Era Cristã; nesse caso, as datas são simplesmente precedidas dos sinais - ou +. No que diz respeito aos séculos, as menções "antes de Cristo" e "depois de Cristo" são substituídas por "antes da Era Cristã", "da Era Cristã".

Exemplos:

(i) 2300 B.P. = -350

(ii) 2900 a.C. = -2900
1800 d.C. = +1800

(iii) século V a.C. = século V antes da Era Cristã
século III d.C. = século III da Era Cristã

LISTA DE FIGURAS

PREFÁCIO

por *M. Amadou - Mahtar M'Bow,*
Diretor Geral da UNESCO (1974-1987)

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Apesar de importantes trabalhos efetuados desde as primeiras décadas deste século por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de especialistas não-africanos, ligados a certos postulados, sustentavam que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, notadamente por falta de fontes e documentos escritos.

Se a *Ilíada* e a *Odisséia* podiam ser devidamente consideradas como fontes essenciais da história da Grécia antiga, em contrapartida, negava-se todo valor à tradição oral africana, essa memória dos povos que fornece, em suas vidas, a trama de tantos acontecimentos marcantes. Ao escrever a história de grande parte da África, recorria-se somente a fontes externas à África, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser. Tomando freqüentemente a "Idade Média" européia como ponto de referência, os modos de produção, as relações sociais tanto quanto as instituições políticas não eram percebidos senão em referência ao passado da Europa.

Com efeito, havia uma recusa a considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram, através dos séculos, por

vias que lhes são próprias e que o historiador só pode apreender renunciando a certos preconceitos e renovando seu método.

Da mesma forma, o continente africano quase nunca era considerado como uma entidade histórica. Em contrário, enfatizava-se tudo o que pudesse reforçar a idéia de uma cisão que teria existido, desde sempre, entre uma "África branca" e uma "África negra" que se ignoravam reciprocamente. Apresentava-se frequentemente o Saara como um espaço impenetrável que tornaria impossíveis misturas entre etnias e povos, bem como trocas de bens, crenças, hábitos e idéias entre as sociedades constituídas de um lado e de outro do deserto. Traçavam-se fronteiras intransponíveis entre as civilizações do antigo Egito e da Núbia e aquelas dos povos subsaarianos.

Certamente, a história da África norte-saariana esteve antes ligada àquela da bacia mediterrânea, muito mais que a história da África subsaariana mas, nos dias atuais, é amplamente reconhecido que as civilizações do continente africano, pela sua variedade lingüística e cultural, formam em graus variados as vertentes históricas de um conjunto de povos e sociedades, unidos por laços seculares.

Um outro fenômeno que grandes danos causou ao estudo objetivo do passado africano foi o aparecimento, com o tráfico negreiro e a colonização, de estereótipos raciais criadores de desprezo e incompreensão, tão profundamente consolidados que corromperam inclusive os próprios conceitos da historiografia. Desde que foram empregadas as noções de "brancos" e "negros", para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica. Marcado pela pigmentação de sua pele, transformado em uma mercadoria, entre outras, e condenado ao trabalho forçado, o africano passou a simbolizar, na consciência de seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior àquela do *negro*. Este processo de falsa identificação depreciou a história dos povos africanos, no espírito de muitos, rebaixando-a a uma etno-história em cuja apreciação das realidades históricas e culturais não podia ser senão falseada.

A situação evoluiu muito desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em particular, desde que os países da África, tendo alcançado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios a ela inerentes. Historiadores, em número crescente, esforçaram-se em abordar o estudo da África com mais rigor, objetividade e abertura de espírito, empregando — obviamente com as devidas precauções — fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade de suas sociedades.

É nesse contexto que emerge a importância da *História Geral da África*, em oito volumes, cuja publicação a Unesco começou.

Os especialistas de numerosos países que se empenharam nessa obra, preocuparam-se, primeiramente, em estabelecer-lhe os fundamentos teóricos e metodológicos. Eles tiveram o cuidado em questionar as simplificações abusivas criadas por uma concepção linear e limitativa da história universal, bem como em restabelecer a verdade dos fatos sempre que necessário e possível. Eles esforçaram-se para extrair os dados históricos que permitissem melhor acompanhar a evolução dos diferentes povos africanos em sua especificidade sociocultural.

Nessa tarefa imensa, complexa e árdua em vista da diversidade de fontes e da dispersão dos documentos, a UNESCO procedeu por etapas. A primeira fase (1965-1969) consistiu em trabalhos de documentação e de planificação da obra. Atividades operacionais foram conduzidas *in loco*, através de pesquisas de campo: campanhas de coleta da tradição oral, criação de centros regionais de documentação para a tradição oral, coleta de manuscritos inéditos em árabe e ajami (línguas africanas escritas em caracteres árabes), compilação de inventários de arquivos e preparação de um *Guia das fontes da história da África*, publicado posteriormente, em nove volumes, a partir dos arquivos e bibliotecas dos países da Europa. Por outro lado, foram organizados encontros, entre especialistas africanos e de outros continentes, durante os quais discutiu-se questões metodológicas e traçou-se as grandes linhas do projeto, após atencioso exame das fontes disponíveis.

Uma segunda etapa (1969 a 1971) foi consagrada ao detalhamento e à articulação do conjunto da obra. Durante esse período, realizaram-se reuniões internacionais de especialistas em Paris (1969) e Addis-Abeba (1970), com o propósito de examinar e detalhar os problemas relativos à redação e à publicação da obra: apresentação em oito volumes, edição principal em inglês, francês e árabe, assim como traduções para línguas africanas, tais como o kiswahili, o hawsa, o peul, o yoruba ou o lingala. Igualmente estão previstas traduções para o alemão, russo, português, espanhol e chinês[1], além de edições resumidas, destinadas a um público mais amplo, tanto africano quanto internacional.

A terceira e última fase constituiu-se na redação e na publicação do trabalho. Ela começou pela nomeação de um Comitê Científico Internacional de trinta e

1 O volume I foi publicado em inglês, árabe, chinês, coreano, espanhol, francês, hawsa, italiano, kiswahili, peul e português; o volume II em inglês, árabe, chinês, coreano, espanhol, francês, hawsa, italiano, kiswahili, peul e português; o volume III em inglês, árabe, espanhol e francês; o volume IV em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e português; o volume V em inglês e árabe; o volume VI em inglês, árabe e francês; o volume VII em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e português; o VIII em inglês e francês.

nove membros, composto por africanos e não-africanos, na respectiva proporção de dois terços e um terço, a quem incumbiu-se a responsabilidade intelectual pela obra.

Interdisciplinar, o método seguido caracterizou-se tanto pela pluralidade de abordagens teóricas quanto de fontes. Dentre essas últimas, é preciso citar primeiramente a arqueologia, detentora de grande parte das chaves da história das culturas e das civilizações africanas. Graças a ela, admite-se, nos dias atuais, reconhecer que a África foi, com toda probabilidade, o berço da humanidade, palco de uma das primeiras revoluções tecnológicas da história, ocorrida no período Neolítico. A arqueologia igualmente mostrou que, na África, especificamente no Egito, desenvolveu-se uma das antigas civilizações mais brilhantes do mundo. Outra fonte digna de nota é a tradição oral que, até recentemente desconhecida, aparece hoje como uma preciosa fonte para a reconstituição da história da África, permitindo seguir o percurso de seus diferentes povos no tempo e no espaço, compreender, a partir de seu interior, a visão africana do mundo, e apreender os traços originais dos valores que fundam as culturas e as instituições do continente.

Saber-se-á reconhecer o mérito do Comitê Científico Internacional encarregado dessa *História geral da África*, de seu relator, bem como de seus coordenadores e autores dos diferentes volumes e capítulos, por terem lançado uma luz original sobre o passado da África, abraçado em sua totalidade, evitando todo dogmatismo no estudo de questões essenciais, tais como: o tráfico negreiro, essa "sangria sem fim", responsável por umas das deportações mais cruéis da história dos povos e que despojou o continente de uma parte de suas forças vivas, no momento em que esse último desempenhava um papel determinante no progresso econômico e comercial da Europa; a colonização, com todas suas conseqüências nos âmbitos demográfico, econômico, psicológico e cultural; as relações entre a África ao sul do Saara e o mundo árabe; o processo de descolonização e de construção nacional, mobilizador da razão e da paixão de pessoas ainda vivas e muitas vezes em plena atividade. Todas essas questões foram abordadas com grande preocupação quanto à honestidade e ao rigor científico, o que constitui um mérito não desprezível da presente obra. Ao fazer o balanço de nossos conhecimentos sobre a África, propondo diversas perspectivas sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a História geral da África tem a indiscutível vantagem de destacar tanto as luzes quanto as sombras, sem dissimular as divergências de opinião entre os estudiosos.

Ao demonstrar a insuficiência dos enfoques metodológicas amiúde utilizados na pesquisa sobre a África, essa nova publicação convida à renovação e ao

aprofundamento de uma dupla problemática, da historiografia e da identidade cultural, unidas por laços de reciprocidade. Ela inaugura a via, como todo trabalho histórico de valor, a múltiplas novas pesquisas.

É assim que, em estreita colaboração com a UNESCO, o Comitê Científico Internacional decidiu empreender estudos complementares com o intuito de aprofundar algumas questões que permitirão uma visão mais clara sobre certos aspectos do passado da África. Esses trabalhos publicados na coleção da UNESCO, História geral da África: estudos e documentos, virão a constituir, de modo útil, um suplemento à presente obra[2]. Igualmente, tal esforço desdobrar-se-á na elaboração de publicações versando sobre a história nacional ou sub-regional.

Essa *História geral da África* coloca simultaneamente em foco a unidade histórica da África e suas relações com os outros continentes, especialmente com as Américas e o Caribe. Por muito tempo, as expressões da criatividade dos afrodescendentes nas Américas haviam sido isoladas por certos historiadores em um agregado heteróclito de *africanismos*; essa visão, obviamente, não corresponde àquela dos autores da presente obra. Aqui, a resistência dos escravos deportados para a América, o fato tocante ao *marronage* [fuga ou clandestinidade] político e cultural, a participação constante e massiva dos afrodescendentes nas lutas da primeira independência americana, bem como nos movimentos nacionais de libertação, esses fatos são justamente apreciados pelo que eles realmente foram: vigorosas afirmações de identidade que contribuíram para forjar o conceito universal de humanidade. É hoje evidente que a herança africana marcou, mais ou menos segundo as regiões, as maneiras de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério ocidental. Do sul dos Estados-Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, inclusive, elas constituem os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns dos elementos mais importantes da população.

2 Doze números dessa série foram publicados; eles tratam respectivamente sobre: no 1 – O povoamento do Egito antigo e a decodificação da escrita meroítica; no 2 – O tráfico negreiro do século XV ao século XIX; no 3 – Relações históricas através do Oceano Índico; no 4 – A historiografia da África Meridional; no 5 – A descolonização da África: África Meridional e Chifre da África [Nordeste da África]; no 6 – Etnonímias e toponímias; no 7 – As relações históricas e socioculturais entre a África e o mundo árabe; no 8 – A metodologia da história da África contemporânea; no 9 – O processo de educação e a historiografia na África; no 10 – A África e a Segunda Guerra Mundial; no 11 – Líbya Antiqua; no 12 – O papel dos movimentos estudantis africanos na evolução política e social da África de 1900 a 1975.

Igualmente, essa obra faz aparecerem nitidamente as relações da África com o sul da Ásia através do Oceano Índico, além de evidenciar as contribuições africanas junto a outras civilizações em seu jogo de trocas mútuas.

Estou convencido que os esforços dos povos da África para conquistar ou reforçar sua independência, assegurar seu desenvolvimento e consolidar suas especificidades culturais devem enraizar-se em uma consciência histórica renovada, intensamente vivida e assumida de geração em geração.

Minha formação pessoal, a experiência adquirida como professor e, desde os primórdios da independência, como presidente da primeira comissão criada com vistas à reforma dos programas de ensino de história e de geografia de certos países da África Ocidental e Central, ensinaram-me o quanto era necessário, para a educação da juventude e para a informação do público, uma obra de história elaborada por pesquisadores que conhecessem desde o seu interior os problemas e as esperanças da África, pensadores capazes de considerar o continente em sua totalidade.

Por todas essas razões, a UNESCO zelará para que essa *História Geral da África* seja amplamente difundida, em numerosos idiomas, e constitua base da elaboração de livros infantis, manuais escolares e emissões televisivas ou radiofônicas. Dessa forma, jovens, escolares, estudantes e adultos, da África e de outras partes, poderão ter uma melhor visão do passado do continente africano e dos fatores que o explicam, além de lhes oferecer uma compreensão mais precisa acerca de seu patrimônio cultural e de sua contribuição ao progresso geral da humanidade. Essa obra deveria então contribuir para favorecer a cooperação internacional e reforçar a solidariedade entre os povos em suas aspirações por justiça, progresso e paz. Pelo menos, esse é o voto que manifesto muito sinceramente.

Resta-me ainda expressar minha profunda gratidão aos membros do Comitê Científico Internacional, ao redator, aos coordenadores dos diferentes volumes, aos autores e a todos aqueles que colaboraram para a realização desta prodigiosa empreitada. O trabalho por eles efetuado e a contribuição por eles trazida mostram com clareza o quanto homens vindos de diversos horizontes, conquanto animados por uma mesma vontade e igual entusiasmo a serviço da verdade de todos os homens, podem fazer, no quadro internacional oferecido pela UNESCO, para lograr êxito em um projeto de tamanho valor científico e cultural. Meu reconhecimento igualmente estende-se às organizações e aos governos que, graças a suas generosas doações, permitiram à UNESCO publicar essa obra em diferentes línguas e assegurar-lhe a difusão universal que ela merece, em prol da comunidade internacional em sua totalidade.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

pelo *Professor Bethwell Allan Ogot*
Presidente do Comitê Científico Internacional
para a redação de uma História Geral da África

A Conferência Geral da UNESCO, em sua décima sexta sessão, solicitou ao Diretor-geral que empreendesse a redação de uma História Geral da África. Esse considerável trabalho foi confiado a um Comitê Científico Internacional criado pelo Conselho Executivo em 1970.

Segundo os termos dos estatutos adotados pelo Conselho Executivo da UNESCO, em 1971, esse Comitê compõe-se de trinta e nove membros responsáveis (dentre os quais dois terços africanos e um terço de não-africanos), nomeados pelo Diretor-geral da UNESCO por um período correspondente à duração do mandato do Comitê.

A primeira tarefa do Comitê consistiu em definir as principais características da obra. Ele definiu-as em sua primeira sessão, nos seguintes termos:

- Em que pese visar a maior qualidade científica possível, a *História Geral da África* não busca a exaustão e se pretende uma obra de síntese que evitará o dogmatismo. Sob muitos aspectos, ela constitui uma exposição dos problemas indicadores do atual estádio dos conhecimentos e das grandes correntes de pensamento e pesquisa, não hesitando em assinalar, em tais circunstâncias, as divergências de opinião. Ela assim preparará o caminho para posteriores publicações.
- A África é aqui considerada como um todo. O objetivo é mostrar as relações históricas entre as diferentes partes do continente, muito amiúde

subdividido, nas obras publicadas até o momento. Os laços históricos da África com os outros continentes recebem a atenção merecida e são analisados sob o ângulo dos intercâmbios mútuos e das influências multilaterais, de forma a fazer ressurgir, oportunamente, a contribuição da África para o desenvolvimento da humanidade.

- A *História Geral da África* consiste, antes de tudo, em uma história das idéias e das civilizações, das sociedades e das instituições. Ela fundamenta-se sobre uma grande diversidade de fontes, aqui compreendidas a tradição oral e a expressão artística.
- A *História Geral da África* é aqui essencialmente examinada de seu interior. Obra erudita, ela também é, em larga medida, o fiel reflexo da maneira através da qual os autores africanos vêem sua própria civilização. Embora elaborada em âmbito internacional e recorrendo a todos os dados científicos atuais, a *História* será igualmente um elemento capital para o reconhecimento do patrimônio cultural africano, evidenciando os fatores que contribuem à unidade do continente. Essa vontade em examinar os fatos de seu interior constitui o ineditismo da obra e poderá, além de suas qualidades científicas, conferir-lhe um grande valor de atualidade. Ao evidenciar a verdadeira face da África, a *História* poderia, em uma época dominada por rivalidades econômicas e técnicas, propor uma concepção particular dos valores humanos.

O Comitê decidiu apresentar a obra, dedicada ao estudo sobre mais de 3 milhões de anos de história da África, em oito volumes, cada qual compreendendo aproximadamente oitocentas páginas de texto com ilustrações (fotos, mapas e desenhos tracejados).

Para cada volume designou-se um coordenador principal, assistido, quando necessário, por um ou dois codiretores assistentes.

Os coordenadores dos volumes são escolhidos, tanto entre os membros do Comitê quanto fora dele, em meio a especialistas externos ao organismo, todos eleitos por esse último, pela maioria de dois terços. Eles encarregam-se da elaboração dos volumes, em conformidade com as decisões e segundo os planos decididos pelo Comitê. São eles os responsáveis, no plano científico, perante o Comitê ou, entre duas sessões do Comitê, perante o Conselho Executivo, pelo conteúdo dos volumes, pela redação final dos textos ou ilustrações e, de uma maneira geral, por todos os aspectos científicos e técnicos da *História*. É o Conselho Executivo quem aprova, em última instância, o original definitivo. Uma vez considerado pronto para a edição, o texto é remetido ao Diretor-Geral

da UNESCO. A direção da obra cabe, dessa forma, ao Comitê ou ao Conselho Executivo, nesse caso responsável no ínterim entre duas sessões do Comitê.

Cada volume compreende por volta de 30 capítulos. Cada qual redigido por um autor principal, assistido por um ou dois colaboradores, caso necessário.

Os autores são escolhidos pelo Comitê em função de seu *curriculum vitae*. A preferência é concedida aos autores africanos, sob reserva de sua adequação aos títulos requeridos. Além disso, o Comitê zela, tanto quanto possível, para que todas as regiões da África, bem como outras regiões que tenham mantido relações históricas ou culturais com o continente, estejam de forma equitativa representadas no quadro dos autores.

Após aprovação pelo coordenador do volume, os textos dos diferentes capítulos são enviados a todos os membros do Comitê para submissão à sua crítica.

Ademais e finalmente, o texto do coordenador do volume é submetido ao exame de um comitê de leitura, designado no seio do Comitê Científico Internacional, em função de suas competências; cabe a esse comitê realizar uma profunda análise tanto do conteúdo quanto da forma dos capítulos.

Ao Conselho Executivo cabe aprovar, em última instância, os originais.

Tal procedimento, aparentemente longo e complexo, revelou-se necessário, pois permite assegurar o máximo de rigor científico à *História Geral da África*. Com efeito, houve ocasiões nas quais o Conselho Executivo rejeitou originais, solicitou reestruturações importantes ou, inclusive, confiou a redação de um capítulo a um novo autor. Eventualmente, especialistas de uma questão ou período específicos da história foram consultados para a finalização definitiva de um volume.

Primeiramente, uma edição principal da obra em inglês, francês e árabe será publicada, posteriormente haverá uma edição em forma de brochura, nesses mesmos idiomas.

Uma versão resumida em inglês e francês servirá como base para a tradução em línguas africanas. O Comitê Científico Internacional determinou quais os idiomas africanos para os quais serão realizadas as primeiras traduções: o kiswahili e o haussa.

Tanto quanto possível, pretende-se igualmente assegurar a publicação da *História Geral da África* em vários idiomas de grande difusão internacional (dentre os quais, entre outros: alemão, chinês, italiano, japonês, português, russo, etc.).

Trata-se, portanto, como se pode constatar, de uma empreitada gigantesca que constitui um ingente desafio para os historiadores da África e para a comunidade científica em geral, bem como para a UNESCO que lhe oferece sua

chancela. Com efeito, pode-se facilmente imaginar a complexidade de uma tarefa tal qual a redação de uma história da África que cobre no espaço, todo um continente e, no tempo, os quatro últimos milhões de anos, respeitando, todavia, as mais elevadas normas científicas e convocando, como é necessário, estudiosos pertencentes a todo um leque de países, culturas, ideologias e tradições históricas. Trata-se de um empreendimento continental, internacional e interdisciplinar, de grande envergadura.

Em conclusão, obrigo-me a sublinhar a importância dessa obra para a África e para todo o mundo. No momento em que os povos da África lutam para se unir e para, em conjunto, melhor forjar seus respectivos destinos, um conhecimento adequado sobre o passado da África, uma tomada de consciência no tocante aos elos que unem os Africanos entre si e a África aos demais continentes, tudo isso deveria facilitar, em grande medida, a compreensão mútua entre os povos da Terra e, além disso, propiciar sobretudo o conhecimento de um patrimônio cultural cuja riqueza consiste em um bem de toda a Humanidade.

Bethwell Allan Ogot
Em 8 de agosto de 1979
Presidente do Comitê Científico Internacional
para a redação de uma História Geral da África

CAPÍTULO 1

A África diante do desafio colonial

Albert Adu Boahen

Na história da África jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Na verdade, as mudanças mais importantes, mais espetaculares – e também mais trágicas –, ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. A fase posterior a 1910 caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema.

O desenvolvimento desse drama foi verdadeiramente espantoso, pois até 1880 apenas algumas áreas bastante restritas da África estavam sob a dominação direta de europeus. Em toda a África ocidental, essa dominação limitava-se às zonas costeiras e ilhas do Senegal, à cidade de Freetown e seus arredores (que hoje fazem parte de Serra Leoa), às regiões meridionais da Costa do Ouro (atual Gana), ao litoral de Abidjan, na Costa do Marfim, e de Porto Novo, no Daomé (atual Benin), e à ilha de Lagos (no que consiste atualmente a Nigéria). Na África setentrional, em 1880, os franceses tinham colonizado apenas a Argélia. Da África oriental, nem um só palmo de terra havia tombado em mãos de qualquer potência europeia, enquanto, na África central, o poder exercido pelos portugueses restringia-se a algumas faixas costeiras de Moçambique e Angola. Só na África meridional é que a dominação estrangeira se achava firmemente implantada, estendendo-se largamente pelo interior da região (ver figura 1.1).

FIGURA 1.1 A África em 1880, em vésperas da partilha e da conquista.

Até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados.

No entanto, nos trinta anos seguintes, assiste-se a uma transmutação extraordinária, para não dizer radical, dessa situação. Em 1914, com a única exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira vê-se submetida à dominação de potências europeias e dividida em colônias de dimensões diversas, mas de modo geral, muito mais extensas do que as formações políticas preexistentes e, muitas vezes, com pouca ou nenhuma relação com elas. Nessa época, aliás, a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais.

Como Ferhat 'Abbas salientava em 1930, a propósito da colonização da Argélia pelos franceses, para a França

> a colonização constitui apenas uma empreitada militar e econômica, posteriormente defendida por um regime administrativo apropriado; para os argelinos, contudo, é uma verdadeira revolução, que vem transtornar todo um antigo mundo de crenças e ideias, um modo secular de existência. Coloca todo um povo diante de súbita mudança. Uma nação inteira, sem estar preparada para isso, vê-se obrigada a se adaptar ou, se não, sucumbir. Tal situação conduz necessariamente a um desequilíbrio moral e material, cuja esterilidade não está longe da desintegração completa[1].

Essas observações sobre a natureza do colonialismo valem não só para a colonização francesa da Argélia mas para toda a colonização europeia da África, sendo as diferenças de grau e não de gênero, de forma e não de fundo. Em outras palavras, durante o período entre 1880 e 1935, a África teve de enfrentar um desafio particularmente ameaçador: o desafio do colonialismo.

Grau de preparação dos africanos

Qual foi a atitude dos africanos perante a irrupção do colonialismo, que traz consigo tão fundamental mutação na natureza das relações existentes entre eles e os europeus nos três últimos séculos? Eis uma questão ainda não estudada em profundidade pelos historiadores, tanto africanos como europeus, que, no entanto, precisa ser respondida. E a resposta é clara e inequívoca: na sua esmagadora maioria, autoridades e dirigentes africanos foram profundamente hostis

1 ABBAS, 1931, p. 9, apud BERQUE, capítulo 24 deste volume.

a essa mudança e declararam-se decididos a manter o *status quo* e, sobretudo, a assegurar sua soberania e independência, pelas quais praticamente nenhum deles estava disposto a transigir, por menos que fosse. Tal resposta pode ser encontrada nas declarações dos dirigentes africanos da época.

Em 1891, quando os britânicos ofereceram proteção a Prempeh I, rei dos Ashanti, na Costa do Ouro (atual Gana), ele replicou:

> A proposta para o país Ashanti, na presente situação, colocar-se sob a proteção de Sua Majestade, a Rainha e Imperatriz da Índia, foi objeto de exame aprofundado, mas me permitam dizer que chegamos à seguinte conclusão: meu reino, o Ashanti, jamais aderirá a uma tal política. O país Ashanti deve continuar a manter, como até agora, laços de amizade com todos os brancos. Não é por ufanismo que escrevo isto, mas tendo clareza do significado das palavras [...]. A causa dos Ashanti progride, e nenhum Ashanti tem a menor razão para se preocupar com o futuro ou para acreditar, por um só instante, que as hostilidades passadas tenham prejudicado a nossa causa[2].

Em 1895, Wogobo, o Moro Naba, ou rei dos Mossi (na atual República do Alto Volta), declarou ao oficial francês, capitão Destenave:

> Sei que os brancos querem me matar para tomar o meu país, e, ainda assim, você insiste em que eles me ajudarão a organizá-lo. Por mim, acho que meu país está muito bem como está. Não preciso deles. Sei o que me falta e o que desejo: tenho meus próprios mercadores; considere-se feliz por não mandar cortar-lhe a cabeça. Parta agora mesmo e, principalmente, não volte nunca mais[3].

Em 1883, Lat-Dior, o *damel* de Cayor (no atual Senegal), de quem se voltará a falar no capítulo 6, em 1890, Machemba, chefe dos Yao de Tanganica (atual Tanzânia), citado mais adiante, no capítulo 3, e Hendrik Wittboi, um dos soberanos da região que hoje constitui a Namíbia, também referido no capítulo 3, tiveram a mesma atitude em face do colonizador. Mas um dos últimos e mais fascinantes testemunhos que gostaríamos de citar aqui é o emocionante apelo lançado em abril de 1891 por Menelik, imperador da Etiópia, à rainha Victoria, da Inglaterra. A mesma mensagem foi enviada aos dirigentes da França, Alemanha, Itália e Rússia. Neste apelo Menelik definia primeiramente as fronteiras que eram então as da Etiópia e – expressando ambições expansionistas pessoais – declarava a intenção de restabelecer as antigas fronteiras da Etiópia até Khartum e o lago Niza, aí incluídos todos os territórios de Galla, acrescentando:

---

2 Apud FYNN, 1971, p. 43-4.

3 Apud CROWDER, 1968, p. 97.

> Não tenho a menor intenção de ser um espectador indiferente, caso ocorra a potências distantes dividir a África, pois a Etiópia há quatorze séculos tem sido uma ilha cristã num mar de pagãos. Dado que o Todo-Poderoso até agora tem protegido a Etiópia, tenho a esperança de que continuará a protegê-la e a engrandecê-la e não penso sequer um instante que Ele permita que a Etiópia seja dividida entre outros Estados. Antigamente, as fronteiras da Etiópia eram o mar. Não tendo recorrido à força nem recebido ajuda dos cristãos, nossas fronteiras marítimas caíram em mãos dos muçulmanos. Não abrigamos hoje a pretensão de recuperá-las pela força, mas esperamos que as potências cristãs, inspiradas por nosso Salvador, Jesus Cristo, as devolvam a nós ou nos concedam pelo menos alguns pontos de acesso ao mar[4].

Quando, apesar deste apelo, os italianos lançaram sua campanha contra a Etiópia, com a conivência do Reino Unido e da França, Menelik proclamou de novo, em 17 de setembro de 1895, uma ordem de mobilização na qual declarava:

> Os inimigos vêm agora se apoderar de nosso país e mudar nossa religião [...]. Nossos inimigos começaram a avançar abrindo caminho na terra como toupeiras. Com a ajuda de Deus, não lhes entregarei meu país [...]. Hoje, que os fortes me emprestem sua força e os fracos me ajudem com suas orações[5].

Essas são as respostas textuais dos homens que tiveram de fazer frente ao colonialismo: elas mostram, incontestavelmente, sua determinação em opor-se aos europeus e em defender sua soberania, sua religião e seu modo de vida tradicional.

Também deixam claro que esses dirigentes tinham a certeza de estar preparados para enfrentar os invasores europeus, aliás, com razão. Não tinham eles plena confiança em sua magia, nos antepassados e, certamente, em seus deuses (ou deus), que não deixariam de vir em sua ajuda? Muitos deles, em vésperas dos confrontos físicos reais, recorreram às orações, aos sacrifícios ou às poções e feitiços. Como registrou Elliot P. Skinner:

> Os Mossi de modo geral acreditam que, quando os franceses atacaram Uagadugu, o Moro Naba Wogobo, deposto, ofereceu sacrifícios às divindades da terra. Conforme a tradição, sacrificou um galo preto, um carneiro preto, um burro preto e um escravo negro numa elevada colina, perto do Volta Branco, implorando à deusa da terra que

4 ASMAI, Arquivos do Ministerio degli Affari Esteri (Roma), Ethiopia Poso 36/13-109 Menelik to Queen Victoria, Adis Abeba, 14 Miazia, 1883, documento acrescentado a *Tarnielli to MAE,* Londres, 6 de agosto de 1891.

5 Apud MARCUS, 1975, p. 160.

> repelisse os franceses e aniquilasse o traidor Mazi, que eles tinham colocado no trono[6].

Como se verá em muitos dos capítulos seguintes, a religião foi efetivamente uma das armas empregadas contra o colonialismo. Além disso, vários dirigentes africanos só tinham conseguido edificar seus impérios, de proporções variáveis, poucos decênios antes, e alguns estavam ainda em vias de alargar ou de restaurar seu reino. Muitos poderiam ter defendido sua soberania, apoiados pelos súditos, utilizando as armas e as táticas tradicionais. Alguns, como Samori Touré, chefe do império Manden, da África ocidental, ou Menelik, da Etiópia, tinham até mesmo conseguido modernizar seus exércitos. Nessas condições, não viam por que não estariam aptos a preservar sua soberania e pensavam poder desfazer os planos dos invasores usando a diplomacia. Conforme veremos, em 1889, no momento em que Cecil Rhodes se aprestava para ocupar o país dos Ndebele, o rei destes, Lobengula, enviou uma delegação a Londres para se avistar com a rainha Victoria; em 1896, quando o exército dos invasores britânicos avançava em direção a Kumasi para prender Prempeh, que, cinco anos antes, rejeitara a oferta de proteção do Reino Unido, este manda uma missão diplomática dotada de amplos poderes junto à rainha Victoria; como vimos, Menelik tinha feito apelo análogo a esta mesma soberana, assim como a outros chefes de Estado europeus.

Fica também evidente, com a leitura de algumas citações aqui feitas, que numerosos dirigentes africanos, de fato, acolheram muito favoravelmente as inovações que com regularidade foram sendo introduzidas depois do primeiro terço do século XIX, pois até então elas não tinham feito pesar nenhuma ameaça sobre sua soberania e independência. Na África ocidental, por exemplo, os missionários fundaram, em Serra Leoa, já em 1826, o Fourah Bay College, assim como escolas primárias e duas escolas secundárias, uma na Costa do Ouro e a outra na Nigéria, nos anos de 1870. O pan-africanista antilhano Edward Wilmot Blyden chegara mesmo a lançar um apelo a favor da criação de uma universidade na África ocidental. Africanos ricos, em 1887, começavam a enviar os filhos para a Europa para prosseguir os estudos e receber uma formação profissional. Podemos citar, a propósito, o caso de John Mensah Sarbah, que voltou para a Costa do Ouro com todos os seus diplomas de jurista.

Mais ainda, após a abolição do hediondo tráfico de escravos, os africanos tinham se mostrado capazes de se adaptar a um sistema econômico baseado

6 SKINNER, E. P., 1964, p. 133. Ver tb. ISICHEI, 1977, p. 181.

na exportação de produtos agrícolas: óleo de palma na Nigéria, amendoim no Senegal e na Gâmbia, antes de 1880; na Costa do Ouro, o cacau foi reintroduzido em 1879 por Tetteh Quashie, vindo de Fernando Pó. Todas essas transformações se produziram sem controle europeu direto, salvo em alguns bolsões costeiros. Quanto aos africanos ocidentais que, em número bem reduzido, se tinham beneficiado de uma educação à europeia, gozavam de situação bastante invejável no início dos anos de 1880. Dominavam a administração, onde ocupavam os raros postos existentes oferecidos pelas administrações europeias; na costa, alguns deles dirigiam as próprias empresas de importação e exportação e exerciam o monopólio sobre a distribuição dos produtos importados. Na África oriental é que a influência europeia era ainda mínima, embora, após as viagens memoráveis de Livingstone e de Stanley, bem como a subsequente propaganda das sociedades missionárias, a chegada das igrejas, das escolas e, depois, das estradas e das ferrovias fosse simples questão de tempo.

Os africanos não viam, portanto, nenhuma necessidade de modificar radicalmente suas relações seculares com a Europa, certos de que, se os europeus quisessem lhes impor mudanças pela força e avançar em suas terras, conseguiriam barrar-lhes o caminho, tal como vinham fazendo há dois ou três séculos. Daí esse tom de confiança, se não de desafio, perceptível nas palavras já citadas.

No entanto um fato escapava aos africanos: em 1880, graças ao desenvolvimento da revolução industrial na Europa e ao progresso tecnológico que ela acarretara – invenção do navio a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo e sobretudo da primeira metralhadora, a Maxim –, os europeus que eles iam enfrentar tinham novas ambições políticas, novas necessidades econômicas e tecnologia relativamente avançada. Por outras palavras, os africanos não sabiam que o tempo do livre-cambismo e do controle político oficioso cedera lugar, conforme diz Basil Davidson, à "era do novo imperialismo e dos monopólios capitalistas rivais" [7].

Os europeus já não queriam apenas trocar bens, mas exercer controle político direto sobre a África. Além disso, os dirigentes africanos não sabiam que as espingardas que eles usavam e armazenavam até então, de carregar pela boca (os franceses tomaram 21365 espingardas dos Baule da Costa do Marfim, depois de esmagada a sua última revolta, em 1911)[8], estavam inteiramente fora de moda, não podendo ser comparadas aos novos fuzis dos europeus, de carregar pela culatra, com cadência de tiro quase dez vezes superior e carga seis vezes

7 DAVIDSON, B., 1978a, p. 19.

8 WEISKEL, 1980, p. 203.

mais forte, nem às novas metralhadoras Maxim, ultrarrápidas (ver figura 1.2). O poeta inglês Hilaire Belloc resume bem a situação:

> Aconteça o que acontecer, nós temos a metralhadora, e eles não[9].

Foi aí que os dirigentes africanos cometeram um erro de cálculo, que, em numerosos casos, teve consequências trágicas. Como veremos, todos os chefes citados, com exceção de apenas um, foram vencidos e perderam a soberania.

Além disso, Lat-Dior foi morto; Prempeh, Behanzin e Cetshwayo, rei dos Zulus, foram exilados; Lobengula, chefe dos Ndebele, morreu em fuga. Apenas Menelik, como veremos em capítulo posterior, conseguiu vencer os invasores italianos, preservando assim sua soberania e independência.

Estrutura do volume VII

É evidente, portanto, que as relações entre africanos e europeus se modificaram radicalmente e que a África teve de enfrentar, entre 1880 e 1935, o grande desafio do colonialismo. Quais foram as origens desse fantástico desafio, o colonialismo? Em outras palavras, por que e como as relações existentes havia três séculos entre a África e a Europa sofreram uma reviravolta tão drástica e tão fundamental durante esse período? Como é que se instalou o sistema colonial na África e que medidas – políticas e econômicas, psicológicas e ideológicas – foram adotadas para sustentar esse sistema? Até que ponto a África estava preparada para enfrentar tal desafio, como é que o enfrentou e com que resultado? Entre as inovações, quais as que foram aceitas e quais as rejeitadas? Que é que subsistiu do antigo sistema e que elementos foram destruídos? Que adaptações, que arranjos foram feitos? Quantas instituições foram abaladas e quantas se desintegraram? Quais os efeitos de todos esses fenômenos sobre a África, seus povos, suas estruturas e instituições políticas, sociais e econômicas? Enfim, qual foi o significado do colonialismo para a África e sua história? É a tais questões que este volume procurará responder.

Com esse fim em vista, bem como com o propósito de explicar as iniciativas e reações africanas em face do desafio colonial, dividimos este volume, à parte os dois primeiros capítulos, em três grandes seções. Cada uma é precedida por um capítulo (3, 13, 22), onde apresentamos um apanhado geral do tema da seção, visto de uma perspectiva africana global; depois, nos capítulos seguintes,

9 Apud PERHAN, 1961, p. 32.

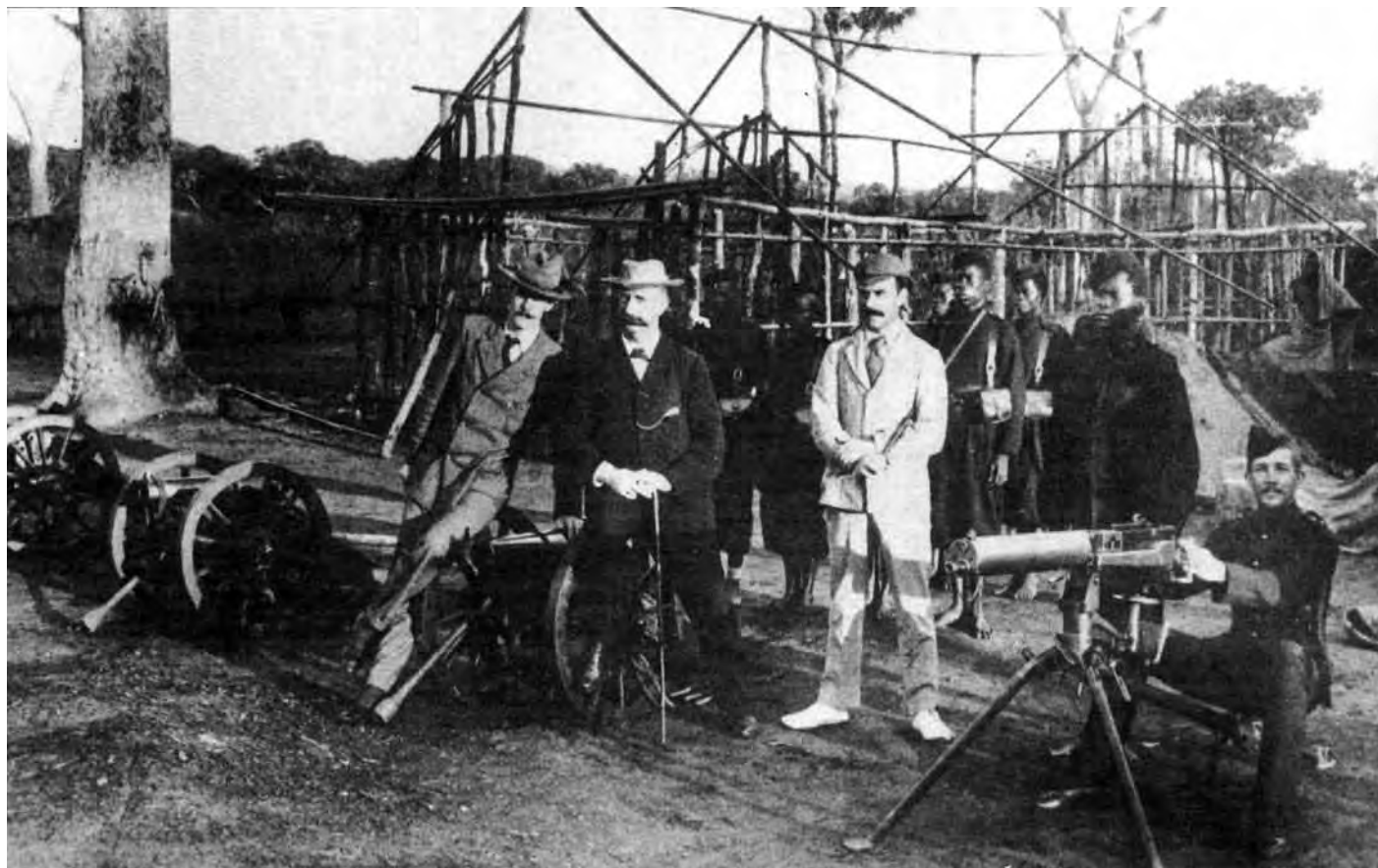



FIGURA 1.2 A guerra dos Ashanti, em 1896 (Costa do Ouro): o invasor britânico equipado com metralhadora Maxim. (Fonte: Musée de l'Homme).

abordamos o mesmo tema do ponto de vista regional. A seção introdutória, que compreende o presente capítulo e o que se segue, estuda as atitudes dos africanos e seu grau de preparação em vésperas da transmutação fundamental que se dá nas relações entre a África e os europeus, bem como os motivos da partilha, da conquista e da ocupação da África pelas potências imperialistas europeias. Convém realçar, pois frequentemente se ignora, que a fase da conquista efetiva foi precedida por anos de negociações entre essas potências e os dirigentes africanos e por colóquios que redundaram em tratados. Cumpre insistir nessa fase de negociações, pois ela mostra que as potências europeias originalmente aceitavam a contraparte africana como igual e reconheciam a soberania e a independência das sociedades e dos Estados africanos.

A segunda seção trata das iniciativas e reações africanas diante da conquista e da ocupação do continente, tema grosseiramente deturpado ou inteiramente ignorado, até os anos de 1960, pela escola colonial da historiografia africana. Para os membros dessa escola, tais como H. H. Johnston, *sir* Alan Burns e, mais recentemente, Margery Perham, Lewis H. Gann e Peter Duignan[10], os africanos teriam de fato acolhido favoravelmente a dominação colonial, já que ela não só os preservava da anarquia e das guerras civis mas também lhes trazia algumas vantagens concretas. Citemos, a esse respeito, Margery Perham:

> A maioria das tribos aceitou rapidamente a dominação europeia, considerando que ela fazia parte de uma ordem irresistível, da qual podiam extrair numerosas vantagens, essencialmente a paz, e inovações apaixonantes: ferrovias e estradas, lâmpadas, bicicletas, arados, culturas e alimentos novos e tudo o que podia ser adquirido ou provado nas cidades. Essa dominação trouxe às classes dirigentes – tradicionais ou recém-criadas – maior autoridade e segurança, bem como novas formas de riqueza e de poder. Por muito tempo, apesar da extrema perplexidade que estas provocaram, as revoltas foram bastante raras, e não parece que a dominação tenha sido sentida como uma indignidade[11].

Semelhantes ideias também se refletem no uso de termos eurocêntricos, tais como “pacificação”, *Pax Britannica* e *Pax Gallica,* que descrevem a conquista e a ocupação da África entre 1880 e 1914. Os historiadores que dedicaram certo interesse ao assunto só o mencionaram, por assim dizer, de passagem. Na obra *A short history of Africa,* publicada em 1962, uma das primeiras análises modernas realmente sérias da história da África, os historiadores ingleses Roland Oliver e

10 JOHNSTON, H. H., 1899, 1913; BURNS, 1957; PERHAM, 1960a; GANN & DUIGNAN, 1967.

11 PERHAM, 1960a, p. 28.

J. D. Fage consagram apenas um parágrafo ao que eles chamam de "resistência tenaz" dos africanos, num capítulo de quatorze páginas dedicado ao que depois se conheceu como "corrida" europeia às colônias africanas. É para corrigir essa falsa interpretação da escola colonial, para restabelecer os fatos e dar relevo à perspectiva africana que resolvemos destinar sete capítulos ao tema das iniciativas e reações africanas.

Ver-se-á neles que não há nenhuma evidência em apoio à tese segundo a qual os africanos teriam acolhido com entusiasmo os soldados invasores e rapidamente aceitado a dominação colonial. Na realidade, as reações africanas foram exatamente o inverso. Está bem claro que os africanos só tinham duas opções: ou renunciar sem resistência à soberania e à independência, ou defendê-las a qualquer custo. É muito significativo que a maioria dos dirigentes africanos, como será amplamente demonstrado neste volume, tenha optado sem hesitar pela defesa da sua soberania e independência, a despeito das estruturas políticas e socioeconômicas de seus Estados e das múltiplas desvantagens que sofriam. De um lado, a superioridade do adversário, de outro, a bravia determinação de resistir a todo preço estão traduzidas no baixo-relevo reproduzido na sobrecapa desta obra. Esse baixo-relevo, pintado numa das paredes do palácio dos reis do Daomé, em Abomey, mostra um africano armado de arco e flecha, barrando desafiadoramente o caminho a um europeu armado com uma pistola.

John D. Hargreaves coloca esta interessante questão em artigo recente:

> Dadas as diversas atitudes possíveis da parte dos invasores europeus, os dirigentes africanos podiam escolher entre várias opções. No número das vantagens de curto prazo que lhes ofereciam os tratados ou a colaboração com os europeus, estava não só o acesso às armas de fogo e aos bens de consumo, mas ainda a possibilidade de conquistar para a sua causa aliados poderosos, que os ajudariam em suas disputas externas ou internas. Então, por que motivo tantos Estados africanos rejeitaram essas oportunidades, preferindo resistir aos europeus nos campos de batalha?[12].

A resposta pode parecer enigmática, mas somente para os que encaram o problema do ponto de vista eurocêntrico. Para o africano, o que estava em jogo, na verdade, não era esta ou aquela vantagem a curto ou a longo prazo, mas sua terra e sua soberania. É precisamente por essa razão que quase todas as sociedades africanas – centralizadas ou não – optaram mais cedo ou mais tarde por manter, defender ou recuperar sua soberania; não podiam aceitar nenhum compromisso que a pusesse em risco, e, de fato, foram numerosos os chefes que

12 HARGREAVES, 1969, p. 205-6.

preferiram morrer no campo de batalha, exilar-se voluntariamente ou ser desterrados pela força a renunciar sem combate à soberania de seu país.

Assim, os dirigentes africanos, na sua maioria, optaram pela defesa de sua soberania e independência, diferindo nas estratégias e nas táticas adotadas para alcançar esse objetivo comum. A maior parte deles escolheu a estratégia do confronto, recorrendo às armas diplomáticas ou às militares, quando não empregando as duas, como foi o caso de Samori Touré e Kabarega (de Bunyoro), que veremos mais adiante; já Prempeh e Mwanga (de Buganda) recorreram exclusivamente à diplomacia. Outros, como Tofa, de Porto Novo (no atual Benin), adotaram a estratégia da aliança ou da cooperação, mas não a colaboração. Cumpre insistir nesta questão da estratégia, pois ela foi grosseiramente desfigurada até o presente, de forma que já se classificaram alguns soberanos africanos como "colaboradores", qualificando sua atividade como "colaboração". Somos contrários ao emprego do termo "colaboração", pois, além de inexato, é pejorativo e eurocêntrico. Conforme já vimos, a soberania era o problema fundamental em jogo entre os anos de 1880 e 1900 para os dirigentes africanos e, quanto a isso, está bem claro que nenhum deles se prestava a fazer acordos. Os dirigentes africanos qualificados erroneamente como colaboradores eram aqueles que estimavam que a melhor maneira de preservar sua soberania ou mesmo de recuperar a soberania acaso perdida em proveito de alguma potência africana, antes da chegada dos europeus, não consistia em colaborar, mas antes em *se aliar* aos invasores europeus. Por colaborador entende-se seguramente aquele que trai a causa nacional unindo-se ao inimigo para defender os alvos e objetivos deste último ao invés dos interesses de seu próprio país. Ora, como já vimos, todos os africanos se viam confrontados com o problema de abandonar, conservar ou recuperar sua soberania. Tal era o objetivo daqueles que ligaram sua sorte à dos europeus, sendo inteiramente falso qualificá-los de colaboradores.

Seja como for, depois da Segunda Guerra Mundial, o termo "colaborador" ganhou sentido pejorativo, e é interessante notar que certos historiadores que o empregam têm consciência disso. R. Robinson, por exemplo, declara: "Convém sublinhar que o termo [colaborador] não é utilizado em sentido pejorativo" [13].

Se há o risco de o termo assumir tal sentido, por que empregá-lo então, em especial no caso da África, em que é particularmente inexato? Por que não usar a palavra "aliado", bem mais conveniente? Assim, Tofa, rei dos Gun de Porto Novo, é sempre citado como um exemplo típico de colaborador. Mas sê-lo-ia

13 ROBINSON, R., 1972, p. 120.

na verdade? Como Hargreaves claramente mostrou[14], Tofa tinha de enfrentar três diferentes inimigos no momento da chegada dos franceses: os Yoruba, a nordeste, os reis Fon do Daomé, ao norte, e os britânicos, na costa, de modo que, com certeza, considerou a chegada dos franceses um presente dos céus, uma oportunidade não só para preservar sua soberania, mas até para obter algumas vantagens à custa de seus inimigos. Era, pois, natural que Tofa quisesse *aliar-se* aos franceses, e não *colaborar* com eles. Só historiadores sem consciência dos problemas que Tofa tinha de enfrentar naquela época ou que negam ao africano toda iniciativa ou o conhecimento de seus próprios interesses, ou ainda aqueles que encaram a matéria de uma perspectiva eurocêntrica, é que o classificam como colaborador. Além do mais, o fato de esses pretensos colaboradores, amiúde prontos a se aliar aos europeus, muitas vezes, mais tarde, oporem-lhes resistência lutando contra eles é outra prova da inexatidão do termo: Wogobo, rei dos Mossi, Lat-Dior, o *damel* de Cayor, e o próprio grande Samori Touré são exemplos do absurdo total do qualificativo.

Afinal de contas, só historiadores realmente ignorantes da situação política e etnocultural da África em vésperas da conquista e da partilha europeias ou que tenham a respeito opiniões simplistas usam esse termo. Partem da hipótese de que, a exemplo de muitos países europeus, os países africanos são habitados pelo mesmo grupo etnocultural ou pela mesma nação e, portanto, todo segmento da população que se alie a um invasor justifica a denominação de colaborador; mas, na África, nenhum país, nenhuma colônia, nenhum império era povoado por um só grupo étnico. Todos os países e impérios contavam numerosas nações ou grupos etnoculturais tão diferentes uns dos outros como os italianos o são, por exemplo, dos alemães ou dos franceses. Além disso, antes da chegada dos invasores europeus, as relações entre esses diferentes grupos eram muito frequentemente hostis, sendo, aliás, possível que alguns estivessem sob o domínio de outros. Chamar de colaboradores esses grupos subjugados ou hostis porque optaram por se juntar aos invasores europeus para lutar contra seus inimigos ou senhores estranhos é não compreender nada da questão. Na verdade, como se poderá constatar em certos capítulos deste volume, a natureza das reações africanas à colonização foi determinada não só pela situação política e etnocultural com que se defrontavam os povos africanos, mas também pela própria natureza das forças socioeconômicas presentes em cada sociedade à época do confronto, bem como da sua organização política.

14 HARGREAVES, 1969, p. 214-6.

Muitos historiadores europeus têm condenado os opositores por romantismo e falta de perspicácia, louvando, ao contrário, o progressismo e a clarividência dos colaboradores. Segundo os termos empregados por Oliver e Fage em 1962:

> Se [os dirigentes africanos] fossem perspicazes e bem-informados, mais particularmente, se tivessem acesso a conselheiros estrangeiros, como missionários ou comerciantes, poderiam compreender muito bem que nada teriam a ganhar resistindo, mas, pelo contrário, muito ganhariam negociando. Se fossem menos clarividentes, tivessem menos sorte ou fossem menos bem aconselhados, perceberiam que seus inimigos tradicionais estavam do lado do invasor e adotariam então uma atitude de resistência que facilmente podia terminar numa derrota militar, na deposição do chefe, na perda de territórios em proveito dos aliados autóctones da potência ocupante, talvez pela fragmentação política da sociedade ou do Estado [...] Tal como no tempo do tráfico de escravos, havia ganhadores e perdedores e encontravam-se representantes de ambos nos confins de cada território colonial[15].

Ronald E. Robinson e John Gallagher também descreveram a oposição ou a resistência como "lutas românticas de reação contra a realidade, protestos apaixonados de sociedades traumatizadas pela nova era de mudanças e que não se aquietavam" [16].

Mas essas opiniões são muito discutíveis. A dicotomia entre resistência e o que se pretende por colaboração não é apenas mecânica, mas pouco convincente. Certamente que houve ganhadores e perdedores durante o tráfico de escravos, mas, desta vez, não havia ganhadores. Os assim chamados colaboradores, tal qual os que resistiram, acabaram por perder, e é interessante notar que são os dirigentes classificados como românticos e intratáveis que ainda são lembrados, tendo se tornado fonte de inspiração para os nacionalistas de hoje[17]. Concordo inteiramente com a conclusão de Robert I. Rotberg e Ali A. Mazrui, segundo a qual

> não se pode dizer que a introdução das normas e do poder dos ocidentais, bem como dos controles e coerções de que vinham acompanhados, foi questionada em todas as partes da África pelos povos afetados[18].

15 OLIVER & FAGE, 1962, 1970, p. 203.

16 ROBINSON, R. E. & GALLAGHER, J., 1962, p. 639-40.

17 Para um estudo mais detalhado do problema, ver BOAHEN, *Towards a new cathegorization and periodization of Africa responses and reactions to colonialism*, em que se baseiam partes deste capítulo.

18 ROTBERG & MAZRUI, eds., 1970, p. XVIII.

No entanto, qualquer que tenha sido a estratégia dos países africanos, nenhum deles, com exceção da Libéria e da Etiópia, conseguiu preservar sua soberania, por motivos que examinaremos em seguida: no início da Primeira Guerra Mundial, que marca o fim da primeira seção deste volume, a África havia tombado sob o jugo colonial. No capítulo 11, veremos como e por que os liberianos e os etíopes fizeram frente ao colonialismo.

Qual foi a ação política, social e econômica das potências coloniais em suas novas possessões, após o interlúdio da Primeira Guerra Mundial? Essa questão será respondida na segunda seção do volume. Os diversos mecanismos políticos criados para administrar as colônias e as ideologias que os embasam foram satisfatoriamente estudados em numerosas obras sobre o colonialismo na África[19], de modo que consagramos a esse tema apenas um capítulo. Em compensação, estudaremos com bastante atenção – para contrabalançar as teorias da escola colonial – os aspectos socioeconômicos do sistema colonial e sua incidência sobre a África. Ver-se-á, nesses capítulos, que o período que vai do fim da Primeira Guerra Mundial a 1935 – qualificado por certos historiadores contemporâneos como de apogeu do colonialismo – foi marcado pela instalação de uma infraestrutura rodoviária e ferroviária, assim como pelo engodo de uma certa evolução social, por causa da abertura de escolas primárias e secundárias. No entanto, o objetivo essencial das autoridades coloniais continuava a ser a exploração dos recursos africanos, fossem animais, vegetais ou minerais, em benefício exclusivo das potências metropolitanas, principalmente de suas empresas comerciais, mineiras e financeiras. Um capítulo dessa seção para o qual gostaríamos de pedir atenção especial é o que trata dos aspectos demográficos da dominação colonial, tema em geral ausente das pesquisas consagradas ao colonialismo na África.

Quais foram as iniciativas e as reações dos africanos em face da consolidação do colonialismo e da exploração do seu continente? Essa questão será respondida na terceira seção deste volume, aliás objeto de reflexão cuidadosa, em consonância com o princípio que norteia esta obra: considerar a história da África de um ponto de vista africano e dar ênfase às iniciativas e reações africanas. Durante esse período, os africanos não tiveram absolutamente uma atitude de indiferença, de passividade ou de resignação. Se é apontado como a era clássica do colonialismo, nem por isso deixa de ser, igualmente, a era clássica da estratégia da resistência ou do protesto dos africanos. Conforme mostraremos tanto no estudo geral como nos estudos regionais subsequentes, os africanos

19 Ver ROBERTS, S. H., 1929; HAILEY, 1938, 1957; EASTON, 1964; GANN & DUIGNAN, eds., 1969, 1970; GIFFORD & LOUIS, eds., 1967, 1971; SURET-CANALE, 1971.

recorreram a certos métodos e procedimentos – sua multiplicidade comprova amplamente a fecundidade dos povos do continente nesse domínio – para resistir ao colonialismo.

Cumpre sublinhar que nessa época os africanos – com exceção dos dirigentes do norte do continente – não tinham como objetivo a derrubada do sistema colonial, mas antes conseguir melhorias e ajustes no interior do sistema. Seu grande propósito era torná-lo menos opressivo, menos desumano, de modo a beneficiar tanto os africanos quanto os europeus. Os dirigentes africanos esforçaram-se para corrigir medidas e abusos específicos, como o trabalho forçado, a tributação elevada, as culturas agrícolas obrigatórias, a alienação de terras, as leis relativas à circulação, os baixos preços dos produtos agrícolas e o alto custo dos bens importados, a discriminação racial e a segregação, e para desenvolver melhoramentos como hospitais, água encanada e escolas. Deve-se frisar que membros de todas as classes sociais – tanto intelectuais como analfabetos, citadinos como rurais – partilhavam esses ressentimentos contra o sistema colonial, o que fez nascer uma consciência comum de sua condição de africanos e negros, em oposição a seus opressores, dirigentes coloniais e brancos. Foi durante esse período que assistimos ao revigoramento do nacionalismo político africano, cujas primeiras manifestações remontam aos anos de 1910, logo após a instauração do sistema colonial.

Cabia agora às novas elites intelectuais ou à nova burguesia articular tal sentimento à direção do movimento, papel até então exercido, no quadro das estruturas políticas pré-coloniais, pelas autoridades tradicionais. Esses novos dirigentes, paradoxalmente, eram produto do próprio sistema colonial, saídos de estruturas escolares, administrativas, industriais, financeiras e comerciais criadas por ele próprio.

Estando a direção das atividades nacionalistas e anticolonialistas concentrada nas mãos dos intelectuais africanos, que na sua maior parte viviam nos novos centros urbanos, passou-se a identificar, incorretamente, o nacionalismo africano do entreguerras exclusivamente com esta camada social, caracterizando-o como um fenômeno inicialmente urbano.

Como se mostrará nos capítulos desta seção, as associações e agrupamentos formados pela articulação das aspirações nacionalistas foram efetivamente numerosos, e bastante variadas as estratégias e táticas elaboradas no decurso do período para concretizá-las. B. O. Oloruntimehin e E. S. Atieno-Odhiambo, nos capítulos 22 e 26, adiante, apontam entre esses grupos clubes de jovens, associações étnicas, sociedades de antigos alunos, partidos políticos, movimentos políticos abrangendo um ou vários territórios com atividades tanto internas

quanto externas ao continente, sindicatos, clubes literários, clubes de funcionários, associações de socorros mútuos, e ainda várias seitas ou movimentos religiosos. Alguns desses grupos tinham se constituído nos anos precedentes à Primeira Guerra Mundial, mas não há dúvida de que proliferaram durante o período considerado, como se verá nos capítulos consagrados a esse tema.

O envio de petições e delegações às autoridades metropolitanas e locais, as greves, os boicotes, sobretudo a imprensa e os congressos internacionais, foram as armas ou táticas então adotadas, ao contrário do que ocorrera no período anterior à Primeira Guerra Mundial, em que as rebeliões e os tumultos predominaram como formas de resistência. O período do entreguerras foi, incontestavelmente, a idade de ouro do jornalismo na África, de modo geral, e, em particular, na África ocidental, enquanto a organização de congressos pan-africanos tornava-se igualmente arma característica do movimento anticolonial. O objetivo de tais congressos era conferir caráter internacional aos movimentos nacionalistas e anticoloniais africanos, mas também importava chamar a atenção das potências metropolitanas para o que se passava em suas colônias. Foi essa a razão de os congressos pan-africanos organizados pelo dr. W. E. B. Du Bois, negro norte-americano, terem se realizado em Paris, Londres, Bruxelas e até Lisboa. Este tema é retomado com mais pormenores no capítulo 29 do presente volume, consagrado às interações, ao longo de todo o período estudado, entre os negros da África e os negros da diáspora nas Américas.

Não obstante a diversidade das associações e a complexidade das táticas desenvolvidas, não houve um verdadeiro impacto sobre o sistema colonial em começos da década de 1930, a não ser no caso único do Egito. Mesmo em 1935, quando as forças imperialistas do regime fascista italiano de Mussolini invadiram e ocuparam a Etiópia, um dos dois últimos bastiões da esperança da África, o grande símbolo do seu desabrochar, do seu despertar, o continente parecia condenado a ficar para sempre sob o jugo do colonialismo. Mas isso não ocorreu. A capacidade de resistência do povo africano, a própria ocupação da Etiópia, a intensificação do movimento nacionalista africano e dos sentimentos anticolonialistas após a Segunda Guerra Mundial, ligadas ao aparecimento de novos partidos políticos de massa e de dirigentes mais engajados, que não procuravam melhorar o sistema colonial, mas, pelo contrário, suprimi-lo em bloco, foram outros tantos fatores que se conjugaram, como será visto no volume VIII desta obra, e levaram à liquidação do domínio colonial sobre o continente africano tão rapidamente quanto sua instalação, ou seja, num período de cerca de duas décadas. No entanto o sistema colonial, entre 1880 e 1935, parecia firmemente

implantado na África. Que marcas deixou ele, de fato, no continente? O último capítulo deste volume procurará responder a essa questão.

Fontes do volume VII

Falta abordar dois pontos neste capítulo introdutório: as fontes da história do colonialismo na África e a sua periodização.

No que respeita às fontes, os autores que trabalharam na redação do presente volume tiveram ao mesmo tempo vantagens e desvantagens em relação aos dos outros volumes. Isso também vale para todos os que vierem a trabalhar com esse período.

Falando primeiro das desvantagens, tanto este volume como o seguinte tratam de épocas em que, ao contrário do que ocorreu com os outros volumes, parte dos documentos de arquivos continua inacessível aos especialistas. Realmente, em várias metrópoles, como a França para o período que vai até 1930, certos documentos arquivados não foram postos à disposição dos pesquisadores senão depois de terminados alguns capítulos. Além disso, com a partilha da África e a penetração de tantas potências europeias no continente, os pesquisadores se veem diante de difíceis problemas linguísticos.

Em contrapartida, no decurso do mesmo período, aumentou de modo geral o número de revistas e periódicos publicados, bem como de documentos parlamentares, debates, relatórios de comissões, exposições anuais, atas de sociedades e de associações particulares, textos que podem ser todos consultados. Mais importante ainda, alguns protagonistas do drama colonial ainda estão vivos, de modo que já se recolheram os depoimentos de muitos deles. Outros, tanto africanos como europeus, também deram início à publicação de memórias e autobiografias, ou evocaram sua vivência em romances, peças e ensaios. Neste particular, os autores do presente volume se beneficiaram de certas vantagens em relação à maior parte dos autores dos outros volumes.

Finalmente, parece que o colonialismo foi e continua a ser objeto de pesquisas e de publicações bem mais numerosas que qualquer outro tema da história africana. Nesses dez últimos anos, a Universidade de Cambridge, por exemplo, publicou uma história do colonialismo na África, em cinco volumes, sob a direção de L. H. Gann e Peter Duignan. Também nos países da Europa do Leste o tema suscita, provavelmente, bem mais interesse do que qualquer outro. Estas vantagens tornam naturalmente mais fácil o trabalho de síntese dos autores no que diz respeito ao problema das fontes, mas a massa de documentos que são obrigados a assimilar tende a dar um caráter mais árduo à sua tarefa.

Periodização do colonialismo na África

Convém examinar aqui brevemente o problema da periodização da história do colonialismo na África, ignorado por numerosos historiadores, mas levantado por A. B. Davidson e Michael Crowder na década de 1960.

Certos autores propuseram 1870 como data do início da "corrida" europeia para a África e da imposição do domínio colonial. Essa data, no entanto, parece um pouco recuada. No capítulo 2, G. N. Uzoigwe mostra que foram as atividades dos franceses na região da Senegâmbia, do rei Leopoldo da Bélgica, representado por H. M. Stanley, dos franceses, por Pierre Savorgnan de Brazza na região do Congo, e dos portugueses na África central que desencadearam a corrida. Ora, está claro que nenhuma dessas atividades começou antes do final da década de 1870 e do início da de 1880. Parece, portanto, que 1880 é um ponto de partida mais apropriado do que 1870[20]. De 1880 até a derrocada do colonialismo, nas décadas de 1960 e 1970, o estudo da dominação colonial, das reações e das iniciativas africanas deveria ser dividido em três períodos. O primeiro iria de 1880 a 1919 (com duas subdivisões: 1880-1900 e 1900-1919, correspondendo respectivamente à conquista e à ocupação). É aquilo que chamaríamos de período da defesa da soberania e da independência africanas mediante o recurso à estratégia do confronto, da aliança ou da submissão temporária. O segundo iria de 1919 a 1935: é o período da adaptação, sendo a estratégia empregada a do protesto ou a da resistência. O terceiro, com início em 1935, é o período dos movimentos de independência, sendo de ação concreta a estratégia[21].

Nossa tese é a seguinte: o período que vai de 1880 até cerca de 1919 – dito de pacificação, segundo certos historiadores – assistiu, sob a perspectiva europeia, à realização da partilha em cima de mapas, da distribuição das tropas destinadas a concretizá-la em campo, depois à ocupação efetiva das regiões conquistadas, representada pela introdução de diversas medidas administrativas e de uma infra-estrutura rodoviária, ferroviária e telegráfica, voltada para a exploração dos recursos coloniais. Da perspectiva africana, como já vimos, durante esse período, os reis, rainhas, chefes de linhagens e de clãs acham-se todos dominados por uma única e imperiosa consideração: manter ou recuperar a soberania, seu patrimônio e sua cultura, qualquer que seja a estratégia adotada – confronto, aliança ou submissão. Em 1919, em quase toda a África, com a exceção notória da Líbia, de algumas regiões do Saara, da Libéria e da Etiópia, os confrontos

20 Ver CROWDER, 1968, p. 17-9.

21 Para diferentes periodizações, ver DAVIDSON, A. B., 1968, p. 177-88, e CROWDER, 1968, p. 17-9.

terminaram a favor dos europeus, e todos os africanos perderam a soberania, tanto aqueles que na consideração de certos historiados resistiram como aqueles que no seu entender colaboraram.

Na segunda fase, entre 1919 e 1935, é correto incluir as reações dos africanos na categoria das manifestações de resistência ou, como preferimos, de protestos. Escolhemos 1919 não só porque essa data sucede a acontecimentos marcantes, como o fim da Primeira Guerra Mundial, a revolução de outubro na Rússia tzarista e a reunião do primeiro congresso pan-africano por Du Bois – que tiveram um impacto revolucionário no curso da história mundial –, mas também porque naquele momento a oposição à ocupação europeia da África havia cessado praticamente em todo o continente.

Como data de encerramento do período estudado neste volume também preferimos 1935 a 1945, pois 1935 é o ano da invasão e da ocupação da Etiópia pelas forças fascistas de Mussolini. Essa situação crítica transtorna e indigna profundamente os africanos, particularmente os intelectuais e, de modo geral, os negros do mundo inteiro. Ela lhes faz tomar consciência, igualmente – de modo ainda mais dramático e bem mais que a Segunda Guerra Mundial –, da natureza desumana, racista e opressiva do colonialismo. Kwame Nkrumah, que mais tarde viria a ser presidente de Gana, assim descreve como reagiu ao saber da invasão: “Tive quase a impressão, naquele momento, de que Londres inteira me havia declarado pessoalmente guerra”[22]. E confessa que a crise lhe aumentou o ódio ao colonialismo. Na verdade, a luta pela libertação da África do jugo colonialista sobreviria muito provavelmente no final dos anos 1930, não fosse a irrupção da Segunda Guerra Mundial.

O último período, que vai de 1935 ao desencadeamento das lutas revolucionárias pela independência, diz respeito mais propriamente ao último volume da série, motivo por que nos abstivemos de estudá-lo aqui.

22 NKRUMAH, 1957, p. 27.

CAPÍTULO 2

Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral

Godfrey N. Uzoigwe

Introdução: um período de guerras e de transformações revolucionárias

A geração de 1880-1914 assistiu a uma das mutações históricas mais significativas dos tempos modernos. Com efeito, foi no decorrer desse período que a África, um continente com cerca de trinta milhões de quilômetros quadrados, se viu retalhada, subjugada e efetivamente ocupada pelas nações industrializadas da Europa. Os historiadores até agora não têm a dimensão real das consequências desastrosas, quer para o colonizado quer para o colonizador, desse período de guerras contínuas, embora em geral sublinhem que se tratou de uma época de transformações revolucionárias fundamentais.

A importância dessa fase histórica, no entanto, vai muito além da guerra e das transformações que a caracterizaram. No passado, impérios ergueram-se e desmoronaram, conquistas e usurpações também são tão antigas como a própria história, e, desde há muito, diversos modelos de administração e de integração coloniais têm sido experimentados. A África foi o último continente subjugado pela Europa. O que há de notável nesse período é, do ponto de vista europeu, a rapidez e a facilidade relativa com que, mediante um esforço coordenado, as nações ocidentais ocuparam e submeteram um continente assim tão vasto. É um fato sem precedentes na história.

Como explicar tal fenômeno? Ou, antes, por que a África foi repartida politicamente e sistematicamente ocupada naquele exato momento? Por que é que os africanos foram incapazes de pôr cerco a seus adversários? Tais questões têm suscitado, entre os historiadores da partilha da África e do novo imperialismo, explicações bastante engenhosas desde os anos de 1880, mas nenhuma delas se mostrou totalmente aceitável, tanto assim que a história da partilha tornou-se um dos temas mais controversos e apaixonantes do nosso tempo. O especialista vê-se assim perante uma tarefa imensa: encontrar o fio da meada no fantástico emaranhado de interpretações tão contraditórias.

A partilha da África e o novo imperialismo: exame das diferentes teorias

O bom-senso faz-se necessário, portanto, para que se possa introduzir um pouco de ordem na confusão de teorias a que essa mutação capital da história africana deu origem. Essas teorias podem ser classificadas em: teoria econômica, teorias psicológicas, teorias diplomáticas e teoria da dimensão africana.

A teoria econômica

Essa teoria conheceu vicissitudes de toda sorte. Quando o comunismo ainda não constituía ameaça ao sistema capitalista ocidental, ninguém punha realmente em dúvida a base econômica da expansão imperialista. Não é, pois, casual o sucesso da crítica de Schumpeter à noção de imperialismo capitalista[1] entre especialistas não marxistas. Os repetidos ataques a essa teoria apresentam hoje resultados cada vez menos concludentes. Em consequência, a teoria do imperialismo econômico, sob forma modificada, volta a encontrar aceitação.

Que se deve entender por imperialismo econômico? As origens teóricas da noção remontam a 1900, quando os social-democratas alemães colocaram na ordem do dia do congresso anual do seu partido, realizado naquele ano em Mainz, a *Weltpolitik,* ou seja, a política de expansão imperialista em escala mundial. Foi lá que, pela primeira vez, Rosa Luxemburgo apresentou o imperialismo como o último estágio do capitalismo. Foi lá também que George Ledebour fez observar que

1 SCHUMPETER, 1955.

> a essência da *Weltpolitik* era o impulso profundo que conduz todos os capitalismos a uma política de pilhagem, a qual leva o capitalismo europeu e o americano a instalarem-se no mundo inteiro[2].

A formulação clássica dessa teoria, no entanto – aliás, a mais clara –, é a de John Atkinson Hobson. Afirma ele que

> a superprodução, os excedentes de capital e o subconsumo dos países industrializados levaram-nos a colocar uma parte crescente de seus recursos econômicos fora de sua esfera política atual e a aplicar ativamente uma estratégia de expansão política com vistas a se apossar de novos territórios.

Para ele, estava aí "a raiz econômica do imperialismo". Embora admitindo que forças de caráter não econômico desempenharam certo papel na expansão imperialista, Hobson estava convicto de que,

> mesmo que um estadista ambicioso, um negociante empreendedor pudessem sugerir ou até iniciar uma nova etapa da expansão imperialista, ou contribuir para sensibilizar a opinião pública de sua pátria no sentido da urgente necessidade de novas conquistas, a decisão final ficaria com o poder financeiro[3].

Adotando livremente as teses centrais dos social-democratas alemães, assim como as de Hobson, V. I. Lênin salientava que o novo imperialismo caracterizava-se pela transição de um capitalismo de orientação "pré-monopolista", "no qual predomina a livre concorrência", para o estágio do capitalismo monopolista "*intimamente ligado* à intensificação da luta pela partilha do mundo"[4].

Assim como o capitalismo de livre concorrência prosperava exportando mercadorias, o capitalismo monopolista prosperava exportando capitais, derivados dos superlucros acumulados pelo cartel dos bancos e da indústria. Segundo Lênin, é esse o estágio final do capitalismo. Concordando com Rosa Luxemburgo, e em contradição com Hobson, Lênin acreditava estar o capitalismo destinado à autodestruição, pois, tendo finalmente partilhado o mundo entre si, os capitalistas, convertidos em pessoas que vivem de rendas, parasitas, sustentados pelos lucros de seus investimentos, estariam ameaçados pelas nações jovens, que exigiriam uma nova partilha do mundo. Os capitalistas, sempre ávidos, recusariam. O conflito, portanto, não poderia ser atalhado senão por uma guerra, no fim da qual os capitalistas seriam obrigatoriamente vencidos.

---

2 Apud BASSO, 1972, p. 114.

3 HOBSON, 1902, p. 59, 80-1.

4 LÊNIN, 1916, p. 92 (com destaque no original).

A guerra, portanto, é a consequência inevitável do imperialismo e trará consigo a morte violenta do capitalismo.

Não surpreende que esta propaganda entusiástica tenha sido aceita por numerosos especialistas marxistas. Nacionalistas e revolucionários do Terceiro Mundo também adotaram, sem sombra de hesitação, as doutrinas de Hobson e de Lênin. Aliando-se aos intelectuais de esquerda do Ocidente, descreviam o imperialismo e o colonialismo como resultado de uma exploração econômica descarada[5].

Não obstante nem Hobson nem Lênin terem se preocupado diretamente com a África, está claro que suas análises têm implicações fundamentais no estudo da partilha do continente. Ainda assim, um enorme exército de especialistas não marxistas demoliu mais ou menos a teoria marxista do imperialismo econômico aplicada à África[6].

Uma reação típica dos especialistas marxistas a essa aparente vitória consiste em dizer que, ainda que as críticas a Hobson e a Lênin sejam basicamente justas, estão mal direcionadas. "O alvo", escreve Bob Sutcliffe, "é muitas vezes uma miragem, e as armas utilizadas não são adequadas", pois o imperialismo, concebido como fenômeno global, considera o valor do império como um todo e, portanto, "um balanço de nível nacional não faz o menor sentido"[7].

Um argumento mais convincente, no entanto, é o de que, embora a teoria clássica do imperialismo econômico seja aniquilada, isso não permite necessariamente refutar sua conclusão de que o imperialismo, no nível mais profundo, é essencialmente econômico. Denegrir as outras teorias econômicas do imperialismo e depois correr a condenar seus partidários em função da simpatia deles pelas opiniões de Hobson e de Lênin nada tem de científico. À luz de pesquisas mais aprofundadas sobre a história africana desse período, parece claro que aqueles que persistem em reduzir a importância da dimensão econômica da partilha o fazem por sua conta e risco[8].

As teorias psicológicas

Preferimos analisar aqui em termos psicológicos as teorias que comumente se classificam como darwinismo social, cristianismo evangélico e atavismo social, porque seus adeptos acreditam na supremacia da "raça branca".

5 RODNEY, 1972; CHINWEIZU, 1975, mais particularmente o capítulo 3.

6 Tais críticas devem-se notadamente a FIELDHOUSE, 1961; BLAUG, 1961; SUTCLIFFE, 1972, p. 316-20.

7 SUTCLIFFE, 1972, p. 318; cf. ibid., p. 312-23.

8 Ver, por exemplo, HOPKINS, A. G., 1968, 1973; NEWBURY & KANYA-FORSTNER, 1969; STENGERS, 1962.

O darwinismo social

A obra de Darwin[9], *A origem das espécies por meio da seleção natural, ou a conservação das raças favorecidas na luta pela vida* publicada em inglês em novembro de 1859, parecia fornecer caução científica aos partidários da supremacia da raça branca, tema que, depois do século XVII, jamais deixou de estar presente, sob diversas formas, na tradição literária europeia. Os pós-darwinianos ficaram, portanto, encantados: iam justificar a conquista do que eles chamavam de "raças sujeitas" , ou "raças não evoluídas", pela "raça superior" , invocando o processo inelutável da "seleção natural", em que o forte domina o fraco na luta pela existência. Pregando que "a força prima sobre o direito", eles achavam que a partilha da África punha em relevo esse processo natural e inevitável. O que nos interessa neste caso de flagrante chauvinismo racista – já qualificado, e com muita razão, de "albinismo" – é que ele afirma a responsabilidade das nações imperialistas[10].

Resta concluir que o darwinismo social, aplicado à conquista da África, é mais uma racionalização tardia que o móvel profundo do fenômeno.

Cristianismo evangélico

O cristianismo evangélico, para o qual *A origem das espécies* era uma heresia diabólica, não tinha, por sua vez, o menor escrúpulo em aceitar as implicações racistas da obra. As conotações raciais do cristianismo evangélico eram moderadas, todavia, por uma boa dose de zelo humanitário e filantrópico sentimento muito disseminado entre os estadistas europeus durante a conquista da África. Sustentava-se, assim, que a partilha da África se devia, em parte não desprezível, a um impulso "missionário", em sentido lato, e humanitário, com o objetivo de "regenerar" os povos africanos[11]. Já se afirmou, além disso, que foram os missionários que prepararam o terreno para a conquista imperialista na África oriental e central, assim como em Madagáscar[12]. No entanto, se é verdade que os missionários não se opuseram à conquista da África e que, em certas regiões, dela participaram ativamente, esse fator, por si só, não se sustenta como uma teoria geral do imperialismo, em razão de seu caráter limitado.

9 DARWIN, 1859.

10 Para maiores detalhes sobre estas teorias, ver MAUNIER, 1949; HIMMELFARB, 1960.

11 GALBRAITH, 1961, p. 34-48; BENNETT, ed., 1953; GROVES, 1969, para o fator missionário na expansão imperialista.

12 OUVER, 1965; ROTBERG, 1965; MUTIBWA, 1974.

Atavismo social

Foi Joseph Schumpeter o primeiro a explicar o novo imperialismo em termos sociológicos. Para ele, o imperialismo seria a consequência de certos elementos psicológicos imponderáveis e não de pressões econômicas. Seu raciocínio, exposto em termos antes humanistas do que da preponderância racial europeia, funda-se no que ele considera ser um desejo natural do homem: dominar o próximo pelo prazer de dominá-lo. Essa pulsão agressiva inata seria comandada pelo desejo de apropriação, próprio do ser humano. O imperialismo seria, portanto, um egoísmo nacional coletivo: "a disposição, desprovida de objetivos, que um Estado manifesta de expandir-se ilimitadamente pela força"[13]. O novo imperialismo, por conseguinte, seria de caráter atávico[14], quer dizer, manifestaria uma regressão aos instintos políticos e sociais primitivos do homem, que talvez se justificassem em tempos antigos, mas certamente não no mundo moderno. Schumpeter demonstra então como, pela sua própria natureza, o capitalismo seria "anti-imperialista" e benevolente. Dirigido por empresários inovadores, seria totalmente oposto às motivações agressivas e imperialistas das antigas monarquias e classes de guerreiros, cujas ambições não teriam objetivos precisos. Ao contrário destas, o capitalista teria objetivos claramente definidos e por isso seria inteiramente hostil aos comportamentos atávicos próprios de antigos regimes. Assim, conclui Schumpeter, a explicação econômica do novo imperialismo, baseada no desenvolvimento lógico do capitalismo, é falsa.

Por mais sedutora que seja, essa tese apresenta um defeito grave: é nebulosa e a-histórica.

As teorias psicológicas, embora possam conter algumas verdades que ajudam a compreender a partilha da África, não conseguem explicar por que essa partilha se deu num determinado momento histórico. No entanto, fornecem elementos para explicar por que a partilha foi possível e considerada desejável.

Teorias diplomáticas

Essas teorias oferecem a explicação puramente política da partilha, e talvez a mais comumente aceita. Mas – é interessantíssimo – fornecem suporte específico e concreto às teorias psicológicas. Permitem ver os egoísmos nacionais dos Estados europeus, seja em conflito uns com os outros, seja agindo em acordo para se defenderem, seja ainda reagindo de maneira decisiva contra as forças

13 SCHUMPETER, 1955, p. 6.

14 Ibid., p. 65.

dos nacionalistas africanos radicais. Propomos, assim, tratar essas teorias abordando sucessivamente o prestígio nacional, o equilíbrio de forças e a estratégia global.

Prestígio nacional

O principal defensor desta teoria é Carlton Hayes, que, num texto de grande lucidez, sustenta:

> A França procurava uma compensação para as perdas na Europa com ganhos no ultramar. O Reino Unido aspirava compensar seu isolamento na Europa engrandecendo e exaltando o império britânico. A Rússia, bloqueada nos Bálcãs, voltava-se de novo para a Ásia. Quanto à Alemanha e à Itália, queriam mostrar ao mundo que tinham o direito de realçar seu prestígio, obtido à força na Europa por façanhas imperiais em outros continentes. As potências de menor importância, que não tinham prestígio a defender, lá conseguiram viver sem se lançarem na aventura imperialista, a não ser Portugal e Holanda, que demonstraram renovado interesse pelos impérios que já possuíam, esta última principalmente, administrando o seu com redobrado vigor[15].

Hayes conclui dizendo que, fundamentalmente, "o novo imperialismo era um fenômeno nacionalista" e que seus defensores tinham sede ardente de prestígio nacional. Em suma, tendo consolidado e redistribuído as cartas diplomáticas no seu continente, os dirigentes europeus eram propelidos por uma força obscura, atávica, que se exprimia por uma "reação psicológica, um desejo ardente de manter ou de restaurar o prestígio nacional".

Conclui Carlton Hayes, portanto, que a partilha da África não foi um fenômeno econômico[16].

Equilíbrio de forças

F. H. Hinsley[17] sublinha, por sua vez, que o desejo de paz e de estabilidade dos Estados europeus foi a causa principal da partilha da África. Segundo diz, a data decisiva, de verdadeira passagem para a era extraeuropeia – a era do imperialismo –, foi 1878. A partir daí, no congresso de Berlim, a rivalidade russo-britânica nos Bálcãs e no Império Otomano quase levou as nações europeias a um conflito

15 HAYES, 1941, p. 220.

16 Ibid.

17 HINSLEY, 1959a, 1959b.

generalizado. Mas os estadistas, voltando atrás, souberam evitar essa crise na política de poder. Daí em diante, até a crise da Bósnia, em 1908, tal política, banida da Europa, correu livremente na África e na Ásia. Quando os conflitos de interesses na África ameaçaram a paz na Europa, as potências europeias não tiveram outra escolha senão retalhar a África. Era o preço para se salvaguardar o equilíbrio diplomático europeu, estabilizado nos anos de 1880.

Estratégia global

Uma terceira escola sustenta que o interesse da Europa pela África – o qual provocou a invasão e a partilha – era de fato ditado por uma estratégia global e não pela economia. Os grandes defensores dessa teoria, Ronald Robinson e John Gallagher, que acentuam a importância estratégica, para o Reino Unido, do eixo África-Índia, atribuem a responsabilidade da partilha à influência dos movimentos atávicos "protonacionalistas" na África, que ameaçavam os interesses estratégicos globais das nações europeias. Essas "lutas românticas e reacionárias" – galantes anacronismos, na opinião deles – teriam compelido os relutantes estadistas europeus, até então contentes com o exercício de uma discreta hegemonia e o recurso à persuasão, a partilhar e conquistar a África contra a vontade. Portanto a África teria sido ocupada, não porque tivesse riquezas materiais a oferecer aos europeus – pois então não tinham valor do ponto de vista econômico –, mas porque ameaçava os interesses dos europeus alhures[18].

Um objetivo básico tanto das teorias psicológicas como das diplomáticas, a elas aparentadas, é acabar com a ideia de que a partilha da África se deve a motivos econômicos. Mas a tese do prestígio nacional mostra-se pouco convincente precisamente quando os fatores econômicos a ele concomitantes são eliminados ou minimizados demais. Carlton Hayes, por exemplo, documentou pormenorizadamente a guerra tarifária a que se lançaram as nações europeias durante o período crucial da partilha[19]. Admite mesmo que

> o que desencadeou, de fato, a corrida econômica para o 'Continente Negro' e para as ensolaradas ilhas do Pacífico não foi tanto a superprodução de bens manufaturados na Europa como uma escassez de matérias-primas"[20], e que, em consequência, "para impedir que uma parte demasiadamente grande do mundo fosse [...] monopolizada

18 Ver GALLAGHER & ROBINSON, 1953; ROBINSON & GALLAGHER, 1962, 1961.

19 HAYES, 1941, p. 205-8.

20 Ibid., p. 218.

pela França, Alemanha, Itália ou outra potência protecionista, a Grã Bretanha interveio vigorosamente para juntar a parte do leão a seu império livrecambista.

Por outras palavras, uma vez estabelecido, o neomercantilismo teve importantes consequências para a emergência das rivalidades imperialistas[21]. No entanto, na página seguinte, ele contesta com bastante segurança, como já vimos, as bases econômicas do novo imperialismo!

H. Brunschwig, propondo uma interpretação não econômica do imperialismo francês, também se viu obrigado, diante da inegável dimensão econômica do imperialismo, a reconhecer-lhe afinal um papel. Ao mesmo tempo que qualificava o imperialismo anglo-saxão como econômico e filantrópico, o da França lhe parecia motivado pelo prestígio nacional[22].

Já a tese da estratégia global suscitou entre os especialistas reações bastante negativas, mas atraiu irresistivelmente historiadores não africanistas e o grande público. Sabemos, no entanto, que essa tese, elaborada a partir das hipóteses de Langer[23], mais ecléticas, e de Hinsley, mais ponderadas, é demasiado categórica e circunstancial para ser admissível. Na África ocidental, central, austral e oriental demonstrou-se falha[24]. No tocante ao Egito e à África do norte, mostrou-se que havia fortes razões para a presença britânica naquela área sem ligação com a estratégia imperialista do Reino Unido relativa à Índia[25]. É gratificante notar que, por sua vez, Robinson começa a atribuir menos importância às exageradas repercussões do *bâton égyptien* nas lutas coloniais em toda a África[26].

Teoria da dimensão africana

As teorias sobre a partilha expostas até agora tratam da África no quadro ampliado da história europeia. É claro que isso é um grave erro. Mesmo a abordagem "protonacionalista" do atavismo feita por Robinson ou Gallagher não foi totalmente desenvolvida, exatamente por terem eles seu interesse voltado para a Europa e a Ásia.

---

21 Ibid., p. 219.

22 BRUNSCHWIG, 1966, p. 4-13.

23 LANGER, 1935.

24 Ver STENGERS, 1962; NEWBURY & KANYA-FORSTNER, 1969; G. N. UZOIGWE, 1974, 1977; LOUIS, ed., 1976.

25 UZOIGWE, 1974.

26 ROBINSON, 1972.

É, portanto, necessário, fundamental mesmo, examinar a partilha da África da perspectiva histórica africana. Ao contrário do que comumente se acredita, esta forma de abordar o tema não é uma inovação engenhosa da "nova" historiografia africana. Em obra notável, *The partition of Africa*[27], publicada em 1893, J. S. Keltie assinalava com muita argúcia que a corrida dos anos de 1880 foi consequência lógica da roedura progressiva do continente, iniciada trezentos anos antes. Admitia, de passagem, os motivos econômicos da partilha – eles não eram centrais na sua tese. Nos anos de 1930, George Hardy, o prolífico especialista da história colonial francesa, também demonstrou a importância dos fatores africanos locais da partilha, tratando a África como uma unidade histórica. A exemplo de Keltie, afirmava que, embora a causa imediata da partilha fossem as rivalidades econômicas entre os países industrializados da Europa, ela constituía ao mesmo tempo uma fase determinante nas relações de longa data entre a Europa e a África. Hardy julgava que a resistência africana à crescente influência europeia precipitou a conquista efetiva, tal como as rivalidades comerciais cada vez mais exacerbadas das nações industrializadas levaram à partilha[28].

Durante muito tempo, essas análises não tiveram eco. Mas, com a publicação, em 1956, da obra clássica de K. Onwuka Dike, *Trade and politics in the Niger Delta*[29], a dimensão africana da partilha foi retomada. Embora a obra de Dike trate de um período e de uma área geográfica limitados, ela encorajou toda uma geração de historiadores a abordar o estudo da partilha no contexto de um longo período de contatos entre raças e culturas diferentes. Lamentavelmente, embora R. Oliver e J. D. Fage demonstrem a antiguidade de tais relações em sua conhecida obra *A short history of Africa*[30], mantêm-se presos demasiadamente ainda ao contexto europeu da partilha, em detrimento da dimensão africana. É encorajador, se bem que trate apenas de uma zona geográfica limitada, o importante estudo de A. G. Hopkins[31], na medida em que este autor se esforça por apresentar uma reinterpretação africana do imperialismo na África ocidental. Sua conclusão merece ser citada:

> Por um lado, é possível conceber regiões onde o abandono do comércio de escravos se deu sem choques nem perda de rendimentos e onde as tensões internas foram contro-

27 KELTIE, 1893.

28 HARDY, 1930, p. 124-37.

29 DIKE, 1956.

30 OLIVER & FAGE, 1962, 1970

31 HOPKINS, A. G., 1973.

ladas. Em casos tais, a explicação do retalhamento colonial deverá salientar os fatores externos, como as considerações mercantis e as rivalidades anglo-francesas. No outro extremo, é possível imaginar casos em que os chefes indígenas adotaram atitudes de reação, não hesitando em recorrer a métodos predatórios, na tentativa de manter os rendimentos, e em que os conflitos internos eram pronunciados. Nesses casos peso maior deve ser dado, na análise do imperialismo, às forças de desintegração ativas no seio das sociedades africanas, sem negligenciar, todavia, os fatores externos[32].

O autor do presente capítulo concorda com a maior parte dos historiadores desta escola[33]. Como eles, explica a partilha levando em consideração tanto os fatores europeus como os africanos e, assim procedendo, acredita que se completam dessa forma as teorias eurocêntricas examinadas anteriormente com a da dimensão africana. Rejeita a ideia de que a partilha e a conquista eram inevitáveis para a África, como dado inscrito na sua história. Pelo contrário, considera-as a consequência lógica de um processo de devoração da África pela Europa, iniciado bem antes do século XIX. Admite que foram motivos de ordem essencialmente econômica que animaram os europeus e que a resistência africana à invasão crescente da Europa precipitou a conquista militar efetiva. Parece, de fato, que a teoria da dimensão africana oferece um quadro global e histórico que explana melhor a partilha do que todas as teorias puramente eurocêntricas.

O início da corrida

Malgrado a considerável influência que, no final do terceiro quartel do século XIX, exerciam as potências francesa, inglesa, portuguesa e alemã, bem como os interesses comerciais que detinham em diferentes regiões da África, seu controle político direto era muito reduzido. A Alemanha e sobretudo o Reino Unido exerciam sua influência como queriam, e nenhum estadista em sã consciência optaria espontaneamente por incorrer em gastos e se expor aos riscos imprevistos de uma anexação formal, podendo extrair as mesmas vantagens de um controle indireto. “Recusar-se a anexações não significa relutar ao exercício do domínio”, já se disse com boa razão[34]. Isso explica tanto a conduta de Salisbury e Bismarck como a da maior parte dos protagonistas da partilha.

32 Ibid., p. 165-6.

33 A teoria da dimensão africana vem desenvolvida mais extensamente em HOPKINS, A. G., 1973, bem como em UZOIGWE, 1973.

34 GALLAGHER & ROBINSON, 1953, p. 3.

Essa conduta, porém, começa a mudar depois de três importantes acontecimentos verificados entre 1876 e 1880.

O primeiro foi o novo interesse que o duque de Brabante, coroado rei dos belgas em 1865 (sob o nome de Leopoldo I), demonstrava pela África, o que se expressou na chamada Conferência Geográfica de Bruxelas, por ele convocada em 1876, a qual redundou na criação da Associação Internacional Africana e no recrutamento de Henry Morton Stanley, em 1879, para explorar os Congos em nome da Associação. Essas medidas culminaram na criação do Estado Livre do Congo, cujo reconhecimento por todas as nações europeias Leopoldo obteve antes do término das deliberações da Conferência de Berlim sobre a África ocidental[35].

As atividades de Portugal, a partir de 1876, constituíram a segunda série de acontecimentos importantes. Melindrado por só ter sido convidado para a conferência de Bruxelas no último minuto, Portugal deu início a uma série de expedições que levaram a coroa portuguesa a anexar, em 1880, as propriedades rurais afro-portuguesas de Moçambique, até então quase independentes.

Assim, para os portugueses e para o rei Leopoldo, a Corrida começou em 1876. O terceiro e último acontecimento a rematar a partilha foi, sem dúvida alguma, o caráter expansionista da política francesa entre 1879 e 1880, manifestado pela participação da França junto com o Reino Unido no controle do Egito (1879), pelo envio de Savorgnan de Brazza ao Congo, pela ratificação de tratados com Makoko, chefe dos Bateke, bem como pelo restabelecimento da iniciativa colonial francesa tanto na Tunísia como em Madagáscar[36].

A ação de Portugal e França entre 1876 e 1880 indicava claramente que estavam comprometidos na exploração colonial e na instauração de um controle formal na África. Isto obrigou finalmente o Reino Unido e a Alemanha a abandonar sua preferência pelo controle informal em favor de um domínio efetivo, o que os levou a anexar territórios na África oriental, ocidental e meridional a partir do final de 1883[37]. A Alemanha, por exemplo, anexou o Sudoeste Africano, o Togo, Camarões e a África Oriental Alemã, contribuindo com isso para acelerar o processo da partilha.

---

35 *PRO FO* 403/192, "Memorando de *sir* E. Hertslet sobre as importantes mudanças políticas e territoriais ocorridas na África central e oriental desde de 1883" (com notas adicionais de *sir* P. Anderson), fevereiro de 1893. (*Confidencial*).

36 MUTIBWA, 1974, capítulos 6 e 7.

37 Ver CECIL, 1932, p. 225-6; LUGARD, 1929, p. 13.

No início da década de 1880, no auge da partilha dos territórios, Portugal, receando ser alijado da África, propôs a convocação de uma conferência internacional com o fito de resolver os litígios territoriais na África central. Parece evidente, à luz do que acabamos de dizer, que não foi a ocupação inglesa do Egito em 1882 que desencadeou a corrida, como afirmaram Robinson e Gallagher[38], mas os acontecimentos que se desenrolaram em diferentes partes da África entre 1876 e 1880.

A Conferência de Berlim sobre a África ocidental (1884-1885)

A ideia de uma conferência internacional que permitisse resolver os conflitos territoriais engendrados pelas atividades dos países europeus na região do Congo foi lançada por iniciativa de Portugal, mas retomada mais tarde por Bismarck, que, depois de ter consultado outras potências, foi encorajado a concretizá-la. A conferência realizou-se em Berlim, de 15 de novembro de 1884 a 26 de novembro de 1885 (fig. 2.1). À notícia de que seria realizada, a corrida à África intensificou-se. A conferência não discutiu a sério o tráfico de escravos nem os grandes ideais humanitários que se supunha terem-na inspirado. Adotaram-se resoluções vazias de sentido, relativas à abolição do tráfico escravo e ao bem-estar dos africanos.

A conferência, que, inicialmente, não tinha por objetivo a partilha da África, terminou por distribuir territórios e aprovar resoluções sobre a livre navegação no Níger, no Benue e seus afluentes, e ainda por estabelecer as "regras a serem observadas no futuro em matéria de ocupação de territórios nas costas africanas[39]. Por força do artigo 34 do Ato de Berlim, documento assinado pelos participantes da conferência, toda nação europeia que, daí em diante, tomasse posse de um território nas costas africanas ou assumisse aí um "protetorado", deveria informá-lo aos membros signatários do Ato, para que suas pretensões fossem ratificadas. Era a chamada doutrina das *esferas de influência,* à qual está ligado o absurdo conceito de *hinterland.* A doutrina foi interpretada da seguinte forma: a posse de uma parte do litoral acarretava a do *hinterland* sem limite territorial. O artigo 35 estipulava que o ocupante de qualquer território costeiro devia estar igualmente em condições de provar que exercia "autoridade" suficiente "para

38 ROBINSON & GALLAGHER, 1961.

39 *PRO FO* 403/192, "Memorando de *sir* E. Hertslet..." , fevereiro de 1893, p. 1

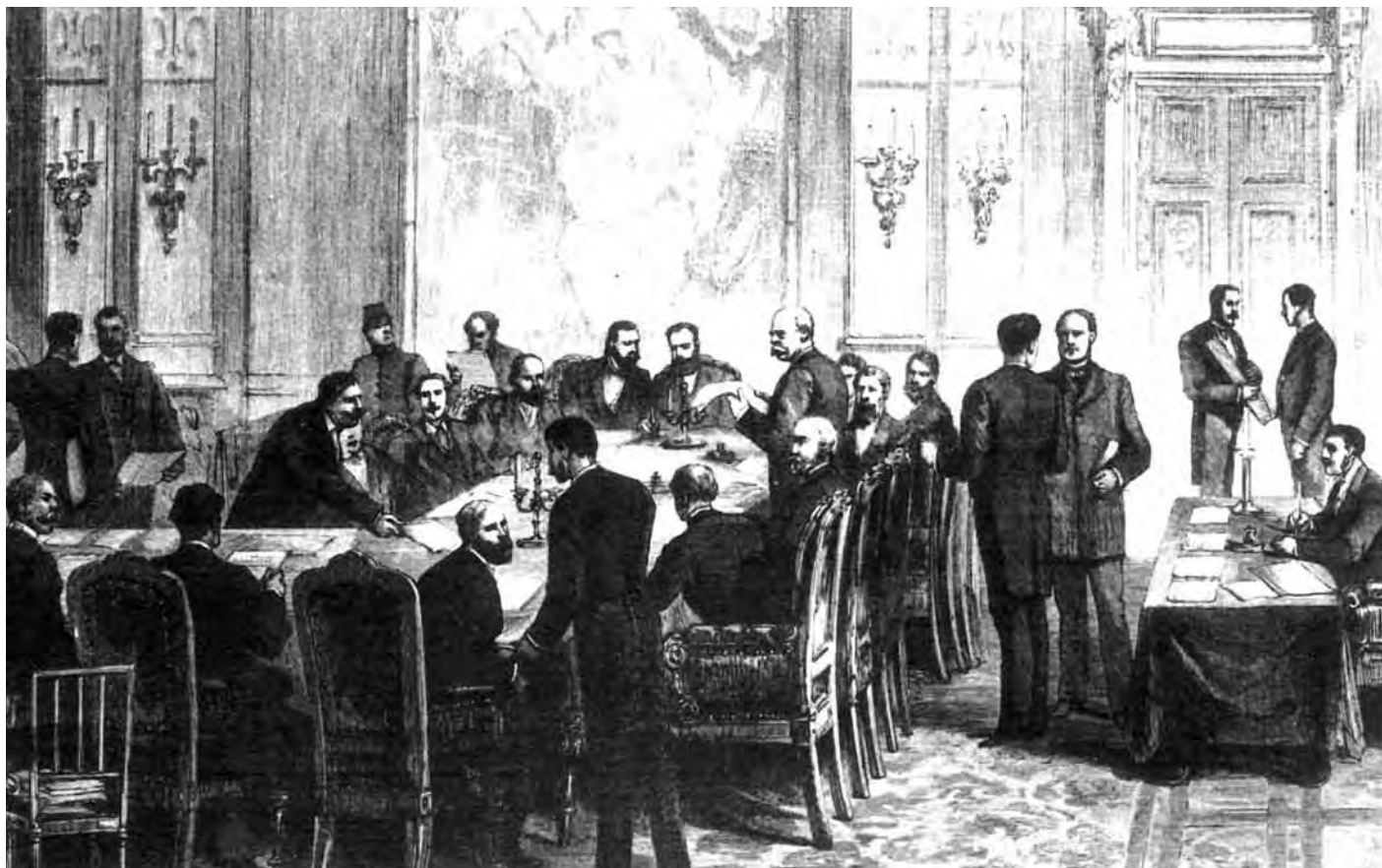



FIGURA 2.1 A Conferência de Berlim sobre a África Ocidental (1884-1885). (Fonte: Mary Evans Picture Library.)

fazer respeitar os direitos adquiridos e, conforme o caso, a liberdade de comércio e de trânsito nas condições estabelecidas". Era a doutrina dita de *ocupação efetiva,* que transformaria a conquista da África na aventura criminosa que se verá.

De fato, reconhecendo o Estado Livre do Congo, permitindo o desenrolar de negociações territoriais, estabelecendo as regras e modalidades de apropriação "legal" do território africano, as potências europeias se arrogavam o direito de sancionar o princípio da partilha e da conquista de um outro continente. Semelhante situação não tem precedentes na história: jamais um grupo de Estados de um continente proclamou, com tal arrogância, o direito de negociar a partilha e a ocupação de outro continente. Para a história da África, esse foi o principal resultado da conferência. Dizer, ao contrário da opinião geral, que ela não retalhou a África[40] só é verdade no sentido mais puramente técnico. As apropriações de territórios deram-se praticamente no quadro da conferência, e a questão das futuras apropriações foi claramente levantada na sua resolução final. De fato, em 1885, já estavam traçadas as linhas da partilha definitiva da África.

Os tratados de 1885 a 1902

Antes da conferência de Berlim, as potências europeias já tinham suas esferas de influência na África por várias formas: mediante a instalação de colônias, a exploração, a criação de entrepostos comerciais, de estabelecimentos missionários, a ocupação de zonas estratégicas e os tratados com dirigentes africanos[41]. Após a conferência, os tratados tornaram-se os instrumentos essenciais da partilha da África no papel. Eram de dois tipos esses tratados: os celebrados entre africanos e europeus, e os bilaterais, celebrados entre os próprios europeus.

Os tratados afro-europeus dividiam-se em duas categorias. Primeiramente houve aqueles sobre o tráfico de escravos e o comércio, que foram fonte de conflitos e provocaram a intervenção política europeia nos assuntos africanos. Depois, vieram os tratados políticos, mediante os quais os dirigentes africanos ou eram levados a renunciar a sua soberania em troca de proteção, ou se comprometiam a não assinar nenhum tratado com outras nações europeias.

Esses tratados políticos estiveram muito em voga no período considerado. Eram feitos por representantes de governos europeus ou por certas organizações privadas, que, mais tarde, os cediam a seus respectivos governos. Logo que

40 CROWE, 1942, p. 152-75.

41 UZOIGWE, 1976a, p. 189-93.

um governo metropolitano os aceitava, os territórios em apreço eram em geral anexados ou tidos por protetorados; por outro lado, se um governo duvidasse da autenticidade dos tratados ou tivesse de agir com prudência por causa das vicissitudes da *Weltpolitik,* utilizava então esses tratados para obter vantagens no quadro das negociações bilaterais europeias. Aliás, os africanos celebravam esses tratados por diversas razões, mas principalmente em nome do interesse de seu povo. Em certos casos, aspiravam a estabelecer relações com os europeus na esperança de tirar daí vantagens políticas relativamente a seus vizinhos. Às vezes, um Estado africano em posição de fraqueza assinava um tratado com uma potência europeia esperando poder assim libertar-se da vassalagem a outro Estado africano que lhe impunha sua soberania. Este último também podia desejar um tratado, contando utilizá-la para manter em obediência os súditos recalcitrantes. Por fim, certos Estados africanos imaginavam que, celebrando um tratado com um país europeu, salvaguardariam a independência ameaçada por outras nações europeias[42]. Fosse qual fosse o caso, os tratados políticos afro-europeus desempenharam importante papel na fase final da partilha da África.

Os tratados assinados entre a Imperial British East Africa Company (IBEAC) e Buganda mostram-nos um soberano africano solicitando a ajuda do representante de uma companhia europeia em virtude dos conflitos que o opunham aos súditos. O *kabaka* Mwanga II escrevera à empresa que fosse "suficientemente boa para vir e me restaurar no meu trono"; em troca, prometeu pagar à empresa com "bastante marfim, e podeis fazer todo o comércio em Uganda e tudo *o que desejais* no país sob minha autoridade"[43]. Não tendo recebido resposta, enviou a Zanzibar dois embaixadores, Samual Mwemba e Victor Senkezi, para solicitar a ajuda dos cônsules inglês, francês e alemão. Mwanga II recomendou aos embaixadores que inquirissem o seguinte:

> Se eles querem ajudar-nos, que recompensa devemos dar-lhes em troca? Porque, com efeito, não pretendo dar-lhes (ou dar-lhe) o meu país. Desejo que os europeus de todas as nações venham para Uganda construir e comerciar à vontade[44].

É evidente que, com esse tratado, Mwanga II não pretendia renunciar a sua soberania, mas descobriria mais tarde, à própria custa, que os europeus intentavam o contrário. Os tratados celebrados pelo capitão Lugard com Mwanga em dezembro de 1890 e março de 1892, que lhe ofereciam "proteção", foram-lhe impostos e não negociados com ele. É certo que a IBEAC o ajudou a retomar o trono, mas

42 TOUVAL, 1966, p. 286.

43 *PRO FO* 84/2061, Mwanga a Jackson, 15 de junho de 1889 (grifo nosso).

44 *PRO FO* 84/2064, Mwanga a Euam-Smith, 25 de abril de 1890.

a vitória dos protestantes de Buganda (graças à metralhadora Maxim de Lugard) sobre os católicos na batalha de Mengo (24 de janeiro de 1892) enfraqueceu a posição do *kabaka.* Quando a companhia encerrou as atividades em Buganda (31 de março de 1893), cedeu esses tratados ao governo britânico. O último tratado do coronel H. E. Colvile com Mwanga (27 de agosto de 1894) confirmava todos os tratados anteriores, e ia mais longe: Colvile exigia e obteve para seu país o

> "controle dos negócios estrangeiros, do tesouro público e dos impostos", que, das mãos de Mwanga, passavam às do "governo de Sua Majestade, cujo representante também fazia as vezes de supremo tribunal de recursos para todas as questões civis"[45].

No mesmo ano, o Reino Unido declarava Buganda um protetorado. É revelador que Lugard tenha escrito, anos mais tarde, em seu diário, a propósito dos tratados que ofereciam a proteção da companhia:

> Nenhuma pessoa sensata o assinaria, e pretender que se tenha convencido um chefe selvagem a ceder todos os seus direitos à companhia em troca de nada é de uma desonestidade óbvia. Se lhe disseram que a companhia o protegeria contra os inimigos e a ele se aliaria nas guerras, mentiram. A companhia jamais teve essas intenções e, mesmo que as tivesse, não dispunha de meios para concretizá-las[46].

Lugard estava dizendo, em suma, que seus próprios tratados foram obtidos fraudulentamente! Não cabe aqui discutir os numerosos outros tratados afro-europeus, mas mencionemos, de passagem, as solicitações apresentadas pelo emir de Nupe (na atual Nigéria) ao lugar-tenente L. A. A. Mizon para fazer uma aliança com ele contra a Royal Niger Company, com a qual se tinha desavindo[47], como exemplo do desejo de um soberano africano de pedir a ajuda de uma potência europeia contra outra potência europeia que ameaçava sua independência.

Os tratados bilaterais europeus de partilha

Definir uma esfera de influência por um tratado era, em geral, a etapa preliminar da ocupação de um Estado africano por uma potência europeia. Se o tratado não fosse contestado por nenhuma potência, a nação beneficiária transformava pouco a pouco os direitos que ele lhe reconhecia em direitos de soberania. Uma zona de influência, portanto, nascia de uma declaração unilateral,

45 *PRO FO* 2/72. Colvile a Hardingue, 28 de ago de 1894; contém o texto deste tratado.

46 PERHAM & BULL, eds., 1963. p. 318.

47 Para maiores detalhes, ver ADELEYE, 1971. p. 136-9.

mas ela só se tornava realidade uma vez aceita, ou pelo menos não contestada por outras potências europeias. Frequentemente as esferas de influência eram contestadas, mas os problemas de ordem territorial e as disputas de fronteiras acabavam por se resolver através de acordos entre as duas ou mais potências imperialistas presentes na mesma região. Os limites de tais acertos territoriais eram determinados, com o máximo de exatidão possível, por uma fronteira natural, ou, na sua ausência, por referência às longitudes e latitudes. Ocasionalmente levavam-se em conta as fronteiras políticas do país.

Considera-se que o tratado anglo-alemão de 29 de abril (e de 7 de maio) de 1885, que definia as "zonas de intervenção" da Inglaterra e da Alemanha em certas regiões da África, talvez seja a primeira aplicação a sério da teoria das esferas de influência nos tempos modernos[48]. Mediante uma série de tratados, acordos e convenções análogos, a partilha da África nos mapas estava praticamente terminada em fins do século XIX. Vamos examinar aqui, brevemente, os mais importantes.

O tratado de delimitação anglo-alemão de 1º de novembro de 1886, por exemplo, é particularmente importante. Por ele, Zanzibar e a maior parte de suas dependências caíam na esfera de influência britânica; por outro lado, nele se reconhecia à Alemanha influência política na África oriental, o que pôs fim, oficialmente, ao monopólio do Reino Unido na região[49]. Dessa forma, o tratado dividia o império Omani. Nos termos do acordo posterior, de 1887, destinado a precisar esse primeiro tratado, o Reino Unido comprometia-se a "desencorajar as anexações britânicas na retaguarda da esfera de influência da Alemanha, entendendo que o governo alemão também desencorajará as anexações alemãs no interior da esfera britânica". O acordo previa igualmente que, se um dos dois países ocupasse o litoral, "o outro não poderia, sem consentimento da outra parte, ocupar as regiões não reivindicadas do interior"[50]. Esses acordos sobre a ocupação do *hinterland* na parte oeste das "esferas de influência" dos dois países eram muito vagos e acabaram por tornar necessária a conclusão do célebre tratado de Heligoland, de 1890, que remata a divisão da África oriental. É muito importante observar que esse tratado reservava Uganda ao Reino Unido, mas acabava com a grande esperança britânica de uma rota Cidade do Cabo—Cairo. Restituía a Heligoland à Alemanha e punha fim à independência de Zanzibar.

48 TOUVAL, 1966. p. 286.

49 *PRO FO* 403/192, "Memorando de sir E. Hertslet..." fevereiro de 1893.

50 *PRO FO* 403/142, Salisbury a Malet, 14 de junho de 1890.

Os tratados anglo-alemães de 1890 e de 1893 e o tratado anglo-italiano de 1891 terminaram por colocar oficialmente o alto Nilo na esfera de influência britânica. Ao sul, o tratado franco-português de 1886, o tratado germano-português de 1886 e o tratado anglo-português de 1891 reconheciam a influência portuguesa em Angola e Moçambique, assim como delimitavam a esfera de influência britânica na África central. O tratado de 1894 entre o Reino Unido e o Estado Livre do Congo também é muito importante, pois fixava os limites do Estado Livre do Congo de forma a que servisse de tampão entre os territórios franceses e o vale do Nilo, deixando aos britânicos um corredor no eixo Cabo—Cairo, ligando Uganda ao lago Tanganica (cláusula suprimida em junho, devido aos protestos da Alemanha). Na África ocidental, os mais importantes acordos foram a aceitação da linha Say—Barruwa (1890) e a Convenção do Níger (1898)[51], com o que o Reino Unido e a França encerraram a partilha dessa região. Finalmente, a Convenção Anglo-Francesa de 21 de março de 1899 regulamentava a questão egípcia, enquanto a Paz de Vereiniging (1902) – que punha fim à guerra com os bôeres – confirmava, ao menos por algum tempo, a supremacia britânica na África do Sul.

Em que medida eram válidos os tratados políticos celebrados com as autoridades africanas e os acordos bilaterais entre nações europeias, base da partilha e da conquista da África? Seu estudo leva à conclusão de que alguns deles são juridicamente indefensáveis, outros moralmente condenáveis, enquanto outros ainda foram obtidos de forma legal. No entanto, trata-se aí de atos essencialmente políticos, defensáveis somente no contexto do direito positivo europeu, segundo o qual a força é a fonte de todo o direito. Mesmo quando os africanos procuravam abertamente celebrar tratados com os europeus, a decisão era sempre ditada pela força que eles sentiam no lado europeu. Em certos casos, os africanos, por suspeitarem das razões apresentadas pelos europeus para a conclusão desses tratados, recusavam-se a participar deles, mas, submetidos a pressões intoleráveis, acabavam por aceitá-las. Muitas vezes, africanos e europeus divergiam sobre o verdadeiro sentido do acordo a que haviam chegado. Fosse como fosse, os governantes africanos consideravam, por sua parte, que esses tratados políticos não os despojavam de sua soberania. Viam neles, antes, acordos de cooperação, impostos ou não, que deveriam ser vantajosos para as partes interessadas. As opiniões dos europeus quanto à validade dos tratados variavam. Alguns os achavam legítimos, outros, como Lugard, estavam convenci-

51 A análise mais detalhada da Convenção do Níger figura em UZOIGWE, 1974, capítulos 5 e 6; ver OBICHERE, 1971, capítulo 8.

dos de que quase todos tinham sido obtidos de maneira fraudulenta, sendo uns inteiramente falsos, outros sem a menor existência legal e a maior parte deles aplicada ilegalmente[52]. Na maioria dos casos, entretanto, esses tratados absurdos foram avalizados pelo jogo diplomático europeu, como, por exemplo, os falsos tratados de Karl Peters, na África oriental, e os da Imperial British East Africa Company (IBEAC), que o próprio Lugard chamou de "fraude pura e simples"[53]. Raros eram os que resistiam a um exame sem que os diplomatas os declarassem inaceitáveis, como foi o caso dos tratados celebrados por Lugard com Nikki.

A própria ideia de que se pudessem considerar legítimos tratados bilaterais entre nações europeias que decidiam a sorte de territórios africanos em uma capital da Europa, longe da presença e sem o acordo daqueles com cujo futuro se jogava, somente se admitia à luz do direito positivo europeu. Os estadistas europeus estavam perfeitamente cônscios de que a definição de uma esfera de influência em um tratado subscrito por duas nações europeias não podia legitimamente atingir os direitos dos soberanos africanos da região afetada. Na medida em que a influência constituía mais um conceito político do que jurídico, determinada potência amiga podia optar por respeitar esse conceito, enquanto outra, inimiga, não o levaria a sério. O mesmo se pode dizer da doutrina do *hinterland,* que não hesitava em invocar o princípio do "destino manifesto" e que permanecerá tristemente célebre pelas abusivas reivindicações apresentadas em seu nome. De fato, as duas doutrinas não tinham qualquer legitimidade em direito internacional[54]. Salisbury declarava em 1896:

> A moderna doutrina do *hinterland* e suas inevitáveis contradições provam a ignorância e a instabilidade do direito internacional quando ele é aplicado a reivindicações territoriais fundadas na ocupação ou no controle implícito"[55]. Em outras palavras, "uma reivindicação territorial na África só pode estar apoiada na real ocupação do território reivindicado[56].

E, como a noção de ocupação efetiva – princípio muito pouco seguido na maioria dos Estados africanos – e a ideia que os africanos tinham do verdadeiro significado dos tratados com os europeus eram essencialmente contraditórias, a situação de conflito tendia a se agravar. Estavam reunidas todas as condi-

52 Ver LUGARD, 1893, v. 2, p. 580; PERHAM & BULL, eds., 1963, p. 318; GRAY, 1948.

53 PERHAM & BULL, eds., 1963, p. 318.

54 LINDLEY, 1926, p. 234-5.

55 Apud UZOIGWE, 1976, p. 196-7.

56 Apud LUGARD, 1929, p. 13.

ções, portanto, para a ocupação militar sistemática do *hinterland* pelas potências europeias.

A conquista militar (1885-1902)

Por diversas razões, foram os franceses os mais ativos na consecução da política de ocupação militar. Avançando do alto para o baixo Níger, não tardaram a vencer o *damel* de Cayor, Lat-Dior, que lutou até a morte, em 1886. Derrotaram Mamadou Lamine na batalha de Touba-Kouta, em 1887, pondo fim dessa forma ao império Soninke, por ele fundado na Senegâmbia. Conseguiram também romper a célebre obstinada resistência do grande Samori Touré, capturado (1898) e exilado no Gabão (1900). Uma série de vitórias – Koundian (1889), Segu (1890) e Youri (1891) – do major Louis Archinard fez desaparecer o império Tukulor de Segu, embora seu chefe, Ahmadu, persistisse em encarniçada resistência até sua morte, em Sokoto, em 1898. Na África ocidental os franceses conquistaram ainda a Costa do Marfim e a futura Guiné Francesa, onde instalaram colônias em 1893. Iniciadas em 1890, a conquista e a ocupação do reino do Daomé estavam concluídas em 1894. No final dos anos de 1890, os franceses tinham conquistado todo o Gabão, consolidado suas posições na África do norte, completado a conquista de Madagáscar (exilando a rainha Ranavalona III em Argel, em 1897) e, na fronteira oriental, entre o Saara e o Sahel, posto fim à obstinada resistência de Rabah de Sennar, morto em combate em 1900.

A conquista britânica também foi espetaculosa e sangrenta e – como veremos mais adiante – encontrou a resistência decidida e frequentemente difícil de vencer dos africanos. Utilizando as possessões litorâneas na Costa do Ouro (atual Gana) e na Nigéria como base de operações, o Reino Unido bloqueou a expansão francesa em direção ao baixo Níger e no interior do reino Ashanti. À última expedição saída de Kumasi (em 1900) seguiu-se a anexação do Ashanti em 1901 com o exílio de Nana Prempeh nas Seychelles. Os territórios ao norte do Ashanti foram oficialmente anexados em 1901, depois de terem sido ocupados entre 1896 e 1898. A partir de Lagos, uma de suas colônias, os britânicos lançaram-se à conquista da Nigéria. Em 1893, a maior parte do território yoruba tinha sido proclamada protetorado. Em 1894, era conquistado o reino de Itsekiri e exilado em Acra o hábil Nana Olomu, seu "príncipe mercador". Aparentemente incapaz de enfrentar o rei Jaja, de Opobo, em campo de batalha, Harry Johnston, o cônsul britânico, resolveu armar-lhe uma cilada. Convidado a

encontrar-se com ele a bordo de um navio de guerra britânico, o rei foi feito prisioneiro e remetido para as Antilhas, em 1887. Brass e Benin foram conquistadas no final do século. Em 1900, a dominação britânica no sul da Nigéria estava praticamente garantida. A ocupação do Igbo e de certas regiões do interior oriental só se tornou efetiva, entretanto, nas duas primeiras décadas do século XX. Ao norte, a conquista britânica partiu de Nupe, onde, em 1895, a Royal Niger Company, de George Goldie, exercia sua influência de Lokoja à costa. Ilorin foi ocupado em 1897, e, após a criação da West African Frontier Force, em 1898, o sultanato de Sokoto foi conquistado por Frederick Lugard em 1902.

No norte da África, o Reino Unido, já em posição de força no Egito, esperou até 1896 para autorizar a reconquista do Sudão, a qual deu lugar, em 1898, a um verdadeiro banho de sangue, inútil e cruel. Mais de 20 mil sudaneses, inclusive seu chefe, o califa Abdallah, morreram em combate. A ocupação de Fachoda pela França – no sul do Sudão – em 1898, claro, não podia ser tolerada por lorde Salisbury, sendo a França obrigada a recuar.

O Zanzibar foi colocado oficialmente sob protetorado britânico em novembro de 1890. Essa medida, bem como as tentativas de abolição da escravatura daí derivadas, provocaram rebeliões facilmente esmagadas. Zanzibar serviu de base para a conquista do resto da África Oriental Britânica. O país mais cobiçado pelo Reino Unido nessa região era Uganda. A batalha de Mengo (1892) em Buganda, centro das operações – acarretou a proclamação do protetorado sobre Uganda (1894). Estava livre agora a via para a conquista do resto de Uganda, concretizada quando da captura e exílio nas Seychelles, em 1899, dos reis Kabarega e Mwanga. Todavia, no Quênia, foram precisos quase dez anos para que os britânicos impusessem efetivamente sua dominação sobre os Nandi.

Na África central e austral, a British South Africa Company (BSAC), de Cecil Rhodes, empreendeu a ocupação da Mashonalândia sem a concordância de Lobengula. Em 1893, o rei foi obrigado a fugir da capital, morrendo no ano seguinte. No entanto, seu reino não foi totalmente subjugado antes da sangrenta repressão da revolta dos Ndebele e dos Mashona, em 1896-1897. A conquista da atual Zâmbia, menos acidentada, terminou em 1901. A derradeira guerra britânica, no quadro da partilha da África, foi travada contra os bôeres, na África do Sul. Essa guerra apresenta a interessante particularidade de envolver brancos contra brancos. Começou em 1899 e terminou em 1902.

A ocupação efetiva se revelou difícil para as outras potências europeias. Os alemães, por exemplo, conseguiram estabelecer efetivamente sua dominação no sudoeste da África no final do século XIX, essencialmente em função da hostilidade de mais de um século que impedia a união dos Nama e dos

Maherero. No Togo, os alemães aliaram-se aos pequenos reinos dos Kotokoli e dos Chakossi para mais facilmente esmagar a resistência dos Konkomba (1897-1898), dispersos, e dos Kabre (1890). Em Camarões, foi ao norte que o comandante alemão major Hans Dominik encontrou mais dificuldades. Em 1902, porém, tinha logrado submeter os principados Peul. Em compensação, a conquista da África Oriental Alemã foi a mais feroz e a mais demorada de todas as guerras de ocupação efetiva, prolongando-se de 1888 a 1907. As expedições mais importantes foram as enviadas contra o célebre Abushiri, o Indomável (1888-1889), os Wahehe (1889-1898) e os chefes da revolta Maji Maji (1905-1907).

A ocupação militar portuguesa, iniciada na década de 1880, só foi completada no decorrer do século XX. Embora um empreendimento bastante árduo para os portugueses, estes conseguiram afinal consolidar sua dominação em Moçambique, Angola e Guiné (atual Guiné-Bissau). O Estado Livre do Congo também se viu diante de graves problemas com Portugal antes de a Bélgica levar a cabo a ocupação militar da sua esfera de influência. Leopoldo II começou por se aliar aos árabes do Congo, que na realidade lhe eram particularmente hostis. Quando a inutilidade da colaboração tornou-se evidente, Leopoldo mandou uma expedição contra eles. Levou quase três anos (1892-1895) para submetê-los. Mas a conquista de Katanga, iniciada em 1891, só foi concluída no início do século XX.

A Itália é que encontrou as maiores dificuldades nas guerras de ocupação efetiva. Em 1883 teve êxito em ocupar uma parte da Eritreia. Também já obtivera a costa oriental da Somália, depois da primeira partilha do império Omani, em 1886. Mais tarde, o tratado de Wuchale (ou Uccialli), de 1889, celebrado com o imperador Menelik II, definiu a fronteira entre a Etiópia e a Eritreia. Depois de estranho contencioso sobre a interpretação das cláusulas do tratado, a Itália informou às outras potências europeias que a Etiópia era um protetorado italiano. Mas, ao tentar a ocupação desse protetorado fictício, sofreu uma derrota ignominiosa em Adowa, em 1896. Conseguiu, no entanto, conservar seus territórios na Somália e na Eritreia. Na África do norte, somente em 1911 é que a Itália logrou ocupar as zonas costeiras da Cirenaica e da Tripolitânia (atual Líbia). O Marrocos foi bem-sucedido e manteve sua independência até 1912, data em que a perdeu em favor da França e da Espanha. Assim, em 1914, somente a Libéria e a Etiópia ainda eram, pelo menos nominalmente, independentes.

Por que as potências europeias conseguiram conquistar a África?

As potências europeias puderam conquistar a África com relativa facilidade porque a balança pendia a seu favor, sob todos os aspectos.

Em primeiro lugar, graças às atividades dos missionários e dos exploradores, os europeus sabiam mais a respeito da África e do interior do continente – aspecto físico, terreno, economia e recursos, força e debilidade de seus Estados e de suas sociedades – do que os africanos a respeito da Europa.

Em segundo lugar, em função das transformações revolucionárias verificadas no domínio da tecnologia médica e, em particular, devido à descoberta do uso profilático do quinino contra a malária, os europeus temiam menos a África do que antes de meados do século XIX[57].

Em terceiro lugar, em consequência da natureza desigual do comércio entre a Europa e a África até os anos de 1870 e mesmo mais tarde, bem como do ritmo crescente da revolução industrial, os recursos materiais e financeiros da Europa eram muitíssimo superiores aos da África. Por isso, se as potências europeias podiam gastar milhões de libras nas campanhas ultramarinas, os Estados africanos não tinham condições de sustentar um conflito armado com elas.

Em quarto lugar, enquanto o período posterior à guerra russo-turca de 1877-1878 era assinalado, segundo J. H. Rose, por "um estado de equilíbrio político que contribuiu para a paz e o imobilismo na Europa"[58], o mesmo período, na África, foi marcado por conflitos e rivalidades interestatais e intraestatais: Mandinga contra Tukulor, Ashanti contra Fanti, Baganda contra Banyoro, Batoro contra Banyoro, Mashona contra Ndebele etc. Assim, a Europa podia concentrar-se militarmente de maneira quase exclusiva nas atividades imperiais ultramarinas, mas os países e os Estados africanos tinham suas forças paralisadas pelas lutas intestinas. Além disso, as potências europeias conviviam pacificamente, conseguindo resolver os problemas coloniais que as dividiam no decorrer da era da partilha e até 1914 sem recurso à guerra. Não obstante uma intensa rivalidade e numerosas crises na África, as potências europeias envolvidas na partilha demonstraram notável espírito de solidariedade, que não só preveniu qualquer guerra entre elas, como também impediu os dirigentes e as comunidades da África de jogarem, de modo eficaz, os países da Europa uns contra os outros. No decurso do período que aqui nos interessa, esses países

57 CURTIN, FEIERMAN, THOMPSOM, VANSINA, 1978, p. 445; ROSE, 1905, p. 508-72.

58 ROSE, 1905.

agrediram de forma combinada os Estados africanos, e nenhum país da África jamais foi ajudado por uma potência europeia contra outra.

Ao contrário, a conduta dos países africanos foi assinalada não só pela falta de solidariedade, de unidade e de cooperação, mas também pelo fato de alguns deles não hesitarem em se aliar aos invasores europeus contra seus vizinhos – apenas para se verem vencidos um pouco depois. Os Baganda aliaram-se aos ingleses contra os Banyoro, os Barotse aos ingleses contra os Ndebele, e os Bambara aos franceses contra os Tukulor[59]. Em consequência, as lutas heroicas e memoráveis travadas pelos africanos contra os invasores europeus foram – como veremos nos capítulos seguintes[60] – quase sempre ações isoladas e descoordenadas, mesmo no plano regional. O fator mais decisivo foi, evidentemente, a esmagadora superioridade logística e militar da Europa. Enquanto esta empregava exércitos profissionais bem treinados, poucos Estados africanos possuíam exércitos permanentes e menos ainda dispunham de tropas profissionais. Na sua maior parte, faziam recrutamentos e mobilizações *ad hoc* para as necessidades de ataque e defesa. Ademais, as potências europeias – como sustentam A. Isaacman e J. Vansina –, independentemente dos exércitos próprios, podiam engajar mercenários e recrutas africanos, o que lhes dava, quando necessário, superioridade numérica[61].

Na verdade, como observa A. Laroui, a maior parte desses exércitos recrutava tropas entre os africanos, sendo europeus apenas os oficiais. Antes de mais nada, nos termos da Convenção de Bruxelas (1890), as potências imperiais tinham se comprometido a não vender armas aos africanos, o que significa que estes dispunham de equipamentos militares obsoletos e muitas vezes fora de uso – principalmente, espingardas de pederneira e de carregar pela boca – e não possuíam artilharia pesada nem forças navais. Em contraposição, os exércitos europeus dispunham de armas modernas: artilharia pesada, carabinas de repetição e sobretudo metralhadoras Gatling e Maxim, além de contarem com a artilharia pesada das forças navais. Como Laroui assinala, os europeus chegaram a empregar, no decorrer das últimas campanhas, veículos motorizados e aviões[62] (fig. 2.2). É significativo que os dois chefes africanos que chegaram a infligir derrotas aos europeus – Samori Touré e Menelik – conseguiram ter acesso a algumas dessas armas modernas. Mas, por fim, até Samori Touré foi vencido

59 CROWDER, 1968, p. 81, 85; OLIVER & MATHEW, eds., 1971; HARLOW & CHILVER, eds., 1965.

60 Ver cap. 3 a 9 seguintes.

61 Ver cap. 8 seguinte.

62 Ver capítulo 5 seguinte.

pelos franceses. A esmagadora superioridade de que gozava a Europa sobre a África foi resumida de forma sucinta pelo famoso dístico de Hilaire Belloc, citado no capítulo 1.

Em vista das vantagens econômicas, políticas e sobretudo militares e tecnológicas das potências europeias em relação às sociedades africanas, fica evidente que a luta foi desigual, e não surpreende que tenham podido vencer a África com relativa facilidade. De fato, para a Europa, a conquista não podia sobrevir em melhor momento; para a África, o momento não podia ser pior.

O mapa da África após a partilha e a ocupação

O novo mapa geopolítico da África, depois de três décadas de fracionamento sistemático e de ocupação militar, é muito diferente do que era em 1879 (fig. 1.1). As potências europeias dividiram o continente em cerca de quarenta unidades políticas. Certos especialistas consideram inaceitáveis as novas fronteiras, que julgam arbitrárias, apressadas, artificiais e aleatórias, pois distorcem a ordem política nacional pré-europeia. Outros, como Joseph Anene e Saadia Touval, acham-nas mais razoáveis que as de 1879[63]. Há uma parte de verdade nos dois pontos de vista. Cerca de 30% da extensão total das fronteiras são formadas por linhas retas, e tanto estas como outras cortam arbitrariamente as fronteiras étnicas e linguísticas. Por outro lado, os limites que foram mantidos seguiam traçados nacionais e, portanto, não podem ser considerados tão arbitrários ou tão inapropriados como certos críticos querem fazer crer. Além disso, as unidades políticas africanas criadas como resultado, por exemplo, do conflito entre Oyo e Daomé, das *djihads* (guerras santas) dos Peul, dos Mfecane na África meridional ou das lutas internas pelo poder na Etiópia e em Uganda, durante a segunda metade do século XIX, mostram bem o caráter móvel das fronteiras, limites e encraves africanos anteriores à partilha. O que muitas vezes não se compreende é como a partilha fixou essas fronteiras móveis, ou que esforços fizeram as comissões de delimitação para retificar, quando politicamente possível, certas anomalias durante os numerosos trabalhos de fixação das fronteiras. Tudo sopesado, embora o mapa da África em 1914 (fig. 2.3), comparado ao que era em 1879, pudesse parecer muito impreciso, a delimitação não deixou de ser um trabalho de notável eficiência, devido aos novos avanços da cartografia. E, ainda que a partilha tenha de ser condenada do ponto de vista moral e jurídico – e há que se reconhecer que certas fronteiras são efetivamente artificiais e arbitrárias –, seria

63 ANENE, 1970.

Figuras 2.2a. a 2.2f. Armas de guerra utilizadas por europeus e africanos entre 1880 e 1935.

figura 2.2a Guerra dos Ashanti de 1896 (Costa do Ouro): hachas e facas de arremesso. Fonte: National Army Museum, Londres.)

figura 2.2b Guerreiros Kavirondo (Quênia) armados com lanças e escudos. (Fonte: Royal Commonwealth Society, Londres.)

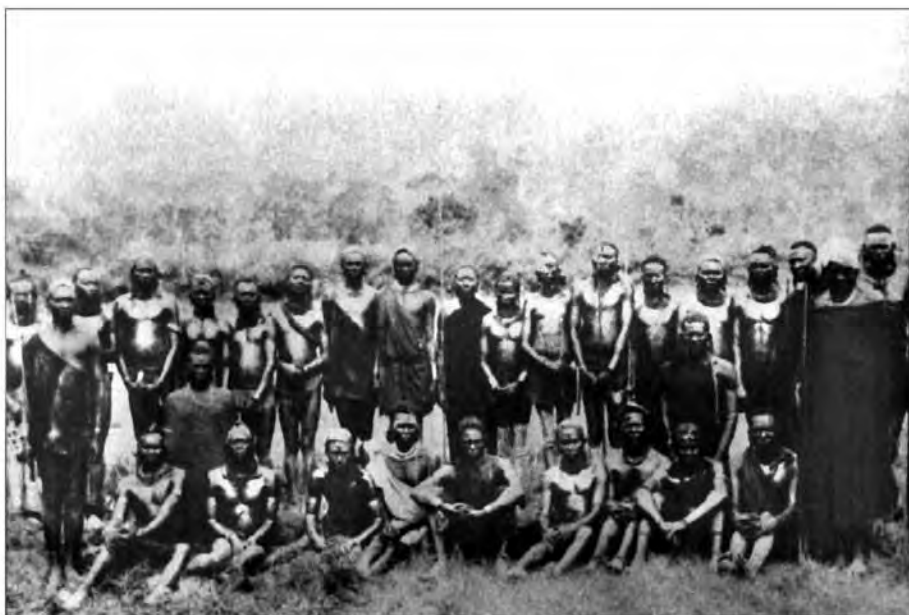



figura 2.2c Oba yoruba (Nigéria) entre dois generais do século passado, armados com velhas espingardas dinamarquesas. (Fonte: Longman.)

FIGURA 2.2d Soldados dos King's African Rifles com uma metralhadora Maxim. (Foto: Imperial War Museum, Londres.)

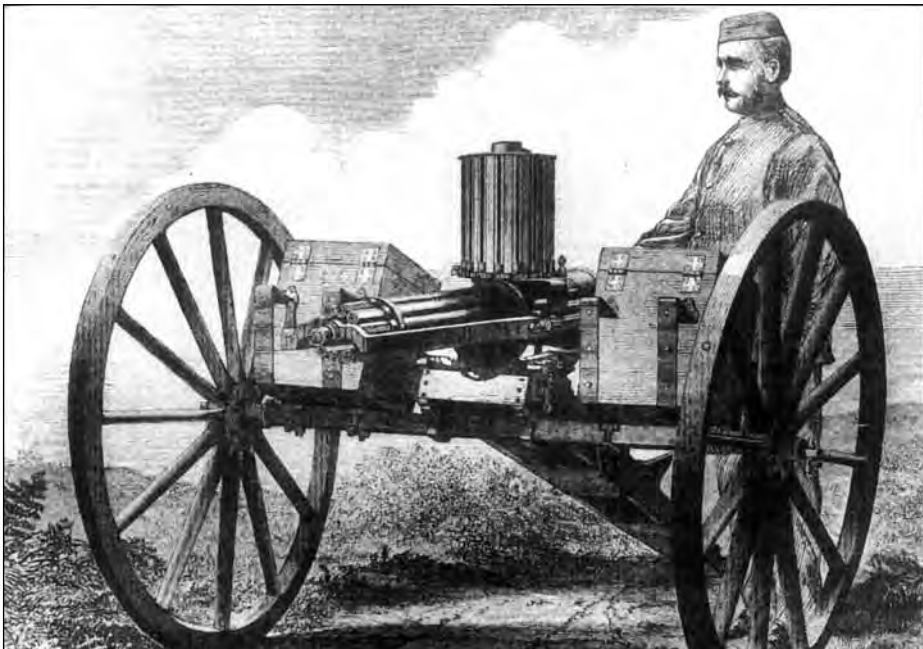



FIGURA 2.2e Metralhadora Gatling. (Foto: BBC Hulton Picture Library.)

FIGURA 2.2f Aeroplanos utilizados nas guerras coloniais dos anos 1920. (Foto: Harlingue-Viollet.)

indesejável e até perigoso continuar advogando o retorno às fronteiras móveis do período pré-europeu – salvo após estudo bem aprofundado – pretextando a "confusão" que a partilha teria criado.

Em 1902 a conquista estava quase concluída. Foi uma história particularmente sangrenta. O devastador poder de fogo da metralhadora Maxim e a relativa sofisticação da tecnologia europeia devem ter significado uma experiência amarga para os africanos. Mas, embora a conquista da África pela Europa tenha sido relativamente fácil, o mesmo não se pode dizer da ocupação e instalação da administração europeia, conforme veremos nos capítulos posteriores.

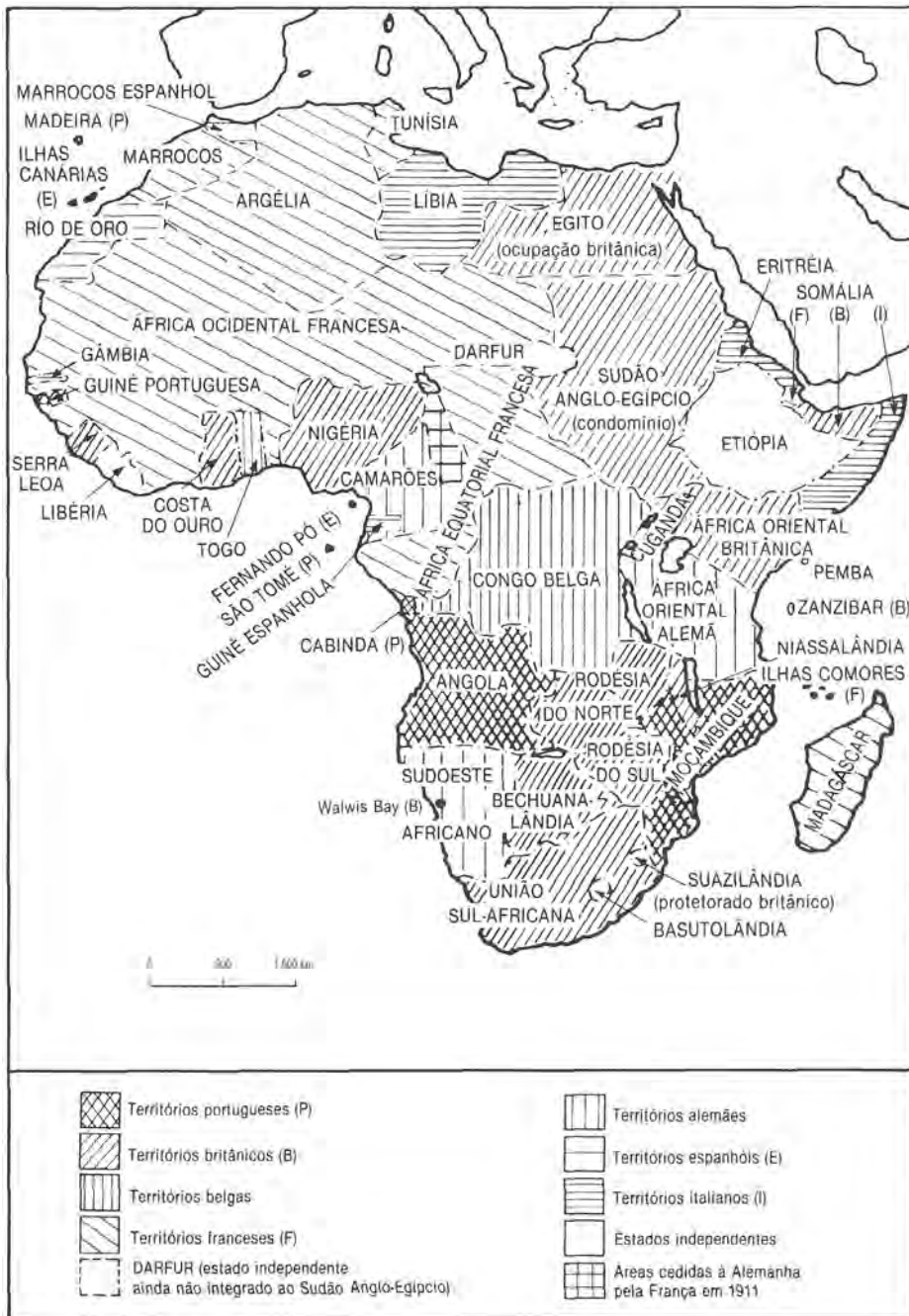



FIGURA 2.3 A África de 1914. (Fonte: OLIVER & FAGE, 1962.)

CAPÍTULO 3

Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista

Terence O. Ranger

Entre 1880 e 1900, a África tropical apresentava um estranho e brutal paradoxo. Se o processo da conquista e da ocupação pelos europeus era claramente irreversível, também era altamente resistível. Irreversível por causa da revolução tecnológica – pela primeira vez, os brancos tinham uma vantagem decisiva nas armas, e, também pela primeira vez, as ferrovias, a telegrafia e o navio a vapor permitiam-lhes oferecer resposta ao problema das comunicações no interior da África e entre a África e a Europa. Resistível devido à força das populações africanas e porque na ocasião a Europa não empregou na batalha recursos muito abundantes nem em homens nem em tecnologia. De fato, os brancos compensavam a escassez de homens recrutando auxiliares africanos. Mas eles não eram manipuladores diabolicamente inteligentes de negros divididos e atrasados. Os europeus estavam apenas retomando o repertório das estratégias dos antigos impérios. Quanto a detalhes, muitas vezes sabiam menos das coisas que os dirigentes africanos. A implementação da estratégia de penetração foi muito desordenada e inábil. Os europeus enfrentaram uma enormidade de movimentos de resistência que provocaram e até inventaram por ignorância e medo. Tinham de "obter a vitória final", e, uma vez obtida, trataram de pôr em ordem o conturbado processo. Escreveram-se livros sobre a chamada "pacificação"; tinha-se a impressão de que, na sua maior parte, os africanos haviam aceito a *Pax Colonica* com reconhecimento e fez-se caso omisso de todos os fatos da resistência

africana. Mas a vitória dos europeus não significa que a resistência africana não tenha tido importância no seu tempo ou que não mereça ser estudada agora. E, efetivamente, tem sido objeto de muitos estudos nos últimos vinte anos.

Em seu conjunto, as pesquisas dessas duas décadas são sérias, detalhadas e eruditas, não evitando as ambiguidades características de grande número dos movimentos de resistência. Mas, na maior parte, apoiam-se ou servem para demonstrar três postulados doutrinários, que, a meu ver, continuam verdadeiros em essência, embora recentes trabalhos de pesquisa e análise os tenham corrigido. Em primeiro lugar, afirmou-se que a resistência africana era importante, já que provava que os africanos nunca se haviam resignado à "pacificação" europeia. Em segundo lugar, sugeriu-se que, longe de ser desesperada ou ilógica, essa resistência era muitas vezes movida por ideologias racionais e inovadoras. Por fim, em terceiro, argumentou-se que os movimentos de resistência não eram insignificantes; pelo contrário, tiveram consequências importantes em seu tempo, e têm, ainda hoje, notável ressonância. É interessante rever esses três postulados, com as correções que lhes foram propostas.

Generalização da resistência

Em 1965, o historiador soviético A. B. Davidson fez um apelo aos estudiosos do assunto para que refutassem "as concepções da historiografia europeia tradicional", segundo as quais "os povos africanos viram na chegada dos colonialistas um feliz acaso, que os libertava das guerras fratricidas, da tirania das tribos vizinhas, das epidemias e das fomes periódicas". De acordo com essa tradição, os povos que não ofereceram resistência foram considerados "pacíficos", e os que resistiram, "sedentos de sangue". Davidson observa que "os defensores da dominação colonial recusavam-se a considerar as rebeliões fenômenos organizados". Referiam-nas como reações "primitivas e irracionais", ou atribuíam-nas à agitação da minoria "sedenta de sangue". "Recusavam-se a admitir a única interpretação correta – que se tratava de guerras justas de libertação, motivo pelo qual recebiam o apoio da imensa maioria dos africanos[1]."

Davidson sublinhava em 1965: "Muitas rebeliões ainda são desconhecidas [...]. Frequentemente faltam informações precisas sobre essas rebeliões, consideradas fatos estabelecidos". Desde então, o trabalho de "descoberta" das resistências caminhou a passo largo. Os historiadores trataram de classificar as revoltas com maior

1 DAVIDSON, A. B., 1968, p. 181-3.

rigor, distinguindo o "banditismo social" da "rebelião camponesa", e a guerrilha do choque entre exércitos. Em certos casos, demonstrou-se que episódios descritos como rebeliões pelos colonizadores haviam sido impostos à população por ignorância e medo da parte dos brancos[2]. Em casos ainda mais numerosos, foram resgatados movimentos de resistência de grande envergadura e de grande alcance, antes ignorados. Hoje dispomos de estudos detalhados sobre a maior parte dos levantes "importantes"; em alguns casos, desenvolveu-se uma sólida argumentação sobre a melhor explicação e a melhor interpretação a dar a esses levantes. Tudo isso vem mostrar que Davidson tinha razão ao pensar que a resistência foi um "fenômeno organizado".

Fica claro também que as velhas tentativas de distinguir, entre as sociedades africanas, as naturalmente belicosas e as naturalmente pacíficas são fora de propósito. No meu entender, como vinha sustentando em diversos artigos, na medida em que se trata de amplos sistemas políticos africanos, não há razão em distinguir entre Estados ditos belicosos e saqueadores e outros ditos pacíficos, comerciantes e agricultores, já que praticamente todos os Estados africanos se esforçaram para encontrar uma base de colaboração com os europeus; de modo geral, todos tinham interesses ou valores fundamentais a defender, se necessário até com recurso às armas[3]. Mas me equivoquei ao pretender que as sociedades mais avançadas entre as que haviam preferido a resistência ou a colaboração tinham mais coisas em comum entre si "do que com as sociedades mais fechadas, que não podiam resistir nem explorar a dominação colonial". Shula Marks, entre outros, demonstrou, em seu estudo sobre a resistência dos Khoisan na África do Sul, que os povos politicamente não centralizados eram tão capazes como os politicamente centralizados de travar combate com determinação contra o avanço dos brancos[4]. John Thornton contrastou o potencial de resistência das sociedades com e sem Estado e concluiu que a vantagem era destas últimas:

> É comum louvar os Estados por seu papel na resistência à invasão europeia [...] Na realidade [...] esse papel foi ambíguo. Se é verdade que alguns resistiram muito bem [...] muitas outras sociedades constituídas em Estados, em compensação, entraram em colapso no contato com os europeus [...] Por outro lado, a resistência das socie-

2 MARKS, 1970.

3 RANGER, 1969, p. 293-304.

4 MARKS, 1972, p. 55-80.

> dades sem Estado foi muitas vezes duradoura e heroica [...] Foram elas – Igbo, Baule, Agni etc. – que fizeram a guerra de guerrilha[5].

Em resumo, praticamente todos os tipos de sociedade africana resistiram, e a resistência manifestou-se em quase todas as regiões de penetração europeia. Podemos aceitar isso como um fato que não mais precisa de demonstração. Cumpre-nos agora passar da classificação para a interpretação; em vez de nos restringirmos à tarefa de provar que houve resistência, cabe-nos determinar e explicar os diversos graus de intensidade em que ela ocorreu. Historiadores de certos territórios nacionais têm-se preocupado em comprovar a existência de movimentos de resistência nessas áreas, relacionando-os à tradição de oposição local. Ora, isso é sempre possível, já que houve resistência em praticamente todo lugar. Essa visão parcial, contudo, pode ocultar o fato de que a resistência apresenta gritantes diferenças de intensidade de uma região para outra. Na Rodésia do Norte (atual República de Zâmbia), houve movimentos de resistência armada, mas em nada comparáveis, em amplitude e duração, aos organizados na Rodésia do Sul (atual República do Zimbábue), os quais, por sua vez, não se podem comparar, do ponto de vista da "organização", aos movimentos de resistência contra os portugueses no vale do Zambeze. Faltam-nos, é certo, estudos regionais comparativos mais precisos. Os capítulos seguintes trazem outros tipos de contraste com respectivas consequências e explicações.

A ideologia da resistência

Os apologistas do colonialismo enfatizaram o caráter irracional e desesperado da resistência armada, apresentando-o como resultado frequente da "superstição", e sustentando que as populações, aliás satisfeitas com aceitar a dominação colonial, teriam sido trabalhadas por "feiticeiros-curandeiros". Vários críticos europeus do colonialismo, favoráveis à oposição africana, também admitiam, no entanto, que os africanos não tinham muita coisa no seu modo de pensar "tradicional" que pudesse ajudá-los a reagir efetiva ou concretamente às agressões ao seu modo de vida. As ideologias da revolta foram consideradas "magia do desespero", votadas ao malogro, sem perspectivas de futuro. Dessa óptica, os movimentos de resistência, por mais heroicos que fossem, constituíam impasses fatais[6].

5 THORNTON, 1973, p. 119-20.

6 GLUCKMAN, 1963, p. 137-45.

Na última década, os historiadores da resistência empenharam-se em combater esse tipo de argumentação. Para tanto, adotaram uma tática dupla: por um lado, atribuíram à revolta ideologias estritamente profanas; por outro, "sanearam" as ideologias religiosas.

A principal ideologia profana proposta é o princípio de "soberania". Jacob Ajayi escreveu que

> o aspecto mais importante do impacto europeu foi a alienação da soberania [...] Quando um povo perde sua soberania, ficando submetido a outra cultura, perde pelo menos um pouco de sua autoconfiança e dignidade; perde o direito de se autogovernar, a liberdade de escolher o que mudar em sua própria cultura ou o que adotar ou rejeitar da outra cultura[7].

Walter Rodney sublinha com maior ênfase um fenômeno análogo:

> O caráter determinante do breve período colonial [...] resulta principalmente do fato de a África ter sido despojada de seu poder [...] Durante os séculos que precederam esse período, a África mantinha ainda em suas trocas comerciais certo controle da vida econômica, política e social, embora com desvantagens no comércio com os europeus. Até mesmo esse pequeno controle dos negócios internos se perdeu sob o colonialismo [...] O poder de agir com toda a independência é a garantia de uma participação ativa e *consciente* na história. Ser colonizado é ser excluído da história [...] De um dia para outro, os Estados políticos africanos perderam o poder, a independência e a razão de ser[8].

Que Ajayi e Rodney tenham percebido a importância decisiva da alienação da soberania está longe de demonstrar, evidentemente, que os resistentes africanos concebessem a soberania da mesma forma. O próprio Rodney deplora "a parcial e inadequada visão do mundo" que impedia os dirigentes africanos de compreender perfeitamente os motivos do choque com a Europa. Todavia Ajayi diz que os dirigentes dos Estados africanos, "enquanto guardiães da soberania do povo", eram "hostis a todos os poderes que desafiassem tal soberania"[9]. Os historiadores recuperaram algumas declarações explícitas de soberania bem surpreendentes.

Há declarações de autonomia pura e simples, como a réplica de Machemba, chefe dos Yao, ao comandante alemão Hermann von Wissmann em 1880:

---

7 AJAYI, 1968, p. 196-7.

8 RODNEY, 1972, p. 245-6.

9 AJAYI, 1969, p. 506.

Prestei atenção à vossa mensagem sem encontrar razão para vos obedecer. Preferiria morrer. Não caio a vossos pés, pois sois uma criatura de Deus como eu [...] Sou sultão aqui na minha terra. Vós sois sultão lá na vossa. No entanto, vede, não vos digo que me deveis obedecer, pois sei que sois um homem livre. Quanto a mim, não irei à vossa presença; se sois bastante forte, vinde vós me procurar[10].

Outras declarações exprimem o desejo de modernização, mas não ao custo da soberania, como a de Hanga, chefe makombe dos Barué, no Moçambique central, que em 1895 disse a um visitante branco:

Estou vendo como os brancos penetram cada vez mais na África; em todas as partes do meu país as companhias estão em ação [...] É preciso que meu país também adote estas reformas, e estou plenamente disposto a propiciá-las [...] Também gostaria de ver boas estradas e boas ferrovias [...] Mas meus antepassados eram makombe e makombe quero continuar a ser[11].

E também há expressões surpreendentes de uma filosofia mais profunda da soberania. Algumas das mais dignas de nota vêm do Sudoeste Africano. O chefe nama, Hendrik Wittboi, registrou no seu diário:

Pela cor e pelo modo de vida fazemos parte do mesmo todo, e esta África é, de maneira geral, a terra dos capitães vermelhos [quer dizer, dos africanos]. O fato de formarmos diferentes reinos e regiões traduz apenas uma subdivisão banal da África.

Em 1894, Wittboi dizia ao administrador alemão Theodor Leutwein:

O Senhor estabeleceu diversos reinos na terra. Por isso sei e creio que não é pecado nem crime que eu deseje continuar a ser o chefe independente da minha terra e do meu povo[12].

Em todo caso, sejam quais forem os problemas que as pessoas tenham encontrado para compreender o choque inicial do avanço europeu, não há a mínima dúvida quanto às consequências da alienação da soberania consecutiva ao estabelecimento da dominação europeia. O chefe Maherero, promotor do levante herero, velho inimigo de Wittboi, escrevia a este, em 1904, convidando-o a uma ação comum:

10 Apud DAVIDSON, B., 1964a, p. 357-8.

11 Apud ISAACMAN A., 1976, p. 128-9.

12 A resistência no sudoeste Africano foi tema de dois estudos, entre outros: DRESCHLER, 1966; BLEY, 1968 e 1971. A citação é extraída de ILIFFE, 1968.

> Meu desejo é que nós, nações fracas, nos levantemos contra os alemães [...] Que a África inteira combata os alemães, e antes morrer juntos que em consequência de sevícias, de prisões ou de qualquer outra maneira[13].

Os anciões de Matumbi, que não tinha governo central e que bravamente conquistou sua independência da Tanganica oriental (atual República Unida da Tanzânia), onde estala em 1905 a revolta Maji Maji, diziam do regime alemão: "Já se tornou um poder absoluto. Destruamo-lo"[14].

A ideia de soberania proporcionou evidentemente a base da ideologia da resistência. Não obstante convém fazermos algumas correções. Os dirigentes nem sempre foram, de forma patente, "guardiães da soberania do povo". Na África do século XIX – a oeste, a leste e no sul – haviam surgido novos Estados "baseados na tecnologia militar europeia"[15]. Esses Estados resistiram amiúde à extensão direta da potência invasora, mas a resistência era sabotada pela desafeição de boa parte dos súditos. Thornton fala-nos de Estados da África ocidental, como os de Samori Touré e do *seku* Ahmadu, que

> se viam oprimidos por constantes revoltas, causadas principalmente por sua estrutura estatal arbitrária e exploradora [...] De modo geral, os dirigentes desses Estados, exploradores e tirânicos como eram, não detinham a necessária legitimidade para exortar o país a continuar as guerras[16].

Allen Isaacman diz a respeito dos "Estados secundários" do vale do Zambeze que

> "a imposição da dominação estrangeira dos mestiços gerou a oposição africana, bem como a mobilização forçada de mão de obra"; sua história "foi marcada por numerosas revoltas [...] resistência a essa forma de dominação estrangeira assim como às operações de captura em massa de escravos. Evidentemente semelhante situação, por si mesma, não se prestava a um esforço permanente e unificado" contra os brancos[17].

A esses Estados podemos opor as formações políticas estabelecidas há mais tempo, cujos dirigentes haviam adquirido "legitimidade". Mas, ainda assim, seria excesso de romantismo supor que todas as aristocracias antigas gozavam da confiança e do apoio populares. Entre certos povos mais remotamente

13 ILIFFE, 1968.

14 MZEE NDUNDULE MANGAYA, apud GWASSA & ILIFFE, eds., 1968, p. 5.

15 BOHANNAN & CURTIN, 1971, p. 271.

16 THORNTON, 1973, p. 120-1.

17 ISAACMAN, A., 1976, p. 103-4.

estabelecidos, os grupos no poder aproveitaram-se da situação oferecida pelas armas e pelo comércio do século XIX para instaurar regimes arbitrários, pelo que já não podiam contar com o apoio popular no confronto com os brancos. Isso explica em parte o revés da resistência na Rodésia do Norte, onde os chefes bemba se depararam com o que Henry S. Meebelo chamou de "reação popular contra a classe dirigente" e onde a aristocracia do país Barotse receava um levante de escravos caso tentasse opor-se à extensão da influência britânica[18].

De fato, muitos historiadores têm salientado a importância de distinguir entre movimentos de resistência provocados pelo desejo de um grupo dirigente de conservar seu poder de exploração e movimentos de muito maior escala, frequentemente dirigidos contra o autoritarismo dos dirigentes africanos e contra a opressão colonial. Edward Steinhart insiste que

> a oposição e a resistência podem ser dirigidas – e o são de fato – [...] contra formas internas de opressão [...] Há que se ver na oposição alguma coisa além da expressão de aspirações nacionais [...] Ao enfocar as lideranças, temos de aceitar a interpretação do anticolonialismo como 'nacionalismo africano', um movimento para expulsar os estrangeiros e restaurar a independência 'nacional'. Se, em vez disso, examinarmos mais de perto os movimentos de oposição [...] verificaremos que os movimentos que os líderes organizam e representam têm antes caráter profundamente antiautoritário e revolucionário que xenófobo e 'nacionalista'.[19]

Mesmo no caso de formações políticas estabelecidas há longa data com dirigentes cuja legitimidade fosse reconhecida, e capazes de mobilizar a maioria da população na resistência, os novos historiadores tendem mais a criticar "a concepção estreita da lealdade primordial" e o espírito de campanário, que nada mais faziam além de enfocar a soberania tal como era entendida antes. Em vez disso, esses historiadores emprestam ênfase aos movimentos de resistência em que o conceito de soberania foi redefinido. Isaacman sustenta que a revolta desencadeada em 1917 no vale do Zambeze era diferente dos movimentos de resistência que ali tinham irrompido anteriormente, "com o fim de reconquistar a independência de uma formação política histórica ou de um grupo de povos aparentados". A revolta de 1917 destinava-se a "libertar todos os povos do Zambeze da opressão colonial", apelando especialmente aos camponeses oprimidos, independente de sua filiação étnica. "A evolução da lealdade original

18 MEEBELO, 1971, p. 68.

19 STEINHART, (?).

representava um novo nível de consciência política, no qual os portugueses eram percebidos pela primeira vez como o opressor comum."[20]

O papel das ideias religiosas

Entrementes os historiadores procederam a um novo estudo do papel das ideias religiosas nos movimentos de resistência. Suas conclusões pouco têm em comum com os "fanáticos feiticeiros-curandeiros" dos relatórios coloniais ou com a "magia do desespero". Descobriram que as doutrinas e os símbolos religiosos, regra geral, apoiavam-se diretamente nas questões da soberania e da legitimidade. A legitimidade dos dirigentes era consagrada por uma investidura ritual e, quando um dirigente e seu povo decidiam defender sua soberania, apoiavam-se muito naturalmente nos símbolos e conceitos religiosos. Em um artigo sobre a resistência dos Ovimbundu em Angola, Walter Rodney observa que

> se dedicou muita atenção à resistência espiritual num estágio mais avançado da luta africana, notadamente em casos como as guerras Maji Maji". Mas, "para os 'movimentos de resistência primários', há uma tendência a subestimar o fato de que os povos africanos resistiram espontaneamente em toda parte, não só em termos físicos, mas empregando igualmente suas próprias armas religiosas e metafísicas[21].

Em outro artigo, dessa vez sobre a resistência oposta pelo Estado de Gaza aos portugueses, no sul de Moçambique, Rodney escreve as possíveis consequências traumáticas da mobilização de recursos espirituais na luta: "Os Ngoni de Gaza sofreram não só a destruição de sua capital política, mas também a profanação de seu principal santuário." Após a derrota militar de 1895, os objetos rituais reais desapareceram; os adivinhos jogaram fora os ossos divinatórios depois da incompreensível derrota; a "grande sacerdotisa" foi destituída e executada, e "se tornou bastante generalizado o sentimento de uma profunda crise espiritual"[22].

Foi amiúde dessas crises de legitimidade que nasceram os grandes movimentos para tentar redefinir a soberania. De modo quase invariável, tais movimentos tinham, a seu favor, chefes espirituais para exprimir a mensagem de uma unidade mais ampla. Esse fenômeno ora se verificava no contexto do Islã – as ideologias islâmicas do milenarismo e da resistência espalharam-se pelo cinturão sudanês

20 ISAACMAN, A., 1976, p. 343, 345, 370.

21 RODNEY, 1971b.

22 RODNEY, 1971a.

de leste a oeste –, ora derivava da influência das ideias cristãs – Hendrik Wittboi inspirou-se no cristianismo protestante para elaborar sua doutrina da soberania, enquanto um profeta africano cristão independente intervinha ativamente entre os Nama no momento do seu levante contra os alemães. Muitas e muitas vezes, o fenômeno se dava no contexto da religião africana.

Minha tese é que o fenômeno se verificou na Rodésia do Sul e que as insurreições de 1896 foram inspiradas e coordenadas por chefes religiosos. Isaacman afirma que o levante de 1917 do vale do Zambeze hauria forças morais dos ensinamentos da médium Mbuya, que, no entanto, não pregava a restauração do Estado Barué, que era o dela, mas o evangelho da fraternidade de todos os africanos oprimidos, lembrando o interesse do grande deus Mwari pela salvação deles e remissão de seus pecados[23]. No caso do levante Maji Maji de 1905, a ideologia da revolta encontrava base num entusiasmo milenar, ao mesmo tempo islâmico e africano. Os grandes movimentos de resistência ocorridos de 1888 a 1891 na costa do Tanganica tinham à sua frente membros da elite comerciante e urbana swahili. Nenhuma ideologia religiosa de protesto – islâmica ou "tradicional" – havia sido elaborada; a resistência baseava-se no princípio da defesa das soberanias estabelecidas[24]. Mas, após a derrota dessa oposição costeira e da cooptação, para serviço dos alemães, de numerosos membros da elite swahili, a base da oposição se modificou e se ampliou. Maji Maji inspirava-se numa nova mensagem profética, vinda ao mesmo tempo dos centros de culto africanos do interior do continente e de um Islã entusiástico e populista[25].

A doutrina profética que estava na base de alguns dos grandes movimentos de independência vem sendo pouco a pouco resgatada dos relatos deturpados de seus adversários. A forma como Gilbert Gwassa descreve a evolução e o caráter da ideologia Maji Maji de Kinjikitile é o exemplo clássico de um esforço de recuperação dos fatos. Mongameli Mabona procedeu a outra reconstituição surpreendente, ainda inédita, dos ensinamentos do grande profeta militante xhosa Makana, cuja mensagem, enunciada em começos do século XIX, "só perdeu o vigor em 1890, quando a resistência nacional xhosa entrou finalmente em colapso". Conforme salienta Mabona, seu ensinamento é habitualmente descrito como uma "miscelânea de conceitos religiosos incompatíveis ou incoerentes". Mabona demonstra que, pelo contrário, era "um conjunto de elementos

23 RANGER, 1967; ISAACMAN, A., 1976, p. 304-5, 307, 310, 313, 316, 326.

24 JACKSON, R. O., 1970.

25 GWASSA, 1972.

khoisan, xhosa e cristãos habilmente estruturados", reunidos com imaginação bastante criadora.

Makana cunhou termos brilhantes para expressar seus conceitos de divindade – o conceito de espaço e de difusão da luz. "Seu poderoso espírito e seu gênio religioso [...] elaboraram um corpo de doutrina que iria servir de base ideológica à nação xhosa." De certa maneira, o ensinamento de Makana era uma versão africana da ideologia cristã protestante de soberania, que, mais tarde, deu a Wittboi a fé no direito divino dos "capitães vermelhos". Makana explorou as diferenças fundamentais entre brancos e negros – diferença de costumes, de divindades, de destinos. O criador era Dali'dephu, grande ancestral dos Xhosa, que tinha feito Uthixo para ser o deus dos homens brancos. Uthixo era inferior a Dali'dephu, e os brancos eram moralmente inferiores aos Xhosa – continuamente atormentados pela ideia do pecado. Mas essas diferenças não tinham importância até o momento em que os dois universos morais entraram em contato e em conflito; então, Dali'dephu impôs-se para garantir que seus filhos, os Xhosa, e seu modo particular e superior de vida triunfassem sobre os poderes superficiais dos brancos. Makana apelava à unidade pan-xhosa, à confiança em seu universo moral. Dali'dephu iria varrer os brancos; os Xhosa defuntos regressariam. "Uma nova era se anunciava."[26]

Inovações como a de Makana em matéria de conceitos e de símbolos sobreviveram por muito tempo ao respectivo movimento de resistência a que estavam associadas na origem. Longe de serem extravagâncias do desespero, esse gênero de mensagens proféticas constituía um esforço sistemático para ampliar e redefinir a ideia de deidade e sua relação com a ordem moral, implicando grandes alterações nos conceitos e nas relações internas dos Xhosa e oferecendo, ao mesmo tempo, "alicerce à ideologia da resistência". Peter Rigby combateu vigorosamente a tese segundo a qual o profetismo africano seria um "mero produto de forças exógenas de destruição durante o período colonial" ou consequência da "derrocada das religiões africanas". Na sua opinião, o profetismo era muito mais uma questão de protesto e havia desempenhado um "papel preponderante na maior parte dos movimentos de oposição africanos", embora o profeta não surgisse "simplesmente como uma reação às forças exógenas, mas por razões de viabilidade e de adaptabilidade das religiões africanas"[27]. Com esta concepção dos sistemas religiosos africanos, capazes, a partir de suas próprias tensões e potencialidades, de secretar periodicamente

26 MABONA, 1974.

27 RIGBY, 1974.

uma inspiração profética, bem como chefes proféticos capazes de criar novas sínteses que revalidavam o antigo ao mesmo tempo que abriam caminho ao novo, já nos afastamos bastante da ideia das ideologias proféticas de resistência como a "magia do desespero".

Apesar de todo o valor desse trabalho, a importância dada à ideologia religiosa na resistência foi atacada por dois lados. Certos especialistas julgavam que o papel da religião na resistência foi superestimado; em contraposição, outros afirmavam que se exagerou o papel da resistência na religião.

Assim, os escritores coloniais dizem que era uma "feiticeira" que estava à frente do levante dos Giriama, no interior da costa do Quênia; historiadores mais recentes querem-na "profetisa". Cynthia Brantley Smith, em seu admirável e exaustivo estudo dos Giriama, demonstra, no entanto, que essa mulher nada tinha de chefe religioso; era simplesmente uma mulher respeitada e impositiva[28]. Eis um caso em que uma nova tradução dos vocábulos colonialistas, como "feiticeiro" e "feiticeiro-curandeiro", não basta para corrigir as distorções dos relatos oficiais. Dois novos especialistas da história ndebele e shona sugeriram recentemente que o mesmo se pode dizer da minha própria versão dos levantes de 1896 da Rodésia do Sul. Segundo a British South Africa Company, os levantes teriam sido insuflados por "feiticeiros-curandeiros"; argumentei que os movia uma profunda ideologia profética; Julian Cobbin e David Beach retrucaram dizendo que os médiuns exerciam influência bem menor do que eu pensava e que os sacerdotes de Mwari não tomaram parte nos levantes[29]. Talvez não cause surpresa eu não me dispor a fazer tão drásticas revisões, mas é verdade que pesquisas recentes sobre a religião africana na Rodésia do Sul mostram que seus laços com a resistência não podem ter sido assim tão diretos como eu supunha. É evidente que nem o culto mwari nem o sistema dos médiuns eram capazes de se consagrar totalmente à resistência ou a qualquer outra coisa; ambos se baseavam numa constante e intensa competição entre santuários e dentro de cada santuário; a surpreendente sobrevivência dos cultos devia-se ao fato de os sacerdotes ou médiuns que houvessem sustentado uma causa errada ou perdida poderem ser rapidamente substituídos por rivais que ficavam na espreita, e de certos centros importantes de culto adotarem sempre uma posição diferente da dos outros. Alguns santuários mwari estavam a favor do levante, outros não, e, nos primeiros, as famílias responsáveis por eles foram substituídas depois da repressão. Estava enganado ao supor que todos os dirigentes religiosos dos

28 SMITH, C. B., 1973.

29 COBBING, 1974, 1977; BEACH, 1971, 1979.

Shona se comprometeram sem reservas nos levantes; estes eram certamente importantíssimos, mas não a ponto de poder – ou dever – destruir o caráter tradicional de permanência e de eficácia dos cultos[30].

Tudo isso conta a favor da tese segundo a qual a oposição estava no centro dos movimentos proféticos. Um profeta emerge quando a opinião pública sente necessidade de uma ação radical e inovadora, mas não são apenas as ameaças externas que despertam esse sentimento popular. Um profeta pode surgir em razão de profundas angústias causadas por tensões ou transformações internas, ou pelo desejo geral de acelerar o ritmo da mudança e de aproveitar novas oportunidades. Assim, um líder profético frequentemente orienta seu ensinamento para a moral das sociedades africanas, encabeçando por vezes movimentos de oposição ao autoritarismo interno, outras vezes "protestando" mais contra os fatos da natureza humana. Fica evidente pelos trabalhos em curso sobre a multidão de líderes proféticos da África do século XIX que muitos deles não se preocupavam com a resistência aos brancos e até que os brancos não os preocupavam de maneira alguma.

Mesmo aqueles líderes proféticos que ansiavam por encontrar uma nova fórmula que definisse as relações de seus seguidores com os europeus não eram de forma alguma unânimes para recomendar a rejeição ou resistência. Como nota Mabona, o profetismo xhosa elaborou ao mesmo tempo uma "ideologia para a resistência" e uma ideologia para um processo de "acomodação controlada". O profeta da resistência era Makana, e Ntsikana, o da "acomodação controlada". Este último era um gênio religioso criador, do mesmo estofo que Makana. As discussões que travaram sobre a natureza da divindade tiveram consequências práticas muito imediatas e dividiram os Xhosa em resistentes e colaboradores, mas se mantiveram num nível teológico elevado. E, de fato, não era a preocupação principal de Ntsikana a "colaboração"; sua intenção era antes reformar a sociedade xhosa, aceitando certas dinâmicas do pensamento cristão e rejeitando, ao mesmo tempo, grande número dos axiomas culturais dos brancos. Como nos diz O. P. Raum, para muitos Xhosa "a implantação do cristianismo não deve ser creditada aos missionários, mas antes a um precursor cristão na pessoa de Nitsikana"[31].

Embora não haja outro exemplo de choque tão espetaculoso e direto entre profetas quanto a polêmica estabelecida entre Makana e Ntsikana, a mesma gama de possibilidades proféticas se observa nitidamente, mesmo nas zonas

30 SCHOFFELEERS, (?).

31 RAUM, 1965, p. 47-70.

de resistência encarniçada, como as dos Maji Maji ou dos Shona na Rodésia. Após a derrota dos Maji Maji, o conjunto dos símbolos e pretensões ao poder espiritual de que se havia servido Kinjikitile foi retomado por uma série de figuras proféticas, ligadas à purificação interna das sociedades africanas, que encabeçaram a chamada "caça aos feiticeiros".

No que se refere aos Shona, Elleck Mashingaidze publicou um artigo fascinante sobre a série de exortações proféticas dirigidas aos Shona da região do vale do Mazoe. Os médiuns mais influentes, no início, aconselharam seus adeptos a prestar bastante atenção aos ensinamentos dos missionários; depois, aconselharam-nos a participar dos levantes para expulsar os brancos, e de novo os exortaram a enviar os filhos às escolas das missões para que adquirissem tudo quanto pudessem da sabedoria dos brancos. Para Mashingaidze não se trata de uma sequência de desordem e traição. Diz ele:

> A derrota militar de 1897 [...] não provocou a renúncia ao mundo tradicional, ao contrário do que ingenuamente previam os brancos [...] Os Shona procuravam compreender os brancos [...] A religião tradicional, representada por Nehanda e outros médiuns, não se opunha à fé cristã como tal. Seu papel, desde o início do encontro dos dois sistemas, consistia em moderar as mudanças [...] Fazia recordar às pessoas que, apesar dos resultados militares [...] elas não deviam abdicar de sua identidade cultural. De fato, a religião tradicional continuou a inspirar aos Shona o comportamento construtivo e criador que tiveram frente ao cristianismo e à cultura ocidental como um todo. Lembrava à população que ainda havia lugar para aceitar ou rejeitar certos aspectos da nova ordem[32].

Poder-se-ia dizer que os profetas shona procuravam atenuar os efeitos da alienação da soberania política preservando certa autonomia espiritual. No entanto as potencialidades do profetismo shona de elaborar uma ideologia de resistência não se esgotaram, e nos anos de 1970 certos médiuns estiveram profundamente envolvidos na luta nacionalista e de guerrilhas. Na perspectiva da história da resistência, as formas interiores de que se reveste em grande parte o profetismo, segundo o qual o mal tem fonte no pecado interior, mais do que na opressão externa, poderiam dar a impressão de "falsa consciência". Na perspectiva da história da religião africana, esses movimentos apresentam interesse justamente na medida em que oferecem resposta às angústias íntimas das sociedades africanas. Assim, o professor Bethwell Ogot segue um caminho diametralmente oposto ao daqueles que interpretam os movimentos proféticos

32 MASHINGAIDZE, 1974.

como essencialmente anticoloniais. Ele diz de um dos profetas, Simeo Ondeto, que era verdadeiramente "revolucionário", mas que a sua revolução não se situava de forma alguma na esfera política, e sim na esfera moral, e que ocorreria dentro do indivíduo. A essência dos movimentos proféticos, escreve Ogot, consiste em que eles são "agentes de mudança espiritual e social, criadores de comunidades novas capazes de enfrentar os desafios do mundo moderno"[33]. As grandes ideologias proféticas na resistência inscrevem-se assim numa tentativa mais vasta de definição de uma nova base moral para a sociedade.

Consequências e relevância da resistência africana

Há mais de vinte anos, os movimentos de resistência eram tidos simplesmente como impasses que a nada levaram. Na última década, porém, tem-se vigorosamente defendido que, por todos os ângulos, esses movimentos se voltavam para o futuro. Do ponto de vista da soberania, pode-se afirmar que eles anteciparam sua reconquista e o triunfo do nacionalismo africano. Na medida em que são depositários de ideologias proféticas, pode-se considerar que tenham contribuído para novos grupamentos em torno de ideias. Alguns trouxeram consigo a melhora da situação dos povos revoltados. Outros instituíram lideranças alternativas às oficialmente reconhecidas. Eu próprio já afirmei que esses movimentos estavam "ligados" ao nacionalismo das massas por terem sido movimentos de mobilização de massas, levando em conta a continuidade da atmosfera e dos símbolos veiculados por outros movimentos de massa do período intermediário e, enfim, porque os movimentos nacionalistas manifestamente se inspiraram nas lembranças de um passado heroico[34].

Estes argumentos foram desenvolvidos por outros historiadores e, hoje em dia, o caráter precursor dos movimentos de resistência tornou-se um axioma para os teóricos dos movimentos nacionalistas e das guerrilhas. Assim, na conclusão de seu estudo sobre a resistência ovimbundu aos portugueses, escreve Walter Rodney:

> A resistência armada no planalto de Benguela reapareceu nos últimos anos. As circunstâncias em que se verificou este fenômeno e suas relações com épocas anteriores são questões tão fundamentais que não procuraremos dar-lhes resposta, pois

33 OGOT, 1974a.

34 RANGER, 1968a.

> esta seria forçosamente incompleta. Basta notar que os angolanos que lutam pela liberdade afirmam haver conexão entre suas guerras de libertação nacional e os movimentos de resistência anteriores e que [com sua autoridade] as massas populares relembram distintamente o espírito de tais acontecimentos, como a guerra dos Bailundu. Acadêmicos estéreis não se encontram à vontade para refutar isto[35].

Acadêmicos, estéreis ou não, contestaram, no entanto, a postulada conexão entre os movimentos de resistência e a subsequente luta em prol da liberdade. As refutações provêm tanto da "direita" como da "esquerda".

Alinhando-se à "direita", Henri Brunschwig nega qualquer filiação evidente entre os movimentos de resistência e os movimentos nacionalistas modernos. Segundo ele, houve durante séculos na África um conflito entre adaptação e resistência às ideias transmitidas do exterior. Os partidários da adaptação criaram os grandes impérios sudaneses, e os da resistência procuraram repudiá-los. Os primeiros aplicavam os princípios liberais do Islã e do cristianismo, os segundos apoiavam-se no que Brunschwig chama de "animismo" e "etnicidade". Bem antes do período colonial, houve "inumeráveis revoltas" contra os inovadores africanos; a resistência ao colonialismo brotou em grande parte das mesmas fontes animistas e étnicas. Por outro lado, o nacionalismo africano moderno e o pan-africanismo são manifestações da tendência ao centralismo da inovação e à adoção de grandes projetos, o que significa que pertencem a uma tradição diametralmente oposta à da resistência[36].

Certos historiadores situados "à esquerda" contestam que seja possível estabelecer uma conexão entre a resistência e o nacionalismo, argumentando tratar-se de um artifício intelectual que permitia às minorias dirigentes dos novos Estados, por vezes interesseiras, reivindicar legitimidade revolucionária. Steinhart foi categórico nessa contestação:

> Em vez de examinar a resistência ao colonialismo pelo prisma deformante da mitologia nacionalista, devemos criar um 'mito' melhor, que explique melhor a realidade da oposição africana [...] O 'mito' da insurreição revolucionária pode nos proporcionar um conhecimento mais vasto e mais profundo dos movimentos de oposição e de libertação do século XX do que o depauperante 'mito do nacionalismo'.

35 RODNEY, 1971b, p. 9.

36 BRUNSCHWIG, 1974, p. 63-4.

Desta maneira, Steinhart procura reivindicar a herança das resistências para a oposição radical ao autoritarismo nos novos Estados nacionais da África[37].

Um extenso e mais recente estudo da resistência – a obra de Isaacman sobre a revolta africana no vale do Zambeze – procura atacar, de maneira implícita, tanto as objeções de Brunschwig como as de Steinhart. Isaacman responde a Brunschwig dando ênfase não ao "espírito de campanário" das revoltas étnicas, mas às novas definições de soberania que, segundo ele, caracterizaram a revolta de 1917. Responde a Steinhart ligando esse tipo de resistência generalizada não a um nacionalismo de elite, mas ao movimento radical de libertação de Moçambique, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). A existência de conexão entre a resistência anterior e os movimentos contemporâneos em prol da liberdade é assim formulada por Isaacman:

> A natureza do apelo, que foi feito em termos anticoloniais vagos, e o alcance da aliança que o apelo tornou possível dão a entender que a rebelião de 1917 ocupa um lugar intermediário entre as formas de resistência africana do passado e as guerras de libertação de meados do século xx [...] A rebelião de 1917 é ao mesmo tempo o ponto culminante da longa tradição de resistência zambeziana e a precursora do combate de libertação em curso.

Em 1917, como na luta travada pela Frelimo, "era a opressão que estava em causa e não a raça". Mais ainda, "as conexões com a Frelimo superam o engajamento ideológico comum", pois a tradição de resistência "serviu ao mesmo tempo de motivo de orgulho e de modelo para a ação futura"[38].

A cronologia da resistência: interpretação econômica

Iniciei este capítulo com uma descrição da situação que caracterizava os vinte últimos anos do século XIX. De fato, tem-se mostrado muito difícil analisar a resistência dentro desses limites cronológicos. Num extremo, comentei Makana, o profeta xhosa de começos do século XIX; no outro, comentei o levante zambezano de 1917 e suas conexões com a Frelimo. Mas, pelo menos, limitei o comentário à resistência contra a invasão dos brancos ou aos levantes armados contra a dominação colonial quando ela começou a "morder"; as extensões cronológicas devem-se ao fato de a penetração dos brancos na África ter sido

37 STEINHART, (?).

38 ISAACMAN, 1976, p. 344, 345, 375.

irregular e ainda mais irregular a efetiva dominação colonial. Se se adotar esta definição essencialmente política, o período 1880-1900 emerge como um período capital para a resistência, embora muitos dos grandes esforços de redefinição da soberania pela oposição se tenham manifestado mais tarde.

Concluindo, se considerarmos a importância crescente atribuída à resistência econômica, os limites cronológicos ficam ainda menos definidos. A reinterpretação mais radical talvez seja a de Samir Amin. Para ele, foi no final do século XVII e durante o XVIII que se desencadearam, na África ocidental, os movimentos de resistência verdadeiramente cruciais contra a Europa; Amin sumariamente trata as resistências do período da corrida propriamente dito como ações sem entusiasmo, de retaguarda de uma classe dirigente já comprometida. Aos olhos dele, o que estava essencialmente em jogo na confrontação entre a África e a Europa não era a dominação política oficial, mas as tentativas europeias de manipulação econômica. A resistência africana verdadeiramente significativa era dirigida contra essa manipulação econômica.

Amin afirma que o comércio através do Saara tinha "reforçado a centralização estatal e favorecido o progresso". Por outro lado, o tráfico atlântico, que os europeus dominavam,

> não deu origem a forças produtivas; pelo contrário, provocou a desintegração da sociedade [...] Sociedades africanas evidentemente se opuseram a essa degradação da sua situação, e o islamismo servia-lhes de base para a resistência [...] Os sacerdotes muçulmanos tentaram organizar um movimento de resistência, visando pôr fim ao tráfico de escravos, ou seja, à exportação de mão de obra, mas não à escravidão interna [...] O islamismo mudou de caráter: religião de um grupo minoritário de comerciantes, tornou-se um movimento popular de resistência.

Amin distingue três importantes movimentos de resistência no gênero: as guerras de 1673 a 1677; a revolução dos Torodo de 1776, que "derrubou a aristocracia militar e pôs fim ao tráfico de escravos"; o movimento de 1830, dirigido pelo profeta Diile, no reino de Waalo, que fracassou "diante da intervenção militar francesa". Amin aqui descreve movimentos de resistência que, voltados contra uma aristocracia africana, também constituíam resposta à agressão econômica francesa.

À medida que se avança pelo século XIX, continua Amin, a demanda francesa de escravos é substituída pela demanda de matérias-primas e produtos agrícolas. Em Waalo os franceses tentaram fazer experiências de plantação agrícola, mas não conseguiram, devido à resistência das comunidades de aldeãos. Também não lograram vencer a resistência à proletarização enquanto não ocupa-

ram toda a região, tendo de recorrer à força permanente. A conquista colonial, porém, progrediu tão lentamente que a resistência a ela não foi muito eficaz. Por essa época, o islamismo tinha deixado de ser uma ideologia da resistência para se tornar o consolo espiritual da aristocracia vencida, que o empregava para disciplinar os aldeãos agricultores e conseguir que produzissem tudo o que os franceses deles exigiam[39].

Se Amin afirma que os movimentos de resistência verdadeiramente importantes são anteriores à corrida, outros historiadores, adeptos da perspectiva econômica, parecem alegar que os movimentos verdadeiramente importantes de resistência à dominação econômica oficial datam apenas do século XX. Certamente houve, na época da corrida, vários movimentos de resistência econômica. Mais precisamente, os europeus, rompendo a velha aliança com os mercadores e intermediários africanos, recorreram à força para instaurar o monopólio comercial. O resultado foi uma resistência feroz da parte dos mercadores africanos, conduzida pelo chefe Nana Olomu, de Itsekiri, no delta do Níger (Nigéria), que Anthony G. Hopkins descreve como o protótipo do *homo economicus,* ou pelos chefes swahili, que dominavam o comércio de escravos no norte de Moçambique, ou ainda pelo grande mercador Rumaliza, que lutou na África oriental ao mesmo tempo contra os belgas e contra os alemães.

Immanuel Wallerstein via nessa guerra dos mercadores um dos acontecimentos decisivos do começo do colonialismo:

> Muitas regiões da África ao sul do Saara tinham [...] entrado num processo de desenvolvimento relativamente autônomo, ligadas ao mundo europeu de forma limitada mas importante, por intermédio de mercadores ou de agentes estatais de comércio de um e de outro lado [...] No entanto, em 1879 toda essa estrutura entrou em desagregação e em 1900 tinha deixado de existir.

Com a dominação colonial,

> as relações entre africanos e europeus deixaram de ser relações de parceiros comerciais. O efeito mais imediato da dominação colonial foi seu impacto sobre os mercadores africanos [...] Ao fim da Primeira Guerra Mundial, o declínio radical da importância relativa da classe de mercadores africanos e árabes era já um fato consumado[40].

No conjunto, porém, a nova geração de historiadores é indiferente à resistência dos mercadores. Hopkins adverte-nos contra a ideia de que mercadores do

39 AMIN, 1972.

40 WALLERSTEIN, 1970b, p. 402-7.

delta do Níger, como Nana Olomu, pudessem ser precursores do nacionalismo ou porta-vozes dos descontentamentos populares, salientando que "a visão que eles tinham de justiça social não comportava a emancipação de seus próprios escravos". Nancy Hafkin destaca os interesses puramente egoístas dos chefes da resistência do norte de Moçambique: "De forma alguma", conclui ela, "a resistência deles era popular ou progressista"[41].

A capacidade de resistência dos grandes mercadores, tal como a dos dirigentes dos Estados secundários, foi minada pelo fato de terem suscitado demasiados agravos entre os africanos. Pretendendo quebrar o poderio dos mercadores árabes, swahili e africanos, a Imperial British East Africa Company conseguiu estabelecer uma nova rota comercial de Malindi para o interior, "reforçada por estacadas construídas por comunidades de escravos fugidos das *plantations* costeiras de seus senhores árabes"[42].

Os "importantes empresários" do *hinterland* de Lagos tiveram dificuldades em oferecer resistência à penetração dos britânicos, devido à agitação de sua "abundante mão de obra, constituída principalmente de escravos e de servos"[43]. A situação do comércio internacional, que favorecera a ascensão de poderosos mercadores africanos, fizera também com que o êxito deles fosse obtido ao preço de grandes tensões e ressentimentos internos. Havia exceções a essa situação de tensão entre os poderosos mercadores e as massas populares. Por exemplo, no reino Bailundu, em Angola, "todo mundo comerciava"; na década de 1870, "os empresários umbundu descobriram e exploraram um novo tipo de seringueira" e, "nos dez anos seguintes, um número sem precedentes de Bailundu dedicava-se ao comércio privado". A queda do preço da borracha, entre 1899 e 1902, pôs fim a essa prosperidade comercial generalizada.

> O problema agravou-se depois de 1899 no reino Bailundu, devido à intrusão de comerciantes europeus [...] Com a queda do preço da borracha comerciantes portugueses e uma nova vaga de brancos pobres [...] chegaram para se estabelecer no comércio.

Segundo o último estudo da guerra dos Bailundu, de 1902, o ressentimento contra essa agressão comercial dos europeus contribuiu muito para o levante popular em massa que irrompeu contra os portugueses[44].

41 HOPKINS, A. G., 1973, p. 147; HAFKIN, 1971.

42 SMITH, C. B., 1973, p. 112-3.

43 HOPKINS, A. G., 1966a, p. 141.

44 WHEELER & CHRISTENSEN, 1973, p. 54-92.

Em compensação, os historiadores da resistência que se colocam na perspectiva econômica associam habitualmente a revolta popular não ao ressentimento contra a agressão comercial dos europeus, mas ao fato de as populações africanas irem compreendendo, pouco a pouco, que os brancos estavam decididos a conseguir mão de obra a baixo preço. A princípio, muitos africanos talvez tenham acolhido os europeus como protetores contra chefes demasiado exigentes, ou mercadores swahili rapaces ou ainda proprietários de escravos; mas não tardaram a perceber que as exigências dos europeus eram igualmente ou mais intoleráveis. No começo, o comportamento de boa parte dos proprietários de escravos, de chefes e de mercadores africanos relativamente aos europeus talvez fosse ditado pelo medo e pelo ódio, mas muitos deles descobriram que, a longo prazo, os interesses dos detentores do poder, negros e brancos, frequentemente coincidiam. Dessa forma, o caráter da resistência passou por uma profunda transformação.

Donald Denoon coloca o problema com clareza:

> Quando falamos da corrida para a África, geralmente pensamos na divisão do território e da soberania africana entre europeus. O fenômeno comporta um terceiro aspecto, o da corrida aos recursos africanos. Os diamantes e o ouro figuram entre tais recursos, é certo, mas talvez o mais precioso, aquele para o qual as autoridades coloniais se lançaram com paixão, fosse a mão de obra africana. Assim como outrora os comerciantes europeus e árabes compravam escravos em toda parte da África, agora novas agências de recrutamento se abriam para obter mão de obra não especializada para trabalhar nas minas [...] Em Angola, no Zambeze e em Katanga, na virada do século, os agentes de recrutamento para as minas do sul concorriam com os agentes das plantações portuguesas de trabalho forçado no golfo do Benin[45].

Tal como a primeira corrida ao território e à soberania, a segunda corrida à mão de obra também encontrou resistência. Foi uma resistência armada, e o apoio dado às grandes revoltas que no começo do século XX tentaram redefinir a soberania veio, em grande parte, de homens que execravam o trabalho forçado. A resistência tomou, portanto, a forma de deserções e de greves, de recusa ao trabalho debaixo da terra, de múltiplos tumultos. Os trabalhos de pesquisadores como Charles van Onselen abrem novas perspectivas para o estudo da resistência, que já não é apenas a perspectiva da "resistência do Zambeze" ou da "resistência de Bemba", mas a perspectiva da resistência ao longo de toda a rede interterritorial de migração de mão de obra do início da época colonial[46].

45 DENOON, 1972, p. 74.

46 VAN ONSELEN, 1973.

Conclusão

Como se vê, a historiografia da resistência é dinâmica e crítica. Todavia as modificações e as novas perspectivas ampliam, ao invés de contradizer, os três postulados básicos por mim analisados. A "organização" e a "generalização" da resistência aparecem ainda mais nítidas se acrescentamos à lista de oposições e revoltas armadas, durante a corrida, os movimentos de resistência indireta anteriores à agressão econômica europeia. A pesquisa sobre a base ideológica da resistência se enriquece se juntamos um elemento novo, as primeiras manifestações de "consciência" nos operários e camponeses, à ideia de soberania e à busca de uma nova ordem moral. E a pesquisa das conexões entre a resistência e a atual situação da África ganha nova ressonância com a ideia de resistência econômica. A última palavra talvez caiba não a um historiador, mas a um especialista em ciências políticas, Colin Leys, que preconiza uma teoria do "subdesenvolvimento" mais dinâmica e historicamente fundamentada:

> Num aspecto crítico, a teoria do subdesenvolvimento tende a assemelhar-se à do desenvolvimento – ela se concentra no que acontece aos países subdesenvolvidos nas mãos do imperialismo e do colonialismo e não no processo histórico correspondente, incluindo as diversas formas de luta contra o imperialismo e o colonialismo nascidas das condições do subdesenvolvimento [...] O que falta não é uma teoria do subdesenvolvimento, mas do subdesenvolvimento e da sua liquidação [...] Semelhante teoria implica nada menos que uma teoria da história mundial vista pelos países subdesenvolvidos, uma teoria da opressão e da libertação desses países, a qual ainda se acha em estágio bastante rudimentar, embora se sinta vivamente a necessidade dela[47].

O estudo dos movimentos de resistência não é uma exaltação fútil das glórias do passado, mas algo que pode contribuir para a elaboração de uma teoria da opressão e da libertação.

47 LEYS, 1975, p. 20-1.

CAPÍTULO 4

Iniciativas e resistência africanas no nordeste da África

Hassan Ahmed Ibrahim
(Com base numa contribuição de *Abbas Ibrahim Ali*)

Em nenhuma parte da África as iniciativas e a resistência dos africanos à partilha e à ocupação europeia foram tão determinadas e contínuas quanto nos modernos Estados do Egito, do Sudão e da Somália. As reações começaram em 1881 com o levante militar no Egito e continuaram em algumas partes da região até os anos de 1920. Jamais, na história da África, um povo lutou tão aguerridamente para defender sua liberdade, soberania, e sobretudo religião e cultura. Veremos neste capítulo quais foram essas iniciativas e reações, a começar pelo Egito, em seguida o Sudão e por fim a Somália.

Egito

A revolução urabista

A má administração financeira do quediva Ismail (1863-1879) e os enormes empréstimos que ele contraiu na Europa colocaram o Egito à beira da falência. Enquanto a metade da receita do país era estritamente consagrada ao serviço da dívida, pesados impostos eram exigidos do povo, e os *fellahin,* que na sua maioria não podiam pagá-los, eram impiedosamente castigados. Esta situação de penúria e de humilhação provocou vivo descontentamento e acerba oposição ao quediva Tawfik (1879-1892) e seu governo corrupto. Tawfik também era desprezado

por sua total subserviência às potências europeias, que se aproveitavam de sua fraqueza e do endividamento do Egito para controlar as finanças e o governo do país. Logo se tornaria impossível às autoridades egípcias proceder a reformas administrativas ou econômicas sem a prévia e unânime autorização de catorze paises europeus. Enquanto os egípcios sofriam toda esta miséria, os residentes estrangeiros viviam confortavelmente. Estes sequer estavam sujeitos à lei egípcia, pois tinham leis e tribunais próprios. Aproveitando-se desta posição privilegiada, enriqueciam à custa das massas autóctones, muitas vezes por meios corruptos e imorais. O desejo de erradicar essa humilhante e odiosa dominação estrangeira viria a ser o principal motivo da irrupção da revolução urabista, movimento de resistência dirigido pelo coronel Ahmad Urabi[1].

Um outro motivo seria o amadurecimento de ideias políticas liberais entre os egípcios como consequência do desenvolvimento da educação e da imprensa no século XIX. Esse amadurecimento político foi responsável, em grande parte, pelo movimento constitucional que irrompeu no país nos anos de 1860, sobretudo entre os egípcios de educação ocidental, que se opunham à dominação estrangeira e ao despotismo do quediva. Esse movimento encontrou importantíssimo apoio nas ideias revolucionárias dos reformadores muçulmanos Djamal al-Din al-Afghani e Muhammad Abduh. Dirigidos por Muhammad Sharif Pasha, cognominado *Abu al-Dastur* (o pai da constituição), aqueles nacionalistas constitucionais exigiam a promulgação de uma constituição liberal e a formação de um governo parlamentar[2]. Alguns deles talvez até ansiassem pela derrubada da dinastia de Muhammad Ali, que reinava no país desde o começo do século.

A principal causa direta do desencadeamento da revolução, todavia, foi o descontentamento e o sentimento de frustração experimentados pelos militares egípcios. Não só as tropas recebiam um soldo muito baixo (20 piastras por mês)[3], como os oficiais egípcios não podiam aceder a patentes elevadas, na realidade monopolizadas pelos oficiais turco-circassianos, que menosprezavam e maltratavam os subordinados egípcios. Para pôr fim a essa posição de inferioridade e responder às exigências da população, os militares egípcios interferiram ativamente na arena política pela primeira vez na história contemporânea do país, desencadeando em começos de fevereiro de 1881 uma revolução contra o colonialismo europeu e o quediva Tawfik.

1 AL-RAFI, 1966, p. 82-5

2 VATIKIOTIS, 1969, p. 126-30.

3 PRO (Public Record Office), Kew, *FO* 141/168, Relatório de Dufferin, p. 4.

FIGURA 4.1 O Coronel Ahmad Urabi ("Arabi Paxa", 1839-1911). (Fonte: Mary Evans Picture Library.)

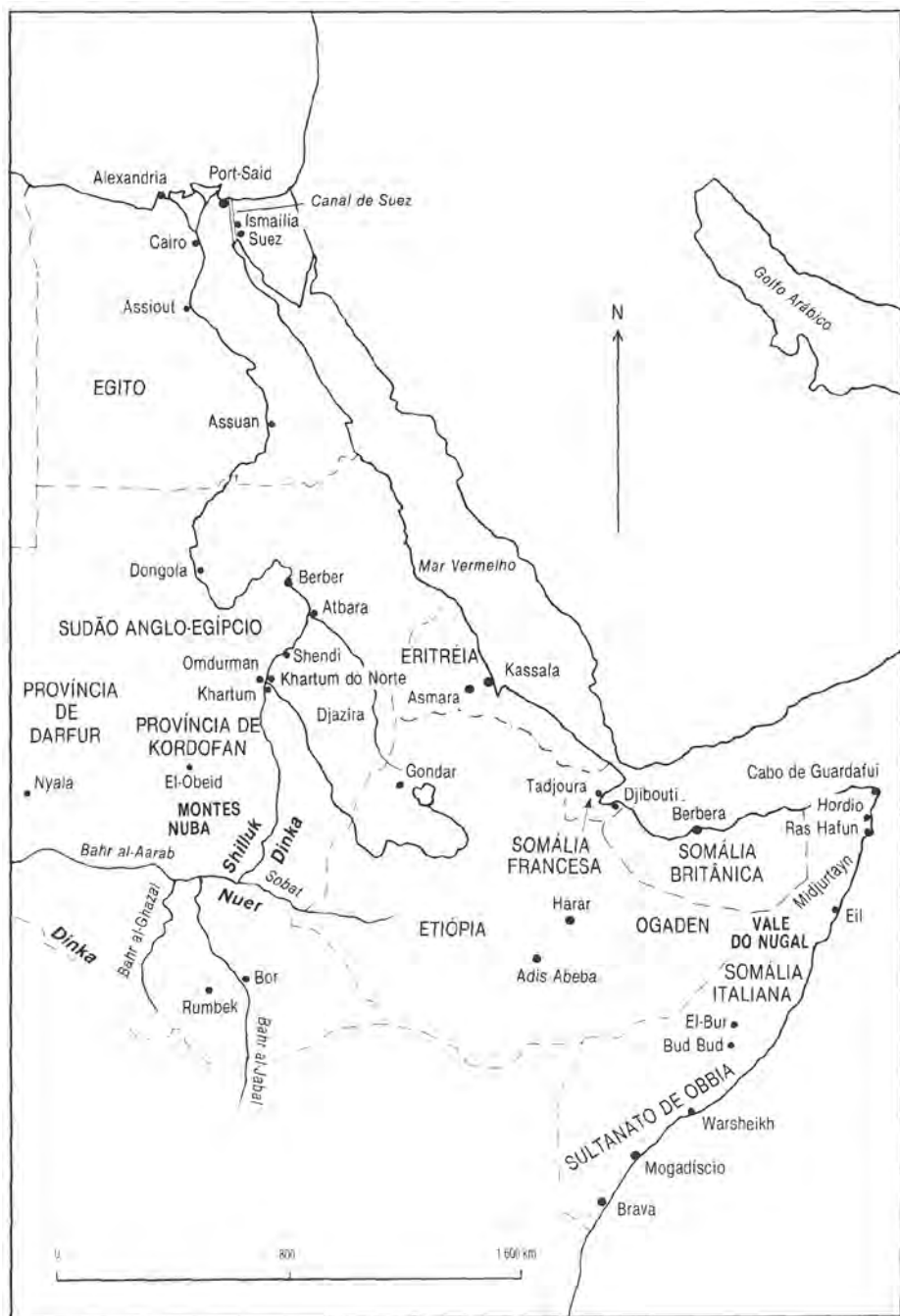



FIGURA 4.2 Política e nacionalismo no nordeste da África.

O líder dessa revolução, coronel Ahmad Urabi (1839-1911), era uma personalidade sedutora, de origem *fellah* (ver fig. 4.1). Embora "simples, desprovido, de sutileza e de refinamento político[4]", Urabi era homem corajoso e um orador eloquente que muitas vezes intercalava em seus discursos passagens do Alcorão, "o que o tornava popular junto às massas". Essas qualidades de líder logo o tornaram o dirigente inconteste da revolução, tendo desempenhado importante papel na formação do al-Hizb al-Watani, o Partido Nacionalista, cujos membros eram um misto de homens de origem *fellah* e alguns notáveis turcos, unidos todos na oposição à autocracia quediva.

No começo, a revolução obteve grande sucesso. Uthman Rifki, o famoso ministro da Guerra, circassiano inspirador da política de discriminação praticada no exército, foi demitido e substituído por um político revolucionário e distinto poeta, Mahmud Sami al-Barudi. Formou-se um gabinete inteiramente urabista, e o próprio Urabi veio a tornar-se ministro da Guerra[5]. Tawfik ficou tão assustado que ordenou a formação de uma assembleia popular e promulgou a 7 de fevereiro de 1882 uma constituição relativamente liberal. Sabendo que esse passo em direção ao constitucionalismo nada tinha de sincero, os urabistas estavam dispostos a derrubar Tawfik e até pensavam em declarar o Egito uma república. Como esta situação ameaçasse os privilégios e interesses estrangeiros, a revolução viu-se diretamente confrontada com as potências europeias (ver fig. 4.2).

Entretanto, o quediva conspirava em segredo para esmagar a revolução. A fim de provocar uma intervenção estrangeira, afirmam certos historiadores egípcios, o quediva e os ingleses organizaram o massacre de Alexandria de 12 de junho de 1882, em que numerosos estrangeiros foram mortos, e muitas propriedades danificadas[6]. Verdadeira ou não, a acusação não importa: de fato, o quediva tinha solicitado a intervenção dos ingleses, e estes responderam com grande rapidez e entusiasmo. O gabinete egípcio, por unanimidade, decidiu repelir a invasão e rejeitou o ultimato inglês para desistir da fortificação das defesas costeiras e desmantelar as posições de artilharia em torno de Alexandria. Isso deu à esquadra inglesa o pretexto para bombardear a cidade em 11 de julho de 1882 (ver fig. 4.3). O exército e o povo do Egito, embora oferecessem corajosa resistência aos invasores, foram vencidos por forças superiores. Cerca de 2 mil egípcios encontraram a morte nessa batalha.

4 AL-SAYYID, 1968, p. 9.

5 SHIBAYKA, 1965, p. 604.

6 AL-MURSHIDI, 1958, p. 58.

FIGURA 4.3 Alexandria após o bombardeamento de julho de 1882 pela frota britânica. (Fonte: Royal Commonwealth Society.)

Após a queda de Alexandria, o exército egípcio recuou para Kafr al-Dawar, a alguns quilômetros da cidade. Urabi declarou a *djihad* contra os ingleses, numa proclamação que foi distribuída ao povo. Vários combates se travaram perto de Kafr al-Dawar em agosto de 1882. A firme resistência do exército e da população tornava muito difícil aos invasores a ocupação do Cairo a partir de lá. Os ingleses decidiram então ocupar o canal de Suez e lançar em seguida uma grande ofensiva contra a capital.

As massas egípcias prestaram apoio financeiro ao exército, e milhares de jovens ofereceram-se como voluntários. Mas todas as probabilidades estavam contra a causa nacionalista. Urabi só dispunha de 16 mil soldados treinados e mesmo esse pequeno efetivo estava disperso em torno de Kafr al-Dawar, Dimyat (Damietta) e a zona do canal. Além disso, faltavam ao exército egípcio treinamento, armas modernas, munições e meios eficientes de transporte. Com um exército de 20 mil homens, comandados por *sir* Garnet Wolseley, os ingleses transpuseram rapidamente o canal, ocuparam Ismailia, esmagaram o grosso das forças revolucionárias na batalha de Tell al-Kebir em 13 de setembro de 1882[7] e ocuparam o país. Embora os britânicos tivessem prometido rápida evacuação, na verdade ocuparam o Egito por 72 anos.

O malogro da revolução urbanista, que não conseguiu libertar o país da influência europeia e da dominação dos turcos, tem explicação fácil. Muito embora a revolução tivesse recebido o apoio da massa do povo, não teve tempo suficiente para mobilizá-lo. Ademais, uma grave cisão verificou-se na frente nacionalista, devido ao crescente conflito que opunha os militares e os civis constitucionalistas. Estes últimos recusavam por princípio a intervenção do exército no domínio político, enquanto os militares afirmavam que a revolução estaria melhor salvaguardada se eles controlassem o governo. O movimento sofria com as intrigas do quediva e de seus adeptos circassianos, que traíram a revolução e facilitaram a ocupação britânica.

O próprio Urabi cometeu vários erros. Não quis depor o quediva desde o início da revolução, pois receava que a medida provocasse a intervenção estrangeira e mergulhasse o país no caos – o que deu tempo ao quediva para conspirar contra a revolução. Urabi cometeu outro erro fatal: apesar dos avisos de alguns de seus conselheiros militares, recusou-se a bloquear o canal, na esperança – que se mostraria vã – de que a França não permitisse que a Inglaterra o utilizasse

7 AL-RAFI, 1966, p. 487-96.

para invadir o Egito. Em última análise, porém, a derrota da revolução urabista deveu-se à superioridade militar britânica.

Reação e formas de resistência do Egito à ocupação inglesa, 1882-1914

A derrota militar da revolução urabista quebrou o moral do país, criando uma atmosfera de desespero e desilusão, durante o primeiro decênio da ocupação (1882-1892). Não houve resistência real dentro do próprio país, e as únicas vozes nacionalistas que se ergueram durante esse período foram as de personalidades no exílio. Djamal al-Din al-Afghani e Muhammad Abduh começaram em 1883 a publicar uma revista pan-islâmica, *Al-Urwa al-Wuthqa* ("O Elo Indissolúvel"), cujo objetivo era libertar o Egito da ocupação inglesa agitando a opinião pública egípcia. A revista foi proibida no número 18, mas exerceu profunda influência no pequeno grupo de egípcios que sabiam ler – estudantes, *ulama* (sábios muçulmanos) e intelectuais. *Al-Urwa* encorajou a oposição aos britânicos e manteve vivo o espírito de autodeterminação[8]. Sua mensagem antibritânica foi retomada na década de 1890 por um grupo de escritores pan-islamistas, dos quais o mais importante era o xeque Ali Yusuf, que publicou em 1900 um jornal, *Al-Mu 'ayyad,* e formou em 1907 a *Hizb al-lslah al-Dusturi* (Os Reformadores Constitucionais), organização que atacava vigorosamente a presença inglesa no Egito.

O movimento nacionalista egípcio começou a sair dessa fase de torpor em 1893, quando algumas personalidades egípcias começaram a se opor à ocupação britânica. Das primeiras entre elas, merece citação o novo e ambicioso quediva Abbas Hilmi (Abbas II, 1892-1914), que encorajou o desenvolvimento de um movimento nacionalista exigindo a imediata evacuação do país pelos ingleses. A ajuda financeira à imprensa, que permitiu que o movimento se articulasse, foi de particular importância. Durante os três primeiros anos do seu reinado, o próprio Abbas se pôs à frente do movimento, desafiando abertamente a autoridade de lorde Cromer, agente britânico e cônsul-geral, e obrigou o primeiro-ministro pró-britânico a demitir-se em 15 de janeiro de 1893. Na impossibilidade de continuar agindo de forma tão aberta, devido à pressão dos britânicos, Abbas encontrou, no entanto, adeptos desejosos de conduzir a luta contra a ocupação do país. Tratava-se de um grupo de jovens intelectuais familiarizados com as ideias da Revolução Francesa e as teorias sociais e políticas modernas[9]. A velha

8 AL-SAYYID, 1968, p. 87-90 .

9 Ibid., p. 99-136.

FIGURA 4.4 Abbas Hilmi (Abbas II, 1892-1914), quediva do Egito. (Fonte: BBC Hulton Picture Library.)

sociedade egípcia, com seu código rígido e suas restrições religiosas, dissolvia-se gradativamente, processo que despertava considerável instabilidade. Os egípcios instruídos estavam particularmente preocupados com o controle britânico sobre a administração pública, único domínio aberto a eles onde podiam esperar algum progresso. Em 1905, 42% dos cargos mais elevados eram ocupados por ingleses, 30% por armênios e sírios e somente 28% por egípcios[10].

Mas os adversários mais encarniçados da presença inglesa eram nessa época Mustapha Kamil, chefe carismático e orador eloquente, e seu Partido Nacionalista. Kamil procurou de início conquistar a Europa para a causa da independência do Egito. Pensava que outros países europeus, que viam com maus olhos a ocupação de seu país pelos britânicos, apoiariam ativamente toda tentativa para expulsá-los do Egito. Graças aos fundos generosamente fornecidos pelo quediva, Kamil visitou diversas capitais europeias entre 1895 e 1898, mantendo reuniões, dando entrevistas aos jornais, escrevendo artigos e panfletos[11]. Tais atividades despertaram bastante interesse na Europa, mas nada mais. O otimismo de Kamil em esperar que a Europa e particularmente a França apoiassem a causa do Egito não se justificava. Possuindo, ela própria, colônias no norte da África, não admira que a França não se deixasse convencer pelos argumentos de Kamil a favor da autodeterminação do Egito. Tampouco estava interessada em travar guerra contra a Inglaterra pelo Egito, como o incidente de Fachoda o demonstrara em 1898.

A tarefa mais urgente dos jovens nacionalistas era refutar a afirmação de Cromer de que os egípcios eram incapazes de se governar de acordo com princípios civilizados, assim como convencer o povo de que formava uma nação capaz e merecedora de autonomia. Kamil se entregou ativamente a essa tarefa desde 1898. Até 1906, difundiu suas opiniões em numerosos discursos e artigos nos jornais da época, especialmente *al-Liwa* ("A Bandeira"), que ele fundou em 1900. Destacava o passado do Egito para combater o derrotismo e mostrar que os egípcios eram capazes de grandes feitos. Cunhou lemas deste gênero: "Se eu não fosse egípcio, queria sê-lo" e "a vida não faz sentido quando ela se casa com o desespero e o desespero não faz sentido enquanto há vida"[12]. Seus discursos e artigos visavam eliminar as rivalidades locais e reunir toda a população em uma frente nacionalista, assim como desenvolver a educação nacional para reforçar os sentimentos patrióticos. Os esforços políticos desenvolvidos por Kamil começa-

10 MILNER, lorde, 1921, p. 30.

11 P. M. HOLT, ed., 1968, p. 308-19.

12 AL-SAYYID, 1968, p. 161.

ram a dar frutos quando lhe foi possível organizar uma greve de estudantes de Direito, em fevereiro de 1906.

A campanha do líder intensificou-se profundamente depois do incidente de Dinshaway, ocorrido em maio de 1906. Um grupo de oficiais ingleses foi à aldeia de Dinshaway para uma caçada aos pombos, mas os aldeãos se opuseram, já que os pombos eram um de seus meios de subsistência. Houve um choque e um dos oficiais foi ferido de morte. As autoridades britânicas reagiram com violência e os aldeãos foram condenados a severíssimas penas. Quatro foram enforcados e outros sentenciados a longos anos de cadeia. Embora as execuções públicas tivessem sido suprimidas dois anos antes, a sentença foi realizada em público e toda a aldeia de Dinshaway teve de assistir aos enforcamentos[13]. Na opinião de Kamil, essa conduta bárbara fez mais para despertar os sentimentos antibritânicos do povo do que dez anos de ocupação[14]. E o incidente de Dinshaway provocou a irrupção do nacionalismo egípcio: pela primeira vez desde 1882 os ingleses tomaram consciência da insegurança de sua posição no Egito e tiveram de reconsiderar a sua política de dominação. Na verdade, anunciaram a intenção de preparar o país para a autonomia. Cromer deixou o Egito em 1907 e novo cônsul-geral, Eldon Gorst, foi nomeado para implementar a nova política. A nova situação constituía uma grande vitória para Kamil e seu Partido Nacionalista, que adquiriu existência legal em 1907.

Depois da morte prematura de Kamil, em fevereiro de 1908, Muhammad Farid tornou-se o chefe do Partido Nacionalista. Farid não tinha as qualidades de liderança de Kamil, mas continuou todavia a escrever e a participar de reuniões públicas, reclamando a evacuação das tropas britânicas. Suas atividades nacionalistas lhe valeram seis meses de prisão em 1911, após o que partiu para o exílio[15].

Em 1907, certas personalidades intelectuais egípcias chegaram à conclusão de que o Reino Unido era poderoso demais para ser expulso do país por via revolucionária. Além disso, julgavam que havia indícios reais de mudança na política britânica após o incidente de Dinshaway. Em consequência, consideravam possível a cooperação com o ocupante a fim de obter dele o máximo até o momento da independência total. Em outubro de 1907 esse grupo formou um novo partido político, chamado Partido Umma ("do Povo"), que tinha jornal próprio, *al-Djarida.* Dirigido por um jornalista e educador de renome, Ahmad Lutfi al-Sayyid, a quem os egípcios cultos se referiam como *Faylasuf al-Djil* ("o

13 AL-MASADA, 1974, p. 84-91.

14 HAYKAL, s.d., p. 148.

15 SABRI, 1969, p. 81-109.

FIGURA 4.5 Muhammad Ahmad ibn Abdallah, o Mahdi (1844-1885). (Fonte: BBC Hulton Picture Library.)

filósofo da geração"), o grupo Djarida-Umma instava com os egípcios para que modernizassem a tradição islâmica, adotando as ideias e as instituições europeias, que julgava necessárias ao progresso do país[16]. O programa do Partido Umma preconizava a criação de uma identidade nacional egípcia, sem a qual – imaginava – o Egito não poderia conseguir a verdadeira independência. Mas o Umma não era muito popular junto aos nacionalistas egípcios, pelo fato de colaborar com o ocupante. Por outro lado, o seu liberalismo laico o impedia de lançar raízes nas massas populares, instintivamente ligadas à tradição islâmica[17].

Antes da Primeira Guerra Mundial, o movimento nacionalista egípcio estava assim desunido e era essencialmente elitista, sem apoio popular. Era, portanto, muito fraco para obter concessões importantes das autoridades britânicas e pouco fez o país avançar no caminho da autonomia. Os nacionalistas tiveram de esperar por 1913 para que estourasse uma revolta aberta contra a ocupação britânica.

Sudão

A revolução mahdista

O Sudão era desde 1821 administrado pelo governo turco do Egito. Por volta de 1880, os povos egípcio e sudanês lutavam para se libertar da tutela de uma aristocracia estrangeira. A ideia da *djihad* e da resistência islâmica à dominação estrangeira, propagada no Egito por Urabi, encontrou igualmente um poderoso eco junto ao movimento revolucionário militante dirigido por Muhammad Ahmad al-Mahdi no Sudão (fig. 4.5). Seu movimento, o Mahdiyya, era essencialmente uma *djihad* – uma guerra santa – e, como tal, reclamava o apoio de todos os muçulmanos. Seu objetivo fundamental, como atestam repetidamente as cartas e proclamações do Mahdi[18], era reviver a fé pura e primitiva do Islã, "expurgada das heresias e das excrescências"[19], e propagá-la no mundo inteiro, se necessário pela força. O autêntico fervor espiritual da revolução mahdista estava expresso no *bay'a* (juramento de obediência) que os adeptos do Mahdi (a quem ele próprio chamava os Ansar[20], seguindo assim o exemplo do Profeta) deviam

16 VATIKIOTIS, 1969, p. 229-30.

17 Ibid., p. 234.

18 Para uma boa compilação dessas cartas e proclamações, ver ABU SALIM, 1969.

19 HOLT, 1970, p. 19.

20 ANSAR ("ajudantes") era o nome originariamente dado aos adeptos do Profeta Maomé em Medina.

fazer ao chefe ou a seu representante, antes de serem admitidos no Mahdiyya. No *bay'a,* os Ansar juravam fidelidade ao Mahdi "renunciando a este mundo e abandonando-o, contentando-se com o que está com Deus, desejando o que está com Deus e o mundo futuro". E acrescentavam: "Nós não fugiremos à *djihad*"[21].

Afirmar que a revolução mahdista era religiosa não significa que a religião tenha sido a única causa da sua origem. Havia outros fatores, secundários, todos derivados das faltas cometidas pela administração turco-egípcia, totalmente corrupta, faltas que tinham provocado o descontentamento geral no Sudão. As violências consequentes à ocupação do país, em 1820-1821, tinham criado um forte desejo de vingança, e os elevados impostos que os turcos arrancavam pela força só faziam agravar a situação. Além disso, as tentativas feitas pelo governo para eliminar o comércio de escravos tinham descontentado certos sudaneses do norte, pois ameaçavam uma importante fonte de riqueza e até a base da economia agrícola interna do país. Por fim, os favores que os turcos concediam ao povo Shaykiyya e à seita Khatmiyya parecem ter suscitado a inveja dos outros grupos locais e religiosos, estimulando-os a apoiar o Mahdi[22].

O chefe da revolução, Muhammad Ahmad ibn Abdallah, era um homem pio, cujo ideal era o Profeta Maomé [Muhammad] em pessoa. Como este último, Muhammad assumiu o papel de Mahdi aos 40 anos de idade, comunicou isso em segredo a um grupo de adeptos fiéis e depois fez o anúncio público e oficial. Com isso, entrou em confronto militar direto com o governo anglo-egípcio durante quatro anos (1881-1885). Este o subestimou no início, considerando-o um simples *darwish* (mendigo), conforme o prova a fraca e desorganizada expedição que foi enviada contra ele à ilha de Aba. Seguiu-se breve escaramuça, na qual os Ansar obtiveram uma vitória fácil e rápida, ficando a administração numa confusão completa. O Mahdi e seus adeptos consideraram a vitória miraculosa[23]. A clarividência política e o gênio militar do Mahdi se refletem na sua decisão de "emigrar", depois do combate de Aba, para Djabal Kadir, nas montanhas da Núbia. Independentemente do fato de apresentar um paralelo com a vida do Profeta, esta *hidjra* (hégira) marcou de fato uma reviravolta na história do Mahdiyya. Ao afastar a revolução da região do Nilo, estabelecendo-a no oeste do Sudão, os sudaneses desta área tornaram-se a coluna vertebral – militar e

21 HOLT, 1970, p. 117.

22 SHOUQAIR, 1967, p. 631-6.

23 SHIBAYKA, 1978, p. 39-44.

civil – da revolução, enquanto declinava o papel das populações que viviam às margens do Nilo[24].

A batalha de Shaykan, travada a 5 de novembro de 1883, marcou outra reviravolta da revolução mahdista. Nessa época, o quediva Tawfik e seu governo estavam dispostos a esmagar o Mahdi, que controlava então as principais cidades da província de Kordofan. Os egípcios enviaram um corpo expedicionário, formado pelos remanescentes do exército de Urabi e comandado por um oficial inglês, Hicks Pasha. Os Ansar aniquilaram totalmente o adversário na floresta de Shaykan, perto de al-'Obeid[25]. A vitória encheu de orgulho o Mahdi e seu movimento. Enquanto numerosos sudaneses aderiam à revolução, delegados de vários países muçulmanos vieram felicitar o Mahdi por sua vitória contra os "infiéis". A consequência imediata de Shaykan foi o colapso total da administração turco-egípcia no oeste do Sudão. Os mahdistas assumiram o controle das províncias de Kordofan, Darfur e Bahr al-Ghazal. O Mahdi estava, entretanto, prestes a passar à segunda fase das operações: tomar Khartum e pôr fim à dominação turco-egípcia sobre o Sudão[26].

Os mahdistas atacaram em seguida a região oriental do Sudão, sob o hábil comando de Osman Digna. Digna obteve numerosas vitórias sobre as forças governamentais e não tardou a ameaçar os portos do Mar Vermelho, defendidos pelos britânicos, do que resultou uma intervenção militar destes, de resto pouco eficaz. Com a exceção de Souakin, os Ansar controlavam a totalidade do Sudão oriental e impediam o transporte de reforços e de munições para Khartum pela estrada Souakin-Berbere.

Após a batalha de Shaykan, a política britânica relativamente ao Sudão sofreu importante mudança. Antes, o Reino Unido dizia tratar-se de um problema puramente egípcio, mas, depois da batalha, concluiu que seus interesses imperiais exigiam que o Egito se retirasse imediatamente do Sudão[27]. Ordenou então que o governo egípcio evacuasse o país e encarregou o general Charles Gordon de fazer cumprir a ordem. Entrementes, o Mahdi avançava sobre a capital, colocando o general Gordon numa situação muito perigosa. Após demorado cerco, as forças mahdistas atacaram a cidade, mataram Gordon a 26 de janeiro de 1885 e puseram fim à dominação turco-egípcia no Sudão[28].

24 ABU SALIM, 1970, p. 21-2.

25 ZULFU, 1976, p. 203-29.

26 AL-HASAN, 1964, p. 4.

27 SHIBEIKA, 1952, p. 107-9.

28 HAMZA, 1972, p. 159-83.

No espaço de quatro anos (1881-1885), o movimento Mahdiyya de revolta religiosa transformara-se em poderoso Estado militante, que iria dominar o Sudão por catorze anos. Suas instituições administrativas, financeiras e jurídicas, assim como a legislação, estavam estritamente baseadas no Corão e na Sunna, muito embora o Mahdi ocasionalmente promulgasse novas formas de legislação acerca de problemas prementes, como a situação das mulheres e da propriedade de terras[29].

As relações do Estado mahdista com o mundo exterior eram rigorosamente governadas pela *djihad*. O Mahdi e seu califa, Abdullah ibn al-Sayyid Muhammad, escreveram cartas de advertência (*indharat*) – virtualmente, ultimatos – a certos dirigentes, como o quediva do Egito, o imperador da Turquia e o da Abissínia, para que aceitassem a missão do Mahdi, ameaçando-os com uma *djihad* imediata se não respondessem afirmativamente[30].

O Mahdi não viveu tempo bastante para dar prosseguimento a sua política (morreu em junho de 1885), mas a *djihad* tornou-se o alvo de toda a política externa do califa Abdullah, sucessor dele. Não obstante os pesados problemas administrativos e financeiros que tinha de enfrentar, Abdullah prosseguiu com a *djihad* em duas frentes: contra o Egito e a Etiópia. Sob o comando de Abd al-Rahman al-Nudjumi, as forças mahdistas invadiram o Egito, mas foram batidas em Tushki no ano de 1889. O avanço mahdista na frente oriental também foi detido, e os Ansar perderam Tokar em 1891 e Kassala em 1894. O engajamento ideológico do califa na *djihad* havia arruinado os esforços do imperador da Etiópia para concluir uma aliança africana entre o Sudão e a Etiópia contra o imperialismo europeu. De fato, para concluir a aliança, o califa exigia que o imperador aderisse ao mahdismo e ao Islão. O resultado dessa atitude dogmática foi uma série de embates armados, que enfraqueceram os dois Estados, fazendo deles presas fáceis para o imperialismo europeu[31].

Em março de 1896, o governo imperial britânico decidiu invadir o Sudão e constituiu-se para tanto um exército, comandado pelo general H. H. Kitchener. Durante a primeira fase da invasão, de março a setembro de 1896, as forças inimigas ocuparam toda a província de Dongola, sem encontrar resistência séria da parte dos sudaneses. Isso se devia a sua superioridade técnica e ao fato de o califa ter sido surpreendido pela ofensiva.

Como o califa tinha suposto, a ocupação de Dongola não era senão o prelúdio para um ataque generalizado ao Estado mahdista. Enquanto Kitchener avan-

29 HOLT, 1970, p. 128.

30 SHOUQAIR, 1967, p. 921-9.

31 AL-KADDAL, 1973, p. 105-7.

çava para o sul, o califa mobilizava as suas tropas, decidido a resistir ao invasor. Comandados pelo emir Mahmud Ahmad (ver fig. 4.6), os Ansar tentaram rechaçar, sem êxito, o inimigo perto do rio Atbara, em 8 de abril de 1898[32]. Três mil sudaneses foram mortos e mais de quatro mil feridos. O próprio Mahmud foi capturado e encarcerado em Roseta, no Egito, onde morreu alguns anos depois. Após a derrota de Atbara, o califa decidiu enfrentar o inimigo perto da capital, Omdurman, pois era evidente que os problemas de suprimento e de transporte lhe proibiam qualquer deslocamento importante de tropas. Os sudaneses combateram o inimigo com admirável coragem na batalha de Karari, a 2 de setembro de 1898[33]. Mais uma vez o armamento superior do adversário os derrotou. Quase 11 mil sudaneses foram mortos e perto de 16 mil feridos. Ao compreender que a batalha estava perdida, o califa retirou-se para leste da província de Kordofan, onde esperava reunir seus partidários e atacar o inimigo na capital. Sua resistência foi um problema para a nova administração durante um ano, mas foi finalmente vencido na batalha de Umm Diwaykrat, a 24 de novembro de 1899. Após a batalha, o califa foi encontrado morto sobre o seu tapete de orações de pele de carneiro[34]; todos os demais chefes e generais mahdistas tinham sido mortos ou capturados. O Estado mahdista desmoronou mas, enquanto realidade religiosa e política, o Mahdiyya sobreviveu.

Os levantes mahdistas

Embora as autoridades britânicas tivessem proibido a seita mahdista, importante parte da população ficou-lhe fiel. A maioria dos sudaneses traduzia sua hostilidade continuando a ler o *ratib* (livro de orações mahdista) e a praticar diversos rituais mahdistas. Somente um punhado de adeptos do Mahdi tentou várias vezes repelir pela força os "infiéis". Não houve ano, entre 1900 e 1914, sem levantes mahdistas no norte do Sudão. A principal fonte de inspiração de tais revoltas era a doutrina muçulmana do *nabi 'Isa* (Profeta Jesus). Os muçulmanos em geral acreditavam que o Mahdi voltaria para restaurar a justiça na Terra depois que ela tivesse conhecido o reino da injustiça. Sua missão seria temporariamente freada pelo *al-masih al-dadjdjal* (o Anti-Cristo). O *nabi 'Isa,* no entanto, logo viria para garantir a permanência do glorioso Mahdiyya. Os

32 IBRAHIM, 1969, p. 196-237.

33 Para maiores informações sobre os emires mahdistas feitos prisioneiros, ver IBRAHIM, 1974, p. 33-45.

34 HOLT, 1970, p. 243.

FIGURA 4.6 Mamud Ahmad, um dos comandantes dos Ansar (exército mahdista), após sua captura pelas forças anglo-egípcias. (Fonte: Royal Commonwealth Society.)

Ansar consideravam os ingleses como a encarnação do *al-dadjdjal* e muitos deles pensavam que *'Isa* os expulsaria do país[35].

Houve levantes mahdistas em fevereiro de 1900, em 1902-1903 e em 1904. O mais importante foi organizado e dirigido em 1908 por um renomado mahdista, Abd al-Kadir Muhammad Imam, geralmente chamado Wad Habuba.

Wad Habuba pregava o mahdismo em Djazira e desafiou o governo na aldeia de Tukur, perto de Kamlin. Foram despachadas tropas para capturá-lo, mas ele resistiu e dois funcionários foram mortos. Enquanto as autoridades ainda se sentiam confusas com o incidente, Wad Habuba lançava em maio um ataque de surpresa contra o inimigo na aldeia de Katfiya. Os mahdistas combateram bravamente, mas dentro de alguns dias estava quebrada a espinha dorsal da revolta. Exatamente à imagem do Mahdi, Wad Habuba "emigrou", provavelmente em busca de asilo em Omdurman, onde esperava continuar na clandestinidade a propagação da causa mahdista. Mas foi detido no caminho e publicamente executado em 17 de maio de 1908, enquanto grande quantidade de partidários seus eram condenados à morte ou a longas penas de cárcere[36]. Submetido a um julgamento pouco equitativo, Wad Habuba desafiou os imperialistas britânicos declarando ao tribunal:

> "Minha aspiração é que o Sudão seja governado por muçulmanos, conforme a lei de Maomé, as doutrinas e os preceitos do Mahdi. Conheço melhor o povo sudanês do que o governo. Não hesito em dizer que a amabilidade e as lisonjas dele não passam de hipocrisia e de mentira. Estou pronto a jurar que o povo prefere o mahdismo ao atual governo"[37].

Apesar da falta de coordenação e da incapacidade de levantar as massas, essas numerosas revoltas messiânicas instauraram uma continuidade com o período do governo mahdista e mostraram que o mahdismo persistia como força religiosa e política vital no Sudão. Por outro lado, elas provavam que a resistência à dominação colonial era bastante viva entre muitos sudaneses do norte.

Movimentos de oposição nas montanhas da Núbia e no sul do Sudão

A oposição manifestada pelas populações nas montanhas da Núbia e no sul do Sudão constituía o desafio mais sério que os colonialistas ingleses tiveram

35 IBRAHIM, 1979, p. 440.

36 Ibid., p. 448.

37 "Sudan Intelligence Report"', maio de 1908.

de enfrentar antes da Primeira Guerra Mundial. Os numerosos levantes ocorridos nessas regiões do país, no entanto, tinham caráter essencialmente local. Tratava-se de reações diretas às transformações introduzidas pelo colonialismo na estrutura de diversas comunidades – transformações caracterizadas como um atentado às instituições sociais e políticas destas últimas, substituídas por outras implantadas pelos britânicos.

Apesar da crueldade do domínio colonial, diversas comunidades núbias manifestaram ativamente a sua oposição. Enquanto Ahmad al-Numan, *mek* de Kitra, declarava sua aberta hostilidade, a população de Talodi se revoltava, em 1906, com a morte de alguns funcionários e de soldados. A rebelião dirigida pelo *mek* Faki Ali na região de Miri foi ainda mais séria. Ali molestou durante dois anos as forças governamentais, mas foi detido em 1916 e encarcerado em Wadi Halfa[38].

No sul do Sudão, a resistência foi conduzida e mantida pelo povo Nuer, que vivia nas terras adjacentes ao rio Sobat e ao Nilo Branco. Habituados a governar seus próprios assuntos nas administrações anteriores, que não exerciam sobre eles nenhum controle efetivo, os Nuer recusaram-se a reconhecer a autoridade do novo governo e continuaram a hostilizá-lo. Dois de seus chefes, Dengkur e Diu, se mostraram particularmente ativos a tal respeito. Apesar da morte deles, respectivamente em 1906 e 1907, os Nuer não cessaram suas operações e, em 1914, outro chefe Nuer, Dowl Diu, atacou um posto governamental. Não obstante as medidas punitivas indiscriminadas, a resistência dos Nuer continuou se fortalecendo, até a grande revolta popular de 1927.

Comandados por seu chefe Yambio, os Azande estavam decididos a interditar o acesso de seu território a qualquer tropa estrangeira. Eles estavam ameaçados de invasão tanto pelos belgas como pelo governo do Condomínio. Os belgas se mostravam particularmente ativos na fronteira meridional do território azande. Parece que Yambio receava mais uma invasão belga do que britânica e, portanto, imaginou neutralizar os britânicos com sinais de amizade, o que lhe deixaria as mãos livres para fazer frente ao perigo belga, mais iminente. Convidou então os ingleses a estabelecer um entreposto comercial no seu reino, esperando que eles não conseguissem vir – mas, se viessem, iria combatê-los. No fundo, parece que ele procurava jogar os britânicos contra os belgas, aparentemente convencido de que os interesses ingleses no seu país levariam os belgas a pensar duas vezes antes de o atacar[39].

Os britânicos, porém, aceitaram o convite e, em janeiro de 1903, uma patrulha saiu de Wau para o país de Yambio. Ainda em marcha, foi atacada pelos Azande e

38 CUDSI, 1969, p. 112-6.

39 Ibid., p. 220.

se refugiou em Rumbek. Em janeiro de 1904, o governo de Khartum enviou outra patrulha, que foi igualmente atacada pelos Azande e teve de se retirar para Tonj.

Então os belgas se prepararam para atacar e Yambio mobilizou uma força de 10 mil homens, que lançou, em audacioso ataque, contra o posto belga de Mayawa. Apesar da coragem, os Azande, armados apenas de lanças, nada podiam contra as carabinas dos belgas. A derrota minou o moral e o poderio militar dos Azande. Não obstante o enfraquecimento de suas forças, Yambio teve de fazer frente a uma expedição governamental em janeiro de 1905. Foi finalmente vencido e preso, mas morreu pouco depois, em 10 de fevereiro de 1905. Seu povo, no entanto, continuou a luta. Em 1908, alguns guerreiros de Yambio tentaram organizar um levante e outros molestaram os ingleses durante a Primeira Guerra Mundial[40].

Somália

Reação dos somalis à partilha, 1884-1897

Na segunda metade do século XIX, a Somália foi teatro das rivalidades coloniais entre a Itália, o Reino Unido e a França. Com os olhos voltados para a Índia e outras regiões da Ásia, o Reino Unido e a França trataram, no início da década de 1880, de se implantar na costa da Somália, tendo em vista sua importância estratégica e comercial. Com a entrada em cena da Itália, as três potências estenderam finalmente sua influência pelo interior e cada uma delas estabeleceu um protetorado no país somali. Em 1885, os franceses já o tinham instaurado, mas o governo britânico só fez a mesma coisa dois anos mais tarde, na costa dos somalis, a leste de Djibouti, incluindo aí o Bender Ziadeh. Graças à intermediação da East Africa Company e do governo inglês, a Itália também conseguiu adquirir o controle das cidades de Brava, Merca, Mogadíscio e Warsheik, em novembro de 1888. O governo italiano declarou protetorado as partes do litoral que ligavam as cidades; Obbia e o Midjurtayn somali, ao norte, foram posteriormente incluídos nessa zona (ver fig. 4.2).

Também a Etiópia se expandiu nos territórios somalis – nas zonas habitadas – e procurava controlar Ogaden e Houd. Uma das várias interpretações da história desta região sugere que, enquanto a invasão europeia era motivada por considerações imperialistas e capitalistas, a expansão da Etiópia era essencial-

40 Ibid., p. 238-54.

mente "uma reação defensiva, devida ao estabelecimento de colônias europeias nas vizinhanças do país". Segundo a mesma interpretação, como a Itália, o Reino Unido e a França avançavam para o interior a partir de suas respectivas posições no litoral, o imperador etíope, Menelik, "tentava mantê-los o mais longe possível do centro do seu império, no planalto, ampliando as suas próprias fronteiras[41]. Cumpre todavia notar que a expansão para Shoan sob o reino de Menelik começara antes da chegada dos europeus à área, primeiro contra os Oromo, depois contra os somalis.

A partilha do país somali, praticamente terminada em 1897, desprezou os interesses legítimos das populações e as privou da liberdade e da independência. Tinha, pois, de despertar extrema desconfiança nos somalis, estimulando-os a resistir à aventura estrangeira. Os chefes e os sultões somalis estavam particularmente inquietos com tantas usurpações, que tinham efeito desastroso sobre seu poder político. Eles jamais cederam de boa graça a sua soberania e, de fato, encabeçaram numerosos levantes contra as forças europeias e etíopes durante o período da partilha.

Conscientes das rivalidades existentes entre as potências europeias, os chefes somalis tentaram jogar umas contra as outras. Assinaram tratados com esta e aquela potência colonial, na esperança de que a prática diplomática lhes resguardasse a independência. Por exemplo, assinaram numerosos tratados com os ingleses, nos quais lhes concediam pouca coisa. O preâmbulo de cada tratado explicava que, do ponto de vista somali, tratava-se de "proteger a independência, manter a ordem e outras boas e suficientes razões". Os clãs não se comprometiam a ceder os seus territórios, mas prometiam explicitamente "jamais ceder, vender, hipotecar ou dar a não ser por ocupação, salvo ao governo britânico, todo ou parte do território atualmente ocupado por eles ou que se ache sob o seu controle"[42]. Mas os tratados não preencheram o objetivo, pois as potências europeias e a Etiópia acabaram por acertar pacificamente o seu litígio na região.

Além desse esforço diplomático, certos clãs somalis pegaram em armas para salvaguardar a soberania. Os ingleses tiveram de enviar quatro expedições: em 1886 e 1890, contra os Issa; em 1893, contra os Habar Guerhajis; e em 1895, contra os Habar Awal[43]. Os italianos também sofreram pesadas perdas: em 1887, um destacamento de soldados italianos foi massacrado em Harar e, em 1896, uma

41 TOUVAL, 1963, p. 74.

42 LEWIS, I. M., 1965, p. 46-7.

43 HAMILTON, 1911, p. 47.

coluna de 14 homens foi aniquilada pelos Bimal. Os frequentes choques entre os etíopes e os clãs somalis não permitiram que aqueles ocupassem totalmente Ogaden nem estendessem a sua autoridade além dos postos militares estabelecidos de longe em longe na região[44].

Cumpre todavia lembrar que os somalis, não obstante a sua unidade cultural, não constituíam uma entidade política única. A agressão estrangeira, portanto, não encontrou pela frente uma nação unida, mas um mosaico de clãs isolados e, muitas vezes, inimigos[45]. Por outro lado, os somalis estavam armados apenas de lanças, arcos e flechas e, na época, não tinham condições de importar armas de fogo e munições. No entanto, a resistência deles durante o período da partilha manteve vivo o espírito nacionalista e, posteriormente, estimulou a *djihad* de Sayyid Muhammad Abdille Hasan contra a ocupação europeia e etíope, que vamos examinar agora.

A luta dos somalis pela liberdade, 1897-1914

Sayyid Muhammad nasceu em 1864. Aos sete anos conhecia a fundo o Alcorão. Aos 19, deixou a casa paterna para ir estudar nos principais centros de cultura islâmica da África oriental, Harar e Mogadíscio. Também se acredita que ele se aventurou até as praças-fortes mahdistas de Kordofan, no Sudão[46]. Em 1895, Sayyid partiu em peregrinação a Meca e passou um ano na Arábia, visitando igualmente o Hedjaz e a Palestina. Em Meca estudou com o xeque Muhammad Salih e entrou para a sua seita, a Ordem de Salihiyya. É provável que essas diferentes estadas no mundo muçulmano o tenham posto em contato com as ideias preconizadas pelo renascimento islâmico[47]. No seu regresso, instalou-se por algum tempo em Berbera, onde lecionou e pregou, estimulando seus compatriotas a seguir o caminho da estrita fé muçulmana.

Sayyid Muhammad estava cônscio de que as incursões cristãs (europeia e etíope) tinham ameaçado os fundamentos sociais e econômicos da sociedade somali. Já em julho de 1899 ele escrevia a um clã somali para lhe lançar esta advertência: “Não vêem que os infiéis destruíram a nossa religião e tratam nossos filhos como se lhes pertencessem?”. Estava fazendo referência ao estabelecimento de escolas cristãs na Somália, que lhe pareciam ameaçar as escolas

44 TOUVAL, 1963, p. 74.

45 LEWIS, I. M., 1965, p. 43.

46 SHEIKH-ABDI, 1978, p. 61-2.

47 ABD AL-HALIM, 1975, p. 339.

corânicas. Sayyid achava que a eficácia do proselitismo cristão podia ser medida pelo fato de a população estar adotando nomes cristãos, como "João Abdallah". Tudo isto lhe fazia crer que a colonização cristã procurava destruir a religião islâmica.

O movimento mahdista sudanês teve fortes repercussões no país somali. Sayyid, bem como outros chefes religiosos, inspirava-se na brilhante carreira do Mahdi. Os somalis sabiam do que se passava no Sudão e simpatizavam com seus correligionários, o que facilitou a empresa de Sayyid Muhammad[48]. Em um de seus discursos, Sayyid acusou as autoridades militares britânicas de exportar animais para a guerra contra o Mahdi – o santo homem do Sudão –, a quem Deus tinha dado a vitória[49]. Resta ver, porém, em que medida ele situava sua *djihad* no quadro geral do renascimento islâmico e até que ponto ele era inspirado e influenciado pela revolução mahdista do Sudão. Já se disse que ele se encontrou com o emir mahdista do Sudão oriental, Digna, quando visitou aquele país. O fato não está contudo provado, embora certas tradições orais dos somalis digam que a tática de guerrilha deles no curso da *djihad* era copiada da tática dos mahdistas do Sudão oriental[50].

Um dos fatores mais sérios a impedir a unificação dos somalis nômades era o sistema de linhagem tradicional com suas vassalagens "tribais". Graças ao seu carisma pessoal e às suas qualidades de chefe, Sayyid chegou a assumir o comando de uma tropa heterogênea, recrutada em vários clãs somalis, e a criar um exército regular de cerca de 12 mil homens[51]. Para mobilizar os diferentes grupos contra a administração colonial, apelou para os sentimentos religiosos deles, fosse qual fosse o clã. Compôs, além disso, grande número de poemas, dos quais muitos ainda conhecidos na Somália, e assim "uniu uma multidão de clãs inimigos sob a dupla bandeira do Islã e da pátria"[52].

Sayyid lançou a *djihad* em Berbera, onde tentou, de 1895 a 1897, sublevar a população contra os imperialistas. Mas seu primeiro ato revolucionário foi a ocupação de Burao, no centro da Somália britânica, em agosto de 1899. Os britânicos, inquietos com isso, enviaram quatro expedições entre 1900 e 1904 para repelir os ataques de Sayyid. Muito embora os ingleses fossem apoiados pelos italianos, a excepcional capacidade militar do líder e o êxito com que empregou

48 LEWIS, I. M., 1965, p. 69.

49 SILBERMAN, s.d., p. 47.

50 ABD AL-HALIM, 1975, p. 369-70.

51 JARDINE, 1923, p. 69.

52 SHEIKH-ABDI, 1978, p. 62.

a cavalaria e a tática de guerrilhas valeram a seus guerreiros um certo número de vitórias. Uma delas foi conquistada na colina de Gumburu, em abril de 1903, onde nove oficiais britânicos foram mortos.

No final de 1904, no entanto, as forças de Sayyid se encontravam muito debilitadas. Retirou-se então para o protetorado italiano de Midjurtayn, onde a 5 de março de 1905 assinou o tratado de Illing, no qual impôs suas condições aos italianos. Em 1908, Sayyid mobilizou suas tropas para um novo ataque, que obrigou os ingleses a desocupar o interior do país em novembro de 1909, concentrando-se no litoral. Mas Sayyid ameaçava igualmente atacar as cidades litorâneas. Em agosto de 1913 obteve importante vitória, ao aniquilar a força policial montada em camelos que havia sido recentemente criada. O desastre obrigou os ingleses a se aliarem com o governador etíope de Harar e a montar com ele expedições contra Sayyid até a morte dele em Imi, na Etiópia, em novembro de 1920.

Sob o comando de Sayyid Muhammad, o povo somali havia conseguido fustigar os imperialistas europeus e os etíopes durante vinte anos, obtendo vitórias militares, políticas e mesmo diplomáticas. Evidentemente, a *djihad* somali não logrou expulsar os estrangeiros, mas estimulou um forte sentimento nacionalista. Os somalis sentiram-se unidos na luta contra a invasão europeia. Por outro lado, o combate de Sayyid Muhammad deixou na consciência nacional somali um ideal de patriotismo que jamais se apagou e que viria a inspirar as gerações seguintes[53].

Conclusão

Talvez nenhuma região da África tenha resistido tão valentemente à conquista e ocupação europeias nos anos de 1880 a 1914 como os países do nordeste do continente. A prova disso está nos milhares de egípcios, sudaneses e somalis que perderam a vida em batalhas e escaramuças com as tropas coloniais. A força dessa resistência se devia ao fato de o sentimento patriótico que a inspirava se fortalecer com um sentimento religioso ainda mais profundo. As populações do Egito, do Sudão e da Somália não lutavam apenas por seus territórios, mas também por sua fé. Os muçulmanos desses países, tal como os do resto do mundo islâmico, estavam conscientes dos problemas sociais e religiosos acarretados pela invasão estrangeira. Por outro lado, era inadmissível à doutrina islâmica que

53 LEWIS, I. M., 1965, p. 91.

uma população muçulmana aceitasse a submissão política a uma potência cristã. Os movimentos revolucionários de Urabi, do Mahdi e de Sayyid Muhammad devem, pois, ser interpretados no contexto dos numerosos movimentos reformistas que se disseminaram pelo mundo muçulmano nos séculos XVIII e XIX e que tão profundamente o marcaram.

CAPÍTULO 5

Iniciativas e resistência africanas no norte da África e no Saara

Abdallah Laroui

O tema deste capítulo é altamente complexo, não tanto por causa dos fatos, que no conjunto são bem conhecidos, mas pelo que se refere à sua interpretação. Cabe-nos estudar as iniciativas tomadas pelos habitantes do Maghreb e do Saara para se contraporem à investida colonial, bem como as reações deles à conquista em andamento. Para dar uma primeira ideia da complexidade da situação que nos ocupa, vejamos o panorama em 1907 (ver figura 5.1).

A oeste, o Marrocos estava passando por uma revolução que destronou o sultão Abd al-Aziz (1894-1908), em vista de ele ter ratificado a conquista da província de Tuat pelos franceses e aceito as reformas impostas pelas potências europeias após a Conferência de Algeciras, de abril de 1906. Os protagonistas dessa revolução são membros do *Makhzen*[1], ligados aos *zawaya* (singular *zãwiyai,* centros locais das confrarias religiosas Sufi *(tariqa)*, e às chefias locais.

A leste, a Tunísia via nascer um movimento nacionalista no verdadeiro sentido da palavra. As associações de primeiros diplomados do ensino moderno estavam sendo criadas, ao mesmo tempo que surge uma imprensa reivindicativa, escrita na língua do colonizador. Uma nova elite se distingue pelas iniciativas inéditas.

Ao sul, as zonas ocidentais do Saara servem de teatro a uma operação francesa de envergadura, cujo objetivo era cercar – antes de estrangular – o Marrocos

1 Governo do Marrocos e, em sentido lato, elite político-religiosa do país.

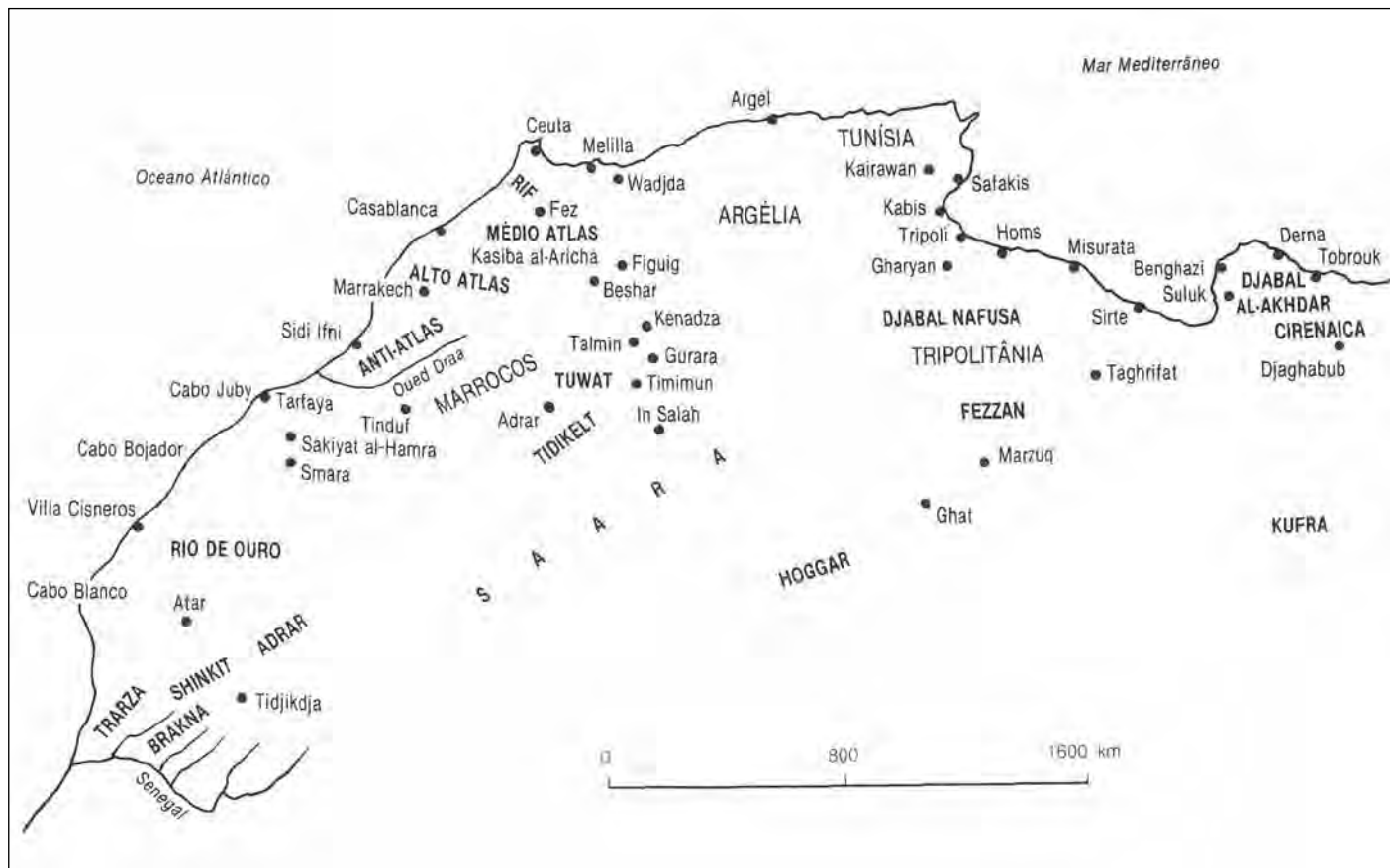



FIGURA 5.1 As grandes regiões do Maghreb e do Saara.

independente. O exemplo não tardará a ser seguido pela Espanha no próprio Marrocos, bem como pela Itália na Tripolitânia, mas, desta vez, à custa do sultão de Constantinopla.

Assim, durante o período que nos interessa e na região que nos ocupa, há que distinguir três níveis:

- o nível do Estado constituído[2], marroquino a oeste e otomano a leste da África do norte. É lá que temos de procurar a iniciativa na verdadeira acepção da palavra;
- o nível das confrarias Sufi, cuja inspiração é sem dúvida religiosa, mas cuja função é inegavelmente política. Elas sempre foram, no Maghreb e no Saara, uma organização defensiva contra a ameaça externa. Quando o Estado é forte, as confrarias são uma parte do seu mecanismo; quando enfraquece ou se dissolve, elas se autonomizam e tomam a iniciativa. Assim, logo que Constantinopla renuncia à sua suserania, a confraria dos sanusi torna-se a alma da resistência contra os italianos na Cirenaica, e logo que o Estado marroquino torna-se incapaz de agir, a confraria dos Kettanis junta as forças antifrancesas em Shinkit e na Shawiya;
- o nível da *djema'a*[3], que só aparece à luz do dia quando os níveis precedentes foram postos fora de ação pela força das armas. A *djema'a* começa por recusar todo contato com as autoridades coloniais, apesar de suas aliciantes ofertas. Quando ela cede, enfim, fica com uma iniciativa muito limitada: não pode senão reagir à política colonial, que em certo sentido a instituía como força autônoma.

A historiografia colonial deforma conscientemente os fatos, ao negligenciar o nível do Estado organizado, ao reduzir a confraria a uma espécie de supertribo e ao ver na sociedade maghrebiana apenas o nível tribal, que aliás interpreta segundo modelos antropológicos de preeminência mais teórica do que real. Com este viés, a resistência dissolve-se em uma série descontínua de reações desordenadas diante de uma política de conquista que, por contraste, parece eminentemente racional.

Quando nos colocarmos ao nível do Estado ou da confraria, falaremos de "iniciativas"; quando ficarmos ao nível local, falaremos de "reações". Embora as duas noções coexistam na história maghrebiana, cada uma delas pode não obstante

2 Não se deve interpretar a estrutura deste Estado a partir da do Estado liberal europeu, pois seria cair na armadilha da ideologia colonialista.

3 Assembleia representativa de um dos vários níveis da divisão tribal.

servir para caracterizar uma época determinada – antes e depois de 1912, no Marrocos, e depois de 1922, na Líbia.

A documentação que nos permite conhecer as iniciativas maghrebianas para contrariar as ambições coloniais é de natureza política e diplomática. É uma documentação bem conhecida e o problema dos historiadores atuais reside em reuni-la e conservá-la.

Qual é a que trata das reações ao nível local? Essencialmente, são testemunhos escritos e narrativas orais. É necessário registrar, bem entendido, as narrativas e reunir os testemunhos escritos, antes que se percam, mas o grave problema que sobrevém é o da sua avaliação, isto é, o de saber o que legitimamente podemos esperar deles.

Duas observações se impõem nesta altura.

Quanto aos testemunhos escritos por gente urbana letrada, há que ter em mente que a conquista militar foi precedida por uma longa preparação psicológica e política. A elite urbana, entrementes, havia perdido todo o ardor oposicionista. Os seus membros que deixaram memórias não eram resistentes na época, diga-se o que se disser deles hoje em dia.

Quanto às narrativas orais, não se deve esquecer que os testemunhos sofreram necessariamente dois tipos de influências. Acima de tudo, europeias. Efetivamente, a narrativa dos combates, feita do ponto de vista colonial, recebia publicação quase instantânea na imprensa especializada[4]; por outro lado, a política colonial consistia em mandar os filhos dos chefes submetidos para as escolas francesas, na esperança de fazer deles aliados fiéis. Pouco mais de dez anos após o fato, por exemplo, o filho era capaz de dar, a respeito dos combates do pai, detalhes que este desconhecia e que ele passava a integrar de boa-fé à sua narrativa. Ora, a versão colonial, embora contemporânea dos fatos, não é inocente: traz a marca da hostilidade que opunha, no exército das potências europeias, regimentos metropolitanos e colonizadores. Os oficiais destes regimentos não hesitavam em comparar suas campanhas na África às batalhas que aqueles haviam travado na Europa[5].

Depois, influências nacionalistas. As operações de conquista eram concomitantes com a ação reformista ou nacionalista das cidades. Mesmo que elas

4 A crônica da pacificação era feita mensalmente, desde 1898, na revista *Afrique française,* boletim do Comitê da África Francesa.

5 O general Guillaume escreveu, a propósito da conquista do Atlas Central: “Sua originalidade, no entanto, não chegava ao ponto de escapar aos grandes princípios da arte da guerra”; GUILLAUME, 1946, p. 457.

se desenrolassem longe das zonas urbanas, os habitantes citadinos seguiam avidamente as peripécias, para usá-las imediatamente com objetivos ideológicos. Muitas vezes, é o militante citadino que incita o velho guerreiro das montanhas a contar suas memórias.

Pelas duas razões indicadas, os testemunhos que atualmente possuímos não podem revolucionar a narrativa colonial ou a versão nacionalista. Em compensação, podem esclarecê-las de maneira diferente, desde que ultrapassem o quadro estritamente local.

Os Estados do Maghreb e os europeus

O surto colonialista do século XIX no Maghreb apresenta a particularidade de ser uma continuação das cruzadas anteriores (ver figura 5.2).

Havia quatro séculos que o governo marroquino se opunha aos espanhóis instalados em Ceuta e Melilla. Sempre proibiu à população o menor contato com eles. Foi para romper esse bloqueio que a Espanha desencadeou a guerra de 1859-1860, tão desastrosa para o Marrocos. Com efeito, este foi obrigado a pagar forte indenização, a concordar com a ampliação do entorno de Melilla, a ceder na costa atlântica um porto que serviria de abrigo aos pescadores das Canárias[6]. Com a aquisição da baía de Rio de Ouro, cuja ocupação foi notificada em 26 de dezembro de 1884 às potências signatárias do Ato de Berlim sobre a partilha da África em zonas de influência, a Espanha possui no final do século três pontos de apoio no litoral do norte da África.

Em 1880 e 1881, quando se reúne em duas sessões a conferência de Madri sobre a proteção individual ao Marrocos, o Makhzen fez uma última tentativa para impor no plano internacional a sua independência e soberania sobre um território claramente delimitado. Apesar do apoio da Inglaterra, a tentativa malogrou, em face da coalizão interessada da França, da Espanha e da Itália. A França, que por um momento acreditou ter perdido tudo no Marrocos, colocou imediatamente após o final daquela conferência o problema de Tuat. Com efeito, falava-se em Paris, por essa época, do projeto de uma estrada de ferro transsaariana, que abriria ao comércio francês o centro da África. Mas o projeto encontrou um grave obstáculo: os oásis do Saara central dependiam politicamente do Marrocos. A França tentou conquistar

6 O acordo foi feito após anos de discussão sobre o porto de Sidi Ifni, que entretanto somente será ocupado em 1934.

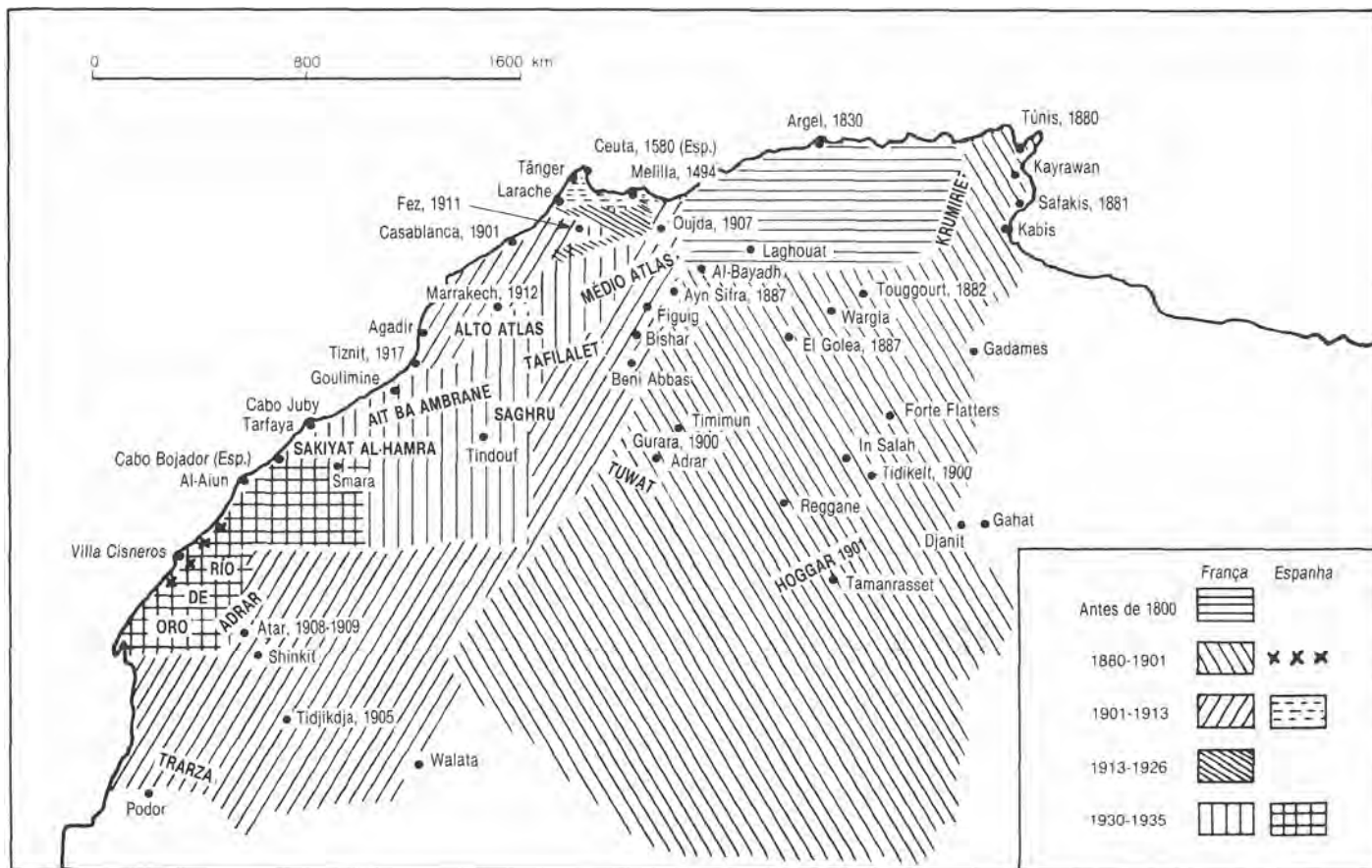



FIGURA 5.2 As campanhas europeias no Maghreb.

a simpatia do sultão. Este, fortalecido com o apoio inglês, rejeitou o pedido dos franceses, enquanto reforçava a sua presença administrativa e política no Tuat.

A leste do Maghreb, os tunisianos vinham combatendo há séculos os italianos como os marroquinos combatiam os espanhóis. A Itália unificada tinha evidentes intenções sobre a regência de Túnis: mandava para lá imigrantes, investia capitais e difundia a sua cultura. Mas o verdadeiro perigo que rondava a Tunísia vinha da França, instalada na Argélia havia já meio século.

O sultão de Constantinopla tinha aproveitado as suas desventuras na Argélia para colocar a Tripolitânia e a Cirenaica sob a sua administração direta e para reconquistar a influência política na Tunísia[7]. Não há a menor dúvida de que havia um importante sentimento pró-otomano entre a elite da regência de Túnis. O bei, que via nisso um perigo para suas prerrogativas, julgou do seu interesse apoiar-se alternadamente na Itália e na França. Essa linha de conduta, mais ou menos voluntária, foi-lhe fatal. Logo que o governo francês encontrou uma situação diplomática favorável para atacar o país, o bei se viu isolado tanto no plano interno como no externo e foi coagido a subscrever, a 12 de maio de 1881, um tratado que o punha sob o protetorado da França. Entretanto, as populações do Sahel e da capital religiosa, Kairuan, revoltaram-se imediatamente, na esperança de pronta intervenção otomana. Foi então organizada uma segunda expedição francesa, que encontraria forte oposição nas regiões montanhosas do noroeste, do centro e do sul. Sfax e Gabes foram bombardeadas por unidades da Marinha; Kairuan sustentou demorado cerco no outono de 1881; os territórios do sul, próximos da Tripolitânia, conservaram-se por muito tempo como zona de insegurança.

A Itália mantinha suas pretensões sobre o país, mas os tunisianos não estavam em condições de jogar essa cartada. Em compensação, permaneceram fiéis à soberania islâmica, pois os laços com Constantinopla nunca foram totalmente rompidos, o que constituiria um dos fundamentos do precoce nacionalismo tunisiano.

Não cabe falar aqui da intensa atividade diplomática que permitiu aos diferentes Estados europeus determinar suas respectivas esferas de influência. Esse período preparatório chegou ao fim com o acordo geral de abril de 1904 entre a França e a Inglaterra. Até essa data, cada potência interessada no Maghreb contentava-se com a apresentação de suas reivindicações e, quando a ocasião se oferecia, tomava cauções territoriais.

7 Ver KURAN, 1970.

Foi assim que o Marrocos sofreu, no final do reinado de Hasan I, a derrota na guerra de 1893, que permitiu à Espanha consolidar suas conquistas de 1860 nas vizinhanças de Melilla. Sete anos depois, no final da regência do vizir Ba Ahmad, a França julgou ser o momento favorável para acertar definitivamente em seu benefício o problema de Tuat. A pretexto de uma exploração científica, forte expedição aproximou-se pouco a pouco dos cobiçados oásis e, em dezembro de 1899, ela aparece diante de In Salah, exigindo a rendição imediata. O alcaide do lugar, nomeado pelo sultão do Marrocos, cercado de soldados do Makhzen e ajudado pelos xerifes locais, opôs tenaz resistência. Após sangrentas batalhas, como a de In Ghar, a 27 de dezembro de 1899, em que o desfecho não deixava margem a dúvidas dada a desproporção das forças em conflito, toda a região dos oásis foi conquistada, travando-se o último combate em Talmine, no mês de março de 1901. A Inglaterra e a Alemanha, alertadas pelo jovem sultão Abd al-Aziz, aconselharam-no a aceitar o fato como consumado, o que ele fez assinando, coagido, o protocolo de 20 de abril de 1902. Não obstante, ele procurou, em troca dessa grande concessão, determinar a linha de demarcação a sul e a leste, entre o Marrocos, de um lado, e as possessões francesas, do outro; mas sem resultado, pois à França convinha a imprecisão, que lhe abria a perspectiva de outras conquistas.

A perda de Tuat foi uma das principais razões da desagregação da autoridade do sultão, que foi aumentando até 1911. Os membros do Makhzen sabiam que a França visava cercar o Marrocos para isolá-lo e submetê-lo; também sabiam que a Inglaterra não se opunha mais aos desígnios da França. As reformas internas que o Makhzen havia introduzido, para reforçar o exército e a administração, não tinham surtido os resultados desejados. Já não contava senão com a ajuda diplomática da Alemanha, que efetivamente sustentou a independência marroquina até novembro de 1911, data em que assinou com a França um acordo pelo qual deixava os franceses de mãos livres no Marrocos, em troca de compensações na África equatorial.

De 1905 em diante, a França decidiu precipitar as coisas e ocupar o que se chamava o *bilad al-siba*[8]. Tratava-se de regiões desérticas, pobres e subpovoadas, que o sultão, por esse motivo, fazia administrar pelos chefes locais, sem abandonar, contudo, o direito de soberania. Ele era regularmente informado das tramoias colonialistas e, quando a ameaça francesa se concretizou, enviou um represen-

8 A ideologia colonialista apresentava os *bilad al-siba* como territórios autônomos, onde a soberania do sultão era puramente nominal, não passando de uma influência religiosa.

tante oficialmente encarregado de dirigir a resistência. Foi o que se passou na região de Kenadza e em Shinkit.

Tendo-se recusado sempre a delimitar a fronteira com o Marrocos além de Figuig, a França perseguia uma política de abocanhar lentamente os territórios. Remontando o vale do Saura, suas forças ocuparam pouco a pouco o território entre os cursos de água Gir e Zusfana, a pretexto de pôr fim à desordem e à insegurança e de permitir a expansão do comércio fronteiriço. O governo francês propôs aliás ao Makhzen dividir com ele a renda da alfândega e obteve satisfação disso em março de 1910.

Mais ao sul, a França tinha imposto o seu protetorado aos emires de Trarza e Brakna. Depois, em 1905, um especialista em assuntos muçulmanos, Xavier Coppolani, veio de Argel para inaugurar a sua política de "penetração pacífica", que consistia em entrar em contato direto com os chefes de "tribo" e de confraria religiosa a fim de conquistá-los para a influência francesa. Encontrou pela frente um adversário à altura, o xeque Ma al-Aynayn, que por mais de trinta anos figurou como representante do sultão do Marrocos. Alertado, Mulay Abd al-Aziz enviou para lá seu tio Mulay Idris, que deu nova vida às forças de resistência. Entretanto, o acampamento de Coppolani, instalado em Tidjikdja, é atacado em abril de 1905, morrendo ali o apóstolo da penetração pacífica. A França, aproveitando a crise interna que sacode o Marrocos, exige a retirada de Mulay Idris e a obtém em janeiro de 1907, mas nem por isso cessa a resistência. Uma forte expedição comandada pelo coronel Gouraud dirige-se para o norte, mas sofre grave revés em al-Muynam, a 16 de junho de 1908; no entanto, consegue apoderar-se de Atar a 9 de janeiro de 1909. O xeque Ma al-Aynayn retira-se com seus adeptos para al-Hamra, de onde as suas forças continuaram a perseguir franceses e espanhóis até 1933.

Na mesma época, a Espanha avança à sombra da França. Quando os franceses ocuparam Shinkit, os espanhóis partiram da sua colônia de Rio de Ouro, organizando em 1906 as tropas de intervenção saarianas que penetraram trinta quilômetros terra adentro. Ao norte, os espanhóis esperam que os franceses entrem em Wadjda, em 1907, para montar uma expedição de 45 mil homens, a qual parte em setembro de 1909 à conquista do Rif. Mas a população local, reanimada pelo chamado do xeque Ameriyan à *djihad,* oferece tenaz resistência, que só se extinguiu em 1926.

Na outra extremidade do norte da África, a Tripolitânia otomana sofreu um ataque da Itália em 1911 (ver figura 5.3). A revolução dos Jovens Turcos tinha enfraquecido muito o Estado otomano; a Itália, entrementes, recebera sinal livre da Inglaterra e da França e, em 28 de setembro de 1911, apresenta um ultimato

a Constantinopla, levantando a questão da incúria otomana e da anarquia que reina no país; depois, sem prestar atenção à resposta conciliadora do governo turco, desembarca tropas no mês de outubro em Trípoli, Benghazi, Homs e Tobruk. As cidades são facilmente tomadas. Mas, logo que os italianos saem delas, enfrentam encarniçada resistência. Várias batalhas foram travadas nas imediações das cidades, sobretudo no dia 23 de outubro de 1911, em al-Hani, perto de Trípoli. Os italianos sofreram lá uma derrota humilhante, que os levou a cometer atrocidades contra a população de Trípoli[9]. Diante de Benghazi, viram-se em dificuldades em Djuliana, al-Kuwayfiya e al-Hawwari, no dia 28 de novembro de 1911. Batidos, tiveram de recuar para a cidade. Em al-Khums, para garantir o controle da posição estratégica de al-Markib, as forças italianas e turco-árabes combateram cruentamente desde 23 de outubro de 1911 até 2 de maio de 1912, data em que os italianos conseguiram expulsar os defensores[10].

Em Derna, a pequena guarnição turca retirou-se para as montanhas que dominam a cidade, de onde passou a fustigar os italianos com a ajuda da população autóctone. A resistência de Derna viria a ser reforçada com a chegada de um grupo de oficiais turcos, comandado por Anwar Paxá (Enver) e Mustafa Kamal (o futuro Kamal Ataturk). Com a ajuda de Ahmad al-Sharif, chefe espiritual dos Sanusiyya (ver figura 5.4), Anwar e suas tropas conseguiram mobilizar os árabes do interior e reunir um exército considerável.

Anwar lançou este exército por duas vezes contra os italianos, em al-Karkaf e em Sidi Abdallah, nos dias 8 de outubro de 1912 e 3 de março de 1912[11]. Em Tobruk, árabes e italianos se enfrentaram por duas vezes, a 3 de março de 1912, em al-Nadura, e a 17 de julho do mesmo ano, em al-Mudawwar, onde o general Salsa, comandante das tropas italianas, encontrou a morte[12]. É difícil enumerar em resumo tão sucinto todas as batalhas disputadas na Líbia contra os italianos; basta indicar que houve confrontos em todas as cidades e aglomerações, nas periferias urbanas e em todos os vales. Essa brava resistência explica o fato de os italianos pouco terem progredido fora das cinco cidades que tomaram nos seis primeiros meses da guerra.

Desde o final de 1911, verificava-se entre numerosos italianos uma certa decepção com o prolongamento da guerra na Líbia. Para obrigar a Turquia a

9 MALTESE, 1968, p. 210-24.

10 AL-TILLISI, 1973, p. 463-7. As passagens deste capítulo relativas à atual Jamahiriya Árabe-Líbia Popular e Socialista estão inspiradas nos trabalhos de I. El-Hareir e Jan Vansina (N. do coord. do vol.).

11 Ibid., p. 27.

12 Ibid., p. 344-6.

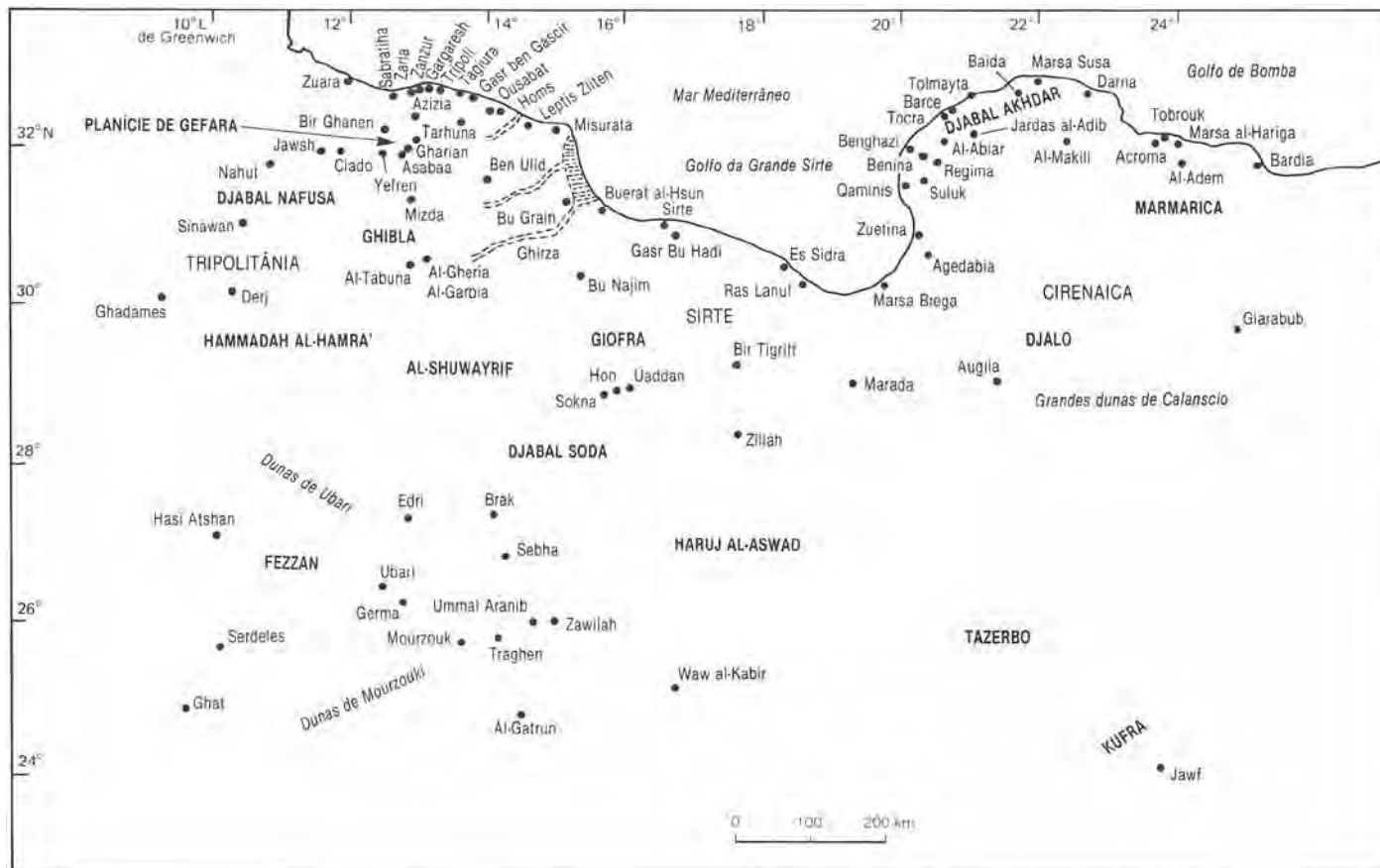



FIGURA 5.3 A Tripolitânia otomana, Sirte e a Cirenaica. (Fonte: Wright, 1969, p. 180.)

FIGURA 5.4 Sayyid Ahmad al-Sharif al-Sanusi, chefe espiritual dos Sanusiyya. (Fonte: Biblioteca Central da Universidade de Kar Yunis, Benghazi – Jamahiriya Árabe-Líbia Popular e Socialista.)

sair da Líbia, o governo italiano atacou os Estreitos, as ilhas do Dodecaneso e os Dardanelos. A nova ofensiva italiana dentro do coração do Império Turco acarretava uma ameaça para a paz mundial e o despertar da "questão do Oriente", coisa que nenhuma potência desejava em razão das complicações previsíveis. As principais potências europeias fizeram então pressão sobre a Turquia e a Itália para que ambas chegassem a uma solução pacífica, incitando – para não dizer forçando – a Turquia a assinar com a Itália o acordo de Lausanne, de 18 de outubro de 1912. Nos termos desse tratado, a Turquia declarava conceder a independência ao povo líbio, o que lhe permitia salvar a face aos olhos do mundo islâmico, e a Itália se comprometia por sua vez a desocupar as águas territoriais turcas[13].

As reações dos líbios à notícia do tratado, sobre o qual não tinham sido consultados, foram brandas. Houve quem quisesse negociar com a Itália, enquanto outros queriam combater até o fim. A população da Cirenaica, arrastada por seu chefe espiritual Ahmad al-Sharif, pendia mais para a negociação.

Aproveitando a evacuação da Líbia pelos turcos, os italianos lançaram um ataque contra as forças de Ahmad al-Sharif ao sul de Derna, mas sofreram uma derrota estrondosa em Yawn al-Djuma no dia 16 de maio de 1913[14]. Esta data é importante, pois foi o primeiro embate de envergadura entre os árabes e os italianos após a remoção das tropas turcas. Apoiado no decreto do sultão turco que deferia a independência aos líbios, Ahmad al-Sharif proclamou a formação de um governo denominado "Al-Hukuma al-Sanusiyya", ou seja, governo Sanusi[15].

Na Tripolitânia, os italianos lançaram uma ofensiva análoga contra as principais forças das montanhas orientais e bateram os líbios em Djanduba a 23 de março de 1913, abrindo desse modo o acesso a Fezzan. Um corpo expedicionário italiano, comandado pelo coronel Miani, conseguiu bater os líbios em três ocasiões sucessivas e ocupar Sabha em fevereiro de 1936[16].

Até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, a resistência no norte da África[17] é obra de um Estado organizado. Fazendo frente às forças invasoras, levantam-se contingentes de soldados regulares, ainda que em número inferior

13 AL-ZAWI, 1973, p. 140-56.

14 AL-TILLISI, 1973, p. 321-2.

15 Documentos de Ahmad al-Sharif, da Universidade de Kar Yunis, Benghazi, Jamahiriya Árabe-Líbia Popular e Socialista.

16 AL-TILLISI, 1973, p. 46-7.

17 Sobre a resistência dos líbios durante a Primeira Guerra Mundial, ver o capítulo 12.

ao dos combatentes das tribos. Quando o Estado se vê obrigado a curvar-se ante o "fato consumado", em vista da desigualdade das forças, delega implicitamente a obrigação da resistência a um chefe de confraria, que jamais rompe relações com o chefe político da comunidade muçulmana[18]. Nesta primeira fase, portanto, trata-se de uma guerra política travada explicitamente em nome da soberania islâmica.

Em 1914, a resistência organizada por uma autoridade política autóctone centralizada chegara ao fim, salvo na Líbia; mas a situação originada pela Primeira Guerra Mundial impediu as potências coloniais de passar à fase de ocupação efetiva. Franceses, espanhóis e italianos queriam apenas manter as conquistas. Não obstante, sofreram graves reveses, o que levou o general Lyautey, residente da França no Marrocos, a afirmar: "quem não avançar, recua". Alemães e turcos apelavam aos habitantes do Maghreb para que sacudissem o jugo colonial; líderes pan-islamistas, como o tunisiano Bach Hamba e o marroquino al-Attabi, foram recebidos em Berlim e participaram de viagens de propaganda aos países neutros; emissários foram enviados ao Rif e à região do Uadi Nun; pelo porto de Misurata, armas foram encaminhadas aos resistentes tripolitanos. Não há dúvida alguma de que parte da população achava que os colonizadores podiam ser lançados ao mar. A fragilidade da ocupação nos territórios conquistados logo antes da guerra está demonstrada pelo extremo nervosismo dos procônsules da época e pelo "liberalismo" que se viram obrigados a ostentar. Lyautey chegou a se comportar como um simples ministro das Relações Exteriores do sultão do Marrocos.

Este período de expectativa terminou em 1921. Na Tripolitânia, o novo cônsul, Volpi, arrastado pela vaga nacionalista que levaria Mussolini à marcha sobre Roma, pôs fim a uma política pretensamente liberal, denunciando todos os acordos anteriores, concluídos durante e depois da Primeira Guerra Mundial. A esta iniciativa seguiram-se várias incursões com vistas a uma "reconquista". Um exército importante, comandado pelo general Graziani, marchou sobre Gharyan, capital da Tripolitânia, que caiu a 7 de novembro de 1922. Outro exército atacou Misurata, que foi tomada em 20 de fevereiro de 1923[19]. O Comitê Central da República Unida, criado em janeiro de 1922[20], dilacerado pelas dissensões

18 Note-se que a situação dos dois sultões, marroquino e otomano, só é comparável até 1919, data em que o sultão de Constantinopla renuncia à soberania sobre vários territórios árabes. Aliás, o califado otomano foi abolido em 1925.

19 AL-TILLISI, 1973, p. 63-76; ver igualmente GRAZIANI, p. 98-104, 161-71 e 339-67.

20 Ver o capítulo 12.

internas e pela guerra civil entre Misurata e Warfallah, de um lado, e os árabes e berberes das montanhas ocidentais, de outro, não chegou a mobilizar forças suficientes para deter os italianos. Acabou por se dissolver e seus membros fugiram do país para o Egito, o Sudão e a Tunísia.

Para agravar mais a situação, em 21 de dezembro de 1922 Amir Idris al-Sanusi, chefe espiritual e comandante supremo da União, partiu para um exílio voluntário no Egito. Esta brusca e inexplicável decisão, que ainda hoje divide os historiadores, desmoralizou completamente a população e levou muitos combatentes a abandonar o país ou a se entregar aos italianos. Antes da partida, contudo, al-Sanusi havia designado seu irmão al-Rida para representá-lo e confiado a Umar al-Mukhtar o comando das forças nacionais das Montanhas Verdes. Foi sob a direção deste e graças à eficácia da sua guerrilha que a resistência pôde prosseguir até 1931. Umar al-Mukhtar, tendo dividido suas forças em três colunas móveis (*adwar*), instalou-se na região montanhosa ao sul de al-Mardj, em Jardas. Todos os ataques lançados contra ele no verão de 1923 foram repelidos, e o exército enviado contra o seu acampamento, no mês de março, acabou destroçado.

A Tripolitânia foi a primeira a cair. Desde junho de 1924, todas as terras de cultura estavam ocupadas. Mas os italianos, cônscios de que a posição deles continuaria precária enquanto não dominassem o deserto, lançaram-se a uma longa campanha, decididos a obter o controle do deserto e, afinal, de Fezzan. A campanha não teve sucesso, apesar do emprego de aviões bombardeiros e de gases venenosos. Vários ataques italianos foram detidos. Em 1928, os líbios ainda bloqueavam o grosso das forças italianas em Faqhrift, ao sul de Surt. Mas, entre o fim de 1929 e começos de 1930, Fezzan foi finalmente ocupada e a resistência líbia entrou em colapso a oeste e no sul.

Entrementes, a resistência continuava ativa na Cirenaica, infligindo sérios reveses aos italianos. Quando os fascistas se mostraram incapazes de pôr termo à ação revolucionária de Umar al-Mukhtar (ver figura 5.5) na Cirenaica, com ofensivas militares diretas, recorreram a certas medidas sem precedentes na história das guerras coloniais africanas. Começaram por construir uma cerca de arame com 300 quilômetros de comprimento ao longo da fronteira entre Trípoli e o Egito, para impedir qualquer ajuda proveniente do território egípcio. Em seguida, recebendo cada vez mais reforços, ocuparam os oásis de Djalo, Djaghabub e Kufra, a fim de cercar e isolar os combatentes da Cirenaica. Por fim, evacuaram todas as populações rurais da Cirenaica e as deportaram para o deserto de Sirt, onde foram encerradas em campos de concentração. Esta última medida visava privar as forças de al-Mukhtar de toda ajuda da população local.

Outras prisões de massa e outros campos de concentração foram instalados em al-Makrun, Suluk, al-Aghayla e al-Barayka. As condições da reclusão eram tão más que se calcula em mais de 100 mil o número de pessoas que aí morreram de fome e doenças, sem falar dos rebanhos confiscados. Somente no campo de al-Barayka teria havido, segundo estatísticas dos próprios italianos, 30 mil mortos entre 1930 e 1932, para um total de 80 mil prisioneiros[21].

Essas medidas repressivas não conseguiram abafar a revolta e os combatentes adotaram a tática da flagelação. Mais uma vez os italianos propuseram negociações com al-Mukhtar. Decorreu então uma série de encontros, principalmente nas imediações de al-Mardj, a 19 de julho de 1929, na presença do governador Badoglio. Nessa ocasião, os italianos tentaram em vão subornar al-Mukhtar, que reafirmou a intenção de libertar o seu país[22]. Mais tarde, quando al-Mukhtar percebeu que os italianos estavam procurando suscitar a divisão entre os seus seguidores para chegar aonde queriam, rompeu as negociações e retomou as atividades de guerrilha, multiplicando obstáculos, ataques de surpresa, emboscadas e incursões em todo o território. Nos 21 meses que precederam a sua captura, houve 277 entrechoques com os italianos, como o próprio Graziani reconheceu[23]. Mas, em setembro de 1931, al-Mukhtar foi capturado e remetido para Benghazi. Julgado por um tribunal militar, foi executado na presença de milhares de líbios, em Suluq, a 16 de setembro de 1931.

Depois da prisão de al-Mukhtar, seus fiéis elegeram chefe o adjunto dele, Yusuf Abu Rahil, que prosseguiu a luta por mais seis meses, decidindo então depor as armas e refugiar-se no Egito. Morreu, porém, ao tentar a travessia da fronteira. Em 24 de janeiro de 1932, Badoglio anuncia que a Líbia estava conquistada e ocupada, chegando, pois, a uma conclusão mais ou menos inevitável a mais prolongada guerra de resistência ao imperialismo europeu. Relembremos somente que, no mesmo momento, o norte do Marrocos era teatro de uma guerra também feroz e de uma resistência igualmente heroica[24].

Até 1931, vastas regiões do Atlas e do Saara, consideradas desinteressantes do ponto de vista econômico, viviam livres de todo controle colonial. Lá se refugiava quem não queria se entregar ao exército francês ou espanhol. Nem por isso os habitantes viviam totalmente isolados, pois mantinham contato com as áreas subjugadas, cujos mercados e dispensários frequentavam. Era a época

21 AL-ASHHAB, 1947, p. 482.

22 EL-HAREIR, 1981.

23 GRAZIANI, 1980, p. 296.

24 A guerra do Rif é tratada no capítulo 24 deste volume.

FIGURA 5.5 Umar al-Mukhtar, um dos chefes da resistência Sanusi à colonização italiana, até a sua execução em 1931. (Fonte: Biblioteca Central da Universidade de Kar Yunis, Benghazi, Jamahiriya Árabe-Líbia Popular e Socialista.)

da penetração pacífica, da política de contatos, época ambígua da qual devemos abster-nos de extrair conclusões gerais.

Em 1931 ocorreu uma alteração na política colonial francesa. Preocupado ao ver a Alemanha reconstituir as suas forças, o ministro francês da Guerra, Messimy, impôs o ano de 1935 como data-limite para terminar as operações de conquista e ocupação. O exército da África recebe todos os meios necessários e tomam-se todas as medidas para coordenar as operações com os espanhóis, coisa facilitada com a instauração da república em Madri. E, assim, todos os anos, na primavera, montava-se uma expedição para subjugar um dos "pontos de dissidência" .

Para melhor compreender o que se ia passar, cumpre ter presente que: a conquista se realiza em nome do sultão[25], o exército de pacificação é na sua maioria autóctone, o contrabando acabou há muito tempo, a política de contatos permitiu às autoridades coloniais conhecer as contradições das comunidades cercadas desde muito, cada comunidade compreendia indígenas e refugiados, vindos às vezes de muito longe; e, sobretudo, há que indagar: em nome de quem se deve lutar até a morte? Em nome de costumes que o colonizador estava manifestamente disposto a manter e a consolidar?

Apesar disso, no entanto, a conquista não foi fácil em parte alguma[26]. O Médio Atlas foi submetido em duas campanhas, em 1931 e 1932; de 12 de julho a 16 de setembro deste último ano, desenrola-se a sangrenta batalha de Tazikzaut. O exército francês logrou cercar 3 mil famílias que fugiam do invasor desde 1922. A batalha durou de 22 de agosto a 11 de setembro. Nem os intensos bombardeios nem o bloqueio conseguiram extinguir a resistência animada por al-Wakki Amhouch e irmãos. Era preciso limpar os abrigos com granadas. Depois da batalha, foram contadas 500 vítimas entre os marroquinos. Essa batalha tornou evidentes os limites da política de contatos com as tribos. Em 1933, outra batalha sangrenta se travou em torno de Djabal Saghru: a de Bu Ghafir, que durou de 13 de fevereiro a 25 de março (ver figura 5.6). Em 1934, os últimos resistentes foram cercados no Anti-Atlas. Depois disso, os franceses entraram finalmente em Tinduf, no mês de março. Uma semana mais tarde, a 6 de abril de 1934, os espanhóis tomaram enfim posse de Sidi Ifni.

Nos anos de 1930 e 1931, quando as potências colonialistas podiam razoavelmente pensar que a conquista chegava ao fim, os chefes italianos falavam de *Pax*

25 "Foram assim necessários 22 anos de esforços contínuos para penetrar no coração da montanha berbere, submeter à obediência do soberano marroquino os últimos rebeldes"; GUILLAUME, 1946, p. 456.

26 "Nenhuma tribo veio até nós sem ter sido antes vencida"; ibid., p. 9.

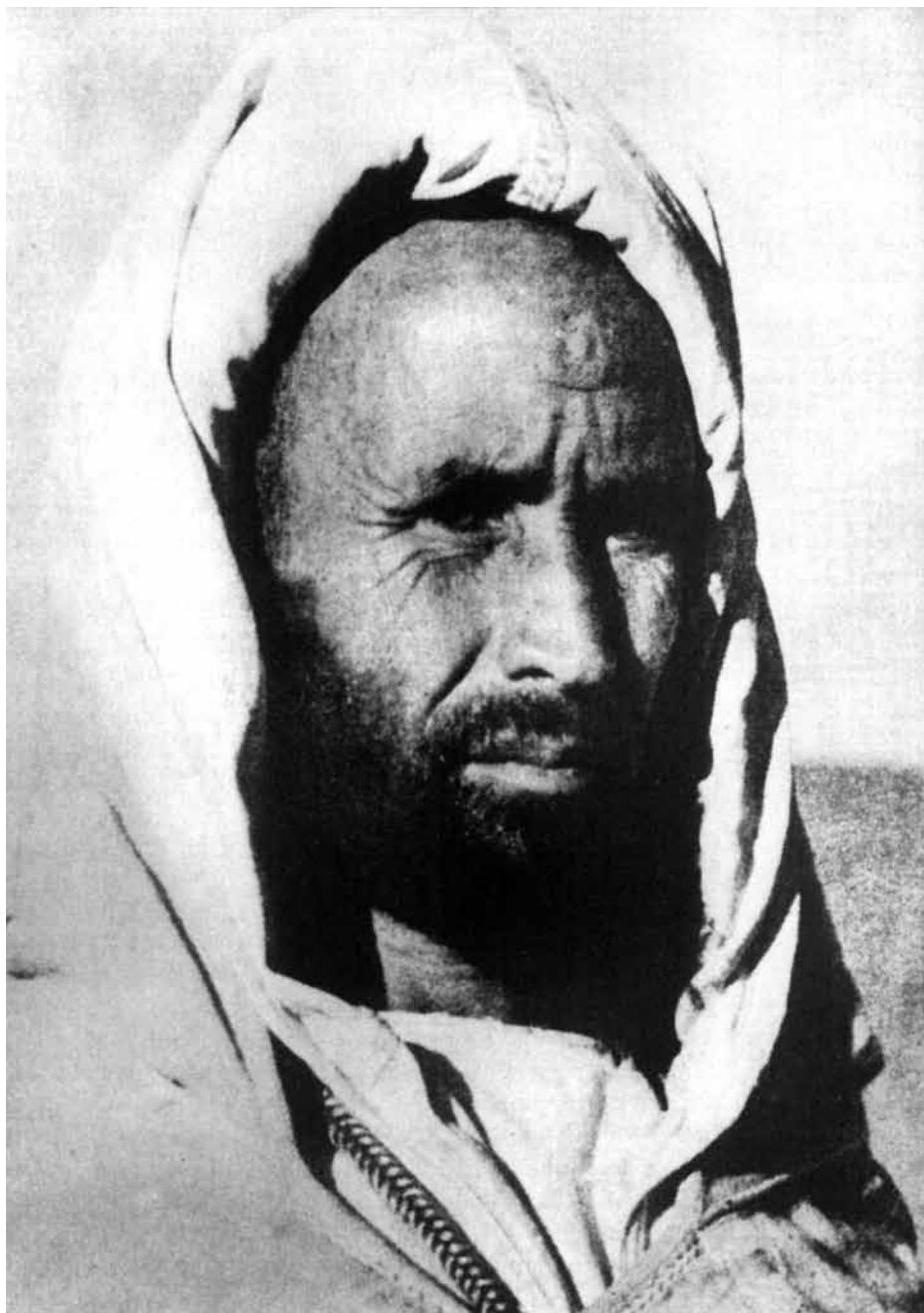



FIGURA 5.6 Amghar Hassu u Basallam, dos Ilemchan (Ait Atta do Saara), chefe dos combatentes da resistência de Bu Ghafir (Saghru), na Argélia, em 1933. (Fonte: SPILLMAN, 1968.)

Romana e os franceses celebravam com pompa o centenário da tomada de Argel e o cinquentenário do protetorado sobre a Tunísia. As ideologias da colonização viam no fato a vingança de Roma sobre o Islã, do Ocidente sobre o Oriente. Mas, nessa data, o nacionalismo, já implantado nas cidades, preparava-se para alcançar as zonas rurais. Para os interessados, as últimas batalhas marcavam menos o fim de uma época do que o sinal da rejeição de toda submissão voluntária[27].

Etapas da resistência

Desta forma, é possível distinguir duas fases dentro da resistência maghrebiana ao avanço colonial: a primeira de 1880 a cerca de 1912, a segunda de 1921 a 1935 – o período intermediário correspondendo à situação ambígua da Primeira Guerra Mundial. Consideremos agora, além da crônica militar e dos testemunhos subjetivos, algumas questões capazes de abrir caminho à reflexão e à pesquisa.

No decurso da primeira fase, as campanhas seguiam sempre um cenário que a França desenvolveu na conquista da Argélia e que a Espanha e a Itália retomaram. Antes da invasão do território cobiçado, a potência colonialista procurava cuidadosamente obter a concordância dos concorrentes, quer por uma convenção bilateral, quer à margem de uma conferência internacional[28]. Obtida a concordância, a conquista obedecia às seguintes etapas:

1. Cria-se um incidente que justifique a intervenção: daí o tema clássico das razias e dos grupos de pilhagem (o caso dos Krumirs na fronteira tunísio-argelina ficou famoso). Assim o Tidikelt foi anexado, a pretexto de que servia de refúgio a Bu Chucha, que combateu os franceses de 1869 a 1874; o Gurara porque Kaddur b. Hamza encontrou aí ajuda e assistência durante a sua luta, de 1872 a 1879; e Shinkit porque os mouros atravessavam muitas vezes o rio Senegal[29].
2. As objeções das potências e do sultão, soberano do território cobiçado, eram anuladas sublinhando a incúria administrativa e a insegurança reinantes no território em questão.

27 É um ponto fundamental do Islã modernista. A submissão total a Deus, que é o significado da palavra *islã* em árabe, implica a não submissão a qualquer outro exceto a Deus.

28 A França recebeu carta branca na Tunísia nos corredores do Congresso de Berlim, em 1878, e no Marrocos depois da Conferência de Algeciras, em 1906.

29 No sudoeste do Marrocos, os franceses se queixavam incesssantemente das depredações dos Ulad Dzarir e Dawi Maniya. Foi o pretexto para a tomada de Bechar, a que foi dado o nome, para enganar a própria opinião pública francesa, de Colomb.

3. Na primeira oportunidade, tomam-se como garantia certos territórios; por exemplo, durante um período de tensão internacional ou de mudança de reinado [...] Foi assim que a França ocupou de maneira imprevista In Salah, em janeiro de 1900. A população pede ajuda, o sultão do Marrocos protesta, a França se recusa a discutir, argumentando que a incapacidade de manter a ordem e a segurança equivale à perda da soberania[30]. Quando a soberania é incontestável, como em Wudjida e Casablanca, ocupadas respectivamente em março e agosto de 1907, os franceses subordinam a evacuação de suas forças à restauração da ordem, que a sua própria presença tornava impossível.
4. Através de uma série de pressões e de promessas, obtém-se uma delegação de soberania (*tafwid*), a qual legaliza a ocupação. Tal é o sentido dos tratados de protetorado.
5. A etapa seguinte era a verdadeira conquista, conhecida de maneira tipicamente eurocentrista como pacificação. O seu ritmo dependia somente da ordem de prioridades estabelecida pelo Estado colonialista.

Conforme já salientamos, a primeira fase se caracteriza por uma atividade política e diplomática que a torna parte integrante da história internacional, pelo que não coloca ao historiador problemas inéditos.

Não é esse o caso da segunda etapa, a da conquista total ou da pretensa pacificação. A resistência das cidades e das planícies, por razões evidentes, era sempre breve. As montanhas, julgadas de começo improdutivas[31], são cercadas por um cinturão de segurança destinado a ser apertado cada vez mais com o passar dos anos; as zonas desérticas são vigiadas a partir de pontos de apoio na costa atlântica[32]. É uma política imposta à autoridade colonialista pela força das coisas, já que exprime uma realidade ecológica e sociopolítica[33]. É importante abarcar a realidade desta situação, que até agora foi ocultada pelas deformações ideológicas da historiografia colonialista. No atual estado da pesquisa, tudo o que podemos fazer é levantar algumas questões que nos parecem pertinentes:

30 A França, entretanto, insistia em que o sultão reconhecesse o fato como consumado.

31 Antes que aí se descobrissem os indícios de uma riqueza mineral, como no Rif. Foi essa a razão que levou os espanhóis a apressar as operações de conquista.

32 Daí o papel delegado ao Rakibat pelos franceses e pelos espanhóis, porque a vida nômade deles os levava de Adrar ao Anti-Atlas e a *Hammada Dar'a.*

33 Os chefes coloniais estavam conscientes do fato e faziam questão de parecer que eram os continuadores de quem os tinha antecedido. O general Guillaume, depois de ter descrito as operações de pacificação no Médio Atlas Central, dá em anexo a narrativa das batalhas do grande soberano marroquino Mulay Ismail (1672-1727) na mesma região.

1. Por que motivo era necessário obter um tratado formal do sultão do Marrocos ou de Constantinopla para legalizar a conquista e transformá-la em simples "pacificação"?
2. Por que as populações foram tomadas de surpresa a cada ataque colonialista?
3. Por que estava o exército magherebinizado a tal ponto que se pode dizer que era europeu de comando e indígena de recrutamento?
4. Por que havia divisão no movimento de resistência, impossível de superar mesmo nos momentos de maior perigo?

Essas questões, além de outras, ajudam a compreender a reação das populações durante a fase dita de pacificação.

Malogro das iniciativas e da resistência africanas

Em 1935, todo o Maghreb havia portanto caído sob o poder do imperialismo francês, do espanhol e do italiano, apesar da firme vontade que a população tinha de defender seu território e sua maneira de viver e apesar da encarniçada resistência. Resta saber por que malogrou essa resistência.

Ao contrário do que seria de acreditar, as condições demográficas, ecológicas e econômicas foram quase sempre desfavoráveis aos resistentes do norte da África.

Sabe-se hoje que no século XIX se superestimava a população do norte da África. Os homens com idade de pegar em armas eram poucos e só estavam disponíveis por breves períodos, devido às exigências da agricultura e da criação de gado – o que deixava as iniciativas em mãos do adversário. O Tidikelt foi conquistado por uma coluna de mil homens e a sua população não passava de 20 mil. No entrechoque de Tit, a 7 de maio de 1902, que consagrou a derrota dos Tawarik do Ahaggar, estes eram 300 contra 130, mas era o máximo que podiam reunir e a morte de 93 deles foi uma sangria da qual não se recuperaram com facilidade. As regiões montanhosas, que se diziam superpovoadas, estavam em pouco melhores condições: em todos os recontros decisivos, o número dos assaltantes sobrepujava o de assaltados. Os rifenhos foram atacados por 300 mil soldados franceses – sem contar os espanhóis –, quantidade equivalente à população total do norte do Marrocos; os resistentes do Médio Atlas, cujo número nunca foi além de 10 mil, mulheres e crianças incluídas, fizeram frente a um exército de 80 mil homens; no Djabal Saghuru, 7 mil combatentes sofrem o assalto de 34 mil homens apetrechados com o mais moderno armamento[34].

34 GAUTIER, 1910, p. 12 e 129; GUILLAUME, 1946, p. 114 e 414; AYACHE, 1956, p. 332.

As tropas colonialistas, claro, não são todas combatentes, mas é inegável que a vantagem, no simples plano quantitativo, está sempre do lado do exército colonial, que quer infundir "nos indígenas terror e desencorajamento"[35].

Fala-se muito da mobilidade dos combatentes autóctones e do seu conhecimento do terreno, mas isso eram vantagens táticas, que valiam cada vez menos à medida que a guerra prosseguia. A façanha de Tidjikdja, em junho de 1905 – em que o apóstolo da penetração pacífica, Xavier Coppolani, foi morto –, que retardou a conquista de Adrar até 1909; a batalha de Kasiba, que durou de 8 a 10 de junho de 1913, em que as tropas francesas tiveram 100 mortos e 140 feridos; aquela ainda mais sangrenta, de al-Hari, travada em 13 de novembro de 1914, em que elas deixam no terreno 510 mortos e 176 feridos; a de Anual, que decorreu de 22 a 26 de julho de 1921, em que os espanhóis contaram 15 mil mortos e 700 prisioneiros, perdendo 20 mil carabinas, 400 metralhadoras e 150 canhões – todos esses heroicos feitos de armas, que demonstram um admirável conhecimento do terreno e em que a mobilidade e a rudeza do combate jogaram papel decisivo, detiveram o avanço colonial durante alguns anos, mas não conseguiram reconquistar os territórios perdidos. De fato, nem saarianos nem montanheses têm possibilidade de abandonar por muito tempo o trabalho de agricultura e de pecuária, permitindo ao invasor lançar contra eles uma verdadeira guerra econômica. Durante a campanha de Adrar, em 1909, os soldados franceses ocuparam o oásis na época da colheita das tâmaras e esperaram que a fome obrigasse os homens a vir submeter-se, embora momentaneamente. Nas áreas de transumância, fecharam o acesso às pastagens de inverno e contaram com o frio e a fome para obrigar os habitantes a um acordo. Quando começam as operações, é imposto um bloqueio geral, como foi o caso contra os Zayyan em 1917-1918 e contra os rifenhos em 1925-1926; em 1928-1929, como ficou demonstrado antes, os italianos deportaram para o norte a população da Cirenaica, concentrando-a em campos cercados de arame farpado. Uma das consequências da fome lancinante provocada por esta política, mais difícil de suportar para o gado do que para os homens, foi o fato de o exército colonialista ter encontrado voluntários imediatamente após o fim das operações.

O grande trunfo dos combatentes – a mobilidade – logo se torna coisa muito relativa. A partir de 1901, o exército francês começou a usar camelos de corrida, a tal ponto que já se disse que a conquista do Saara foi obra dos cameleiros Sha'amba[36]. Por outro lado, a estrada de ferro precede a conquista quase por toda

35 BERNARD e LACROIX, 1921, p. 332.

36 Os Sha'amba são nômades do Tell argelino.

parte: atinge Ayn Sifra em 1887, Bechar em 1905, Ziz em 1930. Em 1915, começam a circular os primeiros veículos automotores, e os caminhões Epinat[37] rasgam as estradas do Atlas antecipando as campanhas de 1931-1933. Finalmente, o avião passou a ser empregado desde 1920 para fotografias aéreas, durante a preparação das campanhas e as operações, para desmoralizar os habitantes[38] (ver figura 5.7).

Chegamos assim ao problema do armamento que, não sendo fabricado no local, tinha de ser capturado ao inimigo. A França sempre fez do contrabando de armas no Maghreb um problema internacional, acusando a Alemanha e a Turquia de alimentar – bem como a Espanha e a Inglaterra de tolerar – o tráfico de armas nas costas do Rif e do Saara atlântico, no que se refere ao Marrocos, e, através dos oásis da Líbia, na Tunísia e no Saara central. É certo que o tráfico sempre existiu, mas também não resta a menor dúvida de que as próprias autoridades francesas reconheciam não ter praticamente encontrado armas alemãs no Médio Atlas nem no Anti-Atlas. Cada "tribo" importante obrigada a submeter-se entregava seus fuzis aos vizinhos ainda livres, de tal maneira que só no final das operações, em março de 1934, os franceses recuperaram grande quantidade de fuzis – 25 mil. Convém lembrar que estas armas se tornam inúteis com a falta de munições e, sobretudo, que elas são de duvidosa eficácia contra aviões, artilharia pesada de longo alcance e blindados, que os exércitos invasores possuem desde a Primeira Guerra Mundial – o que leva os generais franceses a comentar que as campanhas de pacificação de 1931-1934 são "manobras reais em que o inimigo está vivo"[39].

Outro elemento desfavorável é de ordem política e ideológica. Os habitantes do Maghreb e do Saara são todos muçulmanos e o Islã dita regras estritas para as guerras populares. Ao contrário da ideia que corre no Ocidente, a *djihad,* tal como é entendida nos últimos séculos, é defensiva, isto é, o serviço militar e as contribuições daí decorrentes só são obrigatórios para todos se o país é vítima de agressão; se se trata de uma guerra ofensiva, coisa que há séculos não ocorre na África do norte, as contribuições e o serviço são apenas voluntários. Nas condições do século XIX, isso deixa a iniciativa militar ao invasor. A defesa do território fazia tradicionalmente parte das cláusulas da *bay'a* (contrato de investidura do soberano). Em caso de ataque, os muçulmanos devem tratar de se organizar imediatamente ou esperar as instruções do sultão? A questão foi longamente debatida pelos doutores

37 Nome de uma autoridade francesa estabelecida em Marrakech e interessado nas minas.

38 De fato, a Itália foi a primeira a empregar a aviação em uma guerra colonial, em 1911. Nas campanhas de 1921-1926, a aviação, sob o comando do futuro marechal Badoglio, desempenhou papel decisivo nas derrotas dos resistentes na Tripolitânia e no Fezzan.

39 GUILLAUME, 1946, p. 398.

da lei e a opinião prevalecente foi a de deixar a responsabilidade ao soberano, para impedir a demagogia e a corrupção política. Foi por isso que, quando os soldados franceses ou espanhóis apareciam numa área, como em Tuat em 1864 e 1890, ou em Tarfaya em 1885, os habitantes enviavam uma delegação ao sultão e depois aguardavam suas ordens. A responsabilidade era, portanto, deixada ao soberano, que se encontrava num dilema: se se desinteressasse pelo caso, punha em risco a legitimidade de sua autoridade e, se respondesse favoravelmente ao memorial, as potências o considerariam responsável por todos os incidentes que sobreviessem. Regra geral, aconselhava calma, delegava um alcaide para a manutenção da ordem e fazia os interessados esperarem, alegando que o problema estava em vias de solução diplomática, no que muitos do local queriam justamente acreditar[40]. Tocamos aqui o nó do problema. Quando o sultão falhava[41] e um chefe religioso ou profano achava que lhe cabia hastear a bandeira da *djihad* em seu lugar, mas sem a sua bênção, era certo não conseguir unanimidade à sua volta. Nesse caso, a potência colonial podia jogar com todo o tipo de rivalidades e de oposições.

No contexto de uma sociedade que efetivamente se tornara acéfala, o exército colonialista facilmente tirava proveito das "oposições segmentares". Para compreender bem o mecanismo, deve-se lembrar que a administração do sultão era normalmente indireta, confiada aos chefes locais – teólogos muçulmanos, xeques. Quando o sultão era incapaz de comandar ele mesmo a resistência, cada qual pensava em resguardar seus privilégios, em "pegar o trem", como diz um especialista dos assuntos indígenas[42]. A França encontrou facilmente ajuda para conquistar Tuat junto do xerife de Wazzan, que só podia fazer *ziyara* (coletas) entre os seus adeptos da Argélia com a autorização do governador francês; em Shinkit junto dos xeques Sidiya e Sa'd Buh; em Tafilalet junto do chefe da *zawiya nasiriyya*; enfim, no Rif junto do chefe dos Darkawa. Na Tripolitânia, os italianos ganharam para a sua causa os Ibaditas do Djabal Nafusa, que se opunham à maioria sunita do país. Onde quer que um grande alcaide tenha constituído um principado, as autoridades coloniais esperam que haja concorrência na sucessão e então propõem apoio alternativamente a cada pretendente. Foi o que se passou com os Trarza entre 1901 e 1904 e com os Zayyan entre 1917 e 1919. Não se deve exagerar, porém, o impacto dessa "política indígena". Cada vez que um chefe se inclina para o lado dos franceses, perde imediatamente o prestígio

40 A situação do sultão de Constantinopla no século XIX era pouco diferente.

41 Por vezes conseguiu retardar a conquista, como em Tuat em 1890, ou recuperar uma área como Tarfaya, que os ingleses abandonaram em 1898.

42]USTINARD, 1951, p. 105.

FIGURA 5.7 Guerra do Rif no Marrocos: avião de observação deixa instruções para ajustes de artilharia. (Fonte: Harlingue-Viollet.)

e já não tem a menor utilidade, de tal forma que, com o tempo, as autoridades já não procuravam as submissões públicas.

A tendência dos chefes de *zawiya* e dos grandes alcaides para o acordo e o jogo duplo, portanto, não decorria tanto das divisões e oposições tribais como do desaparecimento do poder político supremo, cujas sucessivas derrotas puseram a nu a fraqueza militar.

A crônica nos guardou os nomes de umas três dezenas de chefes que dirigiram a resistência contra franceses, espanhóis e italianos durante o período 1900-1935. Deixamos de lado Muhammad Ibn Abd al-Karim e Abd al-Malik[43]. Quanto aos outros, a análise os divide em dois grupos bem distintos, independentemente do seu êxito ou do seu malogro.

Uns estão em contato constante com o sultão, servindo-o e apelando para ele quando o perigo colonial se delineia; os outros agem sob a influência da *djema'a* local. Os primeiros têm um horizonte mais largo, mas são prejudicados pela fraqueza militar do sultão; os segundos mostram mais tenacidade na ação, mas a influência deles não passa dos estreitos limites do seu comando.

O xeque Ma al-Aynayn e seus filhos Hassana e al-Akda, que dirigiam a resistência em Shinkit; seus outros filhos, al-Hiba, Murabbih Rabbuh e al-Ni mat, que recuaram perante o avanço francês de Marrakech em 1912, em Tiznit em 1917, depois em Kerdus e Widjdjan em 1934; os grandes chefes Azaghar Muha U Sa'id e Muha U Hammu, que bloquearam a passagem dos franceses para o Atlas até 1922, foram os principais apoios de Mulay Abd al-Hafiz quando este se sublevou contra seu irmão Mulay Abd al-Aziz, tentando restaurar a soberania do Marrocos em todo o território que lhe era reconhecido no final do século XIX. Quando a tentativa fracassou, por motivos que têm a ver essencialmente com o seu isolamento geográfico, eles não se submeteram como outros chefes do sul de longo contato com os franceses. Privados contudo do apoio do sultão, não podiam agir com eficácia. Al-Hiba se proclamou sultão em 1912 sem encontrar eco nas cidades nem entre os grandes alcaides; os outros se fecharam nos seus comandos, defendendo-se de tudo e de todos, na esperança de morrer sem ter visto "a cara dos franceses", como tão bem o disse o alcaide al-Madani, dos Akhsas[44].

Em face destes encontramos os chefes locais, quer improvisados – como Muhammad al-Hadjdjami, nas redondezas de Fez, em 1911, ou Nafrutan

43 Não falamos de Abd al-Karim porque a sua epopeia será tratada em outra parte. Quanto a Abd al-Malik, neto do emir Abd al-Kader, da Argélia, e oficial do exército otomano, parece ter sido um aventureiro que servia alternadamente aos interesses da Turquia, da Espanha e da França.

44 AL-SUSI, 1961, t. 20, p. 202.

al-Samladi e seu discípulo al-Nakkadi no Tafilalet de 1919 a 1934 –, quer tradicionalmente reconhecidos, como Ali Amhaush, seus filhos al-Makki e al-Murtada, seus discípulos Ibn al-Tayyibi e Muhand U al-Hadjdj, que dirigiram sucessivamente a luta no Médio Atlas de 1919 a 1934, ou ainda Hassu U Basallam, chefe da resistência em Bu Ghafir em fevereiro e março de 1933. Estes recusam acordos; derrotados, vão para outro lugar, até que sejam cercados nos redutos das montanhas ou do deserto e sujeitos a um dilúvio de fogo. Como dar conta de tanta tenacidade em plena solidão?

Devemos ter presente que ao longo do século XIX se desenha um movimento popular pregando a guerra radical, movimento que foi desacreditado pelos *ulama* e pelos membros do Makhzen, porque vinha acompanhado de um apelo ao sobrenatural e de uma fé milenarista. Há uma descrição de al-Hiba e seu irmão Murabbih Rabbuh clamando aos anjos para ajudar os combatentes em vésperas da batalha de Bu Uthman, em 6 de setembro de 1912. Quando da batalha de 26 de junho de 1922, foi citado o *kerkur* de Tafesaset, rocha ao pé da qual devia parar o avanço colonial, sob pena de um cataclisrna cósmico[45]. Esta era a crença natural dos xerifes e dos teólogos que encabeçavam populações em grande parte incultas, mas também uma atitude que a elite das cidades só podia julgar perigosa, por ser arcaica e irrealista. Abu Shu ayb al-Dukkali, um dos pioneiros do movimento reformista, exprime bem essa atitude negativa em face daquela espécie de resistência dizendo, a propósito da ação de al-Hiba: “Sou contra os resistentes, que dão pretexto aos europeus para ocupar os territórios dos muçulmanos, como Bu Amama, os chefes da Shawiya, dos Bani Matir e muitos outros ainda, cujo número é incontável tanto a leste como a oeste”[46].

Às duas fases da política colonial e aos dois tipos de resistência, correspondem dois grupos bem distintos de chefes resistentes. Concentrando a atenção na fase de conquista e de ocupação, bem como na de resistência obstinada e esparsa, conduzida por alcaides e teólogos muçulmanos de espírito milenarista, pouco apreciado pela elite urbana, podemos descobrir aí as seguintes características: a) ruptura com a elite histórica, que compreendia a relação real de forças entre o exército colonialista e os combatentes autóctones; b) espera de um milagre para

45 GUILLAUME, 1946, p. 219-20. Sobre al-Hiba, ver IBN IBRAHIM, *Al-Hamla al-Faransiyya ‘ala Marrakush,* manuscrito k. 320, Arquivos de Rabat, p. 16.

46 IBN IBRAHIM, *Al-Hamla,* p. 13 e 30-5. Bu Amama combateu os franceses nos arredores de Figuig entre 1880 e 1885; Bu Himara sublevou-se contra o sultão Mulay Abd al-Aziz, acusado de ser pró-europeu, e dirigiu uma revolta que durou de 1902 até 1909; em Shawiya, Muhammad Bu Azzawi era quem estava à frente dos resistentes entre 1907 e 1909, e, entre os Bani Matir, foi Akka Bu Bidmani quem se lançou contra o exército invasor de 1911 a 1913.

conjurar a conquista; c) divisão e dispersão devido ao exílio, à fome e à desconfiança; d) recusa a aceitar o que *a posteriori* parecerá inevitável.

Estas características distinguem fundamentalmente esta fase da resistência daquela primeira, isto é, da *guerra política* travada por um Estado constituído, cuja lógica será retomada pelos nacionalistas. De onde o difícil problema de saber se se pode considerar esta resistência esparsa e localizada como um protonacionalismo.

De fato, julgada arcaica e ineficaz, foi deixada à sua sorte pelos chefes históricos. Todavia, imediatamente após o seu malogro definitivo, ela foi retomada a bem da causa de maneira seletiva. Com efeito, os nacionalistas comemoram os ataques bem-sucedidos, guardam o nome dos chefes que morreram sem se render e, em compensação, esquecem os que sobreviveram para se tornar alcaides controlados por oficiais europeus, mesmo que também tenham oposto uma resistência feroz antes de se entregarem.

Esta resistência servia, ao menos em parte, de mito mobilizador. As batalhas de Tazikzaut, de Bu Ghafir, os personagens de Muha U Hammu, de al-Nakkadi etc., permitiram aos nacionalistas levantar esta embaraçosa questão: uma rendição obtida por força esmagadora será uma verdadeira rendição? Os generais colonialistas, que falavam de penetração pacífica quando a conquista prosseguia com facilidade, retomaram de 1926 em diante às teses de Bugeaud, que pregava a destruição do adversário e afirmava que no Maghreb eram necessários tantos soldados para mantê-lo como para conquistá-lo[47]. Isto significa dizer que jamais se deu a "conquista das almas".

47 G. Spillman conta que Lyautey dizia em fins de 1924: "Alguns até ousam sustentar, parece, que uma tribo só está submetida na medida em que for batida de maneira sangrenta". SPILLMAN, 1968, p. 60. A atitude espanhola, por sua vez, sempre teve um ressaibo de cruzada, mistura de ódio e de medo. Na Tripolitânia, Volpi falava em 1921 de uma política de sangue.

CAPÍTULO 6

Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1914

M'Baye Gueye e *Albert Adu Boahen*

De 1880 a 1914, toda a África ocidental se acha colonizada, com exceção da Libéria (ver capítulo 2). Esse fenômeno, que para os africanos se traduziu essencialmente na perda da sua soberania, de sua independência e de suas terras, desenrolou-se em duas fases. A primeira vai de 1880 aos primeiros anos do século XX, a segunda até a irrupção da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

A natureza das atividades dos europeus variava segundo essas etapas, suscitando paralelamente nos africanos várias iniciativas e reações. Convém salientar que estas ocorreram largamente em função de certas condições locais, como a natureza da sociedade (centralizada ou não, gozando de autonomia ou com a autonomia perdida para outro poder africano, em expansão, estagnada ou em declínio)[1], a natureza da autoridade que a encabeça, o grau de penetração da influência política, religiosa e econômica dos europeus na década de 1870 e as lições que ela daí retirou. Outro fator igualmente importante é o método que os imperialismos europeus adotaram para a expansão do seu domínio sobre a área, entre 1880 e 1914.

No decorrer da primeira etapa, os europeus recorreram ora à diplomacia ora à invasão militar, senão às duas. Em toda a África ocidental, praticamente, é o grande período da corrida aos tratados, seguidos, na maior parte dos casos, de

1 KANYA FORSTNER, 1971, p. 75.

invasões, conquistas e ocupação por exércitos mais ou menos importantes e disciplinados. A conquista e a ocupação europeias na África ocidental alcançaram o apogeu no período 1880-1900. Jamais o Continente havia conhecido tantas intervenções militares, tantas invasões e campanhas organizadas contra Estados e sociedades da África. Memoráveis, entre outras, foram as campanhas francesas no Sudão ocidental, na Costa do Marfim e no Daomé (atual Benin), entre 1880 e 1898, bem como as dos britânicos no Ashanti (atual Gana), na região do delta do Níger (Nigéria) e no norte da Nigéria, entre 1895 e 1903 (ver fig. 6.1).

Durante essa primeira fase, praticamente todos os africanos visavam o mesmo objetivo: salvaguardar a independência e seu estilo tradicional de vida. Para conseguir isso, tinham de optar entre três soluções: o confronto, a aliança ou a aceitação e a submissão. A estratégia do confronto implicava a guerra aberta, cercos, operações de guerrilha e a política de terra queimada, assim como o recurso à diplomacia. Como se verá, as três soluções foram adotadas. Embora a conquista e a ocupação da África ocidental tenham sido obra de três grandes potências europeias, vamos limitar-nos aqui a examinar o comportamento das duas principais, o Reino Unido e a França.

Conquista e reação na África Ocidental Francesa, 1880-1900

Os documentos disponíveis demonstram claramente que, a partir de 1880, os franceses adotaram uma política de ampliação de sua zona de influência sobre toda a região, do Senegal ao Níger e daí ao Chade, unindo os territórios conquistados graças aos postos avançados do golfo da Guiné, na Costa do Marfim e no Daomé. A aplicação dessa política foi confiada aos oficiais da marinha que, de 1881 em diante, tornaram-se responsáveis pela administração da área do Senegal. Não surpreeende, portanto, que para estender o seu domínio sobre a região os franceses tenham escolhido quase exclusivamente a conquista militar, em vez de concluir tratados de protetorado, como fizeram os britânicos. No tocante às reações dos africanos, eles não negligenciaram nenhuma das possibilidades que se lhes ofereciam: a submissão, a aliança e o confronto. Todavia, como veremos mais adiante, na sua grande maioria os dirigentes preferiram a estratégia da resistência ativa à submissão e à aliança. Resistência que se revelou bem mais violenta do que nas outras regiões da África ocidental, por duas razões principais. A primeira, já mencionada, é que os franceses optaram no mais das vezes por ampliar o seu domínio pela força,

FIGURA 6.1 Estados e povos da África ocidental nas vésperas da partilha europeia. (Fonte: Fage, 1978.)

o que só podia suscitar reações violentas. A segunda razão é que a islamização era aí muito mais forte do que no resto da África ocidental e, conforme salientou Michael Crowder, "para as sociedades muçulmanas da África ocidental, a imposição de um domínio branco significava a submissão ao infiel, situação intolerável para todo bom muçulmano[2], pelo que os habitantes da região tendiam a se opor aos europeus com ardor e tenacidade pouco comuns aos não muçulmanos. Para ilustrar estas considerações de ordem geral, vamos estudar os acontecimentos na Senegâmbia, nos impérios Tukulor e Mandinga, no país Baule da Costa do Marfim e, finalmente, no Daomé.

Senegâmbia

No Senegal, onde a conquista teve início em 1854, a França dispunha em 1880 de sólidos pontos de apoio, com a anexação de Walo, da parte setentrional de Cayor e de Jander. O protetorado francês tinha sido imposto aos Estados do Alto Senegal desde 1860. Por magros que fossem, estes resultados não haviam sido alcançados sem dificuldades. Embora expulso em 1864 pela França, o *damel* de Cayor, Lat-Dior, nem por isso deixou de optar pela estratégia do confronto, prosseguindo na luta contra os franceses. Em 1871, com a derrota deles pela Prússia, o governador do Senegal renunciou à anexação de Cayor e reconheceu novamente Lat-Dior como *damel.* Desde então, estabeleceram-se entre Lat-Dior e a administração francesa do Senegal relações cordiais.

Em 1879, o governador Briere de l'Isle obteve do *damel* autorização para construir uma estrada ligando Dakar a Saint-Louis. Mas, em 1881, ao saber que de fato se tratava de uma estrada de ferro, Lat-Dior declarou-se contrário ao projeto. Não desconhecia que a estrada de ferro punha fim à independência de Cayor. Nesse mesmo ano, informado de que a obra ia começar imediatamente, tomou providências para impedir isso. Foram dadas ordens a todos os chefes para punir severamente todos os súditos de Cayor que fornecessem fosse o que fosse aos trabalhadores franceses[3]. Em seguida, foram enviados emissários a Ely, emir de Trarza, a Abdul Bokar Kan, de Futa Toro, e a Albury Ndiaye, de Jolof. Lat-Dior os convidava a organizar uma santa aliança e a sincronizar a luta para facilitar a expulsão dos franceses da terra dos ancestrais[4].

---

2 CROWDER, 1968, p. 72; ver igualmente KANYA-FORSTNER, 1971, p. 53-4.

3 Ansom, Governador Lanneau ao ministro. Senegal I, 46b, 24 maio 1881.

4 Ansom, Governador Vallon ao ministro. Senegal I, 67b, 23 jul. 1882.

A 17 de novembro de 1882, enviou uma carta ao governador Servatius proibindo-lhe o início da obra, mesmo nos subúrbios do território que era parte integrante de Cayor. Dizia ele:

> Enquanto eu for vivo, fica certo, vou me opor com todas as minhas forças à construção da estrada de ferro [...] A vista das espadas e das lanças é agradável aos nossos olhos. É por isso que, cada vez que eu receba de ti uma carta relativa à estrada de ferro, responderei sempre não, não, e jamais te darei outra resposta. Mesmo quando eu for dormir o último sono, meu cavalo Malaw te dará a mesma resposta[5].

Nada melhor para refutar aqueles que julgam a posição de Lat-Dior neste caso como o simples capricho de um chefete feudal sem nenhum interesse pelo bem-estar do seu povo. Seja como for, notando a persistência do governador na realização do projeto, Lat-Dior proibiu que seus súditos cultivassem o amendoim. Estava convencido de que, sem o amendoim, os franceses voltariam para casa. Obrigou ainda as populações que viviam perto dos postos franceses a mudar para o interior de Cayor. As aldeias dos recalcitrantes foram incendiadas e seus bens confiscados.

Em dezembro de 1882, o coronel Wendling penetrou em Cayor, à frente de uma coluna expedicionária composta principalmente de atiradores africanos e de auxiliares dos territórios anexados. Já tendo combatido os franceses desde 1861, Lat-Dior sabia que tinha poucas possibilidades de vencê-los em combate clássico. Recuou à chegada de Wendling e foi se instalar em Jolof. Em Cayor, Wendling entregou o poder a Samba Yaba Fall, primo de Lat-Dior. Em agosto de 1883, foi destituído e substituído por Samba Laobe Fall, sobrinho de Lat-Dior. O governador estava persuadido de que Lat-Dior jamais faria guerra contra o sobrinho. Não se enganou. Lat-Dior fez um acordo com o sobrinho, que o autorizou a voltar para Cayor, em 1885.

Em outubro de 1886, Samba Laobe Fall foi morto em Tivaouane por um destacamento de *spahis*. Então, o governador Genouille decidiu suprimir o título de *damel* e dividiu Cayor em seis províncias, confiadas a ex-cativos da Coroa[6]. Foi também promulgado um decreto expulsando Lat-Dior de Cayor. Logo que lhe comunicaram tal medida, Lat-Dior ficou furioso. Mobilizou 300 adeptos que lhe tinham permanecido fiéis, apesar das vicissitudes da fortuna, mas libertou do juramento quem não estivesse decidido a morrer com ele. Entrou então em campanha contra os franceses e seus aliados, súditos dele pouco antes.

5 Ansom, Lat-Dior ao governador. Senegal I, 68b, 8 jan. 1883.

6 Ansom, Genouille ao ministro. Senegal I, 86a, 13 nov. 1886.

Lat-Dior tinha a firme intenção de vender caro a vida. Para tanto, fingiu que se conformava com a medida de expulsão, tomando o caminho para Jolof. Com uma das suas audaciosas contramarchas, conseguiu colocar-se, sem ninguém perceber, entre os inimigos e a via férrea. No dia 27 de outubro de 1886, por volta das 11 horas, surpreendeu os franceses e seus aliados no poço de Dekle, causando-lhes pesadas perdas. Mas também morreu aí, juntamente com seus dois filhos e 80 de seus partidários[7]. A morte de Lat-Dior pôs naturalmente fim à independência de Cayor e viria facilitar o domínio dos franceses sobre o resto do país.

O império Tukulor

Tal como a maior parte dos chefes africanos, Ahmadu, filho e sucessor de Al Hadj Umar, fundador do império Tukulor (ver fig. 6.1), estava decidido a defender o seu império e a preservar a sua independência e soberania. Para atingir esses objetivos, optou por uma estratégia de aliança e de confronto militar. No entanto, ao contrário da maior parte dos chefes da região, apoiava-se mais na aliança do que na resistência. De fato, veremos que, desde a sua ascensão ao poder até 1890, persistiu em procurar a aliança e a cooperação com os franceses e só nos dois anos subsequentes é que se decidiu ao confronto armado.

Dito isto, não surpreende que Ahmadu tenha adotado esta estratégia em particular, pois as realidades políticas e econômicas com que se defrontava poucas alternativas lhe deixavam. Desde o início do seu reinado, Ahmadu teve de se bater em três frentes políticas: contra seus irmãos, que lhe contestavam a autoridade, contra os súditos (Bambara, Mandingas, Peul e outros), que detestavam profundamente seu novo senhor tukulor e queriam recuperar a independência pela força, e contra os franceses. Para agravar as coisas, seu exército era numericamente mais fraco do que o exército que permitira a seu pai a criação do império, pois não contava mais de 4 mil *talibes* (estudantes de religião que formavam a ossatura do exército de Umar) e 11 mil *sofas* (infantaria) em 1866[8] e, ademais, não exercia sobre a tropa a mesma autoridade que o pai nem era capaz de motivá-la com a mesma força. Como era de esperar, Ahmadu deu portanto prioridade ao reforço de sua própria posição, fazendo um acordo com os irmãos – na verdade, alguns tentaram derrubá-lo em 1872 – e, depois, para garantir a sobrevivência do seu império, pondo fim às ativas

7 Ibid.

8 KANYA-FORSTNER, 1971, p. 61.

rebeliões dos diversos grupos avassalados, particularmente os Bambara. Para tanto, precisava de armas e munições, assim como dos recursos financeiros que lhe proporcionava o comércio, o que o obrigava a manter relações amistosas com os franceses. Além disso, a maior parte dos *talibes* se recrutava no Futa Toro, pátria de seu pai, e, como essa região estava sob a dominação francesa, tinha de obter a colaboração deles. Em face destes problemas de política interna, ainda surpreende que ele tenha aceito, pouco após a sua elevação ao poder, negociar com os franceses? Essas negociações decorreram entre Ahmadu e o tenente Mage, representante da França. Convencionou-se que, em troca do fornecimento de canhões e do reconhecimento da sua autoridade, Ahmadu autorizaria os comerciantes franceses a operar no seu império[9].

Embora este tratado não tenha sido ratificado pelo governo francês, Ahmadu não tenha recebido nenhum canhão e os franceses não tenham cessado de ajudar os rebeldes (chegando até a atacar Sabusire, fortaleza tukulor de Kuasso, em 1878), Ahmadu não deixou de manter uma atitude amistosa com os franceses. Isso lhe foi muito útil, pois assim conseguiu sufocar as tentativas de rebelião dos irmãos em 1874, bem como as dos territórios de Segu e Kaarta no final da década de 1870. Por isso, concordou prontamente quando os franceses, que precisavam da sua cooperação para preparar a conquista da região situada entre o Senegal e o Níger, solicitaram a reabertura de negociações, em 1880. Essas negociações, conduzidas pelo capitão Galliéni, redundaram no tratado de Mango, pelo qual Ahmadu se comprometia a autorizar os franceses a construir e a manter vias comerciais no seu império e lhes deferia o privilégio de construir e fazer circular embarcações a vapor no Níger. Em troca, os franceses reconheciam a existência do seu império como Estado soberano, concediam-lhe liberdade de acesso a Futa, comprometiam-se a não invadir o seu território nem a levantar qualquer fortificação. Acima de tudo, os franceses concordavam em pagar um tributo de quatro peças de artilharia de campanha e de mil fuzis, mais uma renda anual de 200 fuzis, 200 barris de pólvora, 200 obuses de artilharia e 50 mil espoletas[10].

O tratado era, manifestamente, uma grande vitória diplomática para Ahmadu; se os franceses o tivessem ratificado e respeitado com sinceridade, não há dúvida de que o império de Ahmadu teria sobrevivido. Mas, é claro, nem o próprio Galliéni tinha a intenção de cumpri-lo; aliás, o governo francês não o ratificou. Com o novo comandante militar do Alto Senegal, tenente-coronel Borgnis-Desbordes, os franceses começaram desde 1881 a invadir o império.

9 Ibid., p. 63-4.

10 Ibid., p. 65.

Em fevereiro de 1883, ocuparam Bamako sem oposição, para em 1884 lançarem canhoneiras no rio Níger, sem que os Tukulor oferecessem resistência. A única reação de Ahmadu foi proibir todo comércio com os franceses[11]. Em 1884, Ahmadu tentou remontar o Níger em direção a Bamako, à frente de imponente exército. Mas, ao contrário de tudo o que se podia prever, ele não quis atacar nem ameaçar as frágeis linhas de comunicação dos franceses para ir cercar Nioro, capital de Kaarta, a fim de depor o rei Muntaga, seu irmão, que ele achava muito independente em relação à autoridade central[12].

Que Ahmadu tenha preferido atacar o irmão em vez dos franceses demonstra bem que ele ainda não dominava plenamente a situação dentro do seu império e precisava do apoio dos franceses, sobretudo se levarmos em conta que os Bambara do distrito de Beledugu, próximo de Bamako, também estavam em dissidência. É isso, com certeza, que explica a reação de Ahmadu às invasões francesas entre 1881 e 1883. A cooperação francesa era tanto mais necessária quanto é certo que o cerco de Nioro enfraquecera ainda mais o seu potencial militar. Por sua parte, os franceses também tinham necessidade urgente de se aliar a Ahmadu. Entre 1885 e 1888, combateram a rebelião do chefe Soninke Mamadou Lamine e estavam preocupados em evitar que ele se aliasse a Ahmadu. Dessa forma, embora ciente de que os franceses continuavam a ajudar os rebeldes Bambara, Ahmadu aceitou celebrar com eles o tratado de Gori, a 12 de maio de 1887. Nos termos do tratado, Ahmadu concordava em colocar seu império sob a proteção nominal dos franceses, que em troca se comprometiam a não invadir seus territórios e a revogar a proibição da venda de armas a Ahmadu.

Em 1888, porém, os franceses, sufocada a rebelião de Lamine e celebrado outro tratado com Samori Touré, como veremos adiante, já não precisavam da aliança com Ahmadu. Esta evolução do quadro e a agressividade do comando militar francês explicam a irrupção de novas hostilidades contra Ahmadu, cujo sinal foi o ataque, em fevereiro de 1889, contra a fortaleza tukulor de Kundian, “esse molesto obstáculo na estrada de Siguiri e de Dinguiray”[13]. A operação não correu tão depressa como se esperava. O *tata* estava solidamente construído, com paredes duplas de pedra, e a guarnição tinha retirado o telhado de colmo, a fim de impedir a rápida propagação de um incêndio. Para abrir uma brecha, Archinard foi obrigado a fazer um bombardeio intensivo de oito horas contra a muralha, com suas peças de artilharia de montanha de 80 mm. Os Tukulor, que

11 SAINT-MARTIN, 1972, p. 301.

12 Ibid., p. 316.

13 Ibid., p. 379.

tinham aguentado esse dilúvio de ferro e fogo, opuseram tenaz resistência aos franceses, ripostando aos bombardeios com salvas ininterruptas de mosquetão e defendendo o terreno casa por casa. Muitos defensores morreram de armas na mão[14].

Ahmadu, às voltas com as dificuldades internas, transpôs então o conflito para o plano religioso, convidando todos os muçulmanos do império a pegar em armas para a defesa da lei. Remeteram-se cartas para Jolof, na Mauritânia, bem como para Futa, pedindo socorro[15]. Tais diligências não deram resultado satisfatório e Archinard, depois de preparativos minuciosos e de obter armamento adequado – que compreendia "duas peças de artilharia de campanha de 95 mm com 100 granadas de melinita, recentemente inventada"[16] –, tomou a capital do império em abril de 1890. De lá, marchou contra a fortaleza de Wesebugu, defendida por Bambaras fiéis a Ahmadu, que se deixaram todos matar, não sem ter infligido pesadas perdas aos assaltantes. Dos 27 europeus, dois foram mortos e oito ficaram feridos; dos soldados africanos, 13 foram mortos e 876 ficaram feridos. Prosseguindo na ofensiva, Archinard tomou Koniakary, após ter esmagado a resistência dos Tukulor. Diante da obstinada resistência das guarnições tukulor, Archinard parou por algum tempo e incitou Ahmadu a capitular e a fixar residência numa aldeia de Dinguiray como simples indivíduo.

Foi então que Ahmadu decidiu renunciar à diplomacia para recorrer aos meios militares. Em junho de 1890, seus soldados atacaram a via férrea em Talaari e se envolveram com os franceses em diversas escaramuças entre Kayes e Bafulabe. Em uma delas, os franceses sofreram 43 baixas, entre mortos e feridos, numa força de 125 homens. Em setembro, aproveitando o isolamento de Koniakary pela cheia, procuraram conquistá-la, mas não conseguiram[17].

Entretanto, Ahmadu também se preparava para defender Nioro. Dividiu as suas tropas em quatro grupos. O grosso delas estava concentrado em volta de Nioro, sob o comando do general Bambara Bafi e do ex-rei de Jolof, Albury Ndiay[18]. A 23 de dezembro de 1890, o exército de Bassiru foi disperso pelos franceses, equipados com canhões de 80 e 95 mm, e, em 1º de janeiro de 1891, Archinard entrava em Nioro. A tentativa que Albury fez de retomar Nioro, em 3 de janeiro, resultou em fracasso e na derrota do exército Tukulor. O sultão

14 Ibid., p. 38l.

15 Ibid., p. 390.

16 KANYA-FORSTNER, 1971, p. 69.

17 Ibid., p. 70.

18 Ibid., p. 73.

teve mais de 3 mil homens mortos ou capturados. Retirou-se para Macina, que deixou após o rude combate de Kori-Kori. Mesmo no exílio, no território dos Haussa, mantinha em relação aos franceses "uma independência sem compromisso"[19].

Samori Touré e os franceses

Ao contrário de Ahmadu, Samori Touré optou por uma estratégia de confronto e não de aliança. Embora recorresse igualmente à diplomacia, deu acima de tudo destaque à resistência armada. Em 1881 já tinha feito da "parte meridional das savanas sudanesas, ao longo de toda a grande floresta do oeste da África", entre o norte da atual Serra Leoa e o rio Sassandra, na Costa do Marfim, um império unificado sob a sua incontestada autoridade[20] (ver fig. 6.3). Ao contrário do império Tukulor, o império Mandinga estava ainda numa fase ascendente em 1882, quando se deu o primeiro embate entre Samori Touré e os franceses. A conquista desta região também havia permitido a Touré criar um poderoso exército, relativamente bem equipado à europeia. Estava dividido em dois corpos: infantaria (ou *sofa),* que em 1887 contava com 30 mil a 35 mil homens, e cavalaria, que na mesma época não tinha mais que 3 mil homens. A infantaria estava dividida em unidades permanentes de 10 a 20 homens, conhecidas como *sé* (pés) ou *kulu* (turmas), comandadas por um *kuntigi* (chefe). Dez *sé* formavam um *bolo* (braço), colocado sob o comando de um *bolokuntigi*[21]. A cavalaria estava dividida em colunas de 50 homens, chamadas *sere.* Os *bolo,* principal força ofensiva, deslocavam-se escoltados pelos *sere.* Como se tratava de unidades permanentes, estabeleciam-se laços de amizade entre os soldados e de lealdade para com o chefe local e Samori Touré. Este exército, portanto, não demorou a assumir "um caráter quase nacional, em vista da sua notabilíssima homogeneidade[22]. Mas o que sobretudo distinguia o exército de Samori era seu armamento e seu treinamento. Ao contrário da maior parte dos exércitos da África ocidental, o de Samori era praticamente constituído por profissionais armados à custa de seu chefe. Até 1876, as tropas de Samori Touré estavam equipadas com velhas espingardas, que os ferreiros locais eram capazes de consertar. Mas, a partir de 1876, Samori Touré tratou de procurar armas europeias mais

19 SAINT-MARTIN, 1972, p. 427.

20 Para um estudo detalhado da vida e das atividades de Samori Touré, ver PERSON, 1968-1975.

21 PERSON, 1971, p. 121-6.

22 Ibid., p. 121-2.

FIGURA 6.2 Samori Touré (c. 1830-1900), após a sua captura pelo capitão Gouraud (à direita), em setembro de 1898. (Foto: Harlingue-Viollet.)

modernas, essencialmente por intermédio de Serra Leoa, para examiná-las com atenção e decidir quais as que se adaptavam melhor às suas necessidades. Foi assim que, a partir de 1885, ele resolveu substituir as espingardas, cujos cartuchos, por demais volumosos, estragavam depressa com a umidade da região, por fuzis Gras, mais bem adaptados ao clima local, com seus cartuchos mais leves, e por Kropatscheks (fuzis Gras de repetição). Ficaria fiel a esses dois modelos durante toda a década de 1880, de tal forma que acabou dispondo de turmas de ferreiros capazes de copiá-los nos menores detalhes. De 1888 em diante, também adquiriu alguns fuzis de tiro rápido e, em 1893, dispunha de cerca de 6 mil dessas armas, que empregou até a sua derrota, em 1898. Em compensação, nunca dispôs de peças de artilharia, o que constituía grave desvantagem nas suas campanhas contra os franceses. Essas armas foram adquiridas graças à venda de marfim e de ouro extraído dos velhos campos auríferos de Bure, ao sul do país, já explorados na época medieval, bem como à troca de escravos e de cavalos na região do Sahel e do Mosi. Bem equipado, o exército de Samori Touré estava igualmente bem treinado e disciplinado e caracterizava-se pelo *esprit de corps* e pela homogeneidade.

É evidente, então, que Samori Touré estava no ápice do seu poderio quando pela primeira vez entrou em contato com os franceses, em 1882. Em fevereiro desse ano, recebeu a visita do tenente Alakamesa, que lhe comunicou a ordem do comando supremo do Alto Senegal-Níger para que se retirasse de Kenyeran, importante mercado que barrava a Samori Touré o caminho das áreas mandinga. Como era de esperar, Samori Touré recusou. Isso provocou um ataque de surpresa de Borghis-Desbordes, que teve de bater precipitadamente em retirada. O irmão de Samori, Keme Brema, atacou os franceses em Wenyarko, perto de Bamako, em abril. Embora vencedor a 2 de abril, Keme Brema foi batido dez dias mais tarde por tropas francesas bem menos importantes. Desde então, Samori Touré evitou o confronto com os franceses e dirigiu a sua ação para Kenedugu.

Em 1885, quando Combes ocupa Bure, cujas minas de ouro eram importantes para a economia do seu império, Samori Touré compreendeu a amplitude da ameaça e resolveu desalojar os franceses pela força. Três exércitos, o de Keme Brema, o de Masara Mamadi e o dele próprio, foram encarregados da execução da tarefa. Graças a um vasto movimento de tenazes, Bure foi facilmente retomado e os franceses tiveram de sair precipitadamente para não se verem cercados. Samori Touré decidiu então cultivar relações com os britânicos de Serra Leoa. Depois de ocupar Falaba em 1884, enviou emissários a Freetown, propondo ao governador colocar todo o país sob a proteção do governo britânico.

Tal oferta era apenas uma manobra de Samori Touré, que não pensava de forma alguma em alienar a sua soberania, mas em obrigar os franceses a respeitá-la, aliando-se a um governo poderoso[23].

Falhando a manobra, Samori Touré assinou com os franceses, em 28 de março de 1886, um tratado em virtude do qual aceitava recuar as suas tropas para a margem direita do Níger, embora mantendo seus direitos sobre Bure e os Mandingas de Kangaba[24]. Em outro tratado com os franceses, assinado em 25 de março de 1887, que alterava o do ano anterior, Samori cedia a margem esquerda do rio e até aceitava colocar seu país sob o protetorado francês.

Samori Touré talvez tenha assinado este novo documento pensando que os franceses o ajudariam contra Tieba, o *faama* (rei) de Sikasso, que atacou em abril de 1887, com um exército de 12 mil homens. Ora, os franceses imaginavam apenas impedir qualquer aliança entre Samori Touré e Mainadou Lamine, seu adversário na ocasião. Quando Samori percebeu que, em vez de se comportarem como aliados e ajudá-lo, os franceses encorajavam a dissidência e a rebelião nas regiões recentemente subjugadas, procurando ainda impedir que ele se reabastecesse de armas em Serra Leoa, levantou o cerco em agosto de 1888 e preparou-se para o combate contra o invasor[25]. Reorganizou o exército, concluiu em maio de 1890 com os britânicos, em Serra Leoa, um tratado que o autorizava a comprar armas modernas em quantidades cada vez maiores durante os três anos seguintes, e treinou suas tropas à moda europeia. Foram criadas seções e companhias. No plano da tática militar resolveu optar pela defensiva. Claro, não se tratava de se pôr ao abrigo das muralhas dos *tatas,* pois a artilharia não lhe daria a menor possibilidade de êxito. A estratégia dele consistia em imprimir grande mobilidade às suas tropas, para melhor surpreender o inimigo, infligindo-lhe pesadas perdas antes de desaparecer[26].

Archinard, que tomara Segu em março de 1890, atacou Samori em março de 1891, na esperança de o derrotar antes de entregar o comando do Alto Senegal-Níger a Humbert. Achava que, ao primeiro choque, o império de Samori Touré viria abaixo. Mas, embora a sua ofensiva resultasse na tomada de Kankan em 7 de abril e no incêndio de Bisandugu, teve efeito contrário, pois constituiu para Samori Touré um aviso salutar que o incitou a prosseguir nas ofensivas contra os franceses

23 HARGREAVES, 1969, p. 207-8.

24 Ibid., p. 208.

25 Ibid., p. 209.

26 PERSON, 1971, p. 134.

em Kankan, o que lhe permitiu derrotá-los na batalha de Dabadugu, em 3 de setembro de 1891.

O principal confronto entre os franceses e Samori Touré se deu em 1892. No desejo de pôr fim à questão, Humbert invadiu a parte central do império em janeiro de 1892, à frente de um exército de 1300 atiradores de elite e 3 mil carregadores. Samori Touré comandava em pessoa um exército de 2500 homens escolhidos para enfrentar o invasor. Embora seus homens "se batessem como diabos, defendendo pé a pé cada milímetro do terreno com feroz energia", para repetir as palavras de Person[27], Samori foi batido e Humbert tomou Bisandugu, Sanankoro e Kerwane. Salientemos, porém, que o próprio Humbert devia achar o resultado bem magro, em vista das pesadas perdas que sofreu. Além disso, Samori ordenara à população civil que abandonasse o local à chegada dos franceses.

No entanto, Samori Touré já não alimentava ilusões. Os violentos combates travados contra a coluna do coronel Humbert, que lhe haviam custado um milhar de combatentes de elite, enquanto os franceses não perderam mais que cem homens, tinham-no convencido do absurdo de outro confronto. Portanto, não lhe restava senão render-se ou retirar-se. Recusando capitular, decidiu abandonar a pátria e refugiar-se a leste, para criar aí um novo império, fora do alcance dos europeus. Prosseguindo na política de terra queimada, iniciou a marcha para leste em direção aos rios Bandama e Comoe. Se bem tivesse perdido em 1894, com a estrada de Monróvia, a última via de acesso ao fornecimento de armas modernas, nem por isso abandonou o combate. No começo de 1895, encontrou e rechaçou uma coluna francesa vinda do país Baule, sob o comando de Monteil, e, entre julho de 1895 e janeiro de 1896, ocupou o país Abron (Gyaman) e a parte ocidental de Gondja. Por essa época, já lograra formar um novo império no *hinterland* da Costa do Marfim e do Ashanti (ver fig. 6.2)[28]. Em março de 1897, seu filho Sarankenyi-Mori encontrou e bateu, perto de Wa, uma coluna britânica comandada por Henderson, enquanto o próprio Samori Touré atacava e destruía Kong em maio de 1897 e prosseguia avançando até Bobo, onde se deparou com uma coluna francesa comandada por Caudrelier.

Entalado entre os britânicos e os franceses, depois de tentar em vão malquistar uns com os outros, cedendo a estes o território de Bouna, cobiçado por aqueles, Samori Touré resolver regressar à Libéria, para junto de seus aliados Toma. Já a caminho, foi atacado de surpresa por Gouraud em Gelemu, no dia

27 Ibid., p. 135.

28 Ibid., p. 138.

28 de setembro de 1898. Capturado, foi deportado para o Gabão, onde morreu em 1900. Sua captura pôs termo àquilo que um historiador moderno chamou de "a mais longa série de campanhas contra o mesmo adversário em toda a história da conquista do Sudão pelos franceses"[29].

Daomé

Behanzin, o rei do Daomé (Abomey), tal qual Samori, decidiu recorrer a uma estratégia de confronto para defender a soberania e a independência do seu reino[30]. Na última década do século XIX, o Daomé entrou em conflito aberto com a França, que havia imposto seu protetorado a Porto Novo, vassalo de Abomey (ver fig. 6.1). Era um sério golpe nos interesses econômicos de Abomey. Em 1889, o herdeiro do trono, príncipe Kondo, informou ao governador das Rivieras do Sul, Bayol, que o povo Fon jamais aceitaria semelhante situação. Em fevereiro de 1890, Bayol ordenou a ocupação de Cotonou e a detenção dos Fon notáveis que lá se encontrassem. O príncipe Kondo, que tomara o poder em 1889 com o nome de Behanzin, reagiu mobilizando as suas tropas. Abomey possuía então um exército permanente de 4 mil homens e mulheres, em tempo de paz. Em tempo de guerra, todos os homens tinham de cumprir o serviço militar, apoiados pelas Amazonas, guerreiras muito temidas.

A guarnição francesa foi atacada ao crepúsculo, ao mesmo tempo que uma parte do exército fora destacada para a região de Porto Novo, para destruir as palmeiras. Segundo Behanzin, estas represálias econômicas levariam os franceses a pedir logo a paz. Em 3 de outubro, o padre Dorgere apresentava-se em Abomey com propostas de paz. Os franceses comprometiam-se a pagar a Behanzin uma renda anual de 20 mil francos, em troca do reconhecimento de seus direitos sobre Cotonou, onde poderiam arrecadar impostos e estabelecer uma guarnição. O rei aceitou as condições e o tratado foi assinado em 3 de outubro de 1890. No entanto, preocupado com a defesa do restante de seu reino, tratou de modernizar o exército, adquirindo de empresas alemãs de Lomé, entre janeiro de 1891 e agosto de 1892, "1700 fuzis de tiro rápido, seis canhões Krupp de diversos calibres, cinco metralhadoras, 400 mil cartuchos sortidos e uma grande quantidade de granadas"[31].

29 WEISKEL, 1980, p. 99-102.

30 Ross, 1971, p. 144.

31 Ibid., p. 158.

Mas os franceses, decididos a conquistar o Daomé, aproveitaram o pretexto de um incidente ocorrido em 27 de março de 1892; nesse dia, com efeito, soldados Fon abriram fogo contra a canhoneira *Topaz,* que descia o Weme com o residente francês de Porto Novo a bordo. A missão da conquista foi confiada a um mulato senegalês, o coronel Dodds, que chegou a Cotonou em maio de 1892. Porto Novo, onde os franceses concentravam 2 mil homens, tornou-se o centro dos preparativos. Dodds fez os seus homens remontarem o rio Weme e, a 4 de outubro, tratou de marchar contra Abomey. Reunindo as três divisões do seu exército, com um efetivo de 12 mil homens, os Fon cuidaram de cortar o caminho ao invasor entre o rio e Abomey. Não pouparam esforços, lançando mão de seus recursos tradicionais (ataques de surpresa ao amanhecer, emboscadas, defesa em linha, tática de fustigamento e outras formas de guerrilha); mas, apesar das grossas perdas, não conseguiram deter os franceses e muito menos fazê-los recuar. Calcula-se que os Fon tiveram 2 mil mortos (entre eles quase todas as Amazonas) e 3 mil feridos, enquanto os franceses só perderam 10 oficiais e 67 homens[32]. Mas o que mais prejudicou o plano militar dos Fon foi a destruição das colheitas pelos escravos Ioruba, libertados pelo exército de Dodds. Abomey teve de enfrentar um agudo problema de provisões. Alguns soldados, para não morrer de fome, tiveram de correr para seus lares em busca de alimento e em defesa de suas aldeias, que estavam sendo pilhadas pelos escravos Ioruba libertados.

Com a desintegração do exército Fon, a única solução, claro está, era a paz. Dodds, que se achava acampado em Cana, aceitou as propostas de Behanzin, mas exigiu o pagamento de pesada indenização de guerra e a entrega de todo armamento. As condições de Dodds eram evidentemente inaceitáveis para a própria dignidade do povo Fon. Em novembro de 1892, Dodds, que prosseguia na sua marcha inexorável, fazia entrada em Abomey, que Behanzin mandara incendiar antes de seguir para a parte setentrional do seu reino, onde se fixou. Em vez de submeter-se ou de ser deposto por seu povo, como os franceses esperavam, ele cuidou imediatamente de reorganizar o exército, com irrestrito apoio popular. Em março de 1893, conseguira reagrupar 2 mil homens, que realizaram vários ataques de surpresa contra as zonas mantidas pelos franceses. Em abril de 1893, os notáveis fizeram novas propostas de paz. Estavam prontos a ceder à França a parte meridional do reino, mas não aceitavam a deposição de Behanzin, encarnação dos valores de seu povo e símbolo da existência de seu Estado independente. Os franceses lançaram então, em setembro, outro

32 Ibid., p. 160.

corpo expedicionário, sempre sob o comando de Dodds, promovido a general; a expedição acabou por conquistar o norte do Daomé. Goutchilli foi nomeado e coroado rei em 15 de janeiro de 1894 e, quanto a Behanzin, foi preso em consequência de uma traição no dia 29 de janeiro de 1894[33].

Os Baule e os franceses

Era costume pensar que a oposição aos franceses, nas regiões florestais da Guiné e da Costa do Marfim, só se manifestou depois de 1900[34]. Pesquisas recentes, no entanto, realizadas em particular entre os povos da Laguna e os Baule da Costa do Marfim, demonstram que essa concepção estava errada: a penetração francesa a partir do litoral provocou desde o início reações hostis entre os povos do interior[35]. As primeiras missões francesas no país Baule foram lançadas por duas expedições: uma, militar, comandada pelos tenentes Armand e Tavernost, em fevereiro de 1881; a outra, comercial, dirigida por Voituret e Papillon, em março de 1891. Decidido a deter a penetração, Etien Komenan, chefe dos Baule de Tiassalé, recusou-se a fornecer a Armand e a Tavernost um intérprete para acompanhá-los ao norte. Tiveram de regressar pelo litoral, enquanto Komenan mandava matar Voituret e Papillon, antes mesmo que eles tivessem alcançado Tiassalé[36] (ver fig. 6.2). Para castigar os Baule, os franceses enviaram uma expedição militar comandada pelo tenente Staup. A expedição foi atacada pelas forças de Etien Komenan em 11 de maio de 1891 e teve de bater em retirada, ignominiosamente, para a costa. Malogrando pela força, os franceses recorreram à diplomacia e conseguiram celebrar um tratado com os Baule de Tiassalé e de Niamwé em 29 de dezembro de 1892, nos termos do qual aceitavam pagar um tributo de 100 onças de ouro em troca da liberdade de comércio com os africanos e os europeus do litoral. Graças à conclusão do tratado, os franceses puderam enviar uma segunda missão exploradora ao país Baule em março de 1893, comandada por Jean-Baptiste Marchand, bem conhecido pelas suas aventuras militares no Sudão ocidental. A meio caminho de Tiassalé, junto do Bandama, Marchand se defrontou com Etien Komenan, que resolvera que "nenhum branco entraria em Tiassalé"[37]. Marchand, portanto, retornou a Grand

33 Ibid., p. 166.

34 CROWDER, 1968, p. 95; BONY, 1980, 14-5.

35 WEISKEL, 1980, p. 33-141; KOFFI, 1976, p. 120-189.

36 WEISKEL, 1980, p. 38-9.

37 Ibid., p. 44.

Lahou e, depois, reunindo cerca de 120 homens, embarcou no dia 18 de maio de 1893 para invadir Tiassalé, que ele ocupou uma semana depois da fuga de Etien Komenan. De lá, retomou a marcha para o norte e, em novembro de 1893, penetrou em Gbuekékro, que os franceses rebatizaram mais tarde com o nome de Bouaké. Teve aí de fazer frente ao chefe da povoação, Kouassi Gbueké, então aliado a Samori Touré. Marchand se viu obrigado a marchar às pressas para Kong, de onde remeteu um apelo premente a Paris, para que se enviasse uma expedição destinada a ocupar esta cidade, ultrapassar Samori Touré e os ingleses e assinar um tratado com os jula de Kong. Em resposta ao apelo, os franceses organizaram uma expedição em setembro de 1894, a qual, comandada por Monteil, penetrou em Tiassalé em dezembro do mesmo ano.

A expedição de Monteil encontrou uma oposição ainda mais viva dos Baule, que se revoltaram e atacaram em Ouossou, a norte de Tiassalé, bem como em Ahuakro e em Moronou, entre 25 e 28 de dezembro. Essa obstinada resistência obrigou Monteil a recuar para a costa em fevereiro de 1895.

Entre 1895 e 1898, o país Baule viveu em paz. Mas, depois de ter batido e capturado Samori Touré em setembro de 1898, os franceses decidiram ocupar a região e instalar um posto militar permanente em Bouaké, sem consultar os Baule. Também começaram a libertar os escravos, capturando e executando depois Katia Sofi, chefe de Katiakofikro, por ter fomentado sentimentos antifranceses na região. Em grande parte por causa dessas provocações, os grupos Baule desta zona sublevaram-se de novo e, em 22 de dezembro de 1898, lançaram um ataque generalizado contra as guarnições francesas. Eram comandados por Kuadio Oku, chefe de Lomo, Yao Gie, chefe Ngban, Kaso, irmão do chefe de Katiakofikro assassinado, Akafu Bulare, outro chefe Ngban, bem como Kwame Die, o grande chefe dos Baule Warebo. Em resposta, os franceses, depois de declarar o país Baule território militar, lançaram uma série de campanhas que redundaram na tomada de Kokumbo, centro onde os Baule exploravam ouro, defendido por 1500 a 2 mil homens, em junho de 1901; em fevereiro de 1902, capturaram e fuzilaram o grande Kwame Die; em seguida, capturaram Akafu Bulare (*Akafu*: o homem de ferro), que morreu de sevícias no cárcere, em julho de 1902. Todavia, empregando uma tática de guerrilha, os Baule continuaram a fustigar as forças francesas, e a paz somente foi restaurada quando François-Joseph Clozel, que se tornou governador interino da colônia em novembro de 1902, compreendeu que o emprego da força era inútil e ordenou a paralisação das operações militares[38].

38 Para maiores detalhes sobre todas estas campanhas, a guerrilha e outros métodos empregados pelos Baule, ver WEISKEL, 1980, p. 98-141.

Conquista e reação na África ocidental inglesa, 1880-1900

Ao contrário dos franceses, cuja ocupação na África ocidental, entre 1880 e 1900, foi resultado principalmente da força, os britânicos não hesitaram em recorrer igualmente à negociação pacífica, concluindo tratados de proteção com os Estados africanos, por exemplo, no norte de Serra Leoa e da Costa do Ouro (atual Gana), bem como em diversos pontos do país Ioruba. Em outras áreas, como no país Ashanti, no território dos Ijebu na Iorubalândia, no delta do Níger e, particularmente, no norte da Nigéria, empregaram sobretudo a força. Tal como na África Ocidental Francesa, os povos da região reagiram das maneiras mais diversas à ocupação, optando por uma política de confronto, de aliança, de submissão ou pela combinação das diferentes opções. Vamos examinar mais de perto o que se passou no país Ashanti no sul e norte da Nigéria.

O país Ashanti (Costa do Ouro)

Em nenhuma outra parte da África ocidental houve tão longa tradição de luta entre os africanos e os europeus como entre os Ashanti e os britânicos na Costa do Ouro. Os conflitos surgiram por volta de 1760 e culminaram com um choque militar em 1824: os Ashanti bateram as forças britânicas e seus aliados, matando-lhes o comandante, *sir* Charles MacCarthy, então governador da Costa do Ouro[39]. Dois anos mais tarde, os ingleses foram à desforra na batalha de Dodowa. Em 1850 e 1863, a guerra foi evitada por pouco, mas entre 1869 e 1872 os Ashanti lançaram um ataque triplo que redundou na ocupação de praticamente todos os Estados costeiros e meridionais da Costa do Ouro. Para rechaçar os Ashanti, o governo britânico lançou por sua vez uma das campanhas mais bem organizadas da época, sob o comando de um dos mais célebres oficiais ingleses do seu tempo, o general Garnet Wolseley. Equipados com as armas mais modernas, seus soldados conseguiram fazer recuar o exército dos Ashanti para a outra margem do rio Pra, ocupar e saquear Kumasi em fevereiro de 1874, após uma derradeira tentativa de resistência desesperada do exército Ashanti em Amoafo, perto de Bekwai (ver fig. 6.1)[40].

A derrota decisiva dos Ashanti pelos britânicos, em 1874, haveria de ter graves consequências para eles, condicionando em grande medida as suas reações

39 Para maiores detalhes sobre o levante dos Ashanti, ver FYNN, 1971, p. 19-33; BOAHEN, 1966; BOAHEN, 1974.

40 FYNN, 1971, p. 36-42.

entre 1880 e 1920. A primeira consequência, evidentemente, foi a desintegração do império Ashanti. Pelo tratado de Fomena, os Ashanti reconheciam a independência de todos os Estados vassalos localizados ao sul do Pra. Aproveitando a debilitação do poderio militar dos Ashanti, os Estados vassalos do norte do Volta também se separaram. Até o que ainda restava do império começava agora a esboroar. No desejo de impedir a sua restauração, os britânicos incitaram alguns dos Estados membros da União Ashanti a proclamar a sua independência, pelo que Dwaben, Kokofu, Bekwai e Nsuta começaram a desafiar o *asantehene*[41]. O conflito entre Kumasi e Dwaben redundou de fato numa guerra civil, a qual terminou com a derrota de Kumasi e provocou a emigração em massa da população para o protetorado e a colônia da Costa do Ouro, que os britânicos acabavam de constituir. Além disso, o *asantehene* foi destituído, principalmente em função dos resultados da guerra de 1874. Com a morte de seu sucessor, ocorrida uns sete anos depois, a sucessão desencadeou uma guerra civil e somente em 1888 é que Prempeh I conseguiu impor-se como novo *asantehene.*

Felizmente, Prempeh se mostrou à altura da crise que o esperava. Em três anos chegou a reconstituir a União (ou Confederação Ashanti) e até convenceu o Dwaben a reintegrá-la. Alarmados por sua vez com o renascimento dos Ashanti e a concorrência francesa e alemã na região, os britânicos propuseram a eles que se colocassem sob o seu protetorado. A recusa, categórica mas polida, que Prempeh opôs à oferta vem citada em outra parte[42]. Prempeh, em seguida, atacou e derrotou os Nkoransa, os Mo e os Abeas em 1892. Os britânicos reagiram propondo a instalação de um residente em Kumasi, em troca do pagamento de uma renda anual ao *asantehene* e aos principais reis dele dependentes. O *asantehene* não só rejeitou a proposta como enviou uma missão à rainha da Inglaterra, dotada de vastos poderes "para expor à (Sua) Majestade diversos problemas referentes ao bom estado do (seu) reino"[43]. Essa missão diplomática deixou Kumasi em novembro de 1894 com um séquito de mais de 300 pessoas. Chegou a Cape Coast em 10 de dezembro e partiu para a Inglaterra em 3 de abril de 1895.

As autoridades britânicas não quiseram recebê-la e, antes mesmo da sua partida, instruíram o governador da costa a intimar o *asantehene* a que aceitasse um residente e pagasse a indenização de guerra de 50 mil onças de ouro imposta aos Ashanti em 1874. Naturalmente, o *asantehene* recusou dobrar-se

41 Ibid., p. 43.

42 Ver o capítulo 1.

43 WILKS, 1975, p. 637-41.

ao ultimato, mesmo porque ainda não sabia dos resultados da missão enviada a Londres.

Os britânicos, aproveitando o pretexto da recusa, organizaram uma grande expedição contra os Ashanti, sob o comando de *sir* Francis Scott. Este tomou Kumasi em janeiro de 1896 sem disparar um único tiro, já que Prempeh e seus conselheiros tinham resolvido não entrar em luta com os britânicos e aceitar o seu protetorado. Prempeh, a rainha-mãe, seus tios e alguns chefes militares, não obstante, foram detidos e deportados, primeiro para Serra Leoa e depois para as Seychelles (ver fig. 6.4)[44].

Por que os Ashanti decidiram não se opor, então, aos britânicos? Felizmente, dispomos da resposta do próprio Prempeh, dada por ele durante o exílio, nas Seychelles. Pressionado a combater pelos seus chefes, Prempeh começou por lhes lembrar a guerra civil em Kumasi e o papel pacificador que os britânicos tinham desempenhado na época, bem como a intervenção deles no seu acesso ao trono; depois, acrescentou:

> "Depois deste favor que as autoridades britânicas me fizeram, não me decido a combater as suas tropas, mesmo que me torne prisioneiro delas. Além disso, prefiro me render, se for esse o preço da vida e da tranquilidade do meu povo e dos meus compatriotas"[45].

O desventurado Prempeh pensava que podia romper com a tradição e recorrer à diplomacia em vez das armas, naquela época de áspera concorrência imperialista. Mas, levando em conta o que se tinha passado em 1874 e a incontestável superioridade militar dos britânicos, sua decisão se revelaria a mais realista, a mais sensata e a mais digna.

Sul da Nigéria

As iniciativas e reações dos nigerianos em face dos britânicos foram tão multiformes como os ardis e os meios empregados por estes últimos para estender a sua dominação ao conjunto da Nigéria atual. O país Ioruba foi conquistado pelos missionários e pelas autoridades de Lagos, os Oil Rivers pelos missionários e pelos cônsules, e o norte da Nigéria ao mesmo tempo pela National African Cornpany (que se transformaria, em 1886, na Royal Niger Company – RNC) e pelas autoridades britânicas. As principais armas utilizadas pelos britânicos

44 BOAHEN, 1977.

45 Ibid.

FIGURA 6.3 Nana Prempeh I (c. 1873-1931) no exílio nas Seychelles, cerca de 1908. A mulher sentada à sua direita é a famosa Nana Yaa Asantewaa, rainha de Edweso e alma da rebelião Ashanti de 1900; à esquerda de Nana Prempeh estão seus pais. (Chapa fotográfica batida em torno de 1908 por S. S. Ohashi e reproduzida em 1924 pela firma McCorquodale de Londres, para a exposição de Wembley. Foto: Susan Hopson)

foram a diplomacia e a intervenção militar. As reações dos nigerianos, por consequência, vão da luta aberta às alianças e submissão temporárias.

Foi graças aos missionários, essencialmente, que a influência e o comércio britânicos, limitados de início a Lagos (ocupada desde 1851), alcançavam a maior parte do país Ioruba. Desde 1884 os britânicos assinaram tratados com numerosos chefes Ioruba sobre a abolição do tráfico de escravos, o desenvolvimento das trocas e a instauração do protetorado. Em 1886, a administração britânica conseguiu igualmente convencer Ibadã e a coalizão Ekitiparapo (compreendendo os Ekiti, os Ijesha e os Egba) a assinar um tratado de paz que punha fim à guerra em que estavam envolvidos desde 1879. Que os britânicos tenham sido tão influentes no país Ioruba desde 1886 não nos deve surpreender. Além da atividade dos comerciantes e dos missionários europeus anterior às guerras, os Ioruba, devastados por lutas intestinas desde os anos de 1850, estavam fatigados de embates e aspiravam à paz, o que explica o fato de eles terem aceito a intervenção dos britânicos. Até então, Ijebu era o único Estado do país Ioruba que havia efetivamente resistido aos missionários, aos comerciantes britânicos e à administração de Lagos. Ansiosos por conquistar o país Ioruba desde começos da década de 1890, os britânicos resolveram dar-lhe uma lição e, dessa forma, mostrar aos outros Estados Ioruba que toda resistência era inútil[46]. A pretexto de uma "afronta" que teria sido feita ao governador Denton em 1892, os britânicos lançaram contra os Ijebu uma expedição cuidadosamente preparada, com mil homens armados de fuzis, metralhadoras e um canhão Maxim. Os Ijebu não se acovardaram, levantando um exército entre 7 mil e 10 mil homens. Apesar da sua enorme superioridade numérica e do fato de alguns deles terem armas de fogo, os Ijebu foram batidos[47]. Parecia que todos os restantes Estados Ioruba tinham extraído uma lição desta invasão e já não surpreende que, entre 1893 e 1899, Abeokuta, Ibadã, Ekiti-Ijesa e Oyo aceitassem assinar um tratado e receber residentes ingleses (ver fig. 6.1); se os britânicos bombardearam Oyo em 1895, foi somente para rematar a submissão do *alafin.* Abeokuta permaneceu nominalmente independente até 1914.

Se os Ioruba, regra geral, adotaram a submissão como estratégia, não sucedeu o mesmo com os chefes do reino de Benin e com certos chefes dos Estados do delta do Níger. Não obstante a assinatura de um tratado de protetorado, em 1892, Benin guardava a sua soberania com determinação. Semelhante atitude não podia, evidentemente, ser tolerada na época. Por isso, aproveitando como

46 CROWDER, 1968, p. 126-7.

47 SMITH, 1971, p. 180.

motivo de intervenção a morte do seu cônsul-geral interino e de outros cinco ingleses que viajavam para Benin, os britânicos mandaram uma expedição punitiva de 1500 homens contra o país, em 1897. Malgrado o desejo do Oba de se submeter, a maioria dos chefes levantou um exército para rechaçar os invasores. Mas foi derrotado e a capital se viu incendiada, depois da pilhagem de seus bronzes preciosos[48].

No delta do Níger, assim como em muitas outras regiões da Nigéria, os britânicos assinaram em 1884 tratados de protetorado com a maior parte dos chefes. Mas, embora alguns deles, como Calabar e Bonny, tenham autorizado os missionários a operar em seus Estados, outros não deram essa permissão. Além disso, todos insistiam no direito de regulamentar o comércio e de taxar os mercadores britânicos. Os novos cônsules ingleses, como Hewett e Johnston, não podiam admitir isso. Jaja de Opobo é o exemplo do chefe que fez frente aos cônsules e aos missionários britânicos (ver fig. 6.5). Obrigou os mercadores desta nacionalidade a pagar impostos e ordenou a paralisação total do comércio no rio, até que determinada firma britânica cumprisse o pagamento. O cônsul, Johnston, mandou-o parar com a exigência de tributos aos seus compatriotas, mas Jaja de Opobo, em vez disso, enviou uma missão junto do Foreign Office para protestar contra essa ordem. Como Jaja não queria ceder, apesar de o cônsul ter ameaçado bombardear a sua cidade com as canhoneiras britânicas, em 1887 Johnston atraiu-o a bordo de um navio, portando um salvo-conduto, e o deteve, expedindo-o para Acra[49], onde foi julgado e deportado para as Antilhas. Estupefatos com esta forma de tratar um dos chefes mais poderosos e mais ricos da região, e sofrendo já de dissensões internas, os outros Estados do delta – Velho Calabar, Novo Calabar, Brass e Bonny – renderam-se e aceitaram as comissões administrativas impostas por Johnston.

Outro chefe que também desafiou os britânicos foi Nana, governador do rio no reino de Itsekiri. A exemplo de Jaja, quis regulamentar o comércio no rio Benin, o que levou os britânicos a formar um exército para lhe tomar a capital. A primeira tentativa, que se deu em abril de 1894, foi rechaçada, mas a segunda, em setembro, teve êxito. Nana fugiu para Lagos, onde se rendeu em pessoa ao governador britânico, que prontamente o julgou e deportou, primeiro para Calabar e depois para a Costa do Ouro[50].

48 WEBSTER e BOAHEN, 1967, p. 247-9.

49 CROWDER, 1968, p. 119-23; O. IKIME, 1973, p. 10.

50 IKIME, 1971, p. 227-8.

Conquista e reações no norte da Nigéria

Se a conquista e ocupação do sul da Nigéria foi obra do governo britânico, ajudado pelos comerciantes e pelos missionários, no norte da Nigéria isso foi realizado pela National African Company (Royal Niger Company – RNC – desde 1886) e pelo governo. No norte, o principal método empregado foi, como fizeram os franceses no Sudão ocidental, a intervenção armada. No entanto, ela foi precedida por uma série de tratados subscritos pelos chefes do norte da Nigéria e pela RNC. Para ela, era uma forma de reservar a região para os britânicos e de contrariar os apetites franceses e alemães, que avançavam, respectivamente, do oeste e do leste.

Tendo sido o princípio da ocupação efetiva estabelecido pela Conferência de Berlim, a RNC foi obrigada a intervir, para se antecipar aos franceses e alemães. O caminho para o norte atravessava Ilorin e Nupe, ambos determinados a defender a sua independência e soberania. Nupe foi invadido, portanto, em 1897. Segundo D. J. M. Muffett, os efetivos da coluna "compunham-se do major A. R. Arnold, comandando[51] europeus, oficiais ou não incluindo *sir* George Goldie em pessoa – e 507 soldados agrupados em sete companhias, apoiados por 565 carregadores. O armamento pesado compreendia dois canhões Whitworth de carregar pela culatra, um para granadas de 12 libras e o outro de nove libras, cinco peças de carregar pela boca para granadas de sete libras e seis metralhadoras Maxim".

A coluna era escoltada por uma flotilha de 11 embarcações. O *etsu* de Nupe e seu importante exército, calculado entre 25 mil e 30 mil cavaleiros e infantes, equipados sobretudo com armas tradicionais (arcos e flechas, lanças e espadas), defenderam-se corajosamente, mas os britânicos acabaram vencendo; o *etsu* foi destronado e substituído por uma personalidade mais dócil. Nupe perdeu a batalha porque não tinha compreendido, como salientou Crowder, que

> uma carga de cavalaria atacando de frente um inimigo armado de fuzis de tiro rápido, de canhões e de metralhadoras Maxim constitui a pior estratégia militar possível[52].

Depois, foi a vez de Ilorin, ainda no mesmo ano. Após se bater valentemente, o Estado teve de submeter-se à RNC.

Estas vitórias, no entanto, não impressionaram os chefes dos outros Estados do norte. Pelo contrário, todos os emires, salvo o de Zaria, impelidos pelo ódio

51 MUFFETT, 1971, p. 283-4.

52 CROWDER, 1968, p. 131.

FIGURA 6.4 Jaja (c. 1821-1891), soberano do Estado de Opobo, no delta do Níger. (Foto: Longman.)

implacável ao infiel, estavam antes decididos a morrer do que a entregar seu país e a renunciar a sua fé. Conforme diria o sultão de Sokoto a Lugard, em maio de 1902,

> entre nós e vós não pode haver outra relação que não seja aquela entre muçulmanos e incréus [...] a guerra, como o Todo-Poderoso nos mandou[53].

Os britânicos tiveram, portanto, de organizar uma série de campanhas – contra os Kontangora em 1900, os Adamawa em 1901, os Bauchi em 1902, os Kano, Sokoto e Burwuri em 1903[54]. Todos estes emires se mostraram à altura da situação, mas, sendo a luta muito desigual, contra um inimigo equipado com metralhadoras Maxim e canhões estriados de sete libras, de carregar pela boca, tinham de se declarar vencidos.

Reações dos africanos na África ocidental, 1900-1914

Conforme vimos, em 1900 todos os esforços envidados pelos africanos para salvaguardar a sua soberania e independência foram inúteis. No decurso do período estudado, compreendido entre 1900 e o começo da Primeira Guerra Mundial, diversos sistemas e métodos seriam empregados para administrar e sobretudo explorar as novas possessões. Como diria Angoulvant, nomeado governador da Costa do Marfim em agosto de 1908:

> O que tem de ser colocado antes de tudo é o princípio indiscutível da nossa autoridade [...] Da parte dos indígenas, a aceitação de tal princípio deve se traduzir pela deferência na acolhida, pelo respeito absoluto aos nossos representantes, sejam eles quais forem, pelo pagamento integral do imposto à taxa uniforme de 2,50 francos, pela boa cooperação dada à construção de caminhos e de estradas, pela aceitação do pedágio pago, pela observação de nossos conselhos [sic] relativos à necessidade do trabalho, pelo recurso à nossa justiça [...] As manifestações de impaciência ou de falta de respeito para com a nossa autoridade, as faltas deliberadas de boa-vontade, têm de ser reprimidas sem demora[55].

53 MUFFETT, 1971, p. 284-7.

54 As campanhas britânicas no norte da Nigéria e a corajosa resistência dos dirigentes são perfeitamente conhecidas para serem aqui discutidas. Para maiores detalhes, ver MUFFETT, 1971; ADELEYE, 1971; LAST, 1967.

55 Apud SURET-CANALE, 1971, p. 97-8.

Em todas as novas colônias, os objetivos acima definidos foram levados a cabo mediante os métodos que acabam de ser expostos. Foram nomeados administradores de distrito e administradores itinerantes, promulgados novos códigos e novas leis, chefes confirmados ou depostos e outros designados, baixados impostos diretos e indiretos e exigido o trabalho forçado para a abertura de estradas e vias férreas. Todas essas medidas, naturalmente, suscitaram as mais variadas reações.

No decurso do segundo período, se os fins não eram sempre os mesmos, em compensação os meios utilizados pelos africanos da costa ocidental para os atingirem eram idênticos. Os objetivos essenciais configuravam três tipos: recuperar a independência e a soberania perdidas, o que implicava a plena rejeição da dominação colonial; procurar corrigir ou retificar certos abusos ou certos aspectos opressivos do colonialismo; procurar acomodar-se. A estratégia utilizada neste período não foi a submissão nem a aliança, mas antes a resistência por várias formas: revoltas e rebeliões, migrações, greves, boicotes, petições, envio de delegações e, finalmente, contestação ideológica. Durante esta fase, o poder permaneceu praticamente o mesmo da fase entre 1880 e 1900, ou seja, ficou nas mãos dos chefes tradicionais. Vamos fazer um breve exame de tais estratégias.

O método mais comum na África ocidental, durante este período, foi a rebelião ou a revolta. Citemos, a título de exemplo, a de Mamadou Lamine no Senegal, entre 1885 e 1887; a de Fode Silla, o rei marabuto de Kombo, e a de Fode Kabba, chefe muçulmano de Niamina e dos distritos de Casamance, na Gâmbia, entre 1898 e 1901; a rebelião provocada em 1898 pelo imposto de palhota na Serra Leoa, encabeçada por Bai Bureh; a dos Ashanti na Costa do Ouro em 1900, chefiada pela rainha de Edweso, Nana Yaa Asantewaa; a de Ekumeku, de 1898 a 1900, e o levante dos Aro, de 1898 a 1902, na Nigéria oriental; a rebelião dos Bariba de Borgu e dos Somba de Atakora, no Daomé, entre 1913 e 1914; as dos Mossi em Koudougou e Fada N'Gurma, no Alto Volta, de 1908 a 1909; o levante de Porto Novo no Daomé e as revoltas dos Baule, Akusse, Sassandra e dos Guro na Costa do Marfim, entre 1900 e 1914, assim como os numerosos levantes verificados em diversos lugares da Guiné, entre 1908 e 1914. É interessante notar que estas rebeliões redobraram de intensidade durante a Primeira Guerra Mundial[56].

56 Para informações mais amplas sobre todas estas revoltas, ver IKIME, 1973; AFIGBO, 1973; OLORUNTIMEHIN, 1973b; OSUNTOKUN, 1977; CROWDER, 1977c; SURET-CANALE, 1971, p. 93-107; CROWDER, 1968; 1971; DUPERRAY, 1978; KIMBA, 1979; YAPÉ, 1977; MICHEL, 1982; WEISKEL, 1980; KOFFI, 1976. Ver também o capítulo 12 desta obra.

Para conhecer a natureza e as razões dessas revoltas, é necessário examinar um pouco mais de perto três exemplos típicos: o da rebelião encabeçada por Mamadou Lamine, a do imposto de palhota e a de Nana Yaa Asantewaa.

A rebelião de Mamadou Lamine

A rebelião de Mamadou Lamine estava dirigida contra a dominação estrangeira. Em 1880, os Soninke, disseminados pelos diversos Estados que formavam o Alto Senegal, viviam em parte sob a autoridade dos franceses e em parte sob a de Ahmadu. As obras de construção da linha telegráfica e da estrada de ferro ligando Kayes ao Níger exigiam bastante mão de obra, recrutada principalmente em meio dos Soninke. O trabalho esgotante e a precariedade das condições de vida acarretavam elevada taxa de mortalidade. Foi essa a origem de um movimento de protesto voltado não só contra as humilhações diárias mas, em particular, contra a presença de estrangeiros[57]. Mamadou Lamine desempenhou o papel de catalisador do movimento, reunindo à sua volta todas as vítimas passadas e presentes da nova ordem social e política. Ele estava aureolado pelo prestígio de uma peregrinação a Meca ao retomar ao país, abalado por uma crise ao mesmo tempo econômica, política e social. Desde seus primeiros sermões em público, procurou transferir a crise para o plano religioso, pregando a estrita doutrina Sanusiyya, que proibia aos muçulmanos viver sob uma autoridade não islâmica, o que foi o suficiente para garantir a espontânea adesão dos Soninke ao seu programa. Suas viagens a Khasso, Guoy, Bambuk e Bondu suscitavam diariamente novas adesões de compatriotas à sua causa (ver fig. 6.1) e, desde fins de 1885, ele dispunha de importantes forças, dispostas a combater pela liberdade.

A morte do *almamy* de Bondu, Boubacar Saada, protegido pela França, foi para ele a ocasião de passar à ofensiva. Omar Penda, que o governo francês tinha imposto como sucessor do falecido *almamy,* recusou a Mamadou Lamine autorização para atravessar o seu território a fim de chegar a Gâmbia. Este, então, invadiu Bondu em 1886. Frey, que se encontrava às margens do Níger, enviou contingentes a Kayes e a Bakel para garantir a retaguarda. Foi aí que Mamadou Lamine tratou de radicalizar o seu movimento, emprestando aos seus sermões um único tema: a guerra total contra os cristãos[58]. Os Soninke condenavam os franceses e seus aliados africanos, como Omar Penda, de Bondu, Sambala, de Medina, bem como os fazendeiros instalados em Bakel, Medina e Kayes. Alguns

57 TANDIA, 1973, p. 83.

58 Ibid., p. 89.

Soninke a serviço dos franceses aderiram ao campo de Mamadou Lamine, enquanto outros, instalados nos postos franceses, transmitiam-lhe informações sobre os movimentos de tropas do adversário.

Em face de um inimigo dotado de armamento superior, Mamadou Lamine contava com a superioridade numérica e o fanatismo das suas tropas, convencidas de que estavam lutando por Deus e pela pátria. Sua derrota em Bakel o levou a adotar a tática da guerrilha. Em março de 1886, Mamadou Lamine decidiu atacar Bakel, símbolo da presença francesa na região e da humilhação dos Soninke. Organizou então o bloqueio da cidade, ocupando todas as vias de acesso com suas tropas. O capitão Jolly, que procurava desatar o nó atacando os Soninke com base em Koungani, teve de bater precipitadamente em retirada, deixando dez mortos e um canhão atrás de si. Mamadou se lançou então ao assalto da cidade, à frente de 10 mil homens, mas o ataque fracassou. Parecia certa a vitória dos atacantes, quando o seu quartel-general foi destruído por uma granada. Na confusão que se seguiu, os guerreiros de Mamadou Lamine fugiram[59], mas depois de ter cortado, por ordem dele, a linha telegráfica entre Bakel e Kayes.

A experiência de Bakel tinha ensinado a Lamine que, com as armas de que dispunha, jamais poderia tomar os postos fortificados franceses. Portanto voltou-se para a guerra de guerrilhas. Regressado do Níger, Frey aterrorizava as populações de Guidimakha, para forçá-las a abandonar a causa de Mamadou Lamine, incendiando as aldeias, confiscando as colheitas e o gado. Semelhante política só podia reforçar os Soninke na sua resolução de desembaraçar o país dos franceses. Mamadou Lamine aproveitou a estação das chuvas de 1886 para reorganizar as suas forças. Instalou o quartel-general em Diana, na Alta Gâmbia, onde construiu uma fortaleza que se tornou centro de propaganda e base de operações. Em julho, os Soninke atacaram Senoudebou, reconquistaram Boulebane e executaram Omar Penda, protegido francês de Bondu[60]. Depois de 1887, a aliança entre Galliéni e Ahmadu contra os Soninke precipitou o fracasso da revolta. Atacado pelo exército de Ahmadu, o filho de Mamadou, Souaibou, viu-se obrigado a abandonar Diafounou e Guidimakha nas mãos do filho de Al Hadj Umar. Foi feito prisioneiro e executado quando se esforçava para alcançar o pai. Em dezembro de 1887, Lamine era finalmente batido em Touba-Kouta pelos franceses, com a ajuda de auxiliares de Alta Casamance, fornecidos por Moussa Molo.

59 Ibid., p. 92.

60 Ibid., p. 95.

A rebelião provocada pelo imposto de palhota

A rebelião provocada pelo imposto de palhota, em 1898, foi uma reação dos Temne e dos Mende de Serra Leoa, diante do reforço do domínio britânico pela nomeação de administradores de distrito, pelo desenvolvimento da força armada, pela abolição do tráfico e da escravidão, pela promulgação da lei do protetorado de 1896, que habilitava as autoridades a dispor dos terrenos baldios e, finalmente, pela imposição no protetorado de uma taxa anual de cinco xelins sobre as habitações de duas peças e de 10 xelins sobre as de maiores dimensões[61].

Decidindo por unanimidade não pagar o imposto, os chefes Temne revoltaram-se contra as ordens de um deles, Bai Bureh (ver fig. 6.6). Junto com os Mende, que vieram engrossar as suas fileiras, eles representavam perto de três quartos do protetorado. Os rebeldes atacaram e pilharam feitorias, matando funcionários e soldados britânicos, bem como todos os suspeitos de colaborar com a administração colonial. Como informa um administrador de distrito em abril de 1898,

> o objetivo parece ser o massacre de todos os serra-leoneses (isto é, os crioulos de Freetown) e todos os europeus, e é o que está acontecendo. Não existe mais comércio no país – pois vários comerciantes foram mortos e seus depósitos queimados[62].

Em maio de 1898, os exércitos rebeldes chegaram a cerca de 40 km de Freetown, e Lagos teve de despachar às pressas duas companhias de soldados para defender a cidade.

Qual era a exata natureza dessa revolta? O governador britânico de Serra Leoa, que foi inteiramente colhido de surpresa, atribuía a revolta – assim como a resistência geral ao colonialismo, então em plena expansão – "à crescente consciência política do africano, à confiança cada vez maior no seu valor e na sua autonomia". Segundo ele,

> o indígena começa a compreender a força que representa, ao ver a importância que o homem branco dá aos produtos do seu país e ao seu trabalho, de modo que o branco não poderá mais, no futuro, aproveitar-se tanto como antes da sua simplicidade e da sua ignorância do mundo[63].

61 Estas informações foram extraídas de LANGLEY, s.d.

62 Ibid.

63 Ibid.

FIGURA 6.5 Bai Bureh (c. 1845-1908), chefe da rebelião provocada pelo imposto de palhota, em 1898. (Desenho ao vivo executado pelo tenente H. E. Green, do 1º Regimento da África ocidental. (Fonte: BBC Hulton Picture Library.)

A análise do governador Cardew é justa e se aplica igualmente à maior parte das rebeliões e das operações de guerrilha que a África ocidental conheceu entre fins da década de 1890 e 1914.

A revolta chefiada por Nana Yaa Asantewaa

A exemplo da rebelião contra o imposto de palhota, em 1898, o levante dos Ashanti, em 1890, foi provocado pela vontade dos britânicos de consolidar o seu domínio sobre aquele povo graças à destituição de vários chefes que lhes eram hostis, à nomeação de indivíduos que, conforme a tradição, não estavam qualificados para substituí-los e à imposição de uma taxa de quatro xelins por cabeça, a título de indenização da guerra de 1897. A insatisfação irrompeu quando o governador britânico, Arnold Hodgson, exigiu o Tamborete de Ouro para se sentar. Ora, o Tamborete de Ouro era para os Ashanti o que de mais sagrado possuíam no mundo, pois o consideravam o símbolo de sua alma e de sua sobrevivência como nação. Semelhante exigência tinha, portanto, de desencadear a revolta instantânea de praticamente todos os Estados importantes, os quais se sublevaram sob o comando da rainha de Edweso, Nana Yaa Asantewaa[64] (ver fig. 6.4).

As forças Ashanti atacaram o governador e seu séquito, que tiveram de se refugiar no forte de Kumasi, imediatamente cercado. Depois que o governador e seu pessoal conseguiram sair do forte, os Ashanti enfrentaram por muitas vezes os britânicos em batalhas campais de abril até novembro de 1900, data em que Nana Yaa Asantewaa foi presa e deportada para as Seychelles, em companhia de vários generais Ashanti.

Revoltas do mesmo gênero, acompanhadas de severos combates e de operações de guerrilha, multiplicaram-se na Costa do Marfim, em razão dos métodos brutais (sobretudo o trabalho forçado e a tributação exagerada) do governador Angoulvant, que chegava à crueldade para consolidar o domínio dos franceses no país e facilitar a exploração da colônia. A resistência dos Baule, que se manifestou em 1908 e continuou até 1910, foi reprimida com uma brutalidade e uma crueldade sem precedentes nos anais da resistência africana (ver fig. 6.7). No final do conflito, a população Baule tinha decaído de 1 500 000 em 1900 para 260 mil em 1911[65]. Os vizinhos dos Baule – os Guro, os Dan e os Bete – resistiram até 1919.

---

64 Para maiores detalhes, ver FYNN, 1971, p. 46-9.

65 SURET-CANALE, 1971, p. 95-103. Para maiores detalhes sobre a fase final da resistência dos Baule, ver WEISKEL, 1980, p. 172-210; BONY, 1980, v. 1, p. 17-29.

Migração em massa

Mas as revoltas e insurreições não foram as únicas formas de resistência adotadas pelos povos da África ocidental, entre 1900 e 1914. Um dos métodos mais generalizados consistia em emigrar em massa, em protesto contra a dureza do regime colonial; foi empregado principalmente nas colônias francesas, onde, incapazes de se sublevar, dada a presença de unidades militares aquarteladas nas partes controladas, os africanos preferiam fugir a sofrer medidas que eles julgavam opressivas e humilhantes. Foi assim que, entre 1882 e 1889, grande parte da população Peul dos subúrbios de Saint-Louis emigrou para o império de Ahmadu. Dos 30 mil Peul que a cidade contava em 1882, não restavam mais que 10 mil em 1889. Em 1916 e 1917, mais de 12 mil pessoas deixaram a Costa do Marfim pela Costa do Ouro. No decurso do mesmo período, também se deu importante emigração do Senegal para a Gâmbia, do Alto Volta para a Costa do Ouro e do Daomé para a Nigéria[66].

Cumpre salientar que estas rebeliões e migrações eram essencialmente obra de rurícolas, cujos contatos diretos com europeus remontavam apenas às décadas de 1880 e 1890. Nas regiões costeiras e nos novos centros urbanos, onde vivia a elite instruída e onde começava a surgir uma classe operária, as reações pareciam menos violentas. Tratava-se de greves, boicotes, protestos ideológicos, artigos nos jornais e, sobretudo, envio de petições e de delegações aos administradores coloniais da localidade e do governo central, por diversos grupos e movimentos.

Greves

A greve tornou-se uma forma de protesto, essencialmente utilizada após a Primeira Guerra Mundial, mas o período anterior já registra diversas: a dos ferroviários da linha Dakar-Saint-Louis em 1890, a das mulheres daomeanas que trabalhavam no Camarões em 1891, a dos serventes de pedreiro de Lagos que reclamavam aumento de salário em 1887, que Basil Davidson qualificou como “a primeira greve colonial importante”[67].

Em 1918-1919, teve lugar a greve dos remadores de Cotonou e de Grand Popo, no Daomé, e em 1919 a primeira greve dos estivadores no porto de Conakry, na Guiné[68].

66 ASIWAJU, 1976b.

67 DAVIDSON, 1978b; HOPKINS, 1966b.

68 SURET-CANALE, 1977, p. 46-50.

FIGURA 6.6a Levante na Costa do Marfim no início da década de 1900: a cabeça decepada de um africano exposta para exemplo. (Foto: Harlingue-Viollet.)

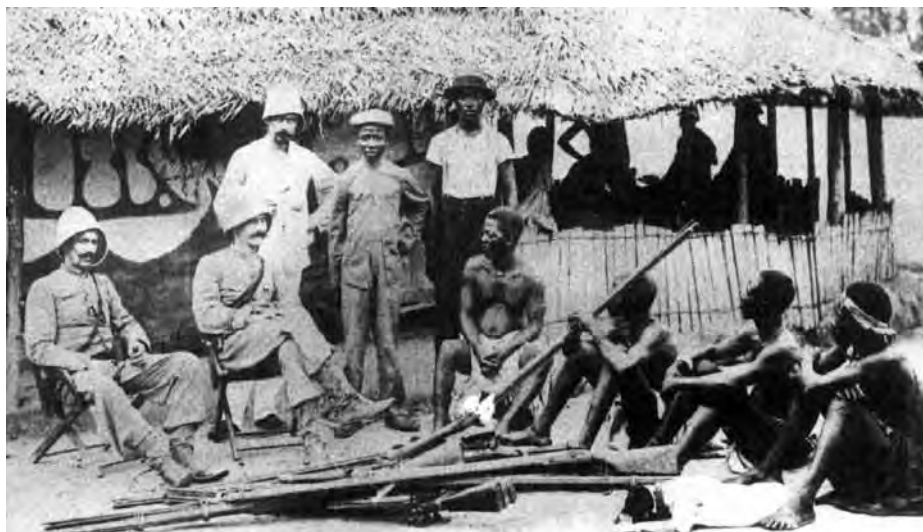



FIGURA 6.6b Costa do Marfim: o tenente Boudet aceita a rendição dos chefes tradicionais. (Foto: Harlingue-Viollet.)

Protesto ideológico

A contestação ideológica surgiu neste período, principalmente no plano religioso: entre os cristãos, os muçulmanos e os adeptos da religião tradicional. Como demonstrou B. O. Oloruntimehin, os adeptos da religião tradicional, entre os Mossi do Alto Volta, os Lobi e os Bambara do Sudão francês, uniram-se para combater quer as religiões cristã e muçulmana quer a difusão da cultura francesa. Os muçulmanos, mais particularmente os do Sudão ocidental, reativaram o Mahdismo ou fundaram movimentos como o Mouridismo, sob a direção do xeque Ahmadu Bamba, ou o Hamalhismo do xeque Hamallah, para protestar contra a presença francesa[69]. Os cristãos africanos, principalmente os das colônias britânicas da África ocidental, também se revoltaram contra a dominação dos europeus nas igrejas e contra a imposição da cultura e da liturgia europeias. Daí resultaram cisões que trouxeram consigo a criação de igrejas messiânicas, milenaristas ou etíopes, dotadas de liturgias próprias e de dogmas de caráter nitidamente africano. Foi assim, por exemplo, que em abril de 1888 apareceu a Nature Baptist Church, primeira igreja africana da Nigéria[70].

Associações de elite

Um pouco por toda parte, os africanos instruídos fundaram, sobretudo nos centros urbanos, numerosos clubes e associações, que lhes serviam de plataforma para protestar contra os abusos e as injustiças do colonialismo durante este período. Tais associações recorriam principalmente a meios como jornais, peças de teatro, folhetos e panfletos[71]. A título de exemplo de grupos que agiam como "comissões de vigilância do colonialismo", citaremos a Aborigines Rights Protection Society (ARPS), formada na Costa do Ouro em 1897, o Clube dos Jovens Senegaleses, fundado em 1910, a Peoples Union e a Anti-Slavery and Aborigines Protection Society, criadas na Nigéria em 1908 e 1912, respectivamente. A mais ativa foi, de longe, a ARPS. Tinha sido criada para protestar contra o projeto de lei fundiária de 1896, que visava permitir o domínio da administração colonial sobre todas as terras pretensamente baldias ou desocupadas. Depois de enviar uma delegação a Londres, em 1898, à presença do secretário de Estado das Colônias, esse projeto de lei celerada foi retirado. A sociedade apresentou em seguida uma série de petições à administração local, bem como ao Colonial

69 OLORUNTIMEHIN, 1973b, p. 32-3.

70 AYANDELE, 1966, p. 194-8.

71 OMU, 1978.

Office, protestando contra diversos projetos de lei em elaboração. Enviou outras duas delegações à Inglaterra: uma em 1906, exigindo a revogação do decreto sobre as cidades de 1894, e a segunda em 1911, para denunciar o projeto de lei sobre as florestas de 1910. Foi, certamente, na África ocidental, o porta-voz mais eficaz da elite e dos dirigentes tradicionais, bem como o maior adversário do colonialismo antes do surgimento do National Congress of British West Africa, depois da Primeira Guerra Mundial. Na África Ocidental Francesa, o Clube dos Jovens Senegaleses, criado em 1910, também reclamava ativamente a igualdade de direitos.

Fica evidente, a partir do que vimos, que os povos da África ocidental mobilizaram todo um arsenal de estratégias e de táticas para combater, primeiro a instauração do regime colonial, depois – ante o malogro das primeiras tentativas – certas medidas ou instituições do sistema. Em conjunto, as diversas estratégias e medidas se revelaram inoperantes e, no final do período estudado, o colonialismo estava solidamente implantado em toda a África ocidental.

As causas do insucesso

Todas as tentativas de resistência e de insurreição armada fracassaram, portanto, ao menos se considerarmos apenas os resultados imediatos. Embora não faltassem aos habitantes da África ocidental coragem nem ciência militar, estavam em grave desvantagem relativamente aos invasores e não dispunham de nenhuma compensação para a inferioridade técnica de seu armamento. Claro, conheciam melhor o país, e a dureza do clima, que obrigava os europeus a interromper operações em certos períodos do ano, às vezes lhes proporcionava um pouco de descanso. Mas o grosso das tropas conquistadoras, comandado por oficiais europeus, era composto de fuzileiros africanos, que não estavam portanto fora do seu elemento. Além disso, era frequente, seja na África ocidental seja no Maghreb (ver capítulo 5), que os defensores não contassem com a vantagem da superioridade numérica. Efetivamente, o exército regular do invasor era muitas vezes seguido de milhares de auxiliares africanos, originários de territórios anexados ou de protetorados, cujo papel principal consistia em pilhar sistematicamente o país em conflito com o protetor deles, a fim de abalar a sua organização interna. Por outro lado, os Estados da África ocidental nunca chegaram a estabelecer uma aliança orgânica, que obrigasse os inimigos a combater em várias frentes ao mesmo tempo. Certos Estados perceberam claramente a necessidade dessa aliança, mas as tentativas em tal sentido não deram resultado.

Os resistentes, na sua maioria, recorreram tarde demais à tática da guerrilha, depois que a derrota lhes ensinara que a guerra clássica e o sistema defensivo das *tatas* não funcionavam diante de um inimigo dotado de superior capacidade de fogo. Cabe ainda lembrar que, nos termos da Convenção de Bruxelas de 1890, os imperialistas se puseram de acordo para não vender armas aos africanos. Por isso eles se defrontaram com graves problemas logísticos. Enfim, como no resto do continente africano, todos os combatentes da África ocidental, com a exceção de Samori Touré, tiveram de lançar mão de armas obsoletas, como espingardas velhas, arcos e flechas, contra os canhões e a metralhadora Maxim. A conjugação de todos esses fatores é que explica a derrota dos africanos.

Se lançarmos uma vista de olhos a este período épico da história africana, a questão que naturalmente acode ao espírito é a de saber se a resistência não foi uma "loucura heróica", ou seja, uma atitude criminosa. Não é essa a opinião dos autores do presente capítulo. Pouco importa, com efeito, que os exércitos africanos tenham sucumbido diante de inimigos mais bem equipados, se a causa pela qual os resistentes se imolaram resta viva no espírito de seus descendentes.

CAPÍTULO 7

Iniciativas e resistência africanas na África oriental, 1880-1914

Henry A. Mwanzi

Muitas páginas já se escreveram sobre as reações africanas à penetração e à dominação coloniais no final do século XIX e começos do século XX. Na sua maioria, se não na totalidade, esses trabalhos concentram-se na dicotomia entre "resistentes", tachados obviamente de heróis, e "colaboradores", tachados não menos evidentemente de traidores. Essa classificação é resultado das lutas nacionalistas pela independência na África e no resto do mundo. Os envolvidos nessas lutas tendiam a considerar-se herdeiros de uma longa tradição de combate, que remontava aos começos do século atual, se não a antes. Afirmava-se que a independência era uma coisa boa e que lutar por ela era natural. Em consequência, todos quantos se haviam oposto à penetração europeia na África, em defesa de sua independência, eram heróis a serem tomados como exemplo e aos quais se devia reservar um lugar de honra na história do país que tivesse ganho a independência através da resistência à dominação colonial. Posto nestes termos, este ponto de vista é uma tentativa de utilizar critérios do presente – de utilizá-los retroativamente – na interpretação dos acontecimentos do passado. No período colonial, as autoridades referiam-se aos que resistiam como pouco atilados, e aos que colaboravam, como inteligentes. Os atuais historiadores nacionalistas da África oriental condenam os pretensos colaboradores, especialmente os chefes, e louvam os resistentes[1].

1 MURIUKI, 1974, p. 233.

Estes últimos também eram divididos entre os que pegavam em armas contra os intrusos – resistência ativa – e os que, embora não pegassem em armas, recusavam-se a cooperar com os invasores – a chamada resistência passiva. Não se fazem distinções entre os ditos colaboradores. São considerados, de modo geral, como um só grupo indiferenciado.

Todavia o professor Adu Boahen observou, com justa razão, que é deformar a história da África fazer dela um conflito de "heróis" e "vilões". Semelhante concepção ignora por completo as circunstâncias em que agiam os grupos e as pessoas. As opções que se lhes ofereciam e a interpretação que eles lhes davam podem ter sido diferentes das que lhes impuseram os políticos e intelectuais. Parece justo, como propõe Boahen, considerar os acontecimentos da época e seus principais protagonistas em termos de diplomacia – uma diplomacia desenvolvida de maneira independente ou apoiada na força. No que diz respeito à África oriental da década de 1890, o exame de tais fatores permite abordar corretamente os acontecimentos que sobrevieram. Mas, como declaram R. I. Rotberg e Ali Mazrui: "Ninguém jamais pôs em dúvida que a introdução das normas e da dominação ocidentais, assim como os controles que as acompanharam, foi questionada em toda parte pelos africanos afetados"[2].

Esse questionamento, entretanto, assumiu diferentes formas. "A reação à invasão foi determinada pela estrutura de cada sociedade à época; embora todas estivessem decididas a preservar sua soberania, a reação à invasão não foi uniforme"[3]. A diversidade das reações ocorria segundo o grau de coesão social, ou outros aspectos de cada sociedade.

Na década de 1890 – período que precedeu a ocupação europeia da África oriental – as sociedades da região haviam atingido diferentes etapas de organização social[4]. Algumas delas, como a dos Baganda e a dos Banyoro, em Uganda, a dos Banyambo, em Tanganica (atual Tanzânia), e a dos Wanga, no Quênia, tinham elevado grau de centralização política (ver fig. 7.1). Nessas sociedades, as reações à penetração estrangeira foram em geral decididas pelo rei ou pelos dirigentes. O que na Europa vigorou em certa época, "a religião do rei é a minha religião", resume bem essa atitude. Outros grupos, como os Nyamwezi, na Tanzânia, ou os Nandi, no Quênia, estavam em vias de constituir governos centralizados. É costume definir esse processo como de formação do Estado. A grande maioria das sociedades dessa região não tinha governo centralizado, mas ausência de governo

2 ROTBERG & MAZRUI, (eds.) 1970, p. XVIII.

3 M. H. KANIKI, em M. H. Y. KANIKI (eds.), 1980, p. 6.

4 Para um estudo detalhado das sociedades tanzanianas antes da corrida colonialista, ver SHERIFF, 1980.

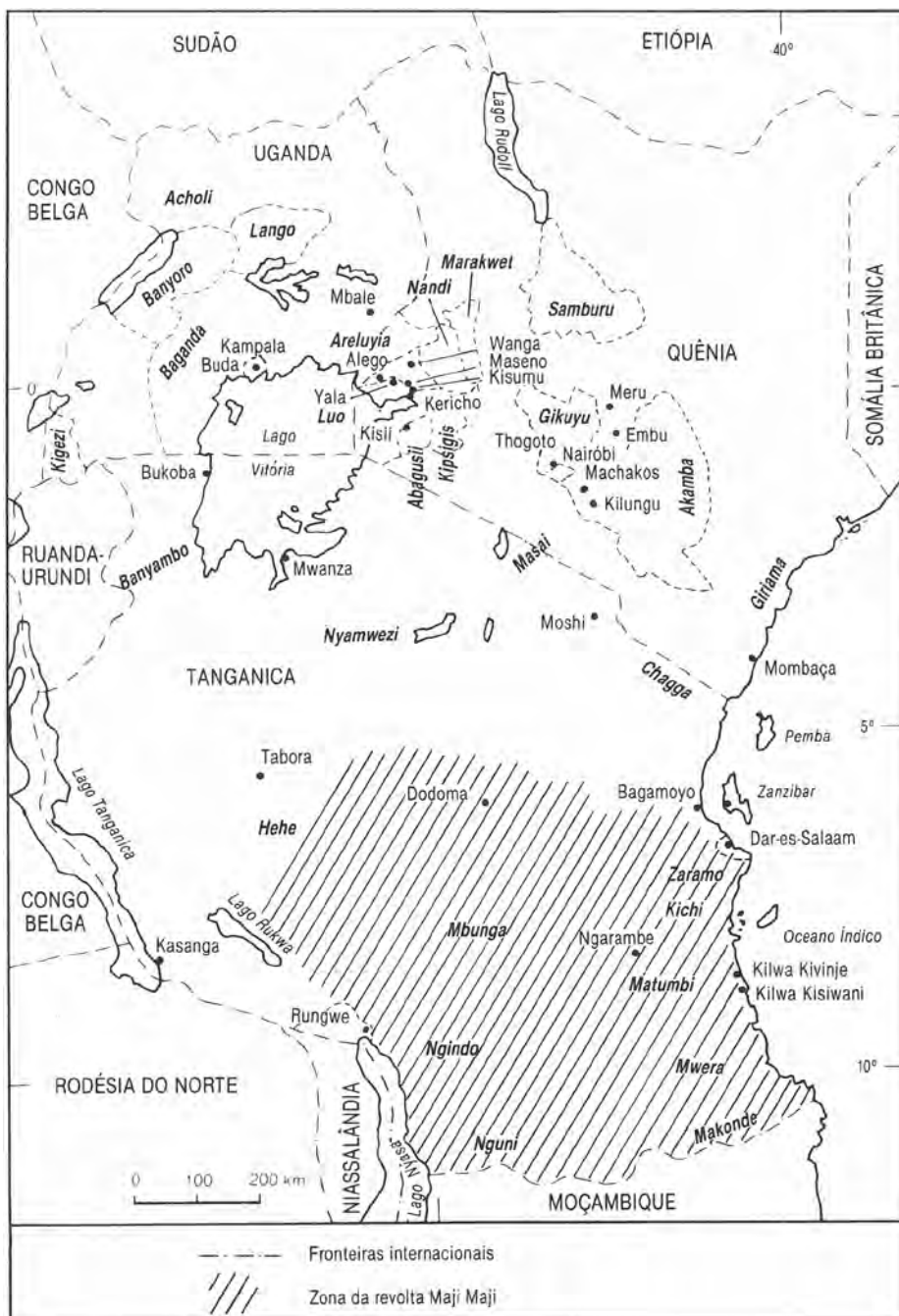



FIGURA 7.1 Povos e divisão política da África oriental. O mapa mostra as zonas da rebelião Maji Maji.

central não significa ausência de governo – erro que alguns estrangeiros cometeram por vezes ao falar das sociedades africanas no passado.

Além disso, as diversas sociedades haviam tido diferentes níveis de contato com os europeus ou com os árabes, duas forças externas que nessa época se defrontavam na África oriental. De modo geral, as zonas costeiras tinham contato mais profundo com os europeus e os árabes do que as do interior. Quanto aos povos interioranos, três ou quatro grupos tinham mais contato com os árabes do que os outros. Os Akamba, no Quênia, e os Nyamwezi, na Tanzânia, ocupavam-se com o comércio de caravanas, circulando entre o interior e a costa – fenômeno amiúde designado pelo nome de comércio de longa distância[5]. Os Baganda e os Wanga do Quênia também haviam tido, antes da década de 1890, contato com mercadores árabes de marfim e de escravos. Aqui, igualmente, o grau de abertura às influências externas determinou o tipo e a extensão da resistência de tais sociedades.

Independentemente das influências humanas, há ainda que ter em vista as transformações ecológicas verificadas então na África oriental, as quais também interferiram nas reações à penetração estrangeira. As condições atmosféricas de toda a região provocaram secas e consequente escassez de alimentos. Houve ainda epidemias de peste bovina[6]. Neste caso também, algumas sociedades foram mais atingidas do que outras pelas catástrofes naturais. As sociedades pastoris, como os Massai do Quênia, parecem ter sofrido mais com os problemas ecológicos. Algumas famílias Massai, como os Waiyaki e os Njonjo, refugiaram-se junto de seus vizinhos Gikuyu, onde iriam desempenhar um papel diferente, em relação tanto à penetração colonial como ao sistema colonial que se instalou em seguida; seu papel foi igualmente importante na sociedade pós-colonial[7]. Outras refugiaram-se entre os Nandi[8]. Outras, ainda, ofereceram seus préstimos ao rei dos Wanga, Mumia, no país dos Abaluyia, como mercenários e, depois, aos agentes do império britânico, tendo feito parte do corpo expedicionário enviado para conquistar a região atualmente designada por Quênia. Serviram muito especialmente contra os Nandi[9]. O exemplo dos Massai mostra bem que tipo de desagregação se produzira nas economias das várias sociedades da área. Portanto, o colonialismo penetrou numa região que já experimentava uma crise econômica com todos os seus efeitos negativos.

5 Ver KIMAMBO, 1970.

6 RODNEY, s.d., p. 4.

7 MUNGEAM, 1970, p. 137; ver KING, K. J., 1971a.

8 MWANZI, 1977.

9 KING, K. J., 1971a.

Rivalidades europeias e resistência africana na África oriental

As lutas coloniais na África oriental envolviam três potências rivais: o sultanato de Zanzibar, a Alemanha e a Inglaterra. Os primeiros em cena foram os árabes de Zanzibar, que tinham interesses essencialmente comerciais na costa e no interior relacionados com o marfim e o tráfico de escravos. Antes da década de 1880-1890, os negociantes árabes e swahilis contentavam-se com as operações no litoral. Mas, no final do século, os interesses árabes no interior da África oriental começaram a ser ameaçados pelos interesses dos alemães e dos britânicos, que haviam penetrado pouco a pouco na região. Em vista dessa ameaça, os árabes tentaram garantir para si o controle político de certas áreas, a fim de proteger suas concessões comerciais. Instalaram então uma colônia em Ujiji, às margens do lago Tanganica, e em Buganda prepararam um golpe contra os cristãos, depois de terem colaborado com eles para afastar Mwanga do trono[10]. Os europeus do interior, comerciantes e missionários, desejavam que seu governo ocupasse a África oriental, para lhes garantir segurança e lhes permitir o desenvolvimento de seus empreendimentos sem problemas.

Os métodos de conquista europeia não foram os mesmos em todo lugar.

De maneira geral, caracterizaram-se pelo emprego da força, em combinação, quando possível, com alianças diplomáticas com um grupo contra outro. O recurso à força tomou a forma de invasões, que também eram espetáculos de pilhagem. Para facilitar o avanço terra adentro, foram construídas estradas de ferro. A via férrea de Uganda (fig. 7.2), que ligava o interior do Quênia e de Uganda ao litoral, chegou à bacia do lago Vitória em 1901.

Os alemães também construíram estradas e ferrovias. A primeira estrada de ferro partiu de Tanga em 1891 e alcançou o sopé dos montes Usambara em 1905.

A reação no Quênia

A reação africana a todos esses empreendimentos, como já ficou dito, foi ao mesmo tempo militar e diplomática. Mas, às vezes, caracterizou-se pelo recuo, não cooperação ou passividade. Os Nandi do Quênia, por exemplo, opuseram-se militarmente à construção da estrada de ferro em seu território. De todos os povos do Quênia, foram eles que apresentaram a resistência mais viva e prolongada ao

10 KING, K. J., 1971a.

FIGURA 7.2 Equipe volante de assentadores de dormentes na construção da estrada de ferro de Uganda. (Fonte: Royal Commonwealth Society.)

imperialismo britânico. Essa resistência, iniciada na década de 1890, só terminou quando seu chefe foi morto, em 1905, a caminho de negociações traiçoeiramente arranjadas. O crime enfraqueceu a resistência dos Nandi, o que possibilitou a ocupação do território pelos britânicos.

O fato de os Nandi terem conseguido resistir mais de sete anos aos ingleses devia-se à natureza de sua sociedade. A sociedade nandi dividia-se em unidades territoriais, chamadas *pororiat*. Os guerreiros de cada unidade eram responsáveis pela defesa do território e dormiam numa cubata comum. Esta organização se aproximava muito da de um exército regular. As tropas territoriais reuniam-se sob o comando de um chefe tradicional, chamado *orgoiyot*. Era ele quem decidia os ataques. As tropas relacionavam-se com ele através de um representante pessoal, com assento em cada conselho territorial. Sendo o território, mais do que o clã, o centro da vida social nandi, não havia rivalidades entre clãs. A sociedade, por consequência, era muito unida, coesão que lhe conferia superioridade militar sobre seus vizinhos. Diz Matson a respeito: "É surpreendente que uma tribo tão pequena como a dos Nandi tenha conseguido aterrorizar populações muito mais numerosas, quase impunemente, durante várias décadas"[11].

A coesão social e a confiança dos guerreiros tanto em si mesmos como em seu chefe fizeram dos Nandi uma força militar com a qual era preciso contar. As vitórias acumuladas levaram-nos a pensar serem superiores aos outros povos, entre os quais, os brancos. Como observa G. W. B. Huntingford: "Os Nandi se consideravam pelo menos iguais, se não superiores, aos homens brancos; toda estimativa das mudanças introduzidas pelo impacto de nossa civilização deve ser feita à luz desse fato"[12]. Os Nandi, portanto, resistiram com êxito por mais de sete anos à ocupação estrangeira por causa da força combativa da sua sociedade.

Essa atitude contrasta vivamente com a de outras comunidades do Quênia. No centro do país, por exemplo, cada chefe, grupo ou clã reagiu em separado à invasão estrangeira[13]. A reação de Waiyaki, do grupo dos Gikuyu, constitui um exemplo típico disso. Seus pais, originariamente Massai, viram-se obrigados, por problemas verificados no país Massai no século XIX, a migrar para o sul do país Gikuyu. Waiyaki exercia lá certa influência, devido em parte a seus contatos com os comerciantes das caravanas. A Imperial British East Africa Company tinha-o como o chefe supremo dos Gikuyu. Mas seu comportamento, conforme aponta Muriuki, "demonstrou desde o início ter ele sincero interesse

11 MATSON, 1970, p. 72.

12 Apud ARAP NG'ENY, 1970, p. 109.

13 Ver MURIUKI (?) e MUNGEAM, 1970.

em manter relações amistosas com os brancos"[14]. Cuidou de que a expedição do conde Teleki atravessasse sem problemas o sul do país Gikuyu e fez um tratado de fraternidade de sangue com Frederick Lugard, então agente da companhia britânica. A cerimônia da fraternidade de sangue era a mais alta expressão de confiança entre os Gikuyu. Depois desse tratado, Waiyaki autorizou Lugard a construir um forte em seu território. Mais tarde, porém, quando viu rejeitadas por esses agentes do imperialismo britânico suas reivindicações como a posse de armas de fogo, Waiyaki virou-se contra eles e tomou o posto da companhia em Dagoretti. Posteriormente, mudou outra vez de tática, aliando-se aos estrangeiros para manter sua posição, mas foi deportado por eles. A conduta de Waiyaki ilustra bem o fato – por vezes mal conhecido – de que ninguém era ali "colaborador" ou "resistente" a vida inteira. As pessoas mudavam de tática conforme as circunstâncias e, provavelmente, à medida que se aprofundava sua compreensão das forças atuantes. A situação colonial não tinha nada de estático: era dinâmica, assim como as reações dos africanos.

Lenana, um Massai, também se aliou aos ingleses por oposição a outro setor da sociedade Massai que queria expulsar os estrangeiros. Muitas vezes, quem se aliava aos britânicos saía recompensado com a nomeação de chefe no sistema colonial. Lenana, como muitos outros, foi nomeado chefe supremo dos Massai no Quênia. A resistência africana variava segundo a natureza das comunidades e a maneira como cada uma percebia a ameaça à sua soberania[15]. Mudavam a extensão e as formas da resistência. Como diz Ochieng, "praticamente em todo o Quênia houve oposição ao domínio colonial. Mais bem armados e empregando grupos de mercenários, os britânicos só impuseram sua autoridade pela força"[16].

No litoral, a família Mazrui resistiu aos artifícios da Ibeac. A resistência foi encabeçada por Mbaruk Bin Rashid, que organizou uma guerra de flagelação contra as forças britânicas, superiormente equipadas. Foi preciso mandar vir tropas indianas para vencê-la. Mbaruk Bin Rashid fugiu para o Tanganica e caiu nas mãos dos alemães. A resistência dos Mazrui devia-se às tentativas britânicas de interferência nos assuntos internos das sociedades do litoral. Instalada em Takarungu, no litoral do Quênia, a família Mazrui foi estendendo progressivamente sua influência a numerosas regiões da costa. Obtendo o monopólio da compra de cereais entre os Mijikenda, passou a controlar a venda das colheitas

14 MURIUKI, p. 152 (?).

15 ROTBERG & MAZRUI, eds., 1970, p. XVIII.

16 OCHIENG, 1977, p. 89.

do litoral. Entre 1877 e 1883, os Giriama opuseram-se a tal controle, e estalou a guerra entre os dois grupos. Os Mazrui foram batidos. Posteriormente, as duas comunidades reconciliaram-se e tornaram-se sócias no comércio. A chegada dos britânicos ameaçava o acordo e a organização interna da sociedade Mazrui, o que motivou sua resistência à dominação britânica.

Em 1895, morto o váli de Takarungu, a companhia escolheu um aliado local para suceder-lhe, em lugar de Mbaruk, cujos direitos ao trono eram mais fundamentados, mas que sabia-se não favorecer a presença britânica[17]. Foi por essa razão que Mbaruk tentou expulsar pela força os ingleses da costa.

Mais para o interior, os Akamba não apreciavam nada a interferência dos britânicos nos seus assuntos. A fundação do posto de Machakos pela companhia, em 1898, provocou hostilidades com a comunidade local. Os agentes da companhia pilharam as áreas vizinhas, apossaram-se dos alimentos e dos bens dos Akamba – essencialmente, cabras e bovinos. Tomaram igualmente imagens religiosas consideradas sagradas. Em resposta, a população local, conduzida por Mziba Mwea, organizou o boicote ao posto em 1890[18], recusando-se a fornecer-lhe alimentos. A paz só foi estabelecida quando F. D. Lugard, agente da companhia, chegou para concluir com os Akamba um acordo, que incluía a "fraternidade de sangue".

No norte do Quênia, nos confins do interior do país Kisimayu, os Ogdens Somalis, a família Mazrui e os Akamba combateram a intrusão inglesa. Novamente foi preciso mandar vir tropas indianas para vencê-los (1899). Os Taita, que se haviam recusado a fornecer carregadores e tinham resistido à intervenção dos comerciantes de caravanas em seu país, foram cercados, em 1897, pelas tropas da companhia, comandadas pelo capitão Nelson, que relata: "Atacaram decididos [...] avançando contra nossos fuzis. O combate durou cerca de 20 minutos. Por fim, o inimigo fugiu em todas as direções, deixando grande número de mortos, inclusive Mwangeka"[19].

O próprio capitão Nelson, bem como 11 de seus homens, foi ferido pelas flechas envenenadas dos Taita.

Alhures, no Quênia ocidental, entre os Abaluyia, o tipo de reação foi o mesmo: confrontos militares e alianças diplomáticas. O rei dos Wanga, Mumia, determinara-se pela diplomacia. Via nos britânicos possíveis aliados no seu intento de ampliar sua influência a todo o Quênia ocidental, na luta contra seus

17 Ibid., p. 90.

18 Ibid., p. 91.

19 Apud ibid., p. 24.

adversários, como os Iteso e os Luo, com os quais estava desavindo há muito tempo. Os reis wanga tradicionalmente empregavam mercenários. No entender de Mumia, os britânicos não passavam de um grupo de mercenários que podiam ser utilizados. Paralelamente, os ingleses viam nele um agente dócil, que os ajudaria a ampliar seu controle a toda a região. E, de fato, a ocupação britânica deveu-se em grande parte a Mumia. É uma dívida abertamente reconhecida por funcionários ingleses, entre eles, *sir* Harry Johnston, que escreveu:

> Desde o início, ele [Mumia] via com bons olhos os oficiais britânicos e a ideia de um protetorado. Sua influência, numa época de muitos problemas em Uganda, foi importante para garantir a segurança das comunicações britânicas com a costa oriental[20].

Da mesma forma se expressou um outro funcionário colonial quando da morte de Mumia, em 1949. O então comissário do distrito assistiu aos funerais com outras autoridades do governo e terminou sua alocução dizendo: "Assim desaparece uma grande figura do início da história da África oriental"[21].

A reação no Tanganica

No Tanganica, o tipo de reação foi semelhante ao do Quênia: emprego da força e alianças diplomáticas[22]. Mbunga entrou em choque com as forças alemãs em 1891 e em 1893, enquanto o interior adiante de Kilwa lutava de armas na mão sob o comando de Hasan Bin Omari. Os Maconde combateram a invasão alemã até 1899[23]. Os Hehe, sob o comando de Mkwawa, bateram os alemães em 1891, matando cerca de 290[24]. Os alemães trataram então de se vingar da derrota. Em 1894 atacaram a região dos Hehe, tomando sua capital. Mkwawa, porém, conseguiu escapar. Perseguido durante quatro anos por seus inimigos, suicidou-se para não ser capturado.

Os povos do litoral de Tanganica organizaram sua resistência em torno da pessoa de Abushiri[25]. Do ponto de vista social, a costa de Tanganica, assim como a do Quênia, foi dominada durante séculos pelas culturas árabe e swahili.

20 Apud EGGELING, 1948, p. 199. Acrescenta Eggeling: "Uganda tem muito que agradecer a Mumia".

21 Apud EGGELING, 1950, p. 105.

22 Para um estudo detalhado das reações das sociedades tanzanianas à invasão colonial, ver TEMU, 1980.

23 ILIFFE, 1967, p. 499.

24 ILIFFE, 1969, p. 17; ver também GWASSA, 1972a.

25 TEMU, 1980, p. 92-9. Para uma discussão mais aprofundada sobre a resistência de Abushiri, ver JACKSON, R. D., 1970.

A população, mestiça de africanos e árabes (os casamentos inter-raciais eram comuns), ocupava-se do comércio local. No século XIX, os árabes do litoral intensificaram as atividades no interior, à procura de marfim e de escravos. Esse florescente comércio favoreceu o estabelecimento de numerosas novas cidades ao longo da costa. A chegada dos alemães ameaçava os negócios dos árabes, pois os recém-chegados procuravam suplantá-los comercialmente. As populações locais, em especial os árabes, trataram então de organizar a resistência.

Abushiri, o chefe da resistência (fig. 7.3), nascera em 1845, de pai árabe e mãe oromo ("galla"). Era descendente de um dos primeiros colonos árabes do litoral – colonos que acabaram por se considerar autóctones. A exemplo de muitos outros, opunha-se à influência do sultanato de Zanzibar na costa e até defendia a independência. Na juventude, organizara expedições ao interior do país, em busca de marfim. Com os lucros obtidos, comprou uma fazenda e cultivava cana-de-açúcar. Lançou-se também numa campanha contra os Nyamwezi, o que lhe permitiu arregimentar guerreiros, mais tarde empregados contra os alemães. Sob seu comando, os povos do litoral incendiaram um navio de guerra alemão em Tanga, no mês de setembro de 1888, dando dois dias aos alemães para evacuarem a costa. Depois, atacaram Kilwa, matando os dois alemães que ali se encontravam; em 22 de setembro, assaltaram Bagamoyo com 8 mil homens. Mas os alemães, que deram à guerra o nome de "revolta árabe", despacharam Hermann von Wissmann, que chegou a Zanzibar em abril de 1889 e atacou Abushiri na sua fortaleza, próximo de Bagamoyo, obrigando-o a retirar-se. Abushiri refugiou-se no norte, em Uzigua, onde, traído, foi entregue ao inimigo e enforcado em Pangani, no dia 15 de dezembro de 1889. A resistência no litoral desmoronou, por fim, quando Kilwa foi bombardeada e tomada de assalto pelos alemães, em maio de 1890[26].

Não faltou quem pegasse em armas, no Tanganica, para defender a independência. Mas os alemães, tal como os ingleses no Quênia, tinham se tornado mestres na arte de dividir para reinar, aliando-se a um grupo contra outro. E encontraram bastantes aliados. Os Marealle e os Kibanga, que viviam perto do Kilimandjaro e dos montes de Usambara – para citar apenas dois exemplos –, estavam entre aqueles que viam nos alemães um meio de fazer amigos para vencer os inimigos. Esses povos, como os Wanga do Quênia, achavam que podiam manipular os alemães, quando, afinal, o contrário se dava. No entanto, os árabes da costa colocaram-se sem cerimônia ao lado dos alemães (assim como ao lado

26 ILIFFE, 1979, p. 92-7.

FIGURA 7.3 O chefe Abushiri (c. 1845-1889), líder da resistência costeira à colonização alemã e britânica na África oriental, 1888-1889, segundo foto deixada por um viajante. (Fonte: East African Publishing House Ltd.)

dos ingleses, no Quênia), fornecendo o primeiro pessoal autóctone para servir ao imperialismo.

A reação em Uganda

O mesmo tipo de reação ao colonialismo britânico verificou-se em Uganda (ver fig. 7.1). Entre 1891 e 1899, houve choques entre as forças de Kabarega, rei de Bunyoro, e as de Lugard e de outros agentes britânicos. Após vários combates em que suas tropas foram vencidas, Kabarega recorreu à diplomacia. Por duas vezes tentou um entendimento com Lugard, mas este se esquivou[27]. Mwanga, o *kabaka* de Buganda, por mais de uma vez tentou interceder pelo rei de Bunyoro, mas em vão. Afinal, Kabarega recorreu à guerrilha – provavelmente, a primeira do gênero na África oriental. Evacuou Bunyoro e refugiou-se ao norte, no país Lango, de onde fustigou as forças britânicas em várias ocasiões. Thurston, oficial inglês que lá se encontrava na época, assim comentou a situação:

> Kabarega emprega suas velhas artimanhas: provocar todo gênero de problemas mas jamais aceitar a luta aberta, preferindo recorrer aos seus métodos favoritos de assassínio. Mandou dar veneno a um chefe nosso amigo, que morreu, mas mandei matar o envenenador[28].

A descrição de Thurston constitui perfeito exemplo da guerrilha que se retrai para um país vizinho para acossar as forças de ocupação de sua pátria. Mwanga juntou-se mais tarde a Kabarega, mas o esconderijo deles foi destruído em 1899 e ambos os reis capturados e levados para Kisimayu, onde Mwanga morreu em 1903 (fig. 7.4). Como vemos, Kabarega e Mwanga recorreram tanto ao confronto armado como à iniciativa diplomática.

É provável que o maior diplomata, de entre todos os chefes que enfrentaram o avanço do imperialismo na África oriental durante a última década do século XIX, tenha sido Mwanga, *kabaka* de Buganda – região declarada protetorado britânico em 1894. Tão logo subiu ao trono, em 1894, parecia desconfiar dos europeus (os missionários, na época) e procurou restringir o contato de seu povo com eles. Os Baganda que abraçaram a fé cristã e se recusaram a obedecer a suas ordens foram declarados traidores e condenados à morte[29]. Os cristãos atuais consideram-nos mártires. No entanto Mwanga se opôs violentamente às

27 DUNBAR, 1965, p. 82.

28 Apud ibid., p. 93.

29 OLIVER, 1951, p. 54; ver também ASHE, 1894, p. 55-82.

tentativas dos agentes britânicos de assumir o controle do país, mesmo disfarçados de missionários. Mas sua habilidade diplomática também se manifestava na maneira como se comportou com diversas seitas religiosas, muitas vezes em conflito umas com as outras. Ora se aliava às duas seitas cristãs – protestantes e católicos – contra os muçulmanos, por imaginar que estes se haviam tornado muito poderosos e ameaçavam seu poder no país; ora se aliava aos muçulmanos contra católicos e protestantes; segundo pensava, uns e outros eram perigosos para ele. Mwanga, portanto, era adepto da regra "dividir para reinar" – regra que as potências coloniais tão eficazmente empregaram para controlar a África. Quando preciso, recorria a algumas velhas tradições para expulsar todos os estrangeiros. Tal foi o caso em 1888[30], quando procurou atrair todos os estrangeiros e seus partidários baganda para uma parada naval numa ilha do lago Vitória, na ideia de os deixar aí morrer de fome. Parece que havia sido uma tradição dos reis baganda fazer manobras navais no lago. Mwanga pensava que assim se desembaraçaria dos estrangeiros. Mas o plano foi descoberto, e estes últimos montaram um golpe, depuseram o rei e instalaram no trono o irmão dele – que daí em diante desempenhou o papel de governante fantoche. Mwanga tentou mais tarde, em 1889, recuperar o trono, mas, como já vimos, foi exilado em 1899 em Kisimayu, onde morreu em 1903.

Mas também havia entre os Baganda os que celebraram estreita aliança com o imperialismo britânico – era o chamado subimperialismo baganda relativamente ao resto de Uganda. Agentes baganda, principalmente depois do acordo de 1900, encarregaram-se de disseminar o colonialismo inglês por todo o país. Entre eles, contava-se Kakunguru, general muganda que contribuiu largamente para a extensão do poder britânico para o norte e leste de Uganda. Foi ele, por exemplo, quem capturou Kabarega, quando os britânicos decidiram tomar seu esconderijo no país Lango[31]. O acordo de 1900 fazia dos Baganda sócios dos ingleses na penetração do imperialismo britânico na área. Buganda virou um centro de estágio, a tal ponto que grande número de administradores coloniais de Uganda, no início, era baganda. O ódio ao colonialismo, por conseguinte, voltou-se mais contra eles do que contra os próprios senhores brancos. E bom número dos problemas políticos que depois afetaram o país provém dessa velha aliança entre os ingleses e os Baganda.

30 R. OLIVER, 1951, p. 55.

31 DUNBAR, 1965, p. 96.

FIGURA 7.4 Mwanga (c. 1866-1903), ex-rei de Buganda, e Kabarega (c. 1850-1923), ex-rei de Bunyoro, a caminho do litoral e do exílio nas Seychelles. (Fonte: Royal Commonwealth Society.)

A África oriental sob o domínio colonial

Tendo acabado enfim com toda oposição e toda resistência da parte dos africanos do leste e estabelecido rigoroso controle sobre suas esferas de influência, as potências coloniais resolveram transformar a região tanto no nível político como – o que é mais importante – no nível econômico. Uma das primeiras atividades econômicas, conforme vimos, foi a construção de ferrovias, ligando, no Tanganica, as montanhas de Usambara às regiões de Kilimandjaro, e, no Quênia, o litoral à bacia do lago Vitória. Com as estradas de ferro, chegaram os colonos europeus. O objetivo era dirigir as economias da África oriental para a exportação, tornando a região dependente dos arranjos econômicos feitos na Europa. O território deveria transformar-se em fonte de matérias-primas e não em área de industrialização.

Na opinião de certos funcionários coloniais e de colonos brancos, aquela era uma área à disposição. Dizia *sir* Charles Eliot, comissário britânico do protetorado da África oriental:

> Temos na África oriental a rara oportunidade de fazer dela *tabula rasa,* país quase virgem e escassamente povoado, onde poderíamos fazer o que quiséssemos, regulamentar a imigração, abrir ou fechar a porta como bem nos aprouvesse[32].

Não surpreende, portanto, que na qualidade de comissário tenha encorajado os colonos brancos a ocuparem o máximo possível as terras altas do Quênia. Ukambani foi a primeira área do Quênia ocupada por eles em fins da década de 1890. Mas, de todos os povos da região, foram os Massai a perder maior quantidade de terras devido a essa colonização. As terras lhes foram arrancadas duas vezes[33]: em 1904, quando foram transferidos para uma reserva em Laikipia, e em 1911, quando foram novamente deslocados para ceder lugar aos colonos. Em ambos os casos, as autoridades coloniais afirmaram que os Massai haviam cedido aquelas terras com base num acordo. Mas, em 1911, os Massai contestaram a operação e apelaram a um tribunal inglês, que, obviamente, se pronunciou contra eles. Esses pretensos acordos desconheciam a natureza da autoridade no país Massai, baseada nos grupos etários reinantes. Dado que estes não estavam envolvidos nas negociações, os acordos não eram aceitáveis para os Massai. Na mesma época, colonos brancos também se instalaram no Tanganica. Em 1905, somavam 284[34], na sua maior parte vivendo nas regiões das montanhas de Usambara e do Kilimandjaro.

32 ELIOT, 1905, p. 103.

33 SORRENSON, 1968, p. 276.

34 RODNEY, s.d., p. 5.

Esses imigrantes procuraram desde o início dominar as colônias. No Quênia, por exemplo, formaram, em 1902, uma associação de plantadores e agricultores com o fim de apoiar as suas reivindicações: queriam que as terras altas do Quênia lhes fossem reservadas[35]. Embora os hindus tenham sido empregados na construção da estrada de ferro de Uganda, foram excluídos dessa área. Eliot, favorável à reivindicação, confinou os hindus às terras que margeavam a linha férrea. A política de exclusão dos hindus das terras altas foi adotada por todos os comissários do protetorado e governadores coloniais posteriores a Eliot. Os hindus reagiram constituindo associações próprias para pressionar as autoridades a dividirem as terras altas. Em 1907 apresentaram um memorial ao secretário de Estado das Colônias, Winston Churchill, quando de sua visita à África oriental. O conflito entre os dois grupos, porém, não se resolveu antes da década de 1920. No início da Primeira Guerra Mundial, as culturas de exportação (as *plantations)* eram monopolizadas pelos colonos brancos, que delas excluíam tanto os africanos como os hindus. Isso veio a influenciar as reações africanas à presença europeia no Quênia.

A situação era diferente no Tanganica e em Uganda. No Tanganica, para começar pela parte meridional do país, os africanos foram estimulados pelos brancos – a princípio, os missionários, depois, as autoridades coloniais – a se dedicar às culturas de exportação, basicamente algodão e café. Além disso, foram criadas fazendas coletivas para a cultura algodoeira. Em 1908, os africanos produziam dois terços das exportações de algodão do Tanganica e, em 1912, mais de 70% do total dessas exportações[36]. A essa época, a produção de café africano na área ao redor do Kilimandjaro alcançou a dos colonos. A extensão das mudanças ocorridas no Tanganica pode ser aferida pelo volume de mão de obra assalariada. Calcula-se que em 1931 a população africana assalariada do país era de 172 mil pessoas[37], ou seja, um quinto da população masculina em idade de trabalhar. No conjunto, "a atividade econômica da África Oriental Alemã atingia nível superior ao da África Oriental Inglesa, em vésperas da Primeira Guerra Mundial. Também estava mais diversificada, com um setor mineiro e diversos setores industriais que produziam bens de consumo"[38]. Assim, em 1914 a organização e o emprego da mão de obra no Tanganica haviam sido reorientados para a produção de excedentes, que eram expropriados pelo Estado colonial e

35 TANGRI, 1967.

36 RODNEY, s.d., p. 9.

37 Ibid., p. 10.

38 Ibid., p. 14.

o comércio europeu. Como no Quênia, os colonos do Tanganica procuravam controlar o país, assumindo papel dominante no decurso do período.

É provável que a reorganização econômica mais importante – em comparação com o Quênia e o Tanganica – tenha ocorrido em Uganda. O acordo de 1900 procedeu à distribuição de terras em Buganda com vistas a criar uma classe de proprietários fiéis ao sistema colonial. Essa distribuição conduziu à formação de diversas relações de classe e de propriedade, desde o aparecimento dos rendeiros e dos proprietários de terras. Por outro lado, o acordo afirmava que Uganda devia ser um país onde predominaria a produção agrícola africana. Estava aí um dos fatores que serviram de barreira ao povoamento branco em grande escala, como se vê no Quênia e no Tanganica. Ao contrário do Quênia, mas não diferente do Tanganica, o regime colonial procurava deixar a economia de exportação nas mãos dos autóctones. A produção de culturas de exportação tornar-se-ia o esteio da economia ugandense. O que havia começado em Buganda estendeu-se finalmente a outras regiões da colônia, sobretudo a oeste, onde o clima, como o de Buganda, era favorável. Em 1907, o algodão produzido dessa maneira representava 35% das exportações do país[39]. De modo geral, em vésperas da Primeira Guerra Mundial, as transações monetárias estavam bem desenvolvidas em Uganda, bem como no resto da África oriental. Os camponeses vendiam seus produtos a comerciantes asiáticos e europeus. A economia monetária achava-se firmemente implantada na região, estando lançadas as bases da futura integração ao sistema capitalista.

As exigências do sistema fizeram com que os africanos se defrontassem com os processos em curso e com a maneira como eles os afetavam: a introdução do imposto de palhota (*hut tax*), as requisições de mão de obra, a perda de suas terras, a falta de liberdades políticas e a corrosão de sua cultura. Os africanos elaboraram vários tipos de reação – positivos ou negativos –, segundo a forma como cada uma dessas medidas era vivenciada.

A introdução de impostos não tinha tanto o objetivo – pelo menos, não unicamente – de aumentar a receita das colônias, mas de obrigar os africanos a deixar suas terras para se integrarem no mercado de trabalho e na economia monetária. A mão de obra era empregada nas fazendas dos colonos e em obras públicas, como a construção de estradas. As condições de trabalho dos africanos costumavam ser duras. Havia outras influências, introduzidas por agentes mais sutis do imperialismo, como os missionários e os comerciantes.

39 EHRLICH, 1957, p. 169.

Movimentos anticolonialistas na África oriental até 1914

No decurso desse primeiro período colonial, cada localidade reagia de forma diferente, exceto nos raros casos de ações coordenadas à escala de uma área maior. No Quênia, como em outras regiões da África oriental, as primeiras reações de povos como os Mazrui e os Nandi tinham por finalidade proteger sua independência em face das ameaças estrangeiras. As reações ulteriores, no interior do país, visavam livrar o povo da opressão e da dominação coloniais. Embora não se tratasse de um período de lutas nacionalistas, na moderna acepção da palavra, certos sinais indicavam o começo de tal combate. Entre os Lua, no Quênia ocidental, a oposição ao domínio das missões levou à criação de uma igreja independente, em 1910, sob a direção de John Owalo[40]. Católico romano de início, Owalo aderiu à missão escocesa de Kikuyu e depois passou para a Sociedade Missionária da Igreja Anglicana, em Maseno. Foi durante sua permanência em Maseno que ele afirma ter sido chamado por Deus a criar sua própria religião. Conforme diz B. A. Ogot:

> Após muitas controvérsias, o distrito de Nianza o autorizou a criar sua própria missão, desde que sua pregação não fosse subversiva da boa ordem e da moralidade. Assim, em 1910, Owalo fundou sua missão, Nomia Luo, proclamou-se profeta e negou a divindade de Cristo. Alguns anos depois, tinha mais de 10 mil adeptos no distrito, havendo construído suas próprias escolas primárias e exigido uma escola secundária livre de toda a influência ilegítima dos missionários[41].

Em 1913 apareceu então o culto Mumbo, movimento contra o domínio branco, mas que utilizava a religião como ideologia. Do país Lua, expandiu-se para os Gusii, mostrando assim que era capaz de conquistar outras regiões do Quênia. O conteúdo político do movimento não era dissimulado. Conforme explicava seu fundador, Onyango Dande,

> a religião cristã está podre e é por isso que ela pede aos crentes que vistam roupa. Meus adeptos devem deixar crescer o cabelo. Todos os europeus são vossos inimigos, mas está próximo o tempo em que desaparecerão do vosso país[42].

As autoridades coloniais reagiram interditando o movimento, como faziam com todos quantos ameaçavam sua dominação.

---

40 SORRENSON, 1968, p. 280.

41 Ver capítulo 26, adiante; ver também OGOT, 1963, p. 256.

42 Apud SORRENSON, 1968, p. 280. Para um estudo detalhado do culto Mumbo, ver OGOT & OCHIENG, 1972.

Movimento semelhante apareceu entre os Akamba, no Quênia oriental. Também aí a religião serviu como instrumento. O movimento teve início em 1911, impulsionado por uma mulher, chamada Sistume, que se dizia possuída pelo Espírito. Mas logo assumiu sua direção um jovem, Kiamba, que o transformou em oposição política ao colonialismo no Quênia[43]. Constituiu uma espécie de política para ajudá-la a concretizar suas ameaças, mas foi preso e banido. Era uma forma de protesto contra o modo como os colonos de Ukambani tratavam a mão de obra africana.

De modo geral, os primeiros movimentos anticolonialistas do Quênia, no período anterior à Primeira Guerra Mundial, surgiram nas regiões ocidentais e orientais do país. Os Giriama da região costeira aproveitaram o conflito para se revoltarem contra a administração colonial (1914), recusando-se a abandonar suas terras para permitir o assentamento de colonos europeus. Eles várias vezes já haviam entrado em conflito com os ingleses. Por ocasião da resistência dos Mazrui contra os britânicos, estes procuraram aliados no meio dos Giriama – seus antigos parceiros comerciais –, que lhes forneceram alimentos. No final do século XIX, os Giriama entraram em conflito com eles, por lhes terem proibido o tráfico de marfim[44]. Em 1913, opuseram-se à requisição de seus jovens para trabalhar em fazendas europeias e também à substituição de seu tradicional conselho de anciãos por chefes coloniais. O levante de 1914 foi, portanto, o ponto culminante de uma série de confrontos com o ocupante. Os britânicos reagiram incendiando as casas e confiscando as propriedades. Os Giriama, tal como os Mazrui e outras comunidades, lançaram-se numa espécie de guerrilha, mas afinal foram vencidos.

Comparada ao Quênia, Uganda era bem mais tranquila. Ainda assim, em 1911, os Acholi, na parte setentrional do país, revoltaram-se contra o domínio colonial inglês[45]. Tratava-se de uma reação ao recrutamento de mão de obra e às tentativas de desarmá-los. Uma das grandes preocupações dos colonialistas era garantir que os povos sob seu domínio não tivessem condições de resistência à cruel exploração a eles imposta. Por isso era importante que não possuíssem armas de fogo, o que aliás explica a campanha desencadeada para recuperar as armas e para desarmar a população local. Os Acholi recusaram-se a entregar voluntariamente seus fuzis, mas foram vencidos no conflito que se seguiu.

43 SORRENSON, 1968, p. 281.

44 SMITH, C. B., 1973, p. 118.

45 ADIMOLA, 1954.

O mais grave desafio ao colonialismo na África oriental, nesse período, o levante dos Maji Maji, veio do Tanganica, com o emprego da religião e da magia como meios de revolta (ver fig. 7.1). O dr. Townsend resumiu com muita exatidão a situação que caracterizava a história colonial alemã:

> Durante os primeiros 20 anos da história colonial alemã [...] os autóctones foram tratados com muita crueldade e injustamente explorados [...] Desapossados de suas terras, de seus lares, de sua liberdade e de sua vontade, desapossados brutalmente da vida por aventureiros, funcionários coloniais ou companhias de comércio, suas corajosas e incessantes revoltas não foram senão o testemunho trágico de sua impotência e de seu infortúnio[46].

Essa situação não era exclusiva das colônias alemãs, mas típica do colonialismo em todo o período de sua dominação na África. Trabalho forçado, impostos, maus-tratos e más condições de trabalho, tudo concorria para explicar o levante Maji Maji. A causa imediata da revolta, contudo, foi a introdução de uma cultura comunitária de algodão. A população era obrigada a trabalhar nessa cultura 28 dias por ano, mas o produto desse labor não resultava em seu benefício. Os trabalhadores recebiam paga tão irrisória que alguns se recusavam a aceitá-la. A reação não se deu contra a cultura do algodão em si, que eles já praticavam com vistas à exportação, mas ao tipo de cultura a eles imposto, que não só explorava seu trabalho como constituía uma ameaça à economia africana, pois eram forçados a deixar suas próprias fazendas para trabalhar nas empresas agrícolas públicas.

Para unir os povos do Tanganica contra os alemães, o chefe do movimento, Kinjikitile Ngwale, que vivia em Ngarambe, apelou para suas crenças religiosas. Falou-lhes que a unidade e a liberdade de todos os africanos era um princípio fundamental, portanto deviam unir-se e combater pela liberdade contra os alemães. Disse-lhes que a guerra era ordenada por Deus e que seus ancestrais retomariam à vida para ajudá-los. Para sublinhar e dar expressão concreta à unidade do povo africano, Kinjikitile Ngwale edificou enorme altar, a que deu o nome de "Casa de Deus", e preparou água medicinal (*mafi*), a qual, dizia, tornaria invulneráveis às balas europeias os adeptos que a bebessem. O movimento, que durou de julho de 1905 a agosto de 1907, alastrou-se por uma área de quase 26 mil quilômetros quadrados, no sul do Tanganica. Segundo G. C. K. Gwassa,

> [o Maji Maji] englobava mais de 20 grupos étnicos diferentes. Na sua variedade étnica e nível de organização, o Maji Maji era um movimento ao mesmo tempo

46 Apud ILIFFE, 1969, p. 3.

> diferente e mais complexo do que as reações anteriores e as formas de resistência opostas à dominação colonial. Estas últimas de modo geral ficaram restritas às fronteiras étnicas. Por comparação com o passado, o Maji Maji foi um movimento revolucionário que operou transformações fundamentais à escala da organização tradicional[47].

A guerra estalou na última semana de julho de 1905, e as primeiras vítimas foram o fundador do movimento e seu assistente, enforcados no dia 4 de agosto do mesmo ano. O pai de Kinjikitile reergueu sua bandeira, assumindo o título de Nyamguni, uma das três divindades da região, e continuou a ministrar o *maji*, mas em vão. Os ancestrais não retomaram conforme a promessa, e o movimento foi brutalmente suprimido pelas autoridades coloniais alemãs.

O levante Maji Maji foi o primeiro movimento de grande escala da África oriental. Nas palavras de John Iliffe, foi "a derradeira tentativa das antigas sociedades do Tanganica de destruir a ordem colonial pela força"[48]. Tratava-se efetivamente de um movimento camponês de massa contra a exploração colonial. O regime alemão no Tanganica ficou abalado, e sua reação não se limitou a esmagar o movimento: a política comunitária de cultura do algodão foi abandonada. Houve igualmente algumas reformas na estrutura colonial – especialmente no que concerne ao recrutamento e à utilização de mão de obra –, destinadas a tornar o colonialismo mais atraente. Mas a revolta malogrou, e o malogro tornou inevitável "a extinção das sociedades tradicionais"[49].

Entre 1890 e 1914 mutações dramáticas verificaram-se na África oriental. O colonialismo foi imposto ao povo, de modo violento na maior parte dos casos, ainda que às vezes a violência afivelasse a máscara da lei e do direito. As reações africanas ao primeiro impacto foram uma mescla de confronto militar e tentativas diplomáticas, no vão esforço de preservar a independência. Onde os africanos não reagiram de uma ou outra dessas maneiras, aceitaram a invasão ou permaneceram indiferentes, salvo quando lhes impunham exigências diretas. O estabelecimento do colonialismo significou a reorganização da vida política e econômica das populações. Tributos foram impostos. O trabalho forçado e a privação geral dos direitos políticos tornaram-se a regra. Alguns africanos reagiram de modo violento a tais mudanças. Outros aquiesceram. No Tanganica e em Uganda, houve africanos que se dedicaram às culturas de exportação (mais

47 GWASSA, 1972, p. 202.

48 ILIFFE, 1979, p. 168.

49 Ibid.

particularmente, algodão e café), a eles proibidas no Quênia, onde predominava a atividade econômica dos colonos.

Referimos aqui diversas reações africanas a esta situação. No período subsequente à Primeira Guerra Mundial, elas se tornariam ainda mais intensas e diversificadas.

CAPÍTULO 8

Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914

Allen Isaacman e *Jan Vansina*

O tema do presente capítulo[1] será a evolução do caráter da resistência oposta à dominação europeia na África central, de 1880 a 1914. Englobamos na África central os territórios que formam os Estados do Congo Belga (atual Zaire), da Rodésia do Norte (atual Zâmbia), da Niassalândia (atual Malavi), de Angola e de Moçambique. Como a maioria das regiões africanas, a África central, em vésperas da "corrida", era ocupada por uma infinidade de populações, organizadas quer em Estados, ou seja, em sistemas políticos centralizados, quer em pequenas unidades políticas[2]. Na primeira categoria classificam-se os reinos Lunda e Luba, no Congo Belga, os Estados Humbe e Chokwe, em Angola, o reino de Monomotapa, em Moçambique, o reino Undi, da Niassalândia, e os numerosos Estados fundados pelos Nguni e os Cololo nas bacias do Zambeze e do Limpopo; na segunda categoria, os Yao e os Tonga do lago Niassa, na Niassalândia, os Bisa e os Laia, na Rodésia do Norte, os Sena, Tonga e Chopi, em Moçambique, os Quisama, Bacongo e Loango, em Angola, bem como os Loga, Mongo, Ngombe, Budga e Bowa, no Congo Belga (ver figura 8.1). Se é possível que os historiadores tenham superestimado o grau de turbulência e tensão dessas sociedades, não resta dúvida de que as divisões políticas, o particularismo étnico

1 Este capítulo foi encomendado em 1975 e concluído em 1976.

2 Para maiores detalhes, ver o volume 6 da *História geral da África*.

e regional, as dissensões internas entre camadas[3] rivais, limitaram seriamente a possibilidade de oposição aos europeus dessas populações da África central. A despeito das tendências à divisão, pode-se dizer que a oposição e a resistência foram as principais reações à conquista e à ocupação do imperialismo europeu.

Em vez de proceder à mera descrição da atividade anticolonial de cada país, preferimos focalizar os tipos de oposição que caracterizaram o conjunto da área. Analisando as reações africanas em termos dos objetivos dos participantes, três categorias se identificam em geral:

1. oposição ou confronto na tentativa de manter a soberania das sociedades autóctones;
2. resistência localizada na tentativa de atenuar abusos específicos do regime colonial;
3. rebeliões destinadas à destruição do sistema estrangeiro que havia gerado tais abusos.

Embora a resistência e as rebeliões localizadas sejam tratadas como categorias analíticas distintas, é importante salientar que os resistentes tendiam a ajustar seus objetivos às realidades militares e políticas coevas.

A luta para manter a independência: era de confronto e aliança

No período posterior a 1880, a intensificação da concorrência imperialista entre as nações europeias precipitou uma invasão sem precedentes na África. A ênfase dada à conquista e à ocupação foi perfeitamente articulada no congresso de Berlim, no qual o domínio efetivo se tornou o pré-requisito por todos aceito para o reconhecimento internacional da possessão de territórios pelos europeus. Confrontados com essa nova ameaça a sua soberania, os povos da África central reagiram por várias formas. Alguns, como os Lozi, entabularam uma

3 Usando a expressão "camadas rivais", pretendemos destacar a diferença socioeconômica que reinava na maior parte das sociedades pré-coloniais da África central. A falta de análises concretas e aprofundadas da organização das economias pré-capitalistas e do processo de constituição das classes daí decorrente não permite, o mais das vezes, determinar com certeza o verdadeiro grau de estratificação naquelas sociedades. Não há dúvida de que, em meados do século XIX, a noção de classe social já era dominante, tendo substituído a de parentesco em certo número de sociedades que praticavam o intercâmbio comercial, mas em muitos outros casos não temos dados suficientes para demonstrar essa evolução. Os trabalhos de Catherine Coquery-Vidrovitch, de Claude Meillassoux, de Emmanuel Terray e de Maurice Godelier representam, embora com pontos de vista não totalmente idênticos, um importante progresso teórico na análise da formação das classes nas sociedades da África pré-capitalista.

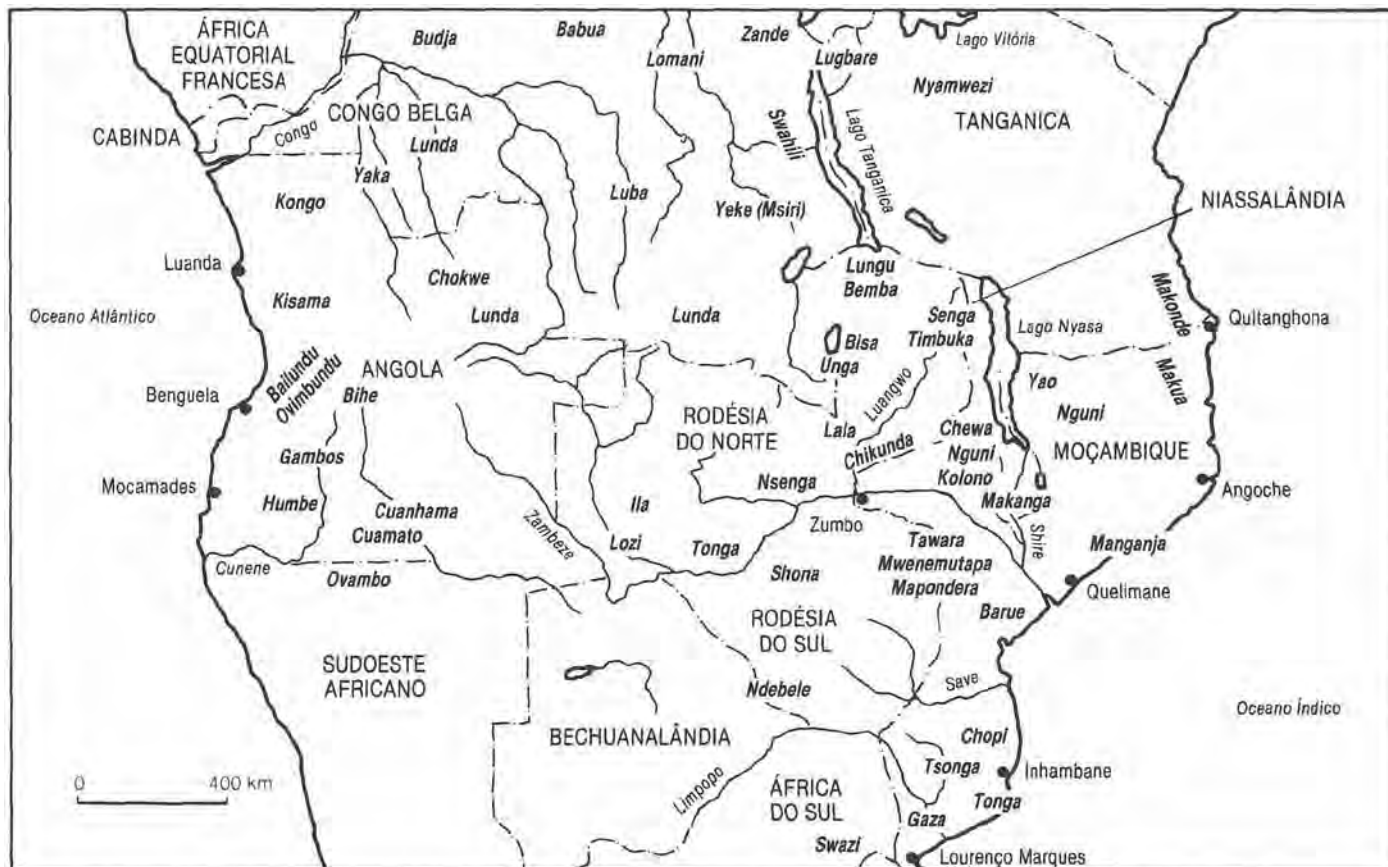



FIGURA 8.1 Povos e divisão política da África central, c. 1900.

ação diplomática dilatória, enquanto outros, como os Tonga e Sena, de Inhambane, aliaram-se aos europeus no esforço de se libertarem da opressão de uma aristocracia africana alienígena. Muitos Estados e até pequenas circunscrições da África central, por sua vez, pegaram em armas em defesa de sua autonomia. Embora compartilhassem um mesmo objetivo, os opositores diferiam substancialmente na estratégia de curto prazo, na composição étnica, na escala e no grau de êxito que alcançavam.

As estratégias de luta adotadas pelas populações da região tinham a mesma *raison d'être* – repelir os europeus e proteger a pátria, bem como os modos e meios de existência. Conquanto a independência política fosse o objetivo supremo, muitos Estados africanos estavam prontos a mobilizar suas forças para impedir qualquer violação de sua autonomia cultural ou soberania econômica. Por exemplo, na Niassalândia, em 1896, os Nguni de Gomani atacaram postos de missionários, em parte como protesto contra o efeito debilitante do cristianismo, ao passo que em Moçambique os Barué frustraram os esforços de Lisboa para incorporá-los em seu império embrionário, utilizando a Igreja católica para converter a família real[4]. As ingerências econômicas também levaram certas comunidades a adotar atitude hostil aos imperialistas europeus. Uma das grandes causas de atrito foi a tentativa dos governos europeus e respectivos agentes – negociantes e missionários – de enfraquecer a posição de intermediários de diversos Estados interioranos e de pôr fim ao tráfico de escravos, já não mais compatível com o desejo das potências capitalistas de dispor de mercados "estáveis" e matérias-primas. Durante as duas últimas décadas do século, os Yao, os Macua, os Yeke, os Chikunda, os Ovimbundo e os Chokwe, principalmente, resistiram tenazmente às pressões estrangeiras. Ao mesmo tempo, numerosos camponeses e agricultores batiam-se para manter o domínio de seus meios de produção e para evitar que não se apropriassem de suas terras, gado, trabalho e mulheres.

Os chefes africanos sabiam que precisavam neutralizar a vantagem dos europeus no plano do armamento: sua sobrevivência dependia disso. Numerosas sociedades, já envolvidas no comércio internacional, tinham acesso ao mercado de armas, tendo constituído um vasto arsenal em troca de cativos. Os Chokwe, os Ovimbundo e os Chikunda haviam tido tanto êxito nisso que não raro suas forças apresentavam-se mais bem armadas do que as tropas do Estado Livre do Congo e os exércitos portugueses, que procuravam submetê-las. Outras popu-

4 Para um estudo sobre os esforços envidados pelos portugueses para fazer do catolicismo um meio de controle social, ver ISAACMAN, A., 1973. A obra recorre à informação oral para reinterpretar o significado do que se pretendia fosse um ritual católico.

lações da África central, até então pouco enfronhadas nas grandes operações comerciais, aumentaram suas exportações para obter fuzis modernos e munições. No último quartel do século, por exemplo, os Ovambo, os Shangaan e mesmo vários ramos conservadores dos Nguni adquiriram fuzis modernos prevendo um confronto com os europeus[5]. Sempre que possível, aumentavam o estoque de armas empregando hábeis meios diplomáticos. Os chefes dos Gaza jogaram os britânicos contra os portugueses e assim obtiveram armas com os primeiros, enquanto os militantes bemba (ver figura 8.2), inquietos com a crescente presença do Reino Unido, adquiriam-nas junto aos árabes[6]. Outros grupos, os Quitangona do norte de Moçambique e os Chikunda do vale do Zambeze, chegaram até a reconhecer a dominação nominal de Portugal em troca de suprimentos militares importantes, que afinal utilizaram contra as forças de Lisboa[7].

Algumas sociedades africanas também ampliaram sua capacidade de defesa com inovações militares internas. Os Barué criaram fábricas de munições, que produziam pólvora, fuzis e até mesmo peças de reposição para a artilharia[8]. Novas e custosas construções de defesa, como as cidades fortificadas de Jumbe, entre os Kota, e as *aringas* do Zambeze e do vale do Luangwa, foram edificadas para resistir a eventuais cercos dos europeus[9]. Outros grupos, como os Macua, os Lunda e diversos bandos que operavam na região de Gambo, no sul de Angola, aperfeiçoaram técnicas de guerrilha que lhes permitiram repelir as primeiras incursões imperialistas. Por volta de 1900, os *svikiro* (feiticeiros que invocavam os espíritos) barué, tawara, tonga e de outros grupos shona preparavam poções divinas para neutralizar as armas europeias e transformar suas balas em água[10] (ver figura 8.1).

5 CLARENCE-SMITH & MOORSOM, 1975, p. 372-3: estudam a incidência do colonialismo português e sul-africano sobre as populações ovambo e sua reação; LINDEN, 1972, p. 246-7: dá informações interessantes sobre as formas iniciais de interação entre os Maseko Nguni e os britânicos; WHEELER, 1968: analisa os esforços infrutíferos de Gungunhana para preservar por meios diplomáticos a independência dos Shangaan.

6 WHEELER, 1968, p. 591; ROBERTS, A. D., 1974, p. 202-3: o melhor estudo sobre os Bemba publicado até hoje.

7 HAFKIN, 1973, p. 375-7: análise importante do tráfico de escravos e da resistência de grupos conservadores aos portugueses; ISAACMAN, A., 1976, p. 22-49: análise dos diversos tipos de movimentos de resistência, com destaque especial para o desenvolvimento da consciência política das forças anticoloniais.

8 COUTINHO, 1904, p. 46-7: descrição das guerras travadas pelos portugueses contra os Barué por volta de 1900.

9 NEWITT, 1973, p. 226-9: importante estudo sobre as poderosas famílias de *prazeiros* e suas relações com Lisboa. O autor também publicou vários artigos sobre questões próximas em *Race* e *Journal of African History*,

10 VANSINA, 1969, p. 21-2. Ver também ISAACMAN, A., 1976, p. 49-74, 126-56: o emprego de poções pelos Shona para neutralizar as armas europeias.

Malgrado a vontade comum a vários países africanos de opor-se à dominação estrangeira e adquirir armas modernas, na prática as táticas empregadas foram sensivelmente diferentes. Em muitos casos, os Estados africanos reagiram com violência contra as primeiras incursões europeias, apesar da esmagadora superioridade militar do inimigo. Foi o caso do chefe dos Chewa, Mwase Kasungu, que se colocou à frente de seu povo na vã luta contra os britânicos e acabou por se suicidar em 1896 para não capitular[11]. Aproximadamente na mesma época, os Bié de Angola organizaram uma emboscada contra um destacamento colonial encarregado de estabelecer postos no interior, justamente em seus territórios, e os Humbe, mais ao sul, atacaram uma coluna portuguesa porque Lisboa se recusara a pagar-lhes pelo direito de ocupar um fortim situado em suas terras[12].

Outros chefes africanos procuraram evitar os primeiros choques, na esperança de vir a aumentar seu potencial militar ou de negociar um tratado "equitativo", em que se reconhecesse a soberania de seu Estado. Durante quase 10 anos, Gungunhana (ver figura 8.3) negociou ora com os britânicos ora com os portugueses, disposto a fazer toda uma série de concessões, menos renunciar à independência de Shangaan[13]. A família real barué desenvolveu política semelhante, tentando conquistar o apoio de Karl Peters, aventureiro alemão que ela imaginava estreitamente ligado ao governo de Bismarck. Quanto aos Bemba, só se engajaram numa resistência esporádica no fim do século, após 15 anos de tentativas de negociação com o Reino Unido[14]. Nos casos extremos, Estados como o dos Quintangona do norte de Moçambique ou os impérios Chikunda do vale do Zambeze até chegaram a reconhecer de bom grado a autoridade nominal dos portugueses, desde que estes não se esforçassem a sério para impor-lhes a dominação colonial[15]. No entanto, como o congresso de Berlim exigia explicitamente que o controle efetivo precedesse todo reconhecimento internacional dos direitos de uma nação sobre possessões coloniais, esta estratégia redundava invariavelmente em confronto.

11 TANGRI, 1968, p. 2-4: relação sucinta das primeiras formas de lutas travadas pelas populações do Malavi.

12 PÉLISSIER, 1969, p. 67: relatório bem documentado das numerosas guerras que se desenrolaram no sul de Angola. O autor está terminando uma história militar geral de Angola. WHEELER, 1963, p. 334: estudo aprofundado da política colonial portuguesa no século XIX.

13 BOTELHO, 1934, v. 2, p. 419-33: um clássico da história militar de Moçambique. O volume 2 é de importância particular no que se refere aos conflitos do final do século XIX. WHEELER, 1968.

14 ISAACMAN, A., 1976, p. 49-74; ROBERTS, A. D., 1974, p. 229-92; para um relato fascinante de um contemporâneo sobre os esforços envidados pelos Barué para conseguir auxílio dos alemães, ver PETERS, 1902, p. 116.

15 HAFKIN, 1973, p. 375-7; ISAACMAN, A., 1976, p. 22-48; NEWITT, 1973, p. 295-311.

FIGURA 8.2 Chefe bemba no meio do seu povo, recebendo um europeu, 1883. (Ilustração: Victor Giraud.)

Numerosas sociedades da África central, incapazes de opor resistência eficaz aos colonizadores ou de compreender as decorrências da tutela colonial, começaram por submeter-se pacificamente, mas não demoraram a juntar forças para a reconquista da independência. Esse tipo de conflito retardatário ocorreu com muita frequência no Congo, onde a população autóctone, de início, considerava os agentes do Estado Livre do Congo parceiros comerciais e aliados contra os traficantes de escravos estrangeiros. Só quando os funcionários do Estado Livre começaram a baixar impostos e a recrutar mão de obra é que as sociedades locais perceberam que, por inadvertência, tinham alienado sua autonomia. Entre 1885 e 1905, mais de uma dúzia de grupos teoricamente "subjugados" do baixo Congo e do Congo central se revoltou[16]. Entre eles, os mais bem-sucedidos foram os Yaka, que combateram eficazmente os europeus durante mais de dez anos, antes de serem vencidos em 1906, os Buja e os Boa, que se revoltaram no fim do século contra o trabalho forçado nas *plantations* de borracha. No apogeu das lutas, os rebeldes chegaram a mobilizar mais de 5 mil trabalhadores, que empreenderam demorada guerrilha com bases profundamente entranhadas na floresta[17].

Além da diversidade das reações iniciais, havia diferenças quanto ao grau de provincianismo e particularismo étnico. Algumas sociedades, importantes ou não, enfrentaram o invasor sem se dar ao trabalho de procurar alianças mais amplas. Em Angola, os Bié, Humbe e Ganguela começaram por combater o estrangeiro sem apelar aos seus vizinhos, que, no entanto, detestavam igualmente os portuguêses[18], enquanto em Moçambique, Lisboa pôde tirar proveito da profunda rivalidade entre os Estados Chikunda, que tentava submeter, rivalidade que impedia qualquer verdadeira aliança. Mesmo os Estados Nguni, embora aparentados, foram incapazes ou não quiseram se entender para resistir à expansão britânica na Niassalândia. Por volta da década de 1890, os Maseko, Gomani e Mpeseni, todos Nguni, lutaram isoladamente contra as forças coloniais britânicas, numericamente menores, e foram esmagados, o que permitiu ao Reino Unido a criação da colônia da Niassalândia[19]. Num mesmo Estado, a impotência das facções rivais para se unirem a fim de resistir às incursões europeias era a con-

16 YOUNG, 1965, p. 283 (carta 5); FLAMENT et al., 1952, p. 106-531; LEJEUNE-CHOQUET, 1906: traz pormenores de algumas insurreições de pequena envergadura e se estende um pouco mais sobre os primeiros atos de resistência. Ver também HARMS, 1975.

17 FLAMENT et al., 1952, p. 162-4, 499. O território ficou sob ocupação militar até 1908. Cf. PLANCQUAERT, 1932, p. 134, 138.

18 PÉLISSIER, 1969, p. 67-72; WHEELER, 1963, p. 334.

19 McCRACKEN, 1972: estuda a maneira como os diversos grupos nguni reagiram à penetração europeia. LINDEN, 1972, p. 241-4

FIGURA 8.3 Gungunhana e seus guerreiros. (Ilustração: J. R. Baptista, 1892.)

sequência lógica de seu particularismo míope. Vários exemplos comprovam que grupos rivais realmente emprestaram mão forte às potências imperialistas na esperança de consolidar suas próprias posições. Essas tendências à divisão paralisaram os esforços dos Luba e Barué para preservar sua autonomia[20]. No tocante a estes últimos, Lisboa, por intermédio de seu agente, a Companhia de Moçambique, constrangeu Chipitura, membro dissidente da aristocracia barué, a uma aliança secreta. Nos termos dessa aliança, consignada em carta, Chipitura reconhecia a soberania de Portugal, que em troca deveria ajudá-lo a vencer seu rival, Hanga.

Outros grupos sociais africanos, para compensar a insuficiência de seu potencial militar, fizeram alianças anticoloniais multiétnicas bem amplas. O poderoso chefe dos Gaza, Gungunhana, convidou os Swazi a juntarem-se à luta contra os portugueses; já os Barué estabeleceram uma rede multiétnica, compreendendo os Tonga, os Tawara e diversas populações shona da Rodésia do Sul (atual Zimbábue)[21]. Como demonstra o exemplo dos Barué, essas alianças temporárias eram mais comuns quando a economia, o parentesco e a religião já uniam de antemão as populações em causa. Estes três elementos estiveram na origem da constituição da confederação Yao, sob a chefia de Makanjira, e da aliança Macua-Swahili. Mas foram elementos de ordem financeira que estiveram na base dos esforços – que redundariam em malogro – envidados em comum pelos Bemba e os árabes no final do século XIX[22]. De vez em quando, rivais de longa data punham de lado sua animosidade na tentativa de sobreviver, o que explica a aliança entre os Lunda, da região central, e os Chokwe contra as tropas do Estado Livre do Congo, apesar da mútua inimizade, que remontava a mais de uma geração. Razões análogas também levaram os Mburuma Nsenga e os Tawara a auxiliar os Chikunda na virada do século e à aliança dos Cuanhama-Cuamato no sul de Angola.

Não surpreende verificar que a extensão dos movimentos de resistência era altamente proporcional ao grau de particularismo étnico das populações africanas. Quando uma sociedade africana combatia sozinha, o vulto de seu exército e seu potencial de resistência eram geralmente limitados. A rápida derrota dos Estados Nguni e dos Chewa de Mwase Kasungu mostra desvantagem básica dos grupos isolados. As grandes alianças muitas vezes conseguiam alinhar exér-

20 VANSINA, 1966, p. 242-4: estudo abrangente da África central pré-colonial, com destaque para o Zaire. ISAACMAN, A., 1976. p. 49-74.

21 WARHURST, 1962, p. 59.

22 ROBERTS, A. D., 1974, p. 242, 271.

citos importantes, bem equipados, e, de modo geral, opor uma resistência mais prolongada ao inimigo. Estima-se que as forças yao de Makanjira somavam 25 mil homens, ou seja, um exército comparável ao dos Cuanhama-Cuamato e dos Barué[23].

Como os movimentos de resistência não atingiram seus objetivos políticos maiores, tende-se a minimizar e mesmo a ignorar vitórias militares localizadas, considerando-as, no conjunto, como fracassos. Na realidade, dependendo das dimensões dos grupos africanos, da posse ou não de armas modernas, da extensão e do preparo das forças imperialistas, as situações variavam consideravelmente. Não há dúvida, numerosos grupos africanos foram rapidamente derrotados, mas também muitos conseguiram deter as primeiras incursões europeias e infligir pesadas perdas ao inimigo. No sul de Angola, os Humbe e os Cuamato repeliram vários ataques dos portugueses e, quando dos combates de 1904, mataram mais de 300 homens dos 500 que se lhes opunham[24]. Os Estados Chikunda bateram diversas vezes o desorganizado exército de Lisboa no decurso da última década do século XIX, ao passo que, no norte da Niassalândia, os Yao acuaram o exército colonial britânico durante quase cinco anos[25]. Sucedeu o mesmo no Congo, onde os Chokwe infligiram pesadas perdas à Force Publique por 20 anos, antes de sucumbir[26]. Indubitavelmente, os casos mais estrondosos foram o da aliança dos Swahili com os Macua, que lograram escapar à dominação portuguesa até 1910, e o dos Cuamato aliados aos Cuanhama, cuja derrota só se tornou definitiva em 1915[27].

Apesar de tão custosas vitórias, todas as guerras de independência na África central acabaram por redundar em fracassos. A intervenção de múltiplos fatores, na sua maior parte anteriores à "corrida", permite explicar por que os africanos não conseguiram sustar o avanço dos europeus: o fato de grande parte dos Estados mais poderosos serem obra de conquistas, o particularismo étnico e as divisões internas entre as camadas ou classes dirigentes, ou entre estas e as populações que dominavam. Tais fatores, em consequência, limitaram as possi-

23 STOKES, 1966a, p. 267-8: estudo sobre a estratégia de sobrevivência empregada pelos Lozi sob Lewanika; PÉLISSIER, 1969, p. 103; COUTINHO, 1904, p. 43.

24 PÉLISSIER, 1969, p. 79.

25 ISAACMAN, A., 1976, p. 22-48; STOKES, 1966b, p. 366-8: estuda a estratégia dos britânicos e a reação das diversas populações do Malavi.

26 VANSINA, 1966, p. 226-7.

27 HAFKIN, 1973, p. 384; NEWITT, 1972b, p. 670-1: estudo sobre os interesses conflitantes dos portugueses e da elite africana comerciante de escravos, e sobre a conquista definitiva da região de Angoche. PELISSIER, 1969, p. 102-8.

bilidades de organizar em bases suficientemente amplas o esforço anticolonial coordenado, indispensável para disputar aos europeus a indiscutível vantagem de que gozavam as forças imperialistas no plano das armas e da técnica militar.

Além disso, as rivalidades africanas permitiram aos administradores coloniais, como Harry Johnston, "dividir para reinar", estratégia em que davam mostras de consumada arte. Os anais do combate pela preservação da independência e da soberania africanas estão repletos de exemplos de africanos que, não contentes por se terem submetido, ainda ajudaram as potências coloniais, a fim de se vingar de abusos cometidos outrora por vizinhos. Os Tonga, de Inhambane, bem como os Sena, ajudaram os portugueses a combater os Shangaan e os Barué, seus suseranos respectivamente, ao passo que, no Congo, populações avassaladas cooperaram com os belgas para se libertar da tutela dos Yeke e dos árabes, ou para eliminar os traficantes de escravos. Além disso, muitos chefes africanos tinham a impressão de que, aliando-se aos europeus, poderiam satisfazer suas aspirações expansionistas, para reforço da sua posição interna. Foi o que, por exemplo, levou Tippu Tib e os filhos de Msiri a ajudar o Estado Livre do Congo[28]. Outras sociedades africanas, algumas das quais se tinham oposto ao invasor desde a primeira hora, juntaram-se mais tarde a ele[29], em troca de benefícios materiais e de promessas de melhoria de sua situação no quadro da nova ordem colonial. Os Yao, uma vez vencidos, ajudaram a abater os Nguni Mpeseni, que, por sua vez, ajudaram os portugueses, em seguida, a derrotar os Barué.

Sem aliados nem mercenários africanos, os europeus não poderiam ter imposto sua dominação, com tão escasso contingente de homens no continente. Os exércitos portugueses que selaram a "conquista" definitiva do vale do Zambeze em 1902, por exemplo, eram compostos por mais de 90% de recrutas africanos[30]. Em menor grau, era idêntica a situação dos exércitos portugueses em Angola. Mais ao norte, o exército do Estado Livre do Congo era formado por recrutas africanos, aos quais se juntavam alguns mercenários haussa ou zanzibari.

28 FARRANT, 1975, p. 108-11; SLADE, 1962, p. 94-102. Sobre Mukunda Bantu, filho de Msiri, ver MUNONGO, 1948, p. 199-229 e 231-44; BITTREMIEUX, 1936, p. 69-83. Mukunda Bantu estava a ponto de ser completamente posto de lado pelos Sanga.

29 McCRACKEN, 1972, p. 227; DACHS, 1972, p. 288-9; ISAACMAN, A., 1976, p. 49-74. Um dos raros artigos onde as motivações e o impacto da colaboração são estudados.

30 Em vez de "aliança", certos historiadores preferem o termo "colaboração". Para uma análise teórica da colaboração, ver ISAACMAN, A. & ISAACMAN, B., 1977, p. 55-61. As razões que levaram o diretor do volume a rejeitar esse termo vêm expostas no primeiro capítulo.

Somente os oficiais eram europeus. A grande quantidade de africanos que participaram da ocupação britânica da Niassalândia e da Rodésia do Norte comprova a habilidade com que Harry Johnston soube dividir para reinar.

Primeiros bolsões de resistência contra a dominação colonial e o capitalismo

Ao contrário da resistência pré-colonial, cujo objetivo fundamental era a preservação da independência, a resistência oferecida pelos camponeses e operários em começos do século XX decorria diretamente dos esforços desenvolvidos pelos regimes coloniais para reforçar sua hegemonia e impor relações capitalistas, a fim de explorar os recursos humanos e naturais da África central. Não cabe neste estudo examinar em pormenores e comparar os sistemas coloniais português, britânico e belga. Não obstante, convém estudar como, devido aos abusos de que eram inegavelmente culpados, eles provocaram a formação de bolsões de resistência localizada, incessantemente renovados[31].

A primeira preocupação dos administradores coloniais consistia em instaurar um sistema administrativo que controlasse as atividades das populações submetidas. Para tal fim, depuseram um grande número de chefes tradicionais, cuja cooperação deixava a desejar, violando assim o caráter sagrado, no plano religioso e cultural, da realeza. Para reforçar sua precária dominação, despacharam policiais africanos, recrutados entre mercenários e seus aliados. Esperavam assim controlar as atividades dos "chefes coloniais" e intimidar a população local. Em vista de sua ambição de poder sem limites, não surpreende que os membros da Force Publique do Congo, os Guerras Pretas de Angola, os Sipais e a polícia nativa da Rodésia do Norte e da Niassalândia tenham praticado concussões e abusado de sua autoridade.

A fim de colocar mão de obra barata à disposição do governo e dos capitalistas europeus, as potências coloniais implantaram o trabalho forçado, que veio se somar a uma tributação sufocante. No Congo, os africanos eram obrigados a fazer a coleta da borracha e trabalhar nas ferrovias e minas. Em Moçambique, eram fundamentalmente as diversas companhias concessionárias multinacionais que se beneficiavam com o trabalho forçado. Moçambicanos eram exportados

31 Sobre a política de cada uma das potências coloniais, ver RANGER, 1969; STENGERS, 1969; HAMMOND, 1969; BENDER, 1978; MONDLANE, 1969, p. 23-58; MEEBELO, 1971, p. 71-90; KRISHNAMURTY, 1972; BOAVIDA, 1967: amplo apanhado da exploração de Angola pelos portugueses.

para a Rodésia do Sul, África do Sul e São Tomé, onde se somavam, nas *plantations* de cacau, a milhares de angolanos. Com diferença de detalhes, repetiu-se o mesmo tipo de coerção e intimidação no recrutamento da mão de obra africana para as *plantations* europeias da Niassalândia e, posteriormente, para as minas da Rodésia do Norte[32].

Os camponeses que ficavam em suas terras não estavam livres de coações. Entre a população rural eram muitos aqueles que a lei constrangia a trabalhar várias semanas sem remuneração nos canteiros de obras públicas, sob pena de prisão imediata. Também se viam submetidos às exigências e aos caprichos das autoridades locais, e frequentemente compelidos a vender seus produtos abaixo da cotação.

Em resumo, submetidos ao sistema colonial capitalista, os africanos foram sobrecarregados com ônus econômicos e sociais esmagadores. As famílias viram-se dispersas momentânea ou permanentemente. O campesinato local vivia aterrorizado com os excessos dos mercenários europeus ou africanos. No plano econômico, a exportação de grande parte da mão de obra intensificava, em várias regiões, as penúrias locais, daí resultando a estagnação e o subdesenvolvimento dos campos.

Esses abusos geraram incessantes protestos dos operários e camponeses. Evidentemente, o que se reclamava era mais a correção de algumas situações intoleráveis do que a supressão do sistema repressivo que as provocava. Seu caráter esporádico fez com que boa parte dessa oposição local fosse ignorada tanto por seus contemporâneos como pelos historiadores. Não obstante, a "resistência cotidiana", a insubmissão, o "banditismo social"[33] e as insurreições camponesas constituíram importante capítulo dos anais anticolonialistas da África central.

Como os escravos do sul dos Estados Unidos, muitos camponeses africanos vingavam-se dissimuladamente do sistema repressivo. À falta do necessário poder, no caso de uns e de outros, o confronto direto era quase sempre uma tática que não se podia empregar. Portanto, era pela fraude fiscal, a "cera" no trabalho e a destruição furtiva de bens que eles manifestavam sua hostilidade. Tal como nos Estados Unidos, a população europeia dominante entendeu essas manifestações de "resistência cotidiana" como evidências da falta de caráter e ignorância de seus subordinados e não como expressão de descontentamento[34].

---

32 Para um estudo do trabalho forçado, ver DUFFY, 1967; NEVINSON, 1906; COQUERY-VIDROVITCH, 1972.

33 Esta expressão é mantida por insistência dos autores. O diretor do volume teria preferido "ação de pequenos grupos armados".

34 Um ponto de vista novo sobre a questão vem exposto em BAUER, R. A. & BAUER, A. H., 1942. Mais recentemente, o tema foi discutido por autores como John W. Blasingame, Eugène Genovese e Peter Kolchin.

Escapar aos impostos era coisa frequente em toda a África central. Justamente antes da chegada do coletor de impostos, todos ou quase todos os habitantes de uma aldeia fugiam para lugares inacessíveis, até a partida do funcionário da administração. Na Rodésia do Norte, os Tonga Gwamba tinham fama de grandes fraudadores do fisco; o mesmo constava de seus vizinhos Bisa e Unga, que se escondiam nos pântanos de Bagwelu[35]. Em Moçambique, o costume estava tão solidamente estabelecido que um funcionário observou, desanimado: "Nunca se sabe quantas vezes meia dúzia ou mais de adultos abandonarão seu *kraal,* deixando atrás de si apenas um cego, um doente ou um velho, isentos de impostos"[36]. Os africanos que tinham o privilégio de viver perto de uma fronteira internacional passavam de um lado para outro da divisa para fugir aos coletores de impostos das duas colônias. Periodicamente, os Yaka atravessavam o rio Cuango, que separa Angola do Congo, enquanto seus compatriotas aproveitavam a falta de vigilância na fronteira para passar ao Congo francês, onde se deixavam ficar até que fossem de novo perseguidos pelos agentes locais do fisco[37]. Tática análoga foi empregada por populações rurais da região de Milanje, ao longo da fronteira entre a Niassalândia e Moçambique, e do vale do Gaerezi, que separa Moçambique da Rodésia.

Os camponeses também desenvolveram artimanhas para evitar ou minimizar os dissabores do trabalho forçado. No pior dos casos, como sucedia com os Namwhana e os Lungu da Rodésia do Norte, pegaram em armas para expulsar os recrutadores de seu território[38]. Os conflitos do trabalho foram, em 1893--1894, causa de movimentos de insurreição dos Manjanga no baixo Congo e de incontáveis levantes nas regiões de cultura da borracha[39]. Táticas menos perigosas – doenças simuladas, ritmo lento de trabalho, greves, fugas – também eram empregadas. Na Rodésia do Norte, no distrito de Abercorn, os funcionários coloniais não cessavam de se queixar dos africanos, que "mandriavam e tinham de ser constante-

35 ROTBERG, 1965, p. 75: uma história política dos dois países, acrescentando algumas informações sobre os primeiros bolsões de resistência ao colonialismo. MEEBELO, 1971, p. 97-8: estudo importante dos movimentos de resistência, abrangendo certas formas localizadas raramente estudadas.

36 XAVIER, 1889, p. 25-6: obra importante, de um contemporâneo da implantação da tutela portuguesa.

37 MOULAERT, 1945, p. 28-43: conta como, em 1885 e 1893, a população de Manyanga se opôs à delimitação da fronteira com o Congo francês a fim de poder escapar ao pedágio. Em 1902, novo incidente levou a um confronto diplomático, e a fronteira acabou por ser traçada em 1908. Em todas as zonas fronteiriças, os habitantes escapavam dos coletores de impostos e do recrutamento forçado de mão de obra passando de um lado para outro. São abundantes as observações a respeito, quer por escrito, quer na tradição.

38 MEEBELO, 1971, p. 90-1.

39 FLAMENT et al., 1952, p. 498-9.

mente empurrados para o serviço". Os operários acabaram por paralisar o trabalho até que lhes garantissem um salário[40]. A falta de cooperação e a elevada taxa de absenteísmo convenceram os funcionários europeus da indolência congênita dos africanos. Certo administrador português notava, na época:

> Nenhum fugiu por causa de maus-tratos nem por outra razão justificável [...] Portanto sou levado a concluir que a grande repugnância que quase todos eles mostram pelo trabalho é a única explicação para a fuga das tarefas em questão[41].

Havia também casos de trabalhadores que, descontentes, sabotavam o equipamento agrícola, queimavam os entrepostos, roubavam os armazéns das companhias concessionárias e dos negociantes locais e destruíam os meios de transporte e as linhas de comunicação.

Atravessar as fronteiras também constituía frequente manifestação de descontentamento. Embora a natureza clandestina do êxodo impeça qualquer exatidão nas avaliações, tudo sugere haver atingido grandes proporções. Documentos oficiais britânicos indicam que, de 1895 a 1907, mais de 50 mil africanos estabelecidos no vale do Zambeze fugiram para a Rodésia do Sul e para a Niassalândia, na vã esperança de que o colonialismo inglês se mostrasse mais clemente[42]. A identidade ou o parentesco étnico dos grupos que viviam de um lado e de outro da fronteira ajudou os Ovambo e os Bacongo a deixar Angola, bem como os Shona e os Cewa a fugir de Moçambique (ver figura 8.1). Na Niassalândia, grandes contingentes de Tonga e de Tumbuka, das margens do lago, deixaram a região da bacia do Rukuru para fugir da zona sob controle britânico e escapar ao pagamento de impostos[43].

A constituição de comunidades de refugiados nas zonas desabitadas era uma variante da tática de insubmissão. Mais do que atravessar fronteiras internacionais, os camponeses, que em muitos casos tinham recusado atender às suas obrigações "legais", criaram enclaves autônomos. Essa tática foi regularmente empregada pelos Bemba dissidentes, que se refugiavam no sertão. "Fora de alcance, os habitantes das *mitanda* obtinham uma espécie de independência, que defendiam ciosa e encarniçadamente[44]." Fenômeno

40 MEEBELO, 1971, p. 95-7.

41 Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo do Século XX, Cx. 4-185, m. 37: António Gomes ao Subintendente do Governo em Macequece, 18 de novembro de 1916.

42 WIESE, 1891, p. 241.

43 McCRACKEN, 1972, p. 227-8.

44 MEEBELO, 1971, p. 102-3.

FIGURA 8.4 Mapondera, chefe rebelde da Rodésia do Sul (atual Zimbábue). (Fonte: Arquivos Nacionais do Zimbábue.)

semelhante verificou-se no sul de Angola, na região de Gambo, que se tornou um refúgio para os fora da lei e os insatisfeitos. O mesmo ocorria nas áridas montanhas de Gaerezi, que separam Moçambique da Rodésia do Sul, assim como nas florestas e regiões montanhosas do Congo[45]. Embora pouco se saiba sobre a organização interna dessas comunidades, a vontade de preservar sua liberdade e o êxodo para áreas remotas e inóspitas impressionam pela semelhança com o comportamento das comunidades de quilombolas das Américas[46].

Não contentes com ficar fora da esfera de influência europeia, outras comunidades de fugitivos adotaram atitude hostil para com os regimes coloniais, atacando certos símbolos da opressão rural – *plantations,* recrutadores de pessoal, coletores de impostos e polícia africana –, na preocupação de proteger suas aldeias e parentes contra os contínuos tormentos e contra a exploração. Embora tivessem violado as leis do sistema colonial, os chefes de tais bandos, como os "bandidos de honra" da Sicília ou do nordeste do Brasil, que Eric Hobsbawm[47] estudou, não eram considerados malfeitores pelos seus. O mais conhecido desses "bandidos sociais" foi sem dúvida Mapondera, que enfrentou com sucesso as tropas coloniais portuguesas e da Rodésia do Sul de 1892 a 1903, enquanto protegia o campesinato local contra os coletores de impostos, os recrutadores de mão de obra, a exploração pelos agentes das companhias e os excessos dos administradores (ver figura 8.4). Mapondera e seus partidários atacaram repetidamente os entrepostos da Companhia da Zambézia e as lojas dos mercadores rurais, símbolos da exploração econômica. Os rebeldes conseguiram vencer as esmagadoras dificuldades com que se defrontavam graças ao apoio permanente da população rural, que os supria regularmente de alimentos e de munições e lhes comunicava informações estratégicas[48]. Outros "bandidos sociais" operavam em Moçambique, nomeadamente o sucessor de Mapondera, Dambakushamba, Moave e Samakundu, bem como nas terras altas de Huila, no sul de Angola, o que sugere que esta forma de resistência não era incomum e deve ser pesquisada em outras partes da África central[49]. Estudos preliminares apontam a ocorrência bastante regular de ações análogas no Congo. As de Kasongo Niembo, na província de Shaba, os ataques de Kiamfu e de seus partidários yaka, bem como

45 PÉLISSIER, 1969, p. 76.

46 Ver PRICE, 1973, p. 1-30.

47 HOBSBAWM, 1969.

48 ISAACMAN, A., 1977.

49 ISAACMAN, A., 1976, p. 97-125; CLARENCE-SMITH, 1979, p. 82-8.

o apoio dado pelos Luba aos rebeldes kiwilu, todos parecem pertencer a este tipo de rebelião.

De vez em quando, africanos recrutados para esmagar dissidentes locais também se revoltavam em protesto contra os abusos coloniais, de que não estavam inteiramente livres. Insurgiam-se contra os salários miseráveis, a severidade das punições e o comportamento caprichoso de seus oficiais europeus. Foi no Estado Livre do Congo que irromperam os motins mais violentos: em 1895, toda a guarnição de Luluabourg se revoltou, e, sob o comando de suboficiais amotinados, os soldados massacraram o chefe do posto para se vingar de sua intolerável tirania. Durante mais de seis meses, os rebeldes controlaram quase toda a província de Kasai, mas acabaram sendo vencidos pelas tropas que permaneceram leais[50]. Dois anos depois, o grosso do exército se revoltava[51]. Por pobres que sejam as informações disponíveis sobre a deserção de africanos do exército colonial português, vários casos de adesão às forças anticolonialistas e o motim de Tete, em 1917, sugerem, no mínimo, uma hostilidade latente[52].

Nos primeiros tempos da era colonial, ocorreram numerosas revoltas de camponeses, embora limitadas no espaço e no tempo. Era raro os camponeses procurarem consolidar conquistas iniciais ou passar do ataque aos símbolos de sua opressão à luta contra o sistema colonial em seu conjunto. De modo geral, os levantes tinham origem no aumento ou na cobrança mais rigorosa de impostos, ou nas reivindicações dos trabalhadores. No vale do Zambeze contaram-se, entre 1890 e 1905, nada menos do que 16 sublevações. Essas revoltas, em sua maioria, voltavam-se contra a Companhia de Moçambique e a Companhia da Zambézia, às quais Lisboa tinha cedido quase todo o Moçambique central. As duas sociedades, que não dispunham de capitais suficientes, procuravam maximizar os lucros impondo pesados tributos sobre as habitações e exportando mão de obra constrangida ao trabalho forçado, causa direta dos levantes[53]. No decorrer desse período, ocorreram também alguns levantes menores em Angola. O furor dos camponeses ila, tonga gwemba e lunda ocidentais inquietou os funcionários britânicos na primeira década do século XX. No Congo, cálculos moderados estimam o número das revoltas rurais localizadas

50 O melhor relato é, até agora, o de Storme, 1961, que não é mais que a primeira parte de um estudo mais amplo. Elementos participantes desse motim combateram até 1908.

51 FLAMENT et al., 1952, p. 383-460. Ver tese de doutoramento de Bimanyu (?) sobre o tema.

52 RHODESIAN NATIONAL ARCHIVES, N3/26/2/2, R. N. L. B: Kanyemba ao Diretor Superintendente, R. N. L. B., 12 de maio de 1917.

53 ISAACMAN, A., 1976, p. 97-125.

em mais de uma dezena por ano[54]. Embora estes movimentos, em sua maior parte, fossem desorganizados, mutáveis e circunscritos, nem por isso deixaram de elevar a consciência política dos camponeses a um nível que lhes permitiu, mais tarde, participar de levantes anticolonialistas de maior envergadura. Foi o caso no sul de Moçambique, onde os Tonga se juntaram a Gungunhana (ver figura 8.3), depois de reprimida a revolta contra os impostos, de 1894; e no vale do Zambeze, onde, por ocasião da revolta de 1898, camponeses sena e tonga juntaram-se a Cambuemba[55]. Vinte anos depois, Tulante Álvaro Buta, que, convertido ao cristianismo, o abandonara, conseguiu organizar um movimento de massas entre os Bacongo resistentes, hostis à vontade dos portugueses de aumentar o recrutamento de mão de obra. Acabou por alinhar não só os camponeses católicos do norte, mas ainda os Bacongo do sul, então recém-convertidos ao protestantismo[56].

Os esforços de Buta estão ligados à onda de agitações que começava a nascer no meio dos africanos convertidos, decepcionados com o cristianismo. Onde se vissem incapazes de expressar a hostilidade ao colonialismo, ou se ressentissem das discriminações existentes no seio das igrejas protestantes, dominadas pelos europeus, os africanos criavam igrejas independentes ou separatistas, para remediar a situação. Essas formações religiosas autônomas proliferaram na Niassalândia e na Rodésia do Norte durante a primeira década do século XX. A mais célebre talvez tenha sido a igreja etíope, fundada por Willie Mokalapa. Mokalapa e seus discípulos não cessavam de protestar contra a discriminação exercida pelos missionários europeus e a existência de uma verdadeira barreira que negava aos africanos qualificados a possibilidade de subir na escala social. A longo prazo, eles queriam provar que os africanos eram capazes de dirigir suas próprias atividades religiosas e seculares, independentemente dos europeus[57]. Outras igrejas – o movimento Watchtower, na Rodésia do Norte, e a AME, em Moçambique – visavam objetivos análogos.

Além dessa resistência, própria dos meios rurais, a agitação reformista começava a propagar-se aos centros urbanos, onde africanos e mulatos instruídos depressa

---

54 *Le mouvement géografique* e *La Belgique coloniale* contêm indicações relativas ao período anterior a 1909. Para o período de 1909 a 1959, há dados mais precisos numa obra que figura na bibliografia da Chambre des Répresentants: *Rapport annuel sur l'activité de la colonie au Congo belge.* Flament, 1952, p. 530, menciona 12 operações importantes somente em Kasai, entre 1893 e 1911. Todavia Kasai era a região onde, graças às armas recebidas de Angola, a resistência tomou maior vulto. O relatório dá o número anual das operações policiais. Ver também ROTBERG, 1965, p. 73-5, e MEEBELO, 1971, p. 97-8.

55 COUTINHO, 1904, p. 28-30; ISAACMAN, A., 1976, p. 126-56.

56 WHEELER & PÉLISSIER, 1971, p. 89-90; MARCUM, 1969, p. 53-4.

57 RANGER, 1965; ROTBERG, 1966, p. 58-60.

entenderam que seu preparo e as doutrinas igualitárias ensinadas pelos missionários não eram incompatíveis com a discriminação social, econômica e política. Os intelectuais mulatos de Angola, entre os quais José de Fontes Pereira, foram dos primeiros a dar livre curso a seu sentimento de frustração e sua hostilidade. Tendo adotado a cultura portuguesa *in toto,* ficaram espantados com a onda de racismo que acompanhou a chegada de imigrantes no final do século XIX. Na tentativa de salvaguardar sua situação privilegiada, publicaram extensos editoriais e ensaios em que deploravam o declínio de suas prerrogativas, ao mesmo tempo que pressionavam Lisboa para lhes garantir seus direitos e pôr fim à flagrante exploração dos africanos. Como esses sinais de descontentamento logo se revelassem inúteis, fundaram, em 1906, a primeira associação de mulatos, com a finalidade de fazer valer seus direitos. Quatro anos depois, era constituída uma organização dos intelectuais mulatos para o conjunto das colônias portuguesas[58]. Por essa mesma época, um pequeno número de organizações intelectuais reformistas foi criado em Moçambique. Citam-se entre as mais importantes a Associação Africana, que editava o jornal *Brado Africano,* primeiro órgão contestatário de Moçambique. A exemplo de seus homólogos angolanos, os autores dos artigos publicados neste jornal faziam parte de uma burguesia mulata e africana nascente, que procurava proteger os poucos privilégios econômicos de que se beneficiava e reafirmar sua igualdade no plano racial e cultural[59].

Quase na mesma época, nos territórios vizinhos da Niassalândia e da Rodésia do Norte, funcionários, professores e outros profissionais africanos qualificados criavam associações destinadas à defesa de sua posição de classe relativamente privilegiada e à reivindicação de reformas no quadro colonial existente. De 1912 a 1918, foram fundadas algumas dessas organizações, inclusive a North Nyasa Native Association e a West Nyasa Association[60]. Entre as duas guerras, esses grupos iriam assumir importância considerável na política da África central.

Insurreições coloniais até 1918

É pelos objetivos e pela envergadura que se podem distinguir as insurreições coloniais das formas localizadas de resistência. Ao contrário da agitação

58 WHEELER & PÉLISSIER, 1971, p. 84-6, 93-8; WHEELER, 1972, p. 67-87; MARCUM, 1969, p. 16-22.

59 MONDLANE, 1969, p. 104-6: a obra do desaparecido fundador da Frelimo tenta situar as recentes lutas de libertação num quadro histórico mais amplo.

60 TANGRI, 1968, p. 5; VAN VELSEN, 1966, p. 376-7: estudo sobre a formação das associações destinadas a defender a posição da elite subalterna e sobre os esforços dela para obter reformas no sistema colonial.

esporádica, que tendia ao particularismo exacerbado e à atomização, as rebeliões apoiavam-se na mobilização de massa e no pluralismo étnico. O crescente engajamento, ao menos em certos levantes, de um campesinato oprimido sugere que as considerações de classe também se tornavam fator importante. A redefinição e o desenvolvimento dos objetivos dos levantes teriam de ser a decorrência inevitável do apoio mais amplo que eles recebiam. Os protestos contra esta ou aquela forma de injustiça foram postos de lado, em favor de uma estratégia com vistas a destruir o sistema repressivo que as engendrara.

Se as insurreições coloniais refletem a elevação do nível de consciência política e a intensificação da hostilidade de seus participantes, também apresentam numerosos pontos em comum com os movimentos de oposição isolados, em geral anteriores. Tal como as comunidades de fugitivos, elas rejeitavam a reforma interna, aspirando antes à independência que aos melhoramentos. Às revoltas camponesas e atividades dos "bandidos de honra", assemelhava-se pela estratégia ofensiva ou de confronto direto. Além disso, muitas vezes a participação em movimentos localizados de protesto elevava o nível de consciência política de numerosos africanos, preparando-os assim para o engajamento em atividades anticoloniais mais progressistas.

De 1885 – data das primeiras conquistas de territórios na África central – até 1918, assinalam-se mais de 20 insurreições[61]. Nenhuma das cinco colônias – Angola, Moçambique, Niassalândia, Rodésia do Norte e Congo – escapou a elas. No entanto, foi nas colônias portuguesas e no Congo – onde a dominação extremamente opressiva, de um lado, e a fraqueza da estrutura administrativa e militar, de outro, facultavam ondas sucessivas de agitação revolucionária – que se deu a grande maioria das insurreições.

Embora diferentes nos pormenores, todas as insurreições conheceram os mesmos problemas de organização, os quais, por sua vez, geraram características comuns e limitaram gravemente a possibilidade de êxito. Cumpria resolver problemas fundamentais: encontrar um chefe de prestígio, com o devotamento e a experiência necessários para suscitar e dirigir um movimento de massa; determinar os princípios orientadores de um vasto movimento anticolonial; enfim, encontrar uma fonte de armas e munições.

Pouco antes da imposição da tutela colonial, as primeiras lutas pela preservação da independência haviam acarretado a morte ou a deposição de bom número dos chefes e militantes mais respeitados. Entre os mortos, figuram o

61 Trata-se aí de um número mínimo, que, sem dúvida, será modificado à medida que forem prosseguindo as pesquisas sobre o tema.

líder dos Chewa, Mwase Kasungu, e o dos Yeke, Msiri. Entre os exilados, Gungunhana, Monomotapa Chioco e a família real dos Barué. Houve ainda os que foram substituídos por membros mais maleáveis da família real, como o chefe dos Humbe, Tehuango, e o dos Quitangona, o xeque Mahmud. Destruídas ou substituídas as lideranças históricas, os administradores coloniais ficaram convencidos de haverem efetivamente "ocupado" os respectivos territórios e, portanto, eliminado praticamente toda possibilidade de levantes posteriores. Não se davam conta de que as instituições políticas indígenas não haviam perdido sua legitimidade e ainda eram viáveis, que havia outras fontes de liderança e que muitos povos da África central estavam decididos a se libertar.

O eminente papel assumido por certas famílias reais nas insurreições desmente a opinião geralmente admitida de que os sérios reveses militares sofridos quando da "corrida" tinham enfraquecido a posição dos chefes indígenas. O caráter sagrado do poder real e a violência dos sentimentos antiportugueses no meio das massas permitiram a Chioco, dirigente exilado de Monomotapa, organizar a rebelião de 1897, exemplo retomado 20 anos depois, quando Nongwe-Nongwe regressou da Rodésia do Sul para encabeçar os Barué e seus vizinhos do vale do Zambeze na insurreição de 1917[62]. Do mesmo modo, apesar de ter aceitado *pro forma* a dominação portuguesa, Muta-ya-Kavela, chefe dos Bailundu, reuniu os elementos de uma coalizão anticolonial durante a rebelião de 1902, e, em 1908, o monarca dos Dembo, Cazuangonongo, revoltou-se com seus partidários[63]. No sul de Angola, Sihetekela, chefe (*soba*) exilado dos Cuamato, reafirmou sua autoridade e levou seu povo a concluir uma aliança com os Cuanhama contra Portugal, abrindo, assim, caminho para a guerra de 1915[64]. Os funcionários do Estado Livre do Congo ficaram estupefatos ao ver Mushidi, rei dos Lunda, que acreditavam seu súdito, organizar uma rebelião de grande envergadura, a qual durou de 1905 a 1909[65].

As autoridades coloniais que não haviam compreendido que a realeza ainda tinha meios de ação superestimavam, além disso, a aptidão dos novos dirigentes, designados por elas – os chefes coloniais –, para impor aos administradores obrigações que iam contra seus interesses e seu sistema de valores. Assim, em 1904, a rebelião de Quitangona foi dirigida ao mesmo tempo contra os portu-

62 RANGER, 1963, p. 1-2; ISAACMAN, A., 1976, p. 156-85.

63 WHEELER & CHRISTENSEN, 1973, p. 75-6; MARCUM, 1969, p. 16. Obra muito importante, que aponta antecedentes já no início do século XX da recente guerra de libertação.

64 PÉLISSIER, 1969, p. 100-1.

65 BUSTIN, 1975, p. 48.

gueses e contra seu régulo fantoche, Said Bin Amissi, deposto em favor do xeque Mahmud, o chefe legítimo[66]. Semelhantemente, a usurpação do poder por um membro cooptado da família real provocou, em 1891, a rebelião dos Humbe[67]. Houve casos, como o de Makanga, em que o conselho dos anciãos, exprimindo o sentimento geral da população, exigiu que o chefe colonial Chinsinga rejeitasse a dominação portuguesa ou fosse deposto. Contra a sua vontade, Chinsinga consentiu em proclamar a independência de Makanga, do que resultou violento confronto com as forças de Lisboa[68].

Mesmo onde o chefe legítimo tivesse sido efetivamente deposto ou cooptado, outros líderes em potencial surgiam com o apoio do povo. Frequentemente, esses homens desempenharam papel preponderante nas guerras de independência. O primeiro lugar-tenente e chefe de guerra de Gungunhana, Maguiguana, foi quem organizou a insurreição de Shangaan, em 1897[69]. Cambuemba, o famoso guerreiro mestiço, cujas proezas contra os portugueses se tornaram lendárias, desempenhou papel análogo durante a rebelião de Sena-Tonga, que, dois anos mais tarde, incendiou todo o vale do baixo Zambeze[70]. No Congo, várias insurreições tiveram como chefes pessoas comuns, que souberam mobilizar as massas. Em 1897, um sargento descontente da Force Publique, Kandolo, desencadeou uma revolta militar cujo objetivo, ao contrário de outros motins, era a expulsão dos europeus e a libertação do Estado Livre do Congo[71].

Sacerdotes e médiuns organizaram e abençoaram numerosas insurreições. Esta participação nas lutas, que já vinha desde antes do período colonial, decorria logicamente de seu papel ancestral de guardiães espirituais da terra natal. Em 1909, Maluma, sacerdote dos Tonga, apelou para a expulsão imediata dos todo-poderosos colonizadores da Niassalândia. "É chegada a hora de combater os homens brancos. Comecemos hoje mesmo e combatamos durante toda a estação das chuvas. Que os homens negros se levantem! E que expulsem os brancos deste território"[72]. Foi Maluma quem, em seguida, conduziu os Tonga ao combate. Do mesmo modo, em 1884 os sacerdotes mbona tiveram papel

66 HAFKIN, 1973, p. 378.

67 PÉLISSIER, 1969, p. 73.

68 ISAACMAN, A., 1972, p. 132-3: estudo sobre o funcionamento dos *prazos* do Zambeze e da resistência dos *prazeiros* afro-portugueses à dominação portuguesa.

69 COELHO, 1898, p. 83; BOTELHO, 1934, v. 2, p. 533-47.

70 COUTINHO, 1904, p. 26-8; BOTELHO, 1934, v. 2, p. 549-57.

71 FLAMENT et al., 1954, p. 411. O grupo tentou ocupar pelo menos a antiga zona árabe, ou seja, quase a metade do Estado.

72 Apud ROTBERG, 1966, p. 75-6.

importante na chefia da rebelião de Massingire, e certos indícios permitem pensar que os sacerdotes dos Kandudu estiveram ativamente envolvidos na rebelião dos Bailundu de 1904[73]. No Congo, a sacerdotisa Maria Nkoie predizia que as armas europeias seriam impotentes contra seus talismãs guerreiros. Seguros disso, seus adeptos desencadearam uma campanha de cinco anos, que terminou em 1921. Em seu apogeu, a rebelião de Ikaya – do nome dos conhecidos talismãs de guerra – espalhara-se por toda a região do Congo[74]. Em parte alguma as responsabilidades assumidas pelos chefes religiosos foram tão marcantes como no vale do Zambeze. Os médiuns shona incitaram as populações a apoiar as abortadas rebeliões de 1897, 1901 e 1904, proclamando por diversas vezes que a seca, a fome e as doenças do gado que o céu lhes enviava e que ameaçavam sua sobrevivência teriam fim quando os invasores estrangeiros fossem expulsos. Em 1917, o médium Mbuyu ameaçou retirar a consagração divina do chefe dos Barué, Nongwe-Nongwe, se ele não abandonasse sua atitude impopular e não aceitasse fazer parte de uma rebelião anticolonial. Relutante, ele concordou[75].

À medida que a influência dos missionários protestantes se ampliava, alguns africanos, convertidos mas refratários, tentaram criar movimentos anticolonialistas com base numa doutrina revolucionária milenária. Entre os primeiros chefes, os mais célebres foram Kamwana e John Chilembwe, ambos da Niassalândia. O primeiro, membro da seita Watchtower, predizia que uma nova ordem de Estados africanos, beneficiários da aprovação divina, seria estabelecida em 1914. Enquanto esperava, Kamwana compeliu seus 10 mil discípulos a purificarem-se e a absterem-se de qualquer resistência violenta à autoridade britânica[76]. O objetivo último de Chilembwe não é fácil perceber: ele também entrevia um Estado africano de inspiração divina, mas, ao contrário de Kamwana, em 1915 incitou seus discípulos a uma insurreição, talvez simbólica, que durou pouco[77]. Com a morte, tornou-se mártir do anticolonialismo, cujo significado excede sua obra terrestre.

Como Chilembwe, quase todos esses líderes reconheciam a necessidade de celebrar alianças que lhes permitissem ampliar sua base de apoio. As malsucedidas guerras do começo da resistência mostravam que, isoladas, as sociedades

73 MONTAGU-KERR, 1886, p. 275-6; WHEELER & CHRISTENSEN, 1973, p. 75.

74 MOULAERT, 1945, p. 187-8.

75 ISAACMAN, A., 1976, p. 126-85.

76 SHEPPERSON & PRICE, 1958, p. 156.

77 Sobre Chilembwe, ver SHEPPERSON & PRICE, 1958, obra fundamental de referência. Aí se encontram importantes informações sobre Kamwana.

africanas não dispunham de recursos para resistir à penetração europeia. Esse fato foi previsto com muita clareza pelo chefe do Estado moçambicano de Makanga, pouco antes da revolta de 1899: "É preciso que os africanos de todas as tribos se unam, dando prova de boa-fé, num esforço coordenado para conseguir grandes quantidades de armas e munições. Feito isso, expulsaremos todos os portugueses"[78].

As tentativas de criação de movimentos revolucionários de amplas bases foram de três gêneros. No primeiro caso, tratava-se de reativar laços ancestrais com povos de cultura aparentada, a fim de atrair sociedades inteiras para o campo dos insurretos. Noutro caso, os rebeldes procuravam o apoio de grupos poderosos que, por causa do parentesco distante ou de antigas querelas, não eram até então considerados aliados. Por fim, os chefes apelavam diretamente à ajuda econômica dos camponeses insubmissos. Estes três princípios de organização foram utilizados por várias vezes e de modo mais ou menos associado, para dar à rebelião maior envergadura e garantir o apoio das populações na luta contra o opressor comum.

Para ampliar as bases de apoio, era costume invocar laços ancestrais comuns. Em Angola, em 1904, quando da revolta dos Bailundu, Muta-ya-Kavela obteve o apoio de vários reinos Umbumdu aparentados. Três anos depois, numerosas circunscrições ovambo tomaram parte na insurreição dos Cuamato[79]. Em Moçambique, o prestígio de que gozava o monomotapa Chioco, como descendente por patrilinearidade de Mtota, primeiro rei dos Tawara, permitiu-lhe receber a ajuda de certo número de sociedades tawara independentes. Por sua parte, os Barué foram beneficiados pelo fato de se casarem tradicionalmente com Tongas[80]. Uma linhagem comum, simbolizada por toda uma hierarquia de laços entre médiuns, permitiu às diversas circunscrições shona unirem-se em seus levantes de 1901, 1904 e 1917[81]; já a rebelião ikaya, no Congo, propagou-se graças ao fato de que, compartilhando das mesmas crenças, as populações esparsas da curva do Zaire tiveram maior facilidade para se incorporarem[82].

Na busca de novos aliados, os chefes das diversas insurreições apelavam frequentemente para antigos adversários, que partilhavam de seu ódio ao sistema colonial. Os Bailundu conseguiram o auxílio de alguns povos ex-vassalos – os Kasongi, os Civanda e os Ngalanga; por sua vez, os Shangaan ganharam o apoio

78 FERNANDES JÚNIOR, 1955, p. 50.

79 WHEELER & CHRISTENSEN, 1973, p. 76; PÉLISSIER, 1969, p. 85-7.

80 RANGER, 1963, p. 1-2; ISAACMAN, A., 1973, p. 395-400.

81 ISAACMAN, A., 1976, p. 126-85.

82 FLAMENT et al., 1952, p. 411.

de chefarias cujas simpatias tinham perdido durante sua fase expansionista, anterior à "corrida" europeia[83]. Em certos casos, a reconciliação só se deu depois que os chefes deste ou daquele grupo pró-europeu tomaram consciência de todas as implicações de sua atitude. Os Lunda, sob Mushidi, que começaram por ajudar o Estado Livre do Congo contra os Chokwe, em 1905, após uma reviravolta espetacular, fizeram causa comum com os antigos inimigos, encetando uma luta que só foi esmagada por causa da carestia de alimentos de 1910-12[84] (ver figura 8.1). Em Moçambique, os Sena, que, ocupando posição estratégica, se haviam batido, em 1901, ao lado dos portugueses contra os Barué, 16 anos depois aliaram-se com entusiasmo aos mesmos Barué, tomando parte em um movimento pan-zambeziano para destruir o sistema colonial repressivo[85].

Os revoltosos também procuravam engrossar fileiras com os aldeões e os trabalhadores rurais que se recusavam individualmente a aceitar as exigências das autoridades coloniais e de seus aliados capitalistas. Neste caso o apelo não era nem étnico nem cultural, nem dirigido necessariamente aos chefes, dos quais muitos tinham sido nomeados pelo colonizador. Instava-se simplesmente com todos quantos sofressem a opressão econômica a juntarem-se à insurreição, para suprimir de uma só vez os impostos, o trabalho e o sistema que os engendrara. Na Niassalândia, o movimento kamwana, inicialmente sustentado pelos Tonga das margens do lago, logo se expandiu englobando os até então hostis camponeses nguni, senga e tumbuka[86]. O apelo de Chilembwe às massas rurais também não aludia à solidariedade étnica. Salientava, em vez disso, a necessidade de acabar com a exploração e criar uma nação africana beneficiária da sanção divina[87]. Os Bailundu recrutaram adeptos entre camponeses não umbundu, vítimas do trabalho forçado e da exploração econômica. No vale do Zambeze, foram numerosos os camponeses, cuja hostilidade já se manifestara por ações localizadas de resistência, que se juntaram às insurreições, em irrupção constante[88]. O mesmo ocorreu no Congo, onde pequenos plantadores de borracha explorados estiveram na origem da rebelião Kuba, em 1904[89].

83 WHEELER & CHRISTENSEN, 1973, p. 76; BOTELHO, 1934, v. 2, p. 433-67.

84 BUSTIN, 1975, p. 48.

85 Numerosos documentos conservados nos Arquivos da Companhia de Moçambique, caixa 1633, tratam dessas inversões de aliança.

86 SHEPPERSON & PRICE, 1958, p. 156.

87 Ver SHEPPERSON & PRICE, 1958; MWASE, 1967.

88 WHEELER & CHRISTENSEN, 1973, p. 76-7; ISAACMAN, A., 1976, p. 126-85.

89 Os plantadores de seringueiras é que desencadearam essa rebelião. VANSINA, 1969, p. 21-2.

Seria ocioso estendermo-nos aqui sobre a questão da aquisição de armas. Basta dizer que os rebeldes procuravam armas modernas de várias formas: em transações comerciais clandestinas com traficantes europeus, asiáticos e africanos, em assaltos a depósitos europeus de armas, comprando-as a policiais ou mercenários africanos, fazendo aliança com povos vizinhos ainda independentes e, em certos casos, construindo fábricas de armas e munições. Se é verdade que certos rebeldes, como os Barué e os Cuamato, lograram criar arsenais relativamente grandes, foram raras as vezes em que os insurretos tiveram o poder de fogo dos primeiros resistentes.

Dados o desequilíbrio do potencial militar, o desenvolvimento da polícia e das forças mercenárias africanas, não surpreende que todas as revoltas acabassem por malograr. Não obstante, algumas registraram êxitos marcantes, embora breves, que desmentem a ideia comum da passividade africana. A título de exemplo, em 1904, os Bailundu expulsaram os portugueses das montanhas ovimbundu. Três anos mais tarde, os mesmos portugueses sofriam derrota análoga, desta vez infligida pelos Cuamato, no sul de Angola. É provável que maior feito militar tenha sido o dos Barué e seus aliados: durante a revolta de 1917, conseguiram libertar todo o vale do Zambeze, ainda que por curto tempo. Não fosse a intervenção de 30 mil mercenários nguni, talvez a rebelião se tivesse alastrado a outras regiões de Moçambique.

Conclusão

Analisamos aqui as primeiras manifestações das iniciativas e da resistência africanas diante da dominação europeia. Ao longo de todo o capítulo, procuramos documentar a frequência e o vigor da atividade anticolonial. O desejo de liberdade da maior parte dos africanos teve de enfrentar as ambições de uma minoria de mercenários e aliados dos europeus, sem os quais estes jamais teriam conseguido impor seu jugo por completo. A tradição de confronto e de resistência, portanto, coexistiu com uma tradição de colaboração. Embora o contexto político tivesse mudado, a luta entre essas duas forças rivais permaneceria um fator operante na África central e meridional nas décadas de 1960 e 1970, período da luta pela independência.

CAPÍTULO 9

Iniciativas e resistência africanas na África meridional

David Chanaiwa

O sul da África em vésperas da conquista colonial

Para estudar a resistência africana à colonização no sul do continente no século XIX, é importante compreender bem o ambiente cultural e social em que ela se verificou. As principais forças históricas eram o expansionismo colonial, a cristianização e o ensino dos missionários, a revolução Zulu e seus corolários: o Mfecane e as migrações dos Nguni. Na época da Conferência de Berlim sobre a África ocidental (1884-1885), que se caracterizou por uma concorrência febril entre as nações europeias, ávidas de ampliar as possessões coloniais africanas, havia mais de 70 anos que os britânicos e *afrikaners* já disputavam os territórios da África meridional. Termos tais como "tratado", "esfera de influência", "ocupação efetiva", "anexação" e "força de fronteira", cujo uso se propagou a toda a África após aquela conferência, pertenciam a um vocabulário já corrente na África austral desde 1815. Os colonos europeus do sul da África, ao contrário dos do resto do continente, projetavam, desde o início, fundar estabelecimentos permanentes nessa região nova que os atraía pelo clima temperado, pela fertilidade das terras aráveis, pela mão de obra barata e, enfim, pela riqueza mineral.

Por volta de 1880, havia na África meridional quatro entidades políticas brancas: de um lado, a Colônia do Cabo e Natal, com maioria de população branca e de língua inglesa (respectivamente, 185 mil e 20 mil almas), e, de outro,

a República Sul-Africana e o Estado Livre de Orange, que, juntos, contavam mais de 50 mil brancos de língua holandesa. Posteriormente, outra colônia inglesa foi fundada: Mashonalândia (12 de setembro de 1890). Nessas cinco colônias de povoamento, a grande massa de autóctones africanos era dominada por minorias brancas. Para as populações San e Khoi-khoi, a submissão remontava a mais de dois séculos; para outras, como os Xhosa, os Mfengu, os Tembu e os Mpondo, a dominação colonial, sob diferentes formas, perdurava havia quase cem anos[1] (ver figura 9.1).

Nos termos da Convenção de Sand River (1852), britânicos e *afrikaners* tinham acordado não vender armas de fogo às populações autóctones da África meridional. O acordo privava os africanos de um meio de que necessitavam para sua autodefesa e para uma resistência eficaz.

Assim, na época em que os países europeus aderiram ao Ato Geral da Conferência de Bruxelas (antiescravagista), de 1890, que proibia a venda de armas de fogo aos africanos, os brancos da África meridional já praticavam, havia algum tempo, uma política de desarmamento das populações locais, se bem que, nas décadas de 1870 e 1880, alguns grupos tenham conseguido comprar armas de fogo com o dinheiro ganho nas minas de diamantes. Além disso, os *afrikaners*, os colonos ingleses e o próprio governo britânico mantinham uma mística de identidade racial que prevalecia sobre as divergências de seus interesses políticos ou econômicos particulares. Sentiam que era de seu interesse comum conquistar, governar e explorar os africanos. Por isso não só se opuseram ao fornecimento de armas aos africanos, como também evitaram utilizar tropas africanas como aliadas quando combatiam uns contra os outros. Tudo isso condicionou substancialmente as iniciativas e reações dos africanos, limitando suas possibilidades de ação.

A revolução Zulu e suas consequências

A situação ainda era agravada pelos acontecimentos decisivos que se tinham desencadeado no sul da África no início do século XIX. São de citar a revolução Zulu e o Mfecane na África do Sul, as migrações dos Nguni (Ndebele) para a Rodésia do Sul (atual Zimbábue), a dos Kololo para a Rodésia do Norte (atual Zâmbia), a dos Nguni para a Niassalândia (atual Malavi) e Tanganica

1 Para as reações africanas anteriores à década de 1880, ver MACMILLAN, 1963; DE KIEWIET, 1965; PHILLIP, 1928; MARAIS, 1957.

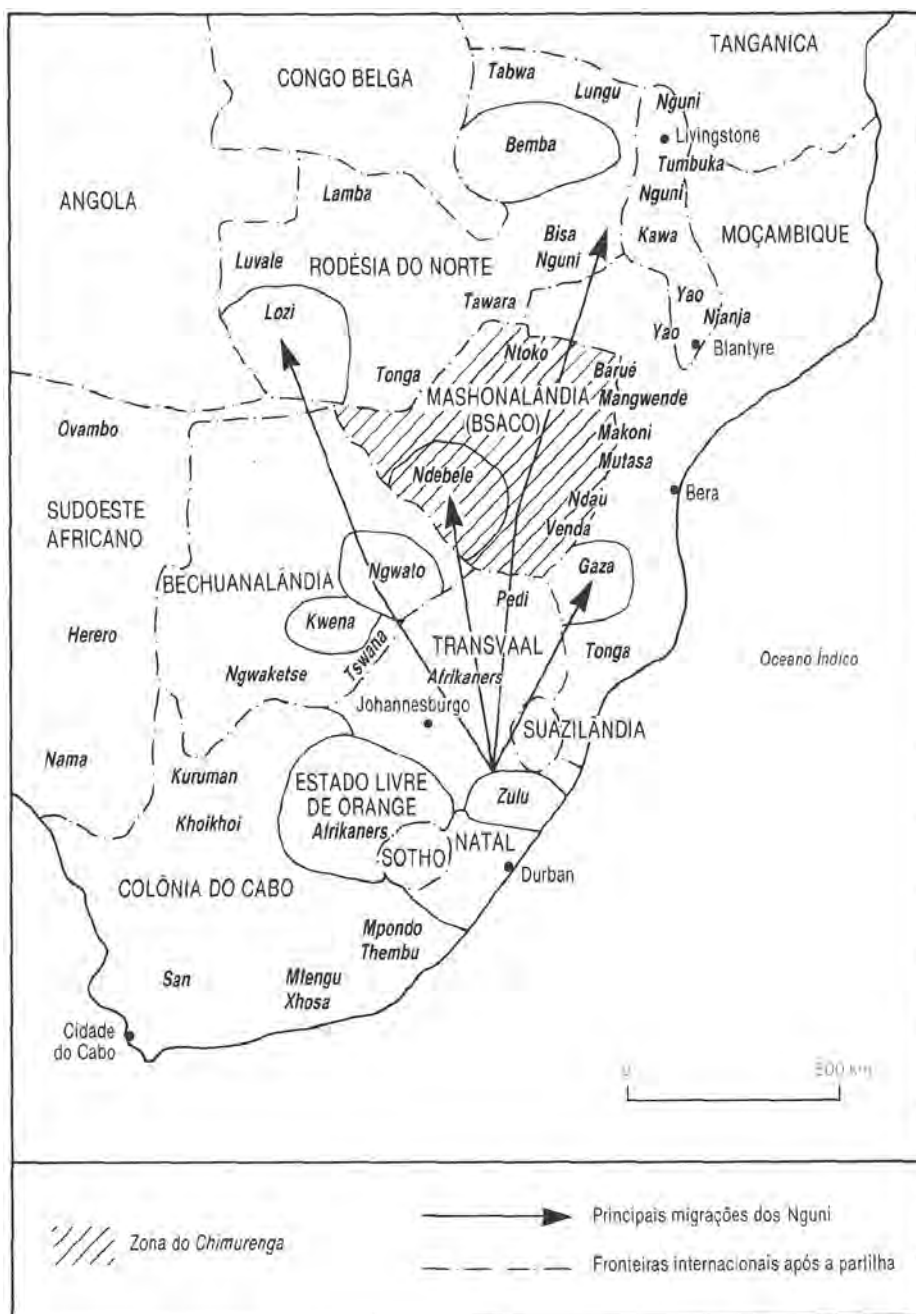



FIGURA 9.1 Povos e divisão política do sul da África. O mapa mostra as migrações dos Nguni e a área do Chimurenga.

(atual República Unida da Tanzânia), as atividades dos Bemba na Rodésia do Norte, a aliança Yao-Swahili e, por fim, o tráfico de escravos na Niassalândia (ver figura 9.1). Alguns desses acontecimentos se propagaram com rapidez explosiva, provocando bruscas perturbações nos sistemas político, econômico, social e militar de numerosas sociedades indígenas de toda a África meridional. Para os africanos, foi um período de edificação nacional e de expansão política, em que Estados mais fortes e centralizados estabeleceram seu domínio ou sua esfera de influência sobre outros mais fracos e mais divididos. Inúmeros políticos e observadores europeus da época viam essas transformações cruciais como simples episódios de barbárie, sede de sangue e paganismo; não obstante, tratava-se de manifestações de força construtiva, de criatividade política, que levaram à formação de instituições e de alianças interétnicas, cuja herança ainda hoje é perceptível.

Embora fecundas, essas transformações tão fundamentais causaram perdas imensas em recursos humanos e naturais. Calamidades como a seca, epidemias e fome acompanharam a violência e agravaram profundamente os efeitos das destruições provocadas por aqueles acontecimentos. Essa situação de conflitos e de desastres contínuos gerou um sentimento permanente de insegurança e de desespero no seio das pequenas comunidades tributárias, fracas e pacíficas, muitas das quais se viram obrigadas a refugiar-se em cavernas ou a fugir para montanhas inóspitas, evitando sofrer novos golpes de seus agressores. Surgiram então aristocracias dirigentes, distinções de classes e tributações sem representação ou consulta política. Por fim, logo se estabeleceu a divisão entre governantes e governados, entre opressores e oprimidos, entre proprietários e deserdados.

O fator missionário

A cristianização e o ensino levados a cabo pelos missionários também constituíram fatores importantes da evolução e da natureza da resistência africana à conquista colonial. Os missionários tinham criado uma classe de pequenos burgueses africanos (catequistas, professores, jornalistas, homens de negócios, advogados e empregados de escritório), que reconheciam a pretensa inferioridade cultural dos africanos, aceitando a colonização branca como fato consumado, e que admiravam os brancos por seu poderio, riqueza e técnica[2]. Podemos citar, entre os representantes de tal elite, Tiyo Soga (1829-1871), primeiro missionário

2 Para detalhes, ver CHANAIWA, 1980.

africano ordenado pela Igreja Presbiteriana da Inglaterra, fundador da missão de Mgwali, em que pregava tanto aos africanos como aos europeus; traduziu o *Pilgrim's progress,* de John Bunyan, para o xhosa, com o título de *U-Hambo Lom-Hambi,* primeira obra de um africano a ser publicada pela Lovedale Press, em 1867; além dele, John Langalibalele Dube, pastor metodista e ardente partidário de Booker T. Washington – educador negro norte-americano –, presidente fundador da Zulu Christian Industrial School e da Natal Bantu Business League e primeiro presidente do African National Congress; e ainda John Tengo Jabavu (1859-1921), metodista fervoroso, fundador e editor do *Imvo Zabantsundu,* semanário bilíngue inglês-xhosa; e Walter Rubusana, pastor congregacionalista e único africano eleito para a assembleia provincial do Cabo.

No plano ideológico, esses africanos formados pelos missionários acreditavam no universalismo, utopismo e não racismo de seus mestres e da Aborigines' Protection Society. Eram adeptos convictos do constitucionalismo, das reformas progressivas e da assimilação cultural, ideias também defendidas por alguns colonos brancos liberais. Mas eram ao mesmo tempo discípulos da doutrina de Booker T. Washington de autodeterminação econômica dos negros, de sua conservadora política de compromisso.

Tal como os missionários, classificavam as massas africanas como "nobres selvagens, mergulhados nas trevas da ignorância" e se acreditavam destinados a promover o progresso da África tradicional pela introdução do cristianismo, da educação, do capitalismo, da industrialização e da ética protestante do trabalho. Em geral, aprovavam o expansionismo e as conquistas coloniais, por um lado porque assimilavam o colonialismo à cristianização e à "civilização" e, por outro, por reconhecer a "superioridade esmagadora" das armas e dos exércitos europeus.

Assim, para Tiyo Soga, o episódio do abate do gado, em 1857, pelos Xhosa era um suicídio nacional cometido por aqueles "pobres compatriotas perdidos", que se tinham deixado "enganar por impostores". Mas ele esperava que essa "infelicidade servisse – com a grande bondade de Deus – para o progresso espiritual dos Cafres". E clamava que "as calamidades às vezes fazem parte dos desígnios de Deus. No seu atual infortúnio, creio ver a futura salvação de meu povo, tanto no plano físico como no plano moral"[3]. Dube condenou a revolta de Bambata (1906-1908) no seu jornal *Ilanga lase Natal* e aconselhou os Zulus a aceitarem o cristianismo e a educação, em vez de se rebelarem. Jabavu boicotou

3 CHALMERS, 1877, p. 140.

o African National Congress, em parte por julgar que as elites ainda tinham necessidade da tutela dos liberais brancos.

As elites estavam divididas entre o mundo utópico dos missionários, filantropos e liberais brancos, o mundo da tradição das massas africanas, que elas por vezes desprezavam, e o mundo colonialista, alicerçado no racismo, na exploração e na opressão, que lhes dominava a vida e determinava seu real *status*. Criaram para si um mundo moralizador, para o qual procuraram atrair africanos e colonos. Cometeram o erro de assimilar a conquista colonial à cristianização e à difusão da cultura e da técnica, rejeitando a resistência africana como manifestação de paganismo e barbárie. Ao condenarem a África tradicional, não fizeram mais do que sustentar e reforçar a ideologia colonialista, que procuravam combater. Ademais, com suas prédicas, seu estilo de vida e suas crenças, ajudaram a minar psicologicamente a capacidade de resistência dos africanos à propaganda dos missionários e dos colonos e, de certa forma, impediram o desenvolvimento de uma consciência racial e histórica autenticamente africana, que conduzisse à libertação. Sua atitude, assim como a dos africanos convertidos que os seguiam, era ou isolar-se no papel de observadores ou refugiar-se nas missões, em vez de cerrar fileiras com a resistência armada contra a conquista e a ocupação coloniais.

Tipos de iniciativas e de resistências africanas

Os fatores a que aludimos influenciaram consideravelmente a natureza e a intensidade das reações africanas diante do avanço da colonização e do imperialismo europeu. De modo geral, houve três tipos bem distintos de iniciativas e de reações: a) o conflito armado, levado pelos Zulu, Ndebele, Changanana, Bemba, Yao e Nguni, assim como pelas chefias dos Mangwende, Makoni e Mutasa; b) o protetorado ou a tutela, escolhidos pelos Sotho, Swazi, Ngwato, Tswana e Lozi, que possuíam todos eles Estados independentes, não tributários, e procuraram a proteção dos britânicos contra os bôeres e os Zulu, Ndebele, Bemba e Nguni; c) alianças, pelas quais optaram numerosas comunidades pequenas e tributárias, vítimas de assaltos e que viviam refugiadas, como os Khoi-khoi, os Xhosa, os Mpondo, os Tembu, os Mfengu e os Hlubi na África do Sul, os Bisa, os Lungu, os Iwa e os Senga na Rodésia do Norte, e os Cewa, os Njanja, os Nkonde e os Tonga na Niassalândia, que esperavam assim obter "proteção, paz e segurança". Havia rivalidades históricas entre reinos novos e expansionistas, bem como conflitos de interesses que opunham diferentes grupos culturais e dinastias dentro desses mesmos reinos. Cada dirigente, cada sociedade e mesmo cada indivíduo

reagia às crescentes usurpações dos europeus em função do contexto de relações e realidades inter-regionais existente antes da chegada dos brancos.

Os colonizadores europeus não deixaram de explorar essa situação. Estudaram os sistemas políticos da África daquela época, o que muitas vezes lhes permitiu prever as formas de reação e de resistência africanas. Descobriram assim que o expansionismo dos Zulu, dos Ndebele, dos Yao e dos Nguni só podia funcionar sem choques se as aristocracias fossem poderosas, os chefes locais fracos e divididos, ou, pelo menos, se estes sentissem necessidade de proteção militar e confiassem na aristocracia dirigente para lhes assegurar tal proteção.

Cansados da guerra e de viver em insegurança, foram muitos os grupos ou indivíduos que preferiram aceitar a tutela ou reconhecer a aliança dos britânicos; os ingleses inventaram pretextos para interferir nos negócios internos africanos oferecendo "libertação" ou "proteção" aos oprimidos, "aliança" aos reinos menos poderosos e invadindo os impérios militares. Aplicaram sistematicamente a tática destrutiva de "dividir para reinar". Dessa forma, souberam explorar as rivalidades, medos e fraquezas dos africanos em seu pleno favor.

Os Zulu, Ndebele, Bemba, Yao: a política de confronto

Violentos confrontos, conquistas e destruições eram praticamente inevitáveis para os Zulu, os Ndebele, os Bemba e os Yao, já que eles procuravam submeter os mesmos territórios e povos que os colonizadores europeus. Em conjunto, esses reinos ocupavam ou dominavam as terras da África meridional menos povoadas, mais férteis e mais ricas em recursos minerais. Seus interesses tornavam impossível qualquer acordo ou coexistência com os europeus. Somente o mais forte poderia vencer e sobreviver.

Os Zulu constituíam a maior potência africana estabelecida ao sul do rio Limpopo; os Ndebele viviam entre o Limpopo e o Zambeze; os Bemba ocupavam a Rodésia do Norte; e os reinos Yao estendiam-se respectivamente pelo norte e pelo sul da Niassalândia. Mas, no início, os reinos Zulu, Ndebele, Kololo, Changana e Nguni estavam cercados por vizinhos hostis e poderosos. Para os Zulu, eram os bôeres, os ingleses, os Sotho e os Swazi. Os Ndebele, por sua vez, viam-se ameaçados pelos bôeres, pelos portugueses, pelos Lozi, pelos Changana e pelos Ngwato – e cada um desses povos, instalados às suas portas, representava um inimigo capaz de vencê-los e eliminá-los. Os bôeres e os portugueses mostravam-se brutais na conduta de seus negócios externos, praticando uma política de ataques e conquistas.

Até o começo da década de 1870, os Zulu, os Ndebele, os Bemba e os Yao conseguiram manter sua soberania, independência e segurança. Também haviam resistido com êxito à intrusão dos missionários, dos comerciantes, dos concessionários e dos recrutadores de mão de obra europeus, que, aliás, tinham concluído que a conquista e o desmembramento dos Estados africanos refratários tornavam-se indispensáveis. Alimentavam a ilusão de que os africanos aspiravam ao cristianismo, ao comércio e à cultura europeia, mas os ataques, a tirania e o paganismo dos monarcas, administradores e guerreiros reprimiam implacavelmente "a ambição, o esforço e o desejo de salvação dos autóctones". Por consequência, os brancos recorreram à conquista, antes da cristianização e do comércio.

Os Zulu

Cetshwayo, rei dos Zulu, e Lobengula, rei dos Ndebele, resolveram, portanto, adotar uma estratégia de confronto, a princípio usando a tática da diplomacia e, depois, a da resistência armada. De acordo com essa estratégia, Cetshwayo deu andamento, de início, à política externa pacifista e isolacionista de seu antecessor, Mpande. Em face da inveterada hostilidade dos bôeres do Transvaal, mantinha sólida aliança com os colonos ingleses de Natal e relações amistosas com Theophilus Shepstone, o célebre secretário dos Negócios Indígenas de Natal. Mas, quando os britânicos anexaram o Transvaal, em 1877, e nomearam Shepstone administrador, o sistema da aliança montado por Cetshwayo desmoronou rapidamente. Desde aí, Shepstone passou a apoiar os *afrikaners* que haviam cruzado o rio Buffalo, penetrado em território zulu, ocupado fazendas e que então reclamavam títulos de posse das terras. O novo alto-comissário britânico para a África do Sul, *sir* Bartle Frere, só tinha como preocupação concretizar a federação das colônias brancas[4]. Shepstone persuadiu-o de que tal federação só seria realizável na África austral com o desmantelamento da potência militar zulu, já que a simples existência dessa nação africana ameaçava a segurança e o desenvolvimento econômico de Natal. Além disso, argumentava Shepstone, a destruição dos Zulu demonstraria aos *afrikaners* que o governo britânico sabia conduzir uma política racial eficaz e era suficientemente poderoso para fazer executar suas decisões.

Nesse meio-tempo, Cetshwayo apelara a *sir* Henry Bulwer, vice-governador de Natal, para arbitrar o conflito fronteiriço que opunha os Zulu aos *afrikaners*.

4 GOODFELLOW, 1966.

Sir Henry nomeou uma comissão para exame do litígio, a qual declarou serem ilegais as pretensões dos *afrikaners,* recomendando que cruzassem de novo o rio para o lado do Transvaal. Frere, porém, estava decidido a desmantelar a nação zulu a fim de realizar seu projeto de federação. Por isso escondeu o relatório e as conclusões da comissão até que estivesse assegurado o pretexto justificativo da invasão e tivessem chegado os reforços que pedira. A ocasião apresentou-se em 28 de julho de 1878, quando Mehlokazulu, Kuzulu e Tshekwana, filhos do chefe Sirayo, bem como seu tio Zuluhlenga, atravessaram o rio Buffalo trazendo consigo as mulheres do chefe, que tinha emigrado para Natal. Frere e Shepstone exploraram ao máximo o incidente. Logo se espalhou pela África e pelo Ministério das Colônias, em Londres, que era iminente uma invasão de Natal pelos Zulu. Os missionários foram aconselhados a sair da Zululândia. A esta altura, Shepstone e Frere passaram a se referir ao exército Zulu como uma força de ataque ameaçadora e a Cetshwayo como um tirano sedento de sangue.

Frere intimou então Cetshwayo a entregar o irmão e os filhos de Sirayo a *sir* Henry Bulwer para julgamento, embora os Zulu jamais tivessem sido conquistados e submetidos à dominação britânica. Em resposta, Cetshwayo propôs pagar 50 libras esterlinas por perdas e danos e pedir desculpas pelo incidente. Em 11 de dezembro de 1878, Frere enviou um ultimato a Cetshwayo. Entre as suas exigências figuravam a entrega dos acusados, com 500 cabeças de gado, a dispersão do exército Zulu no prazo de um mês, a admissão de missionários e a instalação de um residente britânico na Zululândia. Frere sabia que nenhum dirigente político independente e digno dessa função se submeteria a tais condições.

No dia 11 de janeiro de 1879, um exército britânico, sob o comando de lorde Chelmsford, com mais de 7 mil soldados, uns mil voluntários brancos e 7 mil auxiliares africanos, invadiu três pontos do território Zulu. No dia 22 de janeiro, o exército Zulu obteve uma vitória memorável na batalha de Isandhlwana, durante a qual 1600 atacantes foram mortos, e a invasão, repelida (figura 9.2). Mas, em 4 de julho, as tropas britânicas voltaram e esmagaram a nação Zulu. Cetshwayo foi para o exílio, no Cabo, e a Zululândia foi dividida em 13 circunscrições diferentes, colocadas sob a direção de fantoches. Entre eles figuravam um rival de Cetshwayo, chamado Zibhebhu, seu primo Hamu, que tinha desertado e aderido às forças inglesas no curso da guerra, mais um branco, John Dunn. A partilha da Zululândia representava um caso clássico de destruição premeditada de uma nação, levada a cabo pela política de "dividir para reinar". Para sustentar essa política, os novos chefes receberam ordens de dissolver todas as organizações militares existentes, proibir a importação de armas e aceitar a arbitragem de um residente britânico.

FIGURA 9.2 Campo de batalha de Isandhlwana, 1879: vitória dos Zulu sobre as tropas britânicas. (Fonte: The National Army Museum.)

Contudo, as rivalidades entre os chefes chegaram a tal ponto e a ameaça da anarquia desenvolveu-se tão depressa que, para restaurar a ordem nas zonas mais instáveis da nação Zulu, Cetshwayo teve de ser trazido de volta. Zibhebhu foi mantido à frente da sua circunscrição. Mas logo a guerra civil estalava entre as forças deste e as de Cetshwayo, que morreu em fuga, no auge das hostilidades, em 1884. A nação Zulu, debilitada, foi então colocada sob a chefia de Dinzulu, filho de Cetshwayo, de 15 anos de idade, cujos poder e autoridade dependiam do apoio dos brancos. Assim os Zulu sucumbiram definitivamente à colonização britânica.

Os Ndebele

De 1870 a 1890, Lobengula, tal como Cetshwayo, na Zululândia, seguiu com êxito uma estratégia diplomática bem concebida, para proteger os interesses vitais da nação Ndebele. Regulamentou a imigração e informou aos estrangeiros brancos que não desejava abrir-lhes o país para a prospecção mineira ou para a caça. Além disso, desenvolveu diversas táticas, como a de se deslocar constantemente de uma capital para outra e de jogar dois países, duas empresas ou dois europeus um contra o outro. Adiava as decisões para frustrar os confusos e impacientes concessionários. Sua estratégia, a longo prazo, consistia em procurar uma aliança militar e o estatuto de protetorado junto do governo britânico, a fim de se opor aos alemães, aos portugueses e aos *afrikaners,* freando a descontrolada expansão colonial da África do Sul.

Essas formas de resistência diplomática parecem ter sido eficazes até 1888, quando o financista sul-africano Cecil John Rhodes persuadiu o alto-comissário *sir* Hercules Robinson, bem como *sir* Sidney Shippard, comissário delegado para a Bechuanalândia, a apoiar os esforços do reverendo John Smith Moffat. Este deixara a Matabelelândia em 1865, tendo fracassado completamente na tentativa de converter os Ndebele. Por fim, tornou-se comissário-adjunto de Shippard. Moffat ambicionava ardentemente ter êxito na colonização dos Ndebele, para apagar seus desastres pessoais anteriores. Além disso, guardava vivo rancor de Mzilikazi, de Lobengula e do conjunto dos chefes políticos que tão vitoriosamente haviam resistido ao cristianismo (figura 9.3). Assim, impulsionado por sentimentos mesclados de vingança, orgulho e racismo, Moffat tornou-se advogado convicto da destruição do Estado Ndebele[5].

5 MOFFAT, 1969, p. 233.

FIGURA 9.3 Lobengula (c. 1836-1894), rei dos Ndebele, 1870-1894. (Foto: Longman.)

Moffat optou por dar apoio a Rhodes e à Chartered Company porque, conforme observou, a companhia provocaria necessariamente a conquista e o desmantelamento da nação Ndebele, "a menos que a história aqui fosse diferente do que era em toda a África do Sul". De início, Moffat fingiu-se de conselheiro espiritual, interessado não por dinheiro, manobras ou conquistas, mas em dar "conselhos amistosos" a um "velho amigo". "Aconselhou" Lobengula a aliar-se antes aos britânicos do que aos *afrikaners,* portugueses ou alemães. Também fez crer a Lobengula que se tratava apenas de renovar simplesmente o antigo tratado anglo-ndebele concluído em 1836 entre seu pai, Mzilikazi, e *sir* Benjamin d'Urban, antigo governador inglês da África do Sul. Desse modo, no dia 11 de fevereiro de 1888, Lobengula assinou a convenção desde então conhecida pelo nome de "tratado Moffat". Nos termos desse acordo, o rei prometia abster-se de toda correspondência ou conclusão de tratado com qualquer potência estrangeira com vistas a vender, alienar, ceder, permitir ou ratificar alguma venda, alienação ou cessão de todo ou de parte do território por ele controlado, sem haver antecipadamente solicitado e recebido a autorização do alto-comissário de Sua Majestade na África do Sul[6]. Por força desse tratado, começou a ocupação britânica da Rodésia. Moffat colocara a Matabelelândia e a Mashonalândia sob influência inglesa direta.

Aos olhos do direito internacional europeu de final do século XIX, Lobengula tinha se submetido ao colonialismo britânico. Portanto, os Ndebele daí em diante só podiam tratar com os ingleses. Agora já não lhes era possível continuar fazendo seu jogo diplomático, colocando as nações europeias umas contra as outras. Depressa, hordas de concessionários e de associações britânicas irromperam junto a Lobengula, reclamando direitos territoriais ou minerais sobre a Matabelelândia e a Mashonalândia. Tal qual mercenários, esses insaciáveis especuladores prontamente ofereceram-lhe grande quantidade de carabinas, munições, dinheiro, roupas, utensílios e enfeites, e a prestação de todo tipo de serviço para lhe ganhar as boas graças.

Notando isso, Rhodes despachou Rudd, Thompson e Maguire[7] para tentar um acordo de monopólio com Lobengula. Tratava-se de obter o equivalente a uma carta real que expulsasse todos os outros concessionários e sindicatos britânicos. Rhodes queria "não somente garantir para si os direitos locais, iguais aos de qualquer aventureiro, mas também obter exclusividade sobre todos os recursos minerais do país". Nos termos da Convenção Rudd, nome que o acordo recebeu, a companhia de Rhodes ocupou a Mashonalândia a 12 de setembro de 1890.

6 Ibid., p. 370.

7 Para maiores detalhes, ver MASON, 1958; PALLEY, 1966; SAMKANGE, 1967.

A concessão Rudd, objeto de muita controvérsia, foi essencialmente obtida graças a uma trapaça deliberadamente organizada contra Lobengula por funcionários coloniais britânicos e missionários. Moffat tinha sido novamente enviado à Matabelelândia para preparar Lobengula para a chegada dos agentes de Rhodes. Fingindo amizade e neutralidade, na qualidade de ministro de Deus, apresentou Rudd, Thompson e Maguire como homens honrados e íntegros e deu todo apoio a Shippard. Advogou vigorosamente a causa deles nas quatro semanas de negociações que se seguiram. Foi então que Shippard chegou, com o major Guild Adams e 16 policiais montados. Ao fim de nove dias de negociações com Lobengula, partiu, seis dias antes da assinatura da concessão. A crer, a essa altura, no diário de Rudd, "[...] quase todos os aspectos políticos tinham sido discutidos numa atmosfera muito amistosa".

A concessão Rudd tinha duas espécies de disposições, distintas mas conexas: o texto escrito, tão importante quanto vantajoso para os concessionários, e as cláusulas verbais, a favor de Lobengula. Segundo as cláusulas escritas, isto é, o projeto original submetido a Lobengula, o rei garantiria aos concessionários direito integral e exclusivo sobre todos os recursos minerais e metálicos de seus reinos, principados e domínios, bem como plenos poderes para fazer tudo quanto julgassem necessário para a exploração de tais recursos. O acordo também previa para os concessionários o poder de "tomar toda medida legal necessária" para excluir da concorrência qualquer pessoa que reclamasse direitos sobre terras, minerais ou prospecção mineral. Lobengula concordou além disso em não fazer nenhuma concessão territorial ou de mineração a nenhuma outra pessoa ou interesse sem o consentimento prévio e a participação dos concessionários. Em contrapartida, os concessionários comprometiam-se a pagar a Lobengula e seus herdeiros uma renda perpétua de 100 libras esterlinas por mês. Além disso, forneceram-lhe mil fuzis de guerra tipo Martini-Henry, de carregar pela culatra, mais 100 mil cartuchos, que lhe seriam entregues antes do início das pesquisas minerais no seu território. Os concessionários também prometiam "colocar no rio Zambeze um barco a vapor armado com canhões de potência apropriada aos objetivos de defesa no dito rio".

No decorrer das negociações, o rei colocou – verbalmente, no entanto – certas condições que ele, aparentemente, considerava *prima facie*, como fazendo parte integral do acordo. Segundo Helm, Lobengula estipulou o seguinte, com a concordância dos concessionários: a) os beneficiários da concessão não empregariam mais de dez brancos de uma vez em trabalhos de mineração no território; b) os mineiros não deveriam fazer perfurações nos limites ou nas proximidades das cidades; c) os brancos ficariam sujeitos à lei do país e seriam considerados

"súditos do rei"; d) os mineiros contribuiriam, caso necessário, para a defesa do território, sob o comando dos Ndebele. Os concessionários também deixaram claro, verbalmente, que entendiam por "plenos poderes para fazer tudo quanto julgassem necessário para a exploração de tais recursos" a construção de casas para abrigar seus agentes, trazer e instalar diversas máquinas e o uso de madeira e água. Infelizmente, estas condições verbais não foram incluídas no texto definitivo do tratado e, em virtude da legislação europeia dos contratos, as disposições não escritas não tinham força para aplicação legal.

Concessionários rivais prejudicados e, mais particularmente, dois africanos com instrução, John Kumalo e John Makunga, que por simpatia decifraram o texto da concessão a Lobengula e seus *induna* (conselheiros), informaram a estes que tinham sido logrados, que a concessão havia sido publicada nos jornais europeus e que Rhodes já formara a companhia para ocupar a Matabelelândia e a Mashonalândia. A notícia semeou pânico e confusão no seio da nação Ndebele, pois o povo logo se conscientizou do significado e das consequências da concessão e, sobretudo, do caráter absolutamente inevitável da catástrofe que ia absorver um grande monarca e uma grande nação. Vários *induna* e guerreiros manifestaram sua cólera, e Lobengula, bastante embaraçado, viu-se na ameaça de perder o poder.

Lobengula publicou uma nota repudiando a concessão no *Bechuanaland News* de fevereiro de 1889. Por ordens suas, o *induna* pró-inglês Lotshe foi morto pelo regimento de Mbesu, bem como suas mulheres, filhos e gado. Sabendo existirem choques entre Rhodes, os missionários e os representantes do poder imperial na África do Sul, Lobengula decidiu apelar diretamente ao governo britânico na metrópole. Por meio de cartas e de uma delegação, pediu à rainha Victoria que anulasse o tratado ou desse à Matabelelândia e à Mashonalândia o estatuto de protetorado. Em janeiro de 1889, enviou a Londres uma delegação oficial, composta pelos *induna* Motshede e Babiyance, que foi recebida pela rainha Victoria e por vários dirigentes da Aborigines' Protection Society. Estes *induna* voltaram a sua pátria com os cumprimentos da rainha, mas sem a anulação do tratado. Em compensação, Rhodes obteve uma carta real que lhe dava o monopólio da colonização na área. Em começos de 1890, seus pioneiros marcharam da África do Sul através da Matabelelândia para a Mashonalândia, hasteando a Union Jack em Salisbury no dia 12 de setembro de 1890.

De setembro de 1890 a outubro de 1893, a nação Ndebele e os colonos da Mashonalândia não cessaram de se espreitar. Da mesma forma que entre colonos e Xhosa, no Cabo, e entre colonos e Zulu, em Natal, o confronto armado era inevitável.

A guerra anglo-Ndebele de 1893 foi uma reprodução quase exata da guerra anglo-zulu de 1879, com Rhodes fazendo o papel de *sir* Henry Frere, o dr. Leander Starr Jameson (administrador da companhia na Mashonalândia), o de Shepstone, e o incidente de Vitória (agosto de 1893) substituindo o de Sirayo. Tal como, antes dele, Cetshwayo, Lobengula tentou, em vão, impedir a guerra. Apelou a Jameson, a Rhodes e ao governo britânico. Mas já não contava então com nenhum apoio, nem entre os brancos nem entre os africanos. As forças que invadiram a Matabelelândia, vindas da Mashonalândia e da África do Sul, compreendiam 1200 soldados brancos (incluindo 200 soldados imperiais da polícia de fronteiras da Bechuanalândia). Contavam com mil auxiliares africanos, shona, mfengu, khoi-khoi, mestiços e 600 cavaleiros ngwato, comandados por Kgama.

Em vez de lançar seu exército, estimado em 20 mil homens, num combate suicida contra os colonos, fortemente armados, e seus auxiliares africanos, Lobengula preferiu evacuar a Matabelelândia e fugir com seu povo para a Rodésia do Norte. Como Cetshwayo, morreu durante a fuga, não se sabe se de varíola ou de problema cardíaco. Sem seu chefe, a nação Ndebele se decompôs. Um após outro, os *induna* renderam-se a Jameson ao pé da árvore dos *indaba* (de reunião do conselho). Os colonos cuidaram imediatamente de delimitar e registrar suas novas explorações e concessões mineiras. A companhia confiscou 280 mil cabeças de gado dos Ndebele, guardando 240 mil e distribuindo o resto aos soldados brancos e a alguns "bons" africanos.

Após a conquista da Matabelelândia, o governo inglês promulgou o decreto de 18 de julho de 1894 relativo aos Matabele, que autorizava a companhia a baixar o imposto de palhota e criava um "Native Department" para controlar todo o território da Rodésia do Sul. Em fins de 1895, a companhia tinha estabelecido uma administração africana calcada nas da Colônia do Cabo e de Natal, incluindo o imposto de palhota, as reservas e os passes, com o propósito de desapossar os africanos de suas terras, de seu gado e de seus recursos minerais e coagi-los a trabalhar para os brancos.

Iniciativas e resistência dos Ngwato, Lozi, Sotho, Tswana e Swazi: protetorado ou tutela

Ao contrário dos Zulu e dos Ndebele, os Ngwato, Lozi, Sotho, Tswana e Swazi tinham em comum suas alianças com os poderosos missionários humanitários imperialistas, para os quais a autoridade do governo de Londres devia prevalecer. Esses clérigos opunham-se em particular à política de "agressão brutal

adotada por certas categorias de políticos colonialistas – conquista, espoliação e incessante degradação de todos os povos negros"[8]. Entre esses missionários citemos Mackenzie em Kgama, Setshele e Caseitsiwe, Casalis em Moshoeshoe e Coillard em Lewanika. Embora humanitários, opunham-se apenas à expansão descontrolada dos colonos brancos da África do Sul, especialmente dos bôeres e de Rhodes, e à violência e exploração, que acompanhavam os incidentes de fronteira comprometendo seu trabalho zeloso e eficaz. Acreditavam na indiscutível superioridade da raça branca, da sua cultura e da sua religião, considerando a colonização, o comércio e o apostolado elementos inseparáveis e correlatos. Ao mesmo tempo, enfatizavam a necessidade de o império britânico assumir a responsabilidade pelos africanos, instaurando uma política de tutela paternalista. Empenhavam-se em harmonizar os contatos culturais entre colonos e colonizados, e em "proteger" e "civilizar" o africano, para fazer dele um membro mais útil da nova comunidade colonial. Através de cartas, delegações e da ação pessoal, estavam sempre intervindo junto ao alto-comissário, ao Ministério das Colônias e às sociedades filantrópicas da Inglaterra, para garantir essa "proteção". Se a Niassalândia se tornou um protetorado britânico, foi graças, largamente, à ação eficaz dos missionários escoceses, os quais envidaram todos os esforços para defender seus fiéis africanos e as missões instaladas em Blantyre, Bandawe e Ibanda contra a invasão das fronteiras pelos pioneiros às ordens de Rhodes.

A característica dominante dos governantes autóctones pró-missionários era a fraqueza política e militar crônica. Esses monarcas reinavam principalmente em virtude de "golpes de Estado". Em 1875, Kgama depôs Sekgoma, pai dele, e Kgamane, seu irmão, e proclamou-se rei. Kgamane fugiu com seus adeptos e estabeleceu um reino na margem transvaaliana do Limpopo. As facções legalistas e conservadoras dos Ngwato, contudo, ficaram fiéis ao monarca deposto, Sekgoma. Mais tarde, em 1884, Lewanika foi igualmente deposto e exilado na capital de Kgama. Voltou em 1885 e depôs por sua vez o usurpador Tatila Akufuna. Assim, os reis favoráveis aos missionários ocupavam posições frágeis, e viviam sob constante ameaça de distúrbios e guerras civis.

Além disso, os Estados deles mal tinham sobrevivido à revolução zulu e à conquista nguni. De qualquer forma, os Sotho e os Swazi continuavam a ser alvo dos ataques incessantes dos Zulu, ao passo que os Ngwato, Tswana, Kwena e Lozi sofriam os ataques e as invasões dos Ndebele. Eram igualmente vítimas dos "flibusteiros" Bôeres, ávidos de terras e provocadores, que lançavam

8 HOWITT, 1969, p. 501.

FIGURA 9.4 Moshoeshoe I, rei dos Basuto (c. 1785-1870). (Fonte: Royal Commonwealth Society.)

ataques-surpresa contra as aldeias, capturando o gado e escravizando homens, que fechavam constantes "tratados de amizade" com os chefes locais e, depois, reclamavam direitos sobre as terras e esferas de influência. Em consequência de tais exações, os Zulu, os Ndebele e os Bôeres acabaram por se tornar inimigos mortais.

Ainda que esses reis, na sua maior parte, detestassem os princípios do colonialismo e da ocidentalização, sentiam a desesperada necessidade da ajuda estrangeira para lhes garantir a sobrevivência. Por isso, no final das contas, adotaram a aliança dos missionários e a proteção britânica (metropolitana) como instrumentos essenciais de política. Por razões semelhantes, voltaram-se para os missionários a fim de receber conselhos e orientação espiritual sobre a maneira de tratar com os europeus, e procuraram utilizá-los para reforçar sua frágil situação interna. Coillard, Mackenzie e Casalis eram os mais chegados amigos europeus, confidentes e ministros das relações exteriores de Lewanika, Kgama e Moshoeshoe, respectivamente.

Sem necessidade, tais monarcas adotaram rapidamente a religião cristã e aceitaram a condição de protetorado. Kgama e Lewanika tornaram-se cristãos praticantes e, como a maior parte dos novos prosélitos, superaram em zelo e em sectarismo os próprios missionários.

Não só abandonaram as tradições, crenças e cerimônias ancestrais, como também lançaram mão de seu poder político para impor os princípios da civilização "cristã" ocidental a seu povo. O puritanismo com que buscavam suprimir o consumo público de bebidas alcoólicas beirava a obsessão. Impuseram estritas leis sobre substâncias líquidas, que incluíam a proibição do fabrico da cerveja africana. Quanto mais alienavam seu povo com a aplicação de tais medidas, mais precisavam do apoio dos missionários.

De fato, as relações que esses reis mantinham com os missionários constituíam uma forma de resistência pela diplomacia a quantos procuravam desapossá-los de suas terras. Fazendo alianças com os missionários antibôeres, antizulu e antindebele, os monarcas africanos conseguiram manter uma existência independente até as vésperas da partilha, e, depois, tirar proveito da proteção imperial inglesa, em detrimento dos colonialistas locais. Procuravam ativamente a condição de protetorado, ainda que isso implicasse uma certa redução de sua soberania, das liberdades civis e dos direitos territoriais. Graças ao regime de protetorado, conservavam certo grau de autonomia e de poder nominal e beneficiavam-se da proteção das forças policiais inglesas estacionadas em seu país, enquanto seus súditos mantinham o direito de possuir armas de fogo, desde que devidamente registradas. Dessa forma, os pequenos reinos africanos, incapazes de se opor à invasão dos brancos e ao desenvolvimento

econômico, em vista de sua situação geográfica e de seu modo de vida, tornaram-se protetorados, condição que lhes permitiu sobreviver, enquanto os grandes Estados, que estavam política e militarmente mais preparados para resistir às ameaças de colonização, foram invadidos, conquistados e retalhados.

Os Tswana

O exemplo dos Tswana e dos Swazi é bem representativo desta evolução. Na luta pela posse da Bechuanalândia (atual Botswana), três forças se defrontaram: os quatro governantes da Bechuanalândia (que comandavam, respectivamente, os Kwena, os Ngwato, os Ngwaketse e os Tswana), com seus aliados missionários, que desejavam a proteção e a tutela do governo imperial britânico; os Bôeres do Transvaal, que consideravam a Bechuanalândia como seu patrimônio natural de terras, gado, riquezas minerais e mão de obra; e os colonos do Cabo, representados por Rhodes, que tentavam impedir a expansão dos Bôeres e a aliança deles com os alemães no Sudoeste Africano (atual Namíbia). Os dirigentes africanos, a exemplo de Moshoeshoe, solicitavam o estatuto de protetorado para se proteger da dominação dos colonos brancos. Em 1876, alarmado com as intenções de uma seita dissidente da Igreja Reformada holandesa do Transvaal, os Doppers, que queriam atravessar os territórios tswana para atingir a Damaralândia, Kgama, rei dos Ngwato, escreveu à "grande rainha dos ingleses" pedindo proteção. Queria conhecer as condições dessa proteção e insistia no fato de que as relações estariam fundadas na "moral cristã". Além disso, seu irmão e rival, Kgamane, instalara-se no Transvaal com seus adeptos e combatia ao lado dos Bôeres na esperança de reconquistar o trono dos Ngwato (ver figura 9.1).

Os ingleses estavam profundamente divididos quanto à Bechuanalândia. O grupo Rhodes-Robinson queria eliminar o fator imperial para que os colonos se apoderassem do país e previa a anexação conjunta da Bechuanalândia pelo Cabo e pelo Transvaal, projeto que só malograria em consequência da recusa do Transvaal. Mas os grupos imperialistas humanitários Mackenzie-Warren, tal como os dirigentes africanos, procuravam impedir a instalação dos colonos, aos quais se opunham em vista da sua brutalidade e das devastações que provocavam entre os Tswana convertidos e nas escolas das missões. Mackenzie, em particular, desencadeou uma campanha vigorosa e bem acolhida na África do Sul e na Inglaterra[9].

Por outro lado, o Transvaal praticava uma política de expansão por meio de infiltrações e anexações, como a implementada por Moshoeshoe entre os

9 MACKENZIE, 1887.

Sotho do sul. Aventureiros bôeres tinham assinado tratados sem valor com os Tlhaping e os Rolong do sul da Bechuanalândia e depois proclamaram as "repúblicas" de Stellalândia (capital, Vryburg), presidida por William Van Niekerk, e de Goshen (capital, Rooigrand), presidida por Gey Van Pitius. A estratégia do Transvaal consistia em criar no papel "repúblicas irmãs", antes de anexá-las. As divergências de interpretação dos pretensos tratados exacerbaram as velhas rivalidades entre africanos e acarretaram guerras entre os chefes Mankurwane e Mashauw (Tlhaping) e Montshiwa e Moshette (Rolong), aos quais os bôeres serviam como mercenários e conselheiros. A Bechuanalândia do sul era, como a descreveu Mackenzie, "o reino da anarquia, da pirataria e da violência".

Em 1884, o governo britânico enviou *sir* Charles Warren para a missão de restabelecer a ordem. Warren declarou o sul da Bechuanalândia colônia britânica, e *sir* Hercules Robinson, alto-comissário inglês na África do Sul e governador da Colônia do Cabo, designou Mackenzie como novo comissário delegado, embora logo fosse substituído por Rhodes sob a pressão da opinião pública do Cabo, hostil à sua "política pró-indígena e antibôer". Após negociações com alguns dirigentes tswana, o Reino Unido declarou protetorado o norte da Bechuanalândia (1885). A carta outorgada à British South Africa Company, de Cecil Rhodes, previa a anexação do protetorado da Bechuanalândia pela Rodésia do Sul, mas os dirigentes tswana e seus aliados missionários desmancharam a manobra. Em 1895, esses dirigentes, Kgama e Sebele, que haviam sucedido a Sechele em 1892, bem como Bathoen (Ngwaketse), viajaram para a Inglaterra em companhia do reverendo W. C. Willoughby e, em audiências com a rainha Victoria, o ministro das Colônias e os dirigentes de várias sociedades filantrópicas conseguiram conservar o estatuto de protetorado.

Os Swazi

Os Swazi não tiveram de enfrentar os colonos brancos antes do Grande Trek e da fundação das repúblicas de Natal e do Transvaal. Na ocasião, o reino era governado por Mswati. A sociedade estava dividida entre um grupo dominante, composto por imigrantes nguni, ao qual pertencia a dinastia real dos Nkosi-Dlamini, e a população autóctone, os Sotho. Os Nguni haviam estabelecido seu domínio sobre os Sotho por conquista e alianças matrimoniais, instaurando um reino centralizado e unificado, fundado na lealdade de todos à Coroa, nas relações de amizade e em casamentos mistos. Tal como os Tswana e os Sotho do sul, tinham sobrevivido às devastações da revolução zulu, mas ainda sofriam ataques ocasionais destes. Sua política externa consistia em obter alianças defensivas contra os Zulu.

Portanto, no início, Mswati via os colonos de Natal e do Transvaal, bem como o governo britânico, como aliados potenciais contra seus tradicionais inimigos africanos[10].

Por sua vez, os colonos somente ambicionavam, como de hábito, o gado, a mão de obra e os recursos minerais dos Swazi. O Transvaal estava particularmente interessado na anexação da Suazilândia, para ter acesso ao mar pela baía de Kosi. Ao mesmo tempo, Natal e Inglaterra receavam uma associação entre Alemanha e Transvaal para a construção de uma via férrea para a baía de Kosi. Mas nenhuma das partes desejava assumir a responsabilidade direta pela Suazilândia, pequeno território isolado das grandes colônias e das linhas de comunicação, onde não tinham sido descobertos recursos minerais importantes. Mswati via-se entalado entre os ingleses e os bôeres. Ademais, alguns Bôeres e colonos ingleses, comerciantes e prospectores, começaram a pressioná-lo, reclamando todo tipo de concessões: aquisição ou locação de terras, monopólios comerciais, exploração de recursos minerais e mesmo o direito de arrecadar impostos e taxas aduaneiras. Mswati outorgou-lhes várias concessões antes de sua morte, em 1868. A Suazilândia passou então por uma crise sucessória, na qual os ingleses e os bôeres intervieram, para colocar no trono, cada qual, o fantoche da sua preferência. Os bôeres enviaram tropas para esmagar os outros pretendentes e instalaram o filho mais novo da segunda mulher de Mswati, Mbandzeni, rei fraco e com um pronunciado gosto pelas bebidas alcoólicas dos europeus. Sem se dar conta, Mbandzeni foi coagido a todo tipo de concessões, "das mais confusas, diversas e intrincadas"; chegou até, certas vezes, a conceder a vários indivíduos o monopólio das terras, do comércio e da exploração das minas de uma mesma área. Em 1890, registravam-se 364 concessões, as quais cobriam praticamente cada metro quadrado do pequeno território Swazi, que tinha menos de 25 mil quilômetros quadrados. Naquela data, o rendimento das concessões proporcionava à família real cerca de 12 mil libras esterlinas por ano.

As concessões, no entanto, deram aos britânicos e aos bôeres o pretexto necessário para minar a soberania Swazi. Desde a década de 1880, Mbandzeni estava assoberbado com o problema da manutenção da ordem, dos contenciosos que eclodiam entre ele e os concessionários brancos ou entre os próprios concessionários. Solicitou primeiramente a proteção dos britânicos e a nomeação de um residente inglês, mas a solicitação não foi aprovada. Voltou-se então para Theophilus Shepstone, secretário dos Negócios Indígenas de Natal, que designou

10 MATSEBULA, 1972; STEVENS, 1967.

seu próprio filho, também chamado Theophilus, como conselheiro-residente junto a Mbandzeni para os assuntos referentes aos brancos. Inconscientemente, o rei autorizou Shepstone a encabeçar uma comissão formada por 15 brancos eleitos e cinco nomeados e, em 1888, outorgou à comissão uma carta que lhe dava estatuto de autonomia. Na sua maior parte, as concessões foram feitas durante o mandato de Shepstone como conselheiro-residente (1886-1889). No entanto a comissão de brancos também se demonstrou incapaz de apaziguar os conflitos entre os concessionários, até a morte de Mbandzeni, em 1889, e o estabelecimento de uma administração conjunta anglo-bôer. A Convenção da Suazilândia, de 1890, estabeleceu uma comissão mista provisória, encarregada de governar o país, bem como um tribunal de justiça para apurar a validade das concessões, que aliás confirmou 352, entre as 364. A comissão colocou no trono o filho de Mbandzeni, Ngwane, de 16 anos de idade, nomeando a mãe dele, Gwamile Mduli, regente do reino.

A administração mista teve dificuldades devido à crescente rivalidade entre os ingleses e os bôeres na África do Sul. Nos termos da convenção de 1894, a Inglaterra confiou a Suazilândia ao Transvaal, conferindo-lhe "todos os direitos em matéria de proteção, de legislação, de jurisdição e de administração relativos à Suazilândia", sob a condição de não anexar o território. A regente e seu conselho protestaram violentamente e até enviaram uma delegação à Inglaterra, sem sucesso. O Transvaal designou um comissário-residente especial em 1895, e a soberania da Suazilândia viu-se assim suplantada pelo colonialismo. Nos termos do tratado de União (1902), que encerrou a guerra anglo-bôer (1898-1902), a Suazilândia foi recuperada pela Inglaterra. A lei que fazia da Suazilândia um protetorado foi promulgada a 25 de junho de 1903, e a lei sobre a constituição da África do Sul, de 1909, estipulava as condições em que se efetuaria a transferência à União Sul-Africana da Suazilândia, da Basutolândia (atual Lesotho) e da Bechuanalândia, territórios do alto-comissariado britânico. A transferência jamais se deu, devido à oposição dos africanos.

Iniciativas e reações dos Hlubi, Mpondomise, Bhaca, Senga, Njanja, Shona, Tonga, Tawara etc.: a política de aliança

No plano interno, nenhum desses grupos possuía a unidade política e a força militar necessárias para resistir à maré montante do colonialismo branco.

Nenhum deles também celebrara alianças diplomáticas ou militares com seus vizinhos. Pelo contrário, muitas vezes se atacavam e desconfiavam uns dos outros. Compunham-se tanto de circunscrições autônomas como de bandos de refugiados nômades, de prisioneiros reduzidos à condição de escravos e de grupos sob a tutela de colonialistas ou de missionários. Na sua maioria, eram tributários dos Zulu, dos Ndebele, dos Bemba, dos Yao e dos Nguni, ou vítimas de suas incursões.

Alguns desses pequenos grupos, como as soberanias barué, mangwende, makoni e mutasa, a exemplo dos Xhosa, optaram pela resistência armada contra a ameaça capitalista, mas muitos outros, como os Hlubi, os Mpondomise, os Bhaca, os Senga e os Njanja, aliaram-se aos brancos, na equivocada esperança de obter proteção e segurança. Em seu conjunto, essas pequenas sociedades tinham o costume, em matéria diplomática, de oscilar segundo as vicissitudes do poder ou de fingir neutralidade enquanto manipulavam o poder dominante a favor delas. Os Shona, os Tonga, os Tawara, os Venda e os Ndau recorreram muitas vezes a tais estratégias, nos séculos XVIII e XIX, para explorar a rivalidade das dinastias Changamire e Monomotapa; os Sotho, os Mpondo, os Mfengu, os Tembu e os Tonga agiram dessa mesma forma em face das rivalidades entre as confederações Mtetwa e Ndwande. Assim, muitos deles não hesitaram em alinhar fileiras com os britânicos contra os Zulu, os Ndebele, os Bemba, os Nguni e os Yao. Acrescente-se que inúmeros pequenos grupos, como os Mfengu, os Tembu, os Njanja, os Cewa e os Tawara, viviam há algum tempo sob forte influência militar. Por isso havia entre eles numerosos elementos cristianizados, quer dizer, instruídos, que não só rejeitavam a cultura tradicional como também contestavam o poder tradicional, em benefício do colonizador.

Desta maneira, prometendo aliança, proteção e/ou libertação, os britânicos não tiveram a menor dificuldade para dividir esses grupos e subjugá-los. Depois, foi só instalar colonos brancos naquelas áreas.

Iniciativas e reações africanas, 1895-1914

No final da década de 1890, praticamente todos os povos da África meridional tinham sido total ou parcialmente colonizados e em toda a parte sofriam diversas formas de opressão – econômica, política e religiosa. Os europeus não tardaram a introduzir o imposto de palhota, o trabalho forçado, a rigorosa proibição dos costumes e das crenças tradicionais e, principalmente, o confisco das

terras. A intervenção tornava-se cada vez mais pesada devido à necessidade crescente dos colonos de mão de obra autóctone barata para suas fazendas e minas e à tentativa da administração de cobrir com o imposto, se não a totalidade, ao menos parte de suas despesas. Os africanos eram constrangidos a deixar sua pátria para ceder lugar aos colonos brancos e servir como "voluntários" do exército. Na Rodésia do Norte e do Sul, na Niassalândia, os administradores da companhia copiaram pura e simplesmente as leis indígenas da África do Sul. Na Rodésia, onde a colonização branca era mais densa, a administração não tolerava nada que obstasse seus projetos econômicos, ainda que o obstáculo fossem a vida e os direitos dos Shona. Tratou logo de confiscar as terras, o gado, as colheitas e as reservas de alimentos dos Shona e de submetê-los ao trabalho forçado, atendendo aos interesses dos colonos atraídos à Mashonalândia pela promessa de encontrar fortuna e levar uma vida melhor e mais fácil. Além de tudo, a justiça colonial introduzida caracterizava-se pelas irregularidades e arbitrariedades. A isso se juntou uma série de catástrofes naturais: epidemias de varíola e de peste bovina, secas e até uma praga de gafanhotos[11].

Os africanos, evidentemente, não ficaram indiferentes a tais acontecimentos. Sob os golpes conjugados do colonialismo, da expropriação, da miséria, da opressão e da ocidentalização, muitos deles, como os Xhosa, chegaram à conclusão de que o homem branco era a causa de todas as suas infelicidades. Na década de 1890 e começos do século XX, o ódio contra a dominação estrangeira gerou a intensificação da resistência contra os brancos, enquanto um verdadeiro espírito de unidade aproximava os chefes políticos, seus adeptos, os sacerdotes e até certos grupos outrora inimigos. Citaremos três exemplos representativos dessas reações, que objetivavam a derrubada do sistema colonial para pôr fim a uma opressão e a uma exploração intoleráveis: o *Chimurenga* dos Ndebele-Shona, de 1896-1897; a revolta dos Herero, em 1904; e a revolta dos Bambata ou dos Zulu, em 1906.

O Chimurenga dos Ndebele-Shona

O *Chimurenga,* nome que os Shona deram a sua resistência armada, começou em março de 1896 na Matabelelândia e em junho do mesmo ano na Mashonalândia. O primeiro morto foi um policial africano, empregado da companhia, no dia 20 de março[12]. O primeiro ataque contra europeus ocorreu em 22 de

---

11 CHANAIWA, 1974; MARTIN, R. E. R., 1897; RANGER, 1967.

12 Para relatos de testemunhas do *Chimurenga* (essencialmente colonos, soldados e jornalistas brancos), ver BADEN-POWELL, 1897; SELOUS, 1896; MARTIN, R. E. R., 1897.

março, na cidade de Essexvale, e causou a morte de sete brancos e dois africanos. Depois, o *Chimurenga* se propagou como rastilho de pólvora a todo o território da Matabelelândia e da Mashonalândia (ver figura 9.1). Em menos de uma semana, 130 brancos encontraram a morte na Matabelelândia.

Os africanos estavam armados com carabinas Martini-Henry, Lee Metfords, fuzis para elefantes, mosquetões e bacamartes, além das tradicionais azagaias, hachas, clavas, arcos e flechas. Ademais, o *Chimurenga* eclodiu no momento em que a maior parte das tropas da companhia se encontrava na África do Sul, envolvida na ofensiva Jameson contra os bôeres. Oportunidade adicional para os revoltosos, os policias africanos desertaram com seus fuzis e munições e fizeram causa comum com seus irmãos em tal quantidade que houve que desarmar, por medida de precaução, os que tinham ficado "leais".

A companhia mobilizou a toda a pressa os europeus para formar a Relief Force (coluna de socorro da Matabelelândia), composta de tropas regulares, de Voluntários da Rodésia (colonos a cavalo) e de africanos. No apogeu, a força compreendia 2 mil europeus, 250 Ngwato enviados por Kgama, 200 "indígenas das colônias" (África do Sul) e cerca de 150 africanos da Rodésia, sob o comando supremo de *sir* Frederick Carrington, veterano das guerras entre Xhosa e colonos. Se o *Chimurenga* foi essencialmente uma guerrilha, a estratégia empregada pela tropa estava baseada no cerco e no emprego de dinamite. Os soldados destruíam igualmente as colheitas dos africanos e roubavam-lhes a maior parte do gado, as cabras, os carneiros, as galinhas e as reservas de cereais, para privar os rebeldes de alimentos e para se enriquecerem.

Na Matabelelândia, o *Chimurenga* perdurou de março a dezembro de 1896 e causou perdas consideráveis à companhia. A 15 de julho esta se viu forçada a proclamar que os africanos que concordassem em se render com suas armas não seriam perseguidos. Depois da batalha de Ntaba zika Mambo (5 de julho), Cecil Rhodes afirmou "a decisão de aproveitar a primeira ocasião de negociar que se apresentasse, ou de suscitar uma se ela não aparecesse". Já renunciara a toda esperança de chegar a uma "vitória total e incondicional", pois o prolongamento do *Chimurenga* ou a estagnação das hostilidades significavam a falência da companhia e/ou a intervenção do governo britânico, que transformaria a colônia em protetorado. Em agosto, os Ndebele estavam cercados nas colinas de Matapo e, como a batalha se eternizasse e Rhodes fizesse generosas ofertas de paz, aceitaram finalmente negociar. Aí se seguiram várias conversações entre Rhodes e os *induna* ndebele, que se prolongaram de agosto de 1896 até janeiro de 1898, data em que Rhodes nomeia seis chefes do *Chimurenga* (os *induna* Dhliso, Somabulana, Mlugulu, Sikombo, Khomo e Nyamanda) entre as dez autoridades

africanas apontadas pela companhia. Atribuiu-lhes terras, ofereceu-lhes 2300 toneladas de cereais e prometeu fazer justiça a suas queixas contra a companhia.

Obtida a vitória e restabelecida a paz na Matabelelândia, a companhia concentrou então seus esforços sobre o *Chimurenga* shona, que veio causando grandes perturbações, ao mesmo tempo que o dos Ndebele, desde junho de 1896, e prosseguiu, de forma intermitente, até 1903. Os principais centros de *Chimurenga* eram as soberanias de Mashayamombe, de Makoni e de Magwende, situadas respectivamente no oeste, centro e nordeste da Mashonalândia. Mas várias soberanias de menor importância (Nyandoro, Seke, Whata, Chiota, Chikmakwa, Swoswe, Zwinma, Mashanganyika) tomaram igualmente a iniciativa de se revoltar individualmente ou de se aliar com seus vizinhos.

O *Chimurenga,* tal como o massacre do gado pelos Xhosa, tem sido qualificado por historiadores eurocentristas como um movimento atávico e milenarista, por causa do importante papel desempenhado pelos sacerdotes e profetas tradicionais conhecidos pelo nome de *svikiro*[13]. Os principais *svikiro* eram Mukwati, na Matabelelândia, Kagubi, no oeste da Mashonalândia, bem como Nehanda (mulher), no centro e norte da Mashonalândia, a quem se juntava uma infinidade de profetas locais de menor importância. Os *svikiro* afirmavam aos Ndebele e aos Shona que os brancos eram a causa de seus sofrimentos – o trabalho forçado, o imposto, os castigos corporais (chicote) – e até dos flagelos da natureza – pragas de gafanhotos, peste bovina, secas. Convenceram grande número de africanos de que o deus dos Shona, Mwari (Mlimo, em sindebele), comovido com os sofrimentos de seu povo, decretara que os brancos deviam ser expulsos do país e que os africanos nada tinham a recear, pois Mwari estava a seu lado, e tornaria as balas do homem branco inofensivas como água. Ao todo, foram muitos os africanos a acreditar que os *svikiro* falavam em nome de Mwari e que recusar-lhes obediência acarretaria mais infortúnios para sua terra e novos sofrimentos para os indivíduos.

Os *svikiro* eram, antes de tudo, profetas revolucionários que articulavam as causas fundamentais do *Chimurenga* e a opinião geral da população, sem a qual teriam pouca credibilidade e pouca influência. Além disso, enquanto guardiães

13 A palavra deriva do verbo *kusvika,* que significa chegar ou alcançar um ponto. Significa literalmente a pessoa, o veículo, o instrumento ou o meio por intermédio do qual os deuses e os espíritos se comunicam com a população. Assim, um sacerdote, rabino ou profeta, na cultura ocidental, um califa ou *mollah,* na cultura muçulmana, poderiam ser *svikiro* na sociedade shona. Não se deve confundir o *svikiro* com o curandeiro, o *nganga* (feiticeiro para os europeus) nem com o adivinho. O *svikiro* reunia as funções de sacerdote, intelectual, professor e dirigente. Em nosso texto, traduzimos *svikiro* por profeta para facilitar a compreensão dos leitores não shona.

das tradições shona e autoridades reconhecidas no tocante a numerosos aspectos da vida comunitária, temiam ser suplantados pelos missionários europeus. Mais importantes, os *svikiro* só apareciam como dirigentes do movimento em razão da divisão dos Ndebele e, em particular, dos Shona, tanto no plano político como no militar. Efetivamente, os *svikiro* eram as únicas autoridades cuja influência transcendia os limites das circunscrições. Os feudos espirituais de Mukwati, Nehanda e Kagubi englobavam mais de uma circunscrição. Diferente dos chefes dessas soberanias, os *svikiro* dispunham de uma rede extensa, mas secreta, de comunicações, que lhes permitia transmitir contínuas mensagens e coordenar eficazmente sua ação. Chegaram até a ressuscitar a antiga confederação rosvy e sua dinastia, entronizando nela um novo rei, Mudzinganyama Jiri Muteveri, bisneto de um antigo soberano rosvy. Muitos africanos, aceitando essa designação, prestaram juramento a Mudzinganyama, mas a confederação foi efêmera, pois o rei logo se viu detido e encarcerado pelos colonos. Simultaneamente, Mukwati era assassinado, presumivelmente por um de seus seguidores decepcionado.

A influência de Kagubi e de Nehanda era mais forte entre os príncipes mais jovens e mais ativos das circunscrições, como Muchemwa de Mangwende, Mhiripiri de Makoni e Panashe de Nyandoro. Porém Kagubi foi capturado em outubro de 1897, e Nehanda, dois meses mais tarde. A 2 de março de 1898 foram acusados de homicídio e condenados à forca. O lugar onde os enterraram foi mantido em sigilo, "para que nenhum indígena venha a retirar seus corpos e proclamar que seu espírito se incorporou em outra profetisa ou outro feiticeiro".

Privados de direção político-militar centralizada, sem carabinas nem munições e, principalmente, sem o apoio dos *svikiro* , os chefes shona foram batidos um após outro em 1897. No dia 4 de setembro, Makoni, de mãos amarradas e olhos vendados, foi fuzilado na presença das tropas, de seus aliados africanos e de seus próprios súditos. Segundo o relato de uma testemunha ocular, o correspondente do *Times* de Londres, Makoni enfrentou a morte "com uma coragem e uma dignidade que despertaram a admiração de todos os espectadores". Por sua vez, Mashayamombe, que esteve perto de cortar as comunicações entre Salisbury e Bulawayo, foi derrotado e morto a 25 de julho. Entre julho e setembro, os colonos cercaram e esmagaram as circunscrições da Mashonalândia central. Mangwende foi batido em setembro, mas seu filho, Muchemwa, com a ajuda de alguns conselheiros, prosseguiu na luta até 1903, data em que o *Chimurenga* foi finalmente dominado.

As perdas causadas pelo *Chimurenga* são calculadas em 450 mortos e 188 feridos do lado europeu e em 8 mil mortos do lado africano. Desses 450 europeus, 372 eram colonos residentes, o que representava um décimo da população branca da colônia. Os outros eram soldados das tropas regulares e mercenários. Mas alguns Shona, dos mais intransigentes, continuaram o *Chimurenga* e até celebraram alianças com certas populações de Moçambique, igualmente em luta contra o colonialismo português. A resistência mais célebre *pós-Chimurenga* foi a dirigida por Kadungure Mapondera, dirigente da circunscrição dos Rosvy da região de Mazoe, que, atacado pelos Ndebele e pelos portugueses, logrou conservar a independência. Mapondera não tomou parte no *Chimurenga* porque, tendo recusado pagar o imposto de palhota, emigrou, em 1894, com seus seguidores mais fiéis para o norte de Moçambique, onde se aliou aos Barué na luta contra os portugueses. Voltou para a Rodésia em 1900 e recrutou um exército shona composto pelos Korekore, Tawara e vários jovens militantes vindos de circunscrições do nordeste e da região central da Mashonalândia, principalmente as de Mangwende e de Makoni. Aliou-se com o motapa titular, Chioco, o que lhe assegurou o apoio dos *svikiro* de Mwari. Até junho de 1902, dirigiu a guerrilha contra os colonos e as circunscrições leais do norte da Mashonalândia. Depois, emigrou novamente para Moçambique, para se juntar à guerra de resistência dos Barué, mas as forças conjugadas deles não tardaram a ser esmagadas pelos portugueses, que se beneficiavam de um armamento superior. Mapondera voltou para a Rodésia e rendeu-se em 30 de agosto de 1903. Foi condenado a sete anos de trabalhos forçados por rebelião e homicídio e morreu na prisão em consequência de uma greve de fome.

Os Herero

Em 1904, os Herero, sofrendo os efeitos negativos da dominação colonial no Sudoeste Africano, aproveitaram a retirada das tropas alemãs, que haviam partido em janeiro daquele ano, para subjugar os Bondelswarts, tendo matado 100 alemães, destruído várias fazendas e capturado o gado. O general Von Trotha, nomeado em substituição a Theodor Leutwein, comandante alemão, decidiu travar a guerra até a vitória militar total e a completa destruição do povo Herero, mediante uma série de impiedosos massacres: entre 75% e 80% da população, estimada entre 60 mil e 80 mil almas, foi morta; 14 mil foram encerrados em campos de concentração e 2 mil fugiram para a África do Sul. Acompanhado por um milhar de partidários, Samuel Maherero atravessou o deserto de Kalahari e chegou à Bechuanalândia.

Todas as terras e rebanhos foram confiscados, e os africanos foram proibidos de formar instituições étnicas e praticar cerimônias tradicionais. Privados de todos os meios de sobrevivência, viram-se coagidos a trabalhar para os colonos brancos. Com seus deuses e sacerdotes vencidos, o que provava sua inferioridade, converteram-se em massa ao cristianismo. Em 1915, as tropas britânicas da África do Sul ocuparam o Sudoeste Africano e impuseram o estado de sítio até 1921. Nessa data, 10673 sul-africanos brancos já se tinham unido aos colonos alemães que não haviam sido repatriados. Os africanos foram autorizados a praticar uma agricultura de subsistência em reservas estéreis, o que os obrigava a ser trabalhadores migrantes para sobreviver.

Apesar de tal destino, os Herero deixaram em germe um legado de luta contra a dominação colonial, de superação das fronteiras étnicas e de consciência cultural, histórica, racial e nacionalista, cuja tradição seria transmitida às futuras gerações de combatentes pela liberdade em toda a África meridional.

Conclusão

No decurso da primeira década do século XX, os Estados autóctones soberanos tinham praticamente desaparecido da África meridional. A grande maioria dos africanos havia então entrado na terceira fase da resistência, caracterizada pela luta em prol de um *modus vivendi* favorável sob a dominação política, econômica e cultural dos colonos. De fato, tratava-se de um novo tipo de reação às lutas contra a conquista e a ocupação coloniais, o qual pertence a outro capítulo da história africana. Por essa ocasião, as autoridades políticas e religiosas das sociedades tradicionais haviam sido vencidas, colonizadas e humilhadas. Os monarcas tradicionais tinham sido suplantados por secretários dos Negócios Indígenas, tais como Theophilus Shepstone em Natal, ou pelos chamados "comissários de assuntos indígenas", ou pelos "departamentos de assuntos indígenas" em outros lugares. As massas africanas só se definiam como "o problema negro" e, conforme a descrição de Jabavu, compunham-se de gente "sem terra, sem voto, servos, párias, marginais da sociedade em sua própria pátria e sem nenhum futuro na vida"[14]. Além disso, eram os primeiros africanos a conhecer a crise de identidade[15] provocada pelo traçado de fronteiras coloniais artificiais, que separaram antigas unidades culturais, linguísticas e históricas, mas também devida aos traumatismos culturais sofridos

14 JABAVU, 1920, p. 16.

15 BETTS, ed., 1972.

nos dormitórios das minas e das fazendas, nas casas dos brancos, nas igrejas e escolas cristãs, em um mundo dominado pelos colonos.

Todos os pensamentos e todas as ações dos africanos se voltavam então para a aquisição individual de conhecimentos, técnicas e bens materiais do mundo branco, bem como para a denúncia das "incapacidades dos indígenas"[16], na esperança de chegar a corrigi-las, sem sair do quadro da dominação colonial. Foi assim que começou o movimento de protesto não violento por direitos civis, cujos artífices foram, como veremos depois, o South African Native National Congress, criado em 1912, a Native Welfare Association, na Rodésia do Sul, o sindicalismo de Clement Kadalie e, no plano religioso, as igrejas dissidentes e o "etiopianismo". O vácuo deixado pelo desaparecimento das autoridades tradicionais foi preenchido pelos discípulos dos missionários, comprometidos não apenas com o universalismo, o antirracismo e o capitalismo materialista, mas também com a luta contra as diferenças étnicas. Por isso foram dos primeiros a minar a cooperação étnica e particularista de certos chefes, grupos e indivíduos africanos. Ao contrário da luta contra a conquista colonial, a resistência à dominação dos colonos tomou, portanto, rumo diferente e recrutou suas tropas principalmente nas massas urbanas, sob a direção das elites cultas. As massas rurais viviam da agricultura de subsistência, quando não caíam sob o jugo da economia capitalista de mercado, como assalariados malpagos nas minas, nos campos, nas cozinhas e nas fábricas dos europeus.

16 Ver, entre outros, PLAATJE, 1916; MOLEMA, 1920.

CAPÍTULO 10

Madagáscar de 1880 a 1939: iniciativas e reações africanas à conquista e à dominação coloniais

Manassé Esoavelomandroso

O tratado Anglo-Merina[1], assinado em 23 de outubro de 1817 e ratificado em 1820, conferiu a Radama I o título de “rei de Madagáscar”. A 14 de fevereiro de 1822, o próprio Radama proclamava sua soberania sobre a ilha (figura 10.1). Reino que contava com o apoio da primeira potência mundial da época, Madagáscar surgia, assim, no cenário diplomático. No início, contudo, sua soberania foi contestada, negada e combatida pela França. Somente em 1862 é que o governo de Napoleão III subscreveu com Radama um tratado reconhecendo-o como rei de Madagáscar, o que, aos olhos das autoridades de Tananarive, sancionava a existência do reino e o abandono das pretensões territoriais francesas, ainda que em seu preâmbulo o tratado mantivesse “os direitos da França”, quer dizer, os direitos particulares sobre seus antigos entrepostos e estabelecimentos comerciais e sobre os protetorados de Sakalava e Antakarana.

O assassinato de Radama II, em 1863, pela oligarquia dirigente, que o julgava demasiado liberal e muito favorável aos europeus, criou uma situação nova. Rainilaiarivony, primeiro-ministro de 1864 a 1895, adotou uma política bastante flexível para assegurar o respeito à independência do reino (figs. 10.2 e 10.3). Assim, incapaz de completar a unificação territorial, esforçou-se por organizar

1 Os Merina são os habitantes de Imerina, região dos planaltos centrais de Madagáscar, cuja capital era Tananarive, que depois se chamaria Antananarivo. O reino merina tinha por objetivo a unificação de Madagáscar.

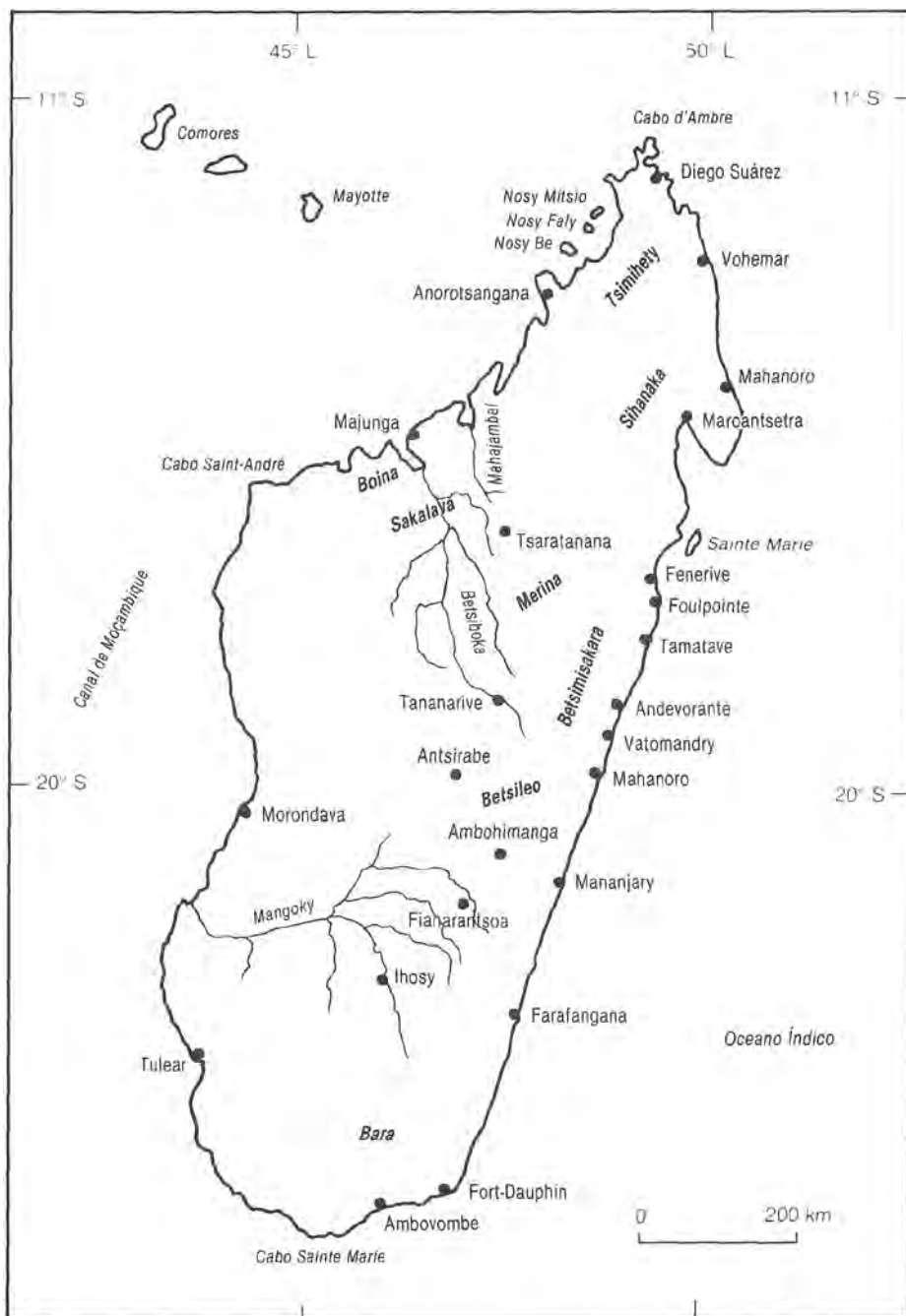



FIGURA 10.1 Madagáscar em fins do século XIX.

Figura 10.2 Rainilaiarivony, primeiro-ministro de Madagáscar (1864-1895), marido de Ranavalona II e III. (Foto: Lapi Viollet.)

Figura 10.3 A rainha Ranavalona III (1883-1897) em traje de gala. (Foto: Harlingue-Viollet.)

o governo, a administração e o exército. Conseguiu com certo êxito consolidar seu poder e manter as regiões conquistadas, apesar das conspirações de seus rivais, e do descontentamento e por vezes revolta das massas populares. Ao mesmo tempo, contudo, expandia-se na Europa o imperialismo colonial, e a França procuraria de novo dominar Madagáscar. Os esforços diplomáticos de Rainilaiarivony para afastar esse perigo foram vãos, e as duas guerras (1883-1885 e 1894-1895) impostas pela França terminaram com a exoneração do primeiro-ministro e o desmantelamento do governo real. Senhores de Tananarive, os franceses não tardaram a encontrar resistência armada em algumas áreas rurais de Imerina e suas províncias submetidas. Nas regiões independentes, acharam-se tendo de enfrentar reis e chefes militares que contra eles se opunham obstinadamente. Mas a superioridade técnica dos franceses acabou por encerrar esses focos descoordenados de resistência. No entanto, por toda a ilha, homens se levantavam e se organizavam, a princípio para combater os abusos do regime colonial, depois para recuperar a independência nacional.

Um país dividido ante a ameaça imperialista

No último quartel do século XIX, a França retomou a política de expansão colonial. Numa primeira fase, entre 1870 e 1880, esse país, depois da derrota diante da Prússia, atravessou um período de recolhimento, recuperando forças dentro de suas fronteiras. Entre 1880 e 1890, alguns líderes republicanos, como Léon Gambetta e Jules Ferry, acenando com a possibilidade de as conquistas coloniais reconduzirem sua pátria ao lugar de grande potência, encontraram a hostilidade da opinião pública, o que os obrigou a adotar a chamada política de "pequenas doses". Ainda assim, conseguiram impor um protetorado à Tunísia em 1881 e enviar expedições, muito embora sem plano de conjunto e com recursos reduzidos, ao continente africano, a Tonkin e a Madagáscar. De 1890 em diante, finalmente, as ambições francesas tomaram corpo. A maior parte da opinião pública começava a aceitar as ideias imperialistas, e os meios empresariais passaram a demonstrar interesse crescente pelas conquistas coloniais[2]. Assim, Madagáscar, apresentada pela propaganda colonialista como um grande mercado consumidor, um país de riquezas incontáveis, uma ilha desejada pelos ingleses, tornou-se alvo de ambições e de cobiça. O governo da rainha Ranavalona viu-se, dessa forma, tendo de afastar as ameaças externas, além de, ao mesmo tempo, tentar reduzir as frequentes tensões, latentes ou declaradas, não só em Imerina, como também em toda a ilha.

A situação em vésperas da primeira guerra franco-merina[3]

O novo interesse que Madagáscar suscitou na França era resultado de uma propaganda sabiamente orquestrada pelos parlamentares da ilha de Reunião, sustentada pela direita católica e apoiada mais tarde pela facção colonial. Essas diferentes forças juntaram-se para invocar e defender os "direitos históricos" da França sobre Madagáscar. O argumento, com raízes na lembrança da anexação proclamada no reinado de Luís XIV e das vãs tentativas, no século XVIII, de organizar uma França oriental próspera, com base nos entrepostos comerciais estabelecidos naquele mesmo século XVIII e sob a Restauração, foi desenvolvido ao longo do século XIX em numerosos escritos antes de ser exposto oficialmente pelo Parlamento francês em 1884. O *lobby* de Reunião reclamava a conquista total da ilha com o intuito de enviar para lá o excesso da população crioula local

2 JACOB, 1966, p. 2-3.

3 AGERON, 1978a, p. 114-8.

e reservar para uso próprio os abundantes recursos que os ingleses ameaçavam explorar. Por sua vez, os missionários católicos franceses de Madagáscar, vendo seu trabalho de evangelização reduzido às camadas sociais mais baixas, já que a maioria das famílias nobres e dos plebeus ricos e poderosos tinha se convertido ao protestantismo, reclamavam o apoio oficial da França para enfrentar a concorrência dos protestantes, que eles apresentavam como produto das inúmeras "intrigas" dos britânicos. Essa teoria da "pérfida Albion" encontrava eco junto a certos meios financeiros, que, para conquistar o mercado malgaxe, em detrimento dos ingleses e dos norte-americanos, pensavam afastá-los com a anexação e não através da redução do preço de venda de seus produtos. A propaganda colonial apelava para o chauvinismo, bem como para a missão humanitária e civilizadora da França. A fim de preparar a opinião pública para a conquista, apresentava-se o "Reino de Madagáscar", com evidente má fé, como um "Estado bárbaro", dirigido por uma "tribo estrangeira", que erigira a "tirania em sistema de governo" e continuava a praticar o tráfico de escravos.

Todos esses argumentos desenvolvidos pelos adeptos da colonização da ilha tinham escasso fundamento. O governo real, acusado de ser pró-inglês, teve em relação às potências estrangeiras uma atitude sutil, ditada pela determinação de defender a independência do reino. Tratou de obter de cada uma o apoio que pudesse dar às suas ambições[4]. Madagáscar não era vassala do Reino Unido; se o entendimento entre os dois países era sólido, tal se devia unicamente ao fato de os britânicos, ao contrário dos franceses, não procurarem colonizar a ilha. Esse reino reputado "bárbaro", onde predominaria o "obscurantismo", era, na realidade, dirigido por uma rainha e um primeiro-ministro convertidos ao cristianismo desde 21 de fevereiro de 1869. Receberam o batismo protestante, é verdade, seguindo o seu exemplo a maioria dos dirigentes e da população. Mas não impediram os malgaxes de abraçar o catolicismo nem se opuseram à ação dos missionários franceses. Esse liberalismo prova a separação entre as Igrejas e o Estado, ainda que "em torno da capela do palácio da rainha o primeiro-ministro talvez tenha tentado criar uma igreja nacional, a Igreja do Palácio, formada por pastores e evangelistas malgaxes de sua confiança"[5]. Essa tentativa gerou um medo persistente no meio dos jesuítas e uma "invencível desconfiança" entre os representantes da London Missionary Society (LMS).

Em 1877, o governo real libertou os escravos masombika trazidos do continente, prevendo sua instalação em terras para eles alocadas. Em 1878, reorganizou

4 ESOAVELOMANDROSO, F., 1979.

5 VIDAL, 1970, p. 6, nota 20.

a justiça, daí em diante confiada a três tribunais, que procederiam à instrução dos processos, ficando a decisão com o primeiro-ministro. Em 1881 foi promulgado "o Código dos 305 artigos, legislação inovadora que abrange ao mesmo tempo o direito civil, o direito penal e o processo"[6]. Todas essas medidas, além de outras, mostram a vontade de Rainilaiarivony de "modernizar" seu país, transformando-o num "Estado civilizado" à face da Europa. Eram esforços que teriam desarmado os homens movidos pelo desejo de civilizar Madagáscar e de pregar lá o Evangelho. Contudo os parlamentares de Reunião, apoiados pelos deputados católicos e pelo grupo colonial, reclamavam com insistência a conquista da ilha. Aproveitaram-se de três pretextos para obrigar o governo francês a intervir militarmente em Madagáscar, em 1882.

Jean Laborde, que inicialmente fora sócio de altos dignitários de Madagáscar, sob o reinado de Ranavalona I, na produção de armamentos e munições e na exploração agrícola, e que no reinado de Radama II se tornou cônsul da França, morreu em 1878, deixando bens imobiliários, que seus sobrinhos Edouard e Campan Laborde em vão reclamavam. As reivindicações de Paris sobre essa herança tinham base no tratado de 1868, que autorizava os cidadãos franceses a adquirir bens imóveis em Madagáscar; a recusa das autoridades de Tananarive em concordar com as ditas reivindicações repousava na lei segundo a qual a terra pertencia unicamente à soberana. A "herança Laborde" colocava de fato um problema do "direito de propriedade", que interessava aos colonos e negociantes instalados na ilha: "Poderiam eles ser proprietários dos domínios que exploravam, ou pelo menos esperar obter contratos de arrendamento de longo prazo?"[7].

Em abril de 1881, a questão do *Toalé* envenenou as relações franco-malgaxes. O patrão do veleiro – árabe com cidadania francesa – e outros três muçulmanos, membros da tripulação, foram assassinados por homens do rei sakalava, Bakary, na baía de Marambitsy, região fora do controle das autoridades merina. Traficantes de armas, intimados a entregar a carga, abriram fogo sobre os Sakalava, que, em reação, os mataram. Por esse caso de contrabando, a França reclamou uma indenização à rainha de Madagáscar[8].

No mesmo ano, dois missionários ingleses, em excursão pela costa de Sambirano, no noroeste, persuadiram os chefes sakalava da região a hastear o pavilhão merina. A França protestou, invocando os tratados de protetorado assinados em

6 DESCHAMPS, 1960, p. 181.

7 JACOB, 1966, p. 5.

8 BOITEAU, 1958, p. 172.

1840 e 1841 com os soberanos da região. Rainilaiarivony respondeu lembrando o tratado de 1868, que o governo de Napoleão III assinara com a "rainha de Madagáscar".

A falta de sinceridade nessas conversações convenceu Rainilaiarivony da má fé dos franceses e o levou a adotar, para pagar as indenizações e adquirir armas e munições, uma política impopular, pelos pesados impostos que recaíram sobre o povo. As dificuldades com a França não lhe deixavam tempo para assimilar as conquistas feitas por Radama II e obter a adesão definitiva das populações submetidas, e menos ainda para prosseguir na unificação do país. É, portanto, um primeiro-ministro acossado por problemas de ordem interna, que irá negociar com o cônsul francês Baudais, que rompera bruscamente as relações diplomáticas e abandonara Tananarive a 21 de maio de 1882.

O isolamento dos dirigentes malgaxes, 1882-1894

Em junho de 1882, o capitão de mar e guerra Le Timbre mandou recolher os pavilhões merina da baía de Ampasindava, sem qualquer resistência. Rainilaiarivony pensava poder evitar ainda um conflito e chegar a um acordo pacífico sobre os contenciosos. Por isso enviou à Europa e aos Estados Unidos (outubro de 1882-agosto de 1883) uma embaixada dirigida por seu sobrinho Ravoninahitriniarivo, ministro dos Negócios Estrangeiros, para buscar um acerto com Paris e obter o apoio das outras potências[9]. Mas, além dos tratados de comércio assinados com Londres, Washington e Berlim, e da renúncia da Inglaterra ao direito de propriedade para os seus cidadãos, substituído por contratos de arrendamento de prazo a ser fixado pela vontade das partes, os plenipotenciários malgaxes nada conseguiram de substancial. A França, tratada com prudência pelos ingleses, que desejavam ter as mãos livres no Egito, recusou-se a qualquer acordo, embora os enviados de Ranavalona II concordassem em retirar os pavilhões e guarnições da baía de Ampasindava e aceitassem arrendamentos por longos prazos para os estrangeiros. A embaixada ainda estava na Europa quando a marinha francesa bombardeou Majunga, em maio de 1883, fazendo assim eclodir a primeira guerra franco-merina (1883-1885). Ou seja, a atividade diplomática não conseguiu impedir a guerra. As autoridades de Tananarive descobriram, com amargura, que as grandes potências, preocupadas antes de tudo com seus interesses, às vezes, se não frequentemente, faziam acordos à custa dos pequenos países. A atitude do Reino Unido, tido como fiel aliado, foi

9 MUTIBWA, 1974, p. 218-46.

decepcionante, e diz-se ter levado o primeiro-ministro, desiludido, a cunhar a expressão "fingir que se briga, como os franceses e os ingleses".

A marinha francesa atacou, portanto, um reino que se achava isolado no plano diplomático. Uma esquadrilha, comandada pelo almirante Pierre, bombardeou os portos do noroeste e do leste da ilha, ocupando Tamatave. Paris exigiu de Rainilaiarivony a cessão da parte de Madagáscar situada ao norte do paralelo 16 e o reconhecimento do direito de propriedade dos franceses instalados na ilha. O primeiro-ministro aguentou firme as pressões, deixando a porta aberta a negociações. No decorrer dessa "falsa" guerra, onde as negociações eram conduzidas com mais diligência do que as operações militares, as reivindicações francesas mudaram de rumo: já não se tratava do reconhecimento de seus direitos históricos sobre o noroeste de Madagáscar, mas da imposição de um protetorado a toda a ilha. Quanto a Rainilaiarivony, ateve-se a sua posição inicial, recusando-se a sacrificar a independência de seu país. No entanto, ao mesmo tempo que os dirigentes franceses e malgaxes adotavam atitudes à primeira vista irreconciliáveis, os súditos, de um lado e de outro, começavam a ceder à lassidão. Do lado malgaxe, o bloqueio e o esforço de guerra tinham provocado uma crise econômica e um mal-estar político bastante graves. Do lado francês, a expedição a Tonkih não permitira o reforço das tropas em combate em Madagáscar; de resto, a opinião do ministro Freycinet, inclinado à conciliação, prevaleceu sobre a dos adeptos de uma marcha sobre Tananarive. Os acontecimentos levaram os dois governos a assinar a paz, quer dizer, a contentar-se com um acordo.

O obscuro tratado de 17 de dezembro de 1885 pôs fim a uma guerra em que não houve vencedor nem vencido. Era tão vago e ambíguo que cada uma das partes o interpretaria a seu modo. O tratado dava à França o direito de representar Madagáscar "em todas as suas relações exteriores" e de manter em Tananarive um residente-geral, com escolta militar. Garantia aos cidadãos franceses o direito de obter contratos de arrendamento de longo prazo (máximo de 99 anos), à marinha francesa o de ocupar Diego Suárez e ao governo francês uma indenização de 10 milhões de francos. Este tratado, onde a palavra "protetorado" não aparece, reconhecia a rainha Ranavalona como soberana de toda a ilha e única proprietária do solo malgaxe. O "Apêndice", ou carta explicativa que o primeiro-ministro solicitou e obteve em 9 de janeiro de 1886 dos negociadores franceses antes de ratificar a convenção, definia os poderes do residente-geral, fixava a dimensão da sua escolta militar em 50 homens e descrevia os limites do território de Diego Suárez em uma milha náutica ao sul e a oeste e em quatro milhas ao norte. Entendia-se que tais disposições limitavam o alcance do tratado. Por seu lado, o governo francês não reconhecia nenhum valor ao "Apên-

dice" e interpretava o acordo de 17 de dezembro de 1885 como um tratado de protetorado. Já o governo malgaxe, dominado por Rainilaiarivony, recusava-se a ver no documento um tratado que estabelecia o protetorado sobre a ilha e opunha às pretensões francesas uma interpretação bem diferente do texto, com base nas referências constantes do "Apêndice" que limitavam o âmbito das cláusulas consideradas prejudiciais à independência do reino. Os dirigentes de Tananarive esforçavam-se para evitar a efetividade do protetorado jogando com as diferenças entre o texto francês e o malgaxe e os esclarecimentos aduzidos pelo protocolo adicional[10].

Assim, entre o primeiro-ministro e os sucessivos residentes-gerais, travou-se uma guerra de atritos, e multiplicaram-se os mal-entendidos. Sem esperar os resultados das intermináveis negociações sobre a delimitação da zona francesa em torno de Diego Suárez, a marinha francesa ocupou larga faixa de território ao sul do porto. Outro conflito, o do *exequatur* ("documento oficial pelo qual dado governo reconhece um agente consular e o autoriza a desempenhar suas funções no país"), dominou os dez anos do "protetorado fantasma" (1885-1895). O residente-geral exigia que fosse ele a conceder o *exequatur*, para provar que Madagáscar era um protetorado, ao que Rainilaiarivony se opunha, para afirmar a independência do reino. Até a assinatura do acordo anglo-francês de 1890, pelo qual a França reconhecia o protetorado inglês sobre Zanzibar e, em troca, a Inglaterra aceitava "o protetorado francês sobre Madagáscar, com suas consequências", o primeiro-ministro conseguiu manter sua posição. Mas as dificuldades diplomáticas foram agravadas pelos problemas econômicos que o reino experimentava.

Para pagar a indenização devida à França, o governo malgaxe contraiu, junto ao Comptoir National d'Escompte de Paris (CNEP), um empréstimo com o penhor das receitas alfandegárias dos seis maiores portos da ilha (Tamatave, Majunga, Fenerive, Vohemar, Vatomandry e Mananjary). Agentes designados pelo banco francês mas pagos pelas autoridades reais fiscalizavam o recebimento das tarifas. O Estado malgaxe privava-se assim de uma fonte substancial de receita.

A necessidade de dinheiro e as pressões de Le Myre de Vilers, primeiro residente-geral francês em Tananarive, levaram o primeiro-ministro a fazer imensas concessões aos europeus para a exploração tanto de minérios (cobre em Betsileu, ouro em Boina) como de florestas. A concessão aurífera de Suberbie, na

10 ESOAVELOMANDROSO, F., 1977b.

região de Maevatanana, notória pelo uso do trabalho forçado nas minas ("corveia do ouro"), pouco rendeu ao governo. Por outro lado, contribuiu para o enfraquecimento do poder, devido à fuga dos trabalhadores, que iam engrossar as fileiras dos *fahavalo* (irregulares), que faziam reinar a insegurança no noroeste da ilha. No mesmo período, outorgaram-se 12 concessões florestais situadas na costa oriental do país a estrangeiros. Os recursos limitados dos concessionários e a atitude do primeiro-ministro, pouco decidido a facilitar-lhes a tarefa, a despeito das aparências, fizeram com que as tentativas de exploração das florestas malgaxes não fossem bem-sucedidas. As concessões não enriqueceram o governo real, não foram proveitosas para as populações locais nem renderam aos capitalistas estrangeiros tanto quanto imaginavam[11].

O produto das tarifas aduaneiras não era suficiente para pagar as prestações semestrais devidas ao CNEP e, dado que as concessões feitas aos estrangeiros não alcançaram os resultados esperados, o governo real, para encher os cofres do Estado, multiplicou os impostos e aumentou o trabalho forçado (corveia). Além dos impostos habituais, o povo tinha de pagar um outro, de uma piastra por cabeça, e o *fitia tsy mba hetra,* uma espécie de contribuição geral, teoricamente "voluntária". Algumas pessoas recusaram-se a desempenhar as tarefas exigidas pelo *fanompoana,* ou sistema de trabalho forçado, outras entregaram-se ao banditismo, e grupos de salteadores não hesitaram em atacar a cidade santa de Ambohimanga, em 1888, e até a capital, em 1890[12].

Esses distúrbios, que ameaçavam os interesses das classes privilegiadas e dos estrangeiros, alarmaram o residente-geral, revelando uma grave crise de poder no "Reino de Madagáscar". O Parlamento francês aproveitou-se da situação e enviou a Tananarive Le Myre de Vilers, que já fora residente-geral de 1886 a 1889, com um plano para estabelecer um verdadeiro protetorado. Tendo Rainilaiarivony recusado esse plano, o Parlamento francês votou, por enorme maioria, pela guerra, que o governo merina, para manter sua independência, não pôde recusar. As autoridades reais, contudo, entraram nessa guerra, em 1894, em condições desfavoráveis.

O reino de Madagáscar em 1894: debilidade e desorganização

Em vésperas da conquista francesa, graves tensões internas abalavam o reino. Ao menos no plano oficial, o batismo de Ranavalona II marcou o início do

11 ESOAVELOMANDROSO, M., 1979, p. 186-93.

12 ESOAVELOMANDROSO, F., 1977b, p. 50.

declínio do culto dos antepassados e o desaparecimento dos *sampy* (santuários) reais ou mesmo locais, que constituíam a base política e religiosa da Imerina tradicional, e foi responsável pela conversão, em muitos casos forçada, de milhares de súditos, pela destruição de certas hierarquias antigas em razão da demissão dos guardiães de *sampy* e pela ascensão de uma elite cristianizada. O político, o econômico e o religioso se imbricavam. Os homens da Igreja do Palácio não só se ocupavam dos negócios do Estado, como recenseamento, ensino, recrutamento para o exército e para o trabalho forçado, mas ainda se aproveitavam de sua posição e do sistema econômico para enriquecer com o comércio e a usura. Guardiães de *sampy* e dignitários locais, desapossados dos poderes e privilégios tradicionais, opuseram-se aos governantes da ilha fugindo, negando-se a construir igrejas e incendiando-as[13]. Além disso, a Igreja oficial não reunia a unanimidade dos Merina cristianizados. Os que nela não se integraram, praticando uma espécie de cristianismo popular, com inspiração na Bíblia e na história e folclore locais, formavam uma elite instruída que podia figurar como liderança política. Dedicaram-se ao comércio e adquiriram o hábito de propagar suas ideias nos dias de feira. Outros cristãos, reagindo contra a opressiva tutela da Igreja oficial, voltaram-se para o catolicismo ou colocaram-se sob a proteção de um nobre. Outros ainda decidiram-se a lutar pela autonomia e pela liberdade de sua vida religiosa, como os dissidentes do templo de Ambatonakanga, que, em 1893, criaram uma igreja própria, com o nome de *Tranozozoro* (casa ou templo de juncos)[14]. A dissidência, que se produziu em pleno centro da capital, bastião do cristianismo, comprova o mal-estar que uma parte dos fiéis sentia.

Estas tensões contribuíram para o declínio de lmerina, agravado ainda pelas pressões estrangeiras, sobretudo francesas, e pelo caráter arcaico da dominação econômica exercida pelos grandes de Tananarive, o que lhes impossibilitou concretizar a ambição de criar um Estado nacional. Os oficiais mercadores compensavam as perdas explorando ao máximo o sistema de corveia, agora que ele perdera o caráter de obrigação ritual, investindo na terra e entregando-se à usura. Aos magnatas da capital, fiéis da Igreja do Palácio, opunha-se a multidão de seus devedores, pequenos agricultores e jornaleiros, sobre os quais pesava mais o *fanompoana*.

Tudo isso punha a nu a "decomposição do corpo social e do aparelho de Estado"[15] e revelava a existência de uma crise profunda no âmago do "Reino de

13 ESOAVELOMANDROSO, F., 1980.

14 AYACHE, S. & RICHARD, C. , 1978, p. 133-82.

15 JACOB, 1977, p. 213.

Madagáscar", então incapaz de resistir à expedição francesa. Madagáscar, contudo, não se reduzia ao aparelho de Estado. As massas populares merina, que não se identificavam com seus dirigentes, as populações vassalas, que buscavam com mais ou menos sorte escapar à opressão da oligarquia, bem como os reinos independentes de Tananarive, vão, uns após os outros, resistir à penetração e à conquista francesas.

Um país que opõe resistência descoordenada à conquista colonial

A desestruturação da sociedade no "Reino de Madagáscar", a ruína da ordem antiga, a dominação da oligarquia, a crise econômica e as ameaças imperialistas provocaram uma confusão moral e espiritual na massa da população, que começou a idealizar o passado e a defender a volta às tradições. Não demorou muito, os dirigentes tiveram de enfrentar uma artilharia de críticas. A conquista colonial (1894-1895) deu aos opositores do regime oportunidade de se exprimir, precipitando a queda do governo, já muito contestado em Imerina e nas províncias conquistadas e ignorado ou combatido pelas populações independentes.

A falência dos dirigentes

Enquanto, do lado francês, a opinião pública e o Parlamento estavam decididos a apoiar a expedição – o exército dispunha de amplos recursos e de grande número de efetivos, sendo o terreno muito bem conhecido, depois de estudado por exploradores e militares –, do lado malgaxe o Estado estava bem mais enfraquecido do que em 1883. Rainilaiarivony, velho e autoritário, tornara-se impopular. Alvo de numerosas conspirações, algumas envolvendo seus aliados mais próximos e até mesmo seus filhos, não podia contar nem com os altos dignitários do regime, que lhe invejavam o cargo esperando substituí-lo algum dia, nem com o exército, então desorganizado com número crescente de desertores e desmoralizado pela corrupção e ganância desmedidas. De resto, a estratégia de Rainilaiarivony era arcaica. Malgrado seus esforços, aliás improvisados e desordenados, para comprar armas e munições, e as tentativas de proceder a uma verdadeira mobilização das forças do reino, os únicos aliados em que ele realmente confiava eram os "generais Tazo (febre) e Ala (floresta)". Esperava que, tal como em 1883, a falta de estradas para atravessar a floresta, quase impenetrável, bem como o clima inóspito para o europeu, impedissem um corpo expedicionário de marchar sobre Tananarive.

Efetivamente, a campanha causou muitas baixas entre os franceses, mas isso se deveu à incúria de certos serviços do Ministério da Guerra. As tropas desembarcadas em Majunga deviam marchar sobre a capital utilizando as famosas carroças Lefebvre, o que as obrigou a abrir uma estrada. Os trabalhos de aterro nos pântanos provocaram febres e disenterias, transformando o corpo expedicionário em uma "coluna esparsa interminável, embaraçada com seus comboios, seus mortos e moribundos"[16].

O exército real não lançou nenhuma guerrilha contra os francos ou a retaguarda daquelas tropas extenuadas. Os soldados de Ranavalona estavam dispersos pelos vários portos. Os que foram enviados ao encontro dos franceses ergueram fortificações que abandonaram tão logo foram bombardeadas ou cercadas. Nem os soldados nem os oficiais tinham recebido verdadeira formação militar e não se achavam nada motivados – pior, estavam desnorteados. Recordando as dissensões e a discórdia no seio do exército, escrevia Rajestera, oficial da linha de frente:

> O desencorajamento era geral, tanto no meio dos soldados como entre os chefes, ainda mais sabendo-se que os parentes e amigos do primeiro-ministro, em particular seu neto Ratsimanisa, que prudentemente permanecera em Imerina, dividiam entre si as honras que em boa justiça deveriam caber àqueles que tinham de aguentar as fadigas e os perigos da guerra.

O anúncio de que Ratsimanisa – "um rapazelho que mal acorda e já volta a dormir, que só serve para assar batata-doce", como diziam em tom de mofa os oficiais – fora promovido ao grau das "Quinze Honras", um dos mais elevados na hierarquia, foi o derradeiro golpe no moral das tropas e acabou debilitando a resistência[17].

Em face dessa situação, o general Duchesne, comandante-chefe do corpo expedicionário francês, destacou do corpo do exército, atravancado com seus doentes, carroças e equipamentos, uma coluna ligeira, que desbaratou e pôs em fuga as tropas regulares da rainha, antes de tomar Tananarive, em 30 de setembro de 1895. O *foloalindahy* (exército real), a partir dessa data, não conseguiu ser mais do que uma sombra pálida do antigo exército de Radama. Se Rainilaiarivony logrou humilhar os *mainty* e excluir os *andriana,* espinha dorsal dos exércitos do século XVIII e de começos do XIX, não chegou, porém, a criar um grande exército, bem treinado e comandado por homens que lhe fossem fiéis, homens respeitosos dos bens do Estado e ciosos da independência da sua pátria. O

16 DESCHAMPS, 1960, p. 230; BROWN, 1978, p. 236-56.

17 Apud ESOAVELOMANDROSO, M., 1975, p. 62, nota 67.

primeiro-ministro cercou-se de um bando de cortesãos aduladores, ansiosos por encher seus bolsos quaisquer que fossem os meios, incapazes de lhe dar o menor conselho útil para a condução dos assuntos do Estado e decididos a servir quem detivesse o poder. Essas pessoas, que não foram capazes de defender a independência do reino, tornaram-se, na sua maior parte, zelosos aliados dos colonizadores, renegando e chegando mesmo a combater as massas populares, que, ante a ignominiosa debandada do exército real e a "traição" dos dirigentes da ilha, se levantaram para enfrentar os franceses.

Os movimentos Menalamba em lmerina

O comportamento da população merina ante a conquista explica-se por suas relações com o governo, monopolizado pelos *andafiavaratra*, isto é, a família e a clientela de Rainilaiarivony, o primeiro-ministro[18].

Os seis *toko* (distritos) de Imerina mantinham diferentes relações com a oligarquia no poder. Por exemplo, o Vakinisisaony, terra ancestral dos reis de Imerina e primeira região de adoção de *sampy,* tal como Ikelimalaza, detinha o privilégio de conferir legitimidade ao soberano. No entanto, ao longo do século XIX, os habitantes de Vakinisisaony, conhecidos como resistentes, sofreram a opressão do trabalho forçado e o duro peso do poder dos Avaradrano, povo que sustentou Andrianampoinimerina. Os *andriana* (nobres) de Vakinisisaony foram eliminados, caso dos guardiães de Ikelimalaza, que foi primeiro confiscado por Andrianampoinimerina e depois queimado em 1869. A partir dessa data, no sul de Vakinisisaony, a oposição ao governo cristão se cristalizou em torno do culto deste *sampy.* Na parte norte dos *toko,* grupos que continuavam respeitando a religião tradicional conviviam com cristãos. Mas houve cisões entre os cristãos das aldeias, como em Ambohimalaza, onde nobres e escravos eram predominantemente católicos, e os plebeus, protestantes. A mesma oposição ocorreu entre adeptos dos cultos tradicionais e do cristianismo em outros distritos. No de Ambodirano, em Ramainandro, localidade com uma população cristã bastante numerosa e aliada a um *foko* (comuna) de Avaradrano, ficava junto de Amboanana, que permanecera fiel ao culto do *sampy.*

A queda de Tananarive, que significava a falência do mundo urbano cristão, provocou a mobilização do mundo rural em defesa da herança ancestral. O levante de Amboanana, que irrompeu em novembro de 1895, dia do *Fandroana* (figura 10.4), aniversário da rainha e festa nacional, marca o início da oposição

18 ELLIS, 1980a, 1980b.

FIGURA 10.4 Principais zonas das rebeliões Menalamba.

popular à conquista francesa. Essa grande rebelião é conhecida pelo nome de *Menalamba* (literalmente, "mantos vermelhos"), pois os rebeldes "coloriam as vestes com a terra vermelha dos campos, para não serem facilmente reconhecidos de longe". Os insurretos tomaram Arivonimamo, assassinaram o governador, bem como um missionário inglês e respectiva família, reclamando a supressão do culto cristão, das escolas, do serviço militar e da corveia. Em março de 1896, eclodem no norte e no sul de Imerina outros movimentos, que reclamam o regresso às antigas crenças, a depuração da classe dirigente e que têm como objetivo forçar a partida dos franceses.

Os Menalamba haviam tomado as armas dos desertores do *foloalindahy* e comprado outras dos comerciantes hindus e crioulos – o que denota relações relativamente fáceis com a costa. Estavam organizados à semelhança das tropas reais, com uma hierarquia de honras e divisão em regimentos. Atacaram os representantes do poder oligárquico – para eles, ilegítimo e responsável pela derrota –, os missionários estrangeiros e evangelistas malgaxes – propagadores do cristianismo e, portanto, inimigos dos cultos tradicionais. Queimaram igrejas e escolas e restauraram a religião ancestral; o culto do *sampy* Ravololona cresceu, e ritos antigos, como o *valirano* e o *sotrovokaka,* dois tipos de juramento, passaram a ser novamente praticados.

No entanto, certos atos dos Menalamba afastaram deles uma parte da população. Na sua estratégia, atacaram as feiras para causar impressão, criar pânico, lançar-se contra uma instituição que simbolizava a opressão e a ordem impostas pela oligarquia. Mas esses ataques permitiam-lhes também abastecer-se. Os assaltos às feiras, as razias que faziam para tomar as colheitas às aldeias que não estavam a seu favor, semeavam confusão entre as populações sedentárias, que não conseguiam distinguir os Menalamba dos *jirika* (salteadores, bandidos). E os colonizadores e seus aliados locais aproveitavam-se disso para isolar os rebeldes.

Os movimentos menalamba ocorreram nas áreas fronteiriças de Imerina, onde a insegurança era permanente. Com efeito, estando longe de Tananarive, tornaram-se refúgio de irregulares e desertores. Além disso, o contato com os Sakalava, a noroeste, e com os Betsimisaraka, a sudeste, facilitava o suprimento de armas. E, ademais, eram áreas de acesso difícil, rodeadas pela cadeia das Tampoketsa, nua e desolada, a noroeste, e pela floresta, a leste. Habitavam-nas pastores a serviço dos dirigentes da capital, os quais gozavam de certa liberdade em relação ao poder central. E eram fornecedoras de mão de obra para o trabalho forçado na mineração de ouro, de onde o descontentamento da população com Tananarive.

Por isso dignitários locais e governadores de pequenos postos administrativos como Rabazavana e Rabozaka, no norte de Imerina, não tiveram muita dificuldade para lançar esses irregulares e descontentes contra os estrangeiros e seus aliados, responsáveis pela reviravolta econômica, social, política e religiosa que abalou o *tanindrazana* (terra dos ancestrais). Na realidade, o comportamento dos escravos emancipados variava de uma região para outra e até numa mesma região. Na Imerina central, onde a percentagem da população servil era grande, frequentemente se reagia com entusiasmo à conquista, à conversão ao catolicismo, tida como um ato de vassalagem à França, e ao regresso às regiões de origem. Em compensação, no litoral de Imerina, pouco povoado, os escravos libertos tinham de enfrentar problemas materiais e juntavam-se aos rebeldes.

Os Menalamba eram compostos por grupos heteróclitos, cuja atitude em relação a certos problemas parecia ambígua. Odiavam e ao mesmo tempo veneravam a capital. Bastião do cristianismo e sede de autoridades contestadas, a capital simbolizava, no entanto, o reino e continuava sendo, para o povo, a capital de Andrianampoinimerina. Sua queda era o prenúncio do caos, que devia ser evitado. Quando os Menalamba ameaçaram Tananarive, foi simultaneamente para manifestar seu desacordo com o mundo urbano e sua ansiedade de permanecer em contato com a "capital do reino". Sua atitude ainda foi mais ambígua ao procurarem distinguir Ranavalona – rainha legítima, segundo eles – de Rainilaiarivony – primeiro-ministro e usurpador –, quando, na realidade, a primeira fora escolhida e designada pelo segundo. O mesmo se pode dizer de sua tentativa de separar alguns dirigentes do resto da oligarquia. Assim, se a oposição entre os Menalamba e os estrangeiros era clara e definida, seu antagonismo com a oligarquia era menos pronunciado, já que bastante matizado.

A severidade da repressão e, sobretudo, a falta de coordenação entre os diferentes movimentos, bem como a autonomia deles em relação às revoltas desencadeadas em outras regiões de Madagáscar, explicam o malogro da resistência popular em Imerina.

Oposição popular nas regiões submetidas à autoridade real

Em certas regiões, a reação popular à conquista francesa foi resultante da influência dos Menalamba. No noroeste (região de Mampikony), em 1896, Rainitavy, antigo governador merina, recrutou uma tropa heterogênea de desertores merina e pastores sakalava e supriu de armas adquiridas no noroeste os Menalamba de Rabozaka. A insurreição por ele organizada foi o único movimento menalamba em que os objetivos comerciais tiveram maior peso. De fato,

o objetivo era o controle do comércio da região, sobre o qual os crioulos e os hindus exerciam verdadeiro monopólio, o que explica os ataques contra eles.

Nas regiões vizinhas de Imerina, as relações mantidas pelos líderes menalamba com os reis e os dignitários locais ajudaram a difundir algumas de suas ideias. O Tanala Rainimangoro, por exemplo, declarou ter recebido ordens de Tananarive para expulsar os franceses[19]. Fora daí, não havia relações. Nas províncias mais firmemente controladas e, portanto, mais exploradas, a queda de Tananarive, em setembro de 1895, foi o sinal para o ataque aos *manamboninahitra* (oficiais mercadores, na sua maior parte), aos imigrantes merina e aos estrangeiros. Na província do leste, por exemplo[20], a revolta dos Vorimo, clã que vivia no Baixo Mangoro, deu início, em dezembro de 1895, a uma série de levantes, que, durante o ano de 1896, criaram um clima de insegurança na região. Essas revoltas, a princípio, eram dirigidas contra a oligarquia merina. Até outubro de 1895, quando o governador-geral da província, Rainandriamampandry, foi chamado a Tananarive, membros dos Betsimisaraka cuidavam de devastar os arrozais dos soldados, recusavam-se a abastecer as tropas reais, ou simplesmente desertavam. A partir de dezembro daquele ano, passaram a atacar abertamente os postos militares e tomaram a iniciativa dos assaltos de surpresa e das operações dirigidas contra plantações merina. Os revoltosos poupavam os estrangeiros, erradamente convencidos de que os franceses tinham vindo libertá-los dos opressores. Mas a severíssima repressão efetuada por destacamentos do exército de ocupação, e que de início surpreendeu os Betsimisaraka, levou-os depois a crer que os franceses não eram seus amigos mas aliados dos Merina. A partir daí, os insurretos intensificaram sua ofensiva, atacando tanto os Merina como os franceses. A revolta só abrandou em dezembro de 1896, para em seguida desaparecer, com as medidas tomadas pelo general Galliéni, que substituiu os representantes da oligarquia por chefes locais.

A oposição das populações sujeitas à conquista francesa expressou-se, assim, de diversas formas.

A resistência das populações independentes

A princípio, os franceses pensavam que, tomando Tananarive, controlariam a grande ilha. Ora, depois de frustrados os movimentos menalamba e de consequentemente ocupada Imerina, descobriram que ainda tinham de conquistar

19 ELLIS, 1980b, p. 212.

20 ESOAVELOMANDROSO, M., 1979, p. 346-52.

as regiões independentes. As populações que não se haviam submetido à autoridade real repeliram, de armas na mão, a penetração francesa.

No Ambongo – exemplo de região caracterizada pela divisão política em grande número de pequenas unidades – os franceses usaram vários estratagemas para conseguir o controle. Enquanto tentavam entendimentos com os principais chefes ou reis do litoral e do interior, instalaram desde 1897 postos militares nas grandes povoações a fim de manter a ordem na região[21]. Contudo, no início de 1899, ressurgem as agitações, devidas à mesma vontade de repelir a dominação colonial, de defender a independência, sob o comando dos principais chefes. Esses movimentos enfrentam, não em ordem, mas um a um, a infantaria recrutada no local e comandada pelos franceses, que em nenhum momento tiveram de combater dois inimigos de uma vez. Pelo contrário, estavam à vontade para bater quem e onde quisessem. Os grupos de resistentes estavam isolados uns dos outros, incapazes de se unir perante o inimigo comum. Os principais responsáveis por essa situação eram os chefes, os quais, na sua incúria e no seu egoísmo, não souberam promover o desenvolvimento das lutas populares em defesa da independência sakalava.

A conquista de Menabe, reino de grandes dimensões e bem organizado, começou em 1897 e deveria ser a demonstração prática da política elaborada por Galliéni e que respondia a um

> triplo objetivo: isolar e reduzir o inimigo principal, o poder centralizado dos Merina; promover contra ele a autonomia política das grandes regiões da ilha, segundo o princípio de 'dividir para reinar'; aproveitar-se de tal autonomia para efetuar a colonização aos menores custos[22].

O rei Toera e seus principais chefes, reunidos em Ambiky, estariam prontos a largar as armas, mas o major Gérard, que comandava as operações, em vez de aceitar a submissão, preferiu investir contra a capital e "massacrar todos os Sakalava que não conseguissem fugir, inclusive o rei Toera". Esse ato de crueldade e deslealdade endureceu a vontade de resistência dos Sakalava. Assim, uma resistência bem organizada, sob o comando de Ingereza – irmão e sucessor de Toera –, irrompeu em todo o Menabe e perdurou até 1902. As populações do sul, Antandroy e Mahafale, também se opuseram à penetração francesa e somente se submeteram em 1904.

21 ESOAVELOMANDROSO, M., 1981.

22 SCHLEMMER, 1980, p. 109.

Graças à sua política de lenta expansão, ao fim de longo período, Galliéni, em 1904, podia dizer que a unificação territorial da ilha estava concluída. Com efeito, nenhuma parte dela escapava à autoridade de Tananarive: todas as regiões reconheciam a autoridade dos colonizadores. Mas tal unidade na submissão comum à França gerou uma situação nova, a qual explica as diferentes formas de ação que os malgaxes empreenderam para melhorar a sua sorte, ou seja, para recuperar a independência.

Um país unido pela submissão à França e pela oposição à dominação colonial

O ano de 1904 encerrou o período dito de "pacificação" da ilha. As reações dos malgaxes à conquista e à penetração redundaram todas em reveses naquele ano. Oficialmente, as operações militares estavam terminadas, e os diferentes mecanismos da colonização – mecanismos administrativos, econômicos e culturais – criados por Galliéni tornaram-se aptos a funcionar, permitindo à França estabelecer sua ascendência de maneira definitiva. Todavia, o mesmo ano de 1904 também assinala o início de um novo período, marcado pelas lutas das populações malgaxes contra a opressão colonial.

Da colonização ao despertar do movimento nacional

Para o povo Malgaxe, a situação colonial significava a perda da liberdade e da dignidade. Mesmo que às vezes encontrasse um pouco de continuidade entre os séculos XIX e XX, sentia uma tensão perpétua no seu dia a dia devida à presença do estrangeiro que o explorava e oprimia, depois de lhe arrebatar o poder e de o subjugar. A França decidiu "civilizar" o povo Malgaxe, "assimilá-lo", ou seja, transformá-lo em outro povo – em suma, aliená-lo. Essa tentativa de destruição de sua personalidade e a transformação de suas condições de vida provocaram diversas reações.

No plano administrativo, a aventura colonial trouxe consigo a ruptura das antigas estruturas políticas. Em Imerina, Galliéni aboliu a monarquia a 28 de fevereiro de 1897 e os privilégios da aristocracia a 17 de abril, mas em outros locais não suprimiu as diferentes dinastias, pelo menos no plano jurídico. Ao contrário, começou por tentar, conforme as instruções do ministério, combater a hegemonia merina, adotando a *politique des races,* já experimentada no Sudão (África Ocidental Francesa) e na Indochina. Antigos soberanos ou seus filhos foram integrados

na administração na qualidade de "governadores indígenas", enquanto se criavam "protetorados interiores" nos extensos reinos do oeste e do sudoeste. Mas o sistema não se demonstrou satisfatório e, de 1905 em diante, aumentou desmesuradamente o número de auxiliares merina, julgados mais aptos do que as outras populações "ao progresso e à adaptação". Por fim, Galliéni mandou vir colonos franceses e trabalhadores asiáticos para a ilha, o que alienou profundamente a população indígena. A "síntese franco-merina" de Galliéni estendeu-se à ilha inteira, com suas peças mestras, o *fokonolona,* comunidades aldeãs, consideradas coletivamente responsáveis por seus interesses, e a corveia ou trabalho forçado, codificada como "prestação de serviços" em 1907 e generalizada entre 1908 e 1915[23]. Isso acarreta o abandono *de facto* da *politique des races,* a supressão em 1909 das duas escolas regionais do litoral, uma em Analalava, na costa noroeste, a outra em Mahanoro, na costa leste (a terceira estava instalada em Tananarive), criadas por Galliéni como campos de treinamento de possíveis funcionários públicos, bem como a liquidação dos "protetorados interiores". Os toques finais da unificação territorial de Madagáscar foram aplicados com três medidas. A primeira foi a uniformização da administração (entre 1927 e 1932, três tentativas foram feitas para delimitar os distritos administrativos). A segunda foi a generalização do *fokonolona* como correia de transmissão do poder. A terceira foi o estabelecimento de um sistema legal restritivo, com a instituição do "código do indigenato", em 1901 – base da justiça administrativa, em que se fundem o poder judiciário e o poder executivo. Se no caso de Imerina essas medidas descendiam em linha reta das reformas de Rainilaiarivony, revelando mesmo uma certa continuidade entre os séculos XIX e XX, nas demais regiões representavam outras tantas rupturas com o passado, acarretando profundas transformações, nem sempre compreendidas pelos malgaxes e, portanto, combatidas por eles.

Para o malgaxe, a colonização significava também a exploração econômica de Madagáscar pela minoria estrangeira. O pretenso "desenvolvimento" da colônia enfrentou desde cedo o problema da mão de obra. Após a reimplantacão do *fanompoana* real merina e sua generalização, decididas por Galliéni em 1896 e 1897, que obrigava todo malgaxe de sexo masculino, sadio, com idade entre 16 e 60 anos, a 50 dias de trabalho gratuito por ano, foi criado em 1900 o Office Central du Travail, para facilitar o recrutamento de trabalhadores para as empresas privadas. Diante da resistência dos malgaxes ao recrutamento, a administração interveio, instituindo em 1926 o Service de la Main-d'Oeuvre pour les Travaux

23 FREMIGACCI, 1980, p. 2.

d'Intérêt Général (Smotig), que obrigava os conscritos, não aproveitados pelo serviço militar, a trabalhar durante três anos (prazo depois reduzido para dois anos) nos canteiros de obras da colônia (figura 10.5). O Smotig, que para os malgaxes era "escravidão disfarçada", provocou profunda indignação não só nos recrutas, mas também nos trabalhadores "voluntários", que perderam o emprego por isso.

A opressão colonial ainda era agravada pela espoliação das terras, distribuídas aos colonos. Por um decreto de 1926, o Estado se declarava proprietário de todos os terrenos "vagos e sem dono, sem construção, nem cercados nem concedidos no dia da promulgação do decreto"[24]. Dessa forma, as boas terras foram monopolizadas pela administração, os colonos invadiram as reservas indígenas, e os malgaxes perderam o direito de propriedade sobre suas terras ancestrais. A costa noroeste e a costa leste foram as mais atingidas pela usurpação de terras, que provocou o ressentimento dos malgaxes.

Essas mudanças econômicas e as reviravoltas políticas não deixaram de acarretar transformações socioculturais. Atacadas na sua essência, as sociedades fundadas em clãs das regiões costeiras viram-se ameaçadas de decomposição ou de desestruturação. O confisco das melhores terras, a carga tributária, que obrigava populações inteiras – como os Antandroy em 1921 – a emigrar para as plantações da ilha de Reunião e do noroeste, as deslocações forçadas de trabalhadores, a difusão da instrução e do cristianismo, a partida para a França de soldados malgaxes a fim de participar da Primeira Guerra Mundial, a abolição da escravatura e o rebaixamento dos grupos nobres, todos esses fatores subverteram as estruturas sociais, causaram a dissolução de vários clãs e abalaram valores e práticas ancestrais. Em Imerina, a multiplicação das escolas e o recrutamento em massa de funcionários locais para a administração subalterna provocaram decepções nos quadros da antiga oligarquia, privada do poder pela conquista, bem como entre a nova elite, formada nas escolas coloniais, mas que tinha "a impressão de ser deliberadamente afastada dos postos de responsabilidade pelo sistema colonial"[25].

Assim, a opressão colonial, mesmo tendo se manifestado de forma variada de uma região para outra, atingiu indistintamente as diferentes camadas da sociedade malgaxe, provocando reações também variadas.

24 RABEARIMANANA, 1980, p. 58.

25 SPACENSKY, 1970, p. 24.

FIGURA 10.5 Madagáscar: trabalhadores empregados na contrução da estrada de ferro de Tananarive – Tamatave. (Foto: Harlingue-Viollet.)

As primeiras reações de oposição ao sistema colonial

Em 1904, no momento em que julgam encerrada a ocupação, os colonizadores têm consciência da precariedade da situação. O temor deles viu-se confirmado naquele mesmo ano, com a insurreição de 1904-1905 no sudeste. O levante, irrompido em novembro de 1904 na província de Farafangana, logo se espalhou para oeste, graças a contatos tradicionais, históricos, entre as populações do leste e os Bara (figura 10.6). Se a solidariedade dos clãs diante do inimigo comum justifica a rápida expansão do movimento, as condições geográficas (florestas, falésias) explicam as dificuldades encontradas pelas forças de repressão. Os revoltosos, conduzidos por chefes pertencentes aos clãs Bara (como Befanoha) e aos do sudeste (como Mahavelo e o grupo de Masianaka, além de Resohiry, da região de Vangaindrano), ou por milicianos dissidentes (como o cabo Kotavy), atacaram postos militares em Amparihy, Begogo e Esira e concessões, como a *Émeraude,* onde assassinaram o proprietário, o tenente Conchon. Soldados de infantaria recrutados localmente desertaram de seus postos em Tsivory e Bekitro, ou juntaram-se aos rebeldes, como em Antanimora.

Galliéni explicou a insurreição como resultado da mentalidade da população local, de "humor belicoso" e "uma concepção sedutora de desordem e rapina". Seu sucessor, Victor Augagneur, atribuiu-a a "excessos da administração" (elevação dos impostos, abusos na arrecadação, tirania dos chefes de postos militares ou dos colonos isolados). Tais explicações são insuficientes, já que ignoram um aspecto essencial da insurreição – a luta pela recuperação da liberdade – e a capacidade de organização dos insurretos, que atacaram todos aqueles que representavam a administração colonial, tanto o ocupante francês como o funcionário ou professor malgaxe. Ao concluir seu estudo sobre o movimento de 1904, diz G. Jacob que "ele tem, incontestavelmente, duplo significado: combate pela independência e luta contra a exploração colonial"[26]. A repressão dessa primeira revolta contra a opressão administrativa obriga os malgaxes a adotar outras formas de luta.

Uma das formas mais disseminadas de contestação foi a resistência passiva: recusa ao cumprimento de ordens, rejeição de tudo que fosse considerado como sinal de "civilização", mas mais estreitamente ligado à colonização, à presença estrangeira; não deixar as crianças irem para a escola, vista em certos meios como uma forma meramente de "corveia colonial"; e abandono das aldeias criadas ao longo das estradas para reagrupar as populações no sul. Essas recusas à cooperação

26 JACOB, 1979, p. 17.

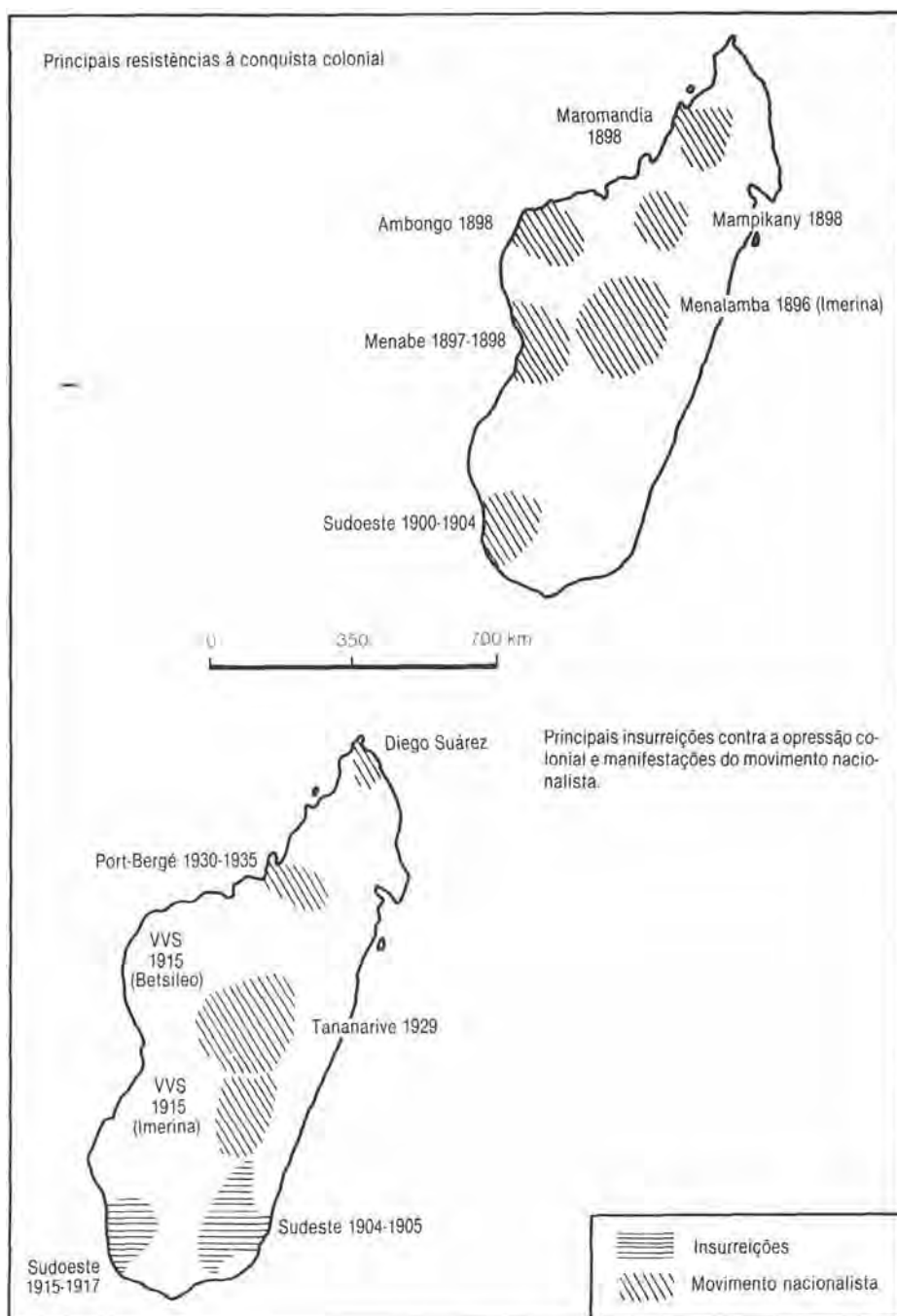



FIGURA 10.6 Resistência, insurreição e nacionalismo em Madagáscar, 1896-1935.

não representavam perigo aos olhos do colonizador, que, desde 1905, pensava estar a paz finalmente estabelecida em Madagáscar. Mas eis que em 1915 a revolta dos *Sadiavahe* (nome dado aos insurretos) eclode no sudoeste, e a polícia descobre em Tananarive a existência de uma sociedade secreta, conhecida como *Vy Vato Sakelika,* ou VVS = Ferro, Pedra, Ramificação (figura 10.6).

O movimento *Sadiavahe* (1915-1917) foi uma revolta camponesa armada que irrompeu em Ampotaka, na margem esquerda do rio Menarandra, em começos de fevereiro de 1915, e se espalhou rapidamente aos distritos de Amparihy e de Tsihombe[27]. Os *Sadiavahe* roubavam bois, atacavam aldeias, cortavam os fios telegráficos e viviam em esconderijos bem longe dos postos controlados pela administração. Estavam organizados em bandos de 10 a 40 membros, no máximo, extremamente móveis, percorrendo grande parte do sul. A pobreza quase crônica em que vivia a população por causa das raras mas violentas chuvas, o imposto sobre o gado, a repercussão da Primeira Grande Guerra (mobilização de reservistas, aumento dos impostos, dificuldades de abastecimento, insuficiência de numerário para pagamento dos impostos), tudo explica por que aldeias inteiras ajudavam, aberta ou clandestinamente, os *Sadiavahe.*

Em Tananarive, sete estudantes da Escola de Medicina, único estabelecimento de ensino superior acessível aos malgaxes, criaram a VVS em julho de 1913, justamente após a publicação de uma série de artigos escritos pelo pastor Ravelojaona, sob o título de "O Japão e os japoneses"[28]. A elite malgaxe tomou por modelo esse Japão onde se casavam tão bem o modernismo e a tradição. Empregados do comércio e professores juntaram-se aos estudantes. O anticlericalismo de Augagneur (governador-geral de 1905 a 1910) e a luta travada contra as missões emprestaram vida nova à *Tranozozoro,* cujos pastores reclamavam, tanto nos sermões como no que escreviam, "uma igreja livre num país livre[29]. Contra o ateísmo francês, contra o "falso afrancesamento", a *"intelligentsia* afirmava como tradição nacional um protestantismo cujas estruturas democráticas poderiam transformar-se em refúgio da resistência"[30]. Também chamava a atenção e incentivava o nacionalismo cultural malgaxe, através de um renascimento literário, a restauração de certos períodos do passado nacional, o restabelecimento de antigos ritos de iniciação para entrar na sociedade secreta. Embora clandestina, a VVS expressava abertamente seus pontos de

27 ESOAVELOMANDROSO, F., 1975, p. 139-69.

28 ESOAVELOMANDROSO, F., 1981, p. 100-11.

29 AYACHE, S., & RICHARD, 1978, p. 176.

30 FREMIGACCI, 1980, p. 11.

vista em jornais, apelando aos malgaxes para que se sacrificassem pela pátria, a fim de que seu povo pudesse avançar, progredir e viver livre e dignamente. Essa sociedade secreta, detentora de um projeto nacional, não podia ser tolerada pela administração, sobretudo em época de guerra. A repressão, duríssima (condenação a trabalhos forçados, deportação para o campo de Nosy Lava, interdição dos jornais cujos redatores estivessem implicados no caso, demissão da função pública, remanejamento dos programas escolares com a supressão da história – disciplina que transmitia ideias de liberdade e igualdade como objeto de especulação –, maior destaque à língua francesa, revalorização dos dialetos locais para diminuir a influência do dialeto merina, imposto poucos anos antes como língua nacional), mostra como os colonizadores tomaram consciência do despertar do nacionalismo e como temiam suas consequências. A repressão teve como resultado induzir os malgaxes a renunciar à ação clandestina. Daí em diante, passaram abertamente à reivindicação política através de campanhas de imprensa e da formação de sindicatos.

Lutas para recuperar a dignidade

Os dez anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial foram importantes para a evolução de uma consciência ao nível de todo o país da preparação e consolidação de um movimento nacional. O regresso a Madagáscar dos ex-combatentes estimulou essa virada decisiva na história malgaxe.

Os combatentes, cobertos de glória e convencidos de terem servido a França da mesma forma que os franceses, reivindicavam os mesmos direitos que estes gozavam, no que eram apoiados por boa parte de seus compatriotas. Diante da atitude dos jornais e da Câmara de Comércio, contrários à naturalização em massa, eles acabaram por distinguir duas imagens da França, uma longínqua e generosa, e outra presente e injusta. Sob a direção de Ralaimongo, deram então início a uma longa luta pela obtenção da nacionalidade francesa.

Ralaimongo (1884-1942), sucessivamente professor primário de religião protestante, comerciário, estudante em Paris, ex-combatente, socialista e maçom, foi o verdadeiro fundador do movimento nacional. Os meios que frequentou em Paris (pacifistas, socialistas, radicais e, sobretudo, adeptos da Liga dos Direitos do Homem) exerceram sobre ele profunda influência. De volta a Madagáscar, em 1922, instalou-se em Diego Suárez, terreno ideal para propaganda devido à presença dos operários do arsenal naval e à complexidade dos problemas de terras na planície de Mahavavy e na região de Antalaha. Até maio de 1929, foi Diego Suárez e não Tananarive o polo de impulsão do movimento nacional,

que, além da luta pela igualdade de direitos, denunciava os intoleráveis abusos do regime colonial: "roubo de terras" no noroeste e em torno do lago de Alaotra, ausência de liberdade, despotismo e arbitrariedade administrativa, segregação racial na luta contra a peste surgida em Tamatave e no platô, em 1921. A originalidade da ação de Ralaimongo estava na novidade de seus métodos. A luta aberta contra o sistema colonial foi colocada sob o signo da legalidade e da legitimidade, com o argumento de que em Madagáscar, declarada colônia francesa pela lei de anexação de 6 de agosto de 1896, deveriam ser aplicadas todas as leis francesas. A ação junto do comércio, mais dinâmico do que o meio dos funcionários, que temiam a repressão administrativa, rendeu frutos: os comerciantes, principalmente os da capital, financiaram o movimento.

O grupo de Ralaimongo, reforçado por Ravoahangy, ex-membro da VVS, Emmanuel Razafindrakoto, Abraham Razafy, secretário da seção da organização francesa SFIO em Tananarive, e Jules Ranaivo, recebeu a adesão de vários europeus de esquerda, como o advogado Albertini, Dussac, Planque e Vittori. Para apresentar e defender os temas de suas reivindicações, passaram a publicar, de 1927 em diante, dois jornais: *L 'Opinion,* em Diego Suárez, e *L 'Aurore Malgache,* em Tananarive, que tiveram de lutar com represálias administrativas de todo gênero. No plano político, o grupo reclamava "a gestão dos interesses gerais do país por um Conselho Geral dotado de amplos poderes", a supressão do governo-geral e a representação de Madagáscar no governo francês[31].

Paralelamente à ação do grupo de Ralaimongo, irrompe outra vez a agitação religiosa do culto *Tranozozoro.* As novas controvérsias entre os fiéis malgaxes e os pastores protestantes europeus só terminariam em 1929, com uma sentença do Conselho do Contencioso reconhecendo o *Tranozozoro* como missão indígena. Desde então, sob a capa de movimento de independência religiosa, a seita se entrega à pregação da autonomia, tendo entre seus principais dirigentes adeptos de Ralaimongo e de Dussac.

Tendo elaborado com Ralaimongo e Ravoahangy a "Pétition des Indigenes de Madagáscar", reclamando a cidadania francesa, a supressão do regime judicial do indigenato e a aplicação dos benefícios sociais e culturais da III República, Dussac chegou a Tananarive em maio de 1929 para explicar os objetivos da petição. Uma conferência prevista para 19 daquele mês, mas interdita aos "súditos malgaxes", redunda num desfile pelas ruas de Tananarive, onde milhares de participantes entoam *slogans* de insubordinação: "Viva a Liberdade!" "Direito de

31 SPACENSKY, 1970, p. 30.

reunião!" "Abaixo o indigenato!". Essa primeira manifestação de massa marcou uma etapa decisiva na evolução do movimento nacionalista (figura 10.6). O dia 19 de maio de 1929 representa ao mesmo tempo o ponto culminante da luta pela igualdade e o ponto inicial da reivindicação da independência. Marca igualmente o começo de um verdadeiro militantismo político (campanhas de propaganda, criação de células e de partidos políticos, imprensa abundante e variada). Ralaimongo, exilado em Port-Bergé, incita os camponeses a uma resistência de tipo gandhista. Em 1931, formulou abertamente a ideia da independência, em resposta ao discurso de Paul Reynaud, ministro das Colônias, que rejeitava a tese da naturalização em massa. Em *L 'Opinion* de 20 de julho de 1934, Ravoahangy evocava o "direito natural e imprescritível de constituir uma nação livre e independente". Novos jornais, de confessado nacionalismo, aparecem de 1935 em diante: *Ni Firenena malagasy* ("A Nação Malgaxe"), *Ny Rariny* ("A Justiça"). Eles não cessam de clamar que Madagáscar deve ser livre. O movimento, contudo, começa a perder impulso. Com efeito,

> os comerciantes atingidos pela crise econômica retiraram seu apoio [...] Os funcionários públicos têm medo de se comprometer e de perder o emprego. Os pastores protestantes, preocupados com a evolução política, refugiam-se em seus templos. Quanto à classe média malgaxe, essa está terrivelmente disposta a esperar para ver e prefere o benefício direto e individual da cidadania francesa[32].

Era preciso a Frente Popular para dar novo ímpeto ao movimento.

Conclusão

A resistência armada, dispersa e descoordenada, das populações malgaxes à conquista francesa não impediu o estabelecimento do sistema colonial. Mas a lógica do colonialismo e o choque traumático sofrido pelos malgaxes, ameaçados com a perda de sua identidade, levaram-nos a recorrer a múltiplas formas de luta para recuperar sua dignidade. Os combates contra a opressão colonial favoreceram a eclosão e a consolidação do movimento nacional, ainda que, tanto em 1935 como em 1940, muitas dissensões (regionais, religiosas e sociais) impedissem a clara consciência de tudo o que o colonialismo implicava, explicando a posição aparentemente sólida da administração.

32 KOERNER, 1968, p. 18.

CAPÍTULO 11

Libéria e Etiópia, 1880-1914: a sobrevivência de dois Estados africanos

Monday B. Akpan
(a partir das contribuições de *Abeodu B. Jones* e *Richard Pankhurst*)

"A Etiópia estenderá as mãos para Deus! Bênção, promessa de glória! Nós depositamos confiança no Senhor e não na força dos carros e dos cavalos. E, certamente, ao verificar na história do nosso povo como ele foi preservado em seu país de exílio e como a nossa pátria foi preservada de invasões, somos forçados a exclamar: sim, até agora o Senhor nos socorreu[1]." Edward W. Blyden, historiador liberiano, 1862.

"A Etiópia não precisa de ninguém: ela estende as mãos para Deus[2]." Menelik II, imperador da Etiópia, 1893.

"Nunca antes se fez tão evidente que vivemos numa época de uma nova diplomacia, a diplomacia que não leva em conta princípios fundamentais do direito internacional, do direito natural e da equidade quando se trata de pequenas nações. As grandes potências reúnem-se e partilham os pequenos Estados sem os consultar; e estes ficam sem defesa, já que não possuem exército nem marinha que possam responder à força com a força[3]." Arthur Barclay, presidente da Libéria, 1907.

1 BLYDEN, 1864, p. 358.

2 PANKHURST, 1976.

3 BARCLAY, A., JOHNSON, F. E. R., e STEWART, T. M., "Report of Liberian Commission to Europe *in re* Franco-Liberian Frontier", in Liberian National Archives (LNA), ficha intitulada *Executive President: Presidential Commission* (EPPC).

Estas citações mostram que há um laço, mesmo que tênue, entre a Libéria e a Etiópia, pois nos fazem lembrar que os dois países têm em comum o fato de haverem sofrido a agressão das potências europeias na época da corrida pela partilha da África (1880-1914). É por isso que vamos comparar, neste capítulo, a história dos dois países, sobretudo naquela época crucial, em que as potências europeias impuseram o jugo colonial à quase totalidade da África. Depois de apresentarmos os territórios, os povos e os governos da Libéria e da Etiópia, veremos que efeito a dominação europeia da África teve nos dois países e que alterações significativas eles experimentaram nos domínios político, econômico e social.

A Libéria e a Etiópia em vésperas da partilha

Libéria

Tecnicamente, a Libéria era uma colônia da American Colonization Society (Sociedade Americana de Colonização – SAC), que a fundara em 1822 com o auxílio do governo norte-americano, para nela estabelecer afro-americanos “livres”, desejosos de fugir da escravatura e do racismo dos brancos, bem como africanos (recapturados) que a marinha norte-americana salvara das mãos dos negreiros que cruzavam o Atlântico.

Monróvia, fundada em 1822 pelos primeiros emigrantes afro-americanos, foi o núcleo em torno do qual se desenvolveu a Libéria. Até 1906 aproximadamente, mais de 18 mil africanos do Novo Mundo, na maioria dos casos com a ajuda da SAC, emigraram anualmente para a Libéria, fixando-se em umas três dezenas de povoações próximas da costa do Atlântico, em terras que aquela sociedade ou o governo liberiano tinham obtido dos chefes africanos da região. Quase todos os colonos eram afro-americanos, mas 400 deles, pelo menos, eram afro-antilhanos originários de Barbados, que emigraram em 1865 e se instalaram em conjunto em Crozierville, 13 km adentro de Monróvia. Mais de 5 mil escravos libertos (recapturados), originários na sua maior parte da região do Congo, também se fixaram na Libéria, principalmente entre 1844 e 1863, de início confiados aos américo-liberianos, designação dada aos colonos africanos vindos do Novo Mundo e a seus descendentes[4].

Os américo-liberianos, que necessitavam de terras para a agricultura, o comércio e a construção de uma nação forte, e que enfrentavam a concorrência

4 AKPAN, 1973b, p. 217-23.

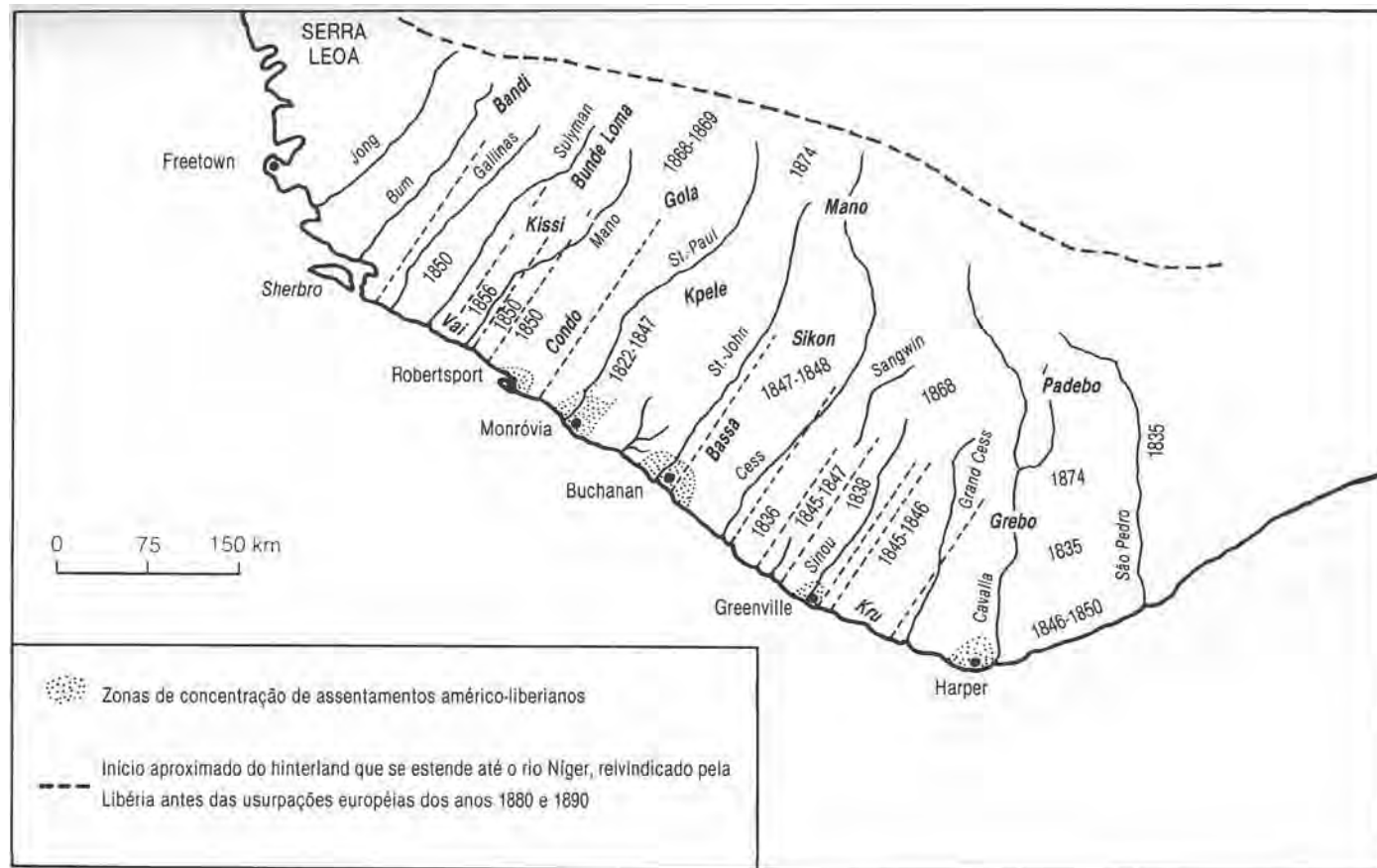



FIGURA 11.1 Libéria: território anexado pelos américo-liberianos, 1822-1874. (Fonte: Morgan & Pugh, 1969.)

do Reino Unido e da França, também à procura de terras para o estabelecimento de entrepostos comerciais e postos militares, ampliaram consideravelmente o território da Libéria a partir de alguns pontos isolados da costa que os chefes africanos inicialmente lhes haviam arrendado. Em dezembro de 1875, quando tal expansão praticamente cessara, o território da Libéria, segundo o governo, estendia-se por cerca de 960 km ao longo da costa do Atlântico, com uma largura de 320 a 400 km, alcançando teoricamente o Níger (ver figura 11.1). A população compunha-se de colonos de origem norte-americana (os américo-liberianos) e africana (os recapturados), além das etnias autóctones. Tais etnias compreendiam os Vai, os Dei, os Basa, os Kru e os Grebo, perto da costa, além dos Gola, Kissi, Bandi, Kpele, Loma e Mandinga, no interior[5].

Os américo-liberianos adotaram uma cultura essencialmente ocidental em seu estilo de vida, instituições políticas, pelo uso da língua inglesa, do regime da propriedade individual e definitiva do solo, do cristianismo e da monogamia. Os autóctones eram tradicionalistas ou muçulmanos, falavam línguas próprias e possuíam o solo em comum. Suas aldeias eram governadas por chefes e anciãos assistidos por organizações sociopolíticas ou fundadas na divisão em grupos etários, como os *poro* (sociedades de homens) e os *sande* (sociedades de mulheres). Embora apreciassem a educação ocidental trazida pelos américo-liberianos e missionários brancos, alguns de seus anciãos se opunham à difusão do cristianismo e das práticas que interferiam em suas leis e costumes.

Como não dispunha de verdadeiro poderio militar e lhe faltavam funcionários qualificados e fundos, o governo não podia executar o projeto de ocupação efetiva do território nacional. Para tanto lhe seria necessário construir estradas e linhas ferroviárias, postos administrativos e militares, colônias de povoamento américo-liberianas em todo o país, ou assegurar a cooperação dos chefes do interior pagando-lhes regularmente um estipêndio e convidando-os a "representar" seu povo na qualidade de "juízes". Por outro lado, em começos da década de 1880, quando teve início a corrida para a África (cujo ponto culminante foi a conferência de Berlim, em 1884-1885), tornava-se provável que as potências europeias se apossassem de grande parte do território que a Libéria reivindicava[6]. A principal preocupação da Libéria, portanto, era defender o território que havia adquirido.

5 AKPAN, 1976, p. 72-5.

6 SHUFELDT, *World Cruise: Liberia and the Liberian Boundary Dispute,* Naval Historical Foundation Collection, Manuscripts Division, Library of Congress, Washington, DC, Shufeldt a Coppinger, Fernando Pó, 8 de maio de 1879.

Em vésperas da corrida a situação não mudara muito na Libéria desde 1847, data em que se tornou independente da American Colonization Society. Tal como nos Estados Unidos da América, o Parlamento se compunha de Câmara de Representantes e Senado. O poder executivo pertencia ao presidente, vice-presidente, eleitos pelo povo de dois em dois anos, e ministros, nomeados pelo presidente com a anuência do Senado. O poder executivo representava-se em cada condado – unidade de administração local – por um superintendente que dirigia a administração. A autoridade do presidente, em teoria, era muito ampla; mas, como não tinha meios para impô-la fora de Monróvia, certas famílias américo-liberianas detiveram, em alguns casos por várias gerações, sob o governo dos republicanos e dos True Whigs, um poder político considerável à escala dos condados. Entre tais famílias, que um crítico liberiano chamou ironicamente de "lordes e nobres" da Libéria, citam-se os Hoff, os Sherman e os Watson, do condado de Cape Mount; os Barclay, os Coleman, os Cooper, os Dennis, os Grimes, os Howard, os Johnson, os King e os Morris, do condado de Montserrado; os Harmon e os Horace, do condado de Grand Bassa; os Birch, os Greene, os Grigsby, os Ross e os Witherspoon, do condado de Sinoe; os Brewer, os Dossen, os Gibson, os Tubman e os Yancy, do condado de Maryland; todos formavam a elite política (e sempre, invariavelmente, a elite econômica)[7].

No entanto, a unidade nacional estava minada por graves divisões sociais. Existiam dois partidos políticos desde 1847, data da independência: o Partido Republicano, dominado pelos colonos mulatos, e o Partido dos True Whigs, dominado pelos colonos negros, congoleses e autóctones instruídos. Não havia diferenças fundamentais entre eles, tanto no plano ideológico como no político. Ambos se enfrentavam de dois em dois anos, por ocasião das eleições, em ásperas disputas tanto mais estéreis quanto é certo que eles não se opunham em nenhuma questão de fundo: tratava-se era de conquistar o poder, para se apoderar de todo o sistema de clientela da República. Os republicanos dirigiram a Libéria desde a independência até 1870, ano em que foram derrotados pelos True Whigs. Voltaram ao poder em 1871, que lhes escapou de novo em 1877. Os True Whigs governaram então o país sem interrupção até 1980, quando um golpe de Estado desfechado pelo sargento-chefe (hoje general) Samuel Doe os derrubou.

---

7 LNA, *Executive Department: Correspondence General, 1887-1899*, Roos a Cheeseman, Greenville, 12 de julho de 1892 (daqui em diante, EDCG); *Liberian Letters,* 15, Dennis a Coppinger, Monróvia, 22 de agosto de 1871; *Sierra Leone Weekly News,* 3 de junho de 1899; LNA, Liberian Legislature, *Minutes of the Senate, 1848-1900.*

A divisão era bem mais profunda entre os américo-liberianos e os africanos autóctones. Durante todo o século XIX, a política dos américo-liberianos tinha como objetivo a assimilação cultural e política dos autóctones, tratando de "civilizá-los", convertê-los ao cristianismo e dar-lhes direitos idênticos aos dos colonos. Em certa medida, tiveram êxito na assimilação dos recapturados (escravos libertos), bem menos numerosos que os colonos, mas, ciosos de seus privilégios, não deixaram de exercer um rígido controle político sobre a Libéria, limitando a participação dos autóctones, mesmo os instruídos, nos negócios públicos. Pouquíssimos entre os autóctones instruídos obtiveram o direito de voto, em pé de igualdade com os américo-liberianos, mesmo sendo estes pobres e analfabetos. Os representantes dos autóctones (representantes, principalmente, dos africanos da costa) com cadeiras no Parlamento de 1875 em diante eram principalmente chefes designados "juízes" (ou "delegados"). Suas circunscrições, para que fossem delegados, tinham de pagar ao governo uma taxa *(delega te fee)* de 100 dólares. Como os delegados só falavam por meio de um intérprete sobre questões étnicas e não tinham direito de voto, sua influência sobre a política do governo era muito reduzida[8]. Por isso africanos instruídos e chefes viviam descontentes com a sua limitada participação na vida pública.

Por outro lado, o governo procurava aumentar ao máximo o que constituía suas principais fontes de renda: os direitos de importação e exportação e outras taxas sobre o comércio e o transporte marítimo. Para facilitar a arrecadação e o controle do comércio externo pelos comerciantes américo-liberianos, o governo vedou aos estrangeiros, em 1839, o comércio na Libéria fora de seis portos de desembarque américo-liberianos. As limitações e os impostos provocaram descontentamento nos negociantes estrangeiros e nos chefes africanos autóctones, que, até então, controlavam o comércio externo e recebiam os direitos aduaneiros. Uns e outros se aliaram muitas vezes para lutar contra as medidas do governo ou para solicitar aos Estados europeus que interviessem a seu favor. Foi assim que, por várias vezes, no decurso do século XIX, os Vai, os Kru e os Grebo, da costa da Libéria, pegaram em armas e se revoltaram contra os impostos que o governo queria receber sobre o seu comércio[9].

8 Somente na presidência de William Vacanarat Shadrach Tubman (1944-1971) foram introduzidas as reformas que deram aos africanos quase os mesmos direitos que aos américo-liberianos e à elite africana autóctone (assimilada ao estilo de vida dos américo-liberianos). Assim, em 1944, foi concedido o direito de voto a todos os africanos autóctones adultos do sexo masculino que pagassem o imposto de palhota *(hut tax)*, de dois dólares por pessoa, o que acabou com o sistema de delegação. A divisão em condados, característica do território habitado pelos américo-liberianos, foi estendida a todo o país, abolindo o sistema colonial da administração indireta.

9 HARGREAVES, 1963, p. 243.

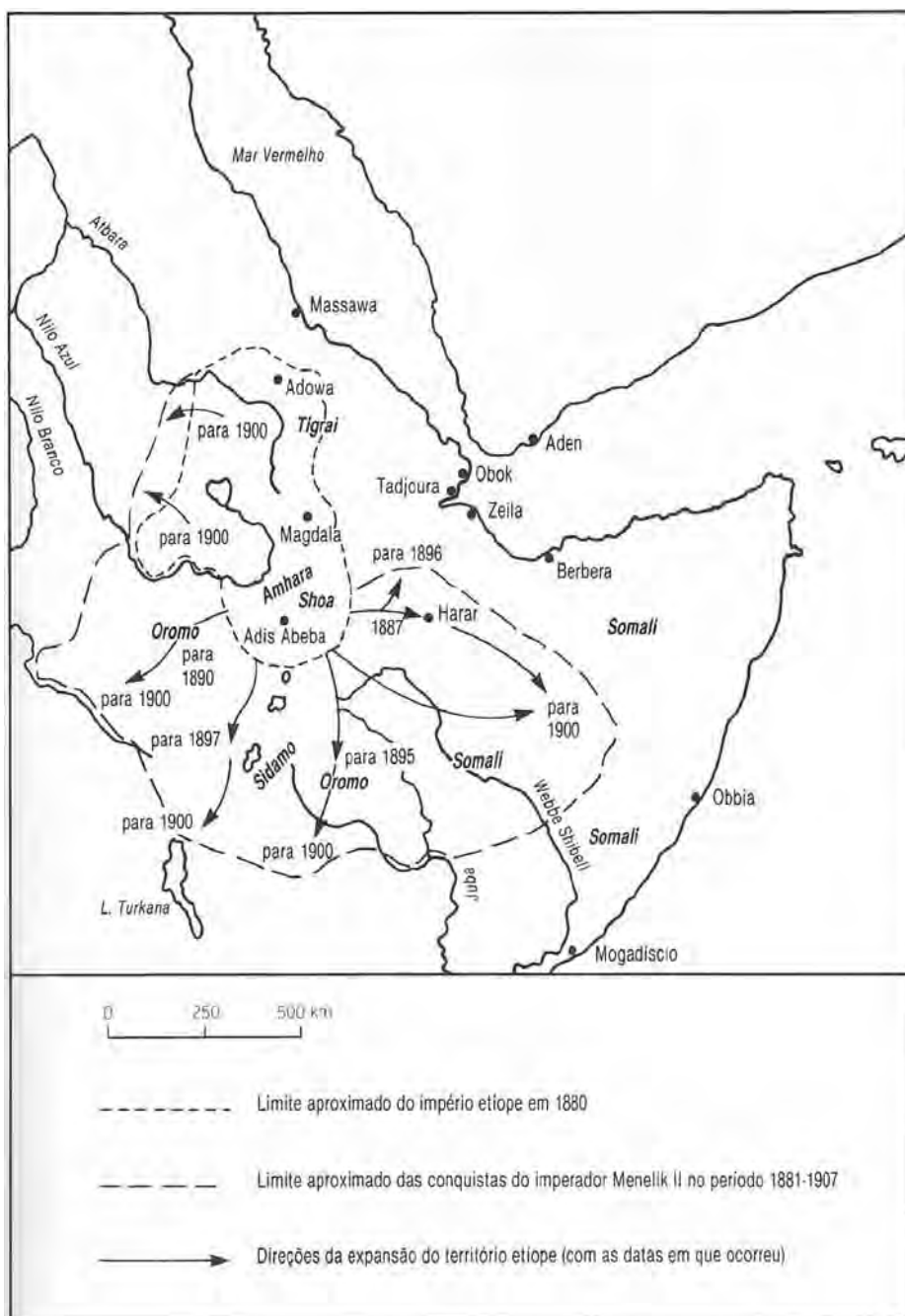



FIGURA 11.2 Expansão do território etíope no reinado do imperador Menelik II (segundo Fage, 1978).

Figura 11.3 Menelik, rei de Shoa (1865-1889); imperador da Etiópia (1889-1913). (Foto: Harlingue-Viollet.)

Etiópia

O imperador Tewodros, ou Teodoro, II (1855-1868), restaurou o antigo império da Etiópia, dividido havia mais de um século. Nos primeiros anos do seu reinado, Tewodros II refez a unidade do império reduzindo duramente à obediência os poderosos e belicosos feudatários *(ras)* das províncias de Tigre, Begemdir, Gojam, Simien, Wollo e Shoa, sobre os quais os imperadores fantoches de Gondar quase não tinham poder[10] (ver figura 11.2). Nessas províncias, quase todas situadas no planalto etíope, entre a Eritréia e o vale do Awash, os Agaw, os Amhara e os Tigrina constituíam a maioria da população. Estes povos pertenciam à cultura amárico-tigrina, preponderante na Etiópia, cujas principais características eram o cristianismo monofisista da Igreja Ortodoxa Etíope, o amárico e o tigrino, línguas estreitamente ligadas, uma estrutura sociopolítica "hierarquizada e mantida por pessoas investidas de grande autoridade" e a economia baseada na agricultura. Os camponeses estavam vinculados à terra e presos a uma malha – que se pode qualificar de feudal – de direitos e de serviços determinados pela propriedade do solo[11].

Reunidos sob Tewodros, os Amhara e os Tigrina foram, a exemplo de Monróvia e dos outros estabelecimentos américo-liberianos na Libéria, o ponto de partida de uma expansão que englobou, na segunda metade do século XIX, as planícies circundantes habitadas por populações sobre as quais o governo imperial, por várias vezes, tinha exercido uma jurisdição "intermitente e normalmente difícil"[12]. O núcleo formado pelos Amhara e os Tigrina, longe de ser monolítico, estava dividido politicamente por rivalidades regionais e fisicamente por montanhas e ravinas que dificultavam as comunicações e os transportes.

Tewodros esmagara os *ras* graças à superioridade de seu armamento, de origem estrangeira, mas foi por sua vez derrotado por uma expedição punitiva dos ingleses em abril de 1867. Tais acontecimentos chocaram os dirigentes da Etiópia, fazendo-os compreender que necessitavam de armas modernas para dominar o império, para se defender dos adversários políticos e dos ataques dos estrangeiros.

O sucessor de Tewodros, imperador Yohannes, ou João, IV (1871-1889), como veremos, foi obrigado a repelir os ataques dos egípcios e dos mahdistas do Sudão. Sob o reinado de Menelik II (1889-1913) (ver figura 11.3), que coincidiu com a corrida dos europeus para a África, a expansão da Etiópia continuou –

10 GREENFIELD, 1965, p. 70; GILKES, 1975, p. 9-10.

11 CLAPHAM, 1977, p. 36-7.

12 MARCUS, 1975, p. 140.

com a recuperação das chamadas "regiões históricas", sua superfície mais que duplicou[13].

O sistema político etíope estava então já fixado. Compreendia, essencialmente, três níveis: os distritos ou "senhorios", as províncias e a nação; e três eixos separados: o econômico, o político e o religioso. Os senhores, os governadores e o imperador exerciam o poder no nível, respectivamente, dos distritos, das províncias e do império. Unidos por uma rede de relações hierárquicas, constituíam os pilares do sistema, já que cada um era "ao mesmo tempo chefe da administração, chefe militar, juiz e cortesão". Regra geral, o imperador nomeava os governadores, que, por sua vez, nomeavam os senhores ou subgovernadores.

O senhor tinha certos direitos, conhecidos como *gult:* podia exigir um tributo em espécie de cada família do distrito e obrigar os súditos a trabalharem nas suas terras e impor-lhes outras tarefas. Guardando para si uma parte do tributo, remetia o resto a seu suserano, o governador. Adjudicava casos e contendas no distrito, convocava e comandava a milícia local e dirigia os trabalhos públicos úteis para o seu distrito; além disso, zelava para que sua "paróquia", cujos limites costumavam coincidir com os do distrito, cumprisse suas obrigações com a Igreja Ortodoxa Etíope[14]. As contribuições e os serviços que os camponeses, vinculados à terra, base de sua subsistência, deviam aos senhores e à Igreja eram comparativamente mais leves nas províncias dos Amhara e Tigrina. Com efeito, lá as terras estavam submetidas ao sistema de *rist:* quase todas eram propriedade praticamente inalienável das famílias. O imperador e os governadores, portanto, não podiam distribuí-las a seus protegidos. Em compensação, as obrigações eram pesadas nas regiões do sul e do oeste conquistadas por Menelik, onde os senhores e os *naftanya* (literalmente, "carabineiros", colonos do planalto da Abissínia) exploravam duramente o povo através dos direitos e obrigações *gult*[15].

O governador tinha funções análogas às do senhor, mas no nível da província. No núcleo Amhara-Tigre, os governadores, na sua maioria, eram escolhidos entre os parentes próximos do imperador ou no meio dos nobres reputados por sua fidelidade. Nas regiões recentemente conquistadas do sul e do oeste, onde as terras eram inalienáveis, os governadores eram predominantemente nobres ou chefes militares de Amhara, Shoa, Tigre e de outras províncias do norte, que recebiam pelos serviços prestados ao imperador terras de *gult* (os que não eram nomeados governadores recebiam terras de *rist gult).* A lealdade ao governador,

13 GREENFIELD, 1965, p. 96.

14 LEVINE, 1974, p. 114-20; GILKES, 1975, p. 13-4.

15 Ibid.

ou ao imperador, dependia grandemente de sua disponibilidade de terras de *gult* para recompensa e de um exército bastante forte para manter sua autoridade[16].

O imperador era o elemento mais importante do sistema imperial. Exercia funções executivas, legislativas e judiciárias, classificadas por Christopher Clapham em funções de "proteção", "distribuição", "direção" e "simbólicas". Comandava em pessoa o seu exército, administrava os negócios do império, prestava justiça e protegia os seus vassalos. Por fim – e talvez fosse essa a função mais importante – era o símbolo da unidade e da independência nacionais, já que se presumia descender do rei Salomão, pelo que recebia a coroa e a unção imperial do *abuna,* chefe egípcio da Igreja Ortodoxa Etíope[17].

Faltava ao sistema imperial herdado por Tewodros um verdadeiro "corpo de funcionários"[18]. Com a exceção de alguns cargos de funções bem definidas, como o de *tsahafe t'ezaz* (secretário imperial), ou de *afa-negus* (chefe da magistratura), eram o imperador e seus representantes regionais, os governadores e os senhores, que encarnavam a administração imperial[19]. Tewodros desejava criar uma administração em que os governadores nobres fossem substituídos por generais do exército, de origem humilde, pagos pelo Estado, fiéis e submissos ao imperador; mas, governando sempre com rigidez, provocou revoltas em várias províncias, nas quais os novos governadores foram depostos, retomando o poder as famílias nobres[20].

As semelhanças entre os sistemas políticos da Libéria e da Etiópia nesta análise são demasiado evidentes para que seja necessário insistir nelas. Nos dois países se encontravam, de um lado, um núcleo político e um governo central e, de outro lado, uma zona periférica com subsistemas políticos centrados em circunscrições locais, ou aldeias, como a circunscrição de Gola, na Libéria, ou a de Oromo ("Galla"), na Etiópia, de que não tratamos neste capítulo, com subsistemas que diferiam mais ou menos do sistema central dominante. Para manter o seu domínio, ambos os sistemas concediam privilégios às regiões centrais, alimentavam relações de clientela e assimilavam as regiões periféricas. Não obstante, enquanto o regime político da Etiópia era em grande parte um regime "africano", pois não havia partidos políticos nem parlamento – Tewodros, Yohannes e Menelik subiram ao trono graças à sua superioridade militar e não através de eleições –, o

16 CLAPHAM, 1977, p. 43; GILKES, 1975, p. 28-9; LEVINE, 1974, p. 120-1.

17 CLAPHAM, 1977, p. 44-5.

18 CRUMMEY, 1969, p. 465.

19 PANKHURST, 1967, p. 12.

20 CLAPHAM, 1977, p. 47.

governo central da Libéria era, de todos os pontos de vista, de tipo ocidental. Seja como for, ambos possuíam ou desenvolveram meios de resistir às agressões dos europeus na época da corrida e da partilha da África.

A agressão europeia na Libéria e na Etiópia, 1880-1914

Até 1879, a Libéria e a Etiópia mantinham relações bastante boas com as potências europeias. A partir de 1880, no período da corrida, essas relações começaram a mudar, e os dois países passaram a sofrer, com consequências diferentes nos dois casos, as pressões e agressões do imperialismo europeu.

Libéria

A Libéria, que não foi convidada nem se fez representar na conferência de Berlim, de início recusou todo compromisso com as suas decisões, nomeadamente com o princípio da "ocupação efetiva". Como declarou o secretário de Estado da Libéria, Edwin J. Barclay (ver figura 11.4), em junho de 1887, do ponto de vista liberiano, as decisões de Berlim aplicavam-se "aos territórios que os europeus viessem a adquirir futuramente na África e não aos que os Estados africanos já possuíam ou viessem a adquirir no futuro[21]. A Libéria insistia, a justo título, no fato de que não tinha necessidade de "ocupar efetivamente" seu território, pois era um Estado africano e todos os habitantes do seu território eram liberianos.

No final, para não perder todo o interior do país, o governo liberiano começou, aproximadamente no final da década de 1890, a tomar medidas para a sua ocupação efetiva.

Arthur Barclay, presidente da Libéria de 1904 a 1911 (ver figura 11.5), definiu perfeitamente a situação em dezembro de 1906:

> A Libéria era um Estado oficialmente reconhecido bem antes da Conferência de Berlim [...] e talvez tivesse fundamentos para colocar em dúvida certas afirmações que se fizeram na dita conferência. Mas o fato é que são as grandes potências que impõem os princípios do direito internacional, e os pequenos Estados têm de se conformar com eles. Em consequência, somos obrigados a guarnecer nossas fronteiras de guardas, a mandar para lá os funcionários indispensáveis e a dotar a zona fronteiriça de uma administração digna desse nome[22].

21 Citado em AKPAN, 1973b, p. 223.

22 BARCLAY, A., "Annual Message", 11 de dezembro de 1906, *Liberia Bulletin,* n. 30, fevereiro de 1907, p. 69 (daqui em diante, *Bulletin).*

FIGURA 11.4 E. J. Barclay, secretário de Estado da Libéria. (Fonte: Johnston, H., *sir*, 1906.)

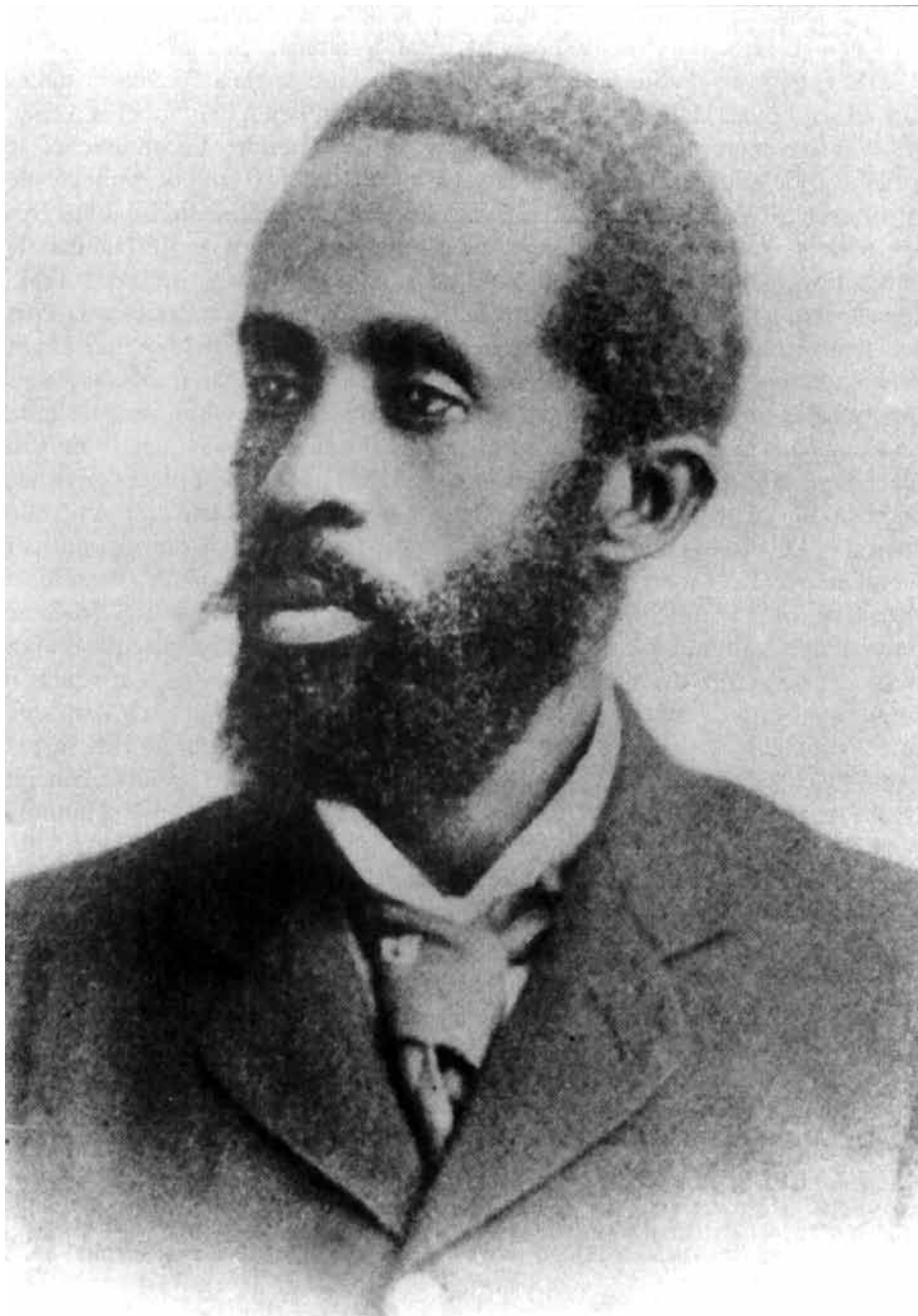



Figura 11.5 Arthur Barclay, presidente da Libéria (1904-1911). (Fonte: Johnston, H., *sir*, 1906.)

Na época da corrida e da partilha da África, o imperialismo europeu assumiu na Libéria três formas fundamentais: a) expropriação do território liberiano pelas potências europeias; b) graves ingerências nos assuntos internos da Libéria; c) controle da economia por negociantes, financistas, concessionários e empresários europeus, protegidos por essas potências e senhores da sua confiança. O imperialismo europeu contribuiu para enfraquecer mais e desestabilizar a Libéria.

Em resposta ao apelo de negociantes de Serra Leoa, de negociantes ingleses instalados na região noroeste da Libéria, na costa vai, e dos próprios Vai, o Reino Unido, preocupado com a defesa do comércio e da receita de Serra Leoa, interveio, a partir de 1860, a pretexto de proteger os Vai e os negociantes das exigências fiscais da Libéria. Após infrutíferas discussões, amiúde interrompidas, entre os representantes do Reino Unido, da Libéria e dos Vai, o Reino Unido anexou a maior parte das circunscrições vai a Serra Leoa em março de 1882, ainda que os chefes vai jamais esperassem a dominação de Londres, mas apenas a sua intervenção[23]. Os liberianos, estupefatos mas impotentes, protestaram, embora inutilmente, indignados, contra a anexação num memorando que enviaram a todos os países com os quais mantinham tratados. Nele imploravam que ajudassem a Libéria e servissem como mediadores na tentativa de "pôr fim a uma situação que a ameaçava de destruição". Um dos poucos governos a responder foi o dos Estados Unidos, com cuja intervenção a Libéria esperava garantir "uma solução justa" para a questão das fronteiras, em particular. Mas os Estados Unidos foram pressurosos em aconselhar a Libéria a aceitar como fato consumado a ação britânica, o que lhe frustrou todas as esperanças. Os outros países aos quais se dirigira eram, na maioria, do continente europeu, e se preparavam para invadir a África ou ampliar suas possessões em território africano. Por isso não receberam com simpatia ou fizeram ouvidos moucos ao apelo da Libéria[24]. Em novembro de 1885, a Libéria assinou com o Reino Unido um acordo que fixava, em detrimento de seu território, o rio Mano como fronteira com Serra Leoa.

De forma semelhante, os franceses anexaram em maio de 1891 o sudeste da Libéria, entre os rios Cavalla e São Pedro, aproveitando o fato de a Libéria não ocupar efetivamente a região e de sua política comercial causar descontentamento à população local[25] (ver figura 11.6). A Libéria mais uma vez apelou às "nações

23 Public Record Office Kew, (PRO), *FO* 84/1699, Derby a Havelock, 2 de março de 1883; Granville a Lowell, 10 de março de 1883.

24 GIBSON e RUSSELL, 1883.

25 African Colonization Society, *Seventy-Seventh Annual Report,* janeiro de 1894, p. 9-10; HERTSLET, 1909, v. 3, p. 1132-3.

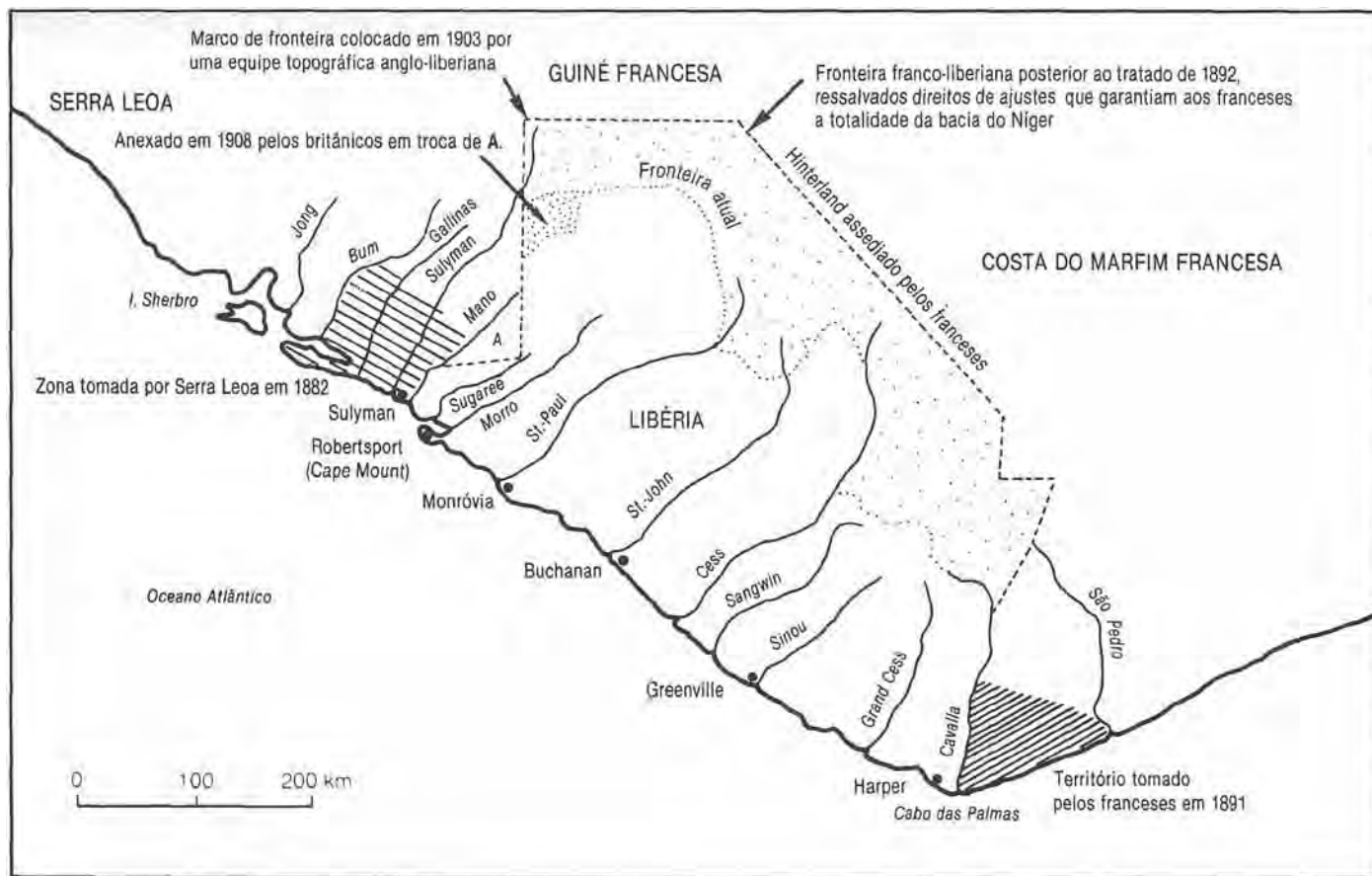



FIGURA 11.6 Usurpações britânicas e francesas no território reivindicado pela Libéria, 1882-1914. (Fonte: Anderson, 1952.)

cristãs e civilizadas" que intercedessem a seu favor, mas em vão[26]. Indefesa, teve de assinar com a França, em dezembro de 1892, um acordo segundo o qual o Cavalla passava a demarcar sua fronteira com a Costa do Marfim. A França obtinha assim a região de Cavalla-São Pedro e uma vasta parcela do interior liberiano, cujos limites ainda não estavam determinados. Em troca, declarava renunciar a vagas pretensões sobre Garraway, Buchanan e Butaw, na costa liberiana[27].

Para prevenir novas anexações, o governo liberiano enviou representantes aos Estados Unidos da América, em 1890, e ao Reino Unido, em 1892, na tentativa de obter o compromisso de preservação da integridade territorial da Libéria, mas também sem êxito[28].

Entre 1892 e 1914, o Reino Unido e sua rival, a França, ao estender suas possessões até o centro da África, usurparam ainda mais o território da Libéria.

O Reino Unido, que até então ocupava a costa de Serra Leoa, anexou o interior em 1896 e o submeteu a uma administração colonial ou "indígena". O território anexado compreendia Kanre-Lahun, principal cidade da circunscrição Luawa, com cujo chefe, Kai Lundu, T. J. Alldridge concluía, em 1890, um tratado em nome do governo do Reino Unido. Por volta de 1902, em seguida a algumas agitações populares, o exército inglês ocupou Kanre-Lahun.

Para se antecipar ao Reino Unido nessa região, além de tropas o governo liberiano colocou lá, em fevereiro de 1907, funcionários aduaneiros e administrativos para estabelecer uma" administração indígena". O governador de Serra Leoa, G. B. Haddon-Smith, que naquele mês visitou Kanre-Lahun escoltado por soldados liberianos, reconheceu que a região pertencia à Libéria e que o Reino Unido somente a ocupava em caráter "temporário", por conta da Libéria[29]; Londres, contudo, recusou-se a retirar suas tropas do território. O cônsul-geral da Libéria em Londres, Henry Hayman, chegou mesmo a advertir o presidente Barclay, em junho de 1907,

---

26 Maryland County, "França contra Libéria: documento adotado pelos cidadãos do condado de Maryland contra o tratado franco-liberiano – atualmente examinado pelo Senado –, exortando o Senado a rejeitá-lo e solicitando que a França se abstenha; afirmando, com referência às ações da Libéria, o direito deste país à região de São Pedro" (fevereiro de 1893), em LNA, Executive, Department of State, Domestic Correspondence (EDSDC), 1855-1898. Ver também United States National Archives (USNA), Despatches of United States Ministers at Monrovia (DUSM) 11/70, McCoy a Gresham, Monróvia, 27 de abril de 1893.

27 Archives Nationales, Paris: "Franco-Liberian Boundary Agreement", 1892, M. 12.8972; USNA, DUSM: 11/52, McCoy a Foster, Monróvia, 1 de fevereiro de 1893.

28 LYNCH, 1967, p. 185.

29 BARCLAY, A., "Annual Message", dezembro de 1908; US Department of State, *Report of the Commission of the United States of America to the Republic of Liberia,* Washington DC, outubro de 1909; PRO, *FO* 267/65, JOHNSTON, H. H., "Memo respecting the Americo-Liberian occupation of North-West Liberia", 19 de abril de 1907; *FO* 267/75, Haddon-Smith a Elgin, Freetown, 28 de março de 1907.

de que, se as fronteiras da Libéria com as possessões francesas da Costa do Marfim e da Guiné não fossem fixadas, os governos francês e inglês "poderiam tomar medidas gravíssimas" que poriam em risco a independência da Libéria[30].

Alertado, em setembro de 1907 o presidente Barclay viajou para Londres e Paris a fim de obter garantias quanto à soberania e à integridade territorial da Libéria. Não só encontrou recusa por parte de ambos os governos, como o governo francês redigiu quase unilateralmente um "acordo" pelo qual a Libéria cedia à França nova parcela do seu território, a saber, as terras situadas na outra margem do rio Makona, com o compromisso de estabelecer postos militares nessa nova fronteira, que "poderia ser ocupada [temporariamente] pelos franceses, caso os recursos do governo liberiano não lhe permitissem, de momento, estabelecer ali guarnições"[31]. Evidentemente, num primeiro momento Barclay recusou-se a assinar tal "acordo", mas depois teve de ceder a conselho do governo norte-americano, a quem havia solicitado urgentemente uma intervenção e que o preveniu de que, "se a Libéria rejeitasse o 'acordo', os franceses provavelmente continuariam com suas incursões e acabariam por tomar um território ainda mais vasto"[32] . Esse tratado unilateral assentou em parte a questão das fronteiras entre a Libéria e as colônias francesas. Os acertos finais tiveram início em julho de 1908, quando uma comissão franco-liberiana começou o trabalho de delimitação das fronteiras[33]. Até meados da década de 1920, no entanto, a França ainda algumas vezes ameaçou anexar outros territórios da Libéria.

Aparentemente com inveja dos êxitos obtidos pela França em 1907, o Reino Unido passou a exercer pressões sobre a Libéria para que lhe cedesse a região de Kanre-Lahun, Em setembro de 1908, o major Le Mesurier, comandante da guarnição britânica de Kanre-Lahun, proibiu os funcionários liberianos a ele subordinados de executar outras funções administrativas além dos serviços alfandegários. E um mês depois o mesmo Le Mesurier ordenou-lhes que abandonassem igualmente os serviços alfandegários e saíssem de Kanre-Lahun, já que, segundo ele, a nova fronteira entre a Libéria e Serra Leoa deveria coincidir com a fronteira natural formada pelos rios Moa e Mafissa[34].

30 Barclay a Lyon, Monróvia, 9 de agosto de 1907, USNA, DUSM: 326/202, Lyon ao Secretário, Monróvia, 9 de agosto de 1907; LNA, EPGC, 1905-1912, Barclay a Lyon, 9 de agosto de 1907.

31 HERTSLET, 1909, v. 3, p. 1140-1; BUELL, 1928, v. 2, p. 790.

32 BARCLAY, A., JOHNSON, F. E. R. e STEWART, T. M., "Report of Liberia Commission to Europe *in re* Franco-Liberian Matters, September 1907", in LNA, *EPCEPG*; USNA, DUSM (NF), 326/345, Ellis ao Secretário, Monróvia, 12 de janeiro de 1910.

33 *Cabinet Minutes,* 6 de agosto de 1909.

34 USNA, DUSM (NF) 326, Lemadine a Barclay, 30 de setembro de 1908; PRO, *FO*, 367/209; Cooper a Le Mesurier, Gbonibu, 25 de novembro de 1909.

De novembro de 1909 até o início de 1910, o governo liberiano tentou inutilmente persuadir o Reino Unido a renunciar à região de Kanre-Lahun[35]. A questão foi afinal resolvida por um tratado, firmado em janeiro de 1911, pelo qual a Libéria cedia a Londres aquela região em troca do território, muito menos interessante, situado entre os rios Morro e Mano. A título de "compensação", a Libéria recebeu 4 mil libras para promover o desenvolvimento do território (ver figura 11.6) e obteve o direito de livre navegação no Mano. A delimitação final dessa nova fronteira entre a Libéria e Serra Leoa só se efetivou em 1915. A Libéria sobreviveu, sim, à agressão britânica, mas ao preço da amputação de seu território e de cruéis inquietações[36].

Etiópia

Os desígnios do imperialismo europeu para com a integridade territorial e a independência da Etiópia não eram menos diabólicos do que aqueles que vitimaram a Libéria (ver figura 11.7). Seu início remonta a 1869, ano em que um lazarista italiano, Giuseppe Sapeto, comprou a um sultão local o porto de Assab, no Mar Vermelho, pela soma de 6 mil táleres de Maria Teresa. O porto tornou-se propriedade de uma companhia de navegação italiana, a Società Rubattino, e, em 1882, foi declarado colônia italiana[37].

Malgrado o patriotismo e a inabalável fidelidade à Igreja Ortodoxa Etíope, o imperador Yohannes, de início, interessou-se menos pela chegada dos italianos do que pela partida dos egípcios[38]. Estes dominavam então a maior parte das margens africanas do Mar Vermelho e do golfo de Áden, bem como o interior imediato, inclusive o porto de Massawa e a cidade de Harar. Mas o Egito, ocupado pelos ingleses em 1882, estava às voltas com a rebelião do Mahdī Muhammad Ahmad, irrompida no Sudão, que obrigou o Reino Unido a retirar dali, em 1883, as tropas egípcias e inglesas que lá se encontravam. Dessa forma, a dominação egípcia entrou em colapso em toda a região costeira do Mar Vermelho e do golfo de Áden, limítrofes à Etiópia. O Reino Unido pediu ajuda a Yohannes para evacuar tropas egípcias e europeus que se encontravam em várias cidades sudanesas sitiadas pelos mahdistas. Ao contra-almirante William Hewett, oficial

35 BUELL, 1928, v. 2, p. 784-9; USNA, DUSM (NF) 326/339, Ellis ao Secretário, Monróvia, 6 de janeiro de 1910.

36 PRO, *FO*, 367/233, BALDWIN, "Annual Report", 30 de setembro de 1911; BARCLAY, A., "Annual Message", 12 de dezembro de 1911.

37 Itália, Ministero degli Affari Esteri, *Trattati, convenzioni, protocolli ed altri documenti relativi all'Africa,* Roma, 1906, 1-25-6.

38 Para uma breve crônica etíope do reinado de Yohannes, ver CHAINE, 1913.

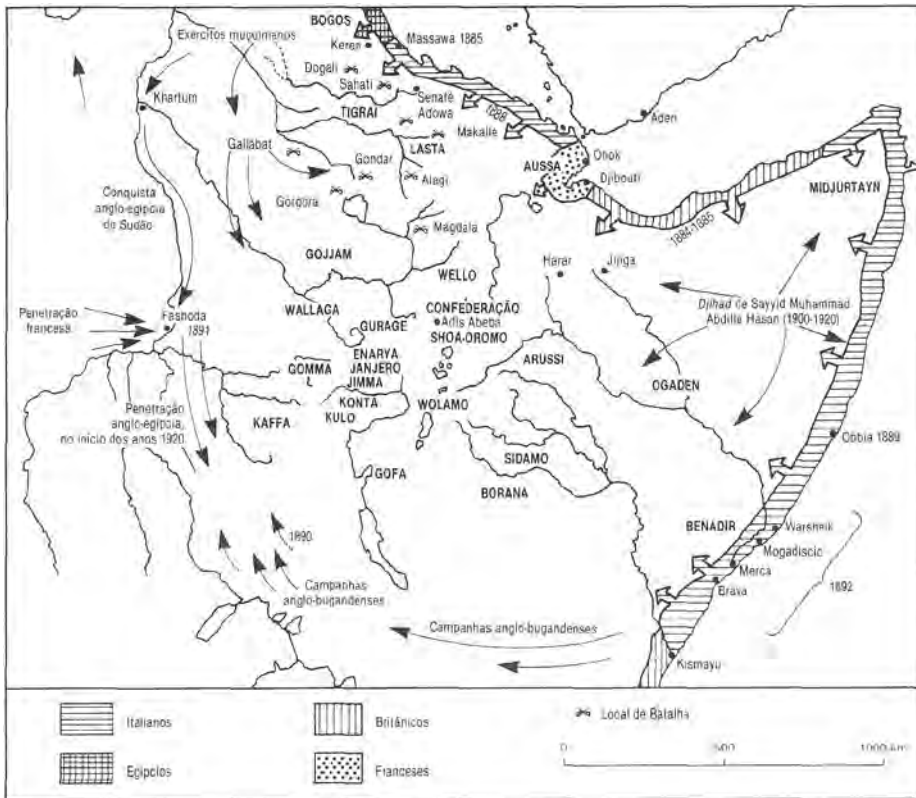



FIGURA 11.7 A Etiópia e a corrida para a África. (Fonte: Greenfield, 1965.)

inglês incumbido das negociações com o imperador, Yohannes prometeu ajuda, com a condição de que os territórios recentemente ocupados pelos egípcios na fronteira sudanesa fossem devolvidos à Etiópia, bem como o porto de Massawa. A primeira condição foi aceita, mas, quanto a Massawa, os ingleses prometeram à Etiópia apenas o direito ao trânsito livre de mercadorias, inclusive armas e munições, "sob proteção britânica"[39]. O acordo foi consignado em um tratado concluído a 3 de junho de 1884, depois do que o extraordinário cabo de guerra etíope *ras* Alula foi libertar seis guarnições sitiadas no Sudão[40].

O acordo, no entanto, não durou muito. Efetivamente, a 3 de fevereiro de 1885, os italianos tomavam Massawa, sob aprovação dos ingleses. Estes favore-

39 WYLDE, 1901, p. 472-4.

40 Ibid., p. 35.

ciam a expansão italiana, na esperança de que ela prejudicasse a dos franceses, então seus principais rivais na corrida para a África. O contra-almirante italiano Caimi, no comando da ocupação de Massawa, declarou aos habitantes que ela se dava com o consentimento da Inglaterra e do Egito e prometeu "não só respeitar a liberdade de comércio, mas fazer todo o possível para facilitá-la"[41].

Logo se veria que tais promessas não tinham valor algum. Os italianos impediram que armas destinadas a Yohannes fossem a ele entregues e deslocaram-se interior adentro, até as aldeias de Sahati e Wia. O *ras* Alula protestou contra a invasão, mas a única resposta dos italianos foi erguer fortificações nas zonas disputadas e enviar para lá reforços, os quais foram porém interceptados por Alula em Dogali, no mês de janeiro de 1887. Os invasores evacuaram então Sahati e Wia, mas, como vingança ao "massacre" de *Dogali,* bloquearam a costa etíope[42].

A guerra parecia iminente. A Itália, no entanto, receando as dificuldades de uma expedição militar em um país montanhoso como a Etiópia, apelou para a mediação do Reino Unido. Um diplomata inglês, sir Gerald Portal, foi enviado para solicitar ao imperador que concordasse com a ocupação de Sahati e Wia pelos italianos e também de Senahit ou Bagos, região que os egípcios tinham abandonado em 1884. O imperador Yohannes respondeu sem rodeios:

> Não farei nada disso. Pelo tratado celebrado com o almirante Hewett, toda a região que os egípcios evacuaram próxima a nossas fronteiras me foi cedida por instigação do Reino Unido. E agora deseja que eu renuncie a ela?

Irritado pelo fato de o Reino Unido mudar de posição a respeito do tratado Yohannes escreveu à rainha Victoria declarando que, se ela queria a paz, era preciso antes de tudo que os italianos ficassem no país deles e os etíopes no seu[43].

Em face da iminência da guerra com a Itália, para reforçar a defesa Yohannes convocou as tropas que guarneciam a fronteira sudanesa, deixando-a desprotegida. Os mahdistas então atacaram por esse lado. O imperador acorreu a Matamma para detê-las mas, ao final de uma vitoriosa batalha travada em 10 de março de 1889, foi mortalmente atingido por uma bala perdida. A morte do imperador determinou o esfacelamento de seu exército. Houve grande confusão, especialmente no norte da

41 HERTSLET, 1909, v. 1, p. 8.

42 Para conhecer as reações dos italianos à batalha de Dogali e a outros episódios da expansão italiana, ver DEJACO, 1972.

43 PORTAL, 1892, p. 158.

Etiópia, pelo fato de vários flagelos abaterem-se ao mesmo tempo sobre o país: a peste bovina e a carestia, seguidas de epidemias de varíola e de cólera[44].

Durante esse período de dificuldades, os italianos avançaram rapidamente pelo interior do país. No final de 1889, ocupavam parte do planalto do norte, onde estabeleceram a colônia da Eritréia, com capital em Asmara[45].

Durante a brava resistência do imperador Yohannes à agressão italiana e egípcia, o governador de Shoa, Menelik, embora por princípio devesse obediência ao imperador, mantinha relações cordiais com a Itália (ver figura 11.1). E emprestava grande valor a essas relações porque, por intermédio do conde Antonelli, representante italiano numa corte onde não havia outros diplomatas estrangeiros, obtinha acesso à técnica europeia. Além disso, a Itália remeteu a Shoa vários médicos e grande quantidade de armas de fogo. A amizade com a Itália também permitiu a Menelik conquistar, na qualidade de rei de Shoa (1865-1889), as ricas regiões de Arussi, Harar, Kulo e Konta, a sul e a sudeste, e Gurage e Wallaga, a sudoeste[46]. Já para os italianos o apoio de Menelik era útil, mas não indispensável – a longo prazo – a seus planos de expansão. A 2 de maio de 1889, menos de dois meses após a morte de Yohannes, um tratado de paz e de amizade marcava o apogeu das boas relações entre Menelik e a Itália. Foi assinado na aldeia etíope de Wuchale.

O tratado de Wuchale (Uccialli, em italiano), que devia marcar o ponto decisivo nas relações entre os dois países, continha dispositivos favoráveis a ambas as partes. Menelik reconhecia a soberania da Itália sobre a maior parte do planalto da Eritréia, abrangendo Asmara, e a Itália reconhecia Menelik como imperador – tratava-se do primeiro país a fazê-la –, prometendo-lhe o direito de importar, através da Eritréia, armas e munições. O mais importante trecho do tratado, no entanto, o artigo 17, se prestaria a contestações. Havia duas versões do tratado, uma em amárico e outra em italiano, e o artigo 17 apresentava sentido diferente em cada versão. De acordo com o texto em amárico, a Etiópia poderia recorrer à intermediação das autoridades italianas se quisesse estabelecer relações com outros países; o texto italiano tornava esse recurso obrigatório[47].

Embora, de acordo com a versão italiana do tratado, a Itália pretendesse estabelecer um protetorado na Etiópia, as relações entre os dois países permaneceram boas por vários meses[48]. Em julho de 1889, Menelik enviou à Itália

---

44 PANKHURST, 1966.

45 WYLDE, 1901, p. 49.

46 MARCUS, 1969, p. 422-4; GREENFIELD, 1965, p. 98-9.

47 ROSSETTI, 1910, p. 41-4; WORK, 1936, p. 84-6; RUBENSON, 1964; GIGLIO, 1968.

48 A respeito das relações da Etiópia com a Itália entre o tratado de Wuchale e a batalha de Adowa, ver ROSSINI, 1935; NIEGE, 1968.

seu primo, o *ras* Makonnen, governador de Harar, para discutir a aplicação do tratado. Enquanto isso, sob o comando do general Baldissera, os italianos continuavam seu avanço pelo planalto da Eritréia, já pondo em prática os termos do tratado. Em 2 de agosto, Baldissera proclamou a ocupação de Asmara.

No dia 2 de outubro, em Roma, Makonnen assinou um acordo adicional: a Itália reconhecia mais uma vez o título de imperador de Menelik, enquanto este reconhecia a soberania italiana sobre a colônia do Mar Vermelho, nos limites das fronteiras que ela já possuía. Além disso, a Itália emprestaria à Etiópia 4 milhões de liras[49].

Quase imediatamente, porém, todo o projeto de cooperação teve de ser abandonado, pois no dia 11 de outubro o ministro das Relações Exteriores da Itália, Crispi, declarou que, "conforme o artigo 34 do tratado perpétuo [...] S. M. o rei da Etiópia aceita os bons ofícios de S. M. o rei da Itália para tudo quanto diz respeito às relações da Etiópia com outras potências ou governos"[50].

Embora a declaração de Crispi estivesse formulada em termos indiretos, era inequívoco que a Itália afirmava seu protetorado sobre a Etiópia. Como era de esperar, a pretensão italiana logo foi reconhecida pelas potências europeias: daí por diante, as cartas geográficas impressas na Europa passaram a designar a Etiópia pelo nome de "Abissínia italiana". Quando, a 3 de novembro de 1889, Menelik anunciou às potências europeias que seria coroado imperador, deram-lhe a mortificante resposta de que, sendo a Etiópia um protetorado, não podiam estabelecer relações com ela a não ser por intermédio da Itália. Em 24 de março e 14 de abril de 1891, e em 5 de maio de 1894, o Reino Unido assinou com a Itália três protocolos que fixavam as fronteiras do pretenso protetorado com as colônias inglesas[51].

Enquanto isso, para apoio de suas pretensões, os italianos avançavam pelo norte da Etiópia, da Eritréia ao Tigre. Ultrapassaram os limites anteriormente convencionados, cruzaram o rio Mareb e ocuparam a cidade de Adowa em janeiro de 1890. Comunicaram depois ao *ras* Mangacha, governador da província de Tigre e filho de Yohannes, que ocupariam Adowa enquanto Menelik não aceitasse a interpretação por eles dada ao tratado de Wuchale[52].

Menelik recusou-se a ceder. Em 27 de setembro de 1890, escreveu ao rei Humberto I da Itália haver descoberto que as duas versões do artigo 17 possuíam sentidos diferentes.

49 ROSSETTI, 1910, p. 45-7.

50 HERTSLET, 1909, v. 1, p. 1 e 17.

51 WORK, 1936, p. 128-33, 138-9.

52 WYLDE, 1901, p. 51.

Quando assinei esse tratado de amizade com a Itália", dizia ele, "declarei que, como éramos amigos, nossos assuntos na Europa poderiam ser resolvidos com a ajuda do rei da Itália; mas disse isso para guardar nossos segredos e preservar nosso bom entendimento; não celebrei tratado algum que a isso me obrigue e, hoje em dia, não sou homem que o aceite. Vossa Majestade compreenderá perfeitamente que um Estado soberano não precisa da ajuda de outro Estado para dirigir os seus negócios[53].

Decidido a não depender mais do empréstimo da Itália, Menelik começou, então, a resgatá-lo. As relações entre os dois países estavam num beco sem saída. No decorrer dos debates que se seguiram, o representante da Itália, Antonelli, informou a Menelik que "a Itália não podia, sem quebra de sua dignidade, informar às outras potências que se havia enganado a propósito do artigo 17". Ao que a imperatriz Taytu, mulher de Menelik, respondeu:

Nós informaremos às outras potências que esse artigo, tal qual está redigido em nossa língua, não tem o mesmo sentido que em italiano. Nós também temos de pensar em nossa dignidade. Desejais fazer passar a Etiópia como vosso protetorado, mas jamais será assim[54].

Ao fim de vários anos de tergiversações, durante os quais Menelik comprou, principalmente na França e na Rússia, grandes quantidades de armas de fogo e anexou, o mais das vezes pela força, Kaffa, Wolamo, Sidamo, Bale, parte de Ogaden, Gofa, Beni, Changul e terras a leste e a oeste de Boran Oromo ("Galla"), a Etiópia finalmente denunciou o tratado de Wuchale, a 12 de fevereiro de 1893. No dia 27 do mesmo mês, Menelik anunciou o fato às potências europeias e, a respeito das pretensões da Itália, em alusão a uma passagem bíblica declarou: "A Etiópia não precisa de ninguém: ela estende as mãos para Deus". Podia permitir-se tal linguagem, já que possuía, na ocasião, 82 mil fuzis e 28 canhões[55].

A guerra entre italianos e etíopes eclodiu em dezembro de 1894, quando o chefe eritreu Batha Hagos se revoltou contra o domínio italiano. No início de janeiro de 1895, os italianos atacaram *oras* Mangacha, ocupando a maior parte de Tigre. Menelik ordenou a mobilização a 17 de setembro, marchou para o norte com numeroso exército e conquistou importantes vitórias, a 7 de dezembro em Amba Alagi e no fim do ano em Makalle. Os italianos retiraram-se para Adowa, local onde, após alguns meses de trégua, travou-se o combate decisivo (ver figura 11.8).

53 WORK, 1936, p. 107.

54 Citado em ibid., p. 118.

55 Citado em ibid., p. 134-5.

A situação de Menelik era bastante boa. Podia contar com o apoio dos eritreus, cujo patriotismo fora exacerbado pelo fato de os italianos terem expropriado terras da Eritréia para instalar colonos[56].

Os eritreus prontificavam-se a guiar os grupos do imperador e a informá-lo sobre os movimentos do inimigo. Os italianos, em contrapartida, enfrentavam a hostilidade da população e não dispunham sequer de mapas precisos, razão por que andavam constantemente perdidos numa região que lhes era praticamente desconhecida. Não bastasse isso, o exército de Menelik contava com efetivos bem maiores: mais de 100 mil homens armados de fuzis modernos, sem contar os que portavam armas de fogo antigas ou lanças. O inimigo contava apenas com 17 mil homens, sendo 10596 italianos e os demais eritreus. Sua artilharia era ligeiramente superior à de Menelik: 56 canhões contra 40, o que entretanto não constituía vantagem decisiva.

A batalha de Adowa terminou com a estrondosa vitória de Menelik e a derrota total de seus inimigos. Durante os combates morreram 261 oficiais e 2918 suboficiais italianos, e aproximadamente 2 mil *askari* (soldados eritreus). Foram dados como desaparecidos 954 soldados italianos; os feridos somavam 470, sem contar 958 *askari*. No total, mais de 40070 do efetivo italiano foram mortos ou feridos, com perda de 11 mil fuzis e de todos os canhões. A derrota foi praticamente completa[57].

Como resultado da vitória de Menelik, em 26 de outubro de 1896, os italianos assinaram o tratado de paz de Adis Abeba, que anulava o tratado de Wuchale e reconhecia a completa independência da Etiópia[58]. E não se sabe por que motivos Menelik não exigiu que os italianos se retirassem da Eritréia, embora houvesse por várias vezes manifestado o desejo de que a Etiópia tivesse acesso ao mar. A fronteira meridional da colônia italiana foi fixada sobre a margem do rio Mareb.

A campanha de Adowa conferiu muito prestígio a Menelik. A França e o Reino Unido enviaram missões diplomáticas para celebrar tratados com ele; os mahdistas do Sudão, o sultão do império otomano e o tzar da Rússia também mandaram embaixadas[59].

---

56 PANKHURST, 1964, p. 119-56.

57 BERKELEY, 1902, p. 345.

58 ROSSETTI, 1910, p. 181-3.

59 A respeito das missões diplomáticas que Menelik recebeu na ocasião, ver GLEICHEN, 1898; RODD, 1923; d'ORLEANS, 1898; SKINNER, R. P., 1906; ROSEN, 1907.

FIGURA 11.8 A batalha de Adua. Desenho executado segundo pintura que se encontra na faculdade de Adis Abeba.

O resultado dessa batalha, a maior vitória de um africano contra um exército europeu desde a época de Aníbal, teve profunda influência na história das relações entre a Europa e a África. A Etiópia ganhou prestígio em toda a região do Mar Vermelho, como observou um viajante polonês, o conde Potocki, para quem os Somali mostravam-se "orgulhosos de serem da mesma raça que seus vizinhos, vitoriosos contra uma grande potência europeia"[60].

Intelectuais negros do Novo Mundo também manifestaram crescente interesse pela Etiópia, último Estado autóctone independente da África negra. O haitiano Benito Sylvain, um dos primeiros apóstolos do pan-africanismo, fez quatro viagens à Etiópia entre 1889 e 1906, na qualidade de mensageiro do presidente Alexis do Haiti[61]. E um negro norte-americano de origem cubana, William H. Ellis, esteve lá duas vezes, em 1903 e 1904, para expor diversos projetos de desenvolvimento econômico e de assentamento de negros norte-americanos[62].

A influência da Etiópia chegou também à África do Sul, onde, alguns anos antes, a paráfrase da profecia bíblica de que a Etiópia estenderia as mãos para Deus tinha suscitado interesse. Em 1900 foi fundada aí uma Igreja Etíope [63]. Em 1911, o escritor J. E. Casely Hayford, da Costa do Ouro, deu testemunho do crescente valor da independência da Etiópia ao publicar o livro *Ethiopia Unbound* (Etiópia Desacorrentada) com a dedicatória "aos filhos da Etiópia do mundo inteiro".

Desenvolvimento econômico e social da Libéria e da Etiópia e intervenção europeia nos assuntos internos dos dois países (1880-1914)

Libéria

Concomitantemente à ocupação de parte do seu território pelos europeus, a Libéria enfrentava graves problemas internos, de ordem econômica e social. A corrida e a partilha da África obrigaram o governo a estender seu domínio aos grupos étnicos autóctones do interior, submetendo-os a uma administração

60 POTOCKI, 1900, p. 88.

61 BERVIN, 1969.

62 PANKHURST, 1972.

63 SHEPPERSON, 1968, p. 251-3.

"indireta" de tipo colonial[64]. Cada divisão administrativa ou distrito era governada pelo principal chefe, em colaboração com um comissário nomeado pelo governo. Até 1914, a maior parte dos comissários era constituída por américo-liberianos ou autóctones instruídos, oficiais das forças armadas liberianas. A administração dos distritos, no seu conjunto, era tirânica e venal. Os comissários, respectivos subalternos e militares, mal pagos e mal fiscalizados pelo governo central, viviam quase sempre à custa da população. Os habitantes tinham de trabalhar não só na construção de edifícios públicos e de estradas, conforme rezava a lei, mas também nas terras dos funcionários. Funcionários que, aliás, tomavam para si parte das colheitas do povo e o obrigavam a pagar multas e impostos excessivos (o imposto legal era um dólar por adulto do sexo masculino)[65].

Não surpreende, pois, que os africanos autóctones não só resistissem ao governo que queria submetê-los pela força das armas – exatamente como outros africanos resistiam alhures a europeus que pretendiam impor-lhes a sua lei mas também se levantassem contra os abusos da administração. Até serem reduzidos à obediência pelas milícias liberianas, pela força liberiana de fronteiras e pela marinha americana, os Kru revoltaram-se várias vezes, sobretudo entre 1915 e 1916; os Grebo em 1910; os Kissi em 1913; os Kpele e os Bandi de 1911 a 1914; os Gio e os Mano de 1913 a 1918; os Gbolobo Grebo de 1916 a 1918; os Gola e os Bandi de 1918 a 1919; os Joquelle Kpele de 1916 a 1920; os Sikon em 1921. Essas revoltas, que estalavam em diversos pontos do território e às vezes duravam anos, o elevado custo da "administração indígena" e a sua inoperância incitavam os estrangeiros a intervir na Libéria e esgotavam os recursos humanos e materiais do governo[66].

As receitas do governo nunca eram suficientes. A ajuda estrangeira, limitada. A maioria dos américo-liberianos preferia o comércio à agricultura, o que os afetou duramente na época da depressão mundial, em fins do século XIX. Em 1890, o comércio exterior da Libéria estava totalmente em mãos de negociantes alemães, ingleses e holandeses residentes no país. O café, desde os anos de 1860 principal produto de exportação, era produzido sobretudo por plantadores e empreiteiros américo-liberianos que empregavam *recapturados* ou africanos

64 Pelo menos dois presidentes da Libéria reconheceram abertamente que a administração imposta aos autóctones era de tipo colonial: Arthur Barclay (1904-12) e William Vacanarat Shadrach Tubman (1944-71). Ver TUBMAN, W. V. S., "Annual Message to the Liberian Legislature", novembro de 1960, *The Liberian Age,* 25 de novembro de 1960, p. 9.

65 Liberian Department of the Treasury, *Report of the Secretary of the Treasury to the Senate and House of Representatives of the Republic of Liberia, December 1921*, Monróvia, dezembro de 1921, p. 13-4.

66 AKPAN, (?).

autóctones como mão de obra. Devido à depressão mundial e à concorrência feita pelo café brasileiro, de melhor qualidade, o preço do produto liberiano veio abaixo a partir de 1898[67]. Em consequência da queda na produção e na exportação do café, houve diminuição do volume e do valor do comércio exterior em seu conjunto. O governo perdeu grande parte de sua renda, que, conforme vimos, provinha essencialmente de direitos aduaneiros e de impostos sobre o comércio e o transporte marítimo. De resto, ele não dispunha de meios nem para coagir negociantes liberianos ou estrangeiros que se recusassem a pagar tais impostos, nem para impedir o contrabando.

Como forma de evitar a falência e continuar a "exercer suas funções mais comezinhas", o governo tomava constantes empréstimos junto a negociantes liberianos e estrangeiros residentes no país: em novembro de 1896, 10 mil dólares a juros de 9% com a empresa alemã A. Woermann & Company, "para fazer face às despesas correntes do governo[68]; em fevereiro de 1898, 15 mil dólares com a empresa holandesa Oost Afrikaansche Cie., para cobrir despesas do legislativo liberiano[69]; em junho de 1900, uma soma não declarada com a empresa alemã Wiechers & Helm, "para pagar as despesas trimestrais da lista civil"[70] _ só para mencionar alguns exemplos. Além disso, o governo fazia empréstimos junto de financistas europeus, principalmente ingleses, a taxas muito elevadas: 100 mil libras esterlinas em 1871, outras 100 mil em 1906 e 1700 mil dólares em 1912. Para resgatar essas dívidas, hipotecou as receitas aduaneiras, que passaram a ser administradas por funcionários ingleses a partir de 1906 e por uma comissão internacional de 1912 em diante, para garantir e facilitar o reembolso dos credores[71].

Pagas as dívidas, não restavam à Libéria fundos suficientes para investir em recursos humanos e naturais, nem para lançar as bases de seu desenvolvimento econômico. Faltava a ela também mão de obra qualificada. Sociedades filantrópicas e missões norte-americanas desempenharam papel essencial na fundação da maior parte dos estabelecimentos de ensino primário e secundário, bem como da Universidade da Libéria, criada em Monróvia, em 1862. E foram elas também que subvencionaram a maior parte das atividades missionárias,

67 AKPAN, 1975, p. 136-7.

68 LNA, *Cabinet Minutes,* reunião de 19 de novembro de 1896.

69 LNA, *Cabinet Minutes,* reunião de 11 de fevereiro de 1898.

70 LNA, *Cabinet Minutes,* reunião de 13 de junho de 1900.

71 AKPAN, 1975, p. 159.

desenvolvidas principalmente por missionários e professores, tanto liberianos como americanos brancos.

Em fins do século XIX, o declínio do comércio e da agricultura e a diminuição da ajuda externa levaram o governo liberiano a explorar ainda mais os autóctones, aumentando as corveias e os impostos. Os empregos e, de modo geral, a parte da riqueza nacional em mãos do governo eram objeto de crescente rivalidade entre particulares, partidos políticos e grupos de pressão como os "pais fundadores" (américo-liberianos estabelecidos na Libéria antes da independência) e os "filhos da terra" (américo-liberianos nascidos na Libéria).

Porém houve certa evolução social e econômica, apesar de tudo. Em 1900 o governo reabriu o Colégio da Libéria (ver figura 11.9), que havia sido fechado em 1895 por falta de fundos e de progresso, e passou a sustentar sua atividade com subvenções mais ou menos regulares. Uma estação telegráfica construída em Monróvia por uma firma alemã e inaugurada em 1900 pôs a Libéria em comunicação com o mundo exterior. No ano seguinte, o engenheiro norte-americano T. J. R. Faulkner instalou as primeiras linhas de telefone que ligavam Monróvia a diversas povoações liberianas vizinhas[72]. Entre 1906 e 1907, a empresa britânica Liberia Development Company construiu, com parte do dinheiro emprestado em 1906, várias rodovias ligando Monróvia ao interior. Além disso, diversas empresas estrangeiras obtiveram do governo concessões para explorar seringais, minas e outros recursos do país[73].

Etiópia

Importantes mudanças econômicas verificaram-se também na Etiópia, a contar dos últimos anos do século XIX.

Desejoso de modernizar seu país milenar, Menelik mostrava vivo interesse por todo gênero de inovações. A ponto de o médico italiano De Castro descrevê-lo como "um soberano verdadeiramente amigo do progresso", acrescentando com humor que, se um aventureiro lhe propussesse elevar até a Lua uma escada mecânica, o imperador teria aceito, "nem que fosse para ver se era possível[74]. O reinado de Menelik assistiu a numerosas inovações, sem precedentes na história da Etiópia. A primeira e uma das mais importantes foi, em meados dos anos

72 GIBSON, "Annual Message", 10 de dezembro de 1901.

73 BARCLAY, A., "Annual Message", 11 de dezembro de 1911; HOWARD, "Annual Message", 12 de dezembro de 1912; *Cabinet Minutes,* reunião de 18 de julho de 1912.

74 DE CASTRO, 1915, v. 1, p. 162.

1880, a fundação da nova capital, Adis Abeba, nome que significa literalmente "Flor Nova", cuja população atingia 100 mil habitantes em 1910[75]. As primeiras pontes modernas, construídas na mesma época, tornaram as comunicações menos difíceis. O sistema fiscal foi reorganizado em 1892, com a instituição de um dízimo para pagamento do exército, o que aparentemente pôs fim às pilhagens que os soldados costumavam fazer nos campos. Em 1894, foi emitida pela primeira vez uma moeda nacional, "para maior honra da Etiópia e prosperidade do seu comércio". Também na década de 1890 foi organizado um sistema postal. Os selos, encomendados à França tal como as moedas, foram postos à venda em 1893, e já em 1894 um decreto estabelecia postos dos correios. Consultores franceses foram chamados para desenvolver o serviço, e o ingresso na União Postal Internacional efetivou-se em 1908. Em 1894 foi autorizada a construção de uma linha de estrada de ferro entre Adis Abeba e Djibouti, porto da costa francesa dos Somali, mas os problemas técnicos, financeiros e políticos foram tantos que a linha, financiada em grande parte por capital francês, chegou a Dire Dawa somente em 1902 e a Akaki – a 23 km da capital – em 1915. Foram instaladas duas linhas telegráficas por volta de 1900: uma, construída pelos engenheiros franceses que trabalhavam na ferrovia, acompanhava os trilhos; a outra, construída por técnicos italianos, ligava Adis Abeba à Eritréia, bem como ao sul e ao oeste do país. No início do século, engenheiros italianos auxiliaram na construção de uma estrada de rodagem moderna ligando Adis Abeba a Adis Alem, enquanto engenheiros franceses trabalhavam em outra, entre Harar e Dire Dawa. Nessa mesma época, a capital Adis Abeba foi arborizada, com a introdução de eucaliptos originários da Austrália no país, provavelmente iniciativa de um francês.

Os últimos anos do reinado assistiram à introdução de diversas instituições modernas. O Banco da Abissínia foi fundado em 1905, como filial do Banco Nacional do Egito, que pertencia a ingleses. Em 1907, a imperatriz Taytu fundou, na capital, o primeiro hotel moderno, o Etege. Em 1908, foi organizada a Escola Menelik II, com a ajuda de professores coptas vindos do Egito, pois o imperador já demonstrara interesse pela educação moderna ao enviar vários estudantes à Suíça e à Rússia. O Hospital Menelik II foi edificado em 1910 para substituir o da Cruz Vermelha Russa, que datava da campanha da Eritréia. Em 1916, é fundada a imprensa oficial[76]. A declinante saúde, que já não permitia ao imperador tomar conta sozinho dos negócios cada vez mais complexos

75 Ibid., p. 189-246; MÉRAB, 1921-9, v. 2, p. 13-193; PANKHURST, 1962a, p. 33-61.

76 SELLASSIE, 1930-2, v. 2, p. 527-8.

FIGURA 11.9 Professores e alunos do colégio da Libéria, 1900. (Fonte: Johnston, H., *sir*, 1906.)

do Estado, e o desejo de, segundo Gabre Sellassie, historiador do seu reinado, "implantar na Etiópia os costumes europeus" levaram Menelik a formar um gabinete em 1907, o primeiro do seu país. No final do seu reinado, a Etiópia estava bem encaminhada no rumo da modernização[77].

Consequências da corrida e da partilha para Libéria e Etiópia

A corrida e a partilha da África tiveram consequências interessantes e bastante diferentes para a Libéria e para a Etiópia. Foram os únicos países em toda a África a conservar a soberania e a independência, apesar dos assaltos do imperialismo. Mas, enquanto a Etiópia expandia consideravelmente suas fronteiras a sul e a leste, a Libéria cedia grande parte do seu território ao Reino Unido e à França. Por que é que os dois Estados sobreviveram ao imperialismo, embora de forma tão diferente?

Sobreviveram ao imperialismo principalmente por três razões comuns: ambos estavam decididos a conservar a independência; os respectivos dirigentes deram mostras de grande habilidade diplomática; a rivalidade entre as potências imperialistas fez com que nenhuma delas pudesse apoderar-se da Libéria ou da Etiópia. Outra razão essencial, no caso etíope, foi o poderio militar. E se a Etiópia expandiu seu território, enquanto a Libéria perdia parte do seu, foi porque a situação política, econômica e militar não era a mesma nos dois países e também, evidentemente, porque as ingerências dos europeus em assuntos internos foram menos numerosas na Etiópia do que na Libéria.

Uma razão decisiva para a sobrevivência da Libéria e da Etiópia foi a firme crença que tinham os povos de ambos os países de estarem destinados por Deus a sobreviver. Essa crença pesou muito para levá-los a resistir a todas as agressões e usurpações dos europeus. Pelo fato essencial de haverem conhecido – contra a sua vontade – a escravidão no Novo Mundo, os liberianos acreditavam que Deus dirigia seu destino. Muitos presidentes da Libéria foram ministros do Evangelho. Sempre acreditaram que os grandes acontecimentos de sua história eram produto da intervenção divina. Crença análoga inspirava a frase escrita por Menelik em 1893, tão frequentemente citada: "A Etiópia não precisa de

77 DE CASTRO, 1915, v. 1, p. 162.

ninguém; ela estende as mãos para Deus". Inspirava igualmente passagens de sua carta à rainha Victoria, em abril de 1891, bem como a proclamação feita em setembro de 1895, às vésperas da batalha de Adowa, que nós citamos no primeiro capítulo deste volume. Semelhante convicção estava certamente na base da determinação que explica por que os povos da Libéria e da Etiópia conseguiram resistir aos ataques dos europeus.

A segunda grande razão pela qual os dois Estados sobreviveram é de ordem diplomática. Foi-lhes possível opor as potências europeias umas contra as outras e resistir pela via diplomática a suas pressões indiretas. Assim, Menelik opôs com êxito a Itália, a França e o Reino Unido: utilizou armas francesas para se defender dos italianos em 1896 e apelou para os ingleses em 1902, quando os franceses queriam exercer controle abusivo sobre a linha ferroviária de Djibouti. De Castro afirma que Menelik procurava simplesmente tirar partido da técnica dos europeus sem que a Etiópia tivesse por isso de sofrer qualquer dominação política.

> "Se os europeus", teria dito o imperador, "vierem até nós para nos trazer a civilização, nós lhes ficamos muito reconhecidos, mas eles devem fazê-lo sem atentar contra a nossa soberania. Sabemos tirar proveito de tudo quanto, na civilização deles, nos pode ser útil" [78].

Também a Libéria nunca deixou de opor a França ao Reino Unido e o Reino Unido à Alemanha, assim como não hesitou, quando a situação era grave, em solicitar a intervenção dos Estados Unidos da América para intimidar as potências europeias.

Há, ainda, outra razão muito importante que explica a sobrevivência da Libéria e da Etiópia: a determinação das potências imperialistas em não permitir que uma delas se apoderasse de um ou de outro país. Nem Alemanha, nem França, nem Reino Unido aceitariam que qualquer de seus rivais tomasse inteiramente posse da Libéria, uma vez que todos mantinham relações econômicas com esse país. E razões sentimentais levaram os Estados Unidos da América a garantir a sobrevivência da Libéria. Assim, de outubro de 1862 em diante, data em que foi assinado um tratado de navegação e comércio, depois ratificado pelo congresso norte-americano, canhoneiras das forças armadas dos Estados Unidos da América começaram a aparecer periodicamente em águas liberianas, para submeter à dominação do governo liberiano os autóctones revoltados e para impedir que França e Reino Unido partilhassem a Libéria, com o pretexto de que o governo

78 ROSSETTI, 1910, p. 319-25.

não conseguia manter a ordem nas fronteiras[79]. Houve ocasiões em que os Estados Unidos da América advertiram, por via diplomática, a França e o Reino Unido de que a história os condenaria se tentassem pôr fim à independência da Libéria. Desaconselharam em 1879 a França e em 1898 a Alemanha de anexar a Libéria ou de estabelecer lá um protetorado[80]. Do mesmo modo, principalmente por motivos estratégicos, nem o Reino Unido, nem a França ou a Itália abandonariam a Etiópia a seus rivais. Fato significativo: quando, em 1906, vendo Menelik doente, as três potências acreditaram que o império dele não tardaria a desintegrar-se, dividiram a Etiópia entre si durante uma convenção secreta, que o próprio Menelik teve tempo de revelar antes de sua morte[81].

No caso da Etiópia, uma quarta razão – e crucial – explica a sua sobrevivência e mesmo a expansão de seu território: o poderio militar. Se Menelik tivesse perdido a batalha de Adowa, em 1896, a Etiópia estaria indubitavelmente convertida numa colônia italiana; mas como os etíopes tinham grande superioridade militar sobre os italianos, venceram a batalha e o país continuou independente. Mesmo depois da vitória de Adowa, Menelik continuou a juntar armas, fato confirmado por um viajante inglês, John Boyes, que observou, ainda em começos do século, serem "os autócones mais bem armados da África" e que "nenhuma potência estrangeira poderia submetê-los com facilidade"[82]. Aproximadamente 600 mil soldados desfilaram em Adis Abeba, no ano de 1902, para comemorar a vitória de Adowa; havia 700 mil em todo o império, dos quais 90 mil no exército imperial permanente[83]. Todas as tropas estavam armadas com fuzis modernos, metralhadoras, canhões etc. Os arsenais de canhões e de armas de tiro rápido estavam localizados em Adis Abeba na sua maior parte, o que aumentava consideravelmente o poderio do imperador perante os governadores de províncias[84]. Foi esse exército que possibilitou a Menelik estender as fronteiras da Etiópia no final dos anos 1880 e em toda a década de 1890.

O Estado liberiano também sobreviveu, mas amputado em seu território e despojado de parte das suas riquezas, principalmente devido à fraqueza militar e à situação interna do país, verdadeiramente desesperadora. A frota liberiana nunca teve mais que duas canhoneiras (algumas presenteadas pela Inglaterra).

79 HUBERICH, 1947, v. 1, p. 213.
80 CHESTER, 1974, p. 133.
81 ROSSETTI, 1910, p. 331.
82 BOYES, s.d., p. 22.
83 MARCUS, 1975, p. 217-8.
84 Ibid.

Por único exército teve as milícias américo-liberianas até 1908, data em que foram constituídas as forças de fronteira. As milícias jamais contaram mais de 2 mil homens antes de 1914. Em conjunto, os milicianos eram mal pagos, mal treinados e mal equipados[85]. As milícias, organizadas somente quando estalavam guerras com africanos autóctones, eram, então, ajudadas por outros africanos autóctones que exerciam o papel de "guerreiros auxiliares". Faltavam meios de transporte rápido. Em 1880, o exército compunha-se de quatro regimentos – um estacionado em cada condado –, cada qual sob as ordens de um comandante américo-liberiano, por sua vez subordinado ao presidente da Libéria, comandante-chefe das forças armadas[86]. A descrição do quinto regimento feita pelo presidente Barclay em maio de 1906 mostra bem em que estado se encontravam as milícias:

> A situação é pouco satisfatória: o comandante do regimento, coronel Carter, sendo igualmente pastor de almas, nunca se encontra lá; o tenente-coronel é analfabeto; o major é surdo; o regimento está se deteriorando rapidamente e logo será preciso reconstruí-lo[87].

A força de fronteira não era mais eficaz do que as milícias. Em dezembro de 1913 compreendia três oficiais norte-americanos, sete oficiais liberianos e mais de 600 soldados rasos, formando mais de uma dúzia de guarnições espalhadas pelo interior. Até 1914, o comandante de cada guarnição exercia no seu distrito funções ao mesmo tempo militares e administrativas. Consequentemente, dependia tanto do ministério da Guerra como do ministério do Interior (entre os quais não havia, de resto, nenhuma coordenação). Do ponto de vista militar, a fraqueza da Libéria contrastava com o poderio da Etiópia, fato que explica, em boa parte, por que a Libéria não conseguiu, na época da corrida e da partilha da África, defender seu território contra as invasões europeias.

Não menos desesperadora era a situação interna. Já vimos que o governo estava sempre à beira da ruína, devendo somas enormes a credores liberianos e estrangeiros. Em janeiro de 1908, segundo o cônsul-geral do Reino Unido em Monróvia, a Libéria deveria reembolsar aos credores ingleses 60 mil libras esterlinas por ano, "durante vários anos"; em setembro de 1905, a dívida junto dos negociantes alemães elevava-se a 120 mil dólares. Todo esse endividamento permitia às potências imperialistas intervir constantemente nos assuntos inter-

85 BARCLAY, A., *Inaugural Address,* 4 de janeiro de 1904.

86 USNA, DUSM 10/22, Enclosure, Barclay a Taylor, Monróvia, 27 de agosto de 1887.

87 LNA, *Cabinet Minutes,* reunião de 3 de maio de 1906.

nos do país, de um modo como nunca fizeram na Etiópia, que não lhes dava pretexto ou motivo para tanto. De 1870 a 1900, mais ou menos, essas potências enviaram seguidamente missões diplomáticas à Libéria oferecendo ajuda para pagar as dívidas, desde que aceitasse proteção. Foi o caso da França em 1879, da Espanha em 1886 e da Alemanha em 1887: todos propuseram sanear as finanças, organizar a defesa, estabelecer e dirigir a força de fronteira. Ao mesmo tempo, embaixadores e representantes residentes no país tratavam os liberianos com menosprezo, criticavam as leis sobre comércio, alfândega e cidadania, e com ameaças obrigavam o governo a reparar prejuízos reivindicados por seus nacionais. O Reino Unido fez pressões diplomáticas dessa natureza em setembro de 1869, agosto de 1870, abril de 1871, fevereiro e junho de 1882, novembro de 1886 e janeiro de 1909[88]. De modo semelhante, em fevereiro e outubro de 1881, agosto de 1897, janeiro e setembro de 1898 e dezembro de 1912, sob a ameaça de canhoneiras, a Alemanha exigiu ao governo liberiano indenizações que variavam entre 3 mil e 60 mil dólares. Na maioria dos casos alegava motivos insignificantes, intervindo particularmente a pedido de seu cônsul ou de negociantes alemães que se queixavam de ter sido "insultados" por funcionários liberianos.

Durante os anos de 1907, 1908 e 1909, assistiu-se a uma escalada sem precedentes de ingerências praticadas pelo Reino Unido, França e Alemanha, culminando com a mais grave de todas, verificada a 11 e 12 de fevereiro de 1909, o famoso "incidente Cadell". Há que considerar, neste caso, nomeadamente a deplorável situação em que se encontrava a Libéria do ponto de vista econômico, social e político, a rivalidade entre as potências europeias, todas desejosas de ganhar influência sobre o país ou sobre parte do seu território, bem como o endividamento da Libéria junto dessas potências ou de seus cidadãos.

A intervenção dos europeus na Libéria produziu efeitos duradouros sobre a política e a sociedade. De início, dividiu os liberianos em duas facções, uma favorável aos ingleses e outra aos norte-americanos[89]. No mês de janeiro de 1909, essas facções organizaram em Monróvia grandes manifestações a favor de Barclay e contra ele[90]. Além do mais, para executar as reformas que as potências imperialistas exigiam, era necessário recorrer a especialistas europeus e

88 *Liberian Letters,* 15, Dennis a Coppinger, Monróvia, setembro de 1870; *Repository,* LVIII, julho de 1882, p. 90-1, 123-5; *Bulletin,* 10 de fevereiro de 1897, p. 51-4.

89 USNA, DUSM, 405/238, Lyon ao Secretário, Monróvia, 14 de agosto de 1908; Londres, USNA, Records of the Department of State relating to the internal affairs of Liberia (RDSL), 1909-1929. Reid ao Secretário, Londres, fevereiro de 1909.

90 PRO, *FO* 369/596, Wallis a Grey, Monróvia, 11 de março de 1909.

pagar-lhes altos salários, o que onerava ainda mais as despesas já demasiadas do Estado liberiano. E ele teria sucumbido se um negro norte-americano que esposara a causa dos liberianos, Ernest Lyon, ministro residente em Monróvia, não o tivesse ajudado a obter o apoio dos Estados Unidos da América a partir de 1909.

A Etiópia nunca sofreu ingerências tão repetidas das potências europeias. Ao contrário, depois da vitória de Adowa, as demais nações prestaram a ela todas as formas de respeito, tratando-a mais ou menos como igual, e isso no mesmo período em: que as potências imperialistas assediavam a Libéria. Quando consideramos a fraqueza militar da Libéria e principalmente o estado de desintegração interna – devido em parte à fraqueza econômica, em parte à interferência ativa dos europeus em seus assuntos internos –, não surpreendem as perdas que ela sofreu. Surpreende é que tenha sobrevivido.

CAPÍTULO 12

A Primeira Guerra Mundial e suas consequências

Michael Crowder

A Primeira Guerra Mundial foi antes de tudo um conflito entre potências europeias, no qual a África viu-se direta e indiretamente envolvida pelo fato de, no momento da abertura das hostilidades, encontrar-se, em quase toda a extensão, sob a dominação dos beligerantes. E embora as campanhas travadas em solo africano não exercessem senão influência marginal sobre o curso da guerra, tiveram importantes repercussões no continente. Mais de um milhão de soldados africanos participou dessas campanhas ou de operações militares na Europa. Em número ainda maior, homens, mulheres e crianças foram recrutados, muitas vezes à força, para servir como carregadores em exércitos cujos suprimentos não podiam ser transportados por meios convencionais, como estradas, ferrovias e bestas de carga. Mais de 150 mil soldados e carregadores perderam a vida na guerra. Muitos mais ficaram feridos e mutilados. Ao término das hostilidades, todos os países da África, com exceção dos pequenos territórios espanhóis que permaneceram neutros, estavam formalmente envolvidos num campo ou no outro (ver figura 12.1).

Mesmo os últimos Estados independentes do continente – Libéria, Etiópia e Dārfūr – foram envolvidos. A Libéria formou ao lado dos Aliados assim que os Estados Unidos da América entraram na guerra, em 1917. O jovem imperador pró-muçulmano da Etiópia, Lij Iyasu, proclamou dever de obediência à Turquia, suscitando nos Aliados a preocupação de que viesse a inspirar uma

FIGURA 12.1(A) – (E) A guerra em solo africano (Fonte: Banks, 1975.)

(d) Operações militares no Sudoeste Africano (alemão)
0 250 km
ANGOLA
CAPRIVI
Em 9 de julho de 1915, bloqueada sua via de fuga rumo a Angola, os alemães capitulam
Namutoni
Tsumeb
Posição alemã (a mais setentrional)
Otavi
BECHUANALÂNDIA
Botha
Mybourgh
Omaruru 20 junho 1915
17 de maio de 1915: rendição da capital
Karibib
25 dezembro 1914
Swakopmund
Windhoek
Walvis Bay
Outubro-dezembro de 1914: as tropas rebeldes imobilizam 30 000 soldados da União, antes de serem derrotados no início de 1915
SUDOESTE AFRICANO
Oceano Atlântico
A mais importante batalha
Gibeon 26 abril 1915
Aus 15 abril 1915
Keetmanshoop
19 setembro 1914
Lüderitz
McKenzie
Kiriis West 14 abril 1915
Berrangé vindo de Kimberley
Smuts
Sandfontain
Em 26 de setembro de 1914, uma unidade da União é atacada e derrotada pelas forças alemãs. Foi o único revés de importância sofrido pela União durante toda a campanha
Orange
Deventer
Port Nolloth
Upington
30 de janeiro de 1915: as tropas rebeldes capitulam. Maritz foge
Lukin
UNIÃO SUL-AFRICANA
Avanço das forças da União
Retirada das tropas alemãs de Gibeon
Batalhas
Cavalaria da União (retaguarda)
Estações TSF

Principal palco das operações militares: África Oriental, 1914-15
Lago Vitória
Bukoba
Lago Kivu
NAIROBI
AFRICA ORIENTAL INGLESA
Mt. Kilimanjaro
Taveta
Moshi
Aliados destroem as canhoneiras alemãs para obter controle sobre os lagos
Gazi
Mombaça
Kigoma
Tabora
Tanga
Novembreo de 1914: as forças aliadas não conseguem tomar o porto
Zanzibar
Lago Tanganica
AFRICA ORIENTAL ALEMÃ
DAR ES SALAAM
CONGO BELGA
Agosto de 1914: dois cruzadores britânicos destroem as instalações de TSF
Rufiji
Bloqueio naval dos aliados
Saisi
Fife
Karonga
Julho de 1915: dois "monitores" britânicos põem a pique o SMS Königsberg
Lago Bangweulu
Sphinxhaven
Rio Ruvuma
RODÉSIA DO NORTE
NISSALÂNDIA
Lago Niassa
AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA
MOÇAMBIQUE
ZOMBA
Lago Chilwa
Blantyre
0 150 m
0 200 km
Zonas de combate
Estações de transmissão
Oceano Índico

djihād entre muçulmanos do Chifre da África, região em que as forças de Sayyid Muhammad Abdille Hasan ainda causavam problemas aos britânicos. Tropas francesas, britânicas e italianas marcharam sobre Berbera, Djibouti e Massawa, numa intervenção que se revelou inútil, pois nobres cristãos, indispostos com a política do imperador, depuseram-no em setembro de 1916. De maneira semelhante, o sultão

Alī Dīnār, de Dārfūr, nominalmente tributário do Sudão Anglo-Egípcio mas efetivamente independente dele, respondeu ao apelo dos turcos à *djihād:* atacou o Chade francês, ameaçou o Bornu ocupado pelos ingleses (Nigéria do norte) e tentou insuflar uma revolta em Kordofān (Sudão). Em fevereiro de 1916 o sultão foi derrotado e morto em combate, e Dārfūr plenamente incorporada ao Sudão.

Diretamente envolvidos no combate ou não, quase todos os territórios viram-se afetados com a exclusão dos alemães do comércio africano, dada a escassez de importações em tempo de guerra devida às dificuldades de navegação e, do lado favorável, à súbita demanda de recursos estratégicos.

Muito já se escreveu sobre as campanhas europeias na África durante a Primeira Guerra Mundial[1] e a subsequente distribuição do território alemão entre os vitoriosos Aliados[2] – último capítulo da corrida para a África. Muito menos se escreveu, porém, a respeito do impacto da guerra sobre os africanos e sobre aquelas estruturas administrativas somente há pouco a eles impostas pelos conquistadores europeus[3]. Como é que essas frágeis estruturas resistiram ao êxodo do pessoal administrativo europeu, ao espetáculo dos conquistadores brancos lutando entre si, às exações em homens e materiais impostas aos recém-conquistados africanos, às revoltas que então irromperam por toda parte, se não sempre diretamente, às vezes indiretamente, por causa da guerra? Quais foram as consequências sociais, políticas e econômicas da participação africana no conflito europeu? É a essas questões fundamentais que este capítulo tentará principalmente responder. Um breve relato das campanhas militares, no entanto, é indispensável à melhor compreensão das implicações que a guerra teve para a África.

1 Sobre as campanhas de Togo e Camarões, ver MOBERLY, 1931; sobre a campanha do Sudoeste Africano sob dominação alemã, ver UNION OF SOUTH AFRICA, 1924; HANCOCK, 1962, p. 394-400; sobre a África Oriental Alemã, ver HORDERN, 1941, v. 1, e, do ponto de vista alemão, VON LETTOW-VORBECK, s.d. Encontra-se um bom resumo desta campanha em MOSLEY, 1963.

2 Ver, em particular, BEER, 1923; LOUIS, 1963a.

3 Sobre a Primeira Guerra Mundial, há na África certo número de teses de doutorado; ver, no entanto, OSUNTOKUN, 1978.

A guerra em solo africano

Para a África, a consequência imediata da declaração de guerra na Europa foi a invasão das colônias alemãs pelos Aliados. Nenhum dos beligerantes se havia preparado para o conflito ao sul do Saara. Por breve instante acreditou-se mesmo que a região viesse a ser poupada. O governador do Togo, Doering, propôs a seus vizinhos da Costa do Ouro (atual Gana) britânica e do Daomé (atual Benin) francês que o Toga se mantivesse neutro para não dar aos africanos o espetáculo de brancos fazendo a guerra a brancos[4]. Na África Oriental Alemã (atual Tanzânia), o governador dr. Schnee estava decidido a evitar as hostilidades para conseguir dar continuidade a seu enérgico programa de desenvolvimento; e quando os britânicos bombardearam Dar es Salaam, pouco após a declaração de guerra, concordou com uma trégua de curta duração que neutralizasse a África Oriental Alemã[5]. Esperava-se até que as disposições do tratado de Berlim (1885) relativas à neutralidade da bacia convencional do Congo permitissem evitar a guerra na África ocidental e central[6].

No entanto, a corrente favorável à extensão do conflito às possessões alemãs acabaria predominando. No caso do Reino Unido, que tinha o domínio dos mares, a estratégia definida pelo Committee for Imperial Defence (Comissão de Defesa do Império) previa que a guerra se estendesse às colônias do inimigo. Para conservar essa supremacia naval, o Reino Unido precisava inutilizar o sistema de comunicações e os principais portos da Alemanha na África. Quanto aos Aliados, a vitória lhes permitiria dividir as possessões alemãs a título de presas de guerra. Essa consideração pesou certamente muito na decisão, tomada pelo comandante-geral das forças da África do Sul, general Louis Botha, e pelo ministro da Defesa, J. C. Smuts, de colocar as forças sul-africanas ao lado dos Aliados, invadir o Sudoeste Africano alemão (atual Namíbia) e depois participar na campanha da África oriental[7], mesmo contando com a oposição aberta de *afrikaners* intransigentes. Botha e Smuts não só viam o Sudoeste Africano como uma possível quinta província, mas esperavam também que, ao contribuir para a vitória dos britânicos no leste da África, pudessem oferecer aos portugueses

4 CORNEVIN, 1962, p. 208.

5 VON LETTOW-VORBECK, s.d., p. 27-8; ver também LOUIS, 1963b, p. 209, que cita SCHNEE, 1919, p. 28.

6 LOUIS, 1963b, p. 209-10, para uma breve exposição das consequências da neutralidade da bacia do Congo para as colônias alemãs e britânicas da África oriental.

7 DENOON, 1972, p. 121.

parte do território conquistado aos alemães, em troca da baía de Lourenço Marques (Delagoa Bay), porto natural do Transvaal[8]. No Reino Unido, pensava-se que a garantia da intervenção e da lealdade da África do Sul seria a perspectiva de ela vir a possuir o Sudoeste Africano[9]. Aos franceses, a invasão de Camarões permitiria recuperar o território cedido por força à Alemanha, em 1911, em consequência do incidente de Agadir (ver figura 12.1b). Mesmo a Bélgica, que invocou imediatamente a neutralidade perpétua do Congo (atual Zaire), garantida pelo artigo 10 do tratado de Berlim, também correu a invadir territórios alemães na África, logo que sua própria neutralidade foi violada, na esperança de que uma participação bem-sucedida desse a ela um trunfo no acordo final de paz[10].

Não era fácil defender as colônias alemãs, devido à supremacia naval dos Aliados e à enorme inferioridade numérica das tropas coloniais lá aquarteladas. De início, os alemães esperavam que a rápida vitória na Europa – para eles, certa – evitasse a participação direta das colônias, abrindo-lhes a possibilidade de realizar a ambição de uma *Mittelafrika* que ligaria Camarões e a África oriental e arruinaria de uma vez por todas o velho projeto britânico de um eixo Cabo-Cairo[11]. Mas, tão logo se fez claro que uma vitória rápida era impossível, os alemães compreenderam que campanhas prolongadas imobilizariam na África tropas coloniais aliadas que, de outra forma, seriam deslocadas para a frente europeia. Essa estratégia foi brilhantemente explorada pelo general P. E. von Lettow-Vorbeck, que, à frente das tropas alemãs da África oriental, combateu os Aliados – em alguns momentos com número dez vezes maior de efetivos – por todo o decurso da guerra (ver figura 12.1e).

As campanhas na África podem ser divididas em duas fases distintas. Durante a primeira – que durou apenas algumas semanas –, os Aliados procuraram destruir a capacidade ofensiva da Alemanha e neutralizar seus portos africanos. Dessa forma, Lomé no Togo, Duala em Camarões, Swakopmund e Lüderitz Bay no Sudoeste Africano foram ocupados pouco depois da abertura das hostilidades. Na África Oriental Alemã, cruzadores britânicos bombardearam Dar es Salaam e Tanga no mês de agosto e, embora só viessem a ser efetivamente tomados mais tarde, a partir de então esses portos já não puderam ser

8 HYAM, 1972, p. 28.

9 Ibid., p. 26.

10 LOUIS, 1963b, capítulo 19.

11 A respeito do projeto alemão de constituir uma *Mittelafrika* em caso de vitória, ver FISCHER, 1967, p. 102-3 e o mapa da p. 596.

FIGURA 12.2 General P. E. Von Lettow-Vorbeck (o segundo, da direita para a esquerda), comandante-em-chefe das forças alemãs na África oriental durante a Primeira Guerra Mundial, entre colegas. (Foto: Imperial War Museum.)

utilizados pelos navios de guerra alemães. No Egito, com a entrada da Turquia na guerra do lado alemão, os britânicos reforçaram as defesas do canal de Suez e em fevereiro de 1915 repeliram uma expedição turca. Depois disso, o Egito constituiu-se a principal base inglesa para operações contra a Turquia e suas províncias médio-orientais, tornando-se o eixo do poderio britânico na África e no Oriente Médio pelas três décadas seguintes.

A primeira fase da guerra na África foi de capital importância para a estratégia global. Já a segunda fase, exceção feita às operações contra o império turco lançadas a partir do Egito, teve efeito apenas marginal sobre o resultado final do confronto. Não obstante, os Aliados estavam dispostos a conquistar as colônias alemãs, tanto para evitar que servissem de base à subversão de suas próprias colônias (onde muitas vezes a autoridade colonial estava abalada) como para dividí-las entre si na eventualidade de uma vitória total. Foi por isso que, depois de reprimir a revolta dos *afrikaners* apoiada pelos alemães do Sudoeste Africano, o governo sul-africano empreendeu a conquista do território, que só terminou seis meses depois. Essa campanha (ver figura 12.1) foi a única de que não participaram tropas africanas, pois os generais da União hesitavam em armar as populações autóctones. Nem os alemães ousavam fazê-lo, depois de haver reprimido com brutalidade os levantes dos Herero e dos Nama.

A longa campanha de Camarões (ver figura 12.1) foi sustentada em grande parte com tropas africanas. Não obstante a superioridade numérica, os Aliados – franceses, britânicos e belgas – levaram mais de 15 meses para conquistar o território. Cônscio de que não poderia vencer, na África oriental, contra forças numericamente dez vezes superiores às suas, von Lettow-Vorbeck decidiu imobilizar o inimigo pelo maior tempo possível, lançando mão da guerrilha[12]. Permaneceu invicto até o fim das hostilidades, comandando sua coluna de soldados maltrapilhos através da África Oriental Portuguesa (atual Moçambique), até chegar à Rodésia do Norte (atual Zâmbia), onde o alcançou a notícia do armistício na Europa (ver figura 12.2). Numa estimativa moderada, aproximadamente 160 mil soldados aliados enfrentaram von Lettow-Vorbeck, cujo efetivo em nenhum momento superou os 15 mil homens. Como em Camarões, as tropas africanas desempenharam papel decisivo em ambos os lados, dando muitas vezes prova de grande bravura e revelando-se combatentes bem melhores que os soldados sul-africanos brancos, dizimados por doenças. Houve dias em

12 Segundo a *Official History* britânica, von Lettow-Vorbeck "tinha conseguido reter na África, durante mais de quatro anos, uma força muito superior a todo o exército comandado por lorde Robens durante a guerra da África do Sul".

que a ração do soldado nigeriano de infantaria se compunha, ao todo, de meia libra de arroz[13]. Os carregadores pagaram pesado tributo: pelo menos 45 mil morreram de doenças durante a campanha[14].

O êxodo dos europeus

A guerra assistiu a um significativo êxodo dos europeus que exerciam funções administrativas e comerciais nas colônias dos países aliados, obrigados a partir para a frente ocidental ou a incorporar-se às unidades estacionadas na África, a fim de combater em qualquer parte do continente. Em algumas regiões, a presença europeia, já muito tênue, ficou reduzida em mais da metade. Na Nigéria do norte, numerosos funcionários políticos dispensados do exército foram de novo convocados, enquanto outros se apresentavam como voluntários, de tal forma que a região viu-se privada de administradores[15]. Algumas circunscrições, como Borgu, ficaram sem administradores europeus durante boa parte da guerra[16]. Na Rodésia do Norte, 40% dos europeus adultos estavam alistados[17]. Na África negra francesa, todos os europeus com idade para pegar em armas foram mobilizados e, na África Oriental Inglesa, todos foram recenseados para participar do esforço de guerra. Em certos lugares, principalmente no campo, corria o boato de que os brancos partiriam para sempre[18]. No Marrocos, quando o residente-geral, Louis Lyautey, teve de deslocar parcela significativa de seu efetivo para a frente europeia, os prisioneiros de guerra alemães foram empregados nas obras públicas, para convencer os marroquinos de que os franceses estavam ganhando a guerra[19].

O resultado desse êxodo foi o declínio, quando não a completa paralisação de inúmeros serviços essenciais anteriormente a cargo dos europeus. Em certos casos, como no Senegal, africanos foram especialmente treinados para ocupar as funções vagas[20]. Na África Ocidental Inglesa, postos até então reservados aos

13 DOWNES, 1919, p. 90.

14 MOSLEY, 1963, p. 234.

15 FIKA, 1978.

16 Ver CROWDER, 1973.

17 GANN, 1964, p. 163.

18 Na Nigéria, a administração britânica assinalou que os diversos "tumultos se deviam à agitação causada pela guerra e pelos rumores de que a administração se retiraria" *(Nigeria Annual Report for 1915, 1917*, p. 23) .

19 BIDWELL, 1973, p. 23.

20 Gouvernement Général de l' AOF, textes relatifs à la formation et à la réorganisation des quadres indigenes em AOF, 1916: "Circulaire relative à la formation du personnel des cadres indigènes", Dacar, 1 de outubro de 1916, p. 3-4. Ver também a "Circulaire relative à la réorganisation des cadres des agents indigenes de l'AOF", Dacar, 1 de outubro de 1916, p. 27-8.

FIGURA 12.3 A campanha na África Oriental Alemã: recrutas da Brigada Nigeriana desembarcam em Lindi, dezembro de 1917. (Foto: Imperial War Museum.)

brancos foram ocupados por africanos instruídos, o que, conforme salientou Richard Rathbone, explica em parte a lealdade da elite durante a guerra[21]. Na África Ocidental Francesa, o governador-geral queixava-se de que os britânicos, os quais, contrariamente aos franceses, não estavam sujeitos à mobilização geral em suas colônias, aproveitavam-se da situação para ocupar o terreno vago deixado pela partida dos agentes comerciais franceses[22]. A presença europeia somente se reforçaria notadamente no Egito, onde desembarcaram vastos contingentes britânicos para a ofensiva aliada no Oriente Médio.

Aos olhos dos africanos, o espetáculo inédito de europeus combatendo-se entre si – coisa que jamais haviam feito durante a ocupação colonial – talvez tenha sido ainda mais chocante do que o aparente êxodo. Pior ainda, os colonizadores incitavam os súditos uniformizados a matar o "inimigo" branco, até então pertencente a um grupo considerado sacrossanto dada a cor de sua pele, sendo todo ataque a qualquer de seus membros punido com a máxima severidade[23].

Participação dos africanos na guerra

Exceção feita à campanha do Sudoeste Africano, as tropas africanas desempenharam papel decisivo nos êxitos militares dos Aliados em solo da África. As tropas autóctones combateram não apenas no território do continente, como também foram reforçar exércitos europeus na frente ocidental e no Oriente Médio. Mais que isso, ajudaram a reprimir diversas revoltas contra a autoridade colonial, tal como haviam anteriormente ajudado na conquista da África pelos europeus.

Mais de um milhão de homens foram recrutados durante a guerra para completar os efetivos, regra geral pouco importantes, mantidos pelas autoridades coloniais. Somente a França dispunha de fortes contingentes militares nos seus diversos territórios coloniais quando da abertura das hostilidades e, muito embora a Alemanha tenha sido posteriormente acusada de militarizar suas colônias, de fato apenas a França fazia jus a tal acusação. Também foi recrutado

21 RATHBONE, 1978, p. 6.

22 Archives du Sénégal, Dacar, Série D, 4D73, "Recrutement indigene" (1918). Rapport et Correspondance du Ministre des Colonies et du Ministre de la Guerre. Reprise de recrutement: Mission Diagne, 1917-1918: "Projet de recrutement".

23 Carta de *sir* Frederick Lugard a sua mulher, datada de 19 de junho de 1918, citada em PERHAM, 1960b, p. 549.

FIGURA 12.4 "Voluntários forçados" do Egito embarcando para o estrangeiro. Serviram na Síria, França, Mesopotâmia e Salônica. (Foto: Imperial War Museum.)

FIGURA 12.5 África Oriental Alemã: feridos esperam para serem removidos de Nyangao, depois da batalha de Mahiwa (15 a 19 de outubro de 1917). Brigada Nigeriana. (Foto: Imperial War Museum.)

FIGURA 12.6 A campanha na África Oriental Alemã: tropas autóctones do exército belga voltam para a costa depois de os alemães terem cruzado o rio Rovuma. Ndanda, janeiro de 1918. (Foto: Imperial War Museum.)

forte contingente de carregadores, cerca de três por combatente. Além disso, norte-africanos foram requisitados para substituir nas usinas os operários franceses mobilizados. A migração voluntária da mão de obra argelina para a França teve origem com a Primeira Guerra Mundial. No total, mais de 2,5 milhões de africanos, cifra que corresponde a bem mais de 1% da população do continente, participaram de uma forma ou de outra do esforço de guerra.

O recrutamento de combatentes e carregadores obedecia a três métodos. O primeiro era exclusivamente voluntário: os africanos ofereciam seus préstimos livremente, sem a menor pressão externa. Foi assim que, no início da guerra, nas frentes da Síria e da Palestina, grande número de *fallahīn* (camponeses) pobres do Egito ofereceram-se em troca de salários comparativamente atraentes. Não há a menor dúvida de que, na maior parte dos países africanos, alguns voluntários sabiam perfeitamente em que é que se estavam engajando. Os cidadãos senegaleses das quatro comunas do Senegal (Dacar, São Luís, Rufisque, Goreia) estavam inteiramente dispostos a aceitar as obrigações do serviço militar imposto aos franceses da metrópole, desde que isso lhes garantisse o estatuto de cidadãos. Foi nesse sentido que, a serviço dos senegaleses, o deputado Blaise Diagne conseguiu a aprovação da lei de 29 de setembro de 1916, pela qual os originários das comunas de pleno exercício do Senegal eram e permaneciam cidadãos franceses, conforme as disposições da lei de 15 de outubro de 1915. Já se disse que os 45 mil soldados recrutados em Madagáscar eram todos voluntários[24]; na sua maioria, entretanto, os recrutas foram convocados para os diferentes exércitos contra o seu desejo, fosse como "voluntários" forçados, fosse como conscritos (ver figura 12.3).

O recrutamento era, em grande parte, empreendido pelos chefes, que tinham de apresentar aos administradores o número de efetivos por eles exigido. Em algumas regiões, não era difícil encontrar verdadeiros voluntários, mas em outras, intimidados pelos chefes, os homens eram apresentados aos administradores como voluntários. Na Rodésia do Norte, a impopularidade dos chefes logo após a guerra deve-se, em grande medida, ao papel por eles desempenhado no recrutamento de soldados e de carregadores[25].

Não obstante, grande número de soldados e carregadores foi oficialmente recrutado por conscrição. Na África negra francesa, um decreto de 1912, cujo objetivo era a criação de um exército negro permanente, tornou obrigatório o serviço militar de quatro anos para todos os africanos do sexo masculino, com

24 DESCHAMPS, 1962; CHAPUS, 1961.

25 GANN, 1964, p. 164.

idade entre 20 e 28 anos. O objetivo era substituir as guarnições da Argélia por tropas da África negra, de forma que as primeiras pudessem combater na Europa, na eventualidade de uma guerra. Se esta se prolongasse, escrevia o general Mangin, "nossas forças africanas constituiriam uma reserva quase inesgotável, cuja fonte está fora do alcance do adversário". Declaradas as hostilidades, quando a África ocidental contava sozinha 14785 soldados africanos, decidiu-se recrutar mais 50 mil no período 1915-1916. Começou então, na África francesa, aquilo a que o governador Angoulvant chamava "verdadeira caça ao homem"[26] e a que Jide Osuntokuri qualificou, recentemente, como novo tráfico de negros[27]. Comprometidos a fornecer um determinado contingente de recrutas, os chefes apoderavam-se de estrangeiros e de antigos escravos para não entregar os filhos ou os pais. Como não existiam registros de nascimento, muitos dos recrutados ou já tinham passado da idade para o serviço militar ou ainda não a haviam atingido. Mas, conforme veremos, a campanha de recrutamento provocou importantes revoltas, que tornaram impossível arregimentar soldados nas áreas rebeldes. Precisando de homens, na tentativa de que um africano bem conceituado obtivesse êxito onde franceses haviam fracassado, o governo resolveu, em 1918, nomear Blaise Diagne comissário-geral do recrutamento das tropas negras. Encarregadas de recrutar 40 mil atiradores, suas equipes arrebanharam na verdade 63378, poucos dos quais, no entanto, chegaram à frente de batalha, pois em novembro de 1918 terminava a guerra.

O serviço obrigatório foi igualmente instituído na África Oriental Inglesa para recrutamento de soldados e carregadores, por um decreto de 1915, de acordo com o qual todos os homens de 18 a 45 anos ficavam obrigados a cumprir o serviço militar. Essa disposição foi estendida ao protetorado de Uganda em abril de 1917. Na Rodésia do Norte, devido à vigência do recrutamento compulsório em todos os distritos, mais de um terço da população do sexo masculino foi mobilizada, durante grande parte da guerra, no serviço de carregamento[28]. Depois de 1917, as prementes necessidades da frente síria obrigaram o governo do protetorado britânico do Egito a recorrer à conscrição e à requisição de animais, apesar de ter anteriormente prometido arcar com todo o peso da guerra. Os *umda* das aldeias "acertaram velhas contas entregando os inimigos em mãos dos agentes de alistamento ou fornecendo seus animais à insaciável caravana

26 Archives du Sénégal, Dacar, Série D, dossiê 4D45, vice-governador da Costa do Marfim ao governador-geral da África Ocidental Francesa, 18 de dezembro de 1915.

27 OSUNTOKUN, 1977.

28 HALL, 1965, p. 102.

síria"[29]. Na Argélia, na Tunísia e até no Marrocos, cuja conquista estava ainda por ser completada, a população autóctone foi lançada à guerra. Estima-se em mais de 483 mil o número total de soldados coloniais, em sua maioria recrutados à força, que serviram o exército francês durante a guerra. No Congo, os belgas chegaram a recrutar 260 mil carregadores durante a campanha da África oriental[30]. Por si sós, estas cifras desafiam a imaginação, especialmente se temos em mente que a conquista era recentíssima. No seu período mais dramático, o comércio de escravos nunca chegou a um décimo disso em um só ano.

A guerra foi diretamente responsável por um número enorme de mortos e de feridos na África (ver figura 12.5), mas não só: causou também, indiretamente, inumeráveis óbitos devidos à epidemia de gripe que atingiu todo o continente entre 1918-1919, facilmente propagada com o repatriamento dos soldados e carregadores.

A resistência africana à autoridade europeia

No momento em que os regimes coloniais aliados menos podiam tolerar tumultos na retaguarda, sua autoridade, ainda não consolidada em regiões como o sul da Costa do Marfim, grande parte da Líbia ou Karamoja, em Uganda, viu-se contestada por vários levantes armados e outras formas de protesto. Para enfrentar a situação, as potências aliadas deslocaram para essas regiões algumas unidades dos efetivos militares necessários para combater os alemães na África e na frente ocidental. Os recursos de que dispunham eram tão escassos e o movimento de revolta tão extenso em certas regiões como a África Ocidental Francesa e a Líbia que os europeus tiveram de esperar até poder contar com tropas suficientes para restabelecer sua autoridade. Grande parte do alto Senegal-Níger e do Daomé permaneceu fora do controle francês por mais de um ano. Os franceses não conseguiram sufocar imediatamente a revolta de 1916 no Borgu daomeano, porque grupos étnicos vizinhos – os Somba de Atacora, os Pila Pila de Semere e os Holli, em Ueme, entre outros – também estavam em revolta. Lyautey, que havia conquistado o Marrocos, temia a irrupção de um levante caso cumprisse a determinação da metrópole: remeter para a França a metade de seus 70 mil homens e recuar para a costa do Atlântico. E, embora tenha destacado os homens para a França, não recuou, conseguindo evitar assim o desafio à sua

29 LITTLE, 1958, p. 128.

30 YOUNG, 1965, p. 219.

autoridade; mas a França teve de manter 35 mil homens no Marrocos durante todo o período da guerra. Na África Oriental Portuguesa, a invasão alemã incitou os súditos dos portugueses a derrubar seus detestados senhores[31],

As causas das revoltas e movimentos de protesto que eclodiram um pouco por toda parte naquela época divergem muito e nem todas estão diretamente relacionadas com a própria guerra. Em alguns casos, como na Líbia, chamou-se revolta ao que, de fato, nada mais era que a continuação da resistência à conquista e à ocupação europeias. Os motivos acusavam muitas vezes natureza diferente. Não há dúvida de que o espetáculo do enfraquecimento da autoridade europeia, decorrente da partida em massa de metropolitanos, encorajava veleidades de revolta, tanto quanto a chegada de europeus, particularmente soldados britânicos, as desencorajava no Egito.

Múltiplas razões explicam os levantes: desejo de recuperar a independência; ressentimento contra as medidas de guerra, como o recrutamento obrigatório e o trabalho forçado; oposição religiosa, nomeadamente pan-islâmica, à guerra; reação às restrições econômicas geradas pela guerra; descontentamento com certos aspectos do regime colonial, cuja natureza se desvendou nitidamente durante os anos de guerra. Acrescente-se, por fim, sobretudo na África do Sul, os sentimentos pró-germânicos das populações submetidas aos Aliados.

O desejo de retomar a uma vida independente do branco, ou seja, de retornar ao *status quo ante,* aparece claramente nas revoltas dos Borgawa e dos Holli-Ije, no Daomé francês, e dos diversos grupos Igbo da província de Owerri, na Nigéria[32]. A vontade de sacudir o jugo dos brancos explica, em maior ou menor medida, grande parte das rebeliões contra a autoridade francesa na África ocidental. Um dos acontecimentos que precipitaram o levante dos Egba em 1918, na Nigéria meridional, foi certamente a perda da situação de semi-independência do país, logo depois da abertura das hostilidades. No Egito, os tumultos fomentados pelo Wafd imediatamente após a guerra estavam em grande parte inspirados no desejo de abalar o regime de protetorado recém-imposto pelos britânicos, que em quatro anos se havia tornado insuportável tanto para os nacionalistas como para os *fallahīn.* Em Madagáscar, 500 autóctones, em sua maior parte intelectuais, foram presos no final de 1915 e acusados de “constituir uma sociedade secreta, organizada com o objetivo de expulsar os franceses e restabelecer um governo malgaxe”[33].

31 FENDALL, 1921, p. 120. Ver também DUFFY, 1959, p. 367.

32 Ver OSUNTOKUN, 1977.

33 HESELTINE, 1971, p. 158.

Os Aliados receavam que a entrada da Turquia na guerra ao lado da Alemanha encorajasse a dissidência entre os súditos muçulmanos. No entanto, o apelo da Turquia a favor da *djihād* encontrou menos ressonância entre as populações muçulmanas da África do que o temiam as autoridades coloniais dos Aliados. Mesmo assim, mantinham-se sempre atentos a qualquer descontentamento entre súditos muçulmanos e viram-se em dificuldades para convencer os chefes e dirigentes muçulmanos de que os Aliados não eram hostis ao Islão. Foi, em parte, o receio de ver os egípcios aderirem ao apelo turco da *djihād* que precipitou o estado de sítio no Egito, com a prisão dos nacionalistas. Na Nigéria do norte, onde a maioria da população era muçulmana, os britânicos estavam extremamente preocupados com a possível repercussão da propaganda islâmica, mas a comunhão de interesses estabelecida entre o sultão e emires do califado de Sokoto e os britânicos assegurou a lealdade da maioria dos muçulmanos da região.

Os britânicos passaram momentos difíceis quando os Sanūsī Sufi, da Líbia, que continuavam a resistir obstinadamente à ocupação de seu país pelos italianos, responderam ao apelo turco e invadiram a porção ocidental do Egito, em novembro de 1915. Os Sanūsī tomaram o porto egípcio de Al-Sallūm, onde conseguiram a adesão de três quartos da guarnição autóctone, enquanto os ingleses fugiam por mar. Depois, marcharam sobre Sīdī Barrānī e Marsā Matrūh. Em seguida, os britânicos tomaram a ofensiva fazendo-os recuar para a Líbia[34]. Embora vencidos no Egito, membros da confraria ajudados por outros líbios infligiram em al-Karadābiyya uma derrota decisiva aos italianos, a mais esmagadora já sofrida por eles desde Adowa, em 1896. Fizeram então os italianos recuarem, obrigando-os a transferir o grosso de suas tropas da frente austríaca para o litoral, de tal forma que em 1917 a Itália estava a ponto de perder a Líbia como um todo[35]. Essas vitórias levaram à criação da República Tripolitânica (al-Djumhūriyya al-Tarābulusiyya) na Líbia ocidental, em 16 de novembro de 1918, bem como do Emirado da Cirenaica, na Líbia oriental. Em 1919, a Itália reconheceu os dois Estados, concedendo a cada qual o direito a parlamento próprio. Em 1920 outorgou-lhes outros direitos, em razão do tratado de al-Radjma, Em janeiro de 1922, os dois Estados decidiram constituir uma união política e elegeram Idrīs al-Sanūsī, líder da Sanūsiyya, para chefiar a união, formando uma comissão central com sede em Gharyan.

34 EVANS-PRITCHARD, 1949, p. 127-8.

35 BARBOUR, 1959; AL-TILLISI, 1973, p. 25-6, 46-7, 274-5, 405-10; BARBAR, 1980.

A insurreição líbia repercutiu favoravelmente no sul da Tunísia, onde foram necessários 15 mil soldados franceses para abafar a revolta[36], e também entre os Tuaregues e outros muçulmanos do Níger e do Chade, onde a aversão do islão à dominação pelos infiéis, a estiagem de 1914 e o recrutamento intensivo tinham provocado fortíssimo descontentamento. Em dezembro de 1916, os Sanūsī invadiram o Níger, onde conseguiram o apoio de Kaossen, chefe dos Tuaregues Tarqui, de Firhūn, chefe dos Tuaregues Oullimiden, e do sultão de Agades. Tomaram esta última cidade, antes de serem derrotados por um destacamento franco-britânico[37].

Os levantes islâmicos não foram os únicos a ameaçar os Aliados em suas colônias. A revolta de John Chilembwe na Niassalândia (atual Malavi), em janeiro de 1915, apresentava forte colorido cristão, e o movimento de *Watch Tower* (Igreja da Torre de Atalaia), de Kitawala, na Rodésia, pregava a iminência do fim do mundo e a desobediência à autoridade constituída. Este movimento aproveitou-se da confusão reinante na Rodésia do Norte depois da invasão de von Lettow-Vorbeck, no final da guerra. Igualmente apocalíptico foi o grande movimento conduzido no delta do Níger (na região da Nigéria) por Garrick Braide, também conhecido pelo nome de Elijah II, que pregava o fim próximo da administração britânica. Na Costa do Marfim, em dezembro de 1914 o profeta Harris foi deportado porque "os acontecimentos da Europa exigiam mais do que nunca a manutenção da ordem entre as populações da colônia"[38]. Em Nianza, no Quênia, o culto Mumbo, que se expandiu rapidamente durante os anos de guerra, rejeitava a religião cristã e professava: "Todos os europeus são nossos inimigos, mas está próximo o dia em que eles desaparecerão de nosso país"[39].

Talvez a principal causa dessas revoltas tenha sido o recrutamento forçado de soldados e de carregadores. O ódio que suscitava era tamanho que explica, em grande parte, a quase totalidade dos levantes irrompidos na África negra francesa, assim como o movimento de resistência encontrado na outrora pacífica colônia da Costa do Ouro[40].

36 LING, 1967.

37 Ver SALIFOU, 1973; OSUNTOKUN, 1975.

38 Nota confidencial do vice-governador da Costa do Marfim aos comandantes de circunscrições, 16 de dezembro de 1914, apud HALIBURTON, 1971, p. 139.

39 Apud OGOT (org.) 1974, p. 264. Para maiores detalhes sobre os levantes referidos, ver os capítulos 20, 26, 27 e 29.

40 KILLINGRAY, 1978, p. 46; THOMAS, R. G., 1975.

O levante de John Chilembwe foi precipitado pelo alistamento dos Nyasa e pelas pesadas perdas que eles sofreram diante dos alemães nas primeiras semanas da guerra. Em uma carta memorável (censurada) ao *Nyasaland Times,* protestava ele nos seguintes termos: "Compreendemos que fomos convidados a verter nosso sangue inocente nesta guerra mundial [...] estão nos exigindo mais que a qualquer outra nacionalidade do mundo"[41].

As restrições econômicas causadas pela guerra com certeza sustentaram e até provocaram o movimento de resistência às autoridades coloniais. Os levantes verificados no centro-oeste da Nigéria e no delta do Níger, no início da guerra, não podem ser compreendidos senão no contexto da queda do preço dos produtos à base de palma e do marasmo comercial subsequente ao desaparecimento dos principais compradores desses produtos, os alemães[42]. Efetivamente, as simpatias pró-germânicas manifestadas por alguns súditos dos Aliados deviam-se, em grande parte, ao fato de os alemães terem desempenhado papel comercial de primeira ordem em numerosas regiões da África. Sua exclusão pelos Aliados foi associada com a depressão econômica que assinalou o primeiro ano da guerra.

Na África do Sul, contra a decisão do governo de apoiar os Aliados, os *afrikaners* revoltaram-se, no final de 1914, por simpatia aos alemães e ódio aos britânicos. Os próprios alemães fizeram tudo para provocar o descontentamento entre os autóctones das colônias dos Aliados, muito particularmente ao longo da fronteira norte-leste da Nigéria e na Líbia. Em Uganda, pouco depois de declaradas as hostilidades, Nyindo, chefe supremo dos Kigezi, foi persuadido por seu meio-irmão, o *mwami* de Ruanda, a levantar-se contra os britânicos em nome dos alemães[43].

Em numerosos casos, sobretudo na Nigéria, as revoltas não se ligavam diretamente a nenhuma medida específica imposta pela guerra. Dirigiam-se, antes, a certas práticas detestadas da administração colonial, como a cobrança de impostos. No país dos Ioruba a cobrança de impostos foi praticada pela primeira vez em 1916 e, com o aumento dos poderes conferidos aos chefes tradicionais em virtude da política de administração indireta, desencadeou as revoltas de Iseyin[44]. Na África Ocidental Francesa, o *indigénat* (código jurídico discriminatório), a reorganização das fronteiras administrativas, a eliminação dos chefes e a exação

41 Apud ROTBERG, 1965, p. 82.

42 OSUNTOKUN, 1977.

43 LOUIS, 1963b, p. 213.

44 ATANDA, 1969.

daqueles que não tinham autoridade tradicional estavam na base de todas as revoltas que sacudiram cada uma das colônias da federação.

Fossem quais fossem as causas, as rebeliões foram impiedosamente reprimidas pelas autoridades coloniais. Os "rebeldes" eram compulsoriamente alistados no exército, chicoteados ou até enforcados; os chefes, exilados ou presos; as aldeias, arrasadas como advertência. A resistência nem sempre era violenta, no entanto. Muita gente esquivou-se dos motivos de queixa emigrando, por exemplo.

Foi assim que muitos súditos franceses do Senegal, da Guiné, do alto Senegal-Níger e da Costa do Marfim efetuaram aquilo a que A. I. Asiwaju chamava "migração de protesto", rumo aos territórios britânicos vizinhos[45]. Para escapar aos agentes de recrutamento, os habitantes de aldeias inteiras sumiam na floresta. Os jovens mutilavam-se para não servir o exército colonial. As migrações de protesto alcançaram tamanha amplitude que se calcula em 62 mil o número de homens que deixaram a África Ocidental Francesa[46]. Em Zanzibar, os homens escondiam-se de dia e passavam a noite em árvores, para não serem alistados como carregadores[47].

Consequências econômicas da guerra

A declaração de guerra prejudicou consideravelmente a vida econômica da África. De modo geral, provocou a queda dos preços dos produtos básicos e a elevação dos preços dos artigos importados, dada a redução da oferta. Em Uganda, estes preços chegaram a aumentar 50% de um dia para outro[48]. A estrutura do intercâmbio entre a África e a Europa foi radicalmente modificada com a expulsão dos alemães dos territórios aliados, onde, em certos casos, como em Serra Leoa, eles eram responsáveis por 80% do comércio de importação-exportação. Como os Aliados dominavam os mares, as colônias alemãs foram separadas da metrópole antes mesmo de serem ocupadas. A Alemanha, na época o principal parceiro comercial da África tropical, viu-se quase totalmente eliminada do continente, pois, com a ocupação de suas colônias pelos Aliados, todos os cidadãos alemães foram feitos prisioneiros, e suas plantações, casas de

45 ASIWAJU, 1976b.

46 Ver CROWDER, in AJAYI e CROWDER (orgs.), 1974, p. 506.

47 SMITH, H. M., 1926, p. 191.

48 INGHAM, 1958, p. 191.

comércio e indústrias, confiscadas pelas potências ocupantes. Mesmo no caso dos territórios franceses, a indústria francesa do amendoim não era capaz de absorver sozinha os grãos até então importados pela Alemanha, porque suas usinas estavam instaladas nas províncias ocupadas do noroeste da França. Principal importadora do amendoim de Gâmbia, a França foi substituída pelo Reino Unido, que absorveu 48% da colheita em 1916, contra 4% em 1912[49]. Na realidade, a forma espetacular como os negociantes britânicos tomaram o lugar de seus concorrentes, alemães sugere que, no referente às colônias africanas, a guerra foi vista pelo Reino Unido, país adepto do livre-câmbio como a Alemanha, como uma oportunidade para expandir seu império econômico. Enquanto, de modo geral, os negociantes alemães eram substituídos por cidadãos da potência governante, na África Ocidental Francesa os britânicos tomavam o lugar dos negociantes franceses mobilizados[50].

A crise subsequente ao desencadeamento das hostilidades logo deu lugar a forte alta dos preços dos produtos necessários ao esforço de guerra aliado. Por exemplo, o algodão egípcio passou de três libras egípcias o quintal, em 1914, para oito libras entre 1916-1918[51]. Mas o aumento da demanda não se traduzia sempre em elevação dos preços, muitas vezes fixados para o produtor pelas administrações coloniais. Alguns países sofreram cruelmente durante todo o período da guerra. Na Costa do Ouro, por exemplo, o cacau, principal produto de exportação, estava longe de ser tão procurado como os grãos de oleaginosas. Além disso, o poder aquisitivo das empresas de importação-exportação instaladas na África caiu drasticamente com a mobilização e a partida, voluntária ou forçada, de grande parte do pessoal europeu: em 1917, na África Ocidental Francesa, aproximadamente 75% dos comerciantes europeus estavam mobilizados[52].

Embora, por estarem controlados, os preços das exportações nem sempre refletissem o aumento da demanda e embora a expansão da necessidade de mão de obra nem sempre se traduzisse, também, em aumento de salários, o preço dos produtos importados, não obstante, quando se encontravam, não deixou de subir durante todo o curso da guerra. Se a maioria dos africanos ligados à economia de subsistência não foi atingida pela inflação, o mesmo não sucedeu com os assalariados e produtores de gêneros destinados à exportação. Foi assim que o camponês egípcio, produtor de algodão, verificou que o lucro auferido

49 HATTON, 1966.

50 CROWDER, in AJAYI e CROWDER (orgs.), 1974, p. 506.

51 BAER, 1962.

52 CROWDER, in AJAYI e CROWDER (orgs.), 1974, p. 506.

com a alta do preço de seu produto não compensava o encarecimento brutal do combustível, do vestuário e dos cereais[53].

Durante toda a guerra, o Estado não cessou de intervir cada vez mais na economia das colônias africanas: controle de preços, requisição de colheitas, cultivo obrigatório de certos produtos, recrutamento de mão de obra para projetos essenciais e distribuição da tonelagem disponível nos navios mercantes. De modo geral, a intervenção procurava favorecer as casas importadoras e exportadoras da potência governante. Na Nigéria, empresas como a John Holt e a United Africa Company eram empregadas como agentes de compras e gozavam de prioridade na alocação da tonelagem dos navios mercantes e de facilidades para a obtenção de empréstimos bancários, em prejuízo das companhias menores, sobretudo as pertencentes a nigerianos[54].

À demanda por produtos tradicionais da agricultura de subsistência – como inhame, mandioca e feijão – para a alimentação dos Aliados na Europa e dos exércitos da África e do Oriente Médio, somaram-se as dificuldades dos outros setores da economia. E, quando esses produtos eram requisitados, o que sucedia com frequência, ou pagos a preço inferior ao do mercado livre, os próprios produtores é que eram prejudicados. Assim, durante a guerra, os *fallāḥin* do Egito tiveram muita dificuldade para sobreviver, devido à inflação e à requisição de cereais e de animais[55]. Na África Ocidental Francesa, a demanda de homens para a guerra concorria com a demanda de sorgo, painço, milho etc. Em 1916, era desesperadora a situação alimentar da França, cuja colheita de trigo diminuíra em 30 milhões de quintais (colheita de 60 milhões, sendo que eram necessários 90 milhões). Em 1917, ano em que a safra de trigo foi mundialmente deficitária, a colheita da França não ultrapassou 40 milhões de quintais[56]. Durante esses dois anos, pois, o trigo ou cereais alternativos tiveram de ser procurados no ultramar. A proximidade da África do norte fazia dela uma evidente fonte de suprimento e até o Marrocos, recentemente conquistado, teve de contribuir. Mesmo assim, a demanda francesa teve de estender-se até Madagáscar. Nos territórios onde se desenrolavam operações militares, os agricultores do setor de subsistência tiveram de atender, sobretudo na África oriental, à premente

53 ZAYID, 1965, p. 76. Durante a guerra, a produção global diminuiu brutalmente; ver O'BRIEN, in HOLT (org.), 1968, p. 188-90.

54 J. OSUNTOKUN, 1978.

55 T. LITTLE, 1958, p. 128.

56 COSNIER, 1922.

demanda dos exércitos, que, por problemas de intendência, só podiam sobreviver com os recursos da terra.

A demanda de soldados e carregadores e a necessidade de aumentar a produção das culturas de exportação e de subsistência determinaram a escassez de mão de obra em várias partes do continente. O recrutamento de carregadores na Rodésia do Norte para a campanha da África oriental cortou à Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e a Catanga sua fonte tradicional de mão de obra[57]. No Congo, a administração belga teve de apelar ao recrutamento forçado de trabalhadores (ver figura 12.6) para suprir as explorações mineiras do país. A epidemia de gripe que assolou a África central e oriental, já no fim da guerra, atingiu os carregadores repatriados e provocou séria carência de mão de obra no Quênia e nas duas Rodésias. Havia escassez tanto de mão de obra europeia como africana. Na Rodésia do Sul, os trabalhadores brancos das estradas de ferro, para quem até então os empregadores não restringiam licenças em razão da abundância de pessoal, foram de tal forma solicitados que acabaram por constituir sindicatos[58], coisa a que anteriormente se opunham empregadores e autoridades.

A carência de produtos de importação conduziu à queda da produção agrícola naqueles países dependentes da importação de adubos, implementos agrícolas e materiais de irrigação, como o Egito. Mas também estimulou o desenvolvimento de indústrias substitutivas em outros países, principalmente na África do Sul, onde se tomou consciência das potencialidades dos mercados de ultramar para os produtos locais[59]. O Congo Belga, isolado da metrópole ocupada, teve de tornar-se autossuficiente, tal como a África Oriental Alemã durante os primeiros anos da guerra. A chegada de fortes contingentes militares britânicos ao Egito e a injeção de aproximadamente 200 milhões de libras esterlinas na economia estimularam sensivelmente o desenvolvimento industrial desse país.

A guerra trouxe, para a África, o motor de combustão interna e, com ele, as estradas de rodagem. Na África oriental, a longa campanha contra os alemães e o problema do transporte de provisões impuseram a construção de várias estradas, como a que liga Dodoma, na África Oriental Alemã, a Tukuyu, na extremidade setentrional do lago Nyasa. Reduziu-se, assim, para dois ou três dias a duração de uma viagem que antes exigia duas ou três semanas[60]. Nas áreas de atividade militar constante ou onde foram necessárias instalações de trânsito, houve um

57 GANN, 1964, p. 164.

58 Ibid., p. 172.

59 WILSON, F., in WILSON, M. e THOMPSON, L., (orgs.), 1971, p. 135.

60 MITCHELL, P., 1954, p. 38.

rápido desenvolvimento dos portos, como Mombaça, Bizerta, Port Harcourt e Dacar. Na Nigéria, as minas de carvão de Enugu foram abertas durante a guerra, para que as ferrovias dispusessem de uma fonte de combustível local.

De modo geral, as receitas públicas diminuíram no decurso da guerra, já que advinham principalmente da tributação das importações. Não obstante, as colônias suportaram grande parte do ônus financeiro das campanhas locais, independentemente das somas que versaram às potências metropolitanas, a título de contribuição ao esforço de guerra. Salvo quando as exigências militares dispuseram de outra forma, as obras públicas e os planos de desenvolvimento foram suspensos até o cessar das hostilidades.

Consequências sociais e políticas da guerra

A guerra teve, para a África, consequências sociais muito variáveis, segundo o grau de participação de cada território, particularmente segundo a intensidade do recrutamento ou das operações militares de que foram palco. Lamentavelmente, até há pouco tempo dava-se relativamente pouca atenção à matéria. Essa indiferença é de surpreender, já que, em certas regiões como a África oriental e para retomar a expressão de Ranger, a Primeira Guerra Mundial foi "a demonstração mais horrenda, mais destruidora e mais caprichosa do *poder absoluto* europeu que a África oriental jamais conhecera". A importância das forças em presença, o poder de fogo, a amplitude das devastações, os estragos das doenças, o número de perdas africanas, tudo isso eclipsou as primeiras campanhas pela conquista colonial, mesmo a repressão ao levante dos Majī Majī[61]. Na década de 1930, H. R. A. Philip escrevia: "A experiência do período 1914-1918 foi tal que realmente fez o nativo do Quênia sair de seu sono secular"[62]. Comparativamente com o número de estudos que tratam das consequências políticas da guerra, poucos foram os trabalhos consagrados às suas repercussões sociais. No entanto, seu impacto sobre os atiradores, carregadores e camponeses que foram arrancados do pequeno mundo de suas aldeias para serem enviados a milhares de quilômetros, bem como o papel por eles desempenhado nessas sociedades ao retomarem[63], são aspectos fundamentais da história colonial.

61 RANGER, 1975, p. 45.

62 Apud OGOT (org.), 1974, p. 265.

63 Ver, por exemplo, ECHENBERG, 1975; PERSON, 1960, p. 106-7, trata do papel preponderante desempenhado pelos amigos combatentes na sociedade Kissi após a Primeira Guerra Mundial, sobretudo como agentes de modernização.

Não há dúvida de que a guerra abriu novos horizontes a grande número de africanos, principalmente membros da elite culta. Para Margery Perham, é

> "difícil superestimar o efeito produzido sobre os africanos, que em grande medida tinham permanecido restritos a uma relação bilateral com os amos europeus, pelo espetáculo de outro universo e pela constatação de que faziam parte de um continente e de um mundo"[64].

Em muitas regiões africanas, a guerra favoreceu se não sempre o despertar de movimentos nacionalistas, ao menos o desenvolvimento de uma atitude mais crítica da elite culta em relação ao poder colonial. Bethwell Allan Ogot pensa que a experiência da guerra teve o mesmo efeito para os africanos e europeus pouco instruídos:

> O soldado africano não tardou a descobrir os pontos fortes e a fraqueza do europeu, até então considerado pela maioria dos africanos como um indivíduo superior. De fato, sargentos africanos foram encarregados de ensinar a voluntários europeus técnicas da guerra moderna. Tornava-se evidente que os europeus não sabiam de tudo. De volta à sua terra, soldados e carregadores difundiram essa nova imagem do homem branco; isso explica, em grande parte, a confiança e a segurança reveladas pelos indígenas do Quênia na década de 1920[65].

B. A. Ogot também observou que, significativamente, diversos dirigentes políticos do Quênia tinham, de uma forma ou de outra, servido na campanha da África oriental. Na Guiné, o regresso dos antigos combatentes foi o prelúdio de greves, agitações nos campos de desmobilização e contestação da autoridade dos chefes[66].

Se, por um lado, a guerra assinalou o fim das tentativas por parte dos africanos para recuperar a soberania da era pré-colonial, por outro, também assistiu à intensificação das reivindicações, como consequência da participação dos africanos na administração das novas entidades políticas a eles impostas pelos europeus. Inspiradas nos Quatorze Pontos do presidente Woodrow Wilson propostos como resposta aos soviéticos, que em outrubro de 1917 tinham defendido a conclusão imediata da paz, sem anexações nem indenizações –, essas reivindicações iam até o direito à autodeterminação dos povos. Nos países árabes da África do norte, a declaração conjunta feita em novembro de 1918 pelo Reino

64 PERHAM, 1961, p. 45.

65 OGOT (org.), 1974, p. 265.

66 SUMMERS e JOHNSON, R. W., 1978.

Unido e pela França, de que os Aliados estavam considerando a emancipação dos povos oprimidos pelos turcos, mostrava um grupo de árabes a quem era oferecida a independência, enquanto a outro, governado pelas mesmas potências, de fato a independência era recusada.

O partido Wafd, de Sa'ad Zaghlūl, no Egito, devia seu nome à delegação (*wafd*) que tentou enviar à Conferência de Paz de Versalhes para negociar a restauração da independência do Egito[67]. Da mesma forma, na Tunísia, embora o residente dos anos de guerra, Alapetite, tenha feito pesar sobre o seu movimento um punho tão firme como o dos britânicos sobre o Egito, os dirigentes nacionalistas enviaram após o fim das hostilidades um telegrama ao presidente Wilson pedindo a ele que apoiasse a sua luta pela autodeterminação[68].

Ainda que os Quatorze Pontos do presidente Wilson não tenham inspirado reivindicações pela independência imediata na África ao sul do Saara, encorajados pelo tom liberal desse documento os nacionalistas da África ocidental esperavam exercer alguma influência sobre a conferência de Versalhes e talvez poder exigir participação mais direta em seus próprios assuntos[69]. Como afirmou F. W. Dove, delegado de Serra Leoa ao National Congress of British West Africa, "passou o tempo em que os povos africanos eram coagidos a fazer coisas que não estavam de acordo com seus melhores interesses"[70]. No Sudão, a notícia dos Quatorze Pontos, somada à revolta árabe de 1916, assinalou uma reviravolta na história do movimento nacionalista e forjou a consciência política de uma nova geração de jovens que tinham recebido nas escolas públicas um ensino ocidental moderno[71].

Em muitos territórios que haviam contribuído significativamente em homens e em material com o esforço de guerra, a população esperava ao menos, em contrapartida, uma reforma social e política. Em alguns casos, as autoridades coloniais haviam expressamente prometido mudanças em troca de maior ajuda das populações autóctones. Na África negra francesa, prometeram a Blaise Diagne uma série de reformas para depois da guerra, se ele conseguisse recrutar o complemento de que a França necessitava para a frente europeia. Foi o que Diagne fez, mas, como as reformas jamais foram implantadas, essa acabou sendo uma

---

67 ZAYID, in HOLT (org.) 1968, p. 341-2; a respeito das atividades do partido Wafd, ver o capítulo 23 deste volume.

68 ZIADEH, 1962, p. 60.

69 LANGLEY, 1973, p. 107 e *passim.*

70 *Memorandum of the National Congress of British West Africa,* 1920, F. W. Dove, delegado de Serra Leoa.

71 'ABD AL-RAHIM, 1969, p. 94.

das razões pelas quais perdeu a confiança de seus partidários[72]. A contribuição da Argélia para o esforço de guerra foi compensada pela melhoria da situação econômica e política dos argelinos. A essa reforma opuseram-se os colonos, embora ela tenha parecido extremamente limitada ao emir Khālid, neto de 'Abd al-Kādir, que criticou vivamente a administração francesa e foi deportado em 1924. Muito justamente, foi considerado o fundador do movimento nacionalista argelino[73]. Na Tunísia, uma delegação de 30 representantes da comunidade árabe solicitou ao bei que procedesse a uma reforma política, lembrando-lhe os sacrifícios feitos pelo país durante a guerra[74]. O movimento, que em 1920 deu origem ao Destur, ou Partido da Constituição, foi, sem dúvida, em grande parte, obra de soldados e trabalhadores repatriados, descontentes com a situação de inferioridade que sofriam em seu próprio país[75]. Na África Ocidental Britânica, a imprensa, geralmente leal para com os britânicos e crítica para com os alemães, acreditava que, em compensação, à elite culta seriam atribuídas maiores responsabilidades na administração colonial[76].

A guerra estimulou não apenas o nacionalismo africano, mas também o nacionalismo branco, nomeadamente na África do Sul. Nesse país, a rebelião dos *afrikaners* foi rapidamente sufocada, mas não o estado de espírito que deu origem a ela. Como dizia William Henry Vatcher:

> A rebelião confirmou aquilo que a guerra dos bôeres havia demonstrado, ou seja, que a solução não residia na força, que o combate deveria ser travado na arena política. Foi assim que, gerado na guerra dos bôeres, o moderno nacionalismo *afrikaner* veio à luz durante a rebelião de 1914. Se não tivesse havido a Primeira Guerra Mundial, os bôeres talvez conseguissem adaptar-se melhor à política de conciliação de Botha e de Smuts. A guerra os constrangeu a se organizar, a princípio clandestinamente, no quadro da Afrikaner Broederbond, depois no do Partido Nacional 'expurgado'[77].

No Quênia, os colonos brancos aproveitaram as hostilidades para conseguir importantes vantagens políticas diante da administração colonial. Obtiveram o direito de eleger representantes no Legislative Council (Conselho

72 CROWDER, 1977d, in CROWDER, 1977a, p. 117.

73 CONFER, 1966, p. 113.

74 ZIADEH, 1962, p. 88.

75 Ibid., p. 123. A respeito das atividades do Destur , ver o capítulo 24.

76 OMU, 1968, p. 44-9.

77 VATCHER, 1965, p. 46.

Legislativo), onde formaram maioria a partir de 1918. Isso, somado ao Crown Lands Ordinance (Decreto sobre as Terras da Coroa), que permitia a segregação racial nas White Highlands; ao Native Registration Ordinance (Decreto sobre o Registro de Nativos), que introduzia uma pseudo-regulamentação do *laissez-passer;* e ao Soldier Settlement Scheme, que depois da guerra atribuiu vastas parcelas da reserva Nandi aos soldados brancos, fortaleceu a posição dominante que a minoria europeia conservou no Quênia até a década de 1950[78].

Os privilégios obtidos pela comunidade branca, sobretudo em matéria de terras, provocaram reações que incentivaram fortemente o nacionalismo no Quênia. Foi assim que a Kikuyu Association, composta principalmente por chefes, foi fundada em 1920 para defender os interesses fundiários dos Kikuyu, enquanto a Young Kikuyu Association, de Harry Thuku, furldada no ano seguinte, tinha como objetivo defender a terra e o trabalho[79].

Na África do Sul, a escalada do nacionalismo *afrikaner* e a agitação republicana durante a guerra preocuparam vivamente os dirigentes africanos da Suazilândia e da Basutolândia (atual Lesotho). Receavam que seus países fossem integrados à União e que esta, com sua política cada vez mais racista, como o ilustra o Native Land Act (Lei sobre as Terras Indígenas) de 1913, obtivesse a independência sob pressão dos *afrikaners,* o que depois lhes furtaria todos os meios de salvaguardar seus interesses. Como declarou Simon Phamote, do Sotho National Council, seu povo temia a União "porque nós sabemos que [...] os Bôeres arrancarão um dia a sua independência aos britânicos"[80]. A União, por seu turno, através do African Native National Congress (que mais tarde viria a tornar-se o African National Congress), apresentou depois da guerra um memorando ao rei da Inglaterra, Jorge V, no qual evocava a participação dos africanos nas campanhas militares travadas no sudoeste e no leste da África, e também na França, lembrando que a guerra tinha sido combatida para libertar os povos oprimidos e garantir a cada nação o direito de dispor de seu destino[81]. O Congress foi informado pelo British Colonial Office de que o Reino Unido não podia imiscuir-se nos assuntos internos da África do Sul, e o apelo do Congress não foi apresentado à Conferência de Paz.

78 BENNETT, 1963, p. 35-45.

79 Ibid., p. 45. Para maiores detalhes, ver o capítulo 26.

80 HYAM, 1972, p. 80.

81 KUPER, in WILSON, M., e THOMPSON, L. M., (orgs.), 1971, p. 439.

FIGURA 12.7 O desenho da África depois da Primeira Guerra Mundial.

Conclusão

A guerra assinalou uma nítida evolução da opinião internacional no que diz respeito ao colonialismo. Antes do conflito, as potências coloniais europeias não tinham contas a prestar senão a si próprias. Depois dele, o passado colonial de uma dessas potências, a Alemanha, foi examinado pelos membros da Conferência de Paz reunidos em Versalhes, e julgado de acordo com as novas regras de moralidade que deviam reger a administração dos povos coloniais[82]. Sem dúvida que também poderiam dirigir equivalente censura à maior parte das demais potências coloniais, se o caso delas fosse do mesmo modo examinado[83]. A ideia de "missão sagrada de civilização" para com povos pretensamente pouco evoluídos – embora manifesta na década de 1890, por exemplo, com a proibição da venda de álcool aos africanos – estava agora sacramentada nos mandatos com que os Aliados vitoriosos asseguraram a administração das colônias alemãs em nome da Sociedade das Nações (SDN), responsável, "através de todos os meios ao seu alcance, por aumentar o bem-estar material e moral e favorecer o progresso social dos habitantes[84]". Em teoria, essa disposição introduzia o princípio da responsabilidade internacional, mas em face da fraqueza da SDN não foi possível fazer grande coisa, por exemplo, para melhorar a triste sorte dos autóctones do Sudoeste Africano, administrado sob mandato pela União[85]. Da mesma forma, o direito à autodeterminação, em princípio proclamado no congresso da Segunda Internacional Socialista realizado em Londres no ano de 1896, havia sido enunciado pelo dirigente de uma grande potência mundial, Woodrow Wilson, enquanto uma nova potência, a Rússia Soviética, denunciaria todas as formas de colonialismo na África.

Ainda que a sorte das populações autóctones não tenha melhorado significativamente depois da guerra, período em que sinceras tentativas de reforma abortaram em vista da depressão[86], começava-se a questionar a moralidade do colonialismo. Nesse clima delineou-se o movimento nacionalista que devia, finalmente, conduzir numerosos países africanos à independência. Por exemplo, prevalecendo-se do pacto da Sociedade das Nações para "que se dê tratamento

82 Ver, por exemplo, *German Colonization Handbooks,* redigidos sob a direção da Historical Section of the Foreign Office, n. 36, Londres, 1919, e FIDEL, 1926. Sobre a colonização alemã no Togo, ver CROWDER, 1968, p. 241-8.

83 GANN e DUIGNAN, 1967, p. 79.

84 Estes são os termos dos mandatos sobre territórios africanos.

85 Ver SEGAL e FIRST, 1967.

86 Ver SARRAUT, 1923.

equitativo a seu povo", dirigentes do National Congress of British West Africa, como J. E. Casely Hayford e H. C. Bankole-Bright, conseguiram obter, relativamente à administração de Togo, uma audiência internacional por intermédio da União Internacional das Associações da SDN. Sucessivamente, logo após a Segunda Guerra Mundial, o regime de mandato viria a ceder lugar ao regime de tutela, que previa a evolução para a independência dos territórios a ele submetidos, os quais deveriam receber a visita de missões de inspeção "neutras".

A Grande Guerra assinalou portanto, na história da África, uma virada que, embora menos espetacular que o segundo conflito mundial, nem por isso foi menos importante. Em particular, redesenhou o mapa da África tal como praticamente se apresenta hoje em dia (ver figura 12.7). A Alemanha saiu do grupo das potências coloniais, sendo substituída pela França e pelo Reino Unido em Camarões e Togo, pela União Sul-Africana no Sudoeste Africano e pelo Reino Unido e pela Bélgica na antiga África Oriental Alemã. A Bélgica obteve, ainda, as pequenas mas bem povoadas províncias de Ruanda e Urundi (atuais Ruanda e Burundi)[87].

As delicadas negociações entabuladas em Versalhes para a redistribuição desses territórios entre os Aliados vitoriosos pertencem, a bem dizer, à história da Europa. No entanto, a maneira como Camarões e Togo foram divididos, sem que houvesse a menor preocupação de ordem histórica e étnica, provocou vivíssima amargura em certas parcelas da população desses territórios, sobretudo entre os Ewe do Togo. Para os habitantes das antigas colônias alemãs, a sorte não melhorou muito com a troca de senhores. Na opinião de alguns africanos, a balança até mesmo pendia mais em favor dos primeiros; em Camarões e Togo, a população guardava certa nostalgia do antigo regime, pois os franceses haviam introduzido o sistema de trabalho obrigatório e os britânicos estavam menos empenhados que seus primos germânicos no desenvolvimento dos territórios[88].

Pelo fato de a França e o Reino Unido considerarem puramente transitório o papel de mandatários, os dois Togo foram menos desenvolvidos que a Costa do Marfim e a Costa do Ouro, assim como Tanganica

(Tanzânia) menos que o Quênia ou Uganda. E, se o Sudoeste Africano desenvolveu-se de maneira espetacular sob a "administração" sul-africana, foi em benefício de uma população de colonos em rápido crescimento. No que se refere aos autóctones, a brutalidade da dominação alemã deu lugar a um regime

87 Ver LOUIS, 1963b, para uma análise das negociações que levaram a Conferência da Paz a atribuir Ruanda e Urundi aos belgas.

88 Ver WELCH, 1966, p. 58.

abertamente racista, defensor de uma política de povoamento e de exploração do país pelos brancos e para os brancos.

Embora essencialmente europeia, a Primeira Guerra Mundial teve profundas repercussões na África. Assinalou ao mesmo tempo o fim da partilha do continente e das tentativas africanas para reconquistar uma independência fundada na situação política anterior a essa partilha. Foi causa de profundas transformações econômicas e sociais para numerosos países africanos, mas inaugurou um período de vinte anos de calma para as administrações europeias, exceção feita a zonas como o Rīf francês e espanhol, a Mauritânia francesa e a Líbia italiana.

Todavia, semeada durante a guerra, a ideia da autodeterminação dos povos e da responsabilidade das potências coloniais deveria, no decurso do período ulterior de paz, influenciar profundamente o desenrolar dos movimentos nacionalistas nascentes. Mas seria necessário, ainda, o cataclisma de uma segunda guerra mundial para que esses movimentos, que antes reclamavam apenas um papel mais importante na administração, viessem a exigir as rédeas do poder.

CAPÍTULO 13

A dominação europeia: métodos e instituições

Raymond F. Betts (revisão de *A. I. Asiwaju*)

A "política indígena"

Pouco depois de conquistada e ocupada pelas potências imperialistas europeias, ou quase ao mesmo tempo, a África foi envolvida em uma rede administrativa colonial que, embora pouco uniforme e um tanto complexa, unificava-se com base em algumas ideias e crenças comuns. Fenômeno único quer na história, quer no mundo submetido à dominação europeia, a política colonial tomou na África o sentido de "política indígena". Entendendo-se que a expressão correspondia a inúmeras definições diferentes na administração dos "indígenas" – termo geralmente empregado para designar os africanos –, também se admitia, tanto em teoria como na prática, que o poder colonial não estaria efetivamente assegurado senão com a ajuda do pessoal e das instituições autóctones, desempenhando uma função complementar ou auxiliar.

Esta concepção provinha da situação colonial já estabelecida pelos europeus que desde o século XIX governavam a África. Com a notável exceção da Argélia e da África austral, esse vasto continente era, em razão do seu clima, quase que totalmente considerado pouco propício a uma colonização intensiva pelos brancos; de resto, as populações locais pareciam geograficamente muito dispersas para permitir uma administração direta eficaz do pessoal europeu. Basicamente, a África afigurava-se um conglomerado de Estados tropicais cujas populações

FIGURA 13.1 Sir Frederick Lugard (1858-1945), alto-comissário da Nigéria do norte, 1900-1907, 1912--1914; depois, governador da Nigéria, 1914-1919. (Foto: Mary Evans Picture Library.)

FIGURA 13.2 Louis-Gabriel Angoulvant, governador da Costa do Marfim, 1908-1916. (Foto: Roger-Viollet.)

FIGURA 13.3 General Joseph Simon Gallieni (1849-1916), comandante superior do Sudão francês, 1886-1888; governador-geral de Madagáscar, 1896-1905. (Foto: BBC Hulton Picture Library.)

FIGURA 13.4 Albert Heinrich Schnee (1871--1949), governador da África Oriental Alemã, 1912-1918. (Foto: BBC Hulton Picture Library.)

deveriam ser ao mesmo tempo arregimentadas e dirigidas pelos europeus, para fins determinados a partir do exterior. O que *sir* Frederick Lugard (mais tarde, lorde Lugard) definia como "duplo mandato" – em sua célebre obra, intitulada justamente *The Dual Mandate,* publicada pela primeira vez em 1922 – era geralmente aceito como justificativa teórica da presença europeia: desenvolvimento social e econômico, para o bem tanto da África como do resto do mundo.

Consequentemente, de acordo com a ideologia imperialista da época, a finalidade da presença europeia definia-se em termos de responsabilidade ou de tutela. O informe oficial do governo britânico, expedido no Quênia em 1923, declarava: "O governo de Sua Majestade considera-se exercendo, por conta das populações africanas, uma tutela [...] cujo objetivo pode ser definido como a proteção e o progresso das raças indígenas...[1]". No célebre estudo *La mise en valeur des colonies françaises,* Albert Sarraut, ministro francês das colônias, escrevia a propósito da França: "O único direito que ela quer conhecer é o direito de o mais forte proteger o mais fraco". A França, prosseguia ele, garantia "o crescimento econômico e o desenvolvimento humano" de suas colônias[2].

Ambas as declarações evocam esse estado de espírito paternalista, em relação à África colonial, de que o pensamento europeu se havia inteiramente impregnado e que foi simultaneamente internacionalizado e institucionalizado com o sistema de mandatos criado pela Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial. Como proclamava o artigo 22 do pacto da Sociedade das Nações, o empreendimento colonial, sobretudo na África, passaria a ser promovido em nome de um ideal superior de civilização e convinha "confiar a tutela desses povos [as populações coloniais] às nações desenvolvidas"[3]. Subjacente a essa retórica transparecia mais uma vez o sentimento de superioridade cultural e racial que se formara nos séculos XVIII e XIX e que se expressava na qualificação de "crianças grandes" ou "não adultos" aplicada aos africanos. A dominação europeia, que exigia essa condição social imaginária, supunha perdurar por muito tempo, prolongando indefinidamente a colonização da África.

As raras zonas onde já se haviam estabelecido importantes minorias brancas, na época expandidas com a chegada de numerosos imigrantes, pareciam destinadas a uma colonização permanente e à continuidade da supremacia europeia

1 *Indians in Kenya,* Cmd. 1922 (1923).

2 SARRAUT, 1923, p. 19.

3 Ao ingressar na Sociedade das Nações, no entanto, a União Soviética expressou certa reserva com relação a alguns artigos do pacto. Desaprovou particularmente o artigo 22 e, consequentemente, recusou-se a nomear um representante junto da Comissão de Mandatos.

em tudo o que dissesse respeito à política e à propriedade. No entanto, mesmo nessas zonas (exceto na África do Sul, onde uma política de segregação demasiadamente rígida já se havia imposto), falava-se com boa vontade em desenvolvimento cooperativo e, ao menos oficialmente, as populações africanas eram convidadas a se deixar conduzir pelos europeus.

Para além dessas considerações, a política colonial não tinha objetivos claros e definitivos. Visão a curto prazo mais que sistema bem definido, a versão britânica apresentava traços de autonomia administrativa, enquanto as formas francesa e portuguesa implicavam certa integração política. Oscilando entre esses polos – política de "diferenciação" e política de "assimilação" –, a administração colonial de entre as duas guerras era, aos olhos daqueles que deviam aplicá-la, um exercício de adaptação cultural e política necessariamente empírico.

Não obstante, as ideias e experiências que viriam a desempenhar um papel futuro remontavam, todas elas, ao período anterior à Primeira Guerra Mundial. Ao "retalhamento teórico" da África, verificado nas duas últimas décadas do século XIX, seguiu-se um período de conquista e dominação militar que determinaria a maior parte dos métodos de controle administrativo empregados desde antes do final do século. Como resultado, o período de entre guerras foi aquele em que inúmeras dessas antigas práticas se estruturaram em política oficial e no qual o oportunismo administrativo foi elevado ao nível de teoria bem articulada. Retrospectivamente, esse período surge claramente como o da burocratização da administração colonial.

Se bem que inicialmente não houvesse uma concepção universalmente aceita para a administração colonial na África, existia, no entanto, uma convergência bastante significativa de opiniões sobre aquilo a que se poderia chamar administração conjunta ou, em linguagem mais corrente, administração indireta; aquilo que permitia às autoridades africanas participar do poder colonial, em seus papéis políticos tradicionais ou nos que os europeus lhes impunham, mas incontestavelmente em posição subordinada. O acordo geral com relação a esse grande princípio explica-se de muitas maneiras. Em primeiro lugar, as modalidades históricas da constituição dos impérios coloniais em fins do século XIX não foram estranhas a isso, assim como a dimensão dos impérios acrescentou um novo elemento ao problema da administração colonial. Em segundo lugar, a penetração do continente africano deu-se em ritmo tal que o pessoal europeu disponível logo se tornou insuficiente para administrar as novas possessões, tanto mais que elas se estendiam a regiões com as quais não se estabelecera, até então, nenhum contato cultural europeu. Desse modo, a administração direta seria uma experiência inteiramente nova e, portanto, pouco viável no plano imediato. Foi

essencialmertte devido a essa situação, já analisada por vários observadores[4], que, diferentemente dos pequenos territórios costeiros submetidos à administração direta, as vastas possessões do interior foram administradas de maneira indireta. No final do século, além disso, o colapso da administração empreendida por companhias concessionárias exigiu o estabelecimento de uma autoridade nacional sobre vastas regiões que os europeus não mantinham com solidez, o que de todo modo, salvo na África Oriental Alemã, acarretou o surgimento de um tipo de administração bastante frouxa, análoga aos métodos brandos anteriormente empregados pelas companhias, e de que a Somália era exemplo flagrante.

Havia ainda razões derivadas da percepção cultural dos europeus e que denotavam intenções políticas. Não somente o princípio do império "barato", que nada ou quase nada custava diretamente à metrópole, tinha aceitação geral, mas julgava-se também que, quanto menos a ordem social fosse abalada, mais ativa seria a cooperação dos povos autóctones. A respeito da política britânica na África, Lugard afirmava que "para terem êxito e promoverem a felicidade e o bem-estar do povo, as instituições e os métodos devem estar profundamente arraigados em suas tradições e preconceitos"[5]. Em 1906, o ministro francês das colônias, Georges Leygues, declarava: "O princípio fundamental de nossa política colonial deve ser o respeito escrupuloso de crenças, costumes e tradições dos povos submetidos ou protegidos[6]".

Explicações e argumentos a respeito da falta de pessoal e da necessidade de reduzir as despesas ao mínimo necessário estão igualmente ligados a um problema mais fundamental, que impôs a adoção do sistema conjunto de administração a todos os governos coloniais do século XX: o malogro da política administrativa direta ou assimilacionista, tão em voga no século XIX. Quer se tratasse dos franceses com as Quatro Comunas do Senegal (Dacar, São Luís, Rufisque, Goreia), ou dos ingleses com as colônias da Coroa (Serra Leoa, Costa do Ouro – atual Gana – e Lagos – pertencente à atual Nigéria), a assimilação malograra em fins do século passado, e não somente por causa da resistência cultural dos povos africanos. Aos funcionários coloniais ingleses e franceses faltava entusiasmo, devido aos conflitos e atritos que se produziam entre a elite colonial europeia e os africanos educados à moda ocidental. Nas colônias inglesas e francesas, o fim do século XIX foi assinalado pela frustração geral das expectativas desses africanos ocidentalizados. Como observou justamente A.

4 Ver PERHAM, 1960b, p. 140-1; FAGE, in GIFFORD e LOUIS (orgs.), 1967, p. 703.

5 LUGARD, 1929, p. 211.

6 *La Dépêche Coloniale,* 12 de julho de 1906, p. 1.

E. Afigbo[7], o final do século XIX não se caracterizou somente pelo sistemático afastamento dos africanos "cultos", que nas décadas anteriores ocupavam postos de responsabilidade nas colônias britânicas da África ocidental, mas também pela redução da possibilidade de os africanos se tornarem cidadãos franceses no Senegal e em outras colônias. Deve-se, portanto, a essa falta de solidariedade entre colonialistas europeus e africanos cultos a escassez artificial de pessoal administrativo verificada em fins do século passado, quando os novos regimes começaram a restringir o recrutamento de africanos altamente capacitados para a administração.

Dadas essas condições, nenhuma potência colonial procurou eliminar de imediato e por completo as estruturas sociopolíticas existentes. De qualquer modo, as políticas apresentavam grande diversidade, desde a aceitação relutante e a adaptação forçada dessas estruturas (como na Angola portuguesa e na África Oriental Alemã) até os esforços deliberados para conservar as instituições (caso da Nigéria do norte britânica e do Marrocos francês). Não obstante, as exigências fundamentais do sistema colonial produziram em toda parte o efeito de modificar os objetivos e, portanto, distorcer as funções das instituições africanas básicas, enfraquecendo-as. O próprio fato de os Estados africanos terem sido, na sua maior parte, anexados por conquista e pelo exílio ou destituição de seus dirigentes lançou em descrédito toda a antiga administração. A generalização de um sistema fiscal concebido por europeus constituiu certamente outra medida colonial demolidora, mas até mesmo tímidos esforços no sentido do que hoje se chama modernização remodelaram as instituições locais. Ainda que a existência da maioria das populações africanas não tenha sido essencialmente afetada pela presença dos europeus, as instituições políticas de base, em compensação, foram profundamente alteradas.

O regime colonial e suas estruturas

Do palácio do sultão do Marrocos ao *kraal* de um chefe da África oriental ou austral, os administradores coloniais europeus procuravam e encontravam, entre as "autoridades indígenas", aliados ou agentes para transmitir eficientemente as exigências da dominação estrangeira ao conjunto das populações africanas. Era uma estrutura de autoridade assimétrica, não importando quão pouco as instituições existentes fossem modificadas ou estivessem subordinadas

7 AFIGBO, in AJAYI e CROWDER (orgs.), 1974, p. 443.

às necessidades dos europeus. No topo da pirâmide administrativa encontrava-se o governador ou residente-geral, que, embora em última instância responsável perante o governo da metrópole, usufruía muitas vezes do poder como um soberano.

O quadro institucional em que o governador agia variava consideravelmente em dimensão e complexidade, mas, via de regra, era assistido, no período de entre as duas guerras, por uma espécie de conselho ou comissão consultiva que representava ao mesmo tempo interesses "oficiais" (administrativos) e interesses "não oficiais" (dos colonos ou dos comerciantes). Nos sistemas francês, português e belga, a centralização da administração colonial reservava o poder legislativo à metrópole, mas nas possessões britânicas da África os conselhos coloniais tomaram efetivamente o caráter de assembleias protoparlamentares, em que os eleitos ou nomeados, ou ambos, viram suas funções pouco a pouco passarem do consultivo ao legislativo, preparando assim, sem querer mas de acordo com um processo muito lógico, a via para a devolução dos poderes políticos. Quando os africanos começaram a estar presentes nos organismos consultivos coloniais, principalmente no caso do sistema britânico, seu número e o modo como eram designados constituíam garantia suficiente de que não teriam influência sensível no modo de dominação europeia de entre as duas guerras.

A instituição central de toda a organização colonial era o distrito ou região (chamada *cercle* na África Ocidental Francesa, vocábulo militar que recordava a natureza da aquisição colonial). Sobre a região, distrito ou *cercle,* um administrador europeu exercia a autoridade e dirigia as atividades tanto dos subordinados europeus como das autoridades africanas integradas à administração colonial.

O elemento africano mais importante, aquele cujo papel tem sido mais discutido, era o chefe local. Na verdade, todas as potências coloniais dependiam do chefe, tradicional ou designado, como elemento nuclear da estrutura administrativa. O administrador colonial francês Robert Delavignette explicou de modo sintético a natureza do sistema, e sua análise aplicava-se não somente à África Ocidental Francesa:

> Não há colonização sem política indígena; não há política indígena sem comando territorial; e não há comando territorial sem chefes indígenas que atuem como correias de transmissão entre a autoridade colonial e a população[8].

Embora nenhum observador ou crítico tenha jamais questionado a atividade dos chefes locais como parte integrante do sistema colonial em todo o

8 DELAVIGNETTE, 1946, p. 121.

continente, os especialistas, em compensação, muito têm discutido sobre a utilização que deles faziam as diversas potências europeias[9]. A grande questão é a diferença entre administração direta e administração indireta, entre delegação da autoridade europeia aos chefes africanos e mediação europeia da autoridade tradicional desses chefes. Os pesquisadores, na sua maioria, mostram interesse pela distinção entre os modos de poder dos britânicos e dos franceses na África subsaariana, os quais se diferenciavam pelos métodos, se não pelos resultados. Mas, para recolocar o problema no seu quadro histórico, talvez seja preferível proceder a uma análise geral da política praticada no continente, reservando no entanto, ainda, uma atenção particular para as atividades de britânicos e franceses.

A explicação mais célebre dada à importância da "autoridade indígena" para a ordem colonial é a de Lugard, teórico do método de dominação mais discutido e mais imitado: a administração indireta. Como tantos outros administradores coloniais, fazia da necessidade virtude, mas raros falaram dessa virtude com tanta persuasão.

Encarregado de administrar o vasto território da Nigéria do norte depois da transferência dos poderes da Royal Niger Company para o Estado, com falta de pessoal e de fundos, Lugard compreendeu que estava fora de cogitação a ideia de controle direto; mas, se chegou a tal conclusão, foi também por estar pessoalmente convencido, desde a época em que servia em Uganda, de que o melhor método de administração colonial era a utilização das instituições autóctones existentes. Foi assim que entre 1900 e 1907, durante o período em que ocupou o posto de alto-comissário na Nigéria, Lugard elaborou sua linha geral de ação, dela fornecendo explicação detalhada em inúmeras instruções aos administradores, todas publicadas em *Political Memoranda.*

O melhor resumo de sua política está contido em uma série de instruções a seus subordinados, datadas de 1906, nas quais preconiza "um governo único, onde os chefes africanos tenham deveres bem definidos e uma posição reconhecida equivalente à das autoridades britânicas"[10]. Aquilo que deveria vir a ser o sistema de administração indireta fundava-se, portanto, não na subordinação, mas na colaboração com o residente britânico, exercendo este essencialmente funções consultivas em vez de executivas. Ao chefe africano – neste caso, o emir peul – cumpria desempenhar o seu papel tradicional, seguindo diretrizes bem precisas, mas não rígidas, da administração colonial. Tentando dessa forma

9 Ver DESCHAMPS, 1963; CROWDER, 1964; CROWDER e IKIME (orgs.), 1970; ASIWAJU, 1976a.

10 LUGARD, 1919, p. 298.

integrar os emires ao sistema colonial, Lugard queria deixar-lhes a maior parte de suas antigas responsabilidades, funções e prerrogativas, para que eles continuassem aparecendo aos olhos de seu povo como chefes legítimos.

O regime de Lugard não apenas baseava-se na utilização das autoridades existentes, mantidas suas funções tradicionais, mas visava ainda a outro objetivo: esperava-se que produzisse alterações no modelo europeu, sobretudo com respeito à justiça e à tributação[11]. "A grande tarefa da administração indireta", escrevia o biógrafo de Lugard num artigo em defesa de sua política, "é não intervir nas rivalidades entre africanos, deixando campo livre suficiente para que encontrem eles próprios o ponto de equilíbrio entre o conservadorismo e a adaptação"[12] A realização dessa tarefa estava em grande medida subordinada ao conhecimento dos administradores europeus sobre os costumes e as instituições locais, e também, claro está, à disposição das autoridades autóctones para operar esses ajustes, buscando modernizar suas próprias instituições.

Tal como a esboçamos, a administração indireta na Nigéria do norte pode ser justaposta a outro modelo que, a exemplo do de Lugard, teve êxito principalmente em regiões inteiramente submetidas às instituições políticas muçulmanas. Foram os franceses que primeiro definiram teoricamente essa forma de administração indireta, cujo alcance superava o quadro africano. Por eles denominado *politique d'association,* o modelo teve muita voga na virada do século e foi entusiasticamente oposto ao antigo ideal de assimilação política. Jules Harmand, o teórico conservador do colonialismo, nos oferece dele uma excelente explicação, em longo trecho da obra *Domination et colonisation,* publicada em 1910 com grande repercussão. A associação – declarava – é uma forma de "administração indireta, com a conservação, embora melhor vigiada e dirigida, das instituições do povo submetido e com o respeito por seu passado"[13]. Em 1923, a publicação da obra de Sarraut, *La mise en valeur des colonies françaises,* marcou a consagração oficial dessa política.

Proposta originariamente para a Indochina e mais tarde erigida em política para a África, a "associação" nem por isso deixava de estar geograficamente limitada como prática colonial. Os franceses só a consideraram seriamente no Marrocos, sobretudo por causa do interesse que os assuntos referentes aos africanos inspiravam ao residente-geral, Louis-Hubert Lyautey (ver figura 13.5),

11 Na Nigéria, as modificações provocadas pela administração indireta estão cuidadosamente documentadas em IKIME (org.), 1980, capítulos 25, 26 e 27.

12 PERHAM, 1934, p. 331.

13 HARMAND, 1910, p. 163.

a quem a metrópole deixou as mãos quase livres nos primeiros anos do protetorado. As estruturas do Estado xerifiano foram preservadas em todo o território marroquino e, em âmbito local, a ação administrativa assemelhava-se estranhamente ao modelo proposto por Lugard. O *contrôleur civil* francês devia desempenhar o papel de conselheiro e não de superior hierárquico junto do *cádi,* magistrado muçulmano que exercia suas funções de acordo com o direito muçulmano (*shari'a*). Organização semelhante existia no Marrocos espanhol, onde a atividade do *cádi* era orientada pelo *interventor,* equivalente espanhol do *contrôleur civil.* A instituição do *cádi* foi conservada também na Somália italiana, mas dividindo as responsabilidades com chefes designados.

Teoricamente, a administração indireta era praticada também nos territórios coloniais franceses ao sul do Saara; na realidade, porém, as coisas se passavam de modo diferente. De acordo com um documento frequentemente citado, pois descreve muito bem os métodos empregados pelos franceses entre as duas guerras, em 1917 o governador-geral da África Ocidental Francesa, Joost Van Vollenhoven, declarava: os chefes "não têm poder próprio de nenhuma espécie, pois não há duas autoridades dentro do *cercle* [...]; não há senão uma! Só o *commandant du cercle* comanda; somente ele é responsável. O chefe indígena não passa de um instrumento, de um auxiliar" [14]. Apesar das declarações oficiais, portanto, os franceses serviam-se das autoridades indígenas não indiretamente, mas diretamente – e sob a autoridade da administração colonial. E os portugueses faziam o mesmo.

Embora desacreditado por algumas críticas que o consideravam exageradamente conservador[15], o sistema de administração indireta de Lugard conseguiu inicialmente bons resultados na Nigéria do norte; e foi estendido depois da guerra à maior parte das possessões britânicas da Africa, inclusive aos territórios de Tanganica e Camarões, tomados à Alemanha. Os belgas o adotaram no próprio Congo, depois de 1920. Se bem que as condições não fossem em parte alguma melhores, nem os resultados mais brilhantes do que aquele obtido na região habitada pelos Haussa e Peul na Nigéria do norte, os britânicos tentaram de fato seguir as grandes linhas de costumes locais, de modo que até instituições recém-criadas, como os conselhos locais, estavam em consonância com as formas autóctones de organização. A notável exceção, contudo, era a África do Sul, país em que a noção de "autoridade indígena" constituía o meio pelo qual a

14 VAN VOLLENHOVEN, 1920, p. 207.

15 Para uma análise mais recente, ver ABUBAKAR, in IKIME (org.), 1980.

FIGURA 13.5 Louis-Hubert Lyautey (1859-1935), residente-geral francês no Marrocos, 1912-1925 (por Chabellard). (Foto: Roger-Viollet.)

minoria branca garantia a administração local dos africanos, agora confinados em reservas territoriais pela política de segregação.

Em toda a África subsaariana, no período de entre guerras o chefe local deixou de ser uma "autoridade indígena", para tornar-se agente administrativo. Suas atribuições e poderes tradicionais foram muito atenuados ou diminuídos. Essa mudança de posição, mesmo nas regiões submetidas à administração indireta, pode ser facilmente explicada. Com efeito, as funções tradicionais eram ampliadas sob pressão das novas exigências: recolhimento de impostos, operações de recenseamento, recrutamento de mão de obra e alistamento. E quando os europeus julgavam que os postos de autoridade tradicional não estavam desempenhando a contento, colocavam neles ex-combatentes, sargentos ou funcionários. Esse era particularmente o caso nas colônias francesas e portuguesas, onde comumente violavam-se as regras locais do recrutamento dos chefes. Além disso, os chefes eram às vezes encarregados de um papel político que outrora não cabia em suas atribuições; ou, então, lotados em sociedades acéfalas, onde não haviam tido antes nenhuma função administrativa. Houve exemplos dos dois casos entre os Igbo da Nigéria, os Gikuyu do Quênia e os Langi do norte de Uganda[16].

Com o estabelecimento da administração europeia, os chefes foram manipulados como um pessoal administrativo passível de se transferir e remover à vontade, para satisfação das necessidades coloniais. Foram abolidas e criadas circunscrições, segundo eram consideradas supérfluas ou úteis às exigências coloniais. O caso mais impressionante foi, sem dúvida, o do Congo Belga (atual Zaire), país em que, depois de 1918, as reformas propostas pelo ministro das colônias, Louis Franck, redundaram numa revisão completa da ordem colonial. O número de circunscrições (*chefferies*) caiu de 6095 em 1917 para 1212 em 1938. Além disso, uma circunscrição administrativa inteiramente nova, o *secteur,* foi criada para consolidar a reforma. De acordo com o mesmo espírito, os franceses decidiram adotar, na África ocidental, uma nova circunscrição, o *canton* – agrupamento de aldeias que, no dizer de um governador, "fica submetido à autoridade de um *agente administrativo indígena,* que passa a ser nomeado chefe de cantão"[17]. Na Líbia, um decreto real de 31 de agosto de 1929 submeteu as populações à nova organização administrativa que previa principalmente a

16 A esse respeito, ver especialmente TIGNOR, 1971; TOSH, 1973; AFIGBO, 1972; OCHIENG e MURIUKI, em OGOT (org.), 1972.

17 "Programa de ação econômica, política e social", 1933, p. 185; Apud SURET-CANALE, 1971, p. 323. Em itálico no original do autor.

FIGURA 13.6 A administração indireta em ação: o príncipe de Gales recebe chefes em Acra, durante uma viagem à Costa do Ouro, 1925. (Foto: Illustrated London News Picture Library.)

divisão das populações nômades da colônia em "tribos" e "subtribos", conforme a vontade do governador, aconselhado pelo comissário regional. E mesmo os britânicos operaram modificações análogas na zona oriental da Nigéria, quando aí foi introduzida a administração indireta. Em presença dos chefes locais, cuja autoridade não podiam então definir com precisão, os britânicos introduziram o princípio do "chefe designado", com autoridade sobre territórios povoados por milhares de habitantes, mas nomeado diretamente pelo governo colonial [18].

O papel do administrador local complicava ainda mais a situação. Fossem quais fossem suas intenções, acabava invariavelmente por tornar-se um chefe auxiliar. Como Delavignette sublinha com satisfação, o administrador colonial não era de forma alguma um administrador, mas um chefe, e reconhecido como tal pelas populações africanas submetidas à sua autoridade. A função essencial do administrador, afirmava ele, é de "agir como chefe"[19]. O discreto e reservado papel que Lugard imaginara para o residente britânico na Nigéria do norte não foi aceito pelos administradores franceses e portugueses, que reservavam para si a parte mais importante no exercício da autoridade local. Na Somália italiana, os administradores aproximavam-se mais dos britânicos no que se refere às relações com os chefes locais, mas mesmo nesses dois grupos as teses de Lugard eram necessariamente modificadas pelas exigências do regime colonial e pela personalidade de quem o exercia. Entre os funcionários coloniais em serviço na África, eram raros aqueles que, em tais relações, davam provas da sutileza e da faculdade de identificação que o bom funcionamento do sistema de administração indireta de Lugard exigia. Além disso – e o que é mais importante – as novas exigências sociais impostas pelo colonialismo não tinham qualquer ponto em comum com o costume africano, e só foram integradas às instituições autóctones mediante distorções.

Objetivos e imposições do colonialismo

Para além da retórica oficial, os objetivos concretos da colonização revelaram-se muito restritos. Limitavam-se essencialmente a manter a ordem, evitar despesas excessivas e constituir uma reserva de mão de obra, primeiro para transporte de cargas e depois para construção de estradas e ferrovias, mas também para fins comerciais. Na prática, esses objetivos eram atribuídos às funções da administração local,

18 Para maiores detalhes, ver AFIGBO, 1972.

19 DELAVIGNETTE, 1946, p. 29.

e cumpridos de três maneiras: reforma dos sistemas judiciários, recurso ao trabalho forçado e instituição de impostos pessoais. As duas últimas fórmulas, dentre inúmeras instituições coloniais, foram as que mais perturbações provocaram, ao passo que a primeira talvez tenha sido a mais cuidadosamente planejada pelos europeus.

A introdução das instituições judiciárias europeias deixou quase sempre algum espaço ao direito consuetudinário africano e, conforme o país (a Somália italiana, por exemplo), ao direito muçulmano. Não obstante, também provocou mudanças. Como lorde Hailey observou, o princípio fundamental do direito europeu divergia claramente dos sistemas africanos, pois estava centrado no castigo do culpado é não na reparação do prejuízo causado à vítima [20]. Inúmeras vezes o poder colonial tentou instaurar uma diarquia judiciária, pela qual litígios civis entre africanos seriam julgados de acordo com os procedimentos pré-coloniais, enquanto o crime e os litígios entre europeus cairiam diretamente sob a jurisdição colonial.

No entanto, com a notável exceção das colônias portuguesas, foi criado ou fortalecido, um pouco por toda a parte, um sistema de tribunais voltado para as necessidades dos africanos, tais como as entendiam os europeus[21]. Na primeira década do século, os italianos na Somália e os alemães na África oriental procuraram ampliar os poderes judiciários dos chefes ou magistrados africanos. Mas foi na costa ocidental que tentativas do mesmo gênero foram levadas mais longe e com maior êxito, com a instalação dos "tribunais indígenas" por Lugard. Parte integrante da trípode "administração indígena", o "tribunal indígena" era para Lugard um instrumento para "inculcar a ideia da responsabilidade e desenvolver em uma comunidade primitiva certo sentido da disciplina e do respeito à autoridade"[22]. Presididos por africanos e essencialmente destinados a tratar dos assuntos indígenas, esses tribunais deviam respeitar tão estritamente quanto possível o direito consuetudinário africano, modificando-o somente quando se afastasse das normas jurídicas fundamentais dos ingleses. O modelo de Lugard foi aplicado em numerosas possessões britânicas e nos territórios sob mandato, e imitado pelos belgas no Congo.

Já os franceses aplicaram um método diametralmente oposto, que buscava reduzir os poderes dos africanos para fazer do administrador a única autoridade judiciária. Mesmo assim, o elemento mais singular e menos equitativo do sis-

20 HAILEY, lorde, 1957, p. 591.

21 Em ADEWOYE, 1977, pode ser encontrado fascinante estudo de um caso desse processo.

22 LUGARD, 1929, p. 548.

tema francês ainda era o *indigénat*[23]. Empregado primeiro na Argélia na década de 1870, foi depois adotado na África Ocidental Francesa na década de 1880 e, tanto aí como na Argélia, sobreviveu até o fim da Segunda Guerra Mundial. Regulamentado por um decreto de 1924, o estatuto do indigenato permitia a qualquer administrador francês aplicar pena de até quinze dias de prisão e de multa por diversas infrações, desde atraso no pagamento de impostos até falta de respeito para com funcionários franceses.

Os impostos pessoais, que afinal incidiam sobre todos os africanos do sexo masculino, tinham repercussão mais profunda que os regimes jurídicos. Concebidos originariamente como meio de autofinanciamento da colonização, também os inspirava a ideia de obrigar os africanos a participarem das atividades econômicas dos europeus, ampliando o setor monetário da economia. Nos primeiros anos do século XX, esses impostos estavam regulamentados como nenhuma outra instituição colonial, depois de ter passado por um claro ciclo de evolução[24]. O imposto de palhota, muito difundido nos primeiros anos da dominação colonial, também suscitou contestações e protestos entre os africanos[25]. Na década de 1920 foi, de modo geral, substituído por um imposto pessoal ou capitação, que permaneceu como forma de tributação mais generalizada até o fim da era colonial. Entre as duas guerras, tentou-se várias vezes transformá-lo num imposto progressivo, segundo a região ou o rendimento potencial das terras. Finalmente introduzido, na década de 1920, em várias possessões britânicas e no Congo Belga, o imposto sobre a renda das pessoas físicas visava sobretudo os não-africanos, em geral os únicos a possuir renda suficiente para sofrer tributação.

Em meio a esse quadro geral, havia numerosas variantes regionais, a mais importante das quais relacionada com a noção de "autoridade indígena" lançada por Lugard. Como este escrevia em *Dual Mandate,* "o imposto [...] é, em certo sentido, a base de todo o sistema, já que proporciona os meios para pagar ao emir e a todos os subordinados"[26]. A instituição que assegurava o funcionamento do sistema era o "tesouro indígena", ideia cuja paternidade cabe a *sir* Charles Temple, a serviço de Lugard na Nigéria do norte. Cada "autoridade indígena" devia receber de volta uma porcentagem dos impostos arrecadados em seu distrito, destinada a um "tesouro indígena" alimentado também pelo produto de diversas licenças e multas aplicadas pelos tribunais. Era desse fundo que o

23 Para um estudo mais recente e detalhado, ver ASIWAJU, 1979.

24 HAILEY, lorde, 1957, p. 676.

25 Ver o capítulo 6.

26 LUGARD, 1929, p. 201.

emir ou o chefe retirava sua própria renda e pagava aos seus subordinados. O remanescente seria empregado no funcionamento e na melhoria dos serviços públicos. A fórmula, aplicada originalmente nos emirados, estendeu-se, com a administração indireta, não só às possessões britânicas das costas oriental e ocidental, mas também ao Congo Belga.

Dentre todas as inovações coloniais, o sistema tributário foi o que mais contribuiu para a burocratização da administração colonial. Atribuía uma função comum ao administrador e ao chefe africano que, ao fixar e recolher o imposto, muitas vezes de acordo com os conselhos locais de anciãos ou de notáveis, relembrava a todos o poder regulamentador do novo sistema[27]. Ademais, depois dos cobradores de impostos propriamente ditos, não tardaram a aparecer agentes administrativos que passaram a integrar uma nova elite colonial. Dentre eles, os mais representativos e os mais contestados foram, provavelmente, os *akida,* empregados pelos alemães na África oriental. Antes da colonização europeia, esses funcionários de língua kiswahili estavam lotados na região costeira; então, a administração alemã atribuiu a eles novas funções e transformou-os em cobradores de impostos e recrutadores de mão de obra. Em 1936, funcionários africanos foram nomeados cobradores de impostos na Rodésia do Norte, novo indício da tendência para a burocratização.

A introdução de impostos em moeda foi logo seguida pelos impostos em trabalho, manifestação clara das tentativas europeias para arregimentar mão de obra na organização econômica da aventura colonial. O *impôt de cueillette,* que permitia a coleta de borracha selvagem no Estado Livre do Congo, foi o mais criticado; mas o que vigorou por mais tempo (só seria abolido em 1944) foi o imposto em trabalho chamado *prestation,* ao qual estavam obrigados todos os homens das possessões francesas da África ocidental e da equatorial, salvo se o remissem mediante pagamento à vista. Inversamente, em Camarões os alemães permitiam aos africanos libertarem-se da capitação "pagando" em trabalho. E, em uma região de Uganda, os britânicos conservaram o *luwalo* – tributo pré-colonial de um mês de trabalho para as obras públicas – até 1938, data em que foi substituído por um imposto em numerário. Os impostos, entretanto, não passavam de exceções ao sistema de trabalho forçado que todas as potências coloniais empregavam.

Sempre às voltas com a falta de mão de obra para novos projetos e novos empregos financiados pelo regime colonial, os administradores europeus impuse-

27 Lugard, em particular, exaltava os méritos do imposto pessoal por assinalar "o reconhecimento do princípio segundo o qual cada indivíduo tem, em relação ao Estado, obrigação proporcional aos seus meios", ibid., p. 232.

ram sua dominação antes do final do século graças a um sistema de arregimentação praticamente forçada, que, de resto, destinava-se muitas vezes a satisfazer tanto as necessidades do setor privado como as do setor público. O sistema, é certo, entrou em declínio no início do século XX, seja porque a necessidade de carregadores era menor, seja pela crescente pressão da opinião internacional. Mesmo assim, embora muito modificado, seu uso continuou a fazer parte integrante do regime colonial até o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi esse, pelo menos, o caso da administração colonial francesa, que, até o final do conflito, empregava grande quantidade de africanos submetidos à *prestation,* sobretudo para a construção de ferrovias (por exemplo, na África ocidental). Além disso, as autoridades coloniais francesas frequentemente autorizavam o recrutamento forçado para fins comerciais, como o caso das plantações de seringais na África equatorial e das florestas da Costa do Marfim [28]. Os abusos eram, ainda então, comuns o bastante para suscitar a indignação da opinião pública, da qual André Gide se tornou o intérprete mais eloquente com a célebre *Voyage au Congo* (1927).

Encontravam-se, contudo, no Sudoeste Africano alemão e na União Sul-Africana as formas mais opressivas de regulamentação do trabalho. A política praticada pela União Sul-Africana foi, evidentemente, estendida ao Sudoeste Africano depois da Primeira Guerra, quando ele se tornou território sob mandato. No entanto, o regime alemão precedente era extraordinariamente semelhante ao da União Sul-Africana, os dois igualmente severos: o trânsito dos africanos era regulado por salvo-condutos e cédulas de identidade; leis sobre a vadiagem castigavam quem não estivesse munido de um contrato de trabalho, feito de maneira a dar enorme vantagem ao empregador alemão. Também na União Sul-Africana havia leis sobre vadiagem e trânsito de pessoas, ficando os contraventores sujeitos a penas de trabalho forçado minimamente retribuído. As leis de 1923 sobre os autóctones (regiões urbanas) e sobre a administração autóctone reafirmaram aquelas anteriores referentes ao trânsito, enquanto outros documentos legais, como o de 1922 sobre a aprendizagem, restringiam fortemente as possibilidades de emprego aos africanos.

Meios de controle e de administração

Por diversos que tenham sido as teorias e os métodos da dominação colonial propostos ou aplicados no período de entre as duas guerras, nem por isso deixam

28 O caso da Costa do Marfim foi tratado por SEMI-BI, 1973, e por ANOUMA, 1973.

de delinear um modelo bem nítido de regime burocrático. Na época, a dominação colonial passara do controle militar ao controle institucional civil; o recurso direto à força tendia a ser substituído pela persuasão administrativa. E, mesmo assim, o último argumento do poder colonial continuava a ser o canhão.

Como gostavam de salientar seus mais ardentes defensores, o poder colonial havia sido implantado pela força das baionetas e era com ela que se mantinha. Tendo isto em mente, todas as potências europeias alistavam em suas forças armadas elementos recrutados entre a população autóctone (ver figura 13.4). Embora organização e eficiência variassem segundo as regiões e objetivos nacionais específicos, no período de entre as duas guerras essas tropas coloniais exerciam principalmente funções de polícia, auxiliadas por forças de gendarmes recém-criadas. Mas, como eram frequentemente destacados para regiões perante as quais eram cultural e etnicamente estrangeiros, os soldados africanos sentiam-se desarraigados de seu próprio meio social e hostilizados pelas populações locais, com quem estabeleciam contato pela força. Esse dado, somado à recusa dos europeus em permitir o acesso dos africanos a postos de comando, é que explica o fato de o exército jamais haver cumprido na África, nos movimentos de independência, o papel político que desempenhou na Ásia e no Oriente Próximo. De fato, a única potência colonial a organizar realmente uma polícia militar para os africanos sob sua dominação foi a França, que, desde os primeiros anos do século XX, considerava a África subsaariana uma reserva humana essencial à manutenção da sua posição militar no mundo.

No período de entre as duas guerras, estigmatizado pelos contemporâneos como um período de “paz colonial” , as atividades militares continuavam a pontilhar de forma severa os assuntos africanos. O manifesto desejo europeu de manter, tanto quanto possível, a África militarmente neutra de fato não se concretizou. Os franceses introduziram, em 1919, uma lei de conscrição que previa o recrutamento anual de 10 mil africanos; os britânicos organizaram a Força de Defesa do Sudão, formada somente por oficiais sudaneses e britânicos e destinada primordialmente às necessidades estratégicas imperiais no Oriente Próximo e na África oriental. A *Force Publique* do Congo Belga, exibindo ao mesmo tempo a qualidade de exército de ocupação e de força de polícia, foi muitas vezes usada durante o período para sufocar a resistência representada por movimentos de sincretismo religioso[29]. No contexto de guerra declarada

29 Dentre os muitos estudos sobre o desenvolvimento histórico do militarismo na África moderna, a melhor introdução – aqui e ali genericamente recapitulada neste texto – é de J. S. Coleman e B. Belmont, in JOHNSON (org.), 1962.

FIGURA 13.7 A campanha na África Oriental Alemã: askaris da África oriental enviados como agentes recrutadores pela administração civil. Foto tomada perto do rio Ruwu, em abril de 1917. (Foto: Imperial War Museum.)

é fácil dimensionar os acontecimentos. A campanha italiana para subjugar a Líbia, na década de 1920, bem como o esforço dos espanhóis e dos franceses para rematar a guerra do Rīf, no Marrocos, falam por si. Mas foram superados pela guerra de rapina empreendida por Mussolini contra a Etiópia, fato que encerrou tragicamente o período que estamos analisando.

O histórico das operações militares desenvolvidas na África entre as duas guerras não invalida seriamente a tese que define esse período como de dominação administrativa. Retrospectivamente, ganham relevância os efeitos comuns, e não as intenções divergentes dos métodos e da prática coloniais europeus. Não há a menor dúvida de que, ao burocratizar-se, o regime colonial preparou efetivamente, em parte, apesar de tudo, o movimento pela independência nacional. Os contornos de uma nova elite política delineavam-se lentamente, à medida que em 'diversos serviços coloniais – mas principalmente nos britânicos – os funcionários subalternos e os chefes designados aprendiam a aplicar, em escala modesta que fosse, a regra de Napoleão: "As carreiras abertas ao talento". Centros de formação, como a Escola Normal William-Ponty, em Dacar, preparavam os educadores e os administradores em que a administração colonial se apoiava cada vez mais. Principalmente nas regiões urbanas, começava a soprar o "vento da mudança".

Entretanto, não era isso que os administradores coloniais desejavam. Mesmo quando acentuavam a "preeminência dos interesses africanos", estavam convencidos de que somente eles poderiam garantir e estruturar eficazmente, no plano social e econômico, o bem-estar das populações autóctones. Conforme salientou um dia lorde Cromer, o objetivo de um bom governo e o de um governo independente eram contraditórios no contexto colonial. Deste modo, o sistema colonial afirmava-se enquanto regime autoritário, sem a previsão de vir a outorgar o poder político aos africanos que pretensamente servia. Sua característica mais comum era o paternalismo, e a divisão de responsabilidades era somente tolerada, na melhor das hipóteses, nas zonas de significativa colonização branca. A história dos objetivos cambiantes e da não menos cambiante interpretação da "supremacia dos interesses africanos" no Quênia é das mais esclarecedoras. O informe oficial britânico de 1923 recorria a essa noção para descartar as reivindicações da população autóctone por uma representação equitativa nos assuntos da colônia. Informes posteriores, expedidos em 1927 e 1930, apenas acrescentaram matizes a essa noção: continham concessões à população branca cada vez mais numerosa, a qual era, então, chamada a participar das responsabilidades da "tutela". Supremacia dos interesses africanos, por conseguinte, já não significava preponderância mas apenas consideração por esses interesses.

Mesmo nos territórios onde foram implantadas instituições parlamentares com vistas à criação de um governo colonial dotado de certos poderes, ainda assim visava-se garantir a supremacia dos brancos. Na Argélia, por exemplo, um sistema eleitoral de dois colégios, sancionado pela lei Jonnart, de 1919, comportava uma participação árabe proporcionalmente menor do que a participação europeia nas *Délégations financières,* esboço de parlamento representativo de grupos de interesses e não de regiões geográficas. Já na África do Sul, os africanos não desempenhavam papel algum nos trabalhos parlamentares. A lei de 1936, relativa à representação dos povos autóctones, na realidade suprimiu os africanos dos registros eleitorais da colônia do Cabo e restringiu-lhes a participação política à eleição de um número limitado de brancos em toda a União, os quais representariam os "interesses indígenas". Nessas duas colônias, onde havia forte concentração branca, bem como em todas aquelas em que se encontravam moradores europeus, a minoria demográfica constituía de fato a maioria política, excluindo dessa forma qualquer semelhança com um governo democrático de modelo europeu.

Ainda que, em perspectiva histórica, os efeitos políticos gerais dos diversos métodos de colonização caracterizem-se mais pelas similitudes do que pelas divergências, as diferenças de método exerceram papel importante na preparação da devolução dos poderes pelo regime colonial. O colapso final desse regime na África explica-se, em grande medida, pela fraqueza dos europeus, cada vez mais incapazes – financeira, militar e moralmente – de dar a ele prosseguimento, em face da pressão nacionalista africana. E, no entanto, durante os últimos anos do colonialismo, os métodos preestabelecidos de imposição do poder tiveram influência sobre o processo de mudança. As noções administrativas de assimilação e de diferenciação, de centralização e de autonomia local, tornaram-se então fatores determinantes do processo. Como se verá no último volume desta obra (VIII), às vezes a transmissão dos poderes ocorreu suavemente, mediante o "Westminster system" inspirado no parlamentarismo britânico, escapando ao controle dos conselhos legislativos coloniais que tinham permitido à oposição política definir seus métodos. Um dos mais claros exemplos disso pode ser encontrado no processo de independência da Costa do Ouro, atual Gana. Os casos mais radicais foram os da Argélia francesa e, em época mais recente, os das colônias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, sempre consideradas, de acordo com a tese da assimilação, como prolongamentos ultramarinos do Estado Nacional.

A diversidade dos métodos importa menos, do ponto de vista histórico, do que as similitudes na apreciação da situação colonial. Em que pesem as

proclamações consignadas nos documentos da Sociedade das Nações e desconsiderando o enfraquecimento de suas posições mundiais depois da Primeira Guerra, as potências europeias instaladas na África não pensavam sob hipótese alguma na devolução do poder político durante o período que separou as duas guerras. Com exceção do Egito, a África parecia o único continente onde o colonialismo se instalara para ficar. Aliás, os métodos coloniais foram traçados por inteiro para acomodar os interesses e as intenções das potências europeias. A tarefa política, por conseguinte, consistia essencialmente em adaptar a África aos objetivos europeus, pouco importando se o poder colonial era exercido direta ou indiretamente.

O sistema colonial – e aí está o elemento mais importante de toda a história do período de entre as duas guerras – fixou o quadro administrativo geral no qual o governo nacional devia inserir-se durante a primeira década de independência. A incipiente normalização da vida política no contexto de uma estrutura organizada à europeia constitui o aspecto principal da modernização que os europeus introduziram então na África, mas para servir a seus próprios desígnios.

CAPÍTULO 14

A economia colonial

Walter Rodney

A conquista e as novas relações de produção, 1880-1910

Desde o final do século XV, a África participava da economia mundial como um setor periférico e dependente, inteiramente voltada para a Europa. Mas, em vésperas do estabelecimento da dominação colonial europeia, não existia em solo africano controle estrangeiro algum sobre as atividades econômicas cotidianas. Esta situação foi se estabelecendo progressivamente depois da perda da soberania africana. Ao que parece, o sistema econômico colonial não atingiu o apogeu senão no período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial. Os anos 1880-1935 correspondem, portanto, ao período em que foram lançadas as bases das relações de produção características do colonialismo. A oposição e a resistência africanas mantiveram os futuros colonizadores em xeque até a segunda década do século atual, e até para além disso, em alguns casos. Às tentativas de destruição de sua independência econômica, os africanos respondiam com a violência. Assim o provam algumas lutas anticoloniais célebres, já citadas – como a *Hut Tax War* em Serra Leoa, a revolta dos Bailundu em Angola, as guerras dos Majī Majī na África Oriental Alemã, a rebelião dos Bambata na África do Sul.

Para os africanos, as primeiras evidências da nova economia manifestavam-se como estradas, ferrovias e linhas telegráficas. A construção de sistemas de transporte e comunicações era o prelúdio da conquista: constituíam meios logísticos

que permitiriam novas agressões a partir das bases formadas pelas zonas ocupadas. Muitas vezes chefes africanos opuseram-se a que os europeus levantassem a infraestrutura de transporte e comunicações, mandando as populações derrubarem postes telegráficos e sabotarem vias férreas. Assim se passou na região do Níger e da Senegâmbia, onde a presença militar da França datava das décadas de 1880 e 1890[1]. No entanto, raras eram as estradas e vias férreas de interesse exclusivamente militar: as vias férreas que facilitavam a conquista também serviam para a exploração de amendoim, algodão e outros produtos.

As economias do litoral africano rapidamente viram-se reduzidas a entidades dependentes no âmbito da economia de cada uma das potências colonizadoras, diferentemente das populações do interior, que, no conjunto, foram as últimas a entrar no circuito de colheita dos produtos, cultivos comerciais e trabalho remunerado. Consideráveis investimentos foram necessários para a construção de portos de águas profundas com capacidade adequada de descarga[2], e mesmo assim menores do que aqueles exigidos pela construção de redes de estradas e ferrovias que penetrassem o sertão. O afastamento da costa constituiu um dos elementos deterrninantes do rápido avanço colonial.

O fator mais decisivo para a implantação da economia colonial foi o grau de participação que as diferentes regiões da África tinham na economia mundial. Evidentemente, isso estava relacionado em parte com o fato de que os europeus preferiam exercer sua jurisdição sobre territórios já familiares, e em parte com o fato de que a orientação do comércio exterior pré-colonial predispunha favoravelmente as comunidades africanas às inovações econômicas coloniais, como a cultura de produtos agrícolas especialmente destinados à venda para os europeus. As zonas provedoras de escravos, que se estendiam do Senegal a Serra Leoa, da Costa do Ouro (atual Gana) à Nigéria, do rio Congo a Angola, foram as faixas do litoral onde os europeus primeiro se fixaram. Certos traços da economia colonial já se manifestavam nessas regiões antes mesmo do estabelecimento oficial da dominação estrangeira, pois tanto africanos como europeus procuravam incentivar a produção de gêneros exportáveis, de modo a poderem substituir o tráfico de escravos por um comércio "legítimo". Na África ocidental, chefes, negociantes e outros elementos da população obtinham vantagens com a manutenção de relações comerciais com o exterior e com o acesso a produtos importados. É evidente que a propensão dos africanos a negociar com os europeus não se manteve limitada à costa. Os europeus sabiam que o

1 GANIER, 1965. Ver também o capítulo 6 desta obra.

2 ALBION, 1959.

seu comércio com a África ocidental tinha raízes no interior. De fato, superestimaram a importância das riquezas passíveis de exploração imediata, o que explica o interesse comercial pelas regiões situadas a montante da confluência do Níger-Benue, no decurso das décadas de 1880 e 1890.

Na costa oriental do continente, o comércio do oceano Índico não estava voltado exclusivamente para os países europeus, como também não estava sob o controle de europeus ou de afro-europeus o intercâmbio de longa distância a partir da África oriental. Aos colonizadores cabia suplantar os negociantes árabes, Swahili e indianos. A experiência da África oriental confirma a nossa hipótese: o essencial das atividades coloniais realizou-se, num primeiro tempo, naquelas regiões africanas que já faziam parte dos circuitos de troca intercontinental. A porção do litoral pela qual Reino Unido e Alemanha manifestaram maior interesse (que hoje é parte da Tanzânia) era a mesma reivindicada pelo sultão de Zanzibar, comprador insuperável no tráfico de marfim e de escravos – e das especiarias por estes cultivadas – com europeus, árabes, indianos e americanos. A partir das cidades swahili do litoral, os colonos europeus seguiram o caminho trilhado pelos árabes, procurando acompanhar as rotas das caravanas até o seu término, na região dos grandes lagos. Em meados da década de 1880, já estava desencadeada a corrida, às margens do lago Vitória, para onde empresas coloniais acorreram, envolvendo-se num conjunto de atividades econômicas africanas já bastante desenvolvidas. Em 1902, quando os britânicos terminaram a construção da linha férrea que ligava Mombaça ao lago Vitória (ver fig. 16.1, 2 e 5), os fretes que até então sustentavam o tráfego de caravanas antes existente mais ao sul, em Tanga e Bagamoyo, passaram a ser realizados por trem. Para não ficarem atrás, também os alemães resolveram, em 1905, construir uma linha férrea do litoral ao interior, atravessando devidamente a rota do marfim e dos escravos até o lago Tanganica. Nos confins da África central, foi ainda a rede comercial árabe que forneceu aos colonos europeus a sua primeira base econômica.

O norte da África combinava certos traços das regiões oriental e ocidental do continente, mas de forma mais aguda. As economias norte-africanas faziam parte tanto do conjunto mediterrânico como do sistema transaariano. A experiência já adquirida pelo contato com a economia europeia permitiu a diversos setores da sociedade norte-africana adaptar-se à intensificação da produção destinada à Europa e à difusão de artigos europeus nos mercados locais. Mas a bem estabelecida e exploradora classe dirigente estava resolvida a defender suas fronteiras, ainda que desejosa de reforçar as relações econômicas com os europeus. Desse modo, embora muitas vezes deixando aos norte-africanos uma

autoridade nominal, a economia colonial progredia, e antes mesmo da completa submissão do corpo social indígena estava institucionalizada.

O prelúdio da colonização do Egito pelos europeus remonta à expedição napoleônica de 1798. No século XIX, a presença europeia frustrou as inovações econômicas de Muhammad 'Alī. Na década de 1840, o algodão de fibras longas, introduzido como base para a industrialização, promoveu a integração do Egito ao sistema capitalista mundial como produtor de bens agrícolas primários. Depois de terem contribuído para o fracasso da industrialização egípcia, o Reino Unido e a França penetraram no mercado interno de terras e hipotecas numa tentativa de controlar a economia desse país[3]. Na Argélia, uma áspera resistência aos franceses prosseguia ainda na década de 1870, mas, então, os colonos já se haviam instalado solidamente na agricultura, conferindo à economia colonial na Argélia a sua primeira particularidade. Esta forma de colonização, aliás, viria a multiplicar-se em escala variada pelo resto do Maghreb e até à Líbia.

Foi entre 1881-1882 que a Tunísia entrou na era colonial; já o Marrocos e a Líbia foram parcialmente anexados em 1912. Os colonos propagaram seu motor econômico nos diversos países do Maghreb com intervalos de trinta anos: primeiro na Argélia, a partir de 1860, depois na Tunísia, a partir de 1890 e, finalmente, no Marrocos, a partir de 1920[4]. Na Líbia, os imigrantes italianos eram menos numerosos do que os franceses no Maghreb; na Tripolitânia, os colonos agricultores tiveram de esperar pela completa derrota do povo da Líbia, que ocorreu por volta de 1931.

Embora as datas de arranque das economias coloniais dos diversos territórios do norte da África perfaçam um longo intervalo de tempo, continua válido situar, como de costume, o início do colonialismo na década de 1880. Foi principalmente graças ao poderio financeiro que as potências europeias reduziram as economias norte-africanas a um estado de dependência colonial. O norte da África entrou na era do imperialismo depois que vultosos capitais asseguraram o financiamento do canal de Suez e que foram liberalmente concedidos empréstimos às classes dirigentes, desde o Egito até o Marrocos. Este processo teve seu apogeu – por volta de 1880, levando à sujeição progressiva dos regimes locais e, consecutivamente, à conquista da soberania por uma ou outra das potências europeias interessadas. Assim, no norte da África, embora a economia colonial tenha tido um longo período de gestação com início pre-

3 ISSAWI, 1963.
4 AMIN, 1970, p. 256.

coce, não se pode afirmar que ela se tenha estabelecido definitivamente antes da década de 1890, época em que o capital monopolista dominava a Europa. O mesmo se aplica à África austral.

Na época da partilha imperialista, dezenas de milhares de colonos mantinham relações econômicas com os africanos e estavam estabelecidos na África do Sul. A independência econômica africana foi minada pelas apropriações violentas de terras, enquanto as forças produtivas eram submetidas às ordens dos brancos. Durante o século XIX, brancos e negros empenharam-se no desenvolvimento de novas relações econômicas e sociais[5]. De início, as relações eram coloniais somente na medida em que reuniam uma minoria estrangeira e uma maioria indígena num contexto de autoridade/sujeição, mas após a descoberta de ouro e diamantes não tardaram a enquadrar-se no âmbito das relações determinadas pela intrusão do grande capital.

A exploração de ouro e diamantes na África do Sul teria sido impossível sem tecnologia moderna e concentrações relativamente importantes de capital. Nem o governo do Reino Unido nem os monopólios de mineração surgidos a partir da década de 1870 tinham qualquer intenção de deixar as riquezas do subsolo sob o controle dos Bôeres, ou tampouco de dar prioridade ao estabelecimento de colonos em grandes explorações com terras aráveis, irrigação, pastagens e gado, já que anteviam os enormes benefícios que a metrópole poderia auferir do subsolo e do trabalho africanos. As estruturas sociais dos Bôeres fundavam-se numa mistura de elementos que associava aos aspectos plantação com escravos, domínio feudal e comunidade patriarcal, as relações de produção capitalistas. Depois da descoberta de diamantes em Kimberley (1870) e, principalmente, com a descoberta de ouro em Witwatersrand (1886), a burguesia decidiu-se a impor o seu domínio sobre todas as estruturas sociais pré-capitalistas da África do Sul, sem se preocupar com questões de raça. As guerras anglo-bôeres (1899-1902) constituíam também uma forma de resistência anti-imperialista, embora equívoca, pois ao mesmo tempo era seu intuito estabelecer mais solidamente os colonos no país. A derrota dos Bôeres na luta pela autonomia e o esmagamento das populações africanas da região (o capítulo 9 já estudou isso) assinalaram o nascimento da economia colonial sul-africana, indiscutivelmente centrada na transferência de matériasprimas, lucros e outros fatores de produção para as metrópoles capitalistas.

5 DE KIEWIET, 1965, p. 34.

Capital e coerção no período 1900-1920

Durante pelo menos três décadas, entre 1880 e 1910, a resistência africana contribuiu muito para reduzir o ritmo do avanço da colonização econômica. Além disso, era pouco o interesse imediato do capital monopolista europeu. A África suscitara enorme ambição na era do mercantilismo e da acumulação, mas a relativa obscuridade em que ela mergulhou no século XIX persistia nos primeiros anos do colonialismo, apesar do aumento do controle político-econômico subsequente à partilha e à conquista do continente. Consideradas em termos dos investimentos globais efetuados pelo capitalismo monopolista até a Primeira Guerra Mundial, as cifras relativas ao crescimento da economia colonial africana não impressionam muito. As mais expressivas referem-se a importações e exportações, pois o setor *import/export* era o elemento básico da economia colonial. O volume de mercadorias importadas pela África aumentava lentamente. Exceção feita à África do Sul, a lista de importações não vinha encabeçada por máquinas, ou implementos, ou produtos de consumo de qualidade. Em geral, a expansão do intercâmbio voltava-se para produtos tradicionais ao comércio de meados do século XIX, que não eram muito diferentes daqueles produtos intercambiados na época do tráfico de escravos. Os artigos de algodão continuavam a dominar as trocas entre a Europa e a África, e em muitos lugares a importação de tecido de algodão manteve o primeiro lugar durante todo o período, embora mais tarde outros artigos de uso doméstico comum – utensílios de cozinha, rádios, bicicletas e máquinas de costura – tenham adquirido popularidade.

A produção de artigos de exportação pela África aumentava lentamente e de modo pouco regular. Na África ocidental, por exemplo, a produção de borracha teve um surto efêmero na década de 1880. Na África central e na África oriental, a indústria da borracha entrou em declínio após a crise internacional de preços de 1912-1913, de forma que só a Libéria acabou sendo identificada com esse produto outrora tão exaltado pelos europeus, ávidos de explorar a África. As estatísticas mostram que, de modo geral, as exportações compreendiam quantidades insignificantes num primeiro momento (as duas primeiras décadas do século), seguido depois, até 1930, por uma época de apreciável crescimento. O mesmo ocorreu com o algodão, o óleo de palma, o café, o amendoim e o cacau, nas respectivas regiões do continente.

No início do período colonial, o investimento de capitais estrangeiros na indústria e na agricultura africanas foi modesto. A África do Sul voltou a constituir aí uma exceção, juntamente com a Argélia, que também atraía, embora em

menor grau, capitais dos colonos e investimentos na mineração. É possível que se tenha exagerado na questão da insuficiência de capitais[6], pois o investimento não era o único meio de mobilização da mão de obra e, portanto, da produção de excedentes na economia colonial africana. Ao contrário, foi sobretudo recorrendo à coerção que as potências coloniais conseguiram reunir pessoal e levar produtos intercambiáveis para o mercado.

Na Europa, o declínio do feudalismo e o concomitante surgimento do capitalismo testemunharam a brutal destruição da independência camponesa e a criação de uma classe trabalhadora cujos membros não tinham alternativa senão buscar pagamento por seu trabalho, como forma de sobrevivência.

Na África, a autonomia da aldeia indígena teve de ser mais brutalmente destruída, pois não havia nenhum mecanismo social interno que transformasse trabalho em mercadoria. Era, então, necessário estabelecer uma relação entre capital europeu suscetível de ser investido na África e a mão de obra africana. Ora, esse capital não exercia atração sobre a mão de obra, fosse por bons salários, fosse por altos preços de compra; do lado africano, a traumatizante passagem de estruturas não capitalistas independentes para estruturas quase capitalistas avassaladas aos centros econômicos do imperialismo não se fez, evidentemente, sem dificuldades. Consequentemente, para recrutar a mão de obra africana, era preciso lançar mão da força, quer abertamente, quer sob a proteção das leis dos novos regimes coloniais.

Formas evidentes de trabalho forçado e mal escondidas formas de escravidão marcaram, portanto, a consolidação da economia colonial na África. Desde os primeiros anos do século atual, o "contrato de trabalho" instituído pelos portugueses em São Tomé e os horrores perpetrados no Congo do rei Leopoldo (hoje Zaire) causaram tamanho escândalo que foi preciso proceder a algumas reformas ou, pelo menos, camuflar essas práticas, para acalmar a opinião liberal da Europa ocidental. A classe operária europeia chegou inclusive a prestar ajuda aos resistentes africanos para remediar a situação. Entre 1904 e 1907, o governo da Alemanha imperial conseguiu esmagar impiedosamente a agitação dos africanos em Camarões, no Sudoeste Africano (hoje Namíbia) e na África Oriental Alemã (atual Tanzânia); desse momento em diante, contudo, os socialdemocratas intervieram no Reichstag com vistas a reformar o estatuto colonial pela via legislativa. Depois de 1918, quando estava em pauta distribuir as colônias alemãs, o Reino Unido foi o primeiro a propor que a Alemanha fosse

6 FRANKEL, 1938.

definitivamente desapossada de seus territórios, em razão de o colonialismo alemão ser considerado o mais coercitivo. Argumentava-se que as autoridades alemãs tinham mantido o escravagismo e autorizado o uso sistemático do açoite. Os alemães contestaram as acusações, replicando que os britânicos e os franceses eram culpados por iguais excessos[7]. Na realidade, o modo de produção colonial acarretava o máximo de coerção, tanto para recrutar a mão de obra africana como para mantê-la nos locais de produção.

Nos primeiros tempos do colonialismo, por vezes o próprio capital privado encarregou-se da coerção e de fazer reinar a ordem. Assim foi no tempo das companhias dotadas de privilégios, cartas e concessões, que exerceram atividades na África austral e central, na Nigéria e na África Oriental Alemã. À primeira vista, nada parecia obstar o processo de acumulação de capital dessas companhias. No entanto, elas tiveram de suportar o custo das intervenções armadas necessárias para destruir a independência política da África e para lançar as bases das economias coloniais. Sua brutalidade realmente não tinha limites, particularmente nas regiões em que a população estava muito dispersa, fator que aumentava as dificuldades de recrutamento de mão de obra, como no Congo francês (atual República Popular do Congo). Contudo, em matéria de coerção, as companhias dotadas de privilégios não podiam fazer as vezes do Estado. Em consequência, os Estados europeus tiveram de assumir diretamente a responsabilidade por seus territórios – e isso valeu como regra geral durante a década de 1890 –, montando nos locais organismos coloniais para supervisionar a economia por conta dos capitalistas privados. Estes, habitualmente, recebiam compensações em troca do abandono de seus privilégios políticos, o que revela claramente a quais interesses de classe as potências coloniais procuravam proteger. As compensações consistiam em abrir créditos que assegurassem a essas companhias uma posição comercial mais sólida do que na época em que elas viviam virtualmente em estado de guerra com as populações africanas.

Os Estados metropolitanos e seus prolongamentos na África estavam obrigados a manter a coerção para garantir a exploração econômica, pois, em face da oposição africana, a economia colonial tinha de ser constantemente imposta. Em vários lugares, foi primeiro necessário tomar as terras africanas para que se pudessem desenvolver as estruturas socioeconômicas de povoamento. A indispensável infraestrutura de estradas e ferrovias só podia ser estabelecida com o auxílio do Estado, que para tanto contribuía requisitando sobretudo mão de obra

7 SCHNEE, 1926.

africana. O recurso à tributação para criar uma economia monetária é processo demasiadamente conhecido para que nos detenhamos a descrevê-la. Não há dúvida de que, na origem, o imposto era a principal obrigação a empurrar os africanos para o trabalho assalariado e para a produção de culturas destinadas ao comércio. A sobrecarga tributária subsequente encerrava-os ainda mais em tal situação. Os contribuintes em atraso eram às vezes empregados pelo capital privado – mas muito mais pelo Estado – na construção e na manutenção de centros administrativos, estradas e pontes.

É possível classificar os Estados coloniais de acordo com o uso que faziam da força em suas colônias. Os vestígios do escravagismo foram eliminados em razão de seus aspectos anacrônicos. Desde a segunda década do século XX, o uso do açoite e de outros castigos físicos contra os africanos chocava e era geralmente reprimido pela lei. Como todos os demais, também os Estados coloniais tentaram conservar o monopólio das formas legais de violência. Ao mesmo tempo, procuravam convencer financiadores e colonos de que o poder estatal encontrava-se à sua disposição. Desse modo, o castigo do açoite aplicado por ordem do patrão foi substituído pela condenação judiciária à pena de açoite, castigo muito mais aplicado na África do que jamais o foi na Europa contra os trabalhadores. Durante toda a década de 1930, a legislação trabalhista vigente na África era muito atrasada; as "faltas ao contrato" quase sempre inscreviam-se no domínio do código penal e não no do civil; praticada por operários africanos, a "falta ao contrato" unilateral continuava a ser considerada "deserção", no sentido militar da palavra.

Algumas regiões da África estavam mais predispostas do que outras a buscarem o comércio externo, e foram por vezes africanos que tomaram a iniciativa de estabelecer com os europeus relações coloniais de comércio. Na África ocidental, procuravam-se novos produtos de exportação desde começos do século XIX; já as populações da África Oriental Alemã e da região leste do Congo Belga, inversamente, só se dedicaram à cultura do algodão e de outros produtos de exportação sob a coação do chicote. As caravanas da África oriental não tinham dado a conhecer aos africanos os mercados e os gêneros europeus tanto quanto as da África ocidental no tempo das trocas pré-coloniais. Desse modo, a população local não se sentia de forma alguma motivada, no início, a consagrar parte de seus trabalhos a outra coisa além da satisfação de suas próprias necessidades. Mesmo na África ocidental, muitas vezes as potências coloniais tiveram de fazer pressão sobre os agricultores para garantir que participassem da economia colonial por elas instituída, conforme as condições ditadas pelo capitalismo europeu. O fato de a partilha do continente haver tido como pano de fundo uma crise

cíclica e prolongada da economia capitalista não deixa de apresentar interesse neste contexto. A título de exemplo, consideremos que desde 1883 os europeus aspiravam a aumentar a produção de amendoim no Senegal, ao passo que a baixa dos preços não contribuía para motivar os africanos a cultivar mais. O imposto foi, então, o "impulsionador" do aumento da produção[8]. Nas regiões em que a dependência se havia fixado nas estruturas pelo sistema de trocas pré-colonial, as relações econômicas de tipo colonial desenvolveram-se mais rapidamente e a necessidade de recorrer à força foi menor, embora sem ser completamente eliminada.

A ação combinada de capital europeu e mão de obra africana trabalhando sob coação produziu consideráveis excedentes de produtos para o consumo europeu. Gêneros agrícolas e minerais foram exportados e os lucros repatriados, pois tinha vindo de fora o capital investido nas companhias mineiras, nas plantações e nas sociedades de *import/export,* No entanto, parte do capital acumulado graças a esses lucros foi reinvestida, de onde o crescimento gigantesco do capital da África austral e a aceleração da transformação monopolista de firmas comerciais da África ocidental, que lhes permitiu apoiar empresas manufatureiras e distribuidoras da Europa e associar-se a elas. Na Argélia, no sul da África e, em menor grau, na Tunísia, no Quênia, na Rodésia do Norte e na Rodésia do Sul (atuais Zâmbia e Zimbábue), os primeiros lucros obtidos com a economia colonial garantiram aos colonos brancos um nível de vida mais elevado e, ao mesmo tempo, uma situação econômica mais estável.

Participação da África na economia colonial, 1920-1930

A coerção representou fator decisivo nas relações econômicas durante os anos de formação das economias coloniais na África, atingindo mais tarde importância maior do que jamais tiveram nos epicentros capitalistas. Porém, em dado momento, a economia das colônias deixou de ter como elemento motor principal a potência externa e as sanções não econômicas. Essa virada primeiro atingiu as colônias britânicas e alemãs, depois as colônias francesas e, enfim, as colônias belgas e portuguesas. Desde aí, os africanos passaram a considerar o sistema econômico monetário como uma realidade – um fato novo, é certo, mas irreversível, e ao qual, em muitos casos, estavam dispostos a dar boa acolhida. A nova ordem de coisas pressupunha que os africanos fizessem uma opção,

8 KLEIN, 1968, p. 285.

dentre as diversas possibilidades a seu alcance, para ganhar a vida e participar do sistema econômico de produção de bens a eles imposto. A África colonial produzia vasta gama de artigos de exportação, agrícolas e minerais, mas, para este ou aquele membro da comunidade africana, o número de possibilidades locais geralmente reduzia-se a uma só: trabalhar no vinhedo de uma fazenda europeia, cultivar meio hectare de algodão ou descer todos os dias ao poço de uma mina. A ecologia, assim como a política das administrações coloniais, limitava o número real das opções. Não obstante, os africanos conseguiram exercer influência sobre as condições de sua inserção nos circuitos econômicos: começaram a manifestar-se a respeito de salários e preços, acabando afinal por discutir todo o leque das questões sociais e políticas que afetavam a economia colonial e dela derivavam.

Nenhuma data precisa marca o início deste novo período para o conjunto do continente. Ele se confunde com o da conquista e com a fase ascendente da coerção nas relações econômicas. Na África Equatorial Francesa e nos territórios portugueses, a coerção inicial perdurou até a década de 1930. A transição deve ser considerada em separado, levando em conta cada colônia e suas diferentes regiões geográficas. Em muitos locais, o sistema econômico colonial já estava estabilizado ao final da primeira década deste século. Sofreu um contragolpe com a Primeira Guerra Mundial, mas restabeleceu-se depois de forma mais elaborada. A exploração mineira dominou as economias da África austral durante o pós-guerra, e pouco faltou para que ela não colocasse toda a região sob uma única economia colonial. Por um lado, o processo de formação de monopólios e de cartéis assegurou a hegemonia do grande capital na então União Sul-Africana, no Sudoeste Africano e nas Rodésias. Por outro, o poderio econômico dos centros mineiros era tal que exigia e pôde obter um vasto reservatório de mão de obra, que se estendia a zonas cuja principal atividade econômica não era a exploração mineira – especificamente os territórios do alto-comissariado (Basutolândia, atual Lesotho; Bechuanalândia, atual Botsuana, e Suazilândia), a Niassalândia, Moçambique e Angola. Um conluio entre os portugueses e o regime existente na África do Sul permitiu manter uma corrente importante e regular de trabalhadores provenientes de Moçambique e de Angola. Esse tráfico fazia lembrar o escravagismo, mas, paradoxalmente, trabalhar nas minas tornouse um objetivo muito solicitado por numerosos africanos. O fato é que, no interior da África austral, o colonialismo criava enormes disparidades. Os capitais afluíam para alguns pontos, fora dos quais a atividade econômica era reduzidíssima. E onde quer que morassem, os africanos caíam na obrigação de pagar impostos, além de

terem de comprar bens de consumo com dinheiro. Nessas condições, as minas apresentavam-se a eles, muitas vezes, como a única saída possível.

No setor agrícola, a estrutura das economias coloniais tinha muitos pontos em comum com a do setor mineiro. Geograficamente, um e outro confundiam-se na África austral e, em certa medida, no Congo Belga e no norte da África. O setor agrícola exigia capitais de vulto e mão de obra abundante. Uma poderosa empresa internacional controlava, no Congo Belga, as plantações de dendezeiros. Na África Oriental Alemã, as plantações de sisal dependiam de grandes companhias alemãs, financiadas por bancos e por industriais. Mesmo depois de tornar-se relativamente descentralizada, sob o domínio britânico, a exploração do sisal continuava a exigir vastas superfícies para plantação e usina para beneficiamento, o que implicava investimentos consideráveis. O Estado jamais deixou de auxiliar os plantadores: deu-lhes ajuda incalculável, ao fornecer mão de obra barata, o que gerava superlucros. No entanto, em certas regiões da África central, austral ou oriental, se não havia outro meio de conseguir uma renda monetária, a plantação atraía trabalhadores vindos de muito longe. Em Tanganica, vinham da Niassalândia, da Rodésia do Norte, de Moçambique e de Ruanda-Urundi (atualmente, Ruanda e Burundi). Devido a acordos com o governo português, a administração britânica evitava legalizar a entrada de trabalhadores provenientes de Moçambique. Em vez disso, confiava na diferença de condições de vida entre Tanganica e Moçambique, território em que a economia monetária era fraca e a persistência da coerção dos impostos e do trabalho forçado induzia os africanos a cruzarem a fronteira.

Os assalariados de todas as categorias constituíam minoria ínfima da população africana adulta. As safras para venda, que formavam a chamada *économie de traite,* sistema econômico em que os produtos manufaturados e importados eram objeto de troca direta pelas safras *in natura* ou minimamente processadas[9], ocupavam sem dúvida a maior parte dos africanos. As safras possibilitavam um pouco mais de liberdade de manobra do que os empregos assalariados. Ocasionalmente, os africanos optavam entre várias culturas de exportação. As culturas de gêneros alimentícios estavam em primeiro lugar destinadas ao consumo da família, depois à venda na feira local e, mais raramente, à exportação. Dentro desses limites, os camponeses africanos podiam escolher a natureza e a quantidade do que plantariam ou preparariam para exportação. Todos os preços eram fixados por organismos da metrópole, mas os preços agrícolas podiam ser ligei-

9 DUMONT, 1966.

ramente alterados quando os camponeses abandonavam uma cultura por outra ou distribuíam os estoques no mercado local. Em caso de desespero, "seguravam" a venda do produto, mesmo com prejuízos enormes.

Quando um africano via-se pressionado entre a possibilidade de explorar suas próprias terras e a de alugar seus serviços, quase sempre escolhia trabalhar por conta própria. Virtualmente, todos os produtos agrícolas africanos eram cultivados em outras regiões do mundo, particularmente o café na América Latina e o azeite de dendê nas Índias Orientais. À força das comunidades africanas é que deve ser atribuída a propagação geral das explorações camponesas. Devido à sua baixa densidade populacional, a África central tornou-se a arena das companhias concessionárias, abjetas no uso do trabalho forçado. Nessa mesma região, os primeiros colonos desenvolveram suas explorações agrícolas coagindo o proletariado rural ao trabalho, como nas plantações de cana-de-açúcar, sisal e algodão em Moçambique e Angola, ou abrindo empresas de forte intensidade de capital, como no Congo Belga. Foi dessa maneira que o truste Lever Brothers conseguiu formar plantações de dendezeiros nesse país a partir de 1911. Em compensação, foram rejeitadas suas demandas de concessões semelhantes na África Ocidental Britânica, por compreender a administração colonial que tal empreendimento acarretaria a servidão forçosa de milhares de habitantes. Além disso, na África ocidental os colonialistas cedo tiveram provas do valor do campesinato africano, de sua aptidão para produzir excedentes exportáveis e assegurar benefícios lucrativos à comunidade europeia. As explorações que a França persistiu em manter na África ocidental deram prova de inferioridade mesmo comparadas à pequena produção africana. Na África oriental, na Niassalândia e na Rodésia do Sul, as explorações dos colonos tiveram de ser subvencionadas e protegidas contra a concorrência africana pela legislação, sem o que não disporiam de mão de obra suficiente. Onde a mineração não passava de mera intrusão localizada em meio a uma economia agrícola colonial, a opção dos africanos recaía sempre sobre a produção agrícola, originando as dificuldades de recrutamento de mão de obra local, como as que se verificaram nas minas do país ashanti, na província ocidental da Costa do Ouro e na Sukumalândia (Tanganica).

As safras comerciais continuavam a ser impostas a algumas comunidades, enquanto outros africanos praticavam-nas com entusiasmo, apesar da indiferença ou da hostilidade oficial. Reclamavam a construção de uma infraestrutura de transporte e comercialização, e faziam uso imediato de todas as ferrovias terminadas. Houve ocasiões em que se lançaram a tal atividade antes mesmo de os governos coloniais terem construído pontes e estradas vicinais. Para obter sementes procuravam as autoridades coloniais, os missionários, os fazendeiros

europeus e africanos que já cultivavam aquele produto. O cacau e o café são dois dos mais conhecidos e importantes produtos agrícolas de exportação cuja expansão deveu-se quase totalmente à iniciativa africana. Outras culturas de menor importância – chá, tabaco, píretro – obedeceram ao mesmo princípio. Além disso, os africanos se aplicavam particularmente ao cultivo dos gêneros mais lucrativos. No caso do cacau, tinham de explorar terras pouco indicadas para essa cultura. Em certas ocasiões, a preferência dos africanos levava-os a lutar contra a legislação colonial discriminatória. Assim, no final da década de 1920 e início da de 1930, era marcante em várias zonas dos planaltos de Tanganica o esforço dos africanos para plantar café do tipo *Arabica,* em vez de trabalhar para outros ou de plantar a variedade *Robusta,* menos lucrativa. Por fim, os africanos saíram vitoriosos, plantando cafeeiros mais depressa do que a administração colonial conseguia destruí-los[10].

Onde a agricultura camponesa impôs-se como forma hegemônica de economia colonial, ela procedia, a exemplo das minas e das plantações, recrutando mão de obra em áreas distantes da zona de produção. Na Senegâmbia, a cultura do amendoim atraía mão de obra sazonal proveniente do sertão a montante dos rios Senegal e Níger; na Costa do Ouro e na Costa do Marfim, o café absorvia gente do Alto Volta, ao passo que em Uganda os cafeicultores deviam sua expansão a trabalhadores provenientes de Ruanda-Urundi e de Tanganica. Desse modo, a esmagadora maioria dos africanos que participavam diretamente da economia colonial ou trabalhava na plantação de safras comerciais em explorações camponesas ou como trabalhadores assalariados das minas e da agricultura. No entanto, inúmeras outras atividades foram criadas ou transformadas pelas novas relações de produção. As grandes reservas florestais do continente só foram realmente exploradas bem mais tarde, mas no Gabão uma indústria de extração de madeira foi logo criada, e em graus variados esse tipo de exploração desenvolveu-se onde quer que existissem florestas importantes. A malha viária foi fator econômico de significado mais geral: milhares de africanos acharam emprego remunerado nos portos, nas ferrovias e – com o desenvolvimento da rede de estradas – como motoristas de caminhão, especialmente depois que se tornaram obsoletas as cargas à cabeça, após a Primeira Guerra Mundial.

Poucos setores da comunidade africana conseguiram permanecer imunes à economia colonial, à medida que esta se consolidava. Apesar de serem tidos como conservadores, todos os grupos de pastores foram atraídos para a econo-

10 RODNEY, s. d.

mia monetária desde 1920, senão antes. Vendiam carne para consumo local e ocasionalmente para exportação, juntamente com as peles. Nos territórios que mais tarde viriam a formar a Somália, essa era a principal forma de manifestação da economia colonial. Também as populações de pescadores foram atingidas. O comércio tradicional de peixe seco e defumado e também o de carne e de outros gêneros alimentícios tornaram-se dependentes do dinheiro dos principais exportadores, acompanhando as flutuações sazonais do poder aquisitivo dos camponeses, conforme recebiam o produto da venda do cacau, do algodão etc. Os africanos procuravam naturalmente ganhar a vida de modo ao mesmo tempo agradável e remunerador. As administrações coloniais, as missões e as companhias privadas abriram suas portas a jovens empregados, a artesãos e (no caso das duas primeiras) a professores primários. O desejo de instruir-se estava vinculado a possibilidades de emprego que permitiam, além do mais, satisfazer uma crescente predileção pela vida urbana. As pessoas que abandonavam a escola primária ou que, por uma ou outra razão, não podiam pretender um emprego de maior prestígio, ocupavam os interstícios da economia colonial como domésticos ou membros da polícia ou do exército; ou, então, "se viravam" nas cidades, entregando-se a atividades mais ou menos ilícitas, como a prostituição.

As reações individuais dos africanos nunca deixaram de constituir, fundamentalmente, meras respostas à dinâmica da economia colonial imposta. Mas contribuíram para a expansão e consolidação dessa economia, confirmando as estruturas de exploração.

Os salários eram mantidos em nível incrivelmente baixo. Qualquer tendência ao aumento era contra-arrestada; o poder aquisitivo estava sempre em queda, em parte devido aos surtos periódicos de inflação em parte porque os salários eram comprimidos ou mantidos abaixo dos preços. Os colonos e outros residentes europeus, bem como os diretores de empresas estrangeiras, todos se entendiam para pagar o menos possível aos trabalhadores e mantê-los em condição semifeudal, graças à introdução das carteiras de trabalho, as quais limitavam vergonhosamente a liberdade de mudar de empregador. Os empregadores opunham-se à constituição de organizações operárias capazes de obter uma alta dos salários. O regime caduco do trabalho por tarefa ou por peça era a regra: os trabalhadores não recebiam benefício em caso de doença, incapacidade, desemprego ou velhice. Além disso, a mobilidade constante de uma população ativa quase que inteiramente composta por migrantes, a sua falta de qualificação e o racismo generalizado eram outras tantas desvantagens que pesavam contra o trabalhador africano ao enfrentar os capitalistas para exigir salário melhor e condições de trabalho menos penosas.

Os camponeses africanos eram hostis ao sistema comercial. É bem conhecida a tendência das empresas comerciais da África oriental a estabelecer monopólios, mediante o sistema de *pools*. Em todo o continente, essas empresas defendiam seus interesses não entrando em concorrência e, dessa forma, conseguindo elevar os preços. Na verdade, intermediários, como os asiáticos na África oriental e os libaneses na África ocidental, entendiam-se uns com os outros a respeito de preços e condições de venda, de sorte que o camponês africano dispunha de pequena margem de lucro ao vender os seus produtos. O produtor de bens de exportação corria o risco de ser enganado na pesagem, na transformação (como a debulhagem do algodão) ou no transporte, ou ainda no momento do cálculo da receita ou do reembolso de empréstimos ou adiantamentos porventura concedidos. Além do mais, os produtores africanos também compravam no varejo, através de intermediários e de sociedades comerciais. Uma profunda desigualdade caracterizava as trocas entre a economia colonial e as metrópoles, desigualdade que estava refletida na disparidade entre a pouca remuneração recebida pelos africanos e o custo relativamente elevado dos produtos manufaturados, assim como no baixo nível dos salários pagos nas colônias em comparação com os das metrópoles. Bem entendido, a desigualdade não era fenômeno puramente econômico: resultava do desequilíbrio de poderes políticos, da fraqueza dos produtores africanos no que se refere à organização e à tecnologia[11].

Quer produzissem ou não excedentes exportáveis, os africanos eram explorados pelo sistema colonial. O imposto, cuja receita servia menos para assegurar serviços à população do que para sustentar o Estado ou a infraestrutura econômica, recaía cada vez mais sobre maior número de pessoas. A mão de obra sazonal das minas, das fazendas e das plantações era arranjada a expensas das economias aldeãs ou locais, outrora autônomas. Desse modo, o capital evitava o custo de formação de mão de obra. Como na escravidão, ela vinha de fora do sistema capitalista, já plenamente formada. Os trabalhadores nunca recebiam um salário que lhes permitisse viver ou qualquer benefício social, porque eram paralelamente agricultores e porque, durante toda a sua vida ativa, outros membros de sua família também ganhavam o suficiente para viver daquela maneira lastimável que era, segundo os europeus, o "nível de subsistência" dos africanos. Da mesma forma, as safras comerciais destinadas ao mercado local ou à exportação eram produzidas como excedentes acima da subsistência do camponês. Por essas razões, é enganoso considerar que existia nas colônias uma "economia dualista",

11 AMIN, 1974; EMMANUEL, 1972.

composta por um setor "tradicional" e um setor "moderno"[12] nitidamente delimitados. O pretenso enclave moderno e dinâmico e as formas atrasadas tradicionais viviam mesclados, dialeticamente interdependentes. O setor exportador só devia o seu crescimento à possibilidade de apropriação permanente do valor pertencente às comunidades africanas: terras, pessoal, produtos agrícolas entregues como pagamento de impostos e capitais. No interior dessas comunidades, a estagnação era menos inerente do que induzida. O "tradicional" não existia enquanto tal, com a mão de obra dispersa e a razão de ser aniquilada. A produção agrícola ou diminuía ou era incapaz de acompanhar a expansão demográfica. Dessa forma, as zonas isoladas, embora nunca tenham apresentado crescimento no sentido "capitalista" do vocábulo, também foram afetadas pela presença do capitalismo no continente.

Dependência e depressão, 1930-1938

As relações de produção coloniais estabeleceram-se na África no decurso de vários anos, durante os quais numerosas economias africanas autossuficientes foram ou destruídas ou transformadas e subordinadas. Os laços que as uniam foram cortados, como no caso do comércio transaariano e do comércio da região dos grandes lagos, na África central e oriental. Mesmo as relações anteriormente existentes entre a África e o resto do mundo, principalmente com a Índia e a Arábia, sofreram perturbações. Foram criadas numerosas economias coloniais separadas. A partilha econômica não foi calcada exatamente sobre a partilha política, já que as potências imperialistas mais fortes apossaram-se das colônias mais fracas. O próprio Reino Unido, depois de criada a Anglo-American Corporation, em 1917, teve de aceitar a penetração do capital americano na África do Sul. Não obstante, as fronteiras políticas arbitrariamente fixadas eram geralmente aceitas como limite das economias, cada uma das quais incipiente, artificial e individualmente voltada para a Europa. Faltavam a elas articulação interna e laços regionais e continentais. Estavam dadas, assim, as condições para que se tornassem dependentes em relação ao exterior, no que respeita a capitais, mercados, tecnologia, serviços e tomada de decisões.

Por definição, o sistema econômico da colônia era um prolongamento do sistema da potência colonizadora. As economias africanas desde logo foram inteiramente integradas às dos respectivos colonizadores e, depois, às economias

12 MAFEJE, 1972; MEILLASSOUX, 1972.

das principais nações do mundo capitalista. No setor dos transportes marítimos é que a articulação tornou-se mais evidente. Eram poucas as nações que possuíam empresas capitalistas capazes de assegurar o transporte marítimo na era do imperialismo. Portugal tinha deixado de contar quase que por completo, enquanto os Estados Unidos da América haviam ampliado consideravelmente as relações comerciais com a África depois do século XIX. As companhias de transporte procuravam concorrer umas com as outras e, ao mesmo tempo, estabelecer monopólios. Cada país procurava, mediante a legislação e subvenções às companhias marítimas, agir de forma que o comércio colonial aumentasse a tonelagem da sua marinha mercante. Contudo, no início do século atual, surgiram as *Conference lines,* entendimentos que permitiram acabar com a concorrência e fixar tarifas monopolistas de frete. A representação dos países mais pobres nessas conferências era insignificante ou inexistente; em compensação, a participação da Alemanha continuou importante, mesmo depois da perda de suas colônias africanas[13].

Os primeiros anos do capitalismo monopolista foram uma idade do ouro para os bancos: através deles escoavam os excedentes africanos, já que não havia obstáculos à livre retirada de capitais das colônias. Eram bancos particulares que emitiam o numerário em circulação na maior parte das colônias, até que foram criados, por via legislativa, institutos centrais de emissão. As tesourarias das potências colonizadoras manipulavam as reservas monetárias das colônias para atender a seus próprios interesses e também aos do capital financeiro, uma vez que as reservas coloniais eram investidas nos mercados monetários metropolitanos. Tendo a seu encargo os seguros marítimos e o financiamento das grandes operações capitalistas, os bancos mantiveram-se hegemônicos sobre a economia colonial. Abriam aos colonos brancos e aos comerciantes varejistas não africanos créditos que recusavam aos africanos, dando assim prova de seu comportamento capitalista e de seu pseudocientífico raciocínio racista. Decretos limitando a abertura de crédito vinham às vezes confirmá-los nessa atitude.

Com base na atividade das companhias de navegação e das explorações mineiras, pode-se fazer boa ideia de como marchava a economia colonial. No entanto, para compreender por que os mecanismos de exploração funcionavam daquela maneira, é necessário analisar as estruturas econômicas da colônia enquanto parte do conjunto da economia capitalista. O colonialismo confinou as colônias africanas ao papel de produtoras de matérias-primas destinadas à

13 LEUBUSCHER, 1963.

exportação, impondo-lhes, consequentemente, depender dos países capitalistas desenvolvidos para quaisquer produtos manufaturados e tecnologia. Esta rígida divisão internacional do trabalho não podia manter-se indefinidamente. Desde antes da Segunda Guerra Mundial, esboçava-se uma evolução e surgiram algumas indústrias de transformação e de manufatura leve. Entretanto o período até 1935 representa um exemplo quase perfeito de divisão internacional do trabalho de tipo colonial clássico. As indústrias francesas opuseram-se vigorosamente – e por muito tempo com êxito – a qualquer tentativa de implantação de indústrias de moagem de oleaginosas no Senegal. Em Tanganica, alguns plantadores de sisal conseguiram montar uma cordoaria em 1932, mas, quando a produção dessa indústria começou a aparecer em Londres, foram tantos os protestos dos cordoeiros ingleses que o Colonial Office reafirmou explicitamente o princípio segundo o qual a África deveria restringir-se ao papel de produtora de matérias-primas para exportação. Com poucas exceções, a produção colonial tendia à monocultura, o que a tornava dependente dos mercados especializados de alguns países capitalistas.

A divisão internacional do trabalho aprofundou de modo permanente o fosso entre a produção e o consumo nas colônias. O grosso da produção da crescente economia monetária jamais foi destinado a satisfazer a demanda e o consumo locais. Em contrapartida, os diversos artigos vendidos no comércio varejista eram, na sua maior parte, de origem estrangeira. O artesanato local sofria bastante com a concorrência e as intervenções europeias, como aliás já ocorria no período pré-colonial. Na década de 1920, quando a economia colonial já estava firmemente estabelecida, os africanos produziam bens que não consumiam e consumiam produtos que não produziam. De fato, a demanda interna não favorecia o desenvolvimento dos recursos da África. Há, ainda, outra consequência nefasta: os colonizadores devastaram parte dos recursos e negligenciaram outros, porque avaliavam sua utilidade relativamente à Europa e não ao continente africano. Nenhum dos grandes agregados econômicos, como poupança, investimentos, preços, rendas e produção, estava voltado para necessidades domésticas. Essas considerações estruturais é que levaram economistas e historiadores africanos, em trabalhos recentes, a contestar as antigas definições de desenvolvimento colonial e a declarar que, ao contrário, o colonialismo não trouxera no plano econômico senão dependência, desequilíbrio e subdesenvolvimento[14].

14 RODNEY, 1972; RWEYEMANU, 1974; BRETT, 1973.

Entre as duas guerras mundiais, o acontecimento marcante para a evolução das economias africanas foi a grande Depressão de 1929-1933. Surpreendendo as economias interdependentes do mundo capitalista, a Depressão atingiu necessariamente também as economias coloniais africanas, lançando uma luz cruel sobre a sua extensão e natureza.

Desde o século XIX, as crises cíclicas da economia mundial fizeram diminuir o crescimento da África e impuseram sacrifícios aos africanos já engolfados pelo sistema de relações monetárias. Em 1930, portanto, somente a gravidade das dificuldades que o continente experimentou ao receber o contragolpe da crise é que era nova. Foi através dos setores capitalistas mais avançados (minas, plantações e zonas de cultura de produtos básicos comercializáveis) que a Depressão chegou à África. No entanto, alcançou todas as ramificações secundárias e terciárias, mergulhando em dificuldades os africanos que vendiam alimentos aos trabalhadores e também outros cultivadores, bem como os pastores, que julgavam contrário aos seus interesses vender o gado pelos preços em vigor. Todos os comerciantes africanos foram atingidos, ainda que só vendessem produtos locais, como a cola. O fato é que os comerciantes ditos "tradicionais", os Haussa e os lula, estavam avassalados à economia colonial. Seus negócios prosperavam na medida em que enfrentavam a nova ordem e adaptavam-se a transformações – comprando caminhões, por exemplo –, mas ficaram sem defesa em face de um desastre externo de proporções, como a Depressão, pois seus clientes recebiam menos dinheiro em troca do produto de suas culturas e de seu trabalho.

Todos os participantes da economia colonial adotaram medidas para combater os efeitos da Depressão. A iniciativa cabia às empresas capitalistas. Os bancos e as casas comerciais reduziram suas operações, mantendo presença nos grandes centros, como Dacar, Lagos e Nairóbi, e fechando as sucursais do interior e das capitais menos importantes. Foi à custa dos camponeses que as casas exportadoras realizaram economias: fizeram cair os preços à produção quando a safra de 1930 foi posta no mercado. Como empregadores, dispensaram muita gente e reduziram drasticamente os salários. Com exceção das minas de ouro, cuja exploração evidentemente prosseguiu, a reação de todos os grandes empregadores dos diversos setores de produção consistiu basicamente em cortar despesas. O número de assalariados, que aumentara consideravelmente depois da Primeira Guerra Mundial, diminuiu 50%, se não mais, entre 1931 e 1934. Durante esse período, exceção feita aos inúmeros colonos e pequenos comerciantes que abriam falência, os principais beneficiários do sistema colonial continuaram a ganhar lucros que, embora reduzidos, não deixavam de ser substanciais.

A reação dos africanos à crise foi combater as soluções apresentadas pelos europeus. Contra a redução de salários, os trabalhadores fizeram greves mais frequentes e maciças, apesar da falta de sindicatos. Relativamente, poucas páginas têm sido consagradas à luta espontânea da classe operária africana antes da criação dos sindicatos[15]. A julgar pela agitação reinante no momento da Depressão de 1920-1921, depois na grande crise de 1929-1933 e, enfim, na recessão de 1938, os conflitos parecem ter sido mais agudos em período de guerra e de conjuntura desfavorável. Da mesma forma, não se pode considerar mera coincidência o fato de, em 1920-1921 e, de novo, em 1930 e 1938, os agricultores da Costa do Ouro terem recusado vender o seu cacau e boicotado os armazéns estrangeiros. As empresas estrangeiras estavam dispostas a prosseguir acumulando, fosse como fosse, enquanto operários e camponeses entregues às suas safras comerciais procuravam resistir ao empobrecimento e defender os magros ganhos que tempos melhores lhes haviam propiciado.

Outro método de defesa utilizado pelos africanos era a fuga à economia monetária. Os setores que se haviam recém-integrado nessa economia ou que mal tinham experimentado a sua influência foram os primeiros a fugir dela. Fenômeno semelhante produzira-se no final da Primeira Guerra Mundial, obrigando os governos coloniais a restabelecerem a economia colonial em certas regiões. Numerosos camponeses de Tanganica, bem menos acostumados às trocas monetárias do que seus irmãos da Costa do Ouro, tentaram pura e simplesmente abandonar as culturas comerciais depois de 1930. Saíram-se mal, já que o Estado colonial caiu com todo o seu peso para contrariar uma tendência considerada como retorno à barbárie. Foram lançadas campanhas a favor do incremento das colheitas, e instituídas sanções administrativas que não passavam de mal veladas tentativas de obrigar os camponeses a aumentar a área cultivada para compensar a baixa dos preços. Essas campanhas eram apoiadas não só pelos negociantes, mas também pelos industriais que precisavam de matérias-primas e por poderosas organizações metropolitanas, como a Empire Cotton Growing Association, cuja ação prosseguiu mesmo durante os anos posteriores à Depressão.

A maior parte dos projetos que envolviam capital foi suspensa durante a Depressão; os poucos investimentos efetuados visavam ao aumento da produção primária barata, apelando para o trabalho forçado, como o fez o projeto de irrigação do Office du Niger francês. Em toda parte verificava-se a recrudescência da coerção nas relações econômicas, reveladora da necessidade de

15 DEUTSCHLAND, 1970.

reforçar, em períodos de crise, a economia colonial por meios não econômicos. Graças ao trabalho dos africanos e ao pagamento dos impostos, as estradas de ferro continuaram rentáveis e as receitas fiscais das colônias foram preservadas. No entanto, o pior para a população africana foi a redução dos serviços sociais, já muito pobres, sobretudo medicina e educação, que se tornaram mais caros. Depois de 1934, nos anos de retomada da economia, salários, preços e diversos serviços oferecidos aos africanos não regressaram ao nível anterior, enquanto o capital privado obtinha, novamente, lucros bastante elevados.

Os governos coloniais não concederam mais que um mínimo de assistência aos africanos que definhavam com a Depressão. Suspenderam a cobrança de impostos e sustentaram os preços (os franceses fizeram isso com o amendoim). Tentaram moderar a exploração forçada, exercida pelos intermediários. Eram medidas ditadas pela necessidade. Nenhuma moeda tinha circulação; a queda dos preços em um país obrigava os camponeses desesperados a percorrerem longas distâncias para contrabandear sua colheita para outra região, onde esperavam auferir ínfima vantagem. Quanto aos intermediários, os governos tinham de impedir que eles se apoderassem dos poucos lucros restantes, destinados à exportação. No entanto, na África oriental, os negociantes "asiáticos" contribuíram de forma essencial para manter a economia monetária intacta e evitar a volta à economia de trocas, eles que estavam, com seus aportes de capital, na origem da difusão do numerário e dos primeiros intercâmbios monetários em toda a região[16]. Afinal de contas, a administração britânica acabou por proteger os interesses desses varejistas e compradores de produtos diversos. No período que seguiu a Depressão, os africanos viram-se mais do que nunca sujeitos a controles administrativos (implantados para aumentar a produção) e também expotos por completo às maquinações das empresas de *import/export* e dos "compradores" locais.

A dependência a que os africanos ficaram reduzidos depois da grande crise mostra a amplitude das mudanças verificadas em sua vida, aproximadamente cinquenta anos após o advento do colonialismo. Nos primeiros anos, o impacto do colonialismo pouco se fez sentir; mas introduziu transformações profundas à medida que se desenvolveu. A economia africana de modo algum foi estudada durante o período colonial, e nem mesmo durante a fase nacionalista que se lhe seguiu, quando então era maior a preocupação em estudar a história da África vista pelos próprios africanos. O debate sobre a significação da experiência

16 MANGAT, 1969.

colonial foi inibido, desde que numerosas mudanças eram econômicas, enquanto outras – políticas, raciais e culturais – também tinham base econômica. No período seguinte ao desenvolvimento da economia monetária, a sociedade africana diferenciou-se e novas classes formaram-se. Embora limitadamente, constituiu-se um proletariado em diversas regiões do continente, enquanto o número de camponeses não cessava de crescer por toda parte. O desenvolvimento do campesinato acarretava, por si, novas diferenciações. Como em todas as comunidades camponesas situadas na órbita capitalista, surgiram grandes explorações em detrimento dos pequenos agricultores e dos trabalhadores agrícolas sem terras. No decurso dos anos 1920, todas as regiões de culturas comerciais viram surgir grandes proprietários de terras empregando trabalhadores agrícolas e capazes, segundo a ocasião, de introduzir novas técnicas. Assim formou-se uma segunda camada da população, composta por alguns privilegiados que haviam sido beneficiados com alguma educação durante os primeiros anos do colonialismo, no momento em que eram ensinadas aos africanos certas noções indispensáveis à boa marcha da economia colonial. Pode-se notar, finalmente, que as redes de distribuição estavam entregues, em nível local, a africanos que dominavam o setor na África ocidental e no norte do continente. Os camponeses que tinham vencido nas culturas comerciais, os negociantes africanos e a elite culta formavam, em conjunto, o embrião de uma pequena burguesia. Estavam frequentemente ligados às antigas classes possuidoras das regiões semifeudais da África e, por isso, muitas vezes mimados pelos europeus. Mas o fato capital é que, à parte toda a política colonial, a marcha da economia favoreceu o progresso dessas camadas da população que econômica e culturalmente pertenciam ao mundo colonial dependente.

CAPÍTULO 15

A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)*

Catherine Coquery-Vidrovitch

As colônias francesas, belgas e portuguesas apresentam algumas similaridades tanto na sua configuração geral como no que respeita à política colonial. São colônias ou federações de enorme extensão, embora com povoamento de modo geral inferior à média da África britânica, sobretudo a África Equatorial Francesa e Angola[1]. Moçambique e Ruanda cumpriam a função de reservatórios de mão de obra para os países mineiros vizinhos: Rodésias do Norte e do Sul (Zâmbia e Zimbábue atuais) e Congo Belga (atual Zaire), tal como na África Ocidental Francesa a zona voltaica (atual Alto Volta) fornecia trabalhadores Mossi para as plantações de cacau da Costa do Marfim e da Costa do Ouro (atual Gana)[2].

Com efeito, a exploração desses territórios, baseada num esquema de investimentos bastante avançado, era relativamente recente: os capitais nunca se aventuraram por lá antes da Primeira Guerra Mundial, como mostra o quadro 1.

---

* Este capítulo foi redigido em 1974 e revisto em 1980. (Nota do coordenador do volume.)

1 Em 1936, a densidade demográfica era 4,2 hab/km no Congo Belga, 2,8 na África negra francesa e 2,4 em Angola, segundo FRANKEL, 1938, p. 170 e 202-3.

2 Em 1936, Moçambique e Ruanda-Urundi tinham densidades de 5,1 e 6,8 hab/km, respectivamente. Também há que levar em conta, na África Ocidental Francesa, a diferença entre o Sahel semidesértico e a zona costeira, mais fértil, de que a elevada densidade do pequeno Togo (14,4 hab/km 2) oferece bom exemplo. Ibid.

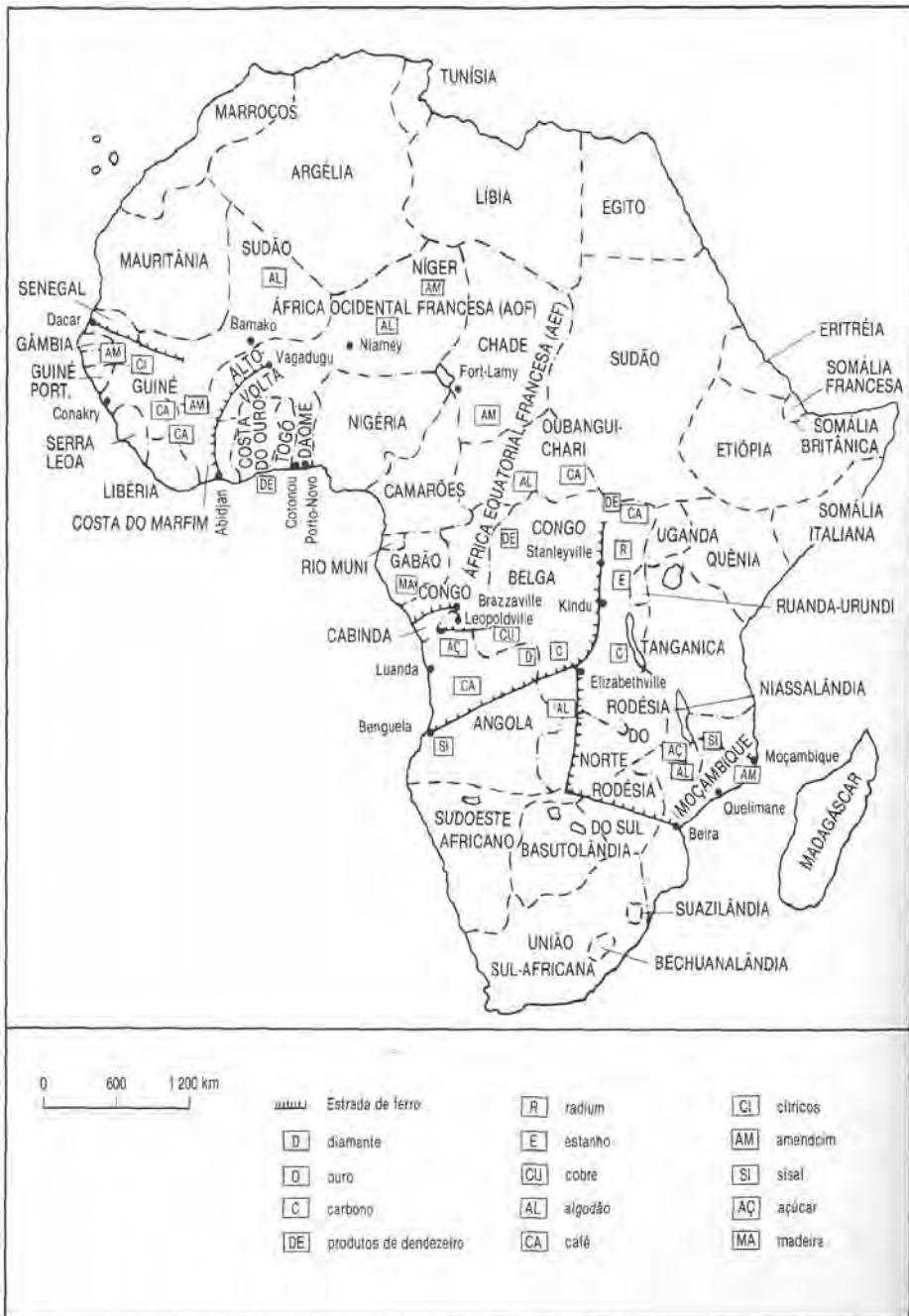



FIGURA 15.1 Os recursos das colônias francesas, belgas e portuguesas. (Fonte: Atlas Grandidier, 1934.)

Quadro 1 Investimentos na África negra (em milhões de libras esterlinas)

Regiões	Investimentos acumulados 1870-1913[1]	Investimentos acumulados 1914-1936	% dos investimentos totais na África negra, em 1936
África britânica	695	421[2]	77
África negra francesas:[3]	25	29,5	5,7
África Ocidental Francesa		30,4[4]	2,5
África Equatorial Francesa		21,2[4]	1,7[9]
Togo e Camarões		18,6[4, 5]	
Colônias alemãs	85		
Colônias portuguesas:		66,7	5,4
Angola	muito pouco	31,9[4, 6]	2,6
Moçambique		34,7[4, 7]	2,8
Colônias belgas: Congo e Ruanda-Urundi	40	94,4[8]	11,7
Total (Territórios não britânicos)	pelo menos 150	190	22,9

1 Segundo Frankel, 1938, p. 149-59, e Paish, 1909, 1910-11.
2 Com a exclusão dos investimentos alemães no Sudoeste Africano (126,5 milhões de libras) e em Tanganica (33,5), Frankel, 1938, p. 202-3.
3 A avaliação de Frankel sobre capitais investidos na África negra francesa, no entanto, está visivelmente subestimada (talvez em um terço), porque só considera as empresas cotadas na bolsa.
4 1870-1936.
5 Dos quais aproximadamente 15,8 milhões de libras de investimentos alemães anteriores.
6 Dos quais aproximadamente 16 milhões de libras de capitais do Reino Unido.
7 Vinte milhões de libras de capitais do Reino Unido.
8 Deduzindo os investimentos alemães em Ruanda-Urundi (9 milhões de libras).
9 África Equatorial Francesa c Camarões.

No plano econômico, foi um período decisivo, que teve o início e o fim assinalados por dois traumatismos profundos. O primeiro – a Primeira Guerra Mundial – serviu para desencadear, apesar da breve mas violenta crise dos anos 1921-1922, um *boom* colonial sem precedentes, que refletia a prosperidade metropolitana dos anos de 1920. Embora espetacular, foi uma expansão relativamente curta, encenada pela longa Depressão que seguiu a crise de 1930. Tudo isso produziu conturbações tanto no plano econômico e social como no plano ideológico. No final do período, as relações da África de língua francesa e de língua portuguesa com o mundo exterior já se achavam transformadas. As colônias, até então relativamente independentes de suas metrópoles, foram integradas ao sistema capitalista ocidental, no contexto de um sistema econômico coerente de exploração colonial.

O traço dominante do período foi o esforço para a importação de bens de capital, lucrativo para as metrópoles, mas duramente suportado pelas colônias. Havia, no entanto, contrastes entre os países mineiros (sobretudo o Congo Belga; muito secundariamente Angola e, como porta de saída do Rand, Moçambique), onde a indústria de mineração ou a infraestrutura ferroviária atraíram um nível superior de investimentos, e os demais territórios, ainda exclusivamente agrícolas. Outro fator de diversidade era o modo de exploração: a África Equatorial Francesa e o Congo continuaram a ser, por muito tempo, países explorados por companhias monopolistas; a África Ocidental Francesa e a pequena Ruanda-Urundi, ao contrário, foram submetidas ao regime concorrencial da *économie de traite,* ou seja, uma economia fundada na exportação de produtos agrícolas básicos obtidos por meios tradicionais e na importação de bens de consumo. As colônias portuguesas, relativamente bem dotadas, sofriam sobretudo pelo fato de dependerem de uma metrópole "subdesenvolvida", sem condições de financiar sua exploração.

O financiamento de bens de capital

Observa-se nos gráficos (ver fig. 15.2) a notável semelhança entre o comércio exterior do Congo Belga e o da África Ocidental Francesa: da ordem de 20 milhões de libras esterlinas na véspera da Depressão. Angola e a África Equatorial Francesa trabalhavam com valores quatro ou cinco vezes menores (em 1930, os 475 mil contos do comércio exterior de Angola representavam pouco menos que 5 milhões de libras, contra 4,3 milhões da África Equatorial Francesa). Comparativamente, o comércio da pequena Ruanda-Urundi parece quase inexistente (em 1930, 70 milhões de francos belgas, equivalentes a apenas 360 mil libras!).

Mas todos os gráficos apontam uma constante da década 1920-1930, mesmo que a inflação tenda a exagerar o valor dos bens importados em relação ao seu volume (ver as curvas de Ruanda-Urundi; a conversão em libras esterlinas oblitera os efeitos da inflação continental nas outras figuras). Em todos os territórios, uma balança comercial deficitária – que surge com a Primeira Guerra Mundial e atinge o ponto culminante nos anos de máxima euforia econômica de 1925-1930 – revela a importância dada aos bens de capital. É ocioso assinalar a importância assumida nesse período pelo setor de infraestrutura dos transportes, sobretudo ferroviária e portuária, mas também rodoviária, fenômeno novo ligado à introdução da tração automóvel. No Congo Belga, 65% dos investimentos acumulados em 1932 destinavam-se a

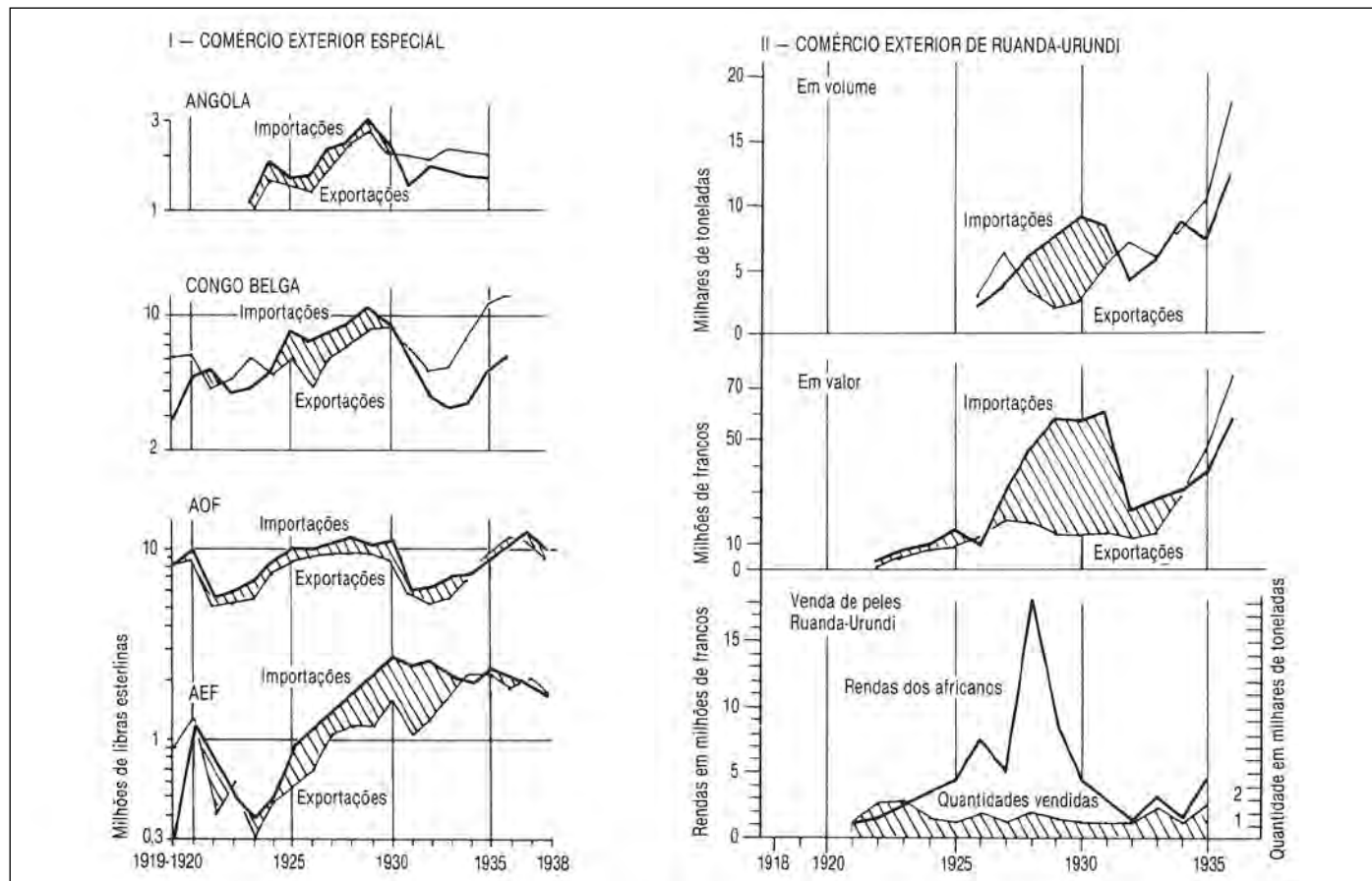



FIGURA 15.2 Comércio exterior colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas. (Fonte: Chrétien, 1970, p. 1690-1.)

minas, transportes e imóveis ou a empresas secundárias, agrícolas ou comerciais, ligadas à expansão ferroviária e mineira. Nos anos 1927-1930, os bens importados para obras públicas absorviam, em média, 47% das importações especiais. Em 1929, os bens de capital (carvão e coque, óleos minerais, peças metálicas, máquinas, navios e veículos) constituíam quase metade das importações[3], contra apenas um terço na África Ocidental Francesa. Devido a isso, o capital investido no Congo Belga disparou, passando de 1215 milhões de francos belgas antes da guerra para mais de três bilhões de francos-ouro em 1935[4]. Já em rápido crescimento entre 1920 e 1924, esse capital mais que duplicou entre 1924 e 1929, chegando quase ao máximo do período entre guerras, antes da queda da grande depressão. Os novos capitais subscritos por empresas belgas declinaram de 1,4 bilhão de francos belgas em 1929 para 276 milhões em 1932, ou seja, 30 a 50 milhões de francos-ouro.

Quadro 2 Evolução do capital investido no Congo Belga (em bilhões de francos belgas de 1950)

1920	1924	1929	1933	1938
6,6	11	29,7	30,9	30

Fonte: Peemans, 1968, p. 383.

Mas as colônias continuavam financeiramente pobres. Apesar do crescimento das receitas aduaneiras, devido ao surto do comércio exterior, e, sobretudo, ao aumento do imposto de capitação, elas não estavam em condições de assumir sozinhas o financiamento da expansão. O desenvolvimento dos bens de capital ia de par com uma política intensiva de empréstimos tomados às metrópoles.

Paradoxalmente, o maior esforço foi despendido no momento crítico da grande depressão. Iniciada no Congo, durante a euforia dos últimos anos da década, a política de empréstimos atingiu o ápice entre 1928 e 1932. A partir de 1931, foi a vez de a África Ocidental Francesa empenhar-se seriamente no esforço para obter empréstimos, pois o desastre de 1930 convencera o governo da urgência de um programa de bens de capital.

Com uma dívida pública que chegava a quase 250 milhões de francos em 1909, o Congo Belga tomou de empréstimo, sobretudo depois de 1928, cerca de 3500 milhões de francos comuns, ou seja, aproximadamente 600 milhões

3 PASSELECQ, 1932, v. I, p. 417-20.

4 FRANKEL, 1938, p. 167.

de francos-ouro belgas[5]. Apesar de sua superioridade em dimensão e povoamento, a África Ocidental Francesa contentou-se com quatro vezes menos após 1920, isto é, um terço apenas dos créditos autorizados pela lei: 630 milhões de francos belgas pagos em 1935, ou aproximadamente 120 milhões de francos-ouro franceses dos 1 750 milhões de francos belgas autorizados entre as duas guerras. Era uma quantia ainda duas vezes menor do que a da África Equatorial Francesa que, ao mesmo tempo mais miserável e mais afeita ao exemplo belga, empreendera mais cedo uma política de empréstimos para obras de infraestrutura. Os recursos foram quase totalmente absorvidos pela construção da estrada de ferro Congo-Oceano. Somavam aproximadamente 300 milhões de francos-ouro emprestados entre 1920 e 1936, quantia correspondente à quase totalidade dos créditos legalmente deferidos.

O resultado foi o crescimento da dívida externa, que ameaçava mais gravemente o equilíbrio orçamentário, em razão de as amortizações se tornarem mais pesadas em plena Depressão, precisamente no momento da queda vertiginosa das cotações dos produtos de exportação. Em 1933, a amortização anual da dívida congolesa, estimada em 198 milhões de francos belgas, representava perto de 88% das receitas orçamentárias da colônia, ou seja, aproximadamente metade das suas despesas, equivalentes a quase metade do valor das exportações. Bem menos pesados, os encargos da África Ocidental Francesa (40 milhões de francos franceses em 1933) excediam, nos piores anos da crise, um terço do orçamento geral, mas somente de 5 a 8% da receita total, com todos os orçamentos incluídos (gerais e territoriais). Os da África Equatorial Francesa ultrapassavam, então, os 80% (81% do orçamento geral para 1934). Os territórios portugueses, a respeito dos quais temos poucas informações precisas, também estavam pesadamente endividados: em 1936, Angola devia no total perto de um milhão de contos, isto é, 8,7 milhões de libras ou 220 milhões de francos-ouro. Era uma dívida muito superior à da África Ocidental Francesa, para um valor sete vezes menor das exportações[6], mas correspondente a menos da metade da dívida do Congo Belga, que tinha um orçamento comparável.

De modo geral, o aumento dos encargos durante os anos de Depressão foi nitidamente mais rápido nesses territórios do que nos territórios britânicos mais endividados, como indica o quadro 3.

Embora delicada em vista das flutuações da moeda, a comparação entre o Congo Belga e a África Ocidental Francesa mostra as diferenças dos modos de exploração. Considerado mais rentável e, em todo caso, mais ávido

5 No decorrer desse período, a paridade oscilou em torno de 100 francos belgas = 70 francos franceses.

6 FRANKEL, 1938, p. 371; DUFFY, 1962, p. 139 et. seq.

de capitais, o Congo Belga apresentava, no entanto, fraquezas econômicas evidentes. Seu endividamento era infinitamente mais pesado do que o da África Ocidental Francesa e seu comércio de exportação muito inferior, não obstante a importância das indústrias de mineração. Acima de tudo, as receitas orçamentárias do Congo Belga eram evidentemente mais limitadas, em vista de a tributação aduaneira e a carga fiscal sobre a população africana serem menores, o que resultou em um déficit financeiro mais grave no momento da Depressão.

Quadro 3 Amortização anual da dívida: encargos comparados de alguns territórios em 1928 e 1935 (em porcentagens)

	Congo Belga			África Ocidental Francesa			África Equatorial Francesa		
	1928	1935	Taxa de crescimento	1928	1935	Taxa de crescimento	1928	1935	Taxa de crescimento
Da receita	20,6	79,3	384	2,5	6,8	367	16,6	47,1	284
Das expo. especiais	9,5	26,8	282	1,5	6,9	460	17,2	46,6	271

Fonte: Frankel, 1938, p. 182; Coquery-Vidrovitch (?).

Esta aparente incoerência explica-se, de fato, pela distorção do nível de exploração. O Congo chegava ao estágio da exploração pelo capital, enquanto a Africa Ocidental Francesa ainda estava de certo modo na *économie de traite.* Em vésperas da Depressão, a superioridade comercial da federação francesa, mais da metade (52,7% em 1928) ainda baseada na exportação de amendoim do Senegal, era a prova da rentabilidade de uma política de vistas curtas, limitada à exploração da margem de lucro entre bens importados vendidos a preço elevado aos produtores africanos e a compra a baixo preço de safras cuja produção estava abandonada ao setor tradicional *(économie de traite).* Era de supor que a colônia fosse autossuficiente, já que o fundamento da colonização era gerar lucros para a metrópole; vivia dos direitos aduaneiros, fruto de um comércio em expansão e de pesada tributação. Apesar da depressão que paralisou os negócios e, simultaneamente, obliterou as receitas africanas, a metrópole recusava-se a qualquer subvenção como auxílio. Da mesma forma, o último subsídio concedido à miserável África Equatorial Francesa (que recebeu ao todo, de 1910 a 1934,

375 milhões de francos) remontava a 1928, resignando-se a metrópole, no pior momento da crise, a ficar somente com o encargo do serviço dos empréstimos, isto é, 80 milhões de francos em 1935[7].

Quadro 4 Alguns resultados coloniais (em milhões de francos franceses)

	África Ocidental Francesa			Congo Belga		
	1928	**1935**	**Evolução em %**	**1928**	**1935**	**Evolução em %**
Amortização anual	17,2	54,8	+218	87	225	+ 158
Receitas orçamentárias ordinárias	723	593	-18	420	290	-21
Valor das exportações	144	698	-39	915	850	-7
Receita aduaneira	213	142	-33	?	79	
Capitação	143	152	+6	75(?)	64	-15

A capitação, porém, continuou aumentando em plena crise, ou então pouco diminuiu (na África Ocidental Francesa, 156 milhões de francos franceses em 1929, 181 milhões em 1931; no ponto mais baixo, 153 milhões em 1935). Se a França assentiu finalmente em fazer um esforço de investimento nas colônias africanas, foi a título provisório, sob a forma de empréstimos garantidos pelo Estado, reembolsáveis em 50 anos, a juros de 4 a 4,5%. Isto significava que as colônias francesas essencialmente tinham, afinal, de arcar com o pagamento de seus próprios bens de capital. Evidentemente, na África Equatorial Francesa a miséria do território exigiu finalmente que a metrópole assumisse a quase totalidade da dívida, mas, na África Ocidental Francesa, deduzindo-se o reembolso da dívida, a participação francesa na formação de bens de capital não passou de 16% do total, entre 1931 e 1936. Em outros termos, foi a força de trabalho dos habitantes que na verdade conseguiu, desde o início, desenvolver o território.

Mas como esta economia arcaica – quer dizer, mais dependente da taxação e da pilhagem do que da produção e dos investimentos – era frágil, a grande depressão determinou sua falência. Em 1934, o relator do orçamento colonial na Câmara dos Deputados constatava que as colônias estavam no fim e sugeria o financiamento dos bens de capital pelo Estado. No mesmo ano, acontecia a Conferência Econômica da França Metropolitana e do Ultramar, primeira

7 MOELLER, 1938, p. 3-5.

tentativa de pôr em ação um programa de apoio que acabou sendo realizado somente depois da Segunda Guerra Mundial[8].

Embora a crise atingisse brutalmente o Congo Belga (o valor das exportações baixara aproximadamente dois terços, passando de 1511 milhões para 658 milhões de francos belgas, entre 1930 e 1933), ela foi menos aguda em valor relativo e reabsorvida mais rapidamente. Prova disso é que o valor das exportações atingiu de novo 1203 milhões em 1935. É evidente que o Congo continuava ainda moderadamente produtivo. Em comparação com as colônias britânicas da África austral, a produtividade de suas minas era ainda muito reduzida. Embora em 1935 essa produtividade representasse 62% do valor das exportações do Congo Belga e 30% no caso de Angola, esses dois territórios juntos exportavam apenas 6% do valor total dos produtos minerais da África negra.

Quadro 5 Importância relativa do comércio externo de algumas colônias (em porcentagem do comércio total da África negra)

	Africa Ocidental Francesa	Congo Belga	Angola
1928	5,9	4,7	1,3
1935	5,8	4,1	1,1

A colônia belga, cuja atividade econômica já era de tipo capitalista, contava, não obstante, com a vantagem do avanço técnico e de uma política de investimentos a longo prazo. A grave crise orçamentária dos anos 1930 relacionava-se mais com a redução do fluxo de investimentos do que com o valor das exportações. As receitas próprias da colônia, inferiores às da África Ocidental Francesa, eram compensadas pela importância dos capitais privados e pelo apoio do Estado, que, além dos empréstimos, cobria o déficit com a ajuda de fortes subvenções: 687 milhões de francos belgas de 1933 a 1937, além de uma loteria colonial, cuja receita líquida (271 milhões de francos belgas) serviu para cobrir parcialmente os déficits de 1934 e 1935 (673 milhões de francos belgas, ou seja, 47% das despesas ordinárias). De 1914 a 1935, o Congo "custou" à Bélgica (excluídos os empréstimos) um total de 112,5 milhões de francos-ouro, isto é, aproximadamente metade das despesas metropolitanas totais de 1908 a 1950[9].

8 COQUERY-VIDROVITCH e MONIOT, 1974, p. 407-9.

9 MOELLER, 1938; ver também STENGERS, 1957, p. 394.

Em resumo, ainda que, ou melhor, justamente por ter "custado mais caro à Bélgica", ao contrário das federações francesas, o Congo conseguiu "decolar" logo que a indústria se recuperou da Depressão. Mas não se deve exagerar: o fato de em toda parte, em seguida à Depressão, as exportações terem ganho terreno em relação às importações prova que os bens de capital da fase precedente apenas ajudaram a desenvolver até um estágio ulterior uma política ainda basicamente centrada na exploração externa e não no desenvolvimento dos territórios, para seu próprio benefício.

Os encargos do trabalhador

Este período, delimitado por duas fases difíceis, marcadas pela exploração crescente dos trabalhadores – a Primeira Guerra Mundial e a grande depressão –, foi rude para os africanos. Nesse tempo de "desenvolvimento" colonial, os homens só interessavam ao colonizador enquanto mercadoria ou bem de produção. Foi para melhorar sua eficiência, aliás, que foram tomadas as primeiras medidas de proteção do trabalho. O nível de vida, porém, continuava precário e vulnerável ao menor desequilíbrio: entrou em colapso com a grande depressão, conforme salientava um administrador francês: "Notei sempre que, ao elaborar de fato e regularmente o orçamento de uma família autóctone, ele nunca fechava. A vida de um africano, na verdade, é um milagre perpétuo"[10].

O trabalho

Embora o trabalho forçado fosse oficialmente repudiado em toda parte, a carência de mão de obra levava à coerção, direta ou imposta através de tributos, que tinham de ser pagos.

Prestação de serviços e culturas obrigatórias

Era comum em toda a parte o uso do trabalho não remunerado. As federações francesas oficializaram, depois da guerra, as prestações de serviço gratuitas para obras de interesse local ou colonial. Fixadas inicialmente em sete dias por ano, logo passaram para 12 dias na África Ocidental Francesa e para 15 dias

10 URVOY, 1940.

na África Equatorial Francesa. O decreto de 6 de outubro de 1922, reformado em 7 de janeiro de 1925, previa a possibilidade de isenção individual, ao preço de 50 cêntimos a dois francos por dia, conforme a maior ou menor penetração da economia monetária.

Esta obrigação, por si limitada, era mais impopular porque a alimentação desses trabalhadores, não considerada de antemão, ficava a cargo das mulheres se a obra estivesse a um dia de distância a pé da aldeia. A este trabalho obrigatório somavam-se os recrutamentos impostos (no entanto, pagos) pelas ferrovias: de 1921 a 1932, 127250 homens, totalizando uma ausência de 138125 anos, foram recrutados na África Equatorial Francesa para a construção da estrada Congo -Oceano. Aproximadamente 20 mil devem ter morrido antes de 1928[11]. Na África Ocidental Francesa, a medida foi acompanhada do sistema conhecido como "da segunda parcela do contingente", que previa o alistamento para fins "sociais e utilitários" da metade dos trabalhadores não convocados para o serviço militar[12]. Finalmente, em vésperas da grande depressão, o serviço de carregadores, embora um pouco em declínio por toda parte, ainda provocava devastações em Ruanda, onde o trabalho obrigatório e gratuito passou, contudo, de 29 para 13 dias por ano[13].

A época foi marcada sobretudo pela instituição da cultura obrigatória de produtos especificas. Esse procedimento, que teve origem no Congo Belga no final do século XIX, foi retomado durante a Primeira Guerra Mundial, depois de uma missão realizada em 1915 em Uganda e na Costa do Ouro, a respeito do algodão e do cacau, respectivamente[14]. A cultura obrigatória do arroz foi introduzida na província oriental e a do algodão multiplicou-se desde Maniema e Uele ao conjunto da colônia. Em 1930, os "campos do Estado" abrangiam mais de um milhão de hectares; em consequência, o Congo produziu 15 mil toneladas de arroz e 30 mil toneladas de algodão; uma dezena de empresas controlava 111 usinas de descaroçamento. A inovação era especialmente impopular, mas mesmo assim foi adotada nas federações francesas. Introduzida em 1916, por ocasião do "esforço de guerra", desde o início ela sobreviveu somente graças à sustentação artificial dos preços pelas subvenções francesas. Contrariamente, na

11 SAUTTER, 1967.

12 Decreto de 31 de outubro de 1926. O sistema também estava em uso em Madagáscar.

13 P. DE DEKKER, 1974. As prestações de trabalho anuais obrigatórias passaram de quinze dias em 1928 para treze dias em 1931. Mas, no Congo Belga, o trabalho gratuito obrigatório subiu para 120 dias por ano durante a Segunda Guerra Mundial. MERLIER, 1962, p. 95.

14 PASSELECQ, 1932, v. I, p. 281.

mesma época o governo da Niassalândia (atual Malavi) deixava de subvencionar a produção algodoeira, e no Congo Belga os subsídios eram reduzidos.

Na África Equatorial Francesa, instigadas pelo administrador Félix Éboué (1927-1928), quatro empresas receberam, com um equipamento mínimo de bens de capital, o monopólio de compra sobre vastas "zonas de proteção"[15]. Essas disposições seguiam o modelo belga de monopólios no Congo, instituído pelo decreto de 1 de agosto de 1921.

A cultura obrigatória do algodão, introduzida na mesma época também na África Ocidental Francesa, foi mais uma das grandes ideias do Office du Niger (1933). Aqui, mais uma vez, centros aldeãos especialmente desenvolvidos e pela primeira vez estabelecidos em 1937 fracassaram lamentavelmente, em vista da impossibilidade de solucionar o problema demográfico e do mau preço de um algodão difícil de vender: 1,25 franco em 1928; 90 cêntimos em 1929; 70 cêntimos em 1931 e apenas 60 cêntimos de 1933 a 1936.

Quadro 6 Algodão na África Ocidental Francesa: exportações médias quinquenais (em toneladas)

1910-14	1915-19	1920-4	1925-9	1930-4	1935-9	1954
189	467	895	3500	2500	3900	1300

Nas colônias portuguesas, a incúria da administração, incapaz de garantir a distribuição de sementes ou de providenciar instruções técnicas, explica a ineficiência do sistema. Mesmo assim, prevaleceu de modo particularmente arcaico no território da Companhia de Moçambique, criada em 1891, que gozava de direitos de soberania por 50 anos sobre 160 mil km². Esta era a única companhia no mundo que em 1930 ainda exercia poder de soberania e tinha controle sobre 11,6% do comércio global da colônia, entre 1918 e 1927, sobre 6,5% do território e sobre o trabalho de 4% da população[16].

Mas nem sempre os resultados eram tão decepcionantes; no auge da Depressão, foi introduzida em larga escala, pelo método das culturas obrigatórias, a produção de cacau e principalmente a de café na Costa do Marfim, Camarões e Ruanda-Urundi. Neste último território, o "programa-café", introduzido experimentalmente em 1925 (obrigação de meio hectare por chefe ou subchefe), foi sistematizado logo que se fizeram sentir os primeiros efeitos da Depressão.

15 COQUERY-VIDROVITCH, 1972, p. 475-7.

16 BOHM, 1938, p. 155.

Quadro 7 Exportações de café de Ruanda (em toneladas)

1929	1932	1935	1936	1937
50	100	1150	2000	375

Fonte: Molitor, 1937, p. 156-75.

A rápida propagação das culturas especulativas explica-se em princípio pelo fato de os africanos, oprimidos pelos encargos, não terem outro meio de compensar as perdas senão aumentando sua produção, de forma a driblar a queda dos preços nos piores momentos da crise. Mas, com a retomada, finalmente convencidos da rentabilidade de seus esforços, os camponeses entregaram-se voluntariamente às novas produções. O arranque espetacular na África Ocidental Francesa, em 1936, aparece no quadro 8.

Quadro 8 Exportações da África Ocidental Francesa (em toneladas)

	1935	1936
Café	5300	43500
Cacau	6700	49700

Fonte: "L'evolution des exportations de l'AOF de 1905 à 1957". Institut d'Emission de l'AOF et du Togo, n. 36, julho de 1958.

As culturas especulativas garantiam o mínimo de dinheiro vivo para pagar o imposto de capitação e atender às necessidades primárias de consumo, levando à eliminação correlativa das culturas obrigatórias.

Nessas circunstâncias, a função das instituições encarregadas de ajudar os produtores era muito importante, como o Crédit Agricole (organizado em 1931 na África Ocidental e na África Equatorial francesas e em Camarões), criado para garantir as operações de produção a curto e médio prazos e favorecer a passagem à propriedade privada. Só eram beneficiados os camponeses pertencentes a uma associação legalmente reconhecida (Société de Prévoyance, Association Agricole etc.) e os donos de propriedades registradas em seus próprios nomes (e não heranças de família)[17]. Da mesma forma, as Sociétés Indigènes de Prévoyance (SIP), cujo número quintuplicou em quatro anos na África Ocidental Francesa (de 22 em 1929 para 104 em 1936), também desempenharam o seu papel, ainda que costumassem interessar muito ao *commandant de cercle* sob o ângulo exclusivo dos recursos complementares

17 Decreto de 26 de junho de 1931. DESANTI, 1940.

resultantes das coletas obrigatórias. No Senegal, em 1940, apenas duas ou três SIP estavam em condições de cumprir um papel útil, em Sine-Saloum[18]. Até então, o trabalho obrigatório, quer nos campos, nas minas ou nas estradas de ferro, era a regra geral.

Regime e regulamentação do trabalho

Na África francesa, a administração controlava os alistamentos que, em princípio, não podiam exceder, desde 1921 na África Equatorial Francesa, "um terço da população masculina apta que tenha atingido a idade adulta". No Gabão, a partir de 1926, com o desenvolvimento da exploração florestal, os novos exploradores eram avisados de que estavam abrindo seus canteiros de obras "por sua conta e risco e sabendo bem que corriam o risco de não encontrar no local a mão de obra necessária"[19].

No Congo Belga, o limite dos recrutamentos estava fixado em 25% dos "homens adultos aptos". O limite foi reduzido para 10% em meados da década, em face da carência de mão de obra, mas, regra geral, a quota oficial era muitíssimo ultrapassada[20]. Nas colônias portuguesas, uma sutil distinção havia sido estabelecida entre o "trabalho correcional", reservado aos condenados, e o trabalho dos homens de 14 a 60 anos, "obrigação moral e social", pelo menos por seis meses no ano[21], não devendo o Estado "ter escrúpulos em obrigar e, se necessário, forçar os negros selvagens da África a trabalhar, quer dizer, a melhorar a si próprios pelo trabalho, para obter melhores meios de vida, para civilizar-se[22].

A praga dos recrutadores persistia especialmente no Congo, território em que o Estado delegava às sociedades o poder de recrutamento, como a Bourse du Travail du Katanga (BTK), agência privada que recrutava pessoal para as minas das zonas rurais. Em 1926, a fim de remediar a carência de mão de obra, o governo concedeu à Union Minière du Haut-Katanga (UMHK) o monopólio do recrutamento em Maniema (província oriental) e em Ruanda-Urundi[23].

---

18 TUPINIER, 1940.

19 ANTONETTI, 1926-1927.

20 MERLIER, 1962, p. 134-5. A noção de "adulto" era vaga, pois designava os indivíduos que tivessem "atingido o desenvolvimento normal do adulto". LÉONARD, 1934, p. 382.

21 Código do Trabalho de 1911. *Le régime et l'organisation du travail des indigènes dans les colonies tropicales,* Bruxelas, 1929, p. 224-315.

22 Recomendação da comissão, incorporada ao Código do Trabalho de 14 de outubro de 1914; apud DUFFY, 1962, p. 132.

23 FETTER, 1976, p. 90.

Nas colônias portuguesas, estouravam escândalos periódicos, como aquele do trabalho forçado e escravo nas plantações de cacau de São Tomé e Príncipe no início do século XX. Eram plantações que absorviam de 2 mil a 4 mil “recrutas voluntários” por ano. Fiel à sua tradição neoescravagista, Portugal rejeitou em 1930 a “Recomendação a respeito da coerção indireta ao trabalho”, proposta pela Conferência Internacional de Genebra. Em 1947, surge o famoso relatório de protesto de Henrique Galvão, deputado por Angola à Assembleia Nacional de Lisboa. Foi preso em 1952, por declarar que dois milhões de africanos tinham sido expatriados das colônias portuguesas[24]. Em 1903, o recrutamento de mineiros para o Transvaal em Moçambique foi confiado à Witwatersrand Native Labour Association (WNLA). Em troca de um acordo de reserva de 47,5% do tráfego sul-africano para a estrada de ferro de Lourenço Marques, a convenção de 1928 autorizava aproximadamente 250 recrutadores a alistarem até 80 mil africanos por ano. A média anual entre 1913 e 1930 foi de 50 mil emigrantes, perfazendo um total de 900 mil, dos quais 35 mil morreram e somente 740 mil regressaram com boa saúde. A locação de homens e o trânsito de mercadorias constituíam, assim, o principal suporte financeiro da colônia (dois terços em 1928)[25]. Além do montante referente às licenças de emigração, que representava 9,8% das receitas orçamentárias em 1928-1929, e às tarifas ferroviárias (28%), há ainda que considerar os direitos aduaneiros pagos no regresso (25%) e, como parte da receita coletada através do imposto de capitação, os fundos remetidos às famílias ou trazidos de volta para o país[26].

Ruanda-Urundi desempenhou, em menor grau, papel análogo para as minas de Katanga: em 1930, 7300 trabalhadores (de uma população total de 350 mil “homens adultos aptos”) moravam no Congo, sendo que mais de 4 mil deles em Katanga[27]. Cumpre ainda mencionar, um pouco por toda a parte, a emigração voluntária relacionada com as calamidades naturais (25 mil ruandeses emigraram para Uganda quando da grande fome de 1928-1929) ou com as fugas ao trabalho forçado, como fizeram os Mossi do Alto Volta, ao se refugiarem na Costa do Ouro.

Todas as potências coloniais sentiram, quase ao mesmo tempo, a necessidade de regulamentação do trabalho. Anteriormente, a regulamentação tivera apenas valor formal, mas com a proliferação da mão de obra assalariada tornava-se

24 BOHM, 1938, p. 124; DUFFY, 1962, p. 185.

25 BOHM, 1938.

26 Ver quadro em CARDOZO, 1931, p. 29.

27 DE DEKKER, 1974.

indispensável a sua aplicação[28]. Semelhante em todos os territórios, ela fixava a duração legal do contrato (máximo de três anos no Congo, dois anos nas colônias francesas e portuguesas), cujo registro, taxado, não era obrigatório na "carteira" do trabalhador. Embora as federações francesas tivessem fixado, desde 1922, o "salário mínimo" autorizado, eram comuns os abusos devido à falta de inspeção. Não era raro um africano, crente de estar se empregando por um ano, ver-se de fato expatriado por dois ou mais anos. O salário era pago em mercadorias e não em dinheiro, a alimentação distribuída não correspondia ao previsto na origem. E, à menor infração, aplicavam-se multas muito pesadas. Além disso, em nome da proclamada liberdade do trabalho, o emprego de diaristas persistiu por muito tempo, sem qualquer tipo de controle.

A crise de mão de obra, particularmente aguda nas minas e nas obras ferroviárias, determinou uma mudança de política no Congo Belga. Até os anos de 1920, o modelo adotado no Congo fora o das minas da África do Sul, onde a mão de obra sem qualificação, recrutada mediante contratos de curta duração (seis a nove meses), era renovada à medida que se exauria. Depois de uma investigação, em 1922, a UMHK empreendeu as primeiras reformas. O rápido aumento da produção – que dobrou nos dois anos seguintes – provocou paralelamente aumento de pessoal africano (de 7500 para 14 mil). Essa foi a origem do famoso paternalismo belga. A reorganização das reservas foi empreendida em 1926; em um ano, o custo do trabalho aumentou 40%, embora o salário não representasse mais que um quinto do orçamento. Em 1930, pela primeira vez, a natalidade excedeu a mortalidade nos campos da Union Minière du Haut-Katanga, que ofereciam, então, as condições de vida menos desfavorecidas da África central[29]. O êxito da política de estabilização da mão de obra em troca da regularidade do emprego após 1928, e enquadrada em todos os domínios (lazer, religião, escola etc.), tornou-se evidente quando, sobrevinda a Depressão, o pessoal foi reduzido de 16 mil para apenas 5 mil trabalhadores entre 1930 e 1932. Isso provocou, entre os naturais da Rodésia do Norte, sucessivas revoltas contra a política de repatriação, uma série de

28 No Congo Belga, um decreto de 1910 visava "todos os trabalhadores indígenas" do Congo ou das colônias vizinhas, empregados por um "amo civilizado" ou "sujeitos a imposto pessoal" que não fosse o imposto *per capita,* o qual foi emendado em 1922. Na África Equatorial Francesa, um decreto de 1902 voltou a vigorar de 1907 a 1911 e depois foi completamente reformado em 1922, embora somente em 1935 tenha sido promulgada a primeira legislação ordinária determinando as condições de sua aplicação. Na África Ocidental Francesa, o primeiro decreto de conjunto, reunindo as medidas locais, foi promulgado somente em 1928. Nas colônias portuguesas, o Código de Trabalho de 1911 foi revisto em 1926 e de novo em 1928 (Código de Salazar). LÉONARD, 1934.

29 FETTER, 1976, p. 113.

tumultos entre os trabalhadores que viviam fora das reservas e a revolta dos naturais de Ruanda-Urundi em 1932.

Tributação

Apesar dos progressos, a inegável expansão da economia pouca alteração trouxe ao nível de vida dos africanos. É certo que o salário tornou-se habitual; o número de trabalhadores congoleses decuplicou em dez anos: de 47 mil em 1917 para 427 000 em 1927, cifra só superada em 1937, após o refluir da grande depressão[30]. No entanto, representava somente uma modesta porcentagem da população: menos de 20% dos "homens adultos aptos" no Congo, dentre os quais 2% eram de Ruanda[31]. Mais tarde, em 1950, esse número representava apenas 2% da população total da África francesa[32].

Apesar da curva ascendente da oferta de emprego, os salários não aumentavam, pois, ao contrário do Reino Unido sempre fiel à sua política deflacionária, a inflação dos anos de 1920 foi o fenômeno dominante nas finanças dos outros países europeus: em 1926, o franco francês perdera quatro quintos de seu valor no pré-guerra, o franco belga um pouco mais (paridade de 100 francos belgas por 87,60 francos franceses em 1926, estabilizada no ano seguinte para mais ou menos 100 francos belgas por 71 francos franceses), sem falar da inflação galopante do escudo português.

Devido à inflação metropolitana, sentida na África pelo custo crescente dos bens importados, sem que os preços dos produtos de exportação também aumentassem, o salário real dos africanos tendia a declinar. A única tentativa coroada de algum sucesso foi a gradativa substituição do pagamento em dinheiro pelo pagamento em espécie – introduzida no Congo Belga a partir de 1916 e lentamente adotada na África Equatorial Francesa. É que a medida, em troca, condicionava que fosse pago em dinheiro o imposto, exigido de todos os adultos ativos e considerado, desde o início do século, sinal do acesso do país à economia monetária e, consequentemente, condição de seu desenvolvimento.

O problema do imposto pesava sempre mais sobre o poder aquisitivo dos africanos apanhados pelo ciclo da produção colonial. O término da penetração

30 Relatórios anuais sobre a administração do Congo Belga, 1919 a 1939.

31 7300 trabalhadores dentre 350 mil "homens adultos aptos"; DE DEKKER, 1974.

32 HODGKIN, 1956, p. 118.

colonial e o progresso da administração, consolidada desde a guerra, dificultavam mais e mais à população reagir fugindo ou revoltando-se. Mais regulares, as receitas tributárias começaram finalmente a exercer a função de fonte principal do financiamento da expansão: em razão disso, entre as duas guerras, verificou-se um aumento mais rápido da capitação do que da remuneração dos trabalhadores.

As rendas dos camponeses, de fato, continuavam irrisórias, especialmente entre os que plantavam safras obrigatórias: de 1928 a 1932, no Congo Belga, 700 mil plantadores de algodão ganhavam em média 165 francos belgas por ano; os rizicultores pouco mais ganhavam (170 francos belgas)[33]. Os números eram ainda mais baixos na África Equatorial Francesa. Cultivando 20 acres de algodão por ano (à razão dos 200 dias regulamentares), na mesma época, o lavrador Ubangi ganhava somente de 9,20 a 40 francos franceses, que correspondiam a pouco mais que o montante do imposto[34].

Menos miserável, a remuneração dos assalariados mal acompanhava a inflação, cuja tendência era avançar mais depressa nas zonas de economia monetária: no Médio Congo o salário mensal médio caiu de 25,45 francos belgas em 1912 – considerado um ano de ponta, é verdade (19,30 francos em 1913) – para 19,35 em 1920, chegando a 30 francos somente em 1929[35] . Era maior nas zonas de exploração florestal do Gabão (40 a 50 francos belgas), quase equivalente à média do Congo Belga (60 francos belgas por mês)[36].

Na melhor das hipóteses, houve uma elevação paralela do imposto nas zonas mais produtivas, como no Gabão, onde a jornada de trabalho exigida para pagá-la decresceu ao longo da década: de 23 dias no fim da guerra para 18 dias em vésperas da Depressão. De modo geral, no entanto, a carga fiscal tornou-se mais pesada ao menos para os camponeses, sobretudo durante a Depressão, com a dispensa de trabalhadores e o colapso do preço dos produtos tropicais. A tributação direta que pesava sobre o africano excedia, então, largamente a remuneração do seu trabalho, condenando-o ao endividamento e à miséria – tanto mais que o imposto aumentou no momento em que os

33 MERLIER, 1962, p. 83-4.

34 SAN MARCO, 1940.

35 Relatórios anuais, Médio Congo, Arquivos da África Equatorial Francesa, Aix-en-Provence, dossiê 4 (2) D. Ver COQUERY-VIDROVITCH, 1972, p. 490-2.

36 Em 1927, por exemplo, 227 milhões de francos belgas para 315 mil trabalhadores, isto é, 720 francos belgas por ano ou 60 francos belgas por mês (60 francos belgas equivaliam a 42,50 francos franceses em 1927). Em 1924, a UMHK pagava entre 30 e 45 francos belgas por 30 dias de trabalho efetivo. FETTER, 1976.

preços, ao nível mais baixo, fizeram cair a remuneração dos camponeses. Os casos já estudados da Guiné (ver fig. 15.3) ou da Costa do Marfim mostram que, durante esses anos dramáticos, o camponês teve de pagar mais do que recebia, ao menos no contexto da economia monetária. Apesar da expansão das culturas especulativas, todos os testemunhos concordam: a miséria era profunda. Os camponeses abriram mão de suas magras reservas, cederam as últimas moedas poupadas com imensa dificuldade e chegaram até a vender seus parcos bens familiares.

Embora a comparação seja difícil, é possível identificar ao mesmo tempo certas semelhanças e certas divergências de evolução entre os vários territórios. Foi nas colônias portuguesas que o imposto de capitação mostrou-se uniformemente mais pesado, pois correspondia oficialmente a três meses de trabalho – o imposto podia ser pago com trabalho e o salário correspondente a um dia era estimado em 1 a 1,5% do seu montante. Também na África Ocidental Francesa o imposto de capitação era proporcionalmente elevado.

O montante da taxa direta cobrada por habitante era, em 1915, 2 francos franceses na África Ocidental Francesa, 1,55 na África Equatorial Francesa e 1,35 franco no Congo Belga. Quanto mais o país estava obrigado a viver de recursos próprios, maior era a tributação.

Quadro 9 Parte relativa da capitação nas receitas totais dos orçamentos coloniais

	Em porcentagem						Em milhões de francos		
	Congo Belga		África Ocidental Francesa		África Equatorial Francesa		Montante da capitação		
	Taxação da pop. africana	Taxas aduaneiras	Taxação da pop. africana	Taxas aduaneiras	Taxação da pop. africana	Taxas aduaneiras	Congo Belga (Fb)	AOF	AEF (Ff)
1928			20	29,4	22,6	27,3	—	144	27
1931	21,2	21	28	18,4	22,5	30,9	115	181	38
1932	29	19,6	28,7	19,9	24,6	30,9	109	168	37
1934	22,5	18,9	27,1	21,1	19	30,3	82	154	41
1935	22,4	27,9	25,8	23,9		46,5	91	153	

Fonte: "Rapports annuels sur l'administration de la colonie du Congo belge, 1932-1938. Annuaires statistiques de l'AOF, v. I, II, III, 1932-1938, e da AEF, v. I, 1936-1951".

De modo geral, os orçamentos coloniais eram constituídos da mesma forma: 25% das tarifas aduaneiras e 25% do imposto de capitação[37]. A tragédia foi que, com a Depressão, as autoridades tentaram fazer com que esse tributo cobrisse o déficit do primeiro (reduzido a menos de 20% em 1932). No entanto, mais uma vez os congoleses foram os menos desfavorecidos: embora o imposto médio por habitante, em 1931, estivesse praticamente equiparado ao exigido pela administração francesa (média por habitante: 12,48 francos franceses na África Ociden-

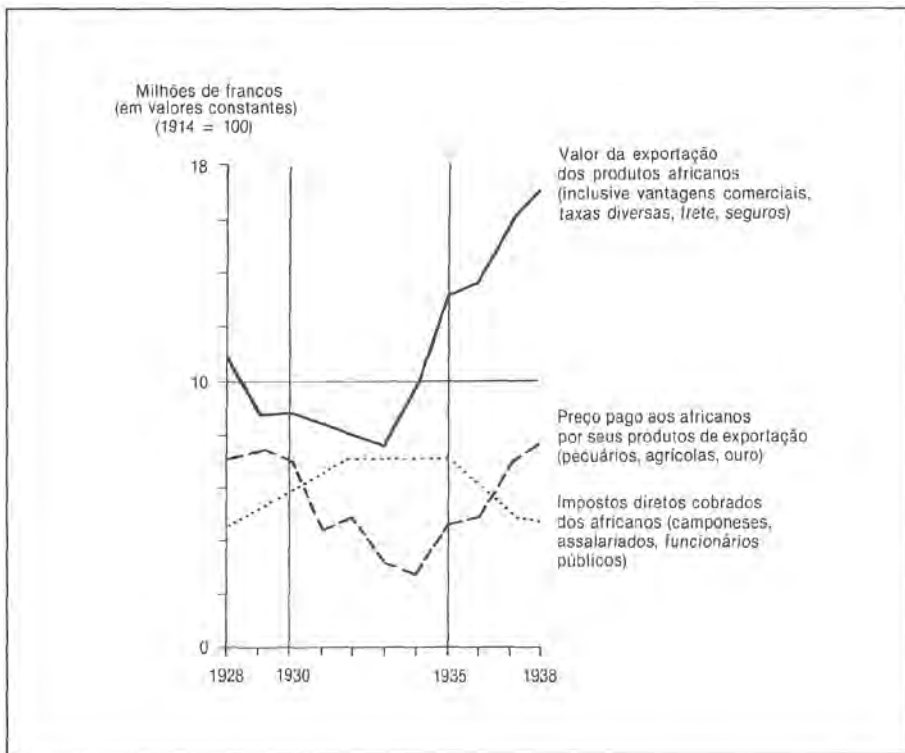



FIGURA 15.3 Avaliação aproximada das possibilidades monetárias africanas na Guiné Francesa (1928-1938). (Fonte: Trentadue, 1976, p. 633.)

37 Na África Ocidental Francesa, aproximadamente metade (43 a 45%) do orçamento era constituído, de 1928 a 1935, por alfândega mais imposto de capitação. Um terço provinha dos outros impostos, principalmente indiretos (15 a 20%), que também recaíam largamente sobre as populações autóctones (imposto sobre a terra, imposto sobre o gado, imposto de consumo e de circulação) e sobre as estradas de ferro (13 a 16%), estas, aliás, sempre deficitárias. O resto (somente 21 a 24%, porcentagem equivalente à do Congo Belga) provinha das diversas empresas públicas e privadas (propriedades estatais, patentes, rendimentos, instalações industriais). *Annuaires statistiques,* citados na fonte do quadro 9.

tal Francesa e 11 francos franceses na África Equatorial Francesa, contra 11,50 francos belgas, ou 8,30 francos franceses, no Congo), o decréscimo durante a Depressão foi maior. Entre 1931 e 1934, as receitas totais do imposto de capitação no Congo Belga caíram 29%, contra 15% na África Ocidental Francesa, sem mencionar a África Equatorial Francesa, onde ele aumentou 43% entre 1929 e 1934.

O fato é que na África francesa, apesar de reduções muitas vezes dramaticamente reclamadas pelos administradores locais no momento da Depressão, a falta de apoio da metrópole obrigava a "não seguir a via [das reduções] senão com muita prudência"[38]. No Congo, em compensação, embora a situação no conjunto fosse pior no fim do período, o imposto permanecia inferior a um mês de salário. Além disso, o tempo de trabalho exigido para atender às necessidades básicas (expressas na compra do *kitenge,* ou tecido estampado), que em alguns casos tinha subido para quase cinco meses, declinou em geral desde 1920, senão desde antes da guerra. No entanto, posteriormente chegou a subir até quase um mês e meio.

Quadro 10 Valor do imposto anual de capitação em algumas regiões rurais, em relação ao salário mensal (salário mensal global: 1912-1933 = 100)

	Imposto					Imposto + kitenge				
	1912	1920	1924	1928	1933	1912	1920	1924	1928	1933
Baixo e Médio Congo	65	50	36	31	78	106	175	198	119	138
Kasai	75	37	41	22	59	175	482	291	143	135

Fonte: Peemans, 1968, p. 361. Na África Ocidental Francesa, em compensação, a SCOA estimava que, ainda em 1940, o imposto tomava do cultivador de amendoim a metade de seus ganhos anuais. Relatório anexado ao balanço, arquivos da Companhia.

Encontramos aqui – embora ainda em estado embrionário – os efeitos de uma política de investimentos prematura, que devia levar a um sistema de produção mais dinâmico ou que, pelo menos, buscasse diferenciar-se do tipo atrasado de exploração da zona do Sahel francês. Por falta de qualquer produto lucrativo, ainda se procurava extorquir o africano na tentativa de evitar a falência econômica.

38 Circular n. 68 do Comissário da República em Camarões, 19 de setembro de 1932. Arquivos Yaoundé, APA-10895/A.

As crises e suas repercussões

Sempre precária, em 1930 a situação dos africanos tornou-se tão trágica quanto a do início do período.

Produção

Não obstante a escala mundial das hostilidades, a Primeira Guerra Mundial provocou um crescimento espetacular da produção. Com algumas raras exceções (como o caso da madeira *okoume* do Gabão, inteiramente dependente do mercado alemão, que lhe foi brutalmente fechado), as exportações e os lucros das firmas expatriadas revelaram apreciável incremento. O fato é que o "esforço de guerra" foi particularmente severo na África de língua francesa. Em 1915 foi aí lançado um programa de "intensificação da produção", que atingiu o ponto máximo em 1916-1917[39]. Foram organizados campos de trabalho para cultivo e colheita dos produtos ditos estratégicos (borracha, oleaginosas, madeira etc.). Mais importante, contudo, era o fato de o governo francês ter garantido provisoriamente a venda desses produtos, requisitando 140 mil toneladas de oleaginosas em 1918 e quase 3 milhões de toneladas em 1919. A produção de artigos como óleo de rícino e borracha teve então grande incremento, mas caiu definitivamente no fim da Primeira Guerra Mundial, quando o Estado deixou de comprá-las. De modo geral, no entanto, a guerra demonstrou a necessidade de organizar a produção (foi esse o papel atribuído à Conferência Econômica Colonial de 1917) e serviu para lançar as primeiras empresas especulativas em grande escala – algodão em Oubangui-Chari (atual República Centro-Africana), madeira no Gabão e na Costa do Marfim – no início dos anos de 1920, após a violenta mas breve crise de 1921-1922.

Foi devido a razões opostas que a crise de 1930, a qual provocou o colapso dos preços, conduziu a uma redefinição dos objetivos e das técnicas de produção, pelo menos naqueles territórios submetidos à autoridade francesa, cuja economia mantinha-se até então como *économie de traite.*

Não se tratava de uma crise de superprodução. O baixíssimo nível dos rendimentos fazia com que os produtos em questão representassem apenas uma proporção mínima do comércio internacional (por exemplo, as exportações de amendoim do Senegal compunham 50% da receita da África Ocidental Fran-

39 Ver a circular de 13 de fevereiro de 1915, África Equatorial Francesa, citada em COQUERY-VIDROVITCH, 1972, p. 492. No que concerne à África Ocidental Francesa, ver MICHEL, 1982.

cesa, mas representavam somente 5% da produção mundial), e as medidas de proteção tomadas pelas autoridades coloniais permitiram rápida recuperação, graças a uma política (embora limitada) de subvenções. Essas medidas incluíam bônus à exportação na África Ocidental Francesa, pagas às companhias expatriadas para compensar a queda dos preços, e a subscrição da dívida nacional na África Equatorial Francesa, então à beira da bancarrota devido ao déficit da receita aduaneira.

Esmagados por impostos que já não podiam pagar (a carga fiscal continuou exorbitante, apesar da queda dos preços e dos salários), os africanos reagiram à queda de sua renda aumentando a produção. Como vimos, foi em plena crise que as culturas de tipo tropical (café, cacau, banana, algodão) se expandiram, devido unicamente à produção dos pequenos plantadores africanos. Apesar dos preços baixos, a queda na tonelagem das exportações, que foi significativa em 1932, conheceu logo uma reversão. A média da tonelagem durante o intervalo entre as duas guerras foi excedida pela primeira vez em 1931 e de maneira definitiva a partir de 1934. Isso era, naturalmente, consequência do esforço despendido no período de 1924 a 1928, muito florescente, bem como da política de desenvolvimento dos transportes, que prosseguira vigorosamente durante a Depressão, graças aos empréstimos concedidos às colônias francesas em 1913.

Todavia, posto que a alocação desses fundos coincide com o período mais grave de Depressão, eles foram essencialmente destinados não para promover a expansão dos programas, mas antes para compensar, ainda que muito parcialmente, o déficit local, principalmente em Camarões (onde os campos de trabalho foram abandonados) e na África Ocidental Francesa, território em que mais de metade das operações continuou a ser financiada pelos limitados recursos da federação. Sob outro aspecto, a política de empréstimos maciços ocasionou o rápido crescimento da dívida interna, no exato momento em que as receitas dos orçamentos coloniais vinham abaixo por causa do déficit das rendas aduaneiras.

Assim, a evidente transformação econômica ocorrida durante esse período foi empreendida e custeada pelo campesinato, posto que a elevação da carga tributária sobre os produtores coincidiu com o nível mais baixo dos preços e, consequentemente, dos salários. Geralmente, considera-se que o incremento das receitas tributárias e o desenvolvimento do setor assalariado da população agrícola (que pouco a pouco substituiu o trabalho forçado) devem estar relacionados com a expansão das culturas especulativas. No entanto, essas culturas serviram essencialmente para desencadear um processo de diferenciação social, dando lugar ao surgimento de uma classe de “novos-ricos” locais, pequenos proprietários de terras e empresários comerciais, que ganharam dinheiro à custa

da miséria e do endividamento da maioria. É significativo, por exemplo, que, durante os anos da Depressão, a poupança tenha aumentado consideravelmente nos países africanos, quer em número de contas abertas, quer em volume de depósitos. O crescimento da poupança deve-se, evidentemente, à pequena classe média dos *compradores,* que logo compreenderam, graças às condições comerciais relativamente favoráveis, que a sua posição dependia da rapidez com que adotassem as regras do jogo capitalista.

No entanto, para a massa dos pequenos camponeses pobres, a situação agravou-se: tiveram de esgotar suas magras reservas, hipotecar terras e tornar-se rendeiros pelo sistema dos "dois-terços" ou pelo dos "três-quartos" (o *abusa* das plantações de cacau da Costa do Marfim). Não era mais necessário forçar os africanos a trabalhar mediante leis estritas e obrigatórias. A partir de 1931, a falta de dinheiro (a cujo uso já não se podia fugir) tornou-se aguda e cada vez tornava-se mais difícil voltar ao modo de subsistência tradicional, fundado na lavoura de alimentos, que não mais garantia a sobrevivência. Estritamente falando, os africanos já não tinham opção[40].

Penúria de alimentos, fomes e epidemias

Característica de todo o período foi a grave carência de alimentos. A economia de guerra dos anos 1915-1918 acarretou uma série de graves implicações. A medida mais nociva foi a requisição de alimentos para a metrópole, no instante mesmo em que as tropas (10 mil homens somente na África Equatorial Francesa, mas algo acima de 160 mil na África Ocidental Francesa) exauriam os campos. No Gabão, somente um quarto da produção obrigatória foi deixada para consumo local. No Médio Congo e em Oubangui-Chari, até a mandioca foi exportada: 210 toneladas em 1915, 157 em 1917[41]. Na África Ocidental Francesa, como consequência da decisão de exportar produtos básicos, a administração esvaziou os estoques de reserva, que já se encontravam desfalcados devido a dois anos seguidos de semiestiagem (1911-1912) e a um ano de aridez total (1913). A seca assolou toda a zona sudanesa, desde o Senegal até Uadai e o Chade. Das carências periódicas de alimentos passou-se à fome devastadora, que

40 Para a África Equatorial Francesa, ver RESTE, G. G., *Rapport économique au Min. des Colonies,* Brazzaville, 24 de junho de 1937, Archives Nationales, Section d'Outre-Mer, Paris (ANSOM), Fonds Guerut, 827. Para a África Ocidental Francesa, veja Relatório de E. Giscard d'Estaing ao Min. Col. sobre sua missão na África Ocidental Francesa, 1931-1932, ANSOM, *Affaires politiques,* p. 539. Cf. COQUERY-VIDROVITCH, 1977 e 1976.

41 Cf. circular de 13 de fevereiro de 1915, África Equatorial Francesa; COQUERY-VIDROVITCH, 1972, p.492.

fez com certeza de 250 a 400 mil vítimas[42], apenas aliviada com 4 mil toneladas de cereais que o Sudão francês (atual Mali) não tivera nem meios nem tempo de expedir para a França[43].

Quadro 11 África Ocidental Francesa: exportação de alimentos requisitados (em milhares de toneladas)

Produto	1916	1917	1918	1919	Total
Milho	1,5	4,6			6
Painço	9,6	3,6	1,3	1,6	16,2
Arroz		2,7			3
Total	11,3[1]	11,1[2]	3,2[2]	3,3[2]	25,2

1 Inclui madeira, cola e gonakié (uma espécie de cola).
2 Mais feijão.
Fonte: "Annuaire du Gouvernement Général de l'AOF, 1917-1921", Paris, 1921, p. 55.

Na África Equatorial Francesa, onde a venda obrigatória prolongou-se até a década seguinte para abastecer o projeto ferroviário Congo-Oceano, a fome, iniciada em 1918, chegou à metade norte do país (Woleu-Ntem) entre 1922 e 1925: a população Fang foi provavelmente reduzida em 50%, passando de 140 mil indivíduos a 65 mil, em 1933[44]. Enfraquecidas, as populações foram assoladas por epidemias, com a recrudescência da varíola e, sobretudo, a disseminação da gripe espanhola proveniente da Europa, que talvez tenha feito desaparecer um décimo da população da África Equatorial Francesa[45].

Embora nem sempre acusando resultados tão desastrosos, o problema da escassez de alimentos provocado pelo sistema colonial foi constante no período. Vamos, por exemplo, encontrá-lo em Ruanda, "celeiro" do Congo Belga, depois de uma nova seca, em 1928-1929[46]. Era bem o sinal da fragilidade do país, esgotado pela *économie de traite,* a despeito do aumento das cifras de exportação.

Em 1930, houve situações de fome aguda como a do Níger, da qual os Zerma-Sonrai guardam atroz lembrança: na origem, uma invasão de gafanhotos.

42 SURET-CANALE, 1964, p. 169-72.

43 COSNIER, 1921, p. 253.

44 SAUTTER, 1966, p. 859, 864, 871.

45 HUOT, MARZIN, RICAU, GROSFILLEZ, DAVID, 1921.

46 O que não impediu o surto posterior das exportações de mandioca, que passaram de 239 para 2515 toneladas entre 1930 e 1934. DE DEKKER, 1974.

O sistema colonial, porém, fez tudo para agravá-la, conforme o provam os relatórios da época, cheios de severa autocrítica. Cargas fiscais exorbitantes (em dez anos, passaram de 1,25 para 7 francos belgas) estimulavam o exílio para a Costa do Ouro, em prejuízo da lavoura de alimentos. O trabalho forçado aumentou em 1927 com a instalação dos serviços administrativos em Niamey e com o prolongamento da estrada de ferro, sem que se respeitasse o calendário agrícola, que a precariedade das chuvas tornava particularmente forçoso. Os estoques de painço, que não eram obrigatórios, dependiam exclusivamente dos chefes locais. Em 1931, a administração negou-se a reduzir o imposto de capitação e insistiu no seu pagamento coletivo, obrigando os camponeses a pagarem pelos desertores e pelos mortos, o que levou a uma situação na qual, conforme assinala um relatório, "aldeias inteiras desapareceram [...] e um grupo etário foi completamente dizimado[47], Em certas áreas a taxa de mortalidade foi superior a 50%.

No conjunto, não obstante, a catástrofe foi menor. As fomes foram contidas graças ao progresso dos meios de transporte, e as epidemias, controladas pelas primeiras campanhas sanitárias. Mesmo assim, a queda dos preços e a falta de empregos foram cruelmente sentidas em toda parte: "Foi no preço pago ao produtor que o declínio mais se fez sentir. O poder aquisitivo da população autóctone decaiu em maior proporção do que nas crises anteriores[48].

É revelador que na África de língua francesa a imigração urbana em grande escala tenha começado exatamente no momento da grande crise. Apesar da estagnação geral dos índices demográficos (na África Ocidental Francesa, 14,4 milhões de habitantes em 1931 e 14,6 milhões em 1936), as vilas e cidades começaram a inchar com o afluxo em massa de camponeses miseráveis, muito embora também nelas a situação do emprego fosse crítica. Em 1936, por exemplo, não havia mais que 167 mil assalariados na África Ocidental Francesa, ou seja, pouco mais de 1% da população. Entre 1931 e 1936, no entanto, as populações de Dacar e de Abidjan aumentaram 71%, enquanto a de Conakry duplicava. Ainda mais revelador é o caso do pequeno núcleo empobrecido do interior, como Ouagadougou, onde a população cessou de se reduzir para aumentar um terço, no mesmo período.

A estagnação geral do crescimento demográfico durante esse período indica particularmente bem que prevalecia o estado de pobreza. As despesas sociais, em contraste, tendiam a aumentar em toda parte: o acréscimo paralelo das despesas com a saúde, do número de ambulatórios e das facilidades de tratamento médico contribuiu efetivamente para fazer recuar flagelos tradicionais como tripanos-

47 Apud FUGLESTAD, 1974, p. 25.

48 Société du Haut-Ogoué, Relatório à Assembleia Geral dos Acionistas, 1930, Arquivos da Companhia.

sorrúase, doenças venéreas e lepra. Em compensação, no período 1931-1936, o de maior carga fiscal, as populações mostraram-se particularmente vulneráveis às epidemias ("males esporádicos": gripe, varíola etc.). É muito tentador relacionar esse aumento da incidência de doenças ao estado de angústia profunda e miséria física em que se encontrava uma população debilitada e indefesa[49].

Balanço econômico

Pelo fato de serem mantidas sob o rigoroso controle das autoridades administrativas, e dada sua irrisória participação nas transformações socioeconômicas, no final do período as populações se encontravam em situação insegura, com um sistema que estava em plena mutação.

O setor privado

A época foi, com efeito, assinalada pela expansão de empresas poderosas, que haviam sido fundadas justamente na virada do século. O Congo Belga vinha em primeiro lugar. Em vésperas da Depressão, contavam-se no país 278 empresas industriais e comerciais e 36 representações de companhias estrangeiras, sem incluir uma infinidade de negócios locais pertencentes a particulares (ao todo, o número de estabelecimentos aumentou um terço em três anos, passando de 4500 em 1926 para 6600 em 1929).

Quadro 12 Companhias belgas instaladas no Congo, 1929

	Transporte	Bancos	Minas	Agricultura e indústria	Comércio (eventualmente, agricultura e indústria)	Floresta, (ou floresta e agricultura)
Número	23	24	27	125	88	9
Capital (milhões de francos)	2167	1037	951	1982	1196	105
Capital médio por empresa	94	43	35	16	14	12

Fonte: Passelecq, 1932, p. 362.

49 Cf. COQUERY-VIDROVITCH, (?).

De 1919 a 1930, o montante de capital investido aumentou um bilhão de francos-ouro – incluindo um bilhão devido a emissões coloniais. A carteira do Estado (avaliada em 16 bilhões de francos-ouro em 1928, valor de mercado que caiu para 5 bilhões em setembro de 1930 e depois para um terço do ativo em posse do setor privado) estava então estimada em metade do valor dos títulos congoleses possuídos por particulares. Mas, embora os setores cobertos já fossem diversificados, o maior impulso viera das atividades de mineração e ferroviárias. Quatro grupos principais (Société Générale, Empain, Cominière e Banque de Bruxelles) garantiam, com mais de 6 bilhões de francos-ouro, aproximadamente 75% do capital[50]. O grupo mais importante, a Société Générale, respondia sozinho por metade desse capital, controlando três companhias ferroviárias, três empresas gerais, dois bancos, doze companhias de mineração, seis plantações, três empresas financeiras, onze companhias industriais e comerciais e uma empresa imobiliária – o que significa quase toda a produção mineira (cobre, diamantes, rádio, boa parte do ouro), toda a indústria de cimento e as mais importantes instalações hidrelétricas[51].

O sucesso da Société Générale estava relacionado com a produtividade das suas minas, dentre as quais destacavam-se a Union Minière du Haut-Katanga (cobre) e a Forminière (diamantes de Kasai), cuja prospecção começou em 1907 e exploração em 1914. A Union Minière du Haut-Katanga nasceu em 1906 de um acordo com o Comité Spécial du Katanga, o qual, herdeiro da Compagnie du Katanga (1891), recebera do Estado, em 1900, a gestão econômica da zona, passando a funcionar quando da chegada da ferrovia a Élisabethville (atual Lubumbashi), em 1910.

A Société Générale contrastava com a relativa inatividade das outras companhias concessionárias, muitas das quais não tinham reunido capital suficiente para a exploração de seus vastíssimos domínios.

Isso era particularmente verdadeiro na África Equatorial Francesa[52], paralisada desde 1900 por uma infeliz concessão de trinta anos que tinha liquidado o território a umas quarenta enormes companhias monopolistas, metade das quais já tinha desaparecido antes da Primeira Guerra Mundial. Algumas, dentre as poucas sobreviventes, tinham se convertido em compa-

50 FRANKEL, 1938, p. 292.

51 Além disso, a Société Générale participava largamente de outras sete empresas e estava representada no conselho administrativo de outras quinze. Ibid., p. 294.

52 Cf. COQUERY-VIDROVITCH, 1972.

nhias estritamente comerciais, como a Société du Haut-Ogoué, na metade oriental do Gabão, a Compagnie Propriétaire du Kouilou Niara, comprada pela Lever Brothers em 1911; outras ocupavam-se de vagas explorações de palmeirais mantidos em estado rudimentar, como a Compagnie Française Du Haut et du Bas-Congo. E outras, ainda, perpetuavam um absurdo regime de coerção e de pobreza, em produtos não lucrativos ou mesmo já condenados, como a Compagnie Forestiere Sangha-Oubangui, a qual impôs o monopólio da coleta de borracha silvestre até 1935. Tinha um capital de 12 milhões de francos belgas para um monopólio que abrangia 17 milhões de hectares, reagrupando onze antigas companhias concessionárias do Médio Congo e de Oubangui-Chari. Além de tudo, a exploração dos diamantes de Oubangui, descobertos em 1913, não começou antes da década de 1930. O único surto de atividade na África Equatorial Francesa fora o da madeira *okoumé* no Gabão, matéria-prima da indústria de contraplacado, nascida durante a Primeira Guerra Mundial.

Em vésperas da Depressão, 107 empresas totalizavam um capital nominal de 309 milhões de francos belgas, o qual, em francos-ouro, mal tinha duplicado desde 1913, enquanto o capital acionário privado atingia 70 milhões de francos belgas. O agente motor de investimentos continuava a ser o Estado, sinal de um país considerado pobre, em que o setor privado abandonara, desde longa data, ao poder público o peso das enormes despesas em bens de capital.

Estava-se longe do êxito de uma empresa como a Lever Brothers, que, partindo das primeiras plantações de dendezeiros adquiridos no Congo Belga (concessão de 750 mil hectares da Société des Huileries du Congo Belge – SEDEC – em 1911), logo estendeu o seu império oleaginoso ao conjunto da África ocidental (Gabão/Médio Congo, Nigéria, Camarões). A Unilever, finalmente constituída em 1928, após a fusão da empresa britânica com o truste germano-holandês da margarina, desenvolveu, ao lado do império inglês da United Africa Company, toda uma série de filiais francesas (Niger Français, Nosoco no Senegal, Compagnie Française de Côte-d'Ivoire etc.), que se expandiram principalmente no decurso da Segunda Guerra Mundial[53].

A África Ocidental Francesa continuava a ser o domínio das companhias comerciais baseadas na agricultura de exportação. Mesmo neste domínio, o atraso em relação ao Congo Belga era enorme.

53 SHERRIL, 1973, p. 48.

Quadro 13 Investimentos em empresas da África Ocidental Francesa em 1943 (em porcentagem)

	Comércio	Plantações	Floresta	Minas
Todas as empresas	38	18	12,5	7,5
Apenas companhias	42,8	11 a 12	11 a 12	8,8

Fonte: Dresch, 1952, p. 232-41, com base na pesquisa realizada pelo Ministério das Colônias em 1943, ANSOM, série Affaires Économiques, cartão 52.

Em 1938, a federação francesa contava apenas umas cinquenta firmas comerciais, cujo capital social em pouco excedia os 600 milhões de francos[54]. Dez dentre elas ostentavam um capital superior a 20 milhões, sendo que apenas duas assumiam um terço do conjunto: a Société Commerçiale de l'Ouest-Africain (SCOA), fundada em 1906 com um capital de 125 milhões de francos belgas, e a Compagnie Française de l' Afrique Occidentale (CFAO), fundada em 1887, com 75 milhões de francos[55]. Mas os investimentos dessas companhias, inexistentes antes da guerra, mal excederam a média de 10 a 20 milhões de francos-ouro nos melhores anos, embora representassem, no final do período, 10% dos investimentos totais na África francesa[56].

A razão disso é que o comércio não exigia muito capital, posto que consistia em armazenar e conduzir até os portos os produtos do país, exportados em bruto ou em estado semibruto, bem como em distribuir em troca os bens de importação manufaturados, destinados sobretudo ao consumo. Certamente a década de 1920 caracterizou a época triunfal da *économie de traite*, e a inflação foi sua maior fonte de lucro: de 1913 a 1920, o comércio externo da África Ocidental Francesa passou de 277 para 1143 milhão de francos franceses. Em cinco anos, o valor dos artigos ingleses de algodão exportados para a África quadruplicou e, considerando-se a estabilidade da libra, aumentou 800% em relação aos preços franceses de 1914. Em poucos anos, a SCOA e a CFAO tinham se disseminado por toda a África ocidental, atingindo em 1924 a sua configuração quase definitiva (SCOA: 140 agências, 145 em 1930, 250 em 1940; CFAO: 141 agências, 191 em 1930, 411 em 1939). Mas elas também operavam nos territórios britâni-

54 TUPINIER, 1940.

55 Em 1945, os investimentos de capital acionário das duas empresas representavam 84% do capital das empresas comerciais da África Ocidental Francesa cotadas na bolsa de valores francesa, e 52% do capital de todas as empresas. VALDANT, 1946, p. 269.

56 Sobre a história das duas firmas, ver COQUERY-VIDROVITCH, 1975.

cos, onde o comércio era mais dinâmico: produtos de azeite de dendê e estanho da Nigéria para a CFAO e cacau da Costa do Ouro para a SCOA, produto logo responsável por um terço do faturamento da companhia.

A crise foi duramente sentida, pois a base da prosperidade era amplamente especulativa e mal preparada para resistir ao colapso dos preços das mercadorias, dado que a diversificação das atividades nem bem começara, a industrialização praticamente não existia e o comércio tradicional constituía ainda, em vésperas da Segunda Guerra Mundial, o essencial das atividades da África Ocidental Francesa.

As colônias portuguesas, por sua vez, nem tinham chegado a optar entre as diferentes possibilidades econômicas. Moçambique estava em situação de obscurantismo geral: ainda vivia em larga medida sob regime concessionário, no qual, ao lado da relativamente eficiente pilhagem da Companhia de Moçambique, ou das terras bastante boas obtidas por subconcessão pela Companhia do Zambeze, a Companhia do Niassa perdeu o monopólio em 1929, em vista dos desastrosos resultados obtidos[57]. Moçambique resistiu muito mal à Depressão (o valor das exportações declinou 50% entre 1929 e 1933). Em Angola, a primeira tentativa de exploração mineira foi a da Diamang, com capitais belgas e ingleses, que desde 1920 figurava como o principal suporte financeiro da colônia, apesar do caráter ainda muito limitado da sua contribuição (600 mil libras esterlinas em 1929, ou seja, um quarto do valor das exportações angolanas). Isenta de impostos e de tarifas aduaneiras e dispondo com exclusividade da mão de obra e do mercado, a companhia já estava forjando seu império monopolista.

Bens de capital e produção

No que concerne aos bens de capital e à produção, o balanço econômico continuava pobre no final desse período. As obras mais importantes foram as das estradas de ferro, para as quais o Estado em toda parte substituíra ou largamente financiara as antigas companhias privadas. A rede ferroviária do Congo Belga expandiu-se consideravelmente: os investimentos nesse domínio passaram de 480 milhões de francos-ouro em 1920 para 535 milhões em 1935, e a extensão da rede de 1940 km para 2410 km. Ao todo, em 1934, o governo havia garantido o capital ferroviário até o montante de 2271 milhões de francos-ouro. Os encargos correspondentes elevavam-se em 1934 a 103 milhões de francos[58]. O

57 BOHM, 1938, p. 155.

58 FRANKEL, 1938, p. 407 e 414.

programa consistia fundamentalmente em ampliar a rede em torno das minas, ligando Katanga ao sistema rodesiano em 1918, ao Baixo Congo em 1928 e a Benguela depois de 1930. Mas o balanço financeiro continuava catastrófico (com um rendimento anual médio de 1 %), a não ser no caso da estrada de ferro de Katanga, onde o transporte de cobre ocupava 85% da tonelagem. O fato é que a estrada de ferro continuava a ser concebida como "negócio" e não como serviço público. O objetivo era menos a expansão do tráfego do que a dos lucros, mediante tarifas proibitivas, protegidas pela interdição da concorrência trem/estrada[59], o que impedia a produção, sobretudo no período do colapso dos preços. Era esse o evidente interesse das colônias portuguesas pois, com 2348 km de via férrea em Angola e 1 936 km em Moçambique em 1930, elas obtinham desse meio de transporte a maior parte de seus recursos, 80% do total do comércio externo de Moçambique[60].

Na África Equatorial Francesa, os grandiosos projetos ferroviários lançados em 1913 (incluindo a ferrovia do Gabão e a ligação Congo-Chade)[61] resultaram finalmente na laboriosa e cara construção, em vidas e em dinheiro, da linha Congo-Oceano (menos de 500 km, no período de 1922-1934), que desbloqueou o território até então dependente do Congo Belga. Em compensação, a África Ocidental Francesa, que sofria de pobreza mineral, efetuou somente alguns trabalhos de prolongamento, numa rede inarticulada de ramais antigos, perpendiculares à costa e reveladores do caráter arcaico, fragmentário e desordenado da exploração: 550 km de 1921 a 1934, de um total superior a 3500 km em operação.

A grande novidade foi a criação, na região das savanas, de uma rede de estradas que, pondo fim às cargas às costas dos homens, transformou as condições de colheita e distribuição dos produtos. A rede de Oubangui (África Equatorial Francesa) foi iniciada com a guerra e contava 4200 km em 1926. No entanto, poucos veículos a utilizavam e, por muito tempo, exclusivamente utilitários: menos de mil veículos em 1930, 1500 em 1931 e somente 2850 em 1945, dos quais 600 eram veículos de turismo[62].

---

59 Cada setor contava com um monopólio. Cf. *Monopole des transports automobiles délimité entre 1928 et 1934;* Relatório n. 108 ao Senado belga, 1935, apud FRANKEL, 1938, p. 409-11. Política análoga à dos territórios britânicos, onde, por exemplo, na Costa do Ouro o governo proibia, na mesma época, que os plantadores transportassem o cacau em caminhão, para garantir os lucros da estrada de ferro. KAY (org.), 1972, p. 431.

60 De acordo com os quadros de FRANKEL, 1938, p. 369.

61 COQUERY-VIDROVITCH, 1972, p. 286.

62 lbid., p. 284.

A África Ocidental Francesa, principalmente, compensava com estradas a deficiência ferroviária: em 1937,27 mil km estavam abertos a 17229 veículos, dos quais mais ou menos 10 mil caminhões e caminhonetes. Entre 1926 e 1934, os projetos rodoviários e de melhoria dos portos absorveram quase tanto capital quanto as ferrovias, atingindo 475 milhões de francos franceses, contra 520 milhões[63].

Não obstante, a infraestrutura construída quase não teve tempo de influenciar o volume das exportações antes da Depressão. Seguramente, alguns territórios ofereciam ampla gama de produtos: algodão, café, cana-de-açúcar, sisal e milho em Angola, a que se podia acrescentar coco, amendoim e arroz em Moçambique; madeira no Gabão e na Costa do Marfim; banana na Guiné. Mas a exportação limitava-se ainda, de forma quase exclusiva, aos minerais e às oleaginosas. Poucos territórios apresentavam situação tão favorável quanto a do Congo Belga, cuja expansão assentava-se, na melhor das hipóteses, sobre dois ou três produtos no mínimo parcialmente transformados. Tratava-se de óleos vegetais, cuja produção aumentou de 2500 toneladas em 1914 para 9 mil em 1921 e para 65 mil em 1930; havia também o cobre, que triplicou, entre 1922 e 1931, de 43 mil para 120 mil toneladas, antes de cair para 54 mil toneladas no ano seguinte, em consequência de uma redução da produção decidida por acordos internacionais.

Quadro 14 Congo Belga: valor das exportações (em porcentagem)

	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
Minerais	61	61	60	67	70	60	54	59	62
Produtos de dendê, azeite-de-dendê	20	19	17	14	11	17			12
Algodão	5	8	9	8	8	8			11
Total	86	88	86	89	89	85			85

Fonte: Frankel, 1938, p. 289-301.

Certamente, Angola era potencialmente quase tão bem dotada, mas a negligência portuguesa deixava a sua irregular produção agrícola entregue aos caprichos do clima e da especulação, o que a fez estagnar durante dez anos[64].

63 *Annuaires statistiques de l'AOF*, op. cit. na fonte do quadro 9.

64 FRANKEL, 1938, p. 371-3.

Quanto à África Equatorial Francesa, estava justamente emergindo do monopólio florestal do Gabão, responsável por pouco mais de 400 mil toneladas de suas exportações em 1930. Embora a tonelagem exportada de Camarões tivesse triplicado desde 1923 (de 48 mil para 124 mil toneladas), a exploração do país mal começava a andar em 1934, com 73 milhões de francos em exportações, dos quais aproximadamente 60% consistiam em cacau e produtos do dendezeiro. Finalmente, a África Ocidental Francesa, apesar do tímido aparecimento de alguns produtos novos, dependia ainda em mais de 50% do amendoim do Senegal, na quase totalidade exportado em estado bruto.

Quadro 15 Valor das exportações da África Ocidental Francesa (em porcentagem)

	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936
Amendoim	52,7	47	46	47	38	42	49	53	53
Produtos de dendê, azeite-de-dendê	13	14	14	13	12	6,5	6	8	10
Madeira	7,5	6	7,5	5,5	4,5	3	3	3	1,6
Cacau	9	8	9,5	10	16	13	11	8	7,7
Café								0,3	0,3
Banana				0,1	0,3	0,4	0,4	0,3	0,4
Total	88,2	75	77	75,6	70,8	64,9	69,4	72,6	73

Fonte: "L'évolution des exportations de l'AOF", op. cit. na fonte do quadro 8.

Conclusão

Em suma, o balanço econômico no final do período de entre as duas guerras era negativo, tanto do ponto de vista dos colonizadores (produção diminuída e pouco diversificada) como do ponto de vista africano (miséria e confusão das populações). Não obstante, malgrado as aparências, a infraestrutura assentada e as facilidades de produção tinham modificado profundamente a estrutura da economia. Sob este aspecto, a Depressão de 1930 levou à consciência da necessidade de uma política conduzida pelo Estado. Ela impôs a ideia da planificação colonial, em que a divisão internacional do trabalho servia para justificar a organização de zonas de produção especializadas e intensificadas. Resumindo, o capitalismo de Estado, tal como o concebiam as potências coloniais (e particularmente a França), visava a integrar o mundo colonial, até então mantido relativamente na periferia do sistema mundial de produção e distribuição de bens.

Outro traço característico do período foi a reversão da curva demográfica. No caso dos territórios de língua francesa, pelo menos, parece que se deteve a tendência à diminuição, em meados da década de 1920. A guerra revelara, ao mesmo tempo, o reservatório de recursos humanos que a África representava e os perigos que a ameaçavam, no exato instante em que o "desenvolvimento" dos territórios provocava maior demanda de mão de obra. Segundo a opinião geral, estima-se que até o final da década de 1930 a explosão demográfica não tenha ainda iniciado. A retomada do crescimento populacional, no entanto, ajudou a acelerar o processo de recuperação. De fato, a exploração logo recomeçou com renovado vigor, mas as populações, agora a ponto de se integrarem à economia moderna, preparavam-se para agir não mais como passivos ou rebeldes instrumentos da lei colonial. Certamente, as colônias portuguesas, onde o Reino Unido e a União Sul-Africana estavam assumindo o desenvolvimento capitalista, continuavam miseráveis. O paternalismo belga, por um lado sempre disposto a investir, por outro recusava sistematicamente qualquer promoção interna para os africanos.

A França, por sua vez, compreendera finalmente que era preciso contribuir em escala maciça para o investimento produtivo, mesmo que sem retorno imediato. A partir de 1936, o governo da Frente Popular elaborou um programa colonial coerente, ao mesmo tempo reformista e moderno. Embora a carência de recursos impusesse limites, o programa introduziu nas federações francesas verdadeiramente as primeiras reformas que, afinal, permitiram a formação de sindicatos e de partidos políticos africanos.

CAPÍTULO 16

A economia colonial: as antigas zonas britânicas

Martin H. Y. Kaniki

Por volta da segunda década do século atual, os britânicos achavam-se firmemente estabelecidos em numerosos territórios da África tropical, especialmente Nigéria, Costa do Ouro (atual Gana), Gâmbia, Serra Leoa, Quênia, Tanganica (atual Tanzânia), Niassalândia (atual Malavi),Uganda, Rodésia do Norte (atual Zâmbia), Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e África do Sul (ver fig. 2.1), e as economias de tipo colonial estavam manifestamente em via de formação. Este capítulo pretende analisar a natureza e as principais características dessas economias.

Os britânicos, a exemplo dos demais colonizadores, não desenvolveram uma teoria universal do colonialismo que se aplicasse a todos os aspectos da vida em todas as colônias. Jamais definiram qualquer método que se assemelhasse a um sistema prático universal de colonialismo. Na verdade, essa generalização seria impossível num colonialismo imposto a povos de cultura, costumes e tradições extremamente diversos e que viviam em meios muito diferentes. Aliás, reservava-se ampla autonomia aos administradores coloniais para adequar cada situação segundo as condições locais. No entanto, mesmo na ausência de uma teoria explícita, o exame crítico das relações coloniais evidencia alguns princípios que parecem ter guiado o comportamento dos responsáveis, bem como dos executantes das políticas econômicas coloniais.

Em primeiro lugar, o Reino Unido esperava que as colônias fornecessem matérias-primas (produtos agrícolas ou minérios) necessárias para alimentar a máquina industrial da potência imperialista. Em segundo, as colônias deveriam importar os produtos manufaturados provenientes da metrópole. Estes dois postulados dividiram o império em dois mundos econômicos distintos: de uma parte, a metrópole; de outra, as colônias. Era significativo que pouquíssima reciprocidade existisse nas suas relações. Enquanto as colônias viam-se, na maior parte dos casos, obrigadas a exportar para o Reino Unido, que tinha prioridade sobre qualquer outro comprador (mesmo que oferecesse melhor preço), este não tinha a menor obrigação de abastecer-se com exclusividade em qualquer de suas possessões. O Reino Unido seguia uma política econômica racional, evidentemente orientada por seus melhores interesses, comprando a quem oferecesse melhor preço. Os países colonizados eram desfavorecidos também em matéria de importação. Às vezes, tinham de adquirir artigos ingleses caros, pois o sistema administrativo colonial, sob pressão da metrópole, elevava as tarifas aduaneiras dos artigos não fabricados pelo Reino Unido. Em terceiro lugar, esperava-se que as colônias fossem autossuficientes. A coleta de impostos sobre os povos colonizados devia cobrir o orçamento geral da administração, assim como o financiamento de qualquer projeto de desenvolvimento.

Todos esses princípios diretores foram incutidos, explícita ou implicitamente, nos administradores coloniais. Mas havia um princípio tão importante quanto, que parece ter sido mal assimilado por alguns administradores coloniais e pelos que fazem a apologia do colonialismo: o fato de os britânicos, como os demais colonizadores, emigrarem para as colônias essencialmente, se não unicamente, com o objetivo de enriquecer e de promover seus próprios interesses. Não se sentiam minimamente compromissados em relação ao desenvolvimento dos africanos. Onde quer que se verificasse um "desenvolvimento" nas colônias, geralmente não se tratava senão do efeito secundário de atividades que, desde o início, visavam a favorecer os interesses dos colonizadores. Seria um completo equívoco imaginar que o sistema administrativo colonial pudesse decidir sobre as principais opções políticas sem ter em conta os interesses particulares dos partidários do imperialismo que não pertenciam à administração. Esses auxiliares oficiosos eram encontrados principalmente nas firmas comerciais, nas empresas de mineração e nos bancos. Representavam interesses de grupos nas diversas assembleias e comissões da colônia ou agiam como "grupos de pressão". Na falta de qualquer representação africana verdadeiramente dita, como era o caso da maioria das colônias, os colonos brancos e os representantes das grandes firmas metropolitanas conseguiam obter numerosas concessões da administração local,

à custa das populações autóctones. Em outras palavras, a política e a prática coloniais eram determinadas por fatores políticos e econômicos. De fato, era muito frequente que os elementos brancos "não oficiais" exercessem influência mais direta sobre a população local do que a própria administração. Esses cidadãos britânicos compravam produtos agrícolas dos habitantes, respondendo pelo seu transporte e expedição, e vendiam-lhes artigos importados da metrópole. Esses europeus também empregavam mão de obra autóctone. Em quaisquer dessas atividades, a interferência do governo local era mínima. Evidentemente, as tarifas praticadas para a importação e a exportação, bem como o nível dos salários pagos, influenciavam mais o cotidiano dos africanos do que a visita do comissário de distrito que, uma vez por ano, recolhia o imposto nas aldeias. Semelhante situação não constituía caso excepcional, reservado a algumas colônias: era a norma que de fato regulava as relações econômicas na vida colonial. E como essas relações eram predominantemente econômicas, a prática colonial ficava condicionada pelas leis econômicas[1].

Desde os primeiros tempos da ocupação efetiva da África, o governo de Londres compreendeu o potencial e a importância que as forças econômicas de suas novas colônias representavam para o desenvolvimento dos interesses britânicos no ultramar. Em 1895, o primeiro-ministro, lorde Salisbury, expunha com muita clareza essa tomada de consciência perante o parlamento:

> Nosso papel em todos esses novos países é abrir caminho ao comércio britânico, à empresa britânica, ao investimento do capital britânico, numa época em que outros caminhos, outras válvulas para a energia comercial de nossa raça vão-se fechando gradativamente sob o efeito de princípios comerciais que se difundem cada vez mais [...]
> Dentro de alguns anos, nossos cidadãos serão os senhores, nosso comércio será predominante, nosso capital reinará [...]
> *My Lords,* a potência em causa é fantástica, mas exige uma condição: deveis permitir que estas forças atinjam o país onde sua ação se deve exercer. Cabe a vós abrir o caminho[2].

Na verdade, o caminho estava aberto e cada administração colonial soube criar e manter as condições adequadas para garantir a prossecução "ordenada" das atividades econômicas da colônia. Essas condições incluíam a manutenção

1 FURNIVAL, 1948, p. 8.
2 Apud WOLFF, 1974, p, 134-5.

"da lei e da ordem", que propiciavam a exploração eficaz dos recursos da colônia, quer humanos quer materiais.

A propriedade dos meios de produção

Até 1935, o meio de produção essencial e quase único nas possessões britânicas era o solo. As atitudes e políticas adotadas pelos britânicos no que se refere à terra variavam de uma região para outra e, na mesma região, de colônia para colônia. No entanto, pode-se dizer que, de maneira geral, os africanos continuaram na prática senhores de suas terras nas colônias britânicas da África ocidental, mas foram no mais das vezes desapossados delas na África oriental e na África central. Seja como for, em cada uma dessas regiões havia diferenças notáveis de colônia para colônia.

Em Uganda e, em menor medida, em Tanganica, a maior parte das terras férteis estava em mãos da população local africana. Com algumas exceções, como, por exemplo, em Buganda (região de Uganda), em Bukoba e Kilimandjaro (Tanganica) e no país dos Gikuyu (Quênia), as grandes extensões de terra não tinham valor de mercado, pois o regime fundiário era o da propriedade coletiva. Cada membro da comunidade tinha direito ao usufruto da terra. Em muitos casos, era a mão de obra e não o solo que constituía o meio de produção mais escasso.

Os estrangeiros, principalmente britânicos, monopolizavam e reservavam para si a concessão de regiões florestais exploráveis ou as jazidas do subsolo, embora essas empresas exercessem pouca influência sobre as comunidades locais de agricultores. Ocorriam, no entanto, graves conflitos quando se localizavam riquezas minerais no subsolo de terras férteis. Quase que invariavelmente, a propriedade do subsolo cabia à coroa britânica ou a seus representantes e era concedida de acordo com a vontade dos agentes oficiais ou oficiosos do imperialismo.

No Quênia e na África central, como sucedia em Tanganica na época da dominação alemã, os africanos possuíam algumas terras, mas os colonos europeus haviam adjudicado a si próprios extensões imensas das terras mais férteis (ver fig. 16.1). O processo e as consequências políticas e econômicas da monopolização das terras no Quênia e na Rodésia do Sul foram muito bem analisados por M. P. K. Sorrenson[3] e Giovanni Arrighi[4]. Já se afirmou que o baixo nível de

3 SORRENSON, 1968.

4 ARRIGHI, 1967.

atividade econômica encontrada pelos britânicos no Quênia, no início do século XX, levou-os a buscar agentes econômicos vindos do exterior. Essa mesma tese argumenta que, ao contrário da florescente agricultura camponesa existente em Uganda (especialmente em Buganda), país dotado de regime político centralizado, o nível econômico da maior parte das comunidades do Quênia era muito arcaico para que os britânicos vissem aí uma possível base de arranque para o desenvolvimento econômico do território. Foi por isso – sempre de acordo com essa tese – que foram escolhidos colonos brancos para formar o núcleo da vida econômica da colônia[5]. Semelhante argumentação constitui explicação parcial e muito insatisfatória. No império britânico havia muitas regiões euja economia agrícola permanecia miserável e atrasada. Citemos, por exemplo, as regiões costeiras do Quênia. O fato de tais zonas não terem recebido colonos europeus revela claramente que o planalto queniano oferecia algo especial aos olhos dos colonos britânicos. Parece evidente que o clima temperado foi fator essencial a atrair os colonos brancos. No Quênia, as terras de colonização estavam, na sua maioria, situadas a mais de 1400 metros acima do nível do mar. Essas áreas beneficiavam-se de um regime pluvial dos mais favoráveis, com precipitações abundantes e regulares. Em resumo, a terra expropriada situava-se nas zonas mais propícias à agricultura.

O início do processo de expropriação de terras na África oriental foi tratado no capítulo 7. Realizada a preço vil, a operação adquiriu aspecto dramático, especialmente no Quênia, a partir de 1909. Nesse território, até 1903 somente 2 mil hectares haviam sido atribuídos aos europeus. Por volta de 1914, as concessões já haviam ultrapassado 260 mil hectares, para atingir 2740 mil hectares em 1930[6]. Era uma porção considerável do conjunto das terras aráveis, quando se sabe que o planalto queniano (aproximadamente 90000 km²) representava menos de 15% da área do território, abrigando porém, até a década de 1930, 75% da população total da colônia. Os principais vitimados pela expropriação foram os Gikuyu, mas os Nandi, os Masai, os Kipsigi e outras etnias foram igualmente desapossados.

A extensão das terras disponíveis e a propaganda feita pelas autoridades coloniais no intuito de popularizar a colonização agrícola atraíram numerosos europeus, tanto aventureiros como autênticos agricultores. Em 1903 só se contavam, no Quênia, 596 brancos. Dois anos depois, o número chegava a 954

5 WOLFF, 1974, p. 47-67.

6 Ibid., p. 57, 60.

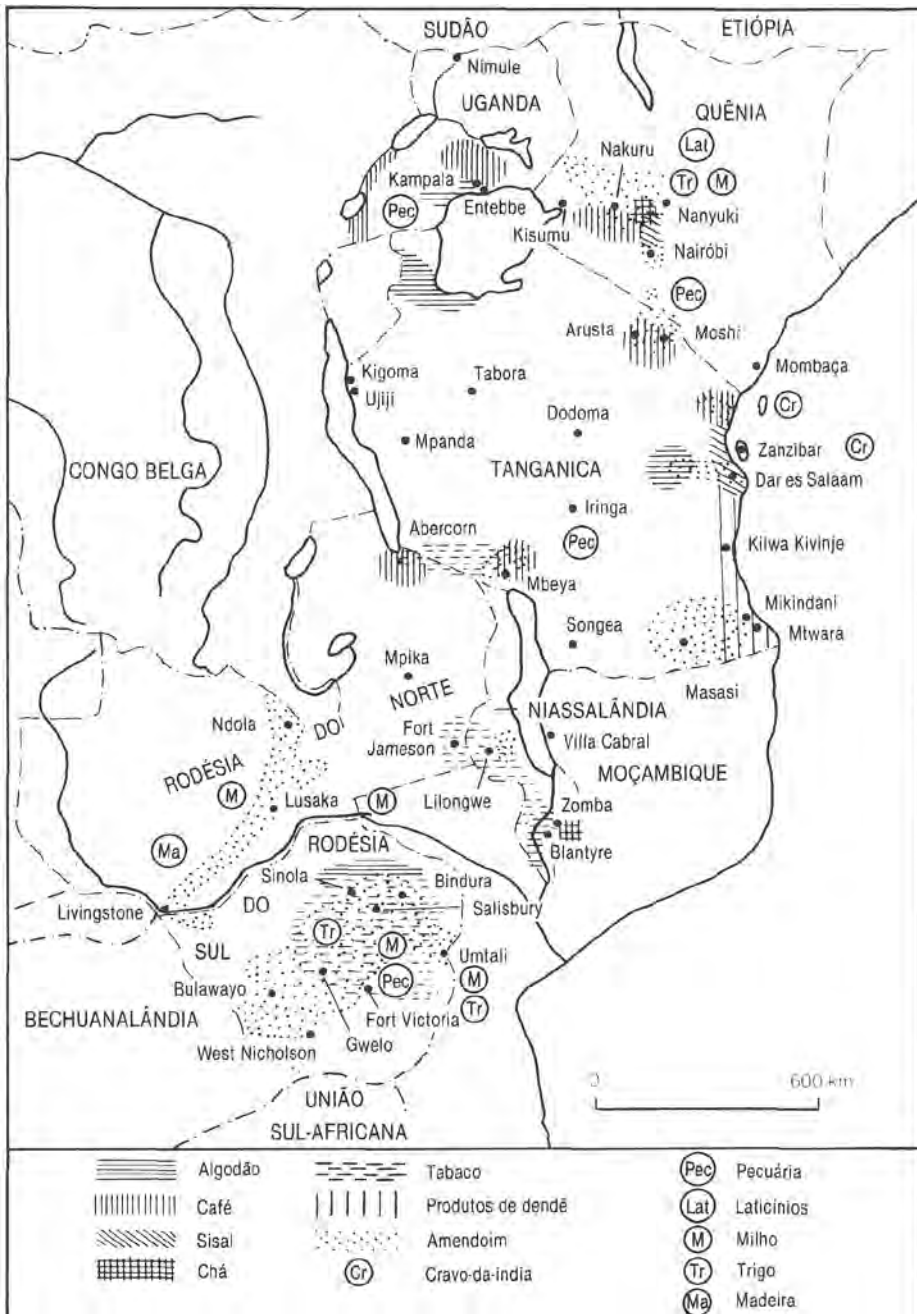



FIGURA 16.1 África oriental: desenvolvimento econômico das antigas zonas britânicas (produtos agrícolas). (Fonte: Oliver e Atmore, 1972.)

indivíduos, dos quais 700 provenientes da África do Sul[7]. A progressão continuou (5438 em 31 de março de 1914). No final de dezembro de 1929, viviam no Quênia 16663 europeus[8].

Muitos desses primeiros colonos, especialmente antes de 1910, adquiriram as terras a preço vil, quando não gratuitamente. Entre eles figurava lorde Delamere, que se tornou mais tarde um dos maiores latifundiários: em certa época, chegou a possuir mais de 400 mil hectares[9]. Entre 1902 e 1915, as terras eram atribuídas sob arrendamento, por 99 anos. Em 1915, a administração modificou as condições da concessão de terras, beneficiando os colonos que constituíam na época uma força política efetiva: uma nova legislação agrária, a Crown Lands Ordinance (1915), aumentou o prazo das concessões para 999 anos. O texto também reduzia as rendas e o valor mínimo dos melhoramentos necessários anteriormente impostos aos colonos nos termos da lei de 1902.

Grande parte das concessões, no entanto, não foi objeto de qualquer exploração agrícola. Enquanto aos africanos, a quem faltavam terras, recusavam-se o usufruto e os direitos de propriedade sobre solos que lhes pertenciam, os europeus obtinham lucros consideráveis com a especulação. Por volta de 1930, 64,8% das terras europeias "não eram objeto de nenhuma atividade agrícola produtiva"[10]. Os lucros da especulação consolidavam-se, com a criação de empresas de *holding*. Em 1912, cinco proprietários, sozinhos, detinham 20% do total das terras europeias. Nas zonas mais férteis do Rift Valley, uma superfície superior à metade do total das terras de colonização estava, em certa época, concentrada em mãos de apenas duas companhias e quatro pessoas. Foi justamente nessa região que a especulação se excedeu. Explorações que em 1908 haviam sido adquiridas por meio xelim o acre (0,4 hectare) foram vendidas a 10 xelins o acre em 1912. Dois anos mais tarde, as mesmas terras mudavam outra vez de dono, ao preço de 20 xelins o acre[11].

Na Rodésia do Sul, a proporção das terras concedidas aos europeus foi ainda maior. Entre 1890 e 1900, pioneiros e aventureiros europeus afluíram ao país, na esperança de encontrar lá uma nova corrida ao ouro (repetindo o "Rand" de 1886). Mas foram descobertos tão somente alguns depósitos minerais dispersos e sem importância. A maioria dos europeus adquiriu terras da British South

7 Ibid., p. 54, 103.

8 Ibid., p. 107.

9 HUXLEY, 1935, p. 287; SORRENSON, 1968, p. 86 et seq.

10 WOLFF, 1974, p. 60.

11 Ibid.

Africa Company (BSAC), que governava o território por determinação da coroa britânica, instalando-se então na Mashonalândia como fazendeiros. Depois, em 1894, a cada membro das colunas Victoria e Salisbury, recrutados para a campanha contra os Ndebele, foram prometidos 2400 hectares a serem tomados à futura conquista. A expropriação de terras estendeu-se à Matabelelândia. Ao contrário do Quênia, a população branca aumentou com muita rapidez, e, entre 1900 e 1935, a Rodésia do Sul contava mais europeus do que qualquer outro território da África tropical. Em 1901, somavam 11 mil pessoas; em dez anos, o número mais que duplicou, atingindo 23 mil almas. Em 1926, havia na Rodésia do Sul mais de 35 mil europeus. Desse total, 29,9% tinham nascido na Rodésia, 29,2% eram naturais do Reino Unido e 32,6% eram provenientes da África do Sul. Até os anos 1930, a população branca aumentou mais por causa da imigração do que pelo número de nascimentos.

O aumento da população europeia acelerou a expropriação de terras. No período 1900-1935, os brancos apossaram-se de uma superfície territorial totalmente desproporcionada em relação ao seu número. Em 1911, possuíam mais ou menos 7700 mil hectares, total pouco inferior ao das reservas africanas. A tomada de terras continuou e, por volta de 1925, as concessões aos europeus atingiam 12500 mil hectares, incluindo a quase totalidade das terras de altitude igualou superior a 900 metros, situadas a menos de 40 quilômetros da estrada de ferro[12], onde as temperaturas eram moderadas e as precipitações suficientes e regulares. Em compensação, até 1925, os africanos tinham adquirido apenas 18 mil hectares das terras externas aos limites das reservas destinadas aos autóctones. Esses números ilustram com eloquência a incapacidade de as populações locais rivalizarem com os europeus, em face das circunstâncias e das condições reinantes. Até essa época, porém, a propriedade fundiária não constituía direito legal absoluto a favor da minoria branca. A lei agrária denominada Land Apportionment Act, promulgada em 1930 e aplicada em abril de 1931, é que consagrou legalmente os privilégios da minoria europeia, com prejuízo da maioria africana. Essa lei repartia o solo do Quênia em quatro grandes categorias[13]: as "reservas indígenas" (22,4%), formadas pelas zonas em que a terra era ocupada segundo o direito consuetudinário africano; a "zona de compra para indígenas", destinada à aquisição individual de fazendas pelos africanos e que constituía uma espécie de compensação pela perda do direito de comprar terras em outras partes da Rodésia do Sul; a "zona europeia" (50,8%), formada pelas terras possuídas pelos

12 KAY, G., 1970, p. 50.

13 Ibid., p. 30.

brancos, às quais foram acrescentados 7700 hectares, reservados para serem mais tarde adquiridos ou explorados exclusivamente por europeus. "Todas as zonas urbanas estavam classificadas como zona europeia"[14]. A zona não afetada (18,4%) compreendia 720 mil hectares de terras pobres e inóspitas, cujo usufruto a administração se reservava, para distribuição posterior por uma ou outra das três categorias. Evidentemente, a legislação fundiária de 1930 introduzia a discriminação racial na divisão das terras, mas não anulava a situação resultante da partilha entre brancos e negros, que era anterior a 1925. Consequentemente, impedia o "desenvolvimento isolado" das raças, dentro de suas respectivas zonas. A minoria branca ficou com a parte do leão nessa partilha, já que, na época, a Rodésia do Sul (atual Zimbábue) vivia em regime de autonomia interna dominado pelos brancos. Para estes, a terra assumia uma função dupla: era fator de produção e, ao mesmo tempo, objeto de especulação.

Na Rodésia do Norte, a quantidade de terras atribuídas aos europeus foi relativamente menos importante. A British South Africa Company (BSAC) , que governou a colônia até 1924, reservara para si os direitos sobre as terras em todo o território, com exceção da Barotselândia, em razão de tratados firmados com os chefes locais durante a década de 1890[15]. A companhia estimulava com sucesso os imigrantes brancos. Os africanos desapossados de suas terras eram coagidos a abandonar o local, às vezes em troca de alguma indenização. Em 1921, de um total de 3624 europeus, 714 eram agricultores[16]. Aproximadamente em meados da década de 1930, o solo da Rodésia do Norte estava dividido em três grandes categorias: as zonas reservadas especialmente aos africanos totalizavam 28740 mil hectares, englobando a Barotselândia (14970 mil hectares) e as reservas africanas (13760 mil hectares); as terras já concedidas aos europeus estendiam-se por mais de 3400 mil hectares, dos quais 2225 mil pertenciam a duas companhias, e mais de 1200000 eram explorados por fazendeiros. Os 60700 mil hectares restantes compreendiam as zonas florestais e as reservas de animais selvagens[17].

Na África ocidental (ver fig. 16.2), os britânicos, mais cedo ainda do que na África oriental, procuraram tornar-se diretamente proprietários do solo, a fim de criar reservas florestais e de oferecer terras em concessão a plantadores europeus. Ainda em 1894 e, depois, em 1897, aplicaram a Lands Bill (lei agrária) na

14 Ibid.

15 BALDWIN, 1966, p. 144-5.

16 Ibid., p. 41, 146.

17 Ibid., p. 149.

Costa do Ouro (atual Gana), para garantir o controle direto das terras declaradas devolutas. Em reação a essa lei, a elite instruída e os chefes tradicionais criaram, em 1897 (ver o capítulo 6), a Aborigines' Rights Protection Society (Sociedade de Proteção dos Direitos dos Indígenas). Em maio de 1898, a Sociedade enviou a Londres uma delegação que, argumentando não haver terras devolutas na Costa do Ouro nem qualquer parcela de terra que não pertencesse a esta ou àquela família africana, conseguiu convencer o Colonial Office a revogar a lei. Na década de 1910, a Anti-Slavery and Aborigines' Rights Protection Society (Sociedade de Luta contra o Escravagismo e de Proteção aos Direitos dos Indígenas), fundada pela elite nigeriana por influência de Herbert Macaulay e dos chefes tradicionais, contestou uma iniciativa destinada a introduzir lei análoga em Lagos. Para conseguir seu objetivo, a Sociedade apelou para o Privy Council, de Londres, o qual concluiu que a terra era "propriedade incontestável da comunidade"[18]. Depois deste êxito dos africanos ocidentais, os britânicos renunciaram à política de apropriação direta da terra, embora em teoria todas as terras das zonas conquistadas da África Oriental Britânica – como Benin, na Nigéria, e o país Ashanti, na Costa do Ouro, ou as terras cedidas ao Reino Unido, como Lagos – fossem propriedade da coroa, ao passo que as terras sob protetorado, como a Nigéria do Norte ou as regiões setentrionais da Costa do Ouro, eram administradas em nome do povo pela coroa[19]. Entre 1906 e 1925, alguns europeus, como W. H. Lever, o magnata do sabão e da margarina de Liverpool, e também algumas empresas, como a British Cotton Growing Association, promoveram encarniçadas campanhas pelo estabelecimento de plantações na África Ocidental Britânica; efetivamente, conseguiram alguns resultados na Costa do Ouro, na Nigéria do Sul e em Serra Leoa. Mas as campanhas acabaram fracassando e, em 1930, apenas uma parte relativamente pobre das terras da África Ocidental Britânica havia sido expropriada em proveito de colonos britânicos e de outros europeus, na sua maior parte para exploração mineral.

Se entre as duas guerras os africanos da região conseguiram permanecer com suas terras, não ficaram devendo isso nem a uma política deliberada da administração colonial nem ao fato de a África ocidental, em fins do século XIX, ter adquirido a fama de "túmulo do homem branco". Conforme salientava A. G. Hopkins,

18 AJAYI e CROWDER (orgs.), 1974, p. 576.

19 ELIAS, 1971, p. 1-33.

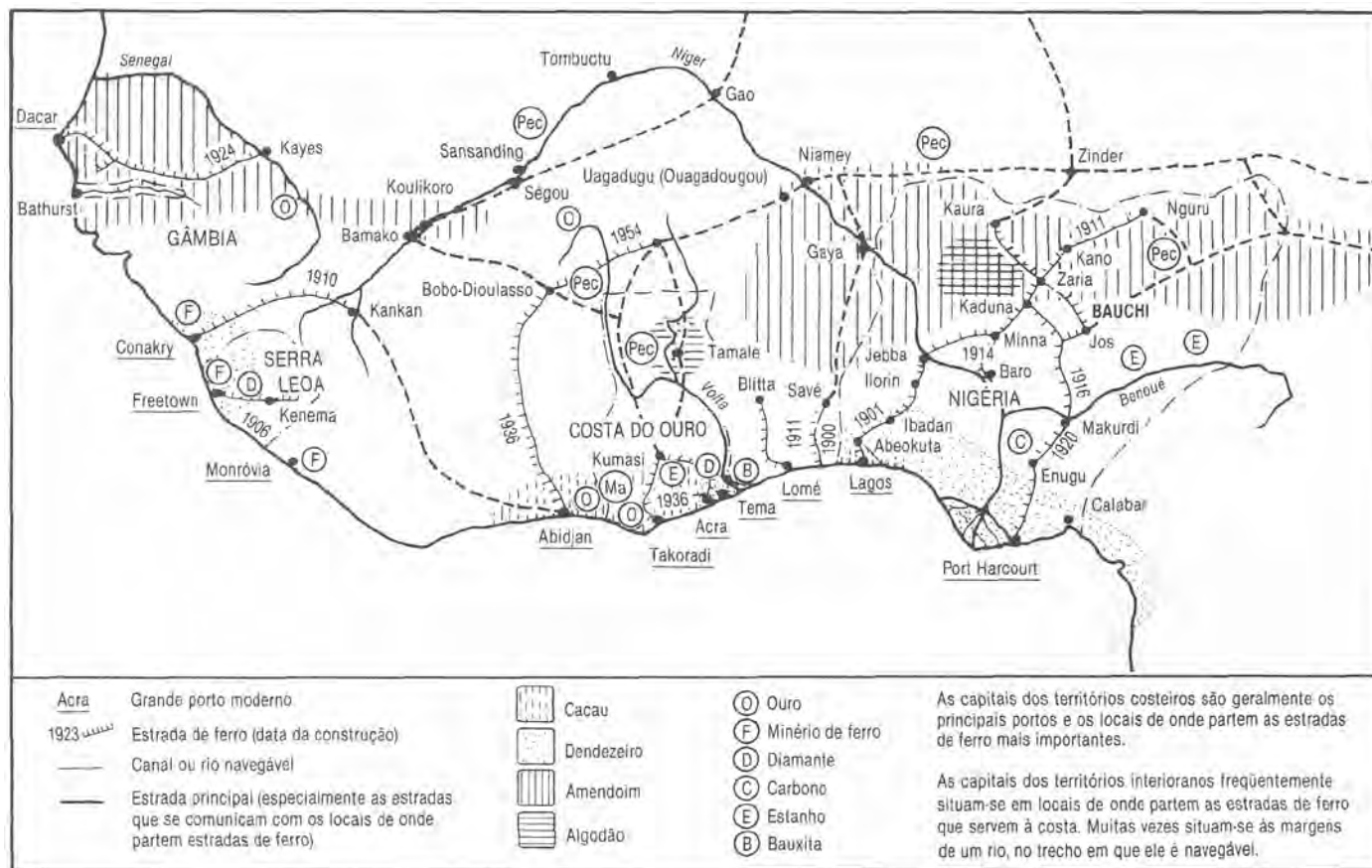



FIGURA 16.2 África ocidental: desenvolvimento econômico das antigas zonas britânicas. (Fonte: Oliver e Atmore, 1972.)

> a alegada insalubridade dos trópicos não impediu a criação de plantações europeias no Congo Belga, na África Equatorial Francesa ou na Malásia, nem tampouco desencorajou quantos aspiravam verdadeiramente a se instalar na África ocidental. Além do mais, no início do século XX começava-se a lutar com mais eficácia contra a malária e outras moléstias tropicais, e o 'túmulo do homem branco' principiava a perder um pouco de sua má fama[20].

o que foi, então, que impediu a apropriação das terras em grande escala na África Ocidental Britânica? A primeira resposta foi classificada por Hopkins como "dado geológico fortuito", ou seja, a constatação de que a África ocidental era relativamente pobre em recursos minerais. A segunda foi o malogro do movimento para estabelecer plantações na região, malogro devido a vários fatores: a) a vigorosa oposição de outras firmas britânicas que operavam nessas áreas e não podiam lançar-se, elas próprias, no sistema de plantações; b) o fracasso de algumas plantações, por falta de capital e "extrema ignorância das condições tropicais", por escassez de mão de obra e pelas flutuações da oferta no mercado mundial; c) o terceiro fator, de longe o mais importante, foi que o sistema de plantações não constituía uma necessidade na região, pois, nas suas parcelas, com métodos simples de cultivo os africanos tinham efetivamente capacidade de produção suficiente para satisfazer à demanda de produtos agrícolas destinados à exportação, como cacau, amendoim e azeite de dendê. Sem contar que toda tentativa de requisição importante de terras ou de introdução de trabalho obrigatório em grande escala nas plantações era recebida com hostilidade pela população[21]. Foi a combinação de todos esses fatores que poupou populações da África Ocidental Britânica da expropriação das terras, destino sofrido por alguns povos da África Oriental Britânica.

Produção

As economias coloniais de que estam os tratando caracterizavam-se por dois grandes setores: um que garantia essencialmente as necessidades alimentares dos agricultores e do mercado interno, e outro que fornecia os produtos primários destinados à exportação. A produção para abastecimento local achava-se organizada havia muito tempo, antes mesmo do estabelecimento do colonialismo, não

20 HOPKINS, 1973, p. 212.

21 Ibid., p. 213-4.

dedicando a ela quase nenhum interesse as autoridades administrativas. Banana, inhame, mandioca, arroz e milho eram cultivados pelos camponeses da África ocidental mediante processos muito simples, que os britânicos encontraram na região em fins do século XIX. Na África central e na oriental, a situação era praticamente a mesma para a produção de banana, milho, mandioca, painço e outras lavouras. Em anos médios, a maioria das famílias camponesas produzia o bastante para satisfazer suas necessidades, e trocavam ou vendiam no mercado o pouco excedente. Aos olhos dos funcionários e dos colonos imperialistas, contudo, o setor interno pouco interesse oferecia, já que não contribuía diretamente para aumentar os lucros do capital internacional. Ao contrário do setor de exportação, a produção do setor interno não trazia divisas estrangeiras, tão necessárias para o pagamento das mercadorias importadas, nem liberava matérias-primas para alimentar as fábricas da metrópole. Não surpreende, consequentemente, que o setor tenha sido tão negligenciado pelas autoridades coloniais.

Safras comerciais

O setor de exportação consistia essencialmente em produção primária (produtos agrícolas e produtos minerais). À parte os casos excepcionais, em que colonos europeus possuíam importantes extensões de terra, o setor agrícola de exportação, nas antigas possessões britânicas da África tropical, estava quase inteiramente em mãos de milhões de pequenos produtores não especializados. A família constituía o núcleo de produção. Apenas na Costa do Ouro meridional e, em certa medida, na Nigéria ocidental é que se encontrava uma notável proporção de agricultores que tinham sabido organizar plantações de cacaueiros em bases capitalistas[22]. Os produtores não especializados não podiam tirar plena vantagem das oportunidades do mercado para realizar um lucro máximo nos anos em que as cotações dos produtos subiram ao nível mais alto[23]. Mas, em compensação, como estavam apenas parcialmente integrados ao sistema capitalista internacional, não se achavam inteiramente expostos às flutuações das condições econômicas internacionais, que estavam fora de seu alcance, nem plenamente sujeitos às diferentes formas de exploração colonialista. As principais safras comerciais compreendiam cacau da Costa do Ouro e da Nigéria ocidental; o azeite e a polpa de dendê da Nigéria, Serra Leoa e, até certo ponto, da Costa do Ouro; amendoim de Gâmbia e da Nigéria do norte; algodão de

22 HILL, P., 1963.

23 MYINT, 1968, p. 50-2.

FIGURA 16.3 Colheita de chá na Niassalândia (fazendas de Lujenda, Cholo). (Foto: BBC H. P. Library.)

Uganda, Nigéria e Tanganica; café de Uganda e Tanganica (ver fig. 16.3). A produção de cravo-da-índia em Zanzibar (hoje parte da Tanzânia), que supria quase totalmente as necessidades do império britânico, não entra nesta enumeração porque o cravo-da-índia era aí cultivado por pessoal negro em plantações pertencentes a árabes.

A participação na produção de safras comerciais sob o regime colonial não alterou os hábitos dos camponeses africanos. Primeiro, porque nenhuma inovação técnica fundamental daí adveio. E, segundo, porque a maior parte dessas culturas, ou de outras semelhantes, fora introduzida e praticada muito antes da era colonial. A extração do azeite-de-dendê era praticada pelos habitantes da África ocidental desde séculos, e poucas mudanças foram introduzidas na produção e no processamento. Três culturas – cacau, café e algodão (em Buganda) – eram novas para os camponeses locais, mas inseriram-se facilmente nos ciclos habituais dos trabalhos rurais. Em consequência, o setor de exportação progrediu rapidamente[24]. Na falta de qualquer inovação técnica importante, essa rápida expansão pode ser atribuída à intensificação do uso da terra e da mão de obra[25].

Ao contrário daquilo que os historiadores coloniais nos querem fazer crer, o setor de exportação camponês desenvolveu-se naqueles países sem se beneficiar, por pouco que fosse, de qualquer iniciativa da administração. Na verdade, em alguns casos, foram realizados progressos apesar das medidas e das políticas oficiais desfavoráveis. Até a indústria do cacau da Costa do Ouro, de que os britânicos tanto se orgulhavam, desenvolveu-se fundamentalmente graças às iniciativas locais. Allan McPhee, um admirador convicto da expansão imperialista na África, engana-se quando atribui à administração colonial da Costa do Ouro o êxito da cultura do cacau. Segundo esse autor, "restam poucas dúvidas de que a produção de cacau na Costa do Ouro é filha adotiva do govemo"[26]. Ora, recentes estudos[27] destacaram a pobreza da contribuição que os funcionários da época deram à implantação dessa indústria. Na realidade, em várias ocasiões, técnicos agrícolas cujos confortáveis salários eram pagos pela tributação imposta aos produtores rurais mostravam-se mais ignorantes do que os camponeses, redundando em desastres a aplicação dos seus conselhos[28]. Apesar do nefasto

24 Ver quadro 1.

25 Ver SZERESZEWSKI, 1965.

26 MCPHEE, 1926, p. 41.

27 HYMER, apud RANIS (org.), 1971, p. 129-79; ver também KAY, G. B. (org.), 1972, p. 12-35.

28 KAY, G. B. (org.), 1972, p. 13-5 e 231.

papel desempenhado pelo Ministério da Agricultura, a indústria prosperou. Começando praticamente do zero no início da década de 1890, em 1903 os fazendeiros já haviam plantado, ao todo, 17 mil hectares de cacaueiros. Em 1928, a superfície atingia 364 mil hectares[29] (ver fig. 16.4). Em aproximadamente vinte e cinco anos, o cacau substituiu a borracha e o azeite-de-dendê, para se tornar o principal produto de exportação do país[30]. Em 1934, a Costa do Ouro era responsável por 40% da produção mundial de cacau. No entanto, antes dessa época, esse ramo de atividade pouco se havia beneficiado da pesquisa científica realizada no território. Como observava a Comissão da África ocidental:

> É [...] extraordinário que antes de 1937 não existisse estação agrícola alguma dentro do cinturão do cacau propriamente dito que pudesse conduzir as pesquisas necessárias, segundo as exigências locais dessa cultura. É difícil compreender como um funcionário do Ministério podia emitir conselhos competentes a respeito dessa planta e de seu tratamento, já que, sob as condições locais, não dispunha de nenhum meio para adquirir conhecimentos[31].

A contribuição dada pela administração à agricultura camponesa limitava-se a dois aspectos conexos: a) a administração baixava regulamentos e fazia respeitar os textos em vigor para controlar a qualidade da produção e b) as autoridades introduziam técnicas agrícolas para aumentar ou manter a produtividade da terra ou da mão de obra. Mesmo aí, o êxito da ação oficial era reduzido, principalmente em função da ignorância e da empáfia dos "técnicos"[32].

No Quênia e nas Rodésias, a produção de safras comerciais passou gradativamente para as mãos dos colonos, desde o início do século XX. No decurso da primeira década, tanto no Quênia como na Rodésia do Sul, os produtores africanos rivalizavam muito eficazmente com os colonos brancos, produzindo a maior parte dos cereais necessários à subsistência de crescente efetivo de assalariados. Pode-se dizer que, até 1914, os camponeses africanos do Quênia contribuíram mais para o comércio agrícola e para o setor de exportação do que os próprios colonos brancos. Foi esse o período em que os colonos europeus lutaram, sem grande êxito, para se estabelecer na agricultura. Na mesma época, no entanto, a influência da economia política colonial ainda era fraca. Logo, porém, colonos

29 LA ANYANE, 1963, p. 40 e 100.

30 Em 1915, o cacau ia além de 50% do valor total das exportações domésticas.

31 *The West African Commission, 1938-1939* (Londres, Leverhulme Trust, 1943) § 185, apud KAY, G. B. (org.), 1972, p. 231.

32 Para a experiência da África ocidental, ver KANIKI, 1972, p. 63-7.

FIGURA 16.4 Abrindo cacau na Costa do Ouro. (Foto: Longman.)

e plantadores descobriram que só podiam participar efetivamente na produção de safras comerciais agindo por intermédio de seus respectivos administradores coloniais, e reduzindo sistematicamente ao mínimo o papel dos produtores africanos. Mas a agricultura de colonização, ainda mal organizada, exigia mão de obra abundante e barata. A palavra de um administrador do Quênia em 1905 resumia a situação: "O trabalho dos autóctones é tão necessário ao cultivo das terras como o sol e a chuva!"[33]. Consequentemente, uma série de medidas, seguindo geralmente o modelo da África do Sul, foram sendo gradativamente adotadas para obrigar os africanos a trabalhar para os brancos. Primeiro, a alienação de terras, que já começara, foi intensificada. Esta medida visava privar os africanos de qualquer fonte de renda em dinheiro.

O caso da Rodésia do Norte, em que produtores africanos tentaram aproveitar o mercado criado pela mão de obra das minas, na década de 1920, é particularmente chocante. No início da década de 1920, os autóctones vendiam uma quantidade irrisória de milho aos negociantes, mas, em 1927, a tonelagem das transações atingia 30 mil sacas de 200 libras. Em 1930, participaram com 50% nas vendas de gado em pé e, em 1935, comercializaram aproximadamente 100 mil sacas de milho[34]. Semelhantes progressos não atendiam aos interesses dos colonos europeus, que já então haviam constituído um grupo de pressão bastante poderoso. Os brancos não desejavam uma queda nos preços dos alimentos destinados aos mineiros, mas estavam interessados em obter mais terras e fazer subir a cotação de seus produtos. Então, para favorecer os interesses dos colonos, em 1928-1929 a administração criou reservas indígenas na região servida pela estrada de ferro e nas áreas em que africanos e europeus se encontravam em competição direta pela terra. Essa medida enfraquecia a capacidade de competição dos africanos no mercado, mas, além disso, daí resultou, de maneira mais significativa, que a situação competitiva das populações locais viu-se "severamente limitada" nos mercados comerciais. Com efeito, os terrenos às margens das estradas de ferro foram reservados à colonização europeia numa faixa de 30 quilômetros de cada lado da via[35]. Essas medidas foram tomadas deliberadamente. Um europeu, membro eleito do Conselho Legislativo, assim exprimia seus sentimentos em 1930:

33 HILL, 1956, p. 7.

34 BALDWIN, 1966, p. 150. A produção europeia de milho, comercializada entre 1930 e 1935, passou de 168 mil para 211 mil sacas.

35 Ibid.

> O império britânico está antes de tudo preocupado com a promoção dos interesses dos súditos britânicos de origem inglesa, e somente em segundo lugar com os demais súditos da coroa, raças protegidas e nacionais de outros países, nesta ordem[36].

Realmente, a administração colonial não poupou esforços para favorecer os interesses dos colonos, em detrimento da população local, como o provam várias medidas então tomadas. Em primeiro lugar, em 1936 foi promulgada uma lei sobre o milho (Maize Control Ordinance), a qual criou um gabinete de controle do milho com a atribuição de comprar e vender todo o cereal a preços fixos. O mercado dividiu-se em setor interno e setor de exportação, ficando as cotações mais altas com o primeiro. Aos produtores europeus foram atribuídos três quartos do mercado interno, enquanto os africanos recebiam apenas um quarto[37]. Um ano mais tarde, também a participação dos africanos no comércio de gado foi reduzida por uma lei (Cattle Marketing and Control Ordinance) que criou um gabinete de controle do gado. Esse organismo fixava a cotação mínima, abaixo da qual as vendas de gado em pé eram ilegais, e tinha a atribuição de regular as importações e as exportações de gado. Indubitavelmente, a nova lei destinava-se, em certa medida, a melhorar a qualidade da carne de boi, mas seu "objetivo essencial" era "impedir que grande parte da criação bovina praticada pelos colonos europeus fosse eliminada pela concorrência"[38].

Em segundo lugar, as cotações dos produtos agrícolas camponeses foram drasticamente reduzidas. Na Rodésia do Sul, isso ocorreu principalmente com o comércio de grãos, entre 1908 e 1911. Mas, mesmo após a introdução dessas duas medidas, a maior parte dos africanos continuava refratária à idéia da contratação como assalariados nas fazendas e plantações dos europeus, principalmente em razão da hostilidade racial, das más condições de trabalho e do baixo nível dos salários. Esta situação não era peculiar ao Quênia e às duas Rodésias, já que se verificou igualmente em outros territórios da África tropical até a década de 1920[39].

Em terceiro lugar, a tributação foi inaugurada ou desenvolvida não só como forma de aumentar as receitas públicas, mas ainda com o objetivo de obrigar os africanos a se colocarem a serviço dos interesses do capitalismo internacional.

36 Ibid., p. 147.

37 Ibid., p. 152.

38 Ibid., p. 153-4.

39 BERG, 1965, p. 394-412.

Esse princípio básico foi claramente enunciado pelo governador do Quênia em 1913:

> Consideramos que a taxação é o único método possível de obrigar o indígena a sair da reserva para procurar trabalho. Só assim é que o custo de vida do africano pode aumentar [...] Disso depende o suprimento de mão de obra e o nível dos salários. Elevar o nível dos salários não aumentaria, antes diminuiria a oferta de mão de obra[40].

Em quarto lugar, o trabalho forçado foi legalizado em muitas colônias. Os africanos eram obrigados a trabalhar determinado número de dias por ano em obras públicas e nas fazendas e plantações europeias. A regra foi aplicada quer em tempos de paz, quer durante a guerra. Foi então que se criou o iníquo sistema da "carteira de trabalho", inspirado na experiência sul-africana, para regularizar o mercado de mão de obra. A medida entrou em vigor no Quênia a partir de julho de 1920. Todo africano adulto do sexo masculino era obrigado a trazer consigo uma carteira de trabalho (*kipande*), na qual estavam registrados o nome do titular, o tipo de trabalho exercido, o horário de serviço e o salário percebido. Qualquer erro de apresentação ou a perda do *kipande* por um africano eram punidos com multa ou três meses de prisão. O *kipande* restringia fortemente a liberdade dos africanos. O trabalhador não podia mais deixar o seu emprego por livre vontade. Os laços até então contratuais entre empregado e empregador passaram a ser sancionados pela lei penal, tornando-se delito o direito do assalariado a interromper o trabalho. A vontade manifestada pelos africanos de se libertarem de tal servidão é comprovada pelos milhares de processos legais impetrados contra "desertares".

E, como se não bastasse, foi proibida aos africanos a prática de certos cultivos. No Quênia, por exemplo, a cultura do café foi proibida aos africanos, por tratar-se da "cultura comercial de longe a mais lucrativa" que se praticava no território[41]. Foi preciso esperar até os anos de 1950 para que o monopólio fosse desmantelado pelo movimento Mau Mau.

O principal resultado dessas medidas foi a proletarização do campesinato africano, fenômeno que, segundo parece, atingiu em maior escala a Rodésia do Sul, mais que qualquer outro país aqui abordado[42]. A mão de obra africana empregada pelos europeus mediante salários de fome trabalhava para produzir safras

40 *East African Standard* (diário local), 8 de fevereiro de 1913.

41 WOLFF, 1974, p. 141.

42 ARRIGHI, 1970.

que eram comercializadas tanto no mercado interno como no externo. Foi assim que em 1927, no Quênia, entre 83700 e 117 mil africanos, o equivalente a mais de 50% da massa assalariada, trabalhavam na agricultura comercial. As principais culturas eram milho, café, trigo e sisal. O milho ocupava apenas 325 hectares em 1905. Em 1920, a superfície aumentou para 12500 hectares. Nove anos mais tarde, contavam-se 90 mil hectares semeados de milho[43]. Desde o começo da década de 1920, os colonos haviam expulsado os camponeses africanos da produção e do comércio desse importante cereal. A área cultivada de café também registrou uma progressão espetacular: de apenas 32 hectares em 1905, passou para 11250 hectares em 1920, e chegou, dez anos depois, a aproximadamente 39 mil hectares[44]. Em 1913, as exportações de café e de milho renderam ao Quênia 64991 libras esterlinas. Em 1920, as exportações dos dois produtos, junto com a de sisal, montavam a 566556 libras esterlinas, para atingir 2429655 libras em 1930 (nesta cifra, o café entrava com mais de 50%)[45]. Esses progressos acarretaram profundas modificações estruturais. Em 1913, o setor exclusivamente africano contribuía com 24% para o montante global das exportações do território, enquanto a contribuição do setor europeu não ia além de 5%. Estava claro que, na época, a mão de obra assalariada africana pouco representava na agricultura comercial dos europeus. Em 1932, a parte dos agricultores africanos declinara para 9%, enquanto a porcentagem das explorações europeias aumentara para 76%[46]. Já estava presente um dos caracteres dominantes da economia do Quênia colonial!

Os colonos europeus da Rodésia do Sul começaram a experimentar várias culturas: algodão, cítricos e tabaco, mas só esta planta vingou, e tornou-se o principal produto de exportação agrícola a partir dos anos de 1910 (ver fig. 16.1). Em 1927, o valor das exportações de folhas de tabaco atingiu 1 254 mil libras, ponto máximo do período 1909-1937. Esse montante representava 19,8% do total das exportações do[47] território, mas o tabaco era apenas uma das culturas da colônia. Durante muito tempo, as safras comerciais para o mercado interno (especialmente milho e criação de gado) superaram em valor o montante das exportações de tabaco. Com exceção dos três anos do período 1926-1928, o valor do milho representou, de 1920 a 1929, mais de 50% do valor total das safras[48]. A expansão das exportações

43 WOLFF, 1974, p. 73.

44 Ibid.

45 Ibid., p. 54.

46 Ibid., p. 137.

47 FRANKEL, 1938, p. 231-2.

48 Ibid., p. 239.

de milho foi prejudicada pelas elevadas tarifas dos transportes, já que se trata de um produto demasiadamente volumoso e de baixo preço.

Na Rodésia do Sul, como sucedeu na Rodésia do Norte e no Quênia, a agricultura praticada pelos colonos brancos criou-se e desenvolveu-se graças à substancial ajuda dos poderes públicos, sob a forma de empréstimos, conselhos técnicos e pesquisas. Em 1938, o Diretor da Agricultura, ele próprio europeu, deplorava a flagrante falta de ajuda aos produtores africanos, mas sua declaração não produziu eco[49].

Na Rodésia do Sul, mais que em qualquer outra região da África tropical, os colonos formavam uma poderosa burguesia rural, que adquiriu certo caráter nacionalista, sob o efeito dos esforços comuns consagrados ao desenvolvimento econômico do território[50]. Desde 1926, o setor agrícola ocupava um número de europeus superior a qualquer outro setor (com 22,9% do total da população ativa)[51]. Cumpre notar que, em 1935, este setor ocupava 4305 europeus, dentre – os quais, 2733 proprietários de terras, enquanto os mineiros somavam 2899 pessoas[52].

As minas

O subsolo de algumas possessões britânicas da África tropical era rico em vários recursos minerais (ver figs., 16.2 e 16.5). Havia minas de ouro na Costa do Ouro, na Rodésia do Sul, em Tanganica e Serra Leoa. Os diamantes representavam importante produção industrial em Serra Leoa e na Costa do Ouro. Minas de cobre existiam apenas na Rodésia do Norte, e o minério de ferro era uma especialidade de Serra Leoa. Minas de carvão eram exploradas na Nigéria e na Rodésia do Sul, onde representavam importante fonte de energia. Na maior parte dos territórios era possível explorar um ou dois tipos de minério, mas só a Rodésia do Sul e Serra Leoa apresentavam grande variedade de minerais. Em 1929, Serra Leoa começou a extração de ouro e platina, a que se seguiu, em meados da década de 1930, a exploração de cromo, ferro e diamante.

A descoberta de jazidas minerais nesses países da África não foi obra do acaso, produzida após a chegada dos colonialistas europeus. Os minérios eram conhecidos e explorados desde muito antes da era colonial, e a descoberta de

49 *The Minutes of Proceedings at the First and Second Meetings of the Native Development Board,* Lusaka, 1938, p. 12-7.

50 ARRIGHI, 1967, p. 20.

51 KAY, G., 1970, p. 46-67.

52 FRANKEL, 1938, p. 238.

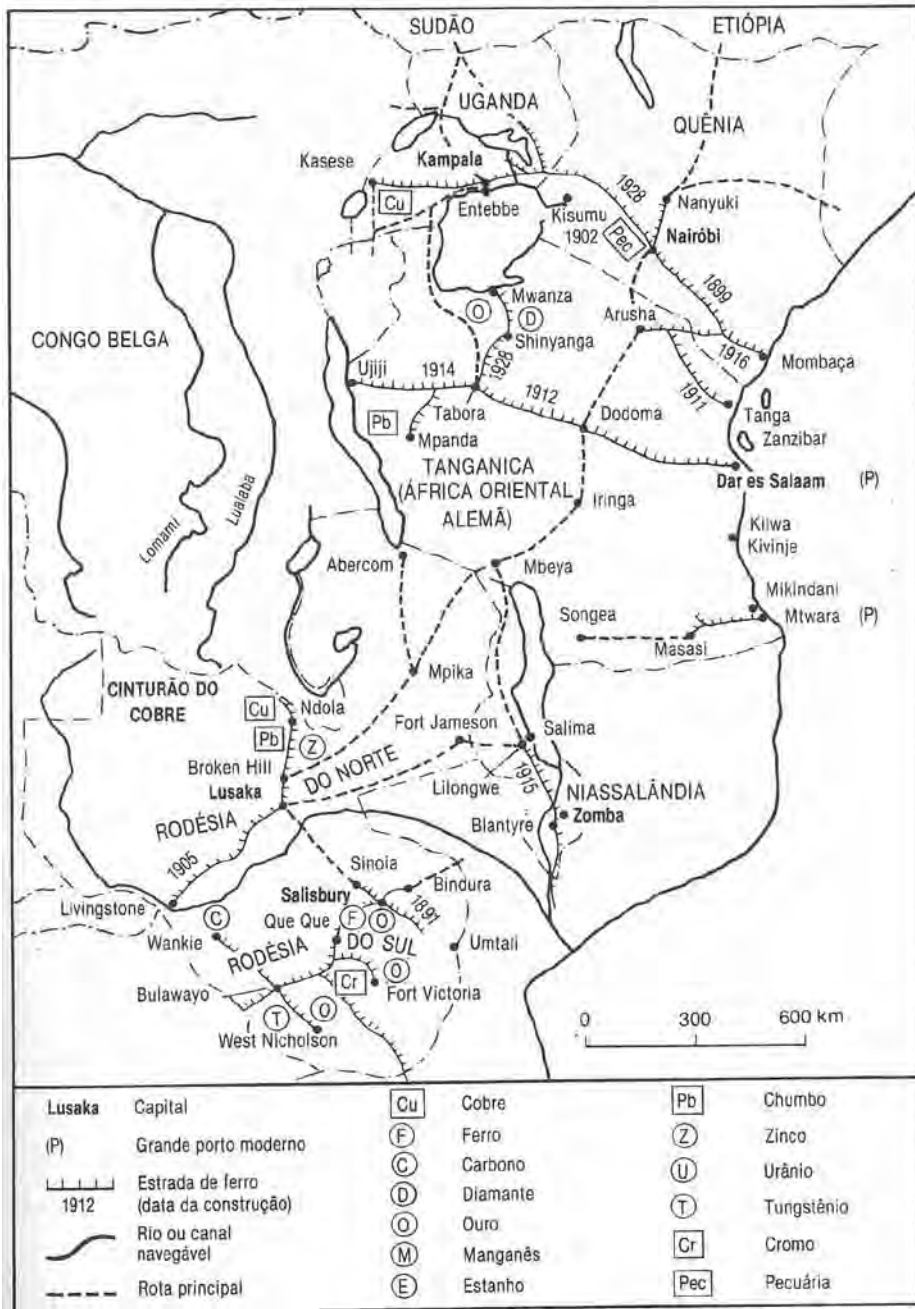



FIGURA 16.5 África oriental: desenvolvimento econômico das antigas zonas britânicas (minérios). (Fonte: Oliver e Atmore, 1972.)

jazidas resultara de prospecção deliberada e específica. Antes da dominação branca, a população da Rodésia do Sul e a da Costa do Ouro extraíam e trabalhavam o ouro havia muitas gerações. Os dois países eram mais conhecidos pela riqueza potencial de seu subsolo do que pela perspectiva agrícola. Da mesma forma, os autóctones da Nigéria exploravam as jazidas de estanho e trabalhavam esse metal muitas gerações antes de os brancos atingirem o interior do país. Em certos territórios, a prospecção mineira do período colonial começou nas regiões onde a população local já explorava o subsolo. A esperança de enriquecer da noite para o dia atraiu muitos europeus, e abundantes capitais do Ocidente afluíram à Rodésia do Sul a partir da década de 1890, mas a segunda corrida do ouro não repetiu o milagre do "Rand" anterior, e só se descobriram algumas pequenas jazidas. Os pequenos mineiros, juntamente com os colonos, formaram uma burguesia rural que começou a expressar fortes sentimentos nacionalistas, em vez de envolver-se no processo capitalista em escala internacional.

Com raras exceções, a exploração dos recursos minerais foi financiada por capitais estrangeiros. Havia dois motivos para isso: primeiro, em certos casos, o montante do capital a ser investido estava fora do alcance dos africanos (nomeadamente no caso das minas de cobre da Rodésia do Norte e de minério de ferro de Serra Leoa). E, segundo, os administradores coloniais impediam deliberada e sistematicamente os africanos de se beneficiarem dos recursos minerais de seu país. Tão logo jazidas eram localizadas, promulgava-se rapidamente uma série de textos legislativos dando o monopólio aos interesses imperialistas. Mesmo onde os africanos vinham explorando as minas há várias gerações, tornou-se ilegal possuírem minérios sem licença especial. A exploração de jazidas de diamantes foi totalmente proibida aos africanos. Em Serra Leoa e na Costa do Ouro, a indústria mineira era monopólio do Consolidated African Selection Trust (CAST), poderosa empresa multinacional que explorava grande variedade de minérios. O monopólio fora-lhe concedido sob o pretexto de que o mercado de diamantes não poderia ser controlado se fosse dividido entre um número muito grande de vendedores. Fosse qual fosse o valor do argumento, a administração colonial cedeu às pressões do capital internacional e expulsou injustamente a população africana da indústria mais lucrativa da época. O Sierra Leone Selection Trust (SLST) obteve a exclusividade dos direitos de prospecção, extração e venda de todos os diamantes por um período de 99 anos, a contar de 1933[53]. Foi preciso esperar pela década de 1950,

53 O texto do contrato está reproduzido no Public Record Office Kew (PRO), CO 267/644/22008/Parte I, 1934, (Arquivos do Colonial Office).

quando o controle das vastas regiões diamantíferas tornou-se impossível, para que a administração se visse obrigada a legalizar a participação africana[54].

Entretanto, mesmo quando os africanos puderam obter licenças de mineração desde o início, vários regulamentos e disposições técnicas reduziram ao mínimo a participação das populações locais. Na Nigéria, por exemplo, na ausência do proprietário de uma mina de estanho, era crime confiar a exploração a um africano, quaisquer que fossem as qualificações dele[55]. Em Serra Leoa, nenhum africano podia obter licença de mineração se não fosse capaz de ler e compreender a lei de minas de 1927 (Mining Ordinance), escrita em inglês. Os autóctones que não soubessem ler inglês estavam automaticamente desqualificados de qualquer participação na mineração[56]. Apesar de tudo, a indústria mineira se estabeleceu como atividade rentável.

O setor de exportação dos países aqui tratados, que englobava principalmente produtos agrícolas e minerais, progrediu rapidamente. Como se pode ver pelo quadro 1, todos esses países africanos viveram, por volta de 1914, uma década de inegável crescimento.

Os recursos minerais têm sido considerados a "pedra de toque do desenvolvimento econômico de grande parte da África"[57], e a administração colonial trabalhava febrilmente para descobrir a "jazida milagrosa". Mas está claro que o papel das minas nas economias coloniais tem sido manifestamente exagerado. É certo, como o demonstra o quadro 2, que os produtos minerais contribuíram substancialmente para o setor de exportação de alguns territórios, particularmente as Rodésias, a Costa do Ouro e Serra Leoa.

54 VAN DER LAAN, 1965.

55 CHARLES, 1964, p. 38.

56 Os africanos contornaram esta disposição discriminatória estabelecendo sociedade com os que sabiam ler inglês.

57 FRANKEL, 1938, p. 210.

Quadro 1 Valor dos minérios, em porcentagem das exportações totais de cada território

Ano	1913	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
Serra Leoa	a[a]	a	a	4,0	7,4	21,5	44,7	52,0
Nigéria	8,4	13, 1	9,3	11,0	6,7	9,1	17,6	15,7
Costa do Ouro	33,0	17,8	25,6	25,1	29,3	34,8	46,6	41,0
Rodésia do Norte	26,7	28,9	29,4	51,2	85,7	86,8	84,2	72,0
Rodésia do Sul	93,3	66,0	65,5	69,2	72,8	79,2	78,2	79,9
Quênia	a	10,0	7,0	8,0	8,0	9,0	7,0	6,0
Tanganica	a	3,0	n.d[b].	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	12,0

a) a: insignificante.
b) n.d.: não disponível.
Fonte: Annual Reports.

Na Costa do Ouro, os produtos minerais assumiram grande importância a partir do começo do século. Entre 1905 e 1909, os minérios, sobretudo o ouro, representavam mais de 40% do total das exportações do país e, nos oito ou nove anos seguintes, a proporção permaneceu superior a 30%. A cifra declinou para menos de 20% no decurso dos anos 1920, mas voltou a subir para 41% em 1935[58]. O caso da Rodésia do Sul era ainda mais surpreendente. Entre 1909 e 1913, os produtos minerais (principalmente o ouro) contribuíram com mais de 90% para o total das exportações do território. Durante quase todos os anos que se seguiram até 1935, a proporção manteve-se superior a 70%.

Na Rodésia do Norte, extraía-se cobre desde 1910, mas só nos últimos anos da década de 1920 é que as minas passaram a funcionar com plena capacidade, fazendo com que a produção pesasse bastante no setor de exportação. A partir de 1931, os produtos minerais representavam mais de 50% do valor total das exportações da colônia. E a proporção aumentou consideravelmente nos anos seguintes.

Em Serra Leoa, a exploração do subsolo começou muito tarde, mas em 1935 os produtos minerais já compunham mais de 50% do total das exportações locais. Vejamos os valores, em 1936, das exportações minerais provenientes das possessões britânicas, classificadas em ordem decrescente (libras esterli-

58 Ibid., p. 320-1.

nas): Rodésia do Norte, 5094 mil; Rodésia do Sul, 4422 mil; Costa do Ouro, 2124213; Serra Leoa, 1245 mil.

É interessante notar que, no caso da Nigéria, o montante dos produtos minerais era importante em valor absoluto, mas permanecia bastante fraco em relação ao total – apenas 14% das exportações totais da colônia.

A substancial contribuição dada pelas minas ao setor de exportação poderia induzir a exagerar a sua contribuição à prosperidade geral. Mas há que levar em conta as limitações impostas à participação dos africanos. As minas foram abertas à custa do capital estrangeiro e os lucros resultantes da exploração foram repatriados, para encher os bolsos dos acionistas metropolitanos ou para serem reinvestidos em benefício de outros países não africanos. Assim, quando a carta da Niger Company foi rescindida, em 1899, esta companhia recebeu uma indenização de 150 mil libras esterlinas, em compensação pelos direitos de mineração que ela detinha na área onde posteriormente foram abertas minas de estanho. Pelo mesmo acordo, a Niger Company devia receber, por 99 anos, 50% do total dos *royalities* sobre as operações de mineração[59]. Essa cláusula impunha pesado tributo à população local, mas a situação ainda era pior nas Rodésias, onde os direitos sobre o subsolo ficaram em mãos da British South Africa Company até 1933, data em que o Estado os adquiriu por dois milhões de libras[60]. Mesmo com a mudança, porém, raramente as populações autóctones receberam consideração e ainda menos foram tratadas como beneficiárias das operações de mineração. Em 1942, um funcionário do alto escalão do Colonial Office britânico declarava impudentemente que, “particularmente, há poucas razões para reservar o valor da produção mineira às populações locais, já que essas populações em nada contribuíram para o seu desenvolvimento”[61]. Mas, nos territórios em que as administrações coloniais nacionalizaram as minas, como Serra Leoa, Quênia, Tanganica e Uganda, poucas receitas extraíram delas, principalmente *royalties* e imposto de renda. Em Serra Leoa, as receitas públicas diretas provenientes das minas eram 34100 libras em 1935, o que representava apenas 5% da receita pública global do território[62].

Os salários continuavam a ser o único meio de a população local recolher uma fração da renda das minas, mas, como no caso da agricultura e das plantações europeias, o pagamento era tão baixo que os assalariados tinham de

59 BOWER, apud PERHAM (org.), 1948, p. 5.

60 Ibid.

61 DAWE, J. A. *Minute*, CO 54028/42. J. A. Dawe era subsecretário adjunto do Colonial Office, Londres.

62 KANIKI, 1972, p. 238-9.

se socorrer junto ao setor camponês. A discriminação racial representava um fator importante desse problema[63]. Mesmo com funções idênticas, os operários europeus recebiam um salário muitas vezes superior ao dos africanos. Além disso, os autóctones raramente recebiam formação técnica que lhes melhorasse a produtividade e, portanto, o ganho. Na Rodésia do Sul, onde os operários brancos especializados e semiespecializados dominavam o mercado de trabalho[64], os assalariados africanos sequer estavam autorizados a sindicalizar-se. Aliás, mesmo nos territórios livres da dominação dos colonos, foi preciso esperar pelo fim da década de 1930 para que os sindicatos, instrumento importante das negociações coletivas, fossem legalmente reconhecidos. Com exceção da Rodésia do Sul, onde as minas "proporcionaram uma base para grande parte do desenvolvimento industrial local"[65], e em contraste com a experiência sul-africana, em que a mineração foi "o criador e o protetor originais" da industrialização[66], o setor mineiro contribuiu pouco para a propagação de outras atividades. E os poucos benefícios não deixaram de ter seu custo. As terras aráveis eram cortadas e prejudicadas pelos trabalhos de mineração; a selva e árvores de valor, destruídas; o modo de vida tradicional era perturbado, seguindo-se uma ruptura geral da lei e da ordem.

Os setores de exportação dos países aqui tratados apresentavam dois traços principais. Em primeiro lugar, as exportações, tanto produtos agrícolas como minerais, saíam em estado bruto. Dessa forma, o valor unitário da maior parte das exportações era relativamente baixo. Em segundo lugar, verificava-se uma tendência para o desenvolvimento da monocultura, o que tornava bastante vulneráveis as economias dos países que dependiam essencialmente das exportações agrícolas. Somente a Nigéria (com três tipos de culturas: cacau, produtos do dendezeiro e amendoim) e o Quênia constituíam economias algo diversificadas. A debilidade das economias baseadas na monocultura patenteou-se tragicamente durante a grande depressão de 1929-1934, quando o pânico e a confusão tomaram conta da administração colonial.

---

63 BALDWIN, 1966, p. 42 e 82-99; BOWER, apud PERHAM (org.), 1948, p. 23; ARRIGHI, 1967, p. 25-6; KAY, G., 1970, p. 57-8.

64 ARRIGHI, 1967, p. 20-1; KAY, G., 1970, p. 57-8.

65 KAY, G., 1970, p. 24.

66 PATTERSON, 1957, p. 150.

Moeda e bancos

A exemplo das outras potências coloniais, os britânicos introduziram nas suas colônias o uso de moedas modernas, em lugar do tradicional sistema de troca, de pagamento em mercadorias e de outras unidades monetárias como ouro em pó e conchas. Isso visava fundamentalmente a estimular a produção e a exportação de safras comerciais, bem como a importação de manufaturas da Europa. As potências coloniais, realmente, esforçaram-se bastante para promover a adoção de sua moeda, e o fizeram recorrendo a três grandes meios. De acordo com Hopkins, trataram de "desmonetizar as moedas tradicionais, pagando em moeda europeia à mão de obra cada vez mais numerosa e exigindo que os impostos lhes fossem pagos em dinheiro e não em espécie[67]". Esses métodos revelaram-se bastante eficazes e, em 1910, o uso das moedas europeias, entre as quais figurava grande variedade de moedas inglesas, já estava bastante difundido na África ocidental. O ano de 1912 foi assinalado pela criação da West African Currency Board, encarregada de cunhar moeda na África Ocidental Britânica. Em 1913, a WACB emitiu as primeiras moedas – de dois xelins, um xelim, seis pence e três pence; três anos depois, as primeiras notas. Na África oriental, os britânicos começaram por introduzir o sistema em vigor na Índia. Mas, em 1920, criaram uma Currency Board encarregada da emissão de moedas e de notas para as três colônias. Todas essas moedas estavam ligadas à libra esterlina, moeda corrente na metrópole.

O uso cada vez mais difundido de moedas modernas trouxe como consequência maior o surgimento de instituições bancárias nas colônias britânicas. Na África ocidental, o primeiro banco foi criado em 1894. Tratava-se do Bank of British West Africa, ao qual se seguiu, em 1926, o Barclays Bank ("Dominion, Colonial and Overseas"). Essas duas instituições detiveram o monopólio das atividades bancárias na África Ocidental Britânica durante todo o período colonial. A África oriental e a África central, por sua vez, tornaram-se feudos do National Bank e do Grindlay's Bank. Esses estabelecimentos tiveram ação prejudicial sobre o desenvolvimento econômico das colônias por três razões essenciais. Primeiro, eles investiram todo o seu capital, incluindo as economias dos próprios africanos, no Reino Unido, favorecendo a formação de capital e, consequentemente, o desenvolvimento econômico no país rico que era a metrópole, à custa das colônias já pobres. Pior, ainda: pesquisas recentes demonstraram

67 HOPKINS, 1973, p. 206.

que, em matéria de empréstimos, todos esses estabelecimentos aplicavam uma política discriminatória com relação aos empresários africanos e favorável aos britânicos e asiáticos[68]. Finalmente, como o sistema bancário tornou-se apanágio exclusivo dos europeus, aos africanos foi recusada a possibilidade de adquirir formação e experiência nesse domínio vital.

Marketing

A comercialização foi gravemente negligenciada pelos administradores coloniais. Em graus diferentes, a política do *laissez-jaire* era a regra em todos os territórios que estamos discutindo. A generalização feita por Cyril Ehrlich, segundo a qual esta política, "ao contrário da crença popular, é praticamente a única utopia que ainda não foi experimentada"[69], somente se aplicaria ao período posterior a 1940. É certo que os organismos de comercialização datam do final das décadas de 1940 e de 1950. A maior parte dos textos promulgados até meados da década de 1930 não regulamentava senão dois pontos: as licenças comerciais e a qualidade de algumas exportações agrícolas. As cooperativas de venda foram legalmente reconhecidas por lei em Tanganica, em 1932, mas nada se lhes seguiu durante cinco anos. Enquanto porta-bandeira da livre iniciativa daquela época, o Reino Unido não restringia sequer as atividades de empresas e indivíduos não britânicos nas suas possessões. Antes do surgimento da United Africa Company (UAC), em 1929, por exemplo, as duas principais companhias francesas – a Compagnie Française de l'Afrique Occidental (CFAO) e a Société Commerciale de l'Ouest-Africain (SCOA) – rivalizavam muito eficientemente com as firmas britânicas na África Ocidental Inglesa. Em meados da década de 1920, cada uma dessas sociedades possuía mais filiais e entrepostos em Serra Leoa do que qualquer similar britânica[70]. No entanto, nada fora previsto para proteger a população local. A preocupação fundamental das administrações coloniais consistia em desenvolver o comércio de *import/export,* a fim de alimentar os cofres públicos com a receita dos direitos aduaneiros.

Incontestavelmente, até o começo da década de 1930 havia tendência para favorecer todos quantos estivessem em condições de contribuir para o aumento das receitas do Estado. Assim, os comerciantes hindus não só eram admitidos,

68 Ibid., p. 209.

69 EHRLICH, 1973, p. 660.

70 Ver KANIKI, 1972, p. 58-60.

mas em certa medida estimulados a dominar o comércio da África oriental e, até certo ponto, da África central. A população de origem asiática na África oriental aumentou nas seguintes proporções: Uganda, 2 mil em 1910, 13 026 em 1917; Tanganica, 18784 em 1913 e 23422 em 1931; Quênia, 22800 em 1921 e 26759 em 1931.

O "descontentamento e a desconfiança das comunidades levantinas", que o professor Bauer observou serem "discriminadas nos meios oficiais" na África ocidental[71], eram fenômeno recente. Hostilidade de fato contra os levantinos, principalmente os libaneses, vinha não dos círculos oficiais, mas de diversos agentes comerciais europeus em resposta à rivalidade comercial demonstrada por eles[72]. Se as empresas britânicas aparentavam dar-lhes preferência, não era por respeito, mas porque eles podiam – com as bênçãos do governo Britânico – atuar como grupo de pressão e influenciar as decisões políticas[73].

Continua válida a afirmação de Ehrlich de que "as decisões administrativas, em toda a África britânica, raramente encorajavam empreendimentos comerciais nativos"[74]. Outros fatores porém refreavam iniciativas locais. Acima de tudo, a política oficial geral, como seria de se esperar no contexto colonial, era dirigida para o avanço dos interesses imperialistas. Consequentemente, a população local não estava protegida das "garras" das grandes empresas e era facilmente exposta à destruição. Na primeira década do século 20, durante a construção de ferrovias, as empresas europeias pressionavam os comerciants africanos de duas maneiras. Por meio da concentração de capital, vendiam pequenas empresas abaixo do preço. Desse modo, os grandes mercadores nativos que haviam emergido durante o século 19 eram descartados dos negócios e as empresas europeias estendiam suas vendas do atacado para o varejo. O que Alldridge disse sobre Serra Leoa em 1908 aplica-se a várias partes do império britânico:

> Anteriormente, as grandes empresas europeias eram comerciantes pura e simplesmente, no sentido mais tradicional do termo [...] seu negócio era estritamente a venda por atacado; eles importavam mercadorias, compravam a produção local e exportavam, mas nunca excediam a isso. Vendiam as mercadorias importadas na embalagem original; lidavam com grandes quantidades e deixavam o varejo inteiramente nas mãos dos comerciantes locais [...] Tudo isso mudou. A função do

71 BAUER. P. T., 1954, 148.

72 Slater a Amery, Despacho Confidencial, CO 267/607, de 11 de janeiro de 1925, Anexos 3 e 5.

73 EHRLICH, 1973, p. 652.

74 Ibid.

> intermediário não é mais a mesma, uma vez que as grandes empresas tornaram-se as próprias intermediárias, e, enquanto continuam a ser atacadistas, também passaram a negociar no varejo.[75]

Em segundo lugar, na maioria dos casos, os comerciantes africanos não tinham como fazer empréstimos bancários porque não possuíam garantias. Além disso, muitas vezes o preconceito racial prevalecia a esse respeito.

O papel das empresas comerciais europeias tem sido estudado por muitos autores, a maioria deles concorda sobre a importância do contato da África com o mercado europeu ocidental e as Américas. As firmas compravam a produção interna e exportavam para a África. Também importavam e vendiam uma variedade de produtos manufaturados, principalmente têxteis. Mcphee, Bauer e Hopkins enfatizam o papel dessas empresas na expansão das fronteiras e do setor comercial como um todo. No entanto, são muito discretos quanto às tendências dessas firmas para a exploração[76]. Os comerciantes europeus, hindus, libaneses e, em grau menor, certos africanos apropriavam-se do excedente da produção camponesa, especialmente através de transações não equitativas. Os mercadores pagavam baixo preço pelos produtos locais e vendiam bem caro os artigos importados. A experiência similar dos camponeses da América Latina é bem reveladora neste caso:

> Obstáculo suplementar ao desenvolvimento comercial de uma economia formada por pequenos agricultores é o mecanismo de comercialização. Aproveitando a inferioridade do camponês nas transações e a concentração habitual de três funções comerciais nas mãos do mesmo intermediário (comprador dos produtos, fornecedor de crédito e vendedor de artigos de consumo), todo o excedente produzido pelo trabalho dos 'economicamente fracos' tende a ser transferido ao intermediário, em vez de ficar disponível para reinvestimento.[77]

Nas regiões dominadas pelos colonos (Rodésia do Sul, por exemplo), tornou-se "habitual que os proprietários europeus comercializassem a produção de seus rendeiros e, muitas vezes, a das explorações autóctones vizinhas"[78]. Esta prática reduzia ao mínimo o nível competitivo dos africanos e garantia ao colono branco uma situação de quase monopólio.

75 ALLDRIDGE, 1910, p. 73-4.

76 HOPKINS, 1973, p. 108-209; MCPHEE, 1926, p. 32-105; BAUER, P. T., 1954.

77 PEARSE, apud SHANIN (org.), 1971, p. 73.

78 ARRIGHI, 1970, p. 209.

De vez em quando, os produtores africanos defendiam coletivamente os seus interesses mediante a retenção, recusando-se a entregar o produto ao mercado. Houve numerosos casos de recusa de venda na Costa do Ouro, onde os produtores africanos de cacau encontravam-se totalmente à mercê das pressões do mercado internacional. A mais séria "greve de vendas" do cacau ocorreu de outubro a dezembro de 1930. Foi descrita como uma "greve econômica destinada a conseguir preços mais altos" e "era diretamente contra as grandes firmas compradoras para exportação e o controle monopolístico por elas exercido" sobre a economia da Costa do Ouro[79]. Além de reterem o cacau, os africanos da Costa do Ouro também boicotaram as mercadorias europeias. Houve prisões e foram aplicadas multas por participação nas "greves de vendas". A eficácia do movimento ameaçou os próprios fundamentos das relações econômicas coloniais, já que o governo colonial, tal como as filiais das firmas metropolitanas, extraía sua receita do comércio do cacau. Era evidente que o movimento colocava-se contra os interesses das duas partes. Consequentemente, as autoridades coloniais romperam o movimento pela força, multando e prendendo os chefes que apoiaram essas greves[80]. Durante a campanha do cacau de 1937-1938, outra importante greve de vendas foi organizada contra as mais poderosas casas exportadoras, que tinham fechado um acordo fixando um teto para o preço de compra do cacau.

Dessa vez, a greve de vendas propagou-se à Nigéria ocidental e só terminou com a intervenção do governo britânico. Uma comissão de inquérito dirigida por Nowel[81] revelou que o sistema de comercialização, que envolvia milhares de intermediários, era ao mesmo tempo ineficiente e gerador de desperdícios, prejudicando quer os produtores da África ocidental, quer os consumidores europeus.

A United Africa Company (UAC), que reunia muitas antigas firmas britânicas de comércio, tornou-se, depois de 1929, a mais poderosa e a principal nos mercados da África ocidental. No decurso da década de 1930, a UAC movimentava mais de metade das operações de exportação na África ocidental e dominava os mercados dos territórios britânicos[82], especialmente na Nigéria. Havia filiais da UAC na África oriental e na central, mas aqui o papel dela era bem mais reduzido. Nestas duas últimas regiões do continente não havia nenhum equivalente da UAC.

79 RHODIE, 1968, p. 105.

80 Ibid., p. 109-115.

81 Grã-Bretanha, *Commission on Marketing West African Cocoa,* Londres HMSO, 1938, p. 157 e *passim.*

82 HOPKINS, 1973, p. 199.

O comércio com o Reino Unido mantinha as possessões africanas em posição de inferioridade, como durante a Depressão de 1929. Em 1932, tarifas imperiais de preferência foram introduzidas nas possessões britânicas. Para as importações provenientes do império, os direitos aduaneiros eram 10% a 50% mais baixos do que o nível geral. Mas, já que o intercâmbio entre os diversos territórios ingleses era negligenciável, o beneficiário final da lei era evidentemente a metrópole. Em setembro de 1931, o Colonial Office dirigiu uma circular às administrações coloniais, pedindo que ajudassem o Reino Unido e lembrando-lhes que

> os interesses do Reino Unido e os de suas colônias e possessôes são indissolúveis e que os perigos que o Reino Unido enfrenta são os mesmos que ameaçam o conjunto do império [...] que o colapso geral do crédito britânico ou a desvalorização da libra esterlina significariam a ruína para as colônias, tanto quanto para o Reino Unido[83].

Apesar da taxação mais alta, a importação de bens não britânicos aumentou consideravelmente, para vantagem dos consumidores das colônias. Os calçados de lona e os tecidos de seda artificial e de algodão, de fabricação japonesa, inundaram os mercados, a preços bem inferiores aos dos artigos ingleses, que eram beneficiados pela redução de tarifas. Em 1934, o chefe do distrito de Dar es Salaam (Tanganica) salientava que, "praticamente, todas as lojas do distrito[84] estavam repletas de artigos japoneses de todos os tipos. A invasão tornou-se mais pronunciada durante este período de marasmo econômico. Como dizia um administrador colonial, talvez com certo exagero, "o africano médio estaria agora reduzido a usar roupa de casca de árvore se não houvesse grandes quantidades de roupas baratas de algodão, de fabricação japonesa, à venda em todas as lojas da cidade e das aldeias"[85]. Mas a preocupação do governo de Londres era a prosperidade da indústria britânica, e não o bem-estar das populações pobres de suas colônias.

Em 1934 veio o contra-ataque: as tarifas aduaneiras sobre mercadorias não britânicas tiveram, em geral, um aumento de 100%. Além disso, um sistema de quotas limitava a importação de artigos de fabricação japonesa. Houve protestos isolados contra essas medidas, mas as populações colonizadas acabaram tendo de pagar preços mais altos, promovendo os interesses imperialistas.

---

83 *West African Mail and Trade Gazette*, 24 de outubro de 1931, p. 4; *Sierra Leone Royal Gazette*, 15 de outubro de 1931.

84 *Dar es Salaam District Officer's Annual Report for 1934*, p. 4. Arquivos Nacionais da Tanzânia, 54/4.

85 Ibid., ano de 1933, p. 3-4.

Infraestrutura

A infraestrutura constitui um dos principais fatores da comercialização. A construção de ferrovias, estradas, linhas telegráficas e instalações portuárias mereceu desde cedo a atenção das administrações coloniais. Embora esses equipamentos servissem à administração em geral, seu objetivo fundamental era fazer chegar até o mar as exportações. Não admira, portanto, que o traçado e os grandes entroncamentos das estradas e das ferrovias pouco levassem em conta o bem-estar geral das populações locais. Na sua maioria, as estradas de ferro ligavam diretamente a costa às regiões interioranas de jazidas de minérios ou de plantações comerciais. O número de linhas transversais e de ligações ferroviárias interterritoriais era pobre. Consequentemente, as estradas de ferro atendiam apenas a zonas limitadas e, fosse qual fosse o seu papel, a importância que tiveram na abertura dos territórios do continente foi com certeza exagerada[86]. Somente a Rodésia do Sul e a África do Sul dispunham de verdadeira malha ferroviária, concebida principalmente para servir às minas muito dispersas e às regiões de agricultura de colonização. O cinturão do cacau ao sul da Costa do Ouro também era servido por estradas de ferro, ao passo que os territórios do norte, que não tinham produção exportável, ficaram completamente abandonados (ver figs. 16.2 e 16.5).

Na sua maior parte, as ferrovias eram construídas, possuídas e administradas por governos ou serviços oficiais. A construção da primeira via férrea na África Ocidental Britânica ocorreu em Serra Leoa, durante a década de 1890. O primeiro trem começou a operar na colônia em 1897 e, por volta de 1909, foi concluída a linha principal, atravessando a rica região de palmeirais (dendezeiros) até Pendembu, a leste, numa extensão de 365 km. Um ramal ligando Bubuya a Makeni, no norte (132 km), foi construído em 1915. Logo depois de iniciadas as obras em Serra Leoa, outras possessões seguiram o seu exemplo, com resultados ainda melhores. Todas as grandes linhas estavam prontas já em 1920. Em Tanganica, os britânicos herdaram as duas ferrovias construídas pelos alemães em começos do século XX.

Somente nas Rodésias e em Serra Leoa é que o capital privado participava da construção das ferrovias. A linha principal que atravessa a Rodésia de sul a norte era um prolongamento da rede da África do Sul, e foi construída pela

86 MCPHEE, 1926, p. 47-8, 108-15, 126-7.

British South Africa Company. A linha atingiu Bulawayo em outubro de 1897 e cruzou o Zambeze nas cataratas Victoria em começos de 1904.

Algumas linhas secundárias foram construídas por empresas interessadas na mineração[87]. A principal delas atingiu Livingstone (capital da Rodésia do Norte) em 1905, e Broken Hill no ano seguinte. Finalmente, em 1909 a estrada de ferro foi estendida até a fronteira do Congo por outra empresa, a Rhodesia-Katanga Junction Railway and Mineral Company (ver fig. 16.5). Em Serra Leoa, a Sierra Leone Development Company, que explorava minas de ferro em Marampa desde 1933, construiu uma linha de 80 km que ligava Marampa a Pepel, porto de embarque no Atlântico (início da década de 1930). Era uma ferrovia para uso exclusivo da companhia. A construção de estradas coube tanto à administração colonial como às autoridades locais. Onde os recursos o permitiam, os chefes africanos mobilizavam o povo de suas comunidades para integrar sua economia ao mundo exterior. Regra geral, porém, a rede de estradas não foi concebida como alternativa, mas como via de acesso às redes ferroviárias, que eram empreendimentos públicos. Assim o contribuinte teve de sustentar o custo de dois sistemas onerosos e ineficientes.

A mais importante contribuição dos modernos meios de transporte foi a considerável redução das tarifas de frete, o que gerou duas consequências: a) os carregadores humanos foram substituídos pela máquina, liberando assim a mão de obra, já rara, para outras atividades produtivas; b) a diminuição do custo do transporte fez aumentar a margem de lucro dos produtores e estimulou a expansão do setor comercial. Infelizmente, porém, raras vezes os produtores africanos usufruíram da parte que lhes cabia nessas vantagens. As casas comerciais e os outros beneficiários que operavam no setor de exportação, influentes e ávidos de lucros, guardavam para si a parte do leão. Nas regiões de colonização branca, as taxas dos fretes foram manipuladas a favor dos europeus, forçando assim os produtores africanos a financiar indiretamente a agricultura dos colonos.

Citemos dois casos em que a construção de ferrovias produziu efeitos notáveis: em Uganda e na Nigéria. Antes de 1902, ano em que a Uganda Railway ligou esse território isolado do sertão à costa de Mombaça, através dos planaltos do Quênia, os custos do transporte faziam aumentar em 150% o preço da maior parte das mercadorias importadas pelo oceano Índico. A chegada da linha Lagos Railway a Kano, Nigéria, em 1911, também foi positiva. A cultura do amendoim desenvolveu-se consideravelmente: as exportações desse produto

87 G. Kay, 1970, p. 42-4.

passaram do máximo anterior de 2 mil toneladas para 50 mil toneladas em 1916, atingindo 147 mil toneladas em 1929. Também na Rodésia do Norte o sistema ferroviário contribuiu fortemente para o setor de exportação, sobretudo para o desenvolvimento da mineração[88]. Na maioria dos outros territórios, o sistema ferroviário exerceu relativamente pouca influência e, durante a maior parte do período aqui estudado, a exploração permaneceu deficitária[89]. Cumpre salientar que, embora os modernos meios de transporte tenham sido de fato positivos, eles não criaram uma economia de exportação "a partir do nada". Na verdade, "os modernos meios de transporte foram primeiramente destinados às regiões que, embora repletas ainda de incertezas, já tinham começado a demonstrar o seu potencial econômico"[90].

Há ainda outra categoria de serviços que já existia antes da era colonial, mas que durante esse período desenvolveu-se em importância e eficiência: os transportes marítimos. Na África Ocidental Britânica, desde antes de 1900, o setor era dominado por uma única empresa britânica, a Elder Dempster Line and Co. Ltd., constituída em 1890 com a fusão de todas as companhias inglesas que operavam na costa ocidental. Em 1895, a Elder Dempster e a companhia alemã Woermann fizeram um acordo de não concorrência mútua, ficando, assim, em condições de fixar as tarifas em detrimento dos clientes. Na África oriental e na África austral era a Union Castle Line que detinha o monopólio dos transportes marítimos.

África do Sul, 1880-1935

Dentre as colônias e possessões africanas da coroa britânica, havia uma, a África do Sul, que, no período considerado, experimentou um surto econômico tão extraordinário e tão tristemente célebre nas suas repercussões que merece uma menção especial, breve que seja.

Em 1869, a África do Sul, que abrangia as duas colônias britânicas do Cabo e de Natal, bem como as colônias de população bôer ou *afrikaner* do Transvaal e do Estado Livre de Orange, tinha uma economia tão pobre e de tão pouco peso no sistema capitalista mundial quanto qualquer outra colônia europeia da África (ver fig. 16.7). Não contava ao todo senão 260 mil europeus, dos quais

88 BALDWIN, 1966, p. 17-18, 171-2.

89 FRANKEL, 1938, *passim.*

90 HOPKINS, 1973, p. 198.

20% viviam na colônia do Cabo[91], onde se encontrava a única cidade com mais de 10 mil habitantes: a Cidade do Cabo. Em 1860, havia apenas uns três quilômetros de ferrovias e nenhuma estrada de rodagem. A tração animal era a única forma de transporte. As atividades manufatureiras limitavam-se à fabricação de carroças, móveis, calçado e curtume de couro[92]. Em 1860, as exportações da África do Sul consistiam em matérias-primas: em primeiro a lã, seguida do ferro, peles e couros, não ultrapassando tudo 2,5 milhões de libras esterlinas. Conforme as conclusões de D. Hobart Houghton:

> De maneira geral [em 1860] a colônia [do Cabo] era um país de população esparsa, que vivia essencialmente da criação de carneiros e da lavoura de subsistência, pobre demais para avançar com rapidez mediante a formação interna de capital e desprovido de recursos exploráveis para atrair capital estrangeiro[93].

Ora, a colônia do Cabo era, então, a província mais rica da África do Sul. Nas outras colônias, sobretudo no Transvaal e no Estado Livre de Orange, as condições ainda eram piores.

Mas, durante os trinta últimos anos do século XIX, a África do Sul experimentou uma verdadeira revolução, não só econômica mas também social. A primeira causa da transformação refere-se a um único acontecimento: a descoberta de minerais; primeiro, diamantes na Griqualândia em 1867 e em Kimberley em 1870, depois, ouro no Transvaal, em 1886. Cinco anos após a descoberta de Griqualândia, as exportações de diamantes elevavam-se a mais de 1,6 milhão de libras esterlinas. Em 1880, tinham passado para mais de 5 milhões de libras, representando mais que todas as outras exportações sul-africanas somadas[94]. Já antes de 1899 a companhia De Beers Consolidated Mines Ltd. estabelecera-se "para fazer das minas um setor moderno, fortemente concentrado e largamente dotado de capital, empregando para tal fim as técnicas mais recentes e estabelecendo o monopólio mundial das vendas por intermédio do Diamond Syndicate de Londres"[95] (ver fig. 16.6), fazendo com que o valor das exportações de diamantes continuasse a aumentar, atingindo a casa dos 10 milhões de libras em 1905 e mais de 15 milhões em 1910. Quanto às minas de ouro, descobertas em 1886, passaram por um crescimento ainda mais acelerado. Desde 1890, o ouro

91 CURTIN, FEIERMAN, THOMPSON, VANSINA, 1978, p. 329.

92 COLE, 1961, p. 396.

93 HOUGHTON, apud THOMPSON (org.), 1971, p. 4.

94 Ver fig. 16.2: "Exportações sul-africanas, 1861-1910", em ibid., p. 18.

95 Ibid., p. 13.

se tornara a principal exportação da África do Sul, que, naquele ano, vendeu 10 milhões de libras esterlinas, quantia que subiu para 25 milhões em 1905 e para 45-50 milhões em 1910.

Por um lado, a expansão do setor trouxe para a África do Sul consequências verdadeiramente extraordinárias em todos os sentidos. Politicamente, a descoberta de diamantes levou primeiro à anexação da área de Kimberley, depois à do próprio Transvaal em 1877 e, finalmente, à conquista da Zululândía em 1879, após a humilhante derrota dos britânicos em Isandhlwana. Também contribuiu para o desencadear, em 1881, da primeira guerra anglo-bôer, que resultou na vitória dos bôeres. Da mesma forma, a descoberta de ouro levou à anexação de todos os Estados africanos situados ao sul do Limpopo, à incursão feita por Jameson em 1896 e, finalmente, em 1899, à segunda guerra anglobôer, que redundou na criação da União Sul-Africana, em 1910. Alguns aspectos dessas consequências políticas de longo alcance e da reação que elas suscitaram entre os africanos já foram objeto de estudo no capítulo 9.

Por outro lado, as descobertas provocaram um afluxo de capitais e de técnicos do Reino Unido, da Europa e dos Estados Unidos da América. Na realidade, o grosso dos investimentos na África colonial, entre 1880 e 1939, foi canalizado para a África do Sul. Segundo P. Curtin e outros, em vésperas da Segunda Guerra Mundial, "os investimentos estrangeiros eram estimados em 56 libras esterlinas por habitante na África do Sul, contra 38 libras nas duas Rodésias, 13 libras no Congo Belga e 10 libras, no máximo, em toda a África tropical[96]. Foram esses investimentos que permitiram o desenvolvimento não só da indústria de extração mineral mas também, como veremos, da infraestrutura da África do Sul. O fenômeno não deveria, aliás, surpreender, já que, segundo observa Houghton, as descobertas de diamantes fizeram da Griqualândia, outrora "uma terra de ninguém, esquecida, onde viviam algumas centenas de Griqua sob a autoridade de seu chefe Waterboer", repentinamente, um "dos focos de atração mundial"[97]. A descoberta de jazidas auríferas trouxe as mesmas consequências para o Transvaal e para as regiões situadas ao sul do Limpopo.

Igualmente revolucionário foi o impacto das indústrias de extração mineral no domínio da infraestrutura. Dadas as enormes distâncias que separavam as zonas de povoamento e as cidades – Johannesburgo está a 1540 km do Cabo – e a dispersão da população, até então havia-se descartado a ideia da construção de ferrovias, pois a operação não seria rentável. A descoberta de ouro e de dia-

96 CURTIN, FEIERMAN, VANSINA, 1978, p. 500.

97 HOUGHTON, apud WILSON, M. e THOMPSON (orgs.), 1971, p. 11.

FIGURA 16.6 Operários negros em uma mina na África do Sul. (Foto: Keystone Press Agency.)

mantes, contudo, tornou a instalação de uma rede ferroviária e rodoviária não só necessária, mas também viável. Não causou surpresa, pois, que a construção de ferrovias começasse na década de 1870 a partir de vários pontos Cidade do Cabo, Port Elizabeth, East London e Burban –, todas dirigidas em primeiro lugar aos campos diamantíferos e, depois de 1886, ao Transvaal. A extensão das linhas aumentou de 110 km em 1869 para 1700 km em 1889, 3300 km em 1899 e 4190 km em 1905[98] (ver fig. 16.7). A malha rodoviária teve evolução paralela: no fim da Primeira Guerra Mundial, o país possuía 75 mil km de estradas provinciais e muitos quilômetros mais de caminhos que serviam às explorações agrícolas.

A descoberta de ouro e de diamantes teve ainda importante consequência no que se refere à mão de obra e ao regime de propriedade rural, consequências que, por sua vez, acarretaram uma urbanização crescente. A procura de mão de obra para as minas era praticamente incessante. Para satisfazer à demanda e, ao mesmo tempo, reforçar a posição dos brancos, sobretudo a dos *afrikaners,* várias leis foram votadas, principalmente nas décadas de 1910 e 1920, no sentido de compelir os africanos a deixarem a terra natal para ir trabalhar nos centros mineiros e industriais. Entre esses documentos figuram o Natives' Land Act de 1913, o Mines and Works Act de 1911, emendado em 1926, o Apprenticeship Act de 1922, o Natives (Urban Areas) Act de 1923, o Native Administration Act de 1927 e, finalmente, o Native Service Contract Act de 1932. A mais tristemente célebre de todas essas leis, o Natives' Land Act, reservava 88% das terras ao uso exclusivo dos brancos, que, no entanto, representavam apenas 20% da população[99]. Nos 12% restantes, a lei criava uma série de "reservas indígenas" para os africanos. Ademais, abolia o *squatting* e o sistema de meação, que permitia aos africanos cultivar parte das terras de um branco, pagando a metade do que fosse colhido. Finalmente, por determinação desta lei, fora das reservas, os africanos não podiam comprar terras senão de outros africanos, exceto na província do Cabo e, salvo dispensa especial do governador-geral, no Transvaal e no Estado Livre de Orange. O documento, que minava as próprias bases da sociedade africana, obrigou milhares de agricultores e de criadores independentes a deixarem sua terra natal, suas terras e fazendas aos brancos, transformando-os, para citar as palavras de Leo Kuper, em "um proletariado sem terras e explorável" – a pior forma de dependência econômica. Pôs igualmente em vigor o princípio

98 Ibid., p. 20.

99 CURTIN, FEIERMAN, THOMPSON, VANSINA, 1978, p. 505; FIELDHOUSE, 1981, p. 75; WILSON, F. e KUPER, apud WILSON, M. e THOMPSON (orgs.), 1971, p. 126-36 e 440.

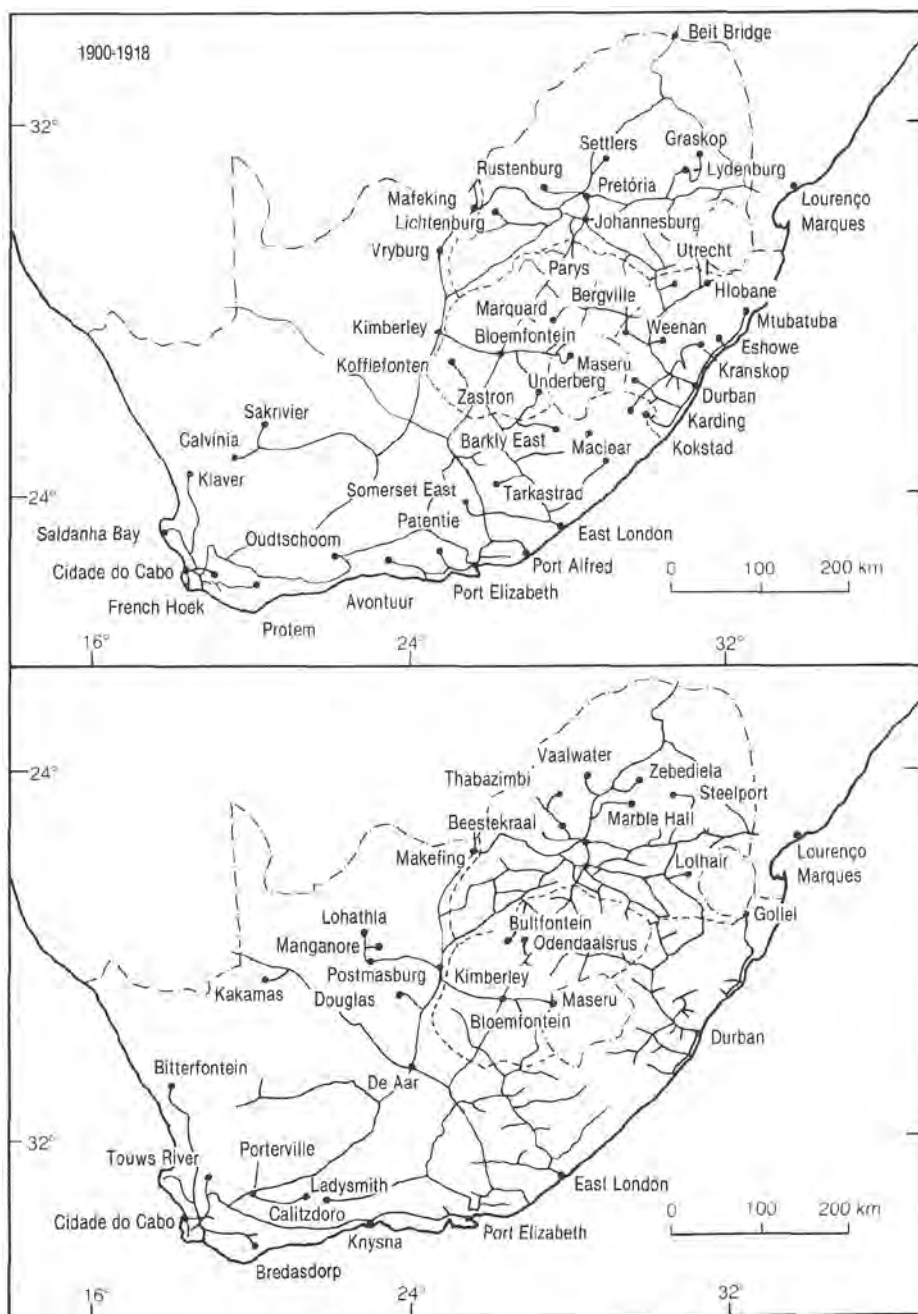



FIGURA 16.7 Extensão da rede ferroviária da República da África do Sul, entre 1900 e 1953. (Fonte: Cole, 1961.)

da segregação territorial na África do Sul. Foi aplicado sem alterações até 1936 e, desde 1931, pelo menos 6 milhões de africanos estavam concentrados nas reservas, que não cobriam ao todo senão uns 88 mil km^2, enquanto 1,8 milhão de europeus ocupavam uma superfície de aproximadamente 1140 mil km^2[100].

Tanto o Mines and Works Act de 1911, com a emenda de 1926, como o Apprenticeship Act de 1922 excluíam igualmente os africanos de muitas ocupações qualificadas e impunham escalas de salários diferentes para a mão de obra qualificada (em grande parte branca) e a não qualificada (em grande parte africana, indiana e mestiça). Em 1935, um mineiro branco ganhava um salário onze vezes superior, em média, ao de um mineiro africano[101]. As demais leis Natives (Urban Areas) Act de 1923, o Native Administration Act de 1927 e o Native Service Contract Act de 1932 – regulamentavam o trânsito de pessoas, o local de residência e o emprego dos africanos, no interesse dos trabalhadores brancos. O Natives (Urban Areas) Act de 1923, por exemplo, tornava obrigatória a segregação no tocante ao alojamento, a fim de restringir a "mistura indesejável", ao passo que a Civilised Labour Policy, adotada em 1924, intensificava a segregação na indústria, impondo a substituição dos operários "de cor" por brancos pobres[102]. Finalmente, o Native Labour Regulation Act considerava delito a ruptura dos contratos de trabalho pelos operários africanos empregados nas minas e usinas.

O conjunto dessas medidas provocou o afluxo dos africanos para os novos centros mineiros e industriais, obrigando-os a trabalhar como assalariados nas explorações europeias. Durante o período considerado, o número de mineiros aumentou espetacularmente. De 163 mil em 1906 (18 mil brancos, 94 mil africanos e 51 mil chineses), passava para 291 mil (com 32 mil brancos) em 1918. Em 1936, a África do Sul contava 300 mil mineiros africanos, dos quais mais ou menos 40% provenientes das reservas indígenas do Transvaal e do Ciskei, 25% do Moçambique português e quase 15% da Basutolândia, Estes números demonstram que, apesar daquelas leis, era imprescindível, dada a insuficiência da mão de obra disponível no país, mandar vir trabalhadores africanos de Moçambique, da Basutolândia e até da Niassalândia e das duas Rodésias, bem como, a partir de 1899, chineses contratados por prazo determinado[103]. Convém notar que, em consequência dessas diversas leis, a maior parte dos trabalhadores africanos não tinha contrato permanente, sendo no mais das vezes trabalhadores

100 FIELDHOUSE, 1981, p. 75.

101 CURTIN, FEIERMAN, THOMPSON, VANSINA, 1978, p. 502.

102 WELSH, apud WILSON, M. e THOMPSON (orgs.), 1971, p. 183-4.

103 HOUGHTON, apud WILSON, M. e THOMPSON (orgs.), 1971, p. 15, 19-20.

migrantes ou sazonais, obrigados a se deslocar constantemente entre os territórios brancos e as "reservas indígenas".

A expansão das indústrias extrativas experimentou, além disso, como corolário, forte surto de urbanização. A migração de trabalhadores para as novas zonas mineiras e industriais trouxe consigo o rápido desenvolvimento de algumas cidades e o aparecimento de aglomerados inteiramente novos. Foi assim que Kimberley, que não existia em 1866, contava 18 mil habitantes em 1877 e que, em 1900, a antiga aldeola de Johannesburgo tornara-se uma grande cidade de 166 mil habitantes[104]. Outras cidades, como a do Cabo e Port Elizabeth, viram a sua população proliferar rapidamente durante o mesmo período. A proporção de brancos que viviam nas cidades passou de 35,8% em 1890-1891 para 65,2% em 1926, e a dos africanos de 13% em 1904 para 17,3% somente em 1936[105].

Dois outros setores da economia sul-africana experimentaram uma fantástica expansão, graças em parte ao desenvolvimento da indústria de mineração: a agricultura e o setor manufatureiro. O forte crescimento demográfico e o surgimento das novas populações urbanas provocaram o nascimento de novos mercados tanto para os gêneros agrícolas como para os produtos manufaturados. Esses mercados viveram nova expansão após a Primeira Guerra Mundial, quando a União Sul-Africana recebeu o Sudoeste Africano sob mandato. A nova infraestrutura de estradas e de ferrovias facilitava o transporte dos produtos, e os fazendeiros aproveitaram essa oportunidade, assim como a do Land Act de 1913. Entre 1927 e 1937, o governo tomou algumas medidas (instauração de barreiras alfandegárias, criação de vários serviços de comercialização, ampliação dos serviços bancários), a fim de ajudar os fazendeiros brancos à custa dos concorrentes negros. Dessa forma, os produtores brancos conseguiram uma produção suficiente não só para abastecer o mercado interno, mas também para exportar milho de 1907 em diante, carne e ovos depois da Primeira Guerra Mundial, açúcar e laticínios do final da década de 1920 em diante[106]. Nessa época, os africanos já estavam praticamente excluídos da agricultura comercial e encontravam-se reduzidos à condição de simples assalariados. Os salários ou permaneciam estagnados ou aumentavam muito lentamente, o que agravava ainda mais a situação. Entre 1914 e 1934, o salário mensal médio de um operário agrícola africano casado passou de 6 a 10 xelins para apenas 8 a 12 xelins[107].

104 WILSON, F., apud WILSON, M. e THOMPSON (orgs.), 1971, p. 113-4.

105 WELSH, apud WILSON, M. e THOMPSON (orgs.), 1971, p. 173.

106 WILSON, F., apud WILSON, M. e THOMPSON (orgs.), 1971, p. 132-6.

107 WELSH, apud WILSON, M. e THOMPSON (or gs.), 1971, p. 158.

Acrescentemos que o salário mensal médio de um operário agrícola branco, que trabalhasse na província do Cabo, era de 2 libras, 18 xelins e um penny em 1866, e passou a 19 libras, 7 xelins e 7 pence em 1952, ao passo que o de um trabalhador rural "de cor" passava, na mesma época, de 12 xelins e 10 pence para 2 libras, 7 xelins e 10 pence apenas[108]. Assim, durante o período aqui estudado, o hiato entre brancos e negros não cessou de aumentar, com a depauperação crescente do nível de vida destes últimos.

O setor manufatureiro sofreu transformações ainda mais radicais, fenômeno tanto mais interessante na medida em que quase não se manifestou, como já vimos, a não ser na África do Sul. Como observava Monica Cole, "as novas condições políticas surgidas após a guerra dos bôeres favoreceram o desenvolvimento industrial, e a unificação das quatro províncias, sobrevinda em 1910, suscitou uma onda de sentimento nacionalista, que se exprimia no desejo de desenvolvimento industrial e de maior autossuficiência"[109]. Os brancos entregaram-se, portanto, à obra e, de 1912 em diante, já haviam implantado certo número de indústrias: conservas de frutas, confeitaria, cervejarias, fábricas de sabão e de velas, pequenas indústrias mecânicas (que produziam moinhos de vento, bombas e sondas para a abertura de poços, portões e fechos), fábricas de botas, calçados e roupas[110]. O governo estimulou particularmente este setor durante a Primeira Guerra Mundial, no intuito de diversificar a economia do país, para que se tornasse menos dependente da indústria de mineração e proporcionasse emprego aos "brancos pobres". Com essa finalidade, não só instituiu barreiras alfandegárias em 1924, mas também criou a Board of Trade and Industries em 1924, a Electricity Supply Commission em 1923 e a South African Iron and Steel Corporation em 1928. A quantidade de empregos proporcionada pelo setor atesta o êxito destes esforços. Em 1918, o setor manufatureiro dava emprego a 124 mil pessoas (das quais, 44 mil brancos) e, em 1928, a 141 mil. Experimentou crescimento ainda mais acelerado após a Depressão da década de 1920 e início dos anos 1930. Em 1939, a produção (produtos alimentícios, bebidas, tabaco, têxteis e vestuário, couro e calçado, produtos químicos, metais e construções mecânicas) atingia aproximadamente 75 milhões de libras esterlinas, o que fazia do setor a principal fonte de renda nacional, depois do setor mineiro[111].

---

108 Ibid.

109 COLE, 1961, p. 396.

110 Ibid.

111 Ibid.

O que ficou aqui registrado demonstra à evidência que, ao contrário da maior parte das colônias, a África do Sul passou por uma verdadeira revolução econômica no decorrer do período 1880-1935. De 217 milhões de libras em 1932, o produto nacional bruto passou para 320 milhões em 1937. Com o desenvolvimento dos setores mineiro, manufatureiro e agrícola, a economia sul-africana atingiu igualmente, ao contrário da economia da maior parte dos outros países da África, alto nível de diversificação. Em 1932, as indústrias de extração, o setor manufatureiro, a indústria de construção e as estradas de ferro empregavam 555 mil pessoas, das quais a maioria era indianos e africanos[112]. Esse desenvolvimento espetacular tem necessariamente relação com a descoberta de ouro e de diamantes e, em parte, com o fato de, no período considerado, os britânicos terem deixado que os brancos da África do Sul fossem donos do seu destino. Mas todo este desenvolvimento fenomenal foi conseguido à custa dos povos não brancos da África, especialmente os africanos e as populações "de cor". Efetivamente, como notava na época a Native Economic Commission, instaurada em 1932, se o fenômeno dos "brancos pobres" tinha, então, desaparecido inteiramente, a situação das populações "de cor", em compensação, havia passado por completa degradação. A superpopulação e a pobreza reinantes nas reservas haviam provocado migrações em massa para os centros urbanos e mineiros, onde os africanos ganhavam baixíssimos salários e viviam confinados em favelas e guetos. Pior, não estavam autorizados a ali se instalar definitivamente com a família, de forma que, condenados a constantes idas e vindas entre a cidade e o mato, tornaram-se, em sua maioria, migrantes temporários, "homens de dois mundos", já que, para citar Houghton, "eles estavam presos por laços estreitos e indissolúveis ao mesmo tempo à sociedade rural de onde provinham e ao mundo industrial moderno[113]: Deslocados, desapossados de suas terras, mal pagos, vítimas da discriminação, os negros da África do Sul sofreram econômica e socialmente, no período que estudamos, bem mais do que todos aqueles das outras regiões da África.

Conclusão

Aproximadamente em meados da década de 1930, o colonialismo britânico havia consolidado sua posição, integrando a economia da África tropi-

112 HOUGHTON, apud WILSON, M. e THOMPSON (orgs.), 1971, p. 35.

113 Ibid.

cal à economia capitalista mundial. As possessões da coroa continuavam a ser importantes fontes de produtos primários, e o setor industrial era praticamente inexistente. Como participantes do setor comercial, os operários e camponeses africanos passaram por algumas das suas piores dificuldades econômicas, aliás como o resto do mundo, entre 1929 e 1935. Nem o operário nem o camponês local foram beneficiados pelo sistema de relações econômicas coloniais, mas o assalariado africano era quem sofria a pior das explorações. A apropriação do excedente pelo capital internacional demonstra o estado de atraso e de pobreza geral reinante nas possessões britânicas em meados da década de 1930. A administração colonial tentava, às vezes febrilmente, deter a rápida degradação dos solos aráveis, especialmente nas "reservas indígenas", onde a densidade demográfica ameaçava destruir a fertilidade das terras, restringindo a agricultura africana. Mas a exploração dos diferentes recursos do território pelos europeus não foi em parte alguma objeto de restrição. Ninguém sugeriu, por exemplo, que não se devia explorar os minerais porque eles constituíam recursos não renováveis[114]. As minas, geralmente consideradas como um setor moderno, só marginalmente contribuíram para a vida industrial. De fato, as minas viviam no setor rural pagando salários de fome. As características econômicas que se estabeleceram durante esse período, em muitos casos, sobreviveram à descolonização.

114 BALDWIN, 1966, p. 160.

CAPÍTULO 17

Economia colonial: a África do norte

Ahmed Kassab, Ali A. Abdussalam e *Fathi S. Abusedra*

A evolução da economia da África do norte no primeiro quartel do século XX não obedeceu sempre ao mesmo ritmo nem cumpriu as mesmas etapas em cada um dos países que constituem esse conjunto geográfico (Tunísia, Argélia, Marrocos, Líbia, Egito e Sudão), uma vez que a colonização neles não se efetivou ao mesmo tempo (ver figura 17.1).

Parte I: A economia da Tunísia, da Argélia e do Marrocos, 1919-1935

Ahmed Kassab

A economia desde o fim da Primeira Guerra Mundial até a crise econômica de 1929

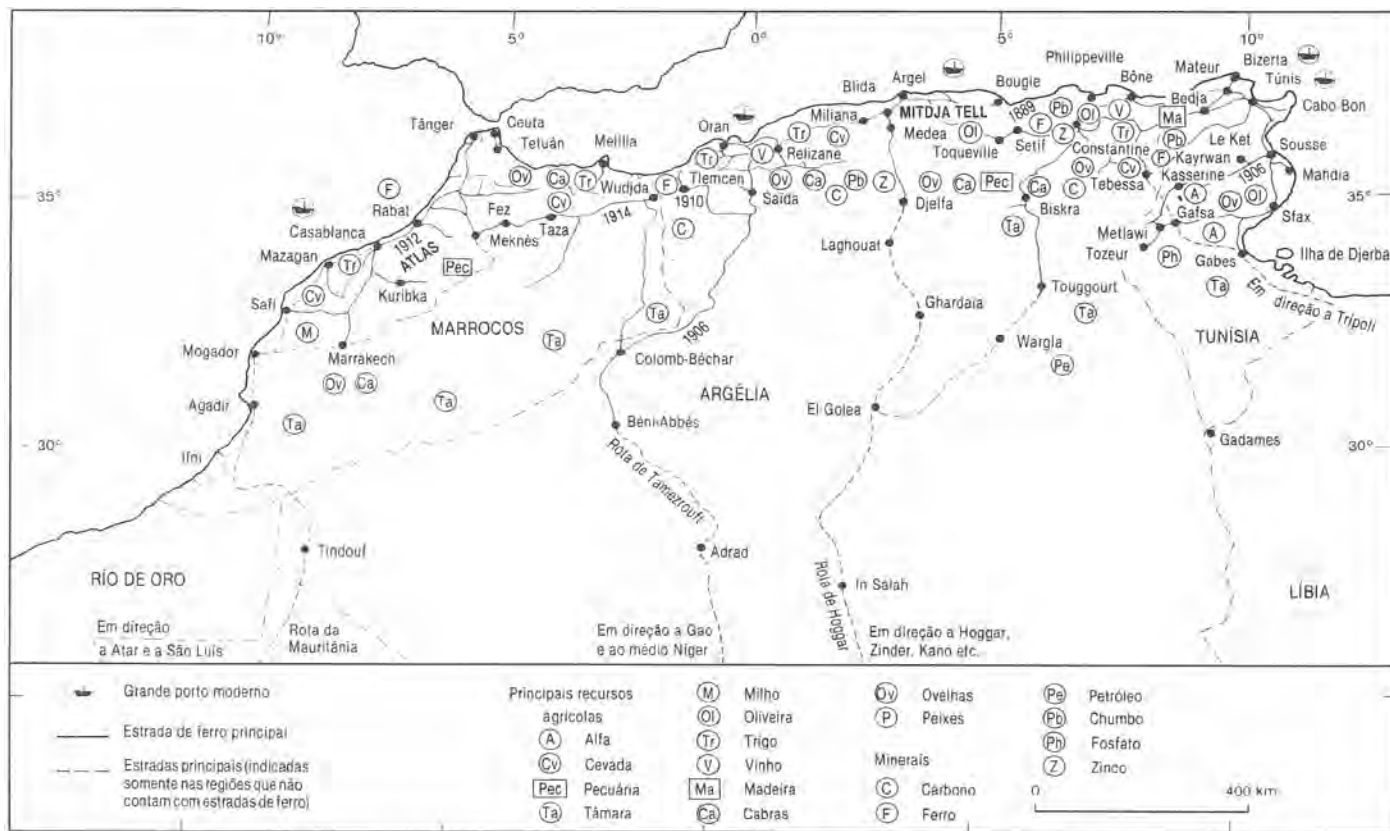
Em 1919, os franceses vinham colonizando a Argélia havia 89 anos, a Tunísia havia 38 e o Marrocos havia não mais que sete anos. Verifica-se, no entanto, que, depois da Primeira Guerra Mundial, as instituições políticas, administrativas, econômicas e financeiras introduzidas pelas autoridades francesas já estavam firmemente implantadas e que o processo de desapropriação dos *fãllahīn* e drenagem das riquezas em benefício da metrópole, apenas iniciado no Marrocos, já estava bastante adiantado na Argélia e na Tunísia. A guerra não fizera senão moderar o curso do processo. Com o fim das hostilidades, retomou um ritmo célere.

Não é possível representar todos os numerosos pequenos cursos de água desta região da África. Relembramos, no entanto, que, embora não navegáveis, eles são amplamente explorados por meio da construção de represas para irrigação e produção de energia elétrica. O mapa indica apenas a maior parte das principais cidades e de suas inúmeras indústrias secundárias.

FIGURA 17.1 Desenvolvimento econômico durante o período colonial no noroeste da África. (Fonte: Fage, 1978.)

O desmembramento da sociedade rural pela colonização agrícola

Na Argélia, a extensão da propriedade agrícola colonial resultava fundamentalmente da política constante de "colonização oficial": as terras tomadas às populações autóctones eram loteadas pelos poderes públicos e atribuídas a colonos europeus, os quais obtinham todas as facilidades para se estabelecer (crédito, utensílios, habitação etc.). Com verbas públicas eram criados centros de colonização, onde se instalavam serviços indispensáveis como lojas, escolas, hospitais etc.

Depois da guerra, a colonização oficial esmoreceu (apenas 70 mil hectares de terras estatais foram loteados entre 1921 e 1931), assumindo o seu papel a colonização privada. Após um curto período de retardamento (1918-1920), o ritmo da expansão recomeçou mais acelerado do que nunca, apesar do aumento do preço da terra. Deveu-se isso à legislação agrária de 4 de agosto de 1926, que simplificou o procedimento da inquirição em terras *'arsh,* substituindo as inquirições propriedade a propriedade por inquirições coletivas: graças a essa lei, milhares e milhares de hectares de terras coletivas *'arsh* foram adquiridos pelos colonos. Em 1930, as 25795 propriedades coloniais da Argélia somavam uma superfície total de 2334 mil hectares[1]. Localizavam-se principalmente no Tell, a zona mais úmida e mais fértil: planícies de Oran, Sīdī Abūl-Abbās, Mu'askar, Mitidja, Skikda e Annāba e os planaltos de Constantine, Satīf, Guelma etc. (ver figura 17.2).

Essas fazendas já apresentavam grande extensão antes da grande crise econômica. Sua superfície média era de 90 hectares. A grande propriedade com mais de 100 hectares, que constituía somente 20,6% da totalidade das fazendas europeias, abrangia 73,4% da superfície total das terras possuídas pelos colonos. "O aumento da grande propriedade, sobretudo do latifúndio, constitui o traço marcante da agricultura europeia nos anos 1920-1930[2]."

Na Tunísia, o processo de desapropriação dos fāllahīn desencadeou-se imediatamente, com o estabelecimento do protetorado, em 1881. A "colonização pelo capital" (1881-1882), que permitira a grandes empresas capitalistas (Compagnie des Batignolles, Société Marseillaise de Crédit, Société Fonciere de Tunisie etc.) açambarcar perto de 430 mil hectares de terras, foi imitada pela "colonização oficial" sistematicamente organizada pelas autoridades do prote-

1 AGERON, 1979.

2 Ibid., p. 484.

torado, inquietas com o "perigo italiano" [3]. A "colonização oficial" tinha como objetivo incrementar o povoamento francês na Tunísia e desenvolver a "colonização pelos franceses". Somas consideráveis foram destinadas a esse fim. Além das medidas legislativas que favoreciam a transferência de terras ocupadas pelos tunisianos para os franceses – decreto de 13 de novembro de 1898, obrigando a administração dos *habūs* a colocar à disposição do Estado um mínimo de 2 mil hectares de terras a cada ano; decreto de 22 de julho de 1903, passando para domínio público as regiões montanhosas etc. –, as autoridades do protetorado forneceram aos colonos importantes meios de financiamento: subvenções aos organismos europeus de crédito agrícola, às cooperativas e associações agrícolas coloniais, crédito para instalação sem juros, reembolsável em 20 prestações anuais, a quem recebia lotes para colonização. Ao mesmo tempo, à custa do Estado os poderes públicos desenvolviam a rede de estradas e de ferrovias nas regiões de forte implantação colonial, criavam aldeias de colonização, melhoravam o abastecimento de água e a rede de esgotos das regiões rurais habitadas pelos colonos. Ao todo, as propriedades coloniais na Tunísia somavam, em 1931, aproximadamente 700 mil hectares de terras, grande parte das quais, como na Argélia, situada nas regiões mais úmidas e férteis do país: no TeU, havia quase 400 mil hectares de terras coloniais, ao passo que na região central e no sul havia apenas 300 mil hectares. Esses números abrangem as propriedades dos franceses e as dos italianos (43600 hectares) (ver figura 17.3).

As propriedades italianas caracterizavam-se pela pequena extensão (menos de 10 hectares). Os colonos de origem siciliana ou calabresa eram, normalmente, viticultores, hortelãos e fruticultores fixados na região de Túnis e de Bizerta, no litoral da península de Cap Bon. As propriedades coloniais francesas, em contrapartida, apresentavam extensão média bem superior: na região de Abū Sālim, na média Medjerda, por exemplo, 80% das propriedades francesas tinham mais de 500 hectares[4].

No Marrocos, a colonização agrícola começou sem dúvida mais tarde do que na Argélia e na Tunísia, embora aproveitando-se já das experiências argelina e tunisiana. O progresso data de 1918, e tornou-se muito rápido de 1923 a 1930. A administração do protetorado, que pretendia criar um denso povoamento europeu em todo o império xerifiano, tratou de organizar metodicamente a colonização oficial. Pôs então à disposição dos colonos, 60% dos quais vindos da Argélia, terras estatais transferidas sob a forma de lotes de colonização de

3 Em 1911, a população italiana contava 86 mil pessoas, contra 46 mil franceses.

4 KASSAB, 1979.

diferentes dimensões, bem como as terras coletivas. Essas terras não foram, como ocorreu na Argélia, concedidas gratuitamente, mas vendidas a preço baixo como na Tunísia, com a obrigação de o colono desenvolvê-las e nelas residir. Eram oferecidos: grandes facilidades de pagamento e ilimitada concessão de créditos para instalação e compra de implementos, subsídios ao desmatamento, à mecanização, ao plantio etc., isenção de direitos aduaneiros sobre a importação de implementos agrícolas, adiantamentos feitos às associações mútuas de agricultura etc.

A colonização privada conseguiu, no mesmo período (1922-1932), apropriar-se de mais de 350 mil hectares[5]. A maior parte das terras coloniais pertencia a franceses; pequena parcela era explorada por espanhóis, belgas, suíços e italianos. Estavam essencialmente localizadas nas planícies do Marrocos atlântico (Shāwiya, Dukkāla e 'Abda), do Sa'īs, do Marrocos oriental (planície de Trīffa). As propriedades de 100 a 500 hectares representavam 50% da totalidade das fazendas europeias.

Características da colonização agrícola

Apesar dos consideráveis esforços dos poderes públicos para incrementar o povoamento rural francês, a colonização oficial não chegou a estabelecer um número importante de colonos franceses nos campos do Maghreb. Excluindo os pequenos viticultores e fruticultores – italianos na Tunísia, espanhóis no Marrocos –, os colonos europeus não formavam verdadeiramente um campesinato tal como o existente então na França. Tratava-se principalmente de grandes fazendeiros, possuidores de vastas extensões de terra, implementos agrícolas bastante diversificados e instalações agrícolas muitas vezes imponentes. Mantinham estreitos laços com os bancos e diversos organismos de crédito agrícola, com os institutos de pesquisa e os múltiplos serviços administrativos que direta ou indiretamente se ocupavam da colonização.

Praticavam uma agricultura essencialmente especulativa, voltada para exportar a produção mais do que para abastecer o mercado interno. A maioria dos colonos estava especializada em uma única cultura: vinha, cereais, oliveiras (na Tunísia). Na área de Oran (Argélia), a economia agrícola colonial era centrada quase exclusivamente na vinha; os planaltos de Constantine e as planícies do Tell tunisiano eram o reino da monocultura cerealífera.

5 Em 1932, a colonização oficial tinha se apropriado de 202 mil hectares.

FIGURA 17.2 Vinhedos europeus na Argélia, por volta de 1930. (Fonte: Encyclopédie de l'Empire Français – L'Algérie, Laboratoire de Cartographie de la Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de Tunis, 1946.)

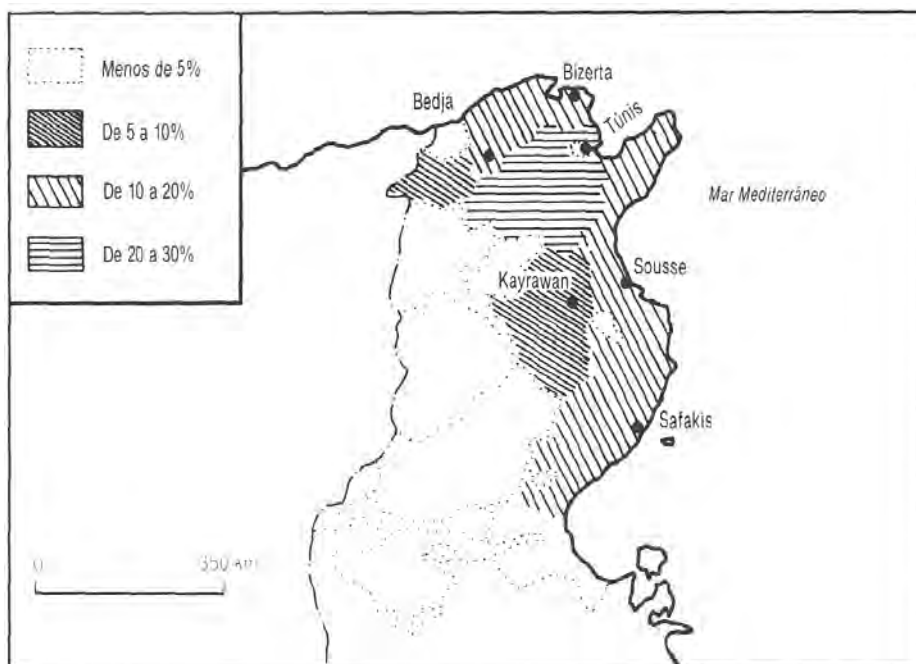



FIGURA 17.3 A implantação da colonização agrícola na Tunísia, em 1921. (Fonte: J. Poncet, Laboratoire de Cartographie de la Faculté des Lettres et des Sciences Humanies de Tunis, 1952.)

Esta especialização aplicada a fazendas de várias centenas de hectares permitia uma certa racionalização dos trabalhos agrícolas e o emprego sistemático de modernos implementos agrícolas. Foi depois da Primeira Guerra Mundial que o trator – de lagartas e de rodas – apareceu nos campos da África do norte. Seu emprego generalizou-se pouco a pouco, simultaneamente ao dos equipamentos de tração (arados de relha e de disco, polidiscos, cultivadores, semeadores mecânicos em linha etc.). Depois das segadoras-enfardadeiras, as colheitadeiras combinadas também se disseminaram, possibilitando enorme economia de mão de obra agrícola. Os novos implementos permitiram igualmente a aplicação das técnicas do *dry farming* às terras de cultura de cereais, situados nas franjas semiáridas do Tell, e para expandir a cultura do trigo, especialmente do trigo mole.

Paralelamente, esforço considerável foi desenvolvido no domínio da pesquisa agronômica, que era realizada nos institutos de pesquisa de Túnis, Argel, Rabat

etc. e que possibilitava aos colonos dispor de novas variedades de cereais, árvores frutíferas, tabaco e outras culturas, adaptadas aos solos e aos climas do Maghreb.

Essa agricultura de técnicas sofisticadas atingia não raro elevado nível de produtividade. Em todos os setores os rendimentos cresceram ininterruptamente entre 1919 e 1929; na Tunísia, a produção de vinho conheceu um surto prodigioso entre 1920 e 1925, passando de 498148 para 918853 hectolitros. Na Argélia, a produção de vinho anual média, que era de 6853 mil hectolitros no período 1916-1920, elevou-se para 18371 mil hectolitros nos anos 1931-1935[6]. Também a produção de trigo teve um aumento espetacular. Cultura europeia por excelência, desenvolveu-se extraordinariamente não só no que se refere às superfícies cultivadas, mas também em termos da quantidade produzida por ano. De 68285 quintais em 1920, a produção colonial de trigo no Marrocos atingiu 1 884 mil quintais em 1935. Em áreas superiores (222815 hectares), os *fãllahīn* obtinham apenas 1316 mil quintais.

Os mercados locais não tinham capacidade para absorver as crescentes quantidades de produtos agrícolas: no caso do vinho, sendo muçulmana a imensa maioria da população, a produção tinha de ser quase totalmente exportada. A produção de frutas era igualmente exuberante, sobretudo em anos chuvosos.

Essa agricultura extremamente mecanizada exigia pesados investimentos. E apelava sempre para o crédito. Entre 1919 e 1930 a maioria dos colonos esteve pesadamente endividada, não só para aumentar as suas explorações, mas também para adquirir novas máquinas agrícolas.

O setor agrícola

A sociedade após a Primeira Guerra Mundial

Depois da Primeira Guerra Mundial, a maior parte (mais de 80%) da população do Maghreb vivia nas zonas rurais do trabalho da terra. O regime de propriedade fundiária compreendia, em linhas gerais, as terras *melk* (propriedade privada), as terras coletivas ou comunais (*ʿarsh*) e, na Tunísia e no Marrocos, as terras *habūs* (bens de mão-morta). A importância relativa de cada categoria variava segundo as regiões: as terras *melk,* por exemplo, predominavam nas regiões de vida sedentária, em torno das cidades, nas planícies úmidas do Tell ou do Sa'is no Marrocos; já as terras *ʿarsh* estendiam-se principalmente pelas montanhas de pastoreio – por

6 AGERON, 1979, p. 487.

exemplo, entre os Za'er, que praticavam o pastoreio de transumância – e regiões semiáridas (planaltos da Argélia e do Marrocos, altas e baixas estepes tunisianas), onde o modo de vida está assentado na criação (ovinos, caprinos, camelos e equinos).

Nas terras *melk,* existia toda uma hierarquia de proprietários, cuja cúpula era constituída por uma minoria de latifundiários que concentrava em mãos parte importante das terras de cultura e pastoreio. Esses grandes proprietários eram particularmente numerosos no Marrocos. Na Argélia igualmente, apesar da grande extensão das terras coloniais, a grande propriedade muçulmana ocupava, depois da Primeira Guerra Mundial, superfícies nem um pouco desprezíveis, embora longe de equiparar-se à dos latifundiários marroquinos.

> As grandes propriedades situavam-se principalmente nos *arrondissements* de Mostaganem, Medea e Constantine. Neste último, foram recenseados 834 proprietários com mais de 100 hectares em 1914 e 1463 com uma média de 185,4 hectares em 1930. Nessa mesma data, a média era 263,7 hectares no *arrondissement* de Mostaganem e 367,3 hectares no de Medea [...]. Finalmente, para o conjunto da Argélia, a estatística de 1930 dava 7035 proprietários, isto é, 1,1% detinha 21 % das áreas muçulmanas[7].

Na Tunísia, havia uma aristocracia rural residente em Túnis, cujas terras se estendiam principalmente pelo Tell cerealífero (região de Bedja, Mateur e Kef). O modo de exploração dessas terras era o arrendamento por um quinto, o *khammāsāt,* praticado em toda a África do norte, sistema que não propiciava a evolução das técnicas e dos métodos de cultivo. Os proprietários "médios" ou "abastados" não eram uma categoria negligenciável: diz-se que representavam 22,6% dos proprietários argelinos e detinham 34,8% do total das áreas muçulmanas em 1930[8].

As pequenas propriedades eram inúmeras em torno das cidades, nas planícies cerealíferas de solos férteis, como as do Sa'is no Marrocos e da média Medjerda na Tunísia, nas montanhas de agricultores sedentários (Cabília, Rīf e Alto Atlas ocidental), nos oásis.

A produção agrícola e a pecuária estavam sujeitas a flutuações drásticas, devido à irregularidade das precipitações pluviais; as fomes, embora em regressão, ainda eram frequentes. Além disso, a usura ainda devastava os campos, e só os grandes fazendeiros tinham acesso aos organismos de crédito criados pelos

---

7 Ibid., p. 59.

8 Ibid.

europeus. No entanto, na Tunísia (1907) e mais tarde no Marrocos (1927) foram criadas *Sociétés Indigènes de Prévoyance,* organismos cujo principal papel era emprestar sementes[9] aos pequenos *fãllahīn.* O auxílio financeiro concedido pelas autoridades coloniais aos colonos era incomparavelmente mais importante. Entre 1917 e 1929-1930, por exemplo, os *fãllahīn* marroquinos[10] conseguiram, por intermédio das *Sociétés Indigènes de Prévoyance,* créditos de curto prazo que se elevavam a 19 milhões de francos marroquinos; em contrapartida, somente os empréstimos de longo prazo concedidos pela *Cais se des Prêts Immobiliers* (constituída em 1920) aos colonos (aproximadamente 4 mil) atingiram, entre 1925 e 1930, 140 milhões de francos[11].

As transformações da sociedade rural sob o efeito da colonização

Com a colonização, a sociedade rural do Maghreb, seja como for, evoluiu sensivelmente. Por um lado, os grandes fazendeiros seguiram o exemplo dos colonos e adotaram, com mais ou menos sorte, técnicas, métodos e até gêneros por eles cultivados (vinhedos, trigo). Por outro lado, muitos camponeses que trabalhavam em fazendas de colonos ou de grandes fazendeiros norte-africanos tornaram-se assalariados agrícolas, acabando por proletarizar-se. Depois da Primeira Guerra Mundial, com a difusão das máquinas agrícolas, as desigualdades sociais aumentaram consideravelmente. O uso do trator e dos implementos agrícolas modernos deu aos colonos e aos grandes fazendeiros autóctones uma inextinguível fome de terra. Para tornar rentável o moderno equipamento, fosse alugado ou próprio, tinham de aumentar incessantemente a produção e, consequentemente, a extensão da área explorada. Ora, esgotadas as terras estatais, essa expansão só podia prosseguir à custa dos pequenos e médios agricultores muçulmanos, que iam, então, sendo gradativamente afastados para os setores montanhosos ou seus contrafortes. Para expandir-se também pelo espaço utilizado pelas comunidades pastoris das estepes e tomar parte dele para colonização, as autoridades coloniais tentaram por todos os meios fixar os autóctones dessas regiões e transformá-los em cerealicultores e fruticultores. Nas altas estepes tunisianas, por exemplo, "depois da Primeira Guerra Mundial, a todo loteamento em favor dos colonos correspondia um

9 O crédito monetário, muito restrito, estava sujeito a condições tão severas (avalista, garantias sob a forma de caução de terceiros, penhora da produção, hipotecas sobre títulos de propriedade etc.) que só uma minoria de agricultores "abastados" poderia obtê-lo.

10 A população rural estava estimada em 5450 mil pessoas em 1926 (87,9% do total da população).

11 R. HOFFHERR, 1932.

loteamento destinado a fixar ao solo os habitantes da região; e, desde 1922, lotes da mesma ordem, numerosos mas pequenos, foram distribuídos aos ocupantes de algumas terras comunais ou *habūs*"[12].

As consequências disso foram a expansão da colonização para áreas onde as populações autóctones necessitavam de amplas pastagens para o gado e o desencadeamento de um processo de sedentarização gerador de pobreza e êxodo.

O caráter colonial das novas formas de organização do espaço tunisiano, argelino e marroquino

A exploração dos recursos minerais

O estabelecimento dos europeus nos três países da África do norte teve como consequência não só o domínio dos colonos sobre parte importante das melhores terras desses países, mas também a exploração das riquezas do subsolo em benefício de empresas estrangeiras.

Essas riquezas sofreram prospecção muito cedo e foram rapidamente exploradas. Na Argélia, as primeiras minas foram abertas em 1845. Na Tunísia, as jazidas de fosfato de Gafsa tinham sido descobertas já em 1885-1886 (apenas quatro anos após o estabelecimento do protetorado) e exploradas a partir de 1899.

No Marrocos, o primeiro *zahīr* (decreto) sobre mineração dispunha sobre a pesquisa e a exploração minerais, e datava de 1914: estabelecia o princípio da "mina ao primeiro ocupante", que gerou muitos abusos; o *zahīr* de 1923, que buscava pôr termo às manobras dos especuladores reformando a legislação mineira, apenas retardou a exploração sistemática dos recursos minerais do país. Com exclusão dos fosfatos de Kuribka, cuja exploração data de 1920, o Marrocos não exportava, ainda em 1928, senão aproximadamente 8 mil toneladas de minerais. No entanto, as empresas de prospecção e os solicitantes de concessões de mineração abatiam-se como praga de gafanhotos sobre o país: o número de licenças de pesquisa emitidas entre 15 de setembro de 1938 e 1 de janeiro de 1939 elevou-se a 3500 e o de licenças de prospecção a 400.

A descoberta da jazida de carvão de Djerada, em 1928, provocou nova reforma da legislação marroquina sobre mineração. Em 1928 era criado o Bureau de Recherches et de Participations Minieres, especializado na pesquisa de combustíveis sólidos e líquidos; logo depois, o *zahīr* de 1 de novembro de 1929

12 DESPOIS, 1961.

simplificava a legislação anterior sobre mineração e salvaguardava os interesses do Estado. Desde aí, a prospecção e a exploração das riquezas minerais ganharam impulso. A bacia carbonífera de Djerāda, bem como as jazidas de ferro de Khenīfra e manganês de Iminī, foram metodicamente reconhecidas e prospectadas. A mina de chumbo de Awlī, na alta Mulūja, uma das mais importantes da África do norte, entrou em fase de produção e foi rapidamente equipada. As jazidas de manganês de Abu 'Arafa, no sudoeste do Marrocos, foram ligadas a Wudjda, por via férrea, em 1933; também as minas de cobalto de Abū 'Azīz, chumbo e zinco de Mibladen, estanho de Wulmīs e molibdênio de Azzekūr, no Alto Atlas, passaram a produzir. Em véspera da grande depressão, o Marrocos parecia um dos países norte-africanos mais ricos em recursos minerais. Os fosfatos ocupavam a principal posição, quer em termos de tonelagem produzida, quer de quantidade exportada. As exportações subiram de 8232 toneladas em 1921 para 1179 mil toneladas em 1930.

Na Argélia e na Tunísia, as jazidas de fosfatos (Kuwayf e Kafsa), minério de ferro (Benī Saf, Wenzā e Djarīsa), chumbo, zinco etc. já produziam desde antes da Primeira Guerra Mundial, e quase toda a produção era exportada para a França e outros países da Europa ocidental. Toda essa riqueza mineral era inteiramente explorada por companhias estrangeiras, as quais forneciam capital, técnicos, administradores e assim por diante. A Société des Mines d'Aouli et Mibladen, por exemplo, estava sob controle da Société Penarroya-Maroc, associada à Banque de l'Union Parisienne-Mirabaud, bem como à Banque de Paris et des Pays-Bas, à Kuhlmann e ao Bureau Minier de la France d'Outre-Mer. As minas de zinco e chumbo de Tūwaysit eram de propriedade da Compagnie Royale Asturienne des Mines (Bélgica); o grupo norte-americano Morgan era um dos mais importantes acionistas da mina de Zellīdja. Na Tunísia, as minas de ferro de Djarīsa estavam sob controle da Compagnie Algérienne de Crédit et de Banque, representante da Banque de l'Union Parisienne. Na Argélia, todas as riquezas minerais encontravam-se igualmente em mãos de capitalistas estrangeiros, sobretudo franceses, com expressiva participação dos bancos.

Vias de comunicação e portos

Para ligar as diversas jazidas minerais aos portos de exportação, foram construídas estradas de ferro na Argélia a partir de 1844 e desde os primeiros anos do protetorado na Tunísia e no Marrocos. Em 1919, os principais elementos da malha ferroviária argelina e tunisiana estavam já instalados, interligando as grandes cidades (na maioria cidades costeiras) e as jazidas minerais aos prin-

cipais portos de exportação (Oran, Argel, Annaba, Túnis, Sfax, Sousse). No Marrocos, o desenvolvimento das ferrovias foi mais lento devido à cláusula do tratado franco-alemão de 4 de novembro de 1913, que interditava à França a construção de qualquer estrada de ferro antes do estabelecimento da linha Tangiers-Fez (ver figura 17.1). Somente em abril de 1923 é que a primeira linha, a de Casablanca-Rabat, foi inaugurada. Diferentemente da maior parte das linhas tunisianas e argelinas, a rede marroquina compreendia essencialmente linhas de bitola normal (144m). Mas, a exemplo das redes dos outros países do Maghreb, tinha caráter notoriamente colonial: as linhas principais ligando cidades e portos à costa do Atlântico, e as linhas tronco servindo as jazidas de minerais e as grandes cidades do interior (Fez, Meknes, Marrakech). O estabelecimento e a exploração da rede ferroviária eram exclusivamente controlados pelas companhias estrangeiras.

A malha rodoviária foi igualmente planejada para servir os grandes aglomerados urbanos, onde vivia a maior parte da população europeia, e as regiões do interior em que estavam estabelecidas as fazendas dos colonos. A rede de estradas da Argélia, por exemplo, situa-se predominantemente no Tell setentrional, região onde se concentravam as fazendas dos europeus e as maiores cidades do país.

O mesmo acontecia com a infraestrutura portuária, essencialmente planejada e desenvolvida para abrir os países do Maghreb à produção manufatureira da França e do estrangeiro, bem como para exportar minerais e produtos agrícolas. Em 1919, a infraestrutura portuária da Argélia e a da Tunísia já haviam sido construídas, mas a do Marrocos era ainda incipiente. Não foi antes de 1917 que se concluíram os trabalhos do porto de Casablanca. O tráfego desse porto experimentou uma progressão rápida e constante: de 400 mil toneladas em 1920, passou para 2220 mil toneladas (das quais, 1198 mil eram fosfatos) em 1927[13]. Concentrava mais de 80% do tráfego total dos portos marroquinos. O tráfego de Kenitra (ex-Port Lyautey, o segundo do Marrocos) mal atingiu 191 mil toneladas em 1927.

A natureza do tráfego em todos os portos do Maghreb comprovava o caráter colonial das trocas e as relações comerciais de desigualdade entre os três países norte-africanos e a França.

13 Os portos, tal como as ferrovias, foram construídos mediante sucessivos empréstimos públicos lançados pela administração marroquina e garantidos pelo governo francês (empréstimo de 1916 e empréstimo de 1920, de 290 milhões de francos).

Iniquidade do sistema aduaneiro e fiscal

O sistema aduaneiro

Sendo a Argélia uma colônia, as mercadorias argelinas e francesas entravam reciprocamente livres de direitos em cada um desses territórios. De resto, as mercadorias importadas de outros países para a França ou para a Argélia estavam sujeitas à mesma tarifa; o monopólio do pavilhão reservava exclusivamente à marinha francesa a navegação entre a Argélia e os portos franceses. Havia, portanto, entre a França e a Argélia, uma verdadeira união aduaneira, "uma das mais perfeitas que se encontram no mundo econômico"[14]; era, no entanto, uma união que condenava a Argélia a permanecer um país exportador de matérias-primas e produtos agrícolas e importador de produtos manufaturados.

O sistema aduaneiro da Tunísia, após a Primeira Guerra Mundial, era regido pelas leis de 19 de julho de 1890 e 2 de maio de 1898. Esta última concedia privilégios aos produtos manufaturados franceses, particularmente a máquinas, produtos metalúrgicos, têxteis etc. Os similares estrangeiros não estavam, contudo, sujeitos à tributação alfandegária, de modo que o mercado tunisiano vivia inundado de manufaturados franceses e de outras procedências. Uma união aduaneira parcial foi introduzida em 1928: os produtos agrícolas tunisianos isentos de impostos deixaram de estar sujeitos a quotas, mas os produtos franceses obtiveram não só isenção completa como também proteção contra similares estrangeiros. Dessa forma, os produtos franceses podiam concorrer com os dos outros países industriais no mercado tunisiano e, às vezes, até eliminá-los, o que encareceu os bens importados e paralisou os esforços de industrialização da Tunísia.

As relações comerciais e aduaneiras entre o Marrocos e o estrangeiro eram ainda mais iníquas e desiguais. O Ato de Algeciras (1906) estabelecia o princípio da estrita igualdade econômica dos países signatários no mercado marroquino. Fosse qual fosse a proveniência, a origem, a bandeira de transporte, as mercadorias que entrassem no Marrocos ficavam sujeitas a um direito de 10% *ad valorem* e a uma taxa suplementar de 2,5% para a Caisse Spéciale des Travaux Publics. Esse sistema "portas abertas" permitiu aos grandes países exportadores inundar o Marrocos com seus produtos manufaturados ou agrícolas, sem a menor contrapartida, salvo talvez a vantagem de adquirir suprimentos aos melhores preços durante a fase de equipamento (1920-1930). Mas, desde o início da grande

14 BOUIS, 1946, v. 11, p. 56.

depressão, o Marrocos sentiu os inconvenientes desse sistema, que constituía "um entrave crescente à prosperidade marroquina, na medida em que a atividade do país se orientava para um regime de economia completa, no qual as indústrias nascentes reclamavam necessária proteção" [15].

O Marrocos, então, teve de recorrer a um protecionismo indireto, que limitava o acesso de certo número de produtos agrícolas estrangeiros. Foi assim que o *zahīr* de 22 de fevereiro de 1921 submetia a regime de autorização a entrada de trigo, cevada e seus derivados; o de 4 de junho de 1929 praticamente proibia a entrada de cereais e farinhas estrangeiras, embora os manufaturados continuassem afluindo ao Marrocos nas mesmas condições do passado.

A natureza dos produtos exportados pelo Maghreb refletia perfeitamente as características da economia da região e do sistema aduaneiro. As exportações marroquinas entre 1920 e 1930, por exemplo, compreendiam essencialmente fosfatos e cereais (ver figura 17.4). O desequilíbrio no gênero dos produtos comprados e vendidos pelo Maghreb era responsável pelo déficit quase permanente da balança comercial (o valor das importações superava de longe o das exportações) nos três países (ver figs. 17.5 e 17.6). A título de exemplo, o valor das importações tunisianas atingiu 1984 milhões de francos em 1929, enquanto as exportações renderam apenas 1408 milhões de francos.

Enfim, o sistema aduaneiro estava em grande parte na origem da ruína do artesanato rural e urbano.

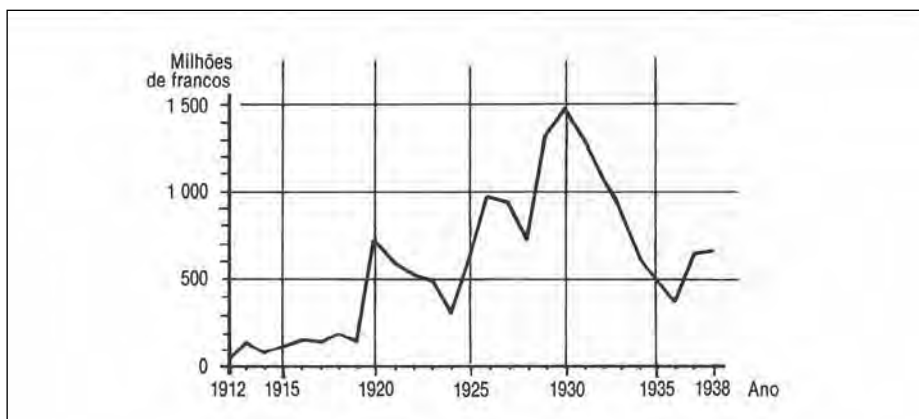



FIGURA 17.4 Déficit da balança comercial marroquina, de 1912 a 1938. (Fonte: Encyclopédie de l'Empire Français, 1946.)

15 HOFFHERR, 1932, p. 243.

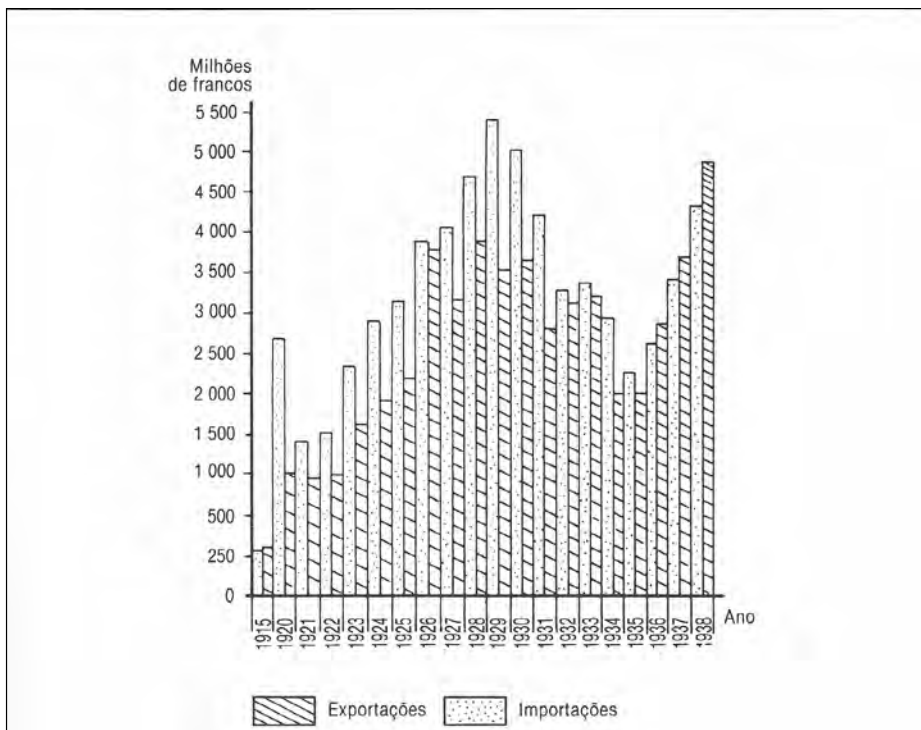



Figura 17.5 Comércio global da Argélia, de 1915 a 1938. (Fonte: Encyclopédie de l'Empire Français, 1946.)

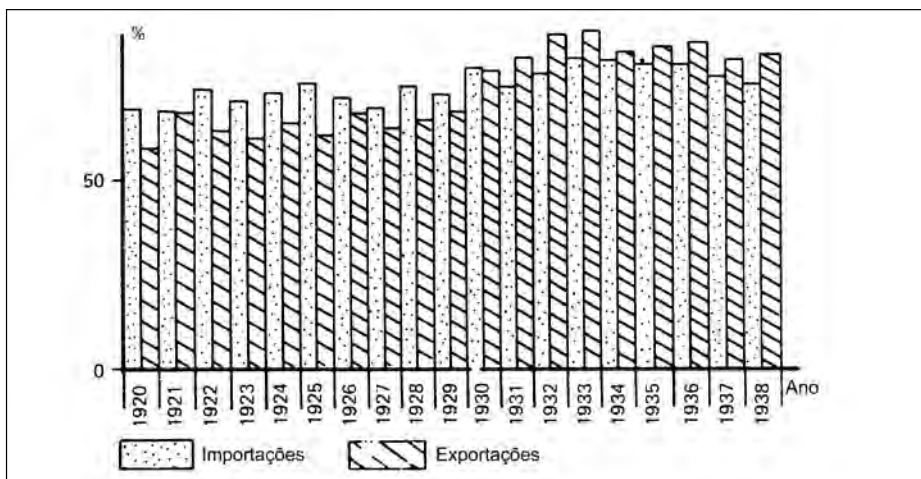



Figura 17.6 Parcela referente à França no comércio global da Argélia, de 1920 a 1938. (Fonte: Encyclopédie de l'Empire Français, 1946.)

O sistema fiscal

Um dos primeiros atos das autoridades francesas ao assumirem o controle dos países do Maghreb foi a reorganização das finanças e do sistema fiscal desses países. Estabeleceram uma Administração das Finanças cuja primeira tarefa consistiu em elaborar o orçamento e controlar despesas. O rigor e a disciplina orçamentários deveriam promover o equilíbrio entre despesas e receitas, o que muitas vezes foi conseguido entre 1919 e 1930. Mas, sob o efeito da grande depressão, as despesas superaram as receitas e, em 1939, o déficit do orçamento tunisiano excedia 100 milhões de francos franceses.

As receitas provinham essencialmente dos direitos aduaneiros e dos impostos sobre a propriedade rural, a produção agrícola (*tartīb* no Marrocos) e os bens de consumo (impostos indiretos), em resumo, fundamentalmente da população autóctone: "Repartida sobre uma massa orgânica de contribuintes indígenas, a carga [fiscal] sobre os autóctones se tornava frequentemente muito pesada"[16].

Além disso, para adquirir equipamentos os três países da África do norte tinham de contrair empréstimos em intervalos próximos. Em 1930, a Argélia devia 2 bilhões de francos à França[17], enquanto a dívida total do Marrocos se elevava, em 1932, a 1691 milhões de francos[18]. O equipamento adquirido mediante esses empréstimos devia beneficiar primeiro e acima de tudo os setores modernos da economia, dominados pelas empresas europeias, mas foi com dinheiro dos bolsos dos muçulmanos que a máxima parte deles foi resgatada. Em 1931, o serviço da dívida pública do Marrocos absorvia mais de um terço do orçamento do país.

Tunísia, Argélia e Marrocos durante a grande depressão

A crise e os grandes setores da economia norte-africana

A Depressão atingiu o Maghreb um pouco tarde. Só se fez sentir plenamente a partir de 1932, mas se manifestou mais cedo no Marrocos do que na Tunísia ou na Argélia[19]. Encontrava-se, então, o império xerifiano justamente na fase de desenvolvimento de suas potencialidades econômicas.

16 Ibid., p. 292.

17 AGERON, 1979, p. 414.

18 R. HOFFHERR, 1932, p. 304.

19 BERQUE, 1970.

Um dos primeiros setores da economia a ser alvejado pela Depressão foi o setor agrícola colonial, extremamente dependente do crédito e dos mercados externos, conforme já vimos. A partir do momento em que os preços vieram abaixo e as saídas externas fecharam-se ou rarefizeram-se, os fazendeiros mecanizados e endividados já não foram capazes de honrar seus compromissos para com os diversos organismos de crédito de que eram devedores. O mesmo ocorreu com a produção mineira, que era inteiramente tributária dos mercados estrangeiros, pois as matérias-primas de origem mineral praticamente não eram transformadas ou utilizadas nos países que as produziam.

A economia autóctone também foi atingida pela crise, na medida em que sua parcela nas exportações de produtos agrícolas viu-se colhida pela redução das vendas e queda dos preços. O mesmo se diga do trabalho dos artífices, que desempenhava papel importante na economia das grandes cidades marroquinas (Fez, Meknès, Marrakech) e tunisianas (Túnis, Kayruwān e Sfax), cujos mercados externos estavam praticamente encerrados.

Os efeitos da crise sobre a economia dos colonos

Agricultura

O primeiro setor agrícola europeu atingido pela Depressão foi justamente o que mais dependia dos mercados externos, principalmente do mercado francês: o setor vinícola, cujas exportações representavam na Argélia, por exemplo, 66% do valor total das exportações em 1933. O preço médio de venda do hectolitro de vinho, que chegava a 168 francos em 1927, caiu para 108 francos em 1931 e para 54 francos em 1934. As más vendas e as fartas colheitas, particularmente a de 1935, aumentaram enormemente os estoques de vinhos nas adegas argelinas e tunisianas. Ora, a vinicultura, sobretudo na Argélia, era um dos alicerces da economia dos colonos. Dela viviam, na Tunísia, 1 372 proprietários europeus. "Quer dizer que a falência da vinicultura podia acarretar a falência de importante parcela da colônia rural francesa, a cuja implantação tantos cuidados foram dedicados[20]."

A Depressão alcançou igualmente a indústria do azeite, principalmente na Tunísia, pois um terço de sua produção ia anualmente para a Itália e para a França. Ora, a Itália concedeu subsídios aos seus oleicultores como estímulo para que exportassem a preço baixo e como forma de proteger a sua produ-

20 PONCET, 1952, p. 300.

ção oleícola; em 1932, impôs direitos aduaneiros proibitivos sobre os azeites estrangeiros. Em 1935, suspendeu as importações da França e do império francês, como retaliação ao embargo adotado pela França, em razão das sanções decididas pela Sociedade das Nações (5 de outubro de 1935), em consequência da agressão italiana contra a Etiópia. A queda das exportações e dos preços[21] afetava, certamente, em primeiro lugar os produtores tunisianos, mas também os plantadores europeus da região de Sfax, senhores de vastas possessões, cuja produção de azeite destinava-se principalmente à exportação. A quantidade de azeite exportada, que se elevava a 409800 quintais em 1930, caiu para menos de 200 mil em 1936. "Foi outro verdadeiro desastre, que provocou a paralisação das plantações europeias e marcou o fim da expansão da colonização francesa na área de Sfax" (ver figura 17.7)[22].

O terceiro elemento de especulação agrícola, essencial tanto para os *fāllahīn* como para os colonos, era a cultura de cereais. Os colonos argelinos possuíam mais de um milhão de hectares semeados de trigo em 1934; no Marrocos, aproximadamente 96% das terras exploradas pelos europeus eram ocupadas pela cerealicultura. Mas os colonos cultivavam principalmente trigo mole, destinado aos moinhos franceses. Na Tunísia, por exemplo, a quase totalidade dos 160 mil hectares cultivados de trigo mole pertencia aos franceses. Também neste setor a queda dos preços e a das exportações andaram de par: o valor das exportações europeias de trigo tunisiano, que era de 291408 mil francos em 1931, caiu para 60845 mil francos em 1934.

A crise no setor mineiro

A alta mundial verificada desde 1919 nos preços dos minerais deixou de ser regular em 1927. A tendência à baixa nas exportações de minerais delineou-se com clareza desde 1931. Os embarques de fosfato marroquino diminuíram de 1 779 mil toneladas, em 1930, para 900731 toneladas em 1931; os da Tunísia, que chegavam a 3600 mil toneladas, atingiram o máximo de 1623 mil toneladas em 1932. Enquanto os preços de venda não cessavam de cair, os custos de produção aumentavam. Em 1932, uma tonelada de fosfato tunisiano tinha um custo de produção de 65,77 francos no porto de embarque e era vendida por 53,77 francos[23]. O mesmo ocorria com outros minerais (chumbo, zinco, ferro).

21 O preço do azeite, que passou de mil francos o quintal no período 1925-1928, caiu para 700 francos em 1930 e para 300 francos em 1933.

22 PONCET, 1952, p. 302.

23 Grande Conselho da Tunísia, XI Sessão (novembro-dezembro de 1932). Seção Francesa, Relatório por Boissée, diretor da Câmara dos Interesses Mineiros, p. 29.

A Depressão trouxe consigo o fechamento de grande quantidade de minas, principalmente aquelas que eram marginais e dispersas.

A economia muçulmana abalada pela depressão

Dado que a imensa maioria da população do Maghreb vivia da agricultura, foi no setor agrícola que se fizeram sentir mais dolorosamente os efeitos da crise.

Os principais produtos atingidos foram os cereais (em particular trigo e cevada), a lã e o azeite, sobretudo na Tunísia. Todas as categorias de produtores, tanto aquelas que estavam integradas aos circuitos internos e internacionais de comercialização dos produtos agrícolas como os pequenos *fãllahīn* que praticavam economia de subsistência, sofreram duramente os efeitos da crise. Para o trigo duro tunisiano, por exemplo, embora entre 1928 e 1931 a queda dos preços fosse de apenas 20% em relação às cotações de 1926, passaria para 45% em 1932 e para 60% em 1935, no momento mais crítico da Depressão[24]. A baixa dos preços da cevada atingiu, em 1935, nada menos de 75% das cotações de 1926[25]. A lã, produzida e em grande parte comercializada por criadores de todas as categorias, teve seu preço reduzido em mais de 60% no ano de 1935, em comparação com 1926. A crise atingiu igualmente a produção artesanal, já significativamente diminuída por causa da importação de produtos manufaturados. Por exemplo, a participação do artesanato nas exportações da Tunísia, que era de 3% em 1920-1925, caiu para 1,95% em 1930-1935[26].

Era normal, em tais condições, que nos três países do Maghreb se verificasse uma queda constante do valor global do comércio exterior entre 1931 e 1936. No caso da Tunísia, o montante desse comércio declinou, em 1936, aproximadamente 40% em relação ao de 1927-1928. No Marrocos, caiu de 3780606 francos em 1929 para 1750518 francos em 1935. O comércio exterior da Argélia também sofreu uma queda sensível, decaindo de 9983 mil francos em 1930 para 6702 mil francos em 1936.

Consequências sociais da depressão

As consequências sociais foram de extrema gravidade. Colonos e agricultores norte-africanos endividados, na impossibilidade de honrar seus compromissos,

24 NOUSCHI, 1970.
25 EL-ANNABI, 1975.
26 KASSAB, 1976.

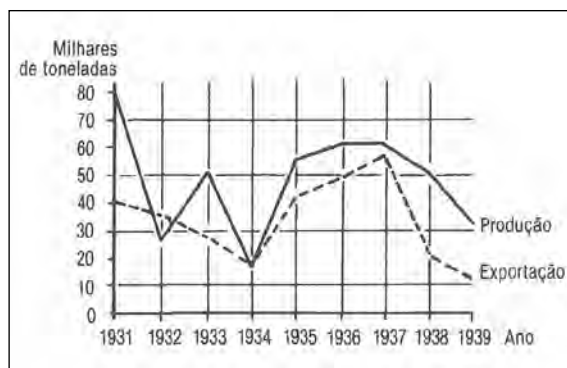



FIGURA 17.7 Produção e exportação de azeite de oliveira tunisiano (milhares de toneladas), de 1931 a 1939. (Fonte: Encyclopédie de l'Empire Français, 1946.)

foram à falência. Muitos dentre os que ainda não estavam endividados tiveram de contrair empréstimos e hipotecar bens. Os pequenos e médios agricultores, que não tinham acesso às instituições bancárias e aos organismos de crédito agrícola, tiveram de ir aos agiotas das aldeias e das vilas para pagar as dívidas.

A crise acentuou consideravelmente as diferenças sociais, ao permitir que financistas (muitas vezes agiotas), grandes comerciantes e ricos proprietários de imóveis urbanos ou rurais aumentassem desmedidamente a sua fortuna. Verificou-se forte concentração da propriedade e da lavoura em mãos de restrita minoria de grandes proprietários de origem rural e, não raro, também de origem urbana. Na Argélia,

> essa crise mundial, assinalada pela baixa catastrófica dos preços dos cereais e dos ovinos, pôs em dificuldade, por outro lado, os proprietários de 50 a 100 hectares e incrementou o empobrecimento dos camponeses de pequenas parcelas de terra. Assim, é compreensível que imensas áreas fossem a leilão e parte da terra viesse a ser adquirida pela gente mais rica[27].

A formação de enormes fazendas de colonos e de muçulmanos data da grande Depressão. Com a crise da lavoura e as calamidades naturais, a seca e a fome tornaram-se comuns em várias partes da África do norte, especialmente nas regiões de estepes. Um número considerável de *fāllahīn* arruinados, famintos e perseguidos pelo fisco afluiu para as cidades: foram consequências da grande Depressão a intensifica-

27 AGERON, 1979, p. 509.

ção do êxodo rural e a formação ou o desenvolvimento de favelas[28] na periferia dos centros urbanos. Nenhuma cidade relativamente importante escapou a esse fenômeno, que durante e após a Segunda Guerra Mundial assumiu enormes proporções.

O marasmo econômico paralisou as obras, fechou as minas e as oficinas e provocou desemprego em massa para a população urbana, artesãos e trabalhadores de todas as categorias profissionais. "Desde 1932, 12% dos operários de Argel estavam desempregados ... [em 1935] , 77% dos operários da construção civil estavam sem trabalho, em Argel"[29].

Soluções para a crise

Intervenção do poder público

Uma crise de tamanha proporção não podia deixar indiferente o poder público. Em razão disso, o papel do Estado na organização dos vários setores da atividade econômica aumentou consideravelmente. As principais medidas tomadas pelas autoridades coloniais e pelo governo da França incidiram sobre o setor agrícola, do qual vivia a maior parte da população do Maghreb e dependia o futuro do povoamento europeu.

As medidas em auxílio da vinicultura, no caso particular da Tunísia, consistiram em aumentar as quotas de vinho isentas de impostos destinadas à França. A plantação de novos vinhedos foi proibida em todo o Maghreb, estimulando-se a erradicação das vinhas com subsídios.

A cerealicultura beneficiou-se com as várias ações empreendidas pelo governo para reerguer a atividade: formação de estoques de trigo duro e de trigo mole, mediante subsídios ao armazenamento; fixação de um preço mínimo para ambos os tipos de trigo; escalonamento da venda dos cereais estocados; certificados de armazenamento com garantia do Estado, o que permitia aos agricultores obter adiantamentos bancários de mais de dois terços do valor dos produtos; aplicação aos três países do Maghreb das medidas adotadas na França para controle, proteção e regulamentação do mercado de cereais.

Organismos paraestatais, (Office des Céréales, Office de l'Huile, Office du Vin) foram criados para efetivar a aplicação dessas medidas, cada um no setor competente.

28 Por exemplo, favelas de Ben Msīk em Casablanca, Melāsīn e Djabal al-Ahmar em Túnis, e outras.

29 AGERON, 1979, p. 43.

Para dar fim às penhoras e arrestos contra colonos e fazendeiros insolventes, foram instituídas a Caisse des Prêts de Consolidation (1932) na Argélia, e a Caisse Fonciere (1932) e Caisse Tunisienne de Crédit et de Consolidation (1934) na Tunísia. Moratórias de graça, reduções de dívidas e empréstimos hipotecários puderam, então, ser concedidos a devedores ameaçados de expropriação.

A miséria das comunidades rurais e a efervescência nacionalista daí resultante levaram as autoridades francesas a refletir sobre a sorte dos *fellahin* norte-africanos. De 1933 a 1935, foi introduzida, nos três países da África do norte, uma política de campesinato.

Política de campesinato

Na Argélia, uma lei de 19 de julho de 1933 instituiu um Fonds Commun des Sociétés Indigènes de Prévoyance, o qual permitia à administração deferir apenas aos muçulmanos, por intermédio das Sociétés Indigènes de Prévoyance, créditos e subvenções. Esse fundo devia contribuir também, tal como a Caisse des Prêts Agricoles, para desendividar os *fãllahīn,* fornecendo-lhes empréstimos de consolidação. Um serviço de "economia social" na Direction des Affaires Indigènes instituiu medidas para modernizar as técnicas de produção dos *fãllahīn:* concedia empréstimos de longo prazo para o plantio de árvores, fazia adiantamentos para a compra de fertilizantes, arados etc. Todas essas medidas, porém, por mais úteis que fossem, não eram suficientes: os créditos abertos aos agricultores dispersaram-se "entre miríades de *fãllahīn*[30]", e as medidas adotadas para modernizar a agricultura muçulmana e cooptar os *fãllahīn* não foram levadas adiante com verdadeira perseverança.

Na Tunísia e no Marrooos, o Estado também procurou injetar crédito no campo, resolver os problemas de posse da terra, diversificar os sistemas de produção agrícola dos *fãllahīn.* Mas a legislação não foi secundada por ações de envergadura que buscassem desenvolver os meios de produção dos *fãllahīn* e dos pastores, ou aumentar a parcela de terra dos mais pobres.

As novas tendências da agricultura e a persistência do caráter colonial do sistema econômico

A crise econômica demonstrou claramente os riscos da monocultura, sistema predominante especialmente entre os agricultores europeus. O governo

30 Ibid., p. 497.

promoveu a diversificação das culturas, estimulando a expansão das lavouras hortifrutícolas e ampliando a irrigação.

A suspensão das exportações de frutas da Espanha e da Itália para a França, por causa da guerra civil espanhola, e a aplicação de sanções contra a Itália pela Sociedade das Nações abriram de par em par as portas do mercado metropolitano à produção frutícola do Maghreb, contribuindo para um desenvolvimento muito rápido da fruticultura, particularmente de cítricos. Vastas plantações de laranja, tangerina e limão foram formadas em Mitidja, Argélia, Cap Bon, Tunísia, nas regiões de Casablanca, Kenīfra, Meknès, Wudjda, no Marrocos. Organismos paraestatais como o Office Tunisien de Standardisation foram criados para organizar o acondicionamento, venda e exportação das frutas.

O desenvolvimento da hortifruticultura nas planícies do litoral estava vinculado ao da irrigação, com o aproveitamento dos lençóis d'água subterrâneos e dos rios. No Marrocos, foram construídas barragens no Wādī Baht (1934), no Umm al-Rabī'a, em Kasba-Zaydāniya, no Tadla (1936) e no Wādī Nafīs em Lalla Takerkust (1936). Criaram-se perímetros irrigados na área de Sīdī Sulajmān, na planície de Tadla, na planície de Triffas, e em outras regiões.

Na Tunísia, nas regiões cerealíferas do Tell, sobretudo nas enormes fazendas dos colonos, foram plantados extensos olivais.

A economia do Maghreb, no entanto, permanecia essencialmente agrícola. Existiam somente algumas indústrias de transformação, que empregavam como matéria-prima os produtos agrícolas do país – moinhos, prensas de azeite, destilarias, fábricas de massas alimentícias, cervejarias e conservas – ou então produtos minerais, aos quais se dava um primeiro processamento (por exemplo, fundições de chumbo) ou uma elaboração mais complexa (usinas de hiperfosfatos e de superfosfatos), antes da exportação.

Essas empresas, geralmente de pequeno porte, estavam quase todas em mãos de europeus, e a massa operária industrial não era muito importante: 40 mil operários[31] em toda a Argélia, em 1938. Apesar do estado de semi-industrialização do país, nem por isso as cidades do Maghreb deixavam de crescer em ritmo acelerado. O índice de urbanização do Marrocos, que era 70% em começos do século, passava de 15% em 1936. As grandes metrópoles econômicas (Casablanca, Argel, Túnis) viram sua população aumentar em proporção considerável. Casablanca, que mal contava 20 mil habitantes em 1900, possuía 257 mil em 1936. Quase sem indústrias, mas com um setor terciário super desenvolvido, essas cidades constituíam um polo de atração para os rurícolas em busca de emprego.

31 AGERON, 1979.

Em vésperas da Segunda Guerra Mundial, a economia do Maghreb afigurava-se, portanto, tipicamente dualista e extrovertida. A evolução dos setores ocupados por norte-africanos estava bloqueada pela penúria de financiamentos, pela persistência de arcaísmos, fragmentação das propriedades e recuo para os espaços marginais da área agrícola. Na verdade, os norte-africanos foram excluídos dos setores modernos da economia (bancos, indústria de mineração e indústria de transformação, empresas de planejamento e de execução de projetos de desenvolvimento). Mas estes mesmos setores, dominados pelo capital estrangeiro, dependiam estreitamente dos centros de decisão e dos mercados externos, cujas opções e flutuações sofriam mais ou menos passivamente.

Parte II: Líbia, Egito e Sudão

Ali A. Abdussalam e *Fathi S. Abusedra**

Líbia

Durante o período colonial, a economia da Tripolitânia centrava-se em duas atividades principais: a agricultura (incluindo a pecuária) e o comércio. A agricultura era praticada nas zonas rurais e o comércio nas cidades. Estas duas atividades constituíam a ocupação principal e a fonte de renda essencial da maior parte da população. Os turcos não fizeram qualquer tentativa para modificar a situação, mas os italianos esforçaram-se para introduzir mudanças radicais na economia. A primeira parte deste estudo examina os últimos anos da dominação otomana; a segunda, a economia líbia sob a ocupação italiana.

A economia líbia sob a dominação otomana (1880-1911)

Durante a administração otomana, a economia ficou estagnada e as atividades econômicas limitaram-se à agricultura, ao comércio e ao pequeno artesanato. A economia permaneceu tradicional no decorrer do período. Para lavrar a terra, empregavam-se arados de madeira puxados por animais. O que mais se cultivava eram o trigo e a cevada, tâmaras, azeitonas (azeite), cítricos e gado. A produção agrícola dependia em grande parte das chuvas, que variavam segundo

* Professores assistentes de Economia da Universidade de Garyounis, em Benghazi, Líbia.

as estações. Grande quantidade de gado era criada nas planícies da Cirenaica e de Trípoli, e parte desse gado era exportada para os países vizinhos. Calcula-se que a exportação de carneiros atingia aproximadamente 500 mil cabeças em 1906. Somente a exportação da Cirenaica atingiu, em 1908, cerca de 58 mil cabeças de gado e 340 mil carneiros.

No setor comercial, dada a inexistência de estradas de rodagem e de meios de transporte modernos, as caravanas serviam não só para transportar mercadorias locais, mas ainda para ligar as principais cidades da Líbia aos países vizinhos da África. Havia cinco rotas principais de caravanas: três iam para o sul, uma para leste e a outra para oeste (ver figura 17.8). A primeira ia de Trípoli a Kano (na Nigéria), passando por Ghadāmes, Ghāt, Air e Zinder. A segunda ia de Trípoli a Bornu (na Nigéria), via Murzuk, Tadjarhī, Bilma, N'Guimi e Kukawa. A terceira ligava Benghazi a Wadai (no Chade), via Awdjīla, Kufra e Tibesti. Outras rotas seguiam de Benghazi para Sallūm (no Egito), a leste, e de Trípoli para a Tunísia, a oeste[32].

As caravanas transportavam contas de vidro, roupas, seda, especiarias e papel para Bornu e Wadai, trazendo em troca mercadorias como couro, marfim e penas de avestruz. No final do século XIX, porém, esse comércio começou a declinar. A colonização de outros países africanos permitiu a construção de novas rotas a baixo custo, de modo que meios de transporte modernos e mais eficientes substituíram os antigos. Em consequência, a importância do comércio caravaneiro foi decrescendo pouco a pouco. Além disso, Trípoli e Benghazi, os portos principais, comerciavam ativamente com a Europa e os países vizinhos. As exportações para estes países incluíam gado, carneiro, lã, pelo de cabra e de camelo, tâmara, cevada, trigo e esparto. As importações compreendiam produtos têxteis (algodão e seda), vidro, armas de fogo, arroz, açúcar, chá e café. Os principais parceiros comerciais eram Itália, Inglaterra, Malta, Egito, Tunísia, França, Áustria, Alemanha e Grécia.

A indústria, pouco desenvolvida, limitava-se a alguns produtos de tipo artesanal: têxteis, fabricação de tapetes, curtumes, fabricação de sabão e alguma ourivesaria de ouro e prata. Em 1911, havia aproximadamente 2 mil teares de algodão, 500 de lã e 120 de seda[33]. Algumas dessas indústrias locais produziam roupas para homens e mulheres. Outras produziam tendas e tapetes. Oficinas de particulares faziam belas joias (braceletes, anéis e brincos). O sal e o tabaco eram monopólio do governo.

32 CORO, 1971.

33 Ibid., p. 79.

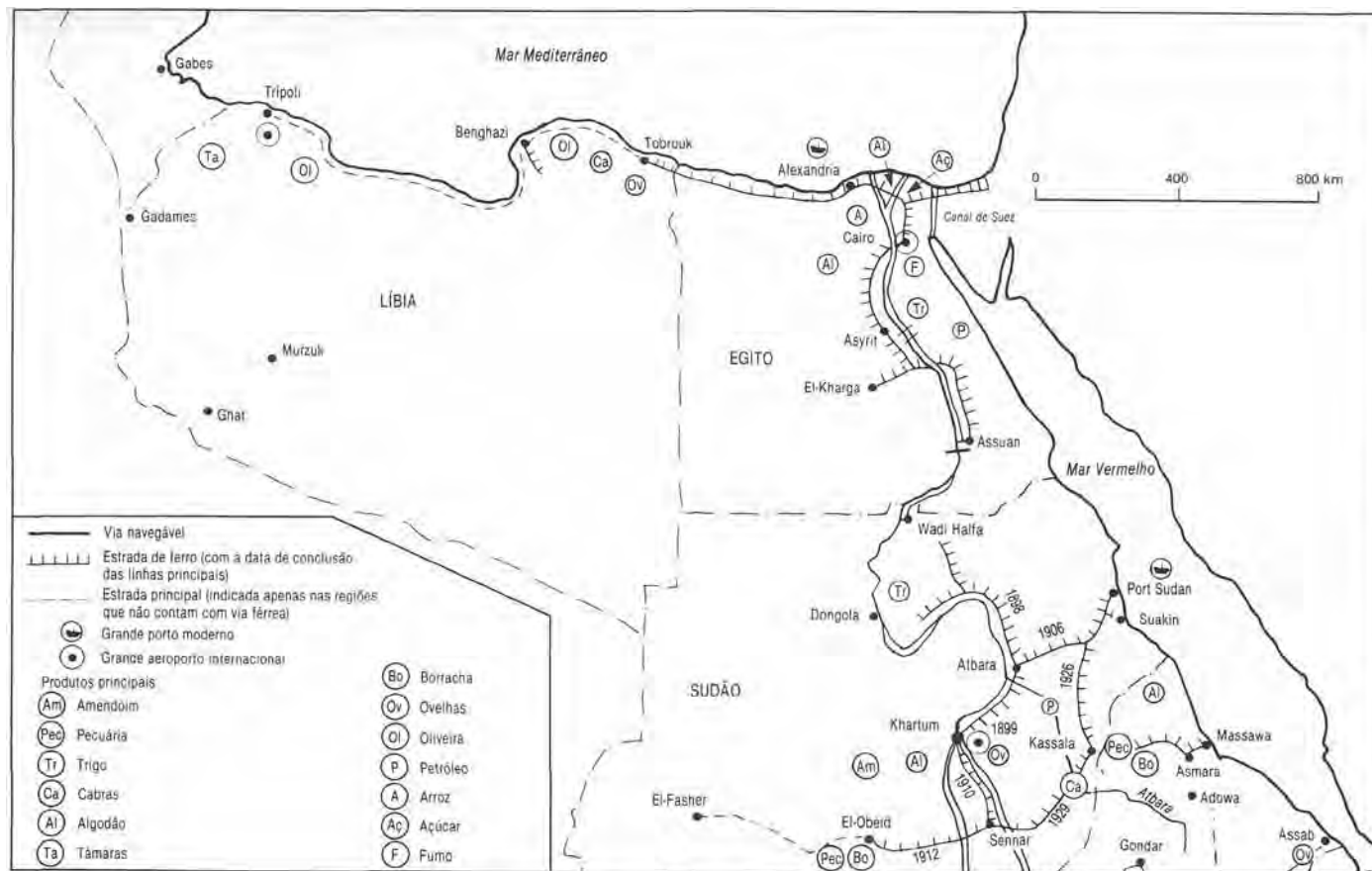



FIGURA 17.8 Líbia, Egito e Sudão: desenvolvimento econômico na época colonial. (Fonte: Fage, An Atlas of African History, 1978.)

Embora tenha perdurado por mais de setenta anos (1835-1911), o segundo império otomano em Trípoli pouco se esforçou para desenvolver a economia líbia. Não possuía qualquer política sistemática de melhoramento da infraestrutura econômica, quer se tratasse de estradas, de portos ou do ensino. Raras escolas técnicas existiam nessa época. A negligência para com a economia devia-se, em parte, ao fato de a Turquia enfrentar outros problemas. Achava-se em guerra com alguns vizinhos, enquanto tentava desesperadamente agarrar-se às suas possessões na Europa e salvar o império da desagregação. Por consequência, a administração turca, aparentemente interessada apenas em recolher impostos, não se dedicou ao desenvolvimento da economia Líbia.

O sistema fiscal aplicado a Trípoli sob o governo otomano incluía um imposto de capitação para os adultos de sexo masculino, uma dízima e um imposto de renda. Outras taxas eram o imposto sobre a propriedade rural, o imposto sucessório e o imposto de isenção do serviço militar, incidente sobre adultos não muçulmanos do sexo masculino; o imposto sobre a cunhagem em ouro e prata, os direitos alfandegários sobre produtos exportados e importados[34]. Além disso, o governo recolhia importante receita do monopólio do sal e do tabaco. Os impostos pesavam sobre a economia e contribuíam para a sua estagnação quase total. Provocaram, ademais, inúmeras revoltas, as quais alimentavam a instabilidade política e enfraqueciam o controle dos turcos sobre o país.

A economia líbia durante a ocupação italiana (1911-1942)

O interesse da Itália pela Líbia manifestou-se apenas no final do século XIX. Como outras potências europeias, também a Itália desejava pôr os pés na África do norte, mas somente no início do século atual é que ela se lançou a uma verdadeira política de colonização. A princípio, pretendia empregar meios pacíficos, fazendo do Banco di Roma o seu cavalo de Troia.

O Banco di Roma foi o primeiro estabelecimento financeiro italiano a abrir suas portas em Trípoli, no ano de 1907. Logo depois, inaugurou sucursais em outras cidades e ampliou o campo de operações. Suas atividades não se limitavam às finanças, mas abrangiam empreendimentos na área da indústria, da agricultura e dos transportes. O banco instalou moagens e refinarias de azeite em Trípoli, bem como uma fazenda de criação de carneiros na Cirenaica. Além disso, inaugurou linhas marítimas entre as principais cidades do país e os países vizinhos, adquirindo terras e enviando peritos para explorar os recursos minerais

34 CACHIA, 1975, p. 72 et seq.

do país. Essas e outras atividades despertaram suspeitas sobre as verdadeiras intenções do Banco di Roma na Líbia. E suas atividades acabaram sendo cerceadas, se não proibidas, pelas autoridades turcas[35]. A hostil atitude para com o Banco di Roma foi um dos pretextos usados pela Itália para invadir a Líbia, em 1911 (ver o capítulo 5 deste volume).

A política econômica durante a ocupação italiana

Quando a Itália invadiu a Líbia, acalentava o sonho de transformar a nova colônia em fonte de matérias-primas para sua indústria, mercado para os produtos italianos e solução para sua explosão demográfica. Os italianos queriam que a Líbia se tornasse parte integrante da Itália. Todo esforço foi empregado em tal sentido. Fizeram investimentos importantes na agricultura, na indústria e na infraestrutura.

Colonização agrícola

O programa agrícola da Itália na Líbia teve duas fases distintas: na primeira, a colonização foi incumbida à iniciativa privada; na segunda, foi assumida pela potência colonial.

Para encorajar a imigração, nos primeiros tempos da ocupação o governo concedeu vastos domínios aos italianos ricos, para que os desenvolvessem. Essas terras ou eram propriedade do governo ou expropriadas a um antigo dono. Em 1929, mais ou menos 58087 hectares de terra haviam sido adquiridos desse modo. As fazendas foram arrendadas a agricultores italianos pelo prazo de 90 anos. Mais tarde, esses concessionários foram obrigados a estabelecer novos agricultores italianos em suas terras, fato que pesou ao mesmo tempo sobre os primeiros colonos e sobre o governo. Os subsídios oficiais aos colonos elevaram-se a 62 milhões de liras, e os empréstimos das caixas de poupança alcançaram a cifra dos 158 milhões de liras[36]. Somente 2301 famílias, contudo, foram reinstaladas ao abrigo deste plano, número muito aquém da expectativa italiana[37]. O governo de Roma decidiu, então, adotar uma nova política de colonização, a fim de acelerar o processo, mas não conseguiu levar a bom termo nenhum grande programa de desenvolvimento enquanto a resistência local subsistiu, isto é, até 1932.

35 F. MALGERI, 1970, p. 17 et seq.

36 SHARKASI, 1976, p. 67-71.

37 Ibid., p. 71.

Logo depois da repressão à resistência líbia (para maiores detalhes, ver o capítulo 5 deste volume), o governo italiano procurou pôr em prática um plano ambicioso em certas regiões da Líbia, sobretudo Al-Djabal al-Akhdar (A Montanha Verde). O objetivo era estabelecer ali cerca de 300 mil italianos num prazo de vinte e cinco anos[38]. A tarefa foi confiada a empresas privadas e semi-públicas, que arrecadaram todos os recursos que puderam reunir junto do setor privado e do setor público, canalizando-os para o financiamento do novo plano de desenvolvimento: tratava-se do ENTE per la Colonizzazione della Libia, do Istituto Nazionale della Providenza Sociale (INPS) e da Azienda Tabacci ltaliani (ATI). O plano incluía desbravamento das terras, abastecimento de água, construção de sedes de fazendas, fornecimento de equipamentos agrícolas, gado e implementos para os colonos. Os agricultures, por seu turno, deviam pagar as despesas do desenvolvimento entregando a esses organismos a maior parte da sua produção, cujo valor era creditado em uma conta deles mesmos[39]. Ao fim de algum tempo, os agricultores podiam ser donos de sua própria fazenda. Em 1936, o projeto de povoamento já havia custado cerca de 800 milhões de libras e somente 85 mil italianos[40] se haviam ali estabelecido.

Indústria

Os italianos não implantaram grandes indústrias na Líbia, mas ampliaram algumas das já existentes. Uma pequena fábrica de conservas de atum foi construída em Trípoli. A capacidade da refinaria de azeite foi aumentada, passando para 2200 toneladas por ano[41]. A produção de sal aumentou bastante: de 14000 toneladas por ano em 1927 saltou para a média anual de 50 mil toneladas, em 1937[42]. Uma segunda fábrica de tabaco, maior, foi instalada em Trípoli em 1923. Construíram-se duas fábricas de calçados, uma em Trípoli em 1923 e outra em Benghazi em 1929. Fábricas de produtos alimentícios e de tecidos continuaram a produzir em maior escala. Entre as outras indústrias, citam-se a de materiais de construção, asfalto, pólvora, gorduras e sabão. Durante o período em estudo, havia na Líbia aproximadamente 789 fábricas, a maior parte das quais instalada

38 Ibid., p. 72.

39 LINDBERG, 1952, p. 11.

40 SHARKASI, 1976, p. 72.

41 Ibid., p. 33-4.

42 Ibid.

em Trípoli. O artesanato local continuou a existir durante a ocupação italiana, dados o seu caráter e a limitação do mercado.

Desenvolvimento da infraestrutura

Antes da ocupação italiana, a infraestrutura da Líbia era rudimentar e, por isso, o governo italiano teve de investir nela pesadamente. Construiu estradas, ferrovias, portos, um moderno sistema de comunicação, instalações hidráulicas e edifícios públicos. O investimento nesses trabalhos chegou a 870 milhões de libras no período 1913-1936[43]. Esse maciço investimento em infraestrutura visava desenvolver a economia em benefício da própria Itália: era preciso gerar empregos para a população da península e assegurar um mercado potencial para os produtos italianos.

No entanto, todo esse investimento havia de ser pago pelos líbios. A população da Líbia fora dizimada pela guerra. Muita gente morreu combatendo contra a ocupação italiana; outros morreram em campos de concentração. Boa parte emigrou para os países vizinhos. Os sobreviventes dos campos de concentração foram encaminhados, em condições semelhantes às da escravidão, para os canteiros da estrada do litoral e para os novos projetos de desenvolvimento agrícola. O objetivo dos italianos era fazer as populações autóctones recuarem para as terras marginais do interior, a fim de estabelecer os excedentes populacionais italianos nas terras mais férteis da Líbia.

Os peninsulares dizimaram também o gado da Líbia. Desde sempre a população interiorana do país dependia dos carneiros e dos camelos como alimento, fonte de matérias-primas e meio de transporte. Enormes quantidades de gado foram abatidas ou confiscadas. O restante, enxotado dos pastos tradicionais para as inóspitas regiões próximas dos campos de concentração, sucumbiu pela fome. O quadro 1 mostra a considerável diminuição do rebanho durante a ocupação italiana.

Quadro 1 Recenseamento do gado na Líbia, em 1926 e 1933[44]

Ano	Carneiros	Cabras	Bovinos	Camelos	Cavalos	Burros e mulas
1926	800000	70000	10000	75000	14000	9000
1933	98000	25000	8700	2000	10000	5000

43 LINDBERG, 1976, p. 46.

44 ALLAN, McLACHLAND e PENROSE (orgs.), 1973, p. 52.

Os italianos não tiveram consciência da extensão do prejuízo causado à riqueza pecuária da Líbia antes que a resistência findasse, em 1932. Embora tratassem de estimular a criação de gado, levou anos para que os rebanhos atingissem novamente o nível originário. Com efeito, as perdas haviam sido tão importantes que a base econômica se debilitara, e a população, empobrecida, já não tinha a mesma capacidade de poupança.

Finalmente, para agravar a situação, os italianos não educaram os líbios para as funções administrativas nem lhes proporcionaram instrução adequada. Conforme salientava K. Folayan, "em 1939-1940, enquanto os italianos (cerca de 10% da população total) dispunham de 81 escolas primárias para seus filhos, os líbios, que representavam mais de 85% da população, só tinham 97 à sua disposição[45]. Do mesmo modo, havia sete escolas secundárias para os italianos, e apenas três para os líbios. Mesmo nos quadros da polícia e do exército, nenhum líbio podia ultrapassar a graduação de sargento. Raros foram os líbios autorizados a ocupar postos administrativos de relativa importância após 1934. A falta de pessoal qualificado entravou o desenvolvimento econômico do país por muitos anos.

Egito

A derrota militar de Muhammad 'Alī em 1840 assinalou o fim de importante fase da história econômica do Egito moderno. O sistema por ele instalado previa o desenvolvimento simultâneo da agricultura e da indústria sob controle e propriedade do Estado. Seus planos lançaram o país no rumo de uma economia orientada para a exportação[46]. Essa tendência foi reforçada entre 1850 e 1920. Todas as atividades econômicas estavam voltadas para o cultivo e exportação de algodão, razão por que o Egito tornou-se um país monocultor altamente especializado. Na década de 1920, o Egito experimentou um esboço de industrialização, fundamentalmente através da substituição de importações. O período que estamos examinando caracterizou-se por duas tendências principais: a primeira, no sentido da concentração na agricultura de exportação, especialmente algodão; a segunda, no sentido da industrialização. Várias mudanças estruturais concorreram para acomodar essas tendências. Vamos agora examinar os diversos fatores que induziram a cada uma dessas fases.

45 FOLAYAN, 1974, p. 7.

46 ISSAWI, 1963, p. 24.

Economia orientada para a exportação

O desenvolvimento da infraestrutura

O período de que trataremos testemunhou um impressionante desenvolvimento da infraestrutura do país, o qual, porém, concentrou-se nas atividades relacionadas com o algodão e sua exportação. Grandes projetos de irrigação foram lançados. A barragem de Assuã (ver figura 17.9), a maior do mundo na época, foi concluída em 19012 e sobrelevada em 1907-1910. A barragem do Delta foi reforçada e posta em funcionamento, bem como as de Zifta, Asyūt e Esnā. Aproximadamente 13 500 km de canais foram abertos no reinado de Ismā'īl's (1863-1879). A superfície cultivada passou de 4,76 milhões de *feddāns* em 1881 para 5,66 milhões em 1911[47]. A maior parte das novas terras foi destinada ao cultivo do algodão, não só por ser mais rentável, mas também porque os ingleses o encorajavam: o algodão era, ao mesmo tempo, uma cultura de exportação, que permitia ao Egito pagar as suas dívidas, e uma matéria-prima de que o Lancashire grandemente necessitava. Em resumo, os ingleses queriam – e conseguiram – fazer do Egito um produtor de algodão e fornecedor de sua indústria têxtil[48]. O volume das receitas do algodão cresceu de 3,12 milhões de *kantārs* em 1879 para 7,66 milhões em 1913 – um aumento de 140% em vinte e quatro anos[49].

A necessidade de transportar as safras de algodão exigia a expansão da rede de transportes e comunicações, onde se concentraram, então, os maiores esforços (ver figura 17.10). As estradas de ferro foram completadas, passando a interligar todas as grandes cidades do Delta e o Cairo ao Alto Egito. A primeira via férrea foi inaugurada em 1853; em 1877, contavam-se 1519 km de estradas de ferro de bitola normal. Essa rede mais do que duplicou durante a ocupação britânica, atingindo, em 1909, 3200 km, além de 1600 km de bitola estreita. As instalações portuárias de Alexandria foram modernizadas e várias vezes ampliadas. Novos portos foram construídos em Suez e Port-Said, no canal de Suez, aberto à navegação em 1869. Todos esses melhoramentos facilitaram muito a transformação do setor agrícola: de uma agricultura de subsistência passou-se a uma cultura de exportação em grande escala, destinada aos mercados internacionais.

Cumpre sublinhar que a influência econômica da administração britânica se fez sentir principalmente no que se refere a irrigação e transporte. A recons-

47 ISSAWI, 1954, p. 34, *Feddān:* 0,56 hectare.

48 Ibid., p. 35.

49 *Kantār* de algodâo: 45 kg.

FIGURA 17.9 Assuã: as águas do Nilo na saída da barragem (1937). (Foto: BBC Hulton Picture Library.)

trução de várias barragens e a construção da barragem de Assuã garantiram ao Egito irrigação perene e permitiram ampliar a superfície total das terras cultivadas. No entanto, há que se ter em mente que o intuito dos britânicos era desenvolver fontes alternativas para suas necessidades de algodão, de forma a não depender única e exclusivamente dos Estados Unidos da América para o suprimento da indústria têxtil, como acontecera antes da Guerra de Secessão. Ora, o Egito tinha certas vantagens, em comparação com outros fornecedores eventuais, como a Índia e o Brasil. Em outras palavras, a primeira preocupação do Reino Unido era garantir a estabilidade do suprimento de matérias-primas para sua indústria têxtil. Não espanta, por isso, que o governo tenha consagrado a maior parte de suas despesas de capital à promoção das exportações, invocando, como justificativa dessa política, a necessidade de consideráveis investimentos na rede de irrigação, para aumentar as receitas destinadas ao reembolso da dívida estrangeira, apesar da difícil situação financeira do Egito. O algodão foi o principal beneficiário do investimento em obras públicas. Os demais setores beneficiados foram aqueles relacionados com as necessidades do setor de exportação.

Política de livre-câmbio

Uma das mudanças fundamentais característica deste período foi a política de livre-câmbio adotada pelo governo. Tratava-se de posição contrária à de Muhammad 'Alī, para quem a intervenção do Estado era indispensável ao desenvolvimento. Lorde Cromer, conselheiro financeiro e ministro plenipotenciário do Reino Unido no Egito durante 24 anos, era adepto do *laissez-faire.* Opunha-se à concessão de proteção aduaneira às indústrias nascentes. Sua atitude negativa em relação às companhias têxteis egípcias ilustra bem suas posições. Ele afirmava ser "prejudicial aos interesses do Reino Unido e do Egito dar qualquer estímulo ao crescimento de uma indústria de algodão protegida no Egito[50].

De qualquer modo, o governo egípcio estava preso a acordos internacionais que o impediam de proteger suas indústrias nascentes, mesmo que desejasse fazê-lo. Em virtude do tratado anglo-turco de 1838, os comerciantes estrangeiros podiam comprar e vender em todas as partes do império otomano, pagando um imposto uniforme de 8% *ad valorem,* ou até menos[51]. O tratado abriu o império ao livre-cambismo e as mercadorias estrangeiras começaram a inundar

50 Citado por ISSAWI, 1954, p. 37.

51 MEAD, 1967, p. 15.

o desprotegido mercado egípcio. Pode-se afirmar que "esse tratado bloqueou por mais de um século qualquer nova tentativa de industrialização por parte do Estado"[52]. Tais acordos expiraram em 16 de fevereiro de 1930, e o Egito resgatou, então, a autonomia fiscal. Como veremos mais adiante, isso lhe permitiu modificar o sistema de direitos aduaneiros, de forma a proteger as indústrias locais emergentes. Esta reforma tarifária marca o início da fase de substituição de importações.

Modelos de investimento

O tipo de investimento prevalecente no período favorecia a agricultura. A formação bruta de capital, de 1880 a 1914, atingiu 15% do produto interno bruto (PIB). Era uma proporção muito alta, comparada à de outros países. No entanto, a maior parte desses investimentos foi para a agricultura e para a construção urbana, enquanto a indústria não recebeu mais que 2,3% da formação bruta de capital (FBC). De modo geral, os autores explicam esse tipo de acumulação de capital em termos de rentabilidade relativa e afirmam que o investimento na agricultura era, ao mesmo tempo, mais rentável e menos arriscado do que na indústria. No entanto, R. Mabro e S. Radwan sustentam que outros fatores, principalmente a política do governo, proporcionam melhor explicação[53].

Os investidores egípcios preferiam a terra e a propriedade fundiária aos projetos industriais, pois o proprietário de terras gozava de prestígio social. Possuir terras e fazer parte da "burguesia agrária" conferia privilégios, já que esta classe estava no ápice da hierarquia social. Ocorria, portanto, uma clara tendência para a concentração das grandes propriedades rurais. Os latifundiários (aqueles que possuíam 50 *feddāns* ou mais) representavam 15% do conjunto dos proprietários de terras em 1897, e detinham 44% do total da área cultivável. Em 1913, representavam menos de 1% do conjunto dos proprietários, mas detinham 44,2% das terras aráveis. A superfície média das grandes explorações passara, portanto, de 183 para 193 *feddāns* durante o período[54]. É uma evolução importante, pois os investimentos desses proprietários voltavam-se para a terra, desequilibrando a estrutura em seu conjunto. Além disso, os estrangeiros, de acordo com as capitulações, gozavam de imunidade fiscal e judiciária, o que lhes dava vantagem sobre os concorrentes egípcios em matéria de investimento industrial. Seja como for,

52 MABRO e RADWAN, 1976, p. 18.

53 Ibid., p. 21.

54 Ibid., p. 25.

sem proteções o mercado egípcio não suscitava muito interesse e a industrialização continuou negligenciada até a década de 1930.

A administração egípcia também argumentava que era necessário encorajar o cultivo e a exportação do algodão para aumentar a receita do país, permitindo o reembolso das dívidas. A acumulação de enorme dívida pública, que começou em 1858, deveu-se ao financiamento dos projetos de infraestrutura e das extravagâncias de alguns monarcas egípcios. A lei de liquidação de 1880 fixara a dívida pública do país em 98,37 milhões de libras, mas nos 20 anos seguintes foram contraídos mais empréstimos no valor de 18,2 milhões de libras. As obrigações da dívida externa atingiram 8,5 milhões de libras egípcias por ano em 1914[55]. Era, portanto, vital o incremento das exportações para amortizá-la.

A Guerra de Secessão dos Estados Unidos estimulou a produção e a venda do algodão egípcio ao exterior. As exportações aumentaram de pouco mais de meio milhão de *kantārs* em 1860 para mais de 2,1 milhões em 1865, 4,1 milhões em 1890 e 7,7 milhões em 1913.

No entanto, depois da rápida elevação dos preços em função da Guerra de Secessão, eles não deixaram de cair até o final do século, sendo insuficiente o aumento da produção para compensar a queda. No decorrer da primeira década do século XX, o preço do algodão mais do que duplicou, atingindo o valor das safras o triplo do que valiam no início da ocupação. Em 1916, o preço do algodão atingiu o valor médio de 38 xelins por *kantār;* em 1919, subiu para 90 xelins. As exportações montaram a 88 milhões de libras egípcias em 1920, daí derivando grandes superávits[56].

Financeiramente, o êxito da administração britânica consistiu em assegurar a arrecadação e a administração corretas das receitas suplementares que esses superávits acarredavam para o governo. As autoridades trataram de proceder a uma reforma orçamentária, reduzindo as despesas, salvo aquelas julgadas compensadoras – por exemplo, as obras de irrigação. O aumento das receitas de exportação permitiu amortizar todos os empréstimos contraídos durante a ocupação, e também reduzir a dívida de Ismā'īl em cerca de 10 milhões de libras no ano de 1913.

Fase de substituição das importações

Incontestavelmente, a administração britânica procedeu a numerosas reformas que se revelaram benéficas para a economia egípcia. Os maiores êxitos

55 ISSAWI, 1963, p. 27.

56 Ibid., p. 31.

situam-se na área financeira, obras de irrigação e eficiência administrativa. No entanto, não é menos verdadeiro que essa mesma administração revelou-se hostil à industrialização do Egito e que, ao mesmo tempo, a política de livre--câmbio acentuou o papel primordial do algodão na economia egípcia. No final da década de 1920, porém, importantes mudanças assinalaram o início de um novo período, em que a indústria desempenhou papel de primeira ordem. Uma das principais razões dessas mudanças foi a grande depressão de 1929, que trouxe o colapso da demanda internacional de matérias-primas, especialmente de algodão. Evidentemente, isto provocou uma severa deflação de todas as atividades da economia egípcia. Em consequência, a política de livre-câmbio passou a sofrer pressões cada vez mais contundentes, aumentando os apelos à intervenção governamental. Além disso, durante os últimos anos da década, as relações comerciais do Egito haviam-se deteriorado, o que vinha somar-se a todas as razões que advogavam o desenvolvimento de outros produtos além do algodão, principal fonte de receitas de exportação do país. Tal período testemunhou, então, o surgimento de um poderoso movimento nacional. A revolução de 1919 assinalou o apogeu da expansão do nacionalismo egípcio, o qual se refletiu no surgimento de empresários nacionais com novas ideias sobre o desenvolvimento futuro do Egito. Ademais, se a produção agrícola em fins do século XIX acompanhava a taxa de expansão demográfica, não sucedia o mesmo no início do século XX, pois a produção agrícola aumentou 30%, enquanto o crescimento populacional foi da ordem de 50%[57]. A capacidade de absorção da agricultura egípcia não acompanhava o ritmo de aumento da população, sendo necessário, portanto, desenvolver novos setores que proporcionassem empregos produtivos e elevassem a renda *per capita.* Finalmente, dada a carência de importações durante a Primeira Guerra Mundial, estabeleceram-se várias novas indústrias, as quais reclamavam proteção para resistir aos assaltos da concorrência estrangeira.

Por todas essas razões, em 1930, quando obteve autonomia fiscal, o Egito tratou de impor direitos aduaneiros de 15 a 20% sobre uma gama de produtos de consumo passíveis de concorrência com a produção local. Nos anos seguintes, a proteção aduaneira estendeu-se a todos os produtos estrangeiros que podiam fazer concorrência. Tinha início um novo período de crescimento econômico, graças à substituição das importações. O desenvolvimento industrial era atestado por vários índices. O primeiro, o aumento do emprego industrial. Em 1937, mais ou menos 155 mil pessoas trabalhavam em empresas com 10 operários ou mais,

57 MEAD, 1967, p. 16.

contra 30 mil em 1916. Outro índice era o crescimento da produção industrial. De 1917 a 1939, a produção de açúcar, por exemplo, passou de 79 mil para 159 mil toneladas, a de cimento de 24 mil para 353 mil toneladas e a produção industrial de tecido de algodão de 7200 mil metros quadrados para 500 milhões em 1939[58]. Um terceiro índice era a elevada porcentagem de necessidade de certos bens industriais supridas pela produção local neste último ano, tal como o mostra o quadro 2.

Quadro 2 Egito: produção local e necessidades locais de produtos industrializados, 1939[59]

Produto	Necessidades locais (em porcentagem)	Produto	Necessidades locais (em porcentagem)
Açúcar	100	Sabão	90
Bebidas alcoólicas	100	Móveis	80
Cigarros	100	Fósforos	80
Sal	100	Cerveja	65
Farinha	99	Óleos vegetais	60
Algodão fiado	96	Soda cáustica	50
Calçado	90	Têxteis (algodão)	40
Cimento	90		

Outro fenômeno importante a assinalar: o aparecimento de empresas nacionais nos anos de 1920. O primeiro banco exclusivamente egípcio e administrado somente por egípcios, o Bank Misr, foi fundado em 1920 e favoreceu o desenvolvimento de empresas industriais em grande escala. O banco procurou atrair capitais privados fora das vias tradicionais de investimento; em 1940, o grupo Misr compreendia 21 companhias associadas. Estima-se que a parte correspondente às empresas industriais do banco atingia 45% do acréscimo do total do capital realizado de todas as sociedades anônimas do setor industrial no período 1922--1928. Portanto, o Bank Misr deu enorme impulso ao desenvolvimento industrial do Egito no período de entre as duas guerras. O investimento assinalava-se pela crescente participação do capital local. As sucessivas crises do algodão, os elevados lucros esperados por certos setores da indústria (como o demonstravam os lucros

58 ISSAWI, 1963, p. 44.

59 EL-KAMMASH, 1968, p. 41.

realizados pelos estrangeiros engajados na indústria local), a criação de possibilidades de investimento nacional por intermédio do Bank Misr e suas empresas, tudo isso permitiu orientar os investimentos para projetos industriais.

Concluindo, o período foi caracterizado por diversas tentativas de desenvolvimento. Após o malogro da tentativa de Muhammad 'Alī. de realizar um programa de industrialização forçada, sem dispor da necessária infraestrutura, a economia orientou-se para a monocultura de exportação. Esta tendência foi reforçada sob a ocupação britânica, que encorajou a ampliação das terras cultiváveis e as exportações de algodão. Três argumentos eram invocados em apoio a tal evolução: primeiro, o livre-câmbio e a especialização em setor, nos quais o país estava em situação comparativamente favorável trariam consigo maior bem-estar; segundo, era preciso dispor de recursos para amortizar a dívida pública acumulada; terceiro, os tratados internacionais impediam que o Egito protegesse suas novas indústrias. Consequentemente, orientou a economia para a exportação. No entanto, as primeiras três décadas do século XX foram caracterizadas por uma transformação estrutural da economia, no sentido da industrialização. Havia diversos fatores envolvidos: as sucessivas crises agrícolas, que levaram à deterioração do comércio egípcio, o aparecimento de empresas nacionais, a recuperação da autonomia fiscal e a mudança da política governamental em relação à indústria. Esta, portanto, cresceu rapidamente no final do período que estamos examinando.

O Sudão

No fim do século XIX, o Sudão assistiu ao nascimento de um movimento religioso que desencadeou a revolta contra a dominação turco-egípcia e culminou na criação do Estado Mahdista, de 1881 a 1898. Quase na mesma época, o Egito caiu sob a dominação do Reino Unido e, logo em seguida, o Sudão foi reocupado pelos britânicos. Foi a época da dominação anglo-egípcia sobre o Sudão. A primeira parte desta seção trata sucintamente da situação sob o Estado Mahdista e a segunda destaca as principais etapas da época da dominação anglo-egípcia.

O Estado Mahdista

O Estado Mahdista estabeleceu administração e sistema judiciário próprios. Uma de suas grandes realizações foi a instauração de um regime fiscal simples

e prático, fundado nos ensinamentos do islão. O *zakāt* constituía o essencial das receitas fiscais. Estabelecia alíquotas de 2,5% sobre a fortuna e de 10% sobre o gado e os cereais. Dada a simplicidade do sistema e sua adaptabilidade às condições sociais, permaneceu em vigor mesmo após a queda dos Mahdistas. A administração estimulava a agricultura e o comércio, pois essas atividades deviam sustentar o exército, equipando-o com armas e munições.

O Estado Mahdista, contudo, não durou muito. Vários fatores contribuíram para sua queda. Em primeiro lugar, o movimento mahdista enfermava de rivalidades internas, devido à luta pelo poder após a morte do Mahdi, em 1885. Em segundo lugar, a consolidação do poder no conjunto do país tinha esgotado os recursos do Estado. Por fim, este precisava defender as fronteiras contra diversas potências coloniais europeias[60]. O Estado Mahdista aspirava a estender-se para o norte, em direção ao Egito, iniciativa que se revelou desastrosa, pois levou o Reino Unido, que então dominava o Egito, a ocupar também o Sudão.

A dominação anglo-egípcia

A conquista anglo-egípcia do Sudão encerrou o breve período de independência nacional sob os mahdistas. Felizmente, a administração colonial não foi muito pesada. A política colonial do Reino Unido no Sudão foi relativamente moderada, havendo aí um verdadeiro esforço de desenvolvimento da economia do país. A administração britânica no Sudão teve o mérito de desenvolver a infraestrutura e introduzir a agricultura moderna.

Desenvolvimento da infraestrutura

No decorrer da sua administração colonial no Sudão, o Reino Unido fez construir estradas de ferro, portos e barragens, e expandiu o sistema de ensino (ver figura 17.10). A primeira estrada de ferro foi construída entre 1896 e 1898 para a campanha militar. Depois, seria prolongada até Atbara e empregada para o transporte entre o norte do Sudão e o Mediterrâneo, via Egito. Quando Port Sudan foi construído, em 1906, nova ferrovia foi projetada para ligá-lo a Atbara. Mais tarde, em 1910, a linha principal seria prolongada até Sennār. Outra linha surgiu em 1924, entre Djazīra e o Mar Vermelho. Serviços de barcos a vapor também foram criados para ligar o sul e o norte do país. Esses modernos e eficazes meios de comunicação contribuíram para o escoamento dos produtos

60 HOLT, 1970, p. 204 et seq.

FIGURA 17.10 Cultura do algodão de Djazīra, região situada ao sul da confluência do Nilo Azul com o Nilo Branco. (Foto: BBC Hulton Picture Library.)

agrícolas e reduziram consideravelmente os custos do transporte. A administração britânica também se interessou pelo desenvolvimento da educação. Além disso, tomaram-se medidas para melhorar a utilização dos recursos do solo e das águas. Foram construídas algumas estações de bombeamento e abertos vários canais de irrigação.

Desenvolvimento agrícola

O Reino Unido compreendeu desde o início a importância do potencial agrícola do Sudão. Começou pela cultura experimental de algodão, a fim de suplementar a produção egípcia. Desde que a primeira experiência realizada em Zaydab em 1905 mostrou-se promissora, logo foi estendida ao vale de Djazīra, o mais fértil do Sudão, situado entre o Nilo Azul e o Nilo Branco. Um ambicioso plano foi então concebido para essa área, e o Sudan Plantation Syndicate, empresa privada, foi autorizado a nela cultivar algodão. O plano previa uma associação entre o governo, o Sudan Plantation Syndicate e agricultores sudaneses. O governo alugava a terra de seus proprietários e tomava a seu cargo as despesas de capital necessárias para a construção de canais e de estações de bombeamento. O Sudan Plantation Syndicate assumia as despesas menores e a gestão do projeto. Era também responsável pelo transporte e comercialização do produto. E aos agricultores cabia garantir o cultivo do algodão (ver figura 17.10). O produto da venda seria dividido entre os três parceiros, da seguinte maneira: 40% para os agricultores, 35% para o governo e 25% para o Sudan Plantation Syndicate. Mais tarde, as partes do governo e do Syndicate passaram, respectivamente, para 38% e 22%[61].

O plano de valorização de Djazīra previa a irrigação de aproximadamente 200 mil hectares de terras para cultivo de algodão, milho e forragem, mas foi adiado devido à Primeira Guerra Mundial. Foi, entretanto, revisto em 1919 e ganhou novo impulso com o término da construção da barragem de Sennār, em 1925[62]. O êxito do projeto de Djazīra estimulou o desenvolvimento de atividades conexas, como transporte, irrigação e debulha industrial do algodão.

Para financiar essas obras, o sistema fiscal vigente foi suplementado por um acordo entre o Reino Unido e o Egito, nos termos do qual o Egito daria ao Sudão ajuda financeira, empréstimos necessários aos seus projetos de desenvolvimento e ao seu orçamento. A contribuição egípcia ao orçamento sudanês

61 ALLAN, W. N. e SMITH, R. J., 1948, p. 608-609. Ver também GAITSKELL, 1959, p. 70.

62 GAITSKELL, 1959, p. 94.

elevou-se a 2,8 milhões de libras egípcias entre 1899 e 1916, e os empréstimos atingiram cerca de 5,4 milhões de libras egípcias no período 1900-1910[63].

As subvenções e empréstimos egípcios eram necessários pelo fato de os impostos serem pouco elevados no Sudão. O imposto territorial era de 10 a 100 piastras por *feddān*. A dízima vigorou durante a ocupação britânica. Outros impostos recaíam sobre o comércio e diversas indústrias[64].

Para incentivar a utilização do solo, o imposto sobre terras cultivadas só incidia sobre um quarto delas após dois anos. Depois, o conjunto se tornava tributável por oito a dez anos. Havia outros impostos: sobre os rebanhos, que não incidia sobre pessoas, mas sobre o conjunto de um grupo étnico, e também um imposto *per capita* de 25 a 80 piastras. Em 1912, foi instituído um imposto sobre o patrimônio. Além disso, as embarcações eram taxadas proporcionalmente à sua capacidade de carga.

Impacto da atividade econômica do Reino Unido no Sudão

Em comparação com a atuação da França e a da Itália respectivamente no Maghreb e em Trípoli, a atividade econômica colonial do Reino Unido no Sudão parecia, em certa medida, digna de elogios. As terras não foram confiscadas, nem concentradas em mãos de uns poucos privilegiados, como ocorreu em outras colônias. O desenvolvimento do vale de Djazīra foi um sucesso útil ao Reino Unido, mas também ao Sudão, que dele participou diretamente. A instalação de uma rede de modernos meios de transporte, a construção de portos e canais de irrigação contribuíram igualmente para a expansão de uma agricultura moderna no Sudão. Mas há também o reverso da medalha: desde logo, a infraestrutura instalada, além de ser insuficiente, servia claramente aos interesses do Reino Unido, antes que aos dos sudaneses. É muito significativo que nenhuma estrada tenha sido construída naquela época, e que as ferrovias o tenham sido, originariamente, para facilitar as campanhas militares do Reino Unido, bem como a exploração do algodão e da goma-arábica em Djazīra e nas zonas ocidentais, respectivamente. Exatamente como na maior parte das colônias, a industrialização foi completamente negligenciada. Apesar de tudo isso, no entanto, a crítica mais severa que se pode fazer ao colonialismo britânico no Sudão é ter ignorado por completo o sul do país tanto social como economicamente. O problema, ainda hoje sem solução, que essa área do Sudão apresenta é, incontestavelmente, em grande parte imputável a essa negligência.

63 Ibid., p. 35.

64 TUNLEY, 1948.

CAPÍTULO 18

As repercussões sociais da dominação colonial: aspectos demográficos

John Charles Caldwell

No período entre 1880 e meados da década de 1930, a África conheceu mudanças decisivas no que se refere à demografia. No início do período, a população do continente ainda vivia esparsa, ao menos segundo os critérios do Velho Mundo. O mais importante, porém, é que ela não estava crescendo rapidamente e revelava-se vulnerável às pressões internas e externas a que desde há muito achava-se exposta. Por volta de 1935, a população do continente havia incontestavelmente aumentado, em consequência dos progressos no controle da mortalidade, e estavam lançadas as bases para que viesse a duplicar no decorrer do período 1930-1960, o que muito provavelmente aceleraria e consolidaria a independência do continente.

Inúmeros índices podem ser usados para demonstrar a evolução ocorrida entre as duas datas, alguns dos quais nos ajudam a compreender a transição demográfica. Em 1880, a presença de europeus estabelecidos no interior do continente restringia-se à Argélia, onde uns trezentos mil imigrantes, originários principalmente da França, Espanha, Itália e Malta, tinham consolidado a vitória do exército francês; na África do Sul, um número quase equivalente de europeus, na sua maioria de origem britânica ou holandesa, já tinha propriedades que avançavam em direção ao norte, até o rio Limpopo (ver figura 1.1). Além do mais, os europeus começavam a exercer autoridade sobre o Egito e a Tunísia, governavam algumas populações do litoral do Senegal e da Costa do

Ouro (atual Gana) e ocupavam certo número de enclaves: Gâmbia, Serra Leoa, Lagos, Libreville, parte de Angola e de Moçambique. Em 1935, administrações europeias controlavam quase todo o continente. Em meio século, graças aos progressos médico científicos europeus, a medicina conseguiu dominar e curar as principais doenças que assolavam as populações da África, cujas causas eram até então ignoradas. Com efeito, foi pelo final do período que as sulfamidas e os medicamentos derivados deram início à era da quimioterapia, etapa sanitária decisiva para o continente africano. Essa mesma época compreende também, quase totalmente, o período de construção das estradas de ferro, e o de transição do tempo em que todo o transporte terrestre era feito por carregadores ao aparecimento de um número crescente de caminhões traçando, na poeira e na lama, uma rede de estradas cada vez mais densa.

Crescimento demográfico

Muitos estudiosos publicaram dados aparentemente seguros referentes à evolução da população africana[1], mas na verdade o essencial de nosso conhecimento sobre as contagens efetuadas no século XIX vem de uma extrapolação retrospectiva, a partir dos dados fornecidos pelos censos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Se estes dados tivessem proclamado o dobro dos habitantes que contaram, é provável que tivéssemos ajustado para mais a nossa estimativa da população do século XIX, na mesma proporção.

Os trabalhos mais citados referentes ao século XIX são os de W. F. Willcox e A. M. Carr-Saunders, aos quais se juntam outros, mais recentes, de J. D. Durand[2]. As cifras apresentadas pelos dois primeiros autores não se fundamentam em praticamente nenhuma base real e somente se impuseram, por assim dizer, à força de serem repetidas e pelo fato de concordarem uma com a outra.

Na realidade, Willcox limitou-se a repetir as estimativas feitas por um autor italiano do século XVII, B. Riccioli[3] com a justificativa de que esse "foi um jesuíta muito sábio", que "resumia a totalidade dos conhecimentos de seu tempo" e admitindo a hipótese de que a população africana não experimentou qualquer crescimento entre o século XVII e meados do século XIX[4]. Na ver-

1 Ver United Nations, 1973, quadro II. 4, p. 21.

2 WILLCOX, 1931; CARR-SAUNDERS, 1936, p. 17-45; DURAND, 1967, p. 136-59.

3 RICCIOLI, 1661, 1672, p. 630-4.

4 WILLCOX, 1931, p. 45.

dade, Riccioli era mais sensível à “mística dos números” do que a estatísticas demográficas sérias: havendo estimado, na época, a população do globo em um bilhão de pessoas, dividiu esse total entre os cinco continentes, por múltiplos de 100 milhões. Para levar em conta o fato evidente de que a África não estava desabitada, ao mesmo tempo que estimava considerável população para a Ásia, não restou a Riccioli outra solução que não a de fixar os habitantes da África em 100 milhões. Willcox defendia essa teoria afirmando que a densidade demográfica das regiões africanas que sabidamente não estavam crescendo aceleradamente em 1931 (ou seja, com exclusão de Egito, Tunísia, norte da Argélia, Serra Leoa, Libéria, Gâmbia, África do Sul e Rodésia do Norte, atual Zâmbia) correspondia à estimativa de Riccioli para todo o continente[5]. O raciocínio não resistia ao exame: Willcox pensava em países cuja demografia era mal conhecida na época. Nada prova que a sua população permanecesse estacionária. Não se compreende por que nesses países a densidade demográfica teria permanecido necessariamente igual, no passado, à dos países excluídos. Sob o argumento de não haver provas de crescimento demográfico antes de uma época recente, Willcox tomava o número 100 milhões como estimativa da população do continente até 1850.

As estimativas de Carr-Saunders não constituem trabalho independente, mas apenas um comentário às de Willcox. Menos interessado em calcular populações globais do que em definir números ou tendências regionais que pudessem ter sido negligenciados, Carr-Saunders declara, portanto, aceitável e provável a cifra dada por Willcox para calcular a população africana de 1650, ou seja, três séculos antes de seu tempo, que foi o dos censos regulares dos habitantes do continente.

Não obstante, Carr-Saunders argumenta que os números de Willcox não levavam em conta uma probabilidade verossímil: a de que o desgaste provocado pelo tráfico de escravos tenha produzido uma diminuição da população antes de 1800, mas que tais perdas teriam sido largamente compensadas pelo rápido crescimento demográfico verificado na África do norte[6]. O autor conclui que o número mais baixo – 90 milhões – teria sido atingido em 1800 e que o aumento posterior fez expandir a população em um terço, durante o século XIX[7].

5 WILLCOX, 1931, p. 45.

6 CARR-SAUNDERS, 1936, p. 34-5.

7 Ibid., p. 42.

A tese de um declínio da população que teria caracterizado total ou parcialmente o século XIX é frequentemente ouvida, mas pouco demonstrada. Um observador acreditava que ela se originava de dois fatos principais: um, a falta de informações precisas sobre as populações rurais esparsas do interior levava os europeus a concluírem que encontravam regiões despovoadas; dois, o desejo dos filantropos de acreditar que tinham desempenhado papel benéfico após um período de desordens e devastações largamente imputáveis a seus compatriotas[8]. Outro observador sustentava que as populações locais haviam sido superestimadas pelas potências europeias, na época das grandes conquistas africanas, com a intenção de estimular os investimentos das companhias e das empresas que acompanhavam a expansão colonial[9]. É certamente tentador concluir pela existência de intenso povoamento ao ler os relatórios deixados por exploradores como H. M. Stanley: efetivamente, por um lado esses viajantes tinham tendência para aumentar os números; por outro, eles seguiam pelos rios e caminhos que, sem dúvida alguma, atravessavam regiões de densidade superior à média.

As séries demográficas traçadas por Durand constituem progresso importante, pelo que parece. Na maior parte dos cálculos, especialmente das populações que viviam ao sul do Saara, o autor faz estimativas retrospectivas fundamentado, aparentemente, nas estatísticas publicadas pela Organização das Nações Unidas, relativas a 1920[10]. Mas, para obter a estimativa média, rejeitou os números de 1920 argumentando que eles subentendiam uma taxa de crescimento demográfico muito elevada (1,5% ao ano) em relação ao período 1920-1950, para o qual aceitava os números das Nações Unidas. Ainda assim, as projeções retrospectivas desse autor estão realmente fundadas nos resultados dos censos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Durand não justifica as razões por que recusou aceitar a taxa de crescimento decorrente das estatísticas das Nações Unidas para o período 1920-1950, atitude que deixa supor que a influência das ideias de Riccioli, divulgadas pelos trabalhos de Willcox e Carr-Saunders, ainda domina a questão. Durand conclui, quase como se procurasse justificar sua metodologia, com a seguinte observação: "Quando somamos a estimativa da população da África do norte, esta [a estimativa média] concorda aproximadamente com a hipótese de Willcox, segundo a qual a população global da África permaneceu estacionária em mais

8 KUCZYNSKI, 1948-1953, v. 2, p. 120.

9 SURET-CANALE, 1971, p. 37.

10 DURAND, 1967, p. 152-3.

ou menos 100 milhões de habitantes no decorrer deste período [1750-1850]”[11]. As estimativas desse autor referentes à África do norte, contudo, estão apoiadas em estudos do crescimento demográfico no Egito e na Argélia, durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX[12]. A estimativa média admite, para a África do norte, uma taxa de crescimento anual de 1,25% entre 1850 e 1920.

Mais reveladoras são as estimativas máximas e mínimas propostas por Durand para 1850 – respectivamente, 145 e 81 milhões –, pois autorizam uma margem de erro de aproximadamente 30% a mais ou a menos. A margem de erro admitida nas estimativas para a Ásia e América Latina é de 10% e de apenas 4% para a Europa. A imprecisão das estimativas referentes à África subsaariana explica-se em parte pela raridade de registros disponíveis. O risco de erro está patente tanto na controvérsia levantada com a publicação das estimativas de Durand, que apresentavam diferença de 20 milhões a propósito da população da Nigéria, quanto na grande incerteza quando se tratava de avaliar uma população tão importante como a da Etiópia.

Evidentemente, ninguém pode afirmar qual era a população da África, principalmente a das regiões subsaarianas, durante o período que estamos estudando. Ninguém ousou calculá-la em menos de 100 milhões de almas, nem em mais de 150 milhões, em 1880. Por volta de 1900, a margem entre as estimativas mais baixas e as mais altas reduziu-se para algo entre 115 e 155 milhões. No entanto, em 1935 a cifra de 150 milhões já estava claramente ultrapassada. Na maioria dos países africanos não havia qualquer contagem séria para este período e certos “censos” sequer mereciam tal nome. O censo de 1911 realizado na Nigéria do Norte foi transmitido a Londres num documento de uma só página[13]. Kuczynski dedicou anos à redação de três grossos volumes (perto de 2500 páginas)[14] em que analisava, com minúcias, em relação ao período anterior à Segunda Guerra Mundial, os dados demográficos de todas as colônias (e de dois territórios sob mandato) que o Reino Unido possuía na África. Esse trabalho continua a ser um documento histórico fascinante para o demógrafo de hoje, mas seria falso afirmar que ele forneça um conjunto de informações válidas sobre os níveis e as tendências da população, no decurso do período em referência.

11 Ibid., p. 153.

12 Especialmente KISER, 1944, p. 383-408, e CHEVALIER, 1947.

13 MEEK, 1925, p. 169.

14 KUCZYNSKI, 1948-1953; 1939.

No entanto, podemos falar, certamente com maior proveito, sobre dados recentes relativos às populações africanas e, em seguida, analisar as forças que devem ter modelado esse povoamento em épocas anteriores.

População vulnerável após uma era de quase estabilidade

Exceção feita aos períodos de crise, como o atual, em que a revolução técnico científica transforma o mundo, as taxas de expansão demográfica costumam ser relativamente baixas, as taxas médias de mortalidade coincidindo aproximadamente com as taxas médias de natalidade. Isto se deve ao caráter exponencial do crescimento demográfico, o qual, ao fim de um espaço de tempo suficientemente longo, acumula uma população considerável a partir de taxas de crescimento aparentemente baixas. Uma taxa de crescimento anual de apenas 0,5% (resultante de uma natalidade superior em cinco por mil à taxa de mortalidade) multiplica a população por 15, no espaço de um milênio. Mesmo supondo que a população africana contasse 150 milhões de almas em 1900, é muito improvável que a população do continente não ultrapassasse, dez séculos antes, os 10 milhões de pessoas.

Portanto é possível admitir a hipótese de que, antes da era moderna, a África apresentasse uma taxa de mortalidade inferior em cinco por mil ao índice de natalidade. Mas há que opor reservas: trata-se de uma média sobre período muito extenso. Durante os últimos mil anos, a população do continente como um todo pode ter passado por oscilações, sendo quase certo que algumas sociedades locais sofreram dramático despovoamento, com subsequente recuperação. Seria, contudo, surpreendente se a recuperação ocorresse devido a uma taxa natural de crescimento superior a 1% ao ano antes do começo do século XIX na África do Norte e antes de 1900 nas regiões situadas ao sul do Saara. Estas são taxas médias de natalidade e de mortalidade. As provas – muitas delas extraídas da Europa medieval – indicam que, na maior parte dos anos, os nascimentos excediam os óbitos. A mortalidade não supera a natalidade senão em períodos relativamente breves, em que o número de óbitos se eleva terrivelmente, em consequência de epidemias, fomes, guerras e outras catástrofes.

Dessa forma, se os níveis de fecundidade permaneceram quase constantes no continente, os recentes estudos sobre padrões de fecundidade podem elucidar a situação da fecundidade e da mortalidade na antiga África. A partir de meados dos anos 1950, com mais frequência do que em qualquer outro lugar do mundo, foram efetuadas na África pesquisas demográficas de grande

escala[15]. Os dados coletados eram de interpretação difícil, sobretudo porque as populações africanas não atribuíam tradicionalmente a mesma importância a certas informações (especialmente a idade das pessoas) necessárias aos demógrafos para quantificar os resultados. De qualquer modo a existência de dificuldades deu origem a novos métodos de análise (a ponto de o desafio representado pelos dados de proveniência africana ter revolucionado a metodologia demográfica), graças aos quais numerosas informações sobre a África subsaariana foram obtidas[16].

Os resultados mostraram uma diversidade muito maior do que o supunham as teorias sobre a estabilidade das populações a longo prazo (algumas variações poderiam ser explicadas por erros nos dados). Não obstante, torna-se claro que, na sua maior parte, as populações subsaarianas estão incluídas entre aquelas cuja taxa média de fecundidade das mulheres, durante o período de procriação, atingia 6,5 a oito filhos nascidos vivos e cuja taxa bruta de natalidade se aproxima dos 50 por mil, ou ainda mais. Constitui exceção uma área delimitada: na África central, um retângulo de mais de 5 milhões de km, englobando Gabão, Camarões, a República Popular do Congo, a República Centro-Africana e boa parte do norte do Zaire. Nessa área, a taxa média de natalidade por mulher aparentemente não passa de seis e, em certas regiões, o número cai para quatro. A taxa bruta do conjunto do retângulo era certamente inferior a 40 por mil na época em que nasceram as crianças recenseadas – dos anos 1940 aos anos 1960. Estes números poderiam ser em boa parte imputados ao grande número de mulheres que não tinham filho algum, número que em certas áreas chegava a dois quintos da população feminina.

Dirigindo a atenção para o conjunto das regiões situadas fora desse retângulo de baixa fecundidade, podemos apontar algumas hipóteses válidas sobre a situação demográfica da África subsaariana pré-moderna. Aplicaremos os métodos de análise reservados às populações estáveis[17], mas há que notar aí duas questões problemáticas. A primeira questão é que é extremamente improvável que a taxa de natalidade tenha jamais sido superior ao seu nível atual. Talvez tenha per-

15 Ver, por exemplo, a predominância da África nas listas de pesquisas sobre a fecundidade, in DUNCAN, 1973.

16 A metodologia vem descrita por W. BRASS e A. J. COALE, in BRASS et al., 1968, p. 108-42; COALE e DEMENY, 1967. Encontra-se uma exposição cronológica das conclusões e interpretações sucessivas, por A. J. COALE e F. LORIMER, in BRASS et al., 1968; e por A. J. COALE e E. van de WALLE in BRASS et al., 1968; H. J. PAGE e A. J. COALE, in OMINDE e EJIOGU (orgs.), 1972; e por H. J. PAGE, in CALDWELL (org.), 1975.

17 Extraímos as cifras do quadro "Norte" , in COALE e DEMENY, 1966, p. 220-435.

manecido constante, como parece indicar o exame da pirâmide etária elaborada há cinquenta anos, pelos censos da Costa do Ouro (atual Gana)[18]. Além disso, a melhoria das condições sanitárias conseguiu diminuir a esterilidade e melhorar a fecundidade, como se sugeriu ao menos no caso do Quênia e da ilha Maurício[19]. Se assim for, é pouco provável que a taxa de fecundidade da África pré-moderna tenha sido 90% inferior à atual, e quase impossível que não tenha alcançado 80%. A segunda questão é a possibilidade de a população não ter permanecido estacionária, mas ter mantido uma taxa de crescimento de 0,5% ao ano durante alguns séculos (devido a razões que serão analisadas adiante).

Esse conjunto de fatores eventuais nos autoriza a imaginar uma sociedade em que a taxa de fecundidade feminina atingia a média de 5,5 a 7 filhos nascidos vivos, correspondente a uma taxa de natalidade de 42 a 50 por mil. A expectativa de vida ao nascer era de 20-30 anos, para uma taxa de mortalidade de 38 a 50 por mil e uma mortalidade infantil de 250/375 por mil crianças nascidas vivas. Pode-se admitir uma hipótese intermediária: uma situação em que a fecundidade média das mulheres ultrapassasse ligeiramente 6 filhos nascidos vivos, de onde teríamos a taxa média de expansão demográfica de 0,3% e a expectativa de vida ao nascer de 22,5 anos mais ou menos – nível correspondente ao da Roma Antiga, no fim da República[20]. Admite-se, então, uma taxa bruta de natalidade equivalente mais ou menos a 48 por mil e uma taxa bruta de mortalidade de 45 por mil, situando-se a mortalidade infantil entre 300 e 350 por mil. As elevadas taxas de natalidade, encorajadas pela cultura e pela religião, constituem certamente uma espécie de resposta à fortíssima mortalidade que por muito tempo caracterizou a África tropical como uma das regiões do mundo mais dizimadas por doenças.

O quadro não nos deve surpreender: as precárias condições da higiene pública prolongaram-se por muito tempo, até a época atual, nas mais remotas partes do continente. Pesquisas efetuadas em Mali (final da década de 1950) e em Alto Volta (início dos anos 1960) levaram a admitir uma taxa bruta de mortalidade próxima de 40 por mil e de mortalidade infantil próxima ou até superior a 300

18 J. C. CALDWELL, in BIRMINGHAM, NEUSTADT e OMABOE (orgs.), 1967, p. 94.

19 A taxa de natalidade da ilha Maurício, que se mantivera na média de 40 por mil durante todo o século, passou de 33 por mil em 1943 e para 50 por mil em 1950, ocorrendo a expansão mais forte durante e após a campanha antimalárica. William Brass acredita que as taxas de natalidade aumentaram na década de 1950 no Quênia (comunicação pessoal), enquanto D. J. van de Kaa julga que as taxas atuais de natalidade estão evoluindo na Nova Guiné (atual Papua-Nova Guiné), em condições de saúde e de mudança social análogas às de certas partes da África. (VAN de KAA, 1971.)

20 DUBLIN, LOTKA e SPIEGELMAN, 1936, p. 42.

por mil[21]. Semelhante estado de coisas é, porém, incompatível com a estabilidade demográfica verificada na zona de baixa fecundidade da África central, quando se admite que as atuais taxas de natalidade mantiveram-se constantes desde o passado. Dados os níveis de mortalidade acima descritos (hipótese bastante moderada, uma vez que as condições sanitárias nas florestas equatoriais do litoral da África ocidental foram, sem dúvida, por muito tempo piores que em qualquer outra parte), poderíamos concluir daí o seguinte: durante os séculos passados, nas regiões em que a taxa média de fecundidade das mulheres era de cinco nascimentos, o despovoamento teria tido ritmo superior a 0,5% ao ano; onde a taxa de fecundidade caía para 3,5 nascimentos, o despovoamento atingiria pelo menos 1,5% ao ano. Esta suposição é inconcebível se aplicada a um período prolongado: no último caso (despovoamento de 1,5%), a cada 40 anos a população teria diminuído para metade. Em ambos os casos há indícios de que, nos primeiros tempos da ocupação europeia, as populações africanas realmente ultrapassavam, de longe, todas as estimativas aventadas. A única conclusão possível é a de que a fecundidade tenha baixado nesta região em época relativamente recente, muito provavelmente durante o período de que estamos tratando.

Nosso objetivo essencial consistirá em examinar as influências que tenham podido provocar mudanças na densidade demográfica a longo prazo, bem como os fatores passíveis de ter exercido efeitos drásticos de curto prazo durante o século passado. Sempre se supôs que, nas sociedades tradicionais, o principal fator de limitação numérica da população fosse o potencial de alimentos disponíveis. No entanto, E. Boserup argumenta que as densidades demográficas críticas não conduziam a uma situação malthusiana, mas a uma evolução dos métodos agrícolas: "As baixas taxas de expansão demográfica encontradas (até há pouco) nas comunidades pré-industriais não podem ser explicadas como resultado de uma carência de recursos alimentares devida à superpopulação, e há que aceitar a ideia de outros fatores na explicação das tendências demográficas [...], médicos, biológicos, políticos etc."[22]

Talvez o passado da África tenha sido bem mais complexo e, nos casos extremos, se tenha chegado aos limites do potencial de alimentos, ainda que não frequentemente. As terras destinadas à lavoura restringiam-se às impróprias para outros usos; por exemplo, a faixa de terra quase deserta que separava dois reinos em guerra era utilizada como "terra de ninguém". Na maior parte do continente africano, o total de terras cultivadas sempre foi pequeno, em parte devido aos

21 P. CANTRELLE, in CALDWELL (org.), 1975, p. 102.

22 BOSERUP, 1965, p. 14.

métodos de queimada rotativa da savana, em parte pelo fato de os caçadores e coletores de alimentos terem necessidade de vastas extensões para sobreviver. Os episódios de fomes dramáticas eram excepcionais, registrados apenas em seguida a secas, invasões de gafanhotos ou caos social provocado por guerras ou epidemias. A crise amiúde desencadeava-se muito repentinamente para permitir o aproveitamento importante das terras ociosas[23]. Os limites extremos do potencial alimentício natural eram superados, causando enorme mortalidade e despovoamento, cujos efeitos persistiam por dezenas de anos. As pressões sobre a capacidade de produção de alimentos do sistema eram habitualmente – mas não sempre – demasiado breves e súbitas para determinar mudanças nos métodos de exploração do solo, segundo Boserup. Essas mudanças são mais prováveis quando pressão demográfica permanente age sobre a capacidade de produção de alimentos do sistema agrícola, seja numa situação em que a taxa de mortalidade tenha se reduzido significativamente com a melhora da higiene pública ou outras medidas, seja quando circunstâncias fortuitas ou condições geográficas favoráveis moderam os picos de mortalidade. Por dezenas de anos, subsequentemente à crise, a densidade humana permanecia abaixo do limite a partir do qual haveria pressão sobre os recursos alimentares[24]. As populações aumentavam, mas em ritmo modesto, pois estavam sempre sujeitas a epidemias e doenças fatais. A taxa de crescimento demográfico pode ter subido ligeiramente pois, numa população esparsa, os riscos de contágio das doenças infecciosas diminuem temporariamente[25]. Mas isso é discutível, já que o desastre pode ter causado uma tal desorganização na comunidade (por exemplo, uma alta porcentagem de órfãos) que a mortalidade poderia ter crescido por outras razões.

Os fatores da evolução demográfica em oposição a antes e depois de 1880

O fator mais nefasto para o equilíbrio demográfico foi, sem dúvida, o tráfico de escravos. Embora o presente capítulo compreenda um período cujo início

23 Esta tese apoia-se principalmente em um estudo efetuado em primeira mão sobre as secas no Sahel e na Etiópia, no início dos anos 1970. Ver CALDWELL(?).

24 Para um exame mais cuidadoso deste gênero de pressão, consultar ALLAN, W., 1965.

25 Como foi aparentemente o caso entre os colonos dos séculos XVII e XVIII, em contraste com a situação das sociedades das quais eles provinham.

coincide com a abolição quase total do tráfico de escravos através do Atlântico, é preciso estudar a importância da escravatura e seus efeitos a longo prazo.

O modo como certos números tornaram-se convencionalmente aceitos para medir a quantidade de africanos das regiões tropicais embarcados para o Novo Mundo assemelha-se curiosamente ao modo como foram extrapolados os cálculos da população do continente, a partir da obra de Riccioli.

P. D. Curtin demonstrou como a quase totalidade dos historiadores modernos abeberou-se indiretamente em Kuczynski, que foi buscar as estimativas em W. E. B. Du Bois, o qual, por sua vez, reproduzira as estimativas arbitrárias de Edward Dunbar, publicista norte-americano de meados do século XIX que defendia a causa política dos mexicanos[26].

Até que outros pesquisadores empreendam um exame mais completo das fontes originais, somos obrigados a citar as estimativas do próprio Curtin: segundo este autor, 9,5 milhões de escravos africanos chegaram vivos à América, distribuídos do seguinte modo: século XV, 34 mil (0,4% do total); século XVI, 241 mil; (2,5%); século XVII, 1341 mil (14%); século XVIII, 5652 mil (59,1%); século XIX, 2298 mil (24%)[27]. Este movimento, mais o pequeníssimo contingente de emigrantes africanos livres que atravessaram o Atlântico no século XIX[28], produziu nas duas Américas o desenvolvimento de uma população de origem africana cujo efetivo representa, hoje, um múltiplo do número total dos escravos outrora importados. Como não podia deixar de ser, a África ocupa o segundo lugar (depois da Europa) enquanto fonte de povoamento de "colonos" que emigraram do continente de origem. A significação histórica profunda desse fato ainda não foi plenamente compreendida.

A exportação de escravos (aceitando, em princípio, o número de africanos que chegaram vivos às Américas) pode ser considerada como taxa de emigração, com a ressalva de que desconhecemos realmente o efetivo das populações autóctones de onde foram extraídos esses contingentes. A título de exemplo

26 CURTIN, 1969, p. 3-8; a fonte intermediária da maior parte dessas estimativas é KUCZYNSKI, 1936, p. 12.

27 Extraída dos quadros das páginas 116, 119, 216 e 234, in CURTIN, 1969. Na reunião de especialistas sobre o tráfico negreiro, realizada sob os auspícios da Unesco em Port-au-Prince (Haiti), de 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 1978, os participantes não chegaram a acordo quanto ao número exato de escravos exportados para o Novo Mundo. Segundo a opiniào geral, as cifras de Curtin eram muito reduzidas, e o número exato deveria situar-se entre 15 e 30 milhões. Ver o relatório final da reunião, documento CC-78/CONF. 601/7, Unesco, Paris, 17 de julho de 1978; ver também J. E. INIKORI, "La traite des Noirs et les économies atlantiques de 1451 a 1870", documento de trabalho apresentado nessa reunião, CC-76/WS/22, Paris, 1 de outubro de 1976.

28 Por exemplo, os 36 100 africanos recrutados nas Antilhas britânicas entre 1841 e 1867. Ver ROBERTS, G. W., 1954, p. 235

e para nos reportarmos às estimativas baixa e média de Durand[29] (esta última porque mais adiante argumentaremos que pode estar mais próxima da verdade do que as novas estimativas de população constante), o quadro 1 dá, para três séculos e meio (1500-1850), as taxas médias anuais de emigração por mil habitantes da população de base correspondente às hipóteses demográficas média e baixa.

Quadro 1 Taxas médias anuais de emigração africana da população de base (1500-1850)

Número de escravos exportados	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	1800-1850
Taxa por mil habitantes				
Hipótese demográfica média			0,5	0,4
Hipótese demográfica baixa			0,9	0,6
Mesmas taxas para a África ao sul do Saara				
Hipótese demográfica média			0,6	0,4
Hipótese demográfica baixa			1,1	0,6

No entanto, a maior parte dos escravos provinha de regiões bem definidas da costa ocidental da África, sobretudo do Senegal e de Angola. Além disso, em sua maioria os cativos eram originários de zonas situadas a menos de 500 km do litoral. Supondo que nessas regiões encontrava-se aproximadamente um terço

29 As estimativas dadas para os séculos XVI e XVII seguiram os métodos de Durand.

da população africana que habitava o sul do Saara, obteremos as taxas indicadas no quadro 2 para os quatro períodos abaixo considerados:

Quadro 2 Taxas médias anuais de emigração da população de base, nas regiões mais afetadas pelo tráfico de escravos

Taxa de exportação	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	1800-1850
Hipótese demográfica média	0,1	0,6	2,5	1,8
Hipótese demográfica baixa	0,2	0,8	3,1	1,9

A esses números há que adicionar as mortes provocadas pelo tráfico. A mortalidade de escravos durante a travessia do Atlântico parece ter decrescido proporcionalmente: um sexto nos séculos XVI e XVII, um décimo nos séculos XVIII e XIX[30]. Durante as operações de captura e marcha dos prisioneiros para o litoral, o número de óbitos era com certeza elevado. Parte dessa mortalidade suplementar ocorreria de qualquer forma, pois a análise das origens da escravidão na África ocidental revelou que a oferta de escravos nos mercados aumentava significativamente por ocasião dos conflitos internos (tais como as conquistas dos Fulani na Nigéria), que faziam multiplicar o número de refugiados e de prisioneiros[31]. Mas, sem dúvida, a existência de um mercado de escravos na costa fazia aumentar a violência arbitrária e o número de vítimas das ilegalidades extraordinárias ou de aplicações mais rigorosas da lei habitual. As taxas acima apresentadas devem, portanto, ser acrescidas provavelmente de 50%, no mínimo, para os séculos XVI e XVII, de um terço para o século XVIII e talvez de 20% para o século XIX.

O aumento das taxas de perdas, mesmo se aplicado às estimativas baixas de população, não produz para a África uma taxa global superior a 1,3 por mil para o século XVIII e a 0,7 por mil para o século XIX. As perdas seriam compensadas pela diferença média de um ponto, entre a taxa de natalidade e a de mortalidade (o correspondente a uma taxa de expansão natural de 0,1 %). Considerando-se somente a África ao sul do Saara, esses números tornam-se, respectivamente, 1,4 e 0,8; e restritos ao terço dessa população, eles passam para 4,2 e 2,9. Bastariam essas taxas para provocar um decréscimo da população e

30 CURTIN, 1969, p , 275-86.

31 Ibid., p. 260.

deter todo e qualquer crescimento, na falta de outra mudança substancial que pudesse melhorar o balanço demográfico. Com efeito, parece que, nas sociedades pré-modernas, as taxas médias de expansão natural raramente alcançaram 0,4% por longos períodos. No decorrer do século XVIII e começos do XIX, havia na costa africana, de Cabinda até Luanda, bem como no interior correspondente, uma zona de evidente despovoamento. Essas zonas costeiras e interioranas, que englobam hoje em dia grande parte da atual Angola, do Zaire e até de Zâmbia, dificilmente teriam mais do que quatro milhões de habitantes e, no entanto, devem ter fornecido bem mais de um milhão de escravos somente no século XIX. De acordo com a fórmula adotada acima, esses números sugerem uma taxa de perda próxima de 1% ao ano, que certamente se traduziu em baixa de densidade e despovoamento de certas regiões, sobretudo em Angola.

Quais eram, então, as sequelas disso em 1880? As remessas para fora do continente haviam praticamente cessado: escravos provenientes do Sudão meridional foram introduzidos ao longo do Nilo até a Etiópia, a África oriental e talvez o Oriente Médio, durante mais alguns anos. A escravidão de fato continuava a ser praticada de Angola para as plantações de São Tomé e Príncipe, situação que perdurou até 1913. Em Zanzibar (hoje parte da Tanzânia), o comércio de escravos extinguiu-se praticamente depois de 1873. De resto, o mercado jamais atingiu, nessa região, escala comparável ao tráfico maciço das costas atlânticas, mesmo que dele tenha resultado certo despovoamento ao longo dos grandes eixos de penetração do interior, especialmente o que do oeste ia para Tabora. No interior do continente, a escravidão sedentária continuou, como prova um relatório de 1904 referente à África Ocidental Francesa, de acordo com o qual um quarto da população, aproximadamente, vivia sob um regime qualquer de escravidão[32]. No entanto, as consequências para a demografia local eram, sem dúvida, insignificantes. Embora em 1880 o tráfico para além do Atlântico já contasse quatro séculos de existência, metade dos escravos fora exportada mais ou menos a partir de 1770, inicialmente para atender ao surto do algodão norte-americano e, depois, à crescente demanda do Brasil.

Durante esse período de mais ou menos um século (1770-1880), os africanos que chegaram vivos ao continente americano, mais aqueles mortos no momento da captura ou durante o transporte, podem ser calculados ao todo em aproximadamente 6 milhões (4,5 milhões de homens e 1,5 milhão de mulheres)[33]. Desse total, a fração daqueles que, mesmo permanecendo livres, teriam sobrevivido

32 SURET-CANALE, 1971, p. 66.

33 A respeito da divisão por sexos, ver CURTIN, 1969, p. 41, nota 37.

até 1880 seria pequena: 250 mil pessoas no máximo, se levarmos em conta a redução das exportações de escravos depois de 1840. No entanto, a deportação de mulheres teve consequências mais graves para a demografia. Mesmo partindo de taxas de reprodução que caracterizam uma população estacionária, 1,5 milhão de mulheres teria dado à luz 3 milhões de filhos nascidos vivos (quer dizer, a um número de descendentes igual ao número de progenitores); um baixo índice de expansão natural (0,3% ao ano) faria aumentar esse número para 3,25 milhões por volta de 1880, dado que a massa de escravos foi exportada no início do período que estamos considerando. A cifra de 4 milhões de pessoas representa uma estimativa razoável do déficit total. Essa perda seria irrisória para a África como um todo ou para o conjunto das regiões ao sul do Saara, talvez 4 e 5%, respectivamente, o que representaria, se partirmos de uma taxa de expansão natural anual de 0,5%, o equivalente a oito ou 10 anos de crescimento. No entanto, nas regiões que constituíam as principais fontes de escravos a situação seria outra: se empregássemos a hipótese anterior – isto é, que a área continha um terço da população subsaariana –, o déficit teria sido de 15%, ou seja, o equivalente a uma geração inteira, pelo menos.

Duas hipóteses se afiguram discutíveis nestes cálculos. A primeira é que, para as populações do final do século XVIII e começos do XIX, o malthusianismo não constituía a regra, já que os recursos alimentares podiam ser desenvolvidos pela adoção de uma agricultura mais extensiva ou mudando-se as plantas cultivadas. Se assim não fosse, então a população teria tido, normalmente, um aumento natural muito pequeno, mas expandindo-se com rapidez bastante para compensar o déficit devido ao tráfico, antes de diminuir. De onde se infere que o tráfico teve um impacto muito fraco sobre o total da população. Não obstante, já se supôs uma certa restrição malthusiana, considerando-se que metade da quantidade total de escravos foi exportada durante os três séculos anteriores a 1770. Se esta hipótese não se confirmar (e supondo que a divisão por sexos nas cargas de cativos tenha permanecido relativamente constante no decurso dos séculos), poderemos, então, presumir um déficit suplementar de 4 milhões de almas, se aplicarmos apenas a taxa média de expansão natural a partir de 1770. O número chega a 5 milhões se considerarmos o período inteiro. A segunda hipótese, bem menos discutível, é que o caráter universal do casamento das mulheres na África, garantido, mesmo nas regiões onde havia desequilíbrio numérico entre os sexos, pela prática da poligamia, significa que a retirada maciça de homens teve pouco efeito sobre a reprodução global. Na realidade, os costumes tradicionais de casamento limitaram as perdas infligidas à África pelo tráfico.

Nas regiões (e áreas limítrofes) que forneceram escravos durante quinhentos anos, produziu-se uma mudança mais sutil, que pode ter causado um impacto demográfico mais importante. Trata-se da evolução das fontes de alimentos, que experimentaram grande renovação em consequência dos contatos externos.

Algumas das populações africanas mais densas vivem hoje sob os "trópicos úmidos", região que se estende da costa da África ocidental, pela bacia do Congo, aos planaltos da África oriental. A maior porção dessa área era originariamente recoberta por espessas florestas, boa parte das quais ainda subsiste. Atualmente, elas abrigam dois quintos da população do continente, mas nem sempre foi assim. A característica mais extraordinária dessa vasta região é que larguíssima parte dos alimentos provém de plantas ali desconhecidas há quinhentos anos. Um exame atento das pesquisas científicas sobre os regimes alimentares ao sul do Saara[34], bem como de outros documentos semelhantes, demonstra que a mandioca é, hoje, a cultura mais difundida no litoral que vai da Costa do Marfim até Angola. No interior, o cultivo de mandioca atinge os contrafortes ocidentais dos planaltos da África oriental. O segundo lugar cabe à cultura do milho, que tende a dominar em Angola e nas vastas extensões da África oriental (do Quênia a Lesotho e a Natal). Em Ruanda e em Burundi, a ordem de importância das culturas é feijão, batata-doce, mandioca e batata.

Há mais de seis mil anos, segundo alguns especialistas (embora outros o contestem), a revolução neolítica atingiu a África pelo Egito, alcançando as savanas da África ocidental uns três mil anos mais tarde[35]. A passagem à agricultura produziu resultados espantosamente fecundos, que permitiram a domesticação de plantas selvagens na Etiópia e na África ocidental. Civilizações neolíticas ainda mais avançadas (como a civilização Nok) surgiram na Nigéria setentrional. O cultivo de gêneros alimentícios na zona tropical úmida teve menor êxito, embora a cultura local do inhame se adaptasse à umidade e prosperasse bastante bem às margens das florestas, assim como a variedade de arroz da África ocidental. Pouco depois do início da era cristã, vegetais mais adaptados à África equatorial, como a banana (especialmente a banana-da-terra) e o inhame asiático, alcançaram a África oriental e propagaram-se lentamente em direção ao Ocidente[36].

34 M. P. MIRACLE, in GABEL e BENNETT (orgs.), 1967, p. 201-25. Miracle demonstrou de forma convincente a imperfeição dos dados antropológicos utilizados por MURDOCK, 1960, bem como o interesse de que se revestem as sérias pesquisas por sondagem efetuadas pelos serviços públicos no decorrer do ano. Levando em conta as reservas apontadas pelos críticos de Miracle, Murdock foi aqui empregado como referência adicional.

35 OLIVER e FAGE, 1962, p. 25; MURDOCK, 1960.

36 HALLET, 1970, p. 16-17; ver também SAUER, 1952, p. 34-5.

Mas a conquista da floresta era obra de grande envergadura: a agricultura e o povoamento humano progrediram vagarosamente nas zonas florestais. O processo foi tão lento que, até o século XV, as áreas de florestas ao norte da bacia do Congo parecem ter sido esparsamente povoadas por caçadores e coletores, população que ainda hoje ocupa considerável extensão de terras[37].

Do ponto de vista da história demográfica, tenhamos sobretudo presente que, há quinhentos anos a floresta africana abrigava uma população muito escassa. As grandes exceções eram as margens da floresta, a costa e os principais eixos de comunicação. Na Nigéria, a zona de Lagos oferece-nos um exemplo do primeiro caso; do mesmo modo, Old Oyo no caso do litoral. Por fim, no caso dos eixos de comunicação, citemos Ife e Benin onde se faz a travessia do Níger, no último ponto em que o rio é facilmente acessível e vadeável antes de atingir o delta. Desde então, a ocupação da floresta continuou em ritmo acelerado e ainda não se completou. Para tomar um exemplo da Nigéria – um exemplo recente –, a abertura da floresta úmida ao sul de Ondo (e a sudeste do país Yoruba, densamente povoado) à agricultura intensiva foi, em larga medida, produto da construção da estrada que liga Ijebu Ode a Benin, em começos dos anos 1960.

Parece fora de dúvida que o povoamento da floresta foi quase que inteiramente devido à expansão natural e não à imigração. Do mesmo modo, está claro que o processo se acelerou no século XIX e que, no decorrer do período em estudo, já atingira um ritmo sem precedentes. O milho alcançou certos pontos ao norte da bacia do Congo somente depois de 1830, e tornou-se o cultivo mais importante dos Zande por volta de 1900. O Quênia cultivava o milho desde os anos 1880, mas, até o final do século, somente a costa do oceano Índico produzia em grandes quantidades[38], já em Uganda, Ruanda e Burundi, o milho não assumiu importância senão nas primeiras décadas do século XX[39]. O cultivo da mandioca foi ainda mais tardio. Na África ocidental, a difusão do cultivo da mandioca foi freada devido à ignorância dos africanos, que não sabiam prepará-la nem eliminar as diversas substâncias tóxicas que a planta contém. Foram os afro-brasileiros (africanos retomados do Brasil, para onde eles próprios ou seus ancestrais tinham ido como escravos), estabelecidos na costa da Guiné no século XIX, que ensinaram os autóctones a preparar o *gari* (farinha de mandioca), receita que "parece ter-se difundido dos centros de afro-brasileiros à

37 McCALL, 1964, p. 142-3; PHILLIPSON, 1977, p. 220-30.

38 MIRACLE, 1966, p. 95-9.

39 M. P. MIRACLE, in GABEL e BENNETT (orgs.), 1967, p. 219-20.

maior parte das regiões de cultura tradicional do inhame", mas sua expansão se tornou particularmente rápida mais ou menos a partir de 1900[40].

O cultivo da mandioca desenvolveu-se significativamente somente a partir de 1900 no Senegal e não antes dos anos 1920 ao norte dos rios Níger e Benue[41]. Todas as provas coincidem. As variedades asiáticas de arroz suplantaram de longe as variedades indígenas, especialmente na África ocidental, no decurso dos séculos XIX e XX. No entanto, às antigas variedades de *tara* vieram acrescentar-se, no século XIX, os novos tipos importados do Pacífico[42].

O historiador da alimentação notaria as mudanças revolucionárias ocorridas nos regimes alimentares. No entanto, o demógrafo deve sublinhar que grande parte das regiões situadas ao sul do Saara passaram por mudanças nos últimos quinhentos anos, e que tal evolução tornaria quase inevitável a expansão demográfica. Acrescentemos que as mudanças se aceleraram no final do século XIX e que exerceram efeito particularmente sensível exatamente nas zonas que foram as grandes fornecedoras de escravos.

Esses foram os principais fatores determinantes da evolução demográfica, mas há outros. Citemos o comércio, embora seja o caso de perguntarmos se as suas atividades introduziram mais riqueza, maiores possibilidades de comprar víveres em época de escassez e, talvez, de receber cuidados médicos nas poucas localidades onde isso era possível, ou se não trouxeram novas doenças, ao multiplicar o contato com estrangeiros. Por volta de 1880, as culturas comerciais compreendiam o algodão do Egito, o cravo-da-índia de Zanzibar, o açúcar de Natal e a crescente área de amendoim do Senegal. Na Argélia, colonos brancos haviam fundado uma economia colonial baseada no vinho e no trigo. Falta mencionar um efeito secundário do comércio, prejudicial à saúde pública: a maciça importação de álcool de forte graduação pelo continente. O comércio do álcool deve-se a dois motivos: a) o álcool podia ser produzido a baixo preço na Europa e exportado para a África com enormes lucros; b) numa economia que ignorava qualquer moeda de troca verdadeiramente reconhecida, havia o problema de oferecer uma mercadoria que fosse aceita pelos africanos em contrapartida aos produtos locais[43]. Mary Kingsley julgava legítimo o comércio de álcool, supondo-o menos nocivo do que a maconha[44], opinião partilhada

40 W. O. JONES, 1959, p. 79.

41 Ibid., p. 80-4.

42 JOHNSTON, B. F., 1958, p. 26.

43 Ver as observações de H. M. Stanley, citadas por MIDDLETON, 1936, p. 288.

44 KINGSLEY, 1897, p. 662-8.

por uma comissão formada em 1909 para pesquisar o comércio do álcool[45]. As bebidas alcoólicas eram distribuídas em profusão, muitas vezes sob a forma de salário. Em 1894, metade das receitas globais e 95% dos direitos aduaneiros do protetorado da costa do Níger provinham do álcool. Nesse mesmo ano, as receitas públicas oriundas de bebidas alcoólicas alcançavam aproximadamente 2 milhões de libras esterlinas[46]. Embora a Conferência de Bruxelas de 1892 tenha procurado, sem êxito, limitar esse comércio no Congo (atual Zaire), nenhuma regulamentação pôde ser imposta na África tropical, antes do período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial.

As mesmas questões podem ser colocadas a respeito de outro tráfico, o de armas. A introdução da carabina é que permitiu a um punhado de homens arrebatar grande quantidade de escravos africanos. A experiência dos traficantes árabes e etíopes na África oriental o comprova. A prazo mais longo, essas regiões comercialmente mais desenvolvidas foram as primeiras a serem dotadas de uma infraestrutura econômica, administrativa e civil: instalações portuárias, estradas, centros comerciais, comercialização das safras e, finalmente, escolas, equipamentos sanitários e, talvez, redução das taxas de mortalidade. Na África ocidental, as regiões particularmente ativas no comércio de escravos em geral estavam à frente no que se refere a esses melhoramentos. Os Igbo e os Ashanti desenvolveram parte de seus dons para o comércio durante a época do tráfico de escravos. No norte da África, drenagem, redes de esgotos e outras infraestruturas sanitárias foram, sem dúvida, implantadas desde meados do século XIX, em algumas cidades da Argélia e do Egito. O objetivo, em grande parte, era proteger as minorias europeias recentemente ali estabelecidas, mas as populações autóctones também acabaram por ser beneficiadas. Na década de 1840, o impacto deste progresso foi particularmente benéfico em Argel, onde os franceses procuravam erradicar o *cholera morbus*[47].

O impacto do colonialismo

Um dos argumentos mais frequentes dos europeus para justificar a sua política de colonização nos anos 1880 era que as novas administrações permanentes reduziriam as perdas em vidas humanas, até então devidas às lutas entre etnias

45 SCHRAM, 1971, p. 115.

46 Ibid., 114-5.

47 MORRELL, 1854, p. 87.

e às operações de captura pelos mercadores de escravos. Lugard insistia muito em que as regiões mais despovoadas da Nigéria comprovavam as devastações crônicas[48]. Sem dúvida, reinava certa insegurança na África pré-colonial: a posição defensiva ocupada por inúmeras aldeias o demonstra. Os agricultores só desciam à planície para cultivar as melhores terras, desde que tivessem a sua segurança garantida[49].

O argumento da maior segurança tornou-se verdadeiro a longo prazo, mas continua a ser muito discutível quanto às primeiras décadas. A instabilidade africana fora exacerbada ao contato dos europeus. De qualquer modo, com certeza os administradores e missionários a ampliaram, todos procurando justificar a nova ordem instaurada. Em muitos casos, o objetivo das razias não era a captura de homens, mas a pilhagem de gado e cereais[50], ainda que os proprietários atacados corressem riscos ao defender seus bens. Mas o que os novos regimes coloniais citam com menos frequência é o pesado tributo em vidas humanas que foi o preço de suas intervenções nas diferentes regiões da África. As perdas raramente ocorriam logo ao primeiro estabelecimento da administração; deviam-se, antes, à repressão das revoltas posteriores e às expedições punitivas por elas desencadeadas. Essas represálias parecem ter causado sérios prejuízos, em razão da escassez de alimentos que se seguia à transmutação dos ciclos da agricultura de subsistência. Eis alguns exemplos: no Senegal, em 1886, o massacre de milhares de autóctones quando tentavam opor-se à construção de uma ferrovia[51]; a guerra dos Ndebele na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), em 1893; a interminável repressão da revolta dos Batetela no Estado Livre do Congo (1895-1907); a série de dramas no Sudoeste Africano alemão (atual Namíbia) (1901-1906). Desastres ainda mais graves esgotaram Tanganica (atual Tanzânia), onde os alemães adotaram a tática da "terra queimada" durante a rebelião dos Maji Maji (1905-1906). O número total de mortos elevou-se provavelmente a centenas de milhares, principalmente devido à fome[52]. Nessa mesma região, as hostilidades entre as tropas alemãs e as britânicas durante a Primeira Guerra Mundial sem dúvida alguma agravaram a taxa de mortalidade. Mesmo que as causas tenham sido mais

48 LUGARD, 1929, p. 66.

49 PROTHERO, 1965, p. 39-40; R. M. PROTHERO, in CALDWELL e OKONJO (orgs.), 1968, p. 252.

50 MACMILLAN, 1938, p. 47 et seq.

51 GAFFAREL, 1905, p. 80-4.

52 Ver C. J. MARTIN, in BARBOUR e PROTHERO (orgs.), 1961, onde as perdas em vidas humanas são estimadas em aproximadamente meio milhão.

complexas, citemos como consequência indireta, mas certa, da presença dos europeus as devastações sofridas pelos países limítrofes da nação Zulu depois de 1800, bem como as destruições decorrentes das guerras dos Zulu, que se prolongaram de 1879 até o último levante de 1906. A ocupação branca não pacificou em toda a parte os conflitos que dividiam os africanos. Certas rivalidades agravaram-se, porque os administradores ou os missionários tomavam o partido de um grupo étnico contra outro. Em certas regiões do continente, a paz colonial permitiu aos povos agricultores empalmar as terras dos nômades, como ocorreu nos países dos Tuaregues e dos Massai.

Evidentemente, algumas das regiões dotadas de administração permanente experimentaram uma expansão demográfica durante o século XIX. Esse parece ter sido o caso do Egito, país onde, no começo do século passado, Muhammad ʽAlī desenvolveu a irrigação e melhorou as infraestruturas sanitárias[53]. Foi também o que sucedeu na Argélia, depois que os franceses subjugaram os últimos resistentes, em 1879[54]. Em particular quando os militares cederam lugar aos administradores civis – fato que se generalizou em começos do século XX –, a necessidade de tal estabilidade nasceu das exigências impostas pelos governos metropolitanos, para os quais as administrações coloniais africanas deveriam ser autossuficientes[55]. Daí resultaram importantes esforços pelo desenvolvimento das comunicações e pela produção destinada à exportação.

O problema demográfico maior, que assinalou os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, foi talvez a "questão da mão de obra" e os sistemas de concessão aplicados na África central.

No final do século XIX, as metrópoles advertiam que as colônias tinham de ser rentáveis. Alcançar o objetivo, ou não, dependia inteiramente do trabalho da mão de obra africana. Os lucros provinham do transporte dos produtos, que era realizado por carregadores na maior parte das regiões tropicais do continente. Na verdade, a existência da mosca tsé-tsé impedia o emprego de animais de tração, e a falta de estradas e de ferrovias afastava a possibilidade de transporte mecanizado. Na África central, o produto mais lucrativo foi, a princípio, o marfim, e o transporte das presas exigia enormes esforços dos carregadores.

O desenvolvimento da bicicleta de pneus, nos últimos anos da década de 1880, e do automóvel com rodas pneumáticas, na década seguinte, ocasionou enorme demanda de borracha, que não pôde ser atendida pelas plantações antes

53 KISER, 1944, p. 385 et seq.

54 OLIVER e FAGE, 1962, p. 150.

55 Ibid., p. 204 et seq.

da geração seguinte (a primeira plantação da Malásia começou a produzir em 1910). No intervalo, a África tropical e a América do Sul satisfizeram as necessidades do mercado graças à borracha nativa, que na África dava principalmente em lianas e cuja exploração, transporte e primeiro processamento exigiam importantes recursos de mão de obra.

A dificuldade com a mão de obra provinha do fato de os africanos que viviam da "agricultura de subsistência" terem poucas necessidades pessoais, considerando o trabalho regular como uma forma de escravidão[56]. Na opinião deles, esse tipo de trabalho era para mulheres[57]. Os europeus, frustrados ao ver escapar-lhes polpudos lucros, tomavam muito a mal essas atitudes africanas: "O medo tinha de substituir a falta de ambições, de desejo de enriquecer, tornando-se o motivo que incitaria os africanos a trabalhar"[58]. As soluções aplicadas foram primitivas e frequentemente brutais. O trabalho forçado foi introduzido em benefício dos poderes públicos, e os chefes locais, encarregados de designar os trabalhadores. Instituíram-se os impostos pessoais e de palhota, com a possibilidade, em certas regiões e mais comumente nos primeiros tempos do sistema, de se optar pelo pagamento em dias de trabalho. Em 1896, depois que a conquista francesa introduziu a tributação, os Mossi do Alto Volta procuraram, a princípio, aumentar a produção e o comércio, mas logo os jovens Mossi começaram a ir trabalhar como operários sazonais na Costa do Ouro (atual Gana), só para descobrir que os impostos triplicaram entre 1906 e 1910[59]. O sistema tem uma longa história. Fazia parte do novo método de colonização aplicado pela França nos anos 1920, época em que os Mossi foram empregados nas obras da ferrovia da Costa do Marfim e nas outras obras de infraestrutura da África ocidental francesa, embora o trabalho dos carregadores se tornasse cada vez mais raro, à medida que se generalizava o uso dos caminhões de carga[60]. Além disso, os africanos estavam obrigados aos recrutamento militar, sendo incorporados no exército e na polícia. Em certos países, empregou-se mão de obra recrutada no estrangeiro, como foi o caso dos indianos recrutados para construir a ferrovia Mombaça-Uganda em começos do século, e para o cultivo do açúcar em Natal, já desde 1860. Por toda parte verificavam-se deslocações de mão de obra, seja para concentrar o pessoal onde era mais necessário, seja porque certas comunidades africanas tinham fama

56 J. C. MITCHELL, in BARBOUR e PROTHERO (orgs.), 1961.
57 OLIVER e FAGE, 1962, p. 202.
58 MONTMORENCY, 1906, p. 149.
59 E. P. SKINNER, in KUPER (org.), p. 60-3.
60 M. L. BATES, in HARLOW e CHILVER (orgs.), 1965, p. 625.

de ser melhores ou mais afeitas ao trabalho, em virtude de contatos mais antigos com a economia comercial ou em consequência de antigas características de suas culturas originais.

Nos 30 anos que se seguiram a 1880, as deslocações de mão de obra eram normalmente acompanhadas de elevada mortalidade. Muitas vezes, os trabalhadores eram enviados para regiões onde ficavam expostos a doenças para eles novas; além disso, africanos que pareciam imunizados contra a malária no seu país de origem, uma vez deslocados, contraíam uma forma virulenta dessa doença e até hematúria[61]. Alguns trabalhadores deslocados não respeitavam hábitos estritos de higiene, existentes um pouco por toda a África, especialmente o de satisfazer as necessidades naturais fora da aldeia e longe das correntes de água[62], poluindo então as fontes de água e disseminando a disenteria e as novas doenças da febre tifóide e paratifóide. As condições reinantes nos campos de trabalho certamente favoreciam a propagação das doenças venéreas e da diarreia. Os homens, vetores de numerosos germes de doenças e de parasitas comuns na África tropical, costumavam trabalhar duro em comparação com seus costumes e com sua resistência física. Caíam doentes. Muitos estavam enfraquecidos pela fome, em parte porque o novo regime alimentar que lhes ofereciam era radicalmente diferente de sua alimentação tradicional, em parte porque os carregadores e outros viviam subalimentados: os europeus ou não se preocupavam com isso, ou então supunham, sem qualquer razão, que os africanos viviam do que a terra dava [63]. As estatísticas de mortalidade do século XIX são mal conhecidas, mas em 1915 o cônsul britânico em São Tomé e Príncipe dava uma taxa de 100 óbitos por 1000, entre os trabalhadores levados para lá[64]. Em 1922, durante a construção da ferrovia de Brazzaville, calculou-se uma taxa equivalente entre os africanos submetidos ao trabalho forçado[65]. Esta última contrastava com a mortalidade de 150 por mil, vigente no canteiro de obras da ferrovia de Camarões, antes de 1914[66]. Os Mossi traduziam a situação com um provérbio: "O trabalho do homem branco come as pessoas". Nos anos 1920, a administração francesa teve de intervir no Alto Volta, para melhorar a alimentação e o salário

61 THOMAS, H. B. e SCOTT, 1935, p. 309.

62 FAULKINGHAM, R. H., BELDING, FAULKINGHAM, L. J. e THORBAHN, 1974, p. 31-5; ORUBULOYE, s.d., p. 77.

63 KUCZYNSKI, 1939, p. 50-1; SURET-CANALE, 1971, p. 26 et seq.; E. P. SKINNER, in KUPER (org.), 1965, p. 65.

64 MOREL, E. D., 1920, p. 157-8.

65 KUCZYNSKI, 1939, p. 162.

66 Ibid., p. 61.

dos trabalhadores empregados na ferrovia da Costa do Marfim, a fim de reduzir as perdas em vidas humanas[67]. Condições igualmente más reinavam nas áreas agrícolas, como o prova o desaparecimento anual de 20% dos trabalhadores de Camarões, em 1902[68].

A situação mais desastrosa era a da África central, no Estado Livre do Congo (mais tarde, Congo Belga e, depois, Zaire), no Congo francês (mais tarde, África Equatorial Francesa) e na parte alemã de Camarões, ou seja, quase exatamente na zona de baixa fecundidade. Por volta de 1890, os concessionários obtiveram produção total de vastas extensões de terra no Estado Livre do Congo, enquanto o sistema era reforçado pela criação do Domínio Privado de Leopoldo, a partir de 1892. Em menos de dez anos, o sistema estendeu-se às outras duas colônias alemã e francesa, e se manteria intocado até a véspera da Primeira Guerra Mundial. No final dos anos vinte, André Gide ainda encontrou lá remanescências notáveis[69].

Cada um desses sistemas tinha muitos pontos em comum. Os africanos descobriram que já não eram proprietários das reservas de marfim acumuladas, que tinham de matar os elefantes para obter as presas e de sangrar a floresta para conseguir borracha. Figuras suspeitas chegaram da Europa como representantes das concessionárias: eram autorizadas, em grau extraordinário, a utilizar em proveito próprio o aparelho da administração colonial, inclusive as forças armadas, a polícia e os tribunais. O imposto e o trabalho forçado, embora oficialmente regulamentados, eram aplicados por esses agentes de modo a assegurar trabalho de tal duração que a agricultura e, consequentemente, o regime alimentar sofreram profundamente. As populações locais passaram a aceitar cada vez menos o fato de serem despojadas das terras coletivas, que sempre lhes pertenceram, para trabalhá-las em benefício de outrem. A prisão era uma pena pouco satisfatória, já que reduzia o efetivo de trabalhadores. Em vez disso, aplicavam-se o chicote, as mutilações, a tomada das mulheres e dos filhos como reféns, o incêndio das aldeias e um número considerável de execuções. Sem dúvida alguma, a doença e a fome acompanharam a destruição da organização tradicional do trabalho e a fuga de aldeias inteiras[70]. Não há

67 E. P. SKINNER, in KUPER (org.), 1965, p. 65.

68 KUCZYNSKI, 1939, p. 68.

69 GIDE, 1930, passim.

70 Fenômeno amplamente bem descrito, especialmente por causa das discussões que suscitou na Europa durante este período. Ver SURET-CANALE, 1971; MOREL, 1920; MIDDLETON, 1936, e também Information and Public Relations Office, Belgian Congo and Ruanda-Urundi, *Belgian Congo,* Bruxelas, 1959, v. 1.

nenhuma estatística exata da época, mas todos em geral constatam um declínio dramático da população. É provável que o cálculo dessas perdas tenha se baseado em estimativas exageradas da população africana pré-colonial, levando em conta o desaparecimento de populações que viviam ao longo dos caminhos e dos rios, e que tinham abandonado suas aldeias. No entanto, é difícil deixar de concluir que a população diminuiu nessas regiões entre 1890 e 1910, senão mais tarde (a teoria segundo a qual milhões de africanos emigraram para os territórios ingleses limítrofes quase não encontra apoio nos documentos e nos censos britânicos realizados nessas colônias). Parece mais difícil, mas talvez não impossível, imaginar que o índice de moléstias (venéreas e outras) desse período contribuiu para agravar a taxa de esterilidade feminina durante meio século e mais. E é difícil aceitar o teor de um texto publicado pelas Nações Unidas, atribuindo a situação da região a "um choque cultural" e a "um processo de adaptação"[71].

A expansão colonial deveria, afinal, redundar num forte desenvolvimento demográfico, devido em parte ao estabelecimento de bases econômicas cujos resultados já foram discutidos em vários dos capítulos anteriores. Alguns dos mais espetaculares foram a exportação de azeite de dendê do delta do Níger, a descoberta de diamantes e, em seguida, de ouro na África do Sul entre 1870 e 1900, o desenvolvimento da cultura do cacau na Costa do Ouro nos anos 1890 e, finalmente, a descoberta de enormes jazidas de cobre no Congo e na Rodésia do Norte (atual Zâmbia), no início deste século.

No entanto, o acontecimento que mais rápida influência exerceu sobre a mortalidade foi a expansão das estradas e das ferrovias. Pelo fim da década de 1920, a maior parte do sistema ferroviário estava pronta e as estradas eram melhoradas. Já a partir dos últimos anos da década de 1930, alguns caminhões chegavam a quase todas as regiões do continente. Os meios de transporte permitiram que os administradores e os negociantes enviassem alimentos para as áreas afetadas pela fome. A própria existência de uma rede de transportes e de moeda válida em regiões muito extensas estimulou a produção de excedentes alimentares para o mercado, a partir de 1920; os óbitos provocados pela carestia, devida à seca, diminuíram constantemente, assim como começaram a declinar os picos da taxa de mortalidade, que mantinham uma elevada média de óbitos. Antes dessa data, países como Uganda sofriam fomes que matavam mais de 100 mil pessoas por ano, como sucedeu em 1918-1919[72].

71 United Nations, 1973, p. 31.

72 D. A. LOW, in HARLOW e CHILVER (orgs.), 1965, p. 110.

Os missionários exerciam influência modesta, mas real, sobre essa mortalidade, independentemente da abertura de hospitais. Uma autoridade declarava que "os fiéis adquiriram [...] ao menos um certo domínio das condições de vida criadas pelo sistema colonial"[73].

Finalmente, que efeito teve a medicina ocidental na África? Resumindo, com exceção das medidas excepcionais tomadas em alguns casos de epidemia, os parcos serviços sanitários instalados antes da Primeira Guerra Mundial tinham a principal preocupação de cuidar dos europeus. Mais tarde, foram progressivamente estendidos aos trabalhadores africanos, que ainda eram, a justo título, considerados a principal fonte de riquezas do continente. A medicina de massa não começou a ser verdadeiramente praticada senão em meados do século XX. O fato de os serviços médicos pouco poderem fazer está provado pelos números: ainda em 1939 o montante do orçamento a eles destinado não passava de dois xelins por pessoa na Costa do Ouro e de cinco dinheiros na Nigéria[74].

As populações estavam sujeitas a terríveis doenças. Nos anos 1930, um relatório sobre as condições sanitárias reinantes em Kampala ainda indicava:

> Cada doente que se apresenta à consulta é portador de germes ou sofre de malária ativa e está atacado por uma ou diversas variedades de parasitas intestinais. De 50 a 80% sofrem ou sofreram de sífilis, de bouba ou das duas doenças. O mesmo se dá com a gonorreia, e, além disso, a lepra, a febre de espirilo e a disenteria estão longe de ser raras[75].

As afecções parasitárias compreendiam a ancilostomíase, a ascaridíase, a esquistossomose, a filariose e o nematóide de Medina. Acrescentem-se as doenças epidêmicas, como a febre amarela, a varíola, a doença do sono (tripanossomíase) e os males importados: tuberculose e cólera. Mais ou menos até o fim do século passado, os europeus estavam muito mais expostos às doenças africanas, como o provam as taxas de mortalidade registradas no começo daquele século entre as forças britânicas estacionadas na África ocidental. Os óbitos eram nove vezes superiores entre os brancos do que entre os soldados africanos[76].

Nem a própria Europa estava bem equipada, do ponto de vista médico, para as aventuras africanas. No começo do século XIX, a expectativa de vida de um

73 OLIVER e FAGE, 1962, p. 204.

74 KUCZYNSKI, 1948-1953, v. I, p. 10.

75 THOMAS H. B., e SCOTT, 1935, p. 303-4.

76 Calculado com base nos dados citados por KUCZYNSKI, 1948-1953, v. I, p. 16, que dão taxas brutas de mortalidade de 427 por mil para os soldados europeus e de 46 por mil para os africanos.

inglês, ao nascer, era inferior a 40 anos. No entanto, no final do século, esse número passou para 47 anos na Inglaterra, na França e na Alemanha, enquanto a mortalidade geral se aproximava dos 20% e a mortalidade infantil ficava perto dos 200 por mil[77] .

Além disso, a revolução na medicina demorou a se interessar pelas doenças tropicais. Embora a vacina antivariólica tenha sido descoberta no século XVIII (principalmente porque a varíola não era uma doença tipicamente tropical), os fatores de propagação da elefantíase, da malária e da febre amarela só foram identificados, respectivamente, em 1877, 1897 e 1900. Com exceção do quinino e de certos compostos do arsênico utilizados contra a sífilis e a bouba, o aparecimento de medicamentos e vacinas contra as doenças tropicais só data realmente dos anos 1920. Entretanto, escolas de medicina tropical foram fundadas na Europa, desde 1897 em Liverpool e em Londres, em 1900 em Hamburgo, em 1901 em Bruxelas, seguidas pelas de Paris, Bordéus, Marselha e, mais tarde, pelas da África (Cidade do Cabo em 1912 e Dacar em 1918).

Na África tropical, a medicina pública foi por muito tempo um serviço confiado aos militares, ainda que pequenos hospitais civis começassem a aparecer na década de 1890. A partir de 1840, ano em que o primeiro médico missionário chegou a Serra Leoa, missões médicas difundiram-se esparsamente pela África ocidental. Algumas delas incluíam pessoal africano, sobretudo em Serra Leoa. Esses estabelecimentos tratavam principalmente os militares, os administradores e os missionários, embora alguns africanos também recebessem tratamento: soldados, empregados do governo e pessoal das missões. Os verdadeiros progressos datam apenas do início do século atual, como o prova a evolução das taxas brutas de óbitos de funcionários europeus em serviço na Costa do Ouro: 76 por mil em 1880-1900, 31 por mil em 1902, 22 por mil em 1903 e 13 por mil em 1904. Mesmo considerando as faixas etárias, estas porcentagens suportam favoravelmente uma comparação com as taxas correspondentes relativas à Inglaterra por volta de 1912[78]. Atribui-se o progresso às medidas sanitárias tomadas contra a malária e a febre amarela, à melhora dos métodos de tratamento das doenças tropicais e à segregação dos quarteirões de habitação. As medidas sanitárias devem ter causado algum efeito sobre os poucos africanos que viviam nos principais centros administrativos, especialmente em Lagos, após as determinações do governador William McGregor e do dr. Ronald Ross (que descobriu o mecanismo de propagação da malária), no começo do século. O emprego de métodos europeus para

77 KEYFITZ e FLIEGER, 1968, p. 32-6; DUBLIN, LOTKA e SPIEGELMAN, 1936, p. 61.

78 KUCZYNSKI, 1948-1953, v. I, p. 17-8.

cuidar da saúde dos africanos era insignificante, de um lado porque a Europa oferecia campos de experiência mais interessantes depois da Primeira Guerra Mundial e, de outro, por causa da crise dos anos 1930, que levou as potências coloniais a restringirem despesas com saúde pública. Em 1924, a Nigéria tinha, teoricamente, um médico para 200 mil habitantes, mas, de fato, somente em um quarto dos postos esse cargo estava lotado. Em 1939, a proporção de médicos em relação à população do país era inferior à de 1914[79]. Ainda assim, essas próprias cifras superestimam as possibilidades de os africanos se beneficiarem com tratamento médico, já que, no decorrer dos anos 1930, contavam-se na Nigéria 12 hospitais reservados para 4 mil europeus, enquanto 40 milhões de africanos dispunham apenas de 52 estabelecimentos hospitalares[80].

Em vista da extrema carência de médicos, a difusão da saúde pública dependia da possibilidade de serem fundadas clínicas rurais que dispensassem os cuidados necessários mediante serviços de auxiliares médicos, e de serem organizadas, nas aldeias, unidades médicas que recorressem aos meios locais. Na Nigéria, em 1904 foi aberto um dispensário em Ibadã, e outros vieram nas cidades Yoruba, no decorrer dos anos seguintes[81]. Em 1910, o governo de Serra Leoa concedeu prêmios, para cada distrito, aos chefes das duas aldeias cujas condições sanitárias mais tivessem melhorado[82]. Em 1934, havia hospitais em todos os principais centros de Uganda e 88 subdispensários de zona rural que registraram, nesse ano, 1 378545 consultas[83]. Cumpre não exagerar o alcance de tais mudanças: em muitos dispensários os remédios eram escassos e os responsáveis mostravam-se indecisos quanto à conduta a seguir, como ocorreu na maior parte das regiões africanas rurais até o aparecimento da linguagem escrita. André Gide, em visita aos centros sanitários de Bétou, às margens do Oubangui, no final dos anos 1920, observava com acrimônia que os únicos produtos disponíveis para combater as doenças da África central limitavam-se a tintura de iodo, ácido bórico e sal de Glauber[84].

A redução mais significativa da mortalidade na África (o fato é certo para o período aqui considerado) foi provavelmente conseguida pelo combate aos picos periódicos de óbitos devidos à fome e às epidemias. Algumas dessas con-

79 Ibid., p. 9-10.
80 RODNEY, 1972, p. 225.
81 SCHRAM, 1971, p. 125.
82 ANÔNIMO, 1910a.
83 THOMAS, H. B. e SCOTT, 1935, p. 304-5.
84 GIDE, 1930, p. 33.

quistas mal compensaram o recrudescimento de outras doenças ocasionado pela presença de europeus. Quase todas as autoridades anteriores à Primeira Guerra Mundial reconheciam que as epidemias de doença do sono que na época assolavam a África tropical decorriam em grande parte das atividades dos brancos, e era comum declararem que as novas vias de comunicação e as perturbações introduzidas na selva haviam provocado a propagação da mosca tsé-tsé ou sua vinda para a proximidade das aldeias[85].

Do mesmo modo, a suposta epidemia de sífilis que atingiu Uganda no início do século atual foi considerada um acontecimento novo e tão inquietante que a campanha então desencadeada conduziu à criação do serviço médico de Uganda. Em Camarões, o mal, que em 1895 passava por desconhecido, já estava disseminado em 1905. A verdade sobre a sífilis africana é sem dúvida mais complexa: o micróbio se parece tanto com o da framboesia (bouba) que é difícil acreditar que alguma forma de sífilis não tenha existido desde muito antes no continente[86]. Embora esteja claramente provado que as formas virulentas de sífilis se propagaram a partir das regiões mineiras da África do Sul, parece que uma sífilis endêmica menos grave era ali conhecida há muito tempo, e se teria difundido por uma forma de vacinação praticada em Uganda[87].

As campanhas contra as epidemias, que se ampliaram desde o início do século, aparentemente tiveram algum êxito. Os britânicos combateram a doença do sono evitando que as populações tivessem contato com a mosca tsé-tsé: impediram que os animais utilizassem as poças de água situadas perto dos lugares habitados, limparam a mata e, às vezes, deslocaram populações inteiras, como ocorreu nas margens do lago Vitória. Os franceses trataram considerável número de casos individuais. Cabe destacar a obra do dr. E. Jamot, que empregava um composto de arsênico, o atoxil. Uma região de 124 mil habitantes, em Camarões, tratada dessa forma, apresentou a taxa bruta de mortalidade igual a 81 por mil, dos quais 36 podiam ser atribuídos à doença do sono. Por volta de 1930, a epidemia estava prestes a ser vencida. Em Uganda, onde os primeiros casos da doença do sono apareceram em 1901, calcula-se que a epidemia pro-

---

85 Estudos recentes vieram corroborar esta convicção, embora diferindo ligeiramente quanto às razões. DUGGAN (1962) sustenta que a doença do sono se propagou porque as administrações coloniais tornaram mais fácil a circulação de pessoas e de animais; FORD (1971) aprofundou essa ideia e sugere que novos e grandes polos de deslocação surgiram para os seres humanos, os animais domésticos e os animais selvagens, o que alterou fundamentalmente o equilíbrio ecológico, suscitando assim epidemias muito severas, durante um considerável período de tempo.

86 CARTWRIGHT e BIDDISS, 1972.

87 DAVIES, J. N. P., 1956, p. 1041-55.

Figura 18.1 Leprosário móvel numa pequena aldeia ao norte de Bangui (Oubangui-Chari). (Documento extraído da obra de Virginia Thompson e Richard Adloff: *The Emerging States of French Equatorial Africa*, e reproduzido com a autorização dos editores, Stanford University Press, 1960, de Virginia Thompson e Adloff.)

vocara pelo menos 200 mil mortes em 1906, quando começaram as deslocações em massa das populações; mas, em 1918, a certeza de a doença estar erradicada era suficiente para autorizar alguns habitantes evacuados a regressar às aldeias de origem[88].

Os surtos de peste bubônica eram frequentes no primeiro terço deste século. De 1900 a 1910, registraram-se 6 mil casos no Egito, metade dos quais foi letal[89]. Antes de 1932, contavam-se perto de 60 mil óbitos em Uganda[90]. Epidemias surgiram em Acra em 1908, em Lagos em 1924 e mais generalizadamente nas regiões yoruba da Nigéria em 1925[91]. As medidas adotadas na África Ocidental Britânica revelaram que a doença podia ser contida. Durante a epidemia de Acra, a cidade entrou em quarentena, e foram administradas 35 mil doses de vacina de Haffkine. Surgiram epidemias de febre amarela do Senegal ao Sudão, com imprevisível frequência. Em 1927, os laboratórios Rockefeller de Yaba, perto de Lagos, haviam descoberto uma vacina, mas, como não foi utilizada em massa antes da Segunda Guerra Mundial, todos os êxitos obtidos contra a febre amarela antes de 1935 foram consequência da eliminação de mosquitos nas regiões urbanas e do uso de mosquiteiro. Não se sabe exatamente se a lepra regrediu no decorrer do nosso período. O óleo de alépola era empregado na Nigéria desde os anos 1920, mas em 1938 estimava-se que 1% da população ainda se achava afetada pelo mal[92] (ver figura 18.1). A vacinação antivariólica começou no final dos anos 1930, mas em escala tão reduzida que a varíola não diminuiu muito senão na Costa do Ouro e no sul da Nigéria[93]. Em compensação, o contato com europeus e a participação dos africanos na Primeira Guerra Mundial propagaram a todo o continente uma epidemia de "influenza" em 1918-1919: a taxa de mortalidade voltou a subir ao nível recorde do início do século, embora provavelmente não fosse tão alta como na Ásia, pois em muitos casos as populações africanas ainda estavam protegidas por seu relativo isolamento. Nas minas da África do Sul, nos primeiros anos do século atual, as taxas de mortalidade continuavam altíssimas. Em 1907, uma comissão de estudo da situação no Transvaal revelou a extensão dessas taxas nas minas da época: 71 por mil para os africanos das regiões tropicais; 28 por mil para os das regiões

88 D. A. LOW, in HARLOW e CHILVER (orgs.), 1965, p. 111.

89 ANÔNIMO, 1910b.

90 THOMAS H. B. e SCOTT, 1935, p. 309.

91 SCHRAM, 1971, p. 121-2, 196.

92 Ibid., p. 231.

93 KUCZYNSKI, 1948-1953, v. I, p. 11-2.

temperadas do sul e 19 por mil para os brancos. Dois anos antes, as cifras eram, respectivamente, 130, 35 e 20 por mil[94].

Na maior parte do continente, foram tímidos os progressos contra o pior dos flagelos: a malária, que tornava o doente anêmico quando não o matava e que foi responsável por muitas mortes atribuídas a outras causas.

Evolução demográfica antes de 1935

Tentando, como o fizemos, analisar a interação dos fatores demográficos presentes na África com mais precisão do que nas avaliações precedentes da evolução global das populações, não chegaremos a distinguir tendências realmente convincentes.

A chave da mudança foi indubitavelmente a evolução da taxa de mortalidade. Não temos nenhuma prova de que as modificações da fecundidade tenham exercido impacto importante no continente africano como um todo. A taxa de fecundidade pode ter diminuído durante um período na área de baixa natalidade da África central. Segundo o projeto Princeton, a análise da taxa de fecundidade por idade revela que essa diminuição ocorreu, durante o nosso período, em regiões ao norte de Camarões, República Centro-Africana, Gabão, Níger, Sudão e Zaire[95]. Localmente, a elevação da taxa de fecundidade pode ter ocorrido em função da melhor saúde das mulheres, mas nós já vimos que esses melhoramentos só se verificaram, efetivamente, depois de 1935. Seja como for, as estatísticas por faixa etária comprovam uma estabilidade espantosa[96]. Pode ter havido mudanças nos padrões de poligamia, mas, embora essa instituição tenha sido comumente apontada como um fator contrário à fecundidade, os dados reunidos na África central sugerem que o efeito da poligamia pouco contou para isso: nos casamentos polígamos as mulheres podem dar à luz um número menor de filhos do que nos casamentos monogâmicos, em razão do costume de aumentar

94 ANÔNIMO, 1911. No entanto, ver também ANÔNIMO, 1913, onde consta que as questões levantadas durante uma sessão do parlamento sul-africano forçaram o ministro responsável pelas questões relativas às populações autóctones a reconhecer que as taxas de mortalidade entre os mineiros tinham sido sistematicamente reduzidas, pela omissão dos óbitos ocorridos nos quarteirões indígenas. Os óbitos registrados mensalmente em 1913 ainda levavam a pensar que a taxa anual podia ser da ordem de 200 por mil, ou mais.

95 BRASS et al., 1968, passim.

96 Quer dizer, em Gana, entre 1921 e 1960; J. C. Caldwell, em BIRMINGHAM, NEUSTADT e OMABOE (orgs.), 1967, p. 94; e para o norte da Nigéria entre os censos de 1921 e de 1952-1953, MEEK, 1925, p. 180, bem como E. van de WALLE, em BRASS et al., 1968.

o número de esposas nos casamentos pouco fecundos e devido à instituição do levirato, que acrescentava algumas esposas às uniões poligâmicas[97].

Há prova de indiscutível crescimento da população nas primeiras décadas deste século, conforme as estatísticas para essas regiões. Citemos os casos do Egito, cuja população talvez tenha duplicado entre 1882 e 1937[98], e da Costa do Ouro, país em que o crescimento de um terço observado entre os censos de 1921 e 1931 não pode ser inteiramente atribuído ao aperfeiçoamento dos métodos de contagem[99]. O mesmo sucedeu na África do Sul, onde os números totais de habitantes e de africanos quase dobraram no intervalo que separa os censos de 1904 e 1936. Trata-se, porém, de regiões onde reinavam uma prosperidade e estrutura administrativa excepcionais, como o prova, até certo ponto, a própria realização de censos; cumpre, então, atribuir a tais fatores esse desenvolvimento demográfico, que se revela mais acelerado do que o do conjunto da África.

Estabelecidas todas essas reservas e repetindo que ninguém saberá jamais qual o número real dos habitantes da África antes de 1900, eis aqui as tendências que se delineiam e parecem mais plausíveis que as hipóteses até agora apresentadas. Devido em grande parte à penetração da floresta tropical pela agricultura, 0,25% de crescimento por ano para o conjunto do continente (sem dúvida, 0,5% para as regiões florestais) parece uma hipótese razoável no período de 1500 a 1850. Presume-se que as rápidas mudanças no regime alimentar, que marcam os séculos XVIII e XIX, vieram compensar as devastações provocadas pelas razias de escravos. Com o fim do tráfico negreiro, é de crer que o crescimento tenha atingido a taxa máxima de 0,5% por volta de 1880, para declinar em seguida sob o efeito da partilha e da ocupação da África subsaariana pelos europeus. Embora o crescimento da população continuasse sem dúvida a declinar em certas regiões até a Primeira Guerra Mundial, a demografia aumentava ao nível local no norte e no sul da África – e talvez igualmente na Costa do Ouro –, o que pode ter bastado para compensar largamente as pesadas perdas humanas que o Estado Livre do Congo e o Congo francês sofreram por volta de 1900. Podemos, assim, postular que o crescimento da população africana passou por um mínimo de 0,25% no começo do século e foi, depois, aumentando até alcançar a taxa média de 0,5% em 1920 e chegar a 1% entre 1920 e 1935. Por extrapolação retroativa aplicada aos séculos anteriores, tendo por base a hipótese

97 Ver MUSHAM, 1951, p. 354-63 e OHADIKE, 1968, p. 264-8.

98 KISER, 1944, p. 385 et seq.

99 J. C. CALDWELL, in BIRMINGHAM, NEUSTADT e OMABOE (orgs.), 1967, p. 20-3.

de 165 milhões de almas em 1935[100], obtemos as seguintes estimativas: 1500, 47 milhões; 1840, 104 milhões; 1880, 120 milhões; 1900, 129 milhões; 1920, 142 milhões; 1935, 165 milhões.

A base desta projeção repousa no seguinte argumento: a revolução neolítica propagou-se lentamente na África subsaariana durante três milênios, determinando a cultura intensiva do solo e um povoamento mais denso. Aceitando, neste caso, a hipótese de um crescimento demográfico contínuo, é possível comparar as cifras com as de Durand (estimativa baixa), e observar que as duas teorias concordam sobre o contingente populacional existente no ano de 1500. Mas isso implica uma taxa de crescimento mais baixa para os séculos XIX e XX, e os resultados se aproximam muito mais das estimativas médias de Durand. A projeção sugere que a África contava aproximadamente 120 milhões de almas no início do nosso período (1880) e que, no decurso dos 55 anos seguintes, a progressão foi de 37,5%, para chegar a uma população de 165 milhões em 1935.

Redistribuição demográfica e urbanização

Esses 55 anos conheceram um fluxo de população que iria determinar e modelar as futuras estruturas da África moderna. O acréscimo de 45 milhões de pessoas significa que nem todos podiam ocupar exatamente o mesmo espaço de seus antepassados, acelerando-se, portanto, a migração para as terras não habitadas. Muito significativamente, desde os anos de 1890 na África ocidental – um pouco antes no sul da África e um pouco depois na África oriental – os trabalhadores migrantes começaram a procurar trabalho remunerado a grande distância. De início, a necessidade de pagar o imposto os obrigava a isso, mas, posteriormente, o desejo de consumir e de ir para lugares distantes tornou-se mais forte. A duração das migrações, unicamente sazonais nos primeiros tempos, acabou por se prolongar cada vez mais[101]. No final da década de 1920, cerca de 200 mil indivíduos deixavam todos os anos a savana e emigravam para a Costa do Ouro ou para a Nigéria[102]. Os governos locais opunham poucos obstáculos aos recém-chegados, com exceção dos governos da África do Sul e da Rodésia do Norte, países onde a imigração foi temporariamente restringida para os

100 Recalculadas a partir de estimativas dadas pelas Nações Unidas, as cifras foram ligeiramente corrigidas para levar em conta novas informações demográficas disponíveis depois dos censos posteriores à Segunda Guerra Mundial.

101 CALDWELL, 1968, p. 361-77.

102 SURET-CANALE, 1971, p. 246.

adultos do sexo masculino, por causa dos receios dos colonos e das pressões exercidas pelos sindicatos brancos[103].

Finalmente, grande parte das correntes migratórias acabou povoando não as plantações nem as minas, mas as cidades, o que, com o tempo, contribuiu para formar grandes aglomerações. Em muitas áreas, os centros urbanos justificavam, dada a sua importância, a instalação de administrações nacionais e de indústrias secundárias. Certamente, a África possuía antigas cidades no vale inferior do Nilo e algumas outras mais recentes no Maghreb, na África ocidental (savana), no país Yoruba (Nigéria) e na Costa do Ouro central. No entanto, por volta de 1880, somente uma pessoa em cada 300 vivia em cidades com mais de 100 mil habitantes (as cifras correspondentes para a Ásia são de uma em 50 e, para a Europa, de uma em 15[104]).

A verdadeira mudança ocorreu no período em estudo, especialmente na África subsaariana. Na África tropical, com exceção da Nigéria, encontramos dezesseis cidades que deviam desempenhar um papel importante no século XX e cuja população podemos estimar em 80 mil pessoas em 1880. Em 1930, esta cifra havia quintuplicado e ultrapassava o meio milhão. Estava iniciado o processo de multiplicação por 10 que caracterizaria os quarenta anos seguintes. Em 1931, Dacar contava 54 mil habitantes; Freetown, com 44 mil, apenas tinha duplicado em cinquenta anos; Acra contava 60 mil almas, Adis Abeba 65 mil, Nairóbi 48 mil, Dar es Salaam 25 mil. Na Nigéria, a escala era diferente: Ibadan possuía 400 mil habitantes, contra apenas 150 mil em 1880. A população de Lagos duplicara: 126 mil. Outras dez cidades yoruba totalizavam cerca de meio milhão de habitantes, o que representa pequeno progresso em relação ao meio século anterior. No entanto, ao norte, a população de Kano dobrava em cinquenta anos a partir de 1880, atingindo 89 mil almas. O total de outras onze cidades passava de 150 mil, mais ou menos, para 200 mil pessoas[105]. No Sahel, a população das cidades históricas declinou, sem dúvida alguma, em parte porque os franceses não implantaram lá centros administrativos importantes. Por volta de 1931, Tombuctu, Gao e Mopti somavam apenas 15 mil habitantes. Na África do norte, muitas das velhas cidades mantiveram a sua importância. No período a que nos referimos, a população do Cairo, de Alexandria e de Argel triplicou, ultrapassando, respectivamente, 1 milhão, 600 mil e 250 mil almas. Em 1931, catorze cidades do Maghreb totalizavam 1,5 milhão de pessoas, ou seja, pelo menos duas vezes a população que elas

103 OLIVER e FAGE, 1962, p. 219-20.

104 Calculado utilizando os dados de P. M. Hauser, in HAUSER (org.), 1957, p. 53-95.

105 As cifras relativas às cidades da Nigéria, na sua maior parte, são extraídas de BASCOM, 1959, p. 29-43.

contavam cinquenta anos antes. No Sudão, Khartum-Omdurman abrigava 150 mil pessoas. Em 1931, as 14 principais aglomerações da África austral (África do Sul, Rodésia, Angola e Moçambique) reuniam ao todo mais de um milhão de pessoas, duplicando em cinquenta anos. Johannesburgo tinha perto de 400 mil habitantes. Na África subsaariana, as populações afluíam para novos portos, cidades mineiras e centros administrativos, que, em toda a região, duplicavam de volume de vinte em vinte anos. Na África do norte, contavam-se algumas cidades novas erguidas sobre antigas povoações, cuja população dobrava de trinta e cinco em trinta e cinco anos. Em meio século, essas grandes cidades tinham agrupado um total de aproximadamente 4 milhões de indivíduos. O equilíbrio regional modificara-se de tal maneira que, nessas populações urbanas globais, a proporção de cidadãos norte-africanos caíra de três quartos para menos de três quintos, a do sul da África passara de um quinto para um sexto, a da África tropical de um quinto para um quarto (dentro dos limites da África tropical, excluindo a Nigéria, essa porcentagem tinha aumentado de um quarto para um terço).

Bases para o futuro

Por volta de 1935, a África tinha superado vitoriosamente o trauma demográfico provocado pela colonização europeia. A taxa de natalidade ultrapassava de longe a de mortalidade e, em várias regiões, sobretudo nas cidades em expansão, a vida se tornava menos precária. Evidentemente, as taxas de mortalidade continuavam muito elevadas (para o conjunto da África, a taxa de mortalidade excedia claramente 30 por mil e a expectativa de vida ao nascer mal passava dos 30 anos), mas foram as doenças tropicais, antes de qualquer outro fator, que limitaram o afluxo de colonos e impediram a África de transformar-se em outra América Latina. Mesmo assim, a população branca do continente africano multiplicou-se por 30: de 25 mil indivíduos em 1800 (vivendo no Cabo, na sua maioria) para 750 mil em 1880, dos quais cinco sextos na África do Sul, na Argélia e no Egito. Em 1935, o número quintuplicara de novo (3750 mil pessoas), a metade na África do Sul, um quarto na Argélia e um quinto nos outros países do Maghreb. No mesmo período, os asiáticos imigrados (quase exclusivamente indianos, salvo pequenas comunidades de chineses, a mais importante das quais situada no Rand) passaram de 50 mil para mais de 300 mil, dois terços dos quais, pelo menos, fixaram-se na África do Sul. A mudança estava acontecendo, mas poucos a perceberam claramente, como se pode observar neste julgamento de um europeu, sobre a divisão racial da população da Argélia nos anos 1920:

> A maior parte dos franceses da África já não deve recear que haja outro esforço sério para abalar a sua autoridade. De fato, como eles salientam, contam-se mais de 800 mil europeus diante de 5,5 milhões de autóctones, que estão desunidos e não poderiam senão provocar problemas esporádicos[106].

Em 1935, a África estava a ponto de decolar para a rápida expansão demográfica. A população global, que, segundo as estimativas, progredira de 120 milhões em 1880 para 165 milhões em 1935, passou para 200 milhões no final dos anos 1940, alcançou os 300 milhões em meados da década de 1960 e, inevitavelmente, 400 milhões em meados de 1970. Deste total, 50 milhões de africanos vivem em cidades com mais de 100 mil habitantes, o que deixa definitivamente para trás a situação existente na África da partilha em 1880, época do debate sobre a criação de mão de obra.

Cabe perguntar se mudanças tão consideráveis foram ampla ou totalmente consequência da penetração colonial. Sem dúvida alguma, o abalo das populações estáveis – que provocou no Estado Livre do Congo e em outros lugares da África central um agravamento da taxa de mortalidade –, a lenta redução dos óbitos, constatada em outras regiões do continente no decurso do século passado e geralmente depois de 1900, bem como o acelerado afluxo populacional para centros urbanos e regiões mineiras resultam quase inteiramente da revolução industrial e dos crescentes contatos com as sociedades industrializadas. Grande parte dessa transformação teria ocorrido mesmo sem a dominação colonial. Os comerciantes teriam estimulado o desenvolvimento de centros comerciais. As escolas de medicina europeias haveriam de interessar-se pelo problema da proteção aos comerciantes, sobretudo contra as doenças tropicais. Os missionários teriam lançado os fundamentos de um sistema hospitalar.

No entanto, a dominação colonial acelerou a evolução. Em resumo, certamente no final de nosso período, ela ajudou a reduzir os picos de mortalidade, melhorando e desenvolvendo a importação e a aplicação das técnicas modernas de combate às epidemias, criando uma rede de transportes que permitiu a distribuição de alimentos pelas zonas de escassez. A necessidade de centros administrativos proporcionou os núcleos de novas cidades; as garantias dadas aos europeus pelos poderes públicos coloniais em matéria de segurança das pessoas e dos bens apressaram o desenvolvimento de estabelecimentos comerciais, minas e plantações. Sem a presença das administrações coloniais, os empresários europeus teriam se mostrado ainda mais ávidos e mais cruéis do que eram. Os euro-

106 CASSERLEY, 1923, p. 50.

peus costumam justificar a expansão colonial destacando essas realizações. No entanto, a história da China e a da América Latina provam que, cedo ou tarde, a maior parte desses melhoramentos seria conseguida de qualquer forma.

O avanço da industrialização era irreversível e o estabelecimento de um *modus vivendi* com a África e com as demais regiões em desenvolvimento fornecedoras de matérias-primas essenciais tornava-se inevitável.

CAPÍTULO 19

Repercussões sociais da dominação colonial: novas estruturas sociais

Adiele Eberechukuwu Afigbo

A mudança e a continuidade

Para as mitologias rivais do imperialismo europeu e do nacionalismo colonial, mudança é uma inovação introduzida pela dominação europeia nas sociedades ditas "tradicionais". Para os apologistas do imperialismo, aplicada aos povos coloniais a mudança sugere progresso, transição linear, brusca e benéfica de uma cultura tradicional estática e quase não-produtiva para um modernismo dinâmico e sem limites. Mas para os nacionalistas coloniais a palavra traz a conotação de "dilaceramento", processo pelo qual imperialismos fechados a toda e qualquer simpatia, a toda e qualquer compreensão, transtornam um universo idílico para substituí-lo por tumulto, instabilidade e incerteza.

À parte essas divergências, os dois grupos parecem concordar a respeito de certo número de postulados relativos à mudança nas sociedades tradicionais sob domínio colonial. Esses postulados abrangem a crença de que essas sociedades são fundamentalmente estáticas e, portanto, defasadas em relação aos valores modernos, de onde resulta que as relações naturais entre ambos só poderiam ser conflitivas; a crença de que valores, atitudes e estruturas novos abalam necessariamente seus equivalentes tradicionais ao primeiro contato e de que, em todas as colônias e mesmo em todas as regiões geográficas, as sociedades tradicionais reagiram de maneira uniforme ao impacto da cultura europeia.

Recentemente, no entanto, os pesquisadores demonstraram que, no tocante à África, essas hipóteses estão mal fundadas, pois as sociedades às quais potências europeias impuseram o seu direito estavam longe de ser estáticas. Muito ao contrário, elas eram produto de gerações, quer dizer, de séculos ou de milênios de evolução. Na verdade, pode-se afirmar que "a modernização da África é um processo contínuo, desde as origens". Elementos como a divisão do trabalho, a urbanização, a mobilidade social, ou seja, as migrações de mão de obra, habitualmente associadas à modernização, já estavam em ação na África pré-colonial.

De resto, a polarização "tradicional-moderno", com todas as implicações em termos de conflitos e de incompatibilidades, não pode aplicar-se a todo o espectro das precárias transformações da era colonial. As culturas africanas desenvolveram toda uma gama de variadas reações às inovações ocidentais. Não apenas certos costumes e crenças foram rejeitados e modificados, como outros foram conservados por algum segmento da sociedade, enquanto novas soluções se impunham a outro segmento.

Por exemplo, ao mesmo tempo em que desapareciam os sacrifícios humanos, o tráfico de escravos e a morte de gêmeos recém-nascidos nas sociedades onde essa prática existia, e novas e velhas ideias se amalgamavam no domínio da religião, o ideal europeu da monogamia no casamento, aceito por uma parcela da elite ocidentalizada, coexistia e coexiste legalmente com a poligamia, institucionalmente conservada entre as massas urbanas e rurais. Atualmente, existem lado a lado tradições arquitetônicas indígenas e europeias; a etnicidade e o nacionalismo locais; sistemas de autossuficiência local e regional e uma economia monetária nacional; a vida rural e a vida urbana; as instituições burocráticas à moda ocidental e as tradicionais autoridades locais; escolas islâmicas e escolas ocidentais.

Foi, portanto, sem dificuldade que muitas instituições e ideias africanas autóctones sobreviveram ao choque com valores europeus a elas estranhos, quando não se fundiram a eles. Como exemplo, o caso dos Igbo, que é de regra considerar inteiramente ocidentalizados. Segundo Sylvia Leith-Ross, nos anos 30 tanto praticavam a comunhão como a magia e a medicina tradicionais, com desconcertante facilidade: "No jardim que cerca a sua nova casa com teto de laje, plantam lado a lado o hibisco da 'civilização' e o *ogirisi,* árvore dos ritos pagãos familiares"[1]. Margaret Read mostrou como os Nguni integravam a religião cristã e a educação ocidental em sua sociedade, empregando uma e outra para melhorar

1 LEITH-ROSS, 1939, p. 293.

as chances de sobrevivência da sua cultura no mundo moderno. Eles não veem nenhuma contradição, nem têm a menor dificuldade em combinar ritos cristãos e ritos tradicionais Nguni no casamento e nas cerimônias fúnebres[2]. Por sua vez, o professor Fallers fez a descrição de certos grupos sociais ugandeses aceitando, "com entusiasmo e sucesso", muitos elementos da modernização – limitando a sua influência e adaptando-os à cultura e à estrutura social tradicionais. De fato, os africanos submetidos à dominação colonial estavam provavelmente cônscios da noção elementar de que, aceitando "formas novas", só aumentariam a gama de suas possibilidades[3].

Portanto, toda e qualquer generalização fácil quanto às reações das sociedades africanas à influência europeia corre o risco de gerar confusão. A tal respeito, convém não perder jamais de vista a imensidão do continente africano, a diversidade e a variedade das sociedades africanas, dos temperamentos e da psicologia dos indivíduos e dos grupos, nem o fato de que mesmo as reações a estímulos semelhantes estavam sujeitas a mudar, não só de uma sociedade para outra, mas até dentro da mesma sociedade. No tocante à Nigéria, há o costume de chamar a atenção para a diferença das reações dos Igbo, dos Yoruba, e dos Haussa e dos Peul à administração indireta. No Quênia, os Gikuyu aceitaram as inovações ocidentais, embora modificadas à sua maneira, enquanto bom número de seus vizinhos tendiam a adotar atitude oposta.

É, pois, de admitir que a mudança em si mesma não era desconhecida na África pré-colonial, não havendo sociedade africana que se mantivesse impermeável à influência europeia, ou que simplesmente estiolasse diante dela. O que não impede reconhecer que foi sob o domínio colonial que a ideologia da mudança veio a ser adotada pelos detentores do poder e seus pretensos amigos. Mesmo os funcionários coloniais, que eram ferrenhos partidários da administração indireta baseada na preservação das instituições e dos valores tradicionais, admitiam contudo a necessidade de mudança. Com efeito, sob a administração indireta esperava-se que as instituições autóctones e os chefes locais intermediassem a introdução de reformas limitadas, que não contrariavam os interesses das autoridades coloniais. Cada administração colonial via a mudança como a única possibilidade de modernização da África e de sua adaptação à órbita do Ocidente, no interesse deste. As elites autóctones patrocinavam a mudança enquanto meio de pôr a África de pé, fazendo-a participar do concerto das nações.

---

2 READ, 1971, p. 362.

3 GUSFIELD, 1971, p. 19.

As principais forças de mudança

É fácil traçar o elenco das forças que mais contribuíram para modificar a estrutura e o caráter da sociedade africana colonial. Houve a própria conquista, com suas implicações políticas, a educação ocidental, o cristianismo ocidental, as forças econômicas ocidentais e o desenvolvimento da urbanização. A penetração da maior parte dessas forças na África (e, principalmente, a conquista militar, a conquista política, sua consolidação e a exploração econômica), bem como a forma como elas dominaram a vida social, já foram cuidadosamente abordadas em outros capítulos deste volume. Resta examinar, abreviadamente, a urbanização e a educação ocidental, antes de passar à análise dos efeitos sociais produzidos pela reunião de todos esses fatores.

A propósito de urbanização, cabe sublinhar que essa importante força de mudança não foi introduzida na África pelos europeus. Muito ao contrário, já existia – oferecendo todo tipo de possibilidades de divisão do trabalho, aglomeração populacional, mobilidade social etc. – séculos antes da chegada do colonialismo europeu. Nos litorais da África do norte, da África oriental, ocidental e austral, bem como na zona interior constituída pela cintura sudanesa e pelo país Yoruba, formavam-se aglomerações urbanas cada vez mais importantes, graças à consolidação do seu sistema político e ao desenvolvimento do comércio internacional (ver fig. 19.1). Mas é inegável que o domínio europeu deu novo ímpeto à urbanização, não só criando novos centros urbanos em lugares onde a urbanização jamais existira, como as terras dos Igbo e dos Ibibio, na Nigéria, mas também expandindo os velhos centros. Tê-lo essencialmente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e pela criação de novos centros políticos, administrativos, comerciais, mineiros ou agrícolas. Assim, pode-se notar que, entre 1850 e 1950, século crítico para o continente em razão dos contatos com a Europa e da dominação estrangeira, a taxa anual de crescimento da população urbana da África foi de 3,9%, em comparação com a média mundial de 2,6%. Este fato nos esclarece sobre o ritmo da urbanização em geral, na África colonial. Esse novo surto do desenvolvimento e da expansão urbanos resultou na ampliação de sua função catalisadora das transformações sociais.

Diferentemente da urbanização, a educação ocidental foi levada para a África pelos europeus, mas não se propagou graças às instituições deles. Seria verdadeiro afirmar que a revolução educacional na África foi obra de três grupos de interesse: as missões cristãs, os governos coloniais e as iniciativas africanas locais, por ordem decrescente de importância. Para as missões cristãs, a escola

FIGURA 19.1 Vista geral de Lagos, Nigéria, um dos principais portos da África ocidental na época colonial. (Fonte: Frank Cass and Co. Ltd.)

era uma instituição-chave, já que esse era o método mais eficaz de proselitismo e de criação de congregações capazes de se renovarem no objetivo de garantir a sobrevivência do cristianismo, após a partida dos missionários brancos. A instrução e a evangelização estavam de tal modo interligadas que, em muitas regiões da África, um missionário erguendo a sua tenda era sinônimo de criação de uma escola. Parece mesmo que, entre os Nguni, a abertura de uma escola precedia invariavelmente a abertura da igreja[4].

Os administradores coloniais, por sua vez, esperavam que a escola formasse o pessoal de que necessitavam para preencher os escalões inferiores da burocracia, a fim de criar as condições políticas, econômicas, sociais e morais que permitissem aos europeus explorar ao máximo possível os recursos ainda tão pouco utilizados do continente. Para tanto, não se contentavam com a construção e gestão de escolas essencialmente leigas: através de subvenções, também apoiavam o esforço educacional das missões. Além disso, as estruturas políticas por eles estabelecidas permitiam às missões penetrar no coração do continente, sem recear pela segurança de seus agentes. As escolas oficiais leigas eram necessárias principalmente para a extensão da educação ocidental a numerosas regiões islamizadas da África, onde eram temidas violentas reações muçulmanas caso não se concordasse em limitar a atividade missionária.

No que se refere às iniciativas locais, cumpre notar que, bem antes do início da dominação colonial, os governos do Egito e dos Estados do Maghreb haviam introduzido a educação ocidental no quadro de seus esforços para vencer o atraso técnico desses países em relação à Europa. Na África negra, as iniciativas locais também desempenharam o seu papel no desenvolvimento da educação. A partir dos anos 1920, movidos por um ideal nacionalista, alguns Gikuyu entregaram-se à criação e administração de escolas próprias que, ao contrário das escolas missionárias, estavam abertas à cultura gikuyu. Em Uganda e no sul da Nigéria, os dirigentes locais e os anciãos uniram seus esforços aos da administração colonial ou das missões para criar escolas. E também os membros da nova elite criaram e fizeram funcionar escolas independentes da administração colonial e das missões.

Embora seja fácil enumerar as forças que contribuíram para a mudança social na África colonial, identificar as modificações trazidas por cada uma é bem mais difícil. De fato, foi tão profunda a influência de cada uma dessas forças que seria inútil procurar saber, especificamente, qual força produziu dada mudança.

A conquista militar e o estabelecimento da administração colonial, por exemplo, não só desafiaram e venceram os velhos dirigentes políticos e senhores da

4 READ, 1971. p. 359.

guerra, mas também os detentores de poderes religiosos e mágicos, que participaram igualmente da resistência. Foi desse modo que a derrota diante das potências coloniais pôde perfeitamente levar à perda de confiança nos sacerdotes e deuses tradicionais, e à decisão de abraçar a fé dos vencedores, considerada superior. O êxito dos conquistadores teve ainda outros efeitos secundários. As velhas castas militares, onde quer que existissem, já não podiam subsistir enquanto tais no novo sistema. Os membros da elite política tradicional, que vivia de seu poder, não podiam continuar assim, a menos que se engajassem no serviço político da colônia, como representantes do poder autóctone sob o sistema de administração indireta, ou como cobradores de impostos e agentes de informações sob o sistema da administração dita "direta". Em outras palavras, muitos dos membros das antigas elites políticas, militares, econômicas e religiosas tiveram de procurar outro ofício para substituir o antigo ou complementá-lo. Assim, nem todos quantos se aproveitaram das novas oportunidades econômicas oferecidas pela dominação estrangeira o fizeram simplesmente em resposta aos atrativos do novo regime econômico. Alguns dos que migraram para os novos centros não o fizeram apenas por amor ao urbanismo, mas porque a conquista militar e as estruturas políticas dela resultantes tornaram superada e insustentável a sua posição no meio rural. O triunfo da força militar e política, portanto, atingiu a sociedade nos seus fundamentos, exigindo ajustes das diferentes classes.

Foi essa também a obra do cristianismo, que procurava abolir deuses e crenças tradicionais. E, onde quer que a religião cristã lançasse raízes, os sacerdotes tradicionais e os outros manipuladores do sobrenatural tiveram de buscar outras profissões. Os escravos ganharam a liberdade, forçando aqueles que até então dependiam do trabalho servil a trabalhar pelas próprias mãos ou a procurar trabalhadores assalariados. Terras antes reservadas aos deuses e aos duendes tornaram-se disponíveis para a lavoura e para o estabelecimento de instituições sociais, como escolas, hospitais etc. As jovens gerações foram para a escola ou aprenderam novas técnicas que as qualificavam para empregos na administração, no comércio ou nas missões. E, como a maior parte desses empregos era oferecida nas cidades, a conversão ao cristianismo podia, de fato, incitar a viver nas zonas urbanizadas. Ou, para citar outro exemplo, alguém podia partir para uma cidade a fim de melhorar de situação, embora continuasse firmemente ligado à religião tradicional. Com o tempo, no entanto, a separação física dos lugares de culto e dos ritos religiosos da família, bem como as pressões sociais e psicológicas do novo ambiente, acabavam por transformar o indivíduo numa espécie de cristão. Seria possível multiplicar este tipo de exemplo.

As novas estruturas sociais

Entre as consequências sociais da dominação estrangeira sobre as sociedades africanas, a mais imediatamente perceptível era a consequência política. Os Estados africanos já existentes – com exceção da Libéria e, até 1935, da Etiópia perderam boa parte de sua soberania e, consequentemente, o direito de participar dos assuntos da comunidade mundial, a não ser por intermédio de seus novos senhores. Mesmo o direito de se comunicar com os vizinhos africanos, salvo ao nível mais rudimentar e oficioso, ficava severamente limitado quando os vizinhos se encontravam do outro lado da linha fronteiriça de uma colônia. Desse modo, os Efik da Nigéria foram separados de seus mercados tradicionais em Camarões, os Yoruba viram-se impedidos de intervir direta e abertamente nos acontecimentos verificados no Daomé (atual Benin), outrora parte integrante de seu famoso império, e os Bakongo de Angola não podiam mais manter contato com as populações que lhes eram aparentadas, tanto no Gabão como no Congo francês Além disso, a dominação estrangeira transformou e racionalizou o mapa político da África. Onde antigamente imbricavam-se inúmeros Estados e comunidades soberanas, com limites flutuantes e por vezes bastante tênues, passou a haver apenas algumas dezenas de colônias com fronteiras fixas e bem delimitadas. Em convenções e tratados internacionais sobre fronteiras, tentou-se levar em consideração as zonas políticas preexistentes. No entanto, outras considerações, como as pretensões de potências rivais, a miragem das fronteiras naturais (montanhas, rios etc.), os meridianos e paralelos, sobrepujaram as aspirações africanas. O resultado foi que populações estreitamente aparentadas e antes unidas no plano político acabaram por vezes separadas pela fronteira estabelecida.

Como os critérios mais constantes de integridade étnica nem sempre eram respeitados, muito menos o foram as efêmeras pretensões dos Estados e impérios conquistadores à integridade territorial. O califado de Sokoto e o império de Bornu perderam vastos territórios antes da fixação das fronteiras da colônia e do protetorado da Nigéria. Já os "impérios peripatéticos" de Samori Touré e de Rabi ibn Fadlallah foram simplesmente repartidos entre as colônias adjacentes. Da mesma forma, os belgas, os portugueses e os britânicos repartiram entre si o território dos impérios secundários de Msiri e Tippu Tib na África central. As fronteiras impostas às colônias cristalizaram-se sob a mão de ferro dos ocupantes e do direito internacional, convertendo-se nas fronteiras dos Estados africanos independentes. Hoje, é impossível projetar modificações importantes em qualquer uma delas sem suscitar demonstrações de resistência.

Há que mencionar outro aspecto da nova estrutura política: a imposição da nova administração burocrática europeia, estranha aos sistemas políticos africanos preexistentes. Entre as duas estruturas, a europeia e a africana, havia toda uma variedade de tipos de relações. Se consideramos, por exemplo, a política das duas principais potências coloniais da época (o Reino Unido e a França), percebemos que havia diferenças até mesmo dentro de cada sistema. Os franceses davam menos atenção do que os britânicos à integridade dos impérios, reinos e sobados por eles conquistados e à utilização desses sistemas políticos autóctones na administração local. Inclinavam-se, portanto, a extinguir as antigas suseranias, obrigando seus dirigentes à aposentadoria. Quanto aos ingleses, tentaram cooptar os chefes locais e seu sistema político para a administração imperial. Era este o modelo geral. Mas, no Marrocos, os franceses esforçaram-se por manter a monarquia e todo o seu edifício político, a fim de aproveitar uma e outro na administração do país, enquanto, durante três décadas no país dos Ashanti da Costa do Ouro (atual Gana) e quase vinte anos em Benin (Nigéria), os ingleses procuraram destruir os sistemas administrativos autóctones[5].

Apesar de tudo, verificamos que, salvo provavelmente nos emirados muçulmanos do norte da Nigéria, a união dos sistemas administrativos europeus e autóctones jamais foi orgânica, de modo que, em certos domínios da vida de uma colônia, os dois sistemas podiam muito bem funcionar harmonizadamente, ao passo que em outros agiam com independência e, por vezes, com objetivos contrários.

Outro efeito do domínio estrangeiro que se tornou sensível desde os primórdios da época colonial foi o rebaixamento geral da condição dos africanos. O colonialismo sobrepôs, à estrutura social preexistente, pelo menos uma camada suplementar de dirigentes e de chefes. Na África oriental, ao favorecer a imigração asiática, sobrepôs de fato duas classes. Em todas as colônias, os europeus tinham o monopólio do poder político, econômico e educativo, menos na África oriental, onde uma fração do poder econômico caiu em mãos dos asiáticos. Nessas condições, os africanos se proletarizaram, procurando exemplo e proteção junto dos europeus e, às vezes, dos asiáticos.

Esta estrutura de relações sociais apoiava-se em uma teoria racial que procurava dividir as diversas ramificações da família humana por ordem hierárquica de civilização, ocupando os africanos (negros) a base inferior da escala e os europeus (brancos) o ápice. Principalmente na África austral, onde os colonos brancos viviam em conflito com os Bantu, superiores em número, a teoria

5 AFIGBO, 1974.

racial era particularmente rigorosa, abonada pela autoridade da Santa Bíblia, que reforçava as presumidas implicações sociais de um pseudodarwinismo. No tocante aos negros, sobretudo, a teoria supunha um grau de incultura que tornava necessária e possível a explicação de sua evolução histórica e social em termos de influências "camitas".

Na prática, o peso dessa teoria racista conduziu a uma política que negava ao africano, fosse qual fosse sua educação, a igualdade de direitos com os brancos na administração colonial. Na África ocidental, ela marcou um recuo em relação à prática liberal de meados do século XIX, que permitira aos africanos preencher funções equivalentes às dos europeus. A teoria também levou à adoção de uma política de segregação dos africanos e dos europeus, nas áreas urbanas. Havia não somente bairros reservados aos europeus, mas também hospitais europeus, clubes europeus etc., diferentes daqueles criados especialmente para os africanos. Isso foi responsável por incutir nos africanos um sentimento de inferioridade, uma tendência a perder a confiança em si mesmos e em seu futuro, ou seja, um estado de espírito que frequentemente favorecia a imitação pura e simples dos costumes europeus. Felizmente, alguns bandeirantes do africanismo irritaram-se tanto com tal estado de coisas que acabaram por contestar toda a fachada social e ideológica do colonialismo, com base em fatos históricos e religiosos. Desse modo abriram a via ao pensamento nacionalista radical do período posterior à Segunda Guerra Mundial.

De maneira geral, o domínio colonial na África tendia a transformar as distinções raciais em categorias sociais. No entanto, uma análise mais profunda revela que em colônia nenhuma os africanos constituíam uma única classe. No início, a estrutura social pré-colonial perdurou, mas, com o tempo, as novas forças remodelaram essa estrutura, fazendo surgir novas classes.

Muito embora a África pré-colonial oferecesse inúmeras possibilidades às pessoas de mérito, desejosas de subir na escala social por ações individuais, a estrutura de classe tendia a dar um peso excessivo ao nascimento. Era assim, na medida em que certas profissões de prestígio, como a de sacerdotes e a de ferreiro, eram hereditárias. O domínio estrangeiro haveria de operar mudanças plenas de consequências nas estruturas sociais africanas, ao privilegiar o mérito individual antes que o nascimento e ao oferecer possibilidades de progresso que escapavam ao controle de quem detinha as rédeas da sociedade e das estruturas tradicionais. Além disso, ao dessacralizar inúmeras instituições e costumes africanos, tendia a minar a autoridade e o respeito impostos pela velha aristocracia, bem como a reverência que ela inspirava. Ao abolir a escravidão e proclamar a igualdade de todos perante a lei secular e divina, os códigos jurídicos e morais

dos colonizadores ofereciam, até mesmo aos menos favorecidos da sociedade tradicional, a oportunidade de subir na escala social, segundo a capacidade individual e o acaso da sorte.

O anonimato das cidades aumentava os efeitos desta revolução legal e moral, pois abria aos antigos escravos e a outros párias a possibilidade de poderem trabalhar, livres do fardo da história. Pelas mesmas razões, os centros urbanos exerciam e ainda exercem atração irresistível sobre outras categorias de pessoas provenientes das regiões rurais. Enquanto algumas procuravam encontrar a sorte nas cidades por iniciativa própria, outras rumaram para lá obrigadas pela política fiscal e fundiária aplicada pelos colonizadores nas zonas rurais, principalmente naquelas povoadas por colonos. Os migrantes que tinham instrução ou boa qualificação profissional rapidamente ascendiam ao nível da nova elite, ou então formavam "subelites" em torno dela. Os menos favorecidos, os que pouca ou nenhuma instrução e qualificação tinham, mergulhavam nas profundezas da sociedade citadina para formar as massas urbanas ou, como dizem certos pesquisadores, o proletariado urbano. Muitos deles viviam à mercê dos patrões, enquanto outros aprendiam alguma profissão e fundavam empresas independentes, de rentabilidade variável. Diferiam dos camponeses, seus correspondentes rurais, em que não extraíam da terra os meios de subsistência, eram mais sensíveis às influências modernas e viviam em favelas.

Tanto a nova elite como o proletariado urbano desempenharam importante papel enquanto agentes de transformação da sociedade rural, mas aquela foi incontestavelmente mais influente na história política, econômica e social da África colonial. Sua principal superioridade sobre a elite tradicional e sobre as massas urbanas e rurais estava na alfabetização (ver fig. 19.2). O fato é que nas regiões não-islamizadas da África a inovação mais importante introduzida pela dominação estrangeira foi a alfabetização. Mesmo nas regiões muçulmanas, a introdução do alfabeto latino deu novo impulso ao ensino religioso. Para muitos povos africanos, a alfabetização foi uma nova mística, muito procurada por si mesma e a todo preço, já que parecia abrir caminho para as riquezas do mundo moderno. Quando se conhecem o poder, a autoridade e a influência que a primeira geração de empregados, intérpretes e professores indígenas exerceu, podemos fazer ideia da mágica atração que a palavra escrita teve para tantos africanos. De imediato, as elites tiveram acesso ao pensamento científico e social do mundo europeu e puderam começar a dialogar com as potências coloniais sobre o destino da África, a se familiarizar com os modos sociais da Europa, o que fez do estilo de vida dessas elites um exemplo a ser seguido pelos compatriotas menos afortunados.

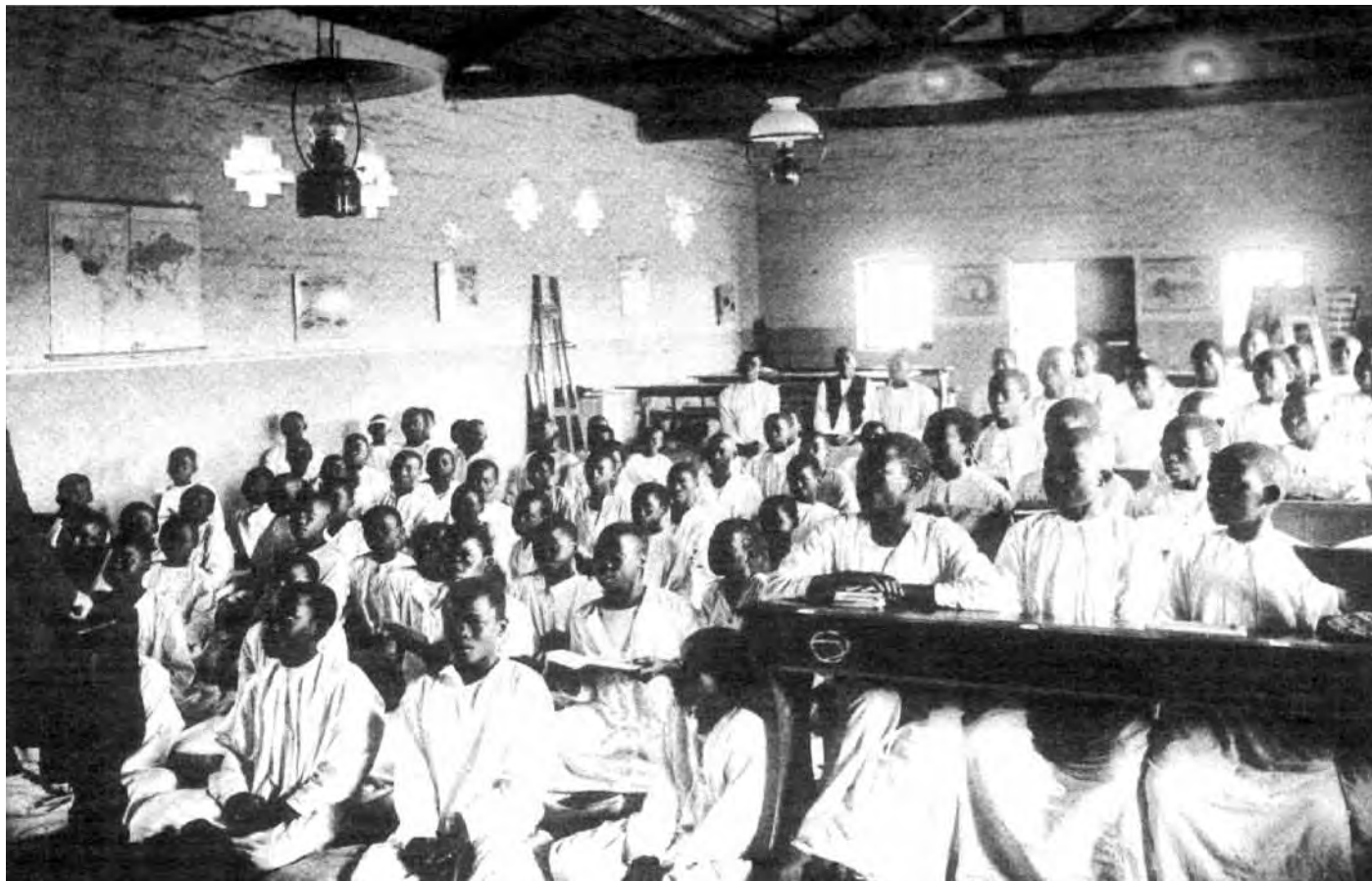



FIGURA 19.2 Escola secundária CMS de Mengo, Uganda: em busca do saber. (Foto: Royal Coommonwealth Society.)

No entanto, nem todos os que eram considerados membros da nova elite da África colonial deviam tal condição à sua instrução, e nem todos os que a deviam à instrução atingiam o mesmo nível. Conforme demonstraram a professora Lucy Mair e vários outros pesquisadores, alguns penetraram nessa classe porque enriqueceram na agricultura ou nos negócios de grande escala e puderam contribuir para o financiamento da atividade política de seus irmãos mais cultos, porém menos ricos[6]. Alguns plantadores de algodão e café em Uganda, de cacau na Nigéria ocidental e na Costa do Ouro, de café na Costa do Marfim ou de amendoim no Senegal e em Gâmbia, lograram entrar para a nova elite graças ao êxito profissional. Da mesma forma, principalmente na África ocidental, onde muitos africanos de instrução precária conseguiram impor-se como intermediários entre os produtores primários e as grandes companhias comerciais europeias, a prosperidade comercial abria facilmente o acesso a uma situação privilegiada. Outros, ainda, chegaram a pertencer à elite porque dirigiam organizações de massa, como sindicatos, podendo garantir aos elementos mais cultos o tipo de apoio de que necessitavam para convencer os colonizadores de estarem representando o povo. Na África oriental e central, ao contrário, o número de africanos que chegou a penetrar na elite foi relativamente baixo, em razão de uma política deliberada das potências coloniais e devido às atividades dos indianos e dos pequenos comerciantes portugueses e gregos. De fato, em muitas dessas regiões assistiu-se ao desaparecimento quase total das elites tradicionais dos centros urbanos.

Foi de certo modo devido a essa grande diversidade de qualificações e de origens que se tornou difícil definir, com precisão, a nova elite da África colonial. Portanto podemos afirmar com alguma razão que o problema do surgimento de uma nova classe em qualquer povo africano da época colonial era, em grande medida, questão de saber que nível e que espécie de possibilidades educacionais e econômicas eram oferecidos às pessoas e até que ponto essas pessoas os utilizavam com eficiência. Todos os estudos até agora realizados sugerem que as regiões ou colônias que assistiram aos esforços mais intensivos para a difusão da educação ocidental e que ofereceram aos africanos maiores facilidades de participação no comércio e na agricultura industrial forneceram o maior número de membros da elite.

Em certas regiões da África, especialmente entre os povos que – como os Igbo, Ibibio, Ogoja, Tiv, Idoma, Birom, Anga e Gwari da Nigéria – não tinham

6 MAIR, 1971; LLOYD (org.), 1966; KILSON, 1970.

FIGURA 19.3 Jogo de críquete na colônia: a formação da nova elite. (Foto: Royal Commonwealth Society.)

chefes e onde era, por isso, difícil identificar os chefes tradicionais e associá-los à obra do governo colonial, boa parte dos membros da nova elite provinha da classe considerada plebeia antes da colonização (ver fig. 19.3). Alguns provinham até da classe servil e de migrantes ainda não-assimilados. Os membros dessas classes foram efetivamente os primeiros a adotar a educação ocidental, a experimentar novas profissões e a emigrar para as cidades, enquanto, no seu conjunto, a elite tradicional mantinha-se em reserva. Mas, logo que os benefícios da educação e das novas atividades tornaram-se evidentes, os membros da elite tradicional juntaram-se ao movimento. Algumas potências coloniais, especialmente a França e o Reino Unido, tratavam deliberadamente de encorajar esta classe, com mais ou menos êxito, criando escolas especialmente planejadas para ela, digamos. Com a riqueza obtida de suas terras ou com a remuneração que recebiam como autoridades locais, em geral essas elites tinham condições de mandar educar os filhos não só nos estabelecimentos locais, mas em instituições de primeira ordem da Europa e da América.

No entanto, em certos lugares da África, a elite tradicional reagiu imediatamente ao apelo da educação ocidental e das empresas comerciais modernas. Foi essa classe que, no Egito, tomou a iniciativa de criar instituições do tipo ocidental. Em Buganda, foi também ela que logo reconheceu as vantagens da educação ocidental e da agricultura comercial. Na Etiópia, acolheu-a da mesma forma, enviando seus filhos para estudar na Europa e nos Estados Unidos. Dessa maneira conseguiu conservar a direção dos negócios do país.

Como a nova elite contava, nas suas fileiras, homens saídos de diferentes classes da sociedade, é difícil falar simplesmente em conflito entre os "homens novos" e os dirigentes tradicionais. Em Serra Leoa e na Libéria, onde, durante boa parte do período considerado, a nova classe constituiu-se de pessoas que não eram originárias desses territórios, as elites da costa tendiam – o que é compreensível – a entrar em conflito e a rivalizar com as sociedades tradicionais do interior. Estavam inclinadas a menosprezar os chefes, que, por sua vez, votavam a elas uma desconfiança persistente. Na Costa do Ouro do século XIX e no país dos Yoruba (Nigéria), muitos dos fundadores da nova elite eram, ou pelo menos acreditavam ser, aparentados com as populações do interior (ver fig. 19.4).

Em outros lugares, onde a primeira geração da elite não incluía repatriados, como os escravos libertos dos navios negreiros ou regressados das Américas, os laços étnicos e culturais eram ainda mais estreitos. Decorreu daí que, em todo o século XIX e mesmo no início do XX, nova e velha elites lançaram uma tradição de cooperação – sendo a nova considerada a mediadora entre as sociedades autóctones e a cultura ocidental. Afinal de contas, aqueles jovens

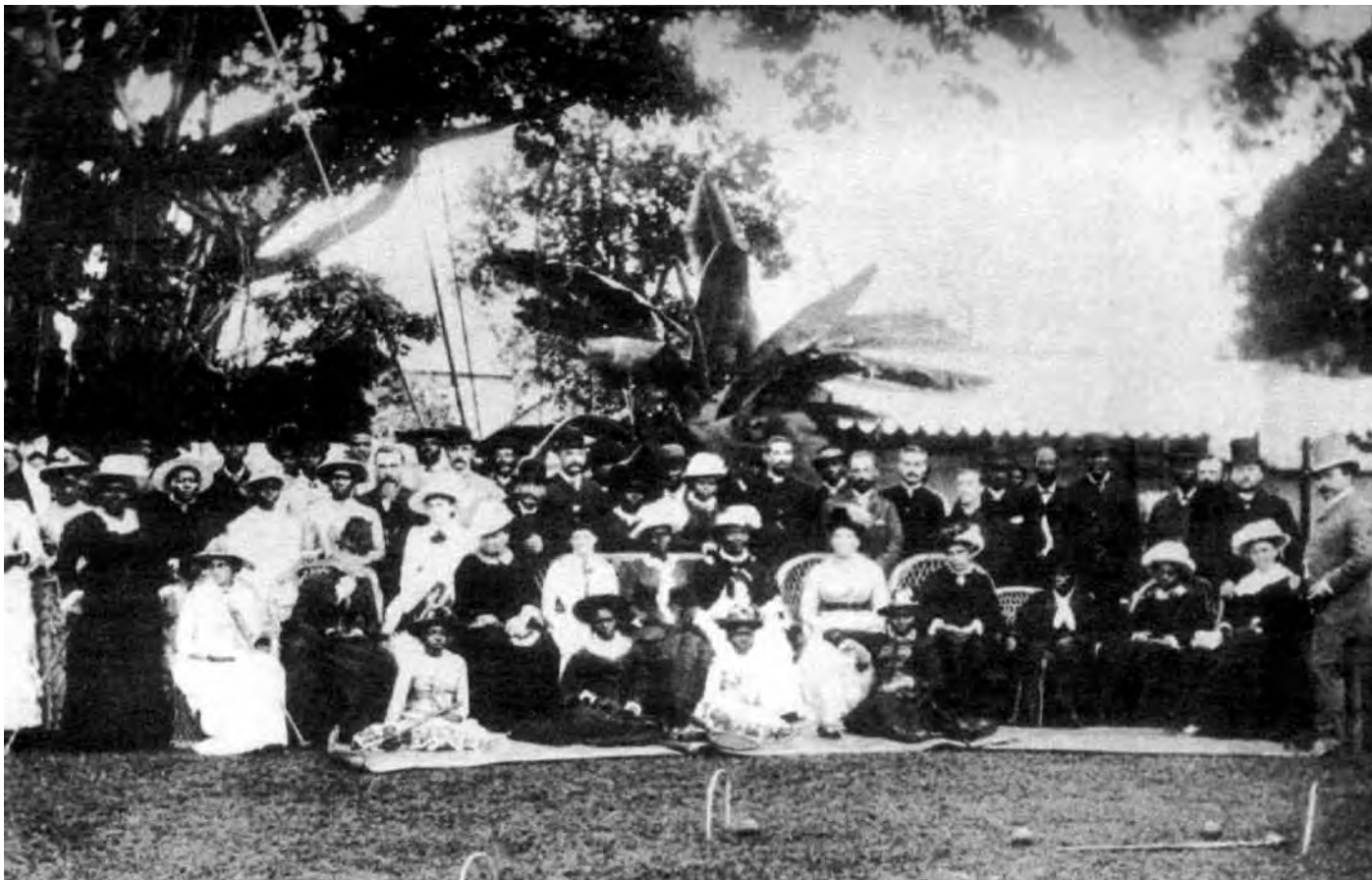



FIGURA 19.4 Festa na casa do governador de Lagos: a nova elite e os administradores coloniais. (Foto: Royal Commonwealth Society.)

haviam sido enviados à escola para aprender novas técnicas, a fim de permitir aos seus enfrentar os problemas colocados pela presença europeia. Na Costa do Ouro e no país dos Egba (Nigéria) trabalharam conjuntamente com a antiga elite para construir uma nova sociedade e afastar a dominação europeia, mas fracassaram.

No entanto, à medida que a autoridade colonial lançava raízes mais fundas, surgiram tensões e choques entre os dois grupos. A nova elite esperava, equivocadamente, que a Europa se propusesse a modernizar a África e escolhesse dentre ela os auxiliares para a execução dessa tarefa. Sob a dominação colonial, contudo, foram as burocracias europeia que assumiram o papel para o qual a nova elite se havia preparado e, em vez de associá-la, a administração voltou-se de preferência para os dirigentes tradicionais, mantendo-os restritos aos assuntos locais. Foi esse, em especial, o caso na África sob dominação britânica, onde se notava um esforço deliberado para conservar as antigas famílias dirigentes, também como – em certa medida – na África belga depois de 1906. Mesmo nos territórios franceses onde as grandes suseranias foram abolidas, as velhas famílias dirigentes sobreviveram aqui e ali, com uma posição diminuída, à escala da aldeia ou da circunscrição; e, ao nível local, onde eram utilizados homens despidos de hierarquia tradicional, era comum conferir-lhes o título de "chefe" e o mesmo gênero de funções que aos membros das famílias dirigentes tradicionais.

Em consequência da sua exclusão, a nova elite rebelou-se abertamente contra as potências tradicionais. A essa oposição declarada, os dirigentes tradicionais não podiam aderir. O prolongamento da sua sobrevivência dependia da potência colonial, o que lhes amarrava as mãos. Além disso, a grande parte de seus membros faltavam as bases de instrução necessárias para participar do debate, com alguma possibilidade de serem entendidos. De resto, se aceitassem os argumentos da nova classe, estariam relegando-se, eles próprios, ao segundo ou ao terceiro lugar. Como não se alinhavam com os jovens lobos, estes passaram a considerá-los lacaios do imperialismo, enquanto eles passaram a acusar os jovens de sentimentos revolucionários, censurando-os por quererem destruir costumes imemoriais e virar o mundo de pernas para o ar.

A propaganda imperialista incitava uma e outra elites a disputarem o direito de falar em nome do povo. Os jovens o tinham como certo; os antigos os contestavam e reclamavam para si esse direito. A administração colonial concordava com estes últimos. Tem-se uma ideia da acrimônia que tais confrontos provocavam atentando para a disputa que opôs, nos anos 1920, Nana Sir Ofori Atta, chefe de Akyem-Abuakwa, na Costa do Ouro, aos dirigentes do Congresso Nacional da África Ocidental Britânica. A mesma acrimônia se verificava, na

mesma época, nos debates entre a Associação dos Jovens Gikuyu, de Harry Thuku, e a Associação dos Gikuyu, dominada pelos chefes tradicionais[7].

Todavia, não se pode concluir do que aí fica que as relações normais entre a nova e a antiga elites, no período 1880-1935, tenham sempre assumido o caráter de conflito. A natureza dessas relações dependia do lugar e da época. Nos territórios franceses, nem a nova nem a velha elite floresceram sob o domínio estrangeiro e, quando o nó da autocracia colonial, após a Segunda Guerra Mundial, começou pouco a pouco a afrouxar, entre as fileiras de dirigentes nacionalistas da África francesa havia chefes tradicionais e descendentes de chefes.

Na Costa do Ouro, o partido político dominante até a ascensão do sr. Kwame Nkrumah – a United Gold Coast Convention – representava uma espécie de aproximação entre as elites novas e as tradicionais. Em lugares como a Etiópia, o Egito e Buganda, onde os dirigentes tradicionais tinham respondido de modo positivo às influências ocidentais, não havia razões para que algum conflito os separasse da nova elite. O mesmo se dava em sociedades como a dos Igbo, onde a elite tradicional não tinha estatura suficiente para resistir por muito tempo ao regime colonial. Em todos os casos, a nova elite não contava somente os "indígenas desenraizados" da mitologia imperialista, como nem todos os dirigentes tradicionais eram os adversários obscurantistas do progresso como a demagogia nacionalista mais tarde os estigmatizou. Os dois grupos tinham mais elementos em comum do que desejavam admitir, no efêmero calor dos debates intermitentes.

Ascensão de novas organizações

Além de delinear as novas estruturas que até agora vimos, o sistema colonial introduziu diversas mudanças na estrutura da sociedade africana. Estamos nos referindo à criação de novas organizações, as quais ajudaram muita gente e o meio rural a se ajustar às exigências e às normas da sociedade colonial. Os sociólogos viram aí organizações "voluntárias", coisa que elas foram, no sentido de que os participantes de modo algum "nasceram" nelas, tal como se nasce numa linhagem, numa aldeia ou num grupo étnico. Uma análise mais detida mostraria que, no caso de algumas delas, especialmente das associações baseadas em etnias e na busca do bem-estar e do progresso, esse caráter voluntário não é tão

7 KIMBLE, 1963, p. 389-96; KING, K. J., 1971b.

evidente, já que quem se recusasse a pertencer a elas teria de enfrentar algum tipo de ostracismo.

Os africanistas estão de acordo sobre as condições sociais que provocaram o nascimento dessas organizações. Parece que elas geralmente tiveram origem nos novos centros urbanos, se bem que outras – aquelas baseadas nas etnias, por exemplo – tenham acabado por estabelecer vínculos locais. O fato é que, como observou com justeza o professor Wallerstein, a migração das "zonas rurais tradicionais para os setores urbanos modernos" conduziu ao "deslocamento e à desorientação do indivíduo[8]. Dado que nem a sociedade tradicional nem a administração colonial estavam em condições de intervir para atender às novas necessidades desses migrantes, eles tiveram de elaborar as suas próprias instituições, sistemas e normas, com vistas a emprestar sentido à sua existência no estranho e febril ambiente social da cidade.

Os estudos de Gordon Wilson sobre a África oriental destacaram uma correlação evidente entre as pressões da sociedade colonial e a formação dessas organizações. Assim, os africanos do Quênia, cuja cultura tradicional se ressentia da opressão particularmente severa do sistema colonial e da agressividade dos colonos, dispunham de associações étnicas mais numerosas e mais sólidas do que os africanos dos territórios vizinhos, como Tanzânia e Uganda. Por conseguinte, foi em parte à necessidade de autoproteção e de autoestabilização que a formação das associações de voluntários respondeu. Além disso, as condições da existência urbana facilitavam a formação dessas organizações, já que, segundo Thomas Hodgkin, ofereciam "centros onde homens e mulheres com interesses particulares em comum podiam se encontrar e compreender"[9].

Muito embora se tenha salientado, e com razão, que é difícil classificar as diferentes organizações em categorias perfeitamente delimitadas, especialmente em virtude da pluralidade de suas atribuições, vamos dividí-las em três grupos.

No primeiro grupo estão as organizações de caráter puramente "social", cujas atividades são consagradas à camaradagem e à distração. Resultavam da ausência, nas aldeias, de ocasiões tradicionais de diversão, recreação, formação cívica – como as mascaradas, as associações por faixas etárias e as festividades tradicionais. Aí se fazia sentir, igualmente, a atração pelos diferentes modos da vida social europeia moderna, tal como a praticavam, em cada colônia, as comunidades europeias. Nessa categoria incluem-se os clubes de futebol, os grupos de escoteiros e de moças guias, as sociedades de debates e as associações de ex-alunos.

8 WALLERSTEIN, 1970, p. 319.

9 HODGKIN, 1956, p. 84.

No segundo grupo entram as associações étnicas, que consistiam em prolongamento urbano da etnicidade rural. Estavam hierarquizadas: associações de aldeia, de clã, de etnia. Tinham duas tarefas principais. Uma era ajudar os recém-chegados, permitindo-lhes adaptar-se à cidade com um mínimo de choques. Assim, ao primeiro contato com a urbe, o migrante novo encontrava, desde logo, membros de sua associação de aldeia ou de clã, que o ajudavam a encontrar moradia, o apresentavam a quem estava procurando empregados ou a oficiais que lhe ensinavam o seu ofício em técnicas modernas. Também o ensinavam a se comportar na cidade. Era à sua associação que a pessoa recorria em caso de dificuldade. Os membros obtinham aí empréstimos que os ajudavam a dar andamento às suas atividades quando estas eram comprometidas com prejuízos sérios. Funerais, casamento e outras despesas aprovadas pela associação também podiam motivar empréstimos ou, conforme o caso, davam lugar a donativos do grupo[10]. A outra função dos grupos étnicos consistia em "servir de canal para uma informação destinada à opinião esclarecida da aldeia", principalmente mantendo os laços entre os naturais da aldeia que permaneciam nas suas terras e os aldeões emigrados. Para isso, importava que estes continuassem interessados no crescimento social e político de seus lares, o que, no início, valeu a essas associações a hostilidade e a oposição de desconfiados funcionários europeus. Todavia, com o passar do tempo, eles reconheceram a utilidade e as possibilidades dessas organizações e não tardaram a consultá-las sobre questões como imposto, educação e desenvolvimento comunitário.

No terceiro grupo, classificamos os sindicatos, constituídos em grande parte em função de negociações econômicas coletivas. Na sua maioria, os centros urbanos se desenvolveram em pontos vitais, como comércio, mineração e comunicações, que ofereciam possibilidades de emprego a trabalhadores qualificados e não-qualificados. Nessas cidades não tardaram a formar-se concentrações de operários que viviam de salário. A esses homens, especialmente aqueles que começavam pelo degrau inferior da escala, costumam os analistas de tendência marxista considerar – impropriamente – como proletários. Além daqueles que dependiam das sociedades de mineração, das missões etc., havia também artífices autônomos, que atendiam a certas necessidades da população urbana.

A vida da população da cidade estava ligada às flutuações da economia mundial e de seus mercados, dos quais ela não compreendia nem a trama nem o comportamento. Para se defender nesse mundo econômico estranho, os assala-

10 Ver a excelente análise da criação e do funcionamento de uma associação de voluntários do tipo étnico em BANTON, 1966, p. 402-19.

riados e os funcionários constituíram sindicatos, a fim de negociar eficazmente com os empregadores as bases de um melhor salário e de melhores condições de trabalho. Os artífices autônomos formaram corporações que fixavam preços e estabeleciam normas, condições de aprendizagem etc. Sindicatos e corporações cumpriam também as funções de sociedades de ajuda mútua – acorrendo em auxílio dos membros necessitados de dinheiro ou de conselhos, cuidando de providenciar funerais decentes, encontrar facilidades de educação, bolsas de estudo e festas do calendário.

O período 1880-1935 assistiu ao nascimento dessas novas organizações. Segundo o professor Kilson, a partir de 1937 existia todo tipo de associações de comerciantes e de trabalhadores na Nigéria, em Serra Leoa, no Quênia e outros lugares. Mas o estudo dele mesmo e o de outros – como o do professor Kimble sobre Gana, do professor Yesufu e do sr. Ananaba sobre a Nigéria, de V. Thompson e R. Adloff sobre a África Equatorial Francesa, de R. H. Bates sobre Zâmbia – mostram claramente que a idade de ouro dessas organizações aconteceu somente depois da Segunda Guerra Mundial[11].

Não faltavam razões para tanto. As associações dependiam, até certo ponto, da propagação do ensino, cujos efeitos levavam certo tempo para se manifestar, como os da urbanização. Para além da costa da África ocidental, do Maghreb, do Egito e do Quênia, levaram em geral mais de trinta anos. Em compensação, na África do Sul, onde as condições poderiam ser consideradas ideais em consequência da precocidade da revolução da indústria e das comunicações, a crescente violência do nacionalismo bôer e a oposição dos outros brancos sufocaram a iniciativa africana. A expansão das associações dependia também, em parte, do desenvolvimento da economia capitalista, mas a África colonial não teria conhecido senão uma "economia capitalista rudimentar", substancialmente dependente de trabalhadores migrantes – tipo de trabalhadores que, segundo se diz, eram refratários à organização em sindicatos. Além do mais, na época os assalariados ainda eram poucos. Nos anos 1950, calculava-se que somavam quatro ou cinco milhões. Finalmente, havia numerosas proibições editadas pelos regimes coloniais, autocráticos e exploradores, os quais, na maior parte, não reconheceram oficialmente os sindicatos antes do fim dos anos 1930 ou início dos anos 1940.

Conforme ficou dito antes, os efeitos sociais da dominação estrangeira estavam longe de ser uniformes de um extremo a outro do continente. No que res-

11 Ver, por exemplo, KILSON, 1970; KIMBLE, 1963; YESUFU, 1962; ANANABA, 1969; THOMPSON e ADLOFF, 1960; BATES, R. H., 1971.

peita à difusão do ensino, ao triunfo das novas forças econômicas, à extensão da urbanização e, portanto, à emergência da nova elite, pode-se dizer que a África ocidental experimentou o maior progresso, seguida pelo Egito e Maghreb, África do Sul, África oriental e África central. Porém, se estabelecermos essa comparação tomando os blocos coloniais e não as regiões geográficas, será possível perceber que a maior evolução se deu nos territórios britânicos, em segundo lugar nas colônias francesas e portuguesas, ficando muito atrás o Congo Belga (atual Zaire). Mas entre os próprios territórios britânicos também havia desigualdade: os territórios onde as transformações foram mais substanciais eram Egito, Costa do Ouro (atual Gana), Nigéria, Uganda e Serra Leoa, seguidos pelo Quênia e as duas Rodésias (atuais Zâmbia e Zimbábue).

Se considerássemos as colônias separadamente, teríamos a impressão de que o sul da Costa do Ouro e da Nigéria evoluíam mais depressa do que o norte. Por outro lado, na África de língua francesa, os territórios da África ocidental vinham em primeiro lugar, seguidos pela África do norte e depois pela África Equatorial Francesa. No interior da África Ocidental Francesa, o Senegal e o Daomé estavam à frente e as outras colônias acusavam certo atraso.

O fato é que a expansão e os efeitos das forças de evolução eram determinados por tantos fatores que nenhum governo colonial ou grupo africano seria capaz de dominá-los por completo. Primeiro fator: a extensão e a profundidade do contato com a Europa, de que se beneficiara o território ou o conjunto geográfico considerado, antes da colonização. A África ocidental e a África austral tinham mantido contato bastante regular com a Europa desde o século XVI. Assim, lá pelo começo do século XIX, já estavam estabelecidas condições de vida quase urbanas em diversos pontos dessa costa – São Luís, Banjul, Acra, Lagos, os portos fluviais Oil River, Luanda e Cabo. Eram bons canais para a difusão da educação ocidental, do cristianismo e do comércio europeu rumo ao interior. Em compensação, a costa oriental não manteve contato permanente com a Europa senão da década de 1870 em diante.

Esta distância no tempo é importante para esclarecer a diferença entre os efeitos gerados pelas forças de mudança nas diversas regiões e países da África. No século XIX, o período que precedeu a instauração do domínio europeu foi a fase mais liberal das relações entre a Europa e a África. Entre a abolição da escravatura e a imposição do colonialismo, a Europa estava, afinal de contas, disposta a encorajar a emergência de um grupo de africanos prontos a cooperar com ela na obra de "civilização" do continente. Isso equivalia a estimular a iniciativa africana no ensino e no comércio. Em consequência, a África ocidental ganhou muito com a aplicação dessa política.

Mas a imposição do domínio colonial e a concomitante aplicação de políticas raciais nada liberais, opuseram todos os gêneros de obstáculos contra a participação dos africanos no ensino e no comércio. As regiões em que a política liberal não estava firmemente implantada desde antes do advento do domínio estrangeiro viram-se, portanto, bastante desfavorecidas. As potências coloniais desconfiavam da nova elite africana e procuravam limitar-lhe o crescimento freando o desenvolvimento das escolas: os que chegavam eram desencorajados de conseguir o diploma, negando-se-lhes trabalho à altura de sua competência na administração colonial. A liberdade de participar das novas empresas comerciais também lhes foi reduzida ao mínimo.

A presença ou a ausência de colonos brancos é igualmente importante para explicar o desigual impacto das forças de evolução. Na África ocidental, havia poucos colonos europeus, o que até certo ponto explica a rapidez dos progressos realizados pelos africanos ocidentais em matéria de educação e de economia, mas eles constituíam multidão na Argélia, no Quênia, nas Rodésias e na África do Sul. No Congo Belga, onde havia menos colonos europeus, o reinado das companhias era tão pouco liberal e tão debilitante quanto a influência dos colonos. Os interesses dos colonos europeus chocavam-se com os dos africanos, e eles usavam a sua influência sobre a administração colonial para dificultar ou reduzir a zero o desenvolvimento africano.

Finalmente, cumpre explicar a diversidade das reações africanas às influências estrangeiras. Na Nigéria, os Igbo se ocidentalizaram com entusiasmo bem maior que os Peul. No Quênia, os Gikuyu compreenderam as vantagens da educação ocidental muito antes de seus vizinhos. O conservadorismo e a resistência da cultura islâmica contribuíram para frear o desenvolvimento da influência ocidental, principalmente no oeste do Sudão, mas, na África do norte e no Egito, uma importante fração da elite dominante procurou assegurar a sobrevivência da herança islâmica introduzindo a ciência e a técnica ocidentais. Esse tipo de ação redundou em uma frutuosa união entre a cultura islâmica e o pensamento científico ocidental. Os muçulmanos do oeste do Sudão, que não souberam dar provas da mesma iniciativa, viram-se mal preparados para enfrentar os problemas postos pela dominação colonial. Franceses e ingleses puderam determinar, ali, com toda a liberdade que forma e que dose de influência ocidental podiam admitir na região.

CAPÍTULO 20

A religião na África durante a época colonial

Kofi Asare Opoku

A instauração do domínio colonial europeu na África não se resumiu à imposição forçada do poder político, econômico e social. Foi também uma imposição cultural, e utilizou a cultura para dar apoio às superestruturas políticas, econômicas e sociais representadas pelo colonialismo. Este capítulo examinará o aspecto religioso dessa imposição cultural e a reação africana a ela.

A vida religiosa na África em vésperas do domínio colonial

A religião africana tradicional no período pré-colonial

A religião africana tradicional estava (e está) inextricavelmente ligada à cultura africana. Era uma realidade presente em todos os setores, como o salienta muito bem Emmanuel Obiechina:

> Não existe qualquer dimensão importante da experiência humana que não esteja ligada ao sobrenatural, ao sentimento popular religioso e à piedade [...]. Tudo isso constitui parte integrante da estrutura ideológica da sociedade tradicional e é essencial para uma interpretação exata da experiência no contexto social tradicional[1].

1 E. OBIECHINA, 1978, p. 208.

Essa onipresença no modo de viver dos povos africanos dava à religião tradicional um caráter global, no contexto da cultura de onde se tinha originado. Estava baseada em uma visão particular de mundo, que não incluía somente a percepção do sobrenatural, mas também a compreensão da natureza do universo, dos seres humanos e do seu lugar no mundo, assim como a compreensão da natureza de Deus, cujo nome variava de uma região para outra. Essencialmente espírito, Deus não possuía imagens nem representações físicas: era o criador e o pilar do mundo. Poder, justiça, beneficência e eternidade eram atributos dele e, como fonte de todo o poder, governava a vida e a morte. Deus recompensava os homens, mas também os castigava quando agiam mal. De mil maneiras o comparavam a um suserano da sociedade, e o consideravam como autoridade última em todos os domínios. De forma geral, Deus não se assemelhava aos seres humanos e era totalmente superior à sua criação, mas, ao mesmo tempo, envolvia-se nos negócios dos homens, sustentando a criação e defendendo a ordem moral, assim como os seres humanos repousavam sobre ele enquanto poder que lhes era superior. Deus, portanto, era ao mesmo tempo transcendente e imanente.

Existia uma hierarquia dos espíritos. Abaixo de Deus estavam os espíritos dos ancestrais (ver fig. 20.1), sempre tratados com reverência e temor; depois, vinham as deidades, ou os deuses, que se acreditava terem o poder de recompensar os seres humanos ou de castigá-los com má sorte, doenças e até a morte. As divindades tinham seus cultos, sacerdotes e altares. Algumas estavam ligadas a diversas características do ambiente, mas esses objetos tangíveis não eram mais que habitáculos terrestres dos deuses, e não os próprios deuses.

Além das deidades sobrenaturais, havia outros espíritos, ou poderes místicos, reconhecidos pela capacidade de ajudar ou de prejudicar os seres humanos. Pertenciam a essa esfera todos os agentes da feitiçaria, da magia e da bruxaria. Finalmente, vinham os encantos, os amuletos e os talismãs, que tanto eram empregados para proteção como para agressão.

A concepção geral do homem era que o ser humano compõe-se de substância material e de substância imaterial. A parte imaterial (a alma) sobrevive à morte e a parte material (o corpo) se desintegra. A morte, portanto, não significa o fim da vida: é antes a continuidade e a extensão da vida. Os mortos permanecem membros da sociedade e se acredita que exista, ao lado da comunidade dos vivos, uma comunidade dos mortos. Entre ambas ocorre uma relação simbiótica. A sociedade humana, portanto, é uma família unida, composta pelos mortos, pelos vivos e por aqueles que ainda não nasceram.

No que respeita à relação do homem com a sociedade, ser humano significava pertencer a uma comunidade. Isso implicava participação em crenças, cerimônias, rituais e festas[2]: a participação comunitária tinha mais valor do que a participação individual. De fato, a sociedade estava fundada mais nas obrigações do que nos direitos individuais, e o indivíduo afirmava seus direitos no exercício dessas obrigações, o que transformava a sociedade numa vasta malha de relações. Além disso, a vida humana era considerada e compreendida como um ciclo de nascimento, casamento, procriação, morte e vida pós-morte. O indivíduo nunca se fixava em uma etapa da existência: tinha necessariamente de passar à seguinte e, para tornar a transição mais fácil, eram cumpridos ritos especiais para garantir que nenhuma ruptura se produzisse, que o movimento e a regeneração se dessem perpetuamente[3].

A religião africana tradicional não apenas era onipresente, mas também unia os homens aos poderes invisíveis, ajudando-os a estabelecer relações justas com as potências extra-humanas e com seus semelhantes. A religião era o amálgama que dava às sociedades humanas solidez, estabilidade e coesão. Além disso, ajudava os homens a compreender e dominar os acontecimentos, a se libertar de suas dúvidas, angústias e sentimentos de culpa.

Mas a situação não era estática, já que de geração em geração ocorriam mudanças, e cada uma delas acrescentava sua parte de experiência à herança religiosa e cultural. Não havia deus ciumento que proibisse a aceitação ou o acréscimo de novos deuses e novas crenças – e novos cultos e novos altares apareciam, enquanto outros declinavam. Os deuses que tinham revelado poder possuíam altares por toda a parte, e era frequente que grupos étnicos vencidos adotassem os deuses dos adversários vitoriosos. E, como o movimento era a essência da vida, as mudanças eram consideradas normais, na medida em que não transgredissem os valores africanos.

O islão no período pré-colonial

Duas religiões estrangeiras foram introduzidas durante o período pré-colonial, ao lado da religião tradicional: o islamismo e o cristianismo. A ascensão e a difusão do islão na África já foram tratadas em volumes anteriores. A expansão de maior importância do islão na época pré-colonial deu-se no século XIX, em parte quando militantes islâmicos, descontentes com os intoleráveis arranjos

2 MBITI, 1969, p. 2.

3 OPOKU, 1978, p. 10-1.

FIGURA 20.1 Personagens Makishie durante uma cerimônia de iniciação, em Zâmbia. Os dançarinos representam os espíritos ancestrais encarregados de instruir os futuros iniciados. (Fonte: Serviço Nacional de Turismo de Zâmbia.)

concluídos entre o islão e a religião tradicional africana, declararam "guerras santas" com o objetivo de restabelecer a fé islamita na sua pureza original. Essas *djihāds* redundaram na formação de Estados teocráticos, nos quais a religião e a lei do islão foram impostas ao povo, tendo havido muitas conversões. Os Estados teocráticos prolongavam-se através da zona sudanesa da África ocidental, desde o Senegal até o que é hoje o norte da Nigéria, incluindo Futa-Djalon, Futa-Toro, o califado de Sokoto e o império de Bornu[4].

Na África oriental, o islão penetrou no coração do continente a partir da costa, mas, ao contrário dos seus iguais da África ocidental, os muçulmanos desta área interessavam-se mais pelo comércio do que pela conversão dos habitantes à sua fé. Trataram de assegurar os laços comerciais com o interior e sua esfera de influência econômica. No entanto, certas áreas da África oriental seguiam o islão havia séculos; ao longo da costa, foi se desenvolvendo uma nova cultura muçulmana e, a partir dessa mistura com a cultura bantu, nasceu a cultura *swahili.* O *kiswahili* é, hoje, a língua franca da maior parte da África oriental.

Antes da chegada das potências coloniais, o islão já avançara em proporção considerável. Dentre seus progressos, assinalemos a substituição do ciclo de festas tradicionais pelo calendário islâmico em várias partes da África e a incorporação de numerosas palavras e conceitos árabes por línguas africanas como o haussa, o fula e o mandinga, o que contribuiu muito para enriquecê-las. No retorno da viagem, os peregrinos já seguiam novas modas de vestuário; e, com o exemplo de religiosos e clérigos muçulmanos residentes ou de passagem por diversas regiões da África, a cultura árabe tinha começado a causar grande impacto sobre os africanos. A influência se fazia sentir também na arquitetura, nos títulos, na música e em outros aspectos da cultura, principalmente entre as camadas mais favorecidas da população africana, sobretudo no Sudão.

Malgrado o progresso islâmico conseguido antes da chegada das potências coloniais, as últimas décadas do século XIX assistiram ao desmoronar de alguns Estados teocráticos da África ocidental, ao enfraquecimento do comércio e da influência islâmicos na África oriental. Não obstante, a dominação colonial ainda viria a dar ao islão a possibilidade de uma expansão sem precedentes.

O cristianismo na África pré-colonial

Antes de instaurada a dominação colonial, o cristianismo (como se viu em volumes anteriores) passara por três fases de sua história no continente africano.

4 LAST, 1974.

A primeira encerrou-se no século VII da era cristã, com o advento do islão, deixando colônias cristãs dispersas nos desertos e em certas partes ao norte da África. A Etiópia mantinha-se firmemente cristã desde o século IV. A era das explorações portuguesas no século XV marca o início da segunda fase, e esta, por sua vez, termina com o tráfico de escravos que se seguiu àquelas explorações e durou aproximadamente três séculos. A terceira fase (1800-1885) foi desencadeada pelo surgimento de um poderoso movimento missionário no final do século XVIII, na Europa. A partir da década de 1840, assistiu-se à penetração dos missionários no interior do continente, enquanto o período anterior caracterizara-se por sua concentração ao longo da costa, principalmente nos enclaves europeus litorâneos, na Etiópia e na África do Sul. A arrancada para o sertão tornou-se possível graças à exploração geográfica, que deu aos europeus maior conhecimento sobre o interior da África. Além disso, inúmeros missionários foram incentivados pelas experiências e ideias de David Livingstone, que em numerosos escritos narrou os resultados de suas expedições. Segundo ele, os missionários deviam estabelecer centros de catequese e de civilização destinados não só a expandir a religião, mas também a promover o comércio e a agricultura. Imbuídos por essas ideias, inúmeros e entusiasmados missionários penetraram fundamente o interior da África, acompanhando antigas vias comerciais. Acresça-se a esse contexto o progresso da medicina, no século XIX, que permitiu o controle de várias doenças tropicais e tornou mais fácil aos missionários estabelecer-se em tantas regiões da África.

Viver no sertão familiarizou cada vez mais os missionários com a África, fator que veio a tornar-se decisivo no último quarto do século, quando começaram as lutas pela conquista do continente. Assim que as nações europeias interessavam-se mais pela aquisição de territórios africanos, os missionários franqueavam-lhes o caminho em algumas zonas e serviam – conscientemente – enquanto agentes do colonialismo europeu. Cada missionário estava firmemente persuadido de que, se havia de ocorrer uma intervenção europeia, então que fosse conduzida por seu próprio país. Como escrevia Roland Olivier, “eles desejavam garantir que a intervenção fosse conduzida por compatriotas seus ou pela potência mais capaz de oferecer as melhores oportunidades para a obra de seu culto”[5].

Além disso, a administração colonial na África, argumentava a maior parte dos missionários, não providenciaria apenas a segurança e a proteção tão dese-

5 OLIVER e MATHEW (orgs.), 1971.

jadas para lhes permitir reparar os males do tráfico negreiro, mas ainda estimularia e garantiria o desenvolvimento de novas possibilidades econômicas aos africanos. Desse modo, encorajavam entusiasticamente a intervenção europeia, sobretudo a partir dos anos 1870, nela vendo um empreendimento moralmente justificado.

Religião africana tradicional e domínio colonial

A imposição do domínio colonial na África, a partir de 1885, conduziu à difusão da influência europeia até o âmago do continente, enquanto antes ela se concentrava ao longo da costa. Toda a intervenção europeia, durante o período colonial, fundamentava-se no postulado de que, para implantar o progresso, era preciso transformar ou mesmo destruir por completo a cultura africana. E, como a cultura africana estava intimamente ligada à religião, é fácil perceber que a política colonial europeia podia chocar-se violentamente com princípios da religião tradicional, que constituíam as próprias bases da sociedade africana. Desde o início, a religião tradicional viu-se submetida ao desafio da sobrevivência e da necessidade de se fortalecer.

Os missionários foram os porta-vozes da cultura ocidental praticamente até começos da década de 1890, e sempre foram claros relativamente à religião africana: queriam converter os africanos não somente ao cristianismo, mas também à cultura ocidental, que julgavam impregnada de cristianismo e profundamente marcada por ele. De fato, para a maior parte desses missionários convictos, não havia a menor diferença entre as duas coisas e, no entanto, embora não distinguindo entre a sua religião e a sua cultura, trabalhavam sem descanso para converter os africanos a uma forma de vida na qual a religião estava separada dos outros aspectos da existência. Ensinavam ao seu novo rebanho que a vida podia ser dividida em esfera espiritual e esfera secular – ensino que se opunha à própria base da cultura africana, ou seja, a unidade entre religião e vida. Desse modo, os missionários tratavam de atacar o próprio elemento que sustentava a coesão das sociedades africanas. O perigo foi desde logo percebido por vários chefes africanos perspicazes, que prontamente se opuseram à penetração dos missionários, identificando na presença deles um desafio e uma ameaça às formas tradicionais de autoridade. Os missionários, assim como os administradores coloniais, pregavam contra a crença nos espíritos, nas forças sobrenaturais e nos deuses, na feitiçaria, nos sacrifícios, nos rituais, nos tabus e na veneração dos antepassados. Com isso, minavam a influência dos tradicionais chefes rituais

africanos, como sacerdotes, sacerdotisas, mágicos, fazedores de chuva e monarcas divinos. Os administradores coloniais introduziram também a medicina ocidental, e atacavam os costumes "pagãos" para enfraquecer a posição dos médicos e dos curandeiros tradicionais. A ordem antiga foi, portanto, severamente fustigada e, em numerosos setores da sociedade africana, envidaram-se esforços para defendê-la e protegê-la.

Embora os administradores coloniais se interessassem em primeira instância pelo controle político econômico e social dos territórios, as questões relativas à religião não podiam estar excluídas de suas preocupações essenciais. A doutrinação dos missionários era compartilhada pelas potências coloniais. De modo geral, seus administradores adotaram atitude hostil para com algumas práticas religiosas e tentaram aboli-las suprimindo certos cultos. Procuraram eliminar a fé na feitiçaria, bem assim práticas como a prova do veneno, destinada a descobrir pessoas suspeitas de culpa ou inocentes em crimes difíceis de provar, ou o "rapto" de cadáveres para descobrir quem havia provocado sua morte por feitiçaria ou despacho.

Os africanos reagiram de muitas maneiras a esses ataques. Aqueles que não se haviam convertido faziam oposição ao domínio colonial e desafiavam as condenações dos missionários, simplesmente continuando a obedecer à sua fé e a praticar seus ritos, aberta ou clandestinamente. Aqueles que se haviam convertido ao cristianismo, e cujas crenças e atitudes estavam, portanto, fortemente influenciadas pela nova doutrina, exprimiam sua resistência integrando sincreticamente algumas das crenças tradicionais à sua nova fé.

Os africanos empregavam a religião como arma para resistir ao domínio colonial e à ameaça que ele representava para seus valores. Muitas vezes, recorriam à magia, à intervenção dos antepassados e de seus deuses para combater a opressão colonial. Durante as duas primeiras décadas do século XX, os guerreiros Igbo do sudeste da Nigéria empregaram esses meios para se defender contra os invasores estrangeiros. Podem ser citados como exemplos os Esza, do grupo Abakaliki, os Uzuakoli e os Aro[6]. Alguns cultos constituíam claramente focos de resistência à dominação colonial, como o Mwari, na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), e havia associações secretas, como a Poro em Serra Leoa (ver fig. 20.2) e outras regiões da África. Também houve guerras mágicas em Madagáscar e na bacia do Congo. Na África oriental, principalmente no Quênia, surgiram profetas que davam revigoramento [7]espiritual para resistir ao colonia-

6 Ver AFIGBO, 1973.

7 A fundação de igrejas independentes, distintas das igrejas missionárias controladas pelos europeus, exprimia o mesmo tipo de protesto.

FIGURA 20.2 Membros de uma sociedade secreta em Serra Leoa. (Foto: Royal Commonwealth Society.)

lismo, como ocorreu no distrito de Machakos, entre os Kilungu, nos primeiros meses de 1922 (ver o capítulo 26). Um dos movimentos mais conhecidos, por ter utilizado ao mesmo tempo a religião e a magia a fim de resistir à opressão e ao domínio colonial, foi, como já vimos antes, o movimento Majī Majī na África Oriental Alemã, durante a primeira década do nosso século[8]. Apesar da derrota, o movimento Majī Majī demonstrou que a religião africana tradicional podia conduzir à unidade contra a pressão europeia, e que ela não era uma força fragmentária, confinada a algumas localidades. Além disso, semeou o germe do nacionalismo africano, que posteriormente haveria de crescer e difundir-se, na luta pela independência, até o fim do domínio colonial, nos anos 1960.

O culto Nyabingi era semelhante ao Majī Majī. Abrangia igualmente uma vasta zona, por sobre fronteiras étnicas e regionais. Era encontrado em Ruanda, no noroeste de Tanganica (atual Tanzânia) e em Uganda. Assim como no movimento Majī Majī, os adeptos do culto Nyabingi acreditavam que seus produtos medicinais tinham o poder de neutralizar o efeito das balas europeias e partilhavam da mesma fé de serem possuídos pelos espíritos de ancestrais legendários. Esse culto nasceu no final do século XIX e expandiu-se até 1928, ano em que se transformou em movimento de revolta contra a ocupação europeia na região de Kigezi, Uganda. Conforme diz E. Hopkins, "o movimento conseguiu bloquear os esforços administrativos de três potências coloniais durante cerca de vinte anos, até sua eliminação, em 1928"[9].

Os alemães – e em seguida os belgas, que assumiram o domínio de Ruanda após a Primeira Guerra Mundial – não lograram eliminá-lo e, mesmo depois de esmagado o levante de 1928, o culto perdurou até 1934, data de sua supressão final.

Outros cultos conseguiram resistir à pressão europeia, resgatando certos aspectos da religião tradicional e combinando-os com ideias tomadas ao cristianismo. Exemplo disso foi o culto Mumbo, praticado pelos Gusii, perto do lago Vitória, no Quênia, e usado como esteio da sua revolta contra o colonialismo britânico, deflagrada em 1900[10].

Na Costa do Ouro (atual Gana), a administração colonial britânica adotou atitude hostil para com certas práticas religiosas, abolindo algumas e tentando suprimir certas divindades e respectivos cultos. Assim, o culto de Katawere,

8 Para maiores detalhes, ver o capítulo 7 deste volume.

9 HOPKINS, E., 1970.

10 Para maiores detalhes, ver os capítulos 7 e 26 deste volume.

deidade tutelar de Akim Kotoku, foi proibido em 1907[11]. Anteriormente, nos anos 1880, o governo alemão havia destruído os santuários de Kete-Krachi, dedicados a Denteh; o sacerdote foi aprisionado e executado. A administração colonial britânica obrigou os Krobo a abandonar suas aldeias, no monte Krobo, aniquilando-as; destruiu igualmente os santuários de Kotoklo e de Nadu, devotados ao culto de suas divindades tutelares.

A administração colonial combatia a crença na feitiçaria e procurava fazê-la desaparecer por meio de decretos e de medidas destinadas a pôr fim aos movimentos africanos pela eliminação da feitiçaria. Apesar da ação conjugada dos missionários e dos administradores coloniais, a crença na feitiçaria persistiu tanto no meio dos convertidos como dos não convertidos, continuando os africanos a tratar do problema à sua maneira.

Entre os vários novos cultos surgidos na África ocidental para proteger as pessoas contra a feitiçaria, cumpre mencionar o *Aberewa* (Mulher Velha), da Costa do Ouro, culto proibido pela autoridade colonial em 1908. O mais difundido dos movimentos pela eliminação da feitiçaria foi o culto Bamucapi, da África central e do sudeste, que se alastrou por Moçambique, Niassalândia (atual Malavi), Rodésias (atualmente, Zimbábue e Zâmbia), sul de Tanganica (atualmente, Tanzânia) e Congo Belga (atual Zaire). Os membros do culto Bamucapi bebiam poções que supunham livrá-los da feitiçaria ou protegê-los do efeito dela[12]. O culto prosperou no início da década de 1930; tomava ideias emprestadas à religião africana tradicional e, ao mesmo tempo, ao cristianismo.

Como alguns africanos persistiam em recorrer a seus métodos tradicionais para lutar contra a feitiçaria, a administração colonial baixou decretos a respeito dela. Em Uganda, por exemplo, um desses decretos foi promulgado em 1912 e reformado em 1921: as penas se tornavam mais severas, indo de um a cinco anos de prisão, e o porte de artigos de feitiçaria passava a constituir delito[13]. Mas todas as leis das autoridades coloniais revelaram-se pouco eficazes contra a feitiçaria, bem como as condenações dos missionários e dos africanos convertidos.

Outra investida contra a religião africana tradicional traduziu-se em medidas contra os ritos de iniciação de rapazes e moças à idade adulta. Para os africanos, os ritos de iniciação preparavam rapazes e mocinhas não só para a idade adulta, mas também para a vida social e comunitária, constituindo um elemento vital e nuclear da vida social, cultural e religiosa.

11 DEBRUNNER, 1967, p. 255.

12 RANGER, 1971, p. 132.

13 HOPKINS, E., 1970, p. 311.

Em muitas partes da África, os ritos de iniciação compreendiam a circuncisão dos meninos e a clitoridectomia das meninas, e era essa a fonte das mais graves controvérsias. Os missionários consideravam os ritos inadmissíveis, tanto do ponto de vista dos costumes como da teologia, e muitas vezes buscavam o apoio da administração colonial para combatê-los. O ataque equivalia a uma interferência no significado central da concepção africana do homem e na organização da vida religiosa: a reação dos africanos foi violenta. Na África oriental, principalmente, o problema da circuncisão e, sobretudo, da clitoridectomia provocou as reações mais fortes. Os missionários a julgavam prática abominável e tentaram fazer com que suas novas ovelhas a abandonassem por completo. No tocante à circuncisão dos meninos, porém, estavam dispostos a concordar, desde que fosse despojada de seus aspectos "pagãos", "demoníacos" e "satânicos".

Na diocese de Masasi, Tanganica meridional, e na província central do Quênia houve sérios confrontos entre as missões cristãs e os povos africanos, a propósito da circuncisão. Em Masasi, foi empreendida uma política de adaptação e procurou-se modificar o *jando* (circuncisão) e o *malango* (excisão na mulher) praticando-os sob auspícios cristãos de forma a despojá-los de qualquer elemento estimado ou julgado "não cristão". Essa política evitou um confronto direto entre a iniciação tradicional e as missões cristãs, embora a Igreja tenha omitido um elemento essencial da iniciação das meninas, a elongação do clitóris, e não chegasse a dar ao *malango* a importância que a iniciação tradicional determinava. No entanto, reconhecia a necessidade de seus fiéis serem ao mesmo tempo cristãos e membros plenamente iniciados de suas comunidades, objetivo que foi alcançado dentro da própria Igreja e não em revolta contra ela[14].

Mas, na província central do Quênia, a política dos missionários provocou confronto direto. Os africanos já nutriam forte ressentimento contra a administração britânica, que lhes havia tomado vastas extensões de terra para colocá-las à disposição dos colonos brancos. Essa espoliação coincidiu com as atividades de umas tantas missões – a Scottish Mission (Ukambani, 1891, e Kikuyu. 1898), a Mission Évangélique Luthérienne Bavaroise (Ukambani, 1893), a African Inland Mission (Ukambani, 1896), a Gospel Missionary Society (Nairóbi, 1897), a Church Missionary Society e a African Inland Mission (Nairóbi, 1901) – que começaram a criticar as veneradas tradições dos Akamba, Meru, Tharaka, Massai e outros povos, principalmente a excisão iniciática das meninas

14 RANGER, 1972.

e a circuncisão dos meninos. A presença europeia significava, portanto, uma dupla pressão: sobre a terra e sobre as tradições.

O que os missionários consideravam particularmente repugnante era a iniciação das meninas. Criticavam-na violentamente e a Church of Scotland Mission, a African Inland Church e a Gospel Missionary Society a proibiram em suas igrejas, em 1920 e 1921. A circuncisão não recebeu ataques tão duros, mas as missões exigiram que passasse a ser praticada em hospitais ou em residências particulares. Assim que a pressão contra a clitoridectomia começou a aumentar, a administração colonial britânica reconheceu que se tratava de prática "prejudicial" e que a "educação" a eliminaria progressivamente. Mas a iniciação masculina e feminina tinha profunda significação para a vida comunitária dos africanos, e qualquer abolição, qualquer proibição súbitas atentariam gravemente contra sua segurança psicológica, social e religiosa.

A oposição à atitude negativa dos europeus para com a excisão manifestou-se abertamente em começos da década de 1920, a partir de 1923. Entre os Gikuyu, por exemplo, foram criadas escolas independentes com o objetivo de restabelecer essa prática e educar os filhos, que não eram admitidos nas escolas das missões por causa da excisão. Em 1929, uma canção de dança, intitulada *muthirigu,* que ridicularizava as missões e os cristãos contrários à iniciação, ganhou rápida popularidade no meio dos Gikuyu, mas foi proibida pela administração colonial britânica no ano seguinte. Além disso, a oposição africana manifestava-se pelo desligamento de numerosos membros das igrejas protestantes e anglicanas, entre os Gikuyu, os Embu e os Meru. Em 1928, surgiu uma igreja independente, a Igreja Ortodoxa Africana, enquanto em 1930 propagava-se, entre os Gikuyu, um movimento profético pregando o julgamento iminente dos europeus e das missões por Deus. O movimento foi rapidamente eliminado pela administração colonial.

A oposição africana continuou a se manifestar de várias formas, inclusive tumultos, ataques às escolas das missões, tentativas de impedir que os padres exercessem o seu ofício e até mesmo a morte de um missionário, em Kijabe. Esta oposição à atitude dos missionários a respeito da excisão foi acompanhada pela crescente onda de nacionalismo, que resultou, finalmente, na resistência política aberta ao domínio estrangeiro[15]. Entre os Akamba, os Embu e os Meru, no entanto, o problema da iniciação feminina não gerou tanta tensão

15 Para um estudo mais detalhado, ver WELBOURN, 1961, p. 135-43.

como entre os Gikuyu, tendo a resistência assumido a forma de escolas e igrejas independentes.

Todos os ataques contra a religião africana tradicional, bem como as reações a que deram causa, regra geral não fizeram mais que revigorá-la extraordinariamente nos anos 1930.

O islão e a dominação colonial

Aparentemente, tudo se passou mais favoravelmente para o islão do que para a religião tradicional, durante o período da dominação colonial. Nas zonas onde, antes da chegada das potências coloniais, predominavam muçulmanos, a lei islâmica dera azo a uma unidade mais territorial do que étnica, que impunha obediência às autoridades[16]. Isso favoreceu uma administração e um comércio eficazes e facilitou aos muçulmanos o trabalho de proselitismo e conversão.

O desenvolvimento das comunicações permitiu aos muçulmanos o acesso a regiões até então fora do seu alcance. Quando as vias comerciais da África ocidental foram reorientadas do deserto para a costa, começou a aumentar o número de muçulmanos até o início do colonialismo muito reduzido no litoral. A constante expansão do seu número em Serra Leoa, de 1891 a 1931, ilustra bem esse fato: em 1891, eles constituíam 10% da população; em 1901, 12%; em 1911, 14%; em 1921, 19,5%; em 1931, 26,12%[17].

A presença muçulmana na costa ocidental aumentou mais ainda com a vinda dos Ahmadiyya, que chegaram como missionários usando as rotas marítimas costeiras. Embora considerados heréticos por alguns, desempenharam importante papel ao suscitar entre os muçulmanos o interesse pela educação ocidental.

A atitude das autoridades coloniais para com o islão era ambígua. Enquanto alguns julgavam tratar-se de uma forma de religião mais esclarecida do que a religião africana tradicional, outros consideravam avançadas as instituições muçulmanas, e as utilizavam segundo o interesse da administração colonial. Os tribunais islâmicos foram, então, permitidos e, em certas zonas, os chefes muçulmanos desfrutavam de amplos poderes[18]. Os muçulmanos eram empregados

16 WIEDNER, 1964, p. 245-6.

17 TRIMINGHAM, 1962, p. 226.

18 No norte da Nigéria, por exemplo, onde primeiro se tentou uma política de dominação indireta, o governo do Reino Unido defendia o poder dos chefes muçulmanos. As autoridades coloniais ficavam por detrás do islão, enquanto religião oficial da área.

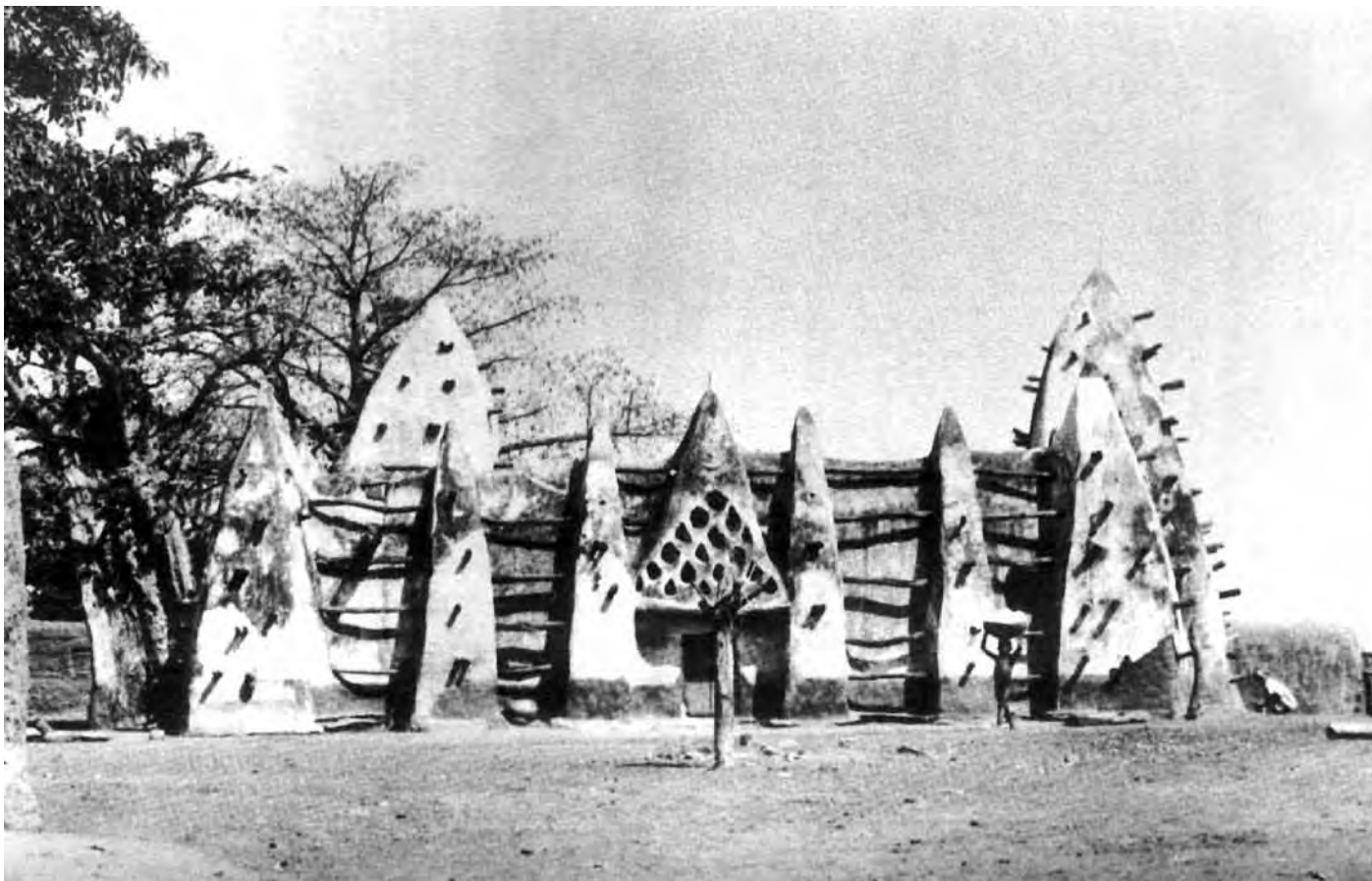



FIGURA 20.3 Fachada de uma mesquita no norte de Gana. (Fonte: Universidade de Washington.)

pelos administradores coloniais em postos subalternos (guias, agentes, escriturários), o que os colocava em contato estreito com os povos africanos. Conforme observava Trimingham, isso familiarizava os adeptos da religião tradicional "com as características exteriores do islão, elevava o prestígio da conversão a uma religião favorecida e propiciava aos agentes islâmicos facilidades para o exercício da sua propaganda e de diversas formas de pressão"[19] (ver fig. 20.3).

Mas o islão não se beneficiava com favores de todas as autoridades coloniais. No Congo Belga (atual Zaire), a administração era-lhe particularmente hostil, vendo nessa religião uma ameaça à missão de "cristianização" e "civilização". Somente a construção de algumas mesquitas foi autorizada, e as escolas muçulmanas foram inteiramente proibidas na colônia[20].

Outros europeus, principalmente franceses, procuravam impor a cultura europeia aos súditos, muçulmanos ou não, por considerar que tinham a obrigação de elevar o nível da população colonizada oferecendo a ela os "benefícios" da cultura francesa. Enquanto a política britânica, em relação aos Estados muçulmanos, baseava-se na crença de que podiam confiar na cooperação dos chefes islâmicos, os franceses pensavam de outro modo. Procuraram de início limitar as zonas sob controle muçulmano, quando da tentativa de se apossarem da maior parte do Sudão ocidental. Cuidavam de evitar o emprego do árabe na correspondência oficial, e até ajudavam abertamente os que não aceitavam o proselitismo muçulmano, como os Bambara. Além disso, também cuidavam de impedir que chefes muçulmanos fossem designados para dirigir povos não muçulmanos. Para fazer oposição efetiva à difusão do islão e da jurisprudência islâmica, trataram também de reforçar a religião tradicional e de codificar o direito consuetudinário, para fazer dele um contrapeso[21]. Mas, apesar de todo o receio e hostilidade, os franceses estavam mais familiarizados com o islão do que com a religião tradicional. Como não conseguiram materializar as intenções hostis, acabaram chegando a acordo com os muçulmanos e até criaram institutos destinados ao estudo da vida, crenças, práticas e instituições do islão[22].

As potências coloniais estavam decididas a destruir os vastos Estados muçulmanos e as organizações religiosas islâmicas, principalmente atiçando as rivalidades entre eles. Assim, os britânicos aboliram o califado de Sokoto, ao norte da Nigéria, enquanto os franceses encorajavam abertamente as rivalidades étnicas e

19 TRIMINGHAM, 1962.

20 Ver BOOTH, 1977, p. 325.

21 Ver AJAYI, s.d.

22 Ibid.; ver também CROWDER, 1968, p. 359-61.

dinásticas, que levaram à desintegração o império Tukulor. Favoreceram igualmente a proliferação das ordens sufi e se recusaram a reconhecer um califa para todos os membros muçulmanos da ordem Tijaniyya na África ocidental.

Nessa região, a França e o Reino Unido ansiavam e desejavam garantir a liberdade de culto aos muçulmanos, sob certas condições. Queriam vivamente um islão da África ocidental, privado de todas as suas conexões internacionais e de seus aspectos universais. As potências coloniais almejavam, acima de tudo, impedir a constituição de um movimento pan-islâmico que pudesse ameaçar a sua hegemonia, temor que se tornou real quando a Turquia alinhou-se ao lado da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e quando o sultão otomano ordenou, na qualidade de califa de todos os muçulmanos, a revolta geral contra os infiéis europeus.

Posteriormente, porém, as potências coloniais acabaram por encorajar e não apenas tolerar o islão. Preferiam tratar com africanos islamizados a lidar com africanos cristianizados. Como dizia um funcionário francês em 1912: "Os negros islamizados são geralmente pessoas amáveis, reconhecendo a segurança que nossas armas lhes trouxeram; eles não pensam senão em viver em paz, à sombra de nosso poder[23].

Também a influência modernizadora do islão era apreciada pelas potências coloniais, que teriam declarado considerá-lo "uma ponte entre o estreito particularismo da sociedade tradicional e os vastos impulsos e exigências da vida moderna e dos interesses econômicos"[24]. Os chefes muçulmanos submissos ao colonialismo eram por isso estimulados e muitas vezes gozavam dos favores oficiais, de honras e recompensas em nível nacional. Construíam-lhes mesquitas e escolas islâmicas, ajudavam-nos na organização de suas peregrinações e de suas viagens de estudo. Concomitantemente, os muçulmanos que não obedeciam à linha oficial e se mostravam recalcitrantes eram chamados à ordem e frequentemente molestados.

Mas os muçulmanos opunham-se à dominação colonial por motivos ao mesmo tempo religiosos e políticos. Se bem que as administrações coloniais – principalmente a francesa – tivessem conseguido obter, em parte, o apoio muçulmano em seus territórios da África ocidental, muitos desses muçulmanos queriam preservar a pureza do islão e, portanto, não podiam tolerar o fato de serem submetidos a "infiéis" representados por uma administração cristã; de fato, aspiravam a desembaraçar o país do colonialismo francês. Semelhante desejo

23 Citado in AJAYI, s.d., p. 22.

24 Ibid.

conduziu à ressurreição do mahdismo. Supunha-se que o Mahdi, equivalente ao Messias cristão, era aquele que viria à terra para instaurar um sistema justo, de acordo com o dogma islâmico, e livrar a sociedade da tutela dos infiéis. O mahdismo disseminou-se por numerosas áreas das regiões sudanesas da África ocidental e foi a expressão do sentimento antifrancês na alta Guiné, na Mauritânia e no Senegal, principalmente desde 1906 até a Primeira Guerra Mundial.

Havia outros movimentos islâmicos de sentimento antifrancês ou de postura anticolonial: o Hamalliyya, fundado pelo xeique Hamallah, movimento ativo no Senegal, no Sudão francês, na Mauritânia e no Níger, e a confraria dos Sanusiyya, fundada por Muhammad b. 'Ali al-Sanusi na Líbia, que se tornou a principal força de resistência ao colonialismo italiano. Entre 1860 e 1901, a Sanūsiyya espalhou-se pela Tunísia, e pelo Egito, Sudão central e Senegal.

A confraria dos Sanūsiyya criara toda uma tradição de oposição ao domínio estrangeiro na Líbia, pois não era somente uma ordem religiosa, mas também movimento político. Opunha-se ao domínio turco, embora considerasse o sultão turco como o califa de todas as terras muçulmanas. A única razão pela qual os adeptos da Sanūsiyya não pegavam em armas contra a Turquia era o fato de terem uma religião comum a uni-los. Mas, no caso dos italianos, nenhum laço do gênero existia: a ordem resistiu firmemente à invasão italiana e comandou a resistência líbia de 1911 a 1932. Depois de a Turquia renunciar à soberania sobre a Líbia, em 1912, os membros da Sanūsiyya garantiram, sozinhos, a chefia e a responsabilidade do movimento de libertação. Palavras de ordem e proclamações do comando da resistência foram lançadas em nome da "al-Hakuma al-Sanūsiyya", o governo Sanūsiyya. Ao longo dos anos, a confraria foi reconhecida em outras terras muçulmanas, não só enquanto confraria dos libertadores da Líbia, mas também como a dos combatentes da fé, os Mujahidin. K. Folayan escreveu a esse respeito:

> O papel da ordem Sanūsiyya, ao assumir a chefia efetiva do movimento de resistência líbio, faz dela um exemplo politicamente importante de movimento religioso que se tornou espinha dorsal da resistência ao imperialismo ocidental, e realmente a ordem detinha o mais longo histórico de resistência na África. De fato, o papel desse movimento não terminou com o colapso de sua força militar e a ocupação da Líbia pela Itália, em 1932. Desde o primeiro ano de independência (1951), ao contrário, os Sanusiyya continuaram assumindo a defesa da Líbia, como a classe *effendiya* representava o nacionalismo do Egito ou do Maghreb[25].

25 FOLAYAN, 1973, p. 56.

Alguns dos mais determinados adversários da invasão francesa do Alto Volta, no final do século XIX, foram muçulmanos, muitos dos quais teriam dito aos Mossi da região que os brancos iriam embora assim que eles, os negros, se tornassem muçulmanos[26]. Além disso, as conquistas de Samori Touré na África ocidental e de Rabih na região do Chade, no final do século passado, puseram os muçulmanos em conflito com os europeus e contribuíram para identificar o islão com a resistência à dominação colonial.

Não obstante, o islão prosperou sob esse mesmo domínio, devido às numerosas vantagens que tinha sobre um cristianismo imposto pelos missionários e devido, também, à desintegração da vida tradicional operada pelo colonialismo. Muitos consideravam o islão uma religião autóctone, difundida pelos africanos e cujos adeptos, longe de se apartarem da comunidade, misturavam-se intimamente a ela. Não sucedia o mesmo com os cristãos, que tendiam a criar comunidades próprias e separadas, de acordo com um modo de vida essencialmente europeu. Não era casual, portanto, que a palavra dos Temne (Serra Leoa) para designar cristãos e europeus fosse a mesma: *poto*[27]. Além disso, ao contrário do cristianismo, imposto pelas missões, o islão conseguia conviver melhor com instituições sociais e religiosas tradicionais da África, como a magia, a adivinhação, a poligamia e a vida comunitária. Tornar-se muçulmano não exigia, consequentemente, ruptura radical com a tradição, ponto em que os missionários insistiam tanto: o islão "enfatizava a coesão mais do que o cristianismo, e menos a rivalidade e a realização individual"[28]. Outro ponto contava a favor do islão: com toda a destruição que acompanhou a dominação colonial, havia a necessidade de uma nova base de integração social e o islamismo a proporcionava, na medida em que possuía significativos recursos para aqueles que tivessem perdido suas raízes tradicionais. Comentando as causas da "explosão" do islamismo durante esse período, diz N. S. Booth:

> Em certas áreas isso pode ter ocorrido porque o islão era considerado uma forma de resistência ao domínio político e cultural do Ocidente; em outras, a política colonial o favoreceu involuntariamente. Talvez de maneira complexa, a hostilidade europeia para com o islão e o fato de os europeus haverem utilizado em proveito próprio os muçulmanos e suas instituições tenham contribuído para os projetos do islão. Ser muçulmano podia ser uma forma de obter vantagens no sistema colonial e, ao mesmo

26 BOOTH, 1977, p. 323.

27 KAREFA-SMART, A. e KAREFA-SMART, J., 1959, p. 19.

28 HULL, 1980, p. 146.

tempo, marcar uma certa distância em relação à cultura ocidental. Era um modo de fazer parte de uma comunidade mundial, respeitada de boa ou de má vontade pelos europeus, e que proporcionava um centro alternativo de adesão e a base de uma dignidade independente. A pressão de uma nova cultura e de uma religião estrangeiras tendia a reforçar o sentimento de identidade com uma cultura e com uma religião que, embora estrangeiras de origem, tinham passado a ser aceitas localmente[29].

Mas esta aceitação não implicava abandono da visão tradicional de mundo: de fato, o islão, assim como o cristianismo, veio complementar as crenças e práticas tradicionais, antes que suplantá-las. Por essa razão, as "religiões-hóspedes" tendiam em grande parte a ser compreendidas no quadro das noções fundamentais que sustentavam a religião tradicional dos africanos. Assim, para a maior parte dos muçulmanos africanos, o islão significava uma das muitas maneiras de ser religioso, complementando a religião tradicional, e esta, por sua vez, suprindo certas lacunas do islão.

No entanto, ocorreram algumas mudanças fundamentais na visão tradicional, entre os africanos convertidos ao islamismo. O artigo de fé islâmico relativo ao Juízo Final e à separação dos crentes e dos ímpios na vida futura difere agudamente das ideias tradicionais, que salientam a comunidade de existência com os antepassados mortos. O islão é visto como uma nova fonte de poder, visando à realização da totalidade da vida, à cura e à melhora no seio da comunidade.

O cristianismo na época colonial

A instauração do domínio colonial ajudou consideravelmente a obra dos missionários. Em primeiro lugar, administradores coloniais e missionários compartilhavam a mesma visão de mundo e provinham da mesma cultura. Em segundo lugar, a administração colonial alimentava disposição favorável ao trabalho dos missionários e, muitas vezes, subvencionava as escolas das missões. Em terceiro lugar, a imposição do controle colonial em cada território assegurava a paz e a ordem, graças às quais os missionários podiam contar com a proteção da administração. Em quarto lugar, a introdução de meios de comunicação eficazes e a instauração da economia monetária estimularam o comércio e contribuíram para o advento de um novo estilo de vida, que haveria de impor-se em toda a África, estilo de vida caracterizado pela falência das comunidades em proveito

29 BOOTH, 1977, p. 320.

do individualismo. De maneira geral, pode-se dizer que as missões cristãs na África eram as aliadas e o complemento do imperialismo europeu; a atividade missionária fazia parte do avanço ou da penetração do Ocidente no mundo não ocidental.

Religião dos vencedores, o cristianismo era considerado a fonte do poder do homem branco. Ele dava acesso à educação, ao emprego, ao poder e à influência no mundo do branco. A ponta de lança da pregação missionária era a particularidade do cristianismo, especialmente como ele era entendido e interpretado pelas missões europeias. Recorrendo à palavra (evangelização direta), à escola e ao trabalho médico, os missionários obtiveram numerosas conversões, com sucesso formidável no final do século XIX. Em consequência, surgiram inúmeras comunidades cristãs onde antes não havia e muitos africanos convertidos assumiram o trabalho de evangelização de seu povo. O registro escrito de várias línguas africanas e o ensino das línguas europeias nas escolas favoreceram a alfabetização um pouco por toda a parte da África. O registro dos falares africanos levou ao surgimento da literatura escrita em diversas línguas do continente.

A estreita ligação do cristianismo com a educação não está sendo exagerada, haja vista que foi graças às inúmeras escolas fundadas pelos missionários que muitos africanos entraram em contato com a religião cristã. De fato, em muitas partes da África, a escola era a igreja. A importância das escolas para o trabalho missionário foi muito bem acentuada por Elias Shrenk:

> Se nós tivéssemos uma nação com educação regular, capaz de ler e escrever, os meus planos para a obra das missões seriam diferentes. Mas, no momento, estou convencido de que a abertura de escolas constitui a nossa principal tarefa. Tenho péssima opinião a respeito dos cristãos que não são capazes de ler a Bíblia. O menor aluno tem vocação missionária e estabelece com os adultos uma relação que não existiria sem a escola[30].

Os missionários desempenharam importante papel na introdução da economia monetária na África. As missões formaram plantações em inúmeras partes do continente, acrescentando outras espécies à cultura dos produtos locais e ajudando na difusão do cacau, do café, do tabaco, do algodão e da cana-de-açúcar. Mas, sobretudo, o cristianismo difundia ideias novas. As ideias, na verdade, não eram inteiramente novas e havia pontos de convergência entre as pregações dos missionários e as crenças dos africanos, como a fé em Deus e a obediência à vontade dele enquanto juiz supremo e criador do homem.

30 Citado por DEBRUNNER, 1967, p. 145.

Contudo, os missionários manifestavam atitude negativa para com a cultura e a religião africanas. Desde o início estavam decididos a destruí-las. Pregavam que o único deus verdadeiro era aquele cuja natureza e essência haviam sido reveladas pela Bíblia; que todos os outros deuses não passavam de ilusões; que o filho de Deus, Jesus Cristo, era a revelação suprema e único salvador da humanidade; que a igreja era a única a dispensar a graça divina e que fora dela não havia salvação. Desse modo, os missionários europeus consideravam dever divino conduzir todos os povos ao domínio da graça e da salvação.

Imbuídos da convicção de serem donos da única verdade, condenavam tudo o que fosse "pagão". Pregavam contra todas as formas de práticas tradicionais: o derrame de libações, a celebração de cerimônias de pompa, batuques e danças, as cerimônias tradicionais dos ritos de passagem, como a condução do recém-nascido para além da soleira, os ritos de puberdade das moças e os costumes ligados aos mortos e aos enterros. Também negavam a existência dos deuses, das feiticeiras e de outras entidades sobrenaturais em que os africanos acreditavam. De modo geral, tornar-se cristão significava, em larga medida, deixar de ser africano e tomar como ponto de referência a cultura europeia. O cristianismo exercia, portanto, uma força desagregadora sobre a cultura africana.

A reação africana aos esforços dos missionários assumia três modos diferentes: aceitação, rejeição e adaptação. Não há a menor dúvida de que muitos africanos aceitaram voluntariamente a nova fé e de que o cristianismo ganhou bem mais adeptos na África durante este período do que ganhara nos dois ou três séculos anteriores. O primeiro grupo de africanos a abraçar o cristianismo foi o dos párias e dos indivíduos rejeitados, como os leprosos e todos quantos sofriam de diversas formas de invalidez social, nas sociedades africanas tradicionais. Pertenciam a essa categoria os que tinham violado certos tabus tradicionais e fugiam das perseguições, assim como as mulheres que davam à luz gêmeos, nas sociedades em que havia tabu contra o nascimento de gêmeos. Essas mulheres refugiavam-se, com os filhos, nos estabelecimentos das missões. Os párias não tinham nada a perder com a conversão – ao contrário, os ensinamentos dos missionários sobre a igualdade e a fraternidade davam a eles esperança, confiança e inspiração. Acolhiam com fervor "a ideia de que não se deve aceitar de maneira fatalista a sua posição na vida, como se ela escapasse ao controle humano"[31].

Mas a expansão do cristianismo na época colonial não se deveu exclusivamente à iniciativa dos missionários. Os convertidos, catequistas e ministros do

31 HULL, 1980, p. 143.

culto africanos difundiam com zelo sua nova religião, enquanto alguns chefes tradicionais, como Lewanika e Lobengula, davam toda ajuda aos missionários. Boa parte da expansão do cristianismo pode, portanto, ser atribuída ao zelo dos africanos convertidos, especialmente durante o período que se seguiu a 1914. Houve inúmeros casos de evangelistas africanos que deixaram seus próprios grupos étnicos para trabalhar como missionários. Assim, os evangelistas de Buganda levaram o cristianismo a outros povos, como os Banyakare, os Bakiga, os Batoro, os Bagisu e Langi, chegando até Ruanda e o Congo Belga. Um dos mais célebres foi Canon Apoio Kivebulaya (1866-1933), que trabalhou entre os pigmeus como missionário no Congo Belga, de 1896 a 1899, e depois de 1915 a 1933[32]. Na África ocidental, o bispo yoruba Samuel Ajayi Crowther trabalhou no vale do Níger. O profeta liberiano itinerante William Wade Harris (ver fig. 20.4) viajou através da Costa do Marfim e do distrito de Apolônia, na Costa do Ouro, entre 1910 e 1915, convertendo cerca de 100 mil pessoas. Expulso da Costa do Marfim, retirou-se para a Costa do Ouro; suas atividades nos dois países redundaram na criação da Église Harriste (Igreja Harrista) na Costa do Marfim e da Twelve Apostles Church (Igreja dos Doze Apóstolos) na Costa do Ouro[33].

Havia ainda os já mencionados africanos que rejeitavam em bloco a mensagem cristã e se mantinham fiéis às tradições religiosas e culturais de seus antepassados, encontrando nelas mais significado do que naquilo que os missionários pregavam. Alguns deles participaram das perseguições e do ostracismo aos africanos convertidos, mas outros realizavam igualmente sacrifícios e práticas destinados a manter a harmonia entre os seres humanos e as forças espirituais. Era entre essas fileiras que se encontravam os chefes religiosos e culturais, assim como os curandeiros. Foram eles em grande parte os responsáveis pela preservação dos valores africanos e a eles devemos os conhecimentos sobre as culturas africanas tradicionais.

Igrejas separatistas

Por fim, havia aqueles que preferiam adaptar a nova religião, fundando as chamadas igrejas separatistas ou independentes. Esse processo constitui a quarta etapa da história do cristianismo na África. As igrejas independentes obedeciam a dois tipos principais: aquelas originadas de cisões com outras igrejas indepen-

32 Ver LUCK, 1963.

33 Para maiores detalhes, ver HALIBURTON, 1971.

FIGURA 20.4 William Wade Harris, o evangelista liberiano da África ocidental (aprox. 1865-1929). (Foto: Methodist Missionary Society.)

dentes e aquelas surgidas sem qualquer vinculação com grupos já existentes. Na maior parte dos casos, procuravam integrar à vida cristã uma parcela mais importante das crenças e práticas africanas do que as igrejas controladas pelas missões o permitiam. Eram expressão do desejo africano de encontrar "um lugar onde se sentir em casa" e de incluir noções religiosas africanas nas liturgias cristãs. Um dos fatores que mais contribuiu para o aparecimento dessas igrejas foi a tradução da Bíblia em várias línguas africanas, bem como a leitura e interpretação das Santas Escrituras pelos africanos. Com base na compreensão que delas faziam, os africanos formavam ou fundavam suas próprias igrejas, pondo fim ao monopólio da interpretação das Escrituras, que sempre fora dos missionários.

As igrejas originadas de cisões representavam em grande parte a reação ou adaptação africana ao colonialismo, e tinham caráter emancipador. Proliferaram e atraíram os nacionalistas africanos, principalmente nas zonas de povoamento europeu, onde a repressão política era intensa. Pode-se, aqui, citar o exemplo das igrejas etíopes da África do Sul, que defendiam os direitos políticos dos africanos e o progresso autônomo da África. Nehemiah Tile rompeu com a igreja da missão metodista em 1882 e fundou, dois anos depois, a Igreja Tembu[34], uma das primeiras independentes jamais criadas na África. A segunda – e primeira a ser chamada de "etíope" – foi fundada em 1892 por um pastor de Wesley, Mangena M. Mokone, mais uma vez na África do Sul. O movimento "etíope" difundiu-se por outras partes da África meridional e oriental.

Em outras áreas do continente, as igrejas originadas de cisões exprimiam muitas vezes uma hostilidade declarada à administração colonial. John Chilembwe, por exemplo, fundou a sua Province Industrial Mission na Niassalândia (ver fig. 20.5), e atacou violentamente as práticas coloniais britânicas em matéria de impostos e de recrutamento militar. Acabou por travar uma luta armada contra a administração colonial inglesa, antes de ser capturado e executado, em 1915. Quase na mesma época, começou a tomar impulso o Watchtower Movement (Movimento da Torre de Vigia). Partindo da Niassalândia, espalhou-se rumo à Rodésia do Sul (atual Zimbábue), entre os Shona, e assumiu caráter político bem acentuado. O movimento africano correspondente, que se propagou à África central e ao Congo, era diferente: suas origens remontavam à igreja separatista fundada por Elliot Kamwana no norte da Niassalândia em 1908. Tornou-se conhecido como movimento Kitawala (Reino) ou Church of the Watch Tower

34 Ver SUNDKLER, 1961, p. 38-9.

(Igreja da Torre de Vigia); na Rodésia do Norte (atual Zâmbia), seus pregadores milenaristas prediziam o colapso total do colonialismo e o fim do mundo[35].

Processos semelhantes desenrolaram-se em outras partes do continente, principalmente às vésperas da Primeira Guerra Mundial. O exemplo de William Wade Harris na África ocidental já foi estudado. Em 1921, Simon Kimbangu (ver fig. 20.6) fundou a sua Église-de-Jésus-Christ-sur-la-terre par le Prophete Simon Kimbangu – EJCSK (Igreja de Jesus Cristo sobre a Terra pelo Profeta Simon Kimbangu), no Congo Belga (atual Zaire). Seus partidários recusavam-se a pagar impostos à administração colonial e declaravam não cumprir o trabalho forçado por ela reinstituído. Esses atos constituíam verdadeira ameaça para a administração belga e, para evitar um levante geral no país, Simon Kimbangu foi preso e encarcerado até a morte, em 1951. Mas o kimbanguismo continuou a propagar-se até o curso inferior do Congo[36]. O movimento neokimbanguista denominado Mission des Noirs (Missão dos Negros), fundado por Simon-Pierre Mpadi e que se tornou conhecido como movimento "khakista", propagou-se do baixo Congo até o Congo francês (hoje República Popular do Congo) e Ubangui-Chari (atual República Centro-Africana).

Orientação semelhante tinham os movimentos fundados em Uganda por um ex-soldado dos King's African Rifles, Ruben Spartas Mukasa, que consagrou a vida a trabalhar pela redenção de toda a África, à custa de sua pessoa. Sua African Progressive Association (Associação Progressista Africana) e o Christian Army for the Salvation of Africa (Exército Cristão para a Salvação da África), assim como um ramo da Igreja Ortodoxa Africana que ele criou, exprimiam bem o objetivo social e político desses movimentos. Na Niassalândia, Jordan Nguma fundou a Last Church of God and His Christ (Última Igreja de Deus e de Seu Cristo), que tinha a mesma inspiração da de Musaka em Uganda.

Outras igrejas, inspiradas na Reforma, acentuavam certos aspectos da teologia cristã que as igrejas fundadas pelas missões tinham negligenciado. As igrejas sionistas da África do Sul davam ênfase à posse pelo Espírito Santo, à cura e à profecia. Espalharam-se por toda a África meridional e oriental. A Diniya Roho (Igreja do Espírito Santo)[37], que se desenvolveu entre os Abaluyia do Quênia e foi fundada por Jakobo Buluku e Daniel Sande em 1927, considerava o batismo pelo Espírito Santo, o dom de falar por línguas e a livre confissão dos pecados condições necessárias para pertencer a ela. Alfayo Odongo também realçava o

35 Para maiores detalhes, ver o capítulo 27 deste volume.

36 Ibid.

37 ODINGA, 1967, p. 69.

FIGURA 20.5 O reverendo John Chilembwe (1860/1870-1915), chefe da revolta de 1915 na Niassalândia, e sua família. (Foto: Edinburgh University Press.)

papel do Espírito Santo ao fundar sua Joroho Church (Igreja do Espírito Santo) entre os Luo do Quênia, em 1932. Várias igrejas africanas e Aladura, na África ocidental, davam igualmente ênfase à possessão pelo Espírito Santo.

Havia igrejas com objetivos mais limitados. Em 1910, entre os Luo do Quênia ocidental, foi fundada a Missão Nomiya Luo, por John Owalo; a igreja adotou a circuncisão e fez dela condição para a salvação. Embora a circuncisão não fizesse parte das tradições dos Luo, a igreja queria introduzí-la de acordo com o precedente bíblico[38]. Outras igrejas foram criadas especialmente para aqueles que não haviam conseguido observar as recomendações das igrejas missionárias a propósito da monogamia, sendo por isso excluídos, bem como para aqueles que não podiam entrar para essas igrejas porque já eram polígamos. A título de exemplo, citemos a Igreja Africana Nacional[39], que prosperou no distrito Rungwe, em Tanganica, nos anos 1930.

Cristianismo africano

Ao lado dessas igrejas, outras haviam surgido, e não eram produto do alívio da ansiedade ou da pressão social, mas inspiravam-se em uma ideologia mais positiva. Desde a introdução do cristianismo na África, alguns convertidos tinham aceito a nova fé por completo. Outros, ao contrário, aceitavam-na com base naquilo que já sabiam, compreendendo o cristianismo a partir dos conceitos fundamentais da religião africana tradicional, de modo a associar a mensagem de Cristo às suas profundas necessidades religiosas.

Nessas condições, o cristianismo não vinha simplesmente substituir as crenças e práticas religiosas tradicionais, mas complementá-las. Em outras palavras, alguns cristãos africanos empregavam o cristianismo para reforçar aspectos mais frágeis das crenças tradicionais, do mesmo modo como recorriam às crenças tradicionais para reforçar supostas lacunas do cristianismo. Assim chegaram ao que sinceramente acreditavam ser uma religião repleta de sentido, podendo esse cristianismo ser considerado como expressão do modo de ser religioso africano. Foi por isso que o denominamos "cristianismo africano".

Subjacente a ele, está uma expressão de criatividade religiosa e de integridade cultural e não uma simples reação, mera resposta ou adaptação a estímulos exteriores, como certos especialistas tendem a pensar. Geralmente, com poucas exceções, a explicação para o aparecimento e a proliferação dos movimentos

38 ATIENO-ODHIAMBO, 1974, p. 10-1.

39 RANGER, s.d., p. 16-20.

FIGURA 20.6 O profeta Simon Kimbangu (c. 1890-1951), fundador da Église-de-Jésus-Christ-sur-la-terre (Igreja de Jesus Cristo sobre a Terra), no Congo Belga. (Foto: Tshibangu.)

cristãos autóctones baseia-se em fatores a eles externos, o que lhes confere uma racionalidade funcional ou, pelo contrário, fisionomia aberrante e irracional. Essas interpretações não são inteiramente despidas de validez, mas tendem a superestimar o papel dos fatores externos no aparecimento dos movimentos cristãos. Assim, quando são chamados de "igrejas independentes", subentende-se que exista, fora de sua esfera, um ponto de referência mais importante:

Ao associar ousadamente o cristianismo à tradição africana, as igrejas autóctones satisfazem a fome espiritual de seus adeptos, representando o Evangelho de forma compatível com a visão de mundo africana tradicional.

Diversas formas de adoração foram encontradas para satisfazer as necessidades espirituais e emocionais dos membros da igreja, permitindo assim ao cristianismo, tal como à religião tradicional, abranger todas as dimensões da vida humana e preencher todas as necessidades do homem. Entre elas, o desejo de cura, noção cujo caráter central na religião tradicional e no cristianismo africano nunca será demasiado acentuar. A cura contribui para a plenitude do homem e a esse respeito a religião é essencial. Além da cura, as necessidades religiosas de adivinhação, de profecia e de visões também são satisfeitas, pois existe a firme crença de que Deus revela o futuro e as causas do infortúnio por meio de visões. Enquanto as igrejas das missões negam a existência de forças do mal, como o feitiço e a bruxaria, as igrejas autóctones reconhecem-nas e garantem proteção cristã contra esses poderes negativos, acreditando profundamente que Jesus Cristo pode, realmente, proteger e curar.

O reconhecimento da realidade das forças do mal, como a feitiçaria, constitui ao mesmo tempo uma aceitação da visão africana do mundo e uma reminiscência do universo bíblico, que reconhecia a existência de demônios e espíritos malignos, assim como dos príncipes, das potências e dos senhores das trevas deste mundo. Negá-los, como o faziam os missionários, era ser ocidental, mas não forçosamente bíblico, já que a Bíblia reconhecia esses poderes, ao mesmo tempo que proclamava que Deus tinha domínio sobre eles.

O aparecimento das igrejas cristãs autóctones deu oportunidade aos africanos de desenvolver um cristianismo próprio e autônomo: um cristianismo verdadeiramente africano, aliás acompanhado do nascimento da primeira teologia africana. Essas igrejas atravessaram as fronteiras étnicas e até internacionais, unindo vários povos na mesma fé e na mesma prática. Numa época de mudanças terrivelmente profundas e radicais para a vida africana, elas proporcionaram a muita gente proteção religiosa ou cultural.

Citemos, aqui, algumas igrejas cristãs autóctones surgidas durante o período colonial e ainda hoje bastante ativas: a Apostolowa Fe Dedefia Habobo

(Sociedade da Revelação Apostólica), na Costa do Ouro; a Negro Church of Christ, na Nigéria; a Église des Banzie, no Gabão; Dini ya Nsambwa (Igreja dos Antepassados), no Quênia; e também a Calici ca Makolo (Igreja dos Antepassados), na Niassalândia; a original Igreja do Pássaro Branco, entre os Zazuru da Rodésia do Sul; a Igreja de Cristo para a União dos Bantu e Proteção dos Costumes Bantu, na África do Sul; a Église des Noirs, no Congo; e a Igreja Herero do Sudoeste Africano, na atual Namíbia[40]. Falta acrescentar as igrejas que acentuavam a natureza autóctone do seu cristianismo, tomando o nome da etnia dominante ou incluindo o adjetivo "africano" em sua denominação. Para ilustrar, tomaremos a Igreja Musama Disco Christo, de Gana.

Igreja Musama Disco Christo

À luz das considerações precedentes, a Igreja Musama Disco Christo (Exército da Cruz de Cristo), da Costa do Ouro[41], pode ser tomada como exemplo de igreja cristã autóctone. Seu fundador, o profeta Jemisimihan Jehu-Appiah, adaptou com sucesso o cristianismo, reorganizando-o pelo modelo Akan e representando-o de forma compreensível para a visão do mundo Akan. A igreja surgiu em 1919 como grupo de oração, a Faith Society (Sociedade da Fé), vinculado à igreja metodista de Gomoa Oguan, na região central da Costa do Ouro. Mas, depois que seu chefe, o catequista William Egyanka Appiah, foi expulso dessa igreja juntamente com seus fiéis, o grupo transformou-se em igreja plena, em 1922.

Appiah não criou somente uma igreja da qual era chefe espiritual, mas estabeleceu uma dinastia de que se tornou fundador, com o título de *Akaboha* I (rei), e seu filho, *Akasibuna* (príncipe), ficando, segundo a constituição da igreja, "encarregado de perpetuar esta linhagem de sucessão como um direito divino, assim como o prescreve o Espírito Santo"[42]. A esposa do fundador, a profetisa Natholomoa Jehu-Appiah, tornou-se a *Akatitibi* (rainha-mãe) da igreja; rei e rainha tornaram-se desde logo as autoridades supremas da Igreja Musama Disco Christo. Na qualidade de chefe e profeta de um movimento espiritual, Jemisimihan Jehu-Appiah dele fez "uma igreja cristã autóctone, destinada a servir como nosso humilde presente: uma 'mirra' da África a Cristo, que é nossa divina e preciosa oblação, sem querer saber se os outros estão oferecendo ouro ou incenso[43]",

40 Para maiores detalhes, ver WEBSTER, J. B., 1964; TURNER, H. W., 1965 e 1967; WISHLADE, 1965; HAYWARD (org.), 1963; BAETA, 1962.

41 Para maiores detalhes, ver OPOKU, 1978.

42 Constituição da Igreja Musama Disco Christo, MOZANO, 1959, p. 11.

43 Ibid., p. 11.

FIGURA 20.7 O profeta M. Jehu-Appiah, Akaboha III, neto e sucessor do fundador da Igreja Musama Disco Christo (Costa do Ouro, Gana), carregado em andor durante o Festival Anual da Paz. (Foto: K. Asare Opoku.)

A igreja estava organizada segundo o modelo do tradicional Estado Akan (*Oman*), cuja estrutura repousa sobre formação militar. À frente do *Oman* (Estado) encontra-se o *Nana Akaboha,* que combina os poderes espiritual e temporal. O *Akaboha* tem seus chefes de divisão e seus lugares-tenentes. A importância desta estrutura Akan reside no fato de estar ligada à história e ao desenvolvimento da igreja. Destino e missão da igreja se refletem nesta estrutura e em suas divisões.

A sede da igreja, Mozano, funciona como um *ahenkro,* cidade-capital de um tradicional Estado Akan. É lá que reside o *Akaboha* e onde são tomadas todas as decisões essenciais que interessam à igreja; também é lá que se desenrola a festa anual *Asomdwee Afe* (Festival da Paz). No *ahenkro* encontramos altares e lugares santos, onde os fiéis oram e recebem a cura.

Os membros da igreja se distinguem dos outros pelo emprego de anéis e de cruzes de cobre, que equivalem a "marcas tribais". Os nomes celestes que cada membro recebe e que são peculiares à igreja também equivalem a "nomes tribais". A igreja tem linguagem própria, *osor kasa* (linguagem celeste), empregada para saudações e para se entrar nas casas; os nomes utilizados na igreja também provêm dessa linguagem. Embora não esteja muito difundida, basta para distinguir a igreja como um *oman* com sua própria língua. Os membros da igreja pertencem a diversas etnias e divisões, fato em grande parte determinado pelas necessidades das pessoas que vêm buscar na igreja soluções para seus problemas de vida. Como a religião tradicional,

> o cristianismo praticado no *oman* de Musama é uma religião do ser e do fazer, e representa um refugo do cristianismo missionário, que é essencialmente a religião de uma cultura intelectual. [O cristianismo da Igreja Musama Disco Christo] é uma religião concebida para a vida cotidiana, que oferece respostas satisfatórias para os problemas da vida contemporânea. Ao contrário do cristianismo missionário, que nega a existência dos demônios, das feiticeiras e dos espíritos malignos, a Igreja Musama reconhece a existência desses seres, embora demonstrando o poder que Deus exerce sobre eles[44].

A igreja apoia-se fortemente na religião e na cultura Akan, na busca de respostas satisfatórias para os problemas da vida contemporânea, combinando elementos do metodismo e tendências essencialmente africanas. Representa uma extensão do cristianismo na África, com base na convicção de que é possível edificar uma sociedade cristã sobre os alicerces da cultura africana.

44 OPOKU, 1978b, p. 121.

Conclusão

O período de dominação colonial que vai de 1880 a 1935 não assistiu à destruição, mas antes à confirmação do pluralismo religioso na África. O cristianismo ortodoxo e o islão também realizaram importante progresso, devido a certas atividades dos administradores coloniais. A religião tradicional assim como as religiões-hóspedes constituíram a base sobre a qual se ergueram as novas religiões, embora tenham-se operado inúmeras mudanças de perspectiva. A expressão institucional da religião tradicional foi muito afetada pela nova ordem, mas sua visão de mundo perdurou mesmo entre os africanos que fizeram profissão de fé cristã ou islâmica. A existência do pluralismo religioso gerou rivalidades e até conflitos em várias partes da África, mas, ao mesmo tempo, possibilitou um diálogo interconfessional.

O enfraquecimento da religião tradicional significou, igualmente, o enfraquecimento de grande número de instituições sociais e políticas tradicionais, que dela dependiam. Assim, a moralidade, a teia de relações familiares, a coesão comunitária e a instituição dos régulos enfraqueceram muito, embora sem desaparecerem por completo.

O período assistiu ao nascimento das igrejas autóctones, por vezes ditas "independentes", "separatistas", "em ruptura" ou "etíopes". As causas desse fenômeno são múltiplas, mas a presença colonial e a expansão da alfabetização foram determinantes. No entanto, quaisquer que sejam as razões, este processo marca a quarta etapa da história do cristianismo na África, período em que, por iniciativa exclusiva dos africanos, um novo tipo de cristianismo, adaptado à visão africana do mundo, foi criado e atraiu milhares de fiéis. Essas igrejas proporcionaram a seus membros uma alternativa para os seculares serviços dos curandeiros e adivinhos, ainda que, se necessário, as pessoas continuassem a consultar os "médicos" tradicionais.

De maneira geral, o surgimento concomitante de várias religiões, ao lado da religião tradicional única, provocou uma fermentação de ideias que enriqueceu a vida religiosa. As três religiões fizeram empréstimos recíprocos para se adaptarem às necessidades dos fiéis.

A religião tradicional, porém, continua a resguardar seu valor pleno, em face das marés de individualismo, secularismo, desenraizamento, excessiva exploração da natureza e até ateísmo, que se seguiram à chegada dos ocidentais à África. Ela oferece uma outra perspectiva dos problemas universais do homem, e não está separada da vida diária nem da natureza. Sua visão do mundo constitui um contrapeso salutar à aridez que tanto caracteriza a dimensão espiritual dos tempos modernos.

CAPÍTULO 21

As artes na África durante a dominação colonial

Wole Soyinka

Em fevereiro de 1976, na Nigéria, um homem foi detido por uma barreira policial entre Ibadan e Lagos. Transportava suspeitamente dois sacos cheios de esculturas de bronze e de madeira, talvez roubadas, embora o homem afirmasse que eram dele. Investigado o caso, apurou-se que falava a verdade. Convertido havia pouco ao islão, vivia e trabalhava em um centro comunitário de Ibadano As efígies esculpidas das divindades yorubá que levava consigo haviam sido trazidas para Ibadan, como tantas outras, por trabalhadores migrantes, para satisfação das aspirações espirituais desses operários, pequenos comerciantes, funcionários e outros, na sua residência provisória. Mas o chefe da comunidade, que se convertera ao islão, decidiu converter igualmente seus vizinhos. Convertido também ele, disseram ao suspeito que os símbolos de sua antiga fé deviam desaparecer para permitir que o centro comunitário se tornasse a morada digna da presença espiritual de Alá. Incapaz de destruir os objetos, o homem resolveu levá-los de volta para sua aldeia, de onde eram provenientes.

O incidente constitui exemplo perfeito da evolução das formas culturais, de sua manifestação concreta e, ao mesmo tempo, da sobrevivência, ou melhor, da renovação dos valores culturais em face de certas formas de dominação, quer se revistam de aspecto religioso, quer mais nitidamente social. O que continuava verdadeiro em 1976 era ainda mais comum durante o período excepcionalmente dramático da dominação da África, que assistiu à submissão de todo um

povo, de sua organização social, de seus modos de comportamento econômico e artístico, por estratégias de total exploração pelos interesses estrangeiros. O tráfico de escravos intensificara guerras intestinas durante mais de dois séculos, causando devastações culturais de amplitude sem precedentes. As expedições punitivas das forças coloniais, a intolerância e a incompreensão dos missionários, tudo isso havia perturbado profundamente a vida cultural do continente. Diferentes métodos na dominação estrangeira e nas relações com a população africana, bem entendido, inspiravam ou suscitavam nos africanos deslocados diversas reações culturais. Regra geral, considera-se que o colonialismo mostrou sua face mais brutal nas colônias belgas e portuguesas da África, assim como entre os colonos britânicos da África oriental, favorecendo o aparecimento de um tipo de africano que realmente se pode qualificar como pessoa deslocada, no sentido literal da palavra. A penetração árabe, única no seu gênero, apresenta a ambiguidade de um expansionismo que, não obstante, deixou fortes marcas na paisagem cultural. De qualquer maneira, a impressão que nos dá este período é a de resistência, quer dizer, de maior vitalidade das formas e valores culturais autênticos das populações autóctones.

A arte africana

É difícil avaliar o impacto qualitativo das atividades comerciais imperialistas sobre a produção artística. Com toda a certeza, certos tipos de atividade não foram afetados. É o caso, por exemplo, da técnica das contas pintadas dos artistas de Camarões ou da escultura religiosa dos Yoruba, Baule, Bakota etc. (ver fig. 21.1). Outras modalidades de arte acusavam, no entanto, um processo de quase imperceptível transformação, tanto na forma quanto no conteúdo. Embora conservando grande parte de sua sutileza cromática, a arte mural Mbari dos Igbo (Nigéria) começou a apresentar, pelas mãos dos trabalhadores vindos das aldeias, contrastes violentos de cores, do tipo *pop art,* que se explicam pela súbita descoberta da possibilidade de utilizar toda uma nova gama de cores e de materiais. Anteriormente, essa arte mural estava limitada por sua própria natureza e pelo estreito espectro das tintas fabricadas na região.

Significativamente, o festival anual do cantão de Koumina – departamento de Bobo-Dioulasso-Kournina, no Alto Volta administrado pelos franceses – foi marcado por um debate que opunha “tradicionalistas” e “modernistas”, precisamente sobre o problema das tintas. Os produtores tradicionalistas de máscaras preferiam a técnica antiga das tintas naturais, não só devido a razões relativas ao

FIGURA 21.1 Estátuas de madeira provenientes de um santuário Yoruba dedicado a Shango. (Foto: Werner Forman Archive.)

seu aspecto visual e à sua textura, mas também por pensarem que devia existir uma relação orgânica entre os materiais da produção artística. Os "modernistas" achavam que não só as cores importadas eram mais fáceis de usar, como também que ofereciam maiores possibilidades de escolha. Ainda nesse festival das colheitas, que reunia ferreiros, tecelões, fabricantes de tintas, escultores, dançarinos e feiticeiros de todos os cantões vizinhos, além dos famosos músicos de Diagaso, os Kare, encontramos outro exemplo da persistência da criatividade coletiva, apesar do processo de desintegração comunitária acelerado pelo sistema imposto pelos administradores coloniais a seus empregados. Ao menos uma vez por ano, quando desta manifestação, única por sua importância, as famílias dispersas se reencontravam na cidade para afirmar por meio da arte a autenticidade de sua visão do mundo.

O artesanato local dificilmente poderia rivalizar com a produção industrial, que inundava os mercados africanos já desde o início da colonização. O objeto de arte perde, então, o papel integrado que lhe cabia na evolução normal da comunidade, conforme testemunha o declínio da arte do *forowa* e do *kuduo* (ver fig. 21.2), recipientes finamente cinzelados dos Ashanti (Costa do Ouro, atual Gana) cujos motivos decorativos eram, como de costume na África, ideogramas exprimindo a sabedoria tradicional, provérbios, conselhos morais e vinhetas históricas. Do mesmo modo como os pesos para o ouro, cuja utilidade comercial começava a diminuir, os *forowa* ainda eram habitualmente usados como caixas de rapé, de unguentos etc. Mas sua produção fora largamente abarcada por fabricantes do Reino Unido que, além disso, podiam dispor de maior escolha de metais. Doran H. Ross[1] registrou um *forowa* de prata onde se lia, estampado, "Birmingham, 1926". Em contraposição, nada indica que a ornamentação das canoas tenha experimentado, no decurso do mesmo período, um empobrecimento comparável no que se refere à união estética entre imagem e sentimento; exatamente como nos veículos motorizados, que começaram a aparecer a partir de 1910, bem como nos panos tecidos, essa técnica continuou a perpetuar a estratégia de educação comunitária que se poderia classificar como "ensino em movimento".

Arquitetura africana

Um olhar mais atento ao projeto, ao exterior e ao interior de algumas das palhoças africanas tradicionais mais harmoniosas, revelaria a existência de um

1 ROSS, D. H., 1974, p. 45.

gênio arquitetônico entre a população autóctone, capaz de se exprimir em formas concretas e sábias, flagrantemente contrastante com a disposição uniformemente retilínea das habitações dos africanos arregimentados nas plantações belgas e francesas (especialmente). André Gide nos dá, justamente, uma descrição detalhada dessas palhoças na obra *Voyage au Congo* (1927):

> A palhoça de Massa não se parece com nenhuma outra, é verdade; mas ela não é apenas 'estranha': é *bela;* e não é tanto a sua forma estranha como a sua beleza o que me comove. Beleza tão perfeita, tão bem executada, que parece inteiramente natural. Nenhum ornato, nenhum supérfluo. Sua pura linha curva, que não se interrompe da base à cumeeira, é como se fosse obtida matemática ou fatalmente; calcula-se aí intuitivamente a resistência exata dos materiais. Um pouco mais ao norte ou ao sul, o barro, misturado com areia demais, talvez não permitisse este ímpeto sutil, que termina numa abertura circular, pela qual somente o interior da palhoça recebe luz, à maneira do panteão de Agripa. Do lado de fora, uma série de caneluras regulares dá vida e tom a essas formas geométricas e permite alcançar a pé a cumeeira da palhoça, amiúde alta de sete a oito metros; elas ajudaram a construção sem necessidade de andaimes; a palhoça foi feita à mão como um vaso; não é trabalho de pedreiro, mas de oleiro [...]
> Dentro da habitação sente-se um ar fresco e delicioso, já que vimos lá de fora abrasados. Por sobre a porta, como se fosse um enorme buraco de fechadura, uma espécie de prateleira de escaninhos, com vasos e objetos de uso doméstico. As paredes são lisas, brilhantes, envernizadas. Em face da entrada, uma espécie de tambor alto, de terra, belamente ornamentado com motivos geométricos em alto e baixo, pintados de branco, vermelho e negro: são tulhas de arroz. A tampa de barro é fechada hermeticamente com barro, e a parte de cima, completamente lisa, parece uma pele de tambor. Apetrechos de pesca, cordas e utensílios pendem de cabides de madeira. Às vezes, um feixe de azagaias, um escudo de junco trançado. Aqui, à meia-luz de uma tumba etrusca, passa a família as horas mais quentes do dia; à noite, o gado se junta a ela: bois, cabras e galinhas; cada animal tem o seu canto reservado e tudo fica no seu lugar, tudo limpo, exato, ordenado. Nenhuma comunicação com o exterior assim que a porta é fechada. Cada qual está em sua casa[2].

Seria pueril imaginar que todas as habitações africanas de então fossem capazes de suscitar no viajante o mesmo lirismo, mas é lamentável que poucos urbanistas da época tenham procurado inspiração nas lições estruturais dessa arquitetura tradicional.

2 GIDE, 1930, p. 217-8.

FIGURA 21.2 Kuduo akan em cobre, de Gana. (Foto: Werner Forman Archive.)

As cidades continuaram a crescer como réplicas ou adaptações do planejamento urbano europeu ou, como já dissemos, seguindo um plano rígido em quarteirões, que contribuiu para despersonalizar o africano e abafar a sensibilidade comunitária. Cumpre reconhecer, no entanto, que foram inseridos bolsões de moradias tradicionais por entre as estruturas estrangeiras que começavam a invadir a paisagem. Mesmo no centro intensamente urbanizado das principais cidades do Congo Belga (atual Zaire), do Senegal, da Costa do Ouro (atual Gana), da Nigéria, de Angola etc., perduram bairros tradicionais que datam do século XIX, dominados pela massa dos edifícios de concreto. Regra geral, têm como centro o poço comunitário. Uma varanda circular ou retangular dá para um pátio e uma série de residências familiares é unida por um telhado comum; um sistema de drenagem recolhe e evacua as águas para esgotos a céu aberto nas ruas principais. Mesmo quando se trata de casas com mais de um andar, a organização do espaço e as relações entre os planos revelam as mesmas qualidades libertadoras. Neste particular, a contribuição dos regressados do Brasil para a África foi imensa. Até nas pequenas cidades do interior, exemplos isolados de um desenvolvimento interrompido da arquitetura tradicional do período nos causam, ainda hoje, a sensação de frustração perante essas realizações em que a criatividade se manifesta sob o aspecto mais imediato e mais útil. As modernas cidades africanas nos fazem lembrar, constantemente, que seu ambiente não foi modificado segundo a vontade dos habitantes, mas ao bel-prazer dos colonizadores, com todas as consequências alienantes que isso acarretava e que se fizeram sentir inclusive na produção de outras formas de arte, influenciadas pelo urbanismo, tais como a pintura mural, a escultura, a música etc.

A música africana

A autêntica música popular africana continua a nos relembrar o lugar indiscutível desse meio de expressão enquanto fonte de regeneração da vontade cultural do continente. Os "salões" desempenharam aí um papel equívoco: com poucas exceções, o destino da música na costa da África ocidental repetiu-se também nas áreas da África austral com as quais a civilização europeia estabeleceu contato cada vez mais estreito no último quarto de século. O processo era o mesmo: a responsabilidade de educar os "indígenas" era confiada aos missionários, que fundavam escolas e, usando de engabelação, ameaças (apoiados na presença intermitente de forças expedicionárias), engodos comerciais e uma

variedade de irrefutáveis demonstrações do nível cultural superior dos catequizadores, não tinham dificuldades para enchê-las de jovens alunos, cujo estado de espírito ia do entusiasmo à reticência.

Seria ocioso insistir a respeito do ensino ministrado a essa multidão de crianças, mas não se deve supor que o processo de reorientação cultural se aplicasse apenas aos alunos escolarizados. Do Cabo a Gâmbia só havia diferença nos detalhes:

> [...] dois músicos de Natal, Mr. Ganney e Mr. A. E. Rollands, formaram um coro zulu com cerca de 14 vozes, cujos membros foram ensinados a cantar não as suas canções indígenas, mas madrigais, cantos para diversas vozes e baladas inglesas. A qualidade da sua interpretação foi considerada tão boa que justificou uma excursão de concertos à África do Sul e, mais tarde, à Inglaterra. Neste país, pelo menos cinco dos membros do coro o deixaram e caíram em descrédito aceitando salários mais atraentes nos *music-halls* de Londres. Nada mais se sabe do coro zulu de 1892, mas foi o precursor de numerosos corais africanos que posteriormente fariam excelentes interpretações de obras europeias[3].

Há provavelmente alguma relação entre o que aí relatamos e o fato de, dois anos antes, o exótico apetite musical de Durban ter sido aguçado pela invasão de uma *troupe* de cantores negros dos Estados Unidos que deliciou o público com suas "interpretações sem acompanhamento de peças de sucesso, como *My Old Kentucky Home, Old Black Joe, Jingle Bells* (...) e sobretudo pela riqueza das autênticas vozes negras depois de tantas imitações medíocres[4]".

O autor não prestava, evidentemente, atenção à ironia da história, a julgar pelas linhas que já lhe havia inspirado a carreira musical de outro habitante de Durban:

> As atividades musicais de William Swift estendiam-se à musicologia e, nos momentos de folga, percorriam os *Kraals* zulu para ouvir os cantos indígenas que ele depois interpretava ao violino, companheiro inseparável de suas peregrinações. Dava concertos, durante os quais cantava algumas das 80 árias assim recolhidas, cruamente designadas pelo nome de 'canções cafres'[5].

3 JACKSON, G. S., 1970, p. 117.

4 Ibid.

5 Ibid., p. 50.

As "canções cafres" interpretadas por W. Swift perante elegantes auditórios europeus nos salões de Durban eram, bem entendido, cantadas na mesma época em ambientes dos mais profundamente diferentes, do ponto de vista físico, espiritual, econômico e social. Para os Kuyu da África central, esse tipo de canto servia para invocar o princípio vital da comunidade, por ocasião de cerimônias como a semeadura e a colheita, a morte e a fertilidade. (Há, evidentemente, todos os motivos para crer que poucos europeus conseguiram recolher os cantos autenticamente sagrados dessas populações.) Mas o que nos interessa aqui é o papel e a função social da música, pois ela é que permite, melhor do que qualquer outra forma de expressão artística, apreender imediatamente a realidade cultural *viva*[6]. Quando os Kuyu, por exemplo, nos funerais de uma camponesa famosa pela habilidade excepcional no cultivo da mandioca, executavam do crepúsculo à aurora uma sequência de cantos, danças e mímicas simbólicos, estávamos em presença de uma afirmação da continuidade da vida, ou seja, de uma evocação concreta da sobrevivência econômica para os vivos. As mímicas e os cantos têm aí o objetivo deliberado de transmitir aos vivos a ciência mágica da defunta; ao mesmo tempo, a explosão vocal e gestual induz a uma catarse da comunidade inteira, expurgando-a de sua mágoa e dando-lhe forças para continuar a luta pela sobrevivência. Esta música era muito mais que simples "canções".

A música contribuía, do mesmo modo, para a compreensão do misterioso e do profundo. Sua irmã gêmea, a oratória, sempre constituiu, em qualquer comunidade, um meio privilegiado de comunicação oficial e social, principalmente no que respeita à política e à justiça. É desnecessário lembrar a importância que teve na guerra. A conjunção da música com a oratória no quadro das estruturas judiciárias formais constitui, então, outra característica das culturas em que a música não é um fenômeno social isolado, mas uma atividade integrada. Os Idoma do nordeste da Nigéria costumavam utilizar nos seus processos judiciais um plano semicoral, dentro de uma encenação predominantemente teatral. Contra um fundo de resposta do coro, as partes apresentavam suas razões como verdadeiros atores, avançando um a um do fundo do cenário semicircular formado pela assistência, para nele mergulhar de novo. Os gestos eram de uma teatralidade deliberada, plenamente calculados, mesmo para os efeitos incongruentes. O processo podia durar de dois dias a uma semana. Entre os Watutsi, os litígios implicavam o mesmo recurso às técnicas teatrais. A. Merriam descreve uma

6 NKETIA, 1975, p. 21-4.

cena característica da atitude dos Bambala para com a potência colonial onipresente, que enfeixava cada vez mais em suas mãos todas as rédeas de comando da sociedade.

Essa realidade da vida contemporânea exprimia-se de diversas maneiras no repertório cultural, sem que jamais comprometesse o funcionamento da expressão artística:

> Primeira parte: Eu estava em minha casa e gostaria de ficar. Mas ele chegou e quer discutir o caso em público. Então, deixei a minha casa e é por isso que vocês me veem aqui. (*Canta:*) "Eu sou como um grilo. Gostaria de cantar, mas o muro de terra que me cerca não deixa. Alguém me forçou a sair da minha toca, por isso vou cantar." Discutamos o caso, mas lentamente, lentamente, de outra forma teremos de recorrer ao tribunal dos brancos. Você me forçou a vir. Quando o sol cair, ainda estaremos aqui discutindo. (*Canta*:) "Sou como o cão que se deita diante da porta até que lhe deem um osso."
>
> Segunda parte: Ninguém pode seguir em duas direções ao mesmo tempo. Você disse uma coisa e outra. Uma delas é obrigatoriamente falsa. É por isso que o ataco. (*Canta*:) "Um ladrão fala com outro ladrão. É por você ser mau que o ataco."[7]

Apesar da tendência à romantização, ao exotismo racial e a outras formas de sentimentalismo e preconceito, não se pode negar o lugar da música na vida dos povos africanos. Segundo um músico shona contemporâneo:

> Grande parte da história da África nos foi transmitida [...] pelo canto. [Quando se toca *mbira* e se canta], veem-se desenrolar cenas dos tempos idos e as vagas e enevoadas figuras de sonho do passado delineiam-se na época moderna. Quase se pode ver os ancestrais claudicando por entre os vivos[8].

O que já se escreveu sobre feiticeiro das sociedades maliense, senegalesa, gambiana e guineense, não somente como animador das festividades, mas também como testemunha, historiador e porta-voz cultural, vale também em grande parte para o músico shona, cujo instrumento, a *mbira* (outro nome da *senze*), inspirou as observações que acabamos de citar. O feiticeiro é profusamente celebrado em uma epopeia escrita por um negro americano descendente de escravos, que retomou a Gâmbia há menos de 10 anos para tentar encontrar vestígios

7 Recolhido por A. P. Merriam, citado in BRANDEL, 1961, p. 39-40.

8 Majuru, citado in BERLINER, 1978, p. 133.

de seus antepassados[9]. Se nos deslocarmos do feiticeiro do oeste do Sudão à África central e austral, encontraremos lá o seu equivalente, e a epopeia de sua sobrevivência numa fase de extrema violência e instabilidade. Mesmo na África austral, com sua história épica dos construtores do império plena de episódios bélicos e violentos, os cinquenta anos da virada do século foram singularmente inseguros e marcados por muitas e brutais dispersões dos povos.

A *mbira* sobreviveu a esse processo de fragmentação cultural, e chegou mesmo a criar, entre seus adeptos, uma identidade de cultura, com todo um sistema de estratificações sociais do religioso e do profano. As peregrinações forçadas dos Shona entre o Cabo e a África central impossibilitam-nos, hoje, dizer em que medida a instrumentação musical deles – na verdade, as funções sociais de sua música – foi introduzida nos ou tomada aos países vizinhos: Moçambique, Rodésia do norte (atual Zâmbia), Tanganica (atual Tanzânia), os dois Congos (atualmente, Zaire e R. P. do Congo), Uganda, onde a prática do instrumento estava disseminada, e Rodésia do Sul (atual Zimbábue), onde a maior parte dos Shona acabou por se concentrar na virada do século. O certo é que a cultura centrada em torno da *mbira* converteu-se em traço de união das populações dispersas e sobreviveu à incessante e intensiva fragmentação dessas populações.

Os Shona consideravam a *mbira* como dádiva do grande espírito ancestral Chaminuka, personagem histórica real de começos do século XIX, segundo consta. A música fazia parte integrante da vida social, domínio em que havia penetrado a ponto de ser indispensável a diversas atividades, como curas, casamentos, funerais, lavouras, partos, ritos iniciáticos e uma infinidade de outros acontecimentos. Acredita-se que o instrumento propriamente dito fosse "capaz de projetar seu som em direção ao céu e de estabelecer ligação com o mundo dos espíritos" criando, assim, um laço entre as atividades e os pensamentos dos vivos e o espírito dos antepassados.

Os executantes eram sedentários ou ambulantes. Nem sempre atendiam aos convites, mas há o caso de célebres tocadores de *mbira* contratados a centenas de quilômetros, seja por seu renome artístico, seja porque seu estilo adaptava-se melhor a um objetivo preciso – regra geral, a entrada de um médium em transe. É de ver que a cultura da *mbira* permitiu manter, para além das fronteiras geográficas, a coesão cultural de uma comunidade. As cerimônias *mbira,* que duravam toda a noite, começavam pela entrada em transe do

9 HALEY, 1976.

médium e prosseguiam com atividades recreativas de caráter puramente social, como dança, canto, recitais poéticos (incluindo a comédia) e mímica. Já foram descritas como "uma longa jornada comunal ao fundo da noite". Ao voltar ao estado normal, o médium em transe podia pronunciar sentenças sobre litígios e dar conselhos sobre questões de interesse comum – semeaduras, colheitas e até sobre política.

Em suas múltiplas formas, a *mbira* constitui um indicador precioso da evolução interna das culturas musicais da África. O instrumento de base, uma caixa de ressonância provida de cordas tensas e com a forma clássica de uma cabaça, apresenta naturalmente dezenas de variantes. A forma principal, a *mbira huru dzadzima,* considerada a *"mbira* de todos os antepassados", teria sido o instrumento do próprio grande ancestral Chaminuka. Sob essa forma é que o instrumento foi introduzido no Transvaal pelos Shona, durante o êxodo dos Ndebele em direção ao sul no final do século XIX, pouco antes de eles haverem sido repelidos ao norte pelo início da penetração europeia no interior. A mesma variante foi utilizada pelos Venda e pelos Lemba na África do Sul, e pela etnia Karanga da porção meridional da Rodésia do Norte, no decorrer do período. De modo geral, a *dzadzima* gozou de preeminência durante pelo menos meio século, dado que foi descrito pela primeira vez em um desenho publicado por Charles e David Livingstone, em 1865.

Em começos do século XX surge um culto rival, o *mashawe,* que empregava a versão *njira* da *mbira,* na região dos Shona. Em menos de dez anos esta versão começou a suplantar a outra. Frequentemente acompanhada de tambores e mesmo de flautas, a *njira* principiou a gozar de certa preferência, sobretudo para ocasiões sociais como casamentos, nascimentos etc. Os adeptos das duas escolas eram mesmo designados pelo nome de seus respectivos instrumentos – o *vaMbira* para os adeptos da *dzadzima, Njanja* para os da *njira.* A essa divisão étnica acabou por corresponder uma repartição geográfica que afetava o comportamento social, porém de modo sutil, sem romper a unidade cultural dos adeptos da *mbira.*

Os testemunhos dos missionários, assim como os dos exploradores, confirmam a qualidade da emoção coletiva que a *mbira* suscitava. Eles comparam o som desse instrumento ao da cítara, do clavecino e da espineta[10]. Segundo esses testemunhos, o canto sugere o clima emocional do *fado* português, que, muito significativamente, era a música dos saudosistas colonizadores lusitanos

10 BERLINER, 1978, p. 41.

da América do Sul. Em qualquer língua, parece que a experiência do exílio produz correspondências musicais identificáveis.

Ao contrário de muitas outras formas de música social africana, a *mbira* não era uma arte de corte, mas verdadeira música do povo, do conjunto da comunidade dispersa. O respeito de que gozavam seus executantes no seio da comunidade e o apreço votado à sua arte explicam-se por serem considerados mediadores artísticos entre este e o outro mundo e pelo fato de sua disponibilidade e competência terem-nos transformado em símbolo da coesão étnica numa época de violentas convulsões. A tal ponto esses músicos dominavam a sua arte que até os missionários, apesar da previsível hostilidade inicial, acabaram sendo conquistados por ela. No decorrer da década de 1920, instrumentos do tipo *mbira* começaram a fazer tímida aparição nas orquestras religiosas da Rodésia do Sul. Composições de caráter experimental, baseadas nas melodias da *mbira,* foram se insinuando nas festas sazonais das missões, encerrando-se o tempo em que os alunos eram expulsos caso fossem surpreendidos tocando o "instrumento do diabo" na hora do recreio.

Dentro ou fora dos quadros da missão, porém, o papel socialmente integrador da música permaneceu como o aspecto mais característico da vida cultural do continente africano. Intermediário espiritual ou animador, historiador ou cortesão a serviço de uma classe privilegiada, o músico era um componente básico do mecanismo cultural.

As artes teatrais

A arte do espetáculo era, na maior parte dos casos, prolongamento ou ilustração da música. Alguns exemplos já citados mostram bem como é difícil delimitar essas duas modalidades artísticas. No entanto, a evolução das formas teatrais no decorrer do século XIX, ao contato com influências externas; ilustra bem melhor do que a evolução da música como se passa de um modo tradicional a modos adaptados. Assistimos assim, na costa da África ocidental, ao nascimento de uma verdadeira dramatização, que desloca formas e lugares sob o duplo assalto das proibições islâmicas e da evangelização cristã, nascimento reforçado pela influência dos antigos escravos regressados a Serra Leoa e Libéria, os quais trouxeram consigo as formas de espetáculo, as maneiras, os valores, os costumes e as expressões idiomáticas de seus países de exílio[11].

11 KOPYTOFF, 1965, p. 86-133; AJAYI, 1965, p. 25-52; JULY, 1968, p. 177-95.

O teatro profissional – forma secular, derivada das representações mascaradas para funerais de reis – era acontecimento comum no velho império Oyo da Nigéria durante todo o século XIX. A desintegração do império sob o ataque dos Peul vindos do norte e as devastações causadas pela guerra civil com vassalos rebeldes do sul produziram, como efeito simultâneo, a dispersão das *troupes* profissionais para o sul e para além das fronteiras do Daomé (atual Benin) e a sua extinção no local de origem. Os muçulmanos vitoriosos proibiram a maior parte das formas de espetáculo teatral e, muito particularmente, aquelas associadas às festas dos antepassados onde havia representação da figura humana, o que é interditado pela religião muçulmana.

As convulsões políticas no seio do império Oyo, onde os grupos teatrais tinham gozado da proteção de uma monarquia estável, não favoreceram por muito tempo a difusão (e a secularização) do teatro. Os missionários já avançavam da costa para o norte, de modo geral com ligeira vantagem sobre as empresas comerciais apoiadas pela força militar[12]. E foram os missionários que completaram o trabalho do islão, proibindo aos fiéis a participação em qualquer culto que fosse. Ora, as companhias teatrais eram administradas como Corporações familiares, onde os segredos do ofício e os ritos iniciáticos eram moeda corrente. Os temas também eram estritamente tradicionais – razões suficientes para qualificá-los como cultos diabólicos, sinistros. A exemplo dos muçulmanos, os missionários cristãos não se contentaram com a interdição das representações: tal qual a *mbira* na África austral, os instrumentos ligados às artes teatrais foram estritamente proibidos. Assim criou-se o vazio que a cultura dos ex-escravos veio ocupar. O tráfico havia contribuído para a conversão religiosa da costa ocidental, ao mesmo tempo que ameaçava a vida cultural. As missões e suas esferas de influência, então, exatamente como na África austral, garantiam uma certa segurança, e também a submissão aos senhores muçulmanos, ao preço inevitável da renúncia a toda arte autêntica. O ciclo de substituição cultural chegava ao fim: depois de ter dilacerado a vida cultural da população, o escravagismo moribundo devolvia os filhos da terra com uma nova cultura destinada a substituir a antiga[13].

Mas a vitória não foi tão fácil. O teatro "profano" resistiu aos assaltos e, não contente em preservar suas formas próprias, transformou-se deliberadamente em base de resistência à cultura cristã. Tão resistente se revelou que, sob diversas formas, participou das experiências tentadas pela elite colonial para desenvolver

12 AYANDELE, 1966, p. 29-70, 117-23.

13 AJAYI, 1965, p. 126-65.

um teatro significativo. Pois, no último quartel do século XIX, a costa ocidental estava submetida à influência artística dos exilados cristianizados. Estes voltavam confiantes na superioridade da cultura adquirida e impacientes para provar aos colonos brancos – que agora controlavam a sua existência – que os negros eram não só capazes de receber, mas de praticar as refinadas artes europeias. Daí resultou uma feliz complicação: apesar do esforço consciente que os levou a desligar-se culturalmente das populações autóctones do interior, estas permaneceram "confortável e firmemente apegadas a seus próprios costumes e instituições"[14].

As novas formas teatrais (euro-americanas), devidas essencialmente à iniciativa de expatriados vindos para a Libéria, Senegal e Serra Leoa, foram se difundindo de oeste para leste e recebendo novas influências. A forma arremedada de *vaudeville* dos "Nova Scotians" – como se autodenominavam os próprios ex-exilados de Serra Leoa –, após ter gozado de sucesso duradouro ao longo da costa, sofreria transformação na forma e no conteúdo ao chegar à região mais a leste da Costa do Ouro, Daomé e Nigéria. Não é exagero afirmar que desde os primeiros anos do século XX uma forma de espetáculo inteiramente nova nascera na África ocidental: o *concert party*, derivado dos espetáculos "bem-educados" destinados à classe média das cidades [15]. Eram farsas rudes e mesmo debochadas, generosamente temperadas com canções de estivadores, tudo edulcorado para fruição dos membros da aristocracia colonial dos centros administrativos, que se encontrava entre o público.

Formaram-se "academias" para concertos inspirados no *music-hall* vitoriano ou no *vaudeville* americano. As igrejas cristãs organizaram as suas próprias representações e a moda dos concertos acabou por chegar às escolas – dia de distribuição de prêmios, visita do chefe do distrito, aniversário da rainha Vitória etc. Os missionários negros não quiseram ficar alheios – o reverendo Samuel Ajayi Crowther (fig. 21.3) deixou famoso exemplo de prelado negro que patrocinava e encorajava de forma notável esta modalidade de arte, enquanto o reverendo James Johnson transformava a celebrada Breadfruit Church de Lagos em verdadeiro teatro[16]. Aqueles que retornavam do Brasil traziam o perfume exótico, e no entanto familiar, de uma música que encontrava eco espontâneo nas melodias tradicionais da costa ocidental e do Congo, pois a repressão nas cidades não tinha sido duradoura o bastante para fazê-las caírem no esquecimento por completo. Na virada

14 JULY, 1968.

15 TRAORÉ, 1972, capítulo II; OGUNBA e IRELE (orgs.), 1978.

16 AJAYI, 1965, p. 206-38; JULY, 1968, p. 196-207; AYANDELE, 1966, p. 175-238.

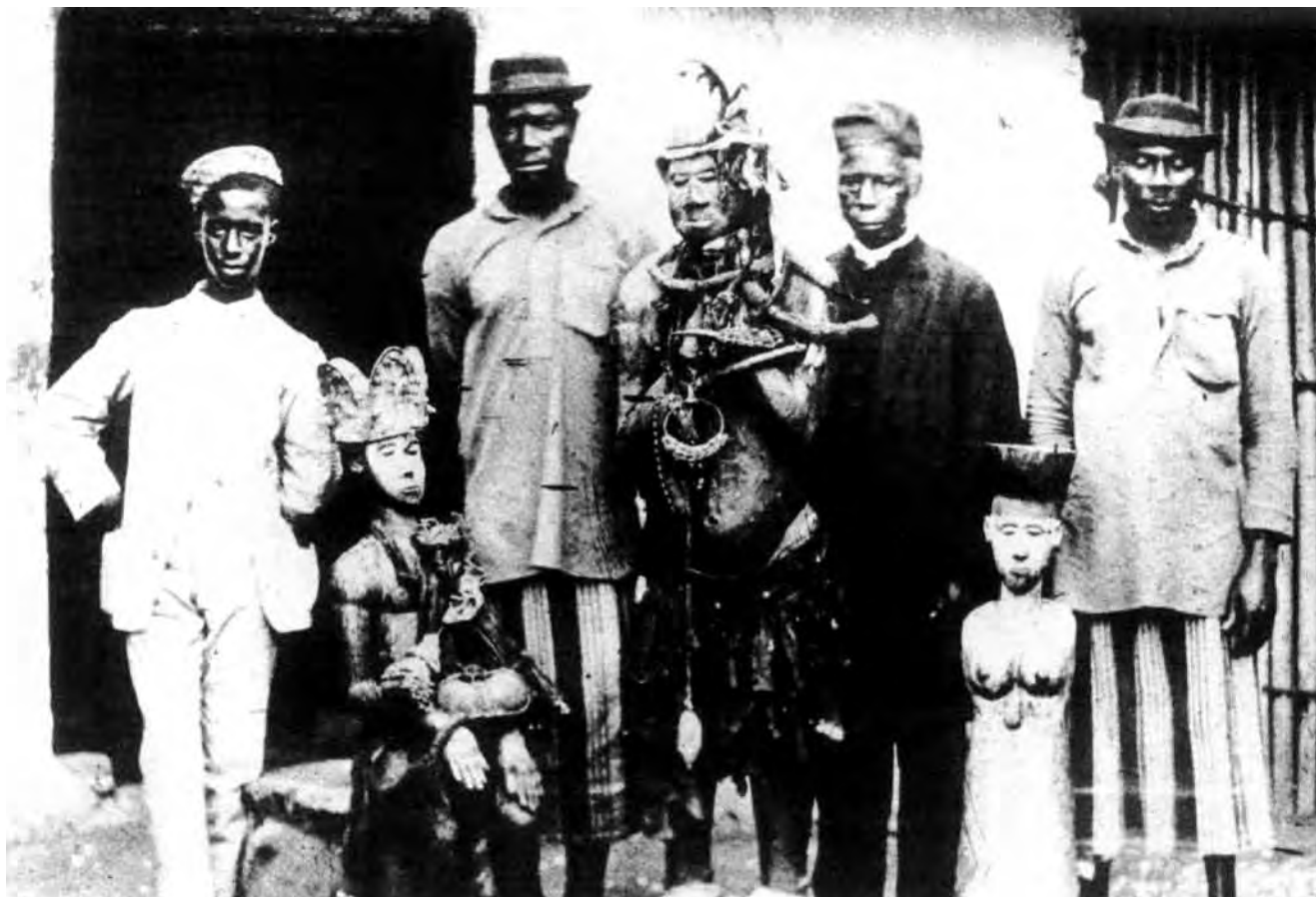



FIGURA 21.3 O bispo Samuel Ajayi Crowther (1808-1891) fotografado por ocasião de uma visita a Benin, em companhia de três africanos e estátuas rituais. (Foto: Popperfoto.)

do século e nas primeiras décadas do século XX, o Natal e o Ano Novo foram pretextos para a apresentação, nas ruas de Freetown e de Lagos, de espetáculos que faziam pensar nas *fiestas* da América Latina, dentre os quais a *caretta,* espécie de mascarada satírica[17], parece ter sido a forma mais durável.

Entretanto, os adeptos do nacionalismo cultural não cessavam de lutar contra o perigo da usurpação total pelas formas importadas[18]. Mais uma vez, a religião e suas instituições forneciam a base. O caráter inaceitável dos excessos do imperialismo cultural cristão, como a interdição dos instrumentos e árias africanos em uma igreja "universal", acabou por provocar a dissidência. De 1882 até o início da década de 1930, assistiu-se na África a uma proliferação de movimentos secessionistas inspirados pelo desejo de adorar a Deus segundo o modo cultural praticado pelos antepassados[19]. Foi então que se instaurou, na África ocidental, principalmente em Lagos, uma tradição única de "ópera", que principiou com cantatas religiosas e passou pela dramatização de episódios bíblicos, antes de afirmar a sua independência com o abandono dos temas religiosos e a progressiva constituição de grupos profissionais itinerantes. Foi um processo semelhante ao do teatro Adbegijo – então temporariamente desativado –, que evoluiu dos ritos funerários sagrados dos Alafin do império Oyo ao divertimento cortesão, antes de adquirir existência independente e ampliar sua base geográfica. No período que separa os grandes concertos de música clássica e de canções folclóricas inglesas apresentados pela" Academia" nos anos de 1880 e a representação da peça histórica *King Elejigbo,* encenada pela Egbe Ife Church Dramatic Society em 1902, produzira-se incontestável transformação das ideias e da sensibilidade, mesmo no meio das elites ocidentalizadas da Nigéria meridional. A Igreja, que não via esses fenômenos com bons olhos, decidiu proibir a nova forma de arte em suas paróquias e escolas, mas, infelizmente para ela, não conseguiu senão acelerar a construção – como desafio – de salas destinadas exclusivamente ao teatro. O conflito dividiu a elite colonial em facções, equiparáveis no tocante aos recursos disponíveis. Em 1912, a secularização do teatro estava suficientemente avançada para que a administração colonial de Lagos anunciasse a publicação de uma "portaria regulamentando os teatros e as representações em público", que condicionava

17 Também é possível que a *caretta* seja uma forma hispanizada da máscara *Gelede,* reimportada da América do Sul para seu lugar de origem.

18 Sobre o nacionalismo cultural, principalmente no que concerne à Nigéria, ver HATCH, 1971, capítulo XII ; SCHWARZ, 1965, capítulos I, II e IV.

19 RAY, 1976, capítulo VI. Ver também o capítulo 20, anterior a este.

a realização de espetáculos públicos à obtenção de uma licença. Em meio ao clima de nacionalismo cultural que reinava em Lagos na ocasião, é de indagar se essa hipócrita tentativa de censura política teria produzido efeito: significativamente, a portaria jamais foi promulgada.

Os grupos de *vaudeville* prosperavam. Alguns de seus nomes, como *Two Bobs and their Carolina Girl,* na Costa do Ouro, nos dizem muito sobre o que inspirava a tantos deles. É a um professor chamado Valley que se atribui a paternidade das variedades vaudevillescas na Costa do Ouro[20]. Um seu aluno, Bob Johnson, com seu *Axim Trio,* logo ultrapassaria o mestre para tornar-se,celebridade cultural da Costa do Ouro e mesmo de toda a costa ocidental[21]. E às inovações de Bob Johnson que remonta a tradição do *concert party* na Costa do Ouro, com *troupes* especializadas em números de *music-hall* – canções, facécias, danças, imitações, cenas cômicas. Mas, do ponto de vista da continuidade cultural, sua contribuição mais importante consistiu em trazer para o primeiro plano do repertório contemporâneo uma personagem do folclore tradicional, o vivo e malandro Ananse (o aranha). Esta forma de expressão teatral, extremamente rica de situações puramente cômicas, logo se tornou também instrumento de sátiras sociais e políticas.

Em meados da década de 1930, Bob Johnson era famoso o bastante para montar seu número de *vaudeville* em outras cidades da África ocidental. No decorrer dessa década, a região podia orgulhar-se de um repertório que constitui um dos mais estranhos exemplos de ecletismo da história do teatro. Até mesmo o cinema, então na primeira infância, deixara já a sua marca no teatro da África ocidental: certos números de Bob Johnson eram adaptações das comédias de Charles Chaplin, inclusive o vestuário e o célebre modo de andar. Hoje, que perdemos todo o contato com as realidades históricas da África ocidental da época do colonialismo, não há como não nos surpreendermos com um concerto como o da celebração do Empire Day, onde eram apresentadas canções como *Mini the Moocher,* lado a lado com *God's Gospel in our Heritage* e vinhetas tiradas da vida de um estivador liberiano.

Eis outro exemplo da ironia da colonização: enquanto Bob Johnson preparava sua primeira excursão pela África ocidental e Hubert Ogunde, que viria a ser o principal animador de *concert party* da Nigéria, recebia educação estética sob a dupla influência do pai clérigo e de uma avó sacerdotisa do culto *osugbo*[22],

20 GRAFT, 1976.

21 SUTHERLAND, 1970.

22 Ver FADIPE, 1970, capítulo VII.

no Senegal, um educador europeu, Charles Béart, procurava reverter a política de aculturação europeia numa importante escola de ensino secundário. Compreenderemos melhor a importância deste acontecimento e, ainda, a razão por que a evolução foi tão lenta, se tivermos presente o caráter educativo do assimilacionismo, como se expressa nos escritos de convictos africanos francófilos como o padre Boillat, Paul Holle etc. Embora aparentemente entregue a exaustivas pesquisas sociológicas[23], o padre Boillat concluía, após haver estudado a cultura, a filosofia, a estrutura social, a linguagem etc. dos Bambara, dos Sarakole, Wolof, Serer, Tukulor e mouros do Senegal, que a sociedade africana não oferecia qualquer perspectiva de desenvolvimento cultural no sentido moderno e não tinha outro futuro que não testemunhar "a queda de todos esses hábitos grosseiros, se não desonrosos, conhecidos como *o costume do país*", Se as comunicações de Boillat à metrópole não se tornaram pedra angular da política assimilacionista francesa, não há dúvida de que desempenharam papel determinante em sua formulação.

Foi em meio a esse clima e ao fim das subsequentes décadas de conservadorismo que nasceu e perdurou por longo tempo a escola de William Ponty[24]. Famosa escola normal, ela cumpriu na África de língua francesa a mesma função que o Achimota College desempenhou no ocidente de língua inglesa e o Makerere College na África oriental. Todos esses estabelecimentos destinavam-se a dar educação europeia básica aos futuros professores e funcionários públicos de baixo escalão. Os valores culturais transmitidos pela escola William Ponty eram obrigatoriamente franceses, quer se tratasse de teatro, poesia, música, arte, história ou sociologia. No entanto, durante os anos em que esteve à frente da escola, Charles Béart procurou dar nova orientação à formação cultural dos estudantes. A partir de 1930, eles foram incentivados a retomar ao seu meio ambiente para adquirir clareza sobre suas opções culturais. Foram-lhes confiados trabalhos de pesquisa que permitiam explorar ao mesmo tempo a forma e o conteúdo da arte autóctone. No retorno das férias, pedia-se aos grupos originários de todos os territórios coloniais representados na escola William Ponty que apresentassem um espetáculo de teatro baseado em suas pesquisas, com total responsabilidade dos estudantes sobre sua realização. Como esta nova forma de teatro sociológico não se limitava ao auditório habitual de funcionários europeus e de africanos "educados", nem somente ao Senegal, sua influência disseminou-se amplamente pelas diferentes camadas

23 BOILAT, 1853.

24 OBICHERE, 1972, p. 7-18.

sociais da África de língua francesa. Mas, constituía ela um prolongamento autêntico da cultura de onde provinha?

Somos obrigados a responder negativamente, embora a experiência não deixasse de ter valor educacional. Seria demais esperar que, nesse período, o modelo "clássico" de teatro francês pudesse desaparecer completamente em face das formas tradicionais de expressão. A "comunidade" representada por William Ponty era artificial. Estava distanciada tanto pela natureza do pensamento como pelos objetivos culturais da sociedade cujos tesouros pilhava. A situação, bem entendido, não era exclusiva de William Ponty, mas comum a todas as escolas e instituições criadas pelo colonizador para o desempenho de sua própria missão na África. Assim, o teatro de William Ponty servia principalmente para satisfazer o apetite de exotismo da comunidade de colonos franceses. Mesmo quando "ia ao povo" e lhe utilizava os temas, esse teatro continuava a ser uma curiosidade desprovida de contato verdadeiro com a vida social e os autênticos valores culturais da população.

O renascimento literário no Egito[25]

No âmbito da cultura literária, o Egito e o Sudão ocidental proporcionam exemplos importantes: no primeiro caso, temos um renascimento literário; no segundo, um processo de ajuda mútua, ao mesmo tempo direta e indireta, à penetração cultural da África durante o período colonial, a favor de interesses fundamentalmente opostos.

A ocupação do Egito por Napoleão Bonaparte, as reformas de Muhamad'Alī nos âmbitos militar, social e econômico, o envio de missões pedagógicas à Europa, especialmente à França, bem como o estabelecimento de uma gráfica impressora em Bulaq, no ano de 1922, tudo isso preparou o caminho para o início de uma nova relação entre dois mundos – o Ocidente e o Oriente islâmico e para o advento de uma nova era no Egito. Esse período preparatório do renascimento literário egípcio foi acelerado no reinado do quediva Ismā'īl Pacha (1863-1879) e atingiu o ponto decisivo de desenvolvimento a partir da segunda metade do século XIX.

A criação de ambiente propício ao florescimento de uma cultura árabe moderna foi determinada por vários fatores. O primeiro deles foi a contínua

25 Esta seção sobre o renascimento literário no Egito foi preparada sob a direção do professor Y. A. Talib, do Departamento de Estudos Malaios, Universidade de Cingapura.

emigração, a partir da década de 1870, de intelectuais cristãos sírios e libaneses[26] para o Egito. Perseguidos pelo regime autocrático turco, esses intelectuais estavam imbuídos das noções ocidentais sobre política, ciência e literatura. No próprio Egito, surgiu entre os muçulmanos uma nova elite que adotara as ideias islâmicas modernistas de Al-Afghani e 'Abduh. As fileiras de tal elite não tardaram a ser preenchidas por letrados egípcios regressados da Europa, onde haviam realizado estudos de tendência humanista. Entre eles, havia toda uma série de escritores com pontos de vista e interesses muito variados.

O desenvolvimento econômico, a transformação do país, a criação e fundação de academias, de sociedades cultas, da biblioteca nacional em 1870, de universidades seculares, a reforma das universidades religiosas existentes (por exemplo, Al-Azhar) e o estabelecimento de um moderno sistema de educação "deram origem a um público amante da ociosidade, da educação e disposto a formar uma audiência. Se compararmos o resultado com a situação precedente, veremos que se trata, na verdade, de um renascimento literário e intelectual"[27]. No entanto, a produção literária local dependia ainda, fundamentalmente, da tradução de obras europeias, empreendida já antes da instauração do protetorado inglês no Egito, e desde então em franco progresso. Com o tempo, esse processo levou a adaptações, imitações e, finalmente, a obras criadoras e originais.

O despertar cultural, relacionado com a mudança do clima político egípcio no final do século XIX, refletiu sobre o desenvolvimento da imprensa, muito importante. Em 1898 o Egito já contava com 169 gazetas e jornais, número que passou para 282 em 1913[28].

Sob a influência do eminente reformador muçulmano Al-Afghani[29], a imprensa foi amplamente aclamada como um instrumento de educação e de

---

26 Dentre esses emigrantes, citemos três personalidades que muito contribuíram para disseminar entre o público culto as principais correntes do pensamento liberal e científico inglês e francês dos séculos XVIII e XIX: Farah Antun (1874-1922), fundador da revista *Al-Jamiah;* Yagub Sarruf (1852-1927), diretor da revista de grande circulação *Al-Muqtataf,* que serviu de instrumento de difusão das teorias darwinianas e spencerianas da evolução; Jurji Zaidan, autor prolífico que escrevia sobre toda espécie de assuntos e cuja revista, *Al-Hilal,* educou gerações inteiras, não só no Egito mas em todo o Oriente Árabe. Um dos autores muçulmanos, Fathi Zaghlul – o mais importante – introduziu o pensamento político e a sociologia ocidental através da tradução para o árabe de obras como *Principles of Legislation,* de Bentham, *Le Contrat Social,* de Rousseau, e a obra de Edmond Demolin, *A quoi tient la supériorité des Anglo-Saxons.* Teve sucessor à altura na pessoa de Lutfi Al-Sayyid, diretor do diário *Al-Jaridah,* considerado um "apóstolo do liberalismo e do utilitarismo no Egito". Para maiores detalhes, ver AHMED, 1960, e HOURANI, 1962.

27 SAFRAN, 1961, p. 57.

28 ZWEMER, 1914, p. 129.

29 Ver KUDSI-ZADEH, 1980, p. 47-55.

politização, convertendo-se cada vez mais no veículo de expressão preferido por toda uma geração de personalidades literárias e líderes intelectuais após a Primeira Guerra Mundial. Dessa forma, os jornais tornaram-se, também, locais de experimentação para novas formas literárias, como o romance, o drama etc. A necessidade de exprimir e interpretar as ideias estrangeiras recentemente adquiridas conduziu à evolução de um "árabe neoclássico". Mas a questão de saber se era necessário reformar o árabe clássico ou elaborar um árabe moderno adaptado à literatura egípcia contemporânea logo provocou uma controvérsia em que se digladiavam dois grupos: os classicistas e os modernistas. O primeiro defendia um "estilo recôndito, semeado de obscuridades, ornado de alusões literárias e de eruditos jogos de espírito, típicos da cultura aristocrática". O segundo cujos membros eram acima de tudo descendentes de sírios e de libaneses, formados à moda ocidental e de religião cristã – pregava "uma linguagem simples e direta, unindo o árabe falado e palavras estrangeiras arabizadas".

O que se prenunciava neste conflito cultural era o problema dos valores: ideais e normas do Ocidente de um lado, noções islâmicas tradicionais do outro. Na sua fase inicial, o combate de ideias dizia respeito apenas à questão de adquirir os conceitos ocidentais ou permanecer indiferente a eles. Os confrontos situaram-se ao nível das escaramuças culturais: faltavam a eles "centros coerentes de gravidade". Contudo, na primeira metade do século XX, os desafios culturais exteriores, tais como os apresentavam as novas condições de vida, começaram a abalar sensivelmente todos os aspectos do sistema tradicional de valores. A primeira reação a esses desafios teve importância vital e se concentrou na questão do poder – entre um islão reformista militante e um movimento racionalista liberal[30]. Até a irrupção do nasserismo, várias interpretações da identidade cultural e nacional do Egito foram dadas por inúmeras personalidades literárias: a faraônica-mediterrânea de Tawfik al-Hakim, Mahmoud Taymour e Taha Husayn em seus diversos escritos sociais, literários e históricos[31], o arabismo de al-Kawakibi[32], assim como a tese das dimensões culturais africanas do Egito, subscrita por numerosos escritores.

30 Ver, particularmente, as violentas controvérsias levantadas por obras polêmicas escritas pelos autores de tendência ocidental, como, por exemplo, Taha Husayn, *Fi'l-shi'r al-Jahili,* Cairo, 1926 (sobre a poesia pré-islâmica), que questionava os próprios fundamentos da fé islâmica.

31 Ver, sobretudo, Taha Husayn, *The Future of Culture in Egypt* , Cairo, 1938 (tradução inglesa, 1954).

32 Como o expressa em sua obra *Umm al-gura,* Port Said, 1899.

A transformação da cultura egípcia durante esse período, sob o efeito da dominação estrangeira, conduziu a uma maior consciência política, que, posteriormente, veio a encontrar expressão no movimento nacionalista nascente.

A literatura no Sudão ocidental

Aparentemente, interesses fundamentalmente contrários tinham assaltado a zona sudanesa da África ocidental durante o período colonial: os interesses europeus, de um lado, e os dos muçulmanos, de outro, representados pelos Jula. As condições para que isso ocorresse foram criadas pela estrutura social da população do Sudão ocidental. O sistema tradicional de castas, que reconhecia a certo número de grupos de artesãos especializados o direito de controle sobre os materiais e a área geográfica de suas respectivas artes, concedia, do mesmo modo, ao imã ou *alim* (instrutor islâmico) o monopólio em tudo quanto se referisse à alfabetização, escrita e comunicação e, ainda, às relações comerciais que se desenvolveram com o colonialismo europeu.

Historicamente, o *alim* pertencia a uma comunidade peculiar, que constituía uma unidade cultural distinta, frequentemente dominante, espalhada por entre as populações não muçulmanas do Sudão ocidental. Caracterizava-se por sua religião e pela eficiência de sua organização comercial. Eram chamados Jula (Dyula ou Diula). A presença dos Jula no Sudão ocidental tinha como objetivo fundamental o comércio. Sua emigração para cidades como Bobo-Dioulasso, Kong, Bonduku e outras acompanhava as vias comerciais que iam das jazidas auríferas da Costa do Ouro, do Alto Volta e das outras minas da zona tropical até as trilhas das caravanas saarianas[33]. Fundadores de cidades, eles estabeleceram igualmente uma rede de postos avançados ligando os principais centros às trilhas saarianas. Mas os Jula (nome que descreve sua principal ocupação, o comércio) também zelavam pela preservação e promoção de sua cultura islâmica, e contribuíam para favorecer a penetração dos mouros e dos árabes até as zonas chuvosas da costa ocidental. Ainda hoje, existem registros dos textos "sabáticos" de um erudito Jula, o *karamoko* – título superior ao comum *alim* –, que visitou centros de ensino do Cairo e deixou aos tribunais sábias sentenças, tão célebres como os trabalhos de William Amo, antigo escravo de Gana, autor

33 Para maiores detalhes sobre os Jula, ver Y. PERSON, 1968-1975, vol. I, p. 95-122; Y. PERSON, in CROWDER (org.), 1971, p. 113-26.

de tratados filosóficos apresentados, no século XVIII, às universidades alemãs de Wittenberg e Jena[34].

Se é certo que a cultura literária islâmica que penetrou na África ocidental era de natureza fundamentalmente conservadora, retórica e estereotipada, cuja metodologia consistia antes em decorar do que em compreender e cujo ensino compreendia essencialmente a exegese islâmica e o direito (*hadith* e *fikh*), o constante trânsito de letrados entre a costa ocidental, a África do norte e o Oriente Médio até o século XX, assim como o florescente comércio de manuscritos preciosos praticado ao mesmo tempo que as atividades mais comuns dos comerciantes Jula, comprovam uma abertura maior da cultura arábica entre seus adeptos africanos. Os escritos históricos devem tanto aos estudiosos árabes quanto a seus equivalentes das cidades europeizadas da costa ou aos produtos de exportação da literatura ocidental. Por exemplo, uma pesquisa sobre as bibliotecas dos *mallam* da costa ocidental realizada em 1920, principalmente na região da Costa do Marfim, revelou a existência de manuscritos de história, língua (gramática árabe), poesia, matemática, lógica, jurisprudência etc.[35]

A existência de uma cultura literária, embora abrangendo pequeníssima elite no topo da pirâmide de uma massa de analfabetos, trouxe enormes consequências não só para a maioria da população, mas também para a cultura estrangeira, cujos cânones inspiraram a formação literária da dita elite. E muito especialmente quando essa vantagem literária é posta a serviço do proselitismo da cultura alheia. Do ponto de vista da cultura dos povos autóctones, portanto, a influência do islão distingue-se da penetração euro-cristã tão somente pela sua natureza, e não pelos seus efeitos. O confronto entre duas culturas literárias historicamente opostas, sobre terreno "neutro", suscita sempre reações exacerbadas dos dois lados, mas sobretudo por parte do primeiro ocupante, que vê o campo por ele diligentemente cultivado invadido à véspera da colheita. As duas facções, evidentemente, ou fingem ignorar ou estão prontas a negar a existência de valores autênticos anteriores no terreno conquistado, julgando mais cômoda a tese do vazio cultural. A tolerância sincrética dos sistemas culturais africanos, naturalmente, só veio reforçar esta tese. E, por ironia do destino, dentre ambos os adversários, a cultura que revelava alguma tendência ao sincretismo – a cultura islâmica – foi a que perdeu o grande elemento de sua própria ortodoxia, inclusive as "ortodoxias" de cismas posteriores, na passividade aparentemente acomodada dos autóctones.

34 Para maiores detalhes, ver ABRAHAM, 1964; LOCHNER, 1958.

35 WILKS, 1968.

Já analisamos alguns dos meios a que recorriam os autóctones contra os mecanismos de negação cultural empregados pelo colonialismo europeu; a cultura islâmica, difundida pelo proselitismo dos Jula, haveria de enfrentar a mesma resistência. Em alguns casos, a comunidade jula foi inteiramente assimilada pela comunidade local. Os casos de completa assimilação foram raros, mas I. Wilks, em seu bem documentado estudo[36], registra um exemplo, o dos Tagara de Jirapa, no nordeste de Gana. O processo era relativamente imperceptível. Como já se disse a propósito dos ritos funerários do cantão de Koumina, os africanos conservavam a guarda das terras, tanto material como ritualmente, de forma que, se nas cidades os contatos com as missões "civilizadoras" francesas e muçulmanas ofereciam aos convertidos inegáveis vantagens, as "migrações" sazonais do interior para a cidade contribuíam para abalar os grupos e os indivíduos. Foi o que ocorreu com os Jula.

Devemos, ainda, ter presente que, à medida que a exploração colonial se tornava mais sistemática e as cidades se industrializavam, trabalhadores migrantes do extremo norte muçulmano (Mali, Mauritânia) vinham engrossar a massa de mão de obra dos centros urbanos do sul. Esses imigrantes tinham necessidade dos serviços dos *'ulamā'* ou dos *karamoko,* que imediatamente se instalaram nas comunidades urbanas. De acordo com a sua estratégia de renovação ou regeneração da fé islâmica, os Jula esforçaram-se para garantir uma ligação constante entre as comunidades muçulmanas, enviando os *'ulamā'* àquelas onde a fé dava mostras de arrefecer. A procura superava a oferta, em vista do número insuficiente de guardiães da verdadeira fé. Ademais, havia os que não estavam dispostos a abandonar o conforto das cidades, onde gozavam do recente prestígio de "chefes espirituais", visto atuarem como mediadores entre os trabalhadores migrantes e o *toubab* (homem branco) e assegurarem a manutenção de uma contabilidade rudimentar para os recentes intermediários das companhias exportadoras. Para esses *'ulama',* ir exercer o seu ministério nas comunidades rurais dos Jula tornou-se uma imposição. Muitas vezes, nem eram os Jula que lhes faziam o apelo. Como a alfabetização fascinava muito os não-muçulmanos, era frequente que a comunidade rural, ou seja, um chefe ou um agricultor, pedisse aos Jula locais que mandassem vir um professor. Às vezes, o menino mais inteligente da aldeia virava aluno itinerante, indo de um *'ulama'* a outro. No século XIX, o prestígio da elite educada – em grande parte muçulmana – suscitava nessas áreas grandes ambições. Um bom aluno podia ultrapassar diferentes graus e ascender

36 Ibid., p. 165.

ao título de *karamoko,* detentor de sua própria *isnad* ou genealogia do saber, o que o vinculava a toda uma série de doutores ilustres e legendários, numa filiação que podia eventualmente remontar ao próprio profeta. Em sua magnífica obra *Ambiguous adventure* (Aventura ambígua)[37], o xeque Hamidou Kane mostra bem como um "pagão" de uma localidade qualquer do Sudão ocidental podia ser sensível ao aspecto estético do ensino islâmico.

Nem todos os autores africanos ocidentalizados da época estavam dispostos a considerar o desafio cultural muçulmano como necessariamente oposto ao gênio africano autêntico, ou incompatível com os valores cristãos que se disseminavam com muita rapidez, graças às missões estabelecidas ao longo do Níger, do Volta e do Senegal por negros convertidos. Aos olhos de sociólogos e de educadores como o abade Boillat (ou seu valoroso compatriota, o sábio soldado Paul Holle), era preferível estudar a língua árabe e a cultura islâmica na França, em estabelecimentos de ensino superior, onde não corriam o risco de contaminar africanos impressionáveis. Mas o bispo nigeriano Samuel Ajayi Crowther ia mais longe, ao mostrar-se favorável ao estudo e ao ensino dessas matérias[38], pensando que elas permitiriam atenuar, graças às traduções árabes da Bíblia e do catecismo, os "aspectos mais grosseiros" da fé e da sociedade muçulmanas.

Em contrapartida, um homem como o antilhano Edward Wilmot Blyden, nascido em St. Thomas e que depois emigrou para a Libéria, estava firmemente convencido de que, dentre todas as grandes civilizações do mundo, a muçulmana era a que melhor se adaptava ao temperamento e às realidades culturais da África. A seu ver, o islão era apenas um elemento – importante, é verdade – da reformulação de uma cultura africana para os africanos, dotada de instituições próprias e de estruturas de salvaguarda[39]. Este precursor da negritude pretendia, nada mais nada menos, a reordenação completa de uma educação africana que renunciasse aos preconceitos eurocêntricos para seguir uma via mais adequada às realidades africanas. A civilização islâmico-árabe, que o tinha impressionado por sua "cultura literária e atividade intelectual", parecia-lhe destinada a desempenhar papel essencial nessa reordenação. Com a descrição da história do homem negro desde a antiguidade, Edward Blyden publicou suas conclusões afirmando a anterioridade de uma civilização negra no Egito e provando que Heródoto era um comentador mais digno de fé do que seus anotadores europeus, os quais,

37 KANE, 1972.

38 JULY, 1968, p. 188-9.

39 Ibid., p.46-7, 218-9.

além de não serem contemporâneos dos acontecimentos escritos, tinham prostituído o seu saber entregando-se a preconceitos racistas[40].

Blyden não se contentava em invocar a história antiga na sua luta pela reorientação da cultura africana. Os acontecimentos recentes da história da África, os prolongamentos da cultura e do gênio africanos, mesmo num ambiente tão pouco favorável como o do "Novo Mundo", incitaram Blyden a examinar os livros de história e a declarar que se devia desprezar o estudo de personalidades europeias, como o almirante Nelson, pelo de heróis negros como Toussaint L'Ouverture. Isso era revolucionário e mesmo perigoso, traduzindo o início de uma nova escola de análise de muitos acontecimentos da história recente da África. As novas propostas de Blyden foram, portanto, bem menos acolhidas do que aquelas em que preconizava o estudo da língua e da cultura árabes de acordo com sistemas de ensino da África ocidental e, principalmente, na universidade cuja criação também propunha. Não admira que essa universidade jamais tenha surgido enquanto ele era vivo, mas o que sabemos de Blyden nos permite dizer que ninguém contribuiu mais do que esse "antigo exilado" da África ocidental – que aliás não ignorava nenhuma tradição do ocidente – para fazer explodir o bloco monolítico das missões cristãs da costa ocidental da África. Com efeito, em 2 de janeiro de 1891, pronunciou na Breadfruit Church, de Lagos, perante uma sala repleta, um discurso onde ressaltava a incompatibilidade entre a ordem eclesiástica europeia e a sociedade e as tradições africanas. Alguns meses depois, explodia o primeiro cisma no seio da "ortodoxa" Breadfruit Church, de Lagos, dando origem à United Native African Church, com as consequências já mencionadas para a vida cultural dos africanos, à medida que o movimento se ampliava para o ocidente e o norte da África ocidental[41].

A literatura em línguas europeias

Pode-se dizer que a cultura literária em línguas europeias constituiu a principal força de confronto do colonialismo na África ocidental e central. A literatura oral conservou o papel de válvula satírica, como também a mímica, a dança e as novas formas de espetáculos mascarados, para registrar e comentar o fenômeno colonial. Mas foram as literaturas em línguas coloniais, no jornalismo e na

40 BLYDEN, 1887.

41 AJAYI, 1965, p. 254-5; AYANDELE, 1966, p. 201-3.

poesia, no teatro e no romance, que mobilizaram a imaginação literária contra o colonialismo[42].

A publicação de panfletos na costa da África ocidental, entre a Libéria e Lagos, assumiu proporções comparáveis às que se verificaram na Inglaterra do século XVIII. O mesmo fenômeno foi observado no Quênia, mas na África oriental, ao que parece, essas publicações foram principalmente obra da comunidade asiática, assim como a maior parte dos jornais. Folhetos bem pequenos, de impressão barata e distribuição fácil, eles denunciavam a dominação e a exploração estrangeiras, as fraudes da administração colonial e os ataques cada vez mais frequentes à forma de vida e à dignidade social das populações. Em 1891, a fundação da primeira gráfica em Luanda, na África portuguesa, assinalou o início do jornalismo de luta pela defesa da causa dos africanos. Esse período distingue-se por uma grande preocupação com o estilo, qualquer que fosse a língua colonial utilizada. As acusações de racismo lançadas contra o colonialismo francês por Ahmadou Dugay Cledor, no Senegal, eram redigidas em prosa cuidada, com ímpetos de indignação. As petições dirigidas ao British Colonial Office tornaram-se uma forma de arte, um exercício de estilo diplomático.

Os primeiros "representantes" – "assimilados" nomeados pela administração francesa, porta-vozes das massas reconhecidos pelo sistema britânico como membros de pretensos conselhos legislativos – empregavam a língua do soberano estrangeiro para destruir suas ilusões sobre aqueles a quem consideravam dóceis executantes de sua política colonial. Assim, apesar de uma gratidão verdadeira e de um comportamento muitas vezes servil para com o público britânico e os benfeitores em potencial, um homem como William Grant podia escrever (ou deixar publicar) em 1882, em seu diário *West African Reporter* (Repórter da África Ocidental), estas acusações terríveis:

> O fato de cada vapor que atraca [...] trazer uma massa de produtos comparativamente sem valor destinados a ser trocados por produtos apreciáveis e úteis [...] constitui uma condenação moral permanente da atitude dos europeus na África. Ainda que fossem simples penduricalhos sem valor, mas inofensivos, em troca de artigos valiosos, o caráter moral da transação já seria repreensível – mas que dizer quando esses artigos não apenas são desprovidos de valor [...] mas, muitas vezes, possuem caráter verdadeiramente destrutivo? Tiram aos africanos o que os faz ricos, deixando frequentemente aquilo que os empobrece e destrói. É triste dizer que, em muitos casos, o comércio europeu deixou seu cliente africano tão nu como o encontrou

42 Ver KANE, 1972; BETI, 1971; ARMAH, 1973; SEKYI, 1915.

> [...] Eles jamais chegarão a implantar na África a ideia da civilização, enquanto as relações comerciais entre o pretensioso e esclarecido europeu e o 'selvagem' africano não forem colocadas em uma base mais equitativa. Mas, enquanto os garrafões de rum seguirem-se um ao outro [...], nenhum missionário enviado como reforço e nenhum sermão filantropo servirão para coisa alguma[43].

Propagandista ardente de uma reforma da educação orientada no sentido dos valores africanos, profundamente influenciado por Edward Blyden, Grant procurava criar um sistema de ensino encimado por uma universidade, mas somente como instituição destinada a promover a pesquisa e o ensino em áreas relacionadas com a África, em oposição à educação literária convencional, que dá ênfase à cultura e aos valores europeus". Era preciso – escrevia – "educá-lo [o africano] por si mesmo". Os anais da Aborigines Rights Protection Society da Costa do Ouro das décadas de 1910 e 1920, em especial as alocuções de J. E. Casely Hayford, estão repletos de obras-primas de prosa vitoriana, com pitadas de humor de clássica ferocidade e concisão. Mais de um responsável de distrito, em visita aos territórios pacificados sob seu encargo, viveu a penosa experiência de esperar ser acolhido com um "discurso leal" e partir furioso com a "hipócrita insolência" de excelentes oradores negros em língua inglesa.

Em 1911, Casely Hayford publicou *Ethiopia Unbound*[44] (Etiópia Desacorrentada), um dos primeiros romances africanos, na verdade um ensaio, mescla de estilos diversos, que vai do sarcasmo à denúncia apaixonada da cupidez e da arrogância racial que envolveram a partilha e a colonização da África. Durante toda a sua vida, Casely Hayford demonstrou em seus escritos uma vigilância irrepreensível no referente ao destino do continente negro, recusando-se até o fim a aceitar o fato da colonização ou a atribuir-lhe autoridade no seu pensamento. É bastante curioso que *Ethiopia Unbound* não tenha inspirado imitadores na época, permanecendo obra única no seu gênero. Na mesma época, em contrapartida, a África produzia também sábios e homens públicos cultos pertencentes a outra escola de pensamento, como o bispo Samuel Ajayi Crowther, na Nigéria, ou Bakary Dialo, no Senegal. A exemplo do abade Boillat, essas personalidades defendiam o colonialismo europeu, considerado experiência positiva e louvável para a África. Para o teólogo protestante Crowther, marcado pelo horror de suas origens pagãs e da sociedade de onde provinha, o cristianismo (do qual o colonialismo era mero agente executivo) representava, no sentido mais primitivo,

43 Citado por JULY, 1968, p. 142.

44 HAYFORD, 1911.

o instrumento divino da salvação para um continente pagão. Quanto a Bakary Dialo, estava pura e simplesmente deslumbrado pela cultura francesa.

O dilema resultante da política colonial de aculturação traduzia-se essencialmente por essa alienação, que distorcia a personalidade criadora das elites africanas. Mesmo nos mais intransigentes textos anticolonialistas, é comum discernir um flagrante fascínio e preferência pela cultura europeia, tal como a experimentavam em seu meio e a descobriam à medida que seu horizonte intelectual pessoal ampliava. O talentoso poeta malgaxe Jean-Joseph Rabéarivelo (??-1937), cujo suicídio atribui-se à impossibilidade de resolver essa contradição interna de colonizado, constitui um trágico exemplo. Desse conflito resulta uma qualidade ambígua aos textos de vários africanos cultos, na época em que o colonialismo começava a se afirmar. Isso facilitou a política de assimilação cultural, sobretudo nos territórios franceses, portugueses e espanhóis, e redundou na rejeição deliberada, ou seja, na negação das fontes autênticas do gênio criador africano pela nova elite. O "primitivismo", quer como fonte de inspiração, quer como expressão pela imagem ou pelo verbo, tornou-se sinal de regressão, retardando o ato total de renascimento que só ele permitia: a aceitação da sociedade mágica dos funcionários da administração colonial europeia.

Houve exceções, particularmente notáveis na situação inicial em que a política de *assimilado* se tornava uma arte política, como os poetas Silvério Ferreira, Antônio José do Nascimento e Francisco Castelbranco, cuja obra denunciava desde o início do século a intolerância racial dos colonos. Mas, ao mesmo tempo, tanto em Angola como em outros territórios portugueses (e de fato em *todos* os territórios coloniais), assistia-se às manifestações de uma forma escapista de reação diante da realidade cotidiana da humilhação. A título de exemplo, cite-se a obra de Caetano da Costa Alegre (São Tomé), cuja poesia amorosa sentimental à glória da beleza feminina negra, editada após a sua morte[45], pode ser considerada precursora da escola literária de reivindicação da identidade negra que o movimento da negritude tornou célebre.

O berço do movimento da negritude foi a França, e seus principais autores foram Aimé Césaire (Martinica), Léopold Senghor (Senegal) e Léon Damas (Guiana Francesa). A negritude produziu uma floração de obras poéticas[46], nem todas poesia de "propaganda", à maneira de Costa Alegre, mas que não obstante deviam sua existência à consciência reencontrada da realidade africana, que a eloquente "tomada de consciência" do grupo transformou em programa

45 ALEGRE, 1916.

46 KESTELOOT, 1974; IRELE, 1964, p. 9-11; BLAIR, 1976.

concreto. Em suma, tratava-se pura e simplesmente de uma revolta contra a eficiente estratégia de assimilação aplicada pelo colonialismo francês e português, da qual os iniciadores do movimento estavam perfeitamente cônscios de serem produto. Mas é justo atribuir a gênese do movimento a um "manifesto" publicado no jornal *Légitime Défense* por três estudantes da Martinica. Nesse manifesto, eles rejeitavam as "convenções burguesas" da cultura europeia, assim como certo número de modelos literários europeus e a falsa personalidade que impunham ao homem negro. No seu lugar, contudo – e o fato define perfeitamente o círculo vicioso do artista-intelectual colonizado, adotavam Marx, Freud, Rimbaud, Breton e outros mentores europeus.

A negritude, que encerra o período em estudo, foi indubitavelmente um fator determinante na expressão da sensibilidade criadora das duas décadas seguintes, não só entre escritores e intelectuais das colônias de língua francesa, mas também entre os de língua portuguesa e até inglesa. Dentre os adversários mais irredutíveis da negritude, hoje em dia – marxistas convictos cuja visão da história é incompatível com os princípios da negritude – incluem-se alguns dirigentes africanos que prolongaram a vida do movimento na sua luta contra as políticas de assimilação cultural de Portugal, em começos da década de 1950. É correto dizer, portanto, que a negritude foi um fenômeno histórico suscitado por circunstâncias precisas, mas que perdeu a influência afetiva à medida que aquelas circunstâncias deixavam de existir, que os problemas da sociedade eram analisados de maneira mais completa, e que as soluções preconizadas tornavam-se mais radicais.

CAPÍTULO 22

A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935

B. Olatunji Oloruntimehin

Há que apreender claramente a natureza do nacionalismo na África para apreciar de modo correto os acontecimentos examinados neste capítulo. Cumpre, inicialmente, distinguir o nacionalismo europeu do século XIX e aquele que a África colonizada experimentou entre as duas guerras mundiais. Na Europa, o nacionalismo representou, para as comunidades que aceitavam a realidade de identidades culturais e de um passado histórico comuns, a aspiração a uma existência soberana dentro de organizações políticas (Estados) próprias. A luta tinha como objetivo garantir a coincidência entre a nação cultural e a organização de sua vida política como Estado. Conforme demonstram os exemplos grego, italiano e alemão, o resultado definitivo dos movimentos nacionalistas foi a criação de Estados Nacionais.

Na África, as aspirações dos Estados e dos grupos que, até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, combateram contra as potências imperialistas europeias e se esforçaram para impedir o estabelecimento do sistema colonial eram essencialmente as mesmas que animavam os movimentos nacionalistas europeus. No entanto, um dos efeitos da guerra foi consolidar as posições das potências imperialistas frente aos defensores da independência e da soberania africanas. Apesar da fermentação das ideias que contribuíram para minar o sistema imperialista, a dominação colonial tornou-se uma situação de fato, a ponto de certos autores considerarem o período entre as duas guerras como a “idade de ouro” do colonialismo na África.

A maior parte das colônias criadas abrigava grupos nacionais cultural e historicamente diferentes, cuja unidade derivava principalmente do fato de estarem igualmente submetidas a um senhor estrangeiro. A situação colonial representava para todos um quadro novo, onde havia que forjar identidades novas que os sustentassem na luta contra as atrocidades da dominação estrangeira. As fronteiras coloniais que, no mais das vezes, englobavam diversas nações culturais sob uma administração imperial comum foram aceitas tais como eram. A constituição da nova identidade consistia, de início, em aceitar a africanidade essencial das diversas nações culturais. Os territórios das administrações coloniais passaram a constituir, em praticamente todos os casos, a definição territorial daquilo que os africanos começaram a considerar como proto-Estados, em torno dos quais procuravam desenvolver na população um sentimento de pertença com um.

No contexto colonial, a evolução política e social foi o resultado das interações entre colonizador e colonizado. Em certa medida, as orientações das elites dirigentes africanas foram determinadas pela forma da administração colonial. Onde – como nas federações coloniais francesas – a estrutura e a política das administrações eram regionais, os dirigentes tendiam a adotar uma visão regional. Os campeões do nacionalismo africano entre as duas guerras (*wanasiasa,* como são chamados em swahili) eram essencialmente considerados como pan-africanistas, e não nacionalistas no sentido europeu. Efetivamente, o movimento nacionalista seguia curso inverso ao da evolução registrada na Europa. Ao contrário do que se passara naquele continente, o Estado havia sido criado antes que as nações culturais que lhe emprestassem significado de comunidade política tivessem cimentado sua unidade. É o que se infere da observação de James Coleman:

> [...] em muitos casos, o nacionalismo africano não se deve ao sentimento de pertencer a uma unidade político-cultural que procura defender-se ou afirmar-se; representa, antes, o esforço desenvolvido por modernistas conscientes de uma realidade racial para criar novas nacionalidades políticas e culturais, a partir das heterogêneas populações englobadas dentro das fronteiras artificiais impostas pelo senhor europeu [...][1].

Convém reconhecer que, enquanto sistema de relações, o colonialismo apresenta certa base racista. Se a evolução, em um contexto colonial, resulta das interações entre colonizador e colonizado, a consciência racial é a base do desenvolvimento do nacionalismo enquanto busca da soberania e da independência.

1 COLEMAN, 1965. p. 177.

O fato de os nacionalistas africanos serem considerados "modernistas" reflete a necessidade que tinham de agir dentro de condições definidas do exterior, condições que impunham um sistema estrangeiro de valores, de nomes e de definições da evolução política e social e que foram obrigados a subscrever para terem possibilidade de êxito. Que o nacionalismo africano fosse um fenômeno dinâmico e permanente, eis o que se deduz claramente da abundante literatura consagrada a temas como a construção nacional e o irredentismo. O termo mais exato para designar esse fenômeno – como o demonstra E. S. Atieno Odhiambo no capítulo 26 deste volume – é, incontestavelmente, o vocábulo swahili *siasa.*

Em geral, o colonialismo necessita de uma base social para sobreviver; base habitualmente assegurada pela difusão da cultura do colonizador por meio da educação. Os resultados obtidos pelo sistema educativo criado para esse efeito determinam as normas que permitem constituir um novo grupo de elites no interior da sociedade colonizada. A difusão da cultura importada do colonizador é, entretanto, acompanhada, quase invariavelmente, de contatos culturais harmoniosos e de conflitos culturais que podem redundar em reações violentas da população submetida. Dessa forma, há sempre um conflito de interesses entre o colonizador e o colonizado, o primeiro desenvolvendo esforços para perpetuar a sua dominação, o segundo lutando para se afirmar através do restabelecimento da sua independência e soberania.

Como M. Crowder já demonstrou, no capítulo 12, com a Primeira Guerra Mundial os membros das novas elites de toda a África esperavam identificar-se mais com o processo de desenvolvimento de suas respectivas comunidades. Pensavam que seriam absorvidos e aceitos como colegas pelos colonizadores, mas a situação colonial tornou-se mais opressiva e as esperanças da elite foram frustradas. Mesmo quando a mobilização do pessoal europeu durante a guerra abriu possibilidades de emprego aos africanos instruídos, as realidades do pós-guerra não tardaram a trazer desilusões e descontentamentos. Não só os africanos instruídos eram colocados em posições inferiores às do pessoal europeu de formação e experiência equivalentes, com o qual serviam nas mesmas administrações coloniais, como se viam socialmente relegados a segundo plano. Formados à margem de seu meio de origem, na esperança de que a educação lhes permitisse elevar-se ao nível dos europeus, acabavam em grande parte alienados, em relação a seus irmãos de raça, no referente a orientação, modo de vida, ambições e aspirações materiais e sociais[2]. As barreiras que o autoritarismo inerente

2 Ver o prefácio de Jean-Paul Sartre à obra de FANON, 1967.

ao colonialismo erguia contra eles eram fonte de rancor, amargura e agitação contra os regimes coloniais.

Os regimes coloniais não eram exceção a essa verdade evidente de que toda administração utiliza estruturas intermediárias, principalmente devido a razões de economia e eficácia. Os governos coloniais – como R. F. Betts mostrou no capítulo 13 – faziam uso variado das instituições e das elites tradicionais para mais facilmente controlar as populações submetidas. Na busca dessas estruturas e desse pessoal de autoridade, os funcionários coloniais criaram muitas vezes outras, novas, que podiam compreender e utilizar. Foi o caso dos *warrant chiefs* do sudeste da Nigéria, das *native authorities* entre os Massai de Tanganica (atual Tanzânia) e de certas partes de Uganda, fora de Buganda, e da maior parte dos pretensos chefes *chefs de paille*) criados por franceses, belgas e portugueses. Mesmo neste caso, entretanto, as elites assim recrutadas para sustentar a dominação colonial dificilmente recebiam melhor tratamento do que os africanos educados pelo sistema colonial. Tal como as novas elites educadas, os chefes “tradicionais” estavam em posição ambígua. Aos olhos do povo, tinham perdido o caráter tradicional de suas funções e de seu papel e, no mais das vezes, os colonizadores os consideravam instrumentos de controle e não autênticos parceiros. A perda de seu poder real, posição e prestígio social era, para muitos, causa de descontentamento.

Somente alguns administradores coloniais pareciam ter compreendido como manejar as difíceis relações existentes entre as elites africanas “tradicionais” e as novas, de um lado, e entre estas duas e os regimes coloniais, de outro. Entre as exceções, citam-se o general (depois marechal) Lyautey no Marrocos, *sir* (depois lorde) Frederick Lugard na Nigéria setentrional e *sir* Gordon Guggisberg na Costa do Ouro (atual Gana). Mesmo estes empregavam geralmente a estratégia de frear as aspirações dos representantes das novas elites, normalmente descritos como arrivistas ambiciosos. Era cômodo cultivar uma situação de conflito nas relações entre as duas elites africanas, desempenhando a potência Imperialista o papel protetor das autoridades e do sistema de governo tradicional. Nessa situação, nenhuma das elites ficava satisfeita com os regimes coloniais. Em 1917, o governador-geral Joost van Vollenhoven atentava para o caráter explosivo do problema, no tocante em particular ao futuro do colonialismo, nestas observações atiladas:

> Os chefes indígenas, os de ontem que preservamos ou os de hoje que instituímos, queixam-se de ser humilhados; os intérpretes, os múltiplos auxiliares da administração e do comércio, queixam-se de ser usados como instrumentos e de não ter a

> categoria de colaboradores. Há em toda esta elite mal paga e bastante infeliz, tão afastada da sociedade indígena, da qual foi expulsa, como da sociedade europeia, onde ela não é admitida, uma desilusão, um descontentamento, uma amargura que seria perigoso ignorar[3].

Van Vollenhoven fazia a seguinte recomendação, que naturalmente não podia ser recebida favoravelmente, na época, pelos dirigentes coloniais: " ... é necessário que esta elite seja reconhecida e melhor acolhida por nós. A reforma a operar reside menos nos textos do que nos costumes"[4].

Semelhante atitude seria contrária à ética do imperialismo, e a recomendação não foi considerada. Ao contrário, as autoridades coloniais concentraram-se na consolidação de seu domínio e na exploração dos recursos humanos e materiais de suas colônias.

Prioritariamente figurava a solução dos problemas do pós-guerra na Europa e a retomada da marcha da economia e dos serviços. No entanto, o ambiente internacional e o juízo colorido de liberalismo que ele fazia sobre o colonialismo e os assuntos coloniais[5] tornavam inevitável, a longo prazo, uma mudança de atitude.

Mas o colonialismo não afetava apenas a elite educada e os dirigentes tradicionais. É erro considerar, como se fez até agora, o nacionalismo africano como um fenômeno elitista e puramente urbano. Trabalhos recentes mostram, cada vez mais claramente, a importância do descontentamento e dos sentimentos anticolonialistas nas zonas rurais, sendo a sua causa principal as novas medidas financeiras e econômicas, o novo sistema judiciário e, sobretudo, a depressão econômica dos anos 1930. Fatos como a migração de descontentes do Alto Volta ou da Costa do Marfim para a Costa do Ouro nos anos 1920, as ondas de destituições de chefes – símbolos do colonialismo em inúmeras regiões da África – pelos súditos e, evidentemente, a recusa em vender cacau pelos produtores da África ocidental[6] (estes últimos amplamente estudados pelos pesquisadores) mostram que a resistência ao colonialismo no período entre as duas guerras não se limitava às elites dos centros urbanos, mas encontrava eco também nas zonas rurais, entre os camponeses e os operários analfabetos. É verdade que as pesquisas ainda se acham em estado embrionário no que concerne à amplitude dos sentimentos

3 Archives du Sénégal, Fonds Afrique Occidentale Française (ASAOF), 17G61/2, 1917, p. 10.

4 ASAOF, 17G61/2, 1917, p. 20.

5 Ver SARRAUT, 1923; LUGARD, 1929.

6 JENKINS (org.), 1975; OLORUNTIMEHIN, 1973a, p. 17-8.

e das atividades anticoloniais no meio rural e, sobretudo, à ligação – se ligação houve – entre as atividades das elites urbanas e dos camponeses analfabetos. Por conseguinte, é impossível propor uma síntese neste capítulo. Chamamos a atenção dos futuros historiadores para este novo e apaixonante tema.

Outro aspecto da política e do nacionalismo africanos entre as duas guerras foi a preocupação com o renascimento cultural, reação inevitável à realidade brutal que era a negação, pelo colonizador, da cultura dos colonizados. O despertar cultural foi um dos elementos da luta pela reafirmação e preservação da identidade pessoal, de início enquanto africanos e, depois, enquanto membros de determinadas nações culturais. O pan-arabismo e o pan-africanismo são, talvez, os exemplos mais notáveis, mas os movimentos ditos "nativistas" e os movimentos religiosos, assim como o "etiopianismo", atendiam à mesma preocupação.

Além disso, o colonialismo é um fenômeno global que afeta ou representa ameaça potencial a todos os aspectos da existência; portanto, os movimentos que se opuseram a ele tiveram de combatê-lo sob todos os seus aspectos. Como sistema orientado para a defesa de sua própria segurança, o colonialismo é naturalmente ameaçado por quaisquer reivindicações de equidade e de igualdade nas relações entre colonizador e colonizado, quer emanem de grupos de trabalhadores, de igrejas ou da burocracia colonial, quer se traduzam por manifestações destinadas a obter, por exemplo, escolas ou serviços de saúde. O ponto essencial é que o colonialismo encarna a desigualdade fundada na discriminação racial, e toda reivindicação de igualdade em qualquer domínio das relações humanas acaba por exigir o fim do colonialismo. Da mesma forma, as reações africanas sofreram o contragolpe das variações de intensidade da influência europeia no que se refere a ideias e instituições. Os africanos das regiões há mais tempo submetidas à dominação europeia tinham tendência a ser mais receptivos à cultura política europeia e a esperar que seria possível progredir por essa via até a autodeterminação. Tendo permanecido mais expostos à educação europeia, estavam mais afeitos ao modelo europeu de desenvolvimento econômico e social. A agitação em favor da mudança nessas regiões tendia, portanto, a tomar uma forma constitucional, facilitada pela existência das assembleias legislativas coloniais.

Em lugares como o Egito e o Sudão anglo-egípcio, a Argélia (principalmente os três departamentos, Argel, Constantine e Orã), os protetorados franceses do Marrocos e da Tunísia e as regiões costeiras da África Ocidental Francesa e da África britânica, a ação dos africanos era caracterizada pelo constitucionalismo e pelo emprego de técnicas de pressão política correspondentes aos processos

políticos da Europa Ocidental: os nacionalistas africanos dirigiam-se ao mesmo tempo às autoridades coloniais imediatas, aos grupos políticos e à opinião liberal da metrópole.

A base social deste enfoque constitucional não cessou de se ampliar, à medida que aumentava o número de africanos educados e surgiam novos grupos econômicos e sociais, no contexto da dinâmica da economia colonial e das medidas tomadas, particularmente quanto à educação, para preparar a mão de obra africana necessária às atividades econômicas e sociais. Em numerosas colônias essa nova mão de obra sindicalizou-se progressivamente, reforçando a expressão política anticolonialista do nacionalismo africano. Como o meio operáno nas colônias apresentava todos os sintomas da situação colonial, principalmente uma exploração severa que repousava na discriminação racial e na injustiça social, as relações de trabalho logo apresentaram antagonismo político idêntico àquele que existia entre os cidadãos do país colonizador e os africanos colonizados. Os trabalhadores viriam a desempenhar papel primordial na ação política do nacionalismo africano, a partir da Segunda Guerra Mundial[7].

O peso das diferentes ideologias oficiais veiculadas pelas potências coloniais foi igualmente determinante. Como diz John Peel, "uma ideologia, os ideais das grandes religiões, por exemplo, é um fator que modela os comportamentos mesmo que ela seja imperfeitamente compreendida" e "o desenvolvimento não pode ocorrer independentemente da interpretação que os homens fazem de sua situação e de suas perspectivas"[8]. As diferenças de estilo e de orientação dos nacionalistas africanos derivavam, em parte, do fato de os diversos grupos referirem-se a ideologias diferentes para orientar a sua ação. Assim, os nacionalistas africanos que viviam sob domínio francês na Argélia e no Senegal, onde surgira a possibilidade de pôr fim ao colonialismo mediante uma política de "assimilação" que conduzia à cidadania francesa, com todos os direitos e responsabilidades correspondentes, tendiam a exercer constante pressão para que tal política fosse ampliada e generalizada.

Em contrapartida, os africanos dos territórios britânicos abrigavam a esperança de chegar à independência como países soberanos, ainda que membros da Commonwealth, e mostravam-se claramente mais preocupados, durante o período considerado, com reformas e participação que finalmente desembocassem na independência. O objetivo era o mesmo – a liberdade –, o método é que

7 BALANDIER e DADIE (org.), s.d., p. 202-406; DAVIES, I., 1966.

8 PEEL, 1968.

era diferente. Este era ditado pelo contexto da ação, tal como o determinavam as relações dialéticas entre as ideologias e as práticas coloniais[9].

O fator representado pelo colono está relacionado com o fator ideológico. Manifestou-se na relativa intensidade da colonização enquanto processo, da frustração das esperanças do colonizado ou da não satisfação das reivindicações dos africanos. Esse fator explica as diferenças de tonalidade e de intensidade na expressão do nacionalismo africano entre a Argélia, repleta de colonos, e os outros territórios franceses que não sofriam esse problema. A mesma situação verificava-se no Quênia, Rodésia e África do Sul, dominados pelos colonos, e os demais territórios britânicos. A declaração de preeminência dos interesses africanos (ou Declaração Devonshire) de 1923, relativa aos africanos do Quênia, refletia uma ideologia essencialmente idêntica àquela que orientava a administração colonial britânica nas outras regiões. A evolução divergente desses territórios resultou da determinação absoluta dos colonos, decididos a perpetuar a sujeição da população autóctone pondo em prática o chamado' 'ultracolonialismo"[10].

O nacionalismo africano e a evolução internacional

Entre as duas guerras, os nacionalistas africanos passaram praticamente pela mesma situação: privação das liberdades políticas e sociais; exploração dos recursos humanos e materiais em benefício de senhores estrangeiros; negação dos meios e serviços suscetíveis de contribuir para o avanço político e social das sociedades colonizadas ou, quando as mudanças pareciam inevitáveis, manobras destinadas a limitar e contornar o curso dos acontecimentos, no sentido favorável à manutenção do domínio colonial.

Contra essas situações impostas pelos colonialistas, erguiam-se as aspirações dos nacionalistas, que, no norte da África, tentavam recuperar a soberania e a independência perdidas, embora sem pôr em causa as novas estruturas territoriais das colônias e, no resto do continente, reivindicavam a melhoria da situação social e econômica de suas comunidades, para dar sentido ao exercício das liberdades civis. Certos desenvolvimentos da situação internacional favoreciam as aspirações dos nacionalistas africanos. Por exemplo, as repercussões da Primeira Guerra Mundial, já evocadas e examinadas no capítulo 12 deste volume,

9 LORUNTIMEHIN, 1971, p. 33-50.

10 DUFFY, 1962; MINTER, 1972; ver, igualmente, OLORUNTIMEHIN, 1972b, p. 289-312.

e a posição assumida pela Sociedade das Nações, que considerava desejável fazer do desenvolvimento das populações colonizadas um dos objetivos primordiais do sistema colonial e um critério de ação para as potências coloniais, sobretudo nos territórios sob mandato. A introdução da noção de responsabilidade, perante a comunidade internacional, para com os territórios sob mandato foi um estimulante para certos nacionalistas. No plano político, os nacionalistas africanos foram encorajados por movimentos ideológicos internacionais, como a Internacional Comunista (Komintern), leninista e antiimperialista, e outros movimentos socialistas, pela marcha para a independência em outros continentes, pelo pan-africanismo anti-imperialista inspirado por Sylvester Williarns, Marcus Garvey e Williarn Du Bois e por outras influências negras americanas e caribenhas, que serão discutidas no capítulo 29.

Um congresso internacional reunido em Bruxelas em fevereiro de 1927, sob os auspícios do Komintern, esteve na origem da formação da Liga contra o Imperialismo e pela Independência Nacional (conhecida simplesmente como Liga contra o Imperialismo). Aproximadamente 180 delegados vindos da Europa Ocidental, da América do Norte, da América Central e do Sul, do Caribe, da Ásia e da África assistiram a esse congresso, que reuniu comunistas, grupos socialistas de esquerda, como o Independent Labour Party, representado por seu secretário-geral, Fenner Brockway (mais tarde, lorde Brockway), intelectuais socialistas e representantes de movimentos nacionalistas dos territórios coloniais. Entre os representantes da África figuravam Messali Hadj e Hadjali Abdel-Kader (Maghreb); Mohamed Hafiz Bey Ramadan e Ibrahim Youssef (Egito); Lamine Senghor (África Ocidental Francesa), Jorno Kenyatta (Quênia), assim como J. T. Gumede de I. A. La Guma (África do Sul). Estavam também presentes membros da Inter-Colonial Union, como Max Bloncoux, além de Carlos Deambrosis Martins, vindo do Haiti[11].

Movimentos de defesa dos direitos do homem e do cidadão e organismos de luta contra a escravidão funcionavam na Europa e em várias colônias da Africa. Movimentos de origem americana, como a Universal Negro Improvement Association, de Marcus Garvey, fundada em 1917, exerceram influência em diversas colônias africanas.

Em oposição a estas forças, que trabalhavam pela elevação das condições sociais e políticas dos grupos colonizados ou oprimidos, propagavam-se doutrinas políticas autoritárias e retrógradas do ponto de vista racial, as quais foram

11 GEISS, 1974; PADMORE, 1956 .

institucionalizadas nos regimes fascista e nazista da Europa e nas autocracias repressivas das colônias, particularmente nas italianas. Mesmo nos países europeus onde prevaleciam as doutrinas políticas liberais, como a França, o fascismo e o nazismo encontraram adeptos, e os pontos de vista relativos à situação das colônias foram afetados por isso. Em geral, os meios capitalistas da indústria e do comércio europeus continuaram a considerar as colônias como domínios a preservar a todo custo.

A expressão da política e do nacionalismo africanos

Se o ambiente colonial e internacional era em grande parte uniforme, a expressão concreta do nacionalismo e da política africana – fenômeno bem resumido pela palavra swahili *siasa* – variava segundo o local, mesmo em territórios submetidos à mesma autoridade colonial. Isso deriva principalmente do fato de os territórios coloniais haverem sido obtidos em modalidades e épocas diferentes, de modo que sua experiência do colonialismo não tinha a mesma duração, nem a mesma natureza. A forma e a intensidade da ação dos nacionalistas (*wanasiasa*) nas colônias dependiam de vários fatores: qualidade dos dirigentes, grau de difusão e de intensidade das influências europeias no domínio das ideias e das instituições, número e importância dos colonos (brancos) e, finalmente, ideologias e práticas coloniais.

Em quase todos os casos, os movimentos nacionalistas e a política colonial correspondente foram conduzidos e dominados pelas novas elites educadas, que estavam em melhor situação para compreender a cultura política europeia e, portanto, para reagir de maneira competente aos regimes coloniais, de acordo com os termos desses mesmos regimes. Essas elites por vezes cooperaram com membros das elites representativas da autoridade "tradicional", malgrado certas tensões. Foi o caso, na Costa do Ouro, da Aborigines Rights Protection Seciety, bem como na Nigéria meridional, no Marrocos e entre os Gikuyu do Quênia. Em certos casos, as elites "tradicionais" conservaram a liderança, como na Líbia e no Marrocos. Muitas vezes, entretanto, como os representantes das autoridades tradicionais ou as pessoas recrutadas para esse fim eram promovidos pelos regimes coloniais a instrumentos de controle, o movimento nacionalista mostrava tendência para acusar as elites tradicionais de cumplicidade e para atacá-las por isso.

Os partidos políticos e as organizações da juventude eram correias de transmissão para as aspirações do nacionalismo africano. Os partidos políticos tive-

ram papel importante nos poucos países onde havia assembleias legislativas coloniais. No Egito, a outorga de um parlamento pelos britânicos, que tinham decretado unilateralmente uma independência de fachada em 1922, permitiu a organização e o funcionamento de partidos políticos. A situação constitucional possibilitou que o Partido Wafd, de Sa'd Zaghlul, bem como o Partido Nacionalista contribuíssem poderosamente para a luta pelo restabelecimento total da independência e da soberania do Egito (ver o capítulo 23). Modificações de ordem constitucional, embora menos importantes, nas colônias britânicas da Costa do Ouro favoreceram o aparecimento e o funcionamento efetivo de partidos políticos. Até então, os esforços do National Congress of British West Africa haviam sido facilmente frustrados (ver o capítulo 26). Depois disso, o National Democratic Party, da Nigéria, por exemplo, conseguiu exercer influência mais perdurável sobre as autoridades coloniais e as populações autóctones. Da mesma forma, os partidos políticos desempenharam papel importante no Senegal, onde o General Council, convertido em Colonial Council depois de 1920, proporcionou a eles uma tribuna.

As organizações da juventude, os grupos étnicos, as associações de ex-alunos e outros movimentos dedicados à conquista das liberdades civis e dos direitos do homem cumpriram papel insubstituível em todas as colônias, independentemente de sua situação constitucional. Essas organizações constituíam uma força política e social incalculável, em particular nas regiões onde as atividades políticas declaradas eram proibidas, dada a natureza repressiva da dominação colonial.

Entre as organizações da juventude que serviram como catalisadores do movimento nacionalista anticolonial, cujas atividades serão estudadas no capítulo 25 deste volume, incluem-se a Gold Coast Youth Conference, fundada em 1929, a Lagos (mais tarde, Nigéria) Youth Movement, a Young Egypt, a Harry Thuku's Young Kikuyu Association, fundada no Quênia em 1921, o Sudan Graduates' Congress, os movimentos Jeune Gabonais e Jeunes Tunisiens. Alguns desses movimentos eram transterritoriais e outros inter-regionais, Estes últimos compreendiam a North African Star, dirigida por Messali Hadj; o National Congress of British West Africa, o South Africa Congress e a West African Students' Union, dirigida pelo nigeriano Ladipo Solanke, que recrutava seus membros em toda a África Ocidental Inglesa.

As organizações sociais que contribuíram para exprimir o nacionalismo africano e a política anticolonial compreendiam os diversos ramos existentes na África da Universal Negro Improvement Association, de Marcus Garvey, fundada na América em 1917, assim como a Nigerian Improvement Associa-

tion (1920). São de citar, igualmente, organizações como a Líga dos Direitos do Homem e do Cidadão, no Gabão, a Liga Africana, de Luanda e Lourenço Marques (atual Maputo), em Angola e Moçambique, a Société Amicale des Originaires de l' Afrique Equatoriale Française, de André Matswa, cujos membros eram de Libreville, Bangui e Brazzaville, a Ligue Universelle pour La Défense de La Race Negre (1925), dirigida por Tovalou Quenum (Daomé, atual Benin), o Comité, então Ligue de Défense de La Race Negre, dirigida por Kouyaté Garang (Sudão francês, atual Mali) e Lamine Senghor (Senegal)[12]. Havia ainda, em âmbito internacional, o Comité Mondial contre La Guerre et le Fascisme e os vários congressos pan-africanistas organizados por Sylvester Williams e William Du Bois. Os sindicatos e os outros movimentos operários também se converteram em importantes agentes da luta contra o sistema colonial, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

As armas forjadas entre as duas guerras para atacar o sistema colonial eram múltiplas. As revoltas e rebeliões, tão frequentes durante o período anterior, tornaram-se cada vez mais raras. Em lugar delas, os nacionalistas trataram de lançar mão de jornais, livros, panfletos, petições, emigração dos descontentes, greves, boicotes, boletins de voto, a cátedra e a mesquita. A imprensa contribuiu poderosamente para difundir as propostas dessas organizações políticas e sociais. O lento desenvolvimento de uma *intelligentsia* propiciava a audiência e a clientela que sustentavam um número cada vez maior de jornais e de revistas. Além dos periódicos editados na África, apreciável número de publicações estrangeiras servia de veículo à propaganda anticolonialista e anti-imperialista dos movimentos internacionais. As publicações eram diárias, semanais, quinzenais ou mensais, e outras apareciam quando possível. Muitos desses veículos surgiram antes da Primeira Guerra Mundial, como *al-Liwa,* diário de língua árabe fundado em 1900 para difundir as ideias do nacionalismo egípcio, *Lá Démocratie du Sénégal* e *The Lagos Weekly Record,* fundado em 1891. A maior parte, no entanto, data do período entre as duas guerras, como o *Times of Nigeria (1921-1930),* o *Daily Times* (fundado em 1926), o *Lagos Daity News* (1925-1938), *Le Périscope Africain* (Dacar, 1929), *L'Ouest Africain Français (Journal Républicain-Socialiste), Le Courrier de l'Ouest Africain* (Dacar), o *African Morning Post, The Gold Coast Times* (Acra), *L'Action Tunisienne* (1932) e *La Presse Porto-Novienne,* com sutítulos e uma parte em yoruba. De entre os jornais publicados em línguas africanas, além do *al-Liwa,* egípcio, citamos o *Akede Eko* , em yoruba (Lagos, a partir de

12 GEISS, 1974; LANGLEY, 1973.

1932). De fora da África vinham periódicos de inspiração comunista ou pan--africanista como *Race Nègre, Negro World, La Voix des Nègres, Vox Populi, News Times and Ethiopia News, Cri des Nègres, African Times and Orient Review, The Crusader, New York Age* e *Coloured American.* Além de jornais, revistas, peças de teatro, panfletos e folhetos, muitos livros escritos pelos líderes nacionalistas criticavam rudemente ou ridicularizavam o sistema colonial.

A imprensa divulgou as atividades nacionalistas e anticolonialistas através das fronteiras. Nesse particular, ela constituiu uma fonte de constante preocupação para os administradores coloniais, como o provam as leis antissedição de meados dos anos 1930 e os esforços desenvolvidos para amordaçar legalmente certas publicações. A difusão do rádio tornaria, depois, mais difíceis e menos eficazes as medidas repressivas tomadas pelas potências coloniais para isolar suas colônias das influências externas.

Conforme já salientamos, o constitucionalismo e o uso da imprensa e do rádio dependiam da existência de instituições legislativas nas colônias ou da esperança de poder dispor delas, assim como da existência de um número suficiente de africanos educados à moda ocidental para aproveitar essas instituições e meios de expressão. O esquema dos nacionalistas africanos educados à moda ocidental pressupunha, ainda, a aceitação dos modelos de desenvolvimento político da Europa Ocidental, os quais não podiam ser apreciados por quem não tivesse tal experiência. A desigualdade dos níveis de educação era, portanto, uma variável importante para a expressão do nacionalismo e do anticolonialismo. Como as potências europeias queriam que as despesas da administração e dos serviços coloniais fossem assumidas pelas próprias colônias, pouco esforço faziam para difundir a educação ocidental e criar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento político e social. Em várias regiões da África colonizada, no período entre as duas guerras, as escolas primárias eram ainda poucas e o ensino secundário, uma raridade. Na África Central Britânica, na África Equatorial Francesa, no Sudão e nas colônias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné, a educação secundária era praticamente inacessível antes da Segunda Guerra Mundial. Lá difícilmente os nacionalistas poderiam adotar o esquema constitucional para expressar seu anticolonialismo.

É neste contexto que se deve tentar compreender o papel dos movimentos tradicionalistas (ou “nativistas”) e sócio-religiosos durante o período em estudo. Particularmente importantes – como já vimos em alguns capítulos anteriores – foram os movimentos messiânicos que expressavam, ao mesmo tempo, as ideologias autóctones e ideologias inspiradas no cristianismo e no islamismo. Esses movimentos tinham caráter emancipador, como acontece sempre que uma

comunidade tem de manifestar descontentamento com relação a suas condições de vida e seus anseios de regeneração. Representavam uma ideologia antagônica ao colonialismo, na medida em que este constituía a negação da cultura autóctone e um rebaixamento econômico, social e psicológico da população colonizada. Como diz Lanternari, "Eles refletem as ansiedades e as esperanças dos grupos que deles participam com vistas à transformação, súbita e total, de seu ambiente físico, social e psicológico"[13].

Como exemplos notáveis no período que nos interessa, citemos (certas atividades desses movimentos foram igualmente examinadas no capítulo 20 deste volume) o etiopianismo na África meridional e oriental e os movimentos dirigidos por pregadores milenaristas na África meridional e central, sobretudo o Kitawala (African Watch Tower), que tinha numerosos adeptos nas duas Rodésias e se estendia aos dois Congos (atualmente, Zaire e R. D. do Congo) e à Niassalândia (atual Malaui), o movimento kimbanguista (fundado no Congo Belga por Simon Kimbangu, com seguidores no Congo Belga e no Congo francês, bem como a Mission des Noirs, neokimbanguista, fundada no baixo Congo por Simon Pierre Mpadi. Também conhecido como khakismo, este último movimento influenciou as populações do Congo francês e de Oubangui-Chari (mais tarde República Centro-Africana). Alguns desses movimentos eram inspirados pela aceitação do cristianismo, mas estavam decepcionados com a expressão de religião da igreja oficial das sociedades coloniais. Ansiosos por defender a África da opressão colonial, os nacionalistas africanos descobriram uma igreja no mínimo indiferente. Logo se afastaram dela, num espírito muito semelhante ao da Reforma, que caracterizou o crescimento e a propagação do cristianismo em numerosas sociedades. A exemplo dos movimentos reformadores da Europa e de outras regiões, as igrejas e os movimentos fundados pelos nacionalistas africanos tendiam a pôr em prática ideias cristãs, como a fraternidade humana e a unidade dos crentes sem distinção de raça nem de cor, a fim de fazer cessar a discriminação e a opressão.

O estreito laço entre o espiritual e a situação social e material ressaltava dos métodos adotados por esses movimentos. Se a religião continuava a ser o meio de expressão das aspirações africanas, a ação concreta assumia a forma de recusa a pagar o imposto e agitação social. À imagem dos movimentos fundados por Kimbangu e Mpadi, Ruben Spartas Mukasa criou, em Uganda, a African Progressive Association e a Christian Army for the Salvation of Africa. Antigo

13 LANTERNARI, 1974, p. 483.

soldado dos King's African Rifles, Mukasa deu expressão ao objetivo unificador de todos esses movimentos ao prometer trabalhar a todo custo pela redenção da África. O objetivo político e social era claro quando, ao fundar uma filial da African Orthodox Church, em Uganda, declarou que essa igreja era "todos os africanos que pensam corretamente, para os homens que querem ser livres em sua própria pátria e não tratados sempre como crianças". A igreja de Mukasa estendeu-se até o Quênia. Do mesmo gênero eram a Last Church of God and His Christ, de Jordan Msuma, na Niassalândia, bem como as diversas igrejas africanas de Aladura, na África ocidental.

O islamismo representava um contrapeso para a ideologia colonial, assim como uma tribuna para a expressão do messianismo. O Mahdī é, para o muçulmano, o que o Messias é para o cristão. O mahdismo fustigou as autoridades coloniais da África setentrional e ocidental, no Sudão e na Somália. Conforme já vimos, o sanūsiyya, na Líbia dominada pela Itália, talvez represente o melhor exemplo da expressão do nacionalismo e do anticolonialismo através do islão. O pan-islamismo, aspecto religioso de um pan-arabismo de vocação cultural, assim como a ideia da *Salafiya,* também desempenhou papel predominante na política nacionalista e colonial no Egito, no Maghreb e no norte do Sudão anglo-egípcio. A influência sanusiyya como força anticolonialista estendia-se até certas partes da África ocidental. Os movimentos islâmicos como o hamalliyya, o tijaniyya e o mouridiyya constituíam para as autoridades uma ameaça constante à segurança do sistema colonial.

Esses movimentos islâmicos permitiram estabelecer uma sólida ligação entre adeptos que viviam sob diferentes regimes coloniais. A partir da Primeira Guerra Mundial, conforme demonstrou Crowder (ver o capítulo 12), a ideologia pan-islâmica propagada desde a Turquia suscitou às autoridades coloniais de numerosas partes da África um problema preocupante, ao qual procuraram enfrentar mediante a troca de informações e a cooperação intercolonial.

Fosse qual fosse o grau de exposição dos africanos colonizados às influências ocidentais, os diferentes movimentos culturais formavam uma base comum para a expressão do nacionalismo africano. Já falamos da capacidade de resistência das culturas e das instituições africanas, que mantiveram todo o seu significado para as populações colonizadas. Até mesmo os integrantes mais ocidentalizados das elites cultas tinham de enfrentar a realidade de sua africanidade essencial, qualquer que fosse seu grau de aculturação. Na sua maior parte, os já mencionados movimentos da juventude – e que serão estudados mais adiante – compreendiam o quanto a cultura africana era importante para preservar sua identidade contra as invasões europeias pelo canal escolar. As diversas associações gikuyu

são exemplos disso. O mesmo se pode dizer dos movimentos pan-africanistas e do conceito bastante fluido de "negritude", surgido, como vimos no capítulo anterior, em começos dos anos de 1930, e dos movimentos ditos "nativistas" e "religiosos" já mencionados.

Todas essas expressões de nacionalismo e anticolonialismo constituíam a antítese da relação dialética entre europeus colonizadores e africanos colonizados. A reação dos regimes coloniais, que, regra geral, procuravam reassegurar o seu domínio pela força e pela lei, era compreensível, uma vez que na Europa, por então, afirmavam-se as autocracias e as tendências autoritárias. Mas os regimes coloniais não eram ameaçados apenas pela oposição dos africanos. A difusão das ideias e das instituições europeias foi para eles um sério desafio. As tentativas feitas para limitar a qualidade e a extensão da educação estavam na razão direta do receio de que o sistema de relações colonial viesse a ser ameaçado pela educação e pelas ideias políticas e sociais europeias. Foi por isso que a cultura geral em todos os níveis foi condenada, dando-se preferência às escolas rurais e profissionalizantes e aos estabelecimentos pós-secundários destinados a formar técnicos de nível médio, mas não às universidades. Havia que seguir o exemplo da Índia, onde a difusão do ensino geral contribuiu poderosamente para o desenvolvimento do nacionalismo e do anticolonialismo. Essa era a justificativa para a orientação e os programas de estabelecimentos como a Escola William Ponty, na África Ocidental Francesa, o Yaba Higher College (Nigéria), o Achirnota College (Costa do Ouro), o Gordon's College (Khartum) e o Makerere College, na África Oriental Britânica[14].

Mas o esforço desenvolvido para regulamentar a evolução social nas colônias foi outra fonte de queixas contra o colonialismo, as quais alimentaram os movimentos nacionalistas. A crise econômica mundial agravou duplamente a situação, ao limitar os recursos que permitiam aos regimes coloniais viver sem subvenções da metrópole. A tendência geral foi reduzir as despesas de serviços e de infraestruturas que beneficiassem os colonizados, congelando as oportunidades de trabalho sem considerações pelo impacto social do desemprego. Ao mesmo tempo, as exações que empobreciam as colônias tornaram-se mais pesadas com o aumento dos impostos e com o uso frequente de trabalho barato e forçado, numa situação em que os agricultores recebiam remuneração cada vez menor por suas matérias-primas e pagavam cada vez mais caro pelas manufaturas importadas da Europa.

14 OLORUNTIMEHIN,1974, p. 337-57; ABERNETHY, 1969, p. 79-88.

Convém, finalmente, indicar que a guerra ítalo-etíope, desencadeada em 1935, com a subsequente ocupação da Etiópia, foi um acontecimento internacional de grande importância, a reforçar o sentimento de alienação dos colonizados, sobretudo os educados, em relação aos regimes coloniais. O estilo da invasão italiana – o do fascismo e do nazismo em geral – dava ênfase à natureza racial do colonialismo europeu na África. Quem alimentara esperanças na Liga das Nações sofreu tremendo desapontamento. O desejo de proteger o orgulho ferido do africano explica o ressurgimento das ideias pan-africanistas e de ideologias como a da negritude nessa época. Igualmente importantes foram as de organizações internacionais em prol da independência da Etiópia, país que simbolizava a esperança do africano educado na independência.

Os jornais e revistas, tanto africanos quanto estrangeiros, serviam naturalmente como veículos para a transmissão de um nacionalismo anticolonialista e antieuropeu. Foi para bloquear este desenvolvimento que se tomaram várias medidas administrativas e legislativas de repressão contra os meios de comunicação de massa, inclusive do rádio, que se expandia devagar. Foram feitos esforços para impedir ou limitar a circulação de livros, jornais, revistas e aparelhos de rádio, mesmo importados das metrópoles coloniais. Em quase todos os casos, a imprensa local foi rigidamente controlada pela censura e pelas leis de segurança. Todas essas medidas foram tomadas para facilitar as operações da administração colonial, que passou a ser caracterizada pela maior intolerância para com as aspirações nacionalistas e pela supressão das liberdades humanas e dos direitos civis.

No período entre as duas guerras, o colonialismo e o nacionalismo africano viveram uma relação dialética. O nacionalismo africano e as atividades anticoloniais não obtiveram muito êxito, mas causaram alguma preocupação aos funcionários coloniais. Todas as medidas de repressão tomadas no período refletem essa preocupação. As reações coloniais ao desafio posto pelo nacionalismo africano chegaram à tentativa de manter a África afastada das correntes gerais do desenvolvimento mundial. Isso não só era irrealista e autocontraditório, como também teve função catalisadora, ao fazer com que o nacionalismo e o anticolonialismo crescessem como bola de neve, rumo a formas mais profundas e amplas que, com o impacto da Segunda Guerra Mundial, conduziram ao movimento de derrocada do sistema colonial.

CAPÍTULO 23

Política e nacionalismo no nordeste da África, 1919-1935

Hassan Ahmed Ibrahim

Introdução

No período entre as guerras mundiais, duas formas rivais de nacionalismo disputaram a supremacia no nordeste da África – o nacionalismo laico e o patriotismo de inspiração religiosa. A herança sempre viva do Mahdi no Sudão e de Sayyid Muhammad na Somália operou diretamente a fusão da religião com o sentimento patriótico. No Egito, nesse mesmo período, o nacionalismo conheceu um processo de secularização. No entanto, mesmo assim o modernismo islâmico e o nacionalismo interagiram no cenário político. Não se pode esquecer que o nacionalista Sa'd Zaghlūl, grande figura da vida política egípcia desde a primeira década subsequente à Primeira Guerra Mundial, foi influenciado por Djamāl al-Dīn al-Afghānī, pan-islamista revolucionário apaixonado, que se dedicou a "despertar a consciência nacional e a atiçar o descontentamento no reinado de Ismā'īl"[1]. É, porém, verdade que o movimento criado por Zaghlūl era essencialmente patriótico e laico. As ondas de protestos que agitaram o sul do Sudão também tinham caráter essencialmente laico. No norte do Sudão e na Somália é que se torna mais difícil distinguir os papéis respectivos do religioso e do político no decorrer desse período.

1 HOURANI, 1962, p. 108-9; ver também KEDDIE, 1968.

À dialética entre religião e laicismo em política veio juntar-se, entre as duas guerras, uma dialética entre nacionalismo e problemas econômicos. A economia mundial viria a passar por seus anos mais sombrios. No final da década de 1920, as próprias potências coloniais sofriam o contragolpe de uma crise que se agravaria até a grande depressão. As colônias do nordeste da África haviam suportado as pressões econômicas dez ou vinte anos antes que o mundo industrializado fosse atingido em cheio pela grande depressão.

Esses anos foram igualmente assinalados, no nordeste da África, por uma intensificação do avanço imperialista, ao qual correspondeu nova onda de militância anti-imperialista. Foram os anos da última fronteira da Europa: novos territórios foram anexados e consolidou-se a dominação colonial. Era o encerramento das conquistas imperialistas no continente. Ao mesmo tempo, sobrevinham a maré montante da militância anticolonialista dos povos colonizados e o início de uma organização política efetiva, na luta pela liberdade e a igualdade. Foi especialmente no Egito que esse movimento se destacou, mas não somente lá.

A Primeira Guerra Mundial contribuiu para suscitar essas contradições. Dentre todos os países da região, sem dúvida o Egito é o que foi mais diretamente afetado pelo conflito. Quando a Turquia entrou na guerra ao lado da Alemanha, o Reino Unido aproveitou o pretexto não só para liquidar o que restava da suserania do império otomano no vale do Nilo, mas também para declarar o Egito protetorado britânico e instalar ali um novo monarca da sua preferência. A declaração do protetorado e a própria natureza da nova monarquia tiveram poderoso efeito catalisador sobre o sentimento nacionalista egípcio. A ocupação militar de Suez, onde meio milhão de soldados sob comando britânico defendia o canal, não fez mais que reforçar a nova onda de militantismo.

Os britânicos também consolidaram sua posição no Sudão, o que fez surgir novas formas de sentimento nacionalista. O imperialismo europeu dava prosseguimento à sua expansão territorial na África, mas ao mesmo tempo despertava os sentimentos patrióticos das populações autóctones. No entanto, importa não esquecer que, então, o próprio nacionalismo egípcio não se desembaraçara ainda de suas tendências expansionistas. Os chefes do novo movimento nacionalista do Egito consideravam o Sudão uma colônia, e reivindicavam a soberania egípcia sobre esse país.

Tais eram, portanto, as contradições contextuais básicas no nordeste da África, entre as duas guerras: a dialética entre forças econômicas e forças políticas, entre religião e nacionalismo, entre a última fronteira do imperialismo e a nova fronteira do anticolonialismo, entre patriotismo local e expansionismo local, principalmente nas relações egípcio-sudanesas.

Examinemos, agora, os acontecimentos de maneira mais profunda, país por país, tendo em conta o fato de que alguns desses problemas econômicos que abalaram a África do nordeste durante o período concorreram, em grande parte, para o estabelecimento de um clima propício à agitação nacionalista e para as manifestações do ressentimento popular.

Egito

A revolução de 1919

Com o protetorado instituído pela Inglaterra em 1914, os nacionalistas egípcios consideraram de urgente necessidade a criação de um organismo unificado que representasse a nação no conflito que iria opô-la aos britânicos. Foi essa a razão pela qual Sa'd Zaghlūl (fig. 23.1), o eminente dirigente egípcio, juntamente com dois colegas, fundou em novembro de 1916 o al-Wafd al-Misrī, ou Delegação Egípcia.

O Wafd tinha uma concepção militante da mudança. Seus objetivos últimos eram conquistar a independência total do Egito, garantir a soberania egípcia sobre o Sudão e abolir as capitulações que outorgavam privilégios especiais aos estrangeiros residentes no país. Os estatutos do Wafd não mencionavam abertamente estes dois objetivos finais, mas tratava-se de manobra tática para obter primeiro a independência e, depois, cuidar do restante[2].

Zaghlūl e seus companheiros representavam não somente a nova elite egípcia – administradores, juristas e diversos quadros laicos –, mas também um novo grupo de proprietários de terras. Socialmente, "pertenciam a uma classe de proprietários e profissionais autóctones, relativamente recente, oriunda das províncias"[3]. O surgimento desta classe era sinal de que a antiga aristocracia estrangeira – turco-egípcia e albanesa – tinha de renunciar ao papel preponderante que exercera em detrimento da elite profissional, por muito tempo alijada.

O Wafd adotou táticas militantes para consolidar a sua autoridade. Distribuía panfletos, organizava reuniões públicas e obtinha "declarações em boa e devida forma, assinadas por todas as organizações representativas do país, atestando que o Wafd era o representante oficial da nação egípcia e único órgão competente

2 RAMADĀN, 1968, p. 431-2.

3 VATIKIOTIS, 1969, p. 252.

FIGURA 23.1 Nacionalismo no Egito: Zaghlūl Pacha (c. 1857-1927) discursa, exigindo a retirada das tropas britânicas (c. 1920). (Foto: Harlingue-Viollet.)

para negociar o futuro do país[4]". Além disso, ao se tornar o verdadeiro porta-voz das queixas e reivindicações populares, conquistou largo apoio em todo o país.

Assim, o Wafd rejeitou vigorosamente a inaceitável e humilhante declaração mediante a qual o Reino Unido instituiu unilateralmente, em dezembro de 1914, o protetorado sobre o Egito, considerando-a medida ilegal e somente aplicável em tempos de guerra. Preconizava que fosse imediatamente abolida, de acordo com a doutrina de autodeterminação do presidente Woodrow Wilson e com a promessa feita pelos Aliados de, no fim da guerra, dar liberdade às pequenas nações.

A crise econômica viria a servir à causa nacionalista. Os múltiplos problemas sociais e econômicos que tinham assolado a sociedade egípcia durante o conflito mundial disseminaram um sentimento de frustração entre as massas. O governo britânico havia prometido assumir toda a responsabilidade da guerra, mas um corpo expedicionário egípcio foi encarregado de defender o canal de Suez e entrou em ação na Síria e na Palestina. Milhares de camponeses foram recrutados à força para servir numa unidade aliada de sapadores e cameleiros. As colheitas de cereais e o gado foram requisitados, sem que os proprietários recebessem suficiente indenização. O custo de vida disparou, penalizando principalmente os funcionários e os trabalhadores não especializados, pois a alta dos preços não foi acompanhada pelo aumento proporcional dos salários. Os proprietários de terras não conseguiam aproveitar bem a alta do preço do algodão, pois, para estimular o cultivo de gêneros alimentícios de primeira necessidade, as autoridades britânicas limitaram a plantação do produto, fixaram-lhe a cotação e restringiram-lhe a exportação. O Wafd salientou repetidamente a responsabilidade do Reino Unido por essa injustiça, e convenceu os egípcios a juntarem-se a ele para corrigir a situação. Essa enérgica campanha levou os egípcios de todas as classes a afastar-se pouco a pouco dos britânicos, até que em 1919 reinava um estado de descontentamento explosivo em todo o país[5]. A privação econômica dispunha o cenário para uma resposta política das massas.

A incapacidade do governo britânico em avaliar a força e a amplitude da nova onda nacionalista e sua arrogante obstinação em querer manter a situação de protetorado constituíram erros capitais. Mesmo depois, a pertinácia com que recusou que Husayn Rushdi, primeiro-ministro do tempo de guerra, e Zaghlūl apresentassem o caso do Egito à Conferência de Paz, em Paris, acrescentou lenha à fogueira. O mais perigoso dos maus passos dos britânicos, porém, foi a

4 Ibid., p. 255.

5 ELGOOD, 1928, p. 227.

detenção de Zaghlūl e dois companheiros seus, no dia 8 de março de 1919, e sua deportação para Malta. Estava ateada a centelha que desencadeou a revolução de 1919.

A mobilização do Wafd produziu de imediato violentas manifestações e greves maciças dos trabalhadores em transportes, dos juízes e advogados. Os alunos da universidade de al-Azhar e das escolas secundárias e técnicas participaram ativamente da luta nacionalista. As províncias aderiram rapidamente ao movimento geral de protesto, e houve tentativas cada vez mais arrojadas de sabotagem das redes ferroviária e telefônica. O pessoal militar britânico também foi alvo de numerosos ataques; o mais grave deles foi o assassínio de oito oficiais e soldados em Deyrūt, no dia 18 de março, no trem que ia de Assuã para o Cairo. Rapidamente o país ficou paralisado, e a posição do Reino Unido viu-se gravemente comprometida. O Wafd surgia, então, como único representante da nação, e Zaghlul dominou a cena política do país até a sua morte, em 1927.

A revolução de 1919 é um acontecimento de considerável importância na história do Egito moderno. Efetivamente, ela mobilizou pela primeira vez todas as classes egípcias (camponeses, operários, estudantes, proprietários rurais, intelectuais) e todos os grupos religiosos (coptas e muçulmanos) contra o colonialismo britânico. Os dirigentes da comunidade copta participaram, de fato, em pé de igualdade, da tentativa nacionalista para recuperar a independência; alguns coptas chegaram a ser escolhidos para membros do Comitê Central do Wafd. Isso significou uma demonstração do novo espírito laico, do mesmo modo como a participação das mulheres nas manifestações públicas contra o Reino Unido constituía um fato novo.

Em face do levante nacional, o Reino Unido foi obrigado a inaugurar uma política de conciliação com os nacionalistas. Lorde Allenby, nomeado alto comissário especial, pôs Zaghlūl e seus companheiros em liberdade e autorizou que partissem para Paris. O governo britânico constituiu uma missão especial, presidida por Lorde Milner, secretário de Estado das Colônias, e a incumbiu de investigar as causas da "agitação" e definir a constituição mais adequada ao Egito, sob o regime de protetorado. Malgrado a eficácia da campanha organizada pelo Wafd para boicotar a missão Milner, as conclusões a que chegou, propondo que o insatisfatório protetorado fosse substituído por um tratado de aliança negociado com os nacionalistas, foram um triunfo para o Wafd.

O Reino Unido também foi obrigado a reconhecer o Wafd como porta-voz da nação. Milner iria ainda mais longe, ao convidar Zaghlūl a visitar Londres Para conversações oficiosas que desembocaram, em 1920, no memorando Milner-Zaghlūl. O acordo previa uma aliança ofensiva e defensiva entre os dois

países, e, desde que as potências capitulares concordassem, os direitos dessas potências seriam transferidos ao Reino Unido. No entanto, o memorando nada dizia a respeito do Sudão, já que, segundo Milner, a situação desse território fora definida sem equívocos no acordo sobre o condomínio[6]. As negociações malograram, com a insistência do Wafd em exigir a independência e a soberania totais do Egito sobre o Sudão, embora o memorando tenha sido ponto de partida para todas as negociações posteriores.

A Declaração de Independência, em 28 de fevereiro de 1922, foi o resultado mais importante da revolução de 1919. Sob a pressão dos nacionalistas, o Reino Unido aboliu unilateralmente o protetorado e reconheceu a independência do Egito, com a condição de que o *status quo* fosse mantido nos seguintes assuntos (habitualmente denominados "pontos reservados"), até a conclusão de um acordo com o Egito: segurança das comunicações com o império, defesa do Egito, proteção das minorias e dos interesses estrangeiros, Sudão[7]. A independência do Egito foi oficialmente declarada em 15 de março de 1922, e o sultão Fu'ād, que sucedera a Husayn Kamil em 1917, assumiu o título de Fu'ād I, rei do Egito. Mas, tratava-se de um autêntico exemplo de descolonização? Ou o Reino Unido estava mais uma vez defendendo as novas fronteiras do império?

A Declaração de Independência deu ao governo egípcio maior liberdade de movimentos para dirigir os negócios internos e externos. Restaurou o Ministério das Relações Exteriores, que havia sido suprimido em 1914, permitindo-lhe manter representações diplomáticas e consulares. Além disso, a Declaração previa um regime constitucional, objetivo pelo qual os nacionalistas lutavam desde 1883[8] (fig. 23.2). Sobre essas bases é que foi promulgada a Constituição de 1923.

Contudo, esse é um lado da história. Em comparação com a sua ideologia militante, a revolução de 1919 só havia conseguido um êxito limitado, tanto no setor político como no domínio constitucional. A independência outorgada pela Declaração estava restringida pelos pontos reservados, principalmente pela reserva que previa o prosseguimento da ocupação militar britânica no Egito. Além disso, os estrangeiros continuavam a gozar do privilégio de extraterritorialidade, e o acordo sobre o condomínio, ditado pelos britânicos, permanecia em vigor para providenciar um quadro constitucional à administração do Sudão. De forma semelhante, a Constituição de 1923 não permitia ao Egito fundamentar

6 MILNER, 1921, p. 24-34.

7 MARLOWE, 1965.

8 AL-RĀFĪ, 1969, v. I, p. 39-40.

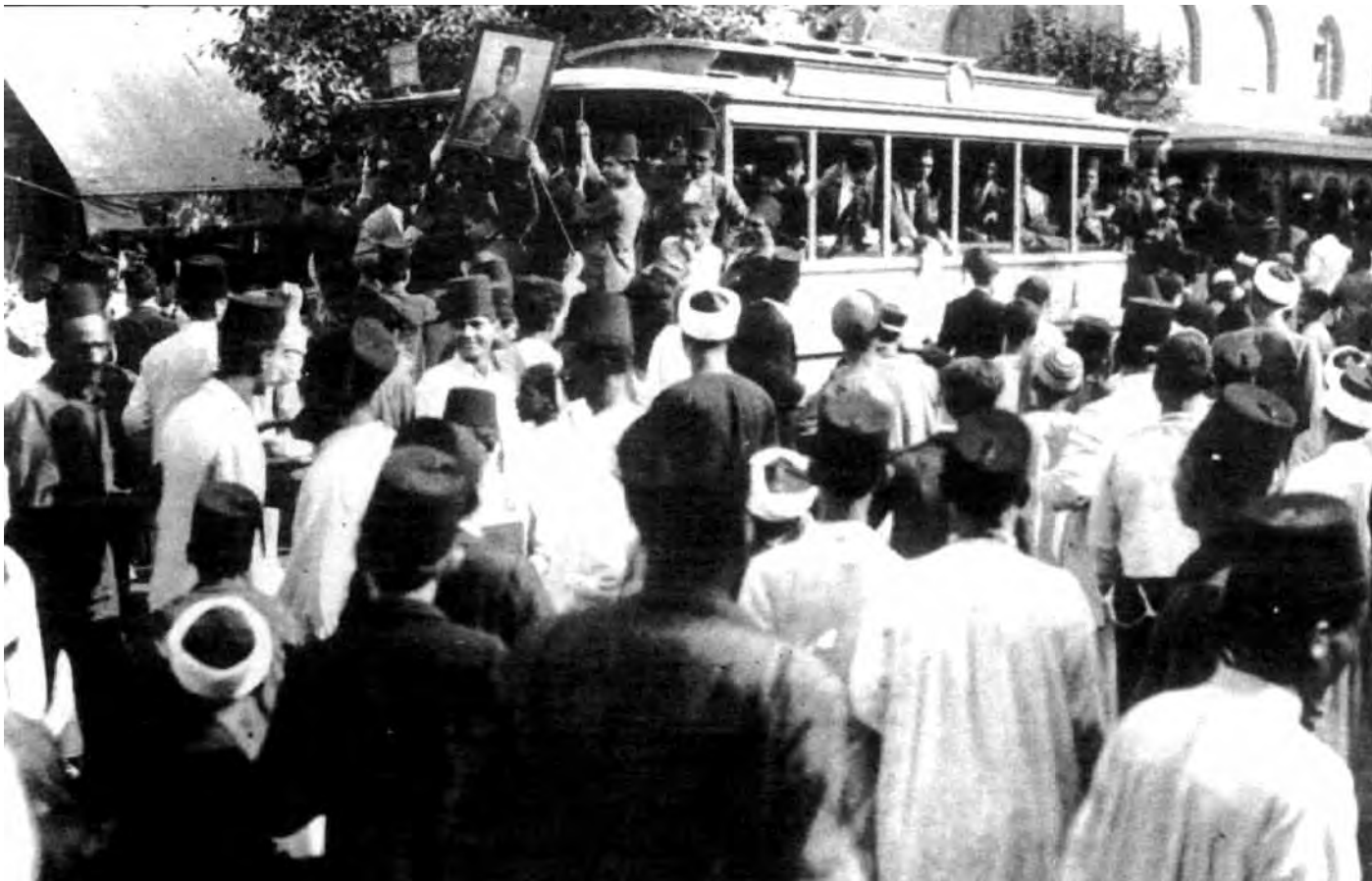



FIGURA 23.2 O movimento nacionalista no Egito (1918-1923): manifestação a favor de Fuād I (c. 1920). (Foto: Harlingue-Viollet.)

o regime constitucional sobre bases firmes e sólidas, pois concedia extensos poderes à monarquia, sobretudo o de escolher e nomear o primeiro-ministro, demitir o gabinete e dissolver o parlamento ou adiar as sessões. Essas disposições ameaçavam a existência da democracia parlamentar antes mesmo que ela nascesse.

A incapacidade de satisfazer o conjunto das aspirações nacionais devia-se, principalmente, ao progressivo rompimento da unidade nacional obtida em 1919. Rivalidades pessoais com relação à liderança do Wafd e divergências sobre a questão da independência conduziram, em 1920, a uma dissensão entre os moderados de Adlī Yakan e os militantes de Zaghlūl na frente nacional. Os primeiros achavam que um compromisso com o Reino Unido era inevitável, dado que os egípcios não haviam conseguido obter apoio internacional para a sua causa, nem prosseguir a luta por seus próprios meios. Os militantes, por sua vez, estavam tão irritados com a obstinação do Reino Unido e tão impressionados com o levante popular de 1919[9] que preconizavam o prosseguimento da luta até que os britânicos aceitassem todas as reivindicações nacionais. O resultado da controvérsia foi a trágica divisão do Wafd, e do país como um todo, em dois grupos rivais: os adeptos de Zaghlūl e os de Adlī Yakan. Consequentemente, o Wafd tornou-se o partido que representava a maioria dos egípcios, e não um organismo unificado que falava em nome de toda a nação.

A política colonial do Reino Unido – "dividir para reinar" – explorou ao máximo esta cisão nos quadros do Wafd. Aproveitando a manipulação e a decepção, os administradores coloniais incitaram os adeptos de Adlī Yakan a se afastarem dos de Zaghlūl. Allenby neutralizou os últimos, mas acomodou-se com os moderados e negociou com eles a Declaração de Independência. Zaghlūl considerou a declaração "um desastre nacional"[10], mas, apesar da violenta campanha de protesto organizada pelo Wafd, a declaração delimitava as fronteiras provisórias do império.

A era das negociações, 1924-1935

No período posterior ao da declaração de independência, a luta nacionalista voltou-se predominantemente para a abolição dos "pontos reservados", por meio de um acordo negociado com o Reino Unido. Houve quatro negociações entre 1924 e 1935: as negociações MacDonald-Zaghlūl em 1924, Tharwat-

9 A Conferência de Paz de Paris reconheceu, em maio de 1919, o protetorado britânico sobre o Egito.

10 AL-RĀFĪ, 1969, v. I, p. 135.

-Chamberlain em 1927, Mahmud-Henderson em 1929 e Nahhas-Henderson em 1930[11]. Todas, contudo, malograram, pois o Reino Unido se recusava a qualquer concessão capaz de enfraquecer o regime de ocupação no Egito ou de modificar o *status quo* no Sudão. Essa intransigência estava estreitamente ligada ao papel cada vez mais importante, de inspiração britânica, se não criado por eles, do Palácio como centro de oposição ao Wafd.

O Reino Unido trouxe Fu'ād de volta ao poder em 1922 para amortecer os atritos com o Wafd extremista e para concretizar as suas esperanças. Fu'ād, autócrata ambicioso, tinha apoiado o movimento de independência dirigido pelo Wafd em 1919, mas esperava controlá-lo e utilizá-lo "para seus próprios fins, como instrumento que contribuísse para aumentar seu prestígio e seu poder"[12]. Mas, compreendendo logo que Zaghlūl seguia uma via independente, acusou-o de procurar subverter a monarquia e declarar a república no Egito. Daí resultou profunda inimizade entre o monarca e o Wafd, que caracterizou a política egípcia até 1952. O Reino Unido estimulava essa hostilidade, e a explorou em benefício de seus interesses imperialistas.

Para impedir o acesso do Wafd ao poder, Fu'ād suspendeu por três vezes em menos de sete anos – 1924, 1928 e 1930 – a Constituição de 1923, nomeando sempre um primeiro-ministro de sua preferência. Quando do golpe de Estado constitucional de 1930, o primeiro-ministro nomeado pelo Palácio, Ismā'īl Sidkī, substituiu a Constituição de 1923 por outra menos democrática. O principal objetivo da nova legislação eleitoral consistia em manter o Wafd fora do poder[13]. No decorrer da maior parte dos cinco anos seguintes, o Egito teve, de fato, governos antiwafdistas. Essas frequentes ingerências no sistema constitucional impediam que o regime parlamentar e suas respectivas instituições se implantassem na vida política do país.

Os diversos governos que administraram o Egito antes de 1935, particularmente o de Sidkī, em 1930-1933, tomaram medidas de repressão contra o Wafd. Os dirigentes do movimento foram presos, seus jornais proibidos e seus correligionários demitidos dos postos que ocupavam no governo e na administração. Além de endossarem essas medidas extremas, os administradores coloniais tomaram, ocasionalmente, medidas diretas para humilhar o Wafd. Por exemplo, não permitiram por duas vezes, em 1924 e 1926, que Zaghlūl assumisse o cargo de primeiro-ministro, muito embora seu partido tivesse maioria no parlamento.

11 IBRĀHĪM, H. A., 1976, p. 15-6.

12 KEDOURIE (org.), 1970, p. 90-1.

13 TWEEDY, 1931, p. 198.

Essa campanha repressiva redundou no gradual declínio da popularidade do Wafd e na desagregação de sua unidade. Descontente com o que qualificava de "direção pouco esclarecida"[14] de Nahhās, sucessor de Zaghlūl, um grupo de dirigentes do Wafd abandonou o partido em 1932. Menos capazes e menos desejosos de enfrentar o colonialismo, os líderes do Wafd decidiram, então, por maioria, por volta de 1935, ganhar mais forças contra o Palácio fazendo um acordo com o Reino Unido[15]. Para atingir esse objetivo, não podiam senão transigir sobre as reivindicações nacionais. Essa fraqueza resultou na conclusão do tratado de 1936, que legalizava a ocupação britânica no Egito e mantinha no Sudão a administração dominada pelo Reino Unido.

Sudão

Na esteira da Primeira Guerra Mundial, a resistência sudanesa ao regime colonial britânico manifestou-se por meio de diversas atividades e sentimentos. A elite intelectual, os madhistas e os nacionalistas religiosos organizaram a oposição no norte do Sudão, enquanto no sul os movimentos de protesto eram de natureza predominantemente local.

Movimentos de protesto da juventude

A emergente elite intelectual desempenhou papel notável na evolução da política sudanesa, no decurso do período 1919-1925. Essa elite era fundamentalmente composta por estudantes e diplomados do Gordon Memorial College e do Military College de Khartum (ver fig. 23.3). Eles constituíram associações próprias, por intermédio das quais desenvolveram ativa campanha política contra o colonialismo. Uma das primeiras associações de "jovens" foi o Graduate's Club of Omdurman (Clube dos Diplomados de Omdurman), fundado em 1918. No entanto, nos anos imediatamente posteriores à guerra, foram criadas duas associações clandestinas de caráter mais político: a League of Sudanese Union, LSU (Liga de União Sudanesa), em 1919, e, mais importante ainda, a White Flag League, WFL (Liga da Bandeira Branca), fundada em maio de 1924 por 'Alī 'Abd al-Latīf, o mais destacado líder nacionalista da época.

---

14 MARSOT, 1977, p. 139.

15 IBRĀHĪM, H. A., 1976, p. 24-5.

FIGURA 23.3 O University College de Khartum, em 1953. Ao fundo, distingue-se o Gordon Memorial College. (Foto: Ministério dos Negócios Sociais do Sudão.)

Muitos autores britânicos minimizam o movimento nacionalista sudanês de começos dos anos 1920, sustentando que não era representativo e que seus adeptos não passavam de agentes e lacaios do Egito. No entanto, trabalhos recentes de especialistas sudaneses estabeleceram que, embora estreitamente ligado ao Egito no plano tático, cultural e ideológico, o movimento era de origens bem locais e tinha como principal objetivo a abolição do regime colonial britânico. Tanto o programa da LSU como o da WFL davam prioridade ao término da "escravidão imposta pelo senhor colonial". A autenticidade do movimento é melhor avaliada à luz do telegrama que 'Alī 'Abd al-Latīf e três de seus companheiros enviaram ao governador-geral, a 15 de maio de 1924. Esse importante documento fala explicitamente de uma *nação* sudanesa e do direito à autodeterminação, descartando as pretensões do Reino Unido e do Egito a quererem decidir sozinhos o futuro do Sudão[16].

O apelo à unidade com o Egito lançado pelos nacionalistas constituía, aparentemente, mais um lema político do que um princípio nacionalista. Era sobretudo expressão de uma política de oportunismo, calculada para obter a simpatia e o apoio do Egito, também em via de travar uma luta nacional. Além disso, o lema da unidade impôs-se aos nacionalistas pela recusa do Reino Unido a conceder o direito à autodeterminação e pela política de se servir dos dirigentes locais e religiosos para perpetuar a sua dominação. Desse ponto de vista, "o conceito de unidade era para os nacionalistas o melhor meio, ou seja, o único, de conseguir uma certa margem de manobra e a possibilidade de adotar uma contra-estratégia"[17]. Uma vez que o Reino Unido, inimigo comum, tivesse sido expulso do Sudão, os nacionalistas esperavam persuadir o Egito a também deixar o território sudanês. O lema "o Sudão para os sudaneses", lançado pelos dirigentes tradicionais e conservadores, era rejeitado pelos intelectuais, que o consideravam um ardil de inspiração britânica para excluir o Egito e dominar o Sudão.

A exemplo do Wafd, os nacionalistas sudaneses tornaram-se os teóricos e porta-vozes das reivindicações locais, elaborando, assim, uma ideologia de oposição à dominação estrangeira. Apoiados não em motivos religiosos, mas em reivindicações econômicas e políticas, não perdiam ocasião de enfatizar a capacidade e o estrangeirismo do colonizador. As "Reivindicações da Nação", que 'Abd al-Latīf redigiu para al-Hadāra em 1922, eram inteiramente constituídas por críticas ao governo.

16 Para a tradução oficial desse telegrama, ver ABDIN, 1970, p. 48-9.

17 Ibid., p. 4.

Inicialmente, panfletos expedidos pelo correio para todos os cantos foram a principal técnica empregada pelos nacionalistas para a difusão de suas ideias e propaganda. Em novembro de 1920, um "conselheiro fiel dirigiu a centenas de pessoas de todo o país uma famosa circular na qual denunciava a tática do 'dividir para reinar' que os britânicos empregavam no Egito e no Sudão, e exortava as duas nações a se unirem contra o colonialismo britânico"[18]. Esses panfletos foram também afixados em lugares públicos e distribuídos nas ruas. Além disso, de vez em quando os nacionalistas conseguiam passar clandestinamente alguns documentos para que fossem publicados na imprensa egípcia amiga, e organizavam festivais de literatura e de teatro.

Em 1923, porém, esses métodos ineficazes de propaganda clandestina foram abandonados em favor de uma tática mais revolucionária. Os nacionalistas acreditavam que um confronto aberto com o regime colonial britânico seria a melhor maneira de ampliar a base nacionalista e o apoio popular aos seus ideais. Em seu militantismo, pareciam querer seguir conscientemente o exemplo do Wafd no Egito[19]. A exemplo do que ocorreu na Índia, também apelavam, ignorando os funcionários coloniais de Khartum, para a opinião pública liberal do Reino Unido, no sentido de que ela apoiasse as reivindicações do Sudão tendo em vista a autodeterminação.

Essa mudança de orientação e de tática política produziu violenta agitação política em Khartum e em outras capitais e cidades da província, em 1924. A White Flag League organizou manifestações e levantes em Atbara, Port Sudan, al-'Obeyd e Shendī, sobretudo após a detenção de seu presidente, 'Abd al-Latīf, e de dois de seus companheiros, no mês de julho (ver fig. 23.1). Foram principalmente as tendências laicas do nacionalismo sudanês que se expressaram nessas manifestações.

Os militares sudaneses eram particularmente receptivos às ideias e à propaganda da White Flag League. Os cadetes foram incentivados a fazer manifestações em certas vilas do norte e do sul. Os alunos da escola militar de Khartum desfilavam pelas ruas com armas e munições.

Os oficiais sudaneses, muitos deles de origem Dinka, pegaram em armas contra o colonialismo britânico. Planejaram e executaram a importante revolta militar de novembro de 1924 em Khartum. O principal objetivo político da revolta era prestar solidariedade e camaradagem aos batalhões egípcios que iam

18 ABD AL-RAHIM, 1969, p. 102-3.

19 ABDIN, 1970, p. 64.

de partida[20]. Os soldados sudaneses abandonaram as casernas para se juntar às unidades egípcias no bairro norte de Khartum, e não é impossível que tenham cogitado de um golpe de Estado, em combinação com as tropas egípcias.

Mas os soldados britânicos abriram fogo contra eles *en route*. Daí resultou encarniçado combate, que prosseguiu durante toda a tarde e a noite de 27 para 28 de novembro e custou a vida de mais de uma dezena de soldados sudanes[es]. Três soldados foram levados a conselho de guerra e executados; os demais participantes foram condenados a severas penas de prisão.

O completo fracasso da revolta marcou o início de uma década em que a *inteligentsia* "se manteve tranquila, cuidando das feridas dos anos passados e repensando os planos e métodos a adotar no futuro". politicamente, esses anos foram assinalados pelo desencanto e pela esterilidade. A hostilidade do regime colonial e sua determinação em suprimir toda ação política aberta forçaram os intelectuais a se voltarem para atividades literárias, religiosas e sociais, "consideradas como saída e meio de reagrupamento"[21]. Formaram pequenos grupos de estudos em diversas cidades e fundaram vários jornais e revistas, que tiveram vida efêmera, mas animada, que comprova "a vitalidade e a seriedade dessa geração"[22]. O folclore do período, principalmente na poesia, exprime os rancores e a amargura que a arrogância e o autoritarismo dos funcionários britânicos suscitavam.

O primeiro movimento nacionalista do início da década de 1920 não foi, portanto, bem-sucedido, e a principal razão disso foi a falta de apoio das massas, já que ele não procurou nem desejou aliar-se às forças locais e religiosas, únicas a contar com apoio popular no país. Não obstante, foi um movimento importante, pois surgiu mais cedo que os movimentos nacionalistas de outros territórios dependentes da África tropical. Além disso, o seu conteúdo ideológico sobreviveu a uma década de apatia política: seu principal lema político – Unidade do Vale do Nilo – foi retomado na década de 1940 pelo Ashika e por outros partidos unionistas.

Resistência mahdista ao regime colonial

O mahdismo foi uma das primeiras armas utilizadas pelos sudaneses na luta anticolonialista que se desenrolou nos centros provinciais das redondezas de

20 O Reino Unido usou o pretexto do assassínio de *sir* Lee Stack no Cairo para exigir, entre outras coisas, a retirada imediata das tropas egípcias do Sudão.

21 ABDIN, 1970, p. 98.

22 ABD AL-RAHIM, 1969, p. 113.

Khartum. Tanto os militantes como os neomahdistas fizeram, à sua maneira, oposição ao regime colonial no decurso do período.

Levantes mahdistas

Durante a primeira geração do regime de condomínio (1899-1955) raros foram os anos em que não houve um levante mahdista contra o colonialismo. Embora nas zonas sedentárias do Sudão essa onda de movimentos milenaristas acabasse morrendo pouco a pouco, os mahdistas continuaram ativos na província de Dārfūr (ver fig. 24.1). Muitos deles, investidos como profetas messiânicos, declararam a guerra santa (*djihād*) contra o regime britânico dos "infiéis". O mais importante deles foi o *fakī* 'Abdullāh al-Sihaynī, chefe da revolta de Nyāla (1921).

Como as que a tinham precedido, a revolta de Nyāla visava abolir o regime colonial dos "infiéis" e restaurar o "glorioso" movimento Mahdiyya no Sudão. Além desse motivo fundamentalmente religioso, a imposição de uma administração colonial centralizada, a elevação do tributo sobre o gado e sobre o "dízimo" (*'ushūr*) constituíram outros fatores que incitaram os habitantes de Dārfūr a aderir à revolta[23].

Sob o comando de al-Sihaynī, um destacamento com aproximadamente 5 mil homens atacou o forte e o mercado de Nyāla em 26 de setembro de 1921. Tomaram o forte e atearam fogo a uma construção vizinha. Al-Sihaynī lançou um segundo ataque, durante a qual ele poderia ter derrotado o inimigo, se não tivesse sido gravemente ferido. Do embate resultaram 43 mortos e 21 feridos do lado das forças coloniais, e no mínimo 600 mortos do lado sudanês.

Al-Sihaynī foi enforcado em praça pública no dia 4 de outubro, mas os seus partidários prosseguiram a luta. Reuniram efetivos de mais ou menos 5 mil homens a uns 80 quilômetros de Nyāla. Em face do aspecto perigoso que os acontecimentos assumiam, os administradores coloniais enviaram uma importante expedição punitiva que percorreu o Dārfūr meridional. Esses soldados detiveram muita gente, queimaram casas, confiscaram gado e bens. Em maio de 1922, o período de resistência chegava ao fim em Dar Masalīt.

A revolta de Nyāla foi com certeza a mais importante que ocorreu no Sudão antes de 1924. Ao contrário dos movimentos mahdistas anteriores, ela "quase chegou a atingir o objetivo imediato que parecia visar" e "reavivou plenamente o velho temor de uma grande revolta de inspiração religiosa"[24]. O levante não

23 IBRĀHĪM, 1979, p. 459-60.

24 DALY, 1977, p. 144.

logrou pôr fim à dominação colonial, mas, no entanto, seu êxito parcial foi tomado como advertência.

O neomahdismo

Desde 1914, Sayyid 'Abd al-Rahmān, filho póstumo do Mahdī, acreditava que o fanatismo já não funcionava e que a cooperação com os britânicos, com base no lema "O Sudão para os sudaneses", serviria melhor aos interesses da nação sudanesa e da seita mahdista. Este respeito pelas vias constitucionais não tinha verdadeiramente o tom da sinceridade, mas era, de fato, ditado pelas realidades políticas. Efetivamente, al-Sayyid não alimentava ilusões: qualquer levante armado não podia levar senão à aniquilação total.

De maneira semelhante, al-Sayyid era inteligente o bastante para compreender que qualquer agitação política e religiosa exigia recursos financeiros. Tratou, portanto, de desenvolver suas atividades agrícolas e comerciais, chegando a tornar-se, em 1935, grande proprietário rural e rico capitalista. Em vez de encontrar na riqueza um meio de satisfazer suas ambições, porém, conforme esperavam ingenuamente os administradores coloniais, 'Abd al-Rahmān a usou para consolidar a organização Ansār. Graças a manobras hábeis e a um combate sem descanso, soube contornar as proibições coloniais, consolidar sua influência nos centros mahdistas tradicionais do ocidente, encontrar novos adeptos e ampliar sua influência. Verificando que, no leste, o nacionalismo político começava a suplantar a religião como principal força motriz, al-Sayyid dedicou-se, na década de 1930, a obter o apoio dos intelectuais[25].

Em 1935, o neomahdismo se convertera em uma importante força política anticolonialista. A unidade que conseguira estabelecer entre um considerável setor da intelectualidade, de um lado, e os elementos tradicionais e religiosos, de outro, esteve na origem da Frente da Independência, que exerceu forte atração sobre os nacionalistas na década de 1950. Essa frente desempenhou papel de importância excepcional na conquista da independência, em 1956.

Movimentos locais de protesto no sul do Sudão

As populações africanas do sul do Sudão continuaram combatendo o regime colonial britânico no decorrer deste período. A resistência apresentava três grandes características: nem sempre se tratava, sequer na maior parte dos casos,

25 IBRĀHĪM, 1977.

de reação a uma flagrante opressão administrativa; o objetivo consistia mais em eliminar o colonialismo britânico nessa região da África; ampliava-se para grupos cuja atitude anterior, conquanto distante e duvidosa, não havia sido sistematicamente hostil à dominação colonial. O movimento ganhou, sobretudo, considerável amplitude, pois os Dinka e os Nuer, os maiores grupos étnicos da região, desempenharam nele papel particularmente ativo. Calaram os costumeiros antagonismos locais e se concentraram na resistência, sob a direção de chefes surgidos em circunstâncias excepcionais (alguns deles, chefes religiosos), muitas vezes "profetas" carismáticos. Essa grande onda de resistência foi marcada por dois levantes que merecem atenção: o de Aliab Dinka (1919-1920) e a revolta dos Dinka (1927-1928). As tradições religiosas africanas deram coloração particular a tais revoltas. Os Aliab Dinka revoltaram-se abertamente em 1919, tanto por se sentirem abandonados quanto por se verem oprimidos.

A causa imediata do primeiro levante foram as malversações do *ma ʿmūr,* o administrador colonial de que os Aliab dependiam diretamente, principalmente o costume que ele tinha de se apropriar das mulheres e do gado. O levante parece ter feito parte de um plano de conjunto, do qual participavam outras populações sudanesas do sul[26]. Foi com muita dificuldade que os Bor Dinka foram impedidos de se revoltar em apoio aos Aliab, mas os Mandari, população que não era de origem Dinka, aderiram efetivamente a eles[27].

O levante dos Aliab Dinka começou em 30 de outubro de 1919, quando um destacamento de uns 3 mil homens atacou a esquadra de polícia de Minkamman, ao sul do rio Sobat. A esquadra foi tomada de assalto pelos Aliab, mas o *ma ʿmūr* conseguiu escapar. Dois dias depois, um grupo de Mandari penetrou no entreposto (*zarība*) dos operários que estavam instalando linhas telegráficas em Mulla, matou três pessoas e fugiu, levando-lhes os fuzis. Em 2 de novembro, os Aliab agiram de novo, atacando um abrigo e matando dois policiais[28]. O assalto dos Dinka acabou por ser repelido, mas a campanha militar revelou-se muito cara para a administração colonial: alguns funcionários e inúmeros policiais morreram no campo de batalha.

Nesta crise da história dos Dinka, as populações encontraram um chefe prestigioso na figura de Bul Yol, mais conhecido pelo apelido de Ariendit. Habilíssimo na criação de organizações políticas, o profeta Ariendit mobilizou, em 1921, as populações Dinka contra o colonialismo. Seu programa era simples e

26 MAWUT, 1978, p. 80.

27 SANDERSON, 1980, p. 4-5.

28 COLLINS, 1967, p. 77.

revolucionário: acabar com o colonialismo – de fato, obter a independência dos Dinka[29]. Os partidários de Ariendit lançaram diversos ataques contra posições coloniais, mas foram dispersos entre fevereiro e março de 1922.

Os povos Nuer também opuseram forte resistência ao colonialismo na região sul. Sucederam-se expedições punitivas das tropas britânicas, mas eles não aceitavam a derrota. A seu ver, tinham perdido algumas batalhas, mas não a guerra. No entanto, a revolta dos Nuer (1927-1928) marcou o apogeu da sua resistência.

Sob a direção do profeta Garluark, que gozava de poder e prestígio consideráveis, os Nuer ocidentais se recusaram a obedecer às ordens da administração. Quando Fergusson, comissário do distrito de Nuerland ocidental, chegou ao lago Jorr, em viagem de inspeção, em dezembro de 1927, uma multidão de milhares e milhares de guerreiros Nuer atacou a sua escolta. Fergusso foi morto, juntamente com outras 18 pessoas do seu séquito, enquanto o resto da missão de inspeção, em pânico, conseguia escapar.

No mesmo momento, os Nuer da região de Lou, a sul do rio Sobat, rebelavam-se contra o colonialismo. Seu influente chefe, o profeta Gwek Ngundeng, recusava-se a ver funcionários coloniais, inclusive o próprio governador-geral. Ngundeng enviou emissários a toda a região dos Lou e preveniu os grupos de Nuer vizinhos para que se preparassem para a guerra contra os "turcos"[30]. Conscientes de que Ngundeng podia atacar a qualquer momento, os funcionários coloniais tomaram rigorosas medidas para destruir o movimento.

A cega e feroz violência com que os levantes foram reprimidos acarretou consideráveis perdas humanas e materiais. No entanto, a valente resistência dos Dinka e dos Nuer convenceu os colonialistas britânicos de que a violência por si só era inócua. Foram obrigados a inaugurar, no início da década de 1930, uma política mais conciliadora e mais "humana" para com as populações do Sudão meridional.

Somália

O povo Somali já tinha há muito tempo, profundamente arraigado, o sentimento da nacionalidade somali, sentimento acentuado por uma cultura nacio-

29 SANDERSON, 1980, p. 22.

30 DIGERNES, 1978, p. 88.

nal quase uniforme e reforçado por fortíssima adesão ao islão[31]. Tal como seus antecessores e sucessores, os nacionalistas somali apelaram, no período entre as duas guerras, para esse sentimento de identidade nacional na luta contra os imperialismos italiano, britânico e francês no conjunto do território da Somália (ver fig. 23.1).

Além desse fator fundamental, outras forças intervieram, estas vinculadas às inovações sociais que o colonialismo havia introduzido no contexto da sociedade somali. As potências coloniais haviam, de fato, destruído as instituições sociais e políticas tradicionais dos Somali e imposto as suas. Implantaram, em todas as regiões do país, um sistema de administração centralizada, onde todos os poderes efetivos eram devolvidos aos administradores coloniais, ficando os Somali sem qualquer responsabilidade, a não ser em postos bastante subalternos. Os chefes designados pela administração colonial, conhecidos como *akils* no protetorado britânico e *capos* na Somália sob domínio italiano, tinham papel meramente consultivo e serviam para transmitir as diretrizes coloniais à população. Era um sistema bem diferente das instituições locais, tradicionalmente autônomas, bem como do nomadismo, ao qual estavam muito ligados os Somali, na sua esmagadora maioria. Com orgulhoso sentido de independência e desdém atávico por todos os elementos estrangeiros, sobretudo pelos cristãos de raça branca, os Somali não podiam deixar de opor-se a essas inovações radicais.

Antes da era colonial, os Somali não estavam sujeitos a qualquer imposto governamental, além do foro do cádi e das taxas de importação e exportação. Mas as potências coloniais fizeram campanha para mobilizar e explorar todos os recursos dos Somali – recursos humanos e materiais –, por intermédio dos chefes nomeados, os quais não tinham a menor consideração pelas autoridades tradicionais. Impostos diretos foram instituídos pela primeira vez, sob a forma de imposto anual sobre as palhotas na Somália italiana e sobre o gado no protetorado britânico. Além disso, a mão de obra somali era recrutada à força para empresas coloniais. Os franceses recrutaram 2 mil Somali como trabalhadores braçais durante a Primeira Guerra Mundial, dos quais 400 morreram e 1200 ficaram feridos[32]. Os administradores italianos faziam frequentes razias para conseguir a mão de obra necessária a suas plantações da Somália. Os trabalhadores assim arregimentados eram reunidos de acordo com a origem étnica ou tribal, e obrigados a viver em aldeamentos coloniais, nos consórcios. Todos

31 LEWIS, I. M., 1963, p. 147.

32 THOMPSON e ADLOFF, 1968, p. 10.

esses sofrimentos e explorações provocaram um ressentimento geral contra o colonialismo.

A resistência dos Somali à dominação colonial durante o período 1919-1935 foi, assim, uma resposta direta a essas mudanças sociais. Ele se expressou através de dois tipos de movimento de protesto: movimentos locais e movimentos da elite.

Movimentos de protesto locais

De modo geral, a resistência somali no período entre as duas guerras, nas colônias europeias e no Ogaden ocupado pelos etíopes, teve caráter local e nunca mobilizou o conjunto da população, essencialmente porque os Somali não constituíam entidade política autônoma. Ao contrário, estavam divididos em diversos clãs bastante vastos, muitas vezes inimigos, por sua vez "subdivididos em uma grande variedade de grupos reunidos em torno de um rei", cada qual formado apenas por alguns milhares de homens[33].

Os levantes locais foram muito numerosos e diversos para serem aqui examinados, mas o estudo de alguns deles nos permitirá captar-lhes o sentido.

Quando os administradores coloniais deram a todos os chefes e anciãos somali a ordem de entregar suas armas de fogo e munições, Hādji Hasan, da tribo dos Galjal Haya, recusou-se categoricamente e replicou em tom de desafio ao comissário regional:

> Não aceito a sua ordem. Não nos entenderemos consigo de forma alguma, pois vocês romperam o nosso pacto [...] O governo tem a sua lei e nós temos a nossa. Não aceitamos ordens senão dos nossos. Nossa lei é a lei de Deus e a do Profeta [...] Se penetrarem em nosso país para fazer a guerra, nós os combateremos por todos os meios [...] Deus disse: Um pequeno número pode vencer a multidão. O mundo está perto do fim: faltam apenas 58 anos [...] Não queremos ficar neste mundo, é melhor morrer seguindo a lei muçulmana. Todos os muçulmanos estão unidos[34].

Hādji Hasan foi capturado, mas o espírito da resistência não foi reprimido, pois os povos Eile, de etnia Bantu, rebelaram-se, por sua vez, perto de Bur Acuba.

Entretanto, o imperialismo continuava em expansão. A resistência que os italianos enfrentaram ao tentar integrar à sua colônia as duas províncias setentrio-

33 LEWIS, I. M., 1963, p. 147.

34 Citado por HESS, 1966, p. 151.

nais de Obbia e de Midjurtayn também prova que os Somali estavam decididos a preservar as tradições e a liberdade que caracterizavam a sua sociedade. Yūsuf 'Alī Kenadid, sultão de Obbia, estabeleceu contato com o sultão de Midjurtayn na tentativa de compor uma frente unida contra os invasores, mas dissensões locais impediram a coligação.

Obbia foi anexada em 1925, e os italianos exilaram Yūsuf em Mogadíscio[35]. Houve, porém, um audacioso levante em al-Bur, sob o comando de 'Umar Samatar, membro do clã dos Midjurtayn, designado pelos italianos como chefe da população local. Samatar tomou o forte de al-Bur e entrincheirou as suas forças no edifício central. As forças italianas que o cercaram foram, então, atacadas pela população das redondezas, à frente da qual se encontrava Herzi Gushan, comandante militar do distrito do sultão' Alī Yūsuf. A 15 de novembro, as forças coloniais retiraram-se para Bud Bud, abandonando 38 mortos, entre os quais o próprio residente italiano. A 30 de novembro, os italianos foram mais uma vez vencidos em uma emboscada, em Bot[36]. Samatar e alguns de seus partidários cruzaram a fronteira para entrar na Etiópia, onde fizeram campanha contra a infiltração italiana em Ogaden e atacaram postos fronteiriços.

Os italianos tiveram de enfrentar resistência ainda mais encarniçada no sultanato de Midjurtayn. O célebre sultão de Midjurtayn, 'Uthman Mahmud, recusou a posição subalterna que os colonialistas lhe atribuíram, assim como a seu povo. Apesar da repressão colonial, seu movimento continuou a ganhar forças e fez frente ao invasor durante aproximadamente dois anos. Foi, no entanto, preso em fins de 1927 e tratado da mesma forma como seu parente Yūsuf[37], mas a luta continuou sob o comando de seu filho e herdeiro presuntivo Herzi Bogor.

Apoiado pelos chefes tradicionais, que preconizavam a guerra total, Herzi atacou as bases italianas de Ras Hafun e expulsou uma guarnição italiana de Hordio, no início de dezembro de 1925. Seis semanas mais tarde, outro grande ataque ameaçou as instalações italianas do cabo Guardafui. Herzi lançou outro audacioso assalto contra Eil, na foz do Nogal [38]. Os colonialistas reagiram mais uma vez da forma previsível: fazendo prisões e deportando líderes. Herzi partiu para a Etiópia, mas voltou muitos anos depois para Mogadíscio, onde morreu de varíola.

35 ISA, 1965, p. 172.

36 HESS, 1966, p. 154.

37 LEWIS, I. M., 1965, p. 99.

38 HESS, 1966, p. 155.

Entretanto, a memória sempre presente da revolta de Sayyid Muhammad consolidou o espírito de resistência no coração de inúmeros Somali do protetorado. Eles prosseguiram na sua ação, sempre dispostos a fustigar o regime colonial quando o sentiam enfraquecido. Alguns partidários de Mulla, como Farah 'Umar e Hādjdj Bashīr Yūsuf, continuaram a luta[39]. Além disso, levantes locais foram muitas vezes organizados contra os britânicos, principalmente no oeste e nas fronteiras orientais. Certos dirigentes religiosos consideravam que a inovação representada pela educação ocidental no protetorado servia aos missionários cristãos e constituía, portanto, ameaça para o islão. As tentativas feitas em 1920 e 1935 para desenvolver esse tipo de ensino suscitaram violenta oposição, que, afinal, se traduziu em dois tumultos, um em Burao em 1922, outro em Baro em 1936. Neste, o diretor britânico da educação, que acabava de ser nomeado, foi recebido com uma saraivada de pedras[40].

Os levantes locais contra o colonialismo francês também foram significativos. Os Afar e os Issa, os dois principais grupos étnicos da Somália francesa, mostraram-se igualmente hostis à administração colonial. Os sultanatos de Tadjura e de Gobaad, habitados pelos Afar, eram particularmente ativos. De fato, os franceses deportaram o sultão de Gobaad para Madagáscar, sumariamente, em 1931[41].

O sultão de Awsa, que por muito tempo se opôs à penetração francesa na região, tinha motivos pessoais para isso no período entre as duas guerras. Ao tomarem a região situada entre a costa e a fronteira etíope, os franceses o haviam privado das rendas que ele até então auferia das populações locais e do comércio dos caravaneiros. Assim, o sultão Yayū armou uma emboscada e prendeu Lippmann, o novo governador francês do posto de Dikhil. Albert Bernard, seu sucessor, foi morto com 16 soldados somali em Morheito, no ano de 1935. O sultão de Awsa foi mais longe ainda em sua ação após a conquista da Etiópia pelos italianos, em 1935, quando Roma decidiu apoiar as reivindicações territoriais de Awsa a expensas da França[42].

As potências coloniais dividiram arbitrariamente a Somália, sem consultar os membros dos clãs, nem levar muito em conta a sua distribuição geográfica ou suas necessidades de pastagem. Assim, os clãs dos Gadabursi e dos Issa ficaram divididos entre o Reino Unido e a Etiópia e, no caso dos Issa, também a França.

39 ISA, 1965, p. 130.

40 LEWIS, I. M., 1965, p. 103-4.

41 THOMPSON e ADLOFF, 1968, p. 11.

42 Ibid.

As fronteiras muitas vezes dividiam grupos étnicos, e terras pertencentes a determinado grupo eram frequentemente concedidas a novos proprietários, que não tinham direito a elas. Resultou daí uma certa agitação, com os Somali desejosos de recuperar suas terras ou de se juntar aos parentes de quem tinham sido separados. Muitas vezes os Somali resistiram pela força à delimitação colonial das fronteiras. A comissão mista anglo-etíope, encarregada em 1932 de fixar as fronteiras do protetorado, também enfrentou violenta oposição dos membros dos clãs dessa região, e o funcionário responsável foi morto[43].

Os levantes locais contra a dominação colonial na Somália foram de porte e natureza limitados. Organizados no quadro tradicional do fragmentado sistema somali, era muito difícil coordená-los em escala nacional. As rivalidades ancestrais entre os diversos clãs, as lutas que travavam para ter acesso a fontes de água e pastagens, constituíam empecilhos para a resistência somali[44]. Os administradores coloniais tiravam partido da situação para jogar um grupo étnico Contra o outro, bem como para encontrar agentes e aliados. A brutalidade na repressão aos levantes também explica, até certo ponto, o caráter limitado dos movimentos. Não obstante, proporcionaram um elemento de continuidade da era anterior e lançaram os alicerces para a resistência popular ulterior ao colonialismo na Somália.

Movimentos de protesto da elite

Hostis aos chefes designados pela administração colonial, que se tornavam cada vez mais impopulares, os membros da elite intelectual e os Somali dotados de consciência política, habitassem ou não a península, organizaram suas próprias associações de “jovens” , por meio das quais os modernos nacionalistas somali – funcionários públicos, comerciantes, marinheiros etc. – conduziram a sua campanha política.

Hadjdjī Farah ‘Umar, antigo funcionário colonial e político de vanguarda, militou desde 1920 pelo nacionalismo dentro do protetorado. Denunciou os excessos da administração colonial e fez campanha a favor da melhora das condições econômicas e da expansão do ensino. É significativo verificar que ele não limitava suas atividades aos assuntos relativos apenas ao protetorado britânico, interessando-se por tudo o que dizia respeito aos territórios dos Somali. Os britânicos o exilaram em Aden, mas, graças à cooperação da comunidade

43 LEWIS, I. M., 1965, p. 106-7.

44 TURTON, 1972, p. 124.

somali desta cidade, fundou a Associação lslâmica dos Somali. A associação, que realmente não era um organismo político, promovia os interesses somali. Hadjdjī Farah despertou a atenção da opinião britânica para as aspirações nacionais dos Somali mediante artigos publicados nos jornais de Aden e petições e cartas dirigidas ao governo britânico, à imprensa inglesa e aos membros do Parlamento de Londres.

Entre as atividades dos movimentos de "jovens", convém citar particularmente as reuniões clandestinas de funcionários coloniais subalternos e os clubes políticos criados por volta de 1935, pelos comerciantes, nas principais cidades do protetorado. Seu objetivo não consistia em criar uma organização de grande envergadura, mas em recrutar adeptos de qualidade[45]. Não obstante, desempenharam certo papel ao exprimir as reivindicações populares e estimular a tomada de consciência política nas vilas e nos centros urbanos. Da mesma forma, na Somália francesa o Sindicato dos Marítimos, fundado no ano de 1931 em Djibouti, demonstrava certo interesse pela política. "Na sua diversidade, as preocupações do sindicato iam além dos problemas próprios dos marinheiros, englobando questões como a representação dos Somali no governo e a parte que lhes deveria caber na economia do território[46]."

Foi dessas tentativas que nasceu, em 1935, a Somali National League, SNL (Liga Nacional da Somália), a mais importante associação de "jovens" do período de entre as duas guerras. Foi, desde sua fundação, uma organização pan-Somali que se esforçou para romper todas as resistências tradicionais a um patriotismo nacional[47]. A Liga continuou a existir sob diversas denominações e, em 1951, tornara-se um verdadeiro partido político dentro do protetorado britânico[48].

Essas associações criadas pela elite, contudo, não desempenharam senão papel limitado na mobilização das massas contra o colonialismo. Não se deve esquecer que a *intelligentsia,* a única capaz de organizar e sustentar um movimento político moderno, era muito reduzida, uma vez que a educação de tipo ocidental era, na época, quase inexistente na Somália. Ademais, as autoridades agiam prontamente para castigar os ativistas entre a elite intelectual, obrigando-os, por exemplo, a pedir demissão das funções ou nomeando-os para regiões longínquas. No entanto, a incipiente consciência que criou essas associações

45 TOUVAL, 1963, p. 65.

46 Ibid., p. 70.

47 LEWIS, I. M., 1961, p. 286.

48 LEWIS, I. M., 1963, p. 148-9. Para o programa deste partido, que ressaltava o conceito de nacionalidade somali, ver ibid., p. 149.

transformou-se em desenvolvida consciência política nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Há que assinalar, a propósito, a invenção, por volta de 1920, de um alfabeto autóctone adaptado ao somali, o "Alfabeto Osmania", cujo nome provém de seu autor, 'Uthmān Yūsuf Kenadid. Os chefes religiosos conservadores, que preferiam o árabe para transcrever o somali (nisso de acordo com os colonialistas italianos), foram contrários à utilização do novo alfabeto[49]. No entanto, ele obteve certa aceitação e, mais tarde, os nacionalistas haveriam de torná-lo "um símbolo do espírito de invenção somali"[50].

Conclusão

Narramos os fatos essenciais referentes à agitação política verificada no nordeste da África entre 1919 e 1935. Mas é conveniente situar esses acontecimentos fundamentais dentro dos contextos dialéticos mais amplos a que já fizemos referência.

Em certas regiões do nordeste da África, havia uma interação entre religião e nacionalismo. No Egito, a balança pendia indiscutivelmente para o lado do nacionalismo laico. Em contrapartida, na Somália e no norte do Sudão, nenhuma dessas tendências predominava sobre a outra, já que a religião estava aí mais politizada. No sul do Sudão, o nacionalismo ainda se encontrava no estágio do movimento de protesto local, por vezes colorido por símbolos religiosos autóctones.

Convém igualmente notar que a região conheceu, durante este período, graves problemas econômicos, mesmo antes da grande depressão que se abateu sobre o mundo industrializado. As tensões decorrentes dos transtornos econômicos produzidos tanto em escala regional como mundial contribuíram para tornar o clima político do nordeste da África, sobretudo no Egito, mais sensível aos vibrantes apelos do patriotismo. Os períodos de desordem econômica apresentam, por vezes, a vantagem de exacerbar o sentimento do dever e do engajamento patrióticos. Foi esse o caso do Egito, cujo estado de sujeição econômica Contribuiu para despertar o sentimento nacionalista.

Por fim, o período de entre as duas guerras foi assinalado por novo surto da expansão imperialista, bem como por uma nova onda de militância antico-

49 Al-BARĀWĪ, 1973, p. 77.

50 LEWIS, I. M., 1965, p. 115.

lonial. Conforme já dissemos, o imperialismo europeu procurava alargar suas fronteiras, enquanto o nacionalismo africano entrava em nova fase de articulação. Em 1914, o Egito tornou-se protetorado e, mesmo depois de oficialmente declarada a sua "independência" (1922), continuou involuntariamente vassalo do império britânico. Não obstante, a espantosa unidade nacional que o Egito logrou em 1919 (embora de curta duração) obrigou o Reino Unido a importantes concessões.

Não se deve omitir, por amor à delicadeza, a atitude do Egito para com o Sudão. O nacionalismo egípcio, do qual foram inspiradores Sa'd Zaghlūl e os dirigentes que o sucederam na direção do Wafd, entretinha o sonho da soberania egípcia sobre o Sudão, que imaginavam remontar a mil anos.

O expansionismo egípcio, no entanto, desempenhou papel libertador. Os sentimentos pró-egípcios dos sudaneses andavam de par com a declarada hostilidade aos britânicos. A simpatia pelo Egito alimentava a solidariedade entre nacionalistas egípcios e sudaneses, ajudando-os a criar seu próprio mito, o da "Unidade do Vale do Nilo", para melhor combater o mito imperial da conquista do Nilo, de que outrora fora porta-voz do lorde Salisbury.

Na Somália e no Sudão, a luta nacionalista ainda não tinha vigor bastante para produzir resultados imediatos. Em contrapartida, a luta dos egípcios teve um efeito exemplar sobre os países vizinhos. Os germes da libertação foram semeados no Vale do Nilo e no Chifre da África, no período entre as duas guerras.

CAPÍTULO 24

Política e nacionalismo no Maghreb e no Saara, 1919-1935

Jacques Berque

Avanço do nacionalismo e reação colonialista após a Primeira Guerra Mundial

O historiador político, atento às manifestações daquilo que chama impropriamente de "nacionalismo"[1] de início não identifica sinais explícitos dele senão na Tunísia. Na Argélia, viu crescer o mal-estar, mas fica perplexo com as suas ambiguidades. No Marrocos, só datará o nascimento de um partido nacionalista uns dez anos após o fim da Primeira Guerra Mundial. E, mesmo neste caso, a oposição do passado e da tradição continuou fortíssima (ver fig. 24.1). Na Líbia, a luta travada para preservar a soberania e a independência do país, em face do agressivo imperialismo da Itália, continuou a mobilizar energias e prosseguiu, como verificamos no capítulo 5, até a década de 1930. É por isso que não tratamos da Líbia neste capítulo.

Guerra aberta e resistência passiva

A "dissidência" ou *sibā* dos Berbere, quase geral no Marrocos, era evidentemente o prolongamento de um fenômeno pré-colonial, Mas já não era igual à

1 Nesta altura, seria mais apropriado falar de "patriotismo"; cf. LACHERAF, 1963, p. 69. E, como Anouar Abdel Malek sugeriu, *nationalitaire* ("nacionalitário", pró-nacionalidade) seria mais correto, neste contexto, do que *nacionalista* (pró-nação).

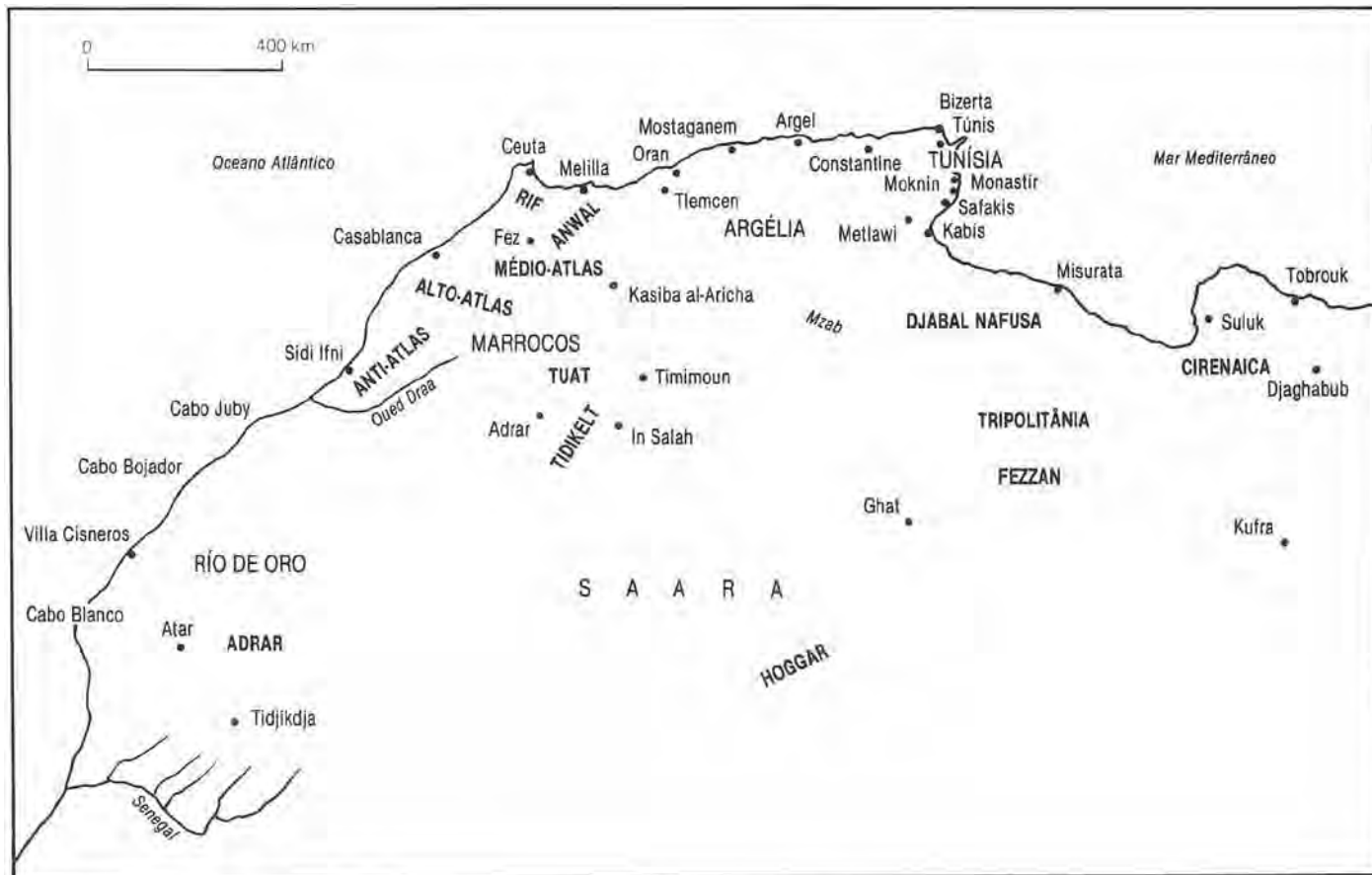



FIGURA 24.1 Política e nacionalismo no Maghreb e no Saara, 1919-1935.

da época de Mūlay Hasan[2], quando podia entrar facilmente na ficção oficial que a via como jogo absolutamente inofensivo, parecido com a sonegação fiscal. O avanço dos franceses no médio Atlas encontrou mais dificuldades do que o dos sultões[3], embora se fizesse sempre em nome do "governo legal" ou *Makhzen*. O *Makhzen* era, de agora em diante, o dos cristãos – o Makhzen al-Nasāra – e suscitava reações mais perigosas do que a velha agitação "tribal". A defesa da nacionalidade assumia a forma da xenofobia e da guerra santa. Esta resistência abrangia o alto e o médio Atlas. Para sul e sudoeste, apoiava-se em forte substrato continental[4]. Ao norte do corredor de Tāza, a maior parte da região costeira concedida à Espanha continuava insubmissa. Bem longe, a leste, do outro lado do Saara argelino[5], havia organizações independentes na Tripolitânia e o Sanusi conseguiu consolidar sua posição nos oásis[6]. Considerar um fenômeno tão generalizado como turbulento arcaísmo é, certamente, minimizá-lo. Uma tradição de liberdade comunitária, a nosso ver, é que lhe emprestava o principal impulso.

Paralelamente a esta beligerante continuidade, prevalecia no resto do Maghreb exatamente o contrário: estabelecimento do governo civil e crescente estabilidade. Sem dúvida, o comportamento de muita gente ocultava diversos tipos de oposição: o protesto lealista ou a passividade, no mínimo. Mas "não se pode falar da passividade autóctone", escrevia um governador mais lúcido do que os outros[7]. Ele notara que "certas queixas, em toda parte as mesmas, chegavam a constituir uma tal unanimidade que, nessas questões em particular, podia-se dizer que existia uma opinião pública". Ora, na ocasião oportuna, essa opinião tornava-se oposicionista. A sua rápida transformação em atos políticos alarmou os dirigentes quando da breve carreira eleitoral do emir Khalid[8]. Esse antigo capitão do exército francês, neto do grande Abd el-Kadir, gozou curto período de popularidade. Em nome de sua "personalidade muçulmana", exal-

2 Cf. AL-NĀSIRĪ, 1907, p. 277 et seq. (trad. Eugene Fumey).

3 Ver GUILLAUME, 1946, p. 47 .

4 As regiões depois conhecidas como Confins Argelino-Marroquinos – o norte da atual Mauritânia e a zona ocidental do Saara, chamada Rio de Oro – ainda eram palco de ataques comunais ou *rezzous*, enquanto prosseguiam as tentativas de organização pelos sucessores do grande reformador religioso Mā'al-Aynayn.

5 Onde, até a sua morte acidental, o general Leperrine trabalhou decisivamente pela união dos lugares, os quais, durante a Primeira Guerra Mundial, tinham sido sublevados pela propaganda Sanusi e por vários movimentos independentes.

6 Os italianos só conseguiram reduzir a "República de Misurata" em 1923, quando tiveram de retomar a luta na Cirenaica contra o Sanūsī e seus partidários.

7 VIOLETTE, 1931, p. 396.

8 KADDACHE, 1970, p. 65 et seq.

tava a honra da Argélia e seu direito à gratidão da França, que lhe solicitara tantos soldados. O partido de Khālid, que sufragara os moderados no conselho municipal de Argel, afigurou-se tão perigoso às autoridades que elas anularam as eleições. Khālid, porém, ganhou uma segunda e uma terceira eleições, mas, finalmente, teve de abandonar a Argélia (1923). Da metrópole, prosseguiu por algum tempo na atividade, cujas perspectivas transcendiam talvez o quadro franco-maghrebiano[9].

Querela constitucional na Tunisia

Na segunda metade do século XIX, a Tunísia havia passado por um surto reformista que superava, em certos pontos, o do Egito e da Turquia[10]. O fracasso dessas iniciativas não havia comprometido o apelo que exerciam no espírito da burguesia esclarecida, inclinada a pedir modelos antes ao Oriente do que ao Ocidente. A nostalgia otomana foi, então, substituída pela esperança nos princípios enunciados por Woodrow Wilson, com o que o nacionalismo, como no caso do Partido Wafd, do Egito, mudou de tom. Foi à opinião metropolitana, principalmente a socialista, que o xeque Abdel-Azīz al-Tha ālibī (Taalbi) e seus companheiros resolveram apresentar a causa. No panfleto *La Tunisie martyre* (A Tunísia mártir) (1920) analisavam vigorosamente a deterioração colonial. Fundando o partido "constitucionalista" ou Destour (fevereiro de 1920), pretendiam restaurar a independência da Tunísia.

À sua argumentação não faltava lógica. O protetorado interrompera uma nação árabe-mediterrânica em via de renovação. Mas, por estranho que pareça, contra a opinião de eminentes juristas franceses[11], a única resposta foi a invocação do poder do bei, três quartos de século depois que este tinha começado a fixar, ele próprio, limites constitucionais. Na verdade, houvera representação autóctone na Conferência Consultiva de Túnis desde 1907. Era constituída por membros nomeados e não tinha, como a seção francesa, senão atribuições fiscais. A reforma no sentido de uma representação eletiva e do aumento dos poderes foi solicitada em fins de 1920 pela maioria dos franceses e por quase a metade dos membros autóctones. No entanto, abandonando a radicalização de suas primeiras formulações (junho de 1920), o Destour publicou um manifesto

9 SADALLĀH, 1969, p. 420 et seq.

10 Ver KAROUI, 1973.

11 JULIEN, 1972, p. 67; TORNEAU, 1962, p. 65 et seq. Estes dois livros oferecem uma exposição consequente dos acontecimentos que o presente estudo procura interpretar. As referências aqui feitas poderiam ser multiplicadas.

reformista que "jogava o jogo do protetorado" (dezembro de 1921). Uma espécie de ultimato do bei Nāsir (3 de abril de 1922)[12] foi entendida como intimidação. Mas, no ano seguinte, vários decretos do bei e despachos do residente-geral (julho de 1922)[13] instituíram uma representação caidal, regional e central, por eleição em vários níveis[14]. Já se instalara o ministério da justiça, entregue ao filho do reformador Khayruddīn. Os resultados eram parcos para uma campanha que havia conseguido um êxito de persuasão junto ao soberano local e à câmara francesa. O xeque al-Tha ālibī passou alguns meses na prisão. Sua libertação não contribuiu para a unidade do partido, que cindiu em dois grupos de atividade desigual. No contexto colonial, a moderação é sempre suspeita, como o demonstra a experiência de *maitre* Guellati. Mas o radicalismo do xeque e de *maitre* al-Sāfī (Essafi), à falta de qualquer sucesso, arriscava-se a ficar isolado, moribundo e perigosamente divorciado do curso dos acontecimentos. "Agora que a primeira euforia tinha passado, o Destour tendia a mergulhar no subconsciente onde dormita a *djihād* e a tomar a cor puramente teórica desta última ..."[15].

Ao nível das comunidades de base

O Maghreb rural consistia num agregado de comunidades tradicionais. Era nelas que repousava claramente a administração do Marrocos, que institucionalizou as circunscrições "tribais". Entretanto, era possível discernir, sob essa rede oficial, instituições tradicionais menos dóceis e potencialmente mais turbulentas. É verdade que a política francesa fazia há muito tempo o jogo dos particularismos e das lealdades locais. O senato-consulto de 1863 já havia proposto a dispersão das "tribos" argelinas em células territoriais, os *douars* ou *duwārī*. A aplicação da lei de 1884 até lhes havia imprimido significado comunal afim ao Direito Público francês[16]. Em 1919, a energia da resistência berbere, de um lado, e, do outro, um desenvolvimento da opinião pública que já se tornava evidente em toda a parte produziram, por diferentes meios, uma democracia de base, arcaica e defensiva no primeiro caso, frustrada e aparentemente reprimida no segundo, mas cujo órgão essencial, em todos os casos, era a *djemā'a*[17]. Para

12 JULIEN, 1972, p. 69.

13 A respeito do contexto destas medidas, cf . BALEK, 1922, p. 240 et seq.

14 Ao criar um "parlamento árabe" na Cirenaica (30 de abril de 1921), os italianos tomaram uma iniciativa destinada a ir além do que se pedia, mas que não teve os efeitos pacificadores pretendidos.

15 BALEK, 1922, p. 286.

16 BERQUE, L., 1970, p. 137 et seq.

17 Conjunto dos chefes de família de uma comunidade e o "coletivo" que a administra.

os franceses, levar em conta esta força social ascendente, fazer dela o princípio e o objetivo de uma aproximação não era absurdo e podia, a longo prazo, levar à emancipação da Argélia rural e à sua penetração pelo sistema político metropolitano.

Tal era, sem dúvida, o alcance profundo da lei de 4 de fevereiro de 1919, chamada Lei Jonnart, e de seus dois decretos de aplicação. Ela concedia aos argelinos que possuíam certas qualificações (ter servido no exército, saber ler e escrever em francês, ser proprietário de um imóvel rural etc.) o direito de participar da eleição da assembleia do "douar-comuna" e de certos cargos municipais, inclusive da escolha do prefeito[18]. Mais ou menos meio milhão de muçulmanos foram chamados a constituir esse eleitorado primário e, dentre eles, uns cem mil das assembleias departamentais e centrais. Mas isto não pôs fim à desigualdade. Nos conselhos municipais, por exemplo, os muçulmanos eleitos viram-se limitados à minoria de um terço da representação. Embora o peso da massa autóctone não pudesse, assim, decidir as votações[19], a ampliação do colégio eleitoral ao nível da base e a participação dos argelinos eleitos na escolha do prefeito afiguraram-se aos conservadores manobras subversivas, embora a timidez de tais medidas iludisse a reivindicação[20].

Primeiras opções proletárias

As grandes concentrações operárias na Tunísia, como nas minas de Metlawī, por exemplo, não demonstraram sinais de uma consciência reivindicativa durante longo tempo. Como na Argélia a industrialização ainda não estava bastante avançada e o contexto social era demasiado autoritário, a energia das massas proletárias só se manifestou, de início, através de um reduzido grupo de vanguarda educado no sindicalismo europeu.

Na Tunísia, contudo, a precocidade da ação de Muhammad Alī[21] e a análise oferecida por Tahār al-Haddād[22] não deixaram de produzir efeito no plano das organizações de classe. A vida aventurosa do primeiro o tinha posto em contato com o socialismo alemão e o tornou amigo de Enver Pacha, talvez o

18 AGERON, 1966.

19 Ainda que, através da naturalização, conseguissem eleger o prefeito. Foi o que se passou em Mekla, na Cabília, onde a eleição foi anulada, contra toda a boa-fé, pelo Tribunal Administrativo.

20 JULIEN, 1972, p. 377, talvez tenha razão ao pensar que os efeitos desta legislação sobre a opinião argelina não foram desprezíveis.

21 MAMET, 1964; HERMASI, 1966.

22 AL-HADDĀD, 1927.

homem que, na época, tinha o senso mais agudo das conjunções possíveis entre as ideias-força do Ocidente e o surto nacionalista dos povos do islão. Al-Haddād suplementava a experiência internacional de Muhammad Alī com o exame do problema interno. Ele debatia a questão dos operários e a das mulheres, ambas apreendidas com perfeita clareza. Esse duplo impulso encontrou a sua contrapartida de iniciativa operária entre os trabalhadores das docas de Túnis e em seguida de Bizerta, bem como entre os operários da indústria de cimento de Hammam Lif, e outros.

Uma central tunisiana foi formada entre nove sindicatos regionais, no dia 12 de outubro de 1924, em Bizerta, com o apoio do Partido Comunista Francês (PCF), mas sob severa crítica da SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária), à qual preocupavam as afinidades nacionalistas da nova organização. O Destour dissociou-se de choques que julgava comprometedores. Em compensação, participou em bases reformistas de uma coalizão que, em fevereiro de 1925, reunia além dele a seção indígena do Grande Conselho, o Partido Socialista e a CGT francesa (Confederação Geral do Trabalho). A complexidade dessas alianças e controvérsias, aproximações e mudanças de posição, afasta o que esses movimentos também poderiam ter de espontâneo. Ao mesmo tempo, rivalidades sectárias e ideológicas prenunciavam um conflito de opções. No congresso de Tours, as duas tendências do socialismo metropolitano tinham-se divorciado tanto no plano da ação partidária como no das projeções sindicais. Donde a diversidade das influências que disputavam, então, um proletariado semicolonial em busca de sua própria vocação. Nesse momento se delineiam opções destinadas a um futuro desigual: a dos argelinos Amar Uzagān e Ben Alī Būkurt e a do tunisiano Mokhtār Ayārī. Que lugar, por exemplo, seria atribuído nos acontecimentos futuros à identidade nacional, até agora definida por seu sinal mais marcante, o islão? Essa identidade viria a fundir-se na aspiração geral do proletariado?

O quadro norte-africano não se prestava ainda a respostas concretas[23]. Foi em Paris, nos meios da emigração maghrebiana, que se fundou a Étoile NordAfricaine (1924). Entre os seus fundadores, havia um membro ativo do PCF, Abd al-Kādir Hādj Alī. A iniciativa inscrevia-se, então, em uma perspectiva

23 A repressão estava sempre atenta. Na Tunísia, por exemplo, a experiência da Confédération Générale des Travailleurs Tunisiens (CGTT) parece ter sucumbido à detenção de seus organizadores e ao exílio de seu líder, Muhammad Alī. Somente alguns anos depois é que o sindicalismo tunisiano, legalmente reconhecido em 16 de novembro de 1932, pôde retomar uma atividade independente no contexto dos acontecimentos do Front Populaire (1937) após a segunda CGTT, com Belkasim al-Kanawil, antes de sucumbir uma segunda vez à repressão política (1938).

revolucionária e anticolonialista, e não estritamente operária. No início, contou com o patrocínio do emir Khālid.

Sistema dominante e oposição crescente

Os anos de 1920 foram assinalados pela expansão das comunicações. As cidades começaram a crescer com a chegada dos camponeses. Uma nova geração, que não conheceu o tempo de antes da guerra, chegava à maioridade[24]. Tudo concorria para exigir mudanças. A autoridade do colonizador e a da tradição eram colocadas mutuamente em dúvida, de forma variável. Tais evoluções preocupavam as autoridades coloniais, que tentavam neutralizá-las mediante arranjos ou coerção. Na maior parte das vezes, porém, era a inércia que dominava a prática colonial, enquanto parte da opinião metropolitana denunciava abusos e ineficiência, vendo aí uma fonte de riscos.

É verdade que a velocidade dos acontecimentos imediatamente pós-guerra tinha diminuído tanto na Argélia como na Tunísia. A partida simultânea (1923) dos dois principais líderes, al-Tha'ālibī e Khālid, parecia ter enfraquecido a oposição. No Marrocos, porém, o poder teve de enfrentar dificuldades de outro tipo e que foram julgadas prioritárias.

Antecipação dos acontecimentos futuros: a república do Rīf

Classificar como "revolta" e tratar como episódio a luta nacional que o líder rifenho Muhammad ben Abd al-Khattābī (Abdel Karīm) (fig. 24.2) levou a um clímax retumbante em 1925- 1926 é reduzir o significado de fatos que nós atualmente reconhecemos como precursores de desenvolvimentos muito mais tardios[25].

O Rīf jamais abandonou a luta. O talento militar de Abdel Karīm infligiu à Espanha um dos mais famosos desastres das guerras coloniais (Anwāl, julho de 1921)[26] (ver fig. 24.3). Os espanhóis sofreram derrota igualmente mortífera em novembro de 1924, quando tiveram de evacuar Shafshāwīn, Abdel Karīm, filho

24 Para a Tunísia, ver F. b. Ashur, 1956. Para a Argélia, T. al-Madanī, 1963, p. 92 et seq., 353 et seq. Ver, também, BERQUE, A., 1947, p. 123 et seq.

25 Ao que se saiba, as possibilidades ainda não se acham inteiramente realizadas, muito embora no plano militar a atividade de Abdel Karīm prenunciasse incontestavelmente o que se passou depois de 1954.

26 Desastre precisamente definido como "uma batalha de Omdurman às avessas", em referência ao combate de Karari (1898), no qual Kitchener esmagou o Estado mahdista. Ver YOUSSOUFI, s.d., p. 113.

de um *kādī* (juiz) do protetorado espanhol, fez alguns estudos na universidade religiosa de Karawiyyin, em Fez, onde provavelmente entrou pela primeira vez em contato com o modernismo islâmico[27]. Foi como reformador muçulmano e como chefe político que ele se afirmou entre os seus contemporâneos. À aptidão militar acrescentava-se um espírito aberto e habilidade política que lhe permitiram jogar no tabuleiro internacional com mais amplitude do que os chefes líbios Sulajmān al-Bārūnī, Ramdān Shatīwī e, especialmente, Umar al-Mukhtār[28]. A metamorfose que Abdel Karīm imprimiu a seu próprio clã, os Benī Warighīl, e às comunidades vizinhas sobreviveu a ele. Reconduziu ao direito islâmico esses grupos de *vendettas* de clã, proibiu os juramentos coletivos, a filiação em confrarias e as mulheres casadas de dançar. Foram demolidos os *ichbrawn,* essas pequenas torres de vigia que desde tempos imemoriais eram o símbolo da agressividade das relações entre comunidades vizinhas[29]. Mesmo antes da vitória de Anwal, foi na reunião de al-Kāma, entre Benī Warighīl, Temsamān, Benī Tūzīn e Rukkūya, que se produziu uma "cristalização da estrutura do Estado Rīf[30]. A "Nação Republicana Rīf", proclamada a 18 de fevereiro de 1923 – segundo outros a I de fevereiro –, foi portanto uma tentativa de reforma do Estado tradicional, de que ela retinha aspectos positivos como, por exemplo, certas práticas de consulta e de cooperação intergrupal.

Este impulso reformista deve ser correlacionado com outras tentativas semelhantes, então feitas em toda a área islâmico-mediterrânica: na Tripolitânia, no delta do Egito, na Mesopotâmia, em Rakka sobre o Eufrates etc.[31]. Propagação nacionalista? É o que estudos especializados deverão determinar. Do ponto de vista das potências coloniais, tais sincronismos eram tanto mais perigosos quanto é certo que Abdel Karim também havia estabelecido relações com. o PCF, o qual, na verdade, convocou a seu favor uma greve de apoio[32]. No decurso da greve, que ocorreu no dia 12 de outubro de 1925, muitos operários franceses manifestaram-se contra a guerra colonial no Marrocos. O PCF, a Juventude Comunista, a Confederação Geral do Trabalho Unificado (CGTU),

27 Note-se, contudo, que ele se lançou depois Contra o principal introdutor desta doutrina no Marrocos, o xeque Būsha Ib-al-Dukkāli, que foi o principal responsável pela introdução do modernismo no Marrocos.

28 AL-MISURĀTĪ, 1964, faz uma viva exposição dos acontecimentos deste período, do ponto de vista de um patriota líbio.

29 Comunicação inédita de D. Hart ao Colloque du Cinquantenaire de La République du Rīf, Paris, 1973.

30 YOUSSOUFI, s.d., e comunicação à conferência mencionada na nota 29.

31 BERQUE, J., comunicação à conferência mencionada na nota 29.

32 GALLISSOT, comunicação à conferência mencionada na nota 29.

FIGURA 24.2 Abdel Karīm (1882-1963), cádi de Melilla, chefe da resistência marroquina ao imperialismo espanhol, durante a guerra do Rīf , 1921-1926. (Foto: Harlingue-Viollet.)

FIGURA 24.3 Guerra do Rīf: soldados espanhóis exibem as cabeças decepadas de soldados de Abdel Karīm. (Foto: Longman.)

a Association Republicaine des Anciens Combattants (ARAC) etc. também organizaram ampla campanha nacional visando mobilizar as massas contra a guerra. A Terceira República empregou meios exorbitantes, desde a primavera de 1926, para dobrar Abdel Karīm[33]. O resto do Marrocos, porém, não reagia[34]. A solução militar, que permitiu à Espanha instalar-se efetivamente na zona, não apagou o significado da experiência de Abdel Karīm.

Balanços da época

Em 1901 a Argélia obteve o regime dito das Délégations financieres (Delegações financeiras), espécie de autonomia política interna que foi dominada, quase até o fim do período colonial, pelos representantes dos colonos brancos. Quando este pequeno parlamento agrário recusou ao governador-geral miseráveis créditos de assistência social ou de cantinas escolares (1927), estava condenando a si mesmo potencialmente. Maurice Violette o pressentiu num livro de título profético: *L 'Algérie vivra-t-elle?* (A Argélia sobreviverá?). A solução por ele apresentada era, bem entendido, extremamente ortodoxa, para não dizer jacobina[35]. Mas o livro marcou uma etapa apreciável. No plano da representação, propunha ampliar a reforma de 1919[36]. Depois, iria um pouco mais longe, ao preconizar a extensão, a uma minoria de argelinos evoluídos, do direito de eleger deputados ao Parlamento francês, mas sem renunciar a seu estatuto pessoal.

Mas o estatuto, refúgio da identidade para os colonos franceses, proporcionou aos sucessivos governos franceses uma desculpa cômoda contra a outorga da plena cidadania francesa a argelinos. Sem dúvida, a referência ao estatuto não passava de pretexto para ambos os lados – pretexto para um lado recusar e para o outro rejeitar. A proclamada disponibilidade da maioria autóctone, ávida de adquirir cidadania francesa assumindo à letra o assimilacionismo, se assim se pode dizer, não é menos espantosa. Não se pode taxá-la, *a priori,* de impostura, mas cumpre interpretá-la sob vários aspectos, dos quais o mais profundo era sem dúvida o desejo de emancipação. Essa complexidade semântica caracteriza

33 Abdel Karīm rendeu-se às autoridades francesas em 26 de maio de 1926.

34 Apesar de algumas manifestações individuais, as simpatias e esperanças populares continuaram sufocadas. Alguns adolescentes de Fez forjaram um panfleto presumivelmente do líder Rīf agradecendo aos notáveis do país por sua solidariedade.

35 M. Violette tinha a preocupação de proclamar-se adversário da extrema esquerda.

36 VIOLETTE, 1931, p. 474 et seq.

as páginas que de 1922 a 1927 publicou Ferhāt Abbās, reunidas em 1931 sob o título *Le Jeune Algérien* (O Jovem Argelino)[37].

É certo que esses artigos envelheceram. Mas não esqueçamos que seus argumentos, seu patético da miséria sofrida, esta generosidade da esperança, se não constituíam um ultimato político, forneciam a armadura moral e conceitual de possíveis objetivos políticos. A colonização era denunciada como "uma força sem pensamento, uma cabeça sem alma". Os direitos do islão à dignidade ressaltavam com a força da evidência – evidência então bem obliterada. O prefácio, escrito muito depois, em 1930, distinguia judiciosamente entre os dois aspectos do problema: o francês e o argelino. Para os franceses, "a colonização não constitui senão um empreendimento militar e econômico, defendido em seguida por um regime administrativo apropriado". Para os argelinos, ao contrário, é

> uma verdadeira revolução que veio subverter todo um velho mundo de ideias e de crenças, um gênero de existência secular. Ela coloca um povo diante de súbita mudança. E eis aí toda uma população, sem o menor preparativo, obrigada a se adaptar ou perecer. Esta situação conduz necessariamente a um desequilíbrio moral e material, cuja esterilidade não está longe da desintegração total[38].

Em vão se procuraria na literatura científica da época, nas obras de L. Milliot, Augustin Bernard e R. Maunier, por exemplo, ou mesmo em E. F. Gautier, uma definição tão adequada da mudança social. Nem a forte síntese histórica de C. A. Julien, que apareceu na época e exerceria reconhecida influência na tomada de consciência dos maghrebianos, conseguiu superar essa visão de dentro.

É também daí que procede o *Kitāb al-Djazā 'ir* (Livro da Argélia), 1931, de Tawfīk al-Madanī. A primeira página, ilustrada pelo miniaturista Rāsim, traz a tríplice divisa dos Ulamā. De resto, o livro, se descreve os males dos argelinos e reivindica o seu direito de nação árabe, visa a objetividade e não procura a polêmica. Ainda hoje nos fornece indispensável documentação da época. O capítulo consagrado à música argelina[39] faz salientar valores essenciais, e toda essa parte do livro traz pertinentes observações acerca dos obstáculos impostos à imprensa árabe[40] e dos indícios de um renascimento literário[41]. A lista dos escritores e dos poetas oferece útil inventário para estudos futuros, embora cumpra notar que

37 Ferhāt Abbās tomou esses temas retrospectivamente; ver ABBĀS, 1962, p. 113 et seq.

38 ABBĀS, 1931, p. 9.

39 AL-MADANĪ, p. 339 et seq.

40 Ibid., p. 343 et seq.

41 Ibid., p. 353 et seq.

ela omite os "jovens argelinos", ansiosos por serem considerados franceses, entre eles Ferhāt Abbās.

O reformismo islâmico

O livro – repetimos – trazia na folha de guarda a divisa dos Ulamā. Atualmente, empresta-se corretamente ênfase às aspirações nacionais que inspiravam a associação, não menos do que aos objetivos religiosos. O programa do xeque Abd al-Hamīd ben Bādīs[42], embora pretendesse libertar-se de implicações circunstanciais, na verdade talvez fosse mais político do que os projetos que então ocupavam o proscênio, intimamente comprometidos com manobras administrativas na base e com intrigas políticas no topo. O mais flamante, neste domínio, estava longe de ser o mais eficaz: por exemplo, a ação do dr. Bendjellūl em Constantine ou a reivindicação igualitária dos "Elus[43]". Embora evitando desafiar a soberania francesa, ao insistir numa "reforma intelectual e moral" o xeque levantava a questão da identidade, tocava nos impulsos da maioria e fazia eco a movimentos similares do Oriente Próximo. Apelava, assim, a um modelo que se comparava bem ao da democracia ocidental. Acima de tudo, atentava para os sinais claramente visíveis de dispersão social e de deterioração moral. Proclamando a Argélia como sua pátria ou *watan* (mas não abertamente como um "Estado" – *dawla)*, o islamismo como sua religião e o árabe como sua língua, acumulava a sutileza tática com a presciência do papel que a cultura poderia desempenhar na descolonização.

Outro aspecto menos conhecido é de ordem geográfica. Como os *nasabs* (linhas de descenso) mostram, a direção do movimento incluía vários nomes provinciais: não só os da aristocracia constantinesa, como Ben Bādīs, mas também Tébessa, Mīla e Sīdī Okba[44]. Não contente de ter estabelecido o "Círculo do Progresso" no planalto central, especialmente Argel e outras áreas urbanas, o movimento também visava "o país desconhecido". O xeque Bashīr al-Ibrāhīmī agitou Tlemcen até o fundo. Sob a forma de sociedades de beneficência, de auxílio mútuo ou de pregações, essas iniciativas se multiplicaram.

---

42 MURTĀD, 1971, p. 54 et seq., 115 et seq., 179 et seq. Ver, também, MERAD, 1967.

43 Palavra então empregada para definir os membros de uma federação constituída em 11 de setembro de 1927, por personalidades muçulmanas eleitas para as diversas assembleias argelinas. Mostafa Lacheraf fez judiciosas distinções entre a ação desses políticos e a dos Ulamā, embora criticasse estes últimos. Ver LACHERAF, 1965, p. 188 et seq.

44 Os xeques al-Arabī al-Tebessī, Mubārak ai-Mīlī e Tayyib al-Okbī (orador de prestígio) estavam entre os membros mais destacados da Associação dos Ulama, fundada em 1931.

A proliferação de centros do movimento muitas vezes só é recordada em termos de controvérsias teológicas que são quase incompreensíveis a quem está de fora. Mas todas essas agitações, sob a égide dos Ulama ou de algum rival, como o xeque Ben Alīwa em Mostagānem[45], ou em função de divergências que não eram erradicáveis, como em Mzāb[46], representavam o primeiro contato com uma problemática mundial para comunidades até então enclausuradas, e que a administração não conseguira despertar, senão contra ela própria. O xeque Ben Bādīs e seus companheiros davam o exemplo, dotando o islão maghrebiano de iniciativas doutrinais que havia séculos não se ousava tentar: seus comentários ao Corão, por exemplo[47], foram uma realização cultural como poucas. Ele foi audacioso a ponto de fazer distinção entre invariáveis transcendentais e variáveis circunstanciais dentro da religião[48]. Somente estudos monográficos poderão, estudando as relações entre as iniciativas fundamentais e os diversos elementos sociais que elas envolvem, precisar o papel aí desempenhado por grupos, faixas etárias, estratos econômicos, indivíduos e atitudes morais. Esses estudos mostrariam, sem dúvida, que o período foi um ponto decisivo na história social da Argélia.

Três desafios ao imperialismo e as reações

Por estranho que hoje se afigure, as comemorações do centenário[49] do desembarque francês na Argélia não provocaram a reprovação declarada que nós, nesta era de descolonização, tendemos a atribuir retrospectivamente aos colonizados[50]. Aos muitos argelinos que então se preocupavam com a reivindicação de justiça e de igualdade, as festividades, que pareciam de molde a atrair o interesse dos elementos democráticos da França metropolitana, suscitaram primeiro um alento de esperança, logo seguido de desilusão. Os dignitários muçulmanos do

45 BERQUE, A., 1936. A fermentação do islão argelino sobrepassa evidentemente a ação dos Ulamā.

46 Citemos, aqui, sábios como os xeques Bayād e At fiyech. Ver DABBŪR, 1971.

47 Depois do xeque Abu Ras de Mascara (fim do século XVIII), os xeques Ben Bādīs e Ben Ashūr são, sem dúvida, os primeiros maghrebianos contemporâneos a aplicar-se contra esta formidável tarefa, embora um sábio marroquino com o renome do xeque Ibn al-Khayyāt a desaconselhasse; ver, deste último, um opúsculo litografado em Fez.

48 De acordo com uma passagem extraordinária da oração fúnebre, pronunciada pelo xeque Ibrāhīmī junto ao túmulo do professor Mohammad Ben Sheben, *Shihāb*, maio de 1929.

49 Há toda uma literatura contemporânea sobre o tema, na sua maioria em tom deploravelmente oficial, mas da qual se destacam, felizmente, alguns apontamentos de pesquisa científica.

50 Organizou-se alguma propaganda contrária em certas cidades, em colaboração com o PCF. Ver OUZEGANE, 1962, p. 171 et seq. O sindicato dos professores, bem como Benhādj, militante socialista, também ousou protestar. Ver KADDACHE, 1970, p. 193.

regime – membros eleitos, *caīds* e *bachagas*[51] – competiam sem pudor uns com os outros para adular os franceses, desacreditando dessa forma o que restava de autoridade à aristocracia tradicional e aos reincidentes beneficiários de acordos políticos. O hino que ressoava à glória do colono, erigido em potência mítica, mas provido de apetites sempre atuais, selou uma política da qual a França raras vezes conseguiria libertar-se, por espasmos da vontade. Mais grave ainda, o regime era omisso quanto às suas próprias fraquezas. Nem há que falar na hipótese da soberania, já que quase ninguém, em face da esmagadora relação de forças, a contesta abertamente. Mas a própria responsabilidade, que deveria ser o seu corolário, era exercida por funcionários com pouca generosidade e ainda menos lucidez. Estamos pintando um quadro sombrio demais? Admitamos que ele tinha partes claras e que tudo isso fosse feito, em resumo, com o mínimo de coerção. Exploração, claro, mas exploração legalista, edulcorada de prestígio cultural, isto é, de aura republicana, economizando a violência, e se dando até ao luxo de invocar as liberdades da democracia burguesa. Paradoxo bastante difícil de compreender nos nossos dias: o apogeu do imperialismo era também o apogeu do liberalismo nos costumes. É por essa razão que a África do norte francesa apresenta aos historiadores uma situação muito menos atormentada do que, por exemplo, a do Egito britânico no mesmo momento.

Mas esta aparente bonomia e seu corolário de aceitação não eram de maneira alguma aproveitados. Vê-se bem isso com o triunfalismo provocador das manifestações de Argel. Vê-se, de modo ainda mais característico, no Congresso Eucarístico de Cartago (1 a 11 de maio de 1930) que a juventude tunisiana interpreta como uma cruzada contra o islão na África do norte[52]. De qualquer modo, essa reunião não se coadunava com as ideias que muita gente no Maghreb ainda encarava com esperança e compreensão: os grandes princípios da Revolução, a tradição de Jaures, o mito do progresso.

No Marrocos, o *zahīr* berbere (proclamação real) de 16 de maio de 1930[53], que incorporava o direito consuetudinário berbere ao sistema judiciário colonial francês, forneceu à juventude burguesa a ocasião para uma tomada de consciência e o primeiro trampolim para uma ação de massa. Foi considerado como um ataque ao islão e como uma tentativa de dividir o país, perpetrada com menosprezo dos acordos de 1912. Medida localizada e localizante, teve repercussões

51 Ver alguns exemplos, bastante penosos, em KADDACHE, 1970, p. 192.

52 BERQUE, J., 1970, p. 253 et seq.

53 Ibid., p. 250 et seq.

em todo o mundo muçulmano. Localmente, trouxe à tona uma oposição até então reduzida a grupelhos clandestinos, em duas ou três grandes cidades.

Nos três meses[54] que vão de 20 de junho a 30 de setembro de 1930, houve mais de 120 incidentes. Na sua maioria ocorreram em mesquitas, cenário dogmático para o *latīf*, o orador muçulmano aflito. Os incidentes foram considerados tão ameaçadores para a ordem pública que foram enfrentados com intimações, prisões e espancamentos. Uma delegação da cidade de Fez dirigiu-se à capital e, no dia 31 de agosto, três de seus membros foram presos, entre os quais Allāl al-Fāsī, jovem intelectual de Karāwiyyīn[55], e Bel Hasan al-Wazzānī, licenciado pela Escola de Ciências Políticas e Sociais de Paris. Nesse binômio uniam-se como que simbolicamente as duas forças de uma resistência: a da autenticidade e a da modernidade. Como deve ser, a repressão cumpriu seu papel catalisador. O número de detenções chegou a 150. Tal como antes, muitas lojas fecharam, em sinal de protesto. Apesar da proibição oficial, o *latīf* ressoou de novo fora dos santuários. Houve choques nas ruas. O encanto do protetorado estava inteiramente quebrado, se o interpretarmos como aquela espécie de hipnose em que o prestígio de Lyautey e a superioridade técnica haviam por tanto tempo mergulhado o país.

Três anos depois, em Paris, a revista *Maghreb* consagrava um número especial aos incidentes. Jean Longuet e outras personalidades francesas, e principalmente vários jovens marroquinos, expressaram uma série de argumentos coerentes. Os amigos franceses, ainda que vissem claramente no *zahīr* berbere" de 1930 – foi o triste nome que recebeu daí em diante – a manobra da propaganda colonial clássica, tinham certa dificuldade, em face do seu anticlericalismo, para explicar o aspecto aparentemente religioso de muitas reações dos Berbere. "Ninguém pode ignorar que no Oriente e em todos os países muçulmanos a religião e a nacionalidade se confundem", observava o editorialista francês. Com menos complacência, um dos redatores marroquinos do número escrevia: "Em nosso país, estamos prontos a conceder aos Berbere o que geralmente se recusa aos bretões na França. Mas queremos que isso ocorra no quadro do islão, que para nós não é apenas uma religião, mas sobretudo uma civilização". Punha assim

54 Número especial, maio-junho de 1933, da revista *Maghreb,* editada com o patrocínio de celebridades tão diversas como Bergery, Renaudel e o filósofo espanhol Ortega y Gasset.

55 Filho de uma antiga família, já renomado como poeta e ensaísta, encontrou assim a revelação de um dom de tribuno e de organizador. De sua impressionante produção citamos aqui, entre as obras relacionadas diretamente com o nosso tema, *al-Harakāt al-Istiklāliyya fi'l-Maghreb,* Cairo, 1948, e *Al-Nakd al-dhātī,* Cairo, 1956. Sobre ele, ver GAUDIO, 1972, e EL-ALAMĪ, 1972.

em destaque a dimensão cultural do debate, dimensão pudicamente ignorada por muitos amigos e adversários.

Rumo ao confronto

Metade dos vinte anos que separaram as duas guerras mundiais havia, pois, decorrido sem progresso para as relações entre a França e o Maghreb. Está claro que a situação econômica não era favorável. A Depressão do pós-guerra mal desaparecera quando se aproximou a grande crise mundial. O Maghreb foi atingido por ela em 1932, com o agravamento do estado geralmente recessivo da economia, que reaparecera em 1925 e haveria de predominar por todo um decênio. Isso acirrou as relações entre o capital e o trabalho, ou seja, entre os colonos franceses e os argelinos. O progresso em mecanização, planejamento, cooperativas e até no sindicalismo dos funcionários fez com que o elemento francês consolidasse o seu domínio sobre a colônia. O regime mostrava-se incapaz de moderar as devastações provocadas àqueles que dominava. A conexão entre a deterioração econômica, que agrava a desigualdade, e a reivindicação política era evidente, mas é bom examiná-la de perto[56]. A mudança social e a nostalgia da identidade coletiva parecem ter constituído fatores mais fortes do que a desigualdade na tomada de consciência norte-africana. Em todo caso, vários motivos se conjugaram para produzir uma aspiração que transcendia de longe os agrupamentos partidários. Os *wataniyyīn* ou "patriotas" marroquinos se reduziam ainda, no essencial, a uma *intelligentsia* burguesa. A Étoile Nord-Africaine mal se havia estabelecido na Argélia. O Destour continuava prisioneiro do irrealismo. O PCF não caucionava suas teses radicais com suficiente apoio em nível local[57]. A dinâmica da ação, na maior parte dos casos, restava implícita. Mais do que os partidos políticos, eram círculos, comitês, grupos sem nome ou só a propagação de atitudes que revelavam, então, a expressão política.

Incapaz de entender esses matizes da expressão, a administração sabia no entanto explorar os interesses e as rivalidades pessoais. Contudo, minimizava

56 Já se tentou fazê-lo, sem grandes resultados; ver BERQUE, J., 1970, p. 101 et seq; ver também NOUSCHI, 1962, p. 31 et seq. Esta análise, de importância fundamental principalmente pela avaliação do papel das classes sociais no período considerado, ainda não foi, pelo que sabemos, suficientemente aprofundada.

57 Além das posições que assumiu quanto à guerra do Rīf, o PCF geralmente restringiu-se, na própria Argélia, ao anticolonialismo puro e simples, até o Front Populaire. Depois disso, parece ter prevalecido a ideia de "nação em formação".

o protesto político. Ela tinha a seu favor a superioridade de meios, a continuidade das coisas e até um consenso aparente. O que ignorava, em contrapartida, eram as forças que aumentavam no dia a dia. Quando essas forças explodem, o governo culpa os "agitadores" locais, os estrangeiros ou os "vermelhos", o que justifica ao mesmo tempo a repressão e o imobilismo.

Novas táticas e obstáculos à ação

Não era o tudo ou nada – longe disso – mas uma tomada resolutamente temporal ou mesmo secular do cenário político, que ambicionavam Bourguiba[58] (fig. 24.4) e seus companheiros Bahrī Kīka Tahār Safār e o dr. Matarī, entre outros. Eles defendiam o presidente conformista da Cooperativa Tunisiana porque dessa forma mobilizavam a opinião pública. Foram a ponto de apoiar uma medida decidida pela Residência, mas que lhes parecia servir "objetivamente" , diríamos nós, à sua causa (tratava-se de uma diminuição do orçamento destinado aos funcionários franceses)[59]. A Grande Mesquita e a burguesia de Túnis, que fornecia muitos recrutas para o Destour, não escondiam a ironia e a crítica. Já era evidente que todo o movimento viria a ser caracterizado pelo fato de homens do Sāhel terem se tornado militantes. Politizar o interior[60] seria um dos objetivos do Neo-Destour. Não foi por acaso que a cisão que lhe deu origem tenha ocorrido justamente depois de um congresso saborosamente rural realizado em Kasr Hilāl (12 e 13 de maio de 1933)[61]. Entretanto, os choques com a Residência tornavam-se cada vez mais duros, como em Monastīr e Moknīno. Decretos odiosos vieram legalizar a repressão, e Bourguiba, que assim os havia qualificado, foi aprisionado com seus adeptos no sul (3 de setembro de 1934)[62]. Mas, embora "abatido" , o homem continuava advogando a sua causa.

Na Argélia, a administração procurava limitar a influência crescente dos Ulamā, mobilizando contra eles tanto os adeptos das confrarias religiosas como os clérigos oficiais, estes últimos de uma aflitiva mediocridade[63]. Como a multidão seguia os novos pregadores, nos quais reconhecia instintivamente

58 Ver especialmente BOURGUIBA, 1954, passim.

59 Ibid., p. 10, 35 et seq.

60 Ou "recuperá-lo" em relação à cidade. Guardando as devidas proporções, notou-se o mesmo efeito morfológico na ação dos Ulama na Argélia.

61 BERQUE, J., 1970, p. 289 et seq; redigido em parte com base em recordações de M. Bourguiba.

62 BOURGUIBA, 1954, p. 70 et seq.

63 BERQUE, A., 1951.

a modernização necessária do islão, foi-lhes proibido pregar nas mesquitas. A 16 de fevereiro de 1933, a "Circular Michel" – designação tirada do nome do funcionário da prefeitura que a redigiu – e três decretos inauguravam um monopólio oficial na matéria[64]. A manifestação que se seguiu juntava sindicalistas e militantes da extrema esquerda aos crentes, numa coalizão que poderia ter sido eficaz. É certo que, nessa altura, surgiu uma espécie de "divórcio" entre a tendência comunista e a nacionalista[65], o qual a reunificação da CGT e da CGTU (1935) esteve longe de remediar. Ao fim de alguns anos de clandestinidade, a Étoile Nord-Africaine retomava a ação aberta na própria Argélia (junho de 1933)[66]. Mesalī Hādj, seu presidente, vinha empregando desde 1927 a expressão "independência". E eis que, na crescente inquietude, irrompe em Constantine (agosto de 1934) um tumulto antijudaico[67]: complô ou provocação, explosão ou diversão? Em todo caso, um incidente de rua. A violência assustou todos os políticos. No entanto, nas eleições seguintes, em janeiro de 1935, triunfava naquela cidade a lista de oposição do dr. Bendjellūl, demonstrando para que lado se inclinava a maioria. Embora o vencedor fosse um assimilacionista convicto[68], nem por isso deixou de acender o furor preventivo dos donos do poder.

Nesta radicalização difusa da vida pública na Argélia, o que contava, como se vê, não era a fórmula expressa, mas aquilo que ela evocava e provocava.

No Marrocos, os colonos, amargurados com a crise e irritados com alguns limites que a administração opunha à sua preponderância, emitiram um ultimato. Essa manifestação, cheia de significado simbólico, ocorreu no mesmo dia das desordens de 6 de fevereiro de 1934 em Paris. O mesmo período assistiu, no Marrocos, ao nascimento de uma imprensa nacionalista. O Comitê de Ação Marroquino, no qual Allāl al-Fāsī começava a se destacar como figura dominante, anunciava, em 1 de dezembro de 1934, um Plano de Reformas que, se fosse adotado, desenvolveria seu real significado e sua finalidade no decurso do protetorado[69]. A oposição já se exprimia mais abertamente na zona espanhola

64 Texto completo em NOUSCHI, 1962, p. 69.

65 No entanto, foi fundado um partido comunista argelino em julho de 1938.

66 OUZEGANE, 1962, p. 84 et seq ,

67 NOUSCHI, 1962, p. 74 et seq.

68 Ver o seu prefácio a KESSOUS, 1935.

69 Análise detalhada em TOURNEAU, 1962, p. 189 et seq.

FIGURA 24.4 Habib Bourguiba (nascido em 1903), líder do Partido Neo-Destour (Tunísia).

pela voz de Torres e de Nāsirī[70], estabelecendo contatos pelo interior[71] e quase comprometendo o futuro Mohammed V numa demonstração no Mechuar, em Fez, no dia 10 de maio de 1934.

A introdução do Plano coincidiu com a liquidação da última mancha de dissidência no sul[72] – A história iria tomar, daí em diante, rumo diferente do curso arcaico e quase legendário que se havia prolongado além de seus limites naturais pelo lyauteyismo e pelo Ministry of Native Affairs (Ministério dos Negócios Indígenas). Semelhante coincidência ultrapassa o quadro marroquino. A cessação do *barūd* também condenava potencialmente os *bureaux arabes*[73]. Na Argélia e na Tunísia, igualmente, a mudança social, que enfraquecia as velhas solidariedades, criou outras novas. As ruas das grandes cidades e até os largos da feira das aldeias convertiam-se em cenário de ações de massa que a ideologia de classe e de partido soube mobilizar contra os enquadramentos tradicionais. Nos três países maghrebianos e, particularmente, na Argélia – onde o ministro Régnier fez ruidosa pesquisa – o governo apenas respondeu à evolução dos espíritos e das coisas com manipulações eleitorais[74] e exibição de seu arsenal repressivo[75].

O aumento do perigo vindo do outro lado do Reno e o argumento que isso deu aos conservadores na França não bastam para explicar a recusa da administração em agir. A situação em que se fixaram reciprocamente as três partes em questão (França metropolitana, colonização, movimento nacional) dava aparentemente às duas primeiras condições para defender um *status quo* que a terceira parte ainda não tinha meios para mudar verdadeiramente. Em contrapartida da vassalagem imitativa que proibia aos europeus da África do norte qualquer originalidade, a metrópole lhes assegurava apoio incondicional. Os da Argélia, por exemplo, que se declaravam "argelinos", levaram o particularismo longe o

70 RÊZETTE, 1955, p. 83 et seq.

71 Aproveitando as redes de distribuição dos atacadistas de Fez. Esses contatos se estenderam à montanha e ao Sūs, onde foram recrutados militantes tão conhecidos como Mukhtār al-Sūsī.

72 Merebbī Rebbo foi vencido por uma operação combinada das tropas francesas da Argélia e do Marrocos. Tindūf foi definitivamente ocupado em 1934.

73 *Barūd* significa "pólvora", de onde "combate"; acabou por designar, na gíria militar da África, a resistência guerreira e até desesperada que a honra impunha às tribos abrangidas pela "pacificação". Os *bureaux arabes,* criados um século antes por Lamoricière, constituíam a forma característica de administração dos grupos tradicionais pelos franceses. Não havia nada de equivalente nas cidades e, mesmo nas regiões rurais do Maghreb, o método envelheceu à medida que o meio evoluía.

74 MENAUT, 1935.

75 Além dos *décrets superscélérats* na Tunísia, houve o decreto de 30 de março de 1935 na Argélia e o *dahir* de 29 de junho de 1935 no Marrocos.

bastante para dele tirarem o máximo proveito, mas não o suficiente para correrem o risco de ficar sozinhos, cara a cara, com a maioria muçulmana, sob a forma de *dominion* ou de outro arranjo. Portanto, a Argélia era a França, como eles diziam, mas sem a democracia. A situação é, para todos os fins e efeitos, a mesma na Tunísia e no Marrocos.

Conclusões provisórias

Nem tudo está elucidado sobre o período que vimos tentando sintetizar. A cada passo, a história dos acontecimentos tropeça no obstáculo da história secreta. Pesquisas futuras lançarão mais luz sobre as figuras, circunstâncias e decisões que no momento ainda são enigmáticas. Mas também há que suspender certos juízos sobre a história social. Haverá uma conexão precisa entre as flutuações da economia e as da tensão política? Mais do que as estratificações de classe, é o dualismo étnico, ou antes, cultural, que melhor parece explicar as posições em questão. E como o conflito transcende de longe o Maghreb, as vicissitudes que o marcam no Oriente repercutem nos fatos norte-africanos de modo mais direto, sem dúvida, mas mais profundo que a política francesa, que ocupa o proscênio. O progresso da investigação talvez permita conjugar um dia, com mais precisão, todas essas variáveis num diagrama geral, ou pelo menos ponderar cada uma delas em relação às outras.

A ciência, as ideologias e as ações da época, regra geral, faziam parte de uma visão eurocêntrica, à qual não escapavam a esquerda francesa nem a maior parte das teorias norte-africanas do tempo. Isso apenas traz à mó de cima, com maior evidência, aqueles movimentos que, apesar das dificuldades, souberam escapar à deformação. Os acontecimentos subsequentes à Segunda Guerra Mundial haveriam de lhe dar ampla razão.

Mas é demasiadamente fácil, para o historiador, fazer as vezes do profeta do real. Hoje em dia conhecemos o que veio depois ou, se se preferir, as consequências das situações descritas neste capítulo. Poderiam elas ser diferentes? Em particular, a tese reformista defendida nos três países da África do norte por vozes prestigiosas poderia ter chegado às conclusões esperadas, ou seja, a instauração, em forma atualizada, da solidariedade entre os três países maghrebianos e a França? Hoje, é facílimo responder pela negativa, mas temos de recusar uma explicação tão simples.

Evocar uma das possibilidades que a sequência efetiva dos acontecimentos afastou não é só condenar os responsáveis pelos erros e abusos que sem dúvida

contribuíram para impedir que as coisas seguissem o seu curso. É também indagar de nós mesmos qual o significado de fatos e palavras do tempo. Esperamos ter demonstrado que a situação no Maghreb durante o período que nos tem ocupado, mais que muitas outras, deve ser interpretada em termos de uma espécie de movimento subterrâneo, onde o implícito – e mesmo o que era oculto – importava mais do que aquilo que era explícito.

Entre a adesão à democracia burguesa, o engajamento no socialismo internacional e a reafirmação de uma especificidade, sabemos hoje que era a terceira opção a prevalecer. Contudo, no período em estudo ela não era inequívoca, antes deixava a alternativa aberta entre dois campos rivais – islâmico ou laico, ocidentalista ou pan-árabe, moderado ou revolucionário. Ninguém podia prever, em 1935, qual desses apelos prevaleceria, e nem mesmo se alguns deles prevaleceriam sobre a situação colonial. A conclusão a que podemos chegar é que, provavelmente, a história deixaria em suspenso outras possibilidades, as quais poderiam (e talvez possam) dominar, por sua vez, outras fases do futuro.

CAPÍTULO 25

Política e nacionalismo na África ocidental, 1919-1935*

Albert Adu Boahen

Conforme vimos nos capítulos 6 e 12, o impulso da resistência ao colonialismo decaiu durante a Primeira Guerra Mundial na maior parte da África ocidental. Efetivamente, como o demonstrou M. Crowder (ver o capítulo 12), com exceção de certas regiões da Costa do Marfim, da Costa do Ouro (atual Gana), do Níger e das províncias orientais da Nigéria, a maioria dos africanos ocidentais deu prova de fidelidade à potência colonial durante essa guerra. Alguns chefes tradicionais chegaram a fornecer voluntariamente contribuições em homens e recursos, sob a forma de dinheiro, para o esforço de guerra imperial. Uma vez terminado o evento, porém, os africanos retomaram a luta contra o colonialismo com reforçada energia e determinação. O período compreendido entre 1919 e 1935 é visto como o de apogeu do colonialismo na África ocidental, mas não se deve esquecer que ele também foi o do auge da resistência ao colonialismo e das atividades nacionalistas (ver fig. 25.1).

Diversos fatores determinaram a forma assumida pelo nacionalismo africano e pelas atividades políticas na África ocidental durante esse período: a influência da Primeira Guerra Mundial, a própria situação colonial, o aumento numérico dos profissionais liberais, dos membros da elite culta e da classe operária nos grandes centros urbanos, as condições econômicas gerais das décadas de 1920 e 1930, a evolução socioeconômica nas zonas rurais, ligada às safras comerciais,

* Agradeço à Oxford University Press a autorização para reproduzir certas passagens de meu trabalho, Pan-africanism and Nationalism in West Africa, OUP, 1973.

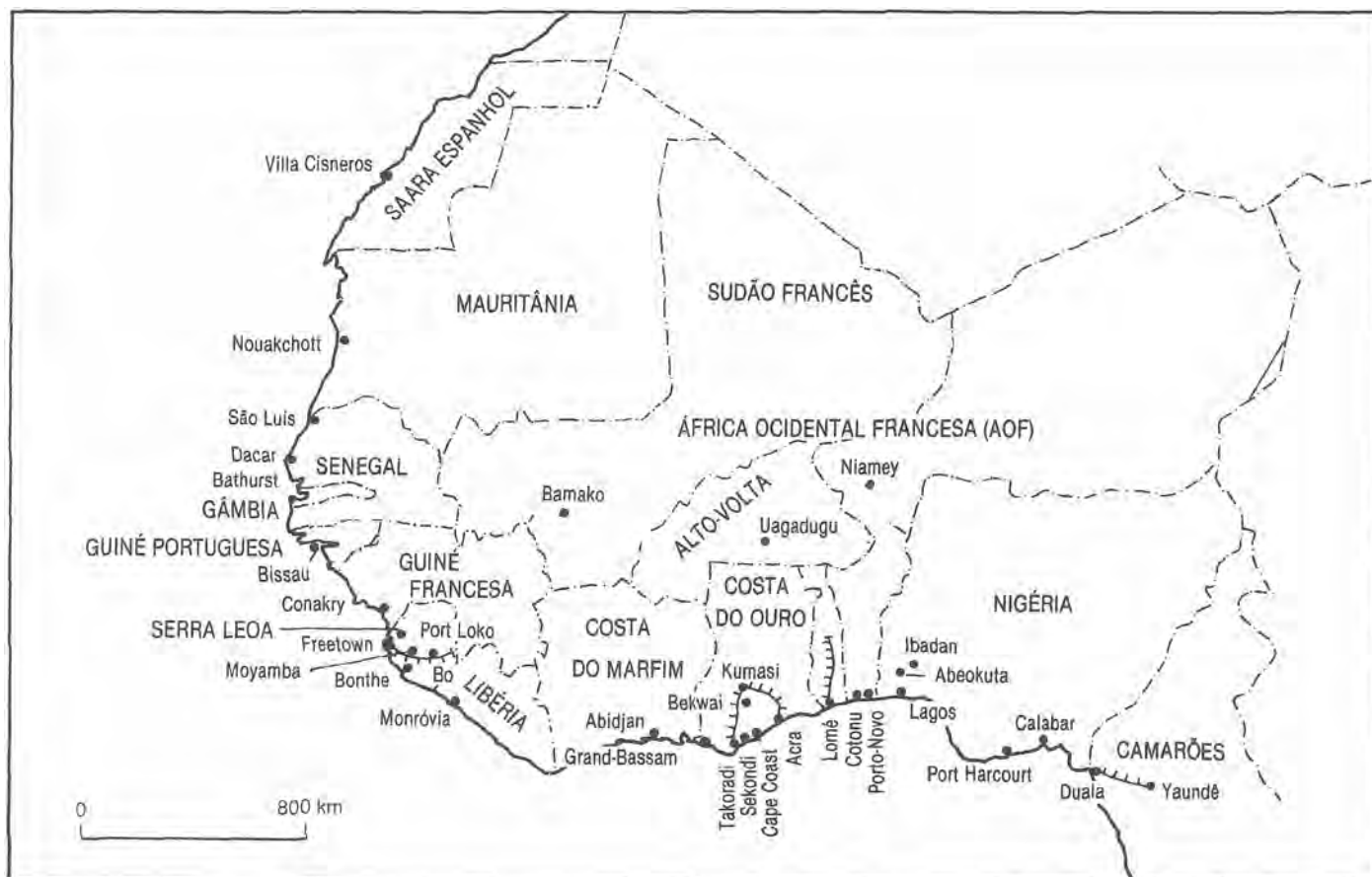



FIGURA 25.1 Política e nacionalismo na África ocidental, 1919-1935.

e, finalmente, a difusão do pan-africanismo e das atividades pan-africanas nessa região do continente.

Crowder apresentou (capítulo 12) de maneira detalhada as incidências da Primeira Guerra Mundial sobre a África e sobre as atividades nacionalistas. Podemos contentar-nos aqui de acentuar, em primeiro lugar, que a conscrição forçada de grande número de africanos provocou considerável irritação, principalmente nos territórios da antiga África francesa. Em segundo lugar, a guerra deu aos africanos a prova de que, afinal de contas, o homem branco não era um super-homem e que, portanto, seria possível resistir-lhe. Finalmente, após a guerra, os africanos ocidentais fiéis esperavam ver sua fidelidade recompensada por concessões e por uma participação mais importante na direção de seus próprios assuntos, esperança reforçada ainda pelos princípios da democracia liberal e da autodeterminação formulados por Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos da América, bem como por David Lloyd George, primeiro-ministro do Reino Unido. Por todas essas razões, muitos africanos ocidentais estavam evidentemente mais dispostos do que antes a participar dos movimentos de resistência anticolonialistas.

O período foi também o da consolidação do sistema colonial, com maior acento em seu caráter autoritário e racista. Foi nesse lapso de tempo que se reforçou a aliança entre chefes africanos tradicionais e dirigentes colonialistas. Adotou-se uma legislação variada para dar aos primeiros maiores poderes e praticamente excluir a nova elite educada e os membros das profissões liberais de qualquer participação na administração de seu próprio país. Isso criou uma situação tanto mais explosiva pelo fato de o período ter assistido ao aumento substancial dessa elite de intelectuais e profissionais liberais, devido à disseminação local da educação ocidental e à ida de um número cada vez maior de africanos para escolas do exterior. Nas zonas rurais, também, a expansão da agricultura de exportação, como a do cacau e do amendoim, favoreceu a emergência de um contingente sempre crescente de jovens de ambos os sexos que se tornavam mais ricos do que os chefes tradicionais e que, portanto, se ressentiam dos poderes não tradicionais e autoritários conferidos a esses chefes e de sua própria eliminação dos novos conselhos criados pelas chamadas autoridades indígenas. Todas essas transformações sociais foram com certeza determinantes para a gênese do nacionalismo e das atividades políticas na África ocidental.

As condições econômicas do período entre as duas guerras representavam um fator ainda mais importante. A primeira coisa a notar, contudo, no que concerne à política nacionalista na África ocidental anglófona nesse lapso é o modo como as crises comerciais e as modificações sobrevindas na economia

colonial afetaram as iniciativas e as reações da elite colonial de juristas e de negociantes, assim como da sub-elite de professores, funcionários e operários. Com efeito, a "revolução econômica" da África ocidental não só criou uma economia monetária e desenvolveu o comércio como também introduziu certos valores econômicos e sociais entre os empresários e certas classes sociais africanas, principalmente a dos juristas e comerciantes. Embora a situação de tais classes, sobretudo a dos pequenos comerciantes, tivesse começado a evoluir com o desenvolvimento da economia colonial, durante os últimos dez anos do século XIX, foi na realidade a Primeira Guerra Mundial e a crise econômica daí decorrente que tiveram sobre elas efeito mais imediato e mais importante. A estagnação das décadas de 1880 e 1890 já havia demonstrado que, devido à complexidade crescente das operações comerciais, à expansão dos mercados e à concorrência das empresas extraterritoriais, os empresários africanos tinham ou de se revelar mais eficazes ou de desempenhar um papel secundário na economia colonial. A Primeira Guerra Mundial, com seus controles econômicos, direitos discriminatórios de exportação, penúria monetária e perdas em navios, levou gradativamente os africanos educados, os homens de negócios e os membros das profissões liberais a compreender que uma página feliz acabava de ser virada e que chegara a era dos cartéis industriais capitalistas e de seus monopólios .

Em Serra Leoa, a frustração das classes cultas e dos comerciantes africanos, e o desemprego nas grandes cidades provocaram os tumultos de 1919, durante os quais o descontentamento suscitado pelo preço do arroz induziu os ataques contra os comerciantes sírios e libaneses, e a greve dos trabalhadores no mesmo ano. Embora voltados contra os levantinos (acusados de provocar a escassez, estocando gêneros essenciais, bem como de eliminar os comerciantes do lugar), esses tumultos foram de fato um protesto violento e espontâneo contra o que se considerava injustiças decorrentes da gestão da economia colonial. As pilhagens e desordens estenderam-se de Freetown a Moyamba, Kangahun (25-26 de julho de 1919), Mano, Boia, Makump, Bo, Bonthe, Mange e Port Loko. A situação era tão séria que foi preciso convocar tropas da Costa do Ouro. Além dos tumultos, houve uma greve dos técnicos e trabalhadores das estradas de ferro e das obras públicas, que reclamavam indenização de guerra idêntica à atribuída aos funcionários dos serviços oficiais e protestavam contra os baixos salários e a elevação dos pre-

ços dos alimentos[1]. Também em Gâmbia a inflação produzia efeitos sociais e políticos, acarretando pilhagens e pequenos furtos esporádicos, e greves de marítimos por melhores salários, tudo resultando na criação de sindicatos, principalmente a Gambia Native Defence Union.

A crise de 1921 não fez senão acentuar a agitação dos comerciantes da África ocidental, alguns dos quais estavam arruinados. A emissão de papel-moeda e a escassez de moeda de prata também não ajudaram a melhorar as coisas, e os comerciantes europeus eram acusados de açambarcar as notas bancárias e de praticar alta de preços. Segundo um jornal da Costa do Ouro, "os reis, os chefes e todas as classes da sociedade logo estarão reduzidos à mendicância, a menos que os africanos ocidentais se unam para frustrar as dissimuladas manobras dos magnatas dos cartéis industriais e comerciais". Em geral, portanto, todas essas dificuldades econômicas levaram a imprensa africana ocidental a reclamar a formação do National Congress of British West Africa, NCBWA (Congresso Nacional da África Ocidental Britânica), e a abolição do sistema administrativo das colônias da Coroa, para permitir que os africanos participassem mais da gestão da economia e que houvesse uma representação mais importante deles nos organismos administrativos e legislativos.

O último fator a desempenhar um papel fundamental foi o lançamento do movimento pan-africano e dentro dele, principalmente, as atividades do dr. W. E. B. Du Bois e de Marcus Garvey, especialmente na década de 1920. Estas questões são estudadas em detalhe no capítulo 29. Assinalemos aqui que os diversos congressos pan-africanistas organizados pelo dr. Du Bois (em Paris, em 1919; em Londres, Bruxelas e Paris, em 1921; em Londres e em Lisboa, em 1922; em Nova York, em 1927), aos quais assistiram participantes da África ocidental, não só deram um caráter internacional às atividades nacionalistas e à luta contra o colonialismo na África, em geral, e na África ocidental, em particular, como também reforçaram consideravelmente a tomada de consciência dos negros do mundo inteiro sobre sua condição de vítimas da opressão e da tirania. Esses congressos granjearam novos adeptos para a causa. nacionalista na África ocidental.

Examinemos agora, contra esse pano de fundo, as organizações e os movimentos que se constituíram no período entre as duas guerras e se tornaram porta-vozes das reivindicações e das exigências nacionalistas, de início na África Ocidental Britânica e depois na África ocidental francófona.

---

1 Public Record Office, Kew, CO, 267/582/45278; ver também *Sierra Leone Weekly News,* 19 de julho de 1919, p. 8.

Política e nacionalismo na África Ocidental Britânica

Movimentos e ligas da juventude

Essas organizações assumiram, na maior parte dos casos, a forma de sindicatos étnicos e de movimentos ou associações de juventude. O período entre as duas guerras assistiu à formação, em muitos países da África ocidental, em número sempre crescente, de uma infinidade de associações, clubes e sociedades (étnicas, de assistência social, literárias, de antigos alunos, de beneficência e de juventude). Inúmeros sindicatos igbo foram fundados em certas cidades da Nigéria, como Ibadan, Abeokuta e Lagos. Só na colônia e territórios ashanti da Costa do Ouro havia pelo menos cinquenta clubes e associações desse tipo desde 1930, em sua maioria fundados entre 1925 e 1930[2]. A título de exemplo, citemos o Achimota Discussion Group, o Literary and Social Club e o Eureka Club de Cape Coast, o Optimum Club, o Literary Club e o Social Club de Sekondi, o Young People's Club, o Cosmos Club e o Rodger Club de Acra, a Anun Improvement Society, a Ewe League, a Asante Kotoko Society de Kumasi e a Mekwai Kotoko Union. J. B. Danquah organizou alguns desses clubes e associações em um movimento, o Youth Conference Movement (Movimento da Conferência da Juventude), que realizou as primeiras reuniões em Acra, em 1929. Na Costa do Ouro e em Serra Leoa, L T. A. Wallace Johnson fundou a Youth League (Liga da Juventude) e a West African Youth League (Liga da Juventude Africana Ocidental). Em 1934, foi fundado o Nigerian Youth Movement (Movimento da Juventude Nigeriana), que, conforme demonstrou recentemente um especialista nigeriano, abrangia quase todos os jovens intelectuais da época[3] – H. O. Davies, Nnamdi Azikiwe, o dr. Vaughan, o dr. Kofo Abayomi e Obafemi Awolowo.

Tais clubes e associações eram dirigidos quer por membros da elite intelectual formada pelos missionários, quer por jovens advogados, médicos ou homens de negócios. Embora o objetivo perseguido por esses dirigentes fosse arrebatar o poder político dos antigos dirigentes nacionalistas conservadores do Congresso (do que se tratará mais adiante), nenhum desses movimentos, com exceção da West African Youth League, formulou exigências radicais, apesar da deterioração da situação econômica das décadas de 1920 e 1930. Não reclamavam senão mais equipamentos escolares e de melhor qualidade, a criação de universidades,

2 HAGAN, 1968.

3 OLUSANYA, 1980, p. 558.

aumento de vencimentos e salários, representação equitativa nos conselhos legislativos e executivos, abolição da discriminação racial, acesso aos mais altos postos da função pública, mercados econômicos garantidos para os africanos e melhores relações entre a administração colonial e os africanos. Foram essas, por exemplo, as exigências apresentadas pela Youth Conference na Costa do Ouro, quando de sua primeira reunião em Acra, organizada por Danquah em 1929.

Exigências semelhantes foram formuladas pelo Nigerian Youth Movement (NYM), que preconizava uma maioria africana no Conselho Legislativo e reclamava que todos os africanos estivessem aí representados, de modo progressivo. A carta do NYM também exigia o sufrágio universal, criticava ao mesmo tempo a prática do poder indireto e a representação dos interesses econômicos e comerciais europeus no Conselho Legislativo e, finalmente, insistia na nigerianização progressiva da função pública. No plano econômico, a carta reclamava, como a Gold Coast Youth Conference (Conferência da Juventude da Costa do Ouro), que os africanos participassem em pé de igualdade ao lado da potência colonial na gestão da economia. Expunha mesmo as grandes linhas de um plano quinquenal de desenvolvimento, em que se dava prioridade à produção de bens de consumo, ao desenvolvimento do sistema bancário, à indústria têxtil e aos transportes. Por outro lado, preconizava a criação de sociedades cooperativas para ajudar os nigerianos a adquirir certas indústrias e a fundar bancos agrícolas que contribuíssem para a modernização da agricultura e para a melhora do nível de vida do campesinato. A carta condenava o monopólio das empresas extraterritoriais e recomendava a adoção de programas de assistência social aos trabalhadores nigerianos. No plano sociocultural, reclamava a implantação de um programa de ensino primário e de ensino de massa financiado pelo Estado, assim como recomendava a adoção de programas de educação pós-escolar e de educação sanitária, sob a responsabilidade das autoridades administrativas centrais e locais.

O único movimento a adotar posições extremistas foi a West African Youth League, dirigida por I. T. A. Wallace Johnson (ver fig. 25.2), um sindicalista de Serra Leoa que havia estudado em Moscou, de 1931 a 1932. Quando voltou para a África ocidental, estava decidido a criar uma nova força política que se apoiasse nos trabalhadores e nos desempregados das áreas urbanas para a derrubada do sistema colonial. Fundou a Youth League, na Costa do Ouro, organizando os trabalhadores em sindicatos e lançando-os contra o sistema colonial, com seus artigos de tom violento, quase sedicioso, e com a habilidade com que sabia tirar partido das queixas das populações que sofriam com o desemprego, a alta dos preços dos alimentos e a frustração causada pela baixa

constante do valor das exportações de cacau desde 1929. Suas tentativas de mobilizar os descontentes e radicalizar assim a política local fizeram com que ele fosse considerado pela administração colonial um perigoso extremista, pago pelos comunistas para aliciar a juventude africana, pelo que foi expulso para Serra Leoa. Lá, criou filiais da Youth League (em Freetown e em Bo) e lançou um jornal, *The Sentinel,* que fez campanha contra as condições de trabalho e o decreto sobre educação *(Education Ordinance).*

Além das campanhas de imprensa e das petições, os movimentos da juventude participavam das eleições locais e também recorreram à greve. Estiveram assim envolvidos nas manifestações, tumultos e greves de Freetown, em Serra Leoa (1926-1931), bem como em Bathurst (atual Banjul), em Gâmbia (1929). Em Acra, o Youth Movement, dirigido por Kojo Thompson, advogado de Acra, bem como pelo jornalista nigeriano Nnamdi Azikiwe, participou das eleições municipais locais sob a égide do Partido Mambii, contra os nacionalistas mais velhos e mais conservadores, como o dr. F. V. Nanka-Bruce, enquanto a Youth League tomava parte nas eleições locais de Cape Coast. O Nigerian Youth Movement, sustentado pelo *West African Pilot,* de Azikiwe, também lançou vigorosa campanha, aliás coroada de sucesso, contra o Nigerian National Democratic Party (Partido Democrático Nacional Nigeriano), o partido conservador de Herbert Macaulay, que dominava o cenário político de Lagos desde sua fundação, em 1923.

Apesar disso, os movimentos da juventude não realizaram senão parcialmente seus objetivos. Os êxitos eleitorais da década de 1930 não conseguiram desalojar os dirigentes conservadores, e os programas econômicos que delinearam revelaram-se inaplicáveis no quadro de um sistema semicolonial de administração. Se é certo que a maior parte das atividades dos movimentos da juventude não produziu resultados políticos importantes, além de algumas vitórias eleitorais nas áreas urbanas, o estilo político do movimento nacionalista de 1945 em diante, na África Ocidental Britânica, deve bastante à experiência adquirida por certos dirigentes nos movimentos da juventude.

Partidos políticos

Além dos movimentos da juventude, vários partidos políticos foram criados para fazer campanha a favor das reformas. O mais conhecido é o Nigerian National Democratic Party, fundado por Herbert Macaulay em 1923 (ver fig. 25.3). Os objetivos desse partido eram os seguintes:

FIGURA 25.2 I. T. A. Wallace Jonhson (1894-1965), jornalista de Serra Leoa, sindicalista, pan-africanista e político nacionalista, discursando num comício. (Foto: Longman.)

> Afirmar os direitos à segurança e ao bem-estar das populações da colônia e do protetorado da Nigéria enquanto partes integrantes do Commonwealth do império britânico e portar a bandeira do 'Bem, da Verdade, da Liberdade e da Justiça ao empíreo da Democracia, até a realização de sua ambiciosa meta de 'um governo do povo, pelo povo, para o povo' [...] e, ao mesmo tempo, manter uma atitude de inquebrantável lealdade ao trono e à pessoa de Sua Majestade o Rei e Imperador, sendo estritamente constitucional na adoção de seus métodos e de seus modos de ação[4].

Em seu programa figuravam a nomeação e a eleição dos membros do Conselho Legislativo de Lagos, a obtenção de um estatuto municipal e de um governo local autônomo para Lagos, o desenvolvimento do ensino obrigatório em toda a Nigéria, a africanização da função pública, a liberdade e a equidade do intercâmbio comercial no país, a igualdade de tratamento dos comerciantes e dos produtores e, por fim, o desenvolvimento econômico dos recursos naturais locais por empresas privadas sob controle. O partido recorreu aos métodos habituais para a consecução de seus objetivos, participando vitoriosamente das eleições realizadas em Lagos em 1923, 1928 e 1933. Em 1930, organizou grandes comícios e enviou delegações ao governador, para "discutir questões de ordem natural, como a crise do comércio e a nomeação e deposição dos chefes"[5]. Ele dominou o cenário político de Lagos até 1938, ano em que foi batido pelo Nigerian Youth Movement.

Sindicatos

O movimento sindical foi igualmente um dos meios de expressão dos sentimentos anticolonialistas e das reivindicações nacionalistas. Enquanto se fundavam numerosos sindicatos nas Áfricas central e austral, a começar pelo primeiro, a Industrial Workers and Commercial Union, criada em 1919 por Clements Kadalie na África do Sul, com uma filial na Rodésia do Sul, estabelecida em 1927, o governo francês aparentemente não permitia a atividade sindical na África ocidental antes de 1937. Quanto aos ingleses, só a toleraram oficialmente depois de 1932, em Gâmbia, em 1939, em Serra Leoa, e em 1941, na Nigéria e na Costa do Ouro[6]. Mas, embora as atividades sindicais não fossem autorizadas nem estimuladas oficialmente durante esse período, vários sindicatos surgiram à luz do dia, principalmente em razão do elevado custo de vida. É o caso de

4 Apud COLEMAN, 1958, p. 198.

5 Ibid., p. 199.

6 CROWDER, 1968, p. 351-2.

FIGURA 25.3 A delegação do National Congress of British West Africa que visitou Londres em 1921. Da esquerda para a direita: sentados, dr. Bankole-Bright (Serra Leoa), T. Hutton Mills (Costa do Ouro), chefe Oluwa (Nigéria), J. E. Casely Hayford (Costa do Ouro), H. Van Hein (Costa do Ouro); de pé, J. Egerton Shyngle (Nigéria), H. M. Jones (Gâmbia), H. Macaulay (Nigéria), T. M. Oluwa (Nigéria), F. W. Dove (Serra Leoa), E. F. Small (Gâmbia). (Foto: Clarendon Press, Oxford.)

citar a Railway Workers Union, de Serra Leoa, a Nigerian Mechanics Union, fundada em 1919, e a Gambia Native Defence Union. As armas clássicas desses sindicatos eram a greve, o boicote e o bloqueio de mercadorias. A primeira série de greves atingiu as estradas de ferro e as minas. Os operários das ferrovias fizeram greve pela primeira vez em 1919, em Serra Leoa, seguida por outra em 1926. Os trabalhadores das minas de ouro ashanti fizeram greve em 1924, em Obuasi, na Costa do Ouro; houve outra nas minas de carvão de Enugu, em 1925; no mesmo ano, foi a vez dos operários e funcionários da ferrovia Dacar-Saint Louis[7]. Em todos esses casos, os grevistas reivindicavam melhores salários e condições de trabalho.

Movimentos interterritoriais e movimentos internacionais: o National Congress of British West Africa

A organização e as perspectivas das associações, partidos e movimentos a que nos vimos referindo tinham caráter local ou regional. O que todavia distingue os movimentos políticos verificados entre as duas guerras daqueles que existiram imediatamente antes e depois do período é o nascimento de um movimento interterritorial na África Ocidental Britânica e de movimentos internacionais nas capitais dos países colonizadores. O primeiro deles foi o National Congress of British West Africa (NCBWA), na África ocidental, e o segundo a West African Students Union (União dos Estudantes Africanos Ocidentais), fundada em Londres.

O NCBWA foi, incontestavelmente, o mais interessante dos movimentos nacionalistas jamais surgidos na África ocidental, entre as duas guerras [8]. O movimento foi resultado dos esforços de J. E. Casely Hayford, jurista e intelectual da Costa do Ouro, bem como do dr. Akiwande Savage, da Nigéria; a influência dominante que sempre exerceu não foi a dos chefes tradicionais, mas sim a de membros das profissões liberais, juristas, médicos e empresários. A alma do movimento foi sem dúvida Casely Hayford, cujo idealismo, percepção das realidades políticas e fé na unidade dos povos africanos permitiram que o NCBWA sobrevivesse de 1920 a 1930 e introduzisse na política africana ocidental um tom pan-africanista que só se reencontraria 25 anos depois nos esforços de Kwame Nkrumah.

7 Ibid., p. 352.

8 Para maiores detalhes, ver LANGLEY, 1973.

Conforme já sublinhei na análise do meio socioprofissional dos dirigentes do NCBWA[9], a classe dirigente tinha herdado o individualismo possessivo da democracia liberal do Ocidente, principalmente a doutrina, cultivada na época vitoriana, do *laissez-faire,* da ideia de que saber é poder, da fé no progresso e na harmonia natural dos interesses e, também, da convicção de que a "liberdade dentro da ordem" e a propriedade privada andam de mãos dadas.

Além disso, para a maior parte dos dirigentes, a "África Ocidental Britânica" representava uma entidade mais importante do que a Costa do Ouro, Serra Leoa ou Nigéria. Essa identificação da parte com o todo deveria continuar até a crise econômica de 1929 e da década de 1930, época em que se impôs uma concepção nacionalista mais estreita[10]. A burguesia urbana culta da África ocidental, desde a diáspora de Serra Leoa do século XIX até o final da década de 1930, tinha mais pontos em comum e se comunicava mais facilmente com a burguesia das cidades do litoral africano do que com seus irmãos do interior.

Não admira que a *intelligentsia* nacionalista, da qual se afirmava não ter história para se levar a sério, consciente do fato de que seu próprio grupo socio-econômico não via perspectivas dentro do sistema colonial, chegasse a preferir uma "nacionalidade africana ocidental" utópica a um sistema político em que ela não podia fazer ouvir sua voz e o qual, de todo modo, ela considerava um sistema de opressão, já pelo fato de ser estrangeiro. Os jornais da Costa do Ouro denunciavam incansavelmente a dominação estrangeira. Como observava um dos editoriais: "A introdução do sistema britânico de governo em lugar do sistema anterior constitui uma usurpação que nenhuma nação preocupada com sua dignidade jamais admitiria".

Apesar de todas essas objeções contra a "dominação estrangeira", nunca se tratou de cortar os laços com a potência colonial. A dominação estrangeira era má, sem dúvida, mas havia boas razões para aceitá-la; era melhor reclamar maiores oportunidades para um grupo social em particular e fazer reivindicações moderadas do que se desembaraçar completamente dessa dominação; e, afinal, a gente ainda era "livre", à sombra da Union Jack (bandeira britânica). O próprio Herbert Macaulay, considerado pela administração um "veneno" para

9 Ibid., capítulo IV.

10 Por exemplo, o *Gold Coast Leader,* de 26 de setembro de 1928, afirmava: "A ideia de que as populações da Costa do Ouro formam uma nação é fundamental". Por sua vez, o *Sierra Leone Weekly News,* de 27 de outubro de 1928, declarava: "Por mais que se fale, Serra Leoa é nosso país [...]". É interessante verificar, no entanto, que entre 1918 e 1939 a quase totalidade da imprensa considerava antes a África ocidental como um vasto conjunto do que como uma série de colônias. EDMUND, W. D., 1951, p. 113.

a política de Lagos, podia falar com sinceridade dos "numerosos benefícios da Pax Britannica". O NCBWA declarava, por sua vez:

> Que a política do Congresso será a de manter estritamente e invioláveis os laços das dependências britânicas da África ocidental com o império britânico, e conservar sem reserva todos os direitos de livre cidadania do império, assim como o princípio fundamental segundo o qual a taxação fiscal acompanha uma representação efetiva [...] para contribuir para o desenvolvimento das instituições políticas da Africa Ocidental Britânica sob a proteção da Union Jack [...] e, com o tempo, garantir dentro de suas fronteiras o governo do povo, pelo povo, para o povo; de assegurar oportunidades iguais para todos, preservar as terras do povo para o povo[11]

Enfim, os dirigentes do NCBWA também se consideravam, em vista de sua posição sócioprofissional, a única categoria de pessoas qualificadas para controlar por meios constitucionais o que histéricos racistas norte-americanos como Lothrop Stoddard e Madison Grant classificavam como "a maré crescente das pessoas de cor contra a supremacia branca".

É importante elucidar a atitude dos chefes desse movimento, a fim de sublinhar o fato de que, apesar de todos os discursos sobre a raça, eles eram essencialmente colaboradores, de objetivos políticos extremamente limitados, uma sub-elite cujos interesses coincidiam geralmente com os dos senhores estrangeiros contra os quais faziam agitação. Embora alegassem falar em nome "do povo", as aspirações da pequena burguesia nacionalista não se confundiam com as do povo. De fato, eram as contradições dentro do próprio sistema colonial que eles procuravam harmonizar, a fim de proteger e de promover seus próprios interesses sem subvertê-lo. Daí o caráter constitucional de suas reivindicações e o fato de eles reconhecerem os benefícios da dominação colonial britânica. Pondo de lado seu pan-africanismo, seu principal objetivo era obter instituições representativas que protegessem suas pretensões socioeconômicas e realçassem seu papel na sociedade colonial[12].

O NCBWA reuniu-se pela primeira vez em Acra de 11 a 29 de março de 1920. A primeira sessão, da qual participaram delegados da Nigéria, da Costa do Ouro, de Serra Leoa e de Gâmbia, despertou vivo interesse na África, em Londres e até nas Antilhas[13]. A "humilde petição" com que a conferência

---

11 Constituição do National Congress of British West Africa (NCBWA). Ver também as resoluções da *Conference of Africans of British West Africa,* Acra , 1920, p. 9.

12 Ver HOBSBAWM, 1964, p. 176-7, e o interessante artigo de KILSON, 1958.

13 *Gold Coast Times,* 15 de setembro de 1931, p. 11; *West African Nationhood,* 9 de abril de 1931.

revestiu suas resoluções proclama "a fidelidade e o devotamento sinceros 'de seus membros' ao trono e à pessoa de Sua Majestade o Imperador-Rei". Suas recomendações implicavam não a destruição, mas a modificação das estruturas administrativas existentes. As mudanças constitucionais preconizadas compreendiam a reorganização dos conselhos legislativos da África ocidental, em que a metade de seus membros seria nomeada pela Coroa e a outra metade seria eleita pelo povo; além disso, uma câmara parcialmente eleita teria poderes de regulamentação em matéria fiscal. Eles condenavam a rígida política colonial, que consistia em só nomear europeus para os postos oficiais mais elevados. Reclamavam a criação de organismos municipais e de uma universidade africana ocidental, segundo as recomendações formuladas em 1872 por E. W. Blyden, com o apoio do governador de Serra Leoa, John Pope-Hennessy.

Queixavam-se dos controles econômicos e fiscais do pós-guerra e do crescente poderio das empresas estrangeiras. É interessante notar que a conferência, em desespero de causa e sob a influência dos meios comerciais e da Universal Negro Improvement Association (UNIA), de Marcus Garvey, por intermédio do reverendo patriarcal G. Campbell, adotou a seguinte resolução:

> A presente conferência, estimando que a concorrência comercial nas dependências britânicas da África ocidental deve estar livre de qualquer entrave, exprime seu vivo descontentamento com a adoção do decreto relativo aos direitos sobre as exportações de polpa de coco [...] e que, em razão das dificuldades experimentadas até agora, na questão do espaço no cais sob bandeira britânica, por legítimos comerciantes e armadores africanos, ela se declara a favor da concorrência em matéria de navegação, mais particularmente no que se refere à Black Star Line.

A conferência propôs reformas jurídicas e, principalmente, a criação de um tribunal de apelação africano ocidental. Em reconhecimento da "importante parte que a imprensa exerce no desenvolvimento nacional", foi igualmente decidida a criação de uma União da Imprensa da África Ocidental: um comitê de experimentados jornalistas deveria estudar a questão de uma melhor coordenação da imprensa de língua inglesa da África ocidental. Também foi proposta a criação de um órgão oficial do NCBWA, dirigido por J. B. Casely Hayford e financiado pelo Congress Inaugural Fund, cujo título seria *British West African National Review.*

A questão das reformas sanitárias e médicas também foi examinada detalhadamente: o dr. H. C. Bankole-Bright (Serra Leoa) apresentou comunicações de alto nível técnico. A conferência também se ocupou da segregação racial e da

situação dos médicos africanos nos serviços públicos. A grave e eterna questão agrária foi igualmente levantada, sendo objeto de uma declaração acerba:

> A presente conferência estima que o princípio da tutela sobre as terras das populações da África Ocidental Britânica deu lugar a exageros, convindo afirmar que o nativo desta parte da África é, em média, perfeitamente capaz de se ocupar de seus próprios interesses com a terra.

A conferência condenou o direito que as potências europeias se arrogavam de trocar ou dividir territórios sem contemplar a vontade da população, não a levando em consideração, o que equivalia a uma espécie de escravatura. Denunciou em particular a partilha do Togo entre os governos inglês e francês e a entrega de Camarões à França, sem que as populações tivessem sido consultadas ou que se levassem em conta seus desejos nessa matéria. E demandou respeitosamente ao governo de Sua Majestade a garantia de não consentir em caso algum que fosse atingida a integridade territorial das quatro colônias britânicas da África ocidental. Por fim, a conferência constituiu-se em National Congress of British West Africa (NCBWA) e decidiu enviar representantes a Londres, onde estes exporiam suas opiniões.

Uma delegação de Gâmbia, de Serra Leoa, da Costa do Ouro e da Nigéria desembarcou em Londres em 1921 para solicitar ao governo de Sua Majestade que outorgasse representação eletiva às quatro colônias (fig. 25.3). Casely Hayford, que representava a Costa do Ouro, chefiava a delegação, a qual apelou para diversos grupos parlamentares e organizações humanitárias. A delegação tinha o apoio da Câmara de Comércio de Liverpool, de Albert Cartwright, redator-chefe de *West Africa,* e de alguns influentes homens públicos. No entanto, em vista da oposição de *sir* Hugh Clifford (governador-geral da Nigéria), de Gordon Guggisberg (governador da Costa do Ouro), assim como de alguns chefes da Costa do Ouro conduzidos por Nana Sir Ofori Atta, e, sobretudo, em razão da atitude negativa do Colonial Office, durante a gestão do visconde Milner como secretário de Estado, a petição do NCBWA foi rejeitada, essencialmente porque seus dirigentes não representavam a maioria do povo dos quatro territórios.

O NCBWA reuniu-se novamente em Freetown (janeiro-fevereiro de 1923), em Bathurst (dezembro de 1925 a janeiro de 1926) e em Lagos (1930), embora a política reivindicativa do movimento fosse no essencial conduzida pelos diversos comitês territoriais criados em Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro e Nigéria. A sessão de Freetown, à qual a elite social da cidade deu total apoio, ratificou a constituição do movimento e definiu precisamente as funções respectivas do

presidente, do secretário-geral, do conselho executivo, do tesoureiro e do comitê executivo central. A conferência ainda recomendou à sessão de Freetown a criação de um órgão de imprensa, que se intitularia *British West African Review,* para noticiar todas as atividades das diferentes regiões territoriais. O secretário-geral, cuja sede ficava em Sekondi (Costa do Ouro), recebia relatórios trimestrais dos secretários de cada comitê territorial. Significativamente, a constituição do NCBWA, ratificada em Freetown, tratava também da cooperação econômica entre os países da África ocidental e recomendava vivamente às sucursais do NCBWA que educassem a opinião pública e, especialmente, os homens de negócios e os chefes de empresas africanos quanto aos meios a empregar no sentido do desenvolvimento econômico da África ocidental.

Quando da sessão de Bathurst, realizada entre 24 de dezembro de 1925 e 10 de janeiro de 1926, o NCBWA, depois de lembrar a rejeição das petições do comitê local, que reclamavam desde 1920 uma representação eletiva, concluía que "uma constituição seria a melhor garantia da expressão efetiva e eficaz da opinião pública"; era hora de aplicar integralmente à colônia de Gâmbia o princípio da representação eletiva; e, por fim, as várias sucursais do NCBWA deveriam encarar seriamente o problema de uma federação da África ocidental britânica, dotada de um governador-geral, e que, em tempo útil, gestões deveriam ser feitas junto do governo de Sua Majestade para que esse projeto fosse examinado com atenção e simpatia.

A sessão de Bathurst advogou também o estabelecimento de escolas nacionais, a instrução obrigatória em todas as áreas urbanas, o ensino agrícola e industrial para as zonas rurais e a criação de bancos e de cooperativas agrícolas. Já havia reclamado a "independência econômica e comercial" da África ocidental, a criação de um tribunal de recursos africano ocidental e a nomeação de africanos para os postos superiores do aparelho judiciário. Convém notar que o Gambia Women's Auxiliary Committee, da sucursal gambiana do NCBWA, participou das deliberações da sessão de Bathurst. Graças ao apoio do Partido Democrático Nacional da Nigéria, de Herbert Macaulay, bem como aos enérgicos esforços de membros da seção de Lagos, tais como J. C. Zizer, o reverendo W. B. Euba e B. M. E. Agbebi, a quarta sessão realizou-se em Lagos no ano de 1930.

Que logrou obter o NCBWA? Embora prosseguisse suas atividades durante toda a década de 1920, sua realização essencial foi a adoção de novas constituições que admitiram o princípio da representação eletiva na Nigéria, em 1923, em Serra Leoa, em 1924, e na Costa do Ouro, em 1925. Pensava-se que semelhante modificação fora obtida graças à iniciativa de *sir* Hugh Clifford, então governa-

dor da Nigéria[14]. Ora, o autor destas linhas pôde concluir, de maneira irrefutável, que a concessão foi outorgada em consequência das constantes pressões exercidas pelas diferentes sucursais do NCBWA sobre suas respectivas administrações[15]. A entidade conseguiu também inocular nos dirigentes políticos da África Ocidental Britânica um sentimento de unidade e de destino político comum. Em contraposição, não logrou realizar a independência econômica nem a unificação das quatro colônias britânicas, tampouco qualquer melhora ou atenuação do sistema colonial. Pelo contrário, na década de 1930, o colonialismo estava ainda mais solidamente entrincheirado do que na década anterior.

Politica rural ou nacionalismo das massas rurais entre as duas guerras

A propósito dos movimentos da juventude, do NCBWA e dos sindicatos, estudamos o nacionalismo e a política tal como se exprimiam no meio urbano, sob a direção da elite instruída e dos membros das profissões liberais. Mas, como revelam pesquisas recentes – e as pesquisas futuras em outros países da África ocidental confirmarão, infirmarão ou modificarão estas conclusões –, as atividades nacionalistas africanas não se limitaram aos centros urbanos. De fato, elas se estenderam às zonas rurais, às diferentes entidades soberanas, aos Estados e às comunidades e, neste caso, os principais protagonistas eram, de um lado, os homens do povo e os agricultores, instruídos ou analfabetos, e, de outro lado, os chefes tradicionais. Algumas vezes, estes últimos opuseram-se ao sistema colonial com a ajuda de seus súditos; outras, os súditos os acusaram de ser agentes desse mesmo sistema. São pouquíssimas as informações disponíveis sobre um outro aspecto da questão, que é saber se havia ou não conexão entre a política urbana e a política rural, e se ambas se influenciavam mutuamente e como.

Pode-se ilustrar a situação buscando inspiração nos resultados das pesquisas limitadas que se fizeram até agora em Gana[16]. O período entre as duas guerras foi assinalado na Costa do Ouro, como nas outras colônias britânicas da África ocidental, pela instauração e consolidação do sistema de governo indireto nas zonas rurais por meio de certo número de decretos e leis: Native Jurisdiction Amendment Ordinance (1910), Guggisberg Constitution (1925), Native Administration Ordinance (1927) e Native Administration Revenue Bill (1931). Todas essas medidas, que davam aos chefes tradicionais poderes que

14 Ver LANGLEY, 1973, capítulo IV.

15 Ibid., p. 243-5.

16 Ver ADDO-FENING, 1975; SIMENSEN, 1975a; STONE, 1975.

eles jamais haviam tido até então, como o de recolher impostos e aplicar multas, correspondiam, segundo Stone, a "uma tentativa de fazer dos chefes uma peça da administração 'colonial'." Do ponto de vista econômico, essa época assistiu a uma alternância de fases de prosperidade e de recessão e inflação – estas últimas nos anos de 1915 a 1917, 1929 e 1930, e de 1935 a 1940. Foi também a época da expansão da indústria do cacau nas zonas rurais, especialmente nas regiões de Akuapem e de Akyem Abuakwa, onde um número cada vez maior de jovens agricultores e de comerciantes que transacionavam com países distantes enriquecem. Do ponto de vista social, foi igualmente o período em que o ensino primário foi estendido às regiões rurais. Algumas pessoas que o receberam mudaram em seguida para as cidades, mas outras permaneceram no local e se entregaram à agricultura ou ao pequeno comércio. Devido a tantas alterações ocorridas em sua situação socioeconômica, esses rurícolas começaram a exigir uma mudança correspondente em sua condição política e, sobretudo, representação nos conselhos nacionais e provinciais – exigência que a legislação acima citada não permitia satisfazer os objetivos essenciais das populações rurais eram, portanto, a representação naqueles conselhos e, acima de tudo, restrições aos crescentes poderes dos chefes tradicionais e dos comissários; além disso, reclamavam a supressão ou a redução de certas taxas e multas que os chefes e comissários lhes impunham.

Como demonstram pesquisas recentes feitas em Gana, os habitantes das zonas rurais tinham forjado dois instrumentos para a consecução desses objetivos, nomeadamente o instrumento tradicional das companhias *asafo,* isto é, organizações permanentes dos povos de língua akan para fins militares e sociais, fora do controle dos chefes tradicionais ou da elite política, assim como novas associações, como a Cocoa Farmers Association e a Gold Coast Federation of Cocoa, criadas respectivamente em 1910 e em 1928. Os métodos empregados por tais organizações eram as petições e os bloqueios da expedição de cacau. A mais interessante dessas companhias *asafo,* nascida nas zonas rurais, foi a Kwahu [17]. Em 1915, agrupando gente comum de todas as regiões do Kwahu, ela reuniu-se em Abetifi, convocou o *omanhene* do Kwahu e o obrigou a assinar um documento por ela preparado, que enunciava certo número de preceitos "regulamentando a vida política e econômica do Estado". Em 1917, o documento foi oficialmente ratificado pelo Conselho de Estado de Kwahu e ficou conhecido mais tarde como a *Magna Carta.*

17 SIMENSEN, 1974 e 1975b.

Nos termos desse documento, os direitos e as multas impostos pelos chefes tradicionais eram reduzidos e regulamentados. O Conselho de Okwahuman tornava-se um organismo realmente representativo dos chefes e do povo e quem não assistisse às sessões podia ser multado. Os regulamentos relativos às atividades socioeconômicas eram ainda mais interessantes e detalhados. O comércio de produtos alimentícios devia ser centralizado em certas cidades; estabelecia-se uma lista detalhada dos preços do mercado e dos custos do comércio; a exportação de peixe e de gado de Kwahu era proibida e instituía-se uma regulamentação para o casamento, as responsabilidades familiares em caso de dívidas, enterros, adultério cometido pelos chefes etc. Como observava J. Simensen, "esta carta é provavelmente o documento mais detalhado que possuímos, desde o início da dominação colonial na Costa do Ouro, sobre os esforços do povo para reduzir os poderes da elite tradicional e afirmar mais eficazmente sua própria influência nos domínios jurídico e legislativo"[18].

O segundo método ao qual recorreu a população das zonas rurais foi a destituição (deposição) de seus chefes tradicionais, prática que marcou a vida política de todas as zonas rurais da Costa do Ouro (atual Gana) entre as duas guerras. Entre 1910 e 1944, somente na região de Akyem Abuakwa, houve pelo menos 35 destituições de chefes "divisionários". As acusações que lhes eram feitas variavam entre abuso do poder, venda ilegal de terras, multas excessivas e execução de medidas decididas pela administração colonial em matéria de impostos e de trabalho obrigatório.

As mais interessantes e significativas destituições foram as verificadas em 1932: nesse ano, todas as companhias *asafo* da região de Akyem Abuakwa entraram em acordo para depor os principais chefes e chegaram a lançar contra o *omanhene* em pessoa, Nana Sir Ofori Atta, acusações com vistas à sua destituição. É interessante notar que essas acusações dos *asafo* foram desencadeadas pela decisão do Conselho de Estado de Akyem Abuakwa de aprovar a medida da administração do imposto indígena proposta pelas autoridades coloniais, conferindo a esse Conselho o poder de tributar seus administrados. Como Simensen demonstrou, a lista das acusações feitas contra o *omanhene* revela "que a gente do povo tomava cada vez mais consciência de que muitos de seus problemas provinham do fato de os chefes estarem sendo integrados na estrutura administrativa do governo colonial, escapando assim ao poder do povo"[19]. A ação dos *asafo* dirigia-se, portanto, contra a administração colonial e, ao mesmo tempo,

18 SIMENSEN, 1975a, p. 37-8.

19 SIMENSEN, 1974.

contra os chefes tradicionais. É sintomático que só a oportuna intervenção das autoridades coloniais tenha podido salvar Ofori Atta, ainda que ele tenha cedido a certas exigências dos *asafo ;* por exemplo, admitindo três membros da Akyem Abuakwa Scholars Union no Conselho de Estado, em 1933.

Outro método empregado pelas populações rurais consistia em suspender a venda do cacau. Em 1921-1922, 1930-1931 e 1937-1938, plantadores de cacau, sob a chefia de John Kwame Ayew e de John Tette-Ansah, ambos homens instruídos, recusaram-se a vender seu produto enquanto não aumentassem os preços[20]. Em 1937-1938, uma manifestação apoiada por alguns chefes tradicionais, entre os quais o grande chefe de Akyem Abuakwa, Nana Sir Ofori Atta, assumiu grande escala. Hopkins fala dela como "a última e a mais importante manifestação do descontentamento rural antes da Segunda Guerra Mundial". Também houve fatos semelhantes nas regiões de Akyem Abuakwa, de Akuapem e de Akyem Swedru.

Das pesquisas efetuadas, fato notável é até agora não ter havido conexão formal entre movimentos urbanos e rurais, mas sim contatos individuais, como aqueles entre J. B. Danquah e a gente do povo da região de Akyem Abuakwa e entre Kobina Sekyi, jurista e nacionalista de Cape Coast, e a população de Denkyira e de Abyan Anassa[21].

O caso da Costa do Ouro mostra, portanto, que as atividades políticas e o nacionalismo do período entre as duas guerras se manifestavam não só nas áreas urbanas, mas também no interior, incluindo gente do povo e agricultores. Os resultados de pesquisas realizadas em outros países virão sem dúvida confirmar as conclusões tiradas em Gana.

Resultado das atividades nacionalistas na África Ocidental Britânica

Resta saber, então, por que o movimento nacionalista na África Ocidental Britânica teve uma influência tão limitada sobre o povo e os governos coloniais.

A primeira resposta, e a mais importante, é que nunca nem o NCBWA nem os movimentos da juventude tiveram base popular e não havia conexão significativa entre atividades políticas urbanas e rurais. Os dirigentes políticos, portanto, não podiam ser considerados pelas autoridades coloniais como representativos das massas populares, estratégia seguida de fato por *sir* Hugh Clifford e pelo Colonial Office. Clifford via nos dirigentes do NCBWA "um grupo de

20 HOPKINS, 1966b.

21 STONE, 1975.

burgueses africanos escolhidos e nomeados por eles próprios, reclamando em vão e equivocadamente constituições e regimes políticos inadequados e inaplicáveis à África".

Em segundo lugar, malgrado todos os seus discursos, nem os dirigentes do NCBWA nem os dos movimentos da juventude estavam dispostos a lançar mão de métodos radicais para atingir seus objetivos. Havia o costume de pensar que um radicalismo político inteiramente novo se manifestara entre as duas guerras na África ocidental. Mas tanto os objetivos como os métodos dos grupos e das associações nacionalistas mostram que, apesar das crises econômicas, a política anticolonialista jamais assumiu moldes revolucionários. Como se viu, a política nacionalista do período entre as duas guerras deve ser considerada um fenômeno de transição, durante o qual tanto os chefes tradicionais como as camadas cultas tomaram parte em campanhas políticas. Esse período foi, ao mesmo tempo, para certos dirigentes dos movimentos nacionalistas após 1945, o de sua formação. Houve tendências mais radicais por volta de 1935, é verdade, mas, regra geral, eram moderadas no quadro do regime colonial, em que a independência política não constava decididamente do programa.

Em terceiro lugar, os repetidos conflitos em que se envolviam os dirigentes desses movimentos prejudicavam sua ação. Em todas as colônias, havia contenciosos dividindo conservadores e moderados, os quais por sua vez entravam em atrito com a elite tradicional dos régulos. A luta entre os dirigentes do NCBWA e os da Aborigines Rights Protection Society (Sociedade de Proteção aos Direitos dos Aborígines), por um lado, e entre os líderes de ambas as entidades e os governantes tradicionais, por outro, estes encabeçados por Nana Sir Ofori Atta, na Costa do Ouro, enfraqueceu consideravelmente o movimento nacionalista nesse país. Da mesma forma, se a quarta sessão do NCBWA não se realizou em Lagos antes de 1930, foi em grande parte por causa das dissensões internas, dos conflitos de personalidades que dividiram a sucursal de Lagos, bem como da oposição do *Nigerian Pioneer,* de *sir* Kitoyi Ajasa e dos conservadores de lá.

Em quarto lugar, parece que a limitada representação eletiva outorgada entre 1923 e 1925 produziu o efeito de anestesiar politicamente os movimentos nacionalistas.

Finalmente, é indubitável que a morte de Casely Hayford, em 1930, deu o golpe de misericórdia nas atividades nacionalistas da África Ocidental Britânica, em geral, e da Costa do Ouro, em particular, durante os anos decorridos entre as duas guerras.

Por todas as razões apresentadas, a vida política e o nacionalismo na África Ocidental Britânica estavam em seu nível mais baixo ao fim do período consi-

derado, e seria necessário a crise da Etiópia, em 1935, assim como a Segunda Guerra Mundial – de que se tratará no último volume desta obra – para reativá-los.

Atividades políticas na África Ocidental Francesa

Ainda há lacunas no conhecimento que temos das atividades políticas africanas nas colônias da África Ocidental Francesa entre as duas guerras. Parece, contudo, ter havido, segundo as provas bastante incompletas de que dispomos atualmente, uma falta relativa de atividade política, nessa parte da África, da qual cumpre buscar as causas na atitude mais restritiva da França quanto às iniciativas e às organizações políticas africanas, bem como na ausência de uma imprensa nativa vigorosa, comparável às de Serra Leoa, Costa do Ouro e Nigéria. No entanto, as atividades políticas apresentavam, tal como no lado britânico, aspectos locais e aspectos internacionais. De fato, como já demonstrei alhures[22], o essencial da atividade política dos africanos de expressão francesa desenrolou-se em Paris entre 1924 e 1936, mas, como a maioria dessas formações políticas africanas tinha opiniões avançadas e alinhava com as posições dos partidos políticos e dos sindicatos franceses mais radicais, a influência de suas campanhas anticolonialistas sobre as autoridades francesas permaneceu limitada. Vale citar entre essas organizações a Ligue Universelle pour la Défense de la Race Noire (Liga Universal para a Defesa da Raça Negra), fundada em Paris em 1924 por um jurista nacionalista do Daomé, o príncipe Kojo Tovalou Houénou. Esse movimento fazia campanha contra as condições reinantes no Daomé (atual Benin) e nas colônias francesas em geral, mantendo estreitas relações com a Universal Negro Improvement Association (UNIA), movimento de Marcus Garvey nos Estados Unidos. O Comité de la Défense de la Race Nègre (Comitê da Defesa da Raça Negra), que sucedeu a liga de Houénou, tinha à sua frente um ministro comunista senegalês, Lamine Senghor, que exerceu suas funções até a morte, em 1927. O comitê foi então rebatizado como Ligue de la Défense de la Race Nègre, encabeçado por outro africano ocidental de língua francesa, um sudanês também marxista, Tiémoho Garan-Kouyaté.

Por interessantes que fossem, esses movimentos não tiveram atividade na África ocidental, muito embora – como veremos adiante – algumas de suas publicações anticolonialistas, assim como as de seus aliados franceses de esquerda, penetrassem em certas colônias da África Ocidental Francesa. Da

22 Para maiores detalhes, ver LANGLEY, 1973, p. 286-325.

mesma forma, organizações humanitárias francesas, como a Liga dos Direitos do Homem (semelhante à Anti-Slavery Society dos ingleses), tinham seções em algumas colônias francesas e, como não havia praticamente nenhuma atividade política organizada na África, os africanos as utilizavam como instrumentos de protesto contra a administração colonial.

Política e nacionalismo no Senegal

Entre as colônias da África Ocidental Francesa em que os africanos desenvolveram uma certa atividade política no período entre as duas guerras, o Senegal e o Oaomé são sem dúvida as mais interessantes. No Senegal as quatro *communes* já elegiam deputados à Assembleia Nacional da França desde o século XIX. Se bem que os africanos das áreas urbanas fossem considerados cidadãos em virtude do decreto de 1833, eles foram representados por deputados *métis* ou crioulos até 1914, ano em que Blaise Diagne se tornou o primeiro deputado negro do Senegal. Diagne representou o Senegal na Assembleia Nacional de 1914 a 1934, tendo sido alto-comissário das tropas africanas durante a Primeira Guerra Mundial e presidente da Comissão das Colônias na Assembleia Nacional. Desempenhou um papel decisivo na convocação do Congresso Pan-Africano em Paris, no ano de 1919, mas rompeu em seguida com os dirigentes negros americanos do movimento[23].

Diagne foi igualmente o primeiro político senegalês a fundar uma organização política, o Partido Socialista Republicano, que ele criou em 1914 para unificar os diferentes grupos étnicos que viviam em Dacar e em Saint-Louis. Depois de ter estado ausente do Senegal por quase vinte anos, apresentou sua candidatura em 1914, no momento em que os senegaleses começavam a afluir às áreas urbanas e se desenvolvia a economia do amendoim. Foi igualmente a época em que, enquanto os chefes tradicionais cediam terreno, os marabus (dirigentes de ordens islâmicas) começaram a formar uma nova força política e social nas áreas rurais. Os jovens senegaleses que viviam nas cidades, empregados de escritório e professores, também começavam a se agitar.

Pertenciam à organização dos Jeunes Sénégalais (Jovens Senegaleses), que debatiam a cultura e a política, reclamavam a criação de novos empregos, aumento de salário e a possibilidade de prosseguir na carreira acadêmica. Essa

23 Para uma visão global da interação das políticas francesa e senegalesa, entre 1917 e 1940, bem como para maiores detalhes sobre a carreira de Blaise Diagne, ver JOHNSON, G. W., 1966; HODGKIN, 1954; CROWDER, 1962; BOULEGUE, 1965.

FIGURA 25.4 Blaise Diagne (1872-1934), primeiro deputado africano eleito para a Assembleia Nacional da França, saudando seus partidários após as eleições de maio de 1914, em Dacar. (Foto: Keystone Press Agency.)

organização foi rebatizada mais tarde com o nome de Partides Jeunes Sénégalais (Partido dos Jovens Senegaleses) e publicou uma revista, *La Democratie,* participando das eleições de 1914, mas sem condições de apresentar um candidato.

Blaise Diagne, em 1914, conseguiu obter o apoio dos grandes marabus das áreas urbanas, bem como o patrocínio político dos Jeunes Sénégalais e de alguns franceses de ideias liberais. Embora fosse de origem serer, apelou para outros grupos étnicos de Dacar e de Saint-Louis, tais como os Lebu e os Wolof. Na verdade, a língua wolof foi muito usada em sua campanha eleitoral. Em vez de apelar para a raça, falava da representação política dos negros do Senegal e do despertar político dos africanos, preconizando uma "evolução racional e não uma revolução brutal" nas colônias [24]. Durante toda a campanha, insistiu na necessidade de manter o direito à cidadania e o direito de voto dos africanos nas quatro *communes,* enquanto seus adversários europeus e mestiços (que dominavam a vida política das comunas desde 1900 e consideravam os círculos eleitorais feudos pessoais ou familiares) não levavam praticamente em conta esse problema e rejeitavam Diagne, no qual viam um candidato de pouco peso. Na realidade, no início até alguns africanos se opuseram a ele, especialmente os Lebu.

No entanto, Diagne não só fez campanha pelos direitos eleitorais dos africanos como também defendeu o reconhecimento oficial do direito e dos costumes corânicos. Reclamava igualmente concessões comerciais mais importantes para os africanos, a criação de um conselho colonial para administrar as finanças das colônias francesas, a fundação de uma escola de medicina em Dacar, o direito de organizar sindicatos e a indenização dos Lebu pelas terras das quais tinham sido desapossados pela conquista militar francesa. Graças essencialmente à sua enérgica campanha, ao voto secreto e ao apoio político que lhe deram os grupos muçulmanos das zonas rurais, ele saiu vitorioso das eleições de 1914, tornando-se o primeiro africano a ser eleito para a Assembleia Nacional francesa, em julho de 1914. Sua vitória eleitoral foi em si mesma uma revolução na participação e organização dos africanos em matéria de política senegalesa. Os eleitores negros já representavam um importante fator político e não mais um instrumento eleitoral dócil nas mãos dos colonos e dos mulatos.

Blaise Diagne não reivindicava a independência para o Senegal, mas a igualdade e a dignidade do homem africano e a direção da administração e das instituições municipais pelos africanos senegaleses. Até sua morte, em 1934, permaneceu fiel a seu programa de evolução *(diagnisme).* N'Galandou Diouf,

24 Apud JOHNSON, G. W., 1966, p. 246.

que lhe sucedeu, também aderiu a essa linha política, malgrado a atitude dos intelectuais de esquerda mencionados antes, que julgavam o Blaise Diagne das décadas de 1920 e 1930 um conservador e até um antiafricano. Seja como for, ao provocar o despertar político do Senegal, ele preparou o terreno para a ação política e o nacionalismo das décadas de 1940 e 1950.

Política e nacionalismo no Daomé

No Daomé, pondo de lado os protestos normais dos africanos por meio da seção local da Liga dos Direitos do Homem, que talvez fosse a única forma permitida de atividade "política", a "política" reduzia-se no essencial a conflitos dentro dos grupos religiosos e à interação destes com as lutas pelo poder e as disputas sucessórias no seio das tribos. Em parte, esses conflitos estão na origem dos problemas que explodiram em Porto Novo no ano de 1923. No entanto, em face de sua educação e de sua socialização, os membros da *intelligentsia* africana não se imiscuíram necessariamente em tais lutas pelo poder e não se determinavam necessariamente em função de critérios étnicos. Louis Hunkanrin [25] foi o mais importante militante daomiano deste período. Participou das lutas políticas pela direção dos clãs (apoiou a facção Sognigbe da comunidade muçulmana de Porto Novo contra o grupo de muçulmanos Yoruba chefiado por José Paraíso), enquanto tomava parte nas campanhas anticolonialistas. Hunkanrin fez seus estudos no Senegal, trabalhou algum tempo no Daomé e voltou para o Senegal em 1913. Publicou em jornais franceses e senegaleses artigos criticando a má administração colonial no Daomé e ajudou Blaise Diagne na campanha eleitoral de 1914. Graças a este, arranjou emprego em Paris, mas foi reconduzido para o Daomé em 1921 devido às suas ligações com os grupos políticos de esquerda da capital francesa. Durante a permanência em Paris, lançou um jornal, *Le Messager Dahoméen,* onde condenava os abusos do colonialismo no Daomé. O jornal, depois, tornou-se o órgão da Union Intercoloniale (União Intercolonial), cuja revista pró-comunista *Le Paris* foi por algum tempo dirigida pelo revolucionário vietnamita Ho Chi Minh. Foi por intermédio desses grupos de esquerda que *La Ligue de Paris,* de Touvalou Houénou, e o *Negro World,* de Marcus Garvey, começaram a penetrar no Daomé.

De volta ao Daomé, Hunkanrin reanimou a seção local da Liga dos Direitos do Homem e uma seção do Comitê Franco-Muçulmano. Graças a colegas filiados em seções locais, os jornais de esquerda e comunistas da França e dos

25 CROWDER e JOHNSON, 1974, p. 511, 565-7.

Estados Unidos penetraram nos meios intelectuais daomianos, e petições e queixas contra a administração local foram remetidas a Paris. No Gabão, havia um grupo semelhante desde 1919. Laurent Antchouey, jovem gabonês que havia estudado no Senegal, reativou uma seção da Liga em Libreville, no ano de 1925, ao voltar da França, onde tinha dirigido duas revistas, *L'Écho Gabonais* e *La Voix Africaine*.

Em fevereiro-março de 1923, devido em parte ao aumento dos impostos, à queda do preço da polpa de coco, após as crises econômicas de 1919 e de 1920-1921, à inflação e à escassez de moeda metálica, os trabalhadores das empresas privadas entraram em greve, sendo realizados comícios pelos amigos de Hunkanrin, membros do Comitê Franco-Muçulmano e da Liga[26]. Foi preciso convocar o exército para dispersar as manifestações, e os africanos reagiram organizando um movimento de resistência passiva que durou desde 13 de fevereiro até os primeiros dias de março. Estalaram greves também em Ouidah. Alguns chefes tradicionais até exigiram a seus confrades que se opusessem aos novos impostos. A administração colonial reagiu mandando prender os organizadores da resistência, chamando unidades do Togo e da Costa do Marfim, e decretando o estado de emergência, que foi mantido até junho de 1923. A prisão e expulsão de quase todos os dirigentes do movimento de contestação, entre os quais Hunkanrin, pôs fim à agitação nacionalista no Daomé, após o que o país conheceu, como os outros territórios da África Ocidental Francesa, um período de tranquilidade política.

Durante esse período, a principal diferença entre nacionalistas conservadores e nacionalistas de esquerda da África Ocidental Francesa (sendo os primeiros majoritários, sem dúvida) residia no fato de que os conservadores, sob a orientação de Blaise Diagne, se contentavam com a "representação simbólica" e com a evolução progressiva dos súditos coloniais da França, com "evoluídos" selecionados representando a população africana, ao passo que Kouyaté, Senghor, Houénou e os raros intelectuais africanos de esquerda, que esperavam mudanças mais importantes nas colônias após a Primeira Guerra Mundial, reclamavam uma representação africana significativamente maior por intermédio de grupos políticos de esquerda capazes de se fazerem ouvir e de exercerem sua atividade tanto na França como nas colônias. Estes últimos também reclamavam o direito de criação de sindicatos nas colônias e certo grau de autonomia no quadro do império colonial francês. Somente quando as esperanças da esquerda se viram

26 BALLARD, 1965; BUELL, 1928, v. II, p. 16-7.

definitivamente sepultadas por Blaise Diagne e pelas autoridades francesas é que eles vieram a assumir a autonomia e a independência política como objetivos. Não foi este o traço dominante da evolução política geral dos territórios da África Ocidental Francesa, e não surpreende que essa atividade da esquerda tivesse vida curta e que a política colonial nessa parte da África tenha adotado o estilo e as concepções de Blaise Diagne e de N'Galandou Diouf até as reformas constitucionais do período que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Pondo de lado as manifestações e os tumultos de Porto Novo, em 1923, provocados pela rivalidade entre muçulmanos e facções apoiadas pelo governo entre os agrupamentos tradicionais, pela imposição de taxas e pela deterioração do comércio da polpa de coco, que foram explorados por um grupo de intelectuais nacionalistas, os movimentos nacionalistas organizados segundo o modelo do NCBWA ou do Partido Democrático Nacional da Nigéria, de Herbert Macaulay, tiveram um papel pouco relevante na África Ocidental Francesa no decorrer do período.

CAPÍTULO 26

Política e o nacionalismo na África oriental, 1919-1935

Elisha Stephen Atieno-Odhiambo

A palavra kiswahili *siasa* abrange as noções contidas nos dois vocábulos principais do título deste capítulo. *Siasa* significa ao mesmo tempo oposição, reivindicação, agitação e ação militante. Compreende ações desenvolvidas por grupos organizados assim como iniciativas espontâneas de indivíduos corajosos. Os agentes da *siasa* são os *Wanasiasa* (singular: *mwanasiasa*). Mas, para as autoridades coloniais britânicas, *siasa* era sinônimo de "agitação" e *Wanasiasa,* de "agitadores". Essa aparente simplicidade da interpretação britânica dissimula, contudo, níveis de organização e preocupações bem diferentes. Estudos recentes[1] chamaram utilmente a atenção para os diversos níveis de preocupação e, portanto, para os diversos tipos de atividade dos *Wanasiasa.* Essa classificação representa um progresso em relação à definição histórica anterior de John Lonsdale[2], para quem a política na África oriental entre as duas guerras se caracterizava principalmente por uma ação de natureza local (ver fig. 26.1).

Com efeito, tendo por assente que o terreno da atividade política era o das reivindicações locais das massas e de certos indivíduos saídos de suas fileiras, os espaços de articulação dessas reivindicações variavam: desde a *baraza* dos chefes, nas reservas, até os serviços do ministério das colônias, em Londres; e também

1 D. A. LOW e J. M. LONSDALE, in D. A. SMITH (org.), 1976, p. 40-48.

2 LONSDALE, 1968a.

FIGURA 26.1 Política e nacionalismo na África oriental, 1919-1935.

desde a manifestação política autorizada até os comícios provocadores sobre as colinas e os treinamentos bélicos nas florestas. Assim, um problema local podia ser apresentado simultaneamente em dois níveis ou mais, sendo escolhido para intervenção aquele que parecesse aos articuladores, no momento considerado, o mais sensível às pressões. A *siasa* representa, portanto, uma consciência coletiva dos malefícios do sistema colonial em dado lugar e momento. O termo abrange ao mesmo tempo a consciência de clãs, de nacionalidades e de classes sociais. As atividades políticas a que se dedica este capítulo embasavam-se, portanto, numa consciência de grupo concreta. Eram atividades de massa. Cada movimento exigia um chefe, mas eram as massas que o formavam, sendo os dirigentes apenas a vanguarda. Na sequência deste capítulo ter-se-á em mente que cada movimento e cada dirigente tinha as massas atrás de si[3]. E, de acordo com o nível e o terreno de intervenção escolhidos, algumas dessas atividades foram mais tarde classificadas como manifestações de nacionalismo.

Movimentos de protesto religioso

A religião é uma das armas que os africanos orientais empregaram desde o início na luta contra o colonialismo. A resistência supunha uma mobilização e, em numerosas regiões, foram os chefes religiosos que assumiram esse papel. A era da primeira resistência foi também a dos profetas. Os africanos perdiam guerras nos campos de batalha, mas o espírito de resistência permanecia entranhado no coração das multidões. Os partidários do *Orkoiyot,* no país Nandi, permaneceram ativos e vigilantes, e os Nandi foram muitas vezes mobilizados por esses chefes proféticos para resistirem incansavelmente aos abusos do colonialismo[4]. Da mesma forma, os arquivos coloniais do Quênia estão cheios de referências a curandeiros e *laibons* criadores de problemas em Marakwet, Samburu e na região de Kericho. No oeste de Uganda, os adeptos do culto nyabingi, da região de Kigezi, eram constantemente vigiados. Esses movimentos tradicionais de resistência religiosa asseguravam a continuidade com a época precedente. Mas no início da segunda década assistiu-se à consolidação do colonialismo. Para muita gente, pareceu que o pior dos males se havia abatido sobre a terra. As forças coloniais se firmaram no país, reestruturaram ou destruíram suas instituições sociais e políticas para impor suas próprias estruturas a esses

3 Ibid.

4 ARAP MAGUT, 1969.

povos. Os africanos colonizados precisavam se revigorar espiritualmente para se lançar contra o colonialismo sob todas as suas formas. Foi a essa necessidade espiritual que acorreram em resposta o aparecimento de uma nova geração de profetas africanos e a criação de igrejas africanas independentes, paralelas às igrejas cristãs europeias, destinadas a proporcionar um local "próprio" de culto para os numerosos africanos que se haviam convertido ao cristianismo, mas achavam intolerável a tutela dos missionários[5].

De certa forma negligenciados pelos historiadores, os profetas africanos desempenharam todavia um papel apreciável em aliviar seus adeptos das tensões que o colonialismo havia introduzido no tecido colonial. Essas inovações religiosas eram movimentos de protesto. Iniciada na segunda década do século XX, a atividade dos profetas iria prosseguir ao longo das duas décadas seguintes, para ampliar-se mais após a Segunda Guerra Mundial. Dois estudos, um sobre os Kamba e o outro sobre os Abagusii, dão ideia do que representou esse movimento.

Os Kamba tinham entrado em contato com os colonizadores desde o começo do século XIX, por intermédio de seus comerciantes, que se deslocavam até a costa[6]. Os missionários, na esteira dos colonizadores, chegaram depois de 1840, intensificando os esforços de evangelização entre o final do século XIX e o início do XX. Mas tanto o cristianismo como o islamismo pouco marcaram a massa dos Kamba. O que os afetou profundamente foi o colonialismo enquanto força política e econômica. Durante os 20 primeiros anos do século XX, a situação colonial gerou um sentimento geral de espoliação e de frustração entre as massas dos Kamba: as autoridades coloniais haviam de fato tratado de se apropriar de seus recursos financeiros mediante impostos, de suas terras e de sua mão de obra, por meio de chefes por elas nomeados, os quais pouco se interessavam pela autoridade tradicional.

As instituições sociais pré-capitalistas, encarregadas de solucionar os conflitos, já não estavam em condições de conter esses chefes e sua polícia. Cada vez mais decepcionadas, as massas voltaram-se para as seitas religiosas, para que as ajudassem e protestassem em seu nome. Essas seitas, que se fundamentavam nos profetas, floresceram entre 1910 e 1922. Um culto muito disseminado, *Kathambi* ou *Ngai,* surgira no distrito de Machakos entre 1910 e 1911, predizendo o iminente advento de um milênio. Durante algum tempo, os dirigentes religiosos inquietaram as autoridades britânicas, que reagiram com reformas

5 WELBOURN e OGOT, 1966.

6 MUNRO, 1975 .

do sistema político. Mas estas foram consideradas insuficientes e, embora a grande onda milenarista viesse a perder o fôlego, permaneceram na sociedade kamba os elementos hostis à dominação colonial. A incorporação obrigatória dos Kamba durante a Primeira Guerra Mundial e o fato de a administração colonial demonstrar geralmente ser incapaz de solucionar os numerosos problemas sociais e econômicos colocados às massas após a guerra fizeram aumentar as fileiras dos que estavam prontos a responder ao apelo dos milenaristas para pôr fim às tensões sociais.

O apelo veio de Ndonye wa Kauti, que começou a pregar uma mensagem profética à população de Kilungu, no distrito de Machakos, no início do ano de 1922. Seu movimento ganhou amplitude devido às repercussões locais da crise econômica mundial de 1920-1921, com a dificuldade cada vez maior dos Kamba para arranjar o dinheiro dos impostos. Além disso, enquanto baixava o preço de seus excedentes de produção, os encargos fiscais passavam de três para oito rúpias por habitante, em 1920. As reformas monetárias de 1921-1922, que impuseram sucessivamente o florim de papel e depois a moeda de um xelim como unidade monetária, fizeram com que perdessem dinheiro nas vendas à vista. Em corolário, as colheitas foram dizimadas pela seca e a oferta de emprego não era suficiente para absorver o excedente de mão de obra masculina. Foi nessa situação de escassez que Ndonye wa Kauti anunciou um milênio e uma solução messiânica para a penúria monetária. Dizia-se profeta, afirmava que podia prever a chuva, convidava as mulheres à sua casa para dançar o *kilumi* (dança ritual). Também declarava que Deus, *Ngai,* lhe aparecera em sonhos e lhe havia anunciado que ele, Ndonye, fora escolhido para preparar o povo para o advento próximo de uma nova era. Na aurora dessa nova era, os europeus seriam expulsos, a terra se tornaria tão boa como era antes do colonialismo, a água cairia em abundância e não haveria mais impostos. Quando tivesse edificado o santuário que Deus lhe recomendara, ele lhe enviaria livros, roupas, fuzis e uma linha telegráfica. Esta última, profetizava Ndonye, seria um meio de comunicação entre os Kamba. Quando tivesse recebido todos esses dons de Deus, tomaria conta por completo do conjunto do país. Não teve tempo para isso, pois o comissário do distrito mandou prendê-lo antes de terminado o santuário e deportou-o para Siyu, ilha da costa queniana. Ndonye nunca mais voltou: como muitos outros militantes que o antecederam e sucederam, morreu no exílio. A seita não sobreviveu à sua partida: tanto neste movimento como nos outros, o papel mobilizador do animador era essencial.

O mumboísmo, contemporâneo do profetismo de Ndonye wa Kauti, muito mais duradouro, foi menos fácil de eliminar. Nasceu do ressentimento comum

que os Luo e os Abagusii nutriam em relação à autoridade colonial desde as guerras de ocupação travadas pelos britânicos contra os Abagusii em 1904 e 1908 e contra os Luos de Alego em 1908-1910[7]. O ressentimento acentuou-se depois que os britânicos obrigaram essas populações a fornecer-lhes mão de obra para a construção de estradas e para as lavouras dos colonos. A isso juntou-se o odioso imposto sobre as habitações, que pesava fortemente sobre os polígamos, bem como o paternalismo dos missionários, que alimentava mais o descontentamento. Como no Ukambani, os Abagusii começaram a apelar para novas categorias de pensamento, capazes de oferecer a perspectiva de um futuro melhor. Foi o que lhes trouxe o mumboísmo luo, culto tradicional do espírito do lago, que havia atingido o apogeu no século XIX e ganhou seu segundo alento ao se tornar um movimento político de resistência ao homem branco, na segunda década do século XX. Em 1913, o deus Mumbo apareceu a um certo Onyango Dunde, do clã Seje do país Alego, e lhe disse:

> Eu te escolhi para seres meu porta-voz. Vai dizer a todos os africanos – e especialmente aos Alego – que de agora em diante serei o Deus deles. Aqueles a quem escolhi pessoalmente e que me reconhecem viverão para sempre na abundância. Suas culturas crescerão sozinhas e eles não terão mais necessidade de trabalhar. Para quem crê em mim, farei surgir do lago manadas de vacas, carneiros e cabras, mas todos os infiéis terão suas famílias e seu gado mortos. A religião cristã, que obriga seus adeptos a vestir roupas, não passa de podridão. Meus fiéis devem deixar crescer o cabelo e jamais banhar-se. Todos os europeus são vossos inimigos, mas está próxima a hora de sua partida.

Como no caso de Ukambani, o profeta condenava os europeus e rejeitava seu modo de vida. A brevidade da mensagem e, sobretudo, a mescla feliz de adesão renovada à religião tradicional e de sensibilidade à atualidade política explicam que o movimento se tenha propagado muito rapidamente desde o país dos Alego, no distrito de Siaya, até o sul da província de Nianza, e fosse manifestar-se entre os Kisii em 1914, por intermédio de outro profeta luo, Mosi wuod Auma, que prometia a "cura de todos os males" e previa que "todos os homens brancos deixarão em breve o país kisii, depois do que os africanos viriam a possuir suas terras em paz".

O anúncio da partida próxima dos brancos tomou uma ressonância imprevista em 1914, quando os alemães atacaram o forte inglês de Kisii. Os africanos viram nisso uma realização da profecia e aderiram à pilhagem dos centros colo-

7 LONSOALE, 1977.

niais e missionários do distrito. A repressão, que não poderia faltar, foi brutal, e cerca de 150 Abagusii foram mortos quando os britânicos trataram de sufocar a revolta. No entanto, os adeptos do culto não desanimaram e continuaram com suas atividades no período entre guerras, apesar das frequentes prisões e da possível deportação de seus chefes. E, em se implantando mais profundamente, o culto de Mumbo se confundiu entre os Abagusii com o culto local de Sakawa. Este último era um profeta Abagusii do século XIX, cujo retorno fora previsto pelos adivinhos desse povo para meados do ano de 1921. Uma profetisa, Bonairiri, tratou de organizar os Abagusii a fim de os preparar para esse retorno. A administração colonial reagiu, promulgando a Abuse of Opiate Ordinance (Lei sobre o Abuso de Narcóticos), no intuito de abafar o movimento. Apesar de tudo, os fiéis de Bonairiri continuaram a pregar tanto o sakawaísmo como o mumboísmo em 1921-1922. Combatidos pela administração colonial, os dois movimentos persistiram entre os Abagusii durante todo o período. Perseguidos, deportados, proibidos no distrito, os mumboístas continuaram a pregar sua fé e a cantar este refrão subversivo:

Sabaye Laesi, Sabaye
Wuriande you are going
George you are going
Sabaye Laesi, Sabaye[8]

Como sabemos, porém, "George" (o homem branco) não partiu, e o reinado de Mumbo jamais aconteceu. No entanto, o espírito de resistência nunca foi esmagado. Secretamente mantido, haveria de reaparecer na década de 1950 para atormentar uma vez mais a administração britânica na região dos Abagusii.

O outro aspecto igualmente importante da reação religiosa foi a criação de igrejas cristãs independentes. Conforme vimos nos capítulos 12 e 20, algumas delas desempenharam o papel de movimentos de protesto contra o paternalismo europeu das igrejas missionárias, mas todas queriam superá-las, para oferecer soluções que julgavam adaptadas às necessidades dos fiéis. Apesar dessa comunidade de propósitos, elas apresentaram durante esse período, na África oriental, formas muito diversas que cumpre distinguir.

Havia igrejas "etíopes", no sentido de emprestar ênfase – como já observava K. Asare Opoku – à situação dos próprios africanos e aos direitos políticos. Outras pertenciam à escola "sionista", com acento na posse pelo Espírito Santo, na cura das doenças e nas profecias. Além disso, havia entre as igrejas independentes

8 OGOT e OCHIENG, 1972, p. 173.

diferenças de doutrina, de rito, de organização e de aspirações. Essas diferenças surgiram no decorrer dos acontecimentos que desembocaram na independência.

A primeira igreja africana independente da região, a Nomiya Luo Church[9], fundada em 1910 por John Owalo, antigo aluno da Church Missionary Society, convertido primeiro ao islamismo e depois ao catolicismo romano, já foi estudada no capítulo 7 deste volume. Lembremo-nos de que ele teve uma visão na qual fora transportado aos Céus. Eis o que ele conta a respeito:

> É um lugar magnífico, onde todos os povos da terra queriam entrar, mas os anjos fecharam a porta. Quando todos os homens foram reunidos, os anjos fizeram entrar primeiro os judeus e depois os árabes. Deixaram então entrar juntos John Owala, o arcanjo Gabriel e o arcanjo Rafael. Os homens brancos tentaram segui-las, mas os anjos fecharam a porta no nariz deles e os expulsaram a pontapés.

A visão celeste de Owalo, além de nitidamente dirigida contra os brancos, representava em parte a síntese de suas diversas experiências religiosas e de seus variados antecedentes. Essa síntese foi integrada ao ritual de sua nova igreja, que prescrevia a seus fiéis, cada vez mais numerosos, a prática da circuncisão e a observação dos Dez Mandamentos, proibindo-lhes fumar, beber cerveja e dançar. Na realidade, como dizia Ogot[10], Owalo não rejeitava as religiões estrangeiras – queria simplesmente que os africanos as adequassem à sua maneira de ser.

A mensagem da Watch Tower Church (Igreja da Torre de Vigia), difundida entre os africanos da África central e do sul de Tanganica (atual Tanzânia) durante e após a Primeira Guerra Mundial, era igualmente sedutora: o mundo atual estava vivendo sua última hora; os grandes impérios e os países europeus eram instrumentos de Satanás, tal qual as igrejas tradicionais. Tudo isso tinha de ser destruído em um último e grande combate. A terra pertenceria então aos verdadeiros crentes. Essa igreja não teve dificuldade em penetrar na Rodésia do Norte (atual Zâmbia), onde Hanoc Sindano pregava, desde 1917, contra a autoridade dos chefes nomeados pela potência colonial, dos administradores coloniais e dos missionários. Em 1919, o movimento tinha ganho Tanganica e se implantara notavelmente nas regiões de Kasanga, de Mambwe, de Ufipa e de Mbozi. A crise veio em 1923, quando os britânicos acusaram seus dirigentes de difamar as igrejas missionárias, detendo e encarcerando 17 homens. Não obstante, a Watch Tower Church conservou seus fiéis e continuou a expandir-se durante todo o período colonial. Era uma religião de massas, como o mumboísmo.

9 Ver o capítulo 7 deste volume e, ainda, ODINGA, 1967, p. 68-9; OGOT, 1974b, p. 262-3.

10 OGOT, 1974b, p. 262-3.

FIGURA 26.2 O reverendo Alfayo Odongo Mango Ka Konya, fundador da Joroho Church entre os Luo em 1932. (Foto: East African Publishing House Ltd., Nairóbi.)

O movimento tinha em vista solucionar os problemas das populações rurais colonizadas. Rejeitava a autoridade dos chefes, dos missionários e dos funcionários britânicos e criava novas aldeias para seus adeptos, com a finalidade de integrá-los em sociedades onde se sentissem à vontade. Tal como a Nomiya Church, a Watch Tower Church procurava criar sociedades completas e sãs, para substituir as que o colonialismo destruíra.

Outras igrejas tinham uma visão mais restrita, cada qual perseguindo um objetivo único. Assim, a African National Church, que se desenvolveu no distrito de Rungwe, em Tanganica, de 1930 em diante, era uma igreja cristã especialmente destinada aos crentes que, por causa da sua poligamia, tinham sido excluídos das igrejas missionárias ou tiveram seu acesso a elas recusado[11]. Da mesma forma, a Dini ya Roho (Igreja do Espírito Santo) foi fundada em 1927 entre os Abaluyia, no Quênia, por dissidentes da Friends African Mission [12]. Seus adeptos insistiam no fato de que, para ser verdadeiramente cristão, era preciso aceitar o "batismo pelo Espírito Santo", o dom das línguas e a livre confissão dos pecados. A importância atribuída ao batismo pelo Espírito Santo também caracterizava a Joroho Church (Igreja do Espírito Santo), fundada por Alfayo Odongo Mango[13] (ver fig. 26.2) entre os Luo, em 1932. Ainda que fundada originariamente para assimilar uma queixa precisa, cada uma dessas religiões viria depois a elaborar a sua doutrina, ritos e organização, sob a inspiração das circunstâncias e de sua própria experiência histórica.

Embora frequentemente considerados pelas autoridades coloniais simples "reações impulsivas de negação"[14], esses movimentos religiosos de protesto atestavam o vigor e a vitalidade do espírito africano e lançaram as bases para futuros movimentos de massa nacionalistas. Não é muito comum dar-lhes lugar nos anais do nacionalismo, mas nem por isso eles deixam de constituir, por assim dizer, os "tios legítimos" do nacionalismo africano. E a base do apoio deles era o povo, as massas rurais.

As associações de "jovens"

Às elites educadas, *asomi* ou *josomo,* atribuem os trabalhos históricos recentes um lugar de primeiro plano na evolução política africana desse período[15]. Esse

11 RANGER, s.d., p. 16-20.

12 ODINGA, 1967, p. 69.

13 OGOT, 1971.

14 COLEMAN, apud LONSDALE, 1968b, p. 12.

15 KARANI, 1974; KIPKORIR, 1969; McGREGOR, 1967; KIMAMBO e TEMU, 1969, capítulo VI.

grupo novo, que não contava praticamente com nenhuma mulher, compreendia alguns ex-alunos das escolas missionárias, como as de Maseno, Budo, Thogoto e Zanzibar, que se haviam tornado professores, catequistas, empregados e artesãos. Opondo-se aos chefes nomeados pelos colonizadores e à administração local, organizaram associações contestatárias de "jovens" para levar adiante suas campanhas políticas. As associações eram, portanto, movimentos de massa. A primeira foi a Young Baganda Association, que lutou com muita eficácia contra os chefes e o *kabaka* de Buganda. A Young Kavironde Association também desempenhou um papel ativo junto dos camponeses da província de Nianza. Da mesma forma, a Kikuyu Central Association deu prova de notável perseverança e espírito de organização durante esses anos. Vejamos agora qual foi a sorte delas.

Tomemos o exemplo da Young Baganda Association, que surgiu em consequência das tensões que abalavam então as bases da sociedade ganda. De modo geral, a competição política era muito intensa em Buganda, nas três primeiras décadas do século atual, o que se explica por vários fatores. O primeiro foi um instrumento jurídico, obra dos colonizadores britânicos e dos chefes baganda protestantes, o Buganda Agreement, de 1900. Esse acordo, cujos aspectos econômicos já foram examinados no capítulo 7, regia principalmente as relações entre os britânicos e a classe dirigente baganda. Dava a Buganda maior autonomia do que às outras regiões da África oriental e garantia-lhe a segurança externa. Assim, a atividade política voltou-se para o interior, e os problemas levantados eram os que tinham interesse e consequências diretas para a sociedade ganda. Os chefes constituíam o elemento motor dessa atividade. Beneficiários do acordo e tendo recebido terras importantes a título pessoal e oficial, esses suseranos iriam ser o alvo principal das críticas formuladas pelos chefes de clã (os *bataka* tradicionais), pelos camponeses (*bakopi*) e pelos "jovens". De todos os beneficiários do acordo, o *kabaka* de Buganda era o mais favorecido, motivo por que os "jovens" não lhe poupavam críticas, contestando-o verbalmente e por escrito. Efetivamente havia matéria para dissensão no reino, pois o acordo e suas consequências, a criação de novas classes sociais, descontentaram numerosos grupos – os muçulmanos, os católicos, os *bataka* e os *bakopi*. O comportamento dos novos chefes deixava muito a desejar. Depois de 1918, tornaram-se cada vez mais impopulares. Funcionários coloniais, e não chefes tradicionais, eles facilmente se dispunham a ignorar as relações protetor-protegido existentes no Buganda feudal, para favorecer seus novos senhores. Além disso, como agentes do imperialismo, eram encarados como intermediários de mudanças indesejáveis e de interferências no modo de vida ancestral. Foi desse modo que receberam

o encargo de colocar em vigor regulamentos de saúde e de higiene impopulares entre os camponeses. Os membros da elite educada à ocidental, que não haviam sido corrompidos pelo aparato, exploravam essas queixas ao máximo.

A revolta foi conduzida pelos "jovens"[16], entre os quais se destacou Z. K. Sentongo, hábil panfletário, que organizou a comunidade dos imigrantes baganda em Nairobi. Em 1919 fundou a Young Baganda Association, cujos objetivos eram os seguintes:

a) fazer Uganda progredir por todos os meios;
b) ajudar todo Muganda merecedor que se encontrasse em dificuldades;
c) encontrar a melhor forma de permitir que os Baganda recebessem instrução.

Em seus muitos testemunhos e escritos, os contestadores se levantavam contra os chefes de Buganda, a quem acusavam de prender pessoas sem julgamento num tribunal. Também alimentavam queixas contra a ordem econômica: reclamavam a eliminação das numerosas restrições impostas ao comércio do algodão pela potência protetora. Sua última reivindicação comprovava sua qualidade de homens novos: exigiam a melhora dos meios educacionais existentes, a criação de escolas públicas, o desenvolvimento do ensino das meninas e a criação de uma escola superior em Buganda.

Três anos depois desse modesto começo, a Young Baganda Association viria a se mostrar mais intransigente. Em 1921 tornou-se racista e antiasiática. O asiático era um bode expiatório cômodo para os que tinham reivindicações econômicas a fazer. No *Uganda Herald,* Sentongo acusava os asiáticos de serem os primeiros exploradores dos africanos. "Quem nos explora, senão os indianos?", perguntava, para concluir: "Os indianos não querem senão cegar os indígenas". Em 1922, a Young Baganda Associaton também se tornara antimonarquista, atacando os chefes e o *kabaka* e propondo a instauração da república. Yowasi Paito, Joswa Naluma e Yusufu Mukasa, três auxiliares médicos do Hospital de Namirembe, antigos alunos da escola secundária de Budo, acusavam numa carta o *kabaka* Daudi Chwa de ter um comportamento imoral, de ser incapaz de administrar apropriadamente o *lubiri* (palácio) e de apoiar os chefes. *"O kabaka* é indigno", diziam. Em conclusão, exigiam uma constituição para Buganda. Era evidente que nem os chefes nem o *kabaka* iriam deixá-los à vontade. Foi montada uma campanha para desacreditar esses elementos. Para começar, o *lukiko* adotou uma lei punindo os ultrajes ao *kabaka,* com o argumento de que eles con-

16 LOW, 1971, p. 53-5.

trariavam os costumes. Os culpados eram passíveis de penas de prisão. Os três autores da carta foram enquadrados nessa lei e encarcerados em julho de 1922. Por outro lado, o próprio *kabaka* Daudi Chwa escreveu panfletos com a intenção de conquistar o apoio do povo, atacando os jovens intelectuais, acusando-os de copiar o estrangeiro[17]. Essa dupla ofensiva, juntamente com a recuperação de certos elementos da Young Baganda Association, aos quais foram oferecidos postos de chefes subalternos, solapou o espírito de solidariedade na organização, que se desintegrou pouco a pouco.

A Kavirondo Taxpayers Welfare Association[18] é um exemplo clássico do impacto dos missionários. A organização à qual estava filiada, e que os missionários acabaram por desnaturar, era a Young Kavirondo Association, criada no segundo semestre de 1921 pelos alunos da escola de Maseno, na província de Nianza. O que estava em jogo era o novo estatuto do território colonial: antigo protetorado britânico da África oriental, convertera-se em 1920 em uma colônia da Coroa – a colônia e o protetorado do Quênia. Os dirigentes da associação viram nessa evolução o sintoma inicial da deterioração da situação dos africanos e de uma colonização das terras do Quênia ocidental pelos europeus. Essas preocupações, combinadas com as reivindicações locais, precipitaram uma greve na escola de Maseno. Jonathan Okwiri, Jeremiah Awori, Reuben Omulo e Simeon Nyende dela participaram como professores. Logo se soube que seria organizada uma assembleia pública em Lundha para se discutirem as reivindicações dos Luo e dos Abaluyia.

A assembleia realizou-se em 23 de dezembro de 1921 e teve por resultado a criação da Young Kavirondo Association (YKA), com Jonathan Okwiri, Benjamin Qwor Gumba e Simeon Nyende como, respectivamente, presidente, secretário e tesoureiro. Consequência mais importante foi a aprovação de resoluções exigindo, entre outras coisas, um corpo legislativo separado para a província de Nianza, autonomia administrativa com um presidente africano eleito, eleição de chefes supremos nas regiões central e meridional, eliminação da odiosa *kipande* (cédula de identidade), redução do imposto sobre habitação e do imposto individual, com isenção para as mulheres, aumento dos salários, revogação do estatuto de colônia da Coroa e retorno ao protetorado, outorga de títulos de propriedade individuais, abolição do trabalho forçado e supressão dos campos de trabalho de Yala, Rabuor, Nyahera e Pap Onditi, assim como a construção de uma escola pública na região central da província de Nianza.

17 Ibid., p. 104-8.

18 OKARO-KOJWANG, 1969.

As resoluções foram apresentadas ao comissário regional por uma delegação. Depois, esta solicitou uma audiência com o governador para lhe entregar pessoalmente esses textos. O comissário recusou uma primeira vez, depois uma segunda, mas as tensões aumentaram e o governador aceitou finalmente a entrevista com os representantes dos peticionários em 8 de julho de 1922, em Nyahera. Nenhuma reivindicação deles foi imediatamente atendida, mas a lição a extrair do confronto foi a de que a elite nascente havia dado provas de uma aptidão impressionante para mobilizar as massas. A razão disso estava em que ela formulava as reivindicações locais. As autoridades optaram por uma ação paternalista de tipo colonial, encarregando para esse fim um missionário condescendente, o arquidiácono Owen. Em 1923, os dirigentes da Young Kavirondo Association imaginaram que Owen seria um bom intermediário, e este via aí a ocasião de proteger os jovens e de fazer deles cidadãos respeitosos da lei.

Em julho de 1923, a presidência da associação, mais conhecida pelo nome de YKA ou de Piny Owacho, foi então confiada ao arquidiácono Owen. Ele não se apoiava nas massas, mas nas elites. Tratou imediatamente de tornar a organização "respeitável", desnaturando-a. A agitação política deu lugar a reivindicações relativas a habitação, alimentação, vestuário, educação e higiene. Os membros da associação tinham muitas vezes de prometer que: não sujariam a água das fontes; matariam um número X de ratos por semana; plantariam duzentas árvores por ano; não voltariam a preparar a especialidade tradicional obtida da mistura de urina de vaca com leite; construiriam latrinas; fariam uma cama em cada palhoça da aldeia; não se embriagariam mais e não estimulariam o casamento das meninas com menos de dezesseis anos. Por outras palavras, Owen arrancou o ardor político de massa dessa associação, a qual passou a ter desde então o inofensivo nome de Kavirondo Taxpayers Welfare Association, KTWA (Associação de Defesa dos Contribuintes Kavirondo). Ele encorajava os líderes assim neutralizados a apresentar todas as reivindicações políticas em memorandos endereçados às autoridades. Muitos dos memorandos assim redigidos davam exatamente conta da realidade e embaraçavam a administração colonial, mas seu caráter excessivamente elitista e formalista tornava-os ineficazes. A fórmula assumiu tanta importância na luta que os dirigentes da associação ganharam apelidos de "Jo-Mernorandum"[19].

Uma nova forma de fragilização da associação ocorreu em 1931 com a cisão entre os Luo e os Abaluyia. A fração Luo permaneceu vegetando até 1944, sob

19 ODINGA, 1967, p. 61-94.

a direção de Owen, depois de ter sido desarmada por ele e da neutralização dos elementos extremistas, aos quais foram outorgados postos de notáveis: Jonathan Okwiri e Odinho viraram chefes, Simeon Nyende foi nomeado para o Local Native Council e Apendi foi encarregado de representar a província de Nianza no Joint Select Committee into the Closer Union in East Africa. Houve recalcitrantes, como Aduwo Nyandoje e John Paul Olola. Este último, que vinha da reserva dos Alego, foi particularmente ativo a partir de 1927 na Câmara de Comércio de Kisumu, mas seus esforços visavam satisfazer reivindicações econômicas pequeno-burguesas e estavam muito longe dos grandes programas políticos populares de começos da década de 1920.

A KTWA, a despeito de tudo, serviu de inspiração a uma área vizinha, a Uganda oriental, onde Erisa Masaba fundou a Bugishu Welfare Association nos primeiros anos da década de 1920. O objetivo da associação era eliminar os agentes Baganda e instituir uma direção local, e empenhava-se também em "favorecer o desenvolvimento dos Bagishu" e em vigiar estreitamente os colonos do Quênia, no caso de estes invadirem suas terras, na região do monte Elgon. Na mesma ocasião foi criada a Young Bagwere Association, cujos objetivos eram quase idênticos. Visava impedir que os Baganda adquirissem as terras situadas em volta do Mbale e instruir seus membros "a bem ensinar e a bem plantar".

Contemporânea dessas duas organizações, a Kikuyu Central Association (KCA), que desde 1924 passou a defender os interesses dos camponeses gikuyu, mostrava -se mais intransigente. Sua sede ficava em Kahuhia, na região de Muranga, criada por Joseph Kang'ethe e James Beauttah. Segundo Beauttah: "A primeira meta da KCA era a restituição das terras que os europeus nos haviam tomado[20]".

Quem eram seus membros? A KCA representava os Gikuyu que não aceitavam plenamente nem os princípios nem o fato da dominação europeia. Ela ostentava em relação às mudanças uma postura mais militante do que a dos chefes nomeados e dos alunos das missões. Em resumo, alinhava na oposição. A que se opunha? É difícil dizê-lo em poucas palavras, já que seus dirigentes jamais foram capazes de formular suas ideias com precisão. Mas, de modo geral, insurgia-se contra os excessos da situação colonial, na medida em que estes se manifestavam na sociedade gikuyu. Com efeito, os Gikuyu denunciavam constantemente as humilhações raciais advindas da arrogância cultural dos dirigentes brancos, bem como as múltiplas medidas e atos da administração colonial que lhes suscitavam ressentimento.

20 SPENCER, 1971, p. 94.

A lista dos agravos que os responsáveis pela KCA apresentaram ao governador, quando ele visitou a região de Muranga, em 1925, dá uma idia de sua posição. Eram hostis à Crown Lands Ordinance de 1915, que havia tornado os africanos locatários de acordo com a vontade da Coroa. Também reclamavam a libertação de Harry Thuku, assim como a nomeação de um chefe supremo com poderes judiciais em relação a eles, boa formação e eleito pela maioria do povo. A petição tratava igualmente dos problemas locais criados pela administração colonial, como a reconstrução obrigatória das palhoças insalubres, na tentativa de acabar com a peste, e a proibição aos nativos de plantar algodão e café. Finalmente, solicitavam melhoramentos, pedindo que a administração colonial abrisse as possibilidades de formação de enfermeiros, construísse uma escola secundária e outra para meninas. As reivindicações pouco interesse despertaram às autoridades coloniais.

O desdém oficial, porém, não desanimou os dirigentes da associação. Em 1927, houve uma espécie de aproximação com os políticos da região de Kiambu, quando a associação ofereceu a Jomo Kenyatta (ver a fig. 26.4) o posto de secretário-geral, que ele ocupou de 1928 em diante.

A situação da KCA melhorou nos dois anos seguintes, por razões de ordem local e internacional. A ação empreendida por Kenyatta como secretário levou a uma renovação cultural. Para garantir uma base sólida à associação, Kenyatta apelava para seu povo no *Mwigwithania*, jornal de língua gikuyu fundado por ele, exortando-o a se orgulhar de seu patrimônio cultural. As páginas desse mensário vinham cheias de enigmas, de provérbios e de histórias que desenvolviam nos leitores um sentimento de pertença à etnia gikuyu. Também noticiava com detalhes as atividades diárias da KCA, atraindo assim a atenção do público para ela. Esse despertar cultural iria beneficiar fortemente a séria disputa que, no ano seguinte, dividiu as igrejas do país Gikuyu em relação à clitoridectomia – assunto já tratado no capítulo 20.

Foi também a década em que Jomo Kenyatta viveu em Londres. Depois que a Kikuyu Central Association apresentou uma petição à Hilton Young Commission e depôs perante ela, em 1928, a alienação das terras passou ao primeiro plano das preocupações dos Gikuyu. Kenyatta fazia parte da delegação da KCA que depôs perante a comissão. O ponto principal de suas queixas estava contido na seguinte verificação: “Procuramos durante muito tempo obter do governo títulos de propriedade de nossa terra, mas sem êxito, e não sabemos se ela

FIGURA 26.3 Jomo Kenyatta (1890-1978), nacionalista queniano e primeiro presidente do Quênia independente, 1963-1978. (Foto: Royal Commonwealth Society.)

FIGURA 26.4 Harry Thuku (1895-1970), um dos fundadores e dirigente da East African Association. (Foto: East African Publishing House Ltd., Nairóbi.)

pertence a nós ou à Coroa"[21]. O problema da segurança fundiária nas "reservas" africanas foi de novo levantado por Kenyatta, quando a KCA o encarregou, em 1929, de formular suas reivindicações em Londres (ver a fig. 26.4). Kenyatta resumiu da seguinte forma os objetivos da associação: inalienabilidade de suas terras; desenvolvimento dos meios práticos de ensino; abolição do imposto sobre habitação para as mulheres e representação eleita no Conselho Legislativo. As mesmas posições iriam ser defendidas com vigor particular dois anos mais tarde, quando os africanos foram convidados a depor perante a Kenya Land Commission – organismo criado depois de o Parlamento ter adotado, em 1931,

21 ROSBERG e NOTTINGHAM, 1966, p. 94.

uma recomendação preconizando uma pesquisa sobre os problemas agrários africanos. A KCA ajudou ativamente as famílias gikuyu (*mbari*) a preparar sua documentação. Quando o relatório da comissão foi divulgado, mobilizou todos os grupos políticos gikuyu para redigir um memorando unânime de protesto e de rejeição. Como os protestos não foram ouvidos, a questão agrária assumiu enorme importância na política gikuyu e constituiu o fundamento da guerra dos Mau Mau, que viria a explodir 20 anos depois.

Essas associações de "jovens" não atingiram seus objetivos, mas seria injusto dizer que malograram por completo. Embora o sistema tenha sabotado constantemente sua eficácia, cooptando ou prendendo, segundo o caso, seus dirigentes, elas tiveram efeito duradouro, na medida em que formularam as reivindicações dos africanos em relação ao sistema colonial, utilizando métodos como a redação de panfletos e explorando capacidades como o conhecimento do inglês e do kiswahili para expor os principais malefícios do colonialismo.

Associações de setores limitados da população

As associações criadas especialmente para solucionar os problemas de fronteiras são demasiado numerosas e variadas para serem relacionadas. De fato, os regimes coloniais haviam fixado os limites territoriais do Quênia, de Uganda, de Tanganica, de Zanzibar e da Somália antes de 1933. Mas, para atender às necessidades da administração interna desses territórios, as autoridades coloniais instituíram uma divisão em províncias, distritos, reservas e comarcas, assim como subdivisões no interior das reservas e das comarcas que atravessavam vários grupos étnicos, clãs e linhagens. Muitas vezes, as terras pertencentes a um grupo eram atribuídas a novos proprietários, que não tinham nenhum direito tradicional sobre elas. A situação provocava vivas reações dos dois lados: as pessoas lesadas procuravam, aqui, recuperar suas terras, ali, juntar-se a seu clã em outra sub-reserva, acolá, obter um novo traçado mediante a criação de uma sub-reserva correspondente a um clã ou subclã determinados. As contestações davam-se localizadamente, mas a agitação provocada por elas era tão intensa e tão insistente que a administração colonial não podia ignorá-la. Por outro lado, muitos "homens novos" tiveram a possibilidade de desempenhar um papel nessas disputas devastadoras: preparação de documentos, processos, remessa de memorandos ao comissário do distrito, ao governador ou mesmo ao ministro das colônias. Havia sempre riscos consideráveis de violência localizada nesses conflitos, que, por vezes, terminavam de forma trágica.

A ação empreendida pela Ugenya Kager Luo Clan (Margem Sul do Rio Nzoia) Association[22], criada pelos membros de língua luo do clã Kager em 1932, visando recuperar de seus vizinhos Wanga o território que tinham perdido, é um modelo reduzido desse tipo de conflito. O Mubende Banyoro Committee [23], mais conhecido, reivindicava constantemente a restituição pelos Baganda ao reino de Bunyoro, em Uganda, das "comarcas perdidas" de Huyaga, Bugangaizi, Buwekula, Buruli e Rugonjo. Mas, no cômputo geral, não era possível aos colonizadores satisfazer as reivindicações feitas por associações segmentares, o que provocaria exatamente a politização da vida local. A insistência das associações levou os britânicos a rejeitar o conjunto de sua atividade, tachada de *fitina* (obstinação tacanha). Afinal de contas, as facções formam a própria substância da política local.

Associações reformadoras e sindicatos

As inúmeras associações comerciais formadas pelos agricultores e empresários africanos durante esse período tiveram um papel secundário no plano político. Normalmente eram formadas com determinado objetivo, mas, em vista dos problemas cotidianos inerentes à situação colonial, logo se viam obrigadas a denunciar todos os abusos do sistema em sua região. Por essa razão, os dirigentes se tornavam alvo da hostilidade dos representantes locais da administração colonial. Um bom exemplo a respeito é a Kilimandjaro Native Planters [Coffee] Association (KNPA), fundada em 1925 "para defender e promover os interesses dos plantadores de café indígenas do Kilimandjaro"[24]. Seja porque os colonos europeus receavam os grupos de pressão organizados dos africanos, seja por ter havido conflitos pessoais entre seu chefe, Joseph Marinyo, e os diversos administradores britânicos ou os chefes africanos, a organização acabou naturalmente por se ocupar de outras questões, como o cadastramento, a alienação e a exploração das terras, o reforço da união com o Quênia, os direitos políticos e a representação dos africanos no Conselho Legislativo Central e na Moshi District Water Board. No nível local, a política da associação parecia muitas vezes dirigida contra os chefes. Realmente era esse o caso, e nisso se assemelhava aos numerosos movimentos de protesto locais nascidos na África oriental por volta

22 OGOT, 1971.

23 KYEYUNE, 1970.

24 ROGERS, 1972 e 1974.

de 1925. A existência de tais formações demonstrava que uma nova elite havia surgido paralelamente aos chefes oficiais impostos pelas autoridades coloniais, quinze ou vinte anos antes. Os recém-chegados manifestavam-se não só entre os Chagga e Gikuyu, mas também entre os Lengi[25], Kamba 26[26] e Haya[27]. Isso significava que a geração no poder tinha de ceder lugar aos jovens na esfera local.

Os jovens pensavam sobretudo que os chefes coloniais não se deveriam considerar os únicos instrumentos do progresso social e que eles próprios deviam participar dele. Assim, quando a Bukoba Bahaya Union foi criada, em 1924, parte de sua ambição era aconselhar o povo, "civilizá-lo". Segundo os funcionários e os comerciantes locais da região de Bukoba que foram seus fundadores – Clemens Kiiza, Suedi Kangasheki, Ludovic Kaitaba e Herbert Rigizibwa, a organização visava "a criação de uma instituição encarregada de desenvolver o país e a pesquisa de uma via simples para a civilização, que fosse de vantagem recíproca para os interessados". Dois meios permitiriam o acesso à "civilização": a instrução e a cultura do café. Através das décadas de 1920 e 1930, a Bukoba Bahaya Union defendeu essa causa e, dessa forma, enfrentou com regularidade os administradores e os chefes que, em sua opinião, constituíam obstáculos ao progresso. Retrospectivamente, a Union não passava de outra associação comercial africana como a Kisumu Native Chamber of Commerce, criada pelos africanos para tentar arrancar alguns privilégios de que se beneficiavam as associações asiáticas da época.

Os historiadores da África oriental falam delas como associações "reformadoras"[28], dirigidas por homens "modernos"[29], entre os quais figuravam Hugh Martin Kayamba, Francis Lwamigira e Harry Thuku, no final da década de 1930. As opiniões divergem quanto ao papel desempenhado por esses homens no despertar da consciência política africana. Alguns veem neles precursores a serviço das populações africanas[30], e há quem pense que eram antes de tudo individualistas, não lhes reconhecendo nenhuma parte do "radicalismo" político africano[31]. Em conjunto, os "reformadores" começaram principalmente

25 TOSH, 1973 e 1978.

26 MUNRO, 1975, capítulos 7 e 8.

27 HYDEN, 1969, capítulos 4 e 5.

28 ILIFFE, 1969, p. 123-61; 1979, p. 405-35.

29 Ibid., 1973.

30 Ibid., 1973; JANMOHAMED, 1974.

31 Ver em ATIENO-ODHIAMBO, 1973, uma crítica de ILIFFE, 1973.

por se defenderem e por defender seus interesses de classe: portanto, é difícil atribuir-lhes um papel preponderante na política de "ação de massa"[32]. Só depois da Segunda Guerra Mundial é que as elites desposaram a causa do povo. A história do sindicalismo mostra bem que não havia nenhuma ligação entre os modernistas e as massas.

A resistência dos trabalhadores empregados, em contraste com a oposição à ação sindical propriamente dita, cedo se manifestou na África oriental. Um dos primeiros problemas que as autoridades coloniais tiveram de resolver foi o de obrigar os africanos ao trabalho nas explorações dos colonos, nos novos setores das ferrovias (Quênia-Uganda Railways, Central Line de Tanganica) e nas obras públicas. A administração colonial resolveu o caso adotando textos que instituíam um "contrato de serviço" cuja inobservância podia acarretar sanções penais e constituía uma infração passível de multa ou de prisão. Além disso, principalmente no Quênia, todo indígena apto do sexo masculino tinha de ser registrado, de acordo com a Native Registration Ordinance, lei celerada que impunha aos africanos a *kipande* – ou cédula de identidade –, por todos odiada. No entanto, essas medidas não impediram que os trabalhadores fizessem greve[33]. No Quênia, a primeira greve africana ocorreu em Mombaça no ano de 1902, na qual cinquenta agentes da polícia se recusaram a intervir, seguida em 1908 por uma de ferroviários africanos em Mazeras. No mesmo ano, houve uma greve de condutores de riquixá em Nairóbi. Quatro anos depois, foi a vez dos marítimos de Mombaça pararem de trabalhar, seguidos pelos ferroviários de Nairóbi. E assim por diante. Essas greves isoladas não acarretaram a formação de sindicatos, o que, de qualquer forma, teria sido considerado ilegal na época, mas demonstraram a possibilidade de uma ação de apoio às reivindicações dos trabalhadores e contribuíram para a tomada de consciência que caracterizou os anos anteriores a 1919.

Esse despertar desembocaria em uma verdadeira consciência política depois da guerra. As dificuldades econômicas e as provações suportadas pelos africanos entre 1919 e 1922 fizeram-lhes compreender que os problemas do trabalho estavam ligados ao contexto político e econômico ao qual se achavam submetidos. Os "jovens", que iriam desde então assumir a chefia do movimento político, eram, regra geral, citadinos que conheciam a penosa situação das massas laboriosas. As queixas dos trabalhadores costumavam, pois, fazer parte de seus memorandos e discursos. Assim, quando da fundação da Young Gikuyu Asso-

32 ATIENO-ODHIAMBO, 1975, p. 218-22.

33 SINGH, 1969, p. 45.

ciation, a 11 de junho de 1921, os problemas do trabalho surgiram em primeiro plano. O relatório que Harry Thuku fez dessa jornada o comprova. Mandou à imprensa o seguinte comunicado:

> A Young Gikuyu Association reuniu numerosos adeptos na aldeia de Pangani para discutir a diminuição dos salários dos indígenas. Foi proposto e decidido que para dar a conhecer ao governo as reivindicações dos indígenas em relação à redução dos salários [a Associação seria] autorizada a escrever ao Hon. Chief Native Commissioner para solicitar-lhe que apresente a questão a S. Ex. o governador[34].

O memorando foi devidamente expedido ao Chief Native Commissioner. Seus autores solicitavam principalmente que a administração colonial não reduzisse os salários e obrigasse os colonos a fazer a mesma coisa, denunciavam o trabalho obrigatório, manifestavam-se contrários ao sistema de registro e deploravam a elevada taxa do imposto sobre habitação. Pode-se dizer que essa organização (como aquela que lhe sucedeu, a East African Association) era ao mesmo tempo "uma associação política e um sindicato de trabalhadores". Esta definição podia igualmente ser aplicada à Young Kavirondo Association, que na mesma época também se opunha ao trabalho forçado, e resume bem as atividades de todas as formações que então participavam da luta dos trabalhadores africanos. Regularmente, no decorrer da década de 1920, a ação política dos africanos no Quênia voltaria à questão do trabalho, exigindo a abolição do trabalho forçado, o aumento dos salários e a supressão dos impostos para as mulheres. Essas reivindicações, por exemplo, figuravam no memorando apresentado pelos africanos à Comissão Ormsby-Gore em 1924. Voltamos a encontrá-las no memorando dirigido pela Kikuyu Central Association à Hilton Young Commission em 1928.

Mas havia organizações sindicais autênticas? A administração colonial tolerava mais as associações de empregados do que os sindicatos propriamente ditos, com a condição de que elas tivessem uma fachada social e não se misturassem com atividades diretamente sindicais. Ela esperava que os novos trabalhadores africanos qualificados formassem clubes próprios, fechados e reservados a uma elite. Foi nesse sentido que os britânicos autorizaram a fundação da Tanganyika Civil Servants Union (TCSU), em 1922, bem como da Kenya African Civil Service Association, um pouco antes de 1933. A TCSU[35] foi criada por Martin Kayamba, com o objetivo de "promover o progresso social e o desenvolvimento da educação entre seus membros" e de "melhorar seu bem-estar nas diferentes

34 Apud ibid., p. 11.

35 ILIFFE, 1973, p. 73.

administrações". Era ao mesmo tempo um sindicato e um clube, cujos membros podiam praticar esportes e frequentar aulas noturnas. A organização tinha fama de ser abertamente elitista e, em larga medida, defendia os privilégios da elite. Kayamba esperava que se estendesse a todo o país, mas parece ter desaparecido no final da década de 1920, enquanto o servil Kayamba atraía para si, cada vez mais, as boas graças de seus amos e subia na hierarquia da administração colonial. Portanto, a associação pouco realizou, mesmo em sua breve existência.

As origens exatas da Kenya African Civil Service Association são obscuras, mas ela apresentou um memorando interessante à comissão de inquérito sobre a administração da justiça criminal no Quênia, em Uganda e em Tanganica, criada em 1933[36]. Os autores desse memorando eram um certo Newland Gibson, secretário-geral da associação, Ishmael Ithongo, H. G. Shadrack e Albert Awino. O texto tratava de assuntos importantes relativos ao sistema judicial. Reclamava a tradução de todas as leis para o kiswahili, a instituição de um júri para todos os casos criminais e a eliminação da *kipande*. Também criticava as disposições da lei sobre a vadiagem e a lei sobre os castigos coletivos, e recomendava vivamente a supressão do imposto para as viúvas, os desempregados e as pessoas com mais de cinquenta anos; Fora esse memorando, não há outras informações sobre as atividades da associação. Tampouco se conhece muita coisa sobre a Kenya African Teachers Union, criada em 1934 por Eluid Mathu e James Gichuru.

De modo geral, porém, pode-se dizer que essas associações elitistas foram um pálido reflexo da realidade global da situação no trabalho, já que todo o período que nos interessa foi marcado por greves nas usinas, nos portos, nas oficinas e até nas fazendas dos colonos. Dada a hostilidade do governo ao sindicalismo e a carência de uma rede de comunicação entre o vasto contingente de trabalhadores não-qualificados, essas greves isoladas, feitas nos locais de trabalho, eram um meio de expressão lógica. Se estamos mal informados, sobretudo no que concerne a Uganda e Tanganica, isso talvez se deva menos ao tema do que ao fato de os historiadores terem pesquisado pouco a respeito. Seja como for, não seria demais insistir no constante sentimento de frustração dos trabalhadores africanos.

Ação política em escala territorial

Tratamos até agora da ação política local desenvolvida em diferentes níveis. As tentativas feitas em escala territorial redundaram em malogro ou em consta-

36 SINGH, 1969, p. 24-45.

tação de impotência. Isso, aliás, não lhes tira o valor, pois o sentimento nacional estava muito pouco disseminado em Tanganica ou no Quênia, entre as duas guerras. Não havia suficiente maturidade política para apreender o Estado colonial em sua totalidade. Claro que havia exceções: homens como Jomo Kenyatta, Akiiki Nyabongo e Mbiyu Koinange haviam tido a possibilidade – coisa rara – de viajar para a Europa e para os Estados Unidos da América e de encontrar personalidades que encaravam a situação colonial pela perspectiva do império.

Por ocasião das visitas que fez ao Reino Unido a partir de 1930, é certo que Kenyatta ampliou suficientemente seus horizontes para desposar não só a causa da África, mas também a condição do homem negro em geral. Quanto a Mbiyu Koinange, a passagem pelas universidades americanas e, mais ainda, suas relações com Ralph Bunche, deram-lhe uma visão mais ampla das coisas. Em 1933, ele remetia à administração colonial relatórios que denunciavam as injustiças a que estavam sujeitos seu pai, o chefe Koinange, e os africanos de modo geral.

Mas esses homens não passavam de um punhado e, pior, estavam longe da pátria, não tendo portanto possibilidade de organizar as massas locais.

A partir dessa perspectiva, a East African Association, de Harry Thuku, era a única de seu gênero no início da década de 1920, na medida em que, ao menos no papel, se interessava pelo conjunto do território queniano e visava ir ainda mais longe. Fora fundada em 1921, em Nairóbi, por Harry Thuku (ver fig. 26.3), Jesse Kariuki, Job Muchuchu e Abdullah Tarrara [37]. Africanos vindos de outros territórios também se destacaram nela, em particular o indomável Z. K. Sentongo, da Young Baganda Association, e um desconhecido da Niassalândia (atual Malavi). A associação colocava-se incontestavelmente acima das etnias e, como indicava seu nome, sua ação abrangia todo o Quênia. Mas a maior parte de seus membros eram Gikuyu. Quem lhe dava vida e direção era Harry Thuku, um funcionário do Tesouro.

Thuku pertencia ao grupo de jovens gikuyu de Nairóbi que sentiam a necessidade de se organizar para fazer frente à Kikuyu Association, dominada pelos chefes. Mencionou-se que o modelo deles era a Young Baganda Association. A mais importante é que Thuku e seus amigos de Nairóbi pensavam ser preciso criar uma organização africana em escala queniana e que, como ele dizia no *East African Standard,* em 1921, "se os jovens deste país não formarem uma associação, os indígenas do Quênia ficarão sempre mudos". Essa ânsia de solidariedade levou Thuku a confraternizar com os jovens akamba, luo e ganda que viviam então

37 KING, K. J., 1971b.

em Nairóbi. Foi assim que no dia I de julho de 1921 foi fundada oficialmente a East African Association. A organização adotou resoluções relativas à *kipande*, ao trabalho obrigatório, à excessiva tributação dos africanos e à educação. Thuku telegrafou diretamente o texto dessas resoluções ao Colonial Office, em Londres. Os políticos indianos A. M. Jevanjee e B. M. Desai colaboraram na redação das notas destinadas ao governo britânico e na impressão dos boletins da associação. Na época, a aliança com os asiáticos suscitou o furor dos colonos. Trabalhos recentes mostraram de forma concludente que Thuku não era um peão nas mãos dos indianos, mas a questão não é essa. Mais importantes, de nosso ponto de vista, foram os esforços envidados por Thuku para incluir não Gikuyu na associação. Suas relações em Nairóbi levaram-no naturalmente a procurar a adesão dos Akamba. Mas, se os Akamba de Nairóbi demonstraram entusiasmo, o mesmo não sucedeu com os do interior. Depois do encontro público havido entre Thuku e o chefe Mathendu, em Iveti, na região de Machakos, os anciãos rejeitaram as ofertas que lhes foram feitas, recusaram assinar os documentos apresentados e o aconselharam a voltar para os Gikuyu, "com os quais os Akamba tinham pouco em comum"[38]. A situação foi diferente na província de Nianza, onde a associação de Thuku encontrou a simpatia da Young Kavirondo Association. Em dezembro de 1921, os dirigentes desta última entraram em contato com Thuku, dando-lhe a garantia de que "lutavam" a seu lado pelo país e uma contribuição financeira. As relações entre os dois grupos eram de tipo igualitário, e a Young Kavirondo Association não estava de forma alguma subordinada à East African Association[39]. Importa igualmente sublinhar que entre elas havia contatos, mas não uma relação estreita, nada provando de forma decisiva que uma influenciasse a outra. a agente de ligação era James Beauttah, que por então era membro da associação de Thuku e trabalhava em Maseno. Segundo suas palavras:

> Havia em Maseno uma grande escola onde lecionavam cultos professores africanos, que na maioria se interessavam pela política e desejavam ter mais informações sobre a EAA. Era o único grupo fora de Nairóbi que eu conhecia a ter ideias nacionalistas. Coloquei esses futuros polúicos luo em contato com os partidários da EAA. Demonstraram muito entusiasmo e reuniram uma contribuição de noventa rúpias para sustentar o movimento de Nairóbi. Manifestaram a intenção de se unir aos

38 MUNRO, 1975, p. 126.

39 OKARO-KOJWANG, 1969, p. 120.

Kikuyu e aos povos do litoral, e penso que minha intervenção os fez decidir pela ação[40].

A proximidade de Nairóbi e as dificuldades tidas com os britânicos a propósito de suas terras, nas duas primeiras décadas, fizeram das elites Masai, educadas à ocidental, as aliadas naturais de todos os movimentos de protesto registrados na cidade em começos da década de 1920. Esses Masai tinham se formado ou em Thogoto ou nas escolas da African Ireland Mission, de Kijabe e de Siyiapai. Passaram a defender as teses de Harry Thuku junto de seu povo[41]. Mencionemos, em particular, os casos de Maitei Ole Mootian e de Molonket Ole Sempele. Não parece que tenham organizado um movimento político no país dos Masai, já que a maioria deles trabalhava nas cidades. Foi depois de 1923 que sua influência se fez sentir na população rural, quando obtiveram postos em seus distritos, a partir dos quais haveriam de apoiar a Kikuyu Central Association.

Foi a ação pessoal de Thuku que levou a East African Association a unir-se aos Baganda. Ele interessava-se particularmente pela Young Baganda Association, cuja sede ficava em Kampala e cujo secretário, Joseph Kamulegeya, defendia um ponto de vista idêntico ao seu relativamente a vários pontos. Kamulegeya pôs Thuku em contato com os negros americanos, e este escreveu a W. E. B. Du Bois, a Marcus Garvey e ao Instituto Tuskegee para solicitar que enviassem missões de assistência à África oriental. Nenhuma ligação duradoura se estabeleceu, embora Thuku recebesse o *Negro World* de Garvey[42]. Tudo isso era bom em teoria, mas a administração colonial alarmou-se com as declarações populistas de Thuku. No dia 14 de março de 1922, deteve-o com a intenção de deportá-lo, mas seus partidários e a população africana de Nairóbi – que, aliás, parece que estava em greve – juntaram-se em volta da delegacia de polícia onde ele se encontrava. Ocorreu o inevitável nesse tipo de confronto colonial: ao fim de certo tempo, as forças policiais perderam o sangue-frio e atiraram sobre a multidão, matando 21 africanos. Foi no dia 16 de março de 1922.

Depois do incidente, Thuku foi deportado para Kismayu, e a East African Association desagregou-se. Desde então, a política no país dos Gikuyu revestiu-se de um caráter mais étnico. Seu papel foi preenchido pela Kikuyu Central Association. As balas britânicas puseram fim a todas as veleidades de

40 Apud SPENCER, 1971, p. 10 (grifo nosso).

41 KING, K. J., 1971a.

42 KING, K. J., 1971b.

organização política multiétnica dos africanos de Nairóbi no período entre as duas guerras.

Em Tanganica, as perspectivas não eram nada melhores, como prova o exemplo da Tanganyika African Association (T AA), criada em Dar es Salaam em 1929. Sob a direção de Cecil Matola, Kleist Sykes, Mzee Bin Sudi e Ramadhan Ali, assim definia ela seu objetivo: "Defender os interesses dos africanos não só neste território, mas em toda a África"[43]. Na realidade, sua influência não foi além de Dar es Salaam nos seis anos que se seguiram, a não ser quando alguns de seus membros iam trabalhar para o norte, como Mack Makeja, que, em 1933, foi transferido para Dodoma e fundou lá uma sucursal. Mesmo em Dar es Salaam suas realizações limitaram-se à construção de um clube. A TAA também dirigiu ao governo uma petição, sem êxito, reclamando a nomeação de um magistrado africano para essa cidade. Brigas internas fizeram com que ela perdesse adeptos em 1931 e 1932, e teve de esperar até 1934 para, graças à filial de Zanzibar, recobrar ânimo. Além da realidade da repressão colonial, a conclusão que podemos extrair é a seguinte: entre as duas guerras ainda não havia, politicamente, quenianos, ugandenses ou tanganiquenses.

Conclusão

Procuramos estabelecer neste capítulo a extensão, a natureza e os limites da política e do nacionalismo africanos na África oriental, de 1919 a 1935, examinando as diferentes formas de ação militante. Os protagonistas eram as massas, e quem organizava a vida política, a *siasa,* durante esse período, eram os "jovens", que haviam tirado proveito do ensino dos missionários durante os vinte primeiros anos do século e eram capazes de apresentar as queixas dos africanos às autoridades coloniais. Interessavam-se principalmente pelas reivindicações locais, fazendo agitação contra os males que o colonialismo havia acarretado. Agiam em diferentes níveis, desde a *baraza,* ou assembleia pública das reservas, até os governadores ou o secretário das Colônias, em Londres, a quem dirigiam petições. Suas tentativas de organização política foram muitas vezes contrariadas pela potência colonial, e nenhuma das associações fundadas logrou atingir todos os seus objetivos. Mas, enquanto duraram, tais associações relembraram às autoridades que a "voz da África" podia fazer-se ouvir por outros canais além da administração colonial. No entanto, em muitos casos, as reivindicações africanas

43 HAJIVAYANIS, MTOWA e ILIFFE, 1973, p. 235.

nunca deram lugar a organizações devidamente constituídas: nenhum sindicato foi criado durante esse período, já que poucos dirigentes havia para tentar uma ação em tal sentido. Este capítulo, portanto, verifica os limites da ação envidada pelos africanos durante o período considerado: centrada essencialmente nas questões locais, essa ação não redundou na criação de movimentos políticos eficazes em escala territorial.

CAPÍTULO 27

Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919-1935

A. Basil Davidson, Allen F. Isaacman e *René Pélissier*

Desde sempre, profundas diferenças assinalaram a vida política africana de países tão dessemelhantes como Angola, Bechuanalândia (atual Botsuana), Congo Belga (atual Zaire), Rodésia do Norte (atual Zâmbia), Basutolândia (atual Lesotho), Niassalândia (atual Malavi), Moçambique, Suazilândia, Rodésia do Sul (atual Zimbábue), Sudoeste Africano (atual Namíbia) e União Sul-Africana (atual República da África do Sul). Essas diferenças, ainda hoje bem visíveis, eram consideráveis entre 1919 e 1935. Deviam-se principalmente ao fato de os países acima mencionados fazerem parte de diferentes impérios coloniais: o britânico, o português e o belga. Por outro lado, esses territórios não tinham o mesmo estatuto político: alguns eram colônias, outros, protetorados, e um deles, domínio. Finalmente, aspecto não menos importante, havia largas distâncias no plano socioeconômico. Não obstante, o aparecimento de novos movimentos anticolonialistas nas Áfricas central e meridional revela traços específicos distintos, por comparação com as Áfricas oriental e ocidental.

Este capítulo examinará a natureza mutável da oposição popular nas Áfricas meridional e central, e dará atenção particular à África do Sul, ao Congo Belga e às antigas colônias portuguesas[1].

1 A. B. Davidson ocupou-se principalmente do exame do quadro econômico e político na África meridional e no Congo Belga, bem como da parte do texto consagrada à resistência popular na África do Sul e nos territórios vizinhos. Allen Isaacman redigiu as partes sobre Moçambique e o Congo Belga, assim como o panorama da situação econômica e política em Angola e Moçarnbique, em colaboração com René Pélissier, que também é autor da parte sobre Angola.

Panorama da situação política e econômica na África meridional e no Congo Belga

Os traços específicos da África meridional resultam ao mesmo tempo da estratificação étnica da sociedade, mais complexa do que no resto da África, e do caráter da penetração colonial e capitalista. Como se viu nos capítulos 15 e 16, em nenhuma outra parte o "setor europeu" se desenvolveu tão rapidamente, em detrimento da economia africana "tradicional". Essa estrutura econômica e a complexidade da estratificação étnica são atribuíveis à maneira como se realizou a colonização, ela própria determinada pelas condições naturais e pelas amplas riquezas desta parte da África.

Por volta de 1919, a economia tradicional da maior parte da África meridional tinha sido mais profundamente transtornada do que as de outras regiões do continente. Milhões de indivíduos haviam sido arrastados para a órbita da exploração capitalista. Lá por meados da década de 1920, mais de 200 mil trabalhadores migrantes, recrutados em regiões tão afastadas como a Rodésia e a Niassalândia, estavam empregados nas minas da África do Sul[2]. Mais de 60 mil homens trabalhavam nas minas de cobre, estanho, diamantes e ouro do Congo[3].

O desenvolvimento da agricultura europeia e a expropriação em grande escala das terras dos camponeses em certos países da África do Sul impediram que os africanos participassem da produção agrícola para a exportação e o comércio, salvo no caso de certas culturas forçadas, como o algodão no Congo[4]. Da mesma forma, essa situação obstou a formação de uma larga camada de agricultores e de negociantes africanos, fato que caracteriza numerosos outros territórios coloniais onde se estabeleceram muito menos colonos brancos.

A perda das terras, a espoliação dos camponeses, a proletarização e a urbanização foram, pois, mais rápidas e mais marcantes na maior parte dos países da África meridional do que em outras partes do continente[5].

Um proletariado permanente e numericamente importante, de origem africana e não-europeia, formou-se mais depressa em certos países dessa região, conforme foi visto no capítulo 16. Seus contingentes mais avançados eram cons-

2 Para estatísticas sobre a composição da mão de obra mineira sul-africana, ver CENTRO DE ESTUDOS DOS AFRICANOS, 1977, 24c.

3 PERRINGS, 1979, p. 56, 84, 176.

4 JEWSIEWICKI, 1980.

5 BUNDY, 1979; ARRIGHI, 1970; PHIMISTER e VAN ONSELEN, 1978.

tituídos pela mão de obra das grandes cidades industriais e dos portos, sobretudo pelos portuários, industriários e servidores públicos. A maior parte da mão de obra africana das minas e das grandes cidades era sazonal. No entanto, um número crescente de indivíduos acabou por se tornar dependente do trabalho sazonal para sua sobrevivência. O processo de formação de um proletariado urbano africano estava mais avançado nessas regiões do que na maior parte das Áfricas ocidental e oriental. Até se contavam mais trabalhadores sazonais empregados nas explorações agrícolas europeias, pois as expropriações de terras fizeram crescer rapidamente o efetivo do proletariado agrícola. A inclusão dos africanos na vida industrial contribuiu para o nascimento de uma consciência nacional.

A *intelligentsia* em vias de formação fez muito para definir o sentimento de uma identidade nacional e política. Seu desenvolvimento foi determinado pelo caráter específico da colonização europeia e pelo acesso relativo à educação. O "teto social" que o africano podia alcançar no sul do continente era muito mais baixo do que na África ocidental, onde, na ausência de uma população permanente de colonos brancos, era fácil para os africanos obterem um emprego de escritório ou um cargo público. Na África meridional, os brancos tinham monopolizado todos os empregos que poderiam ser acessíveis aos africanos instruídos, seja na administração, no setor econômico, na Igreja ou em outros setores de atividade.

Por isso mesmo, a intelectualidade da África meridional viu-se desde o início mais perto do povo. A explicação está em que, nessas regiões, os intelectuais provinham da população indígena, em vez de serem recrutados, como sucedia em vários países da África ocidental, entre os escravos libertos e repatriados ou seus descendentes.

O cruel regime de discriminação racial, do qual todos os indígenas da África meridional eram vítimas sem exceção, levava inevitavelmente à aproximação entre a intelectualidade e o povo. Nessas regiões, os intelectuais africanos encontravam mais dificuldade para desempenhar o papel de intermediários.

A luta anticolonialista na África meridional apresenta uma outra característica essencial: a oposição à ordem colonial manifestava-se não só entre os africanos, mas também nas fileiras das minorias de origem não-africana, cujo número não era desprezível – as "pessoas de cor", como se chamam os mestiços na África meridional, os indianos e até certos brancos. Em consequência, os africanos constituíam a principal força anticolonialista, mas não a única, pluralismo que marcou o caráter geral da luta[6].

6 Mesmo nesse meio abertamente racista, o regime colonial tinha de se apoiar nos chefes legalistas e na polícia africana, que se tomou parte do aparelho de Estado. Essa aliança põe em dúvida qualquer análise da resistência que veja os acontecimentos exclusivamente pelo prisma da raça, sem referência aos fatores étnicos e de classe.

Outra circunstância contribuiu para delinear os traços gerais dos movimentos anticolonialistas na África meridional: seus laços internacionais. Na África do Sul, o movimento sindical e os primeiros grupos nacionalistas receberam importante ajuda do exterior, enquanto os socialistas e os comunistas belgas criticavam vigorosamente a política colonial repressiva no Congo Belga.

Finalmente, devido ao fato de os países da África meridional estarem ligados de maneira mais estreita à economia capitalista mundial, os contatos com o exterior eram mais frequentes e, por consequência, as mudanças ocorridas no mundo foram sentidas lá com mais ênfase. Essas mudanças foram muitas entre 1919 e 1935. Citemos o impacto da revolução de outubro de 1917 na Rússia e o da agitação revolucionária que se seguiu à Primeira Guerra Mundial até 1923, o início da crise do sistema colonialista, a grande depressão de 1929-1933 e, por fim, no término do período estudado neste volume, os ecos da guerra ítalo-etíope, que começou em 1935.

Oposição popular, nacionalismo e política na África do Sul e nos territórios vizinhos

A oposição à dominação colonial e à exploração capitalista na África do Sul assumiu quatro formas principais. A primeira foi a resistência camponesa. Muitas vezes esporádicas, isoladas e quase invisíveis, as diversas expressões da resistência camponesa foram não obstante generalizadas durante este período. Além disso, os numerosos habitantes dos campos e das cidades organizaram a oposição ao sistema racista e à sua arrogância cultural por intermédio das igrejas independentes, que se multiplicavam pela África do Sul Outros aderiram ao African National Congress, ANC (Congresso Nacional Africano), a mais antiga organização nacionalista do continente. Lá pelo final da década de 1920, o movimento da classe operária africana começava a ter uma existência embrionária, simbolizada pelo fulminante crescimento da Industrial and Commercial Workers' Union (ICU), dirigida por Clements Kadalie.

Reagindo contra a crescente pauperização e contra a incerteza econômica que acompanhava a transformação de muitas zonas rurais da África do Sul, as quais passaram de uma economia agrária para a condição de reserva de mão de obra, os camponeses entregaram-se a uma série de ações destinadas a reduzir ou a eliminar as cada vez maiores pressões políticas e econômicas. As formas de resistência, em sua maior parte, visavam proteger as terras e o gado, bem como protestar contra o aumento dos impostos e das requisições de mão de obra. Tratava-se muitas vezes de ações individuais, como a fuga, o não pagamento dos

impostos, a violação das leis sobre o registro e ataques contra os chefes legalistas e a polícia[7]. Às vezes, representavam formas de oposição mais coerentes e organizadas, como a campanha contra os parasitas.

Os esforços do Estado para impor uma regulamentação mais estrita de desinfecção dos bovinos e dos ovinos, aumentando as respectivas tarifas, provocaram uma ampla oposição camponesa no Transkei, entre 1913 e 1917. Embora reconhecessem a necessidade de proteger seu gado da febre da costa oriental, muitos camponeses criticavam a tributação excessiva, assim como as rigorosas pressões exercidas sobre a economia rural. A oposição à desinfecção assumiu diversas formas. Na região dos Fingo, foram organizados boicotes e impediu-se a participação no programa de desinfecção. Na região dos Pondo, os camponeses recusaram-se de início a pagar o imposto. As ações mais militantes ocorreram no Griqua oriental, onde foram dinamitados e destruídos caminhões-cisternas, e oposicionistas atacaram a polícia, que tentava reprimir sua campanha. Do ponto de vista da organização política camponesa, o mais significativo é a amplitude da oposição manifestada e a incapacidade dos chefes legalistas de controlar as atividades dos camponeses militantes[8].

Quatro anos mais tarde, os camponeses do Transkei organizaram uma série de boicotes aos comerciantes europeus, para protestar contra a manipulação dos preços e a recusa à abertura de crédito. Em 1922, o movimento deles atingiu a província de nordeste e a Griqua oriental, onde os funcionários e os comerciantes queixavam-se das "agitadoras feministas". As contestadoras formaram piquetes diante das lojas no interior e, apesar das ameaças das autoridades, impediram pela força que os clientes entrassem nelas. A intervenção governamental e as ameaças dos chefes legalistas acabaram por fim com os boicotes[9].

Periodicamente havia levantes camponeses no sudoeste da África, onde o governo sul-africano mal começava a consolidar seu poder após a Primeira Guerra Mundial, o governo de Jan Smuts reprimiu cruelmente o Bondelswart, um dos grupos nama de criadores de gado que vivia no sul. O levante fora provocado por um aumento dos impostos. Em maio de 1922 foi enviada uma expedição punitiva contra os rebeldes. Faziam parte dela quatrocentos soldados

---

7 BEINART e BUNDY, 1980; NZULA, POTEKHIN e ZUSMANOVICH, 1979, p. 104-6; ROUX, 1964, p. 88-120; DAVIDSON, A. B., 1972. Aqui e em outros lugares, os dados são extraídos da obra coletiva intitulada *História da luta de libertação nacional africana* [Período Contemporâneo] (*Istoriya Natziionalnoosvoboditelno Borby Navodor Afriku V novelschee Vremia*), publicada em russo na edição Nauka de Moscou.

8 BEINART e BUNDY, 1980, p. 280-4.

9 Apud ibid, p. 286-7.

armados de metralhadoras e apoiados pela aviação. Talvez pela primeira vez na História, aldeias africanas serviram de alvo para ataques aéreos. Perto de cem africanos foram mortos e cento e cinquenta rebeldes presos[10].

Três anos mais tarde, foi infligida uma repressão igualmente cruel à "comunidade de cor" que vivia às margens do rio Rehoboth, no centro do território. Protestando contra a violação de um acordo concluído com a administração colonial alemã, essa comunidade recusou-se a ceder às novas exigências das autoridades. O conselho da comunidade apresentou à Sociedade das Nações uma queixa por "tratamento ilegal" da parte da administração. Em abril de 1925 a aldeia foi cercada pelo exército e sobrevoada por aviões. Os aldeãos foram convidados a "render-se" e uns 640 foram feitos prisioneiros[11].

O caso dos Bondelswart e dos Rehobothers foi discutido na Sociedade das Nações, já que o Sudoeste Africano era um território sob mandato. No entanto, não se adotou nenhuma providência para impedir a repetição de tais brutalidades. Pelo contrário, em 1932, quando os Ukuabi da Ovambolândia (no norte do território) se revoltaram, empregaram-se contra eles aviões e carros blindados.

Em sua maior parte, as revoltas camponesas eram espontâneas e não tinham envergadura. Em contrapartida, entre os primeiros movimentos de massa organizados, alguns deviam muito às igrejas e às seitas afro-cristãs, Os camponeses constituíam a base social desses movimentos, embora vários citadinos tenham tido aí parte ativa.

As igrejas afro-cristãs, ou "igrejas indígenas independentes", como eram conhecidas, representavam um curioso fenômeno. Pode parecer estranho, à primeira vista, que o povo pudesse extrair inspiração ideológica para a luta contra os conquistadores europeus da própria religião que esses conquistadores lhe impuseram. No entanto, foi esse precisamente o caso. O processo deve-se a várias razões, em primeiro lugar ao caráter das antigas religiões africanas. Nas Áfricas tropical e meridional, "as religiões tradicionais locais – quer dizer, os cultos dos antigos Estados – tinham caráter local e constituíam um fator mais de divisão do que de unidade", dizia o dr. B. L Sharevskaya, especialista moscovita das religiões africanas[12]. O cristianismo, ao propagar a ideia de que todos os homens são filhos de Deus, permitiu que os novos convertidos se identificassem Com uma comunidade mais ampla do que um grupo étnico. A unidade sobre uma nova base não podia se realizar senão em um meio que se afastasse

10 ROUX, 1964, p. 143-4.

11 FIRST, 1963, p. 101-5.

12 SHAREVSKAYA, 1968, p. 215-6.

das velhas formas de unidade e não visse nenhum modo de retornar a elas. Os novos convertidos constituíam justamente esse meio. Eram em geral pessoas que tinham rompido totalmente com a tradição e o costume predominantes. Não surpreende, portanto, que a oposição delas ao colonialismo fosse acompanhada por um sentimento de desilusão relativamente àqueles que lhes haviam transmitido a nova religião. Estavam decepcionadas por ver que os brancos não agiam como autênticos cristãos. Também alimentavam o desejo de auto-afirmação e de afirmação de seus valores nessa fé, e de rejeição de tudo quanto se ligasse ao homem branco, que, a seus olhos, surgia como opressor, embusteiro e encarnação do mal sob todas as suas formas.

A ideologia dessas igrejas oferecia numerosos pontos em comum. Em primeiro lugar, a ideia de que, segundo o verdadeiro ensinamento de Cristo, os negros são iguais em tudo e os missionários europeus deformavam a Bíblia. O messianismo constituía outro traço das igrejas afro-cristãs com a crença em uma segunda vinda do Salvador (que, desta vez, seria negro). Os fiéis dessas igrejas e seitas acreditavam que essa nova redenção deveria assinalar o advento de um milênio, durante o qual reinariam o bem e a justiça, e os colonialistas seriam expulsos da África[13].

As igrejas independentes, do tipo "sionista" e do tipo etíope, estavam bastante disseminadas na África do Sul (ver fig. 27.1) e representavam uma forma importante de oposição. Seu número cresceu rapidamente. Em 1918, havia 76 e, em 1932, já eram 320. Dez anos depois, contavam-se mais oitocentas[14]. Do ponto de vista dos movimentos sociais, as igrejas separatistas etíopes, com seus funcionários eleitos, suas bandeiras, cartas e organizações militares, representavam na esfera eclesiástica a expressão da vontade de um autogoverno africano. Da mesma forma, as igrejas sionistas eram muitas vezes dirigidas por profetas carismáticos antieuropeus que desenvolviam visões apocalípticas e alimentavam a esperança de uma nova sociedade, livre da opressão e da dominação branca[15].

Apesar da estrita vigilância do Estado, as igrejas independentes lançavam-se periodicamente em atividades abertamente insurrecionais. Desde 1884, Nehemiah Tile, pregador metodista, instigava seus aderentes da Tembulândia a desobedecer aos funcionários do Estado[16]. Em 1921, uma seita etíope conhecida pelo nome de "lsraelita", dirigida por Enoch Mgijima, ocupou terras devolutas perto

13 HODGKIN, 1956, p. 93-112.

14 SUNDKLER, 1961, p. 76.

15 Ibid.; HODGKIN, 1956, p. 99-100.

16 ROUX, 1964, p. 78.

de Queenstown e se recusou a sair daí. Os "israelitas" afirmavam que o Novo Testamento, criação do homem branco, devia ser rejeitado e que, se se voltasse às antigas formas hebraicas, Jeová acabaria por libertá-los do jugo da opressão. Mesmo depois da chegada de poderosas forças militares e policiais, os "israelitas", armados apenas de espadas e de lanças, continuaram a resistir. "Jeová nos ensina a não permitir que vocês queimem nossos barracões ou expulsem nosso povo de Ntabelanga ou prendam os homens que querem prender"[17]. Os soldados, armados de metralhadoras, mataram 163 africanos e feriram 129.

Outras igrejas independentes e militantes mesclavam uma visão apocalíptica com uma forma abreviada de garveyísmo. A mais importante foi o movimento Wellington, assim chamado de acordo com o nome de seu fundador, Wellington Butelezi, movimento que se desenvolveu desde o início dos anos 1920 até meados da década seguinte. Butelezi assegurava a seus partidários do Transkei que os negros norte-americanos viriam de avião para ajudá-los e contribuir para a sua libertação. Depois disso – proclamava ele – seriam abolidos os impostos e as taxas sobre a desinfecção, e seriam distribuídas roupas a todo o mundo. Quando as autoridades tomaram ciência do caráter extremista de sua visão e de sua retórica militante, deportaram-no e detiveram vários de seus lugares-tenentes. Não obstante, ele conservou sua influência e se criou toda uma série de escolas e de igrejas separatistas para propagar sua palavra. Em começos da década de 1930, alguns adeptos de seu movimento recusaram pagar as taxas sobre a desinfecção e até chegaram a atacar funcionários[18].

No decurso da segunda metade da década 1930-1940, os movimentos afro-cristãos tinham perdido seu vigor enquanto instrumentos da luta anticolonialista. Na maior parte dos países da África meridional, esse papel foi passando progressivamente a outras organizações e movimentos dotados de melhor estrutura.

De 1919 a 1935, além das velhas revoltas camponesas e dos movimentos das igrejas afro-cristãs, apareceram na África meridional e um pouco por todo o continente novas organizações políticas africanas que já não se fundamentavam na comunidade étnica. Eram organizações elitistas e proletárias.

A primeira dessas organizações, e de longe a mais importante, foi o African National Congress (ANC), fundado na África meridional em 1912[19]. Tratava-se de uma vasta organização destinada a unir todos os africanos politicamente

17 Apud ibid., p. 136-7. Para um estudo detalhado sobre os "Israelitas", ver EDGAR, R., (?).

18 BEINART e BUNDY, 1980, p. 280-4.

19 Para as origens do African National Congress, ver ROUX, 1964, p. 74-6; SIMONS e SIMONS, 1969, p. 132-6; GERHART, 1978, p. 21-39.

FIGURA 27.1 Isaiah Shembe (1870-1931), fundador dos nazaritas da África do Sul (Igreja Sionista Africana). (Foto: International African Institute.)

ativos. Na origem, o ANC almejava constituir uma organização africana que reagrupasse todos os países da África meridional pertencentes ao império britânico. Sua assembleia constituinte reuniu representantes da Rodésia, Basutolândia, Bechuanalândia e Suazilândia (ver fig. 27.1). Mais tarde, surgiram organizações nacionais em cada um desses países, regra geral sob a influência do ANC. Muitas delas, criadas nas Áfricas austral, central e mesmo na oriental, não só tomaram o nome emprestado do ANC mas também sua estrutura, programa, regulamento e métodos, em graus e momentos diversos – bem como sua força e suas fraquezas. À fundação do ANC seguiu-se, vinte, trinta ou quarenta anos mais tarde, a do Congresso Nacional Africano da Rodésia do Sul e de outras organizações semelhantes na Niassalândia, em Tanganica, no Quênia, em Uganda e na Basutolândia.

Se os princípios e o exemplo do ANC foram assim fielmente seguidos, isso se deve ao fato de o Congresso ter sido formado numa época em que, na maior parte dos países da África, não existia por assim dizer *intelligentsia* nem classe operária e muito menos organizações políticas africanas. Com o gradativo aparecimento da *intelligentsia* e da classe operária, aqueles que procuravam reagrupar os africanos em seu país voltaram-se fatalmente para as organizações que já existiam na União Sul-Africana.

Um fator que contribuiu para ampliar essa influência foi a migração de trabalhadores para a União Sul-Africana, fenômeno que foi ganhando progressivamente os países das Áfricas austral e central, como Moçambique, Niassalândia, Rodésia do Sul, Basutolândia, Bechuanalândia e Suazilândia. Quando voltavam para suas aldeias, esses trabalhadores levavam consigo não só a doença profissional dos mineiros, mas também o conhecimento do mundo exterior, de outros lugares, de outras gentes; disseminaram, enfim, novas formas de unidade na luta que travavam pelo respeito a seus direitos.

No início do período entre as duas guerras, o ANC já tinha uma experiência de sete anos de atividades de agitação. Mas sua maturação se alongou até 1952, data em que assumiu, em sua conferência anual, o nome de African National Congresso Até então, usava o título de South African Native National Congresso No mesmo ano, o Congresso adotou um hino e uma bandeira. O hino chamava-se *Nkozi Sikelel'i Africa* ("Que Deus abençoe a África"). Quanto à bandeira tricolor – preto, verde e ouro –, simbolizava o povo (preto), o verde dos campos (o *veld*) e a grande riqueza do país (o ouro)[20]. Entre 1919 e 1935, o

20 BENSON, 1966, p. 46.

FIGURA 27.2 Política e nacionalismo na África do Sul, 1919-1935. (Fonte: Gerhart, 1978.)

ANC passou evidentemente por períodos de intensa atividade e por momentos de relativa inação. Em 1926 lançou uma campanha de massa contra uma nova série de leis racistas que o primeiro-ministro da União Sul-Africana, J. Hertzog, tentava implantar. Em fevereiro de 1926, convocou uma assembleia nacional em Bloemfontein, na qual os participantes condenaram radicalmente toda discriminação racial, exigiram a igualdade de todos os cidadãos garantida pela Constituição, qualquer que fosse sua cor, e decidiram boicotar as "conferências indígenas" fantoches organizadas pelo governo.

No final do mesmo ano, contando com a colaboração de várias outras organizações africanas, assim como com a da African Political Organization, principal movimento político dos mestiços, e do South African lndian Congress, criado logo após a Primeira Guerra Mundial, amálgama das organizações preexistentes de Natal e do Transvaal, o ANC convocou o primeiro congresso não-europeu em Kimberley. Os participantes do encontro rejeitaram "toda política de diferenciação fundada na cor ou na raça". Condenaram as práticas racistas em uso no país e opuseram-se vigorosamente à nova legislação Hertzog, preconizando "uma cooperação mais estreita entre os elementos não europeus da África do Sul". Foi uma abertura, um primeiro passo no sentido da formação de uma frente antirracista unificada na África meridional[21].

O ANC desenvolveu atividades também no estrangeiro. Contribuiu para a participação duradoura dos sul-africanos no movimento pan-africanista. Sol T. Plaatje, um de seus fundadores e dirigentes, esteve presente ao Congresso Pan-Africano de 1919 em Paris e, em fevereiro de 1927, J. J. Gamede, o presidente do ANC, visitava a União Soviética.

O final da década de 1920 e os primeiros anos da década de 1930 foram, no entanto, marcados pelo declínio das atividades do ANC. A direção do movimento tinha passado para as mãos dos moderados, que receavam a influência dos comunistas. Não foi senão pelos meados da década de 1930 que houve uma retomada das atividades, quando dos preparativos da All-African Convention, em sinal de protesto contra a legislação Hertzog. A convenção, realizada em Bloemfontein em dezembro de 1935, lançou uma campanha de massa contra a legislação fundiária e eleitoral. Uma delegação apresentou a Hertzog as queixas dos africanos[22]. Mas a convenção não chegou a um acordo sobre um programa e um plano de ação únicos.

21 LEMUMO (pseudônimo de Michel Marmel), 1971, p. 60-1.

22 Ibid., p. 74-5.

Nos outros países da África meridional, as organizações políticas africanas seguiam praticamente o mesmo processo, sem ir tão longe, porém, como na África do Sul. Regra geral, tratava-se inicialmente de "associações indígenas", de "congressos indígenas" e de "sociedades de ajuda mútua", que começaram ocupando-se de problemas locais e depois ampliaram gradativamente suas áreas de atividade até se tornarem porta-vozes das necessidades diárias de suas comunidades. Recolhiam e apresentavam às autoridades coloniais as queixas, reclamações e agravos. Pouco a pouco, conseguiram mobilizar a participação popular para a ação política e se transformaram em organizações políticas ou contribuiram para a criação destas.

Na Niassalândia, as primeiras "associações indígenas" surgiram na véspera da Primeira Guerra Mundial e, no final da década de 1920, já tinham proliferado por todo o país. Somente no ano de 1933 foram fundadas quinze associações nas principais cidades: Zomba, Blantyre, Limo, Lilongwe, Fort Johnston, Karonga e Chiradzulu. Na Rodésia do Norte, a primeira "sociedade de ajuda mútua" data de 1923, tendo sido diretamente modelada a partir das organizações similares existentes na Niassalândia. Entre seus fundadores destaca-se o nome de David Kaunda, pai de Kenneth Kaunda[23]. Em 1930, formou-se uma associação do mesmo gênero em Livingstone, capital administrativa do protetorado. Seus fundadores eram funcionários da administração: Isaac Nyirenda e Edward Tembo (ambos originários da Niassalândia). Tinha 350 sócios e contava com o apoio dos chefes tonga. Depois, surgiram associações aqui e ali, por todo o país, sobretudo nas cidades do Copper Belt ("Cinturão do Cobre") e ao longo da linha da ferrovia: em Lusaka, Broken Hill, Ndola, Choma, Luanshya, Chinsali, Abercorn, Kasama, Fort Jameson, assim como em outras cidades e aldeias (ver fig. 27.3)[24].

Na Rodésia do Sul, também apareceram organizações políticas de novo gênero nos anos subsequentes à Primeira Guerra Mundial. Criada em janeiro de 1923, a Rhodesian Bantu Voters Association cuidou de aperfeiçoar o direito de voto para os africanos e de obter a restituição das terras espoliadas. Seu campo de atividades limitava-se à região de Bulawayo e a vários distritos da Matabelelândia. Em Gwelo funcionava uma sociedade de ajuda mútua e, na Mashonalândia, uma organização dos indígenas rodesianos[25].

Nos protetorados britânicos da Basutolândia, da Bechuanalândia e da Suazilândia, estreitamente ligados à União Sul-Africana, os movimentos anticolo-

23 MEEBELO, 1971, p. 235-43.

24 ROTBERG, 1966, p. 115-34.

25 RANGER, 1970, p. 95-109.

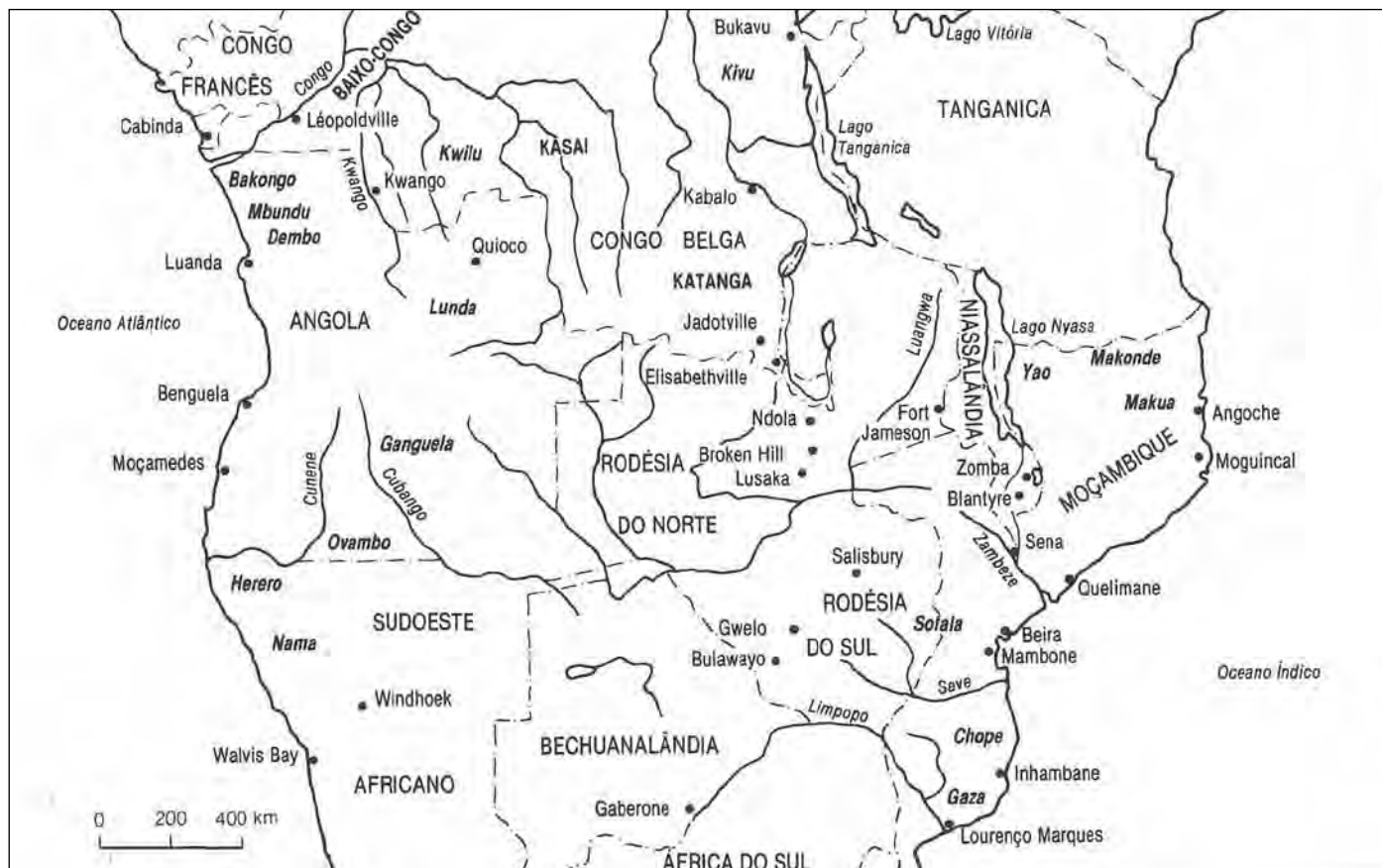



FIGURA 27.3 Política e nacionalismo na África central, 1919-1935. (Fonte: Cartographic Laboratory, Department of Geography, University of Minnesota.)

nialistas tinham sólidas ligações com o ANC. Entre os fundadores do ANC figuravam um Sotho, Maama Seiso, e um Tsuana, Joshua Molema. Quanto aos presidentes de honra do ANC eleitos pela assembleia constituinte, estes compreendiam o chefe Supremo da Basutolândia, Letsie II, assim como os chefes dos principais grupos tsuana. Por outro lado, o jornal do movimento, *Abantu Batho,* era em grande parte financiado com fundos cedidos pelo chefe supremo da Suazilândia. A mais ativa das organizações da Basutolândia era a Lekhotla Ia Bafo (Liga dos Pobres), que desempenhou importante papel nessa região entre as duas guerras. A base social da Lekhotla la Bafo era formada de camponeses, muitos deles trabalhando sazonalmente como mineiros no Transvaal. A organização era dirigida por dois irmãos, Maphutseng e Josiel Lefela, que haviam estabelecido laços com o ANC[26].

Os adeptos da Liga achavam que os britânicos tinham violado o acordo de protetorado feito com Moshoeshoe e que, portanto, a Inglaterra já não detinha qualquer direito sobre a Basutolândia. A Liga assustou os dirigentes do ANC, pelo fato de exibir uma posição radical e de, a partir de 1928, se aproximar do Partido Comunista sul-africano. As autoridades britânicas ordenaram então aos chefes locais que proibissem todas as reuniões da Liga. Mas, em agosto de 1928, ela organizou em Maseru uma manifestação de protesto contra a proibição. Foi a primeira manifestação de massa da história da Basutolândia, na qual tomaram parte milhares e milhares de africanos. Quando o presidente do ANC, Gumede, voltou de sua viagem à União Soviética, a Liga o convidou a discursar num comício na Basutolândia. Em consequência, ela foi acusada por muitos anos de ser um "instrumento de Moscou" e alvo de perseguições, mas deu prosseguimento a suas atividades[27].

Estas primeiras organizações políticas da África meridional não tinham uma base social muito ampla. Os adeptos eram recrutados em regra no meio da elite educada que tinha ascendido às profissões liberais. Esses grupos e associações não apresentavam um programa de ação muito preciso: contavam poucos adeptos e eram efêmeros. No entanto, foram eles que abriram caminho a outras organizações, mais numerosas, mais sólidas e mais eficazes.

Os movimentos operários que se formaram nas regiões industriais constituíram uma nova forma de luta anticolonial. As pessoas que participaram das primeiras greves e militaram nos sindicatos operários surgidos praticamente na mesma época não podem ser classificadas como "operários", a não ser com

26 ROUX, 1964, p. 212.

27 Ibid., p. 212-3.

certas reservas. Em sua maioria, esses trabalhadores continuavam fortemente presos às origens rurais, ao menos pela mentalidade e amiúde pelas condições econômicas. Não tinham o menor sentimento de pertencer ao proletariado. O movimento proletário africano nem por isso deixa de remontar suas origens a essas ações iniciais. As primeiras manifestações de massa deram-se entre 1918 e 1920 na União Sul-Africana. Estouraram greves nas minas do Transvaal, mas os grevistas eram operários sazonais, provindos de vários países das Áfricas central e meridional[28]. Foi no início de 1918 que começaram os movimentos de massa, com o boicote às lojas da empresa, nas quais a direção das minas vendia aos operários alimentos e bens manufaturados. O boicote foi organizado pelos mineiros que trabalhavam na parte oriental do Witwatersrand, zona mineira do Transvaal (ver fig. 27.2).

A greve seguinte, ocorrida em Johannesburgo, foi desencadeada pelos africanos empregados do Serviço de Esgotos e da Coleta de Lixo. Os grevistas eram menos numerosos, mas estavam mais bem organizados. Membros da organização Industrial Workers of Africa (Trabalhadores Industriais da África), criada em 1917 entre os empregados dos serviços municipais de Johannesburgo, provavelmente participaram da greve, que foi esmagada e os grevistas levados aos tribunais: 152 africanos foram condenados a dois meses de trabalhos forçados. No entanto, a "greve das caçambas" tinha demonstrado que o trabalho de toda e qualquer categoria de trabalhadores africanos era indispensável ao bom funcionamento do maior centro industrial do continente. As ruas da cidade estavam juncadas de sujeira e de esgoto, e havia o risco de epidemias.

A greve desencadeou um grande movimento. Durante as reuniões de protesto contra as prisões e as sentenças injustas, germinou a ideia de lançar junto dos trabalhadores africanos uma ordem de greve geral para o dia I de julho de 1918. A greve visava também apoiar a reivindicação de aumentar em um xelim o salário diário do operário africano. O ANC aceitou a ideia, embora com reticências. Diante da pressão, as autoridades tiveram de anular as sentenças que condenavam os operários, recebendo o primeiro-ministro, Louis Botha, uma delegação de africanos encabeçada pelo Zulu Saul Msane, dirigente da seção ANC do Transvaal, cujas queixas ouviu. A greve foi desmobilizada. No entanto, a 1 de julho, 15 mil mineiros que trabalhavam em três minas diferentes cessaram suas atividades. A polícia levou à força os grevistas para a mina, ao cabo de violentos confrontos em que os mineiros combateram a golpes de machado,

28 Houve manifestações menores de oposição dos mineiros que datam de começos do século XX. Ver WARWICK, 1978; MORONEY, 1978.

picareta e canos de ferro. Na repressão que se seguiu, africanos e europeus se viram lado a lado no banco dos réus sob a acusação de incitação à greve. Eram eles D. S. Letanka, vice-presidente do ANC do Transvaal, L. T. Mwabaza, diretor do jornal *Abantu Batho,* N. D. Ngojo, H. Kraai e A. Cetyiwe, membros da Industrial Workers of África, e três dirigentes socialistas brancos da South African International Socialist League, formada em 1915: S. P. Bunting, H. C. Hanscombe e T. P. Tinker. Durante o julgamento, o promotor, com base nos relatórios de vários agentes da polícia que se tinham infiltrado na Industrial Workers of África, acusou Bunting, Hanscombe e Tinker de terem sido os instigadores das greves de Johannesburgo e das minas.

Em fevereiro de 1920, nova greve estourou em 22 minas do Transvaal, a qual foi respeitada por 71 mil africanos. Os grevistas apresentaram uma série de reivindicações: considerável aumento de salários (em vez de 2 xelins por dia, reclamavam de 5 a 10 xelins), a possibilidade de acesso a postos de responsabilidade e a empregos mais bem pagos, reforma radical da gestão das lojas da empresa e, por fim, a atenuação da discriminação racial. Os grevistas deram provas de notável coesão. Não há senão que admirar o modo como essa gente, de nacionalidade diversa e separada pela barreira de múltiplas línguas, conseguiu obter semelhante unidade de pontos de vista. O exército e a polícia empregaram a força para dissolver a greve[29]. Mas ela foi a mais importante da história da África até 1946, data em que se desencadeou um movimento de maior amplitude, também no Transvaal.

Na Rodésia, o primeiro movimento operário de massa, que remonta a maio de 1935, desenrolou-se nas minas do Copper Belt, na Rodésia do Norte. Os mineiros exigiam aumento dos salários e redução dos impostos, enquanto protestavam contra as más condições de trabalho e as diversas formas de discriminação racial. A ação não foi inteiramente espontânea, e a maneira como os grevistas se comportaram revela a presença de um grupo que procurava tomar a direção do movimento. Foram distribuídos panfletos de incitação à greve, redigidos em chibemba, língua materna da maior parte dos mineiros. A greve foi declarada na mina de Mufulira, em 22 de maio, mas o exército a dissolveu no dia seguinte. No entanto, no dia 26, o movimento estendeu-se à mina de Nkana e, no dia 28, à de Luaanshya. Vinte e oito grevistas foram mortos ou feridos nos confrontos com as tropas, que procederam à prisão de mineiros. A greve teve repercussões

29 Para um exame dessas greves, ver BONNER, 1979; ROUX, 1964, p. 132-4; SIMONS e SIMONS, 1969, p. 230-43.

que transbordaram de muito a região do Copper Belt, pois ela atraía mineiros do vizinho Katanga e muitos trabalhadores sazonais de outras regiões da África[30].

À medida que o movimento operário africano se ampliava, o proletariado industrial branco ia perdendo o ardor militante. A revolta armada dos mineiros brancos do Transvaal de começos de 1922 foi a última grande manifestação de trabalhadores brancos da África do Sul. Paralelamente ao aumento do proletariado africano, houve a ascensão de um número crescente de brancos a postos de chefia, constituindo, afinal de contas, uma aristocracia do trabalho. Levada pela vaga de reivindicações na indústria, que varreu a África meridional logo em seguida à Primeira Guerra Mundial, formou-se a maior organização proletária africana. A década de 1920 assistiu a seu apogeu e, depois, a seu declínio. A Industrial and Commercial Workers' Union of Africa (ICU) foi criada em janeiro de 1919 na Cidade do Cabo, por ocasião de uma greve dos estivadores africanos e mestiços. A primeira assembleia constituinte reuniu menos de trinta participantes. Mas, cinco anos depois, em 1924, a ICU contava 30 mil membros. Em 1927, o número de aderentes atingia 100 mil (seu dirigente antecipou mesmo a cifra de 250 mil). Suas ramificações iam muito além das fronteiras da União Sul-Africana, estendendo-se à Rodésia do Sul e a outros países. A ICU procurava unir os trabalhadores dos mais diversos setores de atividade: funcionários dos serviços municipais, operários da construção, ferroviários, mineiros, marítimos, trabalhadores rurais, operários de fábricas, estivadores, empregados de transportes, comércio e serviços. Ele contava entre seus adeptos tanto africanos como mestiços[31].

O preâmbulo da ata de constituição da ICU inspirava-se na ideologia socialista:

> Considerando que os interesses dos trabalhadores e os dos patrões são contraditórios, os primeiros vivendo da venda de seu trabalho e não recebendo senão uma parte da riqueza que produzem, os segundos vivendo da exploração do trabalho dos assalariados e privando os trabalhadores de uma parte do produto do seu trabalho, da qual tiram o lucro, a paz não poderá reinar entre as duas classes e uma luta deverá constantemente ser travada para assegurar a divisão do trabalho humano, até o dia em que os trabalhadores, através de suas organizações sindicais, retirem da classe capitalista os meios de produção, para que eles mesmos os possuam e administrem

30 ROTBERG, 1966, p. 161-8. As greves menores remontam ao início do século XX.

31 Para uma análise da ICU, ver BONNER, 1978; KADALIE, 1970; JOHNS, 1970; LUCKHARDT e WAIL, 1980, p. 39-46.

pelo bem de todos e não mais em proveito de uma minoria. Dentro de tal sistema, quem não trabalhar não comerá. A remuneração repousará no princípio 'a cada um segundo suas necessidades' e não mais 'a cada um segundo sua capacidade'.

A ICU assumiu numerosas e variadas tarefas. Prometeu aos adeptos lutar pela conquista de salários mais elevados, por melhores condições de trabalho, pela aposentadoria, pelo seguro-saúde, auxílio-desemprego e pela proteção dos direitos do trabalhador. Proclamou que sua competência se estendia ao conjunto do continente africano.

Seu fundador e chefe, Clements Kadalie (c. 1896-1951), era um trabalhador sazonal que tinha emigrado da Niassalândia para a União Sul-Africana, onde se tornou professor depois de cursar uma escola missionária. O sindicato alcançou o máximo de sua influência por meados da década de 1920, mas sofreu forte declínio na virada da década de 1920 para a de 1930, devido à sua divisão em três frações[32].

A influência socialista também se fez sentir em uma organização operária africana mais antiga, a Industrial Workers of Africa, da qual já falamos. Com efeito, a International Socialist League desempenhou um papel de certa importância na formação e nas atividades desse movimento. A Liga, constituída por socialistas e militantes operários brancos da União Sul-Africana, compreendeu pouco a pouco a necessidade de uma solidariedade proletária, sem consideração pela cor da pele. O reconhecimento dessa necessidade se impôs muito particularmente no apelo que ela lançou em 1918-1920 aos operários, tanto negros como brancos. Durante a greve dos mineiros africanos do Transvaal, em fevereiro de 1920, os socialistas distribuíram aos mineiros brancos panfletos redigidos por um dos responsáveis pela Liga, S. P. Bunting (1873-1936), e intitulados "Não nos atraiçoem!". Eis um trecho: "Trabalhadores brancos! Estão escutando o novo exército do trabalho em marcha? Os operários indígenas começam a despertar. [...] Trabalhadores brancos, não os repudiem! [...] Fiquem do lado dos trabalhadores, mesmo indígenas, contra os capitalistas, nossos patrões comuns"[33].

Num panfleto anterior, destinado aos operários africanos e intitulado "Apelo aos trabalhadores bantu", os socialistas declaravam: "Que importa a cor da sua pele! Vocês pertencem às massas laboriosas do mundo inteiro. Daqui por diante, todos os assalariados fazem parte da grande confraria dos trabalhadores"[34].

32 KADALIE, 1970, p. 52-3, 61-2.

33 ROUX, 1944, p. 46-8.

34 Ver UNIÃO DA ÁFRICA DO SUL, 1922, p. 288-9.

Outro panfleto, publicado em 1918-1919 em várias línguas, principalmente inglês, zulu e sotho, e dirigido aos “Trabalhadores da África do Sul, negros e brancos!”, lançava o seguinte apelo: “Para nos prepararmos, há que fazer reuniões nas oficinas. Unam-se como trabalhadores, sem distinções de cor. Lembrem-se de que ter preconceito contra um de nós, seja negro ou branco, é ter preconceito contra todos os trabalhadores”[35].

Na época, dificilmente se esperava que tais apelos despertassem grande eco. Negros ou brancos, os operários ainda eram numericamente muito fracos e muito pouco amadurecidos. No entanto, é importante saber que, desde essa época, semelhantes ideias eram proclamadas em solo africano. A International Socialist League e várias outras organizações socialistas sul-africanas fundiram-se e, reunidas em congresso na Cidade do Cabo, em 1921, criaram o Partido Comunista da África do Sul, primeiro no gênero a ser organizado no continente africano. O partido definiu seus objetivos em um manifesto que foi adotado por ocasião do primeiro congresso. Tratava-se de associar a ideia de transformação social radical ao internacionalismo autêntico, que inspirava seus elementos mais progressistas para apressar o momento

> em que a luta de classes será para sempre abolida, em que a humanidade não curvará mais a espinha sob o látego do opressor, em que as necessidades e amenidades da vida – conforto e cultura, honra e poder – estarão à disposição daqueles que trabalham e não de quem explora os outros, o momento em que não haja mais ‘senhor nem escravo’, mas em que seremos todos camaradas trabalhando em comum[36].

É certo que os comunistas sul-africanos não conseguiram definir de imediato um programa global correspondente a todos os problemas específicos e complexos que a África austral experimentava e, de início, talvez se tenham inspirado demasiadamente na experiência europeia. Isso é compreensível, dado o contexto local, e se explica pela própria composição do Partido Comunista, que, inicialmente, era formado exclusivamente de brancos, assim como pela profunda influência exercida pelos movimentos operários da Europa Ocidental (principalmente no Reino Unido) e pela incontestável complexidade da situação reinante na África do Sul. No entanto, em começos da década de 1930, eram os africanos que constituíam a maioria dos membros do partido, cujo secretário-geral era um Zulu, Albert Nzula (1905-1934). Desde então a libertação nacional tornou-se o objetivo essencial da ação do partido.

---

35 Ver *The International,* Johannesburgo, 25 de abril de 1919.

36 LEMUMO, 1971, p. 117-20.

A oposição popular à dominação colonial no Congo Belga

O controle crescente do Estado, a trama fechada dos regulamentos racistas, uma política de nomeação para cargos públicos muito elaborada e uma onda de doenças epidêmicas enfraqueceram os protestos de tipo social que se manifestavam no Congo Belga[37]. A oposição popular prosseguiu, contudo, se bem que em menor escala, assumindo formas diferentes das do período anterior.

A oposição camponesa no Congo, muitas vezes esporádica e pouco visível, revestiu-se de várias formas, todas destinadas a evitar ou a minimizar o impacto destrutivo do sistema capitalista e colonial sobre os modos de vida existentes. A recusa ao pagamento de impostos continuou com grande frequência nos anos que se seguiram imediatamente à Primeira Guerra Mundial. Milhares de camponeses fugiam através das fronteiras abertas para as regiões vizinhas de Angola e do Congo francês, enquanto outros desapareciam na mata antes da chegada dos cobradores de impostos. A fronteira angolana era particularmente atraente, porque a presença colonial portuguesa era mínima e em razão dos laços históricos que uniam os Bakongo de um lado e de outro da fronteira. Muitos membros da população rural empregavam uma estratégia semelhante para evitar o trabalho nos projetos do Estado, nas minas ou nas plantações europeias. Conforme recordava um velho que havia sido requisitado para trabalhar nas linhas da estrada de ferro de Katanga: "Nós fugimos da aldeia ... Ninguém sabia para onde tínhamos ido, nem os brancos do *boma*. Abandonamos a aldeia à noite e rumamos para o Luapula. Chegando ao rio, uns pescadores bondosos ajudaram a gente a atravessar"[38]. Outros camponeses recusavam-se a cultivar o algodão ou o arroz de obrigação ou plantavam menos do que as quantidades fixadas[39].

À medida que o aparelho estatal se estendia às regiões mais recuadas e que se implantava uma rede de chefes legalistas, as possibilidades de ficar fora do sistema capitalista e colonial diminuíam cada vez mais. A crescente hegemonia do Estado refletia-se no aumento de 400% dos impostos recebidos entre 1917

---

37 Para um apanhado do período colonial, ver JEWSIEWICKI, (?); STENGERS, 1974, p. 391-440. É difícil estudar as atividades rebeldes, já que a maior parte dos historiadores, até alguns anos atrás, declarava que se tratava de um período tranquilo, concentrando-se portanto na era posterior à Segunda Guerra Mundial. Há igualmente, de modo geral, uma tendência economicista na literatura sobre a matéria, a qual costuma reduzir os camponeses a simples produtores de mais-valia, a cuja história falta qualquer importância e significação no contexto capitalista e colonial. Semelhante interpretação rouba-lhes a dignidade de agentes históricos que desempenharam um papel moldando seus próprios destinos, fazendo deles vítimas impotentes ou passivas.

38 Apud PERRINGS, 1979, p. 153.

39 JEWSIEWICKI, 1980, p. 62-4.

e 1929 e pela dramática elevação do número de camponeses obrigados a plantar algodão[40]. Em 1935, estima-se que 900 mil deles praticavam essa cultura. Em vista dessa modificação do equilíbrio de forças, não surpreende que as confrontações diretas, tão frequentes no período anterior à Primeira Guerra Mundial, tenham quase desaparecido. Às vezes, camponeses muito oprimidos atacavam os símbolos da opressão – os chefes legalistas, a polícia africana e os coletores de impostos. Bem mais perigosas foram as revoltas camponesas que se produziram no Baixo Congo, entre 1920 e 1922, na região de Cuango, dez anos mais tarde [41], e entre os camponeses e operários pende de Kwilu, em 1931 (ver fig. 27.3). O aumento brutal dos impostos, a redução de 500% dos preços que os agricultores recebiam por seus produtos e a decisão da Unilever de baixar os salários em suas plantações, tudo isso alimentou o descontentamento popular e levou ao grande levante de 1931. Os insurretos atraíram outros partidários, quando um "profeta", Matemu-a-Kenenia, revelou que os antepassados haviam ordenado que os africanos matassem ou destruíssem todos os animais e objetos brancos do país, prelúdio de uma intervenção divina e do fim da dominação branca. O movimento ganhou amplo apoio, mas foi imediatamente reprimido. Mais de quatrocentos Pende e um europeu perderam a vida no embate[42].

Outros movimentos religiosos e políticos exerceram influência ainda maior sobre os camponeses, tanto mais que as autoridades coloniais tinham proibido estritamente todas as organizações puramente políticas. Seu poder de atração também refletia o crescente sentimento de ansiedade e de frustração produzido pelas incertezas econômicas da crise de 1921 e da grande depressão, dez anos mais tarde.

O mais importante desses movimentos foi o kimbanguismo, que deve seu nome a Simon Kimbangu, camponês Bakongo. Catequista, proclamava que Deus lhe tinha dado o poder de curar os doentes, de combater a feitiçaria e de fazer reviver os mortos. Em 1921, declarou a seus partidários, orgulhosos de terem um messias negro, que era um enviado, profeta e filho de Deus. A natureza divina de Kimbangu estava simbolizada por seu nome bakongo, *Gunza,* que significa "Todos Juntos"[43].

Ele declarava, também, de maneira ao mesmo tempo vaga e genérica, que iria libertar os africanos do jugo da dominação colonial. Sua retórica anticolonialista, sua popularidade crescente e a ação de alguns de seus partidários convenceram

40 FETTER, 1976, p. 83; JEWSIEWICKI, 1980.

41 NZULA, POTEKHIN e ZUSMANOVICH, 1979, p. 108-11.

42 Ibid.; BUSTIN, 1975, p. 119-20.

43 BALANDIER, 1965, p. 443-60.

a administração belga de que deveria ser eliminado. No dia 14 de setembro de 1921 foi preso e condenado à morte. Em seguida, foi deportado para Katanga, onde morreu trinta anos depois como um mártir[44].

Se bem que Kimbangu não fosse revolucionário, seus partidários fizeram de seu movimento uma cruzada mais antieuropeia do que religiosa. Sob o lema "O Congo para os congoleses", o movimento oferecia uma saída à oposição espontânea do povo à dominação colonial. Os kimbanguistas exortavam o povo a não trabalhar para os europeus, a não plantar os produtos de exportação impostos pela administração colonial, a não pagar taxas e tributos, a não mandar os filhos para as escolas dos missionários e, de modo geral, a desobedecer aos belgas[45]. Seus hinos estão cheios de referências aos atos heróicos de Kimbangu e, segundo as autoridades belgas, alimentavam a esperança de que o chefe e seus discípulos "voltassem para pôr fim à dominação branca"[46].

Por mais de vinte anos houve ressurreições periódicas do kimbanguismo, geralmente em períodos de grande tensão e de angústia econômica. Nas cidades e nas aldeias, os adeptos participavam ativamente na luta contra o colonialismo e seus esforços de propaganda chegaram a influir nas greves do pessoal das ferrovias, dos escritórios e das refinarias de petróleo do Baixo Zaire, de 1921 a 1925. Apesar da cruel repressão que os atingiu, os kimbanguistas não foram esmagados. Em 1921, no início do movimento, 37 mil pessoas foram expulsas do Baixo Congo, prosseguindo entretanto em suas atividades, recrutando novos adeptos em seus locais de exílio. Diversas ramificações do kimbanguismo, muitas vezes pouco ligadas entre si, surgiram pelo Congo, onde os kimbanguistas estabeleceram laços com as igrejas afro-cristãs da Nigéria e de Uganda e ainda com os adversários do colonialismo francês no Congo francês.

Outro grande movimento religioso independente apareceu na mesma época em que Kimbangu deu início às suas atividades: a "Torre de Vigia" africana, geralmente mais conhecida no Congo como Kitawala. Sua base inicial parece ter sido a Rodésia do Norte, a Niassalândia e o Tanganica. Em 1923, pregadores da região leste da Rodésia do Norte e da região oeste de Tanganica começaram a atrair muita gente para Katanga, principalmente para as zonas próximas dos centros de recrutamento da Union Miniere[47]. Sob a égide dinâmica de Tomo

44 Ibid., p. 450.

45 *A history of Africa,* Moscou, 1968, p. 391-2.

46 BALANDIER, 1965, p. 450.

47 A análise mais importante do movimento Kitawala no Congo deve-se a HIGGINSON, J., (?). Grande parte de nosso estudo sobre o Kitawala tem base nesse artigo.

Nyirenda, também conhecido como *Mwana Lesa* (filho de Deus), o movimento Kitawala, cujo nome significa, em swahili, "um meio de dominar", adotou uma posição abertamente anticolonialista. Lançando *slogans* militantes como "A África para os africanos" e "Igualdade das raças", Nyirenda e seus principais lugares-tenentes exortavam seus partidários a assassinar os europeus e seus aliados africanos, especialmente os chefes legalistas.

Em 1926, o movimento Kitawala estava solidamente instalado no sul de Katanga, que tinha sofrido inúmeras epidemias e onde os efeitos deletérios do recrutamento de mão de obra mais se faziam sentir. Estendeu-se, também, às regiões mineiras de Kasai e Kivu; os mineiros, ao voltar para casa depois de expirados seus contratos, propagavam suas ideias nas regiões orientais e equatoriais. Temendo a crescente influência de Nyirenda e os laços cada vez mais estreitos que este mantinha com vários chefes dissidentes, as autoridades coloniais enviaram em 1926 um destacamento militar para capturá-lo. Nyirenda fugiu para a Rodésia do Norte, onde os britânicos o prenderam e finalmente o executaram[48].

Como no caso do kimbanguismo, a eliminação do profeta não diminuiu o apoio popular ao Kitawala. Nas zonas rurais, sacerdotes do movimento organizaram protestos contra os impostos e atiçaram a hostilidade contra os chefes nomeados pelas autoridades. Um ramo do Kitawala, dirigido por Mumba Napoléon Jacob, começou a infiltrar-se no meio dos trabalhadores de Elisabethville (Lumumbashi), dos empregados da estrada de ferro e dos mineiros da Union Miniere. Os adeptos ajudaram, em 1931, a organizar o boicote de Elisabethville; cinco anos depois, tiveram um papel importante nas agitações da usina da Union Miniere em Jadotville. Durante a greve de Jadotville, um membro confesso do Kitawala utilizou as Santas Escrituras para atacar as injustiças da discriminação racial.

> Este livro mostra claramente [afirmava ele de Bíblia na mão] que todos os homens são iguais. Deus não criou o homem branco para que domine os negros. Não é justo o homem negro, que faz o trabalho, ficar na pobreza e na miséria e os salários dos brancos serem muito maiores do que os dos negros.[49]

48 Ibid.

49 Apud PERRINGS, 1977, p. 50.

Após a greve de Jadotville, o Estado tentou sem êxito esmagar mais uma vez o Kitawala, que depois teve parte importante na greve de Elisabethville, em 1941[50].

O fato de as greves só terem começado na década de 1930 mostra que a formação de uma classe operária africana e de um movimento proletário incipiente se deu em ritmo bem mais lento no Congo Belga do que na África do Sul. A descoberta de cobre, estanho e urânio, em Katanga, de diamantes, em Kasai, e de ouro, em Kilo Moto, precipitou o desenvolvimento de uma classe operária industrial. Por volta da década de 1920, estavam empregados na extração de minerais para cima de 60 mil trabalhadores.

Como em outras partes do continente, a reação inicial dos africanos aos baixos salários e às duríssimas condições de trabalho foi a deserção. Inúmeros camponeses fugiram das províncias de Katanga e de Kasai para escapar dos agentes da Bourse du Travail de Katanga (BTK), agência de mão de obra industrial que recrutava e distribuía os operários em Katanga. Outros escaparam pouco depois de terem chegado às minas. A deserção já se havia tornado um problema tão grande em 1914 que a BTK introduziu um sistema de passes e um centro de impressões digitais para poder seguir o rastro dos fugitivos[51]. Apesar das medidas coercitivas, ela continuou a prevalecer. Em 1918, por exemplo, nas minas de cobre Staret Liksai, a taxa de deserções era respectivamente de 74% e de 66,5%. Embora diminuísse ligeiramente na década de 1920, continuou a manter-se entre 20% e 35% até a grande depressão, quando a falta de outras fontes de renda tornou essa estratégia contraproducente[52].

Enquanto milhares de indivíduos fugiam das minas, outros, em Katanga, começavam a se organizar, mesmo da forma mais precária e esporádica, para melhorar suas condições de trabalho. Em 1921, muitos mineiros de Luishi, por exemplo, cessaram o trabalho e foram para Elisabethville, a fim de se queixar aos funcionários do governo dos maus-tratos e da falta de alimentação. Dois anos mais tarde, uma paralisação semelhante ocorreu nas minas de Kakontwe[53].

50 HIGGINSON, (?). O kimbanguismo e o kitawala não eram os únicos movimentos religiosos e políticos do Congo. As seitas Muvungu, Lukusu, Mpewe e outras estavam igualmente ativas na província de Bandundu e pregavam aos africanos que não trabalhassem para os belgas, mas que se preparassem para o tempo em que estes seriam expulsos do país. Esses eram os sentimentos defendidos na década de 1930 pela "Serpente que Fala" (ou "Homem-Serpente"), seita operando nas províncias de Bandundu e do Kasai ocidental. A "Missão Negra", os Tunzi do Baixo Zaire e o "Povo do Leopardo" opunham-se ao plantio forçado de culturas de exportação no Alto Zaire.

51 PERRINGS, 1979, p. 153.

52 Ibid., p. 171; FETTER, 1974, p. 208.

53 PERRINGS, 1979, p. 213-35.

A grande depressão provocou novas incertezas econômicas. Os empregos desapareceram, os salários diminuíram, as condições de trabalho se deterioraram, na medida em que os grupos mineiros procuravam reduzir custos. Apesar das ameaças de demissão, irromperam paralisações do trabalho e "agitações" nas minas da Union Miniere em Kipushi, Ruashi e Mswenu Ditu, no ano de 1931, interrompendo temporariamente as operações[54]. No mesmo ano, os trabalhadores organizaram um boicote em Elisabethville, para protestar contra os elevados preços cobrados por produtos básicos pelas lojas da Union Miniere e pelos comerciantes europeus independentes. Antes de terminar, ele estendeu-se às regiões vizinhas e obteve o apoio dos trabalhadores da construção, dos carpinteiros e dos pedreiros, o que indica uma crescente tomada de consciência da mão de obra operária[55]. O comissário do distrito de Alto Katanga deplorava esse novo espírito de militância. "Os negros, animados de uma arrogância sem limites [notava ele com desprezo], tornam-se cada vez mais refratários, já não obedecem passivamente, mas discutem as ordens que lhes são dadas e replicam, às vezes de modo insolente"[56].

O novo espírito de militância também se refletiu em algumas greves, entre 1935 e 1937, tanto em meio aos mineiros como em outros setores da classe operária de Katanga. Os empregados, em protesto contra os baixos salários e a discriminação racial, paralisaram a usina da Union Miniere, em Jadotville, e as minas de estanho de Manon e Mwanza. Os operários que trabalhavam em Niemba e Kabala para a Estrada de Ferro do Grande Lago também se declararam em greve, tal como os da tecelagem governamental de algodão de Niemba[57]. Apesar da prisão dos chefes e da repressão às greves, o sentimento de revolta e as redes clandestinas e, com eles, o sentimento de autoconfiança coletiva ganharam força. Tudo isso preparou o terreno para a grande greve de 1941, na qual milhares e milhares de trabalhadores africanos cessaram toda atividade nas minas de cobre e de estanho da província de Katanga. Seu objetivo ia além das reivindicações puramente econômicas. "Eles não procuravam esconder seu objetivo", notava um observador europeu. "Tratava-se de expulsar os brancos do país e de substituir a bandeira azul da Bélgica pela bandeira negra do Kitawala, para assinalar uma mudança no regime"[58]

Tal como no caso do movimento operário, as associações políticas e os partidos nacionalistas desenvolveram-se muito mais lentamente no Congo Belga do

54 HIGGINSON, (?), p. 8-10.

55 Ibid., p. 9-10.

56 Apud FETTER, 1974, p. 217.

57 HIGGINSON, (?), p. 10-3.

58 Apud ibid., p. 60.

que na África do Sul. De fato, organizações explicitamente nacionalistas, como a Associação de Bakongo (ABAKO), não surgiram antes do final da década de 1950[59], Durante esse período, no entanto, proliferaram associações fechadas, sob o nome de Mbeni. Foram levadas para a colônia belga pelos conscritos africanos que tinham servido na África Oriental Alemã durante a Primeira Guerra Mundial. Os Mbeni eram essencialmente clubes de dança, mas também proporcionavam uma rede de ajuda mútua para seus membros. Seus chefes, muitas vezes, tinham títulos militares copiados dos europeus, o que dava a impressão de que eles possuíam, em certa medida, o poder dos brancos. Embora os Mbeni não fossem originariamente anticolonialistas, seus cantos e suas danças ridicularizavam muitas vezes as autoridades europeias e exprimiam um ressentimento popular profundamente arraigado em relação ao domínio colonial. Além disso, os africanos considerados aliados dos europeus não tinham o direito de entrar nesses clubes, e aqueles que estavam estreitamente ligados aos europeus não podiam ocupar postos de chefia neles[60].

A crítica explícita do colonialismo e os ataques contra os negros legalistas inquietavam as autoridades belgas, que se esforçavam para destruir todas as formas de protesto social. Em 1923, uma subcomissão governamental concluiu que os Mbeni se radicalizavam e se abriam às infiltrações comunistas. Três anos depois, todas as associações urbanas africanas – inclusive os Mbeni – foram colocadas sob o controle direto do regime colonial. O governo também encorajou os missionários heneditinos a organizar associações rivais, cujos membros declararam uma guerra de gangues contra as sociedades Mbeni. As perseguições das autoridades, a guerra das gangues, as rivalidades internas e externas das sociedades urbanas, assim como o deslocamento das estruturas urbanas provocado pela grande depressão – tudo isso contribuiu para reduzir a influência e a importância de tais associações por volta dos meados da década de 1930[61].

Angola e Moçambique: visão de conjunto do quadro político e econômico

Apesar da distância que as separava e da diversidade de seus povos e de suas economias, as sociedades coloniais de Angola e de Moçambique tinham mais

59 Ver, por exemplo, WEISS, 1967; YOUNG, 1965.

60 FETTER, 1974, p. 210-5.

61 Ibid. Para um estudo geral do desenvolvimento e da expansão das sociedades Mbeni nas Áfricas central e oriental, ver RANGER, 1975.

coisas em comum do que com seus vizinhos imediatos. O caráter específico do colonialismo português e, em certa medida, a oposição popular que ele provocava podem ser deduzidos de quatro fatores: a fraqueza inicial do Estado colonial, a natureza progressivamente autoritária do regime colonial, a falta de capitais portugueses e, correlativamente, o recurso ao trabalho forçado e a uma política de assimilação.

Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, importantes zonas de Angola e de Moçambique escapavam ao controle efetivo de Lisboa. Enquanto a administração colonial estava bem instalada em pontos urbanos da costa, como Luanda, Benguela, Beira, Lourenço Marques e adjacências, em regiões inteiras do interior a presença colonial continuava a ser puramente nominal e dependia muitas vezes de uma aliança com os chefes locais e a polícia africana, cuja lealdade era duvidosa.

Vejamos primeiro a situação em Angola. Até 1914, o Ovambo, no sul, era efetivamente independente, enquanto havia revoltas em estado latente na região vizinha de Ganguela até 1917. As terras dos Quioco, no distrito de Lunda, só foram ocupadas em 1920. Ao norte, na região do Congo, a oposição perdurou até 1919, enquanto os Dembo rebelados desafiaram a administração colonial até 1918[62].

A posição de Portugal em Moçambique era pouco melhor. Vários sultanatos setentrionais e régulos yao haviam efetivamente desafiado o regime colonial até 1914, e os planaltos onde viviam os Maconde escaparam à dominação até 1921. Por outro lado, durante a Primeira Guerra Mundial, quando as forças alemãs do Tanganica vizinho invadiram o norte de Moçambique, foram recebidas como libertador as por alguns régulos dos Macua, que vinham sofrendo a duríssima dominação da Companhia do Niassa. Mesmo na metade sul da Colônia, onde a administração colonial estava mais solidamente instalada, as autoridades temiam um levante maciço (ver fig. 27.3)[63].

Depois da guerra, Lisboa intensificou a natureza autocrática de sua dominação. A política "esclarecida" do início do governo republicano (1910-1926) deu lugar a programas mais repressivos, ainda que não necessariamente mais eficazes. Incompetente e corrupto, o governo republicano foi finalmente derrubado por uma aliança conservadora, constituída por banqueiros, industriais, a hierarquia católica e os militares, em 1926. Essa aliança preparou o advento do

62 Para um exame detalhado dessas revoltas, ver PÉLISSIER, 1977.

63 Para um exame da resistência africana durante esse período, ver ISAACMAN, 1976; NEWITT, 1981, p. 57-64.

governo fascista de Antônio de Oliveira Salazar. Para garantir a harmonia social e a dominação colonial perpétua que a ideologia corporativista e ultranacionalista de Salazar contemplava, os regimes coloniais, exatamente como o governo da metrópole, empregaram vasta gama de instrumentos de opressão. Censura, delação, polícia secreta e força militar serviram para reprimir toda oposição que se manifestasse, negra ou branca.

O terceiro fator foi o caráter particular da exploração econômica em Angola e em Moçambique, determinado pelo empobrecimento da mãe-pátria. Durante o período em estudo, a capacidade portuguesa de extrair recursos de suas colônias africanas dependia da mobilização e do controle de uma força de trabalho subjugada, já que a economia portuguesa, arcaica e à beira da bancarrota, não podia evidentemente exportar os capitais fixos necessários ao desenvolvimento. Em 1893, uma comissão oficial encarregada de analisar as perspectivas do desenvolvimento nas duas colônias foi inequívoca quanto a esse ponto:

> Nós precisamos da força de trabalho indígena. Precisamos dela para melhorar as condições de vida desses trabalhadores, precisamos dela para a economia da Europa e para o progresso da África. Nossa África tropical não se desenvolverá sem os africanos. O capital necessário para explorá-la, e ela precisa tanto ser explorada, reside na procura de mão de obra abundante, barata, vigorosa (...) e isso, dadas as circunstâncias, nunca será fornecido por imigrantes europeus[64].

O Estado também introduziu uma série de leis tributárias, destinadas a forçar inúmeros camponeses africanos a deixar suas terras e a criar um começo de semiproletariado. Mas, se as leis tributárias forneceram à administração colonial uma nova fonte de renda, não chegaram porém a propiciar mão de obra barata na escala esperada pelo regime colonial. Muitos camponeses conseguiam evitar a convocação semeando produtos novos ou suplementares para venda, o que lhes permitia pagar os impostos. Outros, em Moçambique, preferiam ir trabalhar nas minas e nas plantações da África do Sul e da Rodésia, por salários 200 a 300% superiores aos oferecidos pelas empresas subcapitalistas e pelos plantadores portugueses.

Dado que os setores capitalistas nascentes de Angola e de Moçambique eram incapazes de atrair os trabalhadores, seja com o "estimulante" dos impostos, seja com salários competitivos, a administração colonial – isso ficou amplamente demonstrado no capítulo 15 deste volume – teve de recorrer à coerção aberta, desde que o primeiro código do trabalho indígena foi promulgado. A base legal

64 Apud CUNHA, 1949, p. 144.

do trabalho forçado, que perduraria sob várias formas até 1961, estava definida no artigo I do código:

> "Todos os habitantes indígenas do ultramar português estão sujeitos à obrigação moral e jurídica de procurar adquirir, pelo trabalho, as coisas que lhes faltam para sua subsistência e melhora de suas condições sociais. Eles têm plena liberdade para escolher os meios pelos quais possam cumprir essa obrigação, mas, se não a cumprem de uma forma ou de outra, as autoridades públicas podem obrigá-los a cumpri-la"[65].

E elas os obrigaram. Os administradores locais tinham plena liberdade para determinar quem era "preguiçoso", e virtualmente todos os chefes de posto completavam seus modestos vencimentos com os presentes e brindes dos plantadores, comerciantes, proprietários de usinas e agricultores europeus em troca de mão de obra africana. Em consequência, as regiões rurais transformaram-se em vastos reservatórios de trabalhadores braçais. Quando estes faltavam para roçar as terras dos colonos, abrir estradas, ampliar os portos de Luanda, de Lourenço Marques e da Beira, construir linhas ferroviárias, servir em diversas frentes de trabalho privadas ou públicas, os administradores locais não hesitavam em usar de sua posição e poder para atender às demandas. As mulheres – ainda que legalmente isentas do trabalho forçado – conheceram uma sorte parecida. Certo sociólogo norte-americano, que visitou Angola e Moçambique em 1924, observou que

> (...) as mulheres, mesmo grávidas ou com um bebê, são requisitadas pelos sipaios para o trabalho nas estradas. Nos lugares remotos, o governo construiu pequenas barracas para elas. Não paga a alimentação. Segundo a circunscrição, o prazo da requisição varia de uma a cinco semanas, mas a mulher pode ser reconvocada no mesmo ano. Outras mulheres da aldeia levam-lhe a comida, chegando o trajeto a tomar uma jornada diária. As moças de quinze anos são requisitadas e por vezes submetidas a abusos sexuais pelos funcionários. Trabalham sob a direção de um contramestre negro, armado de porrete. Começam às seis horas, param por uma hora ao meio-dia e continuam até o pôr-do-sol. O trabalho pesado chega a provocar abortos[66].

De 1926 em diante, os camponeses, sobretudo em Moçambique, também foram obrigados a plantar algodão e a vendê-lo a baixo preço às companhias

65 Ibid., p. 151.

66 E. A. ROSS, 1925, p. 40.

concessionárias europeias. Fugir a essa obrigação equivalia a um delito e era tratado como tal[67].

O derradeiro traço de distinção do regime colonial português foi sua política de assimilação, com a qual ele tentava conquistar a nascente burguesia africana, fornecendo-lhe um verniz de cultura portuguesa e isentando-a dos abusos coloniais mais flagrantes. Oficializada pelo "regime do indigenato", essa política garantia que a esmagadora maioria dos angolanos e dos moçambicanos estava reduzida a constituir uma raça, uma cultura e uma classe inferiores. De acordo com essa legislação, os africanos eram divididos em dois grupos. Os membros da pequena minoria capaz de ler e escrever o português, que haviam rejeitado os "costumes tribais" e estavam vantajosamente empregados nos setores capitalistas, podiam ser classificados como "assimilados" ou "não indígenas". Em princípio, gozavam de todos os direitos e responsabilidades dos cidadãos portugueses. Embora teoricamente fosse possível a todos os africanos mudar seu estatuto legal, as coerções impostas pelo sistema colonialista e capitalista – as quais incluíam a falta de escolas, a limitada possibilidade de obter um emprego pago e a arrogante preponderância cultural dos funcionários públicos – tornavam, na realidade, a coisa impossível, negando a 99% da população africana os direitos mais elementares do cidadão[68].

A oposição popular à dominação colonial em Angola

Considerados não-seres pelos europeus, submetidos a castigos corporais e por vezes a tratamento arbitrário e venal de parte das autoridades coloniais, expostos às exigências dos recrutadores de mão de obra e vítimas do conluio entre os funcionários da administração e os residentes portugueses, os africanos estavam transformados em párias em seu próprio país. Tinham, contudo, muitos meios de escapar das pressões exercidas contra eles.

A primeira forma de resistência consistia em pegar em armas, mas logo foi abandonada no final da Primeira Guerra Mundial, pois era um recurso sem esperanças e condenado ao fracasso. Os líderes rareavam cada vez mais, as armas haviam sido confiscadas, em sua maior parte, e a pólvora, com raras exceções, já não era encontrada no mercado.

67 ISAACMAN, STEPHEN et al., 1980.

68 A ilusão da assimilação e a ideologia correspondente do lusotropicalismo são vigorosamente apresentadas em BENDER, 1978.

A segunda forma era a retirada. Quando a situação se tornava intolerável, aldeias inteiras abandonavam os campos e partiam para zonas situadas fora do alcance das autoridades coloniais. A fuga de camponeses era mais frequente nas regiões setentrionais e orientais, que Lisboa efetivamente não controlava. Podia durar anos sem ser descoberta.

A terceira solução era ainda mais radical, por ser definitiva sob todos os pontos de vista. Por toda Angola verificava-se maciça emigração clandestina para o Congo Belga, para a Rodésia do Norte e até para o Sudoeste Africano. Muitas vezes, membros da população rural percorriam grandes distâncias, através de regiões hostis, com crianças às costas, para escapar à tirania da dominação colonial portuguesa. Se fossem detidos pelas autoridades ou pela polícia africana local, os homens eram espancados e as mulheres, violadas.

O quarto tipo de resistência à dominação colonial residia nos cultos religiosos ou messiânicos fundados pelos africanos em reação contra a religião europeia. Essa revolta metafísica dos angolanos aparentemente tinha poucas raízes locais; a maior parte das igrejas independentes vinha, em primeiro lugar, do Congo Belga, disseminando-se na região Bakongo do norte de Angola.

Ao contrário do que ocorria no Congo Belga, tais igrejas tiveram poucos seguidores e duraram pouco tempo. A revolta dos Mafulu, em 1918, costuma ser citada como o primeiro movimento messiânico angolano a redundar em revolta armada[69]. Os partidários de Simon Kimbangu obtiveram um certo número de adesões em meio aos Bakongo que viviam do lado da fronteira angolana. A administração colonial, receando seu impacto popular e o renascimento do nacionalismo Bakongo, envidou tremendos esforços para eliminar o kimbanguismo, em 1921 e 1922. Apesar disso, uma rede clandestina continuou em atividade e, tal como no Congo Belga, Kimbangu adquiriu a imagem de mártir depois de sua prisão[70].

Também se manifestaram outras seitas mais obscuras, em 1930, como a Maiaigni, no enclave de Cabinda, e, entre 1924 e 1930, o breve movimento Cassongola, entre os Mbundu. O Kitawala também se propagou à região leste de Angola por volta de 1932, a partir do Congo Belga e da Rodésia do Norte. Dois anos passados, uma profetisa congolesa, ligada ao kimbanguismo, encontrou adeptos na região do Pombo, e, em 1936, a seita Mayangi ou Nlenvo, que operava perto da fronteira congolesa, proibiu a todos os seus membros a confraternização com os brancos. Embora nossas informações sejam muito frag-

69 Ver PÉLISSIER, 1977; CLARENCE-SMITH, 1979, p. 88-9.

70 MARGARIDA, 1972, p. 37-9; PÉLISSIER, 1978, p. 165-7.

mentárias, essas expressões religiosas de oposição parecem ter tido um impacto mínimo. Somente na década de 1950, com o irromper do tokoísmo, é que uma igreja independente atraiu grandes massas de maneira permanente. O tokoísmo manifestava tendências contraditórias, pintando os colonialistas brancos como demônios e no entanto pregando a passividade[71].

Enquanto a maior parte dessas formas de oposição tinha base rural, os intelectuais e jornalistas assimilados de Luanda e de Lisboa denunciavam os abusos do colonialismo e reafirmavam sua identidade angolana. De fato, desde meados do século XIX existia uma tradição de oposição literária muito rica. Os mais conhecidos entre esses pré-nacionalistas eram o cônego Antônio José do Nascimento (1838-1902), o advogado e jornalista José de Fontes Pereira (1838-1891), o escritor Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1857-1894) e, possivelmente, os membros de uma associação formada na esteira de uma obra virulentamente anticolonialista, intitulada *Voz d'Angola clamando no deserto,* editada em Lisboa em 1901[72]. A queda da monarquia (outubro de 1910) e a implantação da república foram bem acolhidas pelos *assimilados,* a quem incutiram uma grande esperança: eles estavam perfeitamente cônscios de que sua própria situação se havia deteriorado e que a escravidão clandestina continuava a existir em seu país. Mas, ainda durante essa onda de liberalismo, os sentimentos nacionalistas dos africanos mais cultos podiam ser expressos de maneira mais aberta em Portugal do que em Angola.

A Liga Ultramarina foi organizada em Lisboa em 1910, e a ela se seguiu pouco depois a Liga Colonial. Dois anos mais tarde, os africanos que viviam em Lisboa provenientes de todas as colônias portuguesas fundaram a Junta de Defesa dos Direitos de África. Mesmo em Angola, a Liga Angolana, pequena associação de funcionários angolanos, foi reconhecida oficialmente pelo governador-geral Norton de Matos em 1913. Quase de imediato, uma cisão na Liga Angolana redundou na criação do Grêmio Africano. Mas, não obstante a proliferação de todas essas organizações, elas tinham poucos adeptos e uma influência extremamente limitada.

Bem mais importante, potencialmente, do que a formação dessas associações foi a "conspiração" do Cuanza Norte, em 1916-1917, vinculando momentaneamente alguns intelectuais oprimidos a camponeses Mbundu, habitantes do sertão de Luanda. Quem a chefiou foi Antônio de Assis Júnior (1887-1960),

71 MARGARIDO, 1972.

72 Para um exame dessa tradição de protesto literário, ver WHEELER, 1972.

advogado, romancista e jornalista[73], que condenava vigorosamente a opressão colonial e o tratamento de preferência dado à comunidade dos colonos, a qual, dizia ele, estava "ainda composta essencialmente de homens que não sabem de onde vêm nem para onde vão, homens movidos apenas pelo desejo de obter tudo o que possam, de adquirir e de tomar[74]. Temendo o reforço da aliança dos assimilados com os camponeses, e preocupado com a eclosão de levantes, o Estado colonial agiu prontamente. Antônio de Assis Júnior foi preso e escapou por pouco à deportação.

Em Lisboa, a Junta de Defesa dos Direitos de África, dirigida essencialmente por mulatos de São Tomé, tinha pouca força. Um ramo dissidente da Junta fundou, em 1919, a Liga Africana, à qual a Liga Africana de Luanda estava filiada. A Junta de Defesa foi reorganizada como Partido Nacional Africano em 1921, representando esses dois grupos metropolitanos as duas tendências pan-africanistas que prevaleciam então em Portugal. A Liga Africana optava pelo reformismo do dr. Du Bois e o Partido Nacional Africano manifestava maior simpatia pela filosofia de Marcus Garvey[75].

A volta do alto-comissário Norton de Matos, adversário inflexível da Liga Angolana e do Grêmio Africano, em 1921, tornou as duas organizações muito vulneráveis. Em 1922 ele as suspendeu oficialmente, ordenando a detenção de Antônio de Assis Júnior e deportando vários membros influentes da Liga Angolana, cuja dissolução acabou por decretar. Também proibiu jornais "nativistas" e limitou as possibilidades de promoção para os funcionários assimilados. Depois de um golpe tão duro, o nacionalismo organizado angolano passou à clandestinidade. Em seguida, houve manifestações esporádicas de oposição ao trabalho obrigatório no corredor Luanda-Malange entre 1922 e 1925. O Estado aproveitou a oportunidade oferecida por tais protestos para esmagar os últimos vestígios de dissidência intelectual[76].

As condições se tornaram tão difíceis em Angola que as associações africanas adotaram uma política de cooperação com o governo. O Partido Nacional Africano foi até o ponto de defender Portugal na Sociedade das Nações da acusação de trabalho forçado. Em 1926, quando se instalou em Lisboa, seguida pelo regime de Salazar, a ditadura militar percebeu que a vontade de resistência

73 ASSIS JÚNIOR, 1917.

74 Apud WHEELER, 1972.

75 Para uma discussão dos acontecimentos que acompanharam essa cisão, ver FRIEDLAND, 1979, p. 119-20.

76 PÉLISSIER, 1978, p. 233.

dos intelectuais angolanos já estava quebrada. "Expurgada" dos elementos duros, a Liga Angolana foi autorizada a reaparecer sob o nome de Liga Nacional Africana. O Grêmio Africano, que sucumbira à torrente de restrições da década de 1920, também reapareceu sob o nome de Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA). Privadas de força vital e reduzidas à impotência política, as duas organizações foram convidadas a não perseguir senão objetivos sociais. Sua decadência coincidiu com o declínio, em Portugal, dos dois "partidos" que pretendiam ser pan-africanistas. Em 1931, elas fundiram-se e passaram a ser o Movimento Nacionalista Africano (nacionalista no sentido da nação portuguesa); finalmente, desapareceram, estranguladas pelo implacável garrote do dr. Oliveira Salazar. Vigiados pela polícia, ameaçados de perder o emprego, os chefes locais da Liga Nacional Africana e da ANANGOLA suspenderam suas atividades durante mais de 20 anos (de 1925 e 1945, aproximadamente). Inevitavelmente, o declínio do papel político dos assimilados significava que também do ponto de vista social a posição deles se tinha degradado, sobretudo com a chegada de um número crescente de colonos brancos.

Eles tentaram por várias vezes revoltar-se contra a dominação da metrópole (especialmente em 1924-1925) e contra o regime ditatorial (principalmente em 1930), mas essas tentativas só afetaram indiretamente a população africana oprimida[77]. Os africanos tinham se tornado estrangeiros em seu próprio país e sua única função aparente, aos olhos dos europeus, era sua capacidade produtiva. Em tais circunstâncias, as poucas greves em que eles participaram nos portos (1928) ou nas estradas de ferro (1933) não passaram de fogos de palha que deram em nada, já que não havia mais unidade duradoura entre os trabalhadores brancos e a mão de obra negra sem qualificação. Por outro lado, os operários negros não contavam com o apoio dos soldados negros alistados no exército colonial e não podiam cogitar de uma aliança com os assimilados, os quais haviam sido reduzidos ao silêncio pelas autoridades.

A oposição popular à dominação colonial em Moçambique

O tipo de oposição popular que se manifestou em Moçambique era semelhante ao de Angola, embora variasse um tanto em escala e em intensidade. Houve menos insurreições armadas, e a tradição literária e as conexões com o movimento pan-africano não eram tão grandes. O número de exemplos documentados de oposição operária e camponesa, por outro lado, é notavelmente

77 Uma interpretação diferente é proposta por SIK, 1964, v. II, p. 314-5.

maior em Moçambique do que em Angola; as igrejas independentes também eram lá mais numerosas e politicamente importantes.

A oposição rural constituía um desafio periódico para o sistema colonial e capitalista. Claro que nem todos os camponeses resistiam. Nem mesmo a maioria. Separados uns dos outros pela distância, pelas etnias, religião, relações primordiais de parentesco, tirania de seu tipo de trabalho e uma série de outros fatores, os camponeses, em nível individual, eram relativamente incapazes de desencadear um vasto movimento de oposição que levasse a uma análise histórica detalhada. Suas ações tendiam a ser isoladas, difusas e esporádicas, os objetivos limitados e a importância global difícil de medir e fácil de ignorar. Todavia, agindo no quadro das duras coerções impostas pelo sistema capitalista colonial, eles conseguiram de certa forma atenuar os efeitos destruidores da dominação portuguesa. Para eles, a principal arena de combate era a luta contra a apropriação de seu trabalho e respectivos produtos.

Como nos primeiros anos da dominação colonial, o não pagamento dos impostos foi comum em todas as regiões rurais de Moçambique. Os camponeses elaboraram uma série de estratégias para reduzir ou evitar os pagamentos anuais. Muitas vezes indicavam falsamente a idade e o estado civil, diminuindo assim os encargos financeiros que lhes pesavam nos ombros. Muitos adultos jovens fingiam ser menores, morando temporariamente nas barracas reservadas aos jovens impúberes quando chegavam os coletores de impostos. Os maridos costumavam esconder as mulheres mais novas ou diziam ser elas cunhadas ou mulheres de amigos que estavam trabalhando muito longe. No sul de Moçambique, onde o imposto de habitação era a forma de taxação mais generalizada, famílias muito numerosas se juntavam na mesma palhoça, alegando ser aquele seu único domicílio[78]. Mesmo depois de tributados, muitos camponeses persistiam nessa duplicidade, no esforço de retardar ou de evitar o pagamento dos impostos. Ainda em 1928 um funcionário português da região central da colônia observava, decepcionado e frustrado:

> Os chefes de aldeia e os camponeses pertencentes às populações de Mambos Cussarara, Chuau e Capanga estão envolvidos numa incrível campanha de resistência passiva. Quando lhes dizemos que venham pagar os impostos, chegam sem dinheiro e negociam demorados adiamentos de prazo, que normalmente não cumprem, obrigando o uso dos sipaios para levar para os fumos só quem trouxer uma pequena

78 NUNES, 1928, p. 116.

porcentagem dos impostos de sua respectiva aldeia; por isso, leva meses e amiúde um período indefinido para que o todo seja liquidado[79].

Outros camponeses escondiam-se no interior. Os relatórios oficiais indicam ter sido frequente as mulheres afirmarem que os maridos estavam mortos, quando na verdade "eles tinham fugido temporariamente, regressando à aldeia pouco depois da partida dos coletores ou dos funcionários encarregados do recenseamento[80]. Os africanos que viviam perto das fronteiras internacionais não cessavam de atravessá-las para fugir a qualquer tributação.

Milhares de camponeses moçambicanos obrigados a plantar algodão ou a trabalhar nas terras dos colonos e nas *plantations,* ou a participar na execução de obras públicas estatais, contestavam o tempo de trabalho que deviam ceder ao sistema capitalista colonial. No caso mais extremo, esquivavam-se ao trabalho forçado, fugindo para as colônias vizinhas, fuga que era ao mesmo tempo difícil e perigosa. Apesar disso, em 1919 estimava-se que mais de 100 mil pessoas do norte de Moçambique se haviam instalado na Niassalândia[81]. Mesmo no sul, onde o Estado exercia maior controle, os funcionários coloniais reconheciam que "os africanos que fogem da província de Sul de Save por causa da cultura do algodão constituem um fenômeno que não é novo [...]. Já foi comunicado em relatório que inúmeros indígenas abandonaram suas terras depois de atear fogo às suas palhoças"[82].

Outros desertores, não desejando cortar todos os laços com a família e a pátria tradicional, fugiam para regiões pouco habitadas. Em alguns casos, pelo menos, criaram comunidades permanentes de refugiados, primeiro em zonas montanhosas e escarpadas, onde a topografia difícil servia de barreira natural à penetração portuguesa. Várias dessas comunidades de refugiados conseguiram manter a independência por alguns anos, sobrevivendo simultaneamente às duras condições do meio e às intervenções coloniais armadas[83].

Guardar às escondidas uma parte de seu trabalho representava sem dúvida a forma de oposição mais generalizada dos camponeses e dos trabalhadores rurais que produziam algodão. Essa estratégia era ao mesmo tempo menos arriscada

---

79 Arquivo de Tete, Documentos Diversos, Circunscrição Civil de Maravia, "Relatório da Administração Referente ao Ano de 1928"; Documento n. 8, Manoel Arnaldo Ribeiro ao administrador Manoel Alves Viana, s.d.

80 NUNES, 1928, p. 116.

81 VAIL, 1976, p. 402.

82 Apud ISAACMAN, STEPHEN et al., 1980, p. 586.

83 Ibid., p. 597-9.

do que a deserção e – ao menos para os camponeses – lhes dava mais oportunidades de cultivar seu jardim. Segundo relatórios oficiais, os camponeses, por exemplo, raramente plantavam o algodão no momento indicado, plantavam a área mínima, faziam a limpa o número requerido de vezes ou queimavam seus campos depois da colheita[84]. Os plantadores europeus do sul de Moçambique queixavam-se amargamente da "docilidade" de seus trabalhadores agrícolas mal pagos, rejeitando a proposta de um de seus membros segundo a qual se devia "contratar a mão de obra a uma libra por mês", para conseguir "homens excelentes[85]. O governador de Inhambane fazia eco a seus sentimentos e deplorava a recusa dos Nguni em cumprir tarefas agrícolas, que eles consideravam "trabalho para mulheres"[86].

Considerando-se os fatores que tendiam a dividir o campesinato e os trabalhadores migrantes, bem como a privá-los de todo sentimento de solidariedade de classe, não admira que a resistência rural raras vezes tenha assumido forma coletiva. No entanto, a insatisfação rural expressava-se ocasionalmente de modo mais radical. De 1917 a 1921, os camponeses do vale do Zambeze, exasperados com o trabalho forçado, o aumento dos impostos, a obrigação de plantar algodão, os abusos sexuais e a conscrição militar, conjugaram-se numa rebelião dirigida pelos descendentes da família real Barué e os médiuns Shona. O objetivo deles – que chegaram momentaneamente a concretizar – era libertar seus territórios e desmantelar o opressivo sistema colonial[87]. Nos 20 anos subsequentes, houve igualmente uma série de levantes rurais localizados em Erati, Moguincal e Angoche, no norte de Moçambique, levantes provocados pelos impostos e pelo trabalho forçado (ver fig. 27.3)[88]. Onde o medo e a coerção impedissem a oposição aberta, os camponeses e trabalhadores rurais costumavam manifestar sua hostilidade por meio de símbolos culturais que os funcionários coloniais não compreendiam. Por exemplo, os Chope, que viviam no sul de Moçambique, criaram todo um repertório de cantos denunciando o regime colonial em geral e os tão detestados coletores em particular:

> Ainda estamos furiosos; é sempre a mesma história:
> A filha mais velha tem de pagar o imposto;

84 Ibid.

85 ROSS, E. A., 1925, p. 50.

86 Distrito de Inhambane, *Relatório do Governador 1913-1915*, Lourenço Marques, 1916, p. 41.

87 A. ISAACMAN, 1976, p. 156-185.

88 BRANQUINHO, 1966, p. 81-3, 108, 114, 193.

> Natanele diz ao homem branco que o deixe em paz,
> Natanele diz ao homem branco que me deixe estar;
> Vocês, os anciãos, devem discutir os nossos assuntos,
> Pois o homem que os brancos nomearam é filho de um zé-ninguém;
> Os Chope perderam o direito à sua própria terra.
> Deixem que lhes conte [...] [89].

As canções de trabalho dos lavradores empregados nas *plantations* de cana-de-açúcar eram ainda mais abertamente hostis, muitas vezes pintando os contramestres europeus em termos sexuais pouquíssimo lisonjeiros[90]. No norte, os artistas Macua e Maconde ridicularizavam os funcionários do Estado – africanos e europeus – em esculturas muito estilizadas, que lhes deformavam os traços e retiravam toda humanidade[91].

Os trabalhadores urbanos, assim como os rurais, lançaram inicialmente operações individuais e esporádicas para escapar à nova ordem econômica capitalista ou para lhe atenuar o impulso. Eles fugiam antes que os recrutadores chegassem às suas aldeias, desertavam em grupos inteiros, não faziam nada e, às vezes, sabotavam as máquinas ou as matérias-primas. Embora esses atos continuassem a ser uma das formas dominantes de protesto dos *chibalo* (trabalhadores forçados), na segunda década do século XX os operários assalariados das cidades tinham começado a mudar de tática e a organizar-se no novo sistema para melhorar suas condições de emprego.

Vários fatores militavam contra os esforços de organização dos operários moçambicanos durante o período. Em primeiro lugar, estes formavam um contingente muito reduzido. Os setores capitalistas retardatários de Moçambique empregavam relativamente poucos trabalhadores permanentes. Além disso, o Estado proibia de modo claro a formação de sindicatos africanos, e o movimento sindical branco, salvo algumas exceções notáveis, continuava hostil aos negros, cultivando os preconceitos raciais e culturais que faziam parte da ideologia oficial do Estado[92]. Assim, os trabalhadores africanos, pouco numerosos, isolados dos movimentos trabalhistas internacionais, confrontados com uma aliança hostil do Estado e do capital, viam-se em uma posição evidentemente pouco invejável.

89 MONDLANE, 1969, p. 103.

90 Ver VAIL e WHITE, 1980, p. 339-58.

91 A melhor coleção dessas esculturas encontra-se no Museu da cidade de Nampula.

92 Para um importante exame do movimento operário branco, ver CAPELA.

Não obstante, já em 1911 um pequeno grupo dirigido por Francisco Domingos Campos, Alfredo de Oliveira Guimarães e Agostinho José Mathias tentara organizar a União Africana, para nela incluir todos os trabalhadores africanos de Lourenço Marques. Para eles, o problema era evidente: os trabalhadores negros tinham de se organizar, se quisessem sobreviver. Advertiam com clareza os trabalhadores contra as tendências de divisão das etnias e consideravam perigoso o fato de os operários ocupados em empregos mais bem pagos não se unirem aos diaristas comuns. "Em nossa associação não há distinções", afirmavam orgulhosamente seus panfletos. Do ponto de vista da luta e da solidariedade da classe operária, eles eram igualmente inequívocos. Mas, apesar de sua eloquência e da força de suas críticas, a enérgica ação do Estado colonial e capitalista, do movimento sindical branco, assim como, aparentemente, a falta de unidade dos trabalhadores africanos, arruinaram a União Africana antes que ela pudesse entrar em ação[93].

Apesar desse revés inicial, houve algumas tentativas esporádicas de organizar os operários africanos de Lourenço Marques. Greves e paralisações do trabalho ocorreram entre os empregados da Associação Comercial, em 1913, os operadores de vagonetas, em 1917, os técnicos das ferrovias, em 1918, e os empregados de uma empresa de engenharia, em 1919[94].

Como em muitas outras partes da África, os estivadores constituíam o setor da classe operária mais militante e relativamente mais bem organizado. Nas duas primeiras décadas do século XX, Lourenço Marques tornou-se um importantíssimo centro do comércio internacional, ligando o Transvaal, a Suazilândia e o sul de Moçambique à economia mundial. Apesar do valor econômico estratégico e dos esforços do Estado para impedir qualquer embaraço ao tráfego, houve sete grandes greves entre 1918 e 1921, provocadas pela recusa das companhias marítimas e de despachos a aumentar os salários dos africanos, de forma a compensar a perda do poder aquisitivo causada pela espiral inflacionária. Entre 1918 e 1920, por exemplo, os preços dos gêneros essenciais, como arroz, feijão, batata e sabão, duplicaram; no ano seguinte (1921), um quilo de arroz custava três centavos, quer dizer, o equivalente ao ordenado diário médio da maior parte dos estivadores[95].

As greves portuárias obedeciam a um esquema geral. Os trabalhadores descontentes, organizados graças a redes clandestinas locais, recusavam-se a tra-

93 *Os Simples,* 24 de junho de 1911.

94 PENVENNE, s.d.

95 Outros gêneros que não eram essenciais aumentaram em ritmo ainda mais elevado.

balhar se os salários não fossem reajustados. Reuniam-se em frente da entrada principal do porto, exigindo melhores salários e melhores condições de trabalho. O governador enviava tropas para reprimir as manifestações e prender os chefes. Ao mesmo tempo, os trabalhadores *chibalo* eram aproveitados como fura-greves, mantendo o porto em funcionamento. Esses movimentos eram, pois, rapidamente desbaratados. Mesmo quando os patrões concordavam em conceder aumentos, logo se desdiziam, como foi o caso da greve de 1919. A despeito dos malogros e da ascensão ao poder de um governo fascista, porém, as greves prosseguiram depois de 1926, embora com menos frequência[96].

Talvez a greve de Quinhenta (1933) marque o conflito portuário mais duro. Os funcionários do porto e as companhias de carga e descarga, afetadas pela crise mundial, decidiram reduzir os salários dos estivadores – já miseráveis – em 10 a 30%. A redução representava cinco vezes o aumento que eles tinham obtido com a greve de 1921. Quando anunciada, os estivadores pararam, recusando voltar ao trabalho depois do almoço. O porto ficou paralisado. Os dirigentes da greve juraram não voltar ao trabalho até que as reduções fossem revogadas. Diante da situação de total paralisação, os patrões aceitaram as exigências dos grevistas. Os estivadores voltaram e logo se viram encerrados dentro do porto e cercados pela polícia, que os obrigou a descarregar todos os navios. Depois disso foram comunicados de que as reduções não seriam anuladas. Um jornal de Lourenço Marques expressou bem, na ocasião, a cólera e a frustração dos estivadores: "Os trabalhadores, de barriga vazia, viram-se face a face com o patrão, o qual, de barriga cheia, lhes respondeu com promessas vazias"[97].

Como em outras partes das Áfricas meridional e central, as igrejas independentes ofereciam outro quadro institucional aos operários e camponeses para a expressão de sua hostilidade à nova ordem social e à hipocrisia das igrejas cristãs oficiais. Um relatório secreto do governo notava que a popularidade das igrejas separatistas se devia "ao mesmo tempo à discriminação racial existente na sociedade e à insensibilidade dos missionários europeus em relação aos indígenas"[98]. Já em 1918 havia 76 igrejas separatistas agindo em Moçambique. Vinte anos depois, havia mais de 380[99], contando desde um punhado de adeptos até mais de 10 mil membros, caso da Missão Christã Ethiopia, cujos ramos se estendiam por quatro províncias.

96 Ver, por exemplo, PENVENNE, (?).

97 Apud PENVENNE, p. 20.

98 BRANQUINHO, 1966, p. 77.

99 Ibid., p. 73-80.

Quase todas as igrejas tinham origem nos movimentos "sionistas" e etíopes da África do Sul e da Rodésia. Os trabalhadores imigrantes de Moçambique, descontentes e oprimidos (principalmente os das minas), iam buscar refúgio nessas igrejas. Quando voltavam para casa, organizavam sucursais desses movimentos ou formavam seitas autônomas que imitavam o modelo sul-africano ou rodesiano. Samuel Belize, o principal animador da poderosa African Methodist Episcopal Church, fora ligado anteriormente a um ramo negro da Wesleyan Mission na África do Sul; Sebastião Piedade de Sousa formou a Missão Christã Ethiopia, segundo o modelo da Igreja Etíope, à qual tinha pertencido em Durban[100]. Em outros casos, a reputação de um chefe apostólico particular constituía motivo suficiente para que os moçambicanos aderissem a uma igreja. Como a maior parte dos trabalhadores migrantes provinha da parte sul da Colônia, as independentes gozavam de maior prestígio nos distritos de Lourenço Marques, Gaza, Inhambane e Sofala.

Do ponto de vista dos movimentos sociais, as igrejas etíopes de Moçambique são particularmente interessantes, já que elas agiam muitas vezes como organizações relativamente autônomas, nas quais os moçambicanos podiam eleger seus próprios representantes, ter seus próprios orçamentos, constituição, bandeiras e mesmo grupos paramilitares. Em resumo, elas representavam um "espaço livre" no interior de um sistema autoritário fechado, um lugar onde os operários e os camponeses oprimidos podiam usufruir um mínimo de auto governo e dignidade racial e cultural. As igrejas "sionistas", por sua vez, extraíam boa parte do seu poder de atração da visão apocalíptica de uma intervenção divina e da destruição da ordem colonial.

No domínio da ação abertamente anticolonial, as igrejas independentes de Moçambique iam do radicalismo total ao quietismo mais completo. De acordo com alguns relatórios confidenciais do governo, a Igreja Episcopal Metodista, instalada inicialmente nos distritos de Gaza e Manica, era um centro de atividades subversivas. Agentes infiltrados pelo governo informaram que essa igreja cultivava sentimentos antibrancos e atacava abertamente o opressivo regime colonial em seus serviços religiosos e em reuniões clandestinas. Além disso, o clero ali mantinha ligações com o African National Congress (ANC)[101]. Outros inquéritos governamentais obtiveram provas de que essa igreja pregava a revolta e que seus membros haviam atacado as autoridades coloniais e os chefes legalistas em diversas ocasiões. A seita foi posteriormente acusada de contribuir para

100 Ibid.; MOREIRA, 1936, p. 28-9; FREITAS, 1956-1957.

101 FREITAS, 1956-1957, v. II, p. 32-5.

a organização de um vasto levante camponês em Mambone, em 1952. Essas atividades subversivas, contudo, aparentemente constituíram exceção. A maior parte das igrejas independentes não adotava um programa explicitamente anticolonialista, preferindo limitar a oposição a críticas verbais e, às vezes, a uma visão apocalíptica[102].

Também houve tentativas abortadas de movimentos revisionistas islâmicos no norte de Moçambique, onde a população muçulmana se opusera antigamente à dominação colonial. Na década de 1920, os religiosos islâmicos protestavam contra os abusos do trabalho forçado, os baixos salários e a espoliação das terras na região de Quelimane. Alguns chefes muçulmanos também se envolveram, com seus adeptos, em levantes no início da década de 1930. Mas a causa exata de tais revoltas ainda é ignorada[103].

A oposição intelectual nas cidades, embora menos profundamente enraizada do que em Angola, tornou-se contudo um fórum importante para os discursos reformistas. O primeiro apelo à mudança, algo hesitante, veio em 1908 com a publicação do jornal *O Africano,* de Lourenço Marques, órgão oficial do Grêmio Africano, grupo social e civil fundado pelas "grandes famílias" de cor dois anos antes. Apesar de sua posição relativamente privilegiada e da consciência de sua importância, as famílias dirigentes do Grêmio consideravam seu dever e sua responsabilidade falar pelos africanos oprimidos. De fato, o editorial de *O Africano* afirmava orgulhosamente que o jornal "se dedicava à defesa da população indígena de Moçambique". O sucessor deste, *O Brado Africano,* tinha um objetivo semelhante, ao definir-se como o guardião dos camponeses e operários africanos. Por ocasião de seu sétimo aniversário, este último proclamou com orgulho que "os africanos têm no *Brado Africano* seu melhor defensor e, na realidade, sua única arma contra a injustiça que os atinge"[104].

Em seu noticiário e em seus comentários, os dois jornais denunciavam principalmente quatro abusos crônicos: o *chibalo* (trabalho forçado), as más condições de trabalho dos africanos livres, o tratamento preferencial dado aos imigrantes brancos e a falta de possibilidades de educação. Tais abusos simbolizavam, para os redatores, a própria essência da opressão colonial. Durante todo esse período, saíram editoriais denunciando com vigor e revelando com precisão os abusos inerentes ao sistema do *chibalo.* Protestavam contra os brutais métodos empregados pelos sipaios africanos para recrutar mão de obra forçada, os baixos salários

102 Ibid., p. 134.

103 BRANQUINHO, 1966, p. 56, 81, 108.

104 *O Brado Africano,* 24 de dezembro de 1926.

e as más condições de trabalho no *chibalo,* os atos arbitrários e caprichosos dos capatazes europeus. Os redatores estavam em particular indignados com a prática usual de capturar "mulheres africanas para reparar e construir estradas, não lhes dando alimentação nem salário", enquanto "as forçavam durante a estação das chuvas a dormir em palhoças de terra, à beira da estrada, como escravas"[105].

Os jornais também lançaram uma vasta série de ataques contra as condições de emprego dos trabalhadores livres africanos. Lamentavam que os camponeses e operários nominalmente "livres" fossem obrigados a trabalhar nas propriedades de europeus "do nascer ao pôr-do-sol ganhando apenas um xelim por mês"; que os moçambicanos trabalhadores nas minas sul-africanas "não tivessem o direito de escolher os seus empregadores [...] e morressem nas minas como moscas"; que operários africanos fossem presos e espancados se não tivessem cédulas de identidade e que o Estado empregasse *chibalo* para furar greves e baixar o salário dos trabalhadores livres[106]. As barreiras informais de cor, que imobilizavam os africanos nos empregos mais mal pagos e reservavam os mais interessantes aos europeus, serviram igualmente de alvo a muitos editoriais.

O protesto contra as barreiras de cor fazia parte de um ataque mais vasto à política oficial que favorecia os imigrantes brancos enquanto ignorava as necessidades da população indígena. Num comentário acerbo, *O Africano* punha em questão a lógica do regime colonial, sublinhando o custoso rebotalho branco, que não contribuía com nada para a Colônia:

> O português comum, conhecido pelo nome de *mumadji* [imigrante português comum] entre a população africana, deixa sempre Portugal com a intenção fixa de fazer uma breve estadia em terra de pretos para juntar bastantes economias, voltar para Portugal, instalar-se e gozar da riqueza que logrou acumular, ao preço sabe Deus de quantos sacrifícios, em dois, três ou quatro anos.

Tem-se consciência [em Portugal] das privações a que estes homens se submetem para poupar 300 mil ou 400 mil réis? É todo um poema de sofrimento e de miséria. Verdadeira loucura que alguns experimentam no esforço de encher as maletas com essas miseráveis peças de metal. A febre do ouro!

Vivem em pocilgas sem luz, sem ar, quatro ou cinco pessoas juntas para reduzir os custos. Costumam comer três do mesmo prato, porque é mais barato. Um miserável jantar de sopa ou de refogado, que na verdade não passa de uma

105 Ibid., 28 de fevereiro de 1925

106 Ibid., *O Brado Africano,* 13 de dezembro de 1924; 30 de julho de 1927; PENVENNE, 1978, p. 10.

barrela de água quente onde cinco feijões nadam desesperadamente em busca de companhia [...]"[107].

Se bem que o tom das matérias dos dois jornais fosse prudente e reformista, apelando para a boa vontade e o senso de justiça do governo colonial, o acúmulo das frustrações produzia explosões de cólera e até de ameaças implícitas ao sistema. Esse tom algo mais hostil apareceu com maior regularidade no período que se seguiu imediatamente à instauração do regime de Salazar (1928-1968), o qual impôs uma dominação autoritária, eliminando assim toda ilusão de reforma. Isso provocou um sentimento de desespero, mesmo entre os membros mais privilegiados da comunidade africana e mulata. Um editorial vibrante de *O Brado Africano,* intitulado "Basta", é a expressão mais clara do furor deles:

> Estamos cheios até a cabeça!
> Cheios de vos apoiar, de sofrer as terríveis consequências de vossas loucuras, de vossas exigências, do abusivo desperdício de vossa autoridade.
> Não aguentamos mais os perniciosos efeitos de vossas decisões políticas e administrativas. Não estamos mais dispostos a fazer cada vez mais esforços inúteis [...].
> Basta[108].

Mas, apesar de todas as críticas aos abusos coloniais e não obstante o papel que se arrogavam de defensoras dos africanos oprimidos, as "grandes famílias" viviam em um meio social e cultural totalmente separado do dos operários e camponeses que regressavam às suas cidades, casebres e aldeias após uma dura jornada de trabalho. Por outro lado, enquanto membros da burguesia colonial nascente, elas tinham interesses de classe muito diferentes. Interesses que muitas vezes as colocavam em oposição a seus compatriotas menos privilegiados e as impediam de proceder a uma crítica mais radical do capitalismo e do colonialismo. As intensas rivalidades entre mulatos e africanos, no próprio seio da elite colonial, foram reduzindo pouco a pouco a influência do Grêmio Africano e contribuíram para precipitar seu fim[109].

No início da década de 1930, essas animosidades tinham piorado cada vez mais, o que deu ao regime colonial a oportunidade de aniquilar os últimos restos de unidade. Contando com o descontentamento dos membros africanos do Grêmio, as autoridades persuadiram muitos deles a sair, para fundar o Instituto Negrophilo, em 1932. Para ser ainda mais convincente, a administração colonial

107 Apud PENVENNE, 1979, p. 10.

108 O *Brado Africano,* 27 de fevereiro de 1931. A tradução em inglês foi extraída de DUFFY, 1959, p. 305.

109 Entrevista com Luís Bernardo Honwana, 3 e 4 de outubro de 1981; HAMILTON, 1975, p. 164-7.

forneceu ao novo grupo instalações, móveis, livros e capitais generosos, enquanto um destacado empresário português, Paulo Gil dos Santos, empregava vários chefes da nova organização como recrutadores de mão de obra. Quatro anos depois, o regime de Salazar impôs uma censura extremamente severa, reduzindo *O Brado Africano* ao silêncio.

Durante esse período, um pequeno número de intelectuais moçambicanos que vivia em Portugal ajudou a formar organizações que estavam ligadas ao movimento pan-africano em geral. As mais importantes foram a Liga Africana e o Partido Nacional Africano. A primeira mantinha estreitos laços com o PanAfrican Congress, de W. E. B. Du Bois, enquanto o segundo pendia mais para o garveyísmo, Nenhum, porém, conquistou verdadeiramente adeptos na Colônia, e suas atividades permaneceram largamente simbólicas[110].

Conclusão

Em resumo, os africanos dos países das Áfricas meridional e central resistiram ao colonialismo e deram uma importante quota-parte para a preparação do movimento de libertação do continente desencadeado a partir de 1935. As formas mais avançadas de oposição ao colonialismo durante este período registraram-se na União Sul-Africana, onde o desenvolvimento da indústria e, correlativamente, o processo de urbanização tinham integrado os africanos na economia capitalista mais cedo do que nos demais países africanos. As organizações nacionalistas e políticas lá criadas serviram de modelo em muitos países das Áfricas meridional, central e oriental.

110 FRIEDLAND, 1979, p. 119-21.

CAPÍTULO 28

A Etiópia e a Libéria, 1914-1935: dois Estados africanos independentes na era colonial

Monday B. Akpan, com base em contribuições de
A. B. Jones e *Richard Pankhurst*

O governo de Sua Majestade juntar-se-á ao dos Estados Unidos da América para fazer representações ao liberiano, nos termos mais enérgicos, a fim de levá-lo a solicitar, quando da próxima reunião do Conselho da Sociedade das Nações, a designação de uma comissão administrativa [para a Libéria] [...]. O governo de Sua Majestade exercerá igualmente fortes pressões sobre o liberiano para persuadi-lo a pedir um empréstimo sob os auspícios da SDN[1] (British Foreign Office, Londres, ao embaixador do Reino Unido em Washington, DC, janeiro de 1931).

Não quero acordos que não me cedam tudo, inclusive a cabeça do imperador [Hailé Selassié] [...]. Mas, ainda que obtenha tudo, prefiro vingar Adowa. Estou decidido[2] (Benito Mussolini, chefe fascista italiano, agosto de 1935).

À primeira vista, dir-se-ia que as questões em disputa entre a Etiópia e a Itália não apresentam senão um interesse superficial para a Libéria. Mas o exame mais atento das implicações decorrentes das circunstâncias da disputa convenceria o espírito mais obtuso de que a situação é da maior importância para um Estado como a Libéria. Caso a Sociedade das Nações seja incapaz de fazer valer sua influência moral na manutenção da decência, do decoro e da segurança internacionais, então os Estados

1 ANDERSON, 1952, p. 110-11.
2 ROBERTSON, 1977, p. 160-2.

menores se tornarão, como de fato sempre foram, presa de aventureiros imperialistas[3] (Edwin J. Barclay, presidente da Libéria).

Estas citações já bastam para expressar a força do imperialismo europeu que a Libéria e a Etiópia sofreram durante muitos anos entre as duas guerras, assim como a solidez dos laços que uniram permanentemente os liberianos e os etíopes enquanto africanos vítimas da agressão europeia. O presente capítulo é uma análise comparativa dessa agressão, da resistência que lhe opuseram a Libéria e a Etiópia, bem como da evolução política, econômica e social que os dois países experimentaram no período 1915-1935.

Libéria e Etiópia: evolução sociocultural de 1915 a 1935

Durante este período, a Libéria e a Etiópia enfrentaram graves problemas de integração e sobrevivência nacionais, resultantes em parte da importância de sua expansão do decorrer do século anterior e da maior disparidade de suas populações e de suas culturas. Quais foram as mudanças culturais e sociais ocorridas em ambos os países neste período?

Entre a população da Libéria, os américo-liberianos mantiveram-se política e economicamente dominantes enquanto grupo. Segundo se diz, sua importância numérica declinara desde o final do século XIX, com a maior proporção da mortalidade em relação à natalidade e ao término virtual da imigração negra proveniente dos Estados Unidos da América. A situação provocou o aumento de casamentos mistos e de ligações, principalmente entre américo-liberianos e africanas autóctones (muitas das quais tinham frequentado as escolas liberianas), aumentando consequentemente o número de pessoas com parentesco misto américo-liberiano/africano autóctone. Os jovens liberianos e africanos autóctones colocados entre as famílias américo-liberianas ou adotados por elas foram invariavelmente assimilados pelo meio sociocultural que os acolheu[4].

O declínio demográfico levou sem dúvida os américo-liberianos à prática cada vez mais frequente dos casamentos endógenos, intensificando por consequência o sistema da família ampliada desenvolvido entre eles desde o final do século XIX. Foi assim que, durante o período que nos interessa, famílias estabelecidas como os Sherman, Barclay, Coleman, Cooper, Dennis, Grimes e

3 BARCLAY, 1935, p. 15.

4 SIMPSON, 1963, p. 84, 88; JONES, H. A., 1962, p. 153.

Morris, os Green, Grigsby, Ross, Witherspoon e Worrell, os Brewer, Dossen, Gibson e Tubman, mencionadas no capítulo 11 deste volume, continuaram a proporcionar a maior parte dos protagonistas do cenário econômico e político da Libéria[5]. Efetivamente, desde a década de 1920, tornou-se norma dessas famílias, mediante algum acordo mútuo, distribuir entre si cadeiras parlamentares, postos ministeriais e outras altas funções e encargos públicos muitos meses antes das eleições legislativas formais[6].

Quanto aos liberianos autóctones, o progressivo desenvolvimento do ensino escolar e a ação dos missionários cristãos por todo o país contribuíram para educá-los, emancipá-los e permitir-lhes assimilar certos aspectos da cultura américo-liberiana, condições que Ihes davam o grau de "civilizados" (ou "semicivilizados"). Um número relativamente reduzido deles atingiu pé de igualdade com os américo-liberianos quanto aos direitos civis e políticos. Um punhado desses privilegiados ascendeu a funções públicas e políticas de primeiro plano, como o dr. Benjamin W. Payne, um Bassa formado em medicina nos Estados Unidos que ocupou o ministério da Instrução Pública durante a maior parte das décadas de 1910 e 1920; Henry Too Wesley, um Grebo que foi vice-presidente da Libéria em começos da década de 1920; Didwo Twe, um Kru que foi senador (ver fig. 28.1), e Momolu Massaquoi, um Vai que assumiu por várias vezes, na década de 1920, as funções de ministro interino do interior e de cônsul da Libéria na Alemanha[7].

Não obstante, até os africanos privilegiados e instruídos – para não falar da massa dos autóctones sem direito de voto e em grande parte oprimidos – estavam mais ou menos descontentes com a "dominação américo-liberiana", que era como classificavam, com razão, o governo liberiano. Regra geral, procuravam reformar o sistema sociopolítico do país para melhorar a sorte dos autóctones. Em raras ocasiões, como em 1930, quando da crise de mão de obra local, alguns liberianos cultos de destaque militaram pela derrubada do governo américo-liberiano[8].

A aculturação não era, porém, um fenômeno de sentido único. Os próprios américo-liberianos acabaram por adotar certos aspectos da cultura autóctone

5 United States National Archives (USNA), Records of the Department of State relating to the Internal Affairs of Liberia (RDSL), 1909-1929, 4/88, US State Department Memorandum, 16 de junho de 1924.

6 USNA, 1909-1929, 4, Clarke ao secretário de Estado dos EUA, Monróvia.

7 BUELL, 1947, p. 751.

8 Ver mais adiante.

que antes haviam rejeitado, por considerá-los superstição e barbarismo, como a crença na eficácia da magia, da feitiçaria e da "medicina tradicional", a iniciação no *poro* e a prática de dar pessoas como penhor de uma dívida ou obrigação semelhante[9]. Em 1935, término do período abrangido por este estudo, esse processo de africanização, todavia, ainda não era bastante profundo para mascarar o que separava os autóctones do grupo américo-liberiano nos planos social, econômico, político e cultural.

Tal como na Libéria, a vasta expansão territorial verificada na Etiópia, no reinado de Menelik, teve por consequência maior o aumento da diversidade étnica da população. Entre os povos que em 1914 se encontravam incorporados na Etiópia, contam-se em primeiro lugar os Oromo, quase tão numerosos como os amárico-tigrinos e dispersos por quase a metade do território da Etiópia, além dos Gurage, dos Sidamo e dos Beni Shangul[10].

Como fez a oligarquia américo-liberiana na Libéria, os amárico-tigrinos conservaram sua dominação econômica, política e militar sobre o resto da Etiópia durante o período considerado. Mas, ao contrário da minoria américo-liberiana, calcula-se que eles representassem de 33% a 40% da população etíope[11]. Embora constituíssem um grupo privilegiado, a realidade do poder econômico e político escapava-lhes em proveito de pequeno número de famílias da nobreza etíope, entre as quais se recrutava a maior parte dos altos dignitários, como – por ordem de precedência – os *negus, betwoded, ras, dajazmach* e *fitawrari*. Foi sobretudo ao apoio desses nobres (e dos exércitos por eles comandados) que Menelik ficou devendo as conquistas que lhe permitiram expandir as fronteiras da Etiópia, anexando territórios posteriormente ocupados mediante um sistema dito de "guarnições", em muitos pontos comparável ao utilizado pelos colonialistas europeus em outras regiões da África[12]. Não surpreende, portanto, que muitos desses nobres e seus descendentes, assim como os descendentes dos militares de serviço nessas guarnições, funcionários "e mesmo membros do clero cristão dessem muitas vezes provas do pior espírito colonial" ou da pior atitude racial em relação aos etíopes pertencentes a "grupos étnicos ligeiramente diferentes"[13].

---

9 Liberian National Archives, Grand Bassa County File (não catalogado), Smith a King, Lower Buchanan, 14 de novembro de 1924; ibid., Russel a King, Lower Buchanan, 5 de maio de 1928; ibid., Harris (por Banks) a King, North Harlandville, 6 de agosto de 1928.

10 ULLENDORFF, 1960, p. 30-44; GREENFIElD, 1965, p. 98-108; HUNTINGFORD, 1969, p. 35-7.

11 ULLENDORFF, 1960, p. 31; HUNTINGFORD, 1969, p. 23.

12 GREENFIELD, 1965, p. 48-9, 119, 136, 460-2.

13 lbid., p. 105-6.

FIGURA 28.1 Didwo Twe, senador Kru da Libéria, um dos raros autóctones a ascender a uma função pública de primeiro plano. (Foto: Harlingue-Viollet.)

Eles se orgulhavam, por exemplo, de ser os construtores do império da Etiópia – "aqueles que, por seu saber, serviram ao país e ao imperador e asseguraram a posteridade da Etiópia"[14].

Era quase o mesmo "espírito colonial" que animava os américo-liberianos, que se consideravam os artífices da nação liberiana. Como declararia o presidente William V. S. Tubman, em maio de 1951, os repatriados africanos, criados na escola do sofrimento e do chicote dos negreiros do Novo Mundo,

> trouxeram para cá a civilização, a educação e a religião que deviam ser transmitidas aos indígenas, e esperava-se que com este formassem os dois elementos da população a construírem uma grande nação, unida e forte. [...] Por pouco experimentados que eles fossem, tudo fizeram com suas mãos: edifícios públicos, estabelecimentos de ensino superior, escolas, igrejas e crescimento econômico, indústrias, embaixadas, legações, consulados, estradas, pontes etc.[15]

Essa concepção toda pessoal de construtores da nação ou do império é comparável à do "White Man's Burden" (Fardo do Homem Branco), que postula, erroneamente, que o progresso realizado na África, nos domínios econômico, tecnológico, político e cultural – ou em matéria de "civilização" em seu sentido amplo –, deve-se por completo à colonização europeia[16].

Na primeira metade do século atual, a evolução sociocultural das etnias não amárico-tigrinas (quer dizer, dos Oromo, Sidamo, Gurage etc.) foi marcada por uma crescente "amaricização", a despeito da resistência pelos muçulmanos, tradicionais e outros. O fenômeno deveu-se, em boa medida, à cristianização forçada que se seguiu às conquistas de Menelik e à imposição da administração federal, ao ensino cristão nas escolas etíopes, ao prestígio de que gozava o amárico como língua nacional, assim como às atividades dos comerciantes e dos sacerdotes coptas de Amhara e de Tigre, e à crescente urbanização, que atraía mão de obra de outras partes do país para a órbita da cultura amárica[17]. A amaricização manifestava-se em diversos graus, no período considerado, pela adoção da língua, do vestuário e do calendário amáricos; pela evolução das crenças religiosas; pela modificação das instituições e das estruturas políticas e pela reforma do sistema fundiário[18]. No entanto, tal como na Libéria, a aculturação não agiu em

14 Ibid., p. 107.

15 TUBMAN, maio de 1951, in TOWNSEND, 1959, p. 98-9.

16 GANN e DUIGNAN, 1967, capítulos 15 e 22.

17 SHACK, 1969, p. 8, 48, 138-9,

18 HUNTINGFORD, 1969, p. 27-9, 55-8, 68; SHACK, 1969, p. 202.

um único sentido. Certos colonos amárico-tigrinos das regiões mais isoladas, onde havia guarnições, acabavam sendo assimilados pela população local[19].

Além disso, a sociedade etíope fragmentou-se em várias classes e grupos, entre os quais havia os escravos, os camponeses[20], a intelectualidade nascente e a burguesia mercantil, que apoiava o regente, Tafari Makonnen (futuro imperador Hailé Selassié), e reclamava reformas e uma administração central forte[21], bem como uma fração conservadora, que compreendia a maior parte da grande nobreza e do alto clero da Igreja Copta da Etiópia. Partidário da imperatriz Zauditu e defensor da autonomia regional, esse grupo era o baluarte do regime sociocultural etíope[22].

Vê-se portanto que, durante o período considerado, o pluralismo étnico e cultural, da mesma forma que a desigualdade social na Libéria e na Etiópia, fazia com que pairasse uma grave ameaça sobre a estabilidade e a harmonia da sociedade, ou provocava verdadeiros conflitos, dos quais alguns são estudados neste capítulo.

Evolução política

Libéria

Tanto na Libéria como na Etiópia, o regime e a vida política estavam sujeitos a tensões que se manifestavam em três domínios principais: no centro, na periferia e entre o centro e a periferia.

Quanto à Libéria, em toda a década de 1910, o True Whig Party manteve solidamente as rédeas do poder, sofrendo uma oposição puramente formal. Essa situação evoluiu um pouco na década de 1920, quando o People's Party, criado em 1922 sob a direção do ex-presidente Daniel B. Howard, desafiou seriamente o True Whig Party no poder. No entanto, dada a profunda corrupção do aparelho político e a esmagadora pressão exercida pelo partido governamental, o People's Party era incapaz, incontestavelmente, de vencer o True Whig Party apenas mediante o recurso constitucional do voto.

Com efeito, desde a década de 1890, a oposição institucional debilitara-se muito, manifestando-se quando muito esporadicamente e quase sempre oca-

19 SHACK, 1969, p. 25.

20 VIVO, 1978, p. 38-9.

21 VIVO, 1978, p. 37; GREENFIELD, 1965, p. 147.

22 GREENFIELD, 1965, p. 151-2; VIVO, 1978, p. 36-8.

sionalmente, constituindo-se como partido somente quando havia eleições nacionais. Essa falta de continuidade traduzia-se na variedade de nomes de tais partidos: Union Party, nas eleições de maio de 1897 e 1899; People's Party, em maio de 1901; National Union True Whig Party, em maio de 1911; People's Party, em maio de 1921, 1927 e 1931; e Unit True Whig Party, em maio de 1935. Além do mais, a oposição somente disputava um pequeno número de cadeiras parlamentares. Nas eleições de 1897, 1903 e 1905, não apresentou candidatos à presidência e à vice-presidência, mas só à Câmara dos Deputados e ao Senado. Nas de 1907 e 1919, o True Whig Party concorreu sozinho. Ao contrário dos candidatos do partido de oposição, os da situação ganhavam sempre com larga maioria[23].

Assim, com exceção da década de 1920 e do começo da de 1930, período em que o People's Party enfrentou com algum sucesso o True Whig Party, verifica-se que a Libéria – singularmente na África – se transformou gradativamente durante o século XX num Estado praticamente unipartidário.

Diversos fatores contribuíram para tal situação. O declínio, desde o final do século XIX, da agricultura e do comércio, que haviam sido meios de vida de tantos liberianos, fez do governo o principal empregador e a principal fonte de renda e de prestígio social[24]. Os candidatos a cargos públicos ou políticos e os titulares desses postos tinham, portanto, cada vez mais interesse em apoiar o governo, o que de fato redundava em apoiar o True Whig Party no poder. Em segundo lugar, no período 1915-1935, a administração e os costumes políticos da Libéria conheceram talvez uma corrupção e uma prevaricação ainda mais graves do que antes. A encarniçada rivalidade entre situação e oposição durante a década de 1920 e o começo da de 1930 agravou as fraudes eleitorais, obra principalmente da primeira. Por exemplo, nas eleições de maio de 1927, foram anunciados 235 mil votos a favor do presidente King (ver fig. 28.2) e 9 mil votos a favor de T. J. Faulkner, seu adversário pelo People's Party, quando não havia mais de 10 mil pessoas habilitadas a votar em todo o país naquele ano[25].

Em terceiro lugar, tal como no século XIX, a situação e a oposição estavam divididas mais por rivalidades pessoais ou por desacordos sobre a partilha dos

23 USNA, DUSM, 14/88, Lyon a Hay; Monróvia, 13 de janeiro de 1905; ibid., Lyon a Adee, Monróvia, 8 de maio de 1905; USNA, DUSM (NF), 405/112, Lyon ao secretário de Estado, Monróvia, 20 de maio de 1907; T. J. R. Faulkner, 1927; "Janus", "The Defeat of the ex-President C. D. B. King, at National Election on May 7, 1935 – And Why", documentação não catalogada.

24 American Colonization Society Ms. (ACS), *Liberian Letters,* 28, Stevens a Wilson, Monróvia, 1 de maio de 1901.

25 FAULKNER, 1927.

FIGURA 28.2 Charles Dunbar B. King, presidente da Libéria. (Fonte: Johnston, Libéria, 1906.)

benefícios sociais do que por marcantes divergências de ordem ideológica ou política. Em 1911, por exemplo, o People's Party foi criado por um grupo dissidente do True Whig Party, depois que o partido designou como candidato à presidência seu presidente nacional, Daniel B. Howard, em vez do vice-presidente da Libéria, Jerome J. Dossen, de Maryland. Da mesma forma, em 1927, muitos True Whig passaram-se para o People's Party não porque advogassem seu programa, mas por se oporem à candidatura do presidente King a um terceiro mandato [26]. Na ausência de grandes diferenças ideológicas ou programáticas entre os liberianos, a política tornou-se em larga medida uma questão de colaboração ou de rivalidade entre as famílias influentes, sobretudo as américo-liberianas, que dominavam o partido no poder e o da oposição, na intenção de controlar os benefícios sociais.

Finalmente, se a base política da Libéria tivesse sido ampliada para acolher os indígenas liberianos, as coisas teriam sido diferentes. Mas, à parte Too Wesley e alguns outros já mencionados, nada disso se verificou. O sistema político do país permaneceu, assim, fundamentalmente conservador, servindo principalmente aos interesses da elite américo-liberiana, perpetuando sua ascendência política.

Etiópia

A situação política na Etiópia, no decurso do período aqui estudado, contrastava com a da Libéria em certos pontos importantes, como a natureza e o alcance das instituições políticas, o funcionamento e a importância da distribuição dos poderes e dos privilégios políticos. Entretanto, no tocante aos problemas essenciais colocados pela organização do sistema, pelo grau de evolução política, pela estrutura e interesses de classe e pela intervenção do imperialismo estrangeiro, a Etiópia tinha muitos pontos em comum com a Libéria.

Os últimos anos de Menelik constituíram um período difícil para a Etiópia. No decorrer de sua prolongada doença, o imperador nomeou o neto Lij Yasu – garoto de doze anos – para seu sucessor, em meados de 1908[27]. Por volta do final desse ano, quando ficou paralítico e perdeu a fala, Menelik nomeou como regente o *ras* Tasamma, seu antigo general. Tasamma morreu em 1911, motivo pelo qual o Conselho de Estado declarou então que Yasu já tinha idade bastante para agir por conta própria. Até a morte de Menelik, em dezembro de 1913, o vazio de poder criado por sua doença exacerbou as intrigas políticas às quais se

26 Anon., *Confidential diary of Liberian events* 1926-1929 (manuscrito guardado na Mansão do Executivo).

27 PANKHURST, 1976.

entregavam facções da nobreza etíope e incitou as potências coloniais europeias a se intrometerem nos assuntos do país[28].

Lij Yasu, filho do *ras* Mikael, que governava a província de Wallo, era de natureza impetuosa. Tinha muito pouco da sutileza política do avô, não contava com nenhum apoio além de Wallo e, por outro lado, desagradava aos velhos cortesãos de Menelik, os quais, na maioria, eram originários de Choa. Pouco a pouco, a oposição foi se cristalizando contra alguns aspectos de sua política interna, especialmente sua amizade com a população muçulmana, e contra sua política externa, a qual tinha como eixo o apoio que ele deu à Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia ao irromper a Primeira Guerra Mundial, em 1914. Não surpreende, portanto, que tenha havido coligação entre os nobres, os dignitários eclesiásticos e, possivelmente, também entre as delegações aliadas em Adis Abeba, para depô-lo em setembro de 1916 e mantê-lo prisioneiro de 1921 até sua morte, em 1935[29]. A filha de Menelik, Zauditu, foi então proclamada imperatriz, e Tafari, filho do *ras* Makonnen, primo do imperador defunto, foi declarado regente e herdeiro do trono. A coroação da imperatriz Zauditu, no dia 11 de fevereiro de 1917, marcou o início do dualismo de poder, dividido este entre a imperatriz e o regente, cada qual com seu palácio, seus partidários e políticas muitas vezes conflitantes.

A ascensão de Tafari Makonnen à regência foi um acontecimento importante, já que ele era um chefe resoluto, desejoso de retomar a política de modernização de Menelik e de prosseguir nos esforços envidados por este para preservar a independência do país. A predisposição do regente para governar com um estilo todo pessoal permitiu-lhe em parte estender seu poder a vários setores nevrálgicos da vida pública, como seus representantes na corte, nas províncias, no Exército, na Igreja e junto da imperatriz. A 7 de outubro de 1928, Tafari foi coroado *negus* e tomou inteiramente em mãos a direção do país. A coroação trouxe-lhe maior ressentimento e a oposição de Zauditu e seus fiéis. Em março de 1930, revoltou-se o *ras* Gugsa Wolie, marido da imperatriz, mas ele foi vencido com a ajuda da minúscula força aérea do *negus.* No dia seguinte, Zauditu morreu, e Tafari assumiu o título de imperador Hailé Selassié L Foi coroado em 2 de novembro de 1930[30] (ver fig. 28.3).

28 GREENFIELD, 1965, p. 131-2.

29 GREENFIELD, op. cit., 136-46.

30 WAUGH, 1934; MOSLEY, 1964, p. 151-63. Para a enumeração cronológica de alguns dos principais acontecimentos do reino, ver PETRIDES, 1964, p. 157-9.

Tendo assim reforçado sua posição política, Hailé Selassié deu mais um passo no sentido da modernização do sistema político da Etiópia, promulgando uma constituição escrita em 1931 e aumentando a autoridade do governo central a expensas da nobreza[31]. A Constituição instituía o bicameralismo parlamentar, com um senado cujos membros eram nomeados e uma câmara de deputados igualmente nomeados, "até que o povo esteja em condições de os eleger".

Já que Hailé Selassié considerava a Constituição de 1931 um marco na história política da Etiópia, podemos indagar em que medida ela modificou o sistema político do país e – questão ainda mais importante – qual foi a evolução política da Etiópia no decurso desse período. Como no caso da Libéria, houve efetivamente algumas mudanças políticas, que, contudo, não foram fundamentais nem estruturais. Elas se traduziram no reforço progressivo do poder do regente e depois do imperador, a expensas da antiga nobreza e da Igreja – por outras palavras, no aumento da centralização; na aplicação mais estrita de critérios reconhecidos em matéria de nomeações para cargos públicos quando da eliminação dos membros mais conservadores da nobreza etíope; no reconhecimento explícito da necessidade de uma modernização por certos dirigentes etíopes, inclusive o próprio Hailé Selassié, bem como na promulgação oficial de uma constituição.

No decorrer do período, quase não houve progresso envolvendo mudanças de ordem normativa, institucional e estrutural na vida política da Etiópia. Pelo contrário, a despeito da maior centralização política, o separatismo social, o regionalismo cultural e o chauvinismo étnico – por exemplo, entre os Oromo, Sidamo, Tigrina e Gurage – se mantiveram como as características dominantes do império etíope, prejudicando seriamente a integração nacional[32].

Em segundo lugar, a Constituição de 1931 estava longe de ser uma inovação radical e teve pouca influência imediata sobre a vida política do país. Não tocava no poder absoluto do imperador e mantinha em grande parte a situação privilegiada da nobreza. Hailé Selassié designava membros do senado indivíduos desta classe e, por sua vez, os nobres e os *shuma* (chefes) locais designavam os membros da câmara dos deputados[33]. Como o parlamento não tinha quase nenhuma iniciativa em matéria legislativa e quase nenhum poder de decisão, já que era convocado e dissolvido à vontade pelo imperador, não passava de uma

31 GREENFIELD, 1965, p. 168.

32 ROBERTSON, 1977, p. 31-3.

33 Ibid., p. 169.

FIGURA 28.3 Hailé Selassié I, imperador da Etiópia (1930-1974). (Foto: Harlingue-Viollet.)

câmara de registro dos assuntos que ele lhe submetia[34]. No momento da invasão italiana, o parlamento era uma instituição quase defunta[35]. Da mesma forma, os ministros praticamente não tinham a possibilidade de tomar iniciativas ou independência de ação. Não dependiam do parlamento e eram diretamente responsáveis perante o imperador[36].

Em todos esses pontos, a Etiópia diferia muito da Libéria. É certo que a Constituição liberiana atribuía ao presidente largos poderes constitucionais, os quais estavam, porém, longe de ser absolutos. O parlamento liberiano tinha atividade política; o etíope era dócil e submisso. O contraste mais chocante talvez se relacionasse com a falta de partidos políticos na Etiópia, atribuída a fatores tais como o papel historicamente preponderante do imperador nos assuntos do país e à falta de desenvolvimento econômico ou de uma elite ocidentalizada, suscetível de modificar substancialmente o conservadorismo da Etiópia[37].

Assim, no período em estudo, a Libéria e a Etiópia apresentavam mais analogias do que divergências no que concerne aos fatores determinantes de sua vida política. Citem-se como exemplos o conservadorismo das normas sociais não igualitárias e caducas, a falta de integração nacional, de desenvolvimento econômico ou de firme vontade de mudança radical da sociedade e, sobretudo, a frágil independência política em meio à hostilidade e à cobiça das potências imperialistas da Europa.

Evolução econômica e social, 1915-1935

Libéria

Os anos que vão de 1915 a 1935 foram, em muitos sentidos, um período de crise econômica para a maior parte dos liberianos e para seu governo. O declínio do comércio e da agricultura, principais riquezas do país, desde o fim do século XIX, trouxe consigo uma queda brutal das receitas públicas (que provinham sobretudo dos direitos alfandegários) e privou muitos liberianos de seu grande meio de subsistência.

Em parte para reembolsar dívidas cada vez mais pesadas, incluindo o empréstimo inglês de 1870, e em parte para facilitar o desenvolvimento econômico do

34 Apud ibid., extraído de BAUM, 1928.

35 Ibid.

36 Ibid.

37 HESS e LOEWENBERG, 1968, p. 199-201.

país, o governo contraiu em 1905 um empréstimo de 500 mil dólares a juros de 6% de alguns banqueiros ingleses. No entanto, o novo empréstimo pouco melhorou as coisas e foi cancelado em 1912, quando alguns bancos europeus concederam outro, de 1700 mil dólares, à taxa de 5%, para resgatar o primeiro. A Libéria dividiu então suas receitas em duas categorias: as "receitas reservadas", constituídas essencialmente pelos direitos alfandegários e destinadas exclusivamente ao pagamento dos juros e ao fundo de amortização do empréstimo de 1912; as receitas internas, constituídas por diversos foros, multas e taxas internas impostos pelo governo (incluindo o imposto de habitação, cobrado dos autóctones) e alocadas aos serviços públicos essenciais, sobretudo ao pagamento dos vencimentos dos funcionários. A cobrança e a administração das "receitas reservadas" foram confiadas a uma "Recebedoria Internacional", constituída por um norte-americano, com as funções de "recebedor geral das alfândegas", com a assistência de recebedores franceses, alemães e britânicos.

De fato, as "receitas reservadas" diminuíram com o início da Primeira Guerra Mundial, principalmente devido à retração do intercâmbio comercial resultante da retirada dos alemães, que até então dominavam quase três quartos do comércio[38]. Além disso, como a cotação do café, principal exportação do país, bem como a de outros produtos de exportação – marfim, cacau, óleo de palma, palmito, piaçava etc. –, registrava uma queda brutal nos mercados mundiais[39], os plantadores liberianos reduziram a produção de forma radical, de modo que as exportações e, portanto, as receitas aduaneiras caíram na mesma proporção. Assim, de 1916 em diante, o Estado não teve mais condições de honrar pontual e integralmente[40] as parcelas dos juros anuais nem do fundo de amortização do empréstimo de 1912. Os atrasados foram se acumulando, atingindo 178657 dólares em 30 de setembro de 1918. Ao mesmo tempo, as "receitas internas" mal chegavam – principalmente por causa da corrupção dos funcionários liberianos – para financiar os serviços essenciais do governo, como o pagamento do funcionalismo, cujo montante já havia sido fortemente reduzido.

Assim, ameaçado de falência, o governo liberiano a princípio tomou empréstimos frequentes e importantes do Bank of British West Africa entre 1917 e

38 SHARPE, 1920, p. 302; USNA, RDSL 1909-1929, 4, Young ao Departamento de Guerra dos EUA, Monróvia, 7 de outubro de 1915.

39 USNA, RDSL 1909-1929, 5, Bundy, "Quarterly Diplomatic Report", Monróvia, 2 de agosto de 1919; ibid., 4, C. Young, "Memo of Major Charles Young on Conditions in Liberia", Monróvia, 7 de Outubro de 1915.

40 HOWARD, 1916; USNA, RDSL 1909-1929, 4, "Memo of Major Charles Young..." , cit. na nota 39.

1918[41]. Depois, do final de 1918 até 1921, tentou obter um empréstimo de 5 milhões de dólares do governo dos Estados Unidos da América[42]. Não o conseguindo, viu-se obrigado a implantar diversas medidas destinadas a incentivar o comércio e a aumentar as receitas que daí extraía. Entre essas medidas vale destacar a elevação das tarifas aduaneiras, a reabertura do interior do país (interditado aos estrangeiros desde o começo da Primeira Guerra Mundial) aos negociantes de outros países e o aumento dos direitos portuários[43]. Ao mesmo tempo, o governo deu acolhimento favorável aos planos da Universal Negro Improvement Association, movimento nacionalista composto de negros do Novo Mundo, estabelecido na América e dirigido pelo jamaicano Marcus Garvey, cujo objetivo consistia em facilitar a entrada de capitais e de imigrantes negros na Libéria para desenvolver os recursos do país. Esses projetos, contudo, nunca se materializaram[44].

Felizmente, para os liberianos, a economia do país foi se restabelecendo progressivamente desde o final de 1923. Vendendo bens alemães confiscados durante a Primeira Guerra Mundial, o governo obteve 154 mil dólares[45]. Por outro lado, as medidas fiscais introduzidas em dezembro de 1922, principalmente as novas tarifas aduaneiras, começavam a ficar rentáveis[46]. A retomada do comércio externo, principalmente depois que os alemães voltaram a participar dele, em 1922, bem como a reabertura do interior aos negociantes estrangeiros, trouxeram consigo o aumento das exportações, de modo que a balança comercial da Libéria começou a obter saldos favoráveis. Por exemplo, nos nove primeiros meses de 1923, o valor das exportações superou em 169 mil dólares[47] o do mesmo período do ano anterior.

E, no momento em que as finanças públicas começavam a se recuperar, perspectivas ainda mais brilhantes se anunciavam para a economia liberiana, quando o norte-americano Harvey S. Firestone obteve do governo, em 1926, uma concessão de cerca de 400 mil hectares por 99 anos, para plantio de seringais e exportação de borracha; por outro lado, a Finance Corporation of America

41 BANNERMANN, 1920; BUELL, 1947, p. 26.

42 BANNERMANN, 1920; STARR, 1925, p. 113; KING, C. D. B., 1924, p. 2-3.

43 BUELL, 1928, v. II, p. 769-70; USNA, RDSL 1909-1929, 8.882/032/43, Bur ao Ministro Residente Americano, Monróvia, 10 de fevereiro de 1923.

44 AKPAN, 1973a.

45 BUELL, 1928, v. II, p. 767.

46 KING, C. D. B., 1924, p. 9.

47 Ibid., p. 7.

concedeu à Libéria um empréstimo de 5 milhões de dólares para o desenvolvimento das infraestruturas do país, principalmente estradas, hospitais, escolas, e para a amortização da dívida[48]. O empréstimo, que recebeu a aprovação do governo de Washington, reforçou consideravelmente a influência de Firestone e dos Estados Unidos na Libéria.

Os investimentos de Firestone em duas grandes plantações de seringueiras tiveram, a curto prazo, uma influência modesta mas não insignificante sobre a economia liberiana, sobretudo na área do emprego. Em primeiro lugar, Firestone tornou-se o principal empregador da Libéria (ver fig. 28.4)[49]. No entanto, os empregados liberianos, em sua maioria, não tinham qualificação ou eram semiqualificados, limpando matas e plantando mudas ou trabalhando como artesãos e mecânicos. Em segundo lugar, Firestone construiu diversos dispensários e escolas para seus empregados liberianos (e norte-americanos) e distribuiu mudas de seringueira a quem quisesse plantar[50]. No entanto, a produção de borracha de Firestone permaneceu por dezenas de anos uma atividade relativamente circunscrita. Teve pouco efeito de propagação sobre, ou ligações com, a economia agrícola liberiana, bastante subdesenvolvida, voltada principalmente à produção de arroz, à qual se dedicavam mais de 80% dos autóctones. Somente em 1935, quando as vendas começaram a ganhar impulso, a borracha se tornou o principal produto de exportação da Libéria (e assim foi até 1961, quando foi suplantada pelo minério de ferro)[51].

O ano de 1935 foi importante por duas outras razões. As prospecções confirmaram a presença de minério de ferro em Bomi Hill, mas a exploração e a produção efetivas só se verificaram muito depois, em 1951[52]. Por outro lado, 1935 assinalou o fim do predomínio do Reino Unido e de outros países europeus como principais parceiros comerciais da Libéria, os quais foram substituídos pelos Estados Unidos de 1936 em diante – graças à intensificação das exportações de borracha sobretudo para esse país[53]. Convém notar, no entanto, que a baixa das cotações dos principais produtos liberianos nos mercados internacionais, com o início da grande depressão (óleo de palma, palmito, piaçava, café, cacau, noz-de-cola), foi acompanhada pelo declínio em volume e em valor

48 JONES, A. G., s.d.

49 KING, C. D. B., 1928, p. 8.

50 WILSON, C. M., 1971, p. 137-8.

51 Liberia Trading and Development Bank Ltd., 1968, p. 76-7.

52 CLOWER et al, 1966, p. 197-201.

53 REPUBLIC OF LIBERIA, 1941, p. 36-40.

FIGURA 28.4 A Libéria e a borracha. Trabalhadores de uma grande plantação prontos para a colheita. (Fonte: Wilson, C. M., 1971.)

do intercâmbio comercial do país. Durante toda a década de 1930, a balança comercial apresentou saldos negativos[54]. O negócio de importação-exportação na Libéria era dominado, desde o final do século XIX, por empresas europeias. A partir da década de 1920, juntou-se a elas um número crescente de negociantes libaneses, os quais, no final do período em estudo, em 1935, também dominavam a maior parte do comércio varejista da Libéria[55].

Nas circunstâncias mais ou menos penosas que reinavam nesse período (1915--1935), o governo liberiano vivia constantemente com problemas de caixa, em face dos pagamentos contínuos da dívida, não podendo tratar de forma bem ativa do desenvolvimento social e econômico do país. O programa de construção de estradas, lançado pelo presidente Arthur Barclay, foi intensificado mas empregando sobretudo mão de obra indígena recrutada à força, sem pagamento (ver fig. 28.5). Os trabalhadores tinham de trazer enxada, facão e outros utensílios para o serviço[56]. No decorrer da década de 1920, pela primeira vez na história da Libéria, o governo criou várias escolas elementares nas regiões do sertão[57]. No final de 1930, fundou a Booker T. Washington Agricultural and Industrial Institution, destinada à formação de pessoal técnico e agrícola de nível primário e médio[58]. Em 1934 começou a construção da Escola Normal de Monróvia[59], de grande necessidade. Os estabelecimentos já existentes, como o Liberia College e o College of West Africa, tinham boa reputação[60]. Em agosto de 1927, o governo central de Monróvia instalou sistemas de radiocomunicação com toda a costa liberiana e com os Estados Unidos, construindo várias estações de rádio, as quais trouxeram importante complemento aos serviços telefônicos existentes, mas ineficazes, no litoral[61]. Em 1924, o governo construiu um hospital em Monróvia. Em 1927, procedeu à aquisição e à montagem, igualmente em Monróvia, de uma central encarregada de suprir a cidade de força e luz[62].

Os organismos missionários americanos, como o faziam desde a fundação da Libéria, participaram desses esforços construindo escolas, hospitais e igrejas,

54 Ibid., 1940, p. 8, 11.

55 ROBERTS, Z. B. H., 1934, p. 6-7.

56 LIGA DAS NAÇÕES, 1930, p. 147-70.

57 KING, C. D. B., 1922, p. 23-4; 1924, p. 5-6.

58 WILSON, C. M., 1971, p. 154; STARR, 1925, p. 128-9.

59 BARCLAY, 1934, p. 2-4.

60 Ibid.

61 KING, C. D. B., 1927, p. 33-6.

62 HENRIES, 1963, p. 90-1.

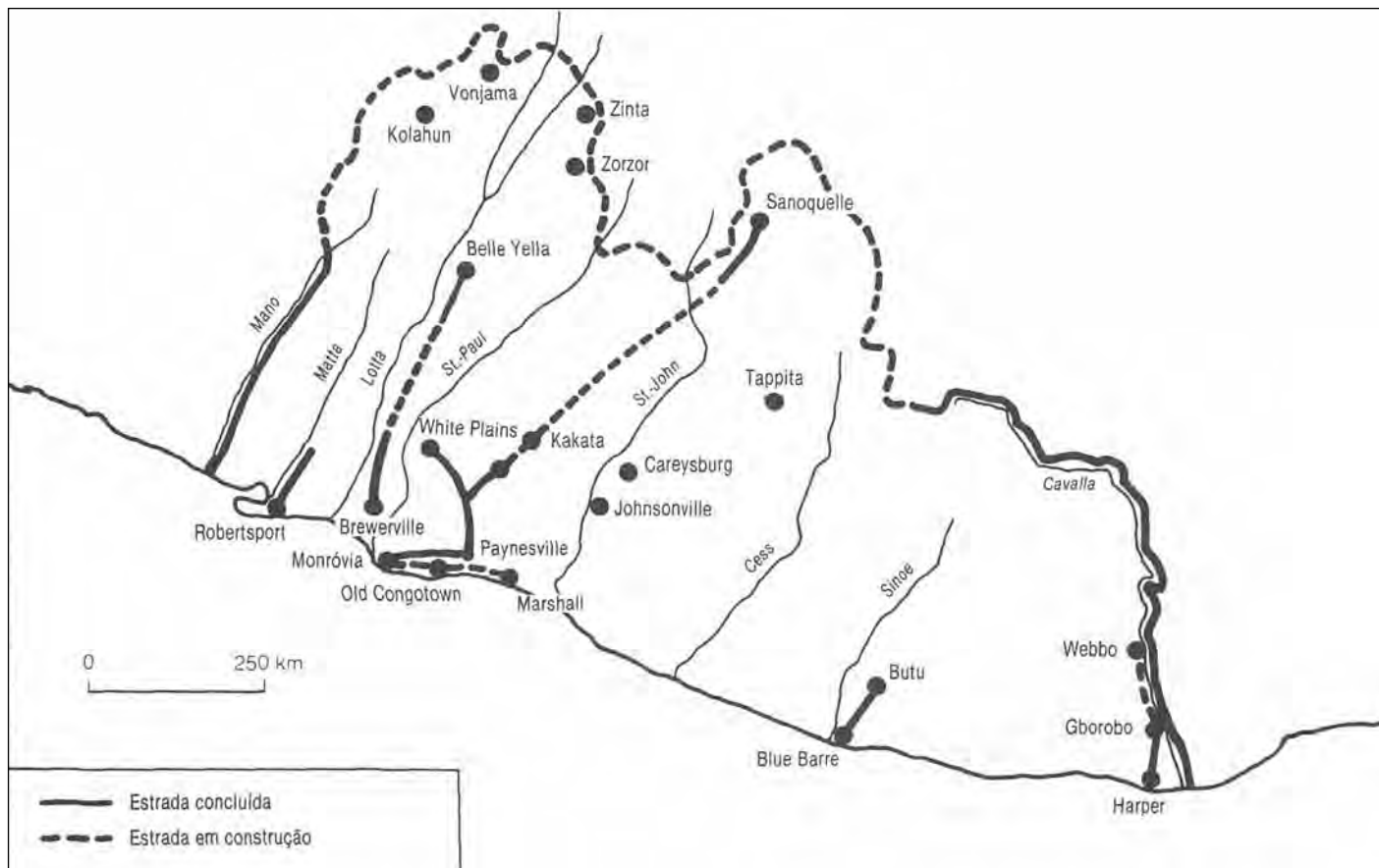



FIGURA 28.5 Distribuição da malha rodoviária na Libéria em 1925.

que entregavam a seus adeptos, como George W. Harley, médico e etnógrafo, e a senhora Harley, da missão metodista de Ganta[63].

No entanto, todo progresso sério do ensino era entravado tanto pela insuficiência das receitas públicas como pela tradicional prudência do governo, que hesitava em abrir o sertão aos missionários, aos negociantes e aos estrangeiros, receando a influência que alguns pudessem exercer sobre as estruturas administrativas autóctones[64].

Pior, a penúria do governo liberiano e a incapacidade de pagar vencimentos totais ou parciais aos funcionários incentivavam estes a praticar a corrupção e a exploração. Citemos, por exemplo, os desvios de fundos públicos e as extorsões sobre a população autóctone. O abuso mais notório – o embarque forçado, organizado por certos américo-liberianos de destaque, de indígenas liberianos para Fernando Pó, onde estes eram obrigados a trabalhar para plantadores espanhóis – tornou-se um caso de alcance internacional, com graves repercussões para a soberania da Libéria[65].

Etiópia

A coleta de impostos feudais e a exploração cada vez maior de camponeses e escravos nas províncias remotas, conquistadas por Menelik, fizeram afluir recursos aos cofres do governo etíope. No entanto, a Etiópia, tal como a Libéria, não estava passando por nenhum desenvolvimento econômico significativo. As reformas econômicas e sociais que se verificaram no decorrer do período estudado foram de número muito limitado para modificar de forma sensível a economia essencialmente feudal da Etiópia e o conservadorismo de sua textura socioeconômica.

O principal instigador da evolução social e econômica foi o regente Tafari Makonnen. Uma de suas primeiras reformas foi a ampliação dos serviços ministeriais, com a criação, em 1922, do ministério do comércio e de um departamento de obras públicas. Em 1923, instalou uma casa impressora adquirida na Alemanha chamada Berhanena Saiam, ou seja, "Luz e Paz", cuja direção foi confiada a Gabra Krestos Takla Haymanot, pessoa formada na Eritreia por missionários suecos. A impressora editou um jornal com o mesmo nome a partir de

63 WILSON, C. M., 1971, p. 154.

64 USNA, RDSL 1909-1929, 882/00/705, Critchlow a Garvey, Monróvia, 24 de junho de 1921.

65 Ver, mais adiante, o exame da crise acarretada à Libéria pelo trabalho forçado.

1925, bem como livros religiosos e didáticos, contribuindo de forma significativa para a evolução da literatura em língua amárica[66].

A eventual abolição da escravatura na Etiópia afetaria a estabilidade interna do país e suas relações com as potências estrangeiras, donde seu caráter problemático. Tafari, a quem as relações internacionais preocupavam muito, logo sentiu as vantagens que a Sociedade das Nações e seu dispositivo de segurança coletiva pareciam oferecer. Apresentou a candidatura da Etiópia a membro da organização, quando esta foi fundada, em 1919; mas, se a França lhe deu apoio, o Reino Unido argumentou que o país não estava em condições de cumprir suas obrigações de Estado-membro, especialmente as referentes à abolição da escravatura. Ácidos ataques à escravatura reinante na Etiópia apareceram na *Westminster Gazette* e em outros jornais britânicos, nos quais se sugeria a intervenção das potências europeias ou da Sociedade das Nações.

Tafari estava evidentemente mais preocupado com o aspecto diplomático do que com o lado humanitário da questão da escravatura. Em julho de 1922, promulgou um édito reiterando a velha proibição da venda de escravos e prevendo penas severas para os traficantes, e fez saber ao governo britânico que estava disposto a proteger e a instruir todos os escravos que fossem libertados em alto-mar. Em 15 de setembro de 1923, lançou uma proclamação, de acordo com a qual o rapto de escravos era punido com a pena de morte[67]. Essa atitude mais determinada do regente para com a escravatura facilitou a entrada da Etiópia na Sociedade das Nações, com a perseverante oposição do Reino Unido e o apoio da Itália e da França, as quais esperavam assim ganhar influência em Adis Abeba. Assim o país tornou-se membro da Sociedade das Nações no dia 23 de setembro de 1923, quando o regente assinou uma declaração segundo a qual aderia às principais convenções internacionais para a supressão da escravatura.

Quase imediatamente após a promulgação do decreto antiescravagista, o regente, acompanhado de dois dos principais dignitários do país, *oras* Haylu Takla Haymanot, de Gojam, e *ras* Seyoum Mangasha, de Tigre, partiu para uma viagem à Palestina, Egito, França, Bélgica, Holanda, Suécia, Itália, Reino Unido, Suíça e Grécia. Avistou-se com o presidente Raymond Poincaré, na França, com o ditador italiano Benito Mussolini e o primeiro-ministro britânico Ramsay MacDonald, instando com eles para que cedessem um porto à Etiópia em uma de suas colônias vizinhas. Mas essa ação diplomática, contrária aos interesses das três potências coloniais, que eram os de manter a Etiópia em seu isolamento, foi

66 C. F. REY, 1927, p. 28-29.

67 SANDFORD, 1946, p. 58.

infrutífera. Tafari obteve apenas vagas promessas e a coroa do imperador Teodoro, restituída pelos britânicos, que haviam se apossado dela 66 anos antes.

No entanto, no que diz respeito aos negócios internos da Etiópia, a viagem foi comparada à de Pedro, o Grande à Europa ocidental[68], já que teve o mérito de tornar a sociedade etíope atenta à existência do mundo exterior, à necessidade de adotar as invenções estrangeiras e de desenvolver seus recursos humanos. Como o regente e *ras* Haylu tinham comprado vários automóveis, lançando a moda entre a nobreza etíope, o número de veículos que circulavam em Adis Abeba logo atingiu várias centenas[69]. Jovens foram enviados em número crescente ao estrangeiro, principalmente para o Líbano, Egito, França, Reino Unido e Estados Unidos, para estudar.

Um novo hospital, o Bet Sayda, foi fundado pelo regente em 1924 e colocado sob a direção de um sueco, o dr. Kurt Hanner[70]. Cerca de dois anos depois, não obstante a oposição dos tradicionalistas, Tafari abriu o segundo estabelecimento de ensino moderno do país, a Escola Tafari Makonnen, cujo diretor era um francês. Em seu programa entravam o francês, o inglês, o amárico, o árabe, matérias científicas e outras disciplinas. No discurso de inauguração, Tafari evocou a "necessidade gritante" de instrução, sublinhando que, sem instrução, o país não poderia manter a independência e exortando seus compatriotas a fundar escolas, já que estava finda a época do patriotismo puramente verbal[71]. Entre as outras inovações do período, há que notar: em 1925, o recrutamento de oficiais belgas para treinar a guarda do regente; em 1927, a concessão de licença a dois gregos para a construção de uma estrada entre Goré e Gambela, na fronteira ocidental; em 1929, a aquisição na França e na Alemanha dos primeiros aviões, cuja introdução havia sido impedida até aí pelo conservadorismo de parte da nobreza.

Após sua coroação, Hailé Selassié deu prosseguimento ao esforço de modernização, com a ajuda de três conselheiros de fora: um sueco, o general Virgin, para política externa; um americano, E. A. Colson, para as questões financeiras; e um suíço, M. Auberson, para as questões jurídicas[72]. Todavia, o desenvolvimento do país foi seriamente dificultado pela depressão econômica mundial, que trouxe consigo a queda das exportações e das possibilidades de investimento de capitais estrangeiros. Não obstante, promulgou-se uma lei em 1930 com vistas

68 GREENFIELD, 1965, p. 157.
69 PANKHURST, 1968, p. 290-1.
70 FARAGO, 1935, p. 132-3.
71 PANKHURST, 1962b, p. 266-7.
72 STEER, 1936, p. 28-9.

a organizar um serviço de cadastro e recenseamento das terras e fundou-se, no mesmo ano, o ministério da Educação. O ano de 1931 registrou três novos e importantes fatos: o primeiro foi a promulgação de uma Constituição escrita, da qual já nos ocupamos; o segundo foi a substituição do velho Banco da Abissínia, empresa privada sob controle estrangeiro, por um banco nacional, o Banco da Etiópia; o terceiro foi a publicação de nova lei relativa à supressão gradual da escravatura, estipulando que todos os escravos estariam livres com a morte de seu senhor e contemplando o dia "em que a escravatura teria desaparecido por completo"[73].

Também se envidaram esforços para a melhoria das comunicações. Criou-se um ministério de obras públicas, em 1932, e foi retomada a construção de estradas. Uma estação radiofônica provisória foi inaugurada em 1933, sendo substituída em 1935 por um emissor mais poderoso, construído por uma companhia italiana. Foram criadas várias escolas, as melhores na dependência do governo, embora os missionários continuassem a exercer certa atividade em matéria de ensino, sobretudo nas províncias. Em 1935, Adis Abeba contava catorze escolas públicas, com trinta professores estrangeiros e cerca de 4 mil alunos. Na província, o progresso do ensino começou igualmente com a abertura de escolas públicas em Dessie, Gondar, Jijiga, Lakamti, Dire Dawa, Harar, Asba Tafari, Ambo, Jimma, Dabra Marqoa, Makalle e Salale. Em 1934, foi criado um colégio militar em Holeta, perto de Adis Abeba, sob a direção de oficiais suecos[74]. O número de jovens que estudavam no exterior elevava-se a várias centenas. Na área da medicina, os missionários se mostravam mais ativos, sobretudo os da United Presbyterian Church of North America, da Seventh Day Adventist Mission e da Missão Católica Italiana, que tinham hospitais em Adis Abeba, havendo, ainda, um leprosário da Sudan Interior Mission funcionando em Akaki[75]. Entre as outras inovações, convém assinalar a criação de uma pequena administração pública, formada por estudantes regressados do estrangeiro, cujos membros recebiam vencimentos e não rendas de feudos, assim como uma tendência crescente para substituir os tributos em espécie por taxas em dinheiro. Em 1934 foi promulgado um decreto para regulamentar e limitar as prestações de serviço exigidas dos camponeses, enquanto o imposto sobre terras era reformado por

73 GARDINER, 1933, p. 202.

74 VIRGIN, 1936, p. 117-24; ZERVOS, 1936, p. 223-32.

75 ZERVOS, 1936, p. 255-7.

uma lei de 1935. Entretanto, a iminente ameaça da invasão fascista italiana já pairava sobre esses esforços de modernização[76].

Assim, a Libéria e a Etiópia conheceram, no decorrer do período 1915-1935, uma evolução econômica e social mais extensa e mais profunda do que antes, evolução que, porém, não iria muito longe, de modo que os dois países permaneceram economicamente atrasados e socialmente subdesenvolvidos. Finalmente, os investimentos efetuados pelas sociedades e pelos cidadãos estrangeiros nas empresas comerciais, agrícolas e mineiras foram maiores na Libéria do que na Etiópia. Não há dúvida de que contribuíram para o processo de modernização, mas também redundaram num controle maior dos estrangeiros sobre a economia liberiana do que sobre a etíope.

A intervenção estrangeira na Libéria e na Etiópia

Libéria

As intervenções estrangeiras na Libéria e na Etiópia, já estudadas no capítulo 11, prosseguiram no decurso do período 1915-1935. Como ocorrera na era da corrida e da partilha da África, seus motivos foram fornecidos tanto pela situação e pelos acontecimentos internos da Libéria e da Etiópia como pelos da Europa e dos Estados Unidos.

Em primeiro lugar, a penúria e o eterno endividamento do governo liberiano acarretaram em parte o aumento do controle estrangeiro sobre a administração financeira do país mediante o empenho da Recebedoria Internacional, do Bank of British West Africa e dos interesses de Firestone, apoiados pelo governo dos Estados Unidos. A economia liberiana estava igualmente dominada por companhias europeias, americanas e libanesas.

Em segundo lugar, a má situação da Libéria nos planos econômico, social e administrativo tornou-se um tema importante de controvérsia na encarniçada rivalidade política que opunha o True Whig Party e o People's Party, atraindo a atenção da área internacional. Dentro da Libéria, Faulkner, o chefe da oposição, procurava agradar aos autóctones denunciando o recurso ao trabalho forçado para as obras públicas e a exportação forçada de mão de obra, bem como a má administração do interior e as fraudes eleitorais[77]. Depois de sua segunda derrota

76 PANKHURST, 1968, p. 177-9.

77 FAULKNER, 1926.

eleitoral, em 1927, fez uma viagem pela Europa e pelos Estados Unidos, a fim de conquistar o apoio internacional para sua causa e desacreditar o governo True Whig do presidente King[78].

Foi em janeiro de 1930, durante a visita de Faulkner aos Estados Unidos, que o influente *The New York Times* publicou um artigo sobre a má gestão dos negócios públicos na Libéria. Ao mesmo tempo, citava Faulkner favoravelmente, apresentando-o como um "cidadão de opiniões progressistas"[79]. Um pouco antes, já em 1929, a imprensa britânica havia consagrado ao governo da Libéria vários editoriais bem desfavoráveis. Mais grave ainda: os artigos tanto da imprensa britânica como da norte-americana, bem como relatos de missionários e de visitantes estrangeiros, acusavam o governo liberiano e alguns américo-liberianos influentes de praticar a escravatura, o trabalho forçado e contratos de trabalho de longo prazo irrescindíveis, a exportação e a venda de trabalhadores migrantes às colônias europeias, especialmente à colônia espanhola da ilha de Fernando Pó[80].

O Reino Unido esteve na vanguarda dos ataques, condenando a exportação de mão de obra e exigindo, conforme fizera entre 1907 e 1909, que o governo liberiano fosse colocado sob controle europeu[81], a fim de melhorar a deplorável situação do país. Da mesma forma, os Estados Unidos também atacaram a Libéria a propósito da "pseudoexportação de mão de obra da Libéria para Fernando Pó [...] que não parecia nada diferente do tráfico organizado de escravos [...]", dando a entender que as instâncias mundiais poderiam vir a considerar "certas medidas efetivas e concretas"[82] para pôr fim à situação!

De maneira talvez imprudente, o presidente King não só desmentiu as acusações como apelou à Sociedade das Nações para que ela investigasse. Em consequência, esta enviou à Libéria uma comissão composta por um dentista inglês, o dr. Cuthbert Christy, que a presidia, pelo dr. Charles S. Johnson, professor de sociologia afro-americana, e pelo ex-presidente Arthur Barclay. A comissão dedicou ao exame dos fatos um período de apenas quatro meses, não visitando Fernando Pó nem apresentando queixa contra a Espanha. Entregou, finalmente, seu relatório no dia 8 de setembro de 1930, no qual declarava não ter notado nenhuma forma de tráfico organizado de escravos, mas que o recrutamento de

78 JONES, A. G., s.d.

79 ANDERSON, 1952, p. 98.

80 JONES, A. G., s.d.

81 Ibid.

82 REPÚBLICA DA LIBÉRIA, 1930, p. 1.

mão de obra para os canteiros de obras públicas, as explorações privadas e a exportação se faziam em condições de miséria e de coação, e que essas práticas contavam com a colaboração da Força de Fronteira e de altos funcionários do governo da Libéria[83]. O relatório também investigou as relações entre américo-liberianos e autóctones, e a administração em geral do governo da Libéria, não considerando satisfatórios nem aquelas nem este[84]. Por isso recomendava que a Sociedade das Nações colocasse a Libéria sob controle "de administradores brancos, competentes e generosos"[85].

Tendo em vista a situação interna extremamente deplorável da Libéria, as conclusões e recomendações da comissão, em sua maioria, eram equitativas e razoáveis em muitos sentidos. No entanto, se ela tivesse se dedicado ao estudo objetivo da política colonial contemporânea das potências europeias, teria condenado menos severamente os erros – por omissão ou sob instruções – do governo liberiano e talvez se mostrasse menos tendente a preconizar uma "administração de brancos" na Libéria, pois os regimes coloniais europeus eram tão brutais ou piores do que o da Libéria, no que concerne a algumas disposições relativas aos súditos coloniais, especialmente o recurso ao trabalho forçado para as obras públicas[86].

Em reação ao Relatório Christy, a Sociedade das Nações instou com a Libéria para que abolisse a escravatura e a exportação de mão de obra para Fernando Pó, reorganizasse o governo e instituísse reformas de base que garantissem oportunidades iguais a todos os liberianos. Por sua vez, o governo dos Estados Unidos declarou-se "profundamente indignado" com a "revoltante opressão" de que eram vítimas os autóctones, conforme revelava o relatório. Insistiu com o governo liberiano para que "abolisse rapidamente o duplo flagelo da escravatura e do trabalho forçado" e aplicasse um "sistema global de reformas [...]"[87] para não comprometer as tradicionais relações entre ambos os países. Essa declaração levou o parlamento liberiano a pedir o *impeachment* do vice-presidente Allen Yancy (um dos agentes de recrutamento de mão de obra) e do presidente King, os quais pediram demissão em começos de dezembro de 1930, antes da votação da proposta de lei de *impeachment*[88].

83 LIEBENOW, 1969, p. 64-70; LIGA DAS NAÇOES, 1930, p. 168-70.

84 YANCY, 1934, p. 201-20.

85 LIEBENOW, 1969, p. 64-70.

86 JONES, A. G., s.d.

87 REPÚBLICA DA LIBÉRIA, 1931a, p. 2-3.

88 JONES, A. G., s.d.

Sob o efeito dessas pressões, o novo governo de Edwin J. Barclay, que sucedeu ao presidente King, decidiu executar as recomendações da Sociedade das Nações. O Parlamento liberiano promulgou, portanto, entre dezembro de 1930 e maio de 1931, várias leis que previam a abolição da exportação de mão de obra, dos contratos de longo prazo irrescindíveis e da escravatura, e, ainda, a substituição do trabalho forçado por um trabalho comunitário e voluntário para obras públicas; a reabertura aos homens de negócios estrangeiros de todo o interior e a reorganização de sua administração, dividindo-o em três províncias, cada uma delas colocada sob a autoridade de um comissário de distrito e respectivo adjunto, e de chefes de alto nível[89].

Apesar dessas reformas – que o governo liberiano não podia nem queria realizar em sua totalidade –, o Reino Unido e os Estados Unidos recusaram-se a reconhecer o governo de Barclay e conduziram seus assuntos no país por meio de seus respectivos encarregados de negócios. O Reino Unido, em particular, voltou ao ataque tomando a iniciativa de certas medidas destinadas a pôr fim à independência do país. Menos de dois meses após a posse de Barclay, o Reino Unido solicitou aos Estados Unidos a realização de representações comuns para urgir com o governo liberiano nos termos mais firmes", no sentido de pedir à Sociedade das Nações que designasse uma comissão administrativa, conforme as recomendações do Relatório Christy[90].

Os enviados do Reino Unido, dos Estados Unidos e da Alemanha (que tinha sido persuadida pelo Reino Unido a juntar-se ao movimento) fizeram, no dia 21 de janeiro de 1931, representações comuns ao presidente Barclay, convidando "o governo da Libéria a confiar durante algum tempo a direção dos negócios a uma comissão internacional de administração" encarregada de efetuar as reformas necessárias. Barclay e seu Gabinete rejeitaram prontamente (e legitimamente) a exigência, considerando que "a aceitação não somente violaria a Constituição da República, mas equivaleria igualmente a renunciar à soberania e à autonomia do país"[91].

Barclay e seu Gabinete, no entanto, declararam-se dispostos a solicitar e a aceitar o auxílio da Sociedade das Nações, particularmente pelo envio de técnicos especializados em setores como a economia, a organização jurídica, a saúde pública e a administração indígena[92].

89 REPÚBLICA DA LIBÉRIA, 1931a, p. 11-2; 1931b; BARCLAY, 1934.

90 ANDERSON, 1952, p. 110-1; JONES, A. G., s.d.

91 BARCLAY, 1931, p. 37.

92 Ibid., p. 38.

Consequentemente, a Sociedade das Nações confiou a uma nova comissão de inquérito, onde se achavam desta vez representadas oito nações – Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Espanha, Venezuela, Polônia e Libéria –, o exame das possibilidades de abolição da escravatura e do trabalho forçado, bem como da concessão de assistência técnica à Libéria. Os Estados Unidos, país que não era membro da Sociedade das Nações, foram solicitados a enviar um representante. Foi ainda um britânico, lorde Robert Cecil, que veio a ser nomeado presidente da nova comissão. No entanto, um comitê restrito de três membros, presidido por um jurista francês, Henri Brunot, foi designado para aconselhar a comissão sobre as reformas financeiras e administrativas necessárias à Libéria para tornar eficaz a assistência da Sociedade das Nações. A comissão visitou a Libéria em junho e em julho de 1931, para investigar a situação do país, recolher dados e redigir um relatório.

Tal como a anterior, esta segunda comissão estabeleceu planos complexos visando melhorar a administração interna, as finanças e a saúde pública da Libéria. Em janeiro de 1932, o Comitê Brunot apresentou também o seu relatório. Suas recomendações, de modo geral, eram análogas às da Comissão Christy, mas em muitos casos menos desfavoráveis à Libéria: o trabalho comunitário, tradicional na África, devia substituir o trabalho forçado nas obras públicas; cumpria dar aos liberianos autóctones direitos incontestáveis de propriedade sobre suas terras; o governo liberiano devia apoiar a autoridade e a dignidade dos chefes africanos; era preciso melhorar a educação dos indígenas liberianos, assim como os meios de comunicação com o interior do país; o *hinterland* deveria ser dividido em três províncias, cada uma delas confiada à autoridade de um comissário provincial e de um comissário adjunto, ambos de nacionalidade estrangeira e sob as ordens dos quais haveria liberianos para exercer as funções de superintendentes de comarca e de comissários de distrito. A comissão também sugeriu que Firestone modificasse os termos do acordo do empréstimo de 1926 [93] a fim de sanear um pouco as finanças liberianas.

A intervenção da Sociedade das Nações nos negócios internos do país aumentou sensivelmente a oposição de muitos liberianos indígenas ao governo – particularmente os Kru, os Grebo e os Vai. Muitos deles acreditavam que os "homens brancos" logo iriam tirar os américo-liberianos do governo. Por consequência, deixaram de pagar impostos e de cumprir trabalhos obrigatórios para os projetos de obras públicas, como a construção de estradas. Simultaneamente,

93 AZIKIWE, 1934, p. 165.

alguns deles reacenderam conflitos intraétnicos sobre fronteiras, terras de cultivo e chefias em disputa.

Para manter a paz e a ordem no país, o presidente Barclay enviou um destacamento da Força de Fronteira às zonas Kru e Grebo em maio de 1931, com instruções específicas: o comandante américo-liberiano, o coronel T. Elwood Davis, foi avisado de que seu destacamento deveria fazer "uma demonstração de força e não uma expedição punitiva"[94].

Mas, no decurso da operação, houve combates entre o destacamento e os Kru de Sasstown, dirigidos por seu régulo, Juah Nimley, combates estes que forneceram novas razões para a intervenção externa nos assuntos liberianos. Alguns relatórios parciais enviados à Sociedade das Nações, como o de Rydings, encarregado de negócios do Reino Unido em Monróvia[95], descreveram a operação como uma expedição punitiva e acusaram o governo liberiano de se lançar contra as vidas e os bens do povo Kru.

Como seria de esperar, os governos britânico e americano reagiram a tais relatórios, exigindo que o governo liberiano cessasse com essas pseudo-represálias militares contra os Kru, "aguardando a conclusão de um acordo entre a Sociedade das Nações, os Estados Unidos e a Libéria sobre a futura administração do país"[96]. O governo de Monróvia respondeu imediatamente, protestando junto da Sociedade das Nações por essa nova ameaça dos Estados Unidos e do Reino Unido de intervenção na soberania liberiana[97]. Além disso, o presidente Barclay enviou uma comissão de inquérito composta de três pessoas e dirigida por Winthrop A. Travell, funcionário norte-americano dos serviços fiscais liberianos, para examinar a situação no litoral dos Kru.

As conclusões dessa comissão refutaram em grande parte as acusações de destruição premeditada formuladas contra o destacamento das Forças de Fronteira[98]. E, para felicidade da Libéria, a Sociedade das Nações reagiu positivamente: em vez de lhe impor uma administração estrangeira, como tinham proposto os Estados Unidos e o Reino Unido, enviou um representante, o médico inglês dr. Melville D. Mackenzie, para auxiliar o governo liberiano na pacificação dos Kru.

94 BARCLAY, 1931, p. 8.

95 RYDINGS, 1932.

96 BARCLAY, 1932, p. 2-4.

97 Ibid., p. 7-8.

98 Ibid., p. 9-14. Os outros membros da Missão Travell eram dois liberianos, o dr. F. A. K. Russell, de Sinoe, e o dr. J. F. B. Coleman, de Montserrado. Finalmente, a comissão fez um relatório principal (Russell e Coleman) e um relatório anexo (Travell), que foi, parece, o que o governo liberiano aceitou.

Ao tomar conhecimento do Relatório Brunot, o comitê da Sociedade das Nações encarregado dos negócios liberianos elaborou os "Princípios Gerais do Plano de Assistência" à Libéria. O comitê adotou-os em 27 de setembro de 1932, e o governo aceitou-os com a condição de que as negociações previstas com Firestone fossem coroadas de êxito. As negociações financeiras tiveram lugar em Londres, em junho de 1933, resultando na redação de um relatório apresentado pelo sr. Lighthart, perito financeiro da Sociedade das Nações, que havia participado delas. Com base nos "Princípios Gerais" e no Relatório Lighthart, o comitê da Sociedade das Nações encarregado dos assuntos liberianos estabeleceu um "Protocolo" no qual figuravam o plano de assistência e as reformas propostas. Entre estas há que assinalar o emprego de "especialistas" estrangeiros como comissários de província e comissários adjuntos, sob cuja autoridade ficariam os comissários de distrito liberianos, um "conselheiro-chefe" junto ao governo local, designado pelo Conselho da Sociedade das Nações, em acordo com o presidente da Libéria, cuja missão consistiria em fazer a ligação entre o governo de Monróvia e a Sociedade das Nações, além de dois médicos encarregados dos serviços hospitalares e da saúde pública do país.

Se tivessem sido aplicadas, as recomendações do comitê da Sociedade das Nações poderiam ter efetuado as reformas radicais temidas, regra geral, pelos dirigentes américo-liberianos. Sua execução também significaria o risco de uma grave interferência na soberania da Libéria e de uma considerável drenagem das finanças do país, levando em conta os amplos poderes do "conselheiro-chefe" e os altos vencimentos dos especialistas estrangeiros. Não admira, portanto, que o presidente Barclay, embora aceitando o plano de assistência que figurava no "Protocolo" do comitê da Sociedade das Nações encarregado dos assuntos liberianos, tenha formulado certas reservas sobre os poderes do "conselheiro-chefe" e sobre as despesas que acarretaria a execução do plano. No entanto, o comitê da Sociedade das Nações recusou-se a rever o plano e até retirou-o quando a Libéria, apesar das renovadas ameaças de intervenção estrangeira por parte dos governos britânico e norte-americano, recusou aceitá-lo na sua totalidade[99].

O governo liberiano estabeleceu então um "Plano Trienal de Desenvolvimento" que previa reformas internas, sobretudo modificações do Acordo do Empréstimo de 1926, já reclamadas por ele[100]. O plano teve a concordância do governo de Washington, dirigido pelo presidente Franklin D. Roosevelt, e formou a base das negociações entre Firestone, os Estados Unidos e o governo

99 BARCLAY, 1934, p. 2-4; REPÚBLICA DA LIBÉRIA, 1934.

100 Ibid.; REPÚBLICA DA LIBÉRIA, 1934; BUELL, 1947, p. 41-4.

liberiano em 1935, ano em que foram feitas as necessárias modificações das condições do empréstimo. A inovação mais importante foi o princípio segundo o qual "as despesas públicas devem ser a primeira dedução das receitas do país, e não, como tem sido até agora, deduzidas do resíduo remanescente após a subtração dos custos relativos à administração fiscal, das taxas da dívida e do fundo de amortização"[101]. As "despesas públicas" de base foram fixadas em 450 mil dólares, que foram devidamente reservados todos os anos das receitas do Estado, para assegurar, em primeiro lugar, os serviços nacionais indispensáveis antes do reembolso da dívida. A taxa de juros também foi reduzida de 7% para 5%[102].

Não surpreende, portanto, que tenham melhorado as relações da Libéria com Firestone e, consequentemente, com os Estados Unidos, que vieram a reconhecer o governo Barclay em 11 de junho de 1935 [103]. O Reino Unido fez o mesmo a 16 de dezembro de 1936[104], fato que marcaria o fim oficial da crise de independência liberiana!

Convém notar que, não obstante as fortes pressões exercidas pelas potências da Sociedade das Nações, não faltaram à Libéria defensores e simpatizantes que fizessem ouvir sua voz. Em sua maior parte eram africanos e negros americanos ou organizações religiosas, comerciais ou intelectuais dirigidas por negros, que argumentavam, corretamente, que a situação interna das colônias europeias da África era em muitos casos tão má como a da Libéria. Por isso, estavam firmemente convencidos de que não era necessário sacrificar a independência da Libéria aos interesses econômicos dos brancos encarnados por Firestone e que não havia que aplicar a norma dos "dois pesos e duas medidas", condenando a Libéria e fechando os olhos à opressão dos brancos nas colônias. Destaquemos, entre essas personalidades e organizações, o professor W. E. B. Du Bois, Mordecai Johnson, presidente da Howard University, Nnamdi Azikiwe, jornalista nigeriano, a Lott Carey Baptist Foreign Mission Society, a A. M. E. Church, a National Association for the Advancement of Coloured People (NAACP) e uma parte da imprensa dos negros, como, por exemplo, o *Afro-American,* de Baltimore. Seus esforços a favor da causa liberiana talvez tenham influenciado, mas não afetaram radicalmente a política do governo dos Estados Unidos em relação à Libéria quanto à crise do trabalho forçado[105].

101 BARCLAY, 29 de maio de 1935, p. 3.

102 Ibid., p. 3.

103 BARCLAY, 19 de dezembro de 1935, p. 14.

104 Ibid., 29 de outubro de 1937.

105 JONES, A. G., s.d.

Etiópia

A intervenção estrangeira nos assuntos internos da Etiópia no decorrer do período estudado teve consequências ainda mais duradouras e mais graves. A Convenção Tripartite de 1906, que dividia a Etiópia em esferas de influência britânica, francesa e italiana, deixava prever que as potências imperialistas europeias interviriam de novo no país, mais cedo ou mais tarde. A morte de Menelik, em 1913, a ascensão de Lij Yasu e os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial incitaram em particular a Itália a reviver desde 1913 suas ambições imperialistas em relação à Etiópia. Assim, entre 1913 e 1919, o ministério das Colônias da Itália apoiou vigorosamente o lançamento de um plano "mínimo" ou de um plano "máximo" de colonização italiana na África. Cada um desses planos visava essencialmente dar à Itália o controle do Mar Vermelho e fazer da Etiópia "esfera de influência exclusiva da Itália"[106]. No entanto, as ambições imperialistas do Reino Unido e da França conflitavam com o programa italiano no nordeste da África e, no final, o Tratado de Paz de Versalhes não permitiu que ele fosse inteiramente realizado[107].

Apesar dessas pretensões da Itália na Etiópia e da dolorosa memória de Adowa, que alimentava nos italianos o desejo de vingança, as relações entre ambos os países permaneceram estranhamente cordiais durante a regência de Tafari Makonnen. A Itália apoiara a entrada da Etiópia na Sociedade das Nações, em 1923, e fora um dos países que Tafari visitara durante sua histórica viagem ao estrangeiro, naquele mesmo ano[108]. A despeito dos atritos verificados em 1925-1926, devido às constantes pretensões italianas a uma zona de influência na Etiópia, os dois países assinaram, em 2 de agosto de 1928, um tratado de amizade e de arbitragem por 20 anos, completado por uma convenção que atribuía à Itália o direito de construir uma estrada de Dessie a Assab e concedia aos etíopes uma zona franca nesse porto. Todavia, essas disposições não foram aplicadas, pois a política italiana começou a evoluir da penetração pacífica para a intervenção militar.

A mudança na política fascista deu-se em 1930, quando o ministro italiano das colônias, o marechal Emilio De Bono, instou com o Conselho de Ministros para que aumentassem seu orçamento, com vistas a uma "expansão para além das fronteiras da mãe-pátria"[109]. Em 1932, ele visitou a Eritreia e, em 1933, manteve

106 HESS, 1963, p. 105-8.

107 LOUIS, 1963a, p. 413-33.

108 PANKHURST, s.d.

109 St. Anthony College, Oxford University, documentos italianos capturados 112809.

encontros secretos com Mussolini, a quem sugeriu a invasão da Etiópia. Mussolini concordou inteiramente e disse-lhe que "seguisse em frente imediatamente" e que "se preparasse o mais rápido possível". Tratou-se então de melhorar as comunicações terrestres, marítimas e aéreas das colônias italianas da Eritreia e da Somália, enquanto agentes fascistas começavam a fomentar a subversão política na Etiópia [110]. O segredo em torno das intenções da Itália foi abandonado em 18 de março de 1934, quando Mussolini, dirigindo-se ao partido fascista, exigiu que as nações "satisfeitas" e possuidoras de colônias se abstivessem de bloquear "a expansão cultural, política e econômica da Itália fascista" .

O incidente de Walwal, em 1934, proporcionou a Mussolini o pretexto para a invasão. Uma comissão anglo-etíope, encarregada da delimitação da fronteira entre a Etiópia e a Somália britânica, chegou no dia 23 de novembro aos poços de Walwal, situados em território etíope, a cerca de 160 quilômetros da fronteira não delimitada com a Somália italiana, encontrando-os ocupados por um destacamento italiano. O chefe britânico da comissão, o coronel Clifford, levou seu protesto aos italianos, fazendo ver que a presença deles impedia seus homens de se deslocarem à vontade no território etíope, mas decidiu retirar-se, para evitar um "incidente internacional". Os etíopes, por sua vez, mantiveram-se em suas posições, e os dois grupos armados ficaram frente a frente até o dia 5 de dezembro, quando um disparo de origem indeterminada provocou um choque, após o qual os primeiros, insuficientemente armados, se retiraram. A Etiópia invocou o tratado de amizade e de arbitragem de 1928, enquanto a Itália, recusando toda e qualquer arbitragem, exigiu desculpas, o reconhecimento pela primeira de sua soberania sobre Walwal e uma indenização de 200 mil táleres de Maria Teresa[111]. O Reino Unido e a França, no desejo de evitar o desencadeamento de hostilidades, pressionaram a Etiópia para que cedesse, mas Hailé Selassié, receando estimular a Itália a se expandir mais, não concordou e levou o caso ante a Sociedade das Nações, no dia 14 de dezembro. Verificando que a Etiópia não se dispunha a capitular, Mussolini ordenou secretamente, no dia 30 de dezembro, a concretização da invasão, o que exigia preparativos consideráveis, em vista da superfície e do terreno montanhoso do país.

A Sociedade das Nações encarregou uma comissão de estudar o litígio, mas Mussolini, que estava quase prestes a passar ao ataque, pouco se interessou por seus trabalhos. A comissão apresentou propostas de acordo que, no esforço de satisfazer a Itália, sugeriam a colocação da Etiópia sob controle internacional,

110 DE BONO, 1937, p. 12-3, 15.

111 CIMMARUTA, 1936; PRADELE, 1936, p. 149-60; BAER, 1967, p. 45-61.

para impedir que ela constituísse um perigo para as colônias italianas limítrofes, conforme dizia Mussolini. O *duce,* no entanto, já não queria acordos. No dia 2 de outubro de 1935, decretou a mobilização, e, no dia seguinte, o exército italiano, comandado por De Bono, atravessou a fronteira entre a Eritreia e a Etiópia, sem declaração de guerra, enquanto a aviação italiana bombardeava Adowa. Tropas vindas da Somália italiana também passaram ao ataque no sul (ver fig. 28.6).

Embora tivesse sido longamente preparada, a invasão deixou consternado o mundo inteiro. A assembleia da Sociedade das Nações reuniu-se no dia 9 de outubro e decidiu, por cinquenta votos contra um – o da Itália – e três abstenções – Albânia, Áustria e Hungria –, que a Itália era a agressora e que tinha violado o Pacto da Sociedade das Nações[112].

Apesar da condenação quase unânime, a Sociedade das Nações, dominada pela França e pelo Reino Unido, potências coloniais, não pensava em ofender Mussolini recorrendo a sanções imediatas e totais, conforme exigia a União Soviética. Preferiu criar um comitê de coordenação, que não propôs senão sanções econômicas limitadas, sob a forma de quatro embargos separados, que incluíam apenas os Estados-membros, abrangendo: a) a exportação de armas e munições para a Itália; b) empréstimos e créditos à Itália; c) importação de todas as mercadorias provenientes da Itália; d) venda à Itália de certas matérias-primas, como borracha, bauxita, alumínio, minério de ferro e ferro-velho. A primeira sanção foi aplicada no dia 11 de outubro e as outras no dia 18 de novembro[113]. As interdições, que, segundo lorde Keynes, eram "sanções econômicas relativamente leves[114], revelaram-se totalmente inoperantes. De fato, como observava Winston Churchill, não se tratava de "sanções reais, destinadas a paralisar o agressor, mas apenas sanções mitigadas que este podia tolerar"[115].

Medidas tão ineficazes não podiam deter o exército italiano, e os repetidos telegramas do *duce,* ansioso por uma vitória rápida, antes que a Sociedade das Nações tomasse consciência da necessidade de uma ação mais resoluta, estimularam-no ainda mais: ocupou Adowa, no dia 6 de outubro, e Magale, no dia 8 de novembro. A resistência dos etíopes obrigou, no entanto, os invasores a parar. Nesse ínterim, De Bono foi chamado e substituído em 16 de novembro por um militar de carreira, o marechal Pietro Badoglio, o qual, diante de uma forte contra-ofensiva dos etíopes, também se viu impedido de avançar durante

112 HEALD, 1937, p. 192-3; Royal Institute of International Affairs, 1937, v. 2, p. 182.

113 Royal Institute of International Affairs, v. 2, p. 193-4 e 203-7; ver também VILLARI, 1943, p. 151-219.

114 *New Statesman and Nation,* 28 de novembro de 1935.

115 CHURCHILL, 1948, p. 172-3.

FIGURA 28.6 Invasão da Etiópia pela Itália fascista. (Fonte: adaptado de Greenfield, R., 1975.)

várias semanas. Na esperança de quebrar o moral dos etíopes, Mussolini então insistiu para que suas tropas usassem gases tóxicos[116].

O malogro das sanções limitadas da Sociedade das Nações incitou alguns espíritos a exigir que elas fossem ampliadas, sobretudo relativamente ao petróleo, de importância fundamental, como Mussolini haveria de reconhecer ulteriormente, ao confidenciar a Hitler que, se o embargo incluísse o produto, "ele teria de abandonar a Abissínia dentro de uma semana"[117]. No entanto, o Reino Unido e a França opuseram-se com resolução a semelhante medida, imaginando que Mussolini poderia considerá-la um ato de guerra. Os ministros do Exterior do Reino Unido e da França, respectivamente Samuel Hoare e Pierre Laval, conferenciaram mais uma vez em Paris, no dia 7 de dezembro, para delinear um novo acordo. Baseava-se em dois grandes princípios: primeiro, uma "troca de territórios", pela qual a Etiópia cederia Ogaden e parte importante de Tigre à Itália, em troca de um porto situado no Mar Vermelho ou no golfo de Aden; segundo, à Itália seria atribuída uma "zona de expansão econômica e de colonização" na maior parte da Etiópia ao sul de Adis Abeba; essa região deveria continuar a fazer parte da Etiópia, mas a Itália teria aí prerrogativas econômicas exclusivas. No entanto, a imprensa francesa divulgou o plano, que era uma capitulação criminosa frente ao agressor já condenado, ao mesmo tempo que um abandono total da Sociedade das Nações. Isso provocou uma tempestade de indignação em vários países, principalmente no Reino Unido, onde Hoare foi obrigado a pedir demissão no dia 18 de dezembro[118].

Em fins do ano de 1935, a Etiópia estava então no primeiro plano da atualidade mundial, convertida no centro da excitação e da indignação internacionais[119]. Um ministro do exterior britânico caíra por aquilo que se poderia considerar traição, ao passo que um poderoso exército fascista, dotado do material bélico mais moderno e até de gases tóxicos, era temporariamente detido nas montanhas escarpadas da Etiópia pelo heroísmo de seus defensores, que se achavam relativamente mal armados[120]. Era a reedição da história de Davi lutando contra Golias na maior das guerras coloniais travada em solo africano. O exército etíope haveria de ser vencido pouco depois, mas os italianos teriam ainda duros combates antes de ocupar Adis Abeba, em 6 de maio de 1936. Essa data marcou o início de cinco

116 BOCA, 1969.

117 ALOISI, 1957, p. 324.

118 HEALD, 1937, p. 316-413.

119 Para uma exposição recente da crise ítalo-etíope, ver HARDIE, 1974.

120 Sobre a guerra, ver SELASSIÉ, H., 1936; STEER, 1936; DE BONO, 1937; BADOGLIO, 1937; GRAZIANI, 1938; GREENFIELD, 1965, p. 196-266; BARKER, 1968; BOCA, 1969; ROCHET, 1971; BANDINI, 1971.

longos anos de usurpação pelos fascistas italianos e, durante quatro desses anos, os patriotas etíopes tiveram de continuar combatendo sozinhos[121].

A invasão da Etiópia suscitou assim uma reação instantânea, tanto no interior como no exterior da África[122]. Em agosto de 1935, um grupo de africanos e descendentes de africanos fundara em Londres a International African Friends of Abyssinia, cuja direção compreendia C. L. R. James, das Caraíbas, o dr. P. McD. Millard, da Guiana Inglesa, Arny Ashwood Garvey, esposa de Marcus Garvey, Mohammed Said, da Somália, e o dr. J. B. Danquah, da Costa do Ouro. O objetivo da associação, conforme o definiu Jomo Kenyatta, seu secretário, era "ajudar, por todos os meios ao seu alcance, a manter a integridade territorial e a independência política da Abissínia"[123].

A posterior irrupção das hostilidades, que colocou a Etiópia na primeira página de todos os jornais, marcou profundamente os africanos. Kwame Nkrumah, então um estudante de passagem pela Inglaterra, lembra que ficou estupefato frente aos cartazes que anunciavam "Mussolini invadiu a Etiópia" e acrescentou:

> Nesse momento, foi quase como se toda a cidade de Londres tivesse de súbito declarado a guerra a mim, pessoalmente. Nos poucos minutos que se seguiram, nada mais consegui fazer senão fixar cada uma daquelas faces impassíveis, indagando a mim mesmo se aquelas pessoas eram capazes de compreender verdadeiramente a abominação do colonialismo e rezando para que chegasse o dia em que eu pudesse contribuir para a queda desse sistema. Meu nacionalismo irrompeu à superfície; estava pronto a atravessar o próprio inferno, se necessário fosse, para alcançar meu objetivo[124].

Sentimentos análogos se manifestaram em toda a África. O intelectual nigeriano Nnamdi Azikiwe dedicou grande espaço em seus jornais *West African Pilot* e *Comet* à luta da Etiópia. E, mais tarde, em *Renascent Africa,* obra que exerceu grande influência e que foi mesmo qualificada de "Bíblia dos Africanos", ele recorda a emoção provocada numa escola típica da Costa do Ouro, quando os alunos souberam que "soldados negros, ajudados pela mão invisível de Deus, repeliam e frustravam os planos de seus inimigos".

121 PANKHURST, 1970.

122 SCOTT, 1966 e 1972, p. 132-8; ROSS, 1972.

123 *New Times and Ethiopia News,* 30 de janeiro de 1954; MAKONNEN, 1973, p. 112-20. Ver também ASANTE, 1977.

124 NKRUMAH, 1957, p. 22.

A Etiópia, primeira vítima estrangeira do fascismo italiano e ponto de junção dos adeptos da segurança coletiva, era, assim, no final de 1935, o símbolo ardente da África que saía do sono em que a havia mergulhado a dominação colonial.

Consequências da intervenção imperialista europeia para a Libéria e a Etiópia

No final de 1936, a Libéria sobrevivera à intervenção estrangeira e preservara sua soberania, mas a Etiópia sucumbira em ambos os sentidos, ainda que provisoriamente. A que se deveu a diferença?

A situação interna na Libéria e na Etiópia até o momento da invasão italiana, no dia 3 de outubro de 1935, embora seja de grande importância histórica, não teve grande papel na determinação do resultado final da intervenção estrangeira. Na verdade, nos dois países a situação não se diferenciava em nenhum ponto essencial. Tanto em um como no outro, o governo central enfrentou adversários internos que procuraram explorar para seus próprios fins a intervenção das potências estrangeiras, aliando-se a elas – o que foi principalmente o caso do People's Party, partido de oposição na Libéria –, bem como a certos membros da nobreza feudal da Etiópia, tais como o *leul-ras* Hailu e o *dajaz-match* Hailé Selassié Gugsa[125].

O poderio militar dos dois países, aos quais não faltavam patriotas ardentes, prontos a verter o sangue pela pátria, era muito fraco em relação ao de seus agressores estrangeiros, virtuais ou reais. A milícia da Libéria, composta de todos os homens declarados aptos para o serviço, em sua maioria américo-liberianos, era de modo geral mal treinada e desprovida de armas. O mesmo se diria da Força de Fronteira, exército permanente da Libéria, cujos elementos, além de mal treinados e pouco armados, ganhavam magros soldos. Por exemplo, em setembro de 1920, os soldos atrasados aos soldados e oficiais dessa força montavam a 90689,52 dólares, o que lhes afetava desastrosamente o moral[126]. A Força de Fronteira tinha fama de ser tão indisciplinada e tão mal treinada que era "extremamente difícil fazê-la executar uma ordem em sua letra ou espírito" [127]. Contava ao todo 821 homens, em novembro de 1917, 767, em dezembro de 1920, e 744, em dezembro de 1925. Em 1935, um autor liberiano salientava que

125 GREENFIELD, 1965, p. 192-4.

126 REPÚBLICA DA LIBÉRIA, 1920, p. 9.

127 STATEN, 1925.

a Libéria estava "justamente nos primeiros passos" no tocante à defesa nacional, já que não tinha marinha de guerra nem força aérea[128].

Quanto à Etiópia, suas forças armadas se compunham de recrutas feudais dos governadores e *shuma,* tropas do governo central, bem como do exército permanente do próprio Hailé Selassié[129]. Somente este estava treinado e equipado em moldes modernos. Os outros comportavam "homens sem nenhum treinamento além daquele que tinham obtido graças à sua aptidão natural para o combate e às suas tradições"[130].

Evidentemente, nem a Libéria nem a Etiópia estavam em condições de enfrentar as forças de invasão europeias. A sobrevivência da primeira e o colapso da segunda parecem antes de tudo ser explicados por uma diferença essencial: houve efetivamente uma intervenção europeia em um desses países, mas não no outro.

Isto posto, seria o caso de perguntar por que a intervenção se deu em um dos países e não no outro. Para responder à questão, cabe lembrar que, até fins de 1935, nem a Libéria nem a Etiópia gozavam da simpatia, apoio ou proteção sem reservas das potências estrangeiras, membros ou não da Sociedade das Nações, ou desta propriamente dita. Apesar de sua indiscutível e tradicional amizade com a Libéria, os Estados Unidos da América demonstraram diversas vezes, durante toda a crise relativa ao trabalho forçado, que alinhavam com as potências coloniais europeias com pretensões sobre a soberania da Libéria, sobretudo no que concerne ao apoio dado por elas à instituição de uma comissão internacional de administração na Libéria.

Cumpre igualmente sublinhar a grande habilidade diplomática do governo liberiano e, sobretudo, de seu presidente, Edwin J. Barckay, homem notavelmente brilhante e inteligente, bem como do secretário de Estado, Louis A. Grimes, que chefiou as negociações em Genebra. Ao reduzir ao silêncio a oposição interna, pela força ou pela persuasão, bem como ao ater-se obstinadamente aos princípios da autodeterminação da Libéria, os dirigentes liberianos promoveram a causa da soberania nacional. No entanto, dado que os dirigentes etíopes, inclusive Hailé Selassié, eram igualmente hábeis diplomatas e ardentes defensores da soberania de seu país, a sobrevivência da Libéria parece explicar-se, em última análise, pelo fato de a Etiópia ter por vizinha uma potência imperialista demente e sanguinária, decidida a expandir seus territórios e sobretudo a vingar Adowa e, portanto, a lançar efetivamente um ataque contra o país. Por outro lado, o

128 YANCY, 1934, p. 93-9.

129 GREENFIELD, 1965, p. 194-5, 199-201.

130 VIRGIN, apud ibid., p. 194.

Reino Unido e a França já possuíam vastos territórios coloniais na África e não tinham uma batalha de Adowa para vingar. Afinal de contas, não tinham motivos preponderantes para atacar e conquistar a Libéria, da forma como a Itália atacou e conquistou a Etiópia.

CAPÍTULO 29

A África e o Novo Mundo

Richard David Ralston com a contribuição do professor
Fernando Augusto de Albuquerque Mourão
para as seções consagradas à América Latina e às Antilhas

Diversas regiões do mundo, como a Grécia e a Roma clássicas, Portugal (desde o século XV), as Antilhas, os Estados Unidos (desde o século XVII), a Grã-Bretanha (desde o século XVIII), o Canadá (sobretudo depois da Guerra da Independência dos Estados Unidos), o Brasil (particularmente desde o século XVIII), a Arábia Saudita, a Índia e, ocasionalmente, a Turquia, acolheram importantes comunidades de africanos expatriados ou se viram expostas a influências africanas bem nítidas. Ao mesmo tempo, a amplidão da diáspora africana variou em função das idas e vindas de comerciantes, marinheiros, intérpretes e educadores africanos, da presença de estudantes africanos na América e da reinstalação de negros americanos, de afro-brasileiros e de afro-cubanos na África. Os laços entre os continentes que se tornaram os dois principais domínios de implantação da população negra – a África e as Américas – foram mantidos ao longo dos anos, mediante um intercâmbio de pessoas, de objetos culturais e de ideologias políticas. O presente capítulo procura definir as interações entre os africanos e as populações de ascendência africana das Américas durante o período colonial da história africana.

De 1880 a 1935, os laços entre africanos e negros americanos foram essencialmente de cinco tipos: a) movimentos de retorno dos negros à África ou emigração dos negros – principalmente da América do Norte, mas também das Antilhas e do Brasil – para diversas regiões da África (sobretudo para a África

ocidental, mas igualmente para a África do Sul e o Chifre); b) evangelismo americano, com a ida de missionários afro-americanos para a África a fim de propagar o Evangelho; c) repetição da rota do meio (África-Índias Orientais), sob a forma de uma corrente de estudantes africanos que se matriculavam em escolas e universidades americanas para negros; d) pan-africanismo, revestido de diversas formas (conferências, criação de organismos, atividades educativas, literárias e comerciais), que puseram africanos em contato com o mundo negro das Américas e contribuíram para influir na evolução da África colonial: e) persistência e transformação dos valores culturais africanos na América Latina e nas Antilhas. Estes cinco pontos serão analisados um por um nas cinco divisões do presente capítulo.

Movimentos de retorno à África

Embora a corrente favorável à emigração dos negros da América do Norte para a Libéria, que fora forte na primeira metade do século XIX, tenha se enfraquecido sensivelmente, os afro-americanos continuaram a manifestar certo interesse em emigrar para a África no final do século XIX e começos do XX. Na verdade, esse êxodo do qual negros como Daniel Coker, Lott Cary, John B. Russwurm, Paul Cuffee, Henry H. Garnet e Martin R. Delany foram os primeiros defensores prosseguiu e aumentou no último quartel do século XIX. Por exemplo, em 1878, a South Carolina-Liberian Exodus Joint Stock Steamship Company transportou 206 imigrantes negros para a Libéria. Em 1881, Henry H. Garnet foi nomeado ministro residente e cônsul-geral na Libéria, cumprindo assim ele próprio a travessia do Atlântico que havia pregado. Em 1889, Edward W. Blyden, pan-africanista antilhano nascido em Saint-Thomas, efetuou uma viagem da Libéria aos Estados Unidos em nome da American Colonization Society (ACS), para contribuir para a geração de apoio dos negros à emigração. Por outro lado, de 1880 a 1900, o bispo Henry McNeal Turner procurou combinar as duas tradições longamente dominantes na história moderna da interação entre africanos e afro-americanos: a emigração africana e o evangelismo cristão. Ademais, o retorno de milhares de negros brasileiros para a África ocidental, pelo menos até a abolição oficial da escravatura no Brasil (1888), também suscitou importantes interações. A competência técnica e comercial, bem como as aspirações políticas dos afro-brasileiros que se reinstalaram em suas terras de origem ou próximas, na Nigéria, Daomé (atual Benin), Togo e Costa do Ouro (atual Gana), tiveram aparentemente grandes repercussões sobre a situação

social, econômica e política desses países. Talvez por não terem formado nessas regiões uma comunidade distinta de colonos – como se passou na Libéria –, os afro-brasileiros perseguiram objetivos sociais e políticos que pouco se diferenciavam dos almejados pelos autóctones.

Embora tenha sido fundada por brancos americanos da American Coloniation Society (ACS) muito antes do período de luta pela conquista da África (*Scramble*), a Libéria ocupa um lugar especial em todo estudo das migrações entre as diferentes regiões do mundo negro. Um projeto de lei de auxílio aos emigrantes negros foi discutido pelo senado dos Estados Unidos da América em 1889, em parte graças aos esforços desenvolvidos por Blyden para obter apoio aos programas da ACS. O número de inscrições de negros na ACS, a fim de ir para a Libéria, aumentou rapidamente e, em 1892, várias centenas de agricultores negros do Arkansas e de Oklahoma chegaram a Nova York na esperança de serem transportados para a África. Em 1893, ao visitar a Libéria, o bispo Turner escrevia entusiasmado que “o homem negro encontra aqui [na Libéria] [....] a dignidade e a liberdade mais completas; tem a impressão de que é um senhor e seu modo de andar reflete tal sentimento”[1]. Em 1896, ele voltava a afirmar:

> Penso que dois ou três milhões dos nossos deveriam retomar à terra dos antepassados, nela estabelecer nossas próprias nações, civilizações, leis, costumes, modos de produção [...] e parar de resmungar, de estar sempre recriminando e de ameaçar o país que o homem branco reivindica e que necessariamente dominará[2].

Graças aos esforços do bispo Turner, mais de trezentos afro-americanos emigraram para a Libéria em março de 1896. Até mesmo o jovem W. E. B. Du Bois – que mais tarde viria a rejeitar a emigração como solução para os problemas dos negros americanos – pensava que a emigração proposta por Turner oferecia uma louvável saída para a “humilhação de ter de mendigar para ser reconhecido e tratado com justiça nos Estados Unidos”[3].

Enquanto estava na Libéria, o bispo Turner dizia aos que ele chamava de “capitalistas negros” dos EUA que “se quisessem dar início ao comércio com a Libéria, ganhariam milhões em alguns anos”. A porcentagem de resposta foi pouco elevada. No entanto, em 1899, um grupo criou a African Development Society, cujo principal objetivo era estimular os afro-americanos a comprar terras e fixar-se na África centro-oriental. A Sociedade venderia ações ou

1 Davis, 1974, p. 3.

2 Ibid., p. 5.

3 Ibid.

títulos de propriedade oferecidos por africanos, mas somente a compradores afro-americanos ou africanos[4]. O bispo Turner também serviu mais tarde como consultor da International Migration Society (IMS), do Alabama, que enviou cerca de quinhentos emigrantes para a África, antes de desaparecer, em 1900. Alguns deles ficaram na Libéria e outros retornaram aos Estados Unidos da América. Os que ficaram se arranjaram razoavelmente e muitos prosperaram. Os que regressaram, por sua vez, contaram histórias horríveis de terras pobres, de má alimentação e de condições de vida medíocres. Esses relatos reduziram as possibilidades de formação de um amplo movimento de emigração afro-americana, embora as perspectivas dos negros, nos Estados Unidos, tenham piorado de 1895 a 1900. Não obstante, é evidente que muitos continuaram a pensar seriamente em emigrar para a África, enquanto outros negros norte-americanos e caribenhos simplesmente se mudavam para regiões vizinhas, para fugir da discriminação aberta.

Depois de 1900, a bandeira do retorno à África foi retomada por outros. Por exemplo, certo capitão Dean, em começos do século XX, alimentou a esperança de incitar os negros norte-americanos a ir para a África do Sul, a fim de lá criar um poderoso Estado negro. No entanto, quando ele foi à África do Sul com vistas a preparar a instalação, as autoridades brancas o expulsaram sumariamente da Cidade do Cabo, sob a acusação de "atividades provocadoras". Em 1914, o régulo Alfred C. Sam, africano da Costa do Ouro, chegou a Oklahoma e, tendo convencido uns sessenta lavradores negros de que a África lhes oferecia melhores perspectivas, levou-os para Saltpond (Costa do Ouro). Verificando que as afirmações do régulo Sam eram exageradamente otimistas e sofrendo as restrições impostas pelos funcionários da Costa do Ouro à entrada de imigrantes americanos, esses negros acabaram, em sua maioria, retomando aos Estados Unidos da América. Mas foi Marcus Garvey, nascido na Jamaica em 1887 (ver fig. 29.1), o advogado mais eloquente da emigração junto dos negros africanos e americanos.

Apelando para o orgulho negro, Garvey soube interessar milhões de negros americanos pela África depois da Primeira Guerra Mundial. Du Bois observaria mais tarde que "em alguns anos, o movimento, as promessas e os planos [de Garvey] se tornaram bastante célebres para serem conhecidos na Europa e na Ásia e atingirem toda a África"[5]. Suas viagens às Antilhas, à América Central e à América do Sul, bem como uma permanência de dois anos no Reino Unido,

4 HILL, A. C. e KILSON (orgs.), 1971, p. 192-4.

5 DU BOIS, 1968, p. 277.

persuadiram Garvey de que a triste sorte reservada aos negros em todo lugar exigia uma ação militante de sua parte. Dois acontecimentos em sua vida pessoal enquanto estava em Londres influenciaram-lhe o pensamento. O primeiro foi a leitura de *Up From Slavery* (1899), de Booker T. Washington, que o levou a dizer mais tarde que ele estava "destinado" a se tornar um dirigente para seus irmãos de raça[6]. O segundo foi o reencontro com o intelectual sudanês-egípcio Duse Mohammed Ali, que em *In the Land of Pharaohs* (1911) criticava violentamente as políticas do Reino Unido e dos Estados Unidos em relação à África. Antes de se estabelecer em Londres, o próprio Duse viajara e trabalhara por algum tempo como ator e militante político.

Em 1914, de regresso à Jamaica, Garvey criou um organismo destinado principalmente a promover a emigração para a África, a Universal Negro Improvement and Conservation Association and African Communities League (mais tarde conhecida simplesmente por UNIA). Aos 28 anos de idade, ele visitou os Estados Unidos, atraído pela obra de Washington e pelo exemplo de Duse, com um programa de redenção para os negros: o estabelecimento, para eles, de escolas de ensirio industrial e agrícola na Jamaica, a criação de uma frota de navios mercantes (a "Black Star") para o comércio entre os negros da África e das Américas e, acima de tudo, a constituição de uma "nação central para a raça". Este último projeto tinha como eixo principal a Libéria, que havia muito tempo constituía um dos polos do movimento de emigração afro-americano.

Garvey mandou um emissário à Libéria em maio de 1920, o qual explanou os objetivos da Associação: transferência da sede para lá, ajuda financeira para a construção de escolas e de hospitais, liquidação das dívidas do país, instalação de negros norte-americanos, que contribuiriam para o desenvolvimento da agricultura e para a mobilização dos recursos naturais[7]. O governo liberiano aceitou com entusiasmo a solicitação inicial da UNIA, referente à concessão de terras fora de Monróvia, e Garvey, por sua vez, enviou um grupo de técnicos para estudo do local e construção de moradias para as 20 mil a 30 mil famílias que esperava estabelecer lá em dois anos, a partir de 1924. Mas quando chegaram ao Maryland County, em maio de 1924, os técnicos foram detidos, presos e depois expulsos, em julho desse mesmo ano. Pouco depois, o governo liberiano proscreveu de uma vez a UNIA, condenando assim ao malogro o plano de colonização de Garvey na Libéria.

6 GARVEY, 1923-1925, v. I, p. 126.

7 Ver AKPAN, 1973a; CHALK, 1967, p. 135-42.

FIGURA 29.1 Marcus Garvey (1887-1940), fundador e chefe da Universal Negro Improvement Association. (Foto: Roval Commonwealth)

No final da década de 1920, ele enviou uma pequena equipe de técnicos qualificados à Etiópia para estudar a possibilidade de emigração de negros norte-americanos naquele país, do outro lado do continente africano. Essa equipe, todavia, foi acolhida com menos entusiasmo do que se esperava. Durante os anos de 1930, era minúscula a comunidade afro-americana existente na Etiópia. Alguns de seus membros estavam lá em consequência dos apelos de Garvey, mas muitos outros haviam sido atraídos por diversas circunstâncias. Pesquisas antigas e recentes trouxeram a lume certo número de fatos relativos às relações entre afro-americanos e etíopes[8], mas o tema das conexões entre a África e a América ainda não foi devidamente estudado.

Um rabino negro de Barbados, Arnold Ford, emigrou para a Etiópia em 1930, depois de ter passado algum tempo em Nova York, fundando lá o Tambourine Club, onde organizava recitais de *negro spirituals.* Mas o estabelecimento foi "fechado pelo governo por usar de discriminação contra clientes etíopes locais"[9]. Enquanto se encontrava no Harlem, Ford sentiu-se atraído pela mensagem de Garvey. Parece, portanto, que, se as delegações enviadas pela UNIA fracassaram na tentativa de estabelecer, como no caso da Libéria, laços institucionais com o Chifre da África, elas conseguiram no entanto orientar para essa região alguns candidatos negros à emigração. É possível que tenham emigrado individualmente mais garveyistas para a Etiópia do que para a Libéria. Com efeito, embora a Etiópia fosse mais inacessível, sua antiga e esplêndida civilização talvez tenha "exercido uma atração mais forte do que a política burguesa e [no espírito de Garvey] antiafricana da elite américo-liberiana no poder"[10]. Quando Garvey rompeu abertamente com o governo liberiano, é evidente que muitos de seus adeptos encararam com otimismo esse novo horizonte.

No entanto, se alguns negros norte-americanos que emigraram para a Etiópia durante e depois dos anos de 1920 foram em grande parte motivados por Garvey, a decisão final pode ter sido tomada após um encontro fortuito com estudantes etíopes ou um contato com uma das delegações especiais da Etiópia que estiveram em Nova York no final da década de 1920 "para solicitar a negros qualificados que se fixassem na África"[11]. Além disso, assim como o bispo Turner, Ford pensava que os negros norte-americanos tinham um papel redentor especial a desempenhar em relação à África, em vista dos longos anos de sofrimento

8 Ver, por exemplo, COON, 1936; KING, K. J., 1972, p. 81-7; SCOTT, 1971.

9 COON, 1936, p. 137.

10 KING, K. J., 1972, p. 82.

11 Ibid.

e de exílio que haviam experimentado. Ele próprio, respondendo ao apelo de uma delegação de falashas (judeus negros da Etiópia), partiu em 1930 para este país, onde evidentemente permaneceu até a morte, ocorrida na época da guerra ítalo-etíope (1935-1936)[12]. A maioria dos imigrantes americanos que Ford encontrou ao chegar na Etiópia era jamaicana e mais alguns negros das Antilhas. Segundo um trabalho recente, "os antilhanos pareciam estar mais preparados para se adaptar à vida na Etiópia do que certos negros dos Estados Unidos", se bem que ambos os grupos sofressem discriminação de tempos em tempos[13].

Evidentemente, mesmo antes de Garvey, outros negros americanos tinham emigrado para a Etiópia, mas como colonos individuais. Nos últimos anos do século XIX, por exemplo, um haitiano, Benito Sylvain, apresentou-se na corte de Menelik II com um plano para uma organização "pan-negra". Fica claro, porém, que as vagas mais importantes de imigrantes afro-americanos chegaram à Etiópia por volta de 1930, quer dizer, depois de Garvey ter rompido com a Libéria, e até uma data posterior à ascensão do imperador, na maior parte dos casos em consequência de encontros com viajantes etíopes. Um pequeno contingente de afro-americanos (talvez uns vinte) foi para a Etiópia imediatamente após a restauração de Hailê Selassiê no trono, mas esse período não é coberto pelo presente capítulo. É suficiente saber aqui que a época em que a emigração de negros americanos para a Etiópia foi mais considerável coincidiu com a das atividades associadas aos nomes de Garvey, Ford e Hailé Selassié[14].

Os afro-brasileiros

Os contatos entre o Brasil e a costa ocidental da África foram facilitados pelo estabelecimento de linhas regulares de cargueiros mistos, que dessa forma substituíram os navios negreiros. A British African Company e a African SteamShip Company, entre outras, garantiam viagens regulares entre os portos da Baía de Todos os Santos e de Lagos. Segundo o *Weekly Times* de 11 de outubro de 1890, o vapor *Biaffra,* ao voltar a Lagos no fim de sua viagem inaugural, transportava 110 passageiros e 400 toneladas de mercadorias. Nessa época, o comércio entre as duas costas já era bem importante. De acordo com Pierre Verger[15], as exportações do Brasil "consistiam principalmente de charutos, tabaco e cachaça";

12 Ver, no entanto, uma cronologia algo diferente em BROTZ, 1970, p. 12; SCOTT, 1971.

13 KING, K. J., 1972, p. 82.

14 Ver SCOTT, 1971.

15 VERGER, 1968, p. 623.

as importações se compunham de "planos de fabricação nacional, tecidos de algodão europeu, noz-de-cola e óleo de palma". Nos cinco anos entre 1881 e 1885, o valor anual médio das importações e exportações foi, respectivamente, de 19084 e de 11259 libras esterlinas.

O comércio entre as duas costas, independentemente de sua importância, permitiu o desenvolvimento de uma burguesia africana constituída por antigos escravos que haviam trabalhado no Brasil e em Cuba. Essa migração começou em fins do século XVIII[16], para se tornar mais acentuada após a revolta dos Malês (escravos muçulmanos), em 1835. Esses contingentes de emigrantes fixaram-se principalmente nas cidades litorâneas da Nigéria, do Daomé (atual Benin) e, em escala bem menor, no Toga e na Costa do Ouro (ver fig. 29.2). Nessas zonas costeiras, os imigrantes estabeleceram-se em comunidades, evitando portanto as entradas pelo interior, com exceção dos que integravam os grupos Yoruba e Haussa, que se instalaram não só em Lagos, mas também em cidades do interior, como Abeokuta[17]. Muitos imigrantes tinham sido "negros de ganho" no Brasil, ou seja, escravos que viviam nas cidades, exercendo livremente uma profissão (pedreiro, marceneiro, calafate etc.) e dividindo o ganho com os senhores. Dispondo de tecnologia própria, alguns excelentes construtores edificaram bairros residenciais em Porto Novo, Quidah e principalmente em Lagos, onde foi construído o Bairro Brasileiro[18], em que se encontram ainda sobrados de estilo baiano, na atual praça Tinubu. O mesmo vale para a praça Campos ou para grandes edifícios como a catedral católica de Lagos ou a mesquita erigida no centro da cidade. O estilo desses sobrados caracteriza algumas construções do interior, nas zonas onde vivem as populações Yoruba. Em Quidah, bem como em Porto Novo, desenvolveu-se um tipo de construção que, independentemente de sua opulência ou de sua simplicidade, seguia muito de perto o traçado da "casa-grande", tipo de construção característica dos engenhos de açúcar ou das *plantations* do Brasil colonial.

No Daomé (atual Benin), as crianças que frequentavam as escolas de missionários ingleses e franceses foram em parte aproveitadas como auxiliares da administração colonial, devido a seu nível de instrução. A religião, o tipo de habitação, o vestuário, o exercício do comércio atlântico e o fato de ser funcionário da administração pública colonial davam um *status* especial a esse grupo.

16 NEWBURY, 1961, p. 36-7.

17 TURNER, L. D., 1942, p. 65.

18 ARAEDON, 1976, p. 40-1.

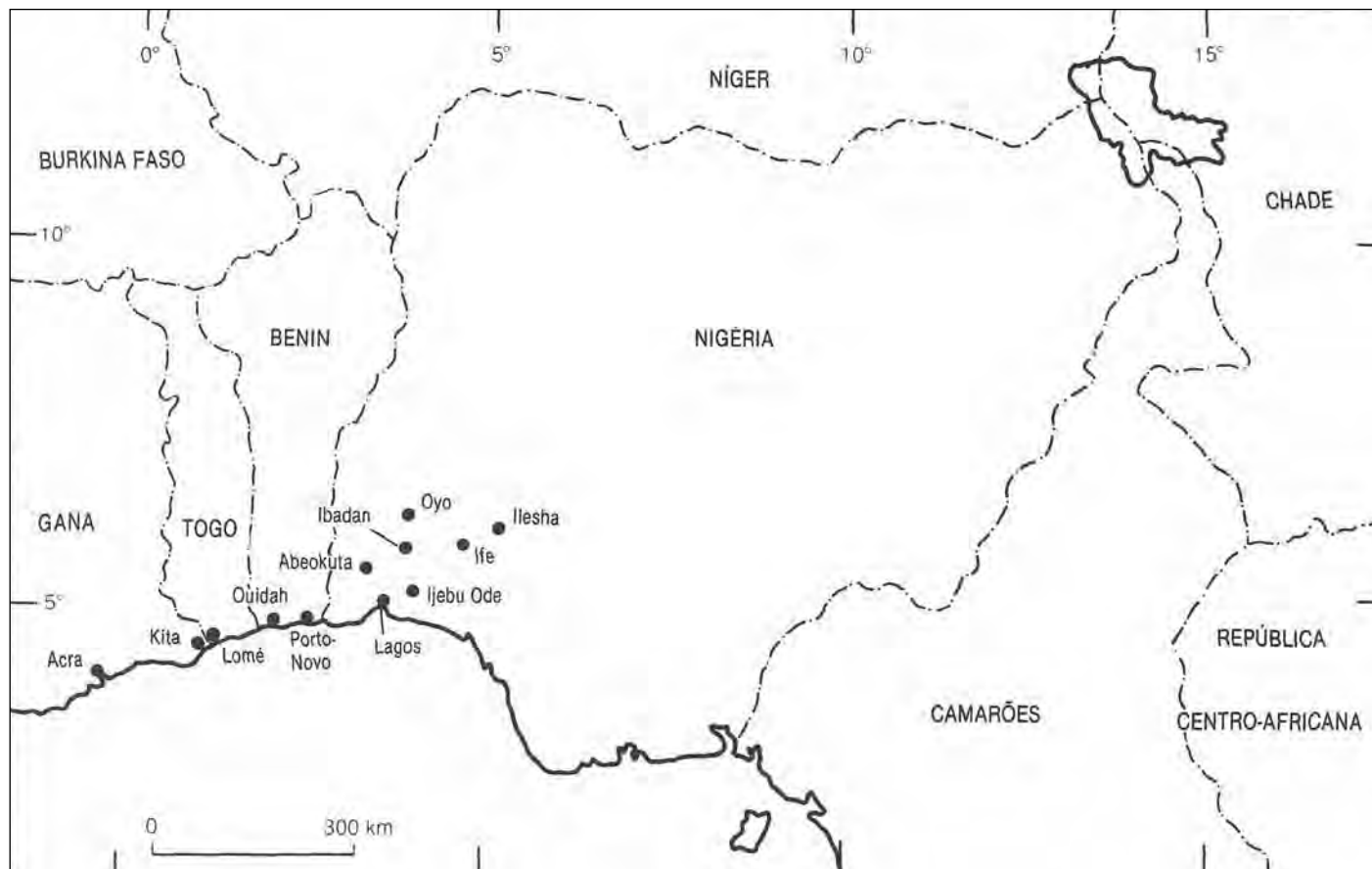



FIGURA 29.2 Os afro-brasileiros na África ocidental, nos séculos XVIII e XIX.

No entanto, ele não gozava da aceitação total da sociedade europeia[19] e nem sempre mantinha boas relações com as populações autóctones, em face de seus hábitos e estilo de vida.

Pouco a pouco, esses grupos foram perdendo a especificidade afro-brasileira, já que, embora importassem livros do Brasil, como o *Compêndio de doutrina cristã* e *O fabulista da mocidade*[20], o ensino nas escolas foi seguindo exclusivamente a língua do colonizador francês ou inglês. Por outro lado, os descendentes dos Yoruba, para se integrarem mais na sociedade local, começaram a empregar de novo os nomes yoruba, e alguns adquiriram o hábito de participar do culto das igrejas africanas derivado do protestantismo.

No caso de Lagos, a comunidade conservou sua identidade, por exemplo, saindo para as ruas em dias de festa para apresentar danças folclóricas, seguindo nisto o exemplo da Aurora Relief Society, que, em 1900[21], continuava a identificar-se com um núcleo burguês. No entanto, com o tempo, o grupo perdeu os traços distintivos. O português, outrora considerado uma língua comercial, foi suplantado pelo inglês na Nigéria e pelo francês no Daomé (Benin)[22]. Algumas formas de resistência foram registradas, como, por exemplo, o lançamento em 1920 do jornal *Le Guide du Dahomey,* em Porto Novo[23], o qual, até 1922, publicava críticas à administração colonial francesa. Outro jornal, *La Voix du Dahomey*[24], editado mais tarde pelos descendentes dos afro-brasileiros, continha críticas às dificuldades para negociar com o exterior, como era costume nos períodos anteriores ao estabelecimento da administração francesa.

Na Costa do Ouro, os afro-brasileiros, embora estabelecidos como um núcleo separado, em vista de seus hábitos mais ou menos ocidentalizados e, por isso, conhecidos como os *Tabon,* abandonaram pouco a pouco as tradições tipicamente brasileiras, retendo, porém, outros traços culturais, como tocar tambores por ocasião de festividades, como a procissão anual que percorre as velhas ruas de Acra durante dois dias[25]. Os *Tabon,* ao se instalarem no país, tiveram de assinar um pacto de vassalagem com um chefe Ga de Acra. Cedo abandonaram o uso

19 TURNER, J. M., 1975, capítulo V; 1978, p. 24.

20 Bouche a Planque, Porto Novo, 25 de janeiro de 1869, Arquivos da Società delle Missione Africane (SMA), Roma, verbete n. 21.150, rubrica n. 12/80200 (11/082) [Carta do padre Bouche a seu superior, o padre Planque].

21 *Lagos Standard,* 8 de janeiro de 1896 e 2 de maio de 1900.

22 CUNHA, 1976, p. 33.

23 BALLARD, 1965, p, 16.

24 TARDITS, 1968, p. 39.

25 TURNER, J. M., 1978, p. 23.

da língua portuguesa, embora suas canções misturem o ga, o inglês e o português. A rápida integração dos *Tabon* da Costa do Ouro contrasta com a bastante demorada dos afro-brasileiros de Lagos, Abeokuta, Porto Novo, Quidah e outras cidades menos importantes da costa da Nigéria, do Daomé e de Togo.

Em Lagos, ao lado da comunidade brasileira também se constituiu uma comunidade afro-cubana, formada de elementos repatriados de Cuba, mas em menor número.

Ação de evangelização pelos negros americanos na África

Um dos meios pelos quais se alimentou o intercâmbio entre negros da África e da América na época colonial, à falta de migrações em massa, foi a chegada de missionários negros para "elevar" o continente negro mediante a evangelização cristã. Em geral, a evangelização foi obra de missionários negros norte-americanos, de início pertencentes a igrejas onde os brancos preponderavam. A Igreja Presbiteriana, por exemplo, enviou missionários negros a Camarões desde 1896. O reverendo William H. Sheppard, negro diplomado pelo Instituto Hampton, da Virgínia, incitou a Southern Presbyterian Church a empreender atividades missionárias no Congo nos últimos anos do século XIX. Representando lá sua igreja, logo verificou que as conversões somavam "centenas" e que sua missão se desenvolvia "até se tornar um dos estabelecimentos cristãos mais importantes[26]". Por volta de 1900, os Adventistas do Sétimo Dia enviaram três missionários negros à Niassalândia (atual Malavi), e, como resultado de cinco anos de estadia, mandaram três jovens adeptos africanos, entre os quais Daniel Sharpe Malekebu, para as escolas negras americanas, a fim de serem educados. (Não só havia alguns evangelistas negros nessa "igreja branca", como também alguns missionários brancos foram colocados em escolas afro-americanas, a fim de se prepararem para servir na África.) No entanto, as igrejas negras logo se tornaram, por sua própria vontade e por seu próprio direito, as animadoras de uma ação missionária na África que foi talvez a mais eficaz de todas.

Desde o século XIX, os afro-americanos foram exortados a assumir responsabilidades particulares na "redenção" das sociedades africanas. O bispo Turner, principalmente, não hesitava em propor que "Deus levou o negro para a América e o cristianizou para que ele regressasse a seu continente e o resgatasse[27]. Outros

26 CLENDENEN, COLLINS e DUIGNAN, 1966, p. 63.

27 PONTON, 1917, p. 77.

evocavam o grande destino político da África e a vontade divina como exortações aos negros do Novo Mundo à ação. Diziam, por exemplo, num discurso pronunciado em 1902, que "se os negros americanos se dignassem tomar consciência de suas responsabilidades, estar à altura da tarefa, que lhes cabe cumprir e empreender, de evangelizar a África em nome do Senhor, milhões de filhos da África que ainda estão por nascer verão um continente transformado"[28].

Anteriormente, em 1884, a African Methodist Episcopal Church (AME) organizara um importante colóquio sobre o tema: "Qual deveria ser a política dos americanos de cor em relação à África?". Em agosto de 1893, africanos e outros participantes dos Estados Unidos da América e da Europa assistiram a um congresso mundial sobre a África, organizado pela American Missionary Association, por ocasião da exposição internacional realizada em Chicago naquele ano. O congresso, que durou uma semana, visava promover a ação missionária afro-americana na África e o reconhecimento dos direitos dos "africanos da América".

O bispo Turner reiterou nesse congresso seu apelo em favor da emigração negra para a Libéria. De fato, pelo menos um liberiano (Momolu Massaquoi) compareceu e participou dos debates. Outro delegado africano (Etna Holderness, da Libéria) esteve presente numa conferência posterior, em dezembro de 1895, sobre "A África e o negro americano", que teve lugar no Gammon Theological Seminary, de Atlanta. Para os negros americanos, a obrigação de contribuir para a cristianização da totalidade da África foi de novo sublinhada nessa reunião: "Deveria e deve haver uma linha ininterrupta de missionários cristãos desde o Cabo da Boa Esperança até o Egito [...] e desde aí a Serra Leoa e à Libéria e [...] até o Sudão e o Estado do Congo [...]"[29].

Os negros americanos responderam por diversas formas a este gênero de apelo. Por exemplo, em 1930, um bispo da AME adquiriu, num acesso de entusiasmo, uma fazenda de mais de mil hectares na África do Sul, na intenção de instalar nela uma colônia de membros de sua igreja. Por outro lado, igrejas negras dos Estados Unidos ficaram apreensivas quando, em janeiro de 1926, a imprensa negra publicou artigos sobre a expulsão de todos os missionários da Libéria. Fato mais importante, contudo, a AME e a African Methodist Episcopal Zion (AME Zion), bem como a National Baptist Convention (NBC), enviaram missionários negros para a África durante todo o período colonial. Os primeiros estabelecimentos da NBC foram fundados na Libéria em 1883, dando

28 PENN e BOWEN, 1902, p. 310.

29 BOWEN, 1896, p. 205.

prosseguimento à ação desenvolvida bem antes por Lott Carey. A AME Zion também começou a implantar-se na Libéria, em 1878, e na Costa do Ouro, em 1896. O bispo John Bryan Small, das Antilhas, organizou ulteriormente duas conferências anuais da AME Zion na Costa do Ouro, atraindo assim J. E. K. Aggrey e Franck Osam-Pinanko para igrejas afro-americanas e, finalmente, para a AME Zion. Em 1930, missionários desta igreja foram à Nigéria, onde igrejas africanas desejavam filiar-se à Zion. Durante o mesmo período, a AME financiou missões em diversas partes da África, notadamente em Serra Leoa, em 1886 (explorando a anterior ação evangélica de Daniel Coker), na Libéria, nos últimos anos do século XIX (graças a uma visita pessoal de Henry Turner), e na África do Sul, em 1896. Tendo em conta sua duração, devemos atentar mais para a ação missionária da AME na África e dizer uma palavra em particular sobre a área onde sua repercussão foi mais forte, ou seja, a África austral.

Muitos negros americanos que atenderam ao apelo de sua igreja, no final do século XIX, partiram para a África austral como missionários, exercendo aí profunda influência. Uma verdadeira aliança entre a Igreja Africana, independente e cismática (ou Igreja Etíope) e a AME, concluída em 1896, abriu uma década marcante na história dos negros sul-africanos e americanos. Embora a aliança tenha perdurado por pouco tempo, ela ajudou a AME a implantar-se na África do Sul com tal força que se manteve forte pelos cinquenta anos que se seguiram.

Constituída por elementos dissidentes da Igreja Wesleyana e por outros "descontentes", a Igreja Etíope separatista negra passou seus primeiros anos de vida lutando pela sobrevivência. E ela só se salvou graças à intervenção fortuita de Charlotte Manye, que fazia parte de um grupo de estudantes sul-africanos que ingressaram nas universidades Wilberforce e Lincoln em 1895, como membros de um chamado "Coro Zulu". Ela escreveu uma carta a sua irmã, na África do Sul, usando papel timbrado da AME. A carta incitou os dirigentes da Igreja Etíope a procurar mais informações sobre a AME, e eles pediram e receberam cópias de documentos sobre disciplina, livros de hinos e liturgia da AME. Como se interessavam particularmente pela possibilidade de os africanos cursarem estudos superiores nos Estados Unidos, enviaram para esse país, em 1896, uma delegação dirigida pelo reverendo James Mata Dwane. Daí resultou a absorção oficial da Igreja Etíope pela AME e o formal ingresso desta na ação missionária no estrangeiro.

Mais precisamente, Dwane insistiu junto dos afro-americanos para que eles fossem para a África do Sul e propagassem aí vigorosamente a missão educadora da AME, salientando que aquele país oferecia "o campo de ação onde os

negros americanos educados e consagrados seriam mais úteis"[30]. Na primeira fase, todavia, era preciso que a Igreja-Mãe auxiliasse, formando jovens africanos em estabelecimentos de ensino americanos.

O bispo Turner respondeu inserindo em seu jornal *The Voice of Missions* um aviso crítico: *Take Notice, Wilberforce. South Africa coming* ("Atenção, Wilberforce. Está chegando a África do Sul").

Não obstante, Dwane e os dirigentes africanos consideravam que o resultado lógico da conexão afro-americana seria o desenvolvimento de escolas locais, análogas àquelas que os estudantes africanos frequentavam nos Estados Unidos. Para ele, era conveniente pôr fim à dependência total em relação a escolas estrangeiras para a formação de missionários e de professores, procedendo de tal forma que os estabelecimentos criados produzissem quadros suficientes para atender às necessidades da população africana. Turner visitou a África do Sul em 1898, consagrou Dwane como bispo auxiliar da AME e proclamou a intenção da Igreja de construir uma escola que não ficaria devendo nada "a tudo quanto tenha sido feito antes em matéria de ensino por missionários". Dwane, por sua vez, falava em criar a Escola Normal Turner de Queenstown ou a Wilberforce do Continente Negro.

Turner dedicou toda a edição de março de 1899 de *The Voice of Missions* à campanha em favor do South African College. Um artigo em que a redenção da África era descrita como "o fardo do negro americano" dava as características desse colégio: tratar-se-ia de um estabelecimento para africanos, dotado de um corpo docente africano, que seria fundado e mantido pelo departamento missionário da AME. Os primeiros professores seriam estudantes que estavam frequentando a Universidade Wilberforce, o Morris Brown College, a Universidade Howard e o Departamento Médico do Central State College, de Nashville (Tennessee).

Mas Dwane não concordava em que o movimento fosse dirigido e dominado por não africanos. Em 1899 retirou-se da união AME-Etíope, provocando assim um cisma na hierarquia da Igreja negra da África do Sul. Procurando recriar uma base para seus missionários no país, a conferência geral da AME de 1900 nomeou Levi Coppin o primeiro bispo residente. A Igreja foi auxiliada em seu trabalho por Charlotte Manye, a estudante sotho que estivera na origem da fusão da AME com a Igreja Etíope. Ela voltara dos Estados Unidos e retomara por iniciativa própria a ideia de um estabelecimento de ensino sul-africano,

30 DWANE, 1897.

fundando uma escola missionária da AME entre os Pedi da região oriental da província do Cabo. Em 1908, Charlotte Manye Maxeke e seu marido haviam obtido dinheiro suficiente do Departamento Missionário para comprar um terreno no Transvaal, construir um pavilhão (ao qual deram o nome do bispo Coppin) e fundar a escola (que foi desbatizada e recebeu o nome de Wilberforce Institution) em sua localização permanente em Evaton.

Entrementes, em 1905, John Chilembwe, jovem yao convertido pela NBC, escrevia timidamente da Niassalândia à Igreja-mãe que "as atividades missionárias dependem essencialmente de vossa ajuda". Com um toque de desespero, ele já indicava, dez anos antes de assumir o comando de uma rebelião malfadada contra os britânicos na Niassalândia: [...] a situação aqui não é a mesma, na África central britânica, da África do Sul, onde o povo pode fazer alguma coisa pelas missões. [...] Ignoro qual será o futuro desta obra"[31]. Chilembwe tinha viajado para os Estados Unidos em 1897, a fim de cursar o Seminário de Teologia da Virgínia, instituição reservada aos negros. Lá se formou ministro do culto, voltando para a Niassalândia por volta de 1900 sob os auspícios da National Baptist Convention. Tentou criar uma missão, a propósito da qual exprimiu os sentimentos que acabamos de ler, seguindo as linhas que ele observara entre os negros norte-americanos. Seria, portanto, um "estabelecimento orientado para o trabalho manual, onde os africanos seriam formados em diversas artes e ofícios, ao mesmo tempo que se iniciariam nos princípios do cristianismo"[32].

O bispo Coppin fez o inventário dos esforços da Igreja Americana negra no continente africano em um discurso feito em 1916 perante a conferência geral da AME.

> Nossa Igreja [constatava ele] construiu e ajudou a construir igrejas e escolas na África ocidental e austral. Numerosos estudantes se formaram aí em nossas escolas, largamente ou inteiramente por conta das igrejas [...] [já que] não ficamos surdos aos apelos de nossos irmãos de além-mar; não abdicamos de nossos deveres para com os países estrangeiros em geral e a África em particular [...] trabalhamos pela redenção da África, onde milhões de indivíduos ainda vivem nas trevas: e soubemos dar a mão à mão estendida da Etiópia [...][33].

A despeito da resistência das autoridades políticas e eclesiásticas brancas da África do Sul, as iniciativas de Turner, a ação de Dwane e a criação de sólidas

31 CHILEMBWE, 1905.

32 SHEPPERSON e PRICE, 1958, p. 113.

33 Citado no *Episcopal Handbook* da AME, 1963.

bases institucionais pelos Coppin e os Maxeke tiveram como resultado a matrícula de inúmeros estudantes africanos em escolas norte-americanas. Da mesma forma, igrejas negras dos Estados Unidos incentivaram estudantes da África central britânica e da África ocidental a frequentarem suas escolas, concedendo-lhes muitas vezes ajuda financeira. A permanência desses estudantes no outro lado do Atlântico abriu caminho a uma nova e importante fase da interação entre africanos e afro-americanos durante o período colonial, que teve profundas consequências para os movimentos nacionalistas negros de meados do século XX. Na verdade, o período de contatos gerados pelos missionários no, qual os líderes da Igreja Americana negra tiveram o papel de mentores, foi gradativamente transformado em um tempo em que o nível, a interação e a natureza dos interesses americanos na América negra foram crescentemente determinados pelas iniciativas africanas.

Interações religiosas entre o Brasil e a costa africana

Do ponto de vista religioso – e mais especificamente da evangelização não podemos comparar a ação dos afro-americanos com a dos afro-brasileiros. Enquanto os primeiros participaram de forma direta ou indireta na missão evangélica, os segundos não se envolveram em nenhum tipo de proselitismo. Muitos deles, uma vez chegados a Lagos, conseguiram voltar para seu país de origem. Alguns documentos históricos dão fé da passagem por essa cidade de afro-brasileiros muçulmanos a caminho do país Haussa. Verger[34] faz referência à atividade do cônsul inglês Benjamin Campbell em Lagos, que em 1858 entregou passaportes a afro-brasileiros desejosos de voltar para sua região de origem. Em Lagos, nos confins do Bairro Brasileiro, há uma mesquita central construída por artesãos vindos do Brasil. Por outro lado, os católicos[35] construíram na cidade sua primeira igreja, a Holy Cross Church, iniciada em 1879, e mandaram os filhos estudar nas escolas dos missionários franceses e ingleses, que começavam a ministrar o ensino em francês e inglês.

Graças à influência religiosa exercida de modo intermitente por sacerdotes de língua portuguesa vindos da ilha de São Tomé, a comunidade foi orientada e assistida durante os primeiros tempos por um liberto conhecido como padre Antônio[36]. Os filhos dos afro-brasileiros que moravam no Bairro Brasileiro e que

34 VERGER, 1968, p. 617-8.

35 AJAYI, 1965, p. 199-200 e 202.

36 VERGER, 1968, p. 618.

tinham frequentado as escolas de missionários começaram a exercer a função de professores e de catequistas nas escolas e missões que os padres da African Mission Society instalaram na região, bem assim outras atividades, como o trabalho na administração colonial[37]. A ação desses catequistas se desenvolvia em nome dessas missões de origem europeia; não se tratava de uma atividade missionária partida do Brasil ou resultante da iniciativa da comunidade afro-brasileira de Lagos. De fato, o ensino era dado em inglês e, às vezes, em francês.

Os afro-brasileiros utilizavam o "catolicismo" como sinal de distinção, que lhes assegurava uma posição social específica e fez deles, em Lagos, o primeiro núcleo de uma burguesia africana.

Bom número de afro-brasileiros repatriados, embora católicos declarados, nunca tinha abandonado as crenças religiosas africanas tradicionais. Assim, de volta à terra natal, emprestaram maior vigor às suas práticas sob forma mais ou menos sincrética, resultante dos costumes religiosos brasileiros; aproveitaram os aspectos formais do catolicismo e misturaram os santos católicos com as divindades africanas do panteão Yoruba, cujo culto continuaram a praticar. "O que espantou os missionários católicos ao chegarem à costa da África foi o respeito igual que os africanos abrasileirados tinham pela religião adquirida na América do Sul e por aquela recebida de seus antepassados [...]." O padre Lafite acrescentava que os "brasileiros só eram cristãos porque tinham sido batizados, o que não os impedia de invocar as divindades negras [...]". Os brasileiros e os outros convertidos estavam mais interessados nas vantagens sociais decorrentes da situação de cristãos do que em uma adesão sincera e profunda aos dogmas da Igreja[38].

Em contraste com o que se verificava nos Estados Unidos, onde as conversões eram mais profundas – certos afro-americanos transformaram-se em propagadores da fé cristã – os afro-brasileiros conservaram suas crenças religiosas africanas.

Assim, os afro-brasileiros do Bairro Brasileiro, que formavam um núcleo burguês cuja coesão é especificidade social derivavam da religião católica, praticavam o culto dos orixás (deuses), locais e consultavam os babalaôs (adivinhos)[39]. Mais ainda: houve um movimento religioso da África em direção ao Brasil. Nina Rodrigues[40] assinala que, no início do século XX, veleiros provenientes de

37 CUNHA, 1976, p. 32.

38 VERGER, 1968, p. 601.

39 CUNHA, 1976, p. 33.

40 RODRIGUES, N., 1976, p. 105.

Lagos transportavam comerciantes nagô que falavam yoruba e inglês, traziam noz-de-cola, cauris, objetos de culto yoruba jeje (juju), sabão, "sarongues da costa" etc. Em 1888, de 8237 libras esterlinas de mercadorias exportadas para o Brasil, o óleo de palma representava apenas 2600 libras. O resto abrangia essencialmente artigos religiosos e de culto e, sobretudo, "sarongues da costa" (3367 libras), objeto de grande consumo no Brasil, nozes-de-cola de duas qualidades (1525 libras), "palha da costa", sabão preto, cauris, "oris", cabaças, "contas de rosário" etc. A entrada no Brasil de produtos africanos destinados ao culto e às práticas religiosas afro-brasileiras nunca cessou, e esses produtos foram tendo uma procura cada vez maior. Por consequência, adquiriram grande valor, na medida em que aumentava o número de adeptos do sincretismo afro-brasileiro.

Contribuição da América para a educação dos africanos

Vivendo nos Estados Unidos durante o período colonial, os estudantes africanos criaram condições para uma nova relação entre sua gente e afro-americanos e entre eles próprios, que vinham de todas as partes do continente. Ao retornarem à pátria, incitaram milhares de compatriotas a cursarem escolas norte-americanas, desde 1880 até a Segunda Guerra Mundial. Aumentou assim o número de estudantes africanos nos Estados Unidos e prolongou-se o tempo de contato entre grupos negros de um e de outro lado do mundo. Entre os numerosos africanos que, na época colonial, cursaram escolas norte-americanas, contam-se recentes chefes de Estado (tais como Nnamdi Azikiwe, Kwame Nkrumah e Kamuzu Banda), assim como dirigentes nacionalistas ou étnicos de um período anterior (como A. B. Xuma, John Dube, Marshall e Charlotte Maxeke, J. E. K. Aggrey, Pixley Ka Izaka Seme, D. S. Malekebu, Franck Osam-Pinanko, Peter Koinange, Ndabaningi Sithole, Eduardo Mondlane e John Chilembwe). Com o tempo, o fluxo sempre crescente de africanos para os Estados Unidos ultrapassou substancialmente o movimento inverso dos missionários negros para a África. Por outras palavras, o que havia começado como uma campanha de evangelização, com vistas à redenção espiritual da África, contribuiu finalmente para criar um trampolim para uma revolução na ordem da educação, da técnica e da política.

Sem dúvida, é possível determinar a influência da instrução recebida nos Estados Unidos sobre os africanos colonizados e os movimentos anticolonialistas, examinando breves biografias de certos estudantes. J. E. K. Aggrey (ver fig. 29.3), por exemplo, deixou a Costa do Ouro em 1898 para seguir para os

Estados Unidos, sob a influência direta de um bispo da AME Zion, originário de Barbados, que também estudara lá. Aggrey foi mandado para o Livingstone College, principal estabelecimento de ensino da AME Zion Salisbury (Carolina do Norte), ficando entendido, pelo que parece, que regressaria logo em seguida à África para se colocar ao serviço dessa Igreja. Mas, depois de licenciado e formado em teologia, Aggrey aceitou emprego na casa editora da AME Zion em Charlotte, tornou-se correspondente de um ou dois jornais negros, deu aulas gratuitas a professores negros das vizinhanças, foi ordenado membro do Conselho da Igreja e recebeu a oferta de uma paróquia de duas igrejas negras. Segundo seu biógrafo, o trabalho pastoral foi "um dos episódios mais importantes da permanência de Aggrey nos Estados Unidos", já que "o retirou do meio universitário e o lançou no quadro em que vivia o negro norte-americano"[41]. Ademais, seus laços com a América do Norte negra já se haviam reforçado quando se casou, em 1904, com uma jovem afro-americana, possivelmente descendente de Frederick Douglass. Depois de passar 22 anos no meio dos negros norte-americanos, Aggrey retornou à África por duas vezes, na qualidade de membro da Comissão Phelps-Stokes, mas faleceu em 1927, pouco depois de ter aceitado o cargo de vice-diretor adjunto do Colégio de Achimota, criado havia pouco em Gana. Entre as dezenas de jovens africanos que ele influenciou figuram Nnamdi Azikiwe, Kwame Nkrumah e Kamuzu Banda, que mais tarde se matricularam, todos eles, em escolas norte-americanas para negros.

Enquanto estava nos Estados Unidos, John Chilembwe, da Niassalândia, pôde verificar a expansão do racismo. Estudava na Virgínia por ocasião das agitações raciais de Wilmington (Carolina do Norte), em 1898. Parece ainda que ele embarcou de volta para a África em companhia do reverendo Charles S. Morris, batista afro-americano que se interessava pela Etiópia e que presenciara as desordens de Wilmington. George Shepperson e Thomas Price, num estudo admirável, apuraram as lições que Chilembwe pudera extrair de sua permanência nos Estados Unidos racistas, observando que a forma como os negros se adaptaram à discriminação após a reconstrução "ofereceu-lhe um modelo de estratégia e de tática de que ele se valeria para sua própria reação contra a discriminação, menos evidente mas bem real, de que os africanos eram vítimas em sua pátria". Os autores não defendem que Chilembwe tenha derivado a ideia das escolas africanas, "independentes do Estado e das missões

41 SMITH, E., 1929, p. 85.

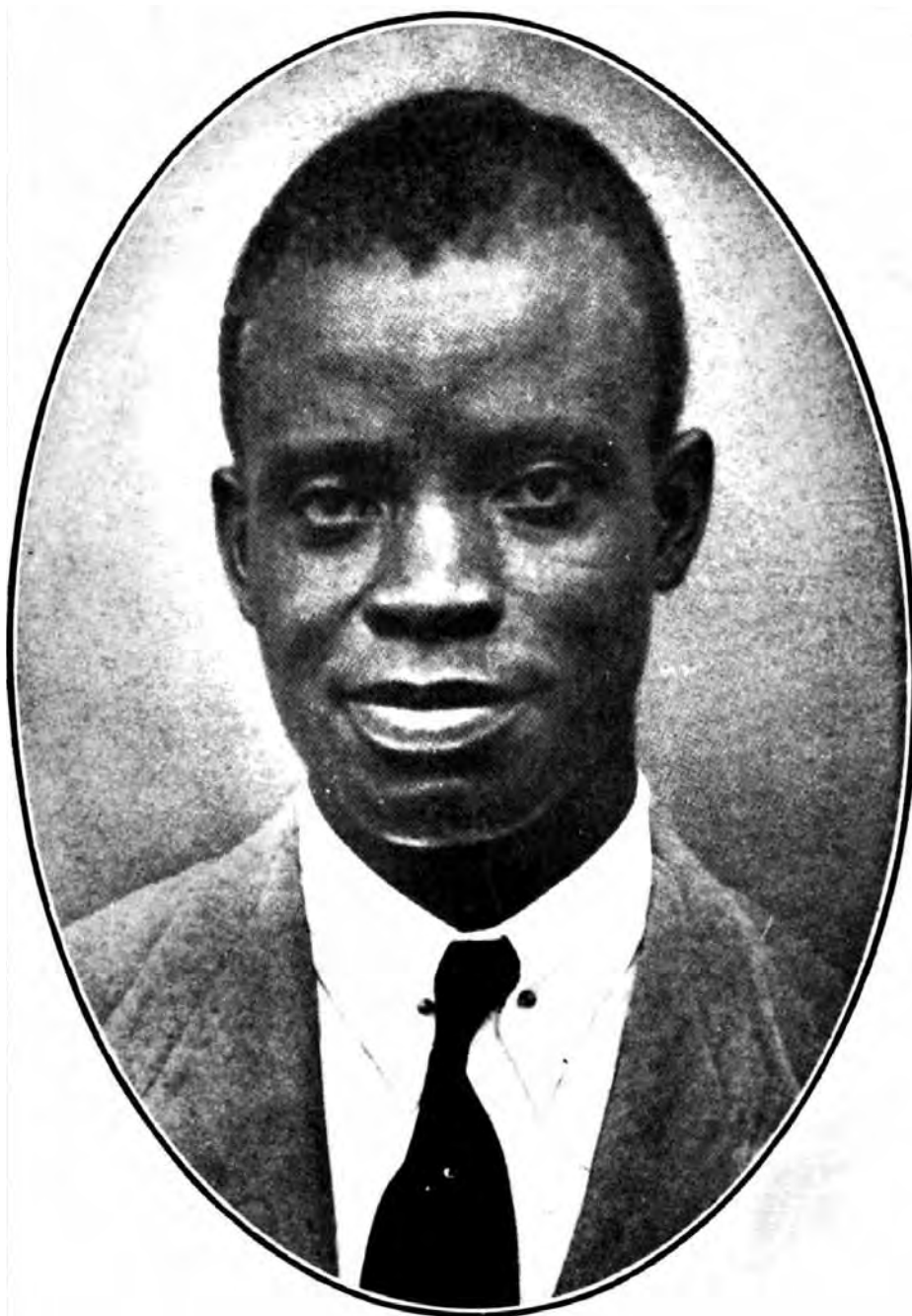



FIGURA 29.3 J. E. K. Aggrey (1875-1921), educador da Costa do Ouro. (Foto: Royal Commonwealth Society.)

europeias", das instituições afro-americanas, mas acham não ser implausível supor que sua concepção tenha sido influenciada por aquilo que ele viu nos Estados Unidos[42].

Embora nada indique quais foram suas leituras durante sua permanência nos Estados Unidos, Chilembwe estava lá no momento em que as palavras e as obras do bispo Turner e de Booker T. Washington já eram profusamente citadas e comentadas na imprensa e em que as de Du Bois e de jornalistas negros militantes como T. Thomas Fortune começavam a chamar a atenção. Ademais, a comissão constituída para pesquisar o levante de 1915 na Niassalândia afirmou que muitos escritos incendiários redigidos por negros norte-americanos contribuíram para incitar os partidários de Chilembwe à revolta.

O reverendo D. S. Malekebu, também originário da Niassalândia, retornou em 1926 para a África central britânica, depois de completar seus estudos nos Estados Unidos. Sua ausência nem de longe foi tão prolongada como a de Aggrey, e seu regresso não foi tão catastrófico como o de Chilembwe, mas sua ascensão ao papel de dirigente durante o período colonial também merece ser assinalada. Ele estudou na National Training School, de Durham (Carolina do Norte), e no Moody Bible Institute, de Chicago, para depois obter o título de doutor em medicina na Meharry Medical School, em 1917. Ao regressar à Niassalândia, em companhia da esposa, Flora Ethelwyn, congolesa diplomada pelo Spelman College, reabriu a Providence Industrial Mission, de Chilembwe, que o governo do protetorado da Niassalândia demolira em consequência da rebelião abortada de 1915. Além disso, Malekebu fundou a Chiradzulu Native Association e foi nomeado membro do conselho local. Em resumo, a construção de uma igreja e de um hospital, a reconstrução da missão de Chilembwe e a vasta ação que ele empreendeu em favor da população, tudo lhe valeu a conquista de ardorosos admiradores.

Nnamdi Azikiwe (ver fig. 29.4), que, a exemplo de Kamuzu Banda, foi incentivado a viajar para os Estados Unidos pelo onipresente James Aggrey e pelo clima que lá se tinha criado graças à influência de Marcus Garvey, começou por se matricular em 1925 em uma escola preparatória para negros em Virgínia do Oeste. Alguns anos mais tarde, ao ingressar na Universidade Howard, colaborou estreitamente com especialistas negros como Ralph Bunche e, em particular, com Alain Locke e William Leo Hansberry, em estudos e pesquisas históricas sobre os afro-americanos e sobre a África pré-colonial.

42 SHEPPERSON e PRICE, 1958, p. 97-8.

O professor Locke tornou-se o orientador pessoal dos estudos de Azikiwe, que, por sua vez, ocupou a função de secretário particular de Locke. Publicada em 1925, a obra deste, *The New Negro,* exerceu com certeza enorme influência no estudioso Azikiwe, já que era um modelo de estudo comparado das sociedades e das culturas negras que lembrava outros devidos a todo um elenco de escritores e eruditos do Renascimento de Harlem: Jean Toomer, Countee Cullen, James Weldon Johnson, o jamaicano Claude McKay, Langston Hughes, o imigrante porto-riquenho Arthur A. Schomburg, E. Franklin Frazier e W. E. B. Du Bois. Por outro lado, seus contatos com um estudante antilhano de direito, George Padmore, tiveram incontestável influência em Azikiwe, quando ele frequentava a Howard. Padmore usou da palavra em uma reunião de estudantes sobre as opções políticas colocadas por ocasião das eleições de 1928 nos Estados Unidos. Posteriormente, colaborou com análises políticas na revista *African Morning Post,* que editou na Costa do Ouro durante a década de 1930.

Em discurso pronunciado em 1954 perante o conselho de administração da Universidade Howard, pouco antes de se tornar primeiro-ministro da Nigéria oriental, Azikiwe falou da época em que era estudante na Howard: "Aqui aprendi os rudimentos das letras, a anatomia das ciências sociais e a gramática da política[43]. O professor Hansberry, que estava ao lado dele quando foi chamado para ocupar o cargo de governador-geral da Nigéria, em 1960, prestou-lhe então homenagem saudando nele "o mais ilustre de meus antigos alunos [...] aquele que apreendeu com mais clareza a grandeza do passado da África e demonstrou as imensas possibilidades contidas em seu presente"[44]. Implícito nesse elogio a Azikiwe estava certamente um pouco do desapontamento de Hansberry com a indiferença e mesmo com a frequente hostilidade a seus próprios trabalhos sobre a história da África demonstradas pelos professores e alunos afro-americanos da Howard.

Em 1930, ao entrar para a Universidade Lincoln, Azikiwe continuou a interessar-se pela história dos negros e pelas relações raciais. Estava decidido a proceder de forma a que os negros ascendessem aos postos de professor, todos ocupados por brancos, e criticava "as ambições tradicionais de seus condiscípulos e os objetivos visivelmente burgueses do estabelecimento [...]"[45]. Considerava "uma enormidade que uma universidade para negros funcionasse durante

43 AZIKIWE, 1961, p.13.

44 JONES-QUARTEY, 1965, p. 76.

45 "Horace Mann Bond Papers", Lincoln University (Pensilvânia).

FIGURA 29.4 Nnamdi Azikiwe (nascido em 1904), jornalista nigeriano, pan-africanista e político. (Foto: Royal Commonwealth Society.)

oitenta e seis anos antes de que um negro fosse lá nomeado professor"[46]. As autoridades universitárias foram ficando desencantadas com a atividade contestadora de Azikiwe (da qual se falava não só no *campus,* mas também em jornais afro-americanos da Pensilvânia, como o *Philadelphia Tribune,* ou os de Baltimore). Consequentemente, a escola recusou-se a recomendar Azikiwe para a renovação de seu visto de estudante, o que o obrigou a deixar os Estados Unidos. Partiu para a África em 1934. No momento em que Nkrumah se matriculava na Lincoln, no final do período aqui estudado (1935), várias reformas reclamadas por Azikiwe já tinham sido adotadas.

Por ocasião das viagens que fez pelas Áfricas ocidental e austral, com a Comissão Phelps-Stokes, bem como dos cursos que ministrou na Costa do Ouro, em harmonia com suas funções no Colégio de Achimota, Aggrey, como muitos outros o fizeram em situações semelhantes, manteve contato com numerosas comunidades africanas e incentivou dezenas de jovens africanos a irem estudar nos Estados Unidos e não na Grã-Bretanha. Azikiwe, Banda e Nkrumah são os mais conhecidos de quantos receberam sua influência. A experiência deles também ilustra os aspectos pan-africanos ou pan-negros de sua permanência naquele país. Mas esses aspectos da interação entre africanos e negros da diáspora não explicam inteiramente a ação desenvolvida pelos africanos que lá estudaram ao retomarem à pátria. Pelo que se conhece do assunto até hoje, tal ação não encontrou de resto explicação satisfatória. O que parece ter ocorrido, principalmente entre os africanos das colônias britânicas, foi uma alteração da perspectiva daqueles que foram instruídos nos Estados Unidos ao colidirem com uma recepção colonial inamistosa (tanto mais pelo fato de eles terem escapado por completo do meio colonial durante seus estudos)[47].

No entanto, não havia nas colônias africanas oposição ou desdém geral ou categórico em relação aos estudos nos Estados Unidos. Aparentemente, a formação profissional era bem vista pelos empresários coloniais, pois lhes permitia encontrar operários qualificados para "conduzir seus caminhões, construir suas casas e dirigir suas oficinas mecânicas ou elétricas". Os administradores e os missionários brancos incentivavam esse tipo de formação por diversas razões: os primeiros porque viam nisso um estímulo ao desenvolvimento comercial e econômico do território; os segundos porque guardavam esperanças de que as concepções e as ideias de Booker T. Washington sobre a "educação prática"

46 BOND, 1958, p. 257.

47 Ver RALSTON (?).

fossem boas para a formação dos caracteres e contribuíssem assim para elevar o nível moral de toda a vida africana.

Os dois exemplos que se seguem mostram como o componente da experiência desses africanos educados nos Estados Unidos contribuiu para dar às suas atividades um caráter próprio. O reverendo John Dube, que mais tarde seria o primeiro presidente geral do African National Congress (1912-1917), chamado de “o Booker T. Washington da África do Sul”, afirmou explicitamente, em conferência dada em Nova York, o valor que para ele tivera o modelo do Tuskegee de Washington. Aliás, ele fundou um “Tuskegee doméstico” na Zululândia para formar o espírito, as mãos e o coração dos jovens zulu à maneira de seu inspirador. Teve de enfrentar enormes obstáculos, sobretudo para reunir os fundos necessários, já que os sul-africanos receavam que as atividades “etíopes” dos bispos Turner, Dwane e Coppin exercessem uma “influência perturbadora”.

Em 1934, depois de permanecer nove anos nos Estados Unidos, Azikiwe não voltou para a Nigéria, onde nascera, mas foi para a Costa do Ouro, instalando-se ali provisoriamente, depois de lhe terem recusado posições em seu país (uma cadeira de professor no King’s College de Lagos) e no serviço diplomático da Libéria. O presidente Barclay da Libéria rejeitou sua candidatura, lembrando secamente o fato de ele não ser liberiano e de seu conhecimento da república ser, portanto, insuficiente para desempenhar as funções que pretendia. Mas, com o ardor que o caracterizava, Azikiwe procurou se tornar uma tal autoridade no que dizia respeito à Libéria que até os américo-liberianos o invejavam. No final de 1931, já adquirira conhecimentos suficientes para ler uma comunicação sobre a Libéria na conferência anual da Association for the Study of Negro Life and History. Nessa comunicação, defendia aquele país e condenava seus detratores ocidentais. Em 1934, publicou um livro intitulado *Liberia in World Politics.*

O pan-africanismo: aspectos políticos e culturais

Além do intercâmbio no plano da educação, uma série de organizações e conferências pan-africanistas, e de atividades comerciais, literárias e culturais colocou os africanos em contato com negros norte-americanos e contribuiu para influenciar a evolução da África colonizada. Quatro personalidades desempenharam, por sua atividade, um papel preponderante no desenvolvimento de um pan-africanismo oficial e organizado durante o período colonial: Booker T. Washington, fundador e diretor do Instituto Tuskegee, estabelecimento de ensino que serviu de modelo para numerosas comunidades da África e das

Antilhas; o dr. W. E. B. Du Bois, que, na qualidade de redator-chefe da revista *The Crisis,* e "pai" do movimento continental African Congress, fez da África um campo de ação subsidiário da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP); Marcus Garvey, que utilizou sua UNIA não só para suscitar um movimento de emigração, mas também para promover a solidariedade, no plano institucional ou político, entre todos os povos de ascendência africana; Aimé Césaire, que (de acordo com outros negros das Antilhas, como Léon Damas, de Caiena, Jean Price-Mars, do Haiti, e o poeta e político senegalês Léopold Senghor) lançou, principalmente no mundo negro francófono, o conceito de negritude, variante cultural do pan-africanismo enquanto consciência coletiva dos negros.

Por mais importantes que tivessem sido o pan-africanismo de Washington e de seus colaboradores do Tuskegee, o interesse que eles despertaram na África e o impacto que tiveram sobre ela e sobre os africanos matriculados ou candidatos à matrícula em universidades norte-americanas, esses aspectos de sua atividade são pouco conhecidos. Todavia, ex-alunos africanos e norte-americanos do Tuskegee e, frequentemente, muitos africanos que, embora nunca tivessem se matriculado no instituto, visitaram-no ou se corresponderam com Washington, deram a conhecer à África esse estabelecimento e seus recursos. Muitos africanos foram assim tocados pelo "espírito do Tuskegee" ou apelaram ao instituto e a outras possibilidades oferecidas pelos Estados Unidos negros em decorrência de numerosas conferências, visitas e missões técnicas internacionais.

Proferindo o discurso de abertura da Conferência Internacional sobre o Negro, evento pan-africanista verificado no Tuskegee na primavera de 1912, Washington acentuou a importância do intercâmbio de técnicas e de recursos entre os negros africanos e americanos. "Esta conferência", declarou, "foi organizada para permitir estudar os métodos empregados para auxiliar os negros dos Estados Unidos, com vistas a determinar em que medida os métodos do Tuskegee e de Hampton são aplicáveis à-situação [...] na África[48]." Entre os participantes do evento figuravam delegados de Gana (J. E. Casely Hayford, autor da influente obra *Ethiopia Unbound,* publicada no ano anterior, representante da Aborigines Rights Protection Society), da África Oriental Britânica, da Libéria (F. E. T. Johnson), da Nigéria, de Ruanda, da África Oriental Portuguesa (atual Moçambique) e da África do Sul (reverendo Isaiah Sishuba, da Igreja Etíope de Queenstown).

48 *The Tuskegee Student*, 1912.

Embora o interesse da África por Tuskegee tenha sido consideravelmente avivado pela conferência de 1922, ele já tinha sido despertado pelos estudantes africanos do instituto que haviam regressado à pátria e por informações anteriores de sua atividade. Por exemplo, em 1901 chegou uma missão do Tuskegee ao Toga, a convite da administração colonial alemã, para melhorar os métodos africanos de cultura do algodão. Seu êxito acarretou convites para outras missões em Tanganica (atual Tanzânia), Zanzibar e Sudão, enquanto o próprio Washington era convidado a ir para a África do Sul.

Entre as outras atividades pan-africanistas do gênero de que participaram Tuskegee e Washington, convém citar reuniões organizadas em 1908 pela Negro Business League, nas quais Booker T. Washington mostrou que apreciava a noção de pan-africanismo no intercâmbio entre africanos e afro-americanos. Ao apresentar cinco enviados da Libéria que solicitavam ajuda financeira norte-americana, Washington enfatizou que "eles estão aqui nos Estados Unidos em visita oficial não só como enviados de seu país, mas também como representantes de toda a raça negra [...]"[49]. Embora o crescimento real do comércio entre africanos e afro-americanos disso resultante tivesse sido fraco, uma companhia de navegação, a African Union Company, foi fundada em 1913 por um auxiliar de Washington, Emmett Scott, para promover a venda de produtos africanos no mercado mundial. A ideia de uma companhia de navegação entre os Estados Unidos e a África atraiu Garvey com muita força para Washington.

Os encontros entre negros africanos e americanos no Tuskegee e durante outras iniciativas do instituto fizeram com que o "espírito do Tuskegee" se propagasse numa progressão quase geométrica. A atividade desenvolvida na Nigéria por um diplomado pela Phelps Hall Bible Training School, do Tuskegee, nos dá um exemplo disso entre muitos. "Propus a meus compatriotas", escreveu ele a seus antigos professores, "a criação de uma escola semelhante ao Tuskegee. Eles concordaram com satisfação. Um deles doou um terreno de vinte hectares e mil dólares para começar imediatamente." E prosseguiu: "Logo que tiver construído duas ou três casas, começarei a pregar para difundir o espírito do Tuskegee"[50].

John Dube e D. D. T. Jabavu figuram na extensa lista de notáveis africanos que transmitiram o aprendido no Tuskegee. Durante os anos que passou nos Estados Unidos, estudando em Oberlin e em Nova York, Dube ligou-se ao educador John Hope, de Atlanta, e a Booker T. Washington. Mais tarde, em 1913, Jabavu, que era aluno da Universidade de Londres, passou umas seis semanas

49 *Liberian Bulletin* , 1908, p. 64-5.

50 *Southern Letter,* 1917.

no Tuskegee, onde observou as técnicas de agricultura, para visitar depois outras instituições negras do sul.

Além disso, uma série de provas anuais de graduação, chamadas de "exercícios de eloquência africana", foi organizada em Tuskegee, em função de certos objetivos pontuais de ajuda à África, tais como a coleta de fundos para uma capela Tuskegee na Libéria. Regra geral, alunos africanos e afro-americanos do instituto participavam dos exercícios, que consistiam em discursos e cantos. Os temas dos discursos pronunciados em 1916 iam do "Desenvolvimento da indústria do cacau na Costa do Ouro" e das "Possibilidades de desenvolvimento da agricultura na África do Sul", por A. B. Xuma[51], até a "Religião e vida social em Madagáscar".

O pan-africanismo, enquanto movimento político organizado, também desempenhou um papel importante, proporcionando a oportunidade para o estabelecimento de laços entre africanos colonizados e negros norte-americanos. Em 1900, Henry Sylvester Williams, jurista de Trinidad, organizou em Londres a primeira de uma série de conferências pan-africanistas, das quais participaram delegados dos Estados Unidos, das Antilhas, da América do Sul e da África. Ademais, Williams, admitido como "advogado do Supremo Tribunal da colônia do Cabo da Boa Esperança", participou de diversas atividades políticas contestatárias na África. Também se sabe que Williams esteve associado, em 1907, às comemorações do sexagésimo aniversário da independência liberiana e que defendeu, conforme solicitara o presidente Barclay, a causa da emigração dos negros do Novo Mundo para a Libéria.

É incontestável, no entanto, que foram os três congressos pan-africanistas convocados para diversas capitais da Europa (Paris, 1919; Londres, Bruxelas e Paris, 1921; Londres e Lisboa, 1923) por W. E. B. Du Bois, após a conferência organizada por Williams, que dominaram o movimento. O próprio Du Bois desempenhou um papel preponderante nos três congressos. Convocou o primeiro em 1919 quando se encontrava na França, a fim de: a) cobrir a Conferência da Paz para *The Crisis;* b) reunir informações para a proposta de uma "História do negro norte-americano na Grande Guerra"; c) fazer pressão pró-reconhecimento dos direitos políticos das "raças de cor que vivem nos Estados Unidos e no resto do mundo"[52]. Uma das resoluções adotadas no Congresso de Paris reclamava a autodeterminação dos africanos.

51 O autor deste capítulo trabalha atualmente numa biografia de A. B. Xuma.

52 *The Crisis,* 1921, p. 119-20.

Du Bois participou do II Congresso Pan-Africano, realizado em 1921, em companhia de Walter White, do artista afro-americano Henry O. Tanner, de Jessie R. Fauset, redator negro do *The Crisis* e o mais prolífico dos romancistas do Renascimento do Harlem, do cantor afro-americano Roland Hayes e do senegalês Blaise Diagne. O congresso de 1923 reuniu afro-americanos, representantes das Antilhas e africanos. Participaram dele, além de Du Bois, Rayford Logan e o bispo Vernon, da AME dos Estados Unidos, o chefe Amoah III, da Costa do Ouro, e Komba Simango, da África oriental portuguesa, contribuindo para a elaboração de várias resoluções de fundo e um apelo geral ao "desenvolvimento da África em benefício dos africanos"[53]. O congresso reivindicou também uma representação na Comissão de Mandatos da Sociedade das Nações, a criação de um Instituto de Estudos do Problema Negro, o restabelecimento ou o melhor reconhecimento dos direitos dos negros, no conjunto do mundo negro, e a libertação da Abissínia, do Haiti e da Libéria "das garras dos monopólios e das práticas usurárias dos financistas que dominam o mundo"[54]. Du Bois foi em pessoa a Genebra comunicar essas resoluções à Sociedade das Nações.

Talvez em razão das preocupações que traduziam em relação à Libéria, o presidente Coolidge pediu a Du Bois que representasse os Estados Unidos nas cerimônias de posse do presidente daquele país, em 1923. Durante sua permanência lá, Du Bois (efetuando assim sua primeira viagem à África) provavelmente se declarou contrário à ação em favor da emigração desenvolvida por Garvey em nome do pan-africanismo, pois os liberianos rejeitaram pouco depois o plano da UNIA.

Apesar das críticas sectárias das quais ele mesmo e a UNIA eram alvo, Garvey se tornou, de 1916 até cerca de 1935, a figura central de boa parte do movimento pan-africanista nos Estados Unidos, nas Antilhas e nas Áfricas ocidental, oriental, central e, sobretudo, austral. Por volta do fim da Primeira Guerra Mundial, seu jornal militante, *The Negro World,* cujo chefe de redação era Hubert Harrison, um jornalista antilhano que vivia em Nova York, tocou na ferida das massas negras de Nova York, de toda a América do Norte e da África. A mensagem que ele a todos dirigia era a seguinte: "Organizai-vos, comprai dos negros, dai apoio à Black Star Steamship Line [que podia levar emigrantes negros para a África e trazer matérias-primas] e ajudai a expulsar os brancos da África". Garvey acentuava:

53 Ibid., 1924, p. 120.

54 Ibid., 1924, p. 121.

> Somos os descendentes de um povo sofrido. Somos os descendentes de um povo decidido a não mais sofrer. [...] Não queremos o que pertenceu aos outros, embora os outros sempre tenham procurado privar-nos daquilo que nos pertencia. [...] As outras raças têm seus próprios países e é tempo de que os 400 milhões de negros [do mundo] reivindiquem a África para si próprios[55].

Se a influência pan-africanista de Du Bois era mais forte e mais difundida entre os intelectuais negros que viviam nos Estados Unidos, e a de Washington entre os agricultores e os artesãos, todas as camadas da população negra, na África e alhures, foram igualmente tocadas por Garvey. Este último recebeu boa parte de sua inspiração pan-africanista do intelectual egípcio Duse Mohammed Ali, que conheceu em 1912 na Inglaterra, bem como da autobiografia de Washington, *Up From Slavery,* que também leu em Londres.

A UNIA de Garvey, criada inicialmente com a ideia de fundar uma escola de tipo Tuskegee da Jamaica, converteu-se num laço institucional para grande número de africanos e de negros norte-americanos. O periódico que editava, *The Negro World,* foi proveitoso para a expansão do pan-africanismo na África. De 1920 a 1938 foram realizadas oito convenções da UNIA. As cinco primeiras, cujo responsável foi Garvey, foram organizadas em Nova York, em agosto de cada ano, de 1920 a 1924. As duas seguintes ocorreram na Jamaica, depois de Garvey ter sido expulso dos Estados Unidos, em 1929 e 1934. A oitava e última decorreu no Canadá, em 1938.

Desde a primeira convenção, Garvey preconizou a criação de escolas especiais para ministrar ensino técnico aos negros da África e das Américas, o desenvolvimento "da agricultura, da indústria e do comércio" para promover o intercâmbio entre negros, o lançamento de navios da companhia Black Star para facilitar o comércio e a criação de um jornal diário "em várias das grandes cidades do mundo", particularmente em Londres, Paris, Berlim, Cidade do Cabo, Nova York e Washington, bem como na Costa do Ouro e nas Antilhas, "para criar um movimento de opinião a favor de toda a raça negra". De acordo com ele, a realização desse programa permitiria unificar "os povos negros dispersos pelo mundo, unindo-os no quadro de um único organismo"[56]. Para os contemporâneos, sua mensagem "teve imenso eco na África" e "de seu pequeno posto estratégico do Harlem, [Garvey] tornou-se uma figura mundial"[57].

55 Apud CRONON, 1962, p. 65.

56 HILL e KILSON, 1971, p. 241.

57 CLARKE, 1964, p. 15.

Em 1917, o intelectual J. E. Casely Hayford, da Costa do Ouro, aproveitou o ímpeto geral imprimido pelo garveyísmo para fundar o National Congress of British West Africa, cuja sessão inaugural se verificou em Acra em março de 1920. Jamo Kenyatta, por sua vez, recordou que em 1921

> nacionalistas do Quênia, que eram analfabetos, reuniam-se em torno de qualquer um que lhes lesse e relesse duas ou três vezes um artigo de *The Negro World* [...]

depois corriam para a floresta a repetir meticulosamente tudo quanto tinham ouvido para africanos ávidos de dispor de doutrina própria que os libertasse da mentalidade servil a que a África estava reduzida"[58].

O próprio Garvey escrevia editoriais e longos artigos para *The Negro World*, cuja tiragem era de aproximadamente 200 mil exemplares, mas que atingia na realidade um público bem maior.

Na Niassalândia, a criação de filiais da UNIA encontrou a oposição das autoridades coloniais e de alguns dirigentes africanos, como Clements Kadalie, fundador da Industrial Commercial Workers' Union[59]. Apesar da oposição declarada do socialista Kadalie à doutrina de "A África para os africanos" pregada pela UNIA, Garvey parece ter entrado em contato direto com estudantes africanos, inclusive com aqueles vindos da Niassalândia, que se encontravam nos Estados Unidos. Em consequência, a administração colonial britânica fez extenso inquérito sobre a atividade dos estudantes da Niassalândia, como o futuro dr. D. S. Malekebu, que, na década de 1920, cursou medicina no Meharry Medical College, reservado aos alunos negros. De regresso à África, Malekebu foi proibido até de entrar na Niassalândia e teve de passar algum tempo na Libéria. O temor do recrudescimento do espírito revolucionário que animara John Chilembwe foi uma das razões que levaram as autoridades coloniais britânicas a proibir "uma viagem à Niassalândia e a outras regiões da África oriental projetada por Garvey e alguns colaboradores dele nos anos de 1920". Para evitar que a influência deste último se exercesse por outras vias como, por exemplo, seu jornal tão prestigiado, ou pelos trabalhadores migrantes regressados da Africa do Sul[60], as autoridades interditaram *The Negro World* em 1922. Talvez se sentissem particularmente desafiadas por certos artigos do jornal, como aquele, publicado mais tarde, em que Kamuzu Banda, que acabava de terminar seu curso na

58 JAMES, 1963, p. 396.

59 JOHNS, 1970.

60 Para indicações sobre as filiais sul-africanas da UNIA, ver *The Negro World*, 1927.

Universidade de Chicago, era apresentado como "[...] o herdeiro presuntivo da função de chefe de 25 mil africanos da Niassalândia [...][61].

A viúva de Garvey, Amy Jacques Garvey, explicou, entretanto, como a influência dele se propagara efetivamente pela África, por caminhos misteriosos:

> Marinheiros e estudantes de outras regiões da África [além da Libéria] converteram-se à doutrina de Garvey na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos da América. Ao regressarem à pátria, pregaram em segredo o evangelho da unidade e da liberdade; alguns se tornaram dirigentes, outros reuniram fiéis em torno de si pela virtude de seu ensino e de sua fé inspirada[62].

A influência de Garvey tornou-se evidente nas escolas de missão que Azikiwe frequentou. Kwame Nkrumah confessou mais tarde que nenhuma obra tivera sobre ele uma influência mais forte, quando estudava nos Estados Unidos, do que *Philosophy and Opinions,* de Garvey (1923).

Enquanto Garvey e Du Bois agitavam politicamente o mundo negro, nas três primeiras décadas do século XX, formava-se uma corrente cultural orientada para a África, que teve larga influência. O valor da cultura negra foi particularmente reafirmado com dinamismo na Europa, nas Antilhas e na África ocidental, sob o impulso de africanos e de antilhanos francófonos que haviam sido atraídos, enquanto estudantes em Paris, pelos congressos pan-africanistas, pelos programas da UNIA e pelo entusiasmo geral provocado pelo Renascimento do Harlem.

Em resumo, a interação de negros francófonos das Antilhas (como o martiniquês Aimé Césaire, cujo célebre poema *Cahier d'un retour au pays natal* foi publicado em 1939) e de intelectuais da África ocidental (como o poeta e político senegalês Léopold Sédar Senghor) forjou o movimento da negritude. Convencidos de que todos os africanos e todos os povos de ascendência africana tinham um patrimônio cultural comum, os escritores ligados a esse movimento esforçaram-se para restabelecer laços entre os diversos componentes do mundo negro.

A experiência dos negros de ultramar, assim como os textos e o dinamismo intelectual do Renascimento do Harlem, exerceram forte influência na noção de negritude. Por seu lado, o movimento do Harlem nutria-se da crescente identificação cultural com a África. Countee Cullen perguntava em um poema:

---

61 *The Negro World,* 1932, p. 8.

62 GARVEY, 1969, p. 258.

"Que é a África para mim?". Langston Hughes, no poema intitulado "O negro fala dos rios", evoca como ele construiu sua cabana às margens do Congo e ali adormeceu[63]. Um e outro influenciaram profundamente Senghor e os demais cantores da negritude.

Foi outro jamaicano – Claude McKay –, porém, quem contribuiu com sua poesia para unificar o pan-africanismo cultural e político, insistindo em sua obra no fato de que os negros deviam tomar consciência de seus sofrimentos comuns, protestar contra eles e afirmar sua dignidade. Um de seus poemas – "Se temos de morrer" –, de tom provocante e cuja eloquência tem grande eficácia, haveria de ser empregado, sem citação do autor, por Winston Churchill durante a batalha da Inglaterra. McKay, como Garvey e milhares de estudantes africanos, fora atraído para os Estados Unidos pela reputação do Instituto Tuskegee, mas logo foi se juntar aos milhões de negros que viviam em Nova York na década de 1920.

As relações entre africanos colonizados e negros norte-americanos encontraram, por vezes, expressão simbólica na literatura e no pensamento populares. Várias comunidades africanas atribuíam um papel essencial aos negros norte-americanos em seus sonhos messiânicos de libertação do jugo colonial. Em meados do século XIX, por exemplo, num dos momentos mais sombrios da história africana, o do desastroso sacrifício do rebanho dos Xhosa, muitos africanos acreditavam que suas terras e seus bens tradicionais, assim como os membros desaparecidos de suas famílias, lhes seriam devolvidos por negros vindos do lado de lá dos mares. Em 1910, na data da formação da União Sul-Africana, os jornais publicaram artigos sobre um bispo africano chamado Msiqinya, que pretendia ser um messias negro norte-americano. O tema reapareceu em 1921, quando Enoch Mjigima, adepto de Garvey e dirigente de um grupo cujos membros se intitulavam Israelitas Negros, entrou em contato com a Afro-Arnerican Church of God and Saints of Christ, durante a rebelião de Bulhoek, bem como na profecia de Wellington, (ver o capítulo 27). Mjigima já se correspondia com Garvey e queria estabelecer uma filial da UNIA na África do Sul.

O romance intitulado *Prester John* (1910) dá uma imagem comovente dessa expectativa de um messias afro-americano. Escrito por um branco, relata uma formidável revolta contra os brancos dirigida por um eclesiástico africano que havia estudado no exterior. Ele causou imediata sensação na África austral. Para alguns, prefigurava a revolta de Chilembwe, que se deu cinco anos depois na

63 Apud ROLLINS, 1970, p. 19.

Niassalândia. Outro romance, intitulado *Bayete!*, lançado em 1923, dava uma imagem dramática daquilo que seria a influência afro-americana na África austral, fazendo do medo que ela inspirava aos sul-africanos brancos um dos motores da história.

Os temores provocados pelos dois movimentos proféticos (Msiqinya e Mjigima/Wellington) e pelos dois romances messiânicos (*Prester John* e *Bayete!*) foram avivados por dois acontecimentos que pareciam confirmá-los: a emergência do movimento de Garvey e a viagem de James Aggrey à África austral com a Comissão Phelps-Stokes. Embora fosse um Fante da Costa do Ouro, Aggrey foi amplamente entendido como o representante da vanguarda da invasão negra anunciada com tanto vigor pelas tradições orais dos africanos, dos mestiços da África do Sul e dos brancos. Uma narrativa da época traduzia as crenças populares:

> Para compreender a entusiástica acolhida dispensada a Aggrey no Transkei e o efeito de seus discursos sobre tantas mentalidades, é preciso lembrar que lá, como de resto em todo o continente africano, muitos habitantes esperam que os salvadores venham dos Estados Unidos. Imaginaram, portanto, que Aggrey era o arauto de uma tropa de invasores negros – pensavam que todos os americanos são negros – que lançariam os brancos da África do Sul ao mar[64].

A vinda de Aggrey parecia concordar com a pretensão de Garvey de reinstalar milhões de negros norte-americanos na África e de vencer aí o colonialismo, o que despertava antigas esperanças e temores.

No período que vimos estudando, há que registrar no Brasil[65] os esforços de alguns negros brasileiros na luta pela emancipação dos escravos (1888): Luís da Gama (1830-1885), André Rebouças (1838-1898) e José do Patrocínio (1853--1905). Quanto aos estudos relativos à contribuição africana no Brasil, cumpre destacar a obra de Manuel Raimundo Querino (1851-1923), que vivia em São Salvador da Bahia e publicou inúmeros trabalhos, entre outros *O africano como colonizador e costumes africanos no Brasil.* Solano Trindade (1908-1973)[66] incorporou as ideias do pan-africanismo e da negritude na poesia brasileira. Vale ainda salientar a imprensa afro-brasileira, com o lançamento em 1915 do jornal *O Menelick,* em São Paulo, e de vários outros, como o *Getulino* (*1923-1926*)*,* de Campinas, o *Clarim da Alvorada* (1924-1932), de São Paulo, fundado por José

64 SMITH, E., 1929, p. 181.

65 PORTER, 1978; COUCEIRO, 1974; ALVES, 1976.

66 ANDRADE, M., 1959, p. 77-9.

Correia Leite e Jayme de Aguiar, e, mais tarde, *A Voz da Raça* (1933-1937), órgão da Frente Negro-Brasileira, movimento de caráter político.

Persistência e mudanças dos valores culturais africanos na América Latina e nas Antilhas

A presença africana nos países americanos e no Caribe já foi salientada por vários autores[67], em função da porcentagem de descendentes de africanos na composição total da população de cada um deles. De acordo com esse critério, três grupos principais se destacam.

No primeiro grupo, podemos incluir os países onde a população negra constitui a maioria. É o caso do Haiti, da Jamaica, de Trinidad e Tobago, de Barbados etc. No segundo grupo, temos os países onde a população de origem africana é demograficamente insignificante, como é o caso da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Paraguai, da Bolívia etc. E, finalmente, há o terceiro grupo, que compreende o Brasil e Cuba, onde o negro desempenhou papel muito importante na economia[68], exerceu grande influência cultural e contribuiu de maneira decisiva, pela mestiçagem, para a formação étnica. Por último, cumpre mencionar países como a Colômbia, o Panamá e a Nicarágua, que possuem núcleos populacionais de origem africana.

Do ponto de vista demográfico, convém verificar meticulosamente a composição populacional de cada país, considerando os três principais grupos: o de origem africana, o de origem europeia e, finalmente, o de origem local – os "ameríndios" –, bem como a persistência demográfica da cada um deles como resultado dos cruzamentos de raças entre vários grupos, segundo os casos.

A distribuição de cada grupo segundo a escala da estrutura social, independentemente de indicadores como a escolarização, completa o quadro de base e permite analisar a evolução da situação da população de origem africana. Este esquema foi utilizado por Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso[69] no estudo do processo de integração do antigo escravo no mercado de mão de obra livre e, mais tarde, de sua incorporação à economia urbana.

Este tipo de análise permite avaliar o grau de integração da população de origem africana nas economias e nas sociedades sul-americanas. Mas a análise,

67 ROUT, 1976.

68 RODRIGUES, J. H., 1964, vol 1, p. 51.

69 IANNI, 1962; CARDOSO, 1962.

em si mesma, deixa de lado o prestígio permanente dos valores culturais africanos no Novo Mundo, a menos que se parta do princípio segundo o qual essa persistência só poderia ser medida mediante um critério racial ou se considere que essa variável não é importante.

Duas escolas de pensamento se contradizem sobre a questão. A posição de M. J. Herskovits[70] sobre a "reinterpretação" da cultura africana através da persistência de certos segmentos culturais provocou a reação do sociólogo negro norte-americano E. Franklin Frazier[71], que chamou a atenção para o problema da integração na sociedade global. Segundo este autor, a teoria de Herskovits poderia induzir à conclusão de que a persistência dos valores culturais africanos vem reforçar a tese das correntes racistas, de acordo com a qual o negro é inassimilável. No caso dos Estados Unidos, em razão de diversos fatores – entre outros a ação das igrejas protestantes –, o antigo escravo perdeu a maior parte dos valores culturais tradicionais de origem africana e se integrou na cultura anglo-saxônica.

Por fim, há que mencionar dois outros grupos de países. O primeiro é constituído de nações como a Colômbia, o Panamá, a Nicarágua etc., que contêm pequenos núcleos de população de origem africana. O segundo grupo é formado por países com núcleos de origem africana que não se acham integrados no Novo Mundo, como o Suriname, onde encontramos os Boni, os Djuta, os Saramaca e os Akwa, bem como a Jamaica, a República Dominicana e mesmo o Haiti e Cuba, pátria dos negros quilombolas. Vivendo na floresta, os grupos do Suriname e da Guiana Francesa conservaram mais ou menos integralmente seus valores culturais e uma certa organização social. Os quilombolas constituíam outrora comunidades de escravos fugidos, que se refugiaram nas montanhas desses países, cortando todo contato com os colonizadores. Boa parte dessas comunidades conseguiu manter-se isolada. Mais tarde, no Suriname, na Guiana Francesa e, em certa medida, na Jamaica, continuaram a viver separadas da que se poderia chamar de "comunidade nacional".

O paralelo proposto entre a América do Norte, a América do Sul e as Antilhas, a propósito da presença africana e, especialmente, dos valores culturais africanos, não é conclusivo. Trata-se de realidades bem diferentes, visto que a "integração" dos antigos escravos se fez de maneira diferente nas diversas regiões e apresenta variações de país para país.

70 HERSKOVITS, M. J., 1941, 1948, 1966a, 1966b, 1966c.

71 FRAZIER, 1949.

Do ponto de vista cultural, enquanto nos Estados Unidos a conversão à religião protestante levou ao abandono das tradições culturais e à criação de um novo universo mental, na América Latina e nas Antilhas, os valores culturais africanos perduraram, em grau variável, ou passaram por um processo de mudança.

Metodologicamente, convém distinguir duas formas de presença: a presença cultural da África e a presença negra no sentido físico. De acordo com a situação e o tipo de processo colonial adotado, teremos de tratar de uma ou de outra, ou das duas simultaneamente.

O problema das diferenças de cor coloca-se de outra forma. Segundo Roger Bastide,

> que a linha das cores esteja institucionalizada como nos Estados Unidos ou não, o resultado é o mesmo. Os negros vivem ou tendem a viver num mundo separado. Sentem-se 'diferentes' dos outros e são forçados – ou preferem (o que pouco importa, do ponto de vista das consequências) – 'ser o que são'[72].

A análise histórica permite observar que, ao longo dos anos, a dicotomia entre "cultura africana" e "cultura negra", resultante de uma série de transformações sociais, não se acentuou. Houve, antes, mudanças culturais em diversos graus, de acordo com cada situação concreta. No Haiti, onde a população negra constitui a maioria, a religião de tipo africano foi influenciada pela estrutura da sociedade haitiana e pelo papel dos mestiços, passando por uma série de mudanças provocadas por "deuses" novos ou adaptados à nova situação. Nas ilhas vizinhas, devido à ação missionária do protestantismo, manifestou-se uma "cultura negra" através de diversos movimentos, como o do *ras* Tafari (corrente messiânica de reação contra o dominador branco, que recorria quase diretamente às imagens religiosas africanas e da qual o messias era Hailé Selassié). Por outro lado, na Jamaica, com o culto de Sasabonsam, de origem Ashanti, certos elementos da "cultura africana" persistiram durante esse período histórico, para mais tarde desaparecerem, dando lugar a cultos espiritistas, baseados em boa parte na magia, como foi o caso, em 1894, da Jamaica Free Church, seita fundada por Bedward.

Nas regiões do continente americano onde predominava o catolicismo, surgiu uma forma de sincretismo fundado na coexistência de valores culturais europeus e africanos. Num tal contexto, ser católico não implicava mudanças radicais, como ocorria nos casos em que predominava o protestantismo.

72 BASTIDE, 1967, p. 199.

FIGURA 29.5 Influência religiosa dos Yoruba na Bahia, Brasil. (Fotos: Pierre Verger.)

Esse sincretismo caracteriza-se pela utilização das datas das festas e dos santos católicos, juntamente com o recurso aos orixás e ao vodu. Assim, as festas das divindades correspondem às datas dos santos católicos. Roger Bastide afirma que o sincretismo não passa de máscara branca aposta sobre os deuses negros. Os valores das duas religiões se interpenetram em graus diferentes. No Brasil, por exemplo (ver figs. 29.5), alguns sacramentos do catolicismo, como o batismo, são retomados não só no sentido do ritual, mas também para reforçar ou fortalecer o indivíduo. Essa aculturação dos valores de origem europeia marca até as formas mais próximas das origens africanas, como o candomblé, a macumba e outras designações; algumas delas se aproximam da magia ou se caracterizam por ela. No caso da macumba, há que levar em conta a presença de valores ameríndios, e a aculturação se reveste no caso de uma tripla dimensão.

É possível encontrar exemplos de sincretismo com a cultura ameríndia nas Índias Ocidentais, principalmente em Honduras, onde surgiu um povo mestiço de cruzamentos de mulheres ameríndias com africanos, conhecido como Caraíbas negros[73]. Esses africanos descendiam dos Igbo, dos Efik e, mais tarde, dos Fante, Ashanti, Fon e Congo.

As "sociedades africanas" foram se transformando pouco a pouco em "sociedades negras", cujos laços com a África variam de caso para caso. Estão mais ou menos integradas socialmente, no sentido da conquista de uma cidadania plena.

Do ponto de vista social, a integração se dá em função das seguintes variáveis: o tipo da sociedade dos colonizadores brancos; a forma de exploração da terra; a religião do colonizador, protestante ou católica; a porcentagem mais ou menos importante da população ameríndia; e o grau de integração no processo econômico imposto pelo regime do colonizador, quer durante o período colonial propriamente dito, quer depois de obtida a independência pelos países do continente americano.

As formas de resistência já verificadas durante o período colonial, quando se formaram núcleos de escravos fugidos que tentavam viver à margem do sistema imposto pelo colonizador, manifestaram-se no final do século XVIII e incluíam mulatos. Esses grupos tendiam a manter e defender os valores típicos das sociedades africanas. O isolamento ou a integração desses "isolados", em relação à sociedade nacional, variou no século XIX em função do grau de desenvolvimento do país a que pertenciam e da evolução do sistema socioeconômico;

73 COELHO, R., 1964.

passou-se de um mundo caracterizado pelos valores rurais de uma economia de *plantations,* fazendas e engenhos de açúcar para formas mais próximas do tipo de economia existente no final do século XIX e começo do atual.

A integração do negro na sociedade rural variou em função das necessidades da agricultura, da falta ou da disponibilidade de mão de obra, da importância dos contingentes migratórios provenientes da Europa – alguns desses contingentes vieram especificamente com o objetivo de se integrar no sistema de trabalho. Foi o que se passou no Brasil com a cultura do café. Essa integração se revela de várias maneiras, englobando os cantos dos grupos religiosos de Cuba e do Brasil, o ritmo dos instrumentos[74] que foram efetivamente incorporados à cultura musical, a arte culinária, o emprego de certas técnicas, como, por exemplo, no Haiti, o uso de utensílios agrícolas como a enxada etc., a transmissão de valores de natureza religiosa e de filosofia de vida. Malgrado a ruptura provocada pela escravidão, a cultura africana resistiu e até criou uma nova cultura.

Conclusão

Quais foram os efeitos dos contatos entre africanos colonizados e negros norte-americanos? De início, somente a população africana de certas regiões entrou em interação com negros dos Estados Unidos e das Antilhas. Nos primórdios do período em estudo, tais regiões eram as que se tornaram lugares privilegiados de imigração ou de esforços de evangelização dos negros norte-americanos, quer dizer, principalmente a África ocidental, a África do Sul e o Chifre. Os povos das outras regiões também entraram pouco a pouco em contato, devido à progressiva penetração dos projetos pan-africanistas, dos escritos e do folclore dos negros norte-americanos etc., ou – o que teve um papel ainda mais importante – de iniciativas de jovens africanos de todo o continente que, em número crescente, iam cursar escolas superiores nos Estados Unidos da América.

A interação direta e profunda que os africanos tiveram em determinado meio negro e as influências que nele receberam (ver fig. 29.6) sem dúvida modificaram suas perspectivas e as dos afro-arnericanos, embora seja difícil avaliar a extensão disso. Mas os contatos que os africanos colonizados tiveram com os negros norte-americanos parecem, no entanto, ter marcado fortemente suas futuras atividades sociais e políticas. Segundo algumas opiniões, as ideologias e as estraté-

74 ORTIZ, 1950.

gias que os nacionalistas africanos elaboraram durante o período colonial foram claramente inspiradas em elementos extraídos dos negros norte-americanos. Segundo outras, de alguns estudiosos africanos por exemplo, os contatos com os meios negros norte-americanos foram decepcionantes e estéreis, como se vê por este cáustico testemunho:

> Uma das questões que me decidira a elucidar durante minha permanência nos Estados Unidos era a condição dos descendentes de antigos escravos levados da África para lá. [...] Creio poder afirmar sem receio de contradita que os negros dos Estados Unidos, em média, avançaram mais depressa do que os da África ocidental no plano do progresso econômico e material, mas estão muito atrás deles no que se refere à integridade e às qualidades que fazem o verdadeiro homem[75].

Outras opiniões, ainda, são de que muitos missionários afro-americanos que consideravam os africanos "pobres selvagens pagãos" são em parte responsáveis pela persistência entre os negros dos Estados Unidos de uma imagem deformada e negativa da África e dos africanos. Por outras palavras, as Igrejas missionárias, lançando-se com ardor ao recrutamento de negros norte-americanos para suas missões estrangeiras, não há dúvida de que por vezes sucumbiram à tentação de pintar uma África exótica, erótica e socialmente inferior, cuja salvação exigia grandes sacrifícios, trabalho duro e ajuda estrangeira.

De um ponto de vista pan-africanista mais geral, parece certo, no entanto, que os contatos entre africanos colonizados e negros norte-americanos ampliaram os horizontes políticos e ideológicos dos africanos e aumentaram sua competência técnica. Os planos de emigração negra anunciados com estardalhaço por Garvey, cujas publicações penetraram até o coração da África, foram apenas um *leitmotiv* graças ao qual os povos africanos tomaram consciência da existência dos negros dos Estados Unidos. O tema da redenção da África foi agitado com idêntica energia por missionários negros norte-americanos.

Mas foram os próprios africanos, depois disso, que tomaram a iniciativa de entrar em contato com os negros norte-americanos, matriculando-se em estabelecimentos de ensino que acolhiam sobretudo afro-americanos, participando de conferências pan-africanas etc. Em consequência, muitos africanos descobriram concepções técnicas, pedagógicas e políticas diferentes das que lhes proporcionava seu mundo colonizado. Ao regressarem à terra natal, muitos deles – inspirados nas novas ideias que lhes tinham sido reveladas – acharam que tinham o dever de procurar solução para os problemas de ideologia, de

75 ANI-OKOKON, 1927, p. 10.

FIGURA 29.6 Mesquita central de Lagos, um exemplo da influência brasileira na arquitetura da Nigéria. (Foto: Alan Hutchinson Library, Londres.)

identidade cultural, de valores pedagógicos, de poder político e de unidade ou de consciência pan-africana.

Nesse contexto histórico, as numerosas conferências pan-africanistas, os projetos de ensino geral e técnico do Instituto Tuskegee, o movimento da negritude e o lugar central dado por vezes aos negros do ultramar nos sonhos milenaristas dos africanos provam a constância do tema pan-africano entre os negros dos Estados Unidos e das Antilhas, mostrando, ao mesmo tempo, que as respostas africanas às aberturas do Novo Mundo foram variadas e que os próprios africanos acabaram por definir tais aberturas, de forma a adaptá-las às suas exigências particulares.

Em resumo, duas concepções inspiraram as populações da diáspora africana e as numerosas interações entre habitantes dos dois mundos negros. A primeira visava a união das forças religiosas das populações negras da África e dos Estados Unidos, ou a reconstrução da África, levando para ela, por iniciativa dos negros norte-americanos, técnicos negros dos Estados Unidos e das Antilhas. A segunda, que refletia a evolução dos africanos do estado de predicados para o de sujeitos, durante o período colonial, visava a redenção espiritual, a reconstrução social e a reforma política das coletividades africanas, graças ao repatriamento dos *africanos* e à mobilização dos recursos *africanos.* Sob a influência desta concepção, africanos foram estudar em escolas norte-americanas ou foram enviados aos Estados Unidos para participar em atividades técnicas e comerciais, enquanto outros foram afetados pelas publicações dos negros norte-americanos ou pelas ações anticolonialistas organizadas pelos da diáspora. Esta segunda concepção não parece rejeitar o idealismo que a primeira implica, mas antes o justifica e o reorienta dentro de uma perspectiva africana.

CAPÍTULO 30

O colonialismo na África: impacto e significação

Albert Adu Boahen

Em 1935, conforme vimos nos primeiros capítulos deste volume, o colonialismo sufocava a África com seu torniquete. Parecia ter vindo para ficar para sempre. No entanto, revelou-se tão efêmero como todos os empreendimentos baseados na força. No espaço de cerca de quarenta e cinco anos, a partir daquele ano, mais de 90% do território africano havia se libertado do colonialismo, que se mantinha somente ao sul do Limpopo. Na verdade, o colonialismo perdurou em toda a África pouco menos de cem anos: desde a década de 1880 até a de 1960. Na história de um povo e de um continente, esse período é mais do que breve. Como e por que foi possível erradicar o colonialismo, o que representa uma verdadeira façanha? Ou – citando Margery Perham – por que "uma emancipação tão espantosamente rápida de 1950 em diante"[1]? A resposta a tais questões constitui dois dos principais temas do último volume desta *História Geral da África*.

Neste capítulo, que encerra o presente volume, seria o caso de levantar duas questões essenciais. Em primeiro lugar, que herança o colonialismo legou à África, ou, ainda, qual foi seu impacto sobre ela? Em segundo lugar, qual é, em vista de tal impacto ou balanço geral, a significação do colonialismo para a África? Constitui um episódio revolucionário ou essencial da história desse continente? Trata-se de uma ruptura total com seu passado ou, finalmente, de

1 PERHAM, 1961, p. 24.

um acontecimento simplesmente transitório? Ou, ainda, para retomar os termos da questão colocada por L. H. Gann e Peter Duignan, "que lugar ocupa a era colonial dentro do vasto contexto da história africana?"[2]

O impacto do colonialismo

Talvez não haja tema tão controverso como o da influência do colonialismo sobre a África. Para alguns africanistas como L. H. Gann, Peter Duignan, Margery Perham e P. C. Lloyd, de modo geral sua influência foi benéfica e, na pior das hipóteses, não prejudicial para a África.

Lloyd, por exemplo, não hesita em afirmar o caráter positivo da influência colonial:

> É fácil questionar hoje a lentidão do desenvolvimento econômico durante os cinquenta anos de dominação colonial. Não obstante, a diferença entre a condição da sociedade africana do final do século XIX e a do final da Segunda Guerra Mundial é espantosa. As potências coloniais proporcionaram toda a infraestrutura da qual dependeu o progresso na época da independência: aparelho administrativo, aliás eficiente, que alcançava as aldeias mais remotas, uma rede de estradas, de ferrovias e de serviços básicos em matéria de saúde e de educação. As exportações de matérias-primas trouxeram considerável riqueza aos povos da África ocidental[3].

Em suas conferências de Reith, Margery Perham também afirmou que

> os críticos do colonialismo estão principalmente interessados no presente e no futuro imediatos, mas há que lembrar que nosso império em vias de extinção deixou atrás de si uma vasta herança histórica, carregada de legados positivos, negativos e neutros. Nem nós nem eles deveríamos omitir esta verdade[4].

É interessante notar que D. K. Fieldhouse, outro historiador inglês, chegou à mesma conclusão ,em uma obra recentíssima (1981):

> Parece então que o colonialismo não merece os elogios nem as maldições que comumente lhe lançam, pois que, se fez relativamente pouco para superar as causas da

2 "Epilogue", in GANN e DUIGNAN, 1970, p. 526.

3 LLOYD, 1972, p. 80-1.

4 PERHAM, 1961, p. 24.

pobreza nas colônias, não foi ele quem criou essa pobreza. O império teve importantíssimos efeitos econômicos, alguns bons, outros maus [...][5].

Finalmente, Gann e Duignan, que praticamente se consagraram à defesa do colonialismo na África, concluíam em 1968 que "o sistema imperial é um dos mais poderosos agentes de difusão cultural da história da África; o crédito, aqui, sobrepassa muito a conta do débito[6]". E, em sua introdução ao primeiro dos cinco volumes recentemente completados da obra que publicaram em comum, *Colonialism in Africa,* concluem mais uma vez: "Não partilhamos a tão generalizada opinião que assemelha o colonialismo à exploração. Consequentemente, interpretamos o imperialismo europeu na África quer como um agente de transformação cultural quer como instrumento de dominação política"[7].

Outros autores – essencialmente especialistas africanos, negros e marxistas e, sobretudo, os teóricos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento – alegam que o efeito positivo do colonialismo na África foi praticamente nulo. O historiador guianês negro Walter Rodney adotou uma posição particularmente extremada. Diz ele:

É costume dizer que de um lado havia exploração e opressão, mas que, de outro lado, os governos coloniais fizeram muito pelos africanos e contribuíram para o desenvolvimento da África. Para nós, isso é completamente falso. O colonialismo só tem um aspecto, um braço: é um bandido maneta[8].

Tais são os dois principais argumentos contraditórios sobre o colonialismo na África. Mas os fatos nos indicam a necessidade de uma proposta mais equilibrada, o que tentaremos fazer. Como se verá, o impacto do colonialismo tanto é positivo como negativo. No entanto, há que salientar desde o início que a maior parte dos efeitos positivos não é de origem intencional: trata-se antes de consequências acidentais ou de medidas destinadas a defender os interesses dos colonizadores, como M. H. Y. Kaniki e A. E. Afigbo salientaram nos capítulos 16 e 19, ou resultantes de mudanças inerentes ao sistema colonial em si, ou ainda – para retomar a expressão de Ali Mazrui – os efeitos positivos do colonialismo são efeitos "por erro, pela lei de ferro das consequências indesejadas"[9]. Do lado negativo, há ainda que assinalar ter havido razões, boas, más ou indiferentes, pelas quais certas

5 FIELDHOUSE, 1981, p. 105.

6 GANN e DUIGNAN, 1967, p. 382.

7 "Introduction" in GANN e DUIGNAN, 1969, p. 22-3.

8 RODNEY, 1972, p. 223.

9 MAZRUI, 1980, p. 41.

coisas não se realizaram; pelas quais, por exemplo – como Fieldhouse procurou demonstrar –, se recorreu ao trabalho forçado, não se desenvolveu a indústria, não se diversificou a agricultura nem se criaram serviços médicos adequados[10]. Começaremos assim examinando qual é a herança política do colonialismo, primeiro em sua dimensão positiva e, depois, em seus aspectos negativos.

Impacto no plano político

O primeiro impacto político positivo foi a instauração de um grau maior de paz e de estabilidade na África. Como vimos, o século XIX foi o século do Mfecane, das atividades dos mercadores swahili-árabes e nyamwezi, como Tippu Tip e Msiri nas Áfricas central e meridional, das *djihāds*, da ascensão dos impérios Tukulor e Mandinga no Sudão ocidental, da desintegração dos impérios Oyo e Ashanti na África ocidental, todos poderosos fatores de instabilidade e de insegurança. Ora, nessa época, a situação na Europa não era muito melhor. Foi a época das guerras napoleônicas, das revoluções "intelectuais", das guerras de unificação alemã e italiana, dos levantes da Polônia e da Hungria e das rivalidades imperiais que desembocaram na Primeira Guerra Mundial. Na África, as duas ou três primeiras décadas da era colonial (1880-1910, mais ou menos) aumentaram esse estado de instabilidade, de violência e de desordem e, conforme demonstrou J. C. Caldwell, provocaram vastas e imperdoáveis destruições, bem como sensível queda da população: o número de habitantes do Congo Belga reduziu-se à metade nos primeiros quarenta anos da dominação colonial, o dos Herero diminuiu quatro quintos, o dos Namo 50% e o da Líbia caiu cerca de 750 mil[11]. Mas nem as escolas marxistas e anticolonialistas ousariam negar o fato de que, após a ocupação colonial e a implantação dos vários aparatos administrativos, as guerras de expansão e de libertação acabaram e a maior parte das regiões da África, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, pôde gozar de paz e de segurança. As condições eram inteiramente positivas, já que facilitavam as atividades econômicas normais, bem como a mobilidade social e física em cada colônia. E isso, por sua vez, acelerou enormemente o ritmo da modernização, graças à difusão de ideias, de técnicas, de modas e de gostos novos.

O segundo impacto positivo do colonialismo foi a própria criação (no nível geopolítico) dos modernos Estados independentes da África. A partilha e a conquista coloniais, como A. E. Afigbo mostrou no capítulo 19, reformularam

10 FIELDHOUSE, 1981, p. 67-8, 71-4, 88-92.

11 DAVIDSON, B., 1964b, p. 37; 1978b, p. 150; WRIGHT, 1982, p. 42.

de modo revolucionário a face política da África. Em vez das centenas de clãs, de grupos de linhagem, de cidades-Estado, de reinos e de impérios, sem fronteiras nitidamente delimitadas, temos hoje cerca de cinquenta novos Estados de traços geralmente fixos; é bastante significativo que as fronteiras dos Estados, tais como foram estabelecidas durante o período colonial, não se tenham modificado depois da independência.

Em terceiro lugar, o sistema colonial também introduziu em quase todas as partes da África duas novas instituições que a independência não eliminou: um novo sistema judiciário e uma nova burocracia (ou administração). Não há a menor dúvida de que, em quase todos os Estados independentes da Africa (exceto os muçulmanos), as altas cortes de justiça introduzidas pelas autoridades coloniais foram mantidas e, nas antigas colônias britânicas, não só na forma (conservaram até as perucas e as togas, apesar do clima) como também no conteúdo e na ética.

As estruturas estabelecidas pouco a pouco (ainda que em muitos casos tardiamente) pela administração das colônias provocaram o aparecimento de uma classe de funcionários cujo número e influência só fizeram aumentar com os anos. A importância dessa herança varia de um sistema colonial para outro. É certo que os britânicos legaram às suas colônias uma burocracia mais bem formada, mais numerosa e mais experimentada do que os franceses; os belgas e os portugueses foram os piores nesse aspecto.

O último impacto positivo do colonialismo foi o nascimento não só de um novo tipo de nacionalismo africano, mas também do pan-africanismo. O primeiro, como vimos, representou o desenvolvimento de certo grau de identidade e de consciência entre as classes ou grupos étnicos que habitavam cada um dos novos Estados ou, tal como nas colônias da África Ocidental Francesa, conjuntos de Estados; o segundo nos remete ao sentimento de identidade dos negros como tais. Os agentes da constituição do nacionalismo foram, conforme demonstrou B. O. Oloruntimehin no capítulo 22, diversos movimentos, partidos políticos, ligas e associações de juventude, seitas religiosas e jornais; os agentes do pan-africanismo foram os diversos congressos pan-africanistas que R. D. Ralston estudou no capítulo anterior. Mas, por importante que seja esse legado, trata-se mais de um exemplo típico de consequência acidental do que de uma criação deliberada. Nenhuma autoridade colonial sonhou jamais em criar ou cultivar o nacionalismo africano.

Mas, se os efeitos positivos do colonialismo são inegáveis, seus aspectos negativos são ainda mais marcantes. Em primeiro lugar, o desenvolvimento do nacionalismo, não obstante toda a sua importância, não foi somente uma

consequência acidental da colonização: antes de ser resultado de um sentimento positivo de identidade, de compromisso ou de lealdade para com o novo Estado Nacional, ele se animou por um sentimento de cólera, de frustração e de humilhação suscitado por certas medidas de opressão, de discriminação e de exploração introduzidas pelas autoridades coloniais. Com a reversão do colonialismo, tal sentimento perdeu efetivamente sua força e os novos dirigentes dos Estados africanos independentes se viram diante de um problema: como transformar essa reação negativa em nacionalismo positivo e duradouro?

Em segundo lugar, mesmo admitindo que a estrutura geopolítica criada tenha sido um êxito (mais uma vez acidental), há de se convir que ela mais levanta do que resolve problemas. Certamente, como o demonstraram G. N. Uzoigwe e A. E. Afigbo (capítulos 2 e 19), as fronteiras dos novos Estados não são tão arbitrárias como geralmente se acredita. Não haja porém dúvidas de que muitos desses Estados foram criações artificiais e de que essa artificialidade colocou alguns problemas para pesarem fortemente sobre o desenvolvimento futuro do continente. O primeiro é o seguinte: certas fronteiras dividem grupos étnicos já existentes e retalham Estados e reinos, o que provoca perturbações sociais e deslocamentos. Por exemplo, os Bakongo estão divididos pelas fronteiras de Angola, Congo Belga (atual Zaire), Congo francês (atual República Popular do Congo) e Gabão. Hoje em dia, parte dos Ewe vive em Gana, outra no Togo e outra, ainda, no Daomé (atual Benin); os Somali estão espalhados pela Etiópia, Quênia, Somália e Djibouti; os Senufo encontram-se no Mali, na Costa do Marfim e no Alto Volta. Estes exemplos poderiam ser multiplicados. Uma das consequências importantes desta situação são as crônicas questões fronteiriças a prejudicar as relações de alguns Estados africanos independentes (Sudão/Uganda, Somália/Etiópia, Quênia/Somália, Gana/Togo, Nigéria/Camarões). Em segundo lugar, dada a natureza arbitrária dessas fronteiras, cada Estado Nacional é constituído por uma miscelânea de povos de cultura, tradições e língua diferentes. Os problemas que essa mescla levanta para a edificação de uma nação não se têm mostrado fáceis de solucionar.

O caráter artificial e arbitrário das divisões coloniais teve ainda outra consequência: os Estados que surgiram têm superfícies diferentes, recursos naturais e possibilidades econômicas desiguais. Enquanto algumas nações resultantes da partilha são gigantes, como o Sudão, a Nigéria e a Argélia, outras são anãs, como Gâmbia, Lesotho, Togo e Burundi. Enquanto o Sudão e o Zaire têm superfícies de, respectivamente, 2,5 e 2,35 milhões de quilômetros quadrados, as da Zâmbia, Lesotho e Burundi são de 10350, 29200 e 27800 quilômetros quadrados. Infelizmente, é maior o número de pequenos e de médios do que

de grandes Estados[12]. Por outro lado – o que é ainda mais grave –, alguns têm imensas faixas litorâneas, mas outros, como o Mali, Alto Volta, Níger, Chade, Zâmbia, Uganda, Malavi, não possuem acesso direto ao mar. Finalmente, alguns Estados são muito ricos em recursos naturais, como Gana, Zâmbia,Zaire, Costa do Marfim e Nigéria, mas outros foram modestamente aquinhoados, como o Chade, Níger e Alto Volta. E se alguns só têm uma fronteira para vigiar, como Gâmbia, outros têm quatro e até mais, como o Zaire, que tem dez. Isso cria graves problemas de segurança nacional e de controle do contrabando. São fáceis de imaginar os problemas de desenvolvimento que suscitam a falta ou a limitação de recursos naturais, de terras férteis ou de acesso ao mar para os países africanos que receberam essa malfadada herança.

Cumpre mencionar outro aspecto importante, mas negativo, do choque do colonialismo: o enfraquecimento dos sistemas de governo indígenas. Em primeiro lugar, conforme S. Abubakar salientou recentemente, e como foi demonstrado pela maior parte dos capítulos do presente volume, quase todos os Estados africanos foram criados em seguida a conquistas e após a deposição ou o exílio dos dirigentes indígenas, o que "certamente lançou em descrédito os sobados em geral, sobretudo no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial"[13]. Certas potências coloniais, como a França, como já vimos, também aboliram várias monarquias tradicionais, depuseram certas famílias reinantes e nomearam para sobas pessoas que não tinham o menor direito à função, para delas fazer funcionários a serviço das autoridades coloniais. Quanto aos britânicos e aos belgas, conservaram os dirigentes tradicionais e suas instituições e até, como demonstrou R. F. Betts no capítulo 13, criaram algumas onde elas não existiam e procuraram administrar as colônias por seu intermédio. No entanto, os funcionários coloniais instalados localmente assumiam junto desses chefes tradicionais o papel de ditadores e não de conselheiros, utilizando-os ainda para aplicar algumas medidas consideradas odiosas pelos súditos, como o trabalho forçado, os impostos diretos e o recrutamento obrigatório de homens para os exércitos coloniais.

Os anais coloniais, conforme revelam pesquisas recentes sobre a política rural nos anos entre guerras em Gana[14], estão repletos de menções a revoltas e rebeliões de jovens contra seus chefes e até de destituição destes. Além disso, o sistema colonial de administração da justiça, em que os súditos podiam apelar para os

12 MAZRUI, 1980, p. 90.

13 ABUBAKAR, 1980, p. 451.

14 JENKINS, 1975.

tribunais coloniais, enfraquecia não só as autoridades como também os recursos financeiros dos dirigentes tradicionais[15]. Finalmente, a difusão do cristianismo acabou por minar os fundamentos espirituais da autoridade dos régulos. Em todo caso, o sistema colonial, na defesa de seus interesses, tanto enfraquecia ou esmagava os chefes coloniais como se aliava a eles e os utilizava. Nas duas hipóteses, contudo, o sistema colonial diminuía, afinal de contas, a autoridade deles.

Outro impacto negativo do colonialismo, do ponto de vista político, foi a mentalidade que criou entre os africanos, segundo a qual a propriedade pública não pertencia ao povo, mas às autoridades coloniais brancas, podendo e devendo estas assim tirar proveito dela em todas as oportunidades. Essa mentalidade está perfeitamente expressa nestes ditados de Gana: *Oburoni ade see a, egu po mu,* ou *aban wotwuu no adze wonnsua,* o que quer dizer, mais ou menos:

"Se os bens do homem branco forem danificados, o mais simples é atirá-los ao mar" e "O governo deve ser lançado na lama e não elevado". Os dois ditados implicam que ninguém deve se importar com o que acontece com a propriedade pública. Essa mentalidade era o produto direto da natureza distante e secreta da administração colonial e da eliminação da esmagadora maioria dos africanos "cultos" ou não dos processos de tomada de decisão. É importante observar que tal mentalidade ainda subsiste entre a maior parte dos africanos, após décadas de independência, explicando em parte a indiferença com que a propriedade pública é tratada em muitos países africanos independentes.

Puro produto do colonialismo, ignorado pela maior parte dos historiadores, mas que se revelou de uma importância decisiva e crucial, é – como o demonstrou muito bem o estudo de R. F. Betts (capítulo 13) – a existência de um exército permanente em expediente completo. Já ficou amplamente comprovado que a maior parte dos Estados africanos ao sul do Saara não tinha exército permanente. Em toda a África ocidental, só o Daomé (atual Benin) o possuía, com um "regimento feminino", as célebres Amazonas. Na maior parte dos casos, não havia dicotomia entre civis e militares. Pelo contrário: todos os adultos do sexo masculino, inclusive os membros da aristocracia dominante, eram soldados em tempo de guerra e civis em tempo de paz. Portanto, uma das instituições mais inovadoras que o colonialismo introduziu em cada região foi o exército profissional. Na origem, os exércitos foram criados essencialmente nas décadas de 1880 e 1890, para a conquista e a ocupação da África, e, depois, serviram para manter a dominação colonial, para dar andamento a guerras mais vastas e

15 ADOO-FENING, 1980, p. 509-15.

para esmagar os movimentos de independência africanos. Após a derrocada do sistema colonial, eles não foram dispersos, mas recuperados pelos novos chefes africanos independentes, para afinal se revelarem o mais problemático legado do colonialismo. Como o reconheceu W. Gutteridge, as forças armadas "têm agido a longo prazo contra a estabilidade das ex-colônias"[16]. Na verdade – como se verá no volume VIII desta obra –, por suas repetidas e muitas vezes injustificáveis e supérfluas intervenções na política dos Estados africanos independentes, os exércitos se tornaram um verdadeiro grilhão que os governos e os povos africanos têm de suportar.

O último impacto negativo do colonialismo, provavelmente o mais importante, foi a perda da soberania e da independência e, com ela, do direito dos africanos a dirigir seu próprio destino ou a tratar diretamente com o mundo exterior. Desde os séculos XVI e XVII, Estados como o Daomé (atual Benin) e Congo enviavam embaixadas e missões às cortes dos reis europeus. Até a década de 1890, como já vimos, alguns Estados africanos tratavam de igual para igual com seus parceiros europeus. O Asantehene, o rei da Matabelelândia, e a rainha de Madagáscar enviaram missões diplomáticas à rainha da Inglaterra, nessa época. O colonialismo pôs fim a tudo isso e privou assim os Estados da África da possibilidade de adquirir experiência no domínio da diplomacia e das relações internacionais.

No entanto, a perda da independência e da soberania teve para os africanos uma significação bem mais profunda. Antes de mais nada, representou a perda do direito de se incumbir de seu destino, de planejar seu próprio desenvolvimento, de gerir sua economia, de determinar suas próprias estratégias e prioridades, de obter livremente lá fora as técnicas mais modernas e adaptáveis e, de maneira geral, de administrar – bem ou mal – seus próprios assuntos, buscando inspiração e alegria em seu próprio êxito e extraindo a lição de seus fracassos. Em resumo, o colonialismo privou os africanos de um dos direitos mais fundamentais e inalienáveis dos povos: o direito à liberdade.

Rodney já mostrou que os setenta anos de colonialismo na África foram um período de evolução decisiva, fundamental, para os países capitalistas e socialistas. Foi uma época em que a Europa, por exemplo, entrou na era da energia nuclear, do avião e do automóvel. Se a África tivesse podido dominar seu próprio destino, poderia ter tirado vantagem dessas espantosas mudanças ou até mesmo ter participado delas. No entanto, o colonialismo isolou-a por completo,

16 GUTTERIDGE, 1975.

mantendo-a em estado de sujeição. Evidentemente, é a perda de independência e de soberania, a privação do direito fundamental à liberdade e o isolamento político impostos à África pelo colonialismo que constituem um dos efeitos mais perniciosos do colonialismo no plano político.

O impacto no terreno econômico

O impacto no terreno político foi, portanto, importante, mesmo que sua positividade esteja longe de ser total. De igual importância, e até maior, foi a herança econômica. O primeiro efeito positivo do colonialismo – o mais evidente e o mais profundo – foi, como vimos em muitos capítulos anteriores, a constituição de uma infraestrutura de estradas e vias férreas, a instalação do telégrafo, do telefone e, às vezes, de aeroportos. Nada disso existia evidentemente na África pré-colonial, onde, como disse J. C. Caldwell, "quase todos os transportes terrestres – até a era colonial – se faziam às costas dos homens" (ver capítulo 18). Essa infraestrutura de base foi terminada na África por volta da década de 1930 e, depois disso, poucos quilômetros de ferrovias foram acrescentados. Sua importância ia além do interesse puramente econômico, já que facilitava o movimento não só de mercadorias, de culturas de exportação e de tropas, mas também de pessoas – o que contribuiu para reduzir o "espírito paroquiano", o regionalismo e o etnocentrismo.

O impacto do colonialismo sobre o setor primário da economia foi igualmente significativo e importante. Como ficou bem claro mais acima, o colonialismo tratou por todas as formas de desenvolver e de explorar alguns dos ricos recursos naturais do continente – e, nesse plano, obteve êxitos importantes. Foi durante o período colonial que todo o potencial mineral da África foi descoberto, a indústria mineira teve enorme expansão e as safras de exportação – cacau, café, tabaco, amendoim, sisal, borracha etc. – se disseminaram. Foi durante esse período que a Costa do Ouro se tornou o primeiro produtor mundial de cacau, enquanto em 1950 as culturas de exportação representavam 50% do produto interno bruto da África Ocidental Francesa. Há que salientar, como M. H. Y. Kaniki o fez antes (capítulo 16), que na África ocidental essas culturas foram desenvolvidas pelos próprios africanos, o que mostra claramente seu desejo e capacidade de adaptação e resposta favoráveis aos estímulos positivos. Conforme demonstrou J. Forbes Munro, a maior parte dessas mudanças econômicas fundamentais manifestou-se durante vinte anos, de meados dos anos 1890 a 1914, época em que "as infraestruturas da maior parte das economias nacionais contemporâneas

foram criadas pelas autoridades coloniais" e em que "o comércio entre a África e o resto do mundo se desenvolveu a um ritmo sem precedente histórico"[17].

Essa revolução econômica teve consequências de grande alcance. A primeira foi a comercialização da terra, o que a transformou em valor real. Antes da era colonial, é incontestável que enormes extensões de terra, em muitas partes da África, estavam subpovoadas e sub-exploradas. A introdução e a difusão das culturas de exportação, bem como o desenvolvimento das indústrias mineiras, puseram termo a tal situação. De fato, o ritmo de desmatamento das florestas virgens foi tal que as autoridades coloniais se viram obrigadas a constituir reservas um pouco por toda a parte da África para deter sua exploração. Em segundo lugar, a revolução econômica provocou o aumento do poder aquisitivo de alguns africanos e, portanto, da procura de bens de consumo. Em terceiro lugar, o fato de os próprios africanos cultivarem safras exportáveis permitiu que as pessoas enriquecessem, fosse qual fosse sua posição social, principalmente nas regiões rurais.

Outro efeito revolucionário do colonialismo, em quase todas as regiões do continente, foi a introdução da economia monetária. Conforme Walter Rodney salientou no capítulo 14, todas as comunidades africanas, inclusive os grupos pastoris, caracterizados pelo conservadorismo, tinham sido arrastadas para esse tipo de economia por volta da década de 1920. Os efeitos dessa mudança foram mais uma vez significativos. Em primeiro lugar, desde a década de 1930, fora introduzido um novo padrão de riqueza, o qual já não se baseava na quantidade de carneiros, de vacas ou de inhame que o indivíduo possuía, mas no dinheiro. Em segundo lugar, as pessoas passaram a desenvolver atividades não mais centradas na necessidade da subsistência, mas no dinheiro, o que, em contrapartida, levaria como veremos à irrupção de uma nova classe de trabalhadores jornaleiros e assalariados. Em terceiro lugar, a introdução da economia monetária assinala o início das atividades bancárias na África, que se tornaram uma outra característica importante da economia dos Estados africanos independentes.

A introdução da moeda e das atividades bancárias levou, com a vasta expansão do volume de comércio entre a África colonizada e a Europa, àquilo que A. G. Hopkins descreveu como o término da "integração da África ocidental na economia do mundo industrializado", graças à "criação de condições que davam ao mesmo tempo a europeus e africanos os meios e os motivos de desenvolver e diversificar um comércio regular"[18]. A situação não era diferente nas outras partes da África e, em 1935, a economia africana se tornara inextricavelmente

17 MUNRO, 1976, p. 86.

18 HOPKINS, A. G., 1973, p. 235.

ligada à do mundo em geral e à das potências coloniais capitalistas em particular. Os anos posteriores não fizeram mais do que firmar esse laço, que a própria independência não alterou no fundamental.

O impacto colonial foi então benéfico para o continente no plano econômico? De maneira nenhuma, e a maior parte dos atuais problemas de desenvolvimento com que a África se depara provém desse legado.

Primeiro, como M. H. Y. Kaniki sublinhou no capítulo 16, a infraestrutura proporcionada pelo colonialismo não era tão útil nem tão adaptada como poderia ser. As estradas e as ferrovias, em sua maioria, não haviam sido construídas para abrir o país, mas apenas para ligar com o mar as zonas dotadas de jazidas minerais e de potencial para a produção de safras comerciais ou, citando Fieldhouse, "para ligar áreas de produção interna ao mercado mundial de mercadorias primárias"[19]. Praticamente não havia ramais rodoviários nem ferroviários.

A rede não se destinava a facilitar as comunicações interafricanas. A infraestrutura fora de fato concebida para facilitar a exploração dos recursos das colônias e conectá-los às metrópoles, não para promover o desenvolvimento econômico global da África ou os contatos entre africanos.

Segundo, o crescimento econômico das colônias baseava-se nos recursos materiais das regiões, de modo que as zonas desprovidas de tais recursos haviam sido negligenciadas por completo. Daí as gritantes desigualdades econômicas dentro de uma mesma colônia, que acentuavam e exacerbavam, por sua vez, as diferenças e os sentimentos regionais, o que representou grande obstáculo à constituição das nações na África independente. Como disse um eminente economista, "as diferenças tribais poderiam desaparecer facilmente no mundo moderno, se todas as tribos vivessem em igualdade econômica. Quando o nível destas é muito desigual, apela-se para as diferenças tribais para proteger os interesses econômicos"[20].

Terceiro, uma das características da economia colonial consistia em negligenciar ou em desencorajar deliberadamente a industrialização e a transformação das matérias-primas e dos produtos agrícolas na maioria das colônias. Conforme destacou Fieldhouse, "é provável que nenhum governo colonial possuísse um ministério da indústria antes de 1945"[21]. Produtos tão simples e tão essenciais como fósforos, velas, cigarros, óleo comestível e até suco de laranja e de limão, que poderiam ser todos fabricados com facilidade na África, eram importados.

19 FIELDHOUSE, 1981, p. 67.

20 LEWIS, W. A., 1965, p. 24-5.

21 FIELDHOUSE, 1981, p. 68.

De acordo com o sistema da economia colonial capitalista, todos os Estados africanos se haviam transformado em mercados de consumo dos produtos manufaturados das metrópoles e em produtores de matérias-primas destinadas à exportação. O fato de as potências coloniais, as empresas comerciais e mineiras haverem negligenciado totalmente a industrialização pode ser levantado como uma das acusações mais graves contra o colonialismo. Aliás, ele também proporciona a melhor justificativa para o ponto de vista de que o período colonial foi antes um período de exploração econômica do que de desenvolvimento para a África. Uma das consequências importantes da não industrialização foi que, bem mais do que no domínio político, o número de africanos preparados para assumir o papel dos europeus permanece muito reduzido.

Quarto, não só a industrialização foi negligenciada como as indústrias e as atividades artesanais existentes na época pré-colonial foram destruídas. Note-se que nessa época as indústrias africanas produziam tudo de que o país necessitava, sobretudo materiais de construção, sabão, miçangas, utensílios de ferro, cerâmica e, principalmente, roupas. Se essa indústria local tivesse sido incentivada e desenvolvida com a modernização de suas técnicas de produção (como se fez na Índia, entre 1920 e 1945)[22], a África teria conseguido aumentar sua produção e melhorar, pouco a pouco, sua tecnologia. Mas tais indústrias e atividades artesanais foram praticamente aniquiladas em face da importação de gêneros baratos, produzidos em série. O desenvolvimento tecnológico africano foi assim paralisado e só tomou novo impulso após a independência.

Quinto, embora a agricultura intensiva acabasse por se tornar a principal fonte de renda da maior parte dos Estados africanos, nenhuma tentativa fora feita para diversificar a economia rural das colônias. Muito pelo contrário, como se viu em alguns capítulos anteriores, a produção de uma ou de duas culturas de exportação tornara-se a regra em 1935: cacau, na Costa do Ouro; amendoim, no Senegal e em Gâmbia; algodão, no Sudão; café e algodão, em Uganda; café e sisal, em Tanganica etc. O período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial não conheceu melhora alguma nesse domínio e os Estados africanos, em sua maioria, descobriram, no momento da independência, que suas economias se baseavam na monocultura, sendo, portanto, muito sensíveis às flutuações do comércio internacional. O colonialismo, não há dúvida, integrou as economias africanas na ordem econômica mundial, mas de forma bastante desvantajosa e exploradora, e as coisas praticamente não mudaram depois disso.

22 Ibid., p. 92-5.

O fato de depender tão fortemente de culturas exportáveis teve outro efeito desastroso: negligenciar o setor interno da economia africana. Esta sempre estivera dividida, como M. H. Y. Kaniki demonstrou no capítulo 16, em dois setores principais: o setor interno, que produzia ao mesmo tempo para a subsistência dos produtores e para o mercado interno, e o setor de exportação, que trabalhava para o mercado externo e para os comerciantes de caravana. Na época pré-colonial, os dois setores eram considerados igualmente importantes e, em consequência, não se precisava importar nenhum produto para alimentar a população. Mas a concentração nas culturas exportáveis verificada na época colonial fez com que o setor interno ficasse praticamente esquecido, sendo os africanos compelidos a abandonar a produção de alimentos destinados a seu próprio consumo, em benefício da produção de culturas de exportação, mesmo quando fosse antieconômico fazê-lo, conforme observa Fieldhouse[23]. Portanto, foi obrigatório importar alimentos, e o povo tinha de os adquirir a preços geralmente elevados. Assim ocorreu, por exemplo, em Gâmbia: os habitantes foram levados a substituir a cultura do arroz pela de amendoim, passando o arroz a ser importado daí em diante[24]. Na Guiné, os africanos de Futa Jallon foram obrigados a produzir borracha, provocando em 1911 a falta de arroz, o qual passou a ser importado e pago com o dinheiro proveniente da borracha. O Egito, que durante séculos havia exportado cereais e outros alimentos, teve de importar milho e trigo desde o começo do século XX, devido à excessiva concentração na cultura do algodão para o mercado externo. O mesmo se deu na Costa do Ouro, onde a produção de cacau foi tão intensificada que houve necessidade de importar alimentos. É o que demonstram claramente as advertências de A. W. Cardinall, funcionário colonial compreensivo, que assinalava com pesar, na década de 1930, que o país poderia ter produzido por si mesmo "a metade do peixe fresco, arroz, milho e outros cereais, feijão, carne salgada e fresca, óleo comestível, especiarias e legumes frescos (importados) ou, em outros termos, poderia ter economizado 200 mil libras"[25].

O trabalho forçado e o abandono da produção de alimentos provocaram bastante desnutrição, fomes e epidemias severas em algumas regiões da África, nos primórdios do colonialismo, sobretudo na África francesa, conforme C. Coquery-Vidrovitch salientou no capítulo 15. Assim, no sistema colonial, os africanos estavam na maior parte dos casos destinados a produzir aquilo que

23 Ibid., p. 88.

24 RODNEY, 1972, p. 257-8.

25 Apud CROWDER, 1968, p. 348.

não consumiam e a consumir aquilo que não produziam, o que mostra muito bem o caráter explorador, claudicante, da economia colonial.

Nas regiões em que a população africana não estava autorizada a se dedicar às culturas de exportação, como no Quênia e na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), Colin Leys demonstrou que os africanos, "no espaço de uma geração, tinham efetivamente passado da condição de camponeses independentes, que produziam culturas comerciais para os novos mercados, para a de camponeses dependentes de trabalho agrícola assalariado"[26].

Sexto, a comercialização da terra, a que já nos referimos, levou à venda ilegal das terras comunais, praticada por chefes de família sem escrúpulos, ou então a crescentes litígios, os quais generalizaram a pobreza, sobretudo entre as famílias dirigentes. Nas Áfricas oriental, central e meridional, como o demonstraram numerosos capítulos anteriores, essa comercialização também levou a uma apropriação de terras em grande escala pelos europeus. Na África do Sul, 89% do território foi reservado aos brancos, que constituíam 21% da população; na Rodésia do Sul, 37% das terras para 5,2% de população branca; 7% no Quênia para menos de 10% da população; 3% na Rodésia do Norte (atual Zâmbia) para somente 2,5% da população. Ressalte-se que essas eram as terras mais férteis de cada país[27]. Tal apropriação não podia deixar de produzir rancor, cólera e frustração, e foi a causa fundamental da grave explosão "Mau Mau" verificada no Quênia.

A colonização levou, também, como ficou salientado mais acima, ao aparecimento no cenário africano de um número crescente de companhias bancárias, comerciais e marítimas estrangeiras, as quais, de 1910 em diante, se fundiram e se consolidaram sob a forma de oligopólios. Na medida em que essas companhias comerciais controlavam tanto as importações como as exportações, fixando os preços em ambos os casos, os enormes lucros gerados por essas atividades iam para as companhias e não para os africanos. Além disso, não havia impostos sobre os lucros, nenhuma regulamentação que obrigasse essas companhias a investir parte deles localmente ou a pagar rendas mais elevadas por suas concessões. Nem as administrações coloniais locais nem os proprietários africanos, contudo, tiravam proveito direto de tais atividades.

A outra consequência desse processo, evidentemente, foi a eliminação dos africanos dos setores mais importantes e lucrativos da economia. Os príncipes mercadores africanos da segunda metade do século XIX desapareceram pra-

26 LEYS, 1975, p. 31.

27 SAMPSON, 1960, p. 46-7.

ticamente de cena, enquanto seus descendentes se tornavam empregados das empresas estrangeiras para sobreviver. Também aqui, como no domínio industrial, impediu-se a formação de uma classe de africanos dotada de experiência comercial e de técnicas de direção.

Como Rodney observou no capítulo 14, o colonialismo pôs virtualmente fim ao comércio interafricano. Antes da época colonial, grande parte do comércio decorria entre os Estados africanos; de fato, as atividades mercantis de longa distância e as caravanas constituíam um traço muito comum da economia africana tradicional. Mas, com o surgimento do colonialismo, o comércio interafricano de pequena e de longa distância foi desestimulado, senão completamente proibido, já que, para citar Rodney, "as fronteiras políticas arbitrárias (de cada colônia) eram geralmente traçadas para indicar o limite das economias" e que o fluxo do comércio de cada colônia era reorientado para a metrópole. A eliminação de boa parte dessas antigas relações mercantis interafricanas impediu assim o estreitamento dos velhos laços e o desenvolvimento de outros novos, que pudessem vir a ser de benefício para os africanos. Pela mesma razão, a África não pôde desenvolver laços comerciais diretos com outras regiões do mundo, como a Índia ou a China.

Finalmente, todo o progresso econômico realizado durante o período colonial custou elevado e injustificável preço para os africanos: o trabalho forçado, o trabalho migratório (o qual, segundo Davidson, "provavelmente fez mais para desmantelar as culturas e as economias pré-coloniais do que a maioria dos outros aspectos da experiência colonial em conjunto")[28], a cultura obrigatória de certas espécies, a tomada compulsória de terras, a mobilização forçada de populações (com o consequente deslocamento da vida familiar), o sistema de "passes", a elevada taxa de mortalidade nas minas e nas *plantations,* a brutalidade com que os movimentos de resistência e de protesto provocados por essas medidas foram reprimidos etc. E, sobretudo, as políticas monetárias seguidas pelos poderes coloniais em relação às suas colônias – atrelando suas moedas às da metrópole, introduzindo tarifas e mantendo todos os lucros do câmbio nas capitais metropolitanas –, enquanto asseguravam moedas estáveis e plenamente conversíveis, levaram ao congelamento dos ativos coloniais nas capitais metropolitanas, que não eram assim tornados líquidos e investidos nas colônias. A repatriação de economias e depósitos de africanos pelos bancos, e a discriminação praticada contra estes na abertura de créditos contribuíram ainda mais para impedir o desenvolvimento da África.

28 DAVIDSON, B., 1978b, p. 113.

A partir daí, pode-se concluir sem risco que, malgrado os protestos de Gann e Duignan, o período colonial foi antes de impiedosa exploração econômica do que de desenvolvimento para a África, e que o impacto do colonialismo sobre o continente foi, no plano econômico, de longe, o mais negativo de todos

Efeitos no plano social

Finalmente, qual é o legado do colonialismo no plano social? O primeiro efeito benéfico importante foi o aumento geral da população africana, no decurso do período. J. C. CaldweIl já demonstrou (capítulo 18) que ele atingiu 37,5%, após as primeiras duas ou três décadas de dominação europeia. A expansão, segundo esse autor, deveu-se ao estabelecimento de sólidas bases econômicas e ao desenvolvimento de malhas rodoviárias e ferroviárias, que permitiu transportar mantimentos para as regiões onde reinava a fome, bem como lançar campanhas contra doenças como a peste bubônica, a febre amarela e a doença do sono.

O segundo impacto social do colonialismo está estreitamente ligado ao primeiro: foi a urbanização. Como A. E. Afigbo salientou no capítulo 19, ela não era desconhecida na África pré-colonial. Os reinos e impérios africanos possuíam capitais e centros políticos, como Kumbi Saleh, Benin, Ile-Ife, Kumasi, Gao e Zimbábue, além de centros comerciais como Kano, Jenne, Sofala e Melinde. Havia ainda centros educacionais como Tombuctu, Cairo e Fez. Não há dúvida, porém, que o colonialismo acelerou enormemente o ritmo da urbanização. Surgiram cidades inteiramente novas: Abidjan, na Costa do Marfim; Takoradi, na Costa do Ouro; Port Harcourt e Enugu, na Nigéria; Nairóbi, no Quênia; Salisbury (atual Harare), na Rodésia do Sul; Lusaka, na Rodésia do Norte (atual Zâmbia); Luluabourg, na província de Kasai, do Congo Belga (atual Zaire).

Além disso, como Caldwell demonstrou mais acima (capítulo 18), as populações das cidades já existentes e as das cidades novas aumentaram a largos passos durante a era colonial. Nairóbi, fundada em 1896, não passava então de mero entreposto de trânsito para a construção da estrada de ferro de Uganda. Sua população atingia 13 145 habitantes, em 1927, e mais de 25 mil, em 1940. A população de Casablanca passou de 2026, em 1910, para 250 mil, em 1936; a de Acra, na Costa do Ouro, passou de 17892, em 1901, para 135926, em 1948; a de Lagos atingia 74 mil, em 1914, e chegou a 230 mil, em 1950; a de Dacar passou de 19800, em 1916, para 92 mil, em 1936, e para 132 mil, em 1945; por fim, a de Abidjan, que era de 800 habitantes, em 1910, atingia 10 mil, em 1914, e 127 mil, em 1955.

Estes números mostram claramente que o rápido crescimento da população urbana na África ocorreu depois da Primeira Guerra Mundial e, particularmente, no período 1913-1945, do qual se diz que foi o do apogeu do colonialismo na África. De resto, essas cidades cresceram rapidamente nesse período por serem as novas capitais ou os centros administrativos dos regimes coloniais (caso de Abidjan, Niamey, Nairóbi, Salisbury e Lusaka) ou, então, novos portos, estações ferroviárias ou entroncamentos rodoviários (Takoradi, Port Harcourt, Bamako, Bulawayo) ou, ainda, novos centros mineiros ou comerciais (Obuasi, Jos, Luluabourg, Kimberley, Johannesburgo).

Sem dúvida, houve uma melhora na qualidade de vida, sobretudo para quem vivia nos centros urbanos. Caldwell mostrou, no capítulo 18, que para tanto contribuíram os hospitais, os dispensários, a água corrente, os sistemas sanitários, as habitações melhores, bem como a abolição de práticas como a escravidão doméstica e o aumento das possibilidades de trabalho.

A difusão do cristianismo, do islamismo e da educação ocidental representou outro importante impacto do colonialismo. Está fora de dúvida que os missionários cristãos e os religiosos muçulmanos, aproveitando a paz e a ordem reinantes, assim como o patrocínio e, em certas regiões, o encorajamento do colonialismo, expandiram suas atividades sempre e cada vez mais longe pelo interior do continente. Segundo a lição de K. Asare Opoku, no capítulo 20, o cristianismo e o islamismo ganharam mais terreno durante o período colonial do que nos três ou quatro séculos anteriores. Foi nele, com efeito, que o cristianismo assentou solidamente os pés nas Áfricas oriental e central, quer precedendo os exércitos e os mercadores, quer seguindo-lhes os rastros. O islamismo também se propagou rapidamente pelas Áfricas ocidental e oriental graças à melhora geral das comunicações e ao patrocínio das autoridades coloniais francesas e britânicas. Cumpre realçar, como Opoku, que essa expansão não se fez à custa da religião tradicional. O colonialismo, nesse caso, reforçou e perpetuou o pluralismo religioso dos africanos e, por conseguinte, enriqueceu-lhes a vida religiosa.

A propagação da educação ocidental está estreitamente ligada à do cristianismo. Conforme ficou demonstrado em vários capítulos anteriores, as missões cristãs foram em grande parte responsáveis por esse processo. Não se deve entretanto esquecer que elas trabalhavam essencialmente subvencionadas pelas administrações. Certamente, no final da era colonial, restavam relativamente poucas zonas que não contassem, pelo menos, com escolas primárias. A difusão da educação ocidental teve efeitos sociais de grande alcance, entre os quais o número crescente dos membros da elite africana educados à europeia – elite

que hoje em dia constitui a oligarquia reinante e o essencial da administração dos Estados africanos.

Outro impacto colonial importante, cuja vantagem, como veremos, é discutível: a instituição de uma *língua franca* em cada colônia ou conjunto de colônias. Por toda a parte, a língua materna da potência colonial, em sua forma pura ou na de um *pidgin,* tornou-se a língua oficial, a dos negócios e, comumente, o principal meio de comunicação entre os inúmeros grupos linguísticos que formam a população de cada colônia. É significativo que, excetuando a África do norte, a República Unida da Tanzânia, o Quênia e Madagáscar, essas sejam até hoje as línguas oficiais dos países africanos.

O derradeiro benefício social trazido pelo colonialismo foi a nova estrutura social que ele introduziu, ou cujo desenvolvimento acelerou, em certas partes do continente. Segundo diz A. E. Afigbo no capítulo 19, embora a estrutura social tradicional permitisse a mobilidade social, sua composição de classe parecia dar peso excessivo ao nascimento. Por sua vez, a nova ordem colonial dava mais ênfase ao mérito individual e às realizações do que ao nascimento. Essa mudança – ligada à abolição da escravatura, à introdução da educação ocidental, do cristianismo e do islamismo, à expansão da agricultura de exportação (que facilitou o enriquecimento pessoal em certas zonas) e aos muitos outros modos de progresso propostos pelo colonialismo – modificou radicalmente a estrutura social tradicional. Assim, nos anos de 1930, as classes sociais pré-coloniais, a aristocracia reinante, a gente do povo, os escravos domésticos e uma elite educada, mas relativamente restrita, tinham sido substituídos por uma nova sociedade, ainda mais dividida do que antes entre elementos rurais e urbanos, diversamente estratificados.

Os urbanos dividiam-se em três subgrupos principais: a elite ou, como alguns dizem, a burguesia administrativa, clerical e profissional; a não elite ou, como prefere Lloyd, a sub-elite; por último, o proletariado urbano. A elite subdividia-se em três grupos: a burocrática, dos funcionários; a profissional liberal, dos médicos, juristas, arquitetos, engenheiros, professores etc.; a comercial, dos gerentes de empresas estrangeiras, dos comerciantes e homens de negócios. A sub-elite era constituída por agentes de câmbio, corretores, funcionários, professores primários, enfermeiras e funcionários subalternos, enquanto o proletariado urbano era formado pelos trabalhadores assalariados, ajudantes de armazém, motoristas, mecânicos, mensageiros, alfaiates, pedreiros etc.

Nas regiões rurais, constatou-se o surgimento, um pouco por toda a parte, pela primeira vez, de classes constituídas por um proletariado rural de africanos sem terras e por camponeses. O primeiro era formado por aqueles que, sobretudo

nas Áfricas oriental e meridional, tinham sido despojados de suas terras pelos europeus e não tinham autorização para residir nos centros urbanos e industriais, sendo portanto obrigados a passar a vida indo e vindo entre as regiões urbanas e rurais, principalmente como trabalhadores migrantes. Quanto aos camponeses, John Iliffe descreve-os como pessoas que "vivem em pequenas comunidades, cultivam a terra que possuem ou administram, subsistem essencialmente graças à mão de obra familiar e garantem a própria subsistência, suprindo ao mesmo tempo sistemas econômicos mais vastos que compreendem não camponeses[29]. Alguns ficaram muito ricos com a produção de culturas de exportação, dando origem ao chamado capitalismo rural. Iliffe fala dessa "ruralização" como de "uma transformação irreversível cujo impacto é comparável ao da industrialização". Cabe ressaltar que, na medida em que a mobilidade dentro dessa nova estrutura se baseava mais no esforço e na realização individuais do que na atribuição, houve um aperfeiçoamento considerável em relação à estrutura social tradicional.

Mas, se o colonialismo teve alguns efeitos sociais positivos, teve também os negativos, alguns seriamente negativos. Em primeiro lugar, deve-se mencionar o hiato crescente que se desenvolveu durante a época colonial entre os centros urbanos e as zonas rurais. O já mencionado enorme crescimento da população urbana não se deu em consequência do aumento natural da população, sendo antes o resultado daquilo que se chamou de "forças de atração e de repulsão[30]: o contínuo êxodo de jovens de ambos os sexos para os centros urbanos, pela necessidade de frequentar escolas e encontrar trabalho, repelidos do meio rural – como C. Coquery-Vidrovitch mostrou no capítulo 15 – pelas fomes, pela pobreza endêmica e pelos impostos. Além do mais, dado que os europeus tinham tendência a viver nos centros urbanos, somente aí se encontravam as comodidades acima relacionadas e que melhoravam a qualidade da vida. As regiões rurais estavam praticamente entregues à sua própria sorte, o que acentuava o fenômeno da deserção. Ainda hoje há um fosso enorme entre as zonas urbanas e as zonas rurais do continente africano, não havendo dúvida de que foi o sistema colonial que o criou e ampliou.

Esses migrantes não encontravam nos centros urbanos o rico e seguro paraíso que esperavam. Em cidade alguma os africanos eram considerados iguais, nunca sendo completamente integrados. Além disso, para a maioria, era impossível encontrar emprego ou moradia decentes. Acabavam por se amontoar nos

29 ILIFFE, 1979, p. 273-4.

30 WILSON, F., in WILSON, M. e THOMPSON, 1971, v. II, p. 132.

subúrbios e favelas em que o desemprego, a delinquência juvenil, o alcoolismo, a prostituição, o crime e a corrupção eram a regra. O colonialismo fez não só empobrecer a vida rural como também corromper a vida urbana. Não surpreende, pois, que os membros deste grupo social se transformassem, depois da Segunda Guerra Mundial, nas tropas de assalto dos movimentos nacionalistas.

O segundo problema social grave foi o dos colonos europeus e asiáticos. Embora houvesse europeus instalados nos Estados da África do norte e na África do Sul antes da era colonial, o certo é que depois dela o número de colonos aumentou, instalando-se ainda imigrantes europeus e asiáticos nas Áfricas oriental e central e em algumas regiões da África ocidental. Conforme demonstrou M. H. Y. Kaniki, no capítulo 16, o número de europeus no Quênia passou de 596, em 1903, para 954, em 1905, 5438, em 1914, e 16663, em 1929; os da Rodésia do Sul passaram de 11 mil, em 1901, para mais de 35 mil, em 1926; enquanto os da Argélia aumentaram de 344 mil, em 1876, para 946 mil, em 1936.

Em muitas regiões das Áfricas oriental, central e setentrional, porém, a presença dos europeus provocava a hostilidade dos africanos, já que eles ocupavam a maior parte das terras férteis, enquanto os asiáticos monopolizavam o comércio varejista e atacadista. Na África ocidental, também, os asiáticos (sírios, libaneses e indianos), cujo número passou de apenas 28, em 1897, para 276, em 1900, depois para 1910, em 1909,3 mil, em 1929, e 6 mil, em 1935, expulsaram os concorrentes africanos. A partir desta data, o problema europeu e asiático assumiu graves proporções para a África e ainda hoje não se acha inteiramente solucionado.

Além disso, ainda que o colonialismo tenha introduzido certos serviços sociais, cumpre salientar que eles não só eram em geral inadaptados e desigualmente distribuídos em cada colônia, mas também se destinavam em primeiro lugar à minoria dos imigrantes e administradores brancos: daí sua concentração nas cidades. Rodney demonstrou que na Nigéria, na década de 1930, havia 12 hospitais modernos para 4 mil europeus e 52 para mais de 40 milhões de africanos[31]. No caso do Tanganica dos anos de 192'0, a proporção de leitos para a população era de um para 10 no hospital europeu e de um para 400 a 500 no hospital africano de Dar-es-Salaam[32].

No plano da educação, a oferecida na época colonial revelou-se globalmente inadequada, desigualmente distribuída e mal orientada, de modo que seus resul-

31 RODNEY, 1972, p. 223.

32 FERGUSON, 1980, p. 326.

tados não foram, portanto, tão positivos para a África como poderiam ser. Houve durante esse período cinco tipos diferentes de instituições educacionais: escolas primárias, secundárias, escolas normais, escolas técnicas e universidades. Mas, se muitas escolas primárias surgiram na África ocidental britânica em 1860, só em 1876 as primeiras escolas secundárias – a Mfantsipim e a Methodist High School – foram fundadas na Costa do Ouro e na Nigéria, respectivamente, pela Wesleyan Missionary Society, enquanto a administração colonial britânica só veio a estabelecer sua primeira escola secundária (o Achimota College) na Costa do Ouro em 1927. Na colônia italiana da Líbia, como já se viu, só havia três escolas secundárias em 1940 abertas ao povo, duas em Trípoli e uma em Benghazi. Só depois da Segunda Guerra Mundial apareceram algumas escolas técnicas e colégios universitários por toda a África. E é significativo que se tenha criado uma universidade em cada país: em 1947, na Costa do Ouro; em 1948, na Nigéria; em 1950, em Uganda, Madagáscar, Léopoldville e Senegal; em 1953, em Salisbury; em 1957, em Elisabethville. Por outras palavras, a educação técnica e universitária não foi introduzida na África senão no fim do período colonial.

Por outro lado, em parte alguma e em nenhum grau o sistema escolar satisfazia a demanda, como tampouco estava distribuído equitativamente. Como o próprio Lloyd admite, ainda em meados da década de 1930, "as despesas do governo com educação eram reduzidas em toda parte, atingindo em 1935 somente 4% da receita da Nigéria e dos territórios franceses e 7% da receita de Gana"[33]. Essas escolas e institutos não estavam adequadamente distribuídos em cada colônia. A maior parte das instituições de ensino pós-primário estava concentrada nos grandes centros e, em certos países, em uma única cidade. Por exemplo, na Costa do Ouro, cerca de 80% das escolas secundárias ficavam em Cape Coast. Em Uganda, por volta de 1920, havia 328 escolas primárias em Buganda e apenas 39 e 24 nas províncias ocidentais e orientais, não havendo praticamente nenhuma na província do norte[34]. As instalações escolares eram inadequadas e mal distribuídas, porque as potências coloniais não visavam o desenvolvimento da educação em si ou para os africanos, mas, antes, segundo um especialista africano, "produzir africanos que fossem mais produtivos para o sistema [colonial]"[35].

Independentemente da insuficiência numérica e da distribuição desigual, a educação colonial tinha outro defeito: os currículos oferecidos por todas as instituições eram determinados pelas autoridades e estreitamente imitados – senão

33 LOYD, 1972, p. 79.

34 KABWEGYERE, 1974, p. 179.

35 Ibid., p. 110.

copiados – dos programas metropolitanos. Por isso não estavam adaptados às necessidades do continente. O próprio *sir* Gordon Guggisberg, que foi governador da Costa do Ouro de 1919 a 1927, testemunhava em 1920:

> Um dos maiores erros da educação no passado consistiu em ensinar os africanos a se tornarem europeus, em vez de a continuarem africanos. É um erro completo, e o governo assim o reconhece. No futuro, a educação tenderá a permitir que os africanos permaneçam africanos e se interessem por sua própria terra[36].

Mas, ainda que Guggisberg tenha fundado o Anchimota College para concretizar essa promessa, pouco foi conseguido, pois a educação continuou a ser dirigida no país pelas missões cristãs. Ora, o objetivo primordial destas era fazer discípulos capazes de ler a Bíblia em inglês ou na língua vernácula, assim como formar professores e pastores.

O impacto desse sistema educacional inadequado, coxo e mal orientado sobre as sociedades africanas foi profundo e quase permanente. Em primeiro lugar, legou à África um enorme problema de analfabetismo, cuja solução demandará muito tempo. Em segundo lugar, a elite culta que ele criou era uma elite alienada, que reverenciava a cultura e a civilização europeias e menosprezava a cultura africana. Seus gostos em matéria de alimentação, bebida, vestuário, música, danças e até de jogos eram novos. O intelectual nacionalista ganense Kobina Sekyi fez a propósito uma sátira brilhante em sua peça *The Blinkards.* Outro fosso se cavou, portanto, entre essa elite e as massas, o qual ainda não foi colmatado. Por outro lado, ainda que o número dos membros da elite tenha aumentado nas décadas de 1940 e 1950, com o desenvolvimento das possibilidades de educação e a criação de universidades, ele continuou, no entanto, extremamente reduzido durante todo o período colonial. Mas, como veio a incluir as pessoas mais ricas e a ocupar os postos mais elevados, durante e depois da época colonial, essa elite passou a dispor de um poder e de uma influência desproporcionais a seu número. Por esse motivo, suas relações com a elite tradicional são tensas desde a época colonial e até agora não melhoraram de verdade.

Além disso, a explicação de fenômenos como a morte, a chuva e a doença em termos científicos e naturalistas atacava as próprias raízes das crenças religiosas, dos castigos e dos tabus africanos, abalando os alicerces das sociedades, provocando um sentimento de incerteza, de frustração e de insegurança, atmosfera que Chinua Achabe soube captar brilhantemente em seu romance *Things Fall Apart.* O sentimento de insegurança e de frustração, muitas vezes agravado pelas

36 Apud ADDO-FENING, 1980.

crises econômicas que se verificaram nas décadas de 1920 e 1930, bem como após a Segunda Guerra Mundial, provocou elevadas taxas de criminalidade, divórcio, delinquência e violência, sobretudo nas cidades. Essa mesma situação explica em parte, no plano religioso, o surgimento das igrejas milenaristas etíopes ou sincréticas, já estudadas anteriormente.

O fato de o ensino técnico e industrial ter sido negligenciado, em benefício das letras e da preparação para os empregos burocráticos, suscitou entre os africanos uma propensão a seguir esse rumo, criando igualmente no meio da gente culta um certo menosprezo pelo trabalho manual e agrícola, que ainda perdura. Além disso, a injusta distribuição de instalações escolares impediu um processo uniforme de modernização de cada colônia, o que acentuou ainda mais as diferenças e as tensões entre grupos étnicos e regiões – tensões que permanecem em muitas zonas e explicam algumas guerras civis e rivalidades verificadas em alguns Estados africanos independentes. O fato de haver negligenciado a educação superior e técnica também levou alguns africanos de posses a enviar seus filhos para as metrópoles ou para os Estados Unidos. Foram estes que, em parte devido às suas diversas experiências com a discriminação racial e – o que é ainda mais importante – à aprofundada reflexão sobre a natureza negativa do sistema colonial, se tornaram por sua vez os críticos mais severos do sistema e os dirigentes dos movimentos anticolonialistas e nacionalistas, como será demonstrado no volume VIII desta obra.

Por benéfica que tenha sido a *língua franca* promovida pelo sistema escolar, ela teve a lamentável consequência de impedir a transformação de certas línguas indígenas em línguas nacionais ou de veiculação. O tuí, o haussa e o swahili poderiam facilmente ter-se tornado as línguas nacionais da Costa do Ouro, da Nigéria e das três colônias britânicas da África oriental, respectivamente. De fato, como Kabwegyere demonstrou, os administradores coloniais da África oriental britânica tentaram fazer do swahili uma *língua franca* nas décadas de 1930 e 1940, mas a tentativa foi contrariada pelo Colonial Office. A razão dada para tanto merece ser citada:

> [...] O desenvolvimento de uma *língua franca* tem pouca relação com a utilidade imediata, já que diz essencialmente respeito a valores duradouros e, portanto, a uma penetração que, embora gradual, se tornará pouco a pouco coextensiva ao país. Segundo esse critério, nem o swahili, nem o ganda, nem qualquer outra língua vernácula tem pretensões admissíveis[37]

37 Apud KABWEGYERE, 1974, p. 218.

E a advertência prosseguia acrescentando que somente o inglês deveria ser reconhecido como "a inevitável língua *franca* do futuro, fato que a política educacional e geral deveriam admitir sem demora". É duvidoso que qualquer outra das potências coloniais tenha considerado algum dia uma tal possibilidade. Com a partida das autoridades que poderiam ter dado uma certa objetividade ao empreendimento e que estavam igualmente imbuídas do poder de implantar semelhante política linguística, com o lamentável surgimento e endurecimento dos sentimentos étnicos e regionalistas após a independência em vários países africanos, a questão de uma *língua franca* tornou-se muito sensível. Não surpreende que pouquíssimos governos africanos tenham abordado tal problema.

Outro impacto altamente lamentável do colonialismo foi a deterioração da situação da mulher africana. É um tema novo, a exigir outras pesquisas, mas parece não haver dúvidas de que ela foi excluída da maioria das atividades introduzidas ou intensificadas pelo colonialismo, como a educação e a agricultura exportável em algumas partes da África, várias profissões, como o direito, a medicina, a mineração etc. Em consequência dessa exclusão, mal lhe foi concedido um lugar na nova estrutura política colonial. Mesmo nas sociedades matrilineares, devido em parte à difusão do islamismo e também à nova ênfase dada à realização individual, algumas famílias começaram a adotar o sistema patrilinear[38]. O mundo colonial, como salientou Iliffe, era de fato um mundo de homens, onde as mulheres não eram estimuladas a desempenhar um papel importante.

Além do mais, por causa do colonialismo, os africanos eram menosprezados, humilhados e submetidos a uma discriminação aberta ou dissimulada. De fato, segundo o que diz A. E. Afigbo no capítulo 19, um dos efeitos sociais do colonialismo foi "o rebaixamento generalizado da situação dos africanos". Ali Mazrui também sublinhou essa herança de humilhações impostas ao africano pelo triplo pecado do tráfico negreiro, do *apartheid* e do colonialismo, em suas recentes conferências de Reith. "Os africanos", diz, "não são necessariamente o mais brutalizado dos povos, mas com certeza são o mais humilhado da história moderna[39]", Dessa forma, embora a elite culta – conforme vimos antes – admirasse a cultura europeia e tivesse participado das guerras das metrópoles para se identificar com o Ocidente, ela jamais foi aceita como igual pelos europeus, sendo excluída da sociedade destes últimos, sem o direito de viver nos bairros

38 ILIFFE, 1979, p. 300.

39 MAZRUI, 1980, p. 23-45.

europeus das cidades, que Sembene Ousmane chama de "o Vaticano", em seu romance *God's Bits of Wood*[40].

Em vez de diminuir com o progresso da dominação colonial, a discriminação, apoiada por teorias racistas equivocadas e pelo darwinismo social da época, intensificou-se, até culminar na filosofia desumana e falaciosa do *apartheid* na África do Sul. A elite culta tornou-se descontente e amarga, não surpreendendo que fosse ela a primeira a desenvolver uma aguda consciência das desigualdades e da natureza opressiva e discriminatória do sistema colonial. Passou a questionar cada vez mais a base moral e jurídica da existência de tal sistema. Foi essa classe, criada pelos missionários e pelos colonos, que encabeçou a campanha destinada a aniquilá-lo. Alguns historiadores, como M. H. Y. Kaniki, concluem que "o colonialismo gerou seus próprios coveiros", enquanto Robin Maugham pensa que "sobre a lápide do império britânico [no qual a discriminação racial foi a mais aberta] poder-se-ia escrever: 'Derrotado pelo esnobismo"[41].

As duas conclusões são irretocáveis. A discriminação racial também gerou entre alguns africanos um profundo sentimento de inferioridade, que A. E. Afigbo definiu, no capítulo 19, de maneira bem sucinta, como "uma tendência a perder a confiança em si e em seu futuro – resumindo, um estado de espírito que, em certos momentos, os levava a imitar cegamente [seria o caso de acrescentar subservientemente] as potências europeias". Esse sentimento de inferioridade não desapareceu por completo, 20 anos depois da independência.

Pior ainda foi o impacto do colonialismo no plano cultural. Realmente, como declarou o II Congresso de Escritores e Artistas Negros, realizado em Roma em março-abril de 1959, "entre os pecados do colonialismo, um dos mais perniciosos, por ter sido por muito tempo aceito no Ocidente sem discussão, foi o ter difundido a noção de povos sem cultura"[42], o que aliás não deveria surpreender. Como P. Curtin e outros salientaram, "a entrada da Europa no continente africano coincidiu com o apogeu, nos séculos XIX e XX, do racismo e do chauvinismo cultural na própria Europa[43]. Os europeus que iam para a África nesse período, especialmente entre 1900 e 1945 – missionários, comerciantes, administradores, colonos, engenheiros e mineiros –, estavam geralmente imbuídos desse espírito e condenavam, portanto, tudo quanto fosse autóctone, desde a música, a arte, a dança, os nomes, a religião, o casamento, o regime sucessório

40 OUSMANE, 1962, p. 162.

41 KANIKI, 1980a, p. 10; MAUGHAM, 1961, p. 84.

42 Anôn., em 1955, p. 3.

43 CURTIN et al, 1978, p. 484.

etc. Para ser admitido em uma igreja, um africano tinha não só de ser batizado como também de mudar de nome e renunciar a muitos costumes e tradições. Até o uso das vestes africanas foi proibido ou desencorajado em algumas regiões, e as pessoas educadas à europeia que insistiam em vestir roupas africanas eram acusadas de "imitar os indígenas". Portanto, no período colonial, a arte, a música, a dança e a própria história da África não só foram ignoradas, mas até negadas ou menosprezadas abertamente. Era a época em que o professor A. P. Newton podia escrever: "A África não tinha praticamente história antes da chegada dos europeus [pois] a história não começa senão quando os homens adotam a escrita[44] e *sir* Reginald Coupland lhe fazia eco cinco anos depois ao declarar:

> Até o século XIX, a maior parte dos africanos, os povos negros que viviam em suas terras tropicais entre o Saara e o Limpopo, jamais haviam tido [...] história. Durante séculos e séculos, permaneceram mergulhados na barbárie. Tal parecia ser o decreto da natureza [...]. Assim estagnavam, sem progredir nem regredir. Em nenhuma parte do mundo, salvo talvez em algum pântano miasmático da América do Sul ou em qualquer ilha perdida do Pacífico, o gênero humano vivera tão estagnante. O coração da África mal batia[45].

Semelhantes pontos de vista não correspondiam a um "decreto da natureza", mas antes à fértil imaginação desses historiadores europeus chauvinistas. O coração da África batia, mas os europeus tinham ficado surdos devido a seus preconceitos, ideias preconcebidas, arrogância e chauvinismo.

Deve ficar claro, a partir desta análise, que os especialistas para os quais o colonialismo foi um desastre total para a África, não tendo gerado senão subdesenvolvimento e atraso, exageraram muito. Exagerados também, no entanto, foram os apologistas, como Gann, Duignan e Lloyd, que consideram o colonialismo um bem absoluto para a África, ou como Perham e Fieldhouse, para os quais o balanço é equilibrado. Não seria exato dizer, a respeito da opinião destes autores, que o colonialismo nada fez de positivo pela África. Fez sim, senhor. No entanto, isso não impede que os europeus tenham ganho enormes lucros na África, graças às companhias de mineração, às empresas comerciais, aos bancos, às companhias de navegação, às explorações agrícolas e às sociedades concessionárias. Por outro lado, as potências coloniais dispunham nas metrópoles de substanciais reservas financeiras provenientes das colônias, reservas que teriam podido fornecer parte do capital necessário para o desenvolvimento dessas metrópoles. Finalmente, as

44 NEWTON, 1923, p. 267.

45 COUPLAND, 1928, p. 3.

indústrias metropolitanas beneficiaram-se com as matérias-primas de baixo preço das colônias e dos lucros obtidos com a exportação dos produtos manufaturados. Se compararmos tudo isso com o que os proprietários de terras, os camponeses e os mineiros africanos obtinham, levando ainda em conta que todas as infraestruturas e facilidades sociais fornecidas tinham de ser financiadas pelas próprias colônias, não poderemos deixar de nos espantar com a ferocidade do contrato leonino que o colonizador impôs aos africanos.

Além disso, o que quer que o colonialismo tenha feito pelos africanos, tendo em vista as possibilidades, recursos, poder e influência que tinha na África da época, ele poderia e deveria ter feito muito mais. O próprio Lloyd o admite: "Poder-se-ia ter feito muito mais, se o desenvolvimento dos territórios atrasados tivesse sido considerado pelas nações industriais uma prioridade urgente"[46] Mas foi justamente porque as autoridades coloniais não consideravam o desenvolvimento da África uma prioridade *urgente,* nem *uma prioridade* em geral, que elas devem ser condenadas. É por essas duas razões que a era colonial africana permanecerá na história como um período de crescimento sem desenvolvimento, de impiedosa exploração dos recursos do continente e, de modo geral, de humilhação e pauperização para os povos locais.

Significado do colonialismo para a África

Isto nos leva à segunda questão levantada no início deste capítulo: qual foi a verdadeira importância do colonialismo para a África? Ele constitui uma ruptura com o passado do continente ou não mais do que um episódio de sua história, de alcance limitado, que não afetou o curso de seu desenvolvimento? Esta questão também recebeu respostas contraditórias. Alguns historiadores, para não dizer muitos, entre os quais os marxistas e os teóricos do desenvolvimento e do anti-desenvolvimento, argumentaram, com razões muito diferentes, que, embora o colonialismo não passasse de um breve episódio, apesar disso havia tido enorme influência na África, a qual ficou indelevelmente marcada. Conforme dizem R. Oliver e N. Atmore: "Medido à escala da história, o período colonial não passou de um interlúdio relativamente breve. Mas esse interlúdio mudou radicalmente a orientação e o ritmo da história africana"[47]. Gann e Duignan também con-

46 LLOYD, 1972, p. 80.

47 OLIVER e ATMORE, 1972, p. 275.

sideram a época colonial como "totalmente decisiva para o futuro da África"[48]. A reação dos marxistas e dos teóricos do subdesenvolvimento está claramente resumida no título do livro *How Europe Underdeveloped Africa,* de Rodney.

De resto, outros autores consideram que os efeitos do colonialismo foram apenas superficiais e que ele não provocou a ruptura com o passado. Numa série de publicações, J. F. A. Ajayi[49] afirma, de maneira coerente, que o impacto do colonialismo na África tem sido exagerado; o colonialismo "representa apenas um episódio em uma longa e rica história" e não provocou ruptura histórica; os africanos conservaram certo poder de controle sobre seu próprio destino e, por fim, "na medida em que eles conservaram a iniciativa, os europeus não conseguiram imprimir orientação inteiramente nova à história da África". Hopkins afirma igualmente que "a época colonial deixou de ser considerada como a única matéria da história da África" e acha "razoável pensar que a administração colonial teve efeitos econômicos menos importantes e menos generalizados do que se supunha[50]", Ele insiste no fato de que o colonialismo não "transformou um país atrasado em um país moderno, desfazendo um equilíbrio tradicional modesto" e que "a principal função dos novos senhores era dar impulso a um processo de desenvolvimento já em curso".

Segundo esse autor, não existe resposta positiva ou negativa para a questão, pois o impacto do colonialismo variou de região para região e de atividade para atividade. Não há a menor dúvida de que, no plano econômico, este foi decisivo, essencial, tendo marcado ao mesmo tempo a cidade e o campo. Em quase todas as partes da África, a economia monetária se tornou antes a regra do que a exceção ao fim do período colonial. A posição das pessoas, mesmo nas zonas rurais, já não se media pelo nascimento, pela quantidade de esposas e de filhos, mas também pelo dinheiro e pelo volume de culturas exportáveis produzidas em cada safra. Além disso, com a introdução da agricultura de exportação, a terra adquiriu um valor que jamais tivera na época pré-colonial, enquanto o esforço e as realizações individuais eram tidos mais em conta do que o espírito comunitário da ordem tradicional. A economia africana também se integrou mais profundamente na economia mundial, em geral, e na capitalista, em particular, com consequências possivelmente permanentes. Infelizmente, a integração foi feita de maneira muito desvantajosa para uma África explorada. Os 20 anos de independência não alteraram fundamentalmente a situação, hoje conhecida pelo nome de neocolonialismo.

48 "lntroduction", in GANN e DUIGNAN, 1969, p. 23.

49 AJAYI, 1969; CROWDER e AJAYI, 1974; AJAYI, 1968.

50 HOPKINS, 1973, p. 167, 206, 235.

Posto tudo isto, contudo, será possível concordar com Margery Perham em que o principal impacto do colonialismo residiu em confrontar a África com a Europa do século XX[51]? Ou devemos defender aqui a opinião de Hopkins? Tudo indica que este último, está com a razão. Cumpre ressaltar que, independentemente das mudanças de infraestrutura (estradas, ferrovias, telefone, telégrafo) trazidas pelo colonialismo, todas as demais transformações econômicas (a introdução da agricultura de exportação e da economia monetária, o desmantelamento constante e paulatino das formas de vida comunitária, a integração da economia africana na economia mundial, a urbanização) tinham começado antes da era colonial. Afigbo (no capítulo 19) e Caldwell (no capítulo 18) afirmaram justamente, como Hopkins, que o colonialismo não fez senão acelerar vertiginosamente o ritmo dessas transformações e que, portanto, ele precipitou e reforçou, em vez de iniciar, a confrontação entre a África e a Europa. No entanto, fez isso de um modo que privou os africanos – os mais intimamente afetados por elas – de qualquer papel essencial ou benéfico. Ademais – e nisso entro em desacordo com Hopkins – a alteração foi tão rápida e tão profunda que seu impacto sobre os africanos não só foi traumático como precipitou a economia em uma direção malsã e alienada, da qual ela não conseguiu ainda desviar-se. É dentro deste quadro e não no da confrontação com a Europa do século XX que se deve avaliar todo o impacto do colonialismo no nível econômico.

Os efeitos no nível político foram igualmente fundamentais, duradouros e ressentidos por todos os membros da sociedade africana. Como vimos, a própria estrutura geográfica dos Estados africanos independentes é uma criação do colonialismo. Com a adoção do princípio da inviolabilidade das fronteiras nacionais pela Organização da Unidade Africana (OUA), essa estrutura não está aberta a mudanças. Em segundo lugar, mesmo depois da independência, é certo ter havido uma alteração essencial e permanente na fonte da autoridade e do poder político. Na época pré-colonial, o poder era exercido pela elite tradicional dos reis, rainhas, chefes de família e de clã, bem como pelas autoridades religiosas. Mas as autoridades coloniais viram-se constrangidas a conceder a independência e a soberania – como veremos no volume VIII desta obra – não à elite dirigente tradicional, mas à nova elite, aos membros das classes médias superiores ou inferiores, quer dizer, a uma classe criada pelo próprio sistema colonial. Essa situação jamais se modificou. Em todo caso, a possibilidade de as tradicionais instituições reais serem

51 PERHAM, 1961.

completamente abolidas, como o foram na Guiné, por exemplo, é muito maior do que a de serem mantidas e muito menor que a de serem reabilitadas.

Em terceiro lugar, foi o colonialismo que deu origem ao nacionalismo africano, produto da cólera, do ressentimento, da amargura, da frustração e da alienação que o sistema colonial engendrou.

Em quarto lugar, o exército é uma das heranças do colonialismo, que já teve papel decisivo na política da África pós-colonial. A instituição não se acha em vias de extinção e, conforme veremos no volume VIII desta obra, já alterou o curso da história de numerosos países africanos. E parece que ainda não encerrou sua carreira política. "O homem a cavalo", para citar a expressão de Finer,[52] vai ficar por muito tempo entre nós e servirá para nos lembrar constantemente, como se necessário fosse, o episódio colonial.

Por fim, parece que as instituições judiciárias e políticas – tribunais, parlamentos, comissários de região, de distrito etc. – vão ser conservadas, mesmo com algumas alterações e adaptações que já foram e devem ser feitas. Talvez mais do que no plano econômico, o impacto do colonialismo no plano político foi realmente fundamental e, em muitos aspectos, mostra que veio para ficar.

Por outro lado, no terreno cultural e social, o impacto do colonialismo não foi relativamente profundo nem permanente. As mudanças introduzidas no domínio cultural, a discriminação racial e a condenação da cultura africana tal como era proclamada durante a dominação colonial limitavam-se no essencial às zonas costeiras e aos centros urbanos, ao passo que a vida nas zonas rurais seguia em grande parte seu próprio curso. A dança, a arte, a música e os sistemas religiosos tradicionais mantêm-se: os empréstimos e as adaptações feitos pelas populações não foram apenas seletivos, mas, como diz M. J. Herskovits, são "adições e não obrigatoriamente substituições"[53]. Assim, nas zonas rurais e até, em certa medida, nas cidades, novos cultos, crenças, deuses, utensílios, objetos e produtos vieram juntar-se aos antigos.

Certamente que, nessas zonas, muitos cristãos continuam a acreditar em seus deuses tradicionais. Aqui, na verdade, a religião europeia é que foi africanizada, como demonstram o ritual, os hinos, a música e mesmo as doutrinas de algumas igrejas sincréticas e milenaristas – e não o contrário. Mais importante ainda: as bases culturais perdidas, mesmo nos centros urbanos, foram praticamente reencontradas. Hoje em dia, a arte, a música e a dança na África não são apenas ensinadas em todos os tipos de estabelecimentos escolares: estão em plena expansão e começam a

52 FINER, 1962.

53 HERSKOVITS, M. J., 1962, p. 379.

ser reconhecidas na Europa. Portanto, no piano cultural, o colonialismo não passou verdadeiramente de um episódio. Seu impacto foi superficial e muito efêmero.

Finalmente, no nível social, o significado do colonialismo é manifestamente múltiplo e complexo. Por um lado, as *linguae francae* serão mantidas por muito tempo, senão para sempre. Por outro, as novas classes criadas pelo colonialismo, "fundadas nos critérios ocidentais da escola e da civilização, e não nos critérios africanos da riqueza e do prestígio"[54], estão destinadas a ficar e a tornar-se mais e mais complexas. A primeira é a elite política, constituída pelos dirigentes dos partidos políticos que proliferaram na África e são primeiros-ministros, presidentes, ministros, embaixadores etc. O outro grupo é a elite militar, formada pelos oficiais e ex-oficiais das forças armadas de cada Estado independente. Os membros desses grupos são muito diferentes dos habitantes das zonas rurais pelo vestuário, estilo de vida, gostos e posição. Claro que se as elites constituíssem uma porcentagem apreciável da população africana, seria de aceitar sua formação como outra transformação fundamental introduzida pelo colonialismo. Já vimos, porém, que os grupos urbanos ou as elites constituíam, no fim da era colonial, pequena fração da população (20% no máximo). O restante era formado por camponeses, que permaneceram geralmente analfabetos e conservaram suas crenças, valores e modelos tradicionais. De fato, a civilização ou a socialização introduzidas pelo colonialismo representaram essencialmente um fenômeno urbano, que realmente não tocou as populações rurais. Na medida em que estas formavam a esmagadora maioria dos habitantes dos Estados africanos, podemos concluir razoavelmente e sem risco de erro que, aqui, o impacto colonial, apesar de seu interesse, foi extremamente limitado.

Em conclusão, se bem que o colonialismo tenha sido indubitavelmente um simples capítulo de uma longa história, um episódio ou interlúdio nas múltiplas e diversas experiências dos povos da África, que em parte alguma do continente durou mais de 80 anos, representou no entanto uma fase de extrema importância do ponto de vista político, econômico e mesmo social. Assinala uma nítida ruptura na história do continente: o desenvolvimento posterior deste e, portanto, de sua história foi e continuará a ser muito influenciado pelo impacto do colonialismo. Seguirá um curso diferente daquele que teria seguido se o interlúdio não tivesse existido. Hoje, a melhor maneira de agir, para os dirigentes africanos, não consiste em apagar o colonialismo, mas sim em conhecer perfeitamente seu impacto, a fim de tentar corrigir-lhe os defeitos e os insucessos.

54 MOORE e DUNBAR, 1969, p. 125.

Membros do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África

Prof. I. N. Kimambo (Tanzânia) - 1971

Prof. J. Ki-Zerbo (Burkina) - 1971
Coordenador do volume I

Sr. Diouldé Laya (Níger) - 1979

Dr. A. Letnev (URSS) - 1971

Dr. G. Mokhtar (Egito) - 1971
Coordenador do volume II

Prof. P. Mutibwa (Uganda) - 1975

Prof. D. T. Niane (Senegal) - 1971
Coordenador do volume IV

Prof. L. D. Ngcongco (Botsuana) - 1971

Prof. T. Obenga (República Popular do Congo) - 1975

Prof. B. A. Ogot (Quênia) - 1971
Coordenador do volume V

Prof. C. Ravoajanahary (Madagáscar) - 1971

Prof. W. Rodney (Guiana) - 1979-1980 (falecido em 1980)

Prof. M. Shibeika (Sudão) - 1971-1980 (falecido em 1980)

Prof. Y. A. Talib (Cingapura) - 1975

Prof. A. Teixeira da Mota (Portugal) - 1978-1982 (falecido em 1982)

Mons. Th. Tshibangu (Zaire) - 1971

Prof. J. Vansina (Bélgica) - 1971

Ret. Hon. Dr. E. Williams (Trinidad e Tobago) - 1976-1978 (demitiu-se em 1978; falecido em 1980)

Prof. A. A. Mazrui (Quênia)
Coordenador do volume VIII (Não é membro do Comitê.)

Prof. C. Wondji (Costa do Marfim)
Codiretor do volume VIII (Não é membro do Comitê.)

Secretaria do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África:

Sr. Maurice Glélé, Divisão de Estudos e de Difusão de Culturas, Unesco, 1, rue Mollis, 75015, Paris.

Dados biográficos dos autores do volume VII

Capitulo 1 — A. Adu Boahen (Gana). Especialista em história colonial da África ocidental; autor de numerosas publicações e artigos sobre a história da África; professor e chefe do Departamento de História da Universidade de Legon Acra, Gana.

Capitulo 2 — G. N. Uzoigwe (Nigéria). Especialista em história da África oriental e, mais particularmente, no antigo reino Bunyoro de Uganda; autor de várias obras e artigos sobre a história da África; professor de História da Universidade de Michigan, em Ann Arbor.

Capítulo 3 — T. O. Ranger (Reino Unido). Especialista dos movimentos nacionalistas e de resistência na África; autor e diretor de publicação de numerosas obras e artigos nessa área; ex-professor de História da Universidade de Dar es Salaam e da UCLA, Califórnia; atualmente leciona História na Universidade de Manchester.

Capítulo 4 — H. A. Ibrahim (Sudão). Especialista em história do Egito e do Sudão nos séculos XIX e XX; autor de numerosos estudos; mestre de conferências na Universidade de Khartum (Departamento de História). Abbas I. Ali (Sudão). Especialista em história do Sudão e da África oriental no século XIX; autor de obras e de artigos nessas áreas; ex-chefe do Departamento de História da Universidade de Khartum.

Capítulo 5 — A. Laroui (Marrocos). Especialista em história do Maghreb; autor de obras e de artigos sobre a história da África do norte no século XIX; professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade de Rabat.

Capítulo 6 M. Gueye (Senegal). Especialista em história da África ocidental nos séculos XIX e XX; autor de numerosas obras sobre o tráfico de escravos e a colonização francesa; assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Dacar. A. Adu Boahen (Gana).

Capítulo 7 H. A. Mwanzi (Quênia). Especialista em história da África oriental; autor de numerosas obras e artigos tratando mais particularmente dos Kipsigi do Quênia; senior lecturer de História da Universidade de Nairóbi.

Capítulo 8 A. Isaacman (Estados Unidos). Especialista em história da África; autor de numerosas obras e artigos; professor de História da Universidade de Minnesota.

J. Vansina (Bélgica). Especialista em história da África; autor de numerosas obras e artigos sobre a história da África pré-colonial; professor de História da Universidade de Wisconsin, Madison.

Capítulo 9 D. Chanaiwa (Zimbábue). Especialista em história da África meridional nos séculos XVIII e XIX; autor de numerosas obras e artigos sobre o assunto; ex-professor de História na California State University, Northridge; atualmente, professor de História da Universidade de Harare (Zimbábue).

Capítulo 10 M. Esoavelomandroso (Madagáscar). Especialista em história malgaxe nos séculos XVIII e XIX; professor de História na Faculdade de Letras da Universidade de Antananarivo.

Capítulo 11 M. B. Akpan (Nigéria). Especialista em história econômica da África ocidental; autor de numerosas obras e artigos sobre a história da África ocidental; senior lecturer da Universidade de Calabar, Nigéria.

A. B. Jones (Libéria). Especialista em história da África ocidental no século XIX; ex-embaixador e delegado permanente da Líbéria junto das Nações Unidas.

R. Pankhurst (Reino Unido). Especialista em história da Etiópia; autor de numerosas obras e artigos sobre o tema; ex-diretor do Instituto de Estudos Etíopes da Universidade da Etiópia.

Capítulo 12 M. Crowder (Reino Unido). Especialista em história da África ocidental; autor de numerosas obras e artigos sobre o tema; lecionou em diversas universidades da Nigéria; diretor da publicação History Today; atualmente, convidado pela Universidade de Botsuana.

Capítulo 13 R. F. Betts (Estados Unidos). Especialista em colonialismo europeu na África nos séculos XIX e XX; autor de várias obras e artigos sobre a história da África; professor de História da Universidade de Kentucky.

A. I. Asiwaju (Nigéria). Especialista em história da África ocidental; autor de diferentes obras e artigos sobre essa região; professor de História da Universidade de Lagos.

Capítulo 14 W. Rodney (Guiana). Especialista em história econômica da África ocidental; autor de várias obras e artigos sobre o tráfico de escravos na África ocidental; ex-professor de História da Universidade de Dar es Salaam; lecionou igualmente nas Antilhas.

Capítulo 15 C. Coquery-Vidrovitch (França). Especialista em história socioeconômica da África; autora de várias obras e artigos sobre o tema; atualmente, professora de História na Universidade de Paris VII.

Capítulo 16 M. H. Y. Kaniki (Tanzânia). Especialista em história econômica da África ocidental; publicou diversas obras e artigos sobre o tema; ex-assistente na Universidade de Dar es Salaam; professor de História da Universidade de Lusaka, Zâmbia.

Capítulo 17 A. Kassab (Tunísia). Especialista em geografia econômica; autor de vários estudos sobre o tema; redator chefe da La Revue Tunisienne de Géographie.

A. A. Abdussalam (Líbia). Especialista em história econômica da Líbia; autor de várias obras sobre o tema; professor assistente de Economia da Universidade Garyounis, Benghazi (Líbia).

F. S. Abusedra (Egito). Especialista em história econômica; professor-assistente de Economia da Universidade Garyounis, Benghazi (Líbia).

Capítulo 18 J. C. Caldwell (Austrália). Especialista em demografia; autor de várias obras sobre a população da África tropical; professor de Demografia e chefe do Departamento de Demografia da Research School of Social Sciences da Universidade Nacional da Austrália.

Capítulo 19 A. E. Afigbo (Nigéria). Especialista em história da África ocidental; autor de numerosas obras e artigos científicos sobre a história da Nigéria; ex-diretor do Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Nsukka (Nigéria).

Capítulo 20 K. Asare Opoku (Gana). Especialista em religiões africanas; autor de numerosas obras e artigos sobre os diversos aspectos das religiões africanas; dirige um grupo de estudos sobre religião e ética no Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Gana.

Capítulo 21 W. Soyinka (Nigéria). Especialista em filosofia, literatura e teatro africanos; autor de numerosas obras nessa área; ex-professor da Universidade de Legon (Gana); professor de Arte Dramática da Universidade de Ife (Nigéria).

Capítulo 22 B. O. Oloruntimehin (Nigéria). Especialista sobre a antiga África Ocidental Francesa desde o século XIX; publicou numerosas obras e artigos sobre o tema; professor de História da Universidade de Ife.

Capítulo 23 H. A. Ibrahim (Sudão).

Capítulo 24 J. Berque (França). Especialista em história social contemporânea do islamismo; autor de numerosas obras sobre a história do Egito e do Maghreb; antigo professor do College de France.

Capítulo 25 A. Adu Boahen (Gana).

Capítulo 26 E. S. Atieno-Odhiambo (Quênia). Especialista em história política da África oriental; autor de numerosas obras e artigos sobre a ascensão do nacionalismo nas Áfricas oriental e central; senior lecturer de História da Universidade de Nairóbi.

Capítulo 27 A. B. Davidson (URSS). Especialista em história da África; publicou algumas obras sobre a África; professor do Instituto de História Geral da Academia das Ciências da URSS, Moscou.

R. Pélissier (França). Especialista em movimentos de resistência na África dos séculos XIX e XX; autor de numerosas obras e artigos; pesquisador.

A. F. Isaacman (Estados Unidos).

Capítulo 28 M. B. Akpan (Nigéria). A. B. Jones (Libéria).

R. Pankhurst (Reino Unido).

Capítulo 29 R. D. Ralston (Estados Unidos). Especialista em história da África nos séculos XIX e XX; autor de numerosos artigos sobre as relações entre a África e o Novo Mundo; professor assistente de História do Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade de Wisconsin, Madison.

Fernando A. Albuquerque Mourão (Brasil). Especialista em história da África; autor de numerosas obras e artigos sobre a história afro-brasileira; professor de História e diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

Capítulo 30 A. Adu Boahen (Gana).

Y. Kwarteng (Gana). Especialista em jornalismo e comunicação. Sua tese de doutoramento trata do "Desenvolvimento do jornalismo na África ocidental depois de 1957"; assistente de redação do coordenador do volume.

Abreviações e lista de periódicos

AA — *African Affairs,* Londres, Royal African Society
AEH — *African Economic History,* Madison, Wisconsin
AESC — *Annales: économies, sociétés, civilisations,* Paris
Africa — *Africa,* International African Institute, Londres
African Arts — *African Arts,* University of California, Los Angeles, African Studies Center
African Literature Today — *African Literature Today,* Londres, Heinemann
AHR — *American Historical Review,* Washington DC, American Historical Association
AM — *Archives Marocaines Annuaire Médical et Pharmaceutique Colonial,* Paris
AQ — *African Quarterly,* Nova Delhi

BIFAN — *Bulletin de l'Institut Fondamental d'Afrique Noire*, Dacar
BSGL — *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* Lisboa
BUP — *Boston University Press*
BUPAH — *Boston University Papers in African History,* Boston University, African Studies Center *Bulletin des juridictions indigènes et du droit coutumier congolais*
BWHO — *Bulletin of the World Health Organization,* Genebra

CEA — *Cahiers d'Études Africaines,* Paris, Mouton
CHJ — *Calabar Historical Journal,* University of Calabar
CJAS — *Canadian Journal of African Studies,* Canadian Association of African Studies, Department of Geography, Carleton University, Ottawa

CSSH — *Comparative Studies in Society and History,* Cambridge, CUP
CUP — Cambridge University Press *Cultura Cultura,* Brasília

EAJ — *East Africa Journal,* East African Institute of Social & Cultural Affairs, Nairóbi
EALB — East African Literature Bureau, Nairóbi
EAPH — East African Publishing House, Nairóbi
EDCC — *Economic Development and Cultural Change,* Nova York
EHA — *Études d'Histoire Africaine,* Kinshasa
EHR — *Economic History Review,* Cambridge, Economic History Society *Encounter Encounter,* Londres
EC — *Études Congolaises*
EO — *Ethiopia Observer,* Adis Abeba
ES — *Economy and Society,* Londres, Routledge & Kegan Paul

Geneve-Afrique, Genebra
GJ — *Geographical Journal,* Londres, Royal Geographical Society
GR — *Geographical Review,* Nova York, American Geographical Society

HA — *Horn of Africa*
Hadith — *Hadith,* Nairóbi
HJ — *Historical Journal,* Cambridge, CUP
HMSO — Her/His Majesty's Stationery Office, Londres
HUP — Harvard University Press

IAI — International African Institute, Londres
IFAN — Institut Fondamental de l'Afrique Noire
IJAHS — *International Journal of African Historical Studies,* Boston, Boston University, African Studies Center
IL — *International Law*
IRCBM — *Institut Royal Colonial Belge, Mémoires,* Bruxelas
IUP — Ibadan University Press

JAH — *Journal of African History,* Cambridge, CUP
JAS — *Journal of African Studies,* University of California, Los Angeles, African Studies Center
JAf. S — *Journal of the African Society* (mais tarde, *African Affairs)*
JCAHA — *Journal of the Central African Historical Association*
JDS — *Journal of Development Studies,* Institute of Development Studies, University of Sussex
JES — *Journal of Ethiopian Studies,* Adis Abeba

JHMAS — *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences,* Nova York
JHSN — *Journal of the Historical Society of Nigeria,* Ibadan
JMAS — *Journal of Modern African Studies,* Cambridge, CUP
JNH — *Journal of Negro History,* Washington DC
Journal Officiel de l'AEF, Brazzaville
JP — *Journal of Politics,* Gainesville, Flórida
JSAS — *Journal of Southern African Studies,* Londres, OUP

KHR — *Kenya Historical Review,* Nairóbi
Kongo-Oversee — *Kongo Oversee*

The Lancet — *The Lancet,* Londres
Le Matériel Colonial, Paris
LSJ — *Liberian Studies Journal,* Newark, Delaware, University of Delaware
Marchés Coloniaux, Paris

MARSOM — *Mémoires de l'Academie Royale des Sciences d'Outre-Mer,* Bruxelas
MBAB — *Mitteilungen der Basler Afrika Bibliographien,* Basel
MMFQ — *Millbank Memorial Fund Quarterly* , Londres
MIT — Massachusetts Institute of Technology
MUP — Michigan University Press
The Muslim World — *The Muslim World,* Hartford, Connecticut

Nigeria Magazine — *Nigeria Magazine,* Lagos
NJESS — *Nigerian Journal of Economic and Social Studies,* Ibadan
NUP — Northwestern University Press

Odu — *Odu,* Ife, University of Ife Press
Omaly sy Anio — *Omaly sy Anio,* Antananarivo
Optima — *Optima,* Johannesburgo
OUP — Oxford University Press

PA — *Présence Africaine,* Paris
PAPS — *Proceedings of the American Philosophical Society,* Filadélfia
Practical Anthropology — *Practical Anthropology*
PP — *Past & Present,* Oxford
PS — *Population Studies,* Londres
PUF — Presses Universitaires Françaises
PUP — Princeton University Press

RA — *Revue Africaine, Journal des Travaux de la Société Historique Algérienne,* Argel
Research Review — *Research Review,* University of Ghana, Legon, Institute of African Studies
RFHOM — *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer,* Paris
RUA — Royal Institute of International Affairs, Londres
RLJ — *Rhodes-Livingstone Journal* (agora *African Social Research),* Lusaka
RM — *Revue Marocaine*
R Med. — *Revue de la Mediterranée,* Argel
ROMM — *Revue de l'Occident Musulman et la Méditerranée,* Aix-en-Provence
RPC — *Rechercher Pédagogique et Culture*
RSEHA — *Revue Sémitique d'Épigraphie et d'Histoire Ancienne,* Paris
RSSJ — *Royal Statistical Society Journal,* Londres

SNR — *Sudan Notes* & *Records,* Khartum
SOAS — School of Oriental and African Studies, University of London
SR — *Sociological Review,* Manchester
SUP — Stanford University Press

Tarikh — *Tarikh,* Ibadan, Longman
THSG — *Transactions of the Historical Society of Ghana,* Legon
TJH — *Transafrican Journal of History,* Nairóbi
TRSTMH — *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene,* Londres
Transition — *Transition,* Kampala (depois, Acra)

Ufahamu — *Ufahamu,* Journal of the African Activist Association, Los Angeles
UJ — *Uganda Journal,* Uganda Society, Kampala
UP — University Press

West Africa — *West Africa,* Londres
WUP — Witwatersrand University Press

Yale Review — *Yale Review,* New Haven
YUP — Yale University Press

Referências bibliográficas

Todas as referências foram verificadas com o máximo cuidado, mas dada a complexidade e o caráter internacional das obras é possível que alguns erros tenham persistido.

ABBĀS, F. 1931. *Le jeune Algérien.* Paris, Éditions de la Jeune Parque.

– o 1962. *Le nuit coloniale.* Paris, Julliard.

ABD AL-HALIM, M. O. 1975. "Islam in Somalia, 1800-1920". Dissertação de mestrado. University of Khartum.

ABD AL-RAHĪM, M. 1969. *lmperialism and Nationalism in the Sudan: a Study in Constitutional and Political Development* 1899-1956. Oxford, Clarendon Press.

ABDIN, H. 1970. "The growth of nationalist movements in the Sudan". Tese de doutorado. University of Wisconsin.

ABERNETHY, D. B. 1969. *The Political Dilemma of Popular Education: an African Case.* Stanford, Stanford University Press.

ABRAHAM, W. E. 1964. "The life and times of Anton Wilhelm Amo". *THSG,* VII: 60-81.

ABUBAKAR, S. 1980. "The northern provinces under colonial rule". In: O. IKIME, org. *Groundwork of Nigerian History.* p. 447-81.

ABŪ SALĪM, M. I. 1969. *Manshurat al-Mahdiyya.* Khartum.

__. 1970. *Al-Haraka al-fikrīyyafil Mahdiyya.* Khartum.

ADDO-FENING, R. 1975. "The Asamankese dispute, 1919-1934". *MBAB,* XII: 61-89.

__. 1980. "Akyem Abuakwa, c.1874-1943: a study of the impact of missionary activities and colonial rule on a traditional state". Tese de doutorado. University of Ghana.

ADELEYE, R. A. 1971. *Power and Diplomacy in Northern Nigeria, 1804-1906: the Sokoto Caliphate and its Enemies.* Londres, Longman.

ADEWOYE, O. 1977. *The Judicial System in Southern Nigeria,* 1854-1954: *Law and Justice in a Dependency.* Londres, Longman.

ADIMOLA, A. B. 1954. "The Lamogi rebellion 1911-12". *UJ,* XVIII, p. 166-77.

AFIGBO, A. E. 1972. *The Warrant Chiefs: Indirect Rule in Southeastern Nigeria, 1891-1929.* Londres, Longman.

__. 1973. "Patterns of Igbo resistance to British conquest". *Tarikh,* IV, n. 3, p.14-23.

__. 1974. "The establishment of colonial rule, 1900-1918". In: J. F. A. AJAYI e M. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* v. II, p. 424-83.

AGERON, C.-R. 1966. "Enquête sur les origines de nationalisme algérien. L'Emir Khaled, petit-fils d'Abd El-Kader, fut-il le premier nationaliste algérien". *ROMM,* vol II, p. 9-49.

__. 1978-a. *France coloniale ou parti coloniale?* Paris, PUF.

__. 1978-b. *Politiques coloniales au Maghreb.* Paris, PUF.

__. 1979. *Histoire de l'Algérie contemporaine, 1830-1973.* Paris, PUF.

AHMED, J. M. 1960. *The Intellectual Origins of Egyptian Nationalism.* Londres, OUP.

AJAYI, J. F. A. s.d. "The impact of colonialism on Afro-Arab cultural relations in West Africa".

__. 1965. *Christian Missions in Nigeria, 1841-1891: The Making of a New Elite.* Londres, Longman.

__. 1968. "The continuity of African institutions under colonialism". In: T. O. RANGER, org. *Emerging Themes of African History.* p. 189-200.

__. 1969. "Colonialism: an episode in African history". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa.* v. I: *The History and Politics of Colonialism, 1870-1914.* p. 497-509.

AJAYI, J. F. A. e CROWDER, M., orgs. 1974. *History of West Africa.* Londres, Longman. v. II.

AKPAN, M. B. 1973-a. "Liberia and the Universal Negro Improvement Association: the background to the abortion of Garvey's scheme for African colonization" . *JAH,* XIV, I: 105-27.

__. 1973-b. "Black imperialism: Americo-Liberian rule over the African peoples of Liberia, 1841-1964". *CJAS,* VII, n. 2, p. 217-36.

__. 1975. "The Liberian economy in the nineteenthcentury: government finances". *LSJ,* VI, 2: 129-61.

__. 1976. "Liberia and the origins of the Scramble for West Africa". *CHJ,* I, 2:61-75.

__. (?) "Native administration and Gola-Bandi resistance in north-western Liberia, 1905-19". *THSG.*

AL-ASHHĀB, M. T. 1947. *Barqa al-'Arabiyya.* Cairo, Matba't al Hawwari.
AL-BARĀWĪ, R. 1973. *Al-Sūmāl al-Jadīd.* Cairo.
AL-HADDĀD, T. 1927. *Al-Ummal 'al Tunisiyin.*
AL-HASAN, M. A. 1964. *Ta'rīkh Dārfūr al-Siyāsī.* Khartum.
AL-KADDĀL, M. S. 1973. *Al-Mahdiyya wal Habasha.* Khartum.
AL-MADANĪ, T. 1963. *Kitāb al-Jasā'ir.* Blida.
AL-MASADA, M. G. AL-DĪN. 1974. *Danshuwāi.* Cairo.
AL-MISURĀTĪ, A. 1964. *Sa'dūn al Batal.* Beirute.
AL-MURSHIDĪ, M. 1958. *Al-Thawra Al-'Urābīyya.* Cairo.
AL-NĀSIRĪ. 1907. *Kitābal-Istiqqā.* Trad. E. Fumey, *AM,* X: 227.
AL-RAF'Ī, A. 1966. *Al-Thawra al-' Urabīyya wal Ihtilāl al-Ingilīzi,* Cairo.
—. 1969. *Fi Aqab Al-Thawra Al-Misriyya.* 3. ed. Cairo. V I.
AL-SAYYID, A. L. 1968. *Egypt and Cromer: a Study in Anglo-Egyptian Relations.* Londres, John Murray.
AL-SŪSĪ, M. 1961. *Al Ma'sul.* Casablanca. V. XX.
AL-TILLISI, K. 1973. *Mujam Ma'arik Al-j-Jihad Filibiya.* 2 ed. Beirute, Dar al Thaqafa.
AL-ZAWI, AL-T. A. 1973. *Jihad al-Abtal.* 3 ed. Beirute, Dar al-Fath.
ALBION, R. G. 1959. *Seaports South of the Sahara: the Achievement of an American Steamship Service.* Nova York, Appleton-Century-Crofts.
ALEGRE, C. da C. 1916. *Versos Lisbon Livraria.* Ferin.
ALLAN, J. A.; MCLACHLAND, K. S.; PENROSE, E. T., orgs. 1973. *Libya, Agriculture and Economic Development.* Londres, Frank Cass.
ALLAN, W. 1965. *The African Husbandman.* Londres, Oliver & Boyd.
ALLAN, W. N. e SMITH, R. J. 1948. "Irrigation in the Sudan". In: J. D. TOTHILL, org. *Agriculture in the Sudan,* p. 593-632.
ALLDRIDGE, T. J. 1910. *A Transformed Colony, Sierra Leone, as it was, and as it is, its Progress, Peoples, Native Customs and Undeveloped Wealth.* Londres, Seeley.
ALOISI, P. 1957. *Journal, 25 juillet 1932 - 14 juin 1936*. Paris, Plon.
ALVES, H. L. 1976. *Bibliografia afro-brasileira: estudos sobre o negro.* São Paulo, Edições H.
AMIN, S. 1970. *The Maghreb in the Modern World: Algeria, Tunisia, Morocco.* Harmondsworth, Penguin.
__. 1972. "Underdevelopment and dependence in Black Africa: origins and contemporary forms". *JMAS,* X, 4:503-24.
__. 1974. *Accumulation on a World Scale: a Critique of the Theory of Underdevelopment.* Nova York, Monthly Review Press.
ANANABA, W. 1969. *The Trade Union Movement in Nigeria.* Londres, C. Hurst.
ANDERSON, R. E. 1952. *Liberia: America's African Friend.* Chapel Hill, University of North Carolina Press.

ANDRADE, M. 1959. *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa.* Paris, Pierre Jean Oswald.

ANENE, J. C. 1970. *The lnternational Boundaries of Nigeria, 1885-1960: the Framework of an Emergent African Nation.* Londres, Longman.

ANI-OKOKON, A. E. 1927. "A West African in the US: some reflections and observations". *Missionary Seer,* XXVIII, 6.

ANON. 1910-a. "Health and sanitation in Sierra Leone". *The Lancet,* 1 out. 1910. V. 11, p. 1053.

__. 1910-b. "The Egyptian Public Health Department". *The Lancet,* 29 out. 1910. V. 11, p. 1298.

__. 1911. "The Transvaal Mining Commission". *The Lancet,* 2 mar. 1911. V. I, p. 688.

__. 1913. "Notes from South Africa". *The Lancet,* 14 jun. 1913. V. I, p. 1702.

__. 1959. "The policy of our culture". *PA,* XXIV-XXV, p. 3-5 [Editorial].

ANOUMA, R. P. 1973. "L'impôt de capitation, le système des prestations et des corvées en Côte d'Ivoire de 1901-1930". Tese de doutorado. University of Aix-en-Provence.

ANTONETTI, G. G. 1926-1927. Artigos no *Journal Officiel de l'AEF,* 1 jun. 1926, 1 dez. 1927.

ANYANE, S. L. 1963. *Ghana Agriculture: its Economic Development from Early Times to the Middle of the Twentieth Century.* Londres, OUP.

ARAEDON, D. 1976. "Architecture". In: S. O. BIOBAKU, org. *The Living Culture of Nigeria.* p. 38-44.

ARAP MAGUT, P. K. 1969. "The rise and fall of the Nandi Orkoiyot". In: B. G. McINTOSH, org. *Ngano: Studies in Traditional and Modern East African History.* p. 95-108.

ARAP NG'ENY, S. K. 1970. "Nandi resistance to the establishment of British administration, 1893-1906". *Hadith,* 11:104-26.

ARMAH, A. K. 1973. *Two Thousand Seasons.* Nairóbi, EAPH. Londres, Heinemann, 1979.

ARRIGHI, G. 1967. *The Political Economy of Rhodesia.* Haia, Mouton.

__. 1970. "Labour supplies in historical perspective: a study of the proletarianization of the African peasantry in Rhodesia". *JDS,* VI, 3: 197-234.

ASANTE, S. K. B. 1977. *Pan-African Protest: West Africa and the ltalo-Ethiopian Crisis, 1939-1941*. Londres, Longman.

ASHE, R. P. 1894. *Chronicles of Uganda.* Londres, Hodder & Stoughton.

ASHUR, F. B. 1956. *Al-H'arakāt al-adahīya w'al-firkiya fī.* Túnis.

ASIWAJU, A. I. 1976-a. *Western Yorubaland under European Rule, 1889-1945*: *a Comparative Analysis of French and British Colonialism.* Londres, Longman.

__. 1976-b. "Migrations as revolt: the example of the Ivory Coast and the Upper Volta before 1945". *JAH,* XVII, 4:577-94.

__. 1979. "Control through coercion: a study of the indigénat regime in French West African administration, 1887-1946". *BIFAN,* (B) XLI, 1:35-71.
ASSIS, A. de, JR. 1917. *Relatório dos Acontecimentos da Dala Tando a Lucala.* Luanda.
ATANDA, J. A. 1969. "The Iseyin-Okeiho rising of 1916: an example of socio-political conflict in colonial Nigeria". *JHSN,* IV, 4:487-514.
ATIENO-ODHIAMBO, E. S. 1973. "Review of J. Iliffe, org. *Modern Tanzanians", TJH,* III, 1 e 2: 153-4.
__. 1974. " 'Seek ye first the economic kingdom': the early history of the Luo Thrift and Trading Corporation, LUTATCO, 1945-1956". In: B. A. OGOT, org. *Hadith,* V, *Economic and Social History of East Africa.* p. 218-56.
AYACHE, A. 1956. *Le Maroc: bilan d'une colonisation.* Paris, Éditions Sociales.
AYACHE, S. e RICHARD, C. 1978. "Une dissidence protestante malgache: l'église Tranozozoro". *Omaly sy Anio,* VI-VIII: 133-82.
AYANDELE, E. A. 1966. *The Missionary Impact on Modern Nigeria, 1842-1914: a Political and Social Analysis.* Londres, Longman.
AZIKIWE, B. N. 1934. *Liberia in World Politics.* Londres, A. H. Stockwell.
__. 1961. *Zik: a Selection from the Speeches of Nnamdi Azikiwe.* Cambridge, CUP.
BADEN-POWELL, R. S. S. 1897. *The Matabele Campaign, 1896: being a Narrative of the Campaign in Suppressing the Native Rising in Matabeleland and Mashonaland.* Londres, Methuen.
BADOGLIO, P. 1937. *The War in Abyssinia.* Londres, Methuen.
BAER, G. 1962. *A History of Land Ownership in Modern Egypt, 1800-1950.* Londres, OUP.
BAER, G. W. 1967. *The Coming of the Italo-Ethiopian War.* Cambridge, Mass., HUP.
BAETA, C. G. 1962. *Prophetism in Ghana: a Study of Some "Spiritual" Churches.* Londres, SCM Press.
__, org. 1968. *Christianity in Tropical Africa.* Londres, OUP.
BALANDIER, G. 1965. "Messianism and nationalism in Black Africa". In: P. VAN DEN BERGHE, org. *Africa: Social Problems of Change and Conflict.*
BALANDIER, G. e DADIÉ, B., orgs. s.d. *Le travail en Afrique noire.* Paris, Présence Africaine.
BALANS, J. L.; COULON, C.; RICARD, A.,orgs. 1972. *Problèmes et perspectives de l'éducation dans un état du tiers-monde: le cas du Sénégal.* Bordeaux, Centre d'Étude d'Afrique Noire.
BALDWIN, R. E. 1966. *Economic Development and Export Growth: a Study of Northern Rhodesia, 1920-1960.* Berkeley, University of California Press.
BALEK, R. 1922. *La Tunisie après la Guerre* (1919-21): *problèmes politiques.* Paris, Comité de l'Afrique Française.
BALLARD, J. A. 1965. "The Porto Novo incidents of 1923: politics in the colonial era". *Odu,* II, I:52-75.

BANDINI, F. 1971. *Gli ltaliani in Africa: Storia delle guerre coloniali, 1882-1943*. Milão, Longanesi.

BANKS, A. 1975. *A Military Atlas of the First World War.* Londres, Heinemann.

BANNERMANN, R. C. 1920. "Report on Conditions in Liberia", 2 out. 1920. Nova York.

BANTON, M. 1966. "Adaptation and integration in the social system of Temne immigrants in Freetown". In: I. WALLERSTEIN, org. *Social Change: The Colonial Situation.* p. 402-19.

BAPTISTA, J. R. 1892. *Caminho de Terra da Beira a Manica.*

BARBAR, A. M. 1980. "The Tarabulus (Libyan) resistance to the Italian invasions, 1911-1920". Tese de doutorado. University of Wisconsin.

BARBOUR, K. M. e PROTHERO, R. M., orgs. 1961. *Essays on African Population.* Londres, Routledge & Kegan Paul.

BARBOUR, N., org. 1959. *A Survey of North West Africa (The Maghreb).* Londres, OUP

BARCLAY, E. J. 1931. *Annual Message,* 22 dez. Monróvia.

__. 1932. *Annual Message,* 24 out. Monróvia.

__. 1934. *Annual Report of the Department of the State to the Fourth Session of the Thirty-Seventh Legislature.* Monróvia.

_. 1935-a. *Special Message delivered before the Extraordinary Session of the Liberian Legislature,* 29 maio. Monróvia.

__. 1935-b. *Annual Message,* 19 dez. Monróvia.

__. 1937. *Annual Message,* 29 out. Monróvia.

BARKER, A. J. 1968. *The Civilization Mission: a History of the Italo-Ethiopian War of* 1935-1936. Londres, OUP.

BARRETT, D. B., org. 1971. *African Initiatives in Religion.* Nairóbi, EAPH.

BASCOM, W. 1959. "Urbanism as a traditional African pattern". *SR,* VII:29-53.

BASSO, L. 1972. "An analysis of classical theories of imperialism". In: N. CHOMSKY *et al. Spheres of Influence in the Age of Imperialism.* p. 111-44.

BASTIDE, R. 1967. *Les Ameriques noires: les civilisations africaines dans le Nouveau Monde.* Paris, Payot.

BATES, M. L. 1965. "Tanganyika: changes in African life, 1918-1945". In: V. HARLOW e E. M. CHILVER, orgs. *History of East Africa.* V. II, p. 625-38.

BATES, R. H. 1971. *Unions, Parties and Political Development: a Study of Mineworkers in Zambia.* New Haven, YUP.

BAUER, P. T. 1954. *West African Trade: a Study of Competition, Oligopoly and Monopoly in a Changing Society.* Cambridge, CUP.

BAUER, R. A. e BAUER, A. H. 1942. "Day to day resistance to slavery". *JNH,* XXVII, 4:388-419.

BAUM, J. E. 1928. *Savage Abyssinia.* Londres, Cassell.

BEACH, D. 1971. "Resistance and collaboration in the Shona country". Londres, SOAS. Comunicação não publicada.
__. 1979. " 'Chimurenga': the Shona rising of 1896-97". *JAH,* XX, 3:395-420.
BEER, G. L. 1923. *African Questions at the Paris Peace Conference.* Nova York, Macmillan.
BEINART, W. e BUNDY, C. 1980. "State intervention and rural resistance: the Transkei, 1900-1965". In: M. KLEIN, org. *Peasants in Africa.* p. 271-315.
BENDER, G. J. 1978. *Angola under the Portuguese: the Myth and the Reality.* Londres, Heinemann.
BENIANS, E. A.; BUTLER, J.; CARRINGTON, C. E., orgs. 1959. *The Cambridge History of the British Empire.* V. III, *The Empire-Commonwealth 1870-1919.* Cambridge, CUP.
BENNETT, G., org. 1953. *The Concept of Empire: Burke to Attlee, 1774-1947*. Londres, Adam & Charles Black.
__. 1963. *Kenya, a Political History: the Colonial Period.* Londres, OUP.
BENSON, M. 1966. *South Africa: the Struggle for a Birthright.* Harmondsworth, Penguin.
BENZ, E., org. 1965. *Messianische Kirchen, Sekten und Bewengungen in heutigen Afrika.* Leiden, Brill.
BERG, E. J. 1965. "The development of a labour force in sub-Saharan Africa". *EDCC,* XIII:394-412.
BERKELEY, G. F. 1902. *The Campaign of Adowa and the Rise of Menelik.* Londres, Constable.
BERLINER, P. 1978. *The Soul of Mbira.* Berkeley, University of California Press.
BERNARD, A. e LACROIX, L. N. E. 1921. *La pénétration saharienne, 1830-1906.* Argel.
BERQUE, A. 1936. "Un mystique moderniste: le Cheikh Benalioua". *RA,* LXXIX:691-776.
__. 1947. "Les intellectuels algériens". *RA,* XCI:123-51, 261-76.
__. 1951. "Les capteurs du divan: marabouts et ulemas". *R. Med.,* X, 43:286-302; XI, 44:417-29.
BERQUE, J. 1970. *Les Maghreb entre deux guerres.* 2. ed. Paris, Éditions du Seuil.
BERVIN, A. 1969. *Benito Sylvain, apôtre du relèvement social des noirs.* Port-au-Prince, La Phalange.
BETI, M. 1971. *The Poor Christ of Bomba.* Londres, Heinemann.
BETTS, R. F., org. 1972. *The Scramble for Africa: Causes and Dimensions of Empire.* 2. ed. Londres, D. C. Heath.
BIDWELL, R. 1973. *Morocco under Colonial Rule: French Administration of Tribal Areas,* 1912-1956. Londres, Frank Cass.
BIOBAKU, S. O., org. 1976. *The Living Culture of Nigeria.* Londres, Thomas Nelson.

BIRMINGHAM, W.; NEUSTADT, I.; OMABOE E. N., orgs. 1967. *A Study of Contemporary Ghana.* Londres, Allen & Unwin. v. 11.

BITTREMIEUX, L. 1936. “Brief van Musiri (Geschiedenis van een Negerkonig uit Katanga) door Zijn zoon en apvolger Mukanda-bantu (Met het relaas der groote daden van den Schrijver) Uit het Kisanga Vertaald”. *Kongo-Oversee,* III:69-83, 252.91.

BLAIR, D. S. 1976. *African Literature in French.* Cambridge, CUP.

BLAUG, M. 1961. “Economic imperialism revisited”. *Yale Review,* L:335-49.

BLEY, H. 1968. *Kolonialherrschaft und Sozialstruktur in Deutsch-Südwestafrika 1894-1914.* Hamburgo, Leibnez- Verlag.

__. 1971. *South West Africa under German Rule,* 1894-1914. Londres, Heinemann.

BLYDEN, E. W. 1864. “The call of Providence to the descendants of Africa”. *The African Repository,* XL:358.

__. 1887. *Christianity, Islam and the Negro Race.* Londres, W. B. Whittingham.

BOAHEN, A. A. 1966. *Topics in West African History.* Londres, Longman.

__. 1974. “Politics in Ghana, 1800-1874”. In: J. F. A. AJAYI eM. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* v. 2, p. 167-261.

__. 1977. “Prempeh in Exile”. *Research Review,* VIII, 3:3-20.

BOAVIDA, A. A. 1967. *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BOHANNAN, P. e CURTIN, P. 1971. *Africa and Africans.* Nova York, Natural History Press, ed. rev.

BOHM, E. 1938. *La mise en valuer des colonies portugaises.* Paris.

BOILAT, ABBÉ 1853. *Esquisses Sénégalaises.* Paris, P. Bertrand.

BOITEAU, P. 1958. *Contribution à l’histoire de la nation malgache.* Paris, Éd. Sociales.

BOND, H. M. “Forming African youth: a philosophy of education”. In: J. A. DAVIS, org. *Africa Seen by American Negroes.* p. 247-61.

BONNER, P. L. 1978. “The decline and fall of the ICU: a case of self-destruction?”. In: E. WEBSTER, org. *Essays in Southern African Labour History.* p. 114-20.

__. 1979. “The 1920 Black mineworkers’ strike: a preliminary account”. In: B. BOZZOLI, org. *Labour, Townships and Protest: Studies in the Social History of the Witwatersrand.*

BONY, J. 1980. “La Côte d’Ivoire sous la colonisation française et le prélude à l’émancipation, 1920-47 - Genèse d’une nation”. Tese de doutorado. Université de Paris I.

BOOTH, N. S. 1977. “Islam in Africa”. In: N. S. BOOTH, org. *African Religions: a Symposium.* Nova York, Nok Publishers.

__, org. 1977. *African Religions: a Symposium.* Nova York, Nok Publishers.

BOSERUP, E. 1965. *The Conditions of Agricultural Growth.* Chicago, Aldine.

BOTELHO, J. J. T. 1934. *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique.* Lisboa, 2 v.

BOUIS, L. 1946. "Algérie et Sahara: le regime douanier". In: *Encyclopédie de l'Empire Française.* Paris.
BOULÈGUE, M. 1965. "La presse au Sénégal avant 1939: bibliographie". *BIFAN* (B) XXVII:715-54.
BOURGUIBA, A. 1954. *La Tunisie et la France: vingt-cinq ans de lutte pour une coopération libre.* Paris, Julliard.
BOWEN, J. W. E. 1896. *Africa and the American Negro: Addresses and Proceedings of the Congress on Africa.* Miami, Mnemosyne Publishers, ed. 1969.
BOWER, P. 1948. "The mining industry". In: M. PERHAM, org. *Mining, Commerce and Finance in Nigeria,* p. 1-42.
BOYES, J. s.d. *My Abyssinian Journey.* Nairóbi, W. Boyd.
BOZZOLI, B., org. 1979. *Labour, Townships and Protest: Studies in the Social History of the Witwatersrand.* Johannesburgo.
BRANDEL, R. 1961. *The Music of Central Africa.* Haia, Martinus Nijhoff.
BRANQUINHO, J. A. G. de M. 1966. *Prospecção das Forças Tradicionais.* Nampula.
BRASS, W. *et al.* 1968. *The Demography of Tropical Africa.* Princeton, PUP.
BRASS, W. e COALE, A. J. 1968. "Methods of analysis and estimation". In: W. BRASS *et al.,* 1968, p. 88-139.
BRETT, E. A. 1973. *Colonialism and Underdevelopment in East Africa.* Nova York, Nok Publishers.
BROTZ, H. 1970. *The Black Jews of Harlem: Negro Nationalism and the Dilemmas of Negro Leadership.* Nova York, Schocken.
BROWN, M. 1978. *Madagáscar Rediscovered: a History from Early Times to Independence.* Londres, Damien Tunnacliffe.
BRUNSCHWIG, H. 1966. *French Colonialism, 1871-1914*: *Myths and Realities.* Nova York, Praeger.
__. 1974. "De la résistance Africaine à l'impérialisme Européen". *JAH,* XV, 1:47-64.
BUELL, R. L. 1928. *The Native Problem in Africa.* Nova York, Macmillan. 2 v.
__. 1947. *Liberia: a Century of Survival, 1847-1947*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press.
BUNDY, C. 1979. *The Rise and Fall of the South African Pesantry.* Berkeley, University of California Press, Londres, Heinemann.
BURNS, A. C. 1957. *In Defence of Colonies: British Colonial Territories in International Affairs.* Londres, Allen & Unwin.
BUSTIN, E. 1975. *Lunda under Belgian Rule.* Cambridge Mass, HUP.
CACHIA, A. J. 1975. *Libya under the Second Ottoman Occupation (1835-1911)*. Trípoli, Dar al Farjeni.
CALDWELL, J. C. 1967. "Population change". In: W. BIRMINGHAM, I. NEUSTADT e E. OMABOE, orgs. *A Study of Contemporary Ghana.* v. 11, p. 78-110.

__, org. 1975. *Population Growth and Socio-Economic Change in West Africa.* Nova York, Columbia UP.
__. (?). *The African Drought and its Demographic Implications.*
CALDWELL, J. C. e OKONJO, J., orgs. 1968. *The Population of Tropical Africa.* Londres, Longman.
CANTRELLE, P. "Mortality: levels, patterns and trends". In: J. C. CALDWELL, org. 1975. *Population Growth and Socio-Economic Change in West Africa.* p. 98-118.
CAPELA, J. s.d. *O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1910-1927.*
CARDOSO, F. H. 1962. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional.* São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
CARDOZO, J. 1931. *Finances et crédit par José Cardoso...,* Lourenço Marques.
CARR-SAUNDERS, A. M. 1936. *World Population: Past Growth and Present Trends.* Oxford, Clarendon Press.
CARTWRIGHT, F. e BIDDISS, M. D. 1972. *Disease and History.* Londres, Rupert HartDavies.
CASSERLEY, G. 1923. *Algeria Today.* Londres, T. Werner Laurie.
CECIL, G. 1932. *Life of Robert Marquis of Salisbury.* Londres, Hodder & Stoughton. v. IV.
CENTRO DE ESTUDOS DOS AFRICANOS. 1977. *The Mozambique Miners.* Maputo.
CHAINE, M. 1913. "Histoire du régne de Iohannes IV, roi d'Éthiopie *(1868-1889)*". *RSEHA,* XXI: 178-91.
CHALMERS, J. A. 1877. *Tiyo Soga: a Page of South African Mission Work.* Londres, Hodder & Stoughton.
CHALK, F. 1967. "Du Bois and Garvey confront Liberia". *CJAS,* I, 2:135-42.
CHANAIWA, D. 1974. "The Shona and the British South Africa Company in Southern Rhodesia, 1890-1896". *AQ,* XIV, 3 e 4.
__. 1980. "African humanism in South Africa". In: A. MUGOMBA e M. NYAGGAH, orgs. *Independence Without Freedom. The Political Economy of Colonial Education in Southern Africa.* p. 9-39.
CHAPUS, G. S. 1961. *Manuel de l'histoire de Madagáscar.* Paris, Larose.
CHARLE, E. G. 1964. "An appraisal of British imperial policy with respect to the extraction of mineral resources in Nigeria". *NJESS,* VI, 1:37-42.
CHESTER, E. W. 1974. *Clash of Titans.* Nova York, Orbis.
CHEVALIER, L. 1947. *Le problème démographique nord-africaine.* Paris, PUF.
CHILCOTE, R., org. 1972. *Protest and Resistance in Angola and Brazil.* Berkeley, University of California Press.
CHILEMBWE, J. 1905. "Letter", *Mission Herald,* IX, 9 abril 1905.
CHINWE1ZU. 1975. *The West and the Rest of Us: White Predators, Black Slavers and the African Elite.* Nova York, Vintage Books.

CHOMSKY, N. *et al.* 1972. *Spheres of Influence in the Age of Imperialism.* Nottingham, Spokesman Books.
CHRÉTIEN, J. P. 1970. "Une revolte au Burundi en 1934". *AESC,* XV, 6:1678-1717.
CHURCHILL, W. S. 1948. *The Gathering Storm.* Londres, Cassell.
CIMMARUTA, R. 1936. *Ual, Ual.* Milão, Mondadori.
CLAPHAM, C. 1977. "Ethiopia". In: R. LEMARCHAND, org. *African Kingships in Perspective: Political Change and Modernization in Monarchical Settings.* p. 35-63.
CLARENCE-SMITH, W. G. 1979. *Slaves, Peasants and Capitalists in Southern Angola, 1840-1926.* Cambridge, CUP.
CLARENCE-SMITH, W. G. e MOORSOM, R. 1975. "Underdevelopment and class formation in Ovamboland, 1845-1915", *JAH,* XVI, 3:365-81.
CLARKE, J. H. 1964. *Harlem USA.* Berlim, Seven Seas Publishers.
CLENDENEN, C.; COLLINS, R.; DUIGNAN, P. 1966. *Americans in Africa, 1865-1900.* Stanford, Hoover Institution Press.
CLOWER, R. W.; DALTON, G.; HARWITZ, M.; WALTERS, A. A. 1966. *Growth Without Development. An Economic Survey of Liberia.* Evanston, NUP.
COALE, A. J. e DEMENY, P. 1966. *Regional Model Life Tables and Stable Populations.* Princeton, PUP.
__. 1967. *Population Studies.* Nova York, UN.
COALE, A. J. e LORIMER, F. 1968. "Summary of estimates of fertility and mortality". In: W. BRASS *et al. The Demography of Tropical Africa.* p. 151-67.
COALE, A. J. e VAN DE WALLE, E. 1968. "Appendix: notes on areas for which estimates were made but not subject to a detailed study". In: W. BRASS *et al. The Demography of Tropical Africa.* p. 168-82.
COBBING, J. 1974. "Ndebele religion in the nineteenth century". Não publicado.
__. 1977. "The absent priesthood: another look at the Rhodesian risings of 1896-1897", *JAH,* XVIII, 1:61-84.
COELHO, R. 1964. *Os Karibes Negros de Honduras.* São Paulo. Separata da Revista do Museu Paulista, s.d. 15.
COELHO, T., org. 1898. *Dezoito annos em Africa.* Lisboa.
COLE, M. M. 1961. *South Africa.* Londres, Methuen.
COLEMAN, J. S. 1958. *Nigeria: Background to Nationalism.* Berkeley eLos Angeles, University of California Press.
__. 1965. "Nationalism in tropical Africa". In: P. J. M. MCEWAN e R. B. SUTCLIFFE, orgs. *The Study of Africa.* p. 156-83.
COLEMAN, J. S. e BELMONT, B., JR. 1962. "The role of the military in sub-Saharan Africa". In: J. J. JOHNSON, org. *The Role of the Military in Under-developed Countries.* p. 359-405.
COLEMAN, J. S. e ROSBERG, C. G., orgs. 1970. *Political Parties and National Integration in Tropical Africa.* Berkeley e Los Angeles, University of California Press.

COLLINS, R. O. 1967. "The Aliab Dinka uprising and its suppression". *SNR,* XLVIII. p. 77-89.
CONFER, C. V. 1966. *France and Algeria: the Problem of Civil and Political Reform, 1870-1920.* Nova York, Syracuse UP.
COON, C. 1936. *Measuring Ethiopia and Flight into Arabia.* Londres, Jonathan Cape.
COQUERY-VIDROVITCH, C. 1972. *Le Congo français au temps des grandes compagnies concessionnaires, 1898-1930.* Paris e Haia, Mouton.
__. 1975. "L'impact des intérêts coloniaux: SCOA et CFAO dans l'ouest africain, *1910-1965". JAH,* XVI, 4:595-621.
__. org. 1976. "L'Afrique et la crise de 1930 (1924-1938)", *RFHOM* (número especial), LXIII, 232-3:375-776.
__. 1977. "Mutations de l'impérialisme colonial français dans les anées 30". *AEH,* IV: 103-52.
__. (?). "French Black Africa". In: A. D. ROBERTS, org. *Cambridge History of Africa.* v. VII.
COQUERY-VIDROVITCH, C. e MONIOT, H. 1974. *L'Afrique noire de 1800 à nos jours.* Paris, PUF.
CORNEVIN, R. 1962. *Histoire du Togo.* Paris, Berger-Levrault.
CORO, F. 1971. *Settantasei Anni di Dominazione Turca in Libia, 1835-1911.* Trípoli, Stabilimento Poligrafico Editorial, Plinio Maggi.
COSNIER, H. C. 1921. *L'ouest africain français, ses ressources agricoles, son organisation économique.* Paris, Larose.
__. 1922. *L'Afrique du nord: son avenir agricole et économique.* Paris, Larose.
COUCEIRO, S. M. 1974. *Bibliografia sobre o negro brasileiro.* São Paulo, Centro de Estudos Africanos/Universidade de São Paulo.
COUPLAND, R. 1928. *Kirk on the Zambezi.* Oxford, Clarendon Press.
COUTINHO, J. A. 1904. *A Campanha do Barue em 1902.* Lisboa.
CRONON, E. D. 1962. *Black Moses: The Story of Marcus Garvey and the Universal Negro Improvement Association.* Madison, University of Wisconsin Press.
CROWDER, M. 1962. *Senegal: a Study in French Assimilation Policy.* Londres, OUP.
__. 1964. "Indirect rule: French and British style". *Africa,* XXXIV, 3:197-205
__. 1968. *West Africa under Colonial Rule.* Londres, Hutchinson
__. org. 1971. *West African Resistance.* Londres, Hutchinson.
__. 1973. *Revolt in Bussa: a Study of British "Native Administration" in Nigerian Borgu: 1902-35.* Londres, Faber.
__. 1974. "The 1914-1918 European War and West Africa". In: J. F. A. AJAYI e M. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* v. II, p. 484-513.
__. 1977-a. *Colonial West Africa.* Londres, Frank Cass.
__. 1977-b. "Introduction" [to "Protest against colonial rule in West Africa"], *Tarikh,* V, 3:1-5.

__. 1977-c. "The Borgu revolts of 1915-17". *Tarikh,* V, 3:18-30.
__. 1977-d. "Blaise Diagne and the recruitment of African troops for the 1914-18 War". In: M. CROWDER, *Colonial West Africa.* p. 104-21.
CROWDER, M. e AJAYI, J. F. A. 1974. "West Africa 1919-1939: the colonial situation". In: J. F. A. AJAYI e M. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* V. II, p. 514-41.
CROWDER, M. e IKIME, O., orgs. 1970. *West African Chiefs: Their Changing Status under Colonial Rule and Independence.* Nova York, Africana Publishing Corp.
CROWE, S. E. 1942. *The Berlin West African Conference,* 1884-1885. Londres, Longman Green.
CRUMMEY, D. 1969. "Tewodros as reformer and modernizer". *JAH,* X, 3:457-69.
CUDSI, A. S. 1969. "Sudanese resistance to British rule, 1900-1920". Dissertação de mestrado. University of Khartum.
CUNHA, J. M. da S. 1949. O *trabalho indígena: estudo do direito colonial.* Lisboa.
CUNHA, M. C. 1976. "Brasileiros Nagós em Lagos no século XIX". *Cultura,* outubro-dezembro, 1976. Brasília, Ministério da Educação e Cultura.
CURTIN, P. D. 1969. *The African Slave Trade: a Census.* Madison, University of Wisconsin Press.
CURTIN, P. D.; FEIERMAN, S.; THOMPSON, L.; VANSINA, J. 1978. *African History.* Londres, Longman.
DABBUR, M. A. 1971. *Nahd'at ai Jaza'ir al-Haditha Fithawrati-Hax'l-Mubaraka.* Argel.
DACHS, A. J. 1972. "Politics of collaboration: imperialism in practice". In: B. PACHAI, org. *The Early History of Malawi.* p. 283-92.
DALY, M. D. 1977. "The Governor-Generalship of Sir Lee Stack, 1917-24". Tese de doutorado. University of London.
DARWIN, C. 1859. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life.* Londres, John Murray.
DAVIDSON, A. B. 1968. "African resistance and rebellion against the imposition of colonial rule". In: T. O. RANGER, org. *Emerging Themes of African History.* p. 177-88.
__. 1972. *South Africa, the Birth of a Protest.* Moscou, African Institute.
DAVIDSON, B. 1964-a. *The African Past.* Londres, Longman.
__. 1964-b. *Which Way Africa?* Harmondsworth, Penguin.
__. 1978-a. *Discovering Africa's Past.* Londres, Longman.
__. 1978-b. *Africa in Modern History.* Londres, Allen Lane.
DAVIES, I. 1966. *African Trade Unions.* Harmondsworth, Penguin.
DAVIES, J. N. P. 1956. "The history of syphilis in Buganda". *BWHO,* XV:1041-55.
DAVIS, J. A., org. 1958. *Africa Seen by American Negroes* (título da capa) *[Africa From the Point of View of American Negro Scholars* - título do frontispício]. Paris, Présence Africaine.

DAVIS, L. 1974. “Black images of Liberia, 1877-1914” (trabalho preparado para a Sixth Annual Liberian Studies Conference, Madison, Wisconsin, 26-27 abril 1974).
DE BONO, E. 1937. *Anno XIII: The Conquest of an Empire.* Londres.
DE CASTRO, L. 1915. *Nella terra dei Negus, pagine raccolte in Abissinia.* Milão, Fratelli Treves.
DE DEKKER, P. 1974. “Mutations sociales, politiques et économiques au Rwanda entre les deux guerres”. Dissertação de mestrado. Universidade de Paris VII.
DE GRAFT, J. C. 1976. “Roots in African drama and theatre”. *African Literature Today,* VIII: 1-25.
DE KIEWIET, C. W. 1965. *The Imperial Factor in South Africa. A Study in Politics and Economics.* Londres, Frank Cass.
DE MONTMORENCY, W. G. B. [Visconde de Mountmorres]. 1906. *The Congo Independent State: a Report on a Voyage of Enquiry.* Londres, Williams & Norgate.
DEBRUNNER, H. 1967. *A History of Christianity in Ghana.* Acra, Waterville Publishing.
DEJACO, A. 1972. *Di mal d’Africa si muore.* Roma.
DEL BOCA, A. 1969. *The Ethiopian War,* 1935-1941. Chicago, Chicago UP.
DE LA PRADELLE, A. 1936. *Le conflit Italo-Ethiopien.* Paris.
DELAVIGNETTE, R. 1946. *Service Africaine.* 8. ed. Paris, Gallimard.
DENOON, D. 1972. *Southern Africa since 1800.* Londres, Longman.
DESANTI, M. 1940. “La propriété en Afrique noire”. Escrito apresentado à Conferences à l’École Coloniale.
DESCHAMPS, H. 1960. *Histoire de Madagáscar.* Paris, Berger-Levrault.
__. 1962. *Madagáscar, Comores, Terres Australes.* Paris, Berger-Levrault.
__. 1963. “Et maintenant, Lord Lugard?”, *Africa,* XXXII, 4:293-306.
DESPOIS, J. 1961. *La Tunisie.* Paris, A. Colin.
DEUTSCHLAND, H. 1970. *Trailbtazers, Struggles and Organizations of African Workers before 1945.* Berlim, Tribune.
DIGERNES, O. 1978. “Appearance and reality in the Southern Sudan. A study in British administration of the Nuer, 1900-1930”. Dissertação de mestrado. University of Bergen.
DIKE, K. O. 1956. *Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885.* Oxford, Clarendon Press.
DOWNES, W. D. 1919. *With the Nigerians in German East Africa.* Londres, Methuen.
DRESCH, J. 1952. “Les investissements en Afrique noire”. *PA,* XIII:232-41.
DRESCHLER, H. 1966. *Südwestafrika unter deutscher Kolonialherrschaft.* Berlim.
DU BOIS, W. E. B. 1968. *Dusk of Dawn. An Essay Towards an Autobiography of a Race Concept.* Nova York, Schocken Books.
DUBLIN, L. I.; LOTKA, A. J.; SPIEGELMAN, M. 1936. *Length of Life: a Study of the Life Table.* Nova York, Roland Press.

DUFFY, J. 1959. *Portuguese Africa.* Londres, OUP.
__. 1962. *Portugal in Africa.* Harmondsworth, Penguin.
__. 1967. *A Question of Slavery,* Oxford, Clarendon Press.
DUGGAN, A. J. 1962. "A survey of sleeping sickness in Northern Nigeria from the earliest times to the present day". *TRSTMH,* LVI, 1962:439-80.
DUMONT, R. 1966. *False Start in Africa.* Londres, André Deutsch.
DUNBAR, A. R. 1965. *A History of Bunyoro-Kitara.* Londres, OUP.
DUNCAN, W. G. 1973. *The Nature and Content of Fertility Surveys Conducted throughout the World since 1960.* Haia.
DUPERRAY, A. 1978. "Les Gourounsi de Haute-Volta: conquête et colonisation, 1896-1933". Dissertação de graduação. Universidade de Paris.
DURAND, J. D. 1967. "The modern expansion of world population". *PAPS,* CXI, 3:136-59.
DWANE, J. M. 1897. Artigo em *Voice of Missions,* julho 1897.
EASTON, S. C. 1964. *The Rise and Fall of Western Colonialism.* Londres, Pall Mall.
ECHENBERG, M. J. 1975. "Paying the blood tax: military conscription in French West Africa, 1914-1929". *CJAS,* IX, 2:171-92.
EDGAR, R. s.d. "Enoch Mgijima, the Israelites and the background to the Bulhoek massacre". *IJAHS.*
EDMUND, W. D. 1951. "The newspaper press in British West Africa, 1918-1939". Dissertação de mestrado. University of Bristol.
EGGELING, W. J. 1948. "Another Photograph of Mumia". *UJ,* XII, 2:197-9.
__. 1950. "Death of Mumia". *UJ,* XIV, 1:105.
EHRLICH, C. 1957. "Cotton and the Uganda economy, 1903-1909". *UJ*, XXI, 2:162-75.
__. 1973. "Building and caretaking: economic policy in British tropical Africa, 1890-*1960". EHR,* XXIV, 4:649-67.
EL-ALAMI. 1972. *Allal el Fasi, patriarche du nationalisme marocain.* Rabat.
EL-ANNABI, H. 1975. "La crise de 1929 et ses conséquences en Tunisie". Dissertação para o Certificat d' Aptitude à la Recherche. Túnis.
EL-HAREIR, I. 1981. "Mawaqif Khalida li umar al-Mukhtar". In: *Umar At-Mukhtar.* Trípoli, Libyan Study Centre.
EL-KAMMASH, M. M. 1968. *Economic Development and Planning in Egypt.* Nova York, Praeger.
ELGOOD, P. G. 1928. *The Transit of Egypt.* Londres, Arnold.
ELIAS, T. O. 1971. *Nigerian Land Law.* Londres, Sweet & Maxwell.
ELIOT, C. 1905. *The East African Protectorate.* Londres, Arnold.
ELLIS, S. 1980-a. "The political elite of Imerina and the revolt of the Menalamba. The creation of a colonial myth in Madagáscar, 1895-1898". *JAH,* XXI, 2:219-34.
__. 1980-b. "Resistance or collaboration: the Menalamba in the Kingdom of Imerina, 1895-1899". Tese de doutorado em filosofia. University of Oxford.

EMMANUEL, A. 1972. *Unequal Exchange: a Study of the Imperialism of Trade.* Nova York, Monthly Review Press.

ENCYCLOPÉDIE DE L'EMPIRE FRANÇAISE. 1946. Paris. 2 v.

ESOAVELOMANDROSO, F. 1977-a. "Politique des races et enseignement colonial jusqu'en 1940". *Omaly sy Anio,* V-VI:245-56.

__. 1977-b. *L'altitude malgache face au traité de 1885 (d'aprés le Journal de Rainilaiarivony)* Antananarivo, Collection Études Historiques.

__. 1979. "Rainilaiarivony and the defense of Malagasy independence at the end of the nineteenth century". In: R. K. KENT, org. *Madagáscar in History, Essays from the 1970s.* p. 228-51.

__. 1980. "Une étude récente sur les Menalamba: compte rendu de la thèse de Stephen Ellis (Les Menalamba dans le royaume d'Imerina: résistance ou collaboration)". *Omaly sy Anio,* XI.

__ . 1981. "Différentes lectures de l'histoire. Quelques réflexions sur la VVS". *RPC,* L:100-11.

ESOAVELOMANDROSO, M. 1975. "Le mythe d'Andriba". *Omaly sy Anio,* I-II:43-73.

__. 1979. *La province maritime orientale du Royaume de Madagáscar à la fin du XIXe siècle (1882-1895).* Antananarivo, F. T.

__. 1981. "L'opposition de l'Ambongo à la pénétration française en 1899". Escrito apresentado ao Colloque International d'Histoire Malgache at Majunga. 13-18 abril 1981.

EVANS-PRITCHARD, E. E. 1949. *The Sanusi of Cyrenaica.* Oxford, Clarendon Press.

FADIPE, M. A. 1970. *The Sociology of the Yoruba.* Ibadan, IUP.

FAGE, J. D. 1967. "British and German colonial rule: a synthesis and summary". In: GIFFORD e W. R. LOUIS, orgs. *Britain and Germany in Africa: Imperial Rivalry and Colonial Rule.* p. 691-706.

__. 1978. *An Atlas of African History.* 2. ed. Londres, Arnold.

FANON, F. 1967. *The Wretched of the Earth.* Harmondsworth, Penguin.

FARAGO, L. 1935. *Abyssinia on the Eve.* Londres, Putnam.

FARRANT, L. 1975 *Tippu Tip and the East African Slave Trade.* Londres, Hamilton.

FASHOLE-LUKE, E.; GRAY, R.; HASTINGS, A.; TASIE, G. orgs. 1978. *Christianity in Independent Africa.* Londres, Rex Collings.

FAULKINGHAM, R. H.; BALDING, J. H.; FAULKINGHAM, L. J.; e THORBAHN, P. F. 1974. "The demographic effects of drought in the West African Sahel". Escrito apresentado ao Annual Meeting of the Population Association of America.

FAULKNER, T. J. R. 1926. *Programme of the People's Party.* Monróvia.

__. 1927. *An Appeal to Reason: to the Public.* Monróvia.

FENDALL, C. P. 1921. *The East African Force, 1915-1919*. Londres, H. F. Witherby.
FERGUSON, D. E. 1980. "The political economy of health and medicine in colonial Tanganyika". In: M. H. Y. KANIKI, org. *Tanzania under Colonial Rule.* p. 307-43.
FERNANDES JÚNIOR, J. 1955. "Narração do Distrito de Tete". Makanga.
FETTER, B. 1974. "African associations in Elisabethville, 1910-1935: their origins and development". *EHA,* VI: p. 205-23.
__. 1976. *The Creation of Elisabethville, 1910-1940.* Stanford, Hoover Institution Press.
FIDEL, C. 1926. *Les colonies allemandes: études historiques et renseignements statistiques.* Tonnerre, C. Puyfagès.
FIELDHOUSE, D. K. 1961. "Imperialism: an historical revision". *EHR,* XIV, 2:187-209.
__. 1981. *Colonialism 1870-1945: an Introduction.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
FIKA, A. M. 1978. *The Kano Civil War and British Over-rule, 1882-1940.* Ibadan, OUP.
FINER, S. F. 1962. *The Man on Horseback.* Londres, Pall Mall.
FINKLE, J. L. e GABLE, R. W., orgs. 1971. *Political Development and Social Change.* 2. ed. Nova York, John Wiley.
FIRST, R. 1963. *South West Africa.* Harmondsworth, Penguin.
FISCHER, F. 1967. *Germany's Aims in the First World War.* Nova York, W. W. Norton.
FLAMENT, F. *et al.* 1952. "La force publique de sa naissance à 1914. Participation des militaires à l'histoire des premières années du Congo". *IRCBM,* XXVII: 1-585.
FORD, J. 1971. *The Role of Trypanosomiases in African Ecology: a Study of the Tsetse Fly Problem.* Oxford, Clarendon Press.
FOLAYAN, K. 1973. "The resistance movement in Libya". *Tarikh,* IV, 3:46-56.
__. 1974. "Italian colonial rule in Libya". *Tarikh,* IV, 4:1-10.
FRANKEL, S. H. 1938. *Capital Investiment in Africa.* Londres, OUP.
FRAZIER, E. F. 1949. *The Negro in the United States.* Nova York, Macmillan.
FREITAS, H. I. F. 1956-7. *Seitas Religiosas Gentilicas.* Lourenço Marques. 3 V.
FREMIGACCI, J. 1980. "Madagáscar de 1905 a 1940".
FRIEDLAND, E. A. 1979. "Mozambican nationaliste resistance, 1920-1940". *TJH,* VIII: 117-28.
FUGELSTAD, F. 1974. "La grande famine de 1931 dans l'ouest nigérien". *RFHOM,* LXI, 222: 18-33.
FURNIVALL, J. S. 1948. *Colonial Policy and Practice.* Cambridge, CUP.
FYNN, J. K. 1971. "Ghana-Asante (Ashanti)". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 19-52.
GABEL, C. e BENNETT, N. R., orgs. 1967. *Reconstructing African Culture History.* Boston, BUP.
GAFFAREL, P. 1905. *Histoire de l'expansion coloniale de la France depuis 1870 jusqu'en 1905.* Marselha, Balatier.
GAITSKELL, A. 1959. *Gezira: a Story of Development in the Sudan.* Londres, Faber.

GALBRAITH, J. S. 1961. "Myths of the 'Little England' era". *AHR*. LXVII, 1:34-48.
GALLAGHER, J. e ROBINSON, R. 1953. "The imperialism of free trade". *EHR*, VI, 1 :1-15.
GANIER, G. 1965. "Lat Dyor et le chemin de fer de l'arachide, 1876-1886". *BIFAN* (B), XXVII, 1 e 2:223-8l.
GANN, L. H. 1964. *A History of Northern Rhodesia: Early Days to 1953*. Londres, Chatto & Windus.
GANN, L. H. e DUIGNAN, P. 1967. *Burden of Empire.* Londres, Pall Mall.
__. orgs. 1969. *Colonialism in Africa, 1870-1960.* V. I: *The History and Politics of Colonialism 1870-1914.* Cambridge, CUP.
__. 1970. *Colonialism in Africa 1870-1960.* V. II: *The History and Politics of Colonialism 1914-1960.* Cambridge, CUP.
GARDINER, A. L. 1933. "The law of slavery in Abyssinia". *IL,* XV.
GARVEY, A. J.; org. 1923-5. *Philosophy and Opinions of Marcus Garvey* . Londres, Frank Cass. Edição de 1967.
__. 1963. *Garvey and Garveyism.* Kingston, United Printers.
GAUDIO, A. 1972. *Abd el-Fasi, or the History of the lstiqlal.*
GAUTIER, E. F. 1910. *La conquête du Sahara.* Paris, A. Colin.
GEISS, I. 1974. *The Pan-African Movement.* Londres, Methuen.
GERHART, G. M. 1978. *Black Power in South Africa.* Berkeley, University of California Press.
GIBSON, G. W. e RUSSELL, A. F. 1883. *Memorandum and Protest of the Government of Liberia against the Action of the British Authorities in the North Western Territories of the Republic.* Monróvia.
GIDE, A. 1930. *Travels in the Congo.* Nova York e Londres, Knopf.
GIFFORD, P. e LOUIS, W. R., orgs. 1967. *Britain and Germany in Africa: Imperial Rivalry and Colonial Rule.* New Haven e Londres, YUP.
__. 1971. *France and Britain in Africa.* New Haven e Londres, YUP.
GIGLIO, C. 1968. *L'articolo XVII de Trattato di Ucciali.* Como, Cairoli.
GILKES, P. 1975. *The Dying Lion: Feudalism and Modemization in Ethiopia.* Londres, Julian Friedmann.
GLEICHEN, E. 1898. *With the Mission to Menelik, 1897*. Londres, Arnold.
GLUCKMAN, M. 1963. *Order and Rebellion in Tropical Africa.* Londres, Cohen & West.
GOODFELLOW, C. F. 1966. *Great Britain and South African Confederation, 1870-1881.* Cidade do Cabo, OUP.
GOODY, J., org. 1968. *Literacy in Traditional Societies.* Cambridge, CUP.
GRANDIDIER, G. 1934. *Atlas des colonies françaises.* Paris, Soc. d'éditions géographiques, maritimes et coloniales.
GRAY, J. M. 1948. "Early treaties in Uganda". *UJ,* XII, 1:25-42.

GRAZIANI, R. 1938. *Il Fronte Sud.* Milão, Montadori.
__. 1976. *Verso al-Fezzan.* Cairo, Maktabat Saigh.
__. 1980. *Cyrenaica Pacificata.* Bengazi, al-Andalus.
GREENFIELD, R. 1965. *Ethiopia: a New Political History.* Nova York, Praeger.
GROVES, C. P. 1969. "Missionary and humanitarian aspects of imperialism from 1870 to 1914". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* V. I, p. 462-96.
GUILLAUME, A. 1946. *Les Berbères marocains et la pacification de l'Atlas central (1912-1933)*. Paris, Julliard.
GUSFIELD, J. R. 1971. "Tradition and modernity: misplaced polarities in the study of social change". In: J. L. FINKLE e R. W. GABLE, orgs. *Political Development and Social Change.*
GUTTERIDGE, W. 1975. *Military Regimes in Africa.* Londres, Methuen.
GWASSA, G. C. K. 1972. "African methods of warfare during the Maji Maji war". In: B. A. OGOT, org. *War and Society in Africa.* p. 123-48.
__. 1972. "Kinjitile and the ideology of Maji Maji". In: T. O. RANGER e I. N. KIMAMBO, orgs. *The Historical Study of African Religion.* p. 202-17.
GWASSA, G. C. K. e ILIFFE, J., orgs. 1968. *Records of The Maji Maji Rising.* Dar-es-Salaam, Historical Association of Tanzania, jornal 4.
HAFKIN, N. J. 1971. "Sheikhs, slaves and sovereignty". Escrito apresentado à Conference of the African Studies Association of the USA, novembro 1971.
__. 1973. "Trade, society and politics in northern Mozambique". Tese de doutorado. University of Boston.
HAGAN, K. O. 1968. "The development of adult literacy and adult education and their influence in social change in Ghana, 1901-57". Dissertação de bacharelado em Literatura. University of Oxford.
HAILÉ SELLASSIÉ. 1936. "La vérité sur la guerre Italo-Ethiopienne". *VU.* Paris, julho 1936.
HAILEY, Lord. 1938; ed. rev. 1957. *An African Survey.* Londres, OUP.
HAJIVAYANIS, G. G.; MTOWA, A. C.; ILIFFE, J. 1973. "The politicians: Ali Mponda and Hassan Suleiman". In: J. ILIFFE, org. *Modern Tanzanians.*
HALEY, A. 1976. *Roots.* Nova York, Doubleday.
HALIBURTON, G. M. 1971. *The Prophet Harris.* Londres, Longman.
HALL, R. 1965. *Zambia.* Londres, Pall Mall.
HALLETT, R. 1970. *Africa to 1875: a Modern History.* Ann Arbor, MUP.
HAMILTON, A. 1911. *Somaliland.* Westport, Negro Universities Press. Edição de 1970.
HAMILTON, R. 1975. *Voices from an Empire: a History of Afro-Portuguese Literature.* Mineápolis, University of Minnesota Press.
HAMMOND, R. J. 1969. "Uneconomic imperialism: Portugal in Africa before 1910". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* V. I, p. 352-82.

HAMZA, M. M. 1972. *Hisar wa Soqut ai Khrtum,* Khartum.
HANCOCK, W. K. 1962. *Smuts: the Sanguine Years, 1870-1919.* Cambridge, CUP.
HARDIE, F. 1974. *The Abyssinian Crisis.* Londres, Batsford.
HARDY, G. 1930. *Vue générale de l'histoire d'Afrique.* 2. ed. Paris, A. Colin.
HARGREAVES, J. D. 1963. *Prelude to the Partition of West Africa.* Londres, Macmillan.
__. 1969. "West African states and the European conquest". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* V. I, p. 199-219.
HARLOW, V. e CHILVER, E. M. 1965. *History of East Africa.* Oxford, Clarendon Press. V. 11.
HARMAND, J. 1910. *Domination et colonisation.* Paris, Flammarion.
HARMS, R. 1975. "The end of red rubber: a reassessment". *JAH,* XVI, 1:73-88.
HATCH, J. 1971. *Nigeria: a History.* Londres, Secker & Warburg.
HATTON, P. H. S. 1966. "The Gambia, the Colonial Office, and the opening months of the First World War". *JAH,* 1:123-31.
HAUSER, P. M. 1957. "World and Asian urbanization in relation to economic development and social change". In: P. M. HAUSER, org. *Urbanization in Asia and the Far East.* p. 53-95.
__. org. 1957. *Urbanization in Asia and the Far East.* Calcutá, UNESCO.
HAYES, C. J. H. 1941. *A Generation of Materialism, 1871-1900.* Nova York, Harper & Row.
HAYFORD, J. E. C. 1911. *Ethiopia Unbound: Studies in Race Emancipation.* Londres, C. E. M. Phillips.
HAYKAL, M. H. s.d. *Tarajim Misrtyya wa Gharbiyya.* Cairo.
HAYWARD, V. E. W., org. 1963. *African Independent Church Movements.* Londres, Edinburgh House Press.
HEALD, S., org. 1937. *Documents on International Affairs, 1935*. Londres, RIIA. v. 11.
HEIMER, F. W., org. 1973. *Social Change in Angola.* Munique, Weltforum Verlag.
HENRIES, A. D. B. 1965. *Presidents of the First African Republic.* Londres, Macmillan.
HERMASI, A. B. 1966. "Mouvement ouvrier et société coloniale". Não publicado.
HERSKOVITS, M. 1941. *The Myth of the Negro Past.* Nova York, Harper.
HERSKOVITS, M. J. 1948. *Man and His Works: the Science of Cultural Anthropology.* Nova York, Knopf.
__. 1962. *The Human Factor in Changing Africa.* Nova York, Knopf.
__. 1966-a. *The New World Negro. Selected Papers in Afroamerican Studies.* Bloomington, Indiana UP.
__. 1966-b. "Problem, method and theory in Afroamerican studies". In: M. J. HERSKOVITS, *The New World Negro.* p. 43-61.
__. 1966-c. "Some psychological implications of Afroamerican studies". In: M. J. HERSKOVITS, *The New World Negro.* p. 145-55.

HERTSLET, E. 1896 e 1909. *The Map of Africa by Treaty.* Londres, *HMSO*, 2. e 3. ed. 3v.
HESELTINE, N. 1971. *Madagáscar.* Londres, Pall Mall.
HESS, R. L. 1963. "Italy and Africa: colonial ambitions in the First World War". *JAH*, IV,1:105-26.
__. 1966. *Italian Colonialism in Somalia.* Chicago, Chicago UP.
HESS, R. L. e LOEWENBERG, G. 1968. "The Ethiopian no-party state". In: P. J. M. McEwAN, org. *Twentieth Century Africa.* p. 198-205.
HIGGINSON, J. (?). "Labourers into His harvest, lambs among wolves: African Watchtower and the spectre of colonial revolt in Katanga, 1923-1941".
HILL, A. C. e KILSON, M., orgs. 1971. *Apropos of Africa: Sentiments of Negro American Leaders on Africa from the 1800s to the 1950s.* Nova York, Anchor.
HILL, M. F. 1956. *Planters' Progress: the Story of Coffee in Kenya.* Nairóbi, Coffee Board of Kenya.
HILL, P. 1963. *The Migrant Cocoa-Farmers of Southern Ghana.* Cambridge, CUP.
HIMMELFARB, G. 1960. "John Buchan: an untimely appreciation", *Encounter.* LXXXIV:46-53.
HINSLEY, F. H. 1959-a. "International rivalry in the colonial sphere, 1869-1885". In: E. A. BENIANS, J. BUTLER e C. E. CARRINGTON, orgs. *The Cambridge History of the British Empire.* V. III, p. 95-126.
__. 1959-b. "International rivalry, 1885-1895". In: E. A. BENIANS, J. BUTLER e C. E. CARRINGTON, orgs. *The Cambridge History of the British Empire.* v. III, p. 255-92.
__, org. 1962. *The New Cambridge Modern History.* V. XI: *Material Progress and Worldwide Problems, 1870-98.* Cambridge, CUP.
HOBSBAWM, E. J. 1964. *The Age of Revolution.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
__. 1969. *Bandits.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
HOBSON, J. A. 1902. *lmperialism: a Study.* Ann Arbor, MUP. Edição de 1965.
HODGKIN, T. 1954. "Background to AOF (3): African reactions to French rule". *West Africa,* n. 1925, 16 janeiro, 1954, p. 31-2.
__. 1956. *Nationalism in Colonial Africa.* Londres, F. Muller.
HOFFHERR, R. 1932. *L'économie marocaine.* Paris, Recueil Sirey.
HOLT, P. M., org. 1968. *Political and Social Change in Modern Egypt.* Londres, OUP.
__. 1970. *The Mahdist State in the Sudan,* 1881-1898, 2. ed. Oxford, Clarendon Press.
HOPKINS, A. G. 1966-a. "The Lagos strike of 1897". *PP,* XXXV, 1966:133-55.
__. 1966-b. "Economic aspects of political movements in Nigeria and in the Gold Coast, 1918-1939". *JAH,* VII, 1:133-52.
__. 1968. "Economic imperialism in West Africa: Lagos 1880-1892". *EHR,* p. 580-606.
__. 1973. *An Economic History of West Africa.* Londres, Longman.
HOPKINS, E. 1970. "The Nyabingi cult of southwestern Uganda". In: R. I.

ROTBERG e A. A. MAZRUI, orgs. *Protest and Power in Black Africa.* p. 258-336.
HORDERN, R. C. 1941. *Official History of the War. Military Operations: East Africa.* Londres, HMSO.
HOUGHTON, D. H. 1971. "Economic development, 1865-1965". In: M. WILSON e L. THOMPSON, orgs. *The Oxford History of South Africa.* V. II, p. 1-48.
HOURANI, A. 1962. *Arabic Thought in the Liberal Age, 1789-1939*. Oxford, Clarendon Press.
HOWARD, D. E. [presidente da Libéria). 1916. *Annual Message, 19 September 1919.* Monróvia, República da Libéria.
HOWITT, W. 1969. *Colonization and Christianity.* Nova York, Negro Universities Press.
HUBERICH, C. H. 1947. *The Political and Legislative History of Liberia.* Nova York, Central Book Co. 2v.
HULL, R. W. 1980. *Modern Africa: Change and Continuity.* Englewood Cliffs, Prentice Hall.
HUNTINGFORD, G. W. B. 1969. *The Galla of Ethiopia: the Kingdom of Kafa and Janhero.* Londres, IAI.
HUOT, MARZIN, RICAU, GROSFILLEZ, DAVID, Drs. 1921. "L'épidémie d'influenza de 1918-19 dans les colonies françaises". *Annuaire Médical et Pharmaceutique Colonial,* XIX.
HUXLEY, E. J. 1935. *White Man's Country: Lord Delamere and the Making of Kenya.* Londres. Macmillan. 2v
HYAM, R. 1972. *The Failure of South African Expansion, 1908-1948*. Londres, Longman.
HYDEN, G. 1969. *Political Developmenl in Rural Tanzania.* Nairóbi, EAPH.
HYMER, S. 1971. "The political economy of the Gold Coast and Ghana". In: G. RANIS, org. *Government and Economic Development.* p. 129-80.
IANNI, O. 1962. *As Metamorfoses do Escravo.* São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
IBRAHIM, H. A. 1974. "The policy of the Condominium government towards the Mahdist political prisoners, 1898-1932". *SNR,* LV:33-45.
__. 1976. *The 1936 Anglo-Egyptian Treaty,* Khartum, Khartoum UP.
__. 1977. "The development of economic and political neo-Mahdism". *SNR,* LVIII.
__. 1979. "Mahdist risings against the Condominium government in the Sudan 1900-1927". *IJAHS,* XII, 3:440-71.
IBRAHIM, M. A. 1969. "Hamlat al-Amir Mahmud Wad Ahmad ila al-Shamal 1315/1897-98". Dissertação de mestrado. University of Khartoum.
IKIME, O. 1971. "Nigeria-Ebrohimi". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 205-32.
__.1973. "Colonial conquest and African resistance in the Niger delta states". *Tarikh,* IV, 3: 1-13.

__. org. 1980. *Groundwork of Nigerian History.* Ibadan, Heinemann.
ILIFFE, J. 1967. "The organization of the Maji Maji rebellion". *JAH,* VIII, 4:495-512.
__. 1968. "The Herero and Nama risings". In: G. KIBODYA, org. *Aspects of South African History.* Dar-es-Salaam, EAPH.
__. 1969. *Tanganyika under German Rule, 1905-1912.* Cambridge, CUP.
__. org. 1973. *Modern Tanzanians.* Nairóbi, EAPH.
__. 1979. *A Modern History of Tanganyika.* Cambridge, CUP.
INGHAM, K. 1958. *The Making of Modern Uganda.* Londres, Allen & Unwin.
IRELE, A. 1964. "A defence of negritude. A propos of Black Orpheus by Jean-Paul Sartre", *Transition,* III, 13:9-11.
ISA, G. O. 1965. *Ta'rikh al-Sumal,* Cairo.
ISAACMAN, A. 1972. *Mozambique: the Africanization of an European lnstitution: the Zambesi Prazos, 1750-1902.* Madison, University of Wisconsin Press.
__. 1973. "Madzi-Manga, Mhondoro and the use of oral traditions: a chapter in Barue religious and political history". *JAH,* XIV, 3:395-409.
__. 1976. *Anti-Colonial Activity in the Zambesi Valley, 1850-1921.* Berkeley, University of California Press.
__. 1977. "Social banditry in Zimbabwe (Rhodesia) and Mozambique, 1894-1907: an expression of early peasant protest". *JSAS,* IV, I: 1-30.
ISAACMAN, A. e ISAACMAN, B. 1976. *The Tradition of Resistance in Mozambique: The Zambesi Valley, 1850-1921.* Londres, Heinemann.
__. 1977. "Resistance and collaboration in Southern and Central Africa, c. 1850-1920" *IJAHS,* X, 1:31-62.
ISAACMAN, A.; STEPHEN, M.; ADAM, Y.; HOMEM, M. J.; MACAMO, E.; PILILÃO, A. 1980. " 'Cotton is the mother of poverty': Peasant resistance to forced cotton production in Mozambique, 1938-1961". *IJAHS,* XIII, 4:581-615.
ISICHEI, E. 1977. *History of West Africa since 1800.* Londres, Macmillan.
ISSAWI, C. P. 1954. *Egypt at Mid-Century.* Londres, OUP.
__. 1963. *Egypt in Revolution: an Economic Analysis.* Londres, OUP.
JABAVU, D. D. T. 1920. *The Black Problem.* Cidade do Cabo, Lovedale Press.
JACKSON, G. S. 1970. *Music in Durban, 1860-1900.* Johannesburgo, WUP.
JACKSON, R. D. 1970. "Resistance to the German invasion of the Tanganyikan coast, 1885-1891". In: R. I. ROTBERG e A. A. MAZRUI, orgs. *Protest and Power in Black Africa.* p. 37-79.
JACOB, G. 1966. "Des 'Temps Malgaches' à la colonisation française: 1883-1896". Excerto do cap. XIX da *Histoire de Madagáscar.* Tananarive.
__. 1977. "Influences occidentales en Imerina et déséquilibres économiques avant la conquête française", *Omaly sy Anio,* V-VI:223-31.
__. 1979. "Sur les origines de l'insurrection du sud-est de novembre-décembre 1904". Original datilografado. Actes du Colloque lnternational d'Histoire Malgache.

JAMES, C. L. R. 1963. *Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution.* Nova York, Vintage Books; reeditado em Londres, por Allison & Busby, 1982.
JANMOHAMED, K. K. 1974. "Review of J. Iliffe (org.) *Modern Tanzanians". KHR,* II, 2:335-7.
JARDINE, D. 1923. *The Mad Mullah of Somaliland.* Londres, H. Jenkins.
JENKINS, P., org. 1975. *Akyem Abuakwa and the Politics of the Inter-War Period in Ghana. MBAB,* XII.
JEWSIEWICKI, B. 1980. "African peasants in the totalitarian system of the Belgian Congo". In: M. KLEIN, org. *Peasants in Africa.* p. 45-75.
__. (?). "Belgian Congo and Ruanda-Urundi, 1908-1940". In: A. D. ROBERTS, org. *Cambridge History of Africa.* v. VII.
JOHNS, S. W. 1970. "Trade unionism, political pressure group or mass movement? The Industrial and Commercial Workers' Union of South Africa". In: R. L ROTBERG e A. A. MAZRUI, orgs. *Protest and Power in Black Africa.* p. 695-754.
JOHNSON, G. W. 1966. "The ascendancy of Blaise Diagne and the beginning of African politics in Senegal", *Africa,* XXXVI, 3:235-53.
__.1974. "African political activity in French West Africa, 1900-1940". In: J. F. A. AJAYI e M. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* v. II, p. 542-67.
JOHNSON, J. J., org. 1962. *The Role of the Military in Underdeveloped Countries.* Princeton, PUP.
JOHNSTON, B. F. 1958. *Staple Food Economies of Western Tropical Africa.* Stanford, SUP.
JOHNSTON, H. H. 1899 e 1913. *A History of the Colonization of Africa by Alien Races.* Cambridge, CUP.
JONES, A. G. s.d. "The Republic of Liberia, 1915-1935". Manuscrito preparado para a *História Geral da África* da UNESCO.
JONES, H. A. 1962. "The struggle for political and cultural unification in Liberia, 1847-1930". Tese de doutorado. Northwestern University.
JONES, W. O. 1959. *Manioc in Africa.* Stanford, SUP.
JONES-QUARTEY, K. A. B. 1965. *A Life of Azikiwe.* Harmondsworth, Penguin.
JULIEN, C. A. 1972. *L'Afrique du nord en marche.* 3. ed. Paris, Julliard.
JULY, R. W. 1968. *The Origins of Modern African Thought.* Londres, Faber.
JUSTINARD, L. V. 1951. *Un grand chef berbère: le caid Goundaf.* Casablanca, Ed. Atlantides.
KABWEGYERE, T. B. 1974. *The Politics of State Formation.* Nairóbi, EAPH.
KADALIE, C. 1970. *My Life and the ICU: the Autobiography of a Black Trade Unionist in South Africa.* Londres, Frank Cass.
KADDACHE, M. 1970. *La vie politique à Alger de 1919 à 1939*. Argel, SNED.
KANE, C. H. 1972. *Ambiguous Adventure.* Londres, Heinemann.

KANIKI, M. H. Y. 1972. "The economic and social history of Sierra Leone, 1929-1939". Tese de doutorado. University of Birmingham.
__. org. 1980. *Tanzania under Colonial Rule.* Londres, Longman.
__. 1980-a. "Introduction". In: M. H. Y. KANIKI, org. *Tanzania under Colonial Rule.* p. 3-10.
KANYA-FORSTNER, A. S. 1971. "Mali-Tukulor". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 53-79.
KARANI, A. M. 1974. "The history of Maseno School, 1906-1962, its alumni and the local society". Dissertação de mestrado. University of Nairóbi.
KAREFA-SMART, J. e KAREFA-SMART, A. 1959. *The Halting Kingdom: Christianity and the African Revolution.* Nova York, Friendship Press.
KAROUI, J. 1973. "La régence de Tunis à la veille du protectorat français: débats pour une nouvelle organisation, *1857-1877*". Não publicado.
KASSAB, A. 1976. *Histoire de la Tunisie: l'époque contemporaine.* Túnis, STD.
__. 1979. *L'evolution de la vie rurale dans les régions de la moyenne Medjerda et de Beja-Mateur.* Túnis, publ. da Universidade de Túnis.
KAY, G. 1970. *Rhodesia: a Human Geography.* Londres, University of London Press.
KAY, G. B., org. 1972. *The Political Economy of Colonialism in Ghana: Documents 1900-1960.* Cambridge, CUP.
KEDDIE, N. R. 1968. *An Islamic Response to Imperialism: Political and Religious Writings of Sayyid Jamal ad-Din 'Al-Afghani',* Berkeley, University of California Press.
KEDOURIE, E., org. 1970. *Nationalism in Asia and Africa.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
KELTIE, J. S. 1893. *The Partition of Africa.* Londres, E. Stanford.
KENT, R. K., org. 1979. *Madagáscar in History, Essays from the 1970s.* Berkeley, Foundation for Malagasy Studies.
KERR, W. M. 1886. *The Far Interior.* Londres, Sampson Low. 2v.
KESSOUS, A. 1935. *La vérité sur le malaise algérien.* Bône.
KESTELOOT, L. 1974. *Black Writers in French. A Literary History of Negritude.* Filadélfia, Temple UP.
KEYFITZ, N. e FLIEGER, W. 1959. *World Population: an Analysis of Vital Data.* Chicago, Chicago UP.
KIBODYA, G. org. 1968. *Aspects of South African History.* Dar-es-Salaam, EAPH.
KILLINGRAY, D. 1978. "Repercussions of World War I in the Gold Coast". *JAH,* XIX, 1 :39-59.
KILSON, M. 1958. "Nationalism and social classes in British West Africa". *JP,* XX:368-87.
__. 1970. "Emergent elites of Black Africa, 1900-1960". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* v. II, p. 351-98.

KIMAMBO, I. N. 1970. “The economic history of the Kamba”, *Hadith,* II:79-103.
KIMAMBO, I. N. e TEMU, A. J., orgs. 1969. *A History of Tanzania.* Nairóbi, EAPH.
KIMBA, I. 1979. “Guerres et sociétés: les populations du Niger occidental au 19éme siécle et leurs réactions face à la colonisation, 1896-1906”. Tese de doutorado. Universidade de Paris.
KIMBLE, D. 1963. *A Political History of Ghana. The Rise of Gold Coast Nationalism 1850-1928.* Oxford, Clarendon Press.
KING, C. D. B. [Presidente da Libéria). 1922. *Annual Message.* Monróvia, Governo da Libéria.
__. 1923. *Annual Message.* Monróvia, Governo da Libéria.
__. 1924. *Inaugural Address.* Monróvia, Governo da Libéria.
__. 1927. *Annual Message.* Monróvia, Governo da Libéria.
__. 1928. *Annual Message.* Monróvia, Governo da Libéria.
KING, K. J. 1971-a. “The Kenya Maasai and the protest phenomenon, 1900-1960”. *JAH,* XII, I, 1:117-37.
__. 1971-b. “The nationalísm of Harry Thuku”. *TJH,* I, 1:39-59.
__. 1972. “Some notes on Arnold J. Ford and New World Black attitudes to Ethiopia”. *JES,* X, 1:81-7.
KING, K. J. e SALIM, A., orgs. 1971. *Kenya Historical Biographies,* Nairóbi, EAPH.
KINGSLEY, M. H. 1897. *Travels in West Africa: Congofrançais, Corisco and Cameroons.* Londres, Macmillan.
KIPKORIR, B. E. 1969. “The Alliance High School and the origins of the Kenyan African elite, 1926-1962”. Tese de doutorado. University of Cambridge.
KISER, C. V. 1944. “The demographic position of Egypt”. *MMFQ,* XXII, 4.
KLEIN, M. A., org. 1968. *Islam and Imperialism in Senegal: Sine-Saloum, 1847-1914.* Stanford, SUP.
__. 1980. *Peasants in Africa.* Beverly Hills, Sage.
KOERNER, F. 1968. “Les débuts du nationalism malgache 1913-40” (contribuição para o *Manuel d’Histoire de Madagáscar*).
KOFFI, S. 1976. “Les Agni-Diabé, histoire et société”. Tese de doutorado. Universidade de Paris I.
KOPYTOFF, J. H. 1965. *A Preface to Modern Nigeria: the “Sierra-Leoneans” in Yoruba 1830-1890.* Madison, University of Wisconsin Press.
KRISHNAMURTY, B. S. 1972. “Economic policy: land and labour in Nyasaland, 1890-1914”. In: B. PACHAI, org. *The Early History of Malawi.* p. 384-404.
KUCZYNSKI, R. R. 1936. *Population Movements.* Oxford, Clarendon Press.
__. 1939. *The Cameroons and Togoland: a Demographic Study.* Londres, OUP.
__. 1948-53. *Demographic Survey of the British Colonial Empire.* Londres, OUP. 3v.
KUDSI-ZADEH, A. A. 1980. “The emergence of political journalism in Egypt”, *The Muslim World,* LXX, 1:47-55.

KUPER, H., org. 1965. *Urbanization and Migration in West Africa.* Berkeley, University of California Press.
KUPER, L. 1971. "African nationalism in South Africa, 1910-1964". In: M. WILSON e L. THOMPSON, orgs. *The Oxford History of South Africa.* V. II, p. 424-76.
KURAN, E. 1970. *La politique ottomane face à l'occupation d'Alger par les Français.* Túnis.
KYEYUNE, J. B. 1970. "The Mubende Banyoro Committee and the struggle to reunite Bunyoro, 1916-1965". Dissertação de bacharelado em História. Makerere University.
LACHERAF, M. 1965. *L'Algerie: nation et société.* Paris, Maspero.
LANGER, W. L. 1935. *The Diplomacy of Imperialism 1890-1902.* Nova York, Knopf. V. II.
LANGLEY, J. A. s.d. "The last stand in West Africa: resistance to British rule in West Africa, 1879-1939". Não publicado.
__. 1973. *Pan-Africanism and Nationalism in West Africa 1900-1945. A Study in Ideology and Social Classes.* Oxford, Clarendon Press.
LANTERNARI, V. 1974. "Nativistic and socio-religious movements: a reconsideration". *CSSH,* XVI, 4:483-503.
LAST, M. 1967. *The Sokoto Caliphate.* Londres, Longman.
__. 1974. "Reform in West Africa: the jihād movements of the nineteenth century". In: J. F. A. AJAYI e M. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* V. II, p. 1-29.
LEAGUE OF NATIONS, 1930. *Report of the International Commission of Inquiry into the Existence of Slavery and Forced Labour in Liberia.* Monróvia.
LEITH-ROSS, S. 1939. *African Women: a study of the Ibo of Nigeria.* Londres, Routledge & Kegan Paul.
LEJEUNE-CHOQUET, A. 1906. *Histoire militaire du Congo.* Bruxelas, Castaigne.
LEMARCHAND, R., org. 1977. *African Kingships in Perspective: Political Change and Modernization in Monarchical Settings.* Londres, Frank Cass.
LEMUMO, A. 1971. *Fifty Fighting Years: the Communist Party of South Africa.* Londres.
LENIN, V. I. 1916. *Imperialism: the Highest Stage of Capitalism.* Pequim, Foreign Language Press. Edição de 1975.
LEONARD, H. 1934. *Le contrat de travail au Congo Belge et au Ruanda-Urundi (entre indigènes et maîtres civilisés).* Bruxelas, Larcier.
LEUBUSCHER, C. 1963. *The West African Shipping Trade, 1909-1959.* Leyden, Sythoff.
LEVINE, D. N. 1974. *Greater Ethiopia: the Evolution of a Multi-ethnic Society.* Chicago, Chicago UP.
LEWIS, I. M. 1961. *A Pastoral Democracy.* Londres, OUP.

__. 1973. "Pan-Africanism and pan-Somalism". *JMAS,* I, 2:147-61.
__. 1965. *The Modern History of Somaliland: from nation to state.* Londres, Longman.
LEWIS, W. A. 1965. *Politics in West Africa.* Londres, Allen & Unwin.
LEYS, C. 1975. *Underdevelopment in Kenya. The Political Economy of Neo-colonialism,* 1964-1971. Londres, Heinemann.
LIEBENOW, J. G. 1969. *Liberia: the Evolution of Privilege.* Ithaca, Cornell UP.
LINDBERG, J. 1952. *A General Economic Appraisal of Libya.* Nova York, UN.
LINDEN, I. 1972. "The Maseko Ngoni at Domwe, 1870-1900". In: B. PACHAI, org. *The Early History of Malawi.* p. 237-51.
LINDLEY, M. F. 1926. *The Acquisition and Government of Backward Territory in International Law.* Londres, Longmans Green.
LING, D. L. 1967. *Tunisia: from protectorate to republic.* Bloomington, Indiana UP.
LITTLE, T. 1958. *Egypt.* Londres, Ernest Benn.
LLOYD, P. C., org. 1966. *The New Elites of Tropical Africa.* Londres, OUP.
__. 1972. *Africa in Social Change.* Harmondsworth, Penguin, ed. rev.
LOCHNER, N. 1958. "Anton Wilhelm Amo: a Ghana scholar in eighteenth century Germany". *THSG,* III, 3:169-79.
LONSDALE, J. M. 1968-a. "Some origins of nationalism in East Africa". *JAH,* IX, 1: 119-46.
__. 1968-b. "Emergence of African nations: a historiographical analysis". *AA,* LXVII, 226: 11-28.
__. 1977. "The politics of conquest: the British in western Kenya, 1894-1908". *HJ,* XX, 4:841-70.
LOUIS, W. R. 1963-a. "The United States and the African peace settlement of 1919: the pilgrimage of George Louis Beer". *JAH,* IV, 3:413-33.
__. 1963-b. *Ruanda-Urundi, 1884-1919*. Oxford, Clarendon Press.
__. org. 1976. *Imperialism: the Robinson and Gallagher Controversy.* Nova York, Franklin Watts.
LOW, D. A. 1965. "Uganda: the establishment of the Protectorate, 1894-1919". In: V. HARLOW e E. M. CHILVER, orgs. *History of East Africa.* v. II, p. 57-120.
__. 1971. *The Mind of Buganda.* Londres, Heinemann.
LOW, D. A. e LONSDALE, J. M. 1976. "Introduction: towards the new order 1945-63". In: D. A. LOW e A. SMITH, orgs. *History of East Africa.* Oxford, Clarendon Press, V. III, p. 1-63.
LOW, D. A. e SMITH, A., orgs. 1976. *History of East Africa.* Oxford, Clarendon Press. V. 3.
LUCK, A. 1963. *African Saint: the Story of Apolo Kivebulayo.* Londres, SCM Press.
LUCKHARDT, K. e WALL, B. 1980. *Organise or Starve! The History of the South African Congress of Trade Unions.* Londres, Lawrence & Wishart.
LUGARD, F. D. 1893. *The Rise of Our East African Empire.* Londres, Blackwood.

__. 1919. *Political Memoranda.* Londres, Frank Cass. Edição de 1970.
__. 1929. *The Dual Mandate in British Tropical Africa.* Londres, Frank Cass. Edição de 1965.
LYNCH, H. R. 1967. *Edward Wilmot Blyden: Pan-Negro Patriot.* Londres, OUP.
MABONA, M. A. 1974. "The interpretation and development of different religions in the eastern Cape". Londres, SOAS.
MABRO, R. e RADWAN, S. 1976. *The Industrialization of Egypt 1939-1973*: *Policy and Performance.* Oxford, Clarendon Press.
MACKENZIE, J. 1887. *Austral Africa.* Londres, Low, Marston, Searle & Rivington.
MACMILLAN, W. M. 1938. *Africa Emergent.* Londres, Faber.
__. 1963. *Bantu, Boer and Briton.* Oxford, Clarendon Press.
MAFEJE, A. 1972. "The fallacy of dual economies". *EAJ,* IX, 2.
MAIR, L. 1971. "New elites in East and West Africa". In: V. TURNER, org. *Colonialism in Africa, 1870-1960.* V. III, p. 167-92.
MAKONNEN, R. 1973. *Pan-Africanism from Within.* Nairóbi, OUP.
MALGERI, F. 1970. *La Guerra Libica.* Roma, Edizione de Storia e Litteratura.
MALTESE, P. 1968. *La Terra Promessa.* Milão, Sugareditore.
MAMET, P. 1964. "Les expériences syndicales en Tunisie, 1881-1956". Não publicado.
MANGAT, J. S. 1969. *History of the Asians in East Africa.* Londres, OUP.
MARAIS, J. S. 1957. *The Cape Coloured People,* 1852-1932. Johannesburgo, WUP.
MARCUM, J. 1969. *The Angolan Revolution.* Cambridge, Mass., MIT Press.
MARCUS, H. G. 1969. "Imperialism and expansionism in Ethiopia from 1865 to 1900". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa, 1870-1960.* V. I, p. 420-61.
__. 1975. *The Life and Times of Menelik II: Ethiopia 1844-1913*. Oxford, Clarendon Press.
MARGARIDO, A. 1972. "The Tokoist church and Portuguese colonialism in Angola". In: R. CHILCOTE, org. *Protest and Resistance in Angola and Brazil.* p. 29-52.
MARKS, S. 1970. *Reluctant Rebellion: the 1906-1908 Disturbances in Natal.* Oxford, Clarendon Press.
__. 1972. "Khoisan resistance to the Dutch in the seventeeth and eighteenth centuries". *JAH,* XIII, 1:55-80.
MARLOWE, J. 1965. *Anglo-Egyptian Relations.* 2. ed. Londres, Cresset Press.
MARSOT, A. L. A. 1977. *Egypt's Liberal Experiment, 1922-1936*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
MARTIN, C. J. 1961. "Population census estimates and methods in British East Africa". In: K. M. BARBOUR e R. M. PROTHERO, orgs. *Essays on African Population.* p. 49-62.

MARTlN, R. E. R. 1897. *Report on the Native Administration of the British South African Company.* Londres, HMSO.
MASHINGAIDZE, E. 1974. “Christianity and the Mhondero cult”. Trabalho apresentado à Conference on the Historical Study of Eastern African Religions, Limuru, junho 1974.
MASON, P. 1958. *The Birth of a Dilemma.* Londres, OUP.
MATSEBULA, J. S. M. 1972. *A History of Swaziland.* Cidade do Cabo, Longman.
MATSON, A. T. 1970. “Nandi traditions on raiding”. *Hadith* II:61-78.
MATT, J. R., org. 1914. *Muslim Word Today.* Londres.
MAUGHAM, R. F. R. 1961. *The Slaves of Timbuctu.* Londres, Longman.
MAUNIER, R. 1949. *The Sociology of Colonies.* Londres, Routledge & Kegan Paul. 2v.
MAWUT, L. L. 1978. “The Dinka resistance to Condominium rule, 1902-1932”. Dissertação de mestrado. University of Khartoum.
MAZRUI, A. A. 1980. *The African Condition.* Londres, Heinemann.
MBITI, J. S. 1969. *African Religions and Philosophy.* Londres, Heinemann.
MCCALL, D. F. 1964. *Africa in Time Perspective.* Londres, OUP.
MCCRACKEN, J. 1972. “Religion and politics in northern Ngoniland, 1881-1904”. In: B. PACHAI, org. *The Early History of Malawi.* p. 215-36.
MCEWAN, P. J. M., org. 1968. *Twentieth Century Africa.* Londres, OUP.
MCEWAN, P. J. M. e SUTCLIFFE, R. B., orgs. 1965. *The Study of Africa.* Londres, Methuen.
MCGREGOR, G. P. 1967. *King’s College Budo: the First Sixty Years.* Nairóbi, OUP.
MCINTOSH, B. G., org. 1969. *Ngano: Studies in Traditional and Modern East African History.* Nairóbi, EAPH.
MCPHEE, A. 1926. *The Economic Revolution in British West Africa.* Londres, Frank Cass.. Edição de 1971.
MEAD, D. C. 1967. *Growth and Structural Change in the Egyptian Economy.* Homewood, Richard D. Irwin Inc.
MEEBELO, H. S. 1971. *Reaction to Colonialism: a Prelude to the Politics of Independence in Northern Zambia, 1893-1939*. Manchester, Manchester UP.
MEEK, C. K. 1925. *The Northern Tribes of Nigeria.* Londres, OUP. 2v.
MEILLASSOUX, C. 1972. “From reproduction to production. A Marxist approach to economic anthropology”. *ES,* I, 1:93-105.
MENAUT, J. 1935. “Les raisons d’un décret”. *Afrique Française,* agosto, 1935.
MÉRAB, E. 1921-9. *Impressions d’Ethiopie, l’Abyssinie sous Ménélik II, par le docteur Mérab.* Paris, Libert & Leroux. 3v.
MERAD, A. 1967. *Le reformisme musulman en Algérie de 1925 à 1940. Essai d’histoire religieuse et sociale.* Paris, Mouton.
MERLIER, M. 1962. *Le Congo de la colonisation belge à l’indépendance.* Paris, Maspero.
MICHEL, M. 1982. “L’Appel à l’ Afrique-Contribution et réaction à l’effort de guerre en AOF, 1914-1919”. Tese de doutorado. Universidade de Paris.

MIDDLETON, E. 1936. *The Rape of Africa.* Londres, Robert Hale.
MILNER, LORDE. 1921. *Report of the Special Mission to Egypt.* Londres, HMSO.
MINTER, W. 1972. *Portuguese Africa and the West.* Harmondsworth, Penguin.
MIRACLE, M. P. 1966. *Maize in Tropical Africa.* Madison, University of Wisconsin Press.
__. 1967. "Murdock's classification of African food economies". In: C. GABEL e N. R. BENNETT, orgs. *Reconstructing African Culture History,* p. 201-25.
MITCHELL, J. C. 1961. "Wage labour and African population movements in Central Africa". In: K. M. BARBOUR e R. M. PROTHERO, orgs. *Essays on African Population.* p. 193-248.
MITCHELL, P. 1954. *African Afterthought.* Londres, Hutchinson.
MOBERLY, F. J., org. 1931. *History of the Great War. Military operations: Togoland, Kamerun, 1914-1916*. Londres, HMSO.
MOELLER, A. 1938. *Les finances publiques du Congo belge et du Ruanda-Urundi.* Bruxelas, Larcier.
MOFFAT, R. U. 1969. *John Moffat, G. M. G., Missionary.* Nova York, Negro Universities Press.
MOLEMA, S. M. 1920. *The Bantu Past and Present.* Edinburgh, W. Green & Sons.
MOLITOR, G. 1937. "L'introduction et le développement de la culture du caféier arabica chez les indigenes du Ruanda-Urundi". *Le Matériel Colonial,* março, p. 156-75.
MONDLANE, E. 1969. *The Struggle for Mozambique.* Harmondsworth, Penguin.
MOORE, C. D. e DUNBAR, A. 1969. *Africa Yesterday and Today* . Nova York, Praeger.
MOREIRA, E. 1936. *Portuguese East Africa: a Study of its Religious Needs.* Londres, World Dominion Press.
MOREL, E. D. 1906. *Red Rubber.* Londres, T. Fisher Unwin.
__. 1920. *The Blackman's Burden.* Manchester, National Labour Press.
MORONEY, S. 1978. "Mine worker protest on the Witwatersrand, 1901-1912". In: E. WEBSTER, org. *Essays in Southern African Labour History.* p. 32-46.
MORRELL, J. R. 1854. *Algeria: the Topography and History, Political, Social and Natural of French Africa.* Londres, Nathaniel Cook.
MOSLEY, L. 1963. *Duel for Kilimanjaro. An Account of the East African Campaign, 1914-1918*. Londres, Weidenfeld & Nicolson.
__. 1964. *Haile Selassie: the Conquering Lion.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
MOULAERT, G. 1945. *Souvenirs d'Afrique: 1902-1919.* Bruxelas, Dessart.
MOURÃO, F. A. A. 1977. *La présence de la culture Africaine et la dynamique du processus social brésilien.* Lagos, Collaquium.
MUFFETT, D. J. M. 1971. "Nigeria—Sokoto Caliphate". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 269-99.

MUGOMBA, A. e NYAGGAH, M., orgs. 1980. *Independence Without Freedom. The Political Economy of Colonial Education in Southern Africa.* Santa Barbara e Oxford, ABC-Clio Press.

MUNGEAM, G. H. 1970. "Masai and Kikuyu responses to the establishment of British administration in East Africa Protectorate". *JAH,* XI, I: 127-43.

MUNONGO, A. 1948. "Lettere de Mwenda II Mukundabantu". *Bulletin des juridictions indigènes et du droit coutumier congolais,* XVI:199-229, 231-44.

MUNRO, J. F. 1975. *Colonial Rule and the Kamba.* Oxford, Clarendon Press.

__. 1976. *Africa and the International Economy, 1800-1960.* Londres, Dent.

MURDOCK, G. P. 1960. "Staple subsistence crops of Africa". *GR,* I, 4:523-40.

MURIUKI, G. 1972. "Background to politics and nationalism in central Kenya". In: B. A. OGOT, org. *Politics and Nationalism in Colonial Kenya,* p. 1-17.

__. 1974. *A History of the Kikuyu, 1500-1900.* Nairóbi, OUP.

MURTĀD, A. AL-M. 1971. *Mahdat al-adab al-arabi al-mu'asir fi'l-Jaza-ir.*

MUSHAM, H. V. 1951. "Fertility and reproduction of the Beduin". *PS,* IV, 4:354-63.

MUTIBWA, P. M. 1974. *The Malagasy and the Europeans: Madagáscar's Foreign Relations* 1861-1895. Londres, Longman.

MWANZI, H. A. 1977. *A History of the Kipsigis.*

MYINT, H. 1968. *The Economics of the Developing Countries.* 3. ed. Londres, Hutchinson.

NEVINSON, H. W. 1906. *A Modern Slavery.* Londres e Nova York, Harper.

NEWBURY, C. W. 1961. *The Western Slave Coast and its Rulers. European Trade and Administration among the Yoruba and Adja-speaking Peoples of South-western Nigeria, Southern Dahomey and Togo.* Oxford, Clarendon Press.

NEWBURY, C. W. e KANYA-FORSTNER, A. S. 1969. "French policy and the origins of the Scramble for West Africa". *JAH,* X, 2:253-76.

NEWITT, M. D. D. 1972-a. "The early history of the Sultanate of Angoche". *JAH,* XIII, 3:397-406.

__. 1972-b. "Angoche, the slave trade and the Portuguese, c. 1844-1910". *JAH,* XIII, 4:659-72.

__. 1973. *Portuguese Settlement on the Zambezi.* Londres, Longman.

__. 1981. *Portugal in Africa. The Last Hundred Years.* Londres, C. Hurst.

NEWTON, A. P. 1923. "Africa and historical research". *JAf.S,* XXII, 88:266-77.

NIÈGE, J. L. 1968. *L'imperialisme colonial italien de 1870 à nos jours.* Paris.

NKETIA, J. H. K. 1975. *The Music of Africa.* Londres, Gollancz.

NKRUMAH, K. 1957. *Ghana: the Autobiography of Kwame Nkrumah.* Londres, Nelson.

NOUSCHI, A. 1962. *La naissance du nationalisme algérien (1914-1954).* Paris, Éd. de Minuit.

__. 1970. "La crise de 1930 en Tunisie et les débuts du Néo-Destour", *ROMM.* VIII:113-23.

NUNES, J. 1928. "Apontamentos para o estudo da Questão da Mão d'Obra no Districto de Inhambane". *BSGL,* XLVIII.
NZULA, A. T.; POTEKHIN, I. L; ZUSMANOVICH, A. Z. 1979. *Forced Labour in Colonial Africa.* Londres, Zed Press.
OBICHERE, B. L 1971. *West African States and European Expansion: the Dahomey-Niger Hinterland,* 1885-1898. New Haven, YUP.
__ . 1972. "L'education coloniale au Sénégal: analyse structurale". In: J. L. BALANS, C. COULON e A. RICARD, orgs. *Problèmes et perspectives de l'education dans un état du tiers-monde: la cas du Sénégal.* p. 7-18.
OBIECHINA, E. 1978. *Culture, Tradition and Society in the West African Novel.* Cambridge, CUP.
O'BRIEN, P. 1968. "The long-term growth of agricultural production in Egypt: 1821-1962". In: P. M. HOLT, org. *Political and Social Change in Modern Egypt.* p. 162-95.
OCHIENG, W. R. 1972. "Colonial chiefs". In: B. A. OGOT, org. *Politics and Nationalism in Colonial Kenya.* p. 46-70.
__. 1977. *The Second Word: More Essays on Kenya History.* Nairóbi, EALB.
ODINGA, O. 1967. *Not Yet Uhuru.* Nairóbi, Heinemann; Londres, Heinemann, 1968.
OGOT, B. A. 1963. "British administration in the central Nyanza district of Kenya, *1900-1960". JAH,* IV, 2:249-73.
__. 1971. "Reverend Alfayo Odongo Mango, 1870-1934". In: K. J. KING e A. SALIM, orgs. *Kenya Historical Biographies.* p. 90-112.
__. org. 1972-a. *War and Society in Africa.* Londres, Frank Cass.
__. org. 1972-b. *Politics and Nationalism in Colonial Kenya.* Nairóbi, EAPH.
__. 1974-a. "A community of their own". Escrito apresentado à Conference on the Historical Study of Eastern African Religions, Limuru, junho 1974.
__. 1974-b. "Kenya under the British, 1895 to 1963". In: B. A. OGOT, org. 1974. *Zamani: a Survey of East African History.* p. 249-94.
__, org. 1974. *Zamani: a Survey of East African History.* 2. ed. Nairóbi, EAPH.
__, org. 1975. *Hadith, V (Economic and Social History of East Africa),* Nairóbi, EALB.
OGOT, B. A. e OCHIENG, W. R. 1972. "Mumboism: an anti-colonial movement". In: B. A. OGOT, org. *War and Society in Africa,* p. 149-77.
OGUNBA, O. e IRELE, A., orgs. 1978. *Drama of Africa.* Ibadan, Ibadan UP.
OHADIKE, P. O. 1968. "Patterns and variations in fertility and family formation, a study of urban Africans in Lagos, Nigeria". Tese de doutorado. Australian National University.
OKARO-KOJWANG, M. 1969. "Origins and establishment of the Kavirondo Taxpayers' Welfare Association". In: B. G. McINTOSH, org. *Ngano: Studies in Traditional and Modern East African History.* p. 111-28.
OLIVER, R. 1951. "Some factors in the British occupation of East Africa, 1884-1894", *UJ,* XV, 1:49-64.

__. 1965. *The Missionary Factor in East Africa,* Londres, Longman.
OLIVER, R. e ATMORE, A. 1972. *Africa since 1800.* 2. ed. Cambridge, CUP.
OLIVER, R. e FAGE, J. D. 1962 e 1970. *A Short History of Africa.* 1. e 2. ed. Harmondsworth, Penguin.
OLIVER, R. e MATHEW, G., orgs. 1971. *History of East Africa: A Century of Change, 1870-1970.* Londres, Allen & Unwin. V.I.
OLORUNTIMEHIN, B. O. 1971. "Constitutional developments and the achievement of independence in French West Africa, 1914-1960". *Tarikh,* III, 4.
__. 1972-a. *The Segu Tukolor Empire.* Londres, Longman.
__. 1972-b. "Theories and realities in the administration of colonial French West Africa from 1890 to the First World War". *JHSN,* VI, 3:289-312.
__. 1973-a. "French colonisation and African resistance in West Africa up to the First World War". *Genève-Afrique,* XII, 1:17 *et seq.*
__. 1973-b. "French colonisation and African resistance in West Africa up to the First World War". *Tarikh,* IV, 3:24-34.
__. 1974. "The culture content of alien domination and its impact on contemporary Francophone West Africa". *Symposium Leo Frobenius.* Relatório Final do simpósio internacional organizado pelas comissões da Alemanha e de Camarões para a UNESCO, 3-7 dezembro 1973, Yaundé. Colônia, Deutsche - UNESCO - Kommission; *Pullach*/Munique, Verlag Dokumentation.
OLUSANYA, G. O. 1980. "The nationalist movements in Nigeria". In: O. IKIME, org. *Groundwork of Nigerian History,* p. 545-69.
OMINDE, S. H. e EJIOGU, C. N., orgs. 1972. *Population Growth and Economic Development in Africa.* Londres, Heinemann.
OMU, F. I. A. 1968. "The Nigerian press and the Great War". *Nigeria Magazine,* XCVI:44-9.
__. 1978. *Press and Politics in Nigeria, 1880-1957.* Londres, Longman.
OPOKU, K. A. 1978-a. *West African Traditional Religion.* Singapura, FEP.
__. 1978-b. "Changes within Christianity: the case of the Musama Disco Christo Church". In: E. FASHOLE LUKE, R. GRAY, A. HASTINGS e G. TASIE, orgs. *Christianity in Independent Africa.* p. 111-21.
d'ORLEANS, H. P. M. 1898. *Une visite à l'empereur Ménélick: Notes et Impressions de Route.* Paris, Librairie Dentu.
ORTIZ, F. 1950. *La Africanía de la Música Folklórica de Cuba.* Havana.
ORUBULOYE, I. O. s.d. "Differentials in the provision of health services and the effects of mortality levels in western Nigeria: a study of Ido and Isinbode communities in Eati Division". Dissertação de mestrado. University of Ibadan.
OSUNTOKUN, J. 1975. "Nigeria's colonial government and the Islamic insurgency in French West Africa, 1914-1918", *CEA,* XV, 1:85-93.
__. 1977. "West African armed revolts during the First World War". *Tarikh,* V, 3:6-17.

__. 1978. *Nigeria in the First World War.* Londres, Longman .
OUSMANE, S. 1970. *God's Bits of Wood.* Londres, Heinemann.
OUZEGANE, A. 1962. *Le meilleur combato* Paris, Julliard.
OWEN, R. e SUTCLIFFE, B., orgs. 1972. *Studies in the Theory of Imperialism.* Londres, Longman.
PACHAI, B., org. 1972. *The Early History of Malawi.* Londres, Longman.
PADMORE, G. 1956. *Pan-Africanism or Communism?* Londres, Dobson.
PAGE, H. J. 1975. "Fertility patterns: levels and trends". In: J. C. CALDWELL, org. *Population Growth and Socio-Economic Change in West Africa.* p. 29-57.
PAGE, H. J. e COALE, A. J. 1972. "Fertility and child mortality south of the Sahara". In: S. H. OMINDE e C. N. EJIOGU, orgs. *population Growth and Economic Development in Africa,* p. 51-66.
PAISH, G. 1909. "Great Britain's capital investments in other lands". *RSSJ,* LXXI:465-80.
__. 1910-11. "Great Britain's capital investments in individual colonial and foreign countries". *RSSJ,* LXXIV:167-87.
PALLEY, C. 1966. *The Constitutional History and Law of Southern Rhodesia, 1888-1965.* Oxford, Clarendon Press.
PANKHURST, R. 1962-a. "The foundation and early growth of Addis Abeba to 1935". *EO,* VI, I.
__. 1962-b. "The foundations of education, printing, newspapers, book production, libraries and literacy in Ethiopia". *EO,* VI, 3:266-79.
__. 1964. "Italian settlement policy in Eritrea and its repercussions 1880-1896". *BUPAH,* I: 119-56.
__. 1966. "The great Ethiopian famine of 1888-1892: a new assessment". *JHMAS,* XXI,2:271-94.
__. 1967. "Emperor Theodore of Ethiopia: a nineteenth century visionary". *Tarikh, I,* 4:15-25.
__. 1968. *Economic History of Ethiopia, 1800-1935.* Adis Abeba, Haile Sellassie I, UP.
__. 1970. "The Ethiopian patriots: the lone struggle". *EO,* XIII, 1:40-56.
__. 1972. "W. H. Ellis-Guillaume Enrique Ellesio: the first black American Ethiopicist?". *EO,* XV, 2:89-121.
__. 1976. "Ethiopia: 1914-35". Manuscrito preparado para a *História Geral da África - UNESCO.*
PASSELECQ, F. 1932. *L'essor économique belge. Expansion coloniale, étude documentaire sur l'armature économique de la colonisation belge au Congo.* Bruxelas, Desmet-Verteneuil.
PATTERSON, S. 1957. *The Last Trek: a Study of the Boer People and Their Afrikaner Nation.* Londres, Routledge & Kegan Paul.
PEARSE, S. 1971. "Metropolis and peasant: the expansion of the urban-industrial complex and the changing rural structure". In: T. SHANIN, org. *Peasants and Peasant Societies.* p. 69-80.

PEEL, J. D. Y. 1968. *Aladura: a Religious Movement Among the Yoruba.* Londres, OUP.
PEEMANS, J. -P. 1968. *Diffusion du progres économique et convergence des prix.* Lovaine, Éd. Nauwelaerts.
PÉLISSIER, R. 1969. "Campagnes militaires au sud-Angola, 1885-1915". *CEA,* IX:54-123.
__. 1977. *Les guerres grises: résistance et révoltes en Angola* (1845-1941). Orgeval, Éd. Pélissier.
__. 1978. *La colonie du minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961).* Orgeval, Éd. Pélissier .
PENN, I. G. e BOWEN, J. W. E., orgs. 1902. *The United Negro: his Problems and his Progress.* Atlanta, D. F. Luther Publishing.
PENVENNE, J. s.d. "Preliminary chronology of labour resistance in Lourenço Marques". Não publicado.
__. 1978. "The impact of forced labour on the development of an African working class: Lourenço Marques, 1870-1902". Trabalho apresentado à Conference of the African Studies Association of the United States.
__.1979. "Attitudes toward race and work in Mozambique: Lourenço Marques, 1900-1974". African Studies Center, Boston University, Working Paper n. 6.
__. (?). "Labour struggles at the port of Lourenço Marques, Mozambique, 1900-1943".
PERHAM, M. 1934. "A restatement of indirect rule". *Africa,* VII, 3:321-34.
__. org. 1948. *Mining, Commerce and Finance in Nigeria.* Londres, Faber.
__. 1960-a. "Psychology of African nationalism". *Optima,* X, 1:27-36.
__. 1960-b. *Lugard: the Years of Authority,* 1898-1945. Londres, Collins.
__. 1961. *The Colonial Reckoning.* Londres, Collins.
PERHAM, M., e BULL, M. orgs. 1963. *The Diaries of Lord Lugard.* Evanston, NUP. V. 1.
PERRINGS, C. 1977. "Consciousness, conflict and proletarianization: an assessment of the 1935 mineworkers' strike on the Northern Rhodesian Copperbelt". *JSAS,* IV, 1:31-51.
__. 1979. *Black Mineworkers in Central Africa. Industrial Strategies and the Evolution of an African Proletariat in the Copperbelt, 1911-1941*. Londres, Heinemann.
PERSON, Y. 1960. "Soixante ans d'évolution en pays Kissi". *CEA,* 1:86-112.
__. 1968-75. *Samori: une révolution Dyula.* Paris, Mém. de l'IFAN. 3 V.
__. 1971. "Guinea-Samori". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 111-43.
PETERS, C. [K.] 1902. *The Eldorado of the Ancients.* Londres, Arthur Pearson.
PETRIDES, S. P. 1964. *Le livre d'or de la dynastie salomonienne d'Ethiopie.* Paris, Plon.
PHILLIP, J. 1828. *Researches in South Africa.* Londres, Duncan.
PHILLIPSON, D. W. 1977. *The Later Prehistory of Eastern and Southern Africa.* Londres, Heinemann.

PHIMISTER, I. R. e VAN ONSELEN, C. 1978. *Studies in the History of African Mine Labour in Colonial Zimbabwe.* Gwelo, Mambo Press.
PLAATJE, S. T. 1916. *Native Life in South Africa.* 2. ed. Londres, King and Sons. Reed. em Johannesburgo, Ravan Press, 1982 .
PLANCQUAERT, M. 1932. "Les Jaga et les Bayaka du Kwango. Contribution historico-ethnique". *IRCBM,* III, 1:1-184.
PONCET, J. 1952. *La colonisation et l'agriculture européene en Tunisie depuis 1881.* Londres, Mouton.
PONTON, M. M. 1917. *Life and Times of Henry M. Turner.* Atlanta, A. B. Caldwell.
PORTAL, G. L. 1892. *My Mission to Abyssinia.* Londres, Arnold.
PORTER, D. B. 1978. *Afro-Braziliana.* Boston, G. K. Hall.
POTOCKI, J. 1900. *Sport in Somaliland: being an Account of a Hunting Trip in that Region.* Londres, R. Ward.
PRICE, R. S. 1973. *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas.* Nova York.
PROTHERO, R. M. 1965. *Migrants and Malaria.* Londres, Longman.
__. 1968. "Migration in tropical Africa". In: J. C. CALDWELL e J. OKONJO, orgs. *The Population of Tropical Africa.* p. 250-73.
RABEARIMANANA, L. 1980. *La presse d'opinion à Madagáscar de 1947 à 1956.* Antananarivo, Librairie Mixte.
RALSTON, R. D. s.d. *African Nationalism in Embryo: Influence of American Study Sojourns in Metamorphosis of African Colonial Leadership.*
RAMADAN, A. M. 1968. *Tatawura al-Haraka al-Wataniyya fi Misr 1919-1936.* Cairo.
RANGER, T. O. s.d. *The African Churches of Tanzania.* Nairóbi, EAPH.
__. 1965. "The 'Ethiopia' episode in Barotseland, 1900-1905". *RLJ,* XXXVII:26-41.
__. 1967. *Revolt in Southern Rhodesia,* 1896-1897. Londres, Heinemann
__. 1968-a. "Connexions between 'primary resistance' movements and modern mass nationalism in East and Central Africa". *JAH,* IX, 3:437-53; IX, 4:631-41.
__. org. 1968-b. *Aspects of Central African History.* Londres, Heinemann.
__, org. 1968-c. *Emerging Themes of African History.* Nairóbi, EAPH.
__. 1969. "African reactions to the imposition of colonial rule in East and Central Africa". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa, 1870-1960.* v. I, p. 293-324.
__. 1970. *The African Voice in Southern Rhodesia.* Londres, Heinemann.
__. 1971. "Christian independency in Tanzania". In: D. B. BARRETT, org. *African Initiatives in Religion.* p. 122-45.
__. 1972. "Missionary adaptation of African religious institutions: the Masasi case". In: T. O. RANGER e I. N. KIMAMBO, orgs. *The Historical Study of African Religion.* p. 221-52.

__. 1975. *Dance and Society in Eastern Africa.* Londres, Heinemann.
RANGER, T. O. e KIMAMBO, I. N., orgs. 1972. *The Historical Study of African Religion.* Londres, Heinemann.
RANIS, G., org. 1971. *Government and Economic Development.* New Haven, YUP.
RATHBONE, R. 1978. "World War I and Africa: introduction". *JAH,* XIX, 1: 1-9.
RAUM, O. P. 1965. "From tribal prophets to sect leaders". In: E. BENZ, org. *Messianische Kirchen, Sekten und Bewegungen im hautigen Afrika.*
RAY, B. C. 1976. *African Religions: Symbol, Ritual and Continuity.* Englewood-Cliffs, Prentice Hall.
READ, M. 1971. "The Ngoni and Western education". In: V. TURNER, org. *Colonialism in Africa, 1870-1960.* v. III, p. 346-92.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1920. *Report of the Secretary of the Treasury for the Fiscal Year ended October 1, 1919 to September 1920.* Monróvia, Departamento do Tesouro.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1930. *Report of the Department of State, 30 November 1930.* Monróvia, Departamento de Estado.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1931-a. *Annual Report of the Department of State, December 1931*. Monróvia, Departamento de Estado.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1931-b. *Administrative Regulations Governing the Interior.* Monróvia, Departamento do Interior.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1934. *Annual Report of the Department of State to the Fourth Session of the Thirty-seventh Legislature.* Monróvia, Departamento de Estado.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1940. *Bureau of Statistics: Annual Report 1939*. Monróvia, Divisão de Estatística.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1941. *Import, Export and Shipping Statistics, 1940.* Monróvia, Divisão de Rendas.
REY, C. F. 1927. *In the Country of the Blue Nile.* Londres, Duckworth.
REZETTE, T. 1955. *Les partis politiques marocains.* Paris, A. Colin.
RHODIE, S. 1968. "The Gold Coast cocoa hold-up of 1930-31". *THSG,* IX:105-18.
RICCIOLI, F. 1661, 1672. *Geographiae et Hydrographiae Reformatae.* Bolonha e Veneza.
RIGBY, P. 1974. "Prophets, diviners and prophetism: the recent history of Kiganda religion". Trabalho apresentado à Conference on the Historical Study of Eastern African Religions, Limuru, junho 1974.
ROBERTS, A. D. 1974. *A History of the Bemba: political growth and change in north-eastern Zambia before 1900.* Madison, Wisconsin UP.
__. org. (?). *Cambridge History of Africa.* Cambridge, CUP. v. VII.
ROBERTS, G. W. 1954. "Immigration of Africans into the British Caribbean". *PS,* VII, 3:235-62.
ROBERTS, S. H. 1929. *The History of French Colonial Policy, 1870-1925.* Londres, Frank Cass. Edição de 1963. 2v.
ROBERTS, Z. B. H. 1934. "Supplement" de *Liberian Crisis,* julho-agosto 1934. Monróvia.

ROBERTSON, E. M. 1977. *Mussolini as Empire-builder: Europe and Africa, 1932-6*. Londres, Macmillan.

ROBINSON, R. 1972. "Non-European foundations of European imperialism: sketch for a theory of collaboration". In: R. OWEN e B. SUTCLIFFE, orgs. *Studies in the Theory of Imperialism.* p. 117-42.

ROBINSON, R. e GALLAGHER, J. 1961. *African and the Victorians: the official mind of imperialism.* Londres, Macmillan.

ROBINSON, R. E. e GALLAGHER, J. 1962. "The partition of Africa". In: F. H. HINSLEY, org. *The New Cambridge Modern History.* v. XI, p. 593-640.

ROCHET, G. 1971. *Militari e Politici nelle Preparazione delle Campagna d'Ethiopia.* Milão.

RODD, J. R. 1923. *Diplomatic Memories: 1894-1901, Egypt and Abyssinia.* Londres, Arnold.

RODNEY, W. s.d. "Political economy of colonial Tanzania, 1890-1934". Seminário. Department of History, University of Dar-es-Sallaam.

__. 1971-a. "The year 1895 in southern Mozambique: African resistance to the imposition of European colonial rule". *JHSN,* V, 4:509-36.

__. 1971-b. "Resistance and accommodation in Ovimbundu/Portuguese relations". Seminário. Department of History, University of Dar-es-Salaam.

__. 1972. *How Europe Underdeveloped Africa.* Dar-es-Salaam, Tanzania Publishing House.

RODRIGUES, J. H. 1964. *Brasil e África: outro Horizonte.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

RODRIGUES, N. 1976. *Os africanos no Brasil.* São Paulo, Ed. Nacional.

ROGERS, S. G. 1972. "A history of Chagga politics, 1916-1952". Tese de doutorado. University of Dar-es-Salaam.

__. 1974. "The Kilimanjaro Native Planters Association: administrative responses to Chagga initiatives in the 1920s". *TJH,* IV, 1 e 2:94-114.

ROLLINS, C. H. 1970. *Black Troubadour: Langston Hughes.* Nova York, Rand McNally.

ROSBERG, C. G. e NOTTINGHAM, J. 1966. *The Myth of Mau Mau: Nationalism in Kenya,* Nairóbi, EAPH.

ROSE, J. H. 1905. *The Development of European Nations, 1870-1900.* Londres, Constable.

ROSEN, F. 1907. *Eine deutsche Gesandschaft in Abessinien.* Leipzig, Von Veit.

ROSS, D. 1971. "Dahomey". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 144-69.

ROSS, D. H. 1974. "Ghanaian forowa". *African Arts,* 1974, VIII, 1:40-9.

ROSS, E. A. 1925. *Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa.* Nova York, Abbott Press.

ROSS, R. 1972. "Black Americans and Italo-Ethiopian Relief 1935-1936". *EO,* XV, 2: 122-31.
ROSSETTI, C. 1910. *Storia Diplomatic dell'Ethiopia.* Turim.
ROSSINI, C. C. 1935. *Italia ed Ethiopia dal Tractato d'Uccialli alla Battaglia di Adua.* Roma.
ROTBERG, R. I. 1965. *Christian Missionaries and the Creation of Northern Rhodesia, 1880-1924.* Princeton, PUP.
__. 1966. *The Rise of Nationalism in Central Africa: the Making of Malawi and Zambia, 1873-1964*. Cambridge, Mass., HUP.
ROTBERG, R. I. e MAZRUI, A. A., orgs. 1970. *Protest and Power in Black Africa.* Nova York,OUP.
ROUT, L. B. 1976. *The African Experience in Spanish America, 1502-Present Day,* Cambridge, CUP.
ROUX, E. 1944. *S. P. Bunting: a Political Biography.* Cidade do Cabo, edição particular.
__. 1964. *Time Longer than Rope.* 2. ed. Madison, Wisconsin UP.
RUBENSON, S. 1964. *Wichale XVII: the Attempt to Establish a Protectorate over Ethiopia.* Adis Abeba, Université Hailé Sellassié I.
RWEYEMANU, J. 1974. *Underdevelopment and Industrialization in Tanzania: a Study in Perverse Capitalist Industrial Development.* Londres e Nairóbi, OUP.
RYDINGS, J. 1932. *Report of Mission to the Kru Coast.* Monróvia, abril.
SABRĪ, A. AL-M. 1969. *Muhammad Farid.* Cairo.
SA'DALLAH, A. K. 1969. *At-H'araka At Wat'aniya Al-Jazai'riya 1900-1930.* Beirute.
SAFRAN, N. 1961. *Egypt in Search of Political Community: an Analysis of the Intellectual and Political Evolution of Egypt, 1804-1952.* Cambridge, Mass., Harvard University Center for Middle Eastern Studies.
SAINT-MARTIN, Y. 1972. *L'empire toucouleur et la France, un demi-siècle de relations diplomatiques (1846-1893)*. Dacar.
SALIFOU, A. 1973. *Kaoussan ou la révolte Sénoussiste.* Niamey, Centre Nigérien de Recherches en Sciences Humaines.
SAMKANGE, S. 1967. *On Trial for My Country* . Londres, Heinemann.
SAMPSON, A. 1960. *Commonsense about Africa.* Londres, Gollancz.
SANDERSON, G. N. 1980. "Aspects of resistance to British rule in the Southern Sudan, 1900-1928".
SANDFORD, C. 1946. *Ethiopia under Haile Selassie.* Londres, Dent.
SAN MARCO. 1940. "Le problème des cultures obligatoires dans la production des produits d'exportation". Escrito apresentado às Conférences à l'École Coloniale.
SARRAUT, A. 1923. *La mise en valeur des colonies françaises.* Paris, Payot.
SAUER, C. O. 1952. *Agricultural Origins and Dispersals.* Nova York, American Geographical Society.
SAUTTER, G. 1966. *De l'Atlantique au fleuve Congo, une géographie du souspeuplement: République Gabonaise, République du Congo.* Paris e Haia, Mouton. 2v.

__. 1967. “Notes sur la construction du chemin de fer Congo-Océan (1921-1934)”. *CEA,* VII, 26:219-99.
SCHLEMMER, B. 1980. “Conquête et colonisation du Menabe: une analyse de la politique Gallieni”. In: *Changements sociaux dans l’ouest malgache.* Paris, Mem. de ORSTOM, n. 90. p. 109-31.
SCHNEE, H. 1919. *Deutsch-Ostafrika in Weltkriege.* Leipzig, Quelle & Meyer.
__ . 1926. *German Colonization Past and Future.* Londres, Allen & Unwin.
SCHOFFELEERS, M., org. (?). *Guardians of the Land.*
__ . (?). “An organizational model of the Mwari shrines”. In: M. SCHOFFELEERS, org. *Guardians of the Land.*
SCHRAM, R. 1971. *A History of the Nigerian Health Service.* Ibadan, Ibadan UP.
SCHUMPETER, J. 1955. *Imperialism and Social Classes.* Cleveland e Nova York, World Publishing.
SCHWARZ, F. A. O. 1965. *Nigeria: the Tribes, the Nation, or the Race, the Politics of Independence.* Cambridge, Mass., MIT Press.
SCOTT, W. R. 1966. “The American Negro and the Italo-Ethiopian crisis, 1934-1936”. Dissertação de mestrado. Harvard University.
__. 1971. “A study of Afro-American and Ethiopian relations, 1896-1941”. Tese de doutorado. Princeton University.
__.1972. “Malaku E. Bayen: Ethiopian emissary to Black America, 1936-1941”, *EO.* XV, 2: 132-8.
SEGAL, R. e FIRST, R. 1967. *South West Africa: Travesty of Trust.* Londres, André Deutsch.
SEKYI, W. E. G. 1915. *The Blinkards.* Londres, Heinemann. Edição de 1974.
SELLASSIÉ, G. 1930-1932. *Chronique du régne de Ménélik II, roi des rois d’Ethiopie.* Paris, Maisonneuve.
SELOUS, F. C. 1896. *Sunshine and Storm in Rhodesia.* Londres, Rowland Ward.
SEMI-BI, Z. 1973. “La politique coloniale des travaux publics en Côte d’Ivoire, 1900-1940”. Tese de doutorado. Universidade de Paris VII.
SHACK, W. A. 1969. *The Gurage: a People of the Ensete Culture.* Londres, OUP.
SHANIN, T., org. 1971. *Peasants and Peasant Societies.* Harmondsworth, Penguin.
SHAREVSKAYA, B. I. 1968. “Natzionalno osvoboditelnoe dvizeheniye religia v tropitchescoi Afrike” [Movimentos de libertação nacional e religião na África tropical], *Voprosi nauchnogo atiesma,* n. 5. Moscou.
SHARKASI, M. M. 1976. *Lamahaton An Al-Awda’ a Al Iqtisadia fi Libya Athna’a Al-Ahd Al-Italy.* Tunísia, Addar al-Arabia Lil Kitab.
SHARPE, A. 1920. “The hinterland of Liberia”. *GJ,* LV, 4:289-304.
SHEIKH-ABDI, A. 1978. “Sayyid Mohamed Abdille Hasan and the current conflict in the Horn”. *HA,* I, 2.
SHEPPERSON, G. 1968. “Ethiopianism: past and present”. In: C. G. BAETA, org. *Christianity in Tropical Africa.* p. 249-68.

SHEPPERSON, G. e PRICE, T. 1958. *Independent African: John Chilembwe and the Origins, Setting and Significance of the Nyasaland Native Uprising of 1915*. Edinburgh, Edinburgh UP.

SHERIFF, A. M. H. 1980. "Tanzanian societies at the time of the partition". In: M. H. Y. KANIKI, org. 1980 *Tanzania under Colonial Rule.* p. 11-50.

SHERRILL, M. 1973. *Unilever et l'Afrique.* Bruxelas, Cahiers du CEDAF, n. 4.

SHIBAYKA, M. 1965. *Ta'rikh Shu'aub Wadi Al-Nil.* Beirute.

__. 1978. *Al-Sudan wal Thawra al-Mahdiyya,* Khartum. v. I.

SHIBEIKA, M. 1952. *British Policy in the Sudan, 1882-1902.* Londres, OUP.

SHOUQUAIR, N. 1967. *Gurafiat wa Ta'rikh al-Sudan.* Beirute.

SHUFELDT, R. W. *World Cruise: Liberia and the Liberian Boundary Dispute.* Washington DC; Naval Historical Foundation Collection, MS Division.

SIK, E. 1964. *The History of Black Africa.* Budapeste, Akadémiai Kiadó. v. II.

SILBERMAN, L. s.d. *The Mad Mullah: Hero of Somali Nationalism.* Londres.

SIMENSEN, J. 1974. "Rural mass action in the context of anti-colonial protest: the Asafo movement of Akim Abuakwa, Ghana". *CJAS,* VIII, 1:25-41.

__. 1975-a. "Nationalism from below: the Akyem Abuakwa example". *MBAB,* XII:31-57.

__. 1975-b. "The Asafo of Kwahu, Ghana: a mass movement for local reform under colonial rule". *IJAHS,* VIII, 3:383-406.

SIMONS, H. J. e SIMONS, R. E. 1969. *Class and Colour in South Africa, 1850-1950.* Harmondsworth, Penguin.

SIMPSON, C. L. 1961. *The Memoirs of C. L. Simpson.* Londres, Diplomatic Press.

SINGH, M. 1969. *History of Kenya's Trade Union Movement to 1952*. Nairóbi, EAPH.

SKINNER, E. P. 1964. *The Mossi of the Upper Volta. The Political Development of a Sudanese People.* Stanford, SUP.

__. 1965. "Labour migration among the Mossi of the Upper Volta". In: H. KUPER, org. *Urbanization and Migration in West Africa.* p. 60-84.

SKINNER, R. P. 1906. *Abyssinia of to-day: an Account of the First Mission sent by the American Government to the Court of the King of Kings (1903-4).* Londres, Arnold.

SLADE, R. 1962. *King Leopold's Congo. Aspects of the Development of Race Relations in the Congo Independent State.* Londres, OUP.

SMITH, C. B. 1973. "The Giriama rising, 1914; focus for political development in the Kenyan hinterland, 1850-1963". Tese de doutorado. University of California, Los Angeles.

SMITH, E. 1929. *Aggrey of Africa: a Study in Black and White.* Londres, SCM Press.

SMITH, H. M. 1926. *Frank, Bishop of Zanzibar: Life of Frank Weston, D.D. 1871-1924.* Londres, SPCK.

SMITH, R. 1971. "Yoruba-Ibeju". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 170-204.

SORRENSON, M. P. K. 1968. *The Origins of European Settlement in Kenya.* Nairóbi, OUP.

SPACENSKY, A. 1970. *Madagáscar, cinquante ans de vie politique: de Ralaimongo à Tsiranana.* Paris, Nouvelles Éditions Latines.
SPENCER, J. 1971. "James Beauttah: Kenya patriot". Seminário. Department of History, University of Nairobi.
SPILLMAN, G. 1968. *Souvenirs d'un colonialiste.* Paris, Presse de la Cité.
STARR, F. 1925. "Liberia after the World War," *JNH,* X, 2: 113-30.
STATEN, M. 1925. *Annual Report of the Liberian Frontier Force for Fiscal Year 1924-1925.* Monróvia, República da Libéria.
STEER, G. L. 1936. *Caesar in Abyssinia.* Londres, Hodder & Stoughton.
STEINHART, E. s.d. "Anti-colonial resistance and nationalism, the Nyangire rebellion".
STENGERS, J. 1957. *Combien le Congo a-t-il coûté à la Belgique?* Bruxelas, ARSC.
_. 1962. "L'imperialisme colonial de la fin du XIXe siècle: mythe ou réalité". *JAH,* 2:469-91.
_. 1969. "The Congo Free State and the Belgian Congo before 1914". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* v. I, p. 261-92.
_. 1974. "La Belgique et le Congo, politique coloniale et decolonisation". In: *Histoire de la Belgique Contemporaine, 1914-1970.* Bruxelas.
STEVENS, R. P. 1967. *Lesotho, Botswana. and Swaziland.* Nova York, Praeger.
STOKES, E. 1966-a. "Barotseland: the survival of an African state". In: E. STOKES e R. BROWN, orgs. *The Zambezian Past: Studies in Central African history,* p. 261-301.
__. 1966-b. "Malawi: political systems and the introduction of colonial rule, 1891-1896". In: E. STOKES e R. BROWN, orgs. *The Zambezian Past: Studies in Central African history.* p. 352-75.
STOKES, E. e BROWN, R., orgs. 1966. *The Zambezian Past: Studies in Central African history,* Manchester, Manchester UP.
STONE, R. L. 1975. "Rural politics in Ghana in the inter-war period: some comparisons between Akyemn-Abuakwa and the states of the Central Province". *MBAB,* XII: 117-41.
STORME, M. 1961. "Het ontstaan van de Kasai missie". *MARSOM,* XXIV, 3.
SUMMERS, A. e JOHNSON, R. W. 1978. "World War I conscription and social change in Guinea". *JAH,* XIX, 1:25-38.
SUNDKLER, B. G. M. 1961. *Bantu Prophets in South Africa.* 2. ed. Londres, OUP.
SURET-CANALE, J. 1964. *L'Afrique noire, l'ère coloniale, 1900-1945.* Paris, Éd. Sociales.
__. 1971. *French Colonialism in Tropical Africa, 1900-1945.* Londres, C. Hurst.
__. 1977. "Strike movements as part of the anticolonial struggle in French West Africa". *Tarikh,* V, 3:44-61.
SUTCLIFFE, B. 1972. "Imperialism and industrialization in the Third World". In: R. OWEN e B. SUTCLIFFE, orgs. *Studies in the Theory of Imperialism.* p. 171-92.

SUTHERLAND, E. 1970. *The Original Bob: the Story of Bob Johnson, Ghana's Ace Comedian.* Acra, Anowuo Educational Publications.
SZERESZEWSKI, R. 1965. *Structural Change in the Economy of Ghana, 1891-1911*. Londres, Weidenfeld & Nicolson.
TANDIA, A. K. 1973. "Bakel et la pénétration française au Soudan". Dissertação de graduação. Faculdade de Letras, University of Dakar.
TANGRI, R. 1967. "Early Asian protest in East African Protectorate". *African Quartely,* LXXII.
__. 1968. "African reaction and resistance to the early colonial situation in Malawi". *JCAHA,* XXV.
TARDITS, C. 1958. *Porto-Novo.* Paris e Haia, Mouton.
TEMU, A. J. 1980. "Tanzanian societies and colonial invasion, 1875-1907". In: M. H. Y. KANIKI, org. *Tanzania under Colonial Rule.* p. 86-127.
THOMAS, H. B. e SCOTT, R. 1935. *Uganda.* Londres, OUP.
THOMAS, R. G. 1975. "Military recruitment in the Gold Coast during the First World War". *CEA,* XI, 57:57-83.
THOMPSON, V. e ADLOFF, R. 1960. *The Emerging States of Equatorial Africa,* Stanford, SUP.
__. 1968. *Djibouti and the Horn of Africa,* Stanford, SUP.
THORNTON, J. 1973. "The state in African historiography: a reassessment". *Ufahamu,* IV, 2:113-26.
TIGNOR, R. 1971. "Colonial chiefs in chiefless societies". *JMAS,* IX, 3:339-59.
TOSH, J. 1973. "Colonial chiefs in a stateless society: a case-study from northern Uganda". *JAH,* XIV, 4:473-90.
__. 1978. *Clan Leaders and Colonial Chiefs in Lango: the Political History of an East African Stateless Society,* c. *1800-1939.* Oxford, Clarendon Press.
TOTHILL, J. D., org. 1948. *Agriculture in the Sudan.* Londres, OUP.
TOURNEAU, R. Le. 1962. *Evolution politique de l'Afrique du nord musulmane (1920-1961).* Paris, A. Colin.
TOUVAL, S. 1963. *Somali Nationalism.* Cambridge, Mass., HUP.
__. 1966. "Treaties, borders and the partition of Africa". *JAH,* VII, 2:279-92.
TOWNSEND, E. R., org. 1959. *President Tubman of Liberia Speaks.* Londres, Consolidated Co. Ltd.
TRAORÉ, B. 1972. *The Black African Theatre and its Social Functions.* Ibadan, UP.
TRENTADUE, M. 1976. "La société guinéene dans la crise de 1930: fiscalité et pouvoir d'achat". *RFHOM,* LXIII, 232-3:628-39.
TRIMINGHAM, J. S. 1962. *History of Islam in West Africa,* Londres, OUP.
TUNLEY, H. A. 1948. "Revenue from land and crops". In: J. D. TOTHILL, org. *Agriculture in the Sudan.* p. 198-209.
TUPINIER, M. 1940. "L'influence du commerce sur la mise en valeur de l'AOF". Escrito apresentado às Conférences à L'École Coloniale.

TURNER, H. W. 1965. "Pagan features in West African independent churches". *Practical Anthropology,* julho-agosto 1965, pp. 145-51.
__. 1967. *History of an African Independent Church.* Oxford, Clarendon Press.
TURNER, J. M. 1975. "Les Brésiliens". Tese de doutorado. Boston University.
TURNER, L. D. 1942. "Some contacts of Brazilian ex-slaves with Nigeria, West Africa". *JNH,* XXVII, 1:55-67.
TURNER, V., org. 1971. *Colonialism in Africa 1870-1960.* v. III: *Profiles of Change: African Society and Colonial Rule.* Cambridge, CUP.
TURTON, E. R. 1972. "Somali resistance to colonial rule and the development of Somali political activity in Kenya, 1893-1960". *JAH,* XIII, 1:119-43.
TWEEDY, O. 1931. *Cairo to Persia and Back.* Londres, Jarrolds.
ULLENDORFF, E. 1960. *The Ethiopians.* Londres, OUP.
UNION OF SOUTH AFRICA. 1922. *Report on the Martial Law Enquiry.* Pretória, Comissão Judicial.
UNION OF SOUTH AFRICA. 1924. *Union of South Africa and the Great War.* Pretória.
UNITED NATIONS (Department of Economic and Social Affairs). 1973. *The Determination and Consequences of Population Trends: News Summary of Findings on Interaction of Demographic, Economic and Social Factors.* Nova York.
URVOY, M. 1940. "Le rôle économique du Commandant de cercle". Escrito apresentado às Conférences à l'École Coloniale (fotocópia).
UZOIGWE, G. N. 1973. "The slave trade and African societies". *THSG,* XIV, 2:187-212.
__. 1974. *Britain and the Conquest of Africa: the Age of Salisbury ,* Ann Arbor, MUP.
__. 1976-a. "Spheres of influence and the doctrine of the hinterland in the partition of Africa". *JAS,* m, 2: 183-203.
__. 1976-b. "The Mombasa-Victoria railway, 1890-1902". *KHR,* IV, I.
__. 1977. "The Victorians and East Africa, 1882-1900". *TJH,* v. 2: 32-65.
VAIL, L. 1976. "Mozambique's chartered companies: the rule of the feeble". *JAH,* XVII, 3:389-46.
VAIL, L. e WHITE, L. 1980. *Capitalism and Colonialism in Mozambique: a Study of Quelimane District.* Londres, Heinemann.
VALDANT, P. 1946. Artigo em *Marchés Coloniaux,* 19:269.
VAN DE KAA, D. J. 1971. "The demography of Papua and New Guinea's indigenous population". Tese de doutorado. Australian National Universitv.
VAN DE WALLE, E. 1968. "Fertility in Nigeria". In: W. BRASS *et al., The Demography of Tropical Africa.* p. 515-27.
VAN DEN BERGHE, P., org. 1965. *Africa: Social Problems of Change and Conflict.* São Francisco, Chandler.
VAN DER LANN, H. L. 1965. *The Sierra Leone Diamonds,* 1952-1961. Londres, OUP.

VAN ONSELEN, C. 1973. "Worker consciousness in black miners: Southern Rhodesia, 1900-1920". *JAH,* XIV, 2:237-55.

VAN VELSEN, J. 1966. "Some early pressure groups in Malawi". In: E. STOKES e R. BROWN, orgs. *The Zambezian Past: Studies in Central African history.* p. 376-412.

VAN VOLLENHOVEN, J. V. 1920. "Circulaire au sujet des chefs indigènes". In: *Une âme de chef,* Paris, Dieval.

VANSINA, J. 1966. *Kingdoms of the Savanna.* Madison, University of Wisconsin Press.

__. 1969. "Du royaume Kuba au territoire des Bakuba". *EC,* XII, 2:3-54.

VATCHER, W. H. 1965. *White Lager: the Rise of Afrikaner Nationalism.* Londres, Pall Mall.

VATIKIOTIS, P. J. 1969. *The Modern History of Egypt.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.

VERGER, P. 1968. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos du 17e au 19e siècle.* Paris, Mouton.

VIDAL, H. 1970. *La séparation des églises et de l'état à Madagáscar (1861-1968)*. Paris, ICDJ.

VILLARI, L. 1943. *Storia diplomatica del conflito Italo-ethiopico.* Bolonha, Zanichelli.

VIOLETTE, M. 1931. *L'Algérie, vivra-t-elle?* Paris.

VIRGIN, E. 1936. *The Abyssinia I Knew.* Londres, Macmillan.

VIVO, R. V. 1978. *Ethiopia: The Unknown Revolution.* Cuba, Social Science Publishers.

VON LETTOW-VORBECK, P. E. s.d. *My Reminiscences of East Africa.* Londres, Hurst & Blackett.

WALLERSTEIN, I. 1970-a. "Voluntary associations". In: J. S. COLEMAN e C. G. ROSBERG, orgs. *Political Parties and National Integration in Tropical Africa.* p. 318-39.

__. 1970-b. "The colonial era in Africa: changes in the social structure". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* v. II, p. 399-421.

WARHURST, P. 1962. *Anglo-Portuguese Relations in South-Central Africa, 1890-1900.* Londres, Longman.

WARWICK, P. 1978. "Black industrial protest on the Witwatersrand, 1901-1902". In: E. WEBSTER, org. *Essays in Southern African Labour History.* p. 20-31.

WAUGH, E. 1931. *Remote People.* Londres, Duckworth.

WEBSTER, E., org. 1978. *Essays in Southern African Labour History.* Johannesburgo, Ravan Press.

WEBSTER, J. B. 1964. *The African Churches among the Yoruba,* 1888-1922. Oxford, Clarendon Press.

WEBSTER, J. B. e BOAHEN, A. A. 1967. *The Revolutionary Years: West Africa since 1800.* Londres, Longman.

WEISKEL, T. C. 1980. *French Colonial Rule and the Baule Peoples, 1889-1911*. Oxford, Clarendon Press.

WEISS, H. 1967. *Political Protest in the Congo.* Princeton, PUP.

WELBOURN, F. B. 1961. *East African Rebels.* Londres, SCM Press.

WELBOURN, F. B. e OGOT, B. A. 1966. *A Place to Feel at Home: a Study of Two Independent Churches in Kenya.* Londres, OUP.

WELCH, C. E. 1966. *Dream of Unity: Pan-Africanism and Political Unification in West Africa.* Ithaca, Cornell UP.

WELSH, D. 1971. "The growth of towns". In: M. WILSON e L. THOMPSON, orgs. *The Oxford History of South Africa.* v. II, p. 172-243.

WHEELER, D. L. 1963. "The Portuguese in Angola, 1863-1891". Tese de doutorado. Boston University.

__. 1968. "Gungunyane the negotiator: a study in African diplomacy". *JAH,* IX, 4:585-602.

__. 1972. "Origins of African nationalism in Angola: assimilado protest writings, 1859-1929". In: R. CHILCOTE, org. *Protest and Resistance in Angola and Brazil.* p. 67-87.

WHEELER, D. L. e CHRISTENSEN, C. D. 1972. "To rise with one mind: the Bailundu war of 1902". In: F.-W. HEIMER, org. *Social Change in Angola.* p. 53-92.

WHEELER, D. L. e PÉLISSIER, R. 1971. *Angola.* Nova York, Praeger.

WIEDNER, D. L. 1964. *A History of Africa South of the Sahara.* Nova York, Vintage Books.

WIESE, C. 1891. "A Labour Question em Nossa Casa". *BSGL,* X:241.

WILKS, I. 1968. "The transmission of Islamic learning in the Western Sudan". In: J. GOODY, org. *Literacy in Traditional Societies.* p. 161-97.

__. 1975. *Asante in the Nineteenth Century.* Cambridge, CUP.

WILLCOX, W. F. 1931. "Increase in the population of the earth and of the continents since 1650". *International Migrations.* v. II: *Interpretations.* Nova York, National Bureau of Economic Research.

WILSON, C. M. 1971. *Liberia: Black Africa in Microcosm.* Nova York, Harper & Row.

WILSON, F. 1971. "Farming, 1866-1966". In: M. WILSON e L. THOMPSON, orgs. *The Oxford History of South Africa.* v. II, p. 104-71.

WILSON, M. e THOMPSON, L., orgs. 1971. *The Oxford History of South Africa.* Oxford, Clarendon Press. v. II.

WISHLADE, R. L. 1965. *Sectarianism in Southern Nyasaland.* Londres, OUP.

WOLFF, R. D. 1974. *The Economics of Colonialism: Britain and Kenya, 1870-1930.* New Haven e Londres, YUP.

WORK, E. 1936. *Ethiopia: a pawn in European diplomacy.* Nova York.

WRIGHT, J. 1969. *Libya.* Nova York, 1969.

WYLDE, A. B. 1901. *Modern Abyssinia.* Londres, Methuen.

XAVIER, A. A. C. 1889. *Estudos Coloniales.* Nova Goa.

YANCY, E. J. 1934. *Historical Lights of Liberia's Yesterday and Today.* Nova York, Doubleday Doran.

YAPÉ, F. 1977. "Histoire du Bas-Sassandra de 1893-1920". Tese de doutorado. Universidade de Paris.
YESUFU, T. M. 1962. *An Introduction to Industrial Relations in Nigeria.* Oxford, OUP
YOUNG, C. 1965. *Politics in the Congo: Decolonization and Independence.* Princeton, PUP.
YOUSSOUFI, A. s.d. "La résistance marocaine à la prévarication étrangère".
ZAYID, M. Y. 1965. *Egypt's Struggle for Independence.* Beirute, Khayats.
__. 1968. "The origins of the Liberia Constitutionalist Party in Egypt". In: P. M. HOLT, org. *Political and Social Change in Modern Egypt* . p. 334-46.
ZERVOS, A. 1936. *L'empire d'Éthiopie.* Alexandria.
ZIADEH, N. A. 1962. *Origins of Nationalism in Tunisia.* Beirute, American University of Beirut, Faculty of Arts Publications, Oriental Services.
ZULFU, I. H. 1976. *Shikan Ta'rikh Askari Lihamlat Al-Ganaral Hicks.* Abu Dhabi.
ZWEMER, M. 1914. "Present-day journalism in the world of Islam". In: J. R. MATT, org. *Muslim World Today.* Londres.

Índice remissivo

Ministério
da Educação

UNESCO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VOLUMES I-VIII

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie ocultaram ao mundo a verdadeira história da África. As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. Apesar dos importantes trabalhos realizados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de estudiosos não africanos, presos a certos postulados, afirmava que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, devido, sobretudo, à ausência de fontes e de documentos escritos.

De fato, havia uma recusa a considerar o povo africano como criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram ao longo dos séculos por caminhos próprios, as quais os historiadores, a menos que abandonem certos preconceitos e renovem seus métodos de abordagem, não podem apreender.

A situação evoluiu muito a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e, em particular, desde que os países africanos, tendo conquistado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios que ela implica. Um número crescente de historiadores tem se empenhado em abordar o estudo da África com maior rigor, objetividade e imparcialidade, utilizando com as devidas precauções fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer em bases sólidas a historicidade de suas sociedades.

Os especialistas de vários países que trabalharam nesta obra tiveram o cuidado de questionar as simplificações excessivas provenientes de uma concepção linear e restritiva da história universal e de restabelecer a verdade dos fatos sempre que necessário e possível. Esforçaram-se por resgatar os dados históricos que melhor permitissem acompanhar a evolução dos diferentes povos africanos em seus contextos socioculturais específicos.

Esta Coleção traz à luz tanto a unidade histórica da África quanto suas relações com os outros continentes, sobretudo as Américas e o Caribe. Durante muito tempo, as manifestações de criatividade dos descendentes de africanos nas Américas foram isoladas por certos historiadores num agregado heteróclito de *africanismos*. Desnecessário dizer que tal não é a atitude dos autores desta obra. Aqui, a resistência dos escravos deportados para as Américas, a "clandestinidade" política e cultural, a participação constante e maciça dos descendentes de africanos nas primeiras lutas pela independência, assim como nos movimentos de libertação nacional, são entendidas em sua real significação: foram vigorosas afirmações de identidade que contribuíram para forjar o conceito universal de Humanidade.

Outro aspecto ressaltado nesta obra são as relações da África com o sul da Ásia através do oceano Índico, assim como as contribuições africanas a outras civilizações por um processo de trocas mútuas.

Avaliando o atual estágio de nossos conhecimentos sobre a África, propondo diferentes pontos de vista sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a *História Geral da África* tem a indiscutível vantagem de mostrar tanto a luz quanto a sombra, sem dissimular as divergências de opinião que existem entre os estudiosos.

Nesse contexto, é de suma importância a publicação dos oito volumes da *História Geral da África* que ora se apresenta em sua atual versão em português como fruto da parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).